



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3223

Quinta-feira - 06 de Agosto de 2020

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	3	Cordilheira Alta .....	269	Joaçaba .....	531
Agronômica .....	4	Coronel Freitas .....	271	Lages .....	544
Água Doce .....	5	Coronel Martins .....	274	Laguna .....	545
Águas de Chapecó .....	12	Correia Pinto .....	276	Lauro Muller .....	550
Águas Frias .....	26	Corupá .....	277	Lebon Regis .....	555
Águas Mornas .....	27	Curitibanos .....	279	Lindóia do Sul .....	556
Alto Bela Vista .....	34	Descanso .....	291	Lontras .....	559
Anchieta .....	39	Dona Emma .....	293	Luiz Alves .....	567
Angelina .....	40	Doutor Pedrinho .....	297	Luzerna .....	570
Anitápolis .....	42	Entre Rios .....	298	Macieira .....	571
Antônio Carlos .....	43	Formosa do Sul .....	304	Mafra .....	589
Apiuna .....	46	Forquilha .....	305	Maracajá .....	591
Arabutã .....	47	Fraiburgo .....	323	Marema .....	596
Arroio Trinta .....	50	Frei Rogério .....	324	Massaranduba .....	597
Ascurra .....	52	Galvão .....	325	Matos Costa .....	609
Atalanta .....	55	Garopaba .....	326	Meleiro .....	610
Aurora .....	56	Garuva .....	333	Modelo .....	613
Balneário Arroio do Silva .....	59	Gaspar .....	336	Mondaí .....	616
Balneário Camboriú .....	64	Governador Celso Ramos .....	342	Monte Carlo .....	617
Balneário Gaivota .....	70	Grão Pará .....	349	Monte Castelo .....	618
Balneário Piçarras .....	71	Gravatal .....	359	Morro da Fumaça .....	624
Balneário Rincão .....	72	Guaramirim .....	394	Morro Grande .....	628
Barra Bonita .....	80	Guarujá do Sul .....	397	Navegantes .....	635
Barra Velha .....	81	Guatambú .....	398	Nova Erechim .....	640
Bela Vista do Toldo .....	86	Herval d'Oeste .....	408	Nova Itaberaba .....	641
Belmonte .....	87	Ibiam .....	410	Nova Trento .....	646
Benedito Novo .....	88	Ibicaré .....	413	Nova Veneza .....	648
Biguaçu .....	91	Ibirama .....	422	Novo Horizonte .....	649
Blumenau .....	114	Imbituba .....	423	Orleans .....	655
Bom Jardim da Serra .....	119	Indaial .....	427	Ouro .....	661
Bom Jesus do Oeste .....	120	Iomerê .....	449	Paial .....	662
Bom Retiro .....	134	Ipira .....	457	Palhoça .....	663
Botuvera .....	141	Iporã do Oeste .....	458	Papanduva .....	666
Braço do Trombudo .....	144	Ipuacú .....	459	Paraíso .....	667
Brusque .....	146	Ipumirim .....	464	Passos Maia .....	674
Caçador .....	155	Iraceminha .....	466	Penha .....	676
Caibi .....	159	Irani .....	467	Peritiba .....	685
Camboriú .....	162	Iratí .....	470	Pescaria Brava .....	696
Campo Alegre .....	163	Irineópolis .....	471	Pinhalzinho .....	697
Canelinha .....	172	Itá .....	472	Pinheiro Preto .....	704
Canoinhas .....	175	Itaiópolis .....	474	Piratuba .....	731
Capinzal .....	182	Itapema .....	475	Planalto Alegre .....	732
Catanduvas .....	214	Itapiranga .....	476	Pomerode .....	734
Caxambu do Sul .....	215	Itapoá .....	478	Ponte Alta do Norte .....	737
Celso Ramos .....	216	Ituporanga .....	485	Ponte Serrada .....	738
Chapadão do Lageado .....	217	Jaborá .....	487	Porto Belo .....	743
Chapecó .....	219	Jacinto Machado .....	490	Porto União .....	746
Cocal do Sul .....	230	Jaraguá do Sul .....	494	Pouso Redondo .....	753
Concórdia .....	260	Jardinópolis .....	528	Praia Grande .....	755

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3223

Quinta-feira - 06 de Agosto de 2020

Florianópolis/SC

## Sumário

Presidente Getúlio .....	756	São Bento do Sul.....	844	Serra Alta .....	949
Presidente Nereu.....	758	São Bernardino .....	868	Siderópolis.....	950
Princesa .....	759	São Bonifácio.....	874	Tangará.....	965
Quilombo.....	763	São Carlos .....	875	Tigrinhos .....	969
Rancho Queimado.....	769	São Cristóvão do Sul.....	878	Tijucas .....	970
Rio do Campo .....	770	São Domingos.....	879	Timbó .....	974
Rio do Oeste.....	772	São Francisco do Sul.....	882	Três Barras .....	979
Rio dos Cedros.....	805	São João Batista.....	894	Treviso .....	987
Rio do Sul.....	773	São João do Oeste .....	904	Trombudo Central.....	995
Rio Fortuna.....	808	São João do Sul .....	906	Tunápolis.....	999
Rio Negrinho.....	809	São Joaquim .....	907	Turvo .....	1001
Rio Rufino.....	811	São José.....	908	União do Oeste .....	1012
Rodeio.....	812	São José do Cedro.....	916	Urubici .....	1013
Saltinho.....	813	São Lourenço do Oeste.....	917	Vargeão.....	1039
Salto Veloso.....	828	São Miguel da Boa Vista .....	920	Videira.....	1040
Santa Cecília.....	832	São Miguel do Oeste.....	922	Vitor Meireles.....	1051
Santa Helena .....	836	São Pedro de Alcântara.....	931	Witmarsum .....	1054
Santa Rosa do Sul .....	837	Saudades.....	932	Xanxerê.....	1055
Santa Terezinha do Progresso .....	838	Schroeder.....	938	Xavantina .....	1061
Santo Amaro da Imperatriz .....	839	Seara .....	945	Zortéa .....	1062

## Associações

AMMVI .....	1063	FECAM .....	1064
-------------	------	-------------	------

## Consórcios

AGIR .....	1066
CIGA .....	1077
CINCATARINA .....	1211
CIS/AMARP.....	1294
CIS/AMAUC.....	1294
CISAMREC .....	1295
CISNORDESTE .....	1296
CITMAR.....	1300
CVC.....	1302
CONDER.....	1616



**Abdon Batista****PREFEITURA****PREGÃO ELETRONICO 03/2020**

Publicação Nº 2592385

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 58/2020

MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO 03/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 14: 00hs. do dia 24 de Agosto de 2020 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 05 de Agosto de 2020

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

**PREGÃO ELETRÔNICO 01/2020 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

Publicação Nº 2592389

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 04/2020

MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO 01/2020

Objeto: Pregão Eletrônico para aquisição de testes rápidos do COVID - 19 (coronavírus) homologados pela ANVISA

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 14: 00hs. do dia 20 de Agosto de 2020 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 05 de agosto de 2020

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL 40/2020**

Publicação Nº 2592392

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 59/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 40/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PÓ DE BRITA PARA USO NOS SERVIÇOS REALIZADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 14: 00hs. do dia 21 de Agosto de 2020 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 05 de Agosto de 2020

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

# Agronômica

## PREFEITURA

### CONVÊNIO Nº059702

Publicação Nº 2591519

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

TERMO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA e CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A

Objeto: Constitui objeto deste convênio atribuir à CELESC o encargo de arrecadar a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública- COSIP – incidente sobre proprietários, titulares de domínio útil, possuidores e ocupantes de unidade imóveis servidos, efetiva ou potencialmente, com tal serviço e quem estejam ligados como consumidores à rede de energia elétrica no MUNICÍPIO, devidamente prevista pela Lei Complementar Municipal n.11, de 30 de dezembro de 2002.

Vigência: 01/01/2020 a 31/12/2020.

César Luiz Cunha

Prefeito Municipal

# Água Doce

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 111/2020

Publicação Nº 2592642

DECRETO Nº 111/2020 - DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Revoga o PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 33/2020, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL n. 22/2020, do Município de Água Doce -SC.

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município, e, ainda,

CONSIDERANDO o princípio da autotutela administrativa que permite à Administração reapreciar seus atos, inclusive nos termos da Súmula 473 do STF, por conveniência e oportunidade;

CONSIDERANDO, a possibilidade de a Administração Pública anular/revogar seus próprios atos, quando presente razões de interesse público decorrente de fato superveniente, conforme disposto nos artigos 38, IX e 49, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993;

CONSIDERANDO a necessidade de rever os quantitativos, por ordem/necessidade das secretarias interessadas, que consequentemente irá alterar os itens licitado;

CONSIDERANDO que o processo está suspenso e ainda não houve a finalização da etapa de lances, não havendo qualquer direito a adjudicação, evitando atos que prejudiquem a competitividade e lisura do processo licitatório, e por interesse público resolve DECRETAR:

Art. 1º Fica revogado o PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 33/2020, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL n. 22/2020, tendo como objeto: Registro de Preços para aquisição eventual e futura contratação de serviços de lavagem de veículos e máquinas, conserto e montagem de pneus, destinados à manutenção da frota do Município de Água Doce, dos Fundos especiais e órgãos conveniados, pautado na oportunidade e conveniência, pelos fatos e motivos supervenientes acima mencionados.

Art. 2º Fica determina ao setor de licitações, o arquivamento de processo licitatório, na fase em que se encontra, anexando o presente Decreto ao processo em epigrafe.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce (SC), 05 de agosto de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

### NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 51/2017

Publicação Nº 2592292

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 51/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n.º 82.939.398/0001-90, estabelecida na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Município de Água Doce, neste ato representada pelo Prefeito, Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, doravante, denominado CONTRATANTE, e BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.456.865/0001-67, sediada na Rua João Pessoa, nº 134, 1º andar, Centro, Criciúma-SC, neste ato representada por sua Procurador Sr. ALEXANDRE PALOSCHI, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente termo aditivo, considerando o disposto no inciso I do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de alteração contratual "quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos", considerando que seria antieconômico, diante do custo de novas conversões, implantações e treinamentos, realizar-se licitação neste momento para readequação do objeto do contrato às supervenientes necessidades de interesse público, caracterizando sacrifício insuportável ao erário nas circunstâncias, considerando que seria contrário ao princípio constitucional da eficiência administrativa promover novo certame licitatório com a readequação parcial do objeto contratado, uma vez que ocorreria paralisação parcial de serviços essenciais e também a inevitável retirada de servidores da frente de serviço visando novas e custosas capacitações individuais, considerando, que o ambiente web é solução tecnologicamente mais atual no mercado, de acordo com as necessidades de cada área de aplicação, permitindo o acesso em dispositivos móveis devidamente conectados à Internet, considerando que a unificação do banco hospedado em datacenter sob responsabilidade da CONTRATADA, com atualizações automáticas, cruzamento de informações em real-time reduzindo-se o tempo e os custos inerentes às atividades técnicas internas de manutenção, atualização e configuração contínua das bases replicadas, unificando-se assim, as rotinas, aumentando-se a performance e consequentemente a produtividade dos usuários e agilidade aos munícipes, além de conferir maior padronização, segurança e celeridade às transações realizadas, obedecidas as condições estabelecidas nas Leis nº 8.666/1993 e mediante as cláusulas e condições seguinte, aprovadas pelo setor jurídico.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, altera-se qualitativamente o pacote de sistemas desktop (Contabilidade Pública, Compras e Licitações, Estoque, Folha de Pagamento, Patrimônio, Planejamento, Ponto, Protocolo Básico, Recursos Humanos, Tesouraria, Tributação, BI) migrando para o pacote de sistemas Cloud com usuários ilimitados (Contabilidade, Compras, Almoxarifado, Contratos, Controladoria, Convênios, Folha de Pagamento, Patrimônio, Planejamento, Ponto, Prestação de Contas, Protocolo Fly, Recursos Humanos, Tesouraria, Tributos), em nova plataforma disponível pela Contratada, para Município de Água Doce, com alteração nos valores do licenciamento mensal, conforme valores abaixo:

APLICATIVOS

VALOR MENSAL

Almoxarifado	R\$ 800,00
Compras	R\$ 980,00
Contabilidade	R\$ 1.598,00
Folha de Pagamento	R\$ 1.150,00
Patrimônio	R\$ 405,00
Planejamento	R\$ 693,00
Ponto	R\$ 745,00
Protocolo Fly	R\$ 852,00
Recursos Humanos	R\$ 533,00
Tesouraria	R\$ 426,00
Tributos	R\$ 2.237,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUBSTITUIÇÃO DOS APLICATIVOS

A migração para o novo sistema ocorrerá a partir de 1º de agosto de 2020 e finalizará em até 180 (cento e oitenta) dias, durante os quais, poderá haver o uso paralelo de ambas as versões, eventuais falhas da nova versão não serão consideradas ou tratadas como infrações contratuais, nem tampouco, configurarão justificativas para sanções à CONTRATADA durante esse ínterim, exceto quando comprovado prejuízo a que deu causa à CONTRATADA, salvaguardando os direitos de ressarcimento ao erário público inerente à CONTRATANTE e de contraditório e ampla defesa inerentes à CONTRATADA. Ao final da migração, os sistemas desktops serão automaticamente suprimidos do presente termo contratual.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS INCLUSÕES QUALITATIVAS

Fica acrescido ao objeto do contrato, os sistemas conforme tabela abaixo:

APLICATIVOS	VALOR MENSAL
Monitor DF-e	R\$ 159,00
Obras	R\$ 426,00
Portal do Gestor	R\$ 479,00
Procuradoria	R\$ 607,00

#### CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

As inclusões qualitativas, acima descritas, sofrerão reajuste, depois de decorridos 12 (doze) meses da data da assinatura deste documento, pelo índice mencionado na cláusula de reajuste do contrato principal.

#### CLÁUSULA QUINTA – SUPRESSÃO DE SISTEMAS

Serão suprimidos do contrato supracitado, os sistemas Protocolo Básico, no valor de R\$ 423,14 (quatrocentos e vinte e três reais e quatorze centavos), e BI Fly, no valor de R\$ 468,56 (quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), totalizando um valor de R\$ 891,70 (oitocentos e noventa e um reais e setenta centavos).

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo, em 02 vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Água Doce/SC, 29 de julho de 2020

ANTONIO JOSÉ BISSANI	ALEXANDRE PALOSCHI
Prefeito Municipal	Betha Sistemas Ltda.
Contratante	Contratada

#### TESTEMUNHAS

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF 005.614.419-95	CPF 006.597.239-21

Visto pela Assessoria Jurídica  
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 2/2019

Publicação Nº 2591906

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2019

Termo Aditivo ao Contrato de Serviços de Outsourcing de Impressão e Fotocópias, que entre si fazem de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n. 11.430.533/0001/20, com endereço na Praça João Macagnan, 322 na cidade de Água Doce – SC, neste ato representado pela sua Gestora Sra. LORETE PANTANO GHISLENI, brasileira, casada, portador do CPF nº. 710.426.109-59, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado PRÓ-CÓPIA TECNOLOGIA EM IMPRESSÕES EIRELI EPP pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N. 08.016.943/0002-03 com sede na Rua Humberto de Campos, n. 336, Bairro: Sagrado Coração de Jesus, Lages –SC CEP: 88.508-190 neste ato representado por NILVA LUIZA MARTINS, denominada LOCADOR, que na melhor forma de Direito e pelas cláusulas abaixo celebram o presente contrato da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Os valores praticados permanecem inalterados, totalizando para os próximos 12 meses o valor de R\$ 26.880,00 (vinte seis mil oitocentos e oitenta reais).

Cláusula Aditiva Segunda: Fica prorrogado a vigência do contrato acima até 31/07/2021.

Cláusula Aditiva Terceira: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce (SC), 31 de julho de 2020

LORETE PANTANO GHISLENI NILVA  
Gestora do FMS Pró-Cópia  
Contratante

LUIZA MARTINS  
Tecnologia em Impressões Eireli  
Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva  
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin  
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT  
OAB/SC 28339

## SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 12/2017 FMAS

Publicação Nº 2592284

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 12/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE E A EMPRESA DE BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n.º 82.939.398/0001-90, estabelecida na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Município de Água Doce, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE, inscrito no CNPJ n.º 13.612.607/0001-74, estabelecida a Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Município de Água Doce, neste ato representada pela Sra. LORETE PANTANO GHISLENI, Gestora do FMS, portador da Cédula de Identidade nº 2143146-1/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 710.426.109-59, doravante, denominado CONTRATANTE, e BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.456.865/0001-67, sediada na Rua João Pessoa, nº 134, 1º andar, Centro, Criciúma-SC, neste ato representada por sua Procurador Sr. ALEXANDRE PALOSCHI, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente termo aditivo, considerando o disposto no inciso I do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de alteração contratual "quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos", considerando que seria anti-econômico, diante do custo de novas conversões, implantações e treinamentos, realizar-se licitação neste momento para readequação do objeto do contrato às supervenientes necessidades de interesse público, caracterizando sacrifício insuportável ao erário nas circunstâncias, considerando que seria contrário ao princípio constitucional da eficiência administrativa promover novo certame licitatório com a readequação parcial do objeto contratado, uma vez que ocorreria paralisação parcial de serviços essenciais e também a inevitável retirada de servidores da frente de serviço visando novas e custosas capacitações individuais, considerando, que o ambiente web é solução tecnologicamente mais atual no mercado, de acordo com as necessidades de cada área de aplicação, permitindo o acesso em dispositivos móveis devidamente conectados à Internet, considerando que a unificação do banco hospedado em datacenter sob responsabilidade da CONTRATADA, com atualizações automáticas, cruzamento de informações em real-time reduzindo-se o tempo e os custos inerentes às atividades técnicas internas de manutenção, atualização e configuração contínua das bases replicadas, unificando-se assim, as rotinas, aumentando-se a performance e consequentemente a produtividade dos usuários e agilidade aos munícipes, além de conferir maior padronização, segurança e celeridade às transações realizadas, obedecendo as condições estabelecidas nas Leis nº 8.666/1993 e mediante as cláusulas e condições seguinte, aprovadas pelo setor jurídico.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, altera-se qualitativamente o pacote de sistemas desktop (Contabilidade Pública, Compras e Licitações, Tesouraria) migrando para o pacote de sistemas Cloud com usuários ilimitados (Contabilidade, Compras, Contratos, Convênios, Prestação de Contas, Tesouraria), em nova plataforma disponível pela Contratada para o Fundo Municipal de Assistencial Social, conforme valores abaixo:

APLICATIVOS	VALOR MENSAL
Contabilidade	R\$ 352,00
Tesouraria	R\$ 245,00
Compras	R\$ 288,00

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUBSTITUIÇÃO DOS APLICATIVOS

A migração para o novo sistema ocorrerá a partir de 1º de agosto de 2020 e finalizará em até 180 (cento e oitenta) dias, durante os quais, poderá haver o uso paralelo de ambas as versões, eventuais falhas da nova versão não serão consideradas ou tratadas como infrações contratuais, nem tampouco, configurarão justificativas para sanções à CONTRATADA durante esse íterim, exceto quando comprovado prejuízo a que deu causa à CONTRATADA, salvaguardando os direitos de ressarcimento ao erário público inerente à CONTRATANTE e de contraditório e ampla defesa inerentes à CONTRATADA. Ao final da migração, os sistemas desktops serão automaticamente suprimidos do presente termo contratual.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS INCLUSÕES QUALITATIVAS

Fica acrescido ao objeto do contrato, os sistemas conforme tabela abaixo:

APLICATIVOS	VALOR MENSAL
Monitor DF-e	R\$ 106,00

#### CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

As inclusões qualitativas, acima descritas, sofrerão reajuste, depois de decorridos 12 (doze) meses da data da assinatura deste documento, pelo índice mencionado na cláusula de reajuste do contrato principal.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo, em 02 vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Água Doce, SC, 29 de julho de 2020.

LORETE PANTANO GHISLENI	ALEXANDRE PALOSCHI
Gestora do FMAS	Betha Sistemas Ltda.
Contratante	Contratada

#### TESTEMUNHAS

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF 005.614.419-95	CPF 006.597.239-21

Visto pela Assessoria Jurídica  
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT  
OAB/SC 28.339

### SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 14/2017 FMS

Publicação Nº 2592288

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 14/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular, MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 82.939.398/0001-90, estabelecida na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Município de Água Doce, neste ato representada pelo Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE, inscrita no CNPJ nº 11.430.533/0001-20, estabelecida na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Município de Água Doce, neste ato representada pela Sra. LORETE PANTANO GHISLENI, Gestora do FMS, portador da Cédula de Identidade nº 2143146-1/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 710.426.109-59, doravante, denominado CONTRATANTE, e BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.456.865/0001-67, sediada na Rua João Pessoa, nº 134, 1º andar, Centro, Criciúma-SC, neste ato representada por sua Procurador Sr. ALEXANDRE PALOSCHI, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente termo aditivo, considerando o disposto no inciso I do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de alteração contratual “quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos”, considerando que seria antieconômico, diante do custo de novas conversões, implantações e treinamentos, realizar-se licitação neste momento para readequação do objeto do contrato às supervenientes necessidades de interesse público, caracterizando sacrifício insuportável ao erário nas circunstâncias, considerando que seria contrário ao princípio constitucional da eficiência administrativa promover novo certame licitatório com a readequação parcial do objeto contratado, uma vez que ocorreria paralisação parcial de serviços essenciais e também a inevitável retirada de servidores da frente de serviço visando novas e custosas capacitações individuais, considerando, que o ambiente web é solução tecnologicamente mais atual no mercado, de acordo com as necessidades de cada área de aplicação, permitindo o acesso em dispositivos móveis devidamente conectados à Internet, considerando que a unificação do banco hospedado em datacenter sob responsabilidade da CONTRATADA, com atualizações automáticas, cruzamento de informações em real-time reduzindo-se o tempo e os custos inerentes às atividades técnicas internas de manutenção, atualização e configuração contínua das bases replicadas, unificando-se assim, as rotinas, aumentando-se a performance e consequentemente a produtividade dos usuários e agilidade aos munícipes, além de conferir maior padronização, segurança e celeridade às transações realizadas, obedecidas as condições estabelecidas nas Leis nº 8.666/1993 e mediante as cláusulas e condições seguinte, aprovadas pelo setor jurídico.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, altera-se qualitativamente o pacote de sistemas desktop (Contabilidade Pública,

Compras e Licitações, Tesouraria) migrando para o pacote de sistemas Cloud com usuários ilimitados (Contabilidade, Compras, Contratos, Convênios, Prestação de Contas, Tesouraria), em nova plataforma disponível pela Contratada, para Fundo de Saúde, com alteração nos valores do licenciamento mensal, conforme valores abaixo:

APLICATIVOS	VALOR MENSAL
Contabilidade	R\$ 479,00
Tesouraria	R\$ 245,00
Compras	R\$ 287,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUBSTITUIÇÃO DOS APLICATIVOS

A migração para o novo sistema ocorrerá a partir de 1º de agosto de 2020 e finalizará em até 180 (cento e oitenta) dias, durante os quais, poderá haver o uso paralelo de ambas as versões, eventuais falhas da nova versão não serão consideradas ou tratadas como infrações contratuais, nem tampouco, configurarão justificativas para sanções à CONTRATADA durante esse ínterim, exceto quando comprovado prejuízo a que deu causa à CONTRATADA, salvaguardando os direitos de ressarcimento ao erário público inerente à CONTRATANTE e de contraditório e ampla defesa inerentes à CONTRATADA. Ao final da migração, os sistemas desktops serão automaticamente suprimidos do presente termo contratual.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS INCLUSÕES QUALITATIVAS

Fica acrescido ao objeto do contrato, os sistemas conforme tabela abaixo:

APLICATIVOS	VALOR MENSAL
Monitor DF-e	R\$ 106,00

#### CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

As inclusões qualitativas, acima descritas, sofrerão reajuste, depois de decorridos 12 (doze) meses da data da assinatura deste documento, pelo índice mencionado na cláusula de reajuste do contrato principal.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo, em 02 vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Água Doce, SC, 29 de julho de 2020.

LORETE PANTANO GHISLENI	ALEXANDRE PALOSCHI
Gestora do FMS	Betha Sistemas Ltda.
Contratante	Contratada

#### TESTEMUNHAS

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF 005.614.419-95	CPF 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT  
OAB/SC 28.339

### SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 4/2017

Publicação Nº 2592280

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 4/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE ÁGUA DOCE E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular, MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 82.939.398/0001-90, estabelecida na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Município de Água Doce, neste ato representada pelo Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, por meio do FUNDO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 23.892.841/0001-56, estabelecida a Praça João Macagnan, 322, Centro, município de Água Doce, neste ato representada pela Sra. EDNA DE FÁTIMA LEMOS VIEIRA BISSANI, Presidente do SIMA, inscrita no CPF/MF sob nº 570.410.679-04, doravante, denominado CONTRATANTE, e BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.456.865/0001-67, sediada na Rua João Pessoa, nº 134, 1º andar, Centro, Criciúma-SC, neste ato representada por sua Procurador Sr. ALEXANDRE PALOSCHI, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente termo aditivo, considerando o disposto no inciso I do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de alteração contratual “quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos”, considerando que seria antieconômico, diante do custo de novas conversões, implantações e treinamentos, realizar-se licitação neste momento para readequação do objeto do contrato às supervenientes necessidades de interesse público, caracterizando sacrifício insuportável ao erário nas circunstâncias, considerando que seria contrário ao princípio constitucional da eficiência administrativa promover novo certame licitatório com a readequação parcial do objeto contratado, uma vez que ocorreria paralisação parcial de serviços essenciais e também a inevitável retirada de servidores da frente de serviço visando novas e custosas capacitações individuais, considerando, que o ambiente web é solução tecnologicamente mais atual no mercado, de acordo com as necessidades de cada área de aplicação, permitindo o acesso em dispositivos móveis devidamente conectados à Internet, considerando que a unificação do banco hospedado em datacenter sob responsabilidade da CONTRATADA, com atualizações automáticas, cruzamento de informações em real-time reduzindo-se o tempo e os custos inerentes às atividades técnicas internas de manutenção, atualização e configuração contínua das bases replicadas, unificando-se assim, as rotinas, aumentando-se

a performance e consequentemente a produtividade dos usuários e agilidade aos munícipes, além de conferir maior padronização, segurança e celeridade às transações realizadas, obedecidas as condições estabelecidas nas Leis nº 8.666/1993 e mediante as cláusulas e condições seguinte, aprovadas pelo setor jurídico.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, altera-se qualitativamente o pacote de sistemas desktop (Contabilidade Pública, Compras e Licitações, Tesouraria) migrando para o pacote de sistemas Cloud com usuários ilimitados (Contabilidade, Compras, Contratos, Convênios, Prestação de Contas, Tesouraria), em nova plataforma disponível pela Contratada, para Fundo do Sistema de Assistência, com alteração nos valores do licenciamento mensal, conforme valores abaixo:

APLICATIVOS	VALOR MENSAL
Contabilidade	R\$ 373,00
Tesouraria	R\$ 245,00
Compras	R\$ 202,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUBSTITUIÇÃO DOS APLICATIVOS

A migração para o novo sistema ocorrerá a partir de 1º de agosto de 2020 e finalizará em até 180 (cento e oitenta) dias, durante os quais, poderá haver o uso paralelo de ambas as versões, eventuais falhas da nova versão não serão consideradas ou tratadas como infrações contratuais, nem tampouco, configurarão justificativas para sanções à CONTRATADA durante esse íterim, exceto quando comprovado prejuízo a que deu causa à CONTRATADA, salvaguardando os direitos de ressarcimento ao erário público inerente à CONTRATANTE e de contraditório e ampla defesa inerentes à CONTRATADA. Ao final da migração, os sistemas desktops serão automaticamente suprimidos do presente termo contratual.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS INCLUSÕES QUALITATIVAS

Fica acrescido ao objeto do contrato, os sistemas conforme tabela abaixo:

APLICATIVOS	VALOR MENSAL
Monitor DF-e	R\$ 106,00

#### CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

As inclusões qualitativas, acima descritas, sofrerão reajuste, depois de decorridos 12 (doze) meses da data da assinatura deste documento, pelo índice mencionado na cláusula de reajuste do contrato principal.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo, em 02 vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Água Doce, SC, 29 de julho de 2020.

EDNA DE FÁTIMA LEMOS VIEIRA BISSANI	ALEXANDRE PALOSCHI
Presidente do SIMA	Betha Sistemas Ltda.
Contratante	Contratada

#### TESTEMUNHAS

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF 005.614.419-95	CPF 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

MARLIZE KANDLER BITTENCOURT

OAB/SC 28.339

### TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 95/2017

Publicação Nº 2592295

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 95/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, POR MEIO DO FUNDO DE DEFESA CIVIL E DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DOCE E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n.º 82.939.398/0001-90, estabelecida na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Município de Água Doce, neste ato representada pelo Prefeito, Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE ÁGUA DOCE, inscrito no CNPJ n.º 15.587.945/0001-29 e FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE ÁGUA DOCE, inscrito sob o CNPJ n.º 20.155.091/0001-41, ambos estabelecidos na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, deste Município, doravante denominado CONTRATANTE e BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.456.865/0001-67, sediada na Rua João Pessoa, nº 134, 1º andar, Centro, Criciúma-SC, neste ato representada por sua Procurador Sr. ALEXANDRE PALOSCHI, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente termo aditivo, considerando o disposto no inciso I do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de alteração contratual “quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos”, considerando que seria antieconômico, diante do custo de novas conversões, implantações e treinamentos, realizar-se licitação neste momento para readequação do objeto do contrato às supervenientes necessidades de interesse público, caracterizando sacrifício insuportável ao erário nas circunstâncias, considerando que seria contrário ao princípio constitucional da eficiência administrativa promover novo certame licitatório com a readequação parcial do objeto contratado, uma vez que ocorreria paralisação parcial de serviços essenciais e também a inevitável retirada de servidores da frente de serviço visando novas e custosas capacitações

individuais, considerando, que o ambiente web é solução tecnologicamente mais atual no mercado, de acordo com as necessidades de cada área de aplicação, permitindo o acesso em dispositivos móveis devidamente conectados à Internet, considerando que a unificação do banco hospedado em datacenter sob responsabilidade da CONTRATADA, com atualizações automáticas, cruzamento de informações em real-time reduzindo-se o tempo e os custos inerentes às atividades técnicas internas de manutenção, atualização e configuração contínua das bases replicadas, unificando-se assim, as rotinas, aumentando-se a performance e consequentemente a produtividade dos usuários e agilidade aos munícipes, além de conferir maior padronização, segurança e celeridade às transações realizadas, obedecidas as condições estabelecidas nas Leis nº 8.666/1993 e mediante as cláusulas e condições seguinte, aprovadas pelo setor jurídico.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, altera-se qualitativamente o pacote de sistemas desktop (Contabilidade Pública, Compras e Licitações, Tesouraria) migrando para o pacote de sistemas Cloud com usuários ilimitados (Contabilidade, Compras, Contratos, Convênios, Prestação de Contas, Tesouraria), em nova plataforma disponível pela Contratada, para Fundo de Defesa Civil, com alteração nos valores do licenciamento mensal, conforme valores abaixo:

APLICATIVOS	VALOR MENSAL
Contabilidade	R\$ 234,00
Tesouraria	R\$ 138,00
Compras	R\$ 138,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUBSTITUIÇÃO DOS APLICATIVOS

A migração para o novo sistema ocorrerá a partir de 1º de agosto de 2020 e finalizará em até 180 (cento e oitenta) dias, durante os quais, poderá haver o uso paralelo de ambas as versões, eventuais falhas da nova versão não serão consideradas ou tratadas como infrações contratuais, nem tampouco, configurarão justificativas para sanções à CONTRATADA durante esse íterim, exceto quando comprovado prejuízo a que deu causa à CONTRATADA, salvaguardando os direitos de ressarcimento ao erário público inerente à CONTRATANTE e de contraditório e ampla defesa inerentes à CONTRATADA. Ao final da migração, os sistemas desktops serão automaticamente suprimidos do presente termo contratual.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS INCLUSÕES QUALITATIVAS

Fica acrescido ao objeto do contrato, os sistemas conforme tabela abaixo:

APLICATIVOS	VALOR MENSAL
Monitor DF-e	R\$ 106,00

#### CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

As inclusões qualitativas, acima descritas, sofrerão reajuste, depois de decorridos 12 (doze) meses da data da assinatura deste documento, pelo índice mencionado na cláusula de reajuste do contrato principal.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo, em 02 vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Água Doce/SC, 29 de julho de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI	ALEXANDRE PALOSCHI
Prefeito Municipal	Betha Sistemas Ltda.
Contratante	Contratada

#### TESTEMUNHAS

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF 005.614.419-95	CPF 006.597.239-21

Visto pela Assessoria Jurídica

MARLIZE KANDLER BITTENCOURT

# Águas de Chapecó

## PREFEITURA

### DECRETO N° 131 - 2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2591449

DECRETO N° 131/2020 De 05 de agosto de 2020	DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE RESPONSÁVEIS POR AUTENTICAR DOCUMENTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, III e VII, e Art. 90, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n° 995/93 E Lei Federal n° 8.666/93, e demais disposições legais vigentes;	

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores Sra. Daiara Eichelberger Assessora de Planejamento matrícula sob n° 10.728, Sra. Jessica Simões Pires Guidoni Chefe de Gabinete matrícula sob n° 10.780 e o Sr. Vinícius Pilatti Assessor de Planejamento matrícula sob n° 10.867, ambos lotados na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, para exercerem as funções de responsáveis pela autenticação de documentos.

Art. 2º As atribuições, responsabilidades e proibições dos atos de autenticação de documentos, ficam restritas as regras da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em especial o art. 32.

Art. 3º As funções atribuídas pelo presente são consideradas serviços de caráter público relevante ao Município, não lhe atribuindo qualquer remuneração, bem como, não caracterizando nenhum tipo de vínculo empregatício.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n° 070, de 02 de julho de 2019.

Gabinete do Prefeito do Município de  
Águas de Chapecó/SC, em 05 de agosto de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal  
Registre e Publique-se

### DECRETO N° 132 - 2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2592841

DECRETO N° 132/2020 De 05 de agosto de 2020	REGULAMENTA AS MODALIDADES DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO E PREGÃO PRESENCIAL, DESTINADAS À AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS, INCLUSIVE OS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII, e tendo em vista o disposto na Lei Nacional n° 10.520/02,	

#### DECRETA:

CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES  
Seção I  
Do Objeto e Âmbito de Aplicação

Art. 1º Este Decreto regulamenta a modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica e presencial, para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, inclusive os serviços comuns de engenharia.

§ 1º Subordinam-se ao regime deste Decreto, além dos órgãos da administração municipal direta e indireta, os fundos especiais, e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo município.

§ 2º É permitida a utilização do pregão, na forma eletrônica, de que trata este decreto, pelos órgãos da administração pública municipal direta e indireta e os fundos especiais.

§ 3º Os contratos celebrados pela Administração Pública, para a aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, prioritariamente, de licitação pública na modalidade de pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

§ 4º Todos quantos participem de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste regulamento, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a

perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

## Seção II Dos Princípios

Art. 2º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, desenvolvimento sustentável, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, razoabilidade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas, e dos que lhes são correlatos.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

## Seção III Das Definições

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto considera-se:

I - Aviso do Edital - documento que contém:

- a) a definição precisa, suficiente e clara do objeto;
- b) a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital;
- c) o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização, em se tratando de pregão eletrônico; e
- d) o endereço no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização, em se tratando de pregão presencial;

II - Bens e Serviços Comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - Bens e Serviços Especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

IV - Lances Intermediários - lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;

V - Obra - construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, realizada por execução direta ou indireta;

VI - Serviço - atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da administração pública;

VII - Serviço Comum de Engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

VIII - Cadastro de Fornecedores - registro cadastral de pessoas físicas e jurídicas que participam de licitações e celebram contratos e atas de registro de preços com o município de Águas de Chapecó/SC;

IX - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF - ferramenta informatizada, integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, disponibilizada pelo Ministério da Economia, para cadastramento dos órgãos e das entidades da administração pública, das empresas públicas e dos participantes de procedimentos de licitação, dispensa ou inexigibilidade promovidos pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG;

X - Sistema de Dispensa Eletrônica - ferramenta informatizada para a realização dos processos de contratação direta de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia;

XI - Órgão Solicitante - é o centro de competência instituído para o desempenho da função estatal que solicita, por intermédio de sua autoridade competente, realização de certame licitatório;

XII - Autoridade Competente - é a responsável pela licitação pública e pela celebração do futuro contrato;

XIII - Central Permanente de Licitação - órgão competente para disciplinar e realizar os procedimentos licitatórios requeridos pelos órgãos solicitantes; e

XIV - Termo de Referência - documento que deverá conter:

a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

- 1. A definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;
- 2. O valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e
- 3. O cronograma físico-financeiro, se necessário;

b) o critério de aceitação do objeto;

c) os deveres do contratado e do contratante;

d) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;

e) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato;

f) o prazo para execução do contrato; e

g) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

§ 1º A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica.

§ 2º Os bens e serviços que envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, caso possam ser definidos nos termos do disposto no inciso II do caput, serão licitados por pregão.

## Seção IV Das Vedações

Art. 4º O pregão não se aplica a:

- I - Contratações de obras;
- II - Locações imobiliárias e alienações; e
- III - Bens e serviços especiais, incluídos os serviços de engenharia enquadrados no disposto no inciso III do caput do art. 3º.

## CAPÍTULO II

### DOS PROCEDIMENTOS

#### Seção I

##### Da Forma de Realização

Art. 5º O pregão será modalidade adotada para aquisição de bens e serviços comuns e poderá ser realizada:

- I - À distância e em sessão pública, por meio de sistema eletrônico de licitação adotado pelo município de Águas de Chapecó/SC, mediante sistema a ser designado e que deverá ser dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame; e
- II - De forma presencial, em sessão pública a ser realizada na sede do município de Águas de Chapecó/SC.

#### Seção II

##### Das Etapas

Art. 6º A realização do pregão observará as seguintes etapas sucessivas:

- I - Planejamento da contratação;
- II - Publicação do aviso de edital;
- III - Apresentação de propostas e de documentos de habilitação;
- IV - Abertura da sessão pública e envio de lances, ou fase competitiva;
- V - Julgamento;
- VI - Habilitação;
- VII - Recursal;
- VIII - Adjudicação; e
- IX - Homologação.

#### Seção III

##### Dos Critérios de Julgamento das Propostas

Art. 7º Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a administração serão os de menor preço ou maior desconto, conforme dispuser o edital.

Parágrafo único. Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

#### Seção IV

##### Da Documentação

Art. 8º O processo relativo ao pregão será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

- I - Termo de referência;
- II - Planilha estimativa de despesa, se necessário;
- III - Previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;
- IV - Autorização de abertura da licitação;
- V - Designação do pregoeiro e da equipe de apoio;
- VI - Edital e respectivos anexos;
- VII - Minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;
- VIII - Parecer jurídico;
- IX - Os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;
- X - Documentação exigida e apresentada para a habilitação;
- XI - Proposta de preços do licitante;
- XII - Ata da sessão pública, que conterà os seguintes registros, entre outros:
  - a) os licitantes participantes;
  - b) as propostas apresentadas;
  - c) os lances ofertados, na ordem de classificação;
  - d) a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso;
  - e) a aceitabilidade da proposta de preço;
  - f) a habilitação;
  - g) a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;
  - h) os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e
  - i) o resultado da licitação;

XIII - Comprovações das publicações:

- a) do aviso do edital;
  - b) do extrato do contrato;
  - c) dos demais atos cuja publicidade seja exigida; e
- XIV - Ato de homologação.

§ 1º A instrução do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

§ 3º Fica dispensado o inciso VIII, caso haja parecer jurídico referencial exarado pelo órgão de assessoramento competente, que deverá ser anexado ao processo, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.

### CAPÍTULO III

#### DO ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO

Art. 9º A autoridade competente do órgão solicitante, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, demais servidores que se fizerem necessários e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.

§ 1º O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

§ 2º Caberá ao responsável do Setor ou Departamento de Licitações solicitar, junto ao provedor do sistema, o seu credenciamento, o do pregoeiro e o dos membros da equipe de apoio e das autoridades competentes.

Art. 10 O credenciamento no sistema permite a participação dos interessados em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando, por solicitação do credenciado, seja inativado ou excluído e/ou não preencha as condições estabelecidas pelo sistema designado.

§ 1º É de responsabilidade exclusiva do licitante qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema a ser utilizado ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que por terceiros.

§ 2º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

### CAPÍTULO IV

#### DA CONDUÇÃO DO PROCESSO

##### Seção I

##### Dos Órgão ou Entidade Promotora da Licitação

Art. 11 O pregão será conduzido pelo Setor ou Departamento de Licitações.

##### Seção II

##### Da Autoridade Competente

Art. 12 A autoridade competente é o Chefe do Poder Executivo ou pessoa por ele designada para responder pelos atos de sua atribuição no presente Decreto, cabendo-lhe:

- I - Decidir a forma do pregão, eletrônico ou presencial;
- II- Indicar o provedor do sistema a ser utilizado;
- III - Designar acerca do sigilo do preço;
- IV - Designar o modo de disputa; e,
- V - Designar o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Art. 13 Caberá ainda à autoridade competente do certame, de acordo com suas atribuições legais:

- I - Determinar a abertura do processo licitatório;
- II - Designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio;
- III - Decidir os recursos contra atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;
- IV - Adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;
- V - Homologar o resultado da licitação;
- VI- Assinar a ata de registro de preços; e,
- VII - Celebrar o contrato.

Parágrafo único. A assinatura da ata de registro de preços é de competência do pregoeiro ou da autoridade competente do certame.

## CAPÍTULO V DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

### Seção I Das Orientações Gerais

Art. 14 Na fase preparatória do pregão será observado o seguinte:

- I - Aprovação do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar;
- II - Elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- III - Definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública; e
- IV - Designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

Art. 15 O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§ 1º Para fins do disposto no caput, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

§ 2º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório.

### Seção II Das Designações do Pregoeiro e da Equipe de Apoio

Art. 16 Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem possuir a competência, designar agentes públicos para o desempenho das funções deste Decreto de:

- I - Pregoeiro;
- II - Membros da equipe de apoio;

§ 1º A critério da autoridade competente, o pregoeiro e os membros da equipe de apoio poderão ser designados para uma licitação específica, para um período determinado, admitidas reconduções, ou por período indeterminado, permitida a revogação da designação a qualquer tempo.

§ 2º Os órgãos e as entidades de que trata o § 1º do art. 1º estabelecerão planos de capacitação que contenham iniciativas de treinamento para a formação e a atualização técnica de pregoeiros, membros da equipe de apoio e demais agentes encarregados da instrução do processo licitatório.

### Seção III Do Pregoeiro

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

- I - Conduzir a sessão pública;
- II - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- III - Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- IV - Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- V - Verificar e julgar as condições de habilitação;
- VI - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- VII - Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII - Indicar o vencedor do certame;
- IX - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- X - Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- XI - Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

### Seção IV Da Equipe de Apoio

Art. 18 Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

Parágrafo único. A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo da Administração.

## Seção V Do Licitante

Art. 19 Caberá ao licitante interessado em participar do pregão:

### I - Na forma eletrônica:

- a) credenciar-se previamente no sistema eletrônico de licitação utilizado pela Central Permanente de Licitação;
- b) remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
- c) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) acompanhar as operações no sistema eletrônico de licitação durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- e) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e
- g) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio; e

### II - Na forma presencial:

- a) apresentar a documentação (credenciamento, proposta de preços e habilitação) na forma designada no Edital;
- b) acompanhar as sessões presenciais durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus de perda de negócios, decorrente da ausência de manifestação verbal do licitante, quando da provocação do pregoeiro;
- c) remeter, no prazo estabelecido, quando necessário, documentos complementares; e
- d) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

## CAPÍTULO VI DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DO EDITAL Seção I Da Publicação

Art. 20 A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Diário Oficial do Município - DOM e no sítio eletrônico oficial do município de Águas de Chapecó/SC.

§ 1º Nas hipóteses de pregão realizado para obras e serviços comuns de engenharia, com utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, além dos meios dispostos no caput, também deverá ser realizada publicação em diário oficial do respectivo ente.

§ 2º Em se tratando de obras comuns, serviços e compras de grande vulto, aquelas cujo valor estimado seja superior a vinte e cinco vezes o limite estabelecido na alínea "c" do inciso I do art. 23 e art. 120 da Lei Federal nº 8.666/1993, além dos meios dispostos no caput, também deverá ser realizada publicação em jornal de grande circulação.

## Seção II Do Edital

Art. 21 Os editais serão disponibilizados na íntegra no sítio eletrônico oficial do município de Águas de Chapecó/SC.

Parágrafo único. Em se tratando de pregão eletrônico, os editais também deverão ser disponibilizados na íntegra no sistema eletrônico de licitação adotado pelo sítio eletrônico oficial do município de Águas de Chapecó/SC.

## Seção III Da Modificação do Edital

Art. 22 As modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

## Seção IV Dos Esclarecimentos

Art. 23 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, na forma do edital.

§ 1º O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

§ 2º As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## Seção V Da Impugnação

Art. 24 Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

## CAPÍTULO VII DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO Seção I Do Prazo

Art. 25 O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis.

## Seção II Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação pelo Licitante

Art. 26 Quando se tratar de pregão na forma eletrônica, após a divulgação do edital nos locais designados neste Decreto, os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

§ 1º A etapa de que trata o caput será encerrada com a abertura da sessão pública.

§ 2º Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do município de Águas de Chapecó/SC, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

§ 3º O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no caput, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

§ 4º O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

§ 5º A falsidade da declaração de que trata o § 4º sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§ 6º Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

§ 7º Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo IX.

§ 8º Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

§ 9º Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 50.

Art. 27 Quando se tratar de pregão na forma presencial, após a divulgação do edital nos locais designados neste Decreto, os licitantes, no dia, hora e local designados, deverão comparecer à sessão pública para entrega dos envelopes na forma do Edital, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, acompanhada da declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

## CAPÍTULO VIII DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES Seção I Do Horário de Abertura

Art. 28 Em se tratando de pregão na forma eletrônica, a partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 29 Em se tratando de pregão na forma presencial, a partir do horário previsto no edital, a sessão pública será aberta pelo comando do pregoeiro, procedendo-se à imediata abertura do envelope de proposta de preços e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

## Seção II

### Da Conformidade das Propostas

Art. 30 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Parágrafo único. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema ou na ata da sessão pública, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

Art. 31 As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet, quando se tratar de pregão na forma eletrônica.

Art. 32 Em se tratando de pregão na forma presencial, a descrição do objeto, valor e eventuais documentos estarão disponíveis na sessão para os interessados ou qualquer cidadão que esteja presente, podendo posteriormente qualquer pessoa solicitar cópias do mesmo, na forma da Lei nº 12.527/2011.

## Seção III

### Da Ordenação e Classificação das Propostas

Art. 33 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance, quando se tratar de pregão na forma eletrônica.

Art. 34 Em se tratando de pregão na forma presencial, o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço.

§ 1º Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no caput, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

§ 2º Quando houverem proposta iniciais empatadas, o pregoeiro realizará sorteio na presença dos licitantes para definir a ordem de classificação.

## Seção IV

### Do Início da Fase Competitiva

Art. 35 Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando se tratar de pregão na forma eletrônica.

§ 1º O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

Art. 36 Em se tratando de pregão presencial, classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão apresentar lances verbais em sessão pelos proponentes.

## Seção V

### Dos Modos de Disputa no Pregão Eletrônico

Art. 37 Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

- I - Aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital; ou
- II - Aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

Parágrafo único. No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

#### Seção VI Do Modo de Disputa Aberto no Pregão Eletrônico

Art. 38 No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 37, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

§ 1º A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

§ 2º Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.

#### Seção VII Do Modo de Disputa Aberto e Fechado

Art. 39 No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inciso II do caput do art. 37, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

§ 1º Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

#### Seção VIII Da Desconexão do Sistema na Etapa de Lances no Pregão Eletrônico

Art. 40 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Art. 41 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

#### Seção IX Do Modo de Disputa no Pregão Presencial

Art. 42 Em se tratando de pregão na forma presencial, os licitantes apresentarão lances de forma verbal pelos seus representantes credenciados, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

§ 1º O pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

§ 2º A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

§ 3º Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

Art. 43 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

Art. 44 Em se tratando de pregão eletrônico, os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 43, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

Parágrafo único. Na hipótese de persistir o empate, no pregão eletrônico, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

## CAPÍTULO IX

### DO JULGAMENTO

#### Seção I

##### Da Negociação da Proposta

Art. 45 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico ou na sessão pública presencial, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema ou na sessão presencial e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, uma hora, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput, quando se tratar de pregão na forma eletrônica.

§ 3º Em se tratando de pregão na forma presencial, o instrumento convocatório deverá estabelecer o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da solicitação do pregoeiro na sessão, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput, podendo ser enviada por meio designado no Edital.

#### Seção II

##### Do Julgamento da Proposta

Art. 46 Encerrada a etapa de negociação de que trata o art. 43, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º, § 9º do art. 26 e art. 27, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X.

## CAPÍTULO X

### DA HABILITAÇÃO

#### Seção I

##### Da Documentação Obrigatória

Art. 47. Para habilitação dos licitantes será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

I - À habilitação jurídica;

II - À qualificação técnica;

III - À qualificação econômico-financeira;

IV - À regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e trabalhista;

V - À regularidade fiscal perante as fazendas estaduais, distrital e municipais, conforme for o caso; e

VI - Ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo único. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V do caput poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou Cadastro de Fornecedores do município de Águas de Chapecó/SC.

Art. 48 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

Parágrafo único. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o caput serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Art. 49 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

- I - A comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa líder, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante a União;
- II - A apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;
- III - A comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada, na forma estabelecida no edital;
- IV - A demonstração, por cada empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;
- V - A responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas etapas da licitação e durante a vigência do contrato;
- VI - A obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e
- VII - A constituição e o registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.

## Seção II Dos Procedimentos de Verificação

Art. 50 A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF e/ou Cadastro de Fornecedores do município de Águas de Chapecó/SC, nos documentos por ele abrangidos.

§ 1º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e/ou Cadastro de Fornecedores do município de Águas de Chapecó/SC serão enviados nos termos do disposto nos arts. 26 e 27.

§ 2º Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema (pregão eletrônico) e por meio designado no Edital (pregão presencial), no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro, observado o prazo disposto no §§ 2º e 3º do art. 43.

§ 3º A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

§ 4º Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 5º Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema (pregão eletrônico) ou por meio designado no Edital (pregão presencial), no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 6º No pregão realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto no Capítulo X.

§ 7º A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos de regulamento específico do disposto no art. 4º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, enquanto não houver regulamento específico do município de Águas de Chapecó/SC.

§ 8º Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

## CAPÍTULO XI DO RECURSO

Art. 51 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema (pregão eletrônico) ou de forma verbal (pregão presencial), manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

## CAPÍTULO XII

**DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO****Seção I****Da Autoridade Competente**

Art. 52 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso III e IV do caput do art. 13.

**Seção II****Do Pregoeiro**

Art. 53 Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 17.

**CAPÍTULO XIII****DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO**

Art. 54 O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 1º Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata, quando se tratar de pregão eletrônico.

§ 2º O procedimento descrito no parágrafo anterior poderá ser realizado no pregão presencial, podendo ser reiniciada sessão pública mediante aviso prévio publicado no sítio eletrônico oficial do município de Águas de Chapecó/SC com, no mínimo, três dias de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**CAPÍTULO XIV****DA CONTRATAÇÃO****Seção Única****Da Assinatura do Contrato ou da Ata de Registro de Preços**

Art. 55 Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

§ 1º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 56.

§ 3º O prazo de validade das propostas será de noventa dias, permitida a fixação de prazo diverso no edital.

**CAPÍTULO XV****DAS SANÇÕES**

Art. 56 Ficará impedido de licitar e de contratar com o município de Águas de Chapecó/SC, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I - Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- II - Não entregar a documentação exigida no edital;
- III - Apresentar documentação falsa;
- IV - Causar o atraso na execução do objeto;
- V - Não manter a proposta;
- VI - Falhar na execução do contrato;
- VII - Fraudar a execução do contrato;
- VIII - Comportar-se de modo inidôneo;
- IX - Declarar informações falsas; e
- X - Cometer fraude fiscal.

§ 1º As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;

§ 2º As sanções serão registradas e publicadas no SICAF e no Cadastro de Fornecedores do município de Águas de Chapecó/SC.

## CAPÍTULO XVI REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

Art. 57 A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

Parágrafo único. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

## CAPÍTULO XVII DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

Art. 58 O município de Águas de Chapecó/SC poderá adotar o sistema de dispensa eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - Contratação de serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso I do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;  
II - Aquisição de bens e contratação de serviços comuns, nos termos do disposto no inciso II do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993; e  
III - Aquisição de bens e contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, quando cabível.

§ 1º Ato da autoridade competente do município de Águas de Chapecó/SC regulamentará o funcionamento do sistema de dispensa eletrônica.

§ 3º Fica vedada a utilização do sistema de dispensa eletrônica nas hipóteses de que trata o art. 4º.

## CAPÍTULO XVIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59 Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 60 Os participantes de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto e qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet (pregão eletrônico) ou participando da sessão presencial (pregão presencial).

Art. 61 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

Art. 62 Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 63 Compete à Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulada por este Decreto.

Art. 64 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito do Município de  
Águas de Chapecó/SC, em 05 de agosto de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal  
Registre e Publique-se

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2020 - SERVIÇO DE RECAPAGEM DE PNEUS**

Publicação Nº 2591828

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Ata de registro:	08/2020
Licitação:	Processo de licitação Nº25/2020 Pregão Presencial P/ Registro de Preços Nº12/2020
Contratada:	BORILLI PNEUS LTDA FM PNEUS LTDA GIARETTA PNEUS LTDA EPP JUNGBLUTH E JUNGBLUTH LTDA EPP RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA
Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS P/ AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS
Valor:	R\$ 135.706,00 (Cento e trinta e cinco mil e setecentos e seis reais)
Proj. Ativ.	Orçamento Vigente
Vigência	12 MESES
ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC, 05 de agosto de 2020	
LEONIR ANTÔNIO HENTGES	
PREFEITO MUNICIPAL	

# Águas Frias

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATUAL Nº73/2020

Publicação Nº 2591675

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS  
Estado de Santa Catarina

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº ..... : 73/2020  
Contratante ..... : MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS  
Contratada ..... : COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA  
Objeto ..... : Aquisição de Insumos Agrícolas e Ferramentas Agrícolas, em conformidade com a Lei Municipal nº1.255/2019, Decreto Municipal nº226/2019 e Edital de Credenciamento nº1/2020  
Valor ..... : R\$ 4.930,62(quatro mil novecentos e trinta reais e sessenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início :06/08/2020 Término : 31/12/2020  
Licitação ..... : Inexigibilidade Nº.: 15/2020  
Processo ..... : 71/2020  
Aguas Frias, 05 de agosto de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA  
PREFEITO

### EXTRATO CONTRATUAL Nº74/2020

Publicação Nº 2591699

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS  
Estado de Santa Catarina

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº ..... : 74/2020  
Contratante ..... : MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS  
Contratada ..... : COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA  
Objeto ..... : Aquisição de Insumos Agrícolas e Ferramentas Agrícolas, em conformidade com a Lei Municipal nº1.255/2019, Decreto Municipal nº226/2019 e Edital de Credenciamento nº1/2020  
Valor ..... : R\$ 5.564,30(cinco mil quinhentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos)  
Vigência ..... : Início :06/08/2020 Término : 31/12/2020  
Licitação ..... : Inexigibilidade Nº.: 15/2020  
Processo ..... : 71/2020  
Aguas Frias, 05 de agosto de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA  
PREFEITO

### EXTRATO CONTRATUAL Nº75/2020

Publicação Nº 2591711

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS  
Estado de Santa Catarina

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº ..... : 75/2020  
Contratante ..... : MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS  
Contratada ..... : COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE EIRELI  
Objeto ..... : Aquisição de Insumos Agrícolas e Ferramentas Agrícolas, em conformidade com a Lei Municipal nº1.255/2019, Decreto Municipal nº226/2019 e Edital de Credenciamento nº1/2020  
Valor ..... : R\$ 9.592,33(nove mil quinhentos e noventa e dois reais e trinta e três centavos)  
Vigência ..... : Início :06/08/2020 Término : 31/12/2020  
Licitação ..... : Inexigibilidade Nº.: 15/2020  
Processo ..... : 71/2020  
Aguas Frias, 05 de agosto de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA  
PREFEITO

# Águas Mornas

## PREFEITURA

### CONVITE Nº 71/2020

Publicação Nº 2591892

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS MORNAS. AVISO DE LICITAÇÃO. Modalidade: Convite. Modalidade: Menor preço Global. Processo nº 71/2020. Objeto: Contratação de empresa para Pavimentação, drenagem pluvial, sinalização e passeios da Rua Ivo Estefano Broering, com extensão de 160,00m, totalizando 1.649,80m² e da Rua Engelberto Kirchner Neto com extensão de 169,00m, totalizando 1.710,80m², conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e convênio junto ao Ministério de Desenvolvimento Regional Nº 889106/2019, por intermédio da Caixa Econômica Federal, conforme especificações contidas no edital e seus anexos. Retirada do Edital: Na Prefeitura, à Praça José Adão Lehmkuhl, 62, Centro, Águas Mornas/SC, fone: (48) 3245-7252, das 07 às 12 horas, ou pelo site: [www.aguasmornas.sc.gov.br](http://www.aguasmornas.sc.gov.br). Entrega das Propostas: No mesmo Local acima, até às 10:30 horas do dia 13/08/2020. Águas Mornas, 06 de agosto de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 074/2020 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

Publicação Nº 2592883

DECRETO Nº 074/2020  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, I, da Lei nº 955/2019 de 06/11/2019,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no corrente exercício financeiro, no total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 0.1.44.000000 a seguinte dotação:

#### 06. SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0601.15.452.0006.2046	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública	50.000,00
3.3.90.00/0.1.44.000000	Outras Despesas Correntes	50.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 03 de agosto de 2020.

Omero Prim  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado aos três dias no mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

Toni Vidal Jochem  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 075/2020 INSTITUI REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES ESCOLARES NÃO PRESENCIAIS, PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO CALENDÁRIO LETIVO DO ANO DE 2020

Publicação Nº 2592752

DECRETO Nº 075/2020

Institui regime especial de atividades escolares não presenciais, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020.

OMERO PRIM, Prefeito de Águas Mornas no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do Art. 69, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

Considerando o que dispõem o art. 205 e seguintes da Constituição Federal, indicando que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

Considerando que o art. 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência,

discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB);

Considerando a Lei Complementar nº 170, de 07 de agosto de 1998, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação, e por não possuir Sistema Municipal de Ensino próprio;

Considerando o art. 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando que, no dia 11 de março do corrente ano, a Organização Mundial de Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando a suspensão das aulas na rede pública estadual e nas redes municipais de ensino, conforme Decretos emitidos pelo Estado de Santa Catarina e pelos Município de Águas Mornas;

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e suas alterações posteriores;

Considerando o disposto na Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

Considerando o parecer nº 005/2020 do CNE que trata da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o regime especial de atividades escolares não presenciais, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, definido essencialmente pela manutenção das atividades pedagógicas sem a interação de estudantes e professores nas dependências escolares, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino, nas etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

Parágrafo Único. Para efeito deste Decreto, são integrantes da Rede Municipal de Ensino do município de Águas Mornas as instituições de educação infantil e ensino fundamental no âmbito da educação básica, mantidas e administradas pelo poder público municipal;

Art. 2º O calendário escolar de 2020 passa a vigorar com as seguintes datas:

- I. De 03 a 10 de fevereiro – Semana pedagógica destinada a planejamento, reuniões e formação;
- II. De 10 de fevereiro a 18 de março calendários de atividades com aulas presenciais;
- III. 19/03: Início do período de suspensão das aulas presenciais nas unidades escolares;
- IV. 19/03 a 28/04: Suspensão de todas as atividades escolares;
- V. De 27/03 a 10/05: Período de formação e planejamento direcionada aos Gestores e Técnicos para a implementação de atividades escolares não presenciais;
- VI. De 24/04 a 10/05: Período de formação e planejamento para professores, Gestores e Técnicos para a implementação de atividades escolares não presenciais;
- VII. 11/05: Reinício do ano letivo por meio das atividades escolares não presenciais;
- VIII. 18/12: Previsão do encerramento do ano letivo com aulas;
- IX. 21, 22 e 23/ Conselho de Classe, fechamento de relatórios e documentação do ano letivo;
- X. 24/12 – Início do recesso de dezembro.

§ 1º O Calendário escolar detalhado será elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e poderá ser alterado de acordo com determinações de novas legislações ou de alteração de retorno às aulas presenciais.

§ 2º A partir do dia 11/05/2020, todas as atividades escolares não presenciais contabilizar-se-ão como carga horária letiva como se presencial fosse; não havendo a necessidade de reposição da carga horária cumprida neste período quando normalizadas as aulas presenciais.

Art. 3º Em caráter excepcional, os estabelecimentos de ensino cumprirão em 2020 o estabelecido pela Medida Provisória nº 934/2020 quanto aos dias letivos e a carga horária mínima.

Art. 4º Poderá a rede de Águas Mornas, verificada sua necessidade, continuar no retorno das atividades presenciais, inclusive no ano letivo de 2021, com atividades paralelas complementares, em plataforma digital ou impressa, com o objetivo de completar a carga horária mínima de 2020 e/ou consolidar o currículo de 2020.

§ 1º A carga horária letiva realizada durante o regime especial de atividades escolares não presenciais integra as 800 (oitocentas) horas anuais do Calendário Escolar de 2020.

§ 2º A carga horária letiva das atividades escolares não presenciais deve ser equivalente à carga horária do componente curricular integrante

da matriz curricular por etapa de ensino.

Art. 5º As matrículas e transferências de estudantes estão autorizadas entre as unidades escolares da rede ou entre redes, condicionadas à existência de vagas nas turmas.

§ 1º Os documentos exigidos para transferência ou matrícula de alunos devem ser digitalizados e encaminhados para o e-mail institucional da escola, na impossibilidade de serem entregues de forma física.

§ 2º No retorno às aulas presenciais, a família deverá apresentar os documentos originais do estudante.

Art. 6º Dada a diversidade do público de estudantes e dos contextos socioeconômicos, a sistemática do trabalho pedagógico no regime especial de atividades escolares não presenciais observará o seguinte:

I – Será disponibilizada plataforma virtual de aprendizagem, com atividades mediadas pelos professores, para os estudantes que possuem acesso à internet;

II – Serão disponibilizados materiais impressos, contendo atividades e orientações elaboradas pelos professores, para os estudantes que não possuem acesso à internet;

III – Serão utilizados outros meios digitais livres como facebook, whatsapp para a melhor mediação das atividades oferecidas.

§ 1º Cabe aos professores, com auxílio da equipe gestora da Unidade Escolar, identificar os alunos que possuem e os que não possuem acesso à internet, para os fins dos incisos I e II.

§ 2º Cabe à equipe gestora da Unidade Escolar, em conjunto com os professores de cada turma, avaliar a necessidade/utilidade/conveniência de permitir o uso de computadores e o acesso à internet, nas dependências das Unidades Escolares, aos estudantes que não dispõem de tais recursos, devendo ser observadas as medidas de precaução da Portaria SES nº 233, de 8 de abril de 2020, especialmente o atendimento com horário marcado, de modo a evitar aglomerações.

§ 3º Dinâmicas de reposição dos conteúdos deverão ser planejadas, oportunamente, pelas equipes gestora e pedagógica da Unidade Escolar, sob orientação da Secretaria de Educação, para aqueles alunos que não obtiverem, por qualquer motivo, acesso aos meios previstos nos incisos I e II.

§ 4º Na Educação Infantil o cumprimento da carga horária deve ser presencial seguindo o disposto no artigo 31 da LDB, que delimita a frequência mínima em 60% da carga horária obrigatória, mínima (480 horas) do calendário de educação infantil ou determinação de lei superior que encaminhe de outra forma.

§ 5º Sabe-se que quanto mais novas são as crianças, mais importante é o trabalho de intervenção educativa e interação social para o seu desenvolvimento cognitivo e socioemocional. Assim orientamos que:

I. No sentido de contribuir para minimização das eventuais perdas para as crianças, sugere-se que as escolas possam desenvolver alguns materiais de orientações aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais.

II. Ainda nessa situação de excepcionalidade para a educação infantil, dadas as particularidades socioeconômicas da maioria das famílias, deve-se cuidar para ampliar o sentido de atividades não presenciais a serem desenvolvidas com as crianças pequenas, neste sentido, quando possível, é importante que as escolas busquem uma aproximação virtual dos professores com as famílias, de modo a estreitar vínculos e melhor orientar os pais ou responsáveis na realização destas atividades com as crianças.

III. As atividades, jogos, brincadeiras, conversas e histórias propostos devem ter sempre a intencionalidade de estimular novas aprendizagens. Neste sentido, as soluções propostas pelas escolas e redes de ensino devem considerar que as crianças pequenas aprendem e se desenvolvem brincando prioritariamente.

IV. Para realização destas atividades, embora informais, mas também de cunho educativo, pelas famílias, sugere-se que as instituições de educação infantil possam elaborar orientações/sugestões aos pais ou responsáveis sobre atividades sistemáticas que possam ser realizadas com seus filhos em seus lares, durante o período de isolamento social.

V. Deve-se, ainda, admitir a possibilidade de tornar o contato com os pais ou responsáveis pelas atividades, mais efetivo com o uso de internet, celular ou mesmo de orientações de acesso síncrono ou assíncrono, sempre que possível. A escola, por sua vez, poderá definir a oferta do instrumento de resposta e feedback, caso julgue necessário. Essa possibilidade pode se configurar como algo viável e possível.

VI. Outra alternativa é o envio de material de suporte pedagógico organizado pelas escolas para as famílias ou responsáveis, considerando os cuidados necessários para evitar grandes aglomerações quando a entrega for feita na própria escola. Sugere-se também a utilização de materiais do MEC acerca de atividades a serem desenvolvidas para o atendimento das crianças que frequentam escolas de educação infantil.

VII. Assim, para crianças das creches (0 a 3 anos), as orientações para os pais devem indicar atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais, brincadeiras, jogos, músicas infantis. Para auxiliar pais ou responsáveis que não têm fluência na leitura, sugere-se que as escolas ofereçam aos cuidadores algum tipo de orientação concreta, como modelos de leitura em voz alta em vídeo ou áudio, para engajar as crianças pequenas nas atividades e garantir a qualidade da leitura.

VIII. Já para as crianças da pré-escola (4 e 5 anos), as orientações devem indicar, da mesma forma, atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais ou responsáveis, desenho, brincadeiras, jogos, músicas infantis e algumas atividades em meios digitais quando for possível. A ênfase deve ser em proporcionar brincadeiras, conversas, jogos, desenhos, entre outras para os pais ou responsáveis desenvolverem com as crianças. As escolas e redes podem também orientar as famílias a estimular e criar condições para que as crianças sejam envolvidas nas atividades rotineiras, transformando os momentos cotidianos em espaços de interação e aprendizagem. Além de fortalecer o vínculo, este tempo em que as crianças estão em casa pode potencializar dimensões do desenvolvimento infantil e trazer ganhos cognitivos, afetivos e de sociabilidade. Através dos campos de experiência da educação infantil, buscar desenvolver os objetivos do currículo para minimizar os déficits causados pelo afastamento social.

Art. 7º A formação pedagógica online, para aprimorar o uso de metodologias, mediadas ou não por tecnologias, da equipe docente, técnica/pedagógica e gestora das Unidades serão organizadas e oferecidas pela Secretaria de Educação.

Art. 8º O Planejamento Pedagógico remoto das atividades escolares, em regime especial, deverá ser elaborado de forma colaborativa e integrada entre as equipes, em diálogo com os diferentes contextos dos alunos e suas famílias, respeitando a carga horária correspondente à cada componente curricular.

§ 1º A estimativa de carga horária presente no planejamento deve levar em consideração o tempo de orientação direta do docente e o tempo estimado para o estudante desenvolver as atividades, de forma individual ou coletiva, sem intervenção do professor.

§ 2º As unidades escolares viabilizarão o uso de computadores e acesso à internet aos professores que não dispõem de tais recursos, respeitando as precauções, especialmente o atendimento com horário marcado, de modo a evitar aglomerações.

Art. 9º Nos planos de aula, o Professor selecionará objetos de conhecimento e conteúdo, habilidades e competências a serem desenvolvidos durante o regime especial de atividades escolares não presenciais, contemplando:

- I – Objetivos de aprendizagem a serem alcançados ou habilidades a serem desenvolvidas;
- II – Metodologia, práticas pedagógicas ou ferramentas não presenciais a serem utilizadas;
- III – carga horária correspondente a matriz curricular;
- IV – Data ou período de realização das atividades;
- V – Forma de registro da frequência do aluno; e
- VI – Critérios, instrumentos e formas de avaliação.

Art. 10 A avaliação da aprendizagem é um processo contínuo e cumulativo.

§ 1º No regime especial de atividades escolares não presenciais, a avaliação ocorrerá por meio de diferentes instrumentos avaliativos, com ou sem o suporte das plataformas virtuais de aprendizagem e em consonância com o planejamento do professor.

§ 2º As formas de avaliação não presenciais (durante o período de emergência) ou presenciais (ao serem retomadas as aulas) servirão de parâmetro para indicar o alcance do objetivo de aprendizagem pelo estudante e também servirão para o lançamento da avaliação final do estudante naquela disciplina/componente curricular.

§ 3º A avaliação do conteúdo desenvolvido nas atividades escolares não presenciais ficará a critério do planejamento elaborado pelo docente, podendo ser objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser realizada no período não presencial.

§ 4º Na Educação Infantil a avaliação obedecerá caput do art. 31 da LDB que define como meta o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental, devendo ser garantido nas atividades os direitos de aprendizagem a serem desenvolvidos para esta etapa e que obedeçam as propostas do Currículo do município, garantido os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento desta faixa etária.

§ 5º As atividades que eventualmente não puderem ser realizadas, por meio de atividades não presenciais, no período deste regime especial, deverão ser reprogramadas para reposição, no retorno ao regime presencial, sem prejuízo pedagógico.

§ 6º A verificação do rendimento escolar deverá observar os seguintes critérios:

- I – Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- II – Avaliação diagnóstica, analisar e interpretar evidências relativas à eficácia e eficiência dos processos de ensino e conforme os níveis de aproveitamento, avaliar os resultados, corrigindo as falhas do processo ensino-aprendizagem;
- III – Formativa, permitindo ao professor detectar o que o estudante compreendeu ou não do conhecimento recém ensinado, para então, proceder com reforço ou novas estratégias que recupere a aprendizagem do estudante, dando a este, condições de prosseguir em seu aprendizado.

Art. 11. Este Decreto não revoga as diretrizes de avaliação do processo de ensino-aprendizagem nos estabelecimentos do Sistema Municipal previstas em outros dispositivos legais.

Parágrafo único. Para fins de recuperação paralela de conteúdo, o professor deve proporcionar novas oportunidades de aprendizagem, sucedidas de avaliação.

Art. 12. O registro no sistema Online de aprendizagem ou as respostas em material impresso dos conteúdos e das atividades propostas, servirão para os processos avaliativos e a frequência.

Parágrafo único. A frequência dos alunos será registrada no retorno das aulas presenciais, de acordo com a realização das atividades durante o regime especial de atividades escolares não presenciais.

Art. 13. Em atendimento ao regime especial de atividades escolares não presenciais, cabe à Secretaria de Educação, aos Gestores/Equipes Pedagógicas, aos Professores, aos Estudantes e suas famílias, as seguintes atribuições:

**I – Compete à Secretaria de Educação:**

- a) estabelecer diretrizes, estratégias e ações para implementação, monitoramento e avaliação do regime especial de atividades escolares não presenciais para a Rede;
- b) coordenar a implementação do regime especial de atividades escolares não presenciais e oferecer suporte operacional e pedagógico às Unidades Escolares;
- c) disseminar orientações aos gestores e professores quanto ao planejamento pedagógico das atividades escolares não presenciais;
- d) promover formação online direcionada aos Gestores, Técnicos e Professores para a implementação de regime especial de atividades escolares não presenciais.
- e) coordenar o processo de implementação do regime especial de atividades escolares não presenciais;
- f) mapear e sistematizar informações acerca das Unidades Escolares, de modo a estruturar um plano de ações para o atendimento de todos os estudantes;
- g) promover ações que ofereçam suporte operacional e pedagógico às Unidades Escolares;
- h) orientar aos gestores sobre a implementação de atividades escolares não presenciais;
- i) oferecer o apoio necessário às Unidades Escolares para a distribuição de materiais impressos;
- j) acompanhar o desenvolvimento das atividades escolares, verificando a necessidade de reposição de carga horária;
- k) elaborar plano de retorno e reposição de aulas;
- l) acompanhar a execução das atividades de reposição programadas para cada classe;
- m) orientar os procedimentos para os registros referentes às atividades de reposição e à vida escolar dos estudantes.

**II – Compete aos Gestores e às Equipes Pedagógicas das Unidades Escolares:**

- a) coordenar, executar, monitorar e avaliar ações técnicas, administrativas e pedagógicas, para implementação do regime especial de atividades não presenciais;
- b) participar do processo de formação online, oferecido pela Secretaria e do planejamento coletivo e integrado das Unidades Escolares, para o regime especial de atividades não presenciais;
- c) coordenar as ações pedagógicas, junto aos professores e equipe pedagógica, para manter a unidade no trabalho oferecido aos estudantes pela escola, favorecendo a aprendizagem;
- d) realizar o mapeamento das formas de atendimento aos estudantes (virtual ou não), no que compete a realização das atividades escolares não presenciais;
- e) informar à Secretaria a quantidade de estudantes e professores que não possuem acesso ao computador e à internet;
- f) designar profissional(is) responsável(is) pela impressão e organização das atividades escolares não presenciais para os estudantes sem acesso à internet;
- g) organizar, com o apoio da Secretaria de Educação a logística e o cronograma da entrega e coleta de atividades impressas aos estudantes sem acesso à internet, respeitando as recomendações de prevenção da Secretaria da Saúde;
- h) realizar atendimento nas Unidades Escolares, em dias marcados e horas estipuladas, para a entrega e a coleta dos materiais, respeitando as medidas de precaução da saúde;
- i) viabilizar o uso de computadores e o acesso à internet nas Unidades Escolares aos professores e estudantes que não dispõem de tais recursos, respeitando as medidas de precaução da saúde;
- j) mapear e fazer a busca ativa dos estudantes que não estão desenvolvendo as atividades, estabelecendo contato com os pais/ responsáveis, com os devidos registros, viabilizando novas oportunidades e alternativas para realização do proposto;
- h) oferecer guia de orientações aos Pais e as Crianças na Organização das Atividades diárias;
- i) documentar todas as ações realizadas na escola e encaminhar mensalmente a documentação para SME.

**III – Compete aos Professores:**

- a) participar do processo de formação online e do planejamento coletivo e integrado da Unidade Escolar, para o regime especial de atividades escolares não presenciais;
- b) apoiar a Equipe Gestora e Equipe Pedagógica na realização do mapeamento das formas de atendimento aos estudantes (virtual ou não), no que compete a realização das atividades escolares não presenciais;
- c) realizar o planejamento pedagógico das atividades escolares não presenciais, considerando a Base Nacional Comum Curricular, o Currículo e o planejamento anual do componente curricular, bem como o PPP da Escola;
- d) disponibilizar atividades semanais aos estudantes, de forma online para os que possuem acesso à internet e de forma impressa aos estudantes sem conectividade;
- e) interagir com os estudantes e realizar processos avaliativos a partir das atividades propostas e por meio dos canais disponíveis;
- f) notificar periodicamente a escola sobre os estudantes que não estão acessando os materiais disponibilizados, para os devidos registros e sua busca ativa;
- g) disponibilizar os planos de aula, nos diversos meios, facilitando o acesso de estudantes e pais/responsáveis;
- h) propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: vídeo aulas, conteúdos organizados em plataforma virtual de ensino e aprendizagem (Cuboz), redes sociais, correio eletrônico, grupos de whatsapp, blogs e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa;
- i) incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os estudantes e familiares trabalhem as medidas

preventivas e higiênicas contra a disseminação da COVID-19, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais.

IV – Compete aos estudantes, com apoio de seus familiares/responsáveis:

- a) acompanhar os comunicados emitidos pela Secretaria, por meio de todos os canais oficiais de comunicação;
- b) acessar e realizar, as atividades de aprendizagem, encaminhadas pelos professores e ou pela Unidade Escolar, sejam elas digitais ou impressas;
- c) informar ao professor ou a escola, quando houver dificuldade ou impossibilidade de realização das atividades de aprendizagem (impressa/online), com as devidas justificativas;
- d) realizar as atividades escolares (impressa/online) e enviá-las, conforme orientações e prazos estabelecidos pelos professores e/ ou pela Unidade Escolar.

Art. 14 O cumprimento da carga horária mínima exigida poderá ser realizada com a ampliação do tempo da jornada escolar diária, reposição de aulas utilizando sábados letivos, prorrogação do calendário de atividades para o período de recesso ou para o ano seguinte ou com atividades complementares de acordo com o calendário a ser definido pela Secretaria de Educação.

Art. 15 A Secretaria Municipal de Educação poderá, se necessário, expedir instruções complementares para cumprimento do disposto no presente Decreto.

Art. 16 A Secretaria Municipal de Educação poderá resolver os casos específicos de sua Rede Municipal de Ensino, obedecidas às disposições legais.

Art. 17 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 19 de março de 2020.

Águas Mornas, 05 de agosto de 2020.

Omero Prim  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

Toni Vidal Jochem  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº 076/2020 FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DE QUE TRATA O ARTIGO 167, INCISO VI, DA CF/88**

Publicação Nº 2592756

DECRETO Nº 076/2020

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DE QUE TRATA O ARTIGO 167, INCISO VI, DA CF/88.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º da Lei nº 958/2019 de 06/12/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, VI, da CF/88, a dotação abaixo identificada:

### **03. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0301.04.122.0001.2004	Manutenção do Departamento de Pessoal, Patrimônio e Serviços Gerais	20.000,00
ANULA		
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
SUPLEMENTA		
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	20.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 05 de agosto de 2020.

Omero Prim  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado aos cinco dias no mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

Toni Vidal Jochem  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**ERRATA 01 AO PROCESSO 68/2020**

Publicação N° 2591950

ERRATA N° 01. Pregão Presencial 68/2020. Objeto: Aquisição de 01 (um) Micro Ônibus novo, 0 Km, ano/modelo 2020/2020 ou superior, com as especificações mínimas: 7.385 mm de comprimento, tração (4x2), motor dianteiro movido a diesel, de 4 cilindros em linha, com 150 cv de potência mínima, sistema de injeção direta/eletrônica, atendendo a norma Euro V, computador de bordo, caixa de mudança com no mínimo 5 velocidades a frente e 1 a ré, direção hidráulica integral, freio motor, sistema de freios a ar, com ABS, banco do motorista com amortecimento hidráulico e regulagens, com cinto de segurança com três pontos, pneus radiais 215/75 R17,5, num total de 7 pneus, distância mínima entre eixo mínimo de 3.750mm, tanque de combustível de no mínimo 90 litros, peso bruto total homologado de 7.200 kg. CARROCERIA: Aplicações: Rodoviário com dispositivo de acessibilidade, atendendo a norma ABNT NBR 15320; Estrutura: Aço galvanizado; Posição do motor: Dianteiro; Comprimento: 7.500 mm; Largura mínima: 2.200 mm; Altura Total mínima: 2.915 mm c/ AC; Altura mínima Interna: 1.900 mm; N° de passageiros sentados: 25 lugares no mínimo, em poltrona reclinável de encosto alto, garantia mínima de 12 meses, tudo conforme normas do DENATRAN, por meio de Convênio a ser repassado pelo Estado de Santa Catarina. Preço máximo unitário de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais). Entrega das propostas: Na Prefeitura, situada na Praça José Adão Lehmkuhl, 62 – Centro - Águas Mornas - SC, até as 09:00 horas do dia 18/08/2020. Águas Mornas, 06 de agosto de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

## Alto Bela Vista

## PREFEITURA

## ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO PR52/2020

Publicação Nº 2592121



## Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista



Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC  
CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br)  
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>

Chave de Autenticação Digital  
1848-4832-920

Página  
1 / 1

## Licitações Adjudicadas

**Licitação:** PR52/2020 **Modalidade:** Pregão **Registro de preço:** Não **Controla quantidade:** Sim  
**Objeto:** Aquisição de corrente nova com pintura anticorrosiva a ser utilizada na manutenção e reparação de distribuidor de adubo seco marca IAC, equipamento utilizado pela Gerência de Agricultura e Meio Ambiente.

**Fornecedor:** 2170 - MOACIR FORNARI IND. E COM. DE PEÇAS P/MAQ E VEÍC.

Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
05/08/2020	1	22675 - Corrente nova com pintura anticorrosiva para distribuidor de adubo seco marca IAC, largura de 60 cm, pinos de 1/2", com comprimento de 6,5 metros.	UN	1,00000	3.099,00000	3.099,00
Marca: NF						

Total Adjudicado (R\$): 3.099,00

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$): 3.099,00

CATIA TESSMANN REICHERT  
PREFEITA

**DECRETO Nº 3.056, DE 04 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591423

EXONERA AGENTE PÚBLICO NO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado o Servidor Pública Municipal, DINARTE RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento em comissão de ENCARREGADO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO, matrícula 892, a partir da presente data.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 04 de agosto de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ADRIANA KOLLER  
Responsável pelas Publicações

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PR52/2020

Publicação Nº 2592123



Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC  
CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br)  
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>



Chave de Autenticação Digital  
1448-8260-203

Página  
1 / 1

Licitações homologadas

Licitação: PR52/2020 Modalidade: Pregão Registro de preço: Não Controla quantidade: Sim  
Objeto: Aquisição de corrente nova com pintura anticorrosiva a ser utilizada na manutenção e reparação de distribuidor de adubo seco marca IAC, equipamento utilizado pela Gerência de Agricultura e Meio Ambiente.

Credor/Fornecedor: 2170-MOACIR FORNARI IND. E COM. DE PEÇAS P/MAQ E VEÍC.		
Data	Item	Un. Medida
05/08/2020	1	UN
Material/Serviço/Denominação		
22675 - Corrente nova com pintura anticorrosiva para distribuidor de adubo seco marca IAC, largura de 60 cm, pinos de 1/2", com comprimento de 6,5 metros.		

Total licitações homologadas: 1

CATIA TESSMANN REICHERT  
PREFEITA

**LEI COMPLEMENTAR Nº 096 DE 27 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591628

ALTERA O ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR 044 DE 18 DE JULHO DE 2011 QUE "DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores propôs, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga seguinte Lei Complementar,

Art. 1º Fica alterado o ANEXO III da Lei Complementar 044, de 18 de julho de 2011 passando a vigorar como a redação prevista no anexo desta lei.

Art. 2º As adequações decorrentes da realização da presente Lei, correrão por conta do Orçamento da Câmara de Vereadores.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Alto Bela Vista/SC, 27 de julho de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ADRIANA KOLLER  
Responsável pelas Publicações

**LEI COMPLEMENTAR Nº 097 DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591625

Extingue Cargos em comissão e Suprime dispositivos da Lei Complementar nº 085, de 12 de junho de 2017, e dá outras providências.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica suprimido o Parágrafo Único, e seus incisos, do artigo 13, da Lei Complementar nº 85, de 12 de junho de 2017.

Art. 2. Fica suprimido o Parágrafo Segundo, e seus incisos, do artigo 14, da Lei Complementar nº 85, de 12 de junho de 2017.

Art.3º. Ficam suprimidos os Parágrafos Terceiro e Quarto, juntamente com os seus incisos, do artigo 15, da Lei Complementar nº 85, de 12 de junho de 2017.

Art. 4º. Os anexos I, II e III, passam a vigorar com as adequações instituídas pela presente lei.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 05 de Agosto de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ADRIANA KOLLER  
Responsável pelas Publicações

**PORTARIA Nº 104, DE 04 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591438

CEDE SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO A CIDASC.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em especial pela Lei 710 de 09 de dezembro de 2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica cedida a servidora pública municipal Sra. YASMIN VENTURI CANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de MÉDICO VETERINÁRIO à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) para o desempenho de suas funções e atribuições em 5 horas semanais.

Art. 2º A cedência é exclusiva para a prestação de serviços de inspeções em produtos de origem animal em estabelecimentos agroindustriais do Município.

Art. 3º A cedência se processará com ônus para o Município até 31/12/2020.

Art. 4º As despesas decorrentes desta portaria serão consignadas em dotação orçamentária geral do Município.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando os efeitos da Portaria nº 165, de 10 de julho de 2019, e disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 04 de agosto de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER  
Responsável pelas publicações

**PREGÃO PRESENCIAL 56/2020**

Publicação Nº 2591473

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Alto Bela Vista torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão PR56/2020, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Objeto da licitação: Contratação de empresa especializada para realizar a instalação de ar condicionado em Retroescavadeira Randon RK406B, patrimônio nº 2445 e Rolo Compactador de Solo VOLVO série VCE05105LF0707175, Patrimônio nº 3374, equipamentos utilizados pela Gerência de Infraestrutura.

Data de entrega dos envelopes: 19/08/2020 às 08:40 horas no Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000.

Data de abertura dos envelopes: 19/08/2020 às 09:00 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000.

Edital na íntegra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Alto Bela Vista, fone (49) 3455-9022 ou e-mail [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br).

Alto Bela Vista-SC, 04/08/ 2020

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeito

# Anchieta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 135/2020

Publicação Nº 2591527

DECRETO Nº. 135/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.469, de 19 de novembro de 2019 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:  
TÍTULO I

#### CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.469, de 19 de novembro de 2019, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

#### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados a reforçar a dotação orçamentária abaixo especificada e constante do Orçamento Geral do Município, na seguinte conta, a saber:

##### 03- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

##### 01 - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

##### 04.122.0002.1.005- OBRAS/INSTALAÇÕES E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL

(13) 3.3.90.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Total ..... R\$ 10.000,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em conformidade com a seguinte conta, a saber:

##### 03- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

##### 01 - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

##### 04.122.0002.1.005- OBRAS/INSTALAÇÕES E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL

(14) 4.4.90.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Total ..... R\$ 10.000,00

#### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2468, de 14 de novembro de 2019, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores dessa lei, relativamente ao Crédito introduzido no presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 05 de agosto 2020.

IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

# Angelina

## PREFEITURA

### CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 01/2020 - FMS

Publicação Nº 2592063

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 01/2020  
(PRAZO DETERMINADO)

**MOTIVAÇÃO:** Trata-se de locação de imóvel destinado à instalação da Central de Triagem e Monitoramento da COVID-19, em virtude do grande aumento de casos de contaminação do referido vírus no Município de Angelina/SC, na qual visa um melhor atendimento e suporte aos pacientes com sintomas, suspeita ou confirmação de contágio pelo Novo Coronavírus, e assim, trazendo resultados mais satisfatórios à saúde da população, no que diz respeito a prevenção e enfrentamento da pandemia global pela COVID-19. Diante disto, após pesquisa pertinente junto ao Setor de Engenharia e Obras da Prefeitura Municipal, restou comprovado que o imóvel objeto do presente contrato de locação, está disponível nas imediações do paço municipal, inclusive a uma distância de aproximadamente 100 (cem) metros da Secretaria Municipal da Saúde, imóvel este com localização e acessibilidade ideal para atendimento dos munícipes.

**LOCADOR:** RENATO LUIZ VENTURA, brasileiro, divorciado, servidor público municipal, portador do CPF Nº 514.381.609-25 e RG Nº 1.757.636 – SESP/SC, residente e domiciliado à Rua Prefeito Osmar Celso Koerich, Nº 83, Centro – Angelina/SC, CEP: 88460-000.

**LOCATÁRIO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ANGELINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 08.321.661/0001-20, com sede na Rua Manoel Lino Koerich, Nº 69, Centro – Angelina/SC, CEP: 88460-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Maria Cristina Alves.

**CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO DE LOCAÇÃO:** O imóvel objeto do presente contrato de locação está localizado à Rua Manoel Duarte, Nº 48, Centro – Angelina/SC, CEP: 88460-000, medindo 650,36 m², registrado sob a matrícula Nº 28.026 junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz/SC.

**CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO E CONDIÇÕES:** O preço certo e ajustado do presente contrato de locação é o valor mensal de R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais), que serão pagos diretamente ao LOCADOR, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, mediante depósito em conta bancária de sua titularidade: BANCO: Caixa Econômica Federal (104), AGÊNCIA Nº 3684, CONTA CORRENTE Nº 23312-5, OPERAÇÃO: 001, podendo a rescisão ser unilateral e sumária, em caso de inadimplência.

**CLÁUSULA 3ª - DO PRAZO E NORMAS:** O presente contrato se dá por prazo determinado de 06 (seis) meses, à iniciar-se no dia 15 de julho de 2020 e tendo término no dia 31 de dezembro de 2020, ficando vedada a sublocação, podendo ser rescindido, unilateralmente e sumariamente, em caso de não observância de qualquer uma das cláusulas do presente contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO - DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO:** O LOCATÁRIO obriga-se a manter o imóvel em perfeitas condições de higiene, limpeza e conservação, no que refere à área interna e externa, sob pena de rescisão contratual unilateral e sumária, bem como obriga-se em prover adequações/melhorias no imóvel, necessárias para atividade/objeto fim do presente contrato - Instalação da Central de Triagem e Monitoramento da COVID-19.

**PARÁGRAFO SEGUNDO - DA RENOVAÇÃO/PRORROGAÇÃO DO CONTRATO:** Convencionam as partes contratantes que para renovação deste contrato, se for do interesse do LOCATÁRIO, o mesmo deverá notificar por escrito ao LOCADOR, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término do prazo de locação, estabelecido nesta cláusula, findo este prazo, sem manifestação do LOCATÁRIO, considera-se rescindido de pleno direito o contrato, devendo o LOCATÁRIO restituir o imóvel.

**PARÁGRAFO TERCEIRO - DA ENTREGA DAS CHAVES DO IMÓVEL:** O LOCATÁRIO se obriga a entregar as chaves do imóvel ao LOCADOR no prazo convencionado, completamente desocupado e nas condições recebidas, conforme relatório fotográfico comprobatório anexo, que demonstra sua condição no momento do recebimento/entrada do LOCATÁRIO. Que, em caso de comprovadas avarias, deve restituir os valores dispendidos na sua recuperação e ou prover diretamente o conserto necessário.

**CLÁUSULA 4ª - DAS TAXAS E DESPESAS:** Fica ao encargo do LOCATÁRIO o pagamento das faturas de energia elétrica (Celesc) e água (Casan).

**CLÁUSULA 5ª - DA ALIENAÇÃO:** A eventual alienação do imóvel à terceiros, não implicará na extinção do contrato, que continuará vigorando em sua plenitude, até o final do prazo previsto, devendo observá-lo rigorosa e fielmente.

**CLÁUSULA 6ª - DO FORO:** Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, fica eleito o Fórum da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz/SC, renunciando as partes qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual espontânea e conscientemente, sem espaços e sem rasuras, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para que surtam os efeitos devidos e legais.

Angelina (SC), 27 de julho de 2020

LOCADOR: \_\_\_\_\_  
RENATO LUIZ VENTURA

LOCATÁRIO: \_\_\_\_\_  
FUNDO MUNICIÁL DE SAÚDE DE ANGELINA  
MARIA CRISTINA ALVES

TESTEMUNHA 01: \_\_\_\_\_

TESTEMUNHA 02: \_\_\_\_\_

# Anitápolis

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PP 005/2020 - FMS**

Publicação Nº 2591696

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA – PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N°. 005/2020 – O Município de Anitápolis – SC, torna público aos interessados que, na sessão marcada para o dia 05 de agosto de 2020 às 09:00hs (nove horas), na modalidade Pregão Presencial – Edital 005/2020 – FMS, tendo como objeto o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa ou pessoa física para Prestação de Serviços na realização de consultas médicas especializadas em Ginecologia, para atender a demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde do município de Anitápolis/SC, verificou-se o NÃO COMPARECIMENTO de qualquer interessado, sendo assim, declarado como DESERTO. Anitápolis, 05/08/2020. José Carlos Borges– Secretário Municipal de Saúde.

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 88/2020

Publicação N° 2591840

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 88/2020. Origem: Processo Licitatório n. 79/2020, Pregão Presencial n. 48/2020. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Posto Antônio Carlos Ltda. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição parcelada de combustíveis (gasolina comum) para abastecimento da frota de veículos e máquinas do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame para o item 01, com valor total estimado em R\$ 214.000,00 (duzentos e catorze mil reais). Vigência: 03 de agosto de 2020 a 03 de agosto de 2021.

Antônio Carlos/SC, 05 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 063/2019

Publicação N° 2591560

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato n° 063/2019; Origem: Processo de Licitação 010/2019 – Concorrência Pública 01/2019; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: PNA CONSTRUÇÕES. Objeto: O termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do contrato, que consiste na "contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada para continuação da construção da creche "projeto padrão tipo 2", através do convênio N° 5543/2013, firmado entre o Ministério da Educação - Governo Federal – Programa Proinfância e o Município de Antônio Carlos, com área construída de 890,33 m², a ser construída na Rua H, Centro de Antônio Carlos. Prorrogação de Prazo: 30 dias. Novo Vencimento: 04 de setembro de 2020.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N 450/2020

Publicação N° 2591944

#### PORTARIA N° 450/2020

Realoca servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto Municipal 39/2020, em seu artigo 10, §3º e o Decreto Municipal nº 43/2020;

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Realocar temporariamente o servidor PAULO PEREIRA DE JESUS, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, para atuar na SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL, a contar de 03 de agosto de 2020.

Artigo 2º - No período em que estiver realocado o servidor fará jus a INSALUBRIDADE, conforme Art. 72 da Lei nº 558/92.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/08/2020.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 05 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de agosto de 2020.

**PORTARIA N 451/2020**

Publicação N° 2591945

PORTARIA N° 451/2020  
Concede férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS aos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
JOÃO JUNKES	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	01/08/2018 a 31/07/2019	04/08/2020 a 02/09/2020
SALÉSIO VOLTOLINI	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	14/02/2016 a 13/02/2020	05/08/2020 a 03/09/2020

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 04 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 05 de agosto de 2020.

**TERMO ADITIVO - SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N° 137/2018**

Publicação N° 2591884

**TERMO ADITIVO****SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N° 137/2018**

Segundo termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa MBR 11 – TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.589.041/0001-68, com sede a Rua 280, nº 204, apto 702, Meia Praia, Itapema/SC, neste ato representado pelo seu proprietário Sr. Ricardo Alexandre Nunes Pereira, residente e domiciliado na Rua 280, nº 204, Meia Praia, Itapema/SC, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E SUPORTE TÉCNICO ÁREA DE INFORMÁTICA POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE HARDWARES E SOFTWARES DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA E TELEFONIA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, SERVIÇOS DE BACKUP, SEM FORNECIMENTOS DE PEÇAS, CONFORME ITENS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I”, conforme Processo Licitatório nº 98/2018, Pregão Presencial nº 74/2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Fica prorrogado o prazo anunciado na Cláusula 4.1 do Contrato nº 137/2018, cujo novo vencimento será no dia 20 de agosto de 2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Fica mantida o preço da prestação do serviço no valor de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), sendo pago mensalmente a importância de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

**CLÁUSULA QUARTA** – As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 05 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	MBR 11 – TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA
Contratante	Contratada

## Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

# Apiuna

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3550

Publicação Nº 2592090

DECRETO Nº3550/2020  
De 03/08/2020

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### DECRETA

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 918/2019 de 26/11/2019:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 11.000,00 (Onze mil Reais), da seguinte dotação orçamentária:

08	Secretaria da Industria, Comercio e Turismo	
001	Secretaria da Industria, Comercio e Turismo	
0023.0695.0801.2080	Implantação de Sinalização Turística	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
13	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.1301.2130	Manutenção e Reforma de Espaços Esportivos	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	6.000,00
	Subtotal	6.000,00
	TOTAL	11.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 11.000,00 (Onze mil Reais), na seguintes dotação orçamentária:

08	Secretaria da Industria, Comercio e Turismo	
001	Secretaria da Industria, Comercio e Turismo	
0023.0695.0801.2080	Implantação de Sinalização Turística	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	5.000,00
	Subtotal	5.000,00
13	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.1301.2130	Manutenção e Reforma de Espaços Esportivos	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	6.000,00
	Subtotal	6.000,00
	TOTAL	11.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 03 de Agosto de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES  
Prefeito Municipal

## Arabutã

## PREFEITURA

LAUDO PP 28/2020

Publicação N° 2592621

## PARECER AMOSTRA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 049/2020.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/2020.

Objeto: LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS.

Após a análise dos materiais apresentados para verificação do atendimento dos mesmos às especificações contidas no Edital, decide-se:

ITEM	DESCRIÇÃO	Empresa	LAUDO
1	PRÓTESE TOTAL SUPERIOR (PT-S) ACRILIZADA: Confeccionada em acrílico termo-polimerizável com dentes com as seguintes características dupla prensagem (corpo e esmalte), com resistência mecânica alta, química alta, abrasão alta. Ausência total de bolhas ou porosidades. Fluorescência natural. Certificado ISSO. INCLUI: PLACA DE MORDIDA, MONTAGEM, CEROPLASTIA, PRENSAGEM, ACRILIZAÇÃO, com moldagem.	ETC LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA LTDA	<b>APROVADO:</b> De acordo as exigências do edital.
2	PRÓTESE TOTAL INFERIOR (PT-I) ACRILIZADA: Confeccionada em acrílico termo-polimerizável com dentes com as seguintes características dupla prensagem (corpo e esmalte), com resistência mecânica alta, química alta, abrasão alta. Ausência total de bolhas ou porosidades. Fluorescência natural. Certificado, ISSO. INCLUI: PLACA DE MORDIDA, MONTAGEM, CEROPLASTIA, PRENSAGEM, ACRILIZAÇÃO, com moldagem.	ETC LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA LTDA	<b>APROVADO:</b> De acordo as exigências do edital.
3	PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL SUPERIOR (PPR-S): Estrutura metálica fundida em cromo-cobalto, confeccionada em acrílico termo-polimerizável com dentes com as seguintes características: dupla prensagem (corpo e esmalte), com resistência mecânica alta, química alta, abrasão alta. Ausência total de bolhas ou porosidades. Fluorescência natural. Certificado,	ETC LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA LTDA	<b>APROVADO:</b> De acordo as exigências do edital.

	ISSO INCLUI: PLACA DE MORDIDA, MONTAGEM, CEROPLASTIA, PRENSAGEM, ACRILIZAÇÃO, com moldagem.		
4	PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL INFERIOR (PPR-I) : Estrutura metálica fundida em cromocobalto, confeccionada em acrílico termopolimerizável com dentes com as seguintes características: dupla prensagem (corpo e esmalte), com resistência mecânica alta, química alta, abrasão alta. Ausência total de bolhas ou porosidades. Fluorescência natural. Certificado, ISSO INCLUI: PLACA DE MORDIDA, MONTAGEM, CEROPLASTIA, PRENSAGEM, ACRILIZAÇÃO, com moldagem	ETC LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA LTDA	<b>APROVADO:</b> De acordo as exigências do edital.

Amostra entregue no dia 28 de julho de 2020.

Arabutã-SC, 29 de julho de 2020.

Luciana Cassol  
Dentista

Rafael Suzin Marini  
Dentista

**PARECER PP 28/2020**

Publicação N° 2592556

Processo: 049/2020

Licitação: Pregão Presencial nº. 028/2020

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de laboratório para realização de próteses dentárias para atender as demandas da população do Município

Considerando o parecer da análise das amostras emitido pela Secretaria Municipal de Saúde (conforme anexo), a qual APROVOU as amostras das próteses dentárias fica declarada vencedora a empresa ETC LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA LTDA.

Sendo assim, abre-se prazo de recurso de 03 (três) dias, prorrogável por igual período, a contar da data de publicação, conforme inciso I, art. 109 da Lei 8.666/93, para que as empresas, caso queiram, apresentem recurso quanto a decisão.

Arabutã/ SC, 05 de Agosto de 2020.

CLAUDIA RAFAELA WEIMER  
Pregoeira

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### 1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL TOMADA DE PREÇO 0004/2020

Publicação N° 2591673

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Arroio Trinta

1ª Retificação ao Edital de Tomada de Preço nº 0004/2020

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Valor Global.

OBJETO: Contratação de empresa especializada visando a execução de obra, com o devido fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, necessários para construção de passeio público com pavimentação em Paver de Concreto, com espessura de 8 cm, na localidade da Praça dos Motoristas, com julgamento por valor global, conforme quantitativos e especificações listadas pelo Edital seus anexos.

O Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, Sr. Claudio Spricigo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.666/93,

Considerando a sugestão apresentada pela Diretoria da CAEP (Conselho de Assuntos Econômicos Paroquiais), para modificação do traçado da Rua junto a Praça dos Motoristas;

Considerando que em momento posterior à publicação do processo Licitatório, houve alterações no projeto/planta e alterações de quantidades e valores da obra informados na Planilha Orçamentária;

Considerando o que é dever da Administração Pública corrigir os seus próprios atos;

#### RESOLVE:

Fica alterado o Anexo IX – Proposta, conforme modificações apresentadas no projeto/planta (Anexo XVI) e Planilha Orçamentária (Anexo XV), contendo todas as informações necessárias dos itens com os devidos quantitativos e valores unitários totais atualizados:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QTD.	VLR. MAX. UN. (COM BDI 23,05 %)	VLR. MAX. TOTAL.
1.	PAVIMENTAÇÃO EM PAVERS DE CONCRETO COM ESPESSURA DE 8 CM			148.682,71	
1.1.	PASSEIO PÚBLICO			148.682,71	
1.1.1	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	44	42,88	1.886,72
1.1.2	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL E COLORIDO, ESPESSURA 8 CM, 35 MPA, COM COLCHAO DE PEDRISCO DE ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M²	1.834,12	79,33	145.500,74

1.2.3	PLACA DE SINALIZA- CAO VIARIA QUADRA- DA L = 60 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	3	431,75	1.295,25
VALOR TOTAL				148.682,71	

2ª ALTERAÇÃO: Fica alterada a data de abertura Da Tomada de Preço N° 0004/2020, para o dia 21/08/2020, sendo que o credenciamento deverá ser realizado até as 14:00 horas, e abertura da sessão às 14:30 do mesmo dia.  
As demais condições do edital permanecem inalteradas.

Arroio Trinta - SC, 05 de agosto de 2020.

Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal

# Ascurra

## PREFEITURA

### DECRETO N. 3625

Publicação Nº 2592824

DECRETO N. 3.625 DE 27 DE JULHO DE 2020.

PRORROGA AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS - COVID-19 E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 72, incisos IV e V da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único financiado nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (CF, art. 198, § 1º).

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n. 630, de 1º de junho de 2020, exarado pelo Governador de Santa Catarina, delegando aos Municípios a deliberação acerca de medidas mais restritivas para contenção da propagação do coronavírus (covid-19);

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde reconheceu a existência de pandemia do coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a rápida proliferação do vírus Covid-19, sendo necessária a restrição de circulação de pessoas e de aglomerações;

CONSIDERANDO que a manutenção da situação epidêmica do Município de Ascurra está classificada como de Risco Potencial "Gravíssimo", levando em conta a Matriz de Avaliação do Risco Potencial Regional, instituída pela Secretaria de Estado da Saúde no âmbito do Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID-19, do Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a necessidade de se adotar medidas "promotoras de isolamento social", a fim de evitar o colapso do sistema de saúde pública do Município de Ascurra e região;

CONSIDERANDO as competências municipais estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como a necessidade do Município de Ascurra estabelecer recomendações e determinações em face do atual cenário de emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO as deliberações realizadas pelo Comitê Central de Crise para planejamento e execução das medidas e ações de prevenção, contenção e enfrentamento da pandemia de coronavírus e o aumento no número de pessoas diagnosticadas no município;

CONSIDERANDO o dever e responsabilidade do Poder Público dado o atual quadro de expansão do contágio, estabelecer medidas voltadas a evitar o colapso do sistema de saúde do Município;

CONSIDERANDO a aproximação do Dia dos Pais, cuja data comemorativa importa no aumento de circulação de pessoas na véspera junto ao comércio local;

CONSIDERANDO que o descumprimento das medidas aqui tomadas poderá importar em medidas ainda mais restritivas;

DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogadas as medidas previstas no art. 2º e 3º do Decreto n. 3603/2020, pelo período de 07 (sete) dias.

Art. 2º O art. 3º do Decreto n. 3603/2020 passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º [...]

I - o comércio em geral, prestadores de serviço, clínicas de estética e salões de beleza, ressalvados mercados, supermercados e farmácias, poderão funcionar com atendimento dentro do estabelecimento comercial de segunda à sexta, das 8h às 18h, e aos sábados das 8h às 18h, devendo-se respeitar as seguintes exigências: [...]

Art. 3º Os estabelecimentos comerciais que se localizem às margens da Rodovia BR 470 que não possuem medidas mais restritivas impostas pelos Decretos n. 3603 e 3613 deverão observar a Portaria n. 116/2020 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Não havendo previsão específica na referida portaria, o estabelecimento comercial se sujeitará ao previsto nos decretos municipais para o comércio em geral.

Art. 4º Fica revogado o art. 2º, inciso I, alínea 'c' do Decreto n. 3603/2020.

Art. 5º Fica autorizada a realização de missas e cultos em igrejas ou templos de qualquer culto com a participação de fiéis, limitado a uma celebração por semana, observando o disposto nas Portarias n. 269 e 254 da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 6º Fica autorizado a realização de audiências presenciais de instrução em Processos Administrativos Disciplinares, quando não for possível sua realização por videoconferência, estando ratificadas as audiências já realizadas.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor em 04 de agosto de 2020.

Ascurra, 27 de julho de 2020.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 48/2020

Publicação Nº 2591858

Município de Ascurra

Edital de Tomada de Preço n. 38/2020

Extrato de contrato n. 48/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA

CNPJ: 12.535.370/0001-02

Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM PARTE DA AVENIDA BRASÍLIA, DA RUA BENJAMIN CONSTANT E DA RUA DOM BOSCO, TODAS LOCALIZADAS NO BAIRRO CENTRO, EM ASCURRA (SC), PERFAZENDO UM TOTAL DE 1151,00 METROS DE

EXTENSÃO E 13.650,00M<sup>2</sup> DE ÁREA A SER PAVIMENTADA, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E DEMAIS EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, MEMORIAL DE CÁLCULO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, BDI E PROJETOS, DENTRE OUTROS ANEXOS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 38/2020.

Validade: 31/12/2020

Valor Total: R\$792.902,88

Ascurra, 6 de agosto de 2020.

Lairton Antonio Possamai  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 49/2020

Publicação Nº 2591943

Município de Ascurra

Edital de Tomada de Preço n. 42/2020

Extrato de contrato n. 49/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: JC CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA

CNPJ: 05.898.011/0001-54

Objeto: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA DE CONCRETO SEXTAVADA NA RUA VEREADOR ALDO VALDIR PINTARELLI (TRECHO II), BAIRRO NOSSA SENHORA DE LURDES, EM ASCURRA (SC), PERFAZENDO UM TOTAL DE 280 METROS DE EXTENSÃO E 2.205,00M<sup>2</sup> DE ÁREA DE PISTA, COM ASSENTAMENTO DE MEIO FIO, DRENAGEM PLUVIAL, FAIXAS ELEVADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DENTRE OUTROS SERVIÇOS RELACIONADOS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E DEMAIS EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, MEMORIAL DE CÁLCULO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, BDI E PROJETOS, DENTRE OUTROS ANEXOS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 42/2020.

Validade: 31/12/2020

Valor Total: R\$205.096,71

Ascurra, 06 de agosto de 2020.

Lairton Antonio Possamai  
Prefeito Municipal

## SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41/2019

Publicação Nº 2591846

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41/2019

Pelo presente Contrato Administrativo nº 41/2019, firmado em 30 de julho de 2019, entre o MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.772/0001-61, com sede na Rua Benjamin Constant, nº. 221, nesta cidade, representado por seu Prefeito Municipal Senhor LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a empresa J C CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA EPP, com sede na Rua Princesa Isabel, nº 884, Bairro Bela Vista, cidade de Ibirama (SC), inscrita no CNPJ sob n. 05.898.011/0001-54, neste ato representado por seu representante legal, Senhor VILMAR VENDRAMI, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente termo aditivo, tudo de conformidade com Edital de Tomada de Preços nº 46/2019, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, da seguinte forma:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DA OBRA

Fica prorrogado o prazo para a conclusão da obra prevista no contrato administrativo n. 41/2019 em 30 (trinta) dias, com término da obra até 4/9/2020.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

Conforme parecer técnico n. 24/2020, emitido pelo Engenheiro Civil do Município de Ascurra:

Em acompanhamento semanal a obra. Relato as condições determinantes para adição de prazo:

- Das condições: Devido à paralisação pela ocorrência da PANDEMIA ocasionada pelo CORONAVÍRUS E OU COVID 19. Ao atraso na vistoria da obra pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Conclusão: Para conclusão/finalização da obra, devido às condições relatadas, a empresa necessitará de uma adição de prazo, com no mínimo 30 (trinta) dias.

Portanto, entende-se plausível e justificada a necessidade de adição de prazo para a conclusão da obra.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas estabelecidas no Contrato Administrativo n. 41/2019, firmado em 30 de julho de 2019, em decorrência do Edital de Tomada de Preços n. 46/2019.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas no presente termo aditivo, firmando-o em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Ascurra, 4 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE ASCURRA

Lairton Antonio Possamai

MUNICÍPIO

J C CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA EPP

Vilmar Vendrami

CONTRATADA

# Atalanta

## PREFEITURA

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

Publicação Nº 2592327

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2020

PREGÃO PRESENCIAL 23/2020

PARA REGISTRO DE PREÇOS

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE ATALANTA - SC torna público que realizará LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020, MENOR PREÇO POR ITEM, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA/MÁQUINA DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA EQUIPADA COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, COM OPERADOR E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATADA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL. Entrega dos envelopes contendo os "documentos de habilitação" e "proposta de preço" e documentos de credenciamento ATÉ DIA 19 DE AGOSTO DE 2020, ATÉ ÀS 08H45MIN E ABERTURA ÀS 09H15MIN NO MESMO DIA. Informações/Cópia na íntegra do Edital junto a Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Atalanta, em horário de expediente, à Avenida XV de novembro, nº 1030, Centro na cidade de Atalanta - SC, ou pelo e-mail [licitacao@atalanta.sc.gov.br](mailto:licitacao@atalanta.sc.gov.br), ou no site [www.atalanta.sc.gov.br](http://www.atalanta.sc.gov.br) ou pelo fone (47)3535-0015. Atalanta, 05 de Agosto de 2020. JUAREZ MIGUEL RODERMEL – Prefeito Municipal.

# Aurora

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 25/2020**

Publicação Nº 2592480

**PORTARIA Nº 25 DE 05 DE AGOSTO DE 2020****JUSTIFICA FALTA DA SERVIDORA DO PODER  
LEGISLATIVO**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA,** No uso de suas atribuições legais e regimentais:

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica justificada a falta da servidora Edinária Aucieres Gesser Kestring - Auxiliar de Serviços Gerais da Câmara de Vereadores de Aurora, sem desconto em seus vencimentos e da frequência do banco de horas.

**Art. 2º.** A falta ao trabalho do dia 05 à 07 de agosto de 2020, devidamente comprovada por atestado médico.

**Art. 3º** Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 05 de agosto de 2020.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**BRUNO NIEHUES FERMINO**

Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 211/2020**

Publicação Nº 2592442

**RESOLUÇÃO Nº. 0211 DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

*Regulamenta a restituição de despesas com passagens aéreas em caso de cancelamento do evento na Câmara Municipal de Aurora/SC.*

A MESA DIRETORA, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Regimento Interno, para que seja aprovada e posteriormente promulgada a seguinte RESOLUÇÃO:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Resolução regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Aurora/SC, a Lei Municipal nº. 1.346 de 23 de setembro de 2009.

§1º Sujeitam-se ao disposto nesta Resolução os vereadores e servidores da Câmara Municipal de Aurora/SC.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, considera-se:

I - não participação involuntária: caso em que os vereadores e servidores não participam do evento em razão do cancelamento ou não realização do mesmo pelos responsáveis ou, sendo realizado, os vereadores e servidores apresentem justificativa legal para não comparecimento;

II - não participação voluntária: caso em que os vereadores e servidores não participam do evento sem quaisquer justificativas e/ou atestado, sendo o evento realizado;

**CAPÍTULO II**  
**DA DEVOLUÇÃO DE VALORES ADIANTADOS**

Art. 3º No caso de não participação involuntária, os vereadores e servidores deverão restituir à Câmara Municipal de Vereadores os valores que o ente tenha despendido com passagens aéreas ou terrestres e/ou diárias em até quatro parcelas iguais de transferência

bancária de conta pessoal para a conta da Câmara Municipal ou depósito nominal para a conta da Câmara Municipal, desde que requerido.

Art. 4º No caso de não participação voluntária, os vereadores e servidores deverão restituir à Câmara Municipal de Vereadores os valores que o ente tenha despendido com passagens aéreas ou terrestres e/ou diárias em até dois dias úteis, nos exatos termos da Lei nº 1.346/2009.

Art. 5º Serão consideradas justificativas legais, para efeito do disposto no art. 2º:

I - Encontrar-se o Vereador ou Servidor representando oficialmente o Poder Legislativo em atos externos;

II - Luto;

III - Casamento próprio ou de membro da família até segundo grau;

IV - Nascimento de filhos;

V - Doença do Vereador ou Servidor ou de membro da família até segundo grau, comprovada mediante apresentação de atestado médico, que deverá instruir requerimento dirigido ao Presidente da Câmara, no prazo de 03 (três) dias;

Parágrafo único. A ausência deverá ser comunicada e a justificativa comprovada.

Art. 6º O setor competente deverá proceder à anotação do parcelamento requerido e conferência das transferências bancárias e/ou dos depósitos nominais que sejam creditados na conta bancária da Câmara Municipal.

### CAPÍTULO III

#### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º. Eventuais omissões serão disciplinadas guardando simetria com os normativos próprios expedidos pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Aurora/SC, 05 de agosto de 2020.

Bruno Niehues Fermino

Presidente

# Balneário Arroio do Silva

## PREFEITURA

### OFICIO Nº 63/2020

Publicação Nº 2591713

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

Of. nº 063/2020-DT

Balneário Arroio do Silva-SC, 05 de agosto de 2020.

À Empresa  
TURISMAR IMÓVEIS, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA  
Nesta

Assunto: INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE OPOSIÇÃO

Senhor contribuinte,

Venho por meio deste, informar que tramita na esfera administrativa o Processo Administrativo (PA) nº 918/2020, formulado por LEANDRO PEREIRA GONÇALVES, onde o mesmo requer a alteração cadastral de contribuinte pela posse, do cadastro imobiliário do imóvel inscrito sob o nº 4660, referente ao lote 22.984 da quadra B63 do Loteamento Morro dos Conventos Zona Nova.

Desta forma, em respeito ao princípio do contraditório, fica esta Empresa INTIMADA para que no PRAZO DE 10 (DEZ) dias apresente oposição ao pedido formulado, sob pena de deferimento do requerimento interposto.

Tal oposição deverá ser apresentada pessoalmente ou através do e-mail [iptu@arroiodosilva.sc.gov.br](mailto:iptu@arroiodosilva.sc.gov.br) mencionando o número do Processo Administrativo.

Sendo o que tinha para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente.

ROSANA COELHO CAETANO  
Diretora de Tributos

### PORTARIA Nº 920/2020

Publicação Nº 2591565

Portaria nº 920, de 31 de julho de 2020.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO PROCESSANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município, combinado com os Artigos 99 a 116, todos da Lei Complementar Municipal nº 108, de 13 de dezembro de 2019, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Balneário Arroio do Silva", e

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda o direito aos Municípios de Legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a ação disciplinar tem a finalidade de garantir a aplicação e respeito aos princípios previstos no Artigo 37, da Constituição Federal, a ordem e a justiça, visando atender ao interesse público e aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e da eficiência;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público zelar pelo adequado funcionamento dos Órgãos da Administração Municipal e fazer cumprir os regramentos destinados aos Servidores Municipais, especialmente aqueles que dizem respeito aos deveres funcionais;

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo Disciplinar é o instrumento jurídico de que se vale a autoridade administrativa quando necessita aferir a responsabilidade de agente público e, se for o caso, aplicar a respectiva sanção;

CONSIDERANDO que aos Servidores Públicos Municipais devem ser garantidos o respeito ao devido Processo Administrativo Disciplinar, a ampla defesa e o contraditório;

CONSIDERANDO a importância do exercício do poder disciplinar, como garantia da ordem administrativa;

CONSIDERANDO que a atividade processante impõe conhecimento especializado para o atendimento das formalidades essenciais;

CONSIDERANDO que em respeito ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (Art.1º, III, CF 1988), o poder disciplinar não deverá ser exercitado de forma arbitrária, desproporcional ou desmotivada;

CONSIDERANDO a manifestação favorável da Assessoria Jurídica do Município, por meio de Parecer, a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apuração das possíveis irregularidades praticadas pela Servidora Pública Municipal, constantes dos documentos que instruem o Processo Administrativo nº 000566/2020;

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, foi instituída pelo Decreto Municipal nº 037, de 16 de março de 2020;

CONSIDERANDO que é dever da administração Pública, apurar fatos que cheguem a seu conhecimento, especialmente aqueles contenham possíveis indícios de irregularidade e/ou ilegalidade com a finalidade de apurar os fatos e identificar a autoria e possíveis responsáveis, bem como verificar a existência ou não de prejuízos ao erário;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa, em seu Artigo 10, veda em tese condutas desta natureza;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e necessidade administrativa na questão;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Instaurado a Abertura de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apuração das supostas condutas irregulares praticadas pela Servidora Pública Municipal, D.R.R, Matrícula Funcional nº 4.712, ocupante do Cargo de Provimento em efetivo de Monitor de Artes Manuais, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Social, sob pena de sanções impostas a Lei Complementar Municipal nº 108, de 13 de dezembro de 2019, que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Balneário Arroio do Silva”.

Art. 2º Para cumprimento ao disposto no Artigo 1º, a Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar será composta pelos Servidores Públicos Municipais, OSVALDINO FERNANDES JUNIOR, Agente Administrativo, Matrícula Funcional nº 4.875, que a Presidirá, GIOVANI MOTTA MARTINS, Agente Administrativo, Matrícula Funcional nº 252 e MARCIA BERNADINO Professor, Matrícula Funcional nº 6.515, dentre os nomeados pelo Decreto Municipal nº 037, de 16 de março de 2020, que Institui a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, todos Servidores Estáveis, ocupantes de Cargos Efetivos do Quadro de Pessoal desta Municipalidade.

§ 1º A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

§ 2º A Comissão poderá promover a tomada de depoimentos, acareações, requisição de documentos e demais diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, recorrendo, quando necessário, a servidores públicos municipais com conhecimento técnico, visando à elucidação completa dos fatos.

§ 3º Os membros da Comissão terão livre acesso às dependências e instalações dos órgãos e entidades da Administração Municipal, bem como aos documentos, relatórios e informações necessárias à realização dos trabalhos, inclusive aos sistemas informatizados, estando sujeito a aplicação de penalidade administrativa quem impedir sonegar ou recusar imotivadamente o fornecimento de documentos ou informações.

§ 4º A Comissão poderá notificar qualquer servidor para prestar depoimento, o qual deverá ser dispensado por seu superior hierárquico, sem prejuízo de sua remuneração, pelo tempo que for necessário ou, ainda, convidar terceiros que possam colaborar na elucidação dos fatos investigados.

§ 5º A notificação e/ou convite de que trata o § 4º poderá ser realizada pessoalmente, via postal com aviso de recebimento ou por meio eletrônico, com a confirmação do envio ao destinatário do endereço eletrônico.

§ 6º Os meios de notificação e/ou convite previstos no § 5º não estão sujeitos a ordem de preferência.

§ 7º Presumem-se válidas as notificações dirigidas ao endereço residencial, ou eletrônico, informado pelo servidor público em sua ficha funcional, cabendo a este sua atualização sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

§ 8º O servidor que, injustificadamente, não comparecer ou se recusar a prestar esclarecimentos à Comissão, quando comprovadamente notificado, estará sujeito à penalidade de repreensão por escrito.

§ 9º A Comissão terá como Secretário, servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

§ 10 As reuniões e as audiências da Comissão terão caráter reservado e serão realizadas em local e horário previamente definido pelo Presidente da Comissão.

§ 11 É proibido aos membros da Comissão tornar públicas quaisquer opiniões a respeito do fato responsabilizado aos servidores, sob seus julgamentos, antes de concluído o Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º Os membros da Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar dedicarão tempo integral aos seus trabalhos, ficando, então, dispensados do registro de ponto eletrônico, bem como exercerão suas atividades com independência e imparcialidade, sendo assegurado o sigilo necessário na elucidação dos fatos ou exigidos pelo interesse da Administração.

§ 1º É dever dos integrantes da Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar ter discrição e guardar sigilo sobre os documentos e assuntos que lhes sejam submetidos em razão do exercício regular da função, sob pena de responsabilidade administrativa.

§ 2º As reuniões da Comissão deverão ocorrer em local isolado, sendo permitida somente a presença dos seus componentes e dos interessados, ou de profissionais com prerrogativas.

§ 3º As reuniões da Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar serão realizadas periodicamente e deverão ser registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 4º A Comissão Especial de Inquérito fica impedida de permitir a retirada dos autos do Processo Administrativo Disciplinar da Sede do Centro Administrativo Municipal, salvo por membro da comissão acompanhado pelo advogado devidamente habilitado pelos servidores investigados, para a obtenção de cópia reprográfica.

Parágrafo único. Poderá ser concedida também aos servidores ou aos advogados devidamente habilitados cópia dos autos do processo em arquivo digital.

Art. 5º A Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar poderá, ao final dos procedimentos de que trata este Decreto, sugerir medidas que impliquem no aperfeiçoamento dos serviços públicos e na inibição de novas ocorrências das mesmas irregularidades apuradas.

Art. 6º A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação deste Decreto, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à Administração Superior desta entidade, admitida sua prorrogação por igual prazo quando as circunstâncias o exigirem, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Balneário Arroio do Silva.

Art. 7º Não haverá retribuição pecuniária pelos trabalhos desenvolvidos pela Comissão, sendo seus serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 8º A Assessoria Jurídica do Município dará o assessoramento necessário ao funcionamento da presente Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 9º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 721 de 05 de maio de 2020.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 31 de julho de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração e Finanças, em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 921/2020**

Publicação Nº 2591568

Portaria nº 921, de 31 de julho de 2020.

**INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO PROCESSANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município, combinado com os Artigos 99 a 116, todos da Lei Complementar Municipal nº 108, de 13 de dezembro de 2019, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Balneário Arroio do Silva", e

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda o direito aos Municípios de Legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a ação disciplinar tem a finalidade de garantir a aplicação e respeito aos princípios previstos no Artigo 37, da Constituição Federal, a ordem e a justiça, visando atender ao interesse público e aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e da eficiência;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público zelar pelo adequado funcionamento dos Órgãos da Administração Municipal e fazer cumprir os regramentos destinados aos Servidores Municipais, especialmente aqueles que dizem respeito aos deveres funcionais;

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo Disciplinar é o instrumento jurídico de que se vale a autoridade administrativa quando necessita aferir a responsabilidade de agente público e, se for o caso, aplicar a respectiva sanção;

CONSIDERANDO que aos Servidores Públicos Municipais devem ser garantidos o respeito ao devido Processo Administrativo Disciplinar, a ampla defesa e o contraditório;

CONSIDERANDO a importância do exercício do poder disciplinar, como garantia da ordem administrativa;

CONSIDERANDO que a atividade processante impõe conhecimento especializado para o atendimento das formalidades essenciais;

CONSIDERANDO que em respeito ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (Art.1º, III, CF 1988), o poder disciplinar não deverá ser exercitado de forma arbitrária, desproporcional ou desmotivada;

CONSIDERANDO a manifestação favorável da Assessoria Jurídica do Município, por meio de Parecer, a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apuração das possíveis irregularidades praticadas pela Servidora Pública Municipal, constantes dos documentos que instruem o Processo Administrativo nº 0001036/2019;

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, foi instituída pelo Decreto Municipal nº 037, de 16 de março de 2020;

CONSIDERANDO que é dever da administração Pública, apurar fatos que cheguem a seu conhecimento, especialmente aqueles contenham possíveis indícios de irregularidade e/ou ilegalidade com a finalidade de apurar os fatos e identificar a autoria e possíveis responsáveis, bem como verificar a existência ou não de prejuízos ao erário;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa, em seu Artigo 10, veda em tese condutas desta natureza;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e necessidade administrativa na questão;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica Instaurado a Abertura de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apuração das supostas condutas irregulares praticadas pela Servidora Pública Municipal, C.M.P.K, Matrícula Funcional nº 526, ocupante do Cargo de Provimento em efetivo de Professor, vinculado a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, sob pena de sanções impostas a Lei Complementar Municipal nº 108, de 13 de dezembro de 2019, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Balneário Arroio do Silva".

Art. 2º Para cumprimento ao disposto no Artigo 1º, a Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar será composta pelos Servidores Públicos Municipais, OSVALDINO FERNANDES JUNIOR, Agente Administrativo, Matrícula Funcional nº 4.875, que a Presidirá, GIOVANI MOTTA MARTINS, Agente Administrativo, Matrícula Funcional nº 252 e MARCIA BERNADINO Professor, Matrícula Funcional nº 6.515, dentre os nomeados pelo Decreto Municipal nº 037, de 16 de março de 2020, que Institui a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, todos Servidores Estáveis, ocupantes de Cargos Efetivos do Quadro de Pessoal desta Municipalidade.

§ 1º A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

§ 2º A Comissão poderá promover a tomada de depoimentos, acareações, requisição de documentos e demais diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, recorrendo, quando necessário, a servidores públicos municipais com conhecimento técnico, visando à elucidação completa dos fatos.

§ 3º Os membros da Comissão terão livre acesso às dependências e instalações dos órgãos e entidades da Administração Municipal, bem como aos documentos, relatórios e informações necessárias à realização dos trabalhos, inclusive aos sistemas informatizados, estando sujeito a aplicação de penalidade administrativa quem impedir sonegar ou recusar imotivadamente o fornecimento de documentos ou informações.

§ 4º A Comissão poderá notificar qualquer servidor para prestar depoimento, o qual deverá ser dispensado por seu superior hierárquico, sem prejuízo de sua remuneração, pelo tempo que for necessário ou, ainda, convidar terceiros que possam colaborar na elucidação dos fatos investigados.

§ 5º A notificação e/ou convite de que trata o § 4º poderá ser realizada pessoalmente, via postal com aviso de recebimento ou por meio eletrônico, com a confirmação do envio ao destinatário do endereço eletrônico.

§ 6º Os meios de notificação e/ou convite previstos no § 5º não estão sujeitos a ordem de preferência.

§ 7º Presumem-se válidas as notificações dirigidas ao endereço residencial, ou eletrônico, informado pelo servidor público em sua ficha funcional, cabendo a este sua atualização sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

§ 8º O servidor que, injustificadamente, não comparecer ou se recusar a prestar esclarecimentos à Comissão, quando comprovadamente notificado, estará sujeito à penalidade de repreensão por escrito.

§ 9º A Comissão terá como Secretário, servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

§ 10 As reuniões e as audiências da Comissão terão caráter reservado e serão realizadas em local e horário previamente definido pelo Presidente da Comissão.

§ 11 É proibido aos membros da Comissão tornar públicas quaisquer opiniões a respeito do fato responsabilizado aos servidores, sob seus julgamentos, antes de concluído o Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º Os membros da Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar dedicarão tempo integral aos seus trabalhos, ficando, então, dispensados do registro de ponto eletrônico, bem como exercerão suas atividades com independência e imparcialidade, sendo assegurado o sigilo necessário na elucidação dos fatos ou exigidos pelo interesse da Administração.

§ 1º É dever dos integrantes da Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar ter discrição e guardar sigilo sobre os documentos e assuntos que lhes sejam submetidos em razão do exercício regular da função, sob pena de responsabilidade administrativa.

§ 2º As reuniões da Comissão deverão ocorrer em local isolado, sendo permitida somente a presença dos seus componentes e dos interessados, ou de profissionais com prerrogativas.

§ 3º As reuniões da Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar serão realizadas periodicamente e deverão ser registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 4º A Comissão Especial de Inquérito fica impedida de permitir a retirada dos autos do Processo Administrativo Disciplinar da Sede do Centro Administrativo Municipal, salvo por membro da comissão acompanhado pelo advogado devidamente habilitado pelos servidores investigados, para a obtenção de cópia reprográfica.

Parágrafo único. Poderá ser concedida também aos servidores ou aos advogados devidamente habilitados cópia dos autos do processo em arquivo digital.

Art. 5º A Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar poderá, ao final dos procedimentos de que trata este Decreto, sugerir medidas que impliquem no aperfeiçoamento dos serviços públicos e na inibição de novas ocorrências das mesmas irregularidades apuradas.

Art. 6º A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação deste Decreto, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à Administração Superior desta entidade, admitida sua prorrogação por igual prazo quando as circunstâncias o exigirem, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Balneário Arroio do Silva.

Art. 7º Não haverá retribuição pecuniária pelos trabalhos desenvolvidos pela Comissão, sendo seus serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 8º A Assessoria Jurídica do Município dará o assessoramento necessário ao funcionamento da presente Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 9º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 722 de 05 de maio de 2020.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 31 de julho de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração e Finanças, em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL  
Secretário de Administração e Finanças

# Balneário Camboriú

## PREFEITURA

### 132/2020

Publicação Nº 2591914

CONTRATO PMBC PUBLICAÇÃO EM 06/08/2020

ONDE SE LÊ:

Contrato 132/2020 – PMBC

PREGÃO Nº 009/2020 RP

CONTRATADA: CELSO RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI.

LÊ SE:

Contrato 132/2020 – PMBC

PREGÃO Nº 009/2020 RP

CONTRATADA: FLORICULTURA PEGORINI LTDA.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

Portaria nº 25.245/2018

### 141/2020

Publicação Nº 2591916

RESUMO CONTRATO PMBC PUBLICAÇÃO EM 06/08/2020

TORNAR SEM EFEITO:

Contrato 141/2020 – PMBC

PREGÃO 033/2020 - RP

Órgão: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

CONTRATADA: PLANATERRA - TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de pavimentação asfáltica.

VALOR GLOBAL: R\$ 47.764,48(quarenta e sete mil e setecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

Despesa:238.

Prazo contratual: 03 meses.

Balneário Camboriú – SC – 15/06/2020.

SÓCIOS:

GERSON DE BORBA DIAS; E

SANDRÉ GRANZOTTO MACEDO.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

Portaria nº 25.245/2018

### 146/2020

Publicação Nº 2591920

RESUMO CONTRATO PMBC PUBLICAÇÃO EM 06/08/2020

PREGÃO Contrato 146/2020 – PMBC

010/2020 - PMBC - RP

Órgão: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

CONTRATADA: COTRANS LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.

CNPJ: 77.637.684/0001-61.

OBJETO: CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO.

VALOR GLOBAL: R\$ 106.400,00(cento e seis mil e quatrocentos reais).

Despesa: 240.

Prazo contratual: 08 meses.

Balneário Camboriú – SC – 1º/07/2020.

SÓCIOS:

ESPÓLIO DE OSNI PRATES PACHECO;

MATHEUS PICCOLI PACHECO;

GISELLE BRUNOR PACHECO EBRAHIM;

JULIANA BRUNOR PACHECO PUGAS;

DANIELI CONTER COSTA MUELLER;

GISLAINE SERA MEIGA PACHECO;

BRUNO SARMENTO PUGAS; E

FÁBIO ADRIANO ZARICHEN EBRAHIM.  
SAMARONI BENEDET  
Secretário de Compras  
Portaria nº 25.245/2018

**147/2020**

Publicação Nº 2591921

Contrato 147/2020 – PMBC  
Pregão 012/2020 - PMBC -RP  
Órgão: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.  
CONTRATADA: L.M.L.M DISTRIBUIDORA DE CAFÉ LTDA.  
CNPJ: 16.098.108/0001-07.  
OBJETO: Contrato de aquisição de gênero não perecível/café.  
VALOR GLOBAL: R\$ 7.315,00 (sete mil e trezentos e quinze reais).  
Despesas: 52, 51, 42 e 739.  
Prazo contratual: 06 meses.  
Balneário Camboriú – SC – 01/07/2020.  
SÓCIAS:  
LUDMILA BRUM POSSANI; E  
MARIANA FERREIRA ALMEIDA.  
SAMARONI BENEDET  
Secretário de Compras  
Portaria nº 25.245/2018

**148/2020**

Publicação Nº 2591926

RESUMO CONTRATO PMBC PUBLICAÇÃO EM 06/08/2020  
Contrato 148/2020 – PMBC  
Pregão 009/2020 - PMBC -RP  
Órgão: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.  
CONTRATADA: BC AGRO COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI.  
CNPJ: 29.220.447/0001-58.  
OBJETO: Contrato de aquisição parcelada de mudas de arbustos e árvores.  
VALOR GLOBAL: R\$ 70.950,00(setenta mil e novecentos e cinquenta reais).  
Despesa: 583  
Prazo contratual: 07 meses.  
Balneário Camboriú – SC – 01/07/2020.  
SÓCIO:  
DANIEL HEESCH.  
SAMARONI BENEDET  
Secretário de Compras  
Portaria nº 25.245/2018

**149/2020**

Publicação Nº 2591929

RESUMO CONTRATO PMBC PUBLICAÇÃO EM 06/08/2020  
Contrato 149/2020 – PMBC  
PREGÃO 033/2020 - RP  
Órgão: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.  
CONTRATADA: PLANATERRA - TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.  
CNPJ: 82.743.832/0001-62.  
OBJETO: Contrato de prestação de serviços de pavimentação asfáltica.  
VALOR GLOBAL: R\$ 89.469,66 (oitenta e nove mil e quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos).  
Despesa: 582  
Prazo contratual: 03 meses.  
Balneário Camboriú – SC – 10/07/2020.  
Ordem de Início de Serviços a partir de 10/07/2020  
SÓCIOS:  
GERSON DE BORBA DIAS; E  
SANDRÉ GRANZOTTO MACEDO.  
SAMARONI BENEDET  
Secretário de Compras  
Portaria nº 25.245/2018

**150/2020**

Publicação Nº 2591934

**RESUMO CONTRATO PMBC PUBLICAÇÃO EM 06/08/2020**

Contrato 150/2020 – PMBC

PREGÃO 033/2020 - RP

Órgão: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

CONTRATADA: PLANATERRA - TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

CNPJ: 82.743.832/0001-62.

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de pavimentação asfáltica.

VALOR GLOBAL: R\$ 140.206,94 (cento e quarenta mil e duzentos e seis reais e noventa e quatro centavos).

Despesa: 582

Prazo contratual: 02 meses.

Balneário Camboriú – SC – 10/07/2020.

Ordem de Início de Serviços a partir de 10/07/2020

SÓCIOS:

GERSON DE BORBA DIAS; E

SANDRÉ GRANZOTTO MACEDO.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

Portaria nº 25.245/2018

**151/2020**

Publicação Nº 2591937

**RESUMO CONTRATO PMBC PUBLICAÇÃO EM 06/08/2020**

Contrato 151/2020 – PMBC

PREGÃO 042/2020 RP

Órgão: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

CONTRATADA: INCORPORADORA GRAN-PARA LTDA.

CNPJ: 13.419.654/0001-04.

OBJETO: Contratação de empresa técnica especializada para prestação de serviço de construção, reforma e manutenção de calçadas estampadas em concreto armado, na rua 3020.

VALOR GLOBAL: R\$ 202.044,69(duzentos e dois mil e quarenta e quatro reais e sessenta e nove centavos).

Despesa:582

Balneário Camboriú – SC – 10/07/2020.

Ordem de Início de Serviços a partir de 10/07/2020

Prazo contratual: 02 meses.

SÓCIOS:

JEFERSON BEVERVANSO; E

ORLANDO BEVERVANSO NETO.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

Portaria nº 25.245/2018

**152/2020**

Publicação Nº 2591939

**RESUMO CONTRATO PMBC PUBLICAÇÃO EM 06/08/2020**

Contrato 152/2020 – PMBC

PREGÃO 042/2020 RP

Órgão: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

CONTRATADA: PLANATERRA - TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

CNPJ: 82.743.832/0001-62.

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de pavimentação asfáltica.

VALOR GLOBAL: R\$ 28.619,39(vinte e oito mil e seiscentos e dezenove reais e trinta e nove centavos).

Despesa:582

Balneário Camboriú – SC – 28/07/2020.

Ordem de Início de Serviços a partir de 28/07/2020

Prazo contratual: 03 meses.

SÓCIOS:

JEFERSON BEVERVANSO; E

ORLANDO BEVERVANSO NETO.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

Portaria nº 25.245/2018

**1º TERMO DE ERRATA DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2020 – PMBC**

Publicação Nº 2591862

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIU  
SECRETARIA DE COMPRAS

1º TERMO DE ERRATA DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2020 – PMBC

Com base no § 4º - art. 21 da Lei Federal 8666/93, o Edital de licitação acima epigrafado, publicado neste mesmo diário e no site [www.bc.sc.gov.br](http://www.bc.sc.gov.br), cujo objeto trata-se de credenciamento de prestadores de serviços artísticos- culturais para o Município de Balneário Camboriú, sofrerá alterações na sua publicação, conforme abaixo:

Será acrescentado:

No Anexo IV o item: GRAFFIT

CATEGORIA: Pintura artística em técnica de graffit até pé direito de 2,5 m altura

UNIDADE: METRO QUADRADO

VALOR: R\$120,00

Tendo em vista que a alteração supracitada interfere nas condições de participação, fica postergada a nova data para realização do credenciamento.

Ficam mantidas as demais condições do edital e seus anexos integrantes.

Balneário Camboriú, 05 de agosto de 2020.

Samaroni Benedet

Secretário de Compras

**1º TERMO DE ERRATA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2020 – PMBC**

Publicação Nº 2592493

1º TERMO DE ERRATA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2020 – PMBC

COMPRASNET Nº 060/2020

Em conformidade ao art. 21, §4º da Lei Federal 8.666/93, o Edital de licitação acima epigrafado, publicado no site [www.bc.sc.gov.br](http://www.bc.sc.gov.br), cujo objeto trata-se do Registro de Preços de materiais para marcenaria, sofrerá alteração nos quantitativos dos itens do Anexo I – Relação de itens do objeto do Edital, que se encontra disponibilizada no mesmo site.

O prazo para entrega dos envelopes e abertura das propostas ficam alteradas para às 09h30min do dia 18 de agosto de 2020, na Secretaria de Compras desta Prefeitura.

Ficam mantidas as demais condições do edital e seus anexos integrantes.

Balneário Camboriú, 05 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

**DISPENSA LICITATÓRIA - TERMO Nº 035/2020 – SSSM/FMS**

Publicação Nº 2592155

PMBC- PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIU

SECRETARIA DE COMPRAS

DISPENSA LICITATÓRIA - TERMO Nº 035/2020 – SSSM/FMS

Objeto: A Secretaria de Saúde solicita a contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços médicos, para atender a demanda do HMRC, na UTI do Centro de Acolhimento e Tratamento do COVID-19, devido a situação de emergência no Município de Balneário Camboriú, em função do risco de surto do Novo Corona-vírus - COVID- 19, de acordo com o ART. 4º DA LEI 13.979/2020, anexa aos autos.

Contratado: VIVER SERVIÇOS MEDICOS LTDA CNPJ: 28.417.862/0001-33,

Valor global: R\$ 139.872,00 ( cento e trinta e nove mil oitocentos e setenta e dois reais)

Prazo de entrega: imediato.

Vigência: 31 dias

Pagamento: mensal até 07 dias úteis após entrega da nota fiscal.

Amparo legal: art. 24, inciso "IV" C/C o ART. 4º DA LEI 13.979/2020 da Lei Federal nº 8.666/93.

Motivação/anexos: Ofício nº 641/2020-SSSM; Solicitação nº 2549/2020 – SSSM, Bloqueio Orçamentário 844; Proposta; Certidões; Declarações, Lei 13.979/2020

Balneário Camboriú, 05 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDET

Secretario de Compras

**EXTRATO DE CONTRATO - TERMO Nº 145 E 145/2020 - PMBC**

Publicação Nº 2592687

**RESUMO CONTRATO PMBC**

Contrato 145/2020 – PMBC

TOMADA DE PREÇOS 003/2020-PMBC

Órgão: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

CONTRATADA: PRO ENGTEC AUTOMAÇÃO EIRELI.

CNPJ: 17.980.694/0001-73.

OBJETO: Execução de obra de iluminação pública viária e deslocamento de postes na Avenida Panorâmica, com fornecimento de materiais e mão de obra.

VALOR GLOBAL: R\$ 135.000,20 (cento e trinta e cinco mil reais e vinte centavos).

Despesa: 582

Balneário Camboriú – SC – 01/07/2020.

Ordem de Início de Serviços a partir de 13/07/2020

Prazo contratual: 02 (dois) meses.

SÓCIO: GUSTAVO DOS SANTOS MEISTER

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

Portaria nº 25.245/2018

**EXTRATO DE CONTRATO - TERMOS Nº 144/2020 - PMBC**

Publicação Nº 2592682

**RESUMO CONTRATO PMBC**

Contrato 144/2020 – PMBC

TOMADA DE PREÇOS 004/2020-PMBC

Órgão: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

CONTRATADA: C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

CNPJ: 01.650.178/0001-40.

OBJETO: Execução de obra de reconstrução parcial da rede de drenagem pluvial situada entre as ruas Plínio Salgado e Machado de Assis.

VALOR GLOBAL: R\$ 41.752,59 (quarenta e um mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

Despesa: 232

Balneário Camboriú – SC – 01/07/2020.

Ordem de Início de Serviços a partir de 13/07/2020

Prazo contratual: 30 dias.

SÓCIO: WALNEY AGILIO RAIMONDI

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

Portaria nº 25.245/2018

**INEXIGIBILIDADE LICITATÓRIA – TERMO Nº 001/2020- FMAS**

Publicação Nº 2592645

PMBC- PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIU

SECRETARIA DE COMPRAS

INEXIGIBILIDADE LICITATÓRIA – TERMO Nº 001/2020- FMAS

Objetivo: O Fundo Municipal de Assistência Social solicita a contratação por inexigibilidade licitatória referente chamamento público nº 001/2020 que tem por objeto credenciar pessoas jurídicas que realizem o serviço de acolhimento institucional em casa de passagem, para adultos de ambos os sexos, em situações de rua, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral, conforme Portaria nº 369 de 29 de abril de 2020 do Ministério da Cidadania.

Contratados:

INSTITUTO REDENÇÃO, CNPJ nº 10.197.909/0001-35, Valor R\$ 111.000,00 (cento e onze mil reais);

INSTITUTO REDENÇÃO, CNPJ nº 10.197.909/0004-88, Valor R\$ 27.750,00 (vinte e sete mil setecentos e cinquenta reais)

Valor global: R\$ 138.750,00 (cento e trinta e oito mil setecentos e cinquenta reais)

Prazo contratual: 03 meses

Pagamento: mensal conforme acolhimento diário por vaga;

Embasamento legal: Art. 25, caput da Lei 8.666/93;

Documentos apensados: Solicitações nº 301 e 302/2020/FMAS; Ofícios nº 120 E 121/2020, Dotação Orçamentária nº 895; documentação para habilitação referente ao edital de credenciamento, Certidões Negativas de Débitos e demais documentos.

Balneário Camboriú, 05 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDET

SECRETARIO DE COMPRAS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2020 – FMS**

Publicação Nº 2592489

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2020 – FMS

COMPRASNET Nº 120/2020

OBJETO: Reforma e adequação de vestiários anexo ao Centro Municipal de Acolhimento e Tratamento do COVID-19.

VALOR ESTIMADO: R\$ 101.762,99.

DATA DA SESSÃO ELETRÔNICA: 19 de agosto de 2020. HORÁRIO: 09h30min.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Código UASG: 988039.

Balneário Camboriú, 05 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2020 – PMBC**

Publicação Nº 2592490

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2020 – PMBC

COMPRASNET Nº 119/2020

OBJETO: Aquisição de grades e pantográficas para o CAIC Ayrton Senna.

VALOR ESTIMADO: R\$ 6.904,71.

DATA DA SESSÃO ELETRÔNICA: 21 de agosto de 2020. HORÁRIO: 09h30min.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Código UASG: 988039.

Balneário Camboriú, 05 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097/2020 – PMBC**

Publicação Nº 2592488

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097/2020 – PMBC

COMPRASNET Nº 121/2020

OBJETO: Registro de Preços para fornecimento e implantação de defensas metálicas semi maleáveis, tintas de demarcação viária, solvente e microesfera de vidro.

VALOR ESTIMADO: R\$ 653.233,34.

DATA DA SESSÃO ELETRÔNICA: 20 de agosto de 2020. HORÁRIO: 09h30min.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Código UASG: 988039.

Balneário Camboriú, 05 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

# Balneário Gaivota

## PREFEITURA

### DECRETO 057/2020

Publicação Nº 2592878

DECRETO N. 057 DE 03 DE AGOSTO DE 2020.  
Abre crédito adicional ao orçamento vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso V e VII do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o inciso I do artigo 6º da Lei 1.039/2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias, conforme abaixo especificado:

07 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.011 – Programa de Atendimento Integral a Família - PAIF

3.3.50.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas ..... 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0060 – Aplicações Diretas ..... 3.600,00

Art. 2º Para atender ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos oriundos do excesso ou provável excesso de arrecadação, verificado por fonte de recursos, conforme artigo 6º da Lei 1.039/2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 03 de agosto de 2020.

RONALDO PEREIRA DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### INTIMAÇÃO PROCESSO Nº 1751/2019 REVISÃO IPTU

Publicação Nº 2591959

#### INTIMAÇÃO

Processo nº 1751/2019  
PEDRO INACIO BALT

Prezado,

Venho por meio deste, intimá-lo do parecer do processo administrativo 1751/2019, que trata do pedido de revisão de IPTU, conforme parecer abaixo:

Diante do Memorando n. 097/2020, da Secretaria de Planejamento, consta no Parecer Técnico e Levantamento Planimétrico de 27/03/2020, houve a informação do técnico em agrimensura de que a área territorial da metragem de 45.047,51m<sup>2</sup>, do imóvel com Cadastro Imobiliário n. 1182250, inscrição imobiliária n. 01.10.037.0684, apenas a metragem de 18.299,78m<sup>2</sup>, pertence ao perímetro urbano do Município. Assim, diante do levantamento topográfico deve ser alterado a metragem territorial de 45.047,51m<sup>2</sup>, constante no cadastro imobiliário n. 1182250, inscrição imobiliária n. 01.10.037.0684, para fazer constar a metragem apresentada no levantamento topográfico de 18.299,78m<sup>2</sup>. Diante da alteração cadastral, deve ser relançado o IPTU do exercício de 2019, bem como, o IPTU do exercício de 2020, uma vez, que o requerimento foi protocolado em 10/06/2019. Intime-se, e archive-se.

NOTIFICA-SE, que da referida decisão cabe Recurso, que deve ser interposto no prazo de quinze (15) dias, contados da data da intimação.

Nota: Para os contribuintes que possuem endereço completo, foi enviada a guia de recolhimento, por AR, podendo ser entregue de forma pessoal, sendo o endereço dentro do Município de Balneário Piçarras. Podendo ainda, a segunda via ser impressa no endereço eletrônico: [www.picarras.sc.gov.br](http://www.picarras.sc.gov.br), ou se preferir pode solicitar por e-mail através do endereço [arrecade@picarras.sc.gov.br](mailto:arrecade@picarras.sc.gov.br).

Balneário Piçarras (SC), 05 de agosto de 2020.

EMANUELI PRAUCHNER BIGOLIN BERFT REGIANE REGINA CORRÊA DAS NEVES  
Fiscal de Tributos Assessora Fazendária

ANA LÚCIA WILVERT  
Secretária de Fazenda

### PP 018/2020 FMS

Publicação Nº 2592069

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2020 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020 – FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM para futura aquisição de medicamentos para atender as necessidades de consumo da assistência farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde e aquisição de Testes rápidos para detecção de COVID-19 para atender as necessidades de consumo dos pacientes e servidores referenciados na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Balneário Piçarras, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Valor Estimado: R\$1.851.566,90, (um milhão, oitocentos e cinquenta e um mil, quinhentos e sessenta e seis reais e noventa centavos). Recebimento dos Envelopes até: 18/08/2020 às 09h. Data da Sessão Pública: 18/08/2020 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site [balneariopicarras.atende.net](http://balneariopicarras.atende.net). Balneário Piçarras (SC), 04 de agosto de 2020. Regiane Carolina Pereira Basso - Secretária Municipal de Saúde.

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 093/2020

Publicação Nº 2592111

DECRETO Nº 093, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 84, VI, da Lei Orgânica do Município e, ainda;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Município de Balneario Rincão, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - órgão gerenciador - órgão ou entidade da administração pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - órgão participante - órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços;

V - órgão não participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. Poderá ainda ser utilizado o SRP em outras hipóteses, a critério da Administração, observado o disposto neste Decreto.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Seção I

Das Competências do Órgão Gerenciador

Art. 4º Caberá ao órgão gerenciador a prática de atos de administração e de controle do SRP e, privativamente, ainda:

I – convidar os órgãos e entidades do Poder Executivo para participarem do registro de preços, visando receber o termo de adesão dos órgãos interessados;

II – consolidar todas as informações relativas à estimativa total de consumo e demais informações solicitadas, incluindo termo de referência ou projeto básico;

III – promover todos os atos necessários à instrução processual para realização do procedimento licitatório, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que as restrições à competição forem admissíveis pela lei;

IV – realizar pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores de preços de referência;

V – promover a realização do procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura e publicação do extrato da ARP;

VI – conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e, quando necessário, lavrar os termos aditivos à ARP para refletir os novos preços, divulgando aos órgãos participantes;

VII – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades por infrações decorrentes do procedimento licitatório, descumprimento dos seus contratos e atas de registro de preços;

VIII – manter o procedimento administrativo relativo aos atos da licitação e gerenciamento da ARP devidamente autuado, protocolado e numerado, concedendo vistas aos interessados, sempre que solicitado;

Art. 5º As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas ou redistribuídas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços, observada como limite máximo a quantidade total registrada para cada item.

§ 1º O remanejamento de quantidades entre órgãos participantes do procedimento licitatório não requer autorização do beneficiário da ARP.

§ 2º Caso o órgão gerenciador autorize o remanejamento de quantidades para órgãos não participantes estes deverão obter a anuência do beneficiário da ARP, nos termos do § 2º do art. 19.

§ 3º O órgão gerenciador somente poderá reduzir o quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, caso haja sua anuência.

## Seção II

### Das Competências do Órgão Participante

Art. 6º Caberá ao órgão participante do registro de preços:

I – fazer a análise de sua expectativa de consumo para os itens que pretenda incluir no registro de preços, no período previsto para vigência da ata;

II – manifestar, no prazo estipulado pelo órgão gerenciador, o interesse em participar do registro de preços, a ele providenciando o encaminhamento do termo de adesão, nos termos do § 3º do art. 5º, contendo estimativa de consumo e demais informações solicitadas;

III – sugerir itens a serem registrados e condições de contratação, quando for o caso;

IV – garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para sua inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;

V – tomar conhecimento da ARP, inclusive das respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar o correto cumprimento de suas disposições; e

VI – indicar o gestor do contrato, a quem compete, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993:

a) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados;

b) zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações contratualmente assumidas;

c) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

d) informar ao órgão gerenciador a eventual recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas no edital, firmadas na ARP, as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens licitados, bem como a recusa em assinar o contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

## CAPÍTULO III

### DO EDITAL

Art. 7º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666/1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º O julgamento por técnica e preço, na modalidade concorrência, poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Art. 8º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º. No caso de serviços, a divisão considerará a unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

§ 2º. Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 9º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666/1993, e nº 10.520/2002, e contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

IV - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 13;

V - órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VI - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

VII - penalidades por descumprimento das condições;

VIII - minuta da ata de registro de preços como anexo; e

IX - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade;

X - quando necessário, o momento de apresentação das amostras conforme a natureza do objeto, que poderá ser requisitada em qualquer fase do processo licitatório.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato serão efetuados exclusivamente pela assessoria jurídica do órgão gerenciador.

§ 3º A justificativa técnica para indicação ou precedência de marca ou similar deve atender ao disposto nos arts. 11, 12 e 15 da Lei Federal

nº 8.666/1993, e poderá se fundamentar em:

- I – laudo técnico firmado por no mínimo três profissionais da área de conhecimento técnico especializado pertinente ao objeto;
- II – textos técnicos publicados em revistas especializadas que tenham aferido os produtos;
- III – comprovação de que o produto encontra-se de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes; e
- IV – outros meios que garantam a prevalência do conhecimento técnico e científico, com imparcialidade e impessoalidade.

#### CAPÍTULO IV

#### DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

##### Seção I

##### Do Registro de Preços

Art. 10. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador convocará os vencedores da licitação para a assinatura da ARP, dentro do prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

Parágrafo único. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

##### Seção II

##### Da Validade da Ata de Registro de Preços

Art. 11. O prazo de validade da ARP será contado a partir da publicação e não poderá ser superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, nos termos do inciso III do § 3º, do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/1993.

§ 1º Os contratos decorrentes do SRP observarão o seguinte:

I – terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993;

II – poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993; e

III – deverão ser assinados no prazo de validade da ARP.

§ 2º É admitida a prorrogação da ARP para a compra de bens e serviços quando a proposta manter-se mais vantajosa, desde que o prazo máximo de vigência não ultrapasse o limite de doze meses previsto no caput deste artigo, observando-se, ainda, o seguinte:

I – a concordância do beneficiário da ata com a prorrogação e manutenção das condições iniciais da proposta, inclusive preço;

II – a intenção da prorrogação manifestada no período de sua vigência e a publicação do aditivo no prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/1993; e

III – a quantidade do objeto da prorrogação ser apenas o saldo não consumido.

§ 3º A ARP estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

##### Seção III

##### Das Alterações de Preços na Ata de Registro de Preços

Art. 12. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual variação daqueles praticados no mercado, ou de fato que altere o custo dos serviços ou bens registrados, conforme disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65.

Art. 13. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I – descumprir as condições da ata de registro de preços;

II – não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV – sofrer sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Art. 15. Ocorrendo o cancelamento do registro, serão convocados os licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação, para assinar a ata de registro de preços, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, para executar o objeto licitado pelo preço por ele proposto.

Art. 16. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, inclusive quantitativamente, desde que observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

##### Seção IV

##### Da Adesão do Órgão Não Participante

Art. 17. A ARP, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal não participante do certame, desde que respeitado o edital de licitação e seus anexos, observadas as seguintes regras:

I – comprovação nos autos da vantagem a tal adesão;

II – prévia anuência do órgão gerenciador; e

III – observância da quantidade licitada do objeto constante da ata.

§ 1º. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ARP deverão consultar o órgão gerenciador para que este se manifeste sobre a possibilidade de adesão e verifique a existência de quantitativos disponíveis, indique os possíveis fornecedores e os respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

§ 2º. O fornecedor beneficiário da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, poderá optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 3º. O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ARP não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgão participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. Aplicam-se as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520, de 17 de julho de 2002, aos casos omissos nesta Lei.

Art.19. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Fica revogado o Decreto Nº 348, de 04 de dezembro de 2015.

Balneário Rincão - SC, 03 de agosto de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em Balneário Rincão - SC, 03 de agosto de 2020.

GABRIEL SCHONFELDER DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças Designado

### DECRETO Nº 094/2020

Publicação Nº 2592113

DECRETO Nº 094, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 84, VI, da Lei Orgânica do Município, combinado com os artigos 42 a 45 e artigos 47 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006,

#### DECRETA:

Art. 1º. Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:

I - promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;

II - ampliar a eficiência das políticas públicas;

III - incentivar à inovação tecnológica.

Art. 2º. Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, e as fundações públicas, e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 3º. Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I – âmbito local ou municipal: o limite geográfico do município de Balneário Rincão;

II – âmbito regional: o limite geográfico dos municípios que compõem as Regiões da AMREC, AMESC e AMUREL (Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro M-ller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso, Urussanga, Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul, Turvo, Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio e Tubarão).

§ 1º. A Comissão de Licitação poderá, justificadamente, adotar outro critério de definição de âmbito regional para atender as peculiaridades de objeto licitado, observando-se como critério o disposto no art.1º, e desde que não ultrapasse o limite territorial do Estado de Santa Catarina.

§ 2º Para fins do disposto neste Decreto, serão beneficiados pelo tratamento favorecido apenas os produtores rurais pessoa física, os agricultores familiares e as sociedades cooperativas de consumo que estejam em situação regular junto à Previdência Social e ao Município e tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Art. 4º Para fins do disposto neste Decreto, o enquadramento como:

I - microempresa ou empresa de pequeno porte se dará nos termos do art. 3º, caput, incisos I e II, e § 4º da Lei Complementar nº 123,

de 2006;  
II - agricultor familiar se dará nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;  
III - produtor rural pessoa física se dará nos termos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;  
IV - microempreendedor individual se dará nos termos do § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006; e  
V - sociedade cooperativa se dará nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e do art. 4º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

§1º. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Decreto.

§ 2º. Deverá ser exigida do licitante a ser beneficiado por este Decreto, documento específico para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 5º. Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, ou apresentar risco à obtenção da proposta mais vantajosa, a Administração Pública deverá reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresa e empresa de pequeno porte.

§ 1º. O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

§ 2º. O instrumento convocatório deverá prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

§ 3º. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

§ 4º. Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

§ 5º. A cota aplica-se até o montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

§ 6º. Não se aplica o benefício disposto neste artigo quando os itens ou os lotes de licitação possuírem valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista a aplicação da licitação exclusiva prevista no art.48, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão - SC, 03 de agosto de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em Balneário Rincão - SC, 03 de agosto de 2020.

GABRIEL SCHONFELDER DE SOUZA  
Secretário de Administração e Finanças Designado

## DECRETO Nº 095/2020

Publicação Nº 2592684

DECRETO Nº 095, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

Define medidas para a prevenção e enfrentamento à COVID-19, aplica pena de multa por descumprimento e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 84, VI, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO o aumento do número de casos de COVID-19 em 280% (duzentos e oitenta por cento) entre os meses de junho e maio do corrente ano;

CONSIDERANDO a ocorrência de óbitos até então inexistentes no território do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto 022/2020, que implementava ações, no âmbito do Município de Balneário Rincão, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 525, de 24 de março de 2020;

CONSIDERANDO o teor do art. 4º do Decreto n. 554, de 11 de abril de 2020, e a decisão cautelar proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes nos autos da Arg-ção de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 672;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas para preservar e assegurar a manutenção da saúde e da segurança à população que precisa deixar, mesmo que momentaneamente, o isolamento social para desenvolver atividades essenciais ou adquirir bens de primeira

necessidade;

Art. 1º. Os comerciantes são obrigados a afixar em seus estabelecimentos cartaz de orientação ao uso de máscaras no Município de Balneário Rincão.

§1º. No caso de bares e similares deverão os proprietários dos estabelecimentos afixar os cartazes na porta do estabelecimento e no balcão de atendimento.

§2º Deverão também todos os estabelecimentos comerciais terem a disposição dos consumidores álcool em gel para higienização na entrada dos estabelecimentos.

§3º. Fica proibido o atendimento de consumidores que não estiveram portando máscaras de proteção, caso ocorra o descumprimento, será fechado o estabelecimento pelo prazo de 05 (cinco) dias ficando suspenso o Alvará até o fim da epidemia em caso de reincidência.

§4º. Ficará a cargo da Vigilância Sanitária e demais fiscais convocados a fiscalização quanto ao cumprimento das determinações deste artigo.

§5º Os comerciantes que não respeitarem as obrigações contidas no presente Decreto no que tange a utilização de máscaras e álcool em gel em seus estabelecimentos, serão responsabilizados de acordo com o disposto no art. 268 do Código Penal.

Art. 2º A utilização de máscaras de proteção, não importará em prejuízo à observância das demais recomendações profiláticas e de isolamento social expedidas pelas autoridades públicas.

Art. 3º Fica proibido o trânsito de pessoas e veículos na orla marítima incorrendo os infratores nas penas do art. 268 do Código Penal o infrator desta determinação.

§1º. Somente poderão transitar na orla marítima os caminhões de pesca artesanal quando exclusivo na respectiva atividade, sendo obrigatório para todos os pescadores a utilização de máscaras de proteção.

§2º Fica proibido o estacionamento de veículos e trânsito de pessoas na Avenida Waldemar Carlos Petrini (calçada).

Art. 4º. É obrigatório a utilização de máscaras por todos os cidadãos quando transitar pelas vias públicas e adentrar em todos os estabelecimentos comerciais.

Art. 5º. Ficam os estabelecimentos de venda de bebidas (bares) proibidos de oferecer churrascos ou outros eventos e promover aglomerações nos estabelecimentos.

§único. Não será permitido a realização de jogos de cartas ou similares no interior dos estabelecimentos, como também jogos de sinuca e bocha.

Art. 6º Os restaurantes, lanchonetes e bares somente poderão receber clientes até as 22:00 horas, fechando o estabelecimento às 23:00, devendo ter álcool em gel a disposição dos clientes na entrada de seus estabelecimentos.

§único. Deverão os proprietários respeitar o distanciamento entre as mesas em 1,5 m (um virgula cinco metros) com a permanência de tão somente 04 (quatro) pessoas por mesa, evitando assim aglomerações nos estabelecimentos.

Art. 7º. Os templos religiosos deverão ter a disposição dos fiéis álcool em gel na entrada, ficando proibido a participação na celebração de pessoas sem a utilização de máscara de proteção, respeitando ainda o limite de 30% (trinta por cento) da capacidade do estabelecimento.

Art. 8º. Fica proibido a realização de festas ou eventos que geram aglomeração de pessoas inclusive em residências particulares, respondendo o proprietário do estabelecimento e do imóvel ao contido no art. 268 do Código Penal.

§único. Aquele que infringir o disposto neste artigo ficará sujeito a aplicação de multa no valor de 196,86 UFM (R\$ 20.000,00), de acordo com o art. 56 incisos IV, V e VI, art. 58 II, art. 59 III e art. 61 IX da Lei Complementar nº: 005/2013.

Art. 9º. Ficará sujeito a pena de multa de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) aquela pessoa diagnosticada com COVID-19 e desrespeitar o isolamento/quarentena determinado mediante notificação pela Secretaria de Saúde e seus órgãos internos.

Art. 10º. Caberá a Vigilância Sanitária e a fiscalização a lavratura de auto de infração e posterior aplicação da penalidade das infrações contidas nos arts. 8º e 9º.

Art. 11º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com validade até 31 de agosto de 2020, revogando-se as demais disposições em contrário.

Balneário Rincão - SC, 05 de agosto de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em Balneário Rincão - SC, 05 de agosto de 2020.

GABRIEL SCHONFELDER DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças Designado

## LEI Nº 458/2020

Publicação Nº 2592329

LEI Nº 458, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA NOME E DÁ DENOMINAÇÃO A DIVERSAS RUAS, NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica alterado o nome das diversas ruas mencionadas abaixo.

RUA JOSÉ MENDEZ (TREXO PEQUENO) - NO PONTO 01 DE COORDENADA N= 6.810.136,324; L= 672.206,914 NA RUA MARACAJA COM UMA EXTENSÃO 143,49 METROS, CHEGA AO PONTO 02 DE COORDENADA N= 6.810.270,450; L= 672.155,528 SENDO ESTE O FINAL DA RUA COM LIGAMENTO A RUA ONÍSIO FRANCISCO PEDRO.

Passa a denominar-se Rua OCTACILIO JOÃO PINTO

RUA SEM DENOMINAÇÃO 19 - TENDO INÍCIO NO PONTO 01 DE COORDENADA N= 6.811.151,876; L= 673.008,982 NA RODOVIA SC 445 COM UMA EXTENSÃO 675,85 METROS, CHEGA AO PONTO 02 DE COORDENADA N= 6.810.773,327; L= 672.463,009 SENDO ESTE O FINAL DO TREXO.

Passa a denominar-se Rua Eng. JOSÉ OSCAR DA ROSA

RUA PARALELA AO NORTE COM A RUA CRICIUMA - TENDO INÍCIO NO PONTO 01 DE COORDENADA N= 6.810.040,608; L= 672.133,055 NA RUA JOSÉ BONIFÁCIO COM UMA EXTENSÃO 119,46 METROS, CHEGA AO PONTO 02 DE COORDENADA N= 6.809.992,006; L= 672.229,993 SENDO ESTE O FINAL DO TREXO.

Passa a denominar-se Rua PEDRO DE SOUZA

RUA 45 - TENDO INÍCIO NO PONTO 01 DE COORDENADA N= 6.808.147,942; L= 671.489,714 NA RUA WALDEMAR CARLOS PETRINI COM UMA EXTENSÃO 1.040,19 METROS, CHEGA AO PONTO 02 DE COORDENADA N= 6.808.933,130; L= 670.809,440 SENDO ESTE O FINAL DO TREXO.

Passa a denominar-se Rua LEONORA SAVI AGUIAR

RUA Nº 12 – TENDO INÍCIO NO PONTO 01 DE COORDENADA N= 6.807.023,982; L= 670.188,868 NA RUA WALDEMAR CARLOS PETRINI COM UMA EXTENSÃO 994,16 METROS, CHEGA AO PONTO 02 DE COORDENADA N= 6.807.776,914; L= 669.540,735 SENDO ESTE O FINAL DO TREXO.

Passa a denominar-se Rua PROFESSORA EVANY DE SOUZA DA SILVA

AVENIDA Nº 03 - TENDO INÍCIO NO PONTO 01 DE COORDENADA N= 6.806.921,850; L= 670.069,968 NA RUA WALDEMAR CARLOS PETRINI COM UMA EXTENSÃO 994,16 METROS, CHEGA AO PONTO 02 DE COORDENADA N= 6.807.674,886; L= 669.422,235 SENDO ESTE O FINAL DO TREXO.

Passa a denominar-se Rua PETRONILA BECHAUSER DA SILVA

RUA Nº 07 – TENDO INÍCIO NO PONTO 01 DE COORDENADA N= 6.806.820,088; L= 669.952,219 NA RUA WALDEMAR CARLOS PETRINI COM UMA EXTENSÃO 993,64 METROS, CHEGA AO PONTO 02 DE COORDENADA N= 6.807.573,115; L= 669.304,073 SENDO ESTE O FINAL DO TREXO.

Passa a denominar-se Rua ALÁDIA GUIMARÃES SILVESTRE

RUA Nº 04 – TENDO INÍCIO NO PONTO 01 DE COORDENADA N= 6.806.717,897; L= 669.833,371 NA RUA WALDEMAR CARLOS PETRINI COM UMA EXTENSÃO 993,64 METROS, CHEGA AO PONTO 02 DE COORDENADA N= 6.807.471,468; L= 669.186,294 SENDO ESTE O FINAL DO TREXO.

Passa a denominar-se Rua GALBINO MANOEL DA SILVA

RUA Nº 01 – TENDO INÍCIO NO PONTO 01 DE COORDENADA N= 6.806.616,435; L= 669.715,361 NA RUA WALDEMAR CARLOS PETRINI COM UMA EXTENSÃO 993,37 CHEGA AO PONTO 02 DE COORDENADA N= 6.807.369,891; L= 669.068,314 SENDO ESTE O FINAL DO TREXO.

Passa a denominar-se Rua LUIZ FRASSETTO

RUA Nº 01 – TENDO INÍCIO NO PONTO 01 DE COORDENADA N= 6.806.515,735; L= 669.598,511 NA RUA WALDEMAR CARLOS PETRINI COM UMA EXTENSÃO 993,15 METROS, CHEGA AO PONTO 02 DE COORDENADA N= 6.807.268,148; L= 668.951,110 SENDO ESTE O FINAL DO TREXO.

Passa a denominar-se Rua ASCENDINO VITALI

RUA DA ASSOCIAÇÃO MULHERES VOLUNTÁRIAS DO MIRASSOL - TENDO INÍCIO NO PONTO 01 DE COORDENADA N= 6.809.464,554; L= 671.435,453 NA RUA JOÃO FELIPE CARDOSO COM UMA EXTENSÃO 435,74 METROS, CHEGA AO PONTO 02 DE COORDENADA N= 6.809.211,754; L= 671.081,928 SENDO ESTE O FINAL DA RUA COM LIGAMENTO A RUA MANOEL HIPÓLITO DA SILVA.

Passa a denominar-se Rua MARIA ALBERTINA SILVINO DA SILVA

RUA 60 – TENDO INÍCIO NO PONTO 01 DE COORDENADA N= 6.808.589,565; L= 670.899,746 NA RUA VANOR AMADOR FERNANDES COM UMA EXTENSÃO 2.691,81 METROS, CHEGA AO PONTO 02 DE COORDENADA N= 6.806.835,374; L= 668.871,053 SENDO ESTE O FINAL DA RUA COM LIGAMENTO A RUA PROJETADA B.

Passa a denominar-se Rua ANTONIO MANOEL MACHADO

RUA 61 - TENDO INÍCIO NO PONTO 01 DE COORDENADA N= 6.808.452,625; L= 671.018,965 NA RUA VANOR AMADOR FERNANDES COM UMA EXTENSÃO 2.683,015 METROS, CHEGA AO PONTO 02 DE COORDENADA N= 6.806.699,438; L= 668.987,837 SENDO ESTE O FINAL DA RUA COM LIGAMENTO A RUA PROJETADA B.

Passa a denominar-se Rua PEDRO LUIZ FERNANDES

AVENIDA H - TENDO INÍCIO NO PONTO 01 DE COORDENADA N= 6.808.090,079; L= 671.331,586 NA RUA VANOR AMADOR FERNANDES COM UMA EXTENSÃO 2.341,53 METROS, CHEGA AO PONTO 02 DE COORDENADA N= 6.806.559,752; L= 669.560,761 SENDO ESTE O FINAL DA RUA COM LIGAMENTO A RUA Nº 1.

Passa a denominar-se Rua CARMELA BENEDET CASAGRANDE

AVENIDA P – TENDO INÍCIO NO PONTO 01 DE COORDENADA N= 6.808.634,986; L= 670.860,631 NA RUA VANOR AMADOR FERNANDES COM UMA EXTENSÃO 2.682,28 METROS, CHEGA AO PONTO 02 DE COORDENADA N= 6.806.881,308; L= 668.831,157 SENDO ESTE O FINAL DA RUA COM LIGAMENTO A RUA PROJETADA B.

Passa a denominar-se Rua VALDEMAR ARDUINO CRISPIM

AVENIDA Q – TENDO INÍCIO NO PONTO 01 DE COORDENADA N= 6.808.683,173; L= 670.818,371 NA RUA FULVIO LEITE (ANTIGA RUA 51) COM UMA EXTENSÃO 3.153,25 METROS, CHEGA AO PONTO 02 DE COORDENADA N= 6.806.927,444; L= 668.791,876 SENDO ESTE O FINAL DA RUA COM LIGAMENTO A RUA PROJETADA B.

Passa a denominar-se Rua FRANCISCO PROCÓPIO DA SILVA

AVENIDA R – TENDO INÍCIO NO PONTO 01 DE COORDENADA N=6.808.728,061; L= 670.779,769 NA RUA VANOR AMADOR FERNANDES COM UMA EXTENSÃO 2.340,00 METROS, CHEGA AO PONTO 02 DE COORDENADA N=6.807.196,598; L= 669.010,171 SENDO ESTE O FINAL DA RUA COM LIGAMENTO A RUA Nº 1.

Passa a denominar-se Rua ELI JOÃO DOS SANTOS

AVENIDA 01 - TENDO INÍCIO NO PONTO 01 DE COORDENADA N= 6.807.944,118; L= 671.251,813 NA RUA WALDEMAR CARLOS PETRINI COM UMA EXTENSÃO 994,23 METROS, CHEGA AO PONTO 02 DE COORDENADA N= 6.808.695,580; L= 670.601,907 SENDO ESTE O FINAL DO TREXO.

Passa a denominar-se Rua ADELINO ROSSONI.

RUA 57 – TENDO INÍCIO NO PONTO 01 DE COORDENADA N= 6.808.635,74; L= 672.053,55 NA RUA VALDEMAR CARLOS PETRINI COM UMA EXTENSÃO METROS, CHEGA AO PONTO 02 DE COORDENADA N= 6.809329,2455; L= 671.456,0036 SENDO ESTE O FINAL DA RUA COM LIGAMENTO A RUA MIGUEL CUSTÓDIO BORGES.

Passa a denominar-se Rua ABILIO PAULO.

RUA 53 - TENDO INÍCIO NO PONTO 01 DE COORDENADA N= 6.808.448,38; L= 6.718,35,30 NA RUA COM UMA EXTENSÃO METROS, CHEGA AO PONTO 02 DE COORDENADA N= 6.809.140,85; L= 6.71236,44 SENDO ESTE O FINAL DA RUA COM LIGAMENTO A RUA MIGUEL CUSTODIO BORGES.

Passa a denominar-se Rua MARIA LINO VIEIRA.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a mandar confeccionar a placa relativa à denominação de que se trata o artigo anterior.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo responsável em comunicar o Cartório de Registro Imoveis da Comarca Competente.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 05 de agosto de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 05 de agosto de 2020.

GABRIEL SCHONFELDER DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças Designado

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO Nº1251/2020

Publicação Nº 2591556

DECRETO Nº.1251/2020

"DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO CHAMADA PÚBLICA Nº03/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o Poder de Império Administrativo de unilateralmente impor sua vontade para almejar o interesse público.

CONSIDERANDO o poder de a Administração revogar seus próprios atos de acordo com a oportunidade e conveniência administrativa.

DECRETA:

Art. 1º Fica cancelado o Procedimento Licitatório Chamada Pública nº03/2020 por conveniência e interesse administrativo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 4 de agosto de 2020.

MOACIR PIROCA

Prefeito de Barra Bonita/SC

# Barra Velha

## PREFEITURA

### ADITIVO CONTRATO 02/003/2020 - ALTERAÇÃO DE VALOR

Publicação Nº 2591798

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: SETA CONSTRUTORA CIVIL LTDA ME

Licitação: Proc. Administrativo 005/2020 TP nº 003/2020

Objeto: TERMO ADITIVO, para execução da obra de quiosque, na Praça da Rua Biguaçu, Bairro Itajuba, em regime de empreitada global, incluindo o fornecimento de material e mão de obra. Projeto arquitetônico, memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro (sintético e analítico), anexos ao processo.

Alteração de valor global inicialmente previsto no contrato originário.

Aditivo valor: R\$ 6.882,23 (seis mil, oitocentos e oitenta e dois reais e vinte e três centavos)

Supressão: R\$ 19.985,93 (dezenove mil, novecentos e oitenta e cinco reais e noventa e três centavos)

Data da assinatura: 30/07/2020

Data do vencimento: 16/09/2020

Barra Velha, 30 de julho de 2020

MARCELO BITTENCOURT –

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2020 PMBV

Publicação Nº 2591682

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 41/2020 - Dispensa de

Licitação nº 006/2020 PMBV

Extrato de Homologação

Contratada: PILOTO DIESEL LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINA MOTONIVELADORA CARTEPILLAR 120 K, UTILIZADA NA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DAS RUAS DO MUNICÍPIO ATINGIDAS POR VENDAVAL, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 700, DE 02 DE JULHO DE 2020, QUE DECLAROU SITUAÇÃO ANORMAL, PROVOCADA POR DESATRE CLIMÁTICO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, COM BASE NO ART. 24 V. DA LEI DE LICITAÇÕES.

Valor do Contrato: R\$ 22.174,00 (vinte e dois mil, cento e setenta e quatro reais)

Data da assinatura: 30/07/2020

Vigência: 30/08/2020

Barra Velha, 30 de julho de 2020.

JULIANO VIEIRA DE JESUS

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

### PORTARIA Nº 1953-GAB, DE 27 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2592322

PORTARIA Nº 1953-GAB, DE 27 DE JULHO DE 2020.

Constituir Comissão para Procedimento Administrativo Disciplinar

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, com fulcro no art. 71, Incisos V e VII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais vigentes;

CONSIDERANDO o Memorando Interno da Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, recebido pelo departamento de Recursos Humanos desta Municipalidade em 27 de julho de 2020, comunicando que a servidora Sra. E. R. J. A., matrícula funcional nº 1796, para o cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Nível 7.1, Letra "A", junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, não vem comparecendo ao setor de trabalho desde o dia 02 de junho de 2020, sendo que de conformidade com a última perícia municipal realizada no dia 27 de maio de 2020, a qual concedeu afastamento até o dia 01 de junho de 2020, bem como o não comparecimento nas perícias municipais marcadas para os dias 24/06/2020; 01/07/2020 e 08/07/2020, no qual até o dia de hoje a colaboradora não apresentou nenhuma documentação que justifique sua ausência, caracterizando assim de acordo com o inciso I, artigo 173, da Lei Complementar nº 120 de 11 de novembro de

2011, abandono de cargo, o que enseja a penalidade de demissão;

CONSIDERANDO a nomeação da servidora Sra. E. R. J. A., matrícula funcional nº 1796, para o cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Nível 7.1, Letra "A", junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, por intermédio da Portaria nº 682-GAB, de 05 de abril de 2016, publicada no DOM/SC em 08 de abril de 2016;

CONSIDERANDO o Terno de Posse da servidora Sra. E. R. J. A., matrícula funcional nº 1796, para o cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Nível 7.1, Letra "A", junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, datado de 13 de abril de 2016;

CONSIDERANDO o Terno de Exercício da servidora Sra. E. R. J. A., matrícula funcional nº 1796, para o cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Nível 7.1, Letra "A", junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, datado de 18 de abril de 2016;

CONSIDERANDO a aptidão da servidora Sra. E. R. J. A., matrícula funcional nº 1796, para a posse e exercício para o cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Nível 7.1, Letra "A", junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, em data de 22 de março de 2016; conforme apresentação dos exames admissionais para a nomeação da mesma, atestando estar em plena saúde para a realização das atribuições pertinentes ao cargo;

CONSIDERANDO as perícias municipais realizadas em razão das apresentações de atestados médicos para licença tratamento de saúde em nome da servidora Sra. E. R. J. A., matrícula funcional nº 1796, cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Nível 7.1, Letra "A", lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, abaixo relacionados:

§ 05 de novembro de 2018;  
§ 21 de novembro de 2018;  
§ 28 de novembro de 2018;  
§ 18 de dezembro de 2018;  
§ 20 de fevereiro de 2019;  
§ 17 de abril de 2019;  
§ 15 de maio de 2019;  
§ 14 de agosto de 2019;  
§ 11 de setembro de 2019;  
§ 13 de novembro de 2019;  
§ 04 de dezembro de 2019;  
§ 11 de dezembro de 2019;  
§ 12 de fevereiro de 2020;  
§ 04 de março de 2020;  
§ 22 de abril de 2020;  
§ 27 de maio de 2020;  
§ 24 de junho de 2020;  
§ 01 de julho de 2020; e  
§ 08 de julho de 2020;

CONSIDERANDO que a servidora Sra. E. R. J. A., matrícula funcional nº 1796, cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Nível 7.1, Letra "A", junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento está afastada de suas funções por um período de 482 (quatrocentos e oitenta e dois) dias até a data da abertura deste processo administrativo disciplinar, equivalente a 01 (um) ano e 03 (três) meses e 27 (vinte e sete) dias, até a instauração deste processo administrativo disciplinar, informando não estar apta para desempenhar suas funções em razão de problemas de saúde, adquiridos no decorrer de sua admissão, mesmo em caso de readaptação;

CONSIDERANDO que a servidora Sra. E. R. J. A., matrícula funcional nº 1796, cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Nível 7.1, Letra "A", junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento se afastou por licença tratamento de saúde antes do prazo de término de estágio probatório, que normalmente se encerraria em 17 de abril de 2019, no qual a mesma começou a se afastar a partir do dia 28 de agosto de 2018, alegando não estar apta para desempenhar suas funções, em razão de problemas de saúde, mesmo em caso de readaptação, estando afastada atualmente pelo mesmo motivo;

#### RESOLVE:

Artigo 1º- Designar a Sra. SUELEN BORECK, para atuar como Presidente de comissão, matrícula funcional nº 1574, Enfermeira, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, a Sra. ARACELI SILVEIRA FISCHER, para atuar como Secretária de comissão, Auxiliar Administrativa, matrícula funcional nº 1727, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, e a Sra. DIRLENE MARIZA HESS, para atuar como Membro de comissão, Coordenadora Administrativa/Legislativa, matrícula funcional nº 997, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Administração, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão de Procedimento Administrativo Disciplinar destinada a apurar, no prazo de 60 (sessenta dias) dias, os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos que envolveram o Sr. B. A. L., matrícula funcional nº 2258, para o cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Nível 7.1, Letra "A", junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 27 de julho de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 1966-GAB, DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592325

PORTARIA Nº 1966-GAB, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

Constituir Comissão para Procedimento Administrativo Disciplinar

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, com fulcro no art. 71, Incisos V e VII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais vigentes;

CONSIDERANDO o Memorando Interno nº 0225/2020 da Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, recebido pelo departamento de Recursos Humanos desta Municipalidade em 21 de julho de 2020, comunicando que a servidora Sra. M. E. V. M., matrícula funcional nº 2178, para o cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Nível 4.1, Letra "A", junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, não vem comparecendo ao setor de trabalho desde o dia 17 de abril de 2018, sendo que de conformidade com a última perícia municipal realizada no dia 07 de novembro de 2018, a qual foi um pedido de reconsideração de perícia anterior, teve um parecer conclusivo de que a mesma estaria apta para a realização de suas atividades profissionais, no qual até o dia de hoje a colaboradora não apresentou nenhuma documentação que justifique sua ausência, caracterizando assim de acordo com o inciso I, artigo 173, da Lei Complementar nº 120 de 11 de novembro de 2011, abandono de cargo, o que enseja a penalidade de demissão;

CONSIDERANDO a nomeação da servidora Sra. M. E. V. M., matrícula funcional nº 2178, para o cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Nível 4.1, Letra "A", junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, por intermédio da Portaria nº 1893-GAB, de 07 de novembro de 2017, publicada no DOM/SC em 09 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO o Terno de Posse da servidora Sra. M. E. V. M., matrícula funcional nº 2178, para o cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Nível 4.1, Letra "A", junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, datado de 10 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO o Terno de Exercício da servidora Sra. M. E. V. M., matrícula funcional nº 2178, para o cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Nível 4.1, Letra "A", junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, datado de 13 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO a aptidão da servidora Sra. M. E. V. M., matrícula funcional nº 2178, para o cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Nível 4.1, Letra "A", junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, em data de 01 de novembro de 2017; conforme apresentação dos exames admissionais para a nomeação da mesma, atestando estar em plena saúde para a realização das atribuições pertinentes ao cargo;

CONSIDERANDO as perícias municipais realizadas em razão das apresentações de atestados médicos para licença tratamento de saúde em nome da servidora Sra. M. E. V. M., matrícula funcional nº 2178, para o cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Nível 4.1, Letra "A", junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, abaixo relacionados:

§ 24 de janeiro de 2018;  
§ 07 de fevereiro de 2018;  
§ 04 de abril de 2018;  
§ 25 de abril de 2018;  
§ 20 de junho de 2018;  
§ 18 de julho de 2018;  
§ 25 de julho de 2018;  
§ 05 de novembro de 2018;  
§ 03 de outubro de 2018;  
§ 10 de outubro de 2018;  
§ 31 de outubro de 2018; e  
§ 07 de novembro de 2018;

CONSIDERANDO que a servidora Sra. M. E. V. M., matrícula funcional nº 2178, para o cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Nível 4.1, Letra "A", junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento está afastada de suas funções por um período de 810 (oitocentos e dez) dias até a data da abertura deste processo administrativo disciplinar, equivalente a 02 (dois) anos e 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias, até a instauração deste processo administrativo disciplinar, informando não estar apta para desempenhar suas funções em razão de problemas de saúde, adquiridos no decorrer de sua admissão, mesmo em caso de readaptação;

CONSIDERANDO que a servidora Sra. M. E. V. M., matrícula funcional nº 2178, para o cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Nível 4.1, Letra "A", junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento se afastou por diversas vezes por licença tratamento de saúde antes do prazo de término de estágio probatório, que normalmente se encerraria em 11 de novembro de 2020, no qual a mesma começou a se afastar a partir do dia 28 de janeiro de 2018, alegando não estar apta para desempenhar suas funções, em razão de problemas de saúde, mesmo em caso de readaptação, estando afastada atualmente pelo mesmo motivo;

CONSIDERANDO a Carta de Sentença extraída dos Autos nº 0301510-84.2018.8.24.0006, da Ação de Procedimento Comum Cível/PROC da

2ª Vara da Comarca de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, de 16 de janeiro de 2020, a qual foi julgada improcedente;

RESOLVE:

Artigo 1º- Designar a Sra. SUELEN BORECK, para atuar como Presidente de comissão, matrícula funcional nº 1574, Enfermeira, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, a Sra. ARACELI SILVEIRA FISCHER, para atuar como Secretária de comissão, Auxiliar Administrativa, matrícula funcional nº 1727, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, e a Sra. DIRLENE MARIZA HESS, para atuar como Membro de comissão, Coordenadora Administrativa/Legislativa, matrícula funcional nº 997, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Administração, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão de Procedimento Administrativo Disciplinar destinada a apurar, no prazo de 60 (sessenta dias) dias, os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos que envolveram a Sra. M. E. V. M., matrícula funcional nº 2178, para o cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Nível 4.1, Letra "A", junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 03 de agosto de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 26/2020**

Publicação Nº 2592680

PORTARIA Nº 026/2020

Concede 30 dias de férias ao Servidor Sr. Luciano da Silva, e autoriza o servidor a gozar no período de 06 de agosto de 2020 a 04 de setembro de 2020.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Resolução nº 41/2017, em seu artigo 48, inciso XXIII,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Sr. Luciano da Silva, matrícula n. 428.701, relativas ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2º Autoriza o servidor a gozar as férias no período de 06 de agosto de 2020 a 04 de setembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha/SC 05 de agosto de 2020.

Eduardo Peres  
Presidente

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATOS N° 053/2020 - PREF

Publicação N° 2592212

#### EXTRATO DE CONTRATO

#### PREFEITURA

Contrato N° 053/2020 – PREF. Processo administrativo N° 26/2020. Tomada de preço N° 008 – PREF. Objeto: contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. Contratada: Joziel Dembinski – EIRELI, inscrita no CNPJ sob n° 26.847.222/0001-38 SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA RECUPERAÇÃO DE MALHA VIÁRIA MUNICIPAL, REFERENTE AO CONTRATO DE REPASSE OGU N° 892846/2019 – OPERAÇÃO 1.067.274-58 – PROGRAMA AGROPECUÁRIO SUSTENTAVEL – RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS – RIBEIRÃO RASO – TRECHO 02, CONTANDO COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, conforme projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma de obra em anexo, com vigência: início 05/08/2020 término 31/12/2020, Valor previsto e estimado em R\$: 660.326,91 (Seiscentos e Sessenta Mil Trezentos e Vinte e Seis Reais e Noventa e Um Centavos),

ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

### HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TP 009/2020

Publicação N° 2592095

#### PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 027/2020 – PREF

TOMADA DE PREÇOS N° 009/2020 - PREF

DATA DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 05/08/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA RECUPERAÇÃO DE MALHA VIÁRIA MUNICIPAL REFERENTE AO CONTRATO DE REPASSE OGU N° 892846/2019 - OPERAÇÃO 1.067.274-58 – PROGRAMA AGROPECUÁRIA SUSTENTAVEL - RECUPERAÇÃO DE ESTRADA – RIBEIRÃO RASO – TRECHO 02, CONTANDO COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA DE OBRA EM ANEXO.

CONTRATADO: JOZIEL DEMBINSKI EIRELI

VALOR TOTAL: R\$ 660.326,91 (SEISCENTOS E SESSENTA MIL TREZENTOS E VINTE E SEIS REAIS E NOVETA E UM CENTAVOS).

BELA VISTA DO TOLDO, (SC) 05 DE AGOSTO DE 2.020.

ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Belmonte

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2020

Publicação Nº 2592797

MUNICÍPIO DE BELMONTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2020

Objeto: o objeto de que trata o presente é aquisição 18 unidades de avaliações (prévia e pós) de lotes urbanos, sito as ruas Gaspar Silveira Martins, Pinheiro Machado e Humberto de campos, onde será executada pavimentação com pedras irregulares, cuja avaliação montara base para cálculo de contribuição de melhoria, por dispensa do certame. Valor que não ultrapassa o permissivo legal. Fundamentação legal no art. 24, inciso II, da lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.  
Belmonte/SC, 05 de agosto de 2020.

Genésio Bressiani  
Prefeito Municipal

### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 569/2020 CONDER

Publicação Nº 2592808

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 569/2020 CONDER

O município de Belmonte – SC, CNPJ 80.912.108/0001-90, Rua Engenheiro Francisco Passos, nº 133, centro, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Licença Ambiental Prévia, com prazo de validade de 12 (doze) meses, formulado pelo empreendedor Jovandro Menusi, para a atividade: 01.70.00 – Criação de Animais Confinados de Pequeno Porte (Avicultura), que será exercida no imóvel localizado na Linha Bela União, s/n, interior, município de Belmonte - SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

**Benedito Novo****PREFEITURA****ATA DE CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO - TP 48/2020**

Publicação Nº 2591607

**ATA DE CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO**

DATA: 05/08/2020 - HORA DE INÍCIO: 8:10 horas.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2020

MODALIDADE: Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia – 48/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RODOVIA BNV-447 LOCALIZADA NA LOCALIDADE DE BAIXO SANTA MARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

Na data e horário supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se na sala de reuniões os membros da Comissão Permanente de Licitações SÉRGIO DÁRIO PASQUALI, JOICE APARECIDA COSTA e MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI nomeados pela Portaria nº 132/2020, com o objetivo de dar continuidade ao procedimento licitatório supracitado. Na ata da sessão de julgamento da licitação ocorrida no dia 27/07/2020 foi declarada vencedora do certame a empresa ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA com o valor total global de R\$ 1.777.362,26 (um milhão, setecentos e setenta e sete mil, trezentos e sessenta e dois reais e vinte e seis centavos). Foi o resultado deste julgamento publicado na imprensa oficial e intimadas as empresas para, querendo apresentar recurso nos termos do art. 109, alínea "b" da Lei nº 8666/93, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação da ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame. Decorrido o prazo recursal nenhuma manifestação ou questionamento foi efetuado, ficando, portanto, viabilizada a continuidade do certame. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, lavrando-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da comissão de licitações. Encaminhe-se os autos devidamente instruídos e conclusos para análise jurídica e apreciação da autoridade superior.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Presidente	JOICE APARECIDA COSTA Membro	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Membro
-------------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------

**DECRETO Nº 105/2020 - ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO I, DO ART. 3º E OS INCISOS II E III DO ART. 4º DO DECRETO Nº 088/2020, DE 20 DE JULHO DE 2020, QUE CONSOLIDA E ESTABELECE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CORONAVÍRUS (COVID-19)**

Publicação Nº 2592122

Decreto nº 105/2020, de 04 de agosto de 2020.

Altera a redação do inciso I, do Art. 3º e os incisos II e III do Art. 4º do Decreto nº 088/2020, de 20 de julho de 2020, que Consolida e Estabelece novas medidas de prevenção e combate ao Coronavírus (Covid-19).

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, "n", assim como em observância às disposições constantes da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; e Considerando a Lei Estadual nº 17.974, de 30 de julho de 2020, que Reconhece os serviços de alimentação tais como restaurantes, lanchonetes, padarias e similares como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia. Considerando a proximidade da comemoração alusiva aos dias dos pais, com aglomeração maior de número de pessoas, em especial no sábado;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica alterada a redação do inciso I, do Art. 3º e os incisos II e III, do Art. 4º, do Decreto nº 088/2020, de 20 de julho de 2020, como segue:

"Art. 3º .....

I – Excetuadas as hipóteses específicas previstas neste Decreto, o comércio em geral poderá funcionar de segunda à sexta-feira, das 8 às 18 horas, e aos sábados das 8:00 às 16:00 horas, devendo-se respeitar as seguintes exigências:

.....

Art. 4º - .....

.....

"II – Lanchonetes, food parks, cafeterias, padarias, confeitarias e similares, poderão funcionar de segunda à domingo, impreterivelmente, até as 19:00 horas, podendo depois desse horário funcionar apenas pelo sistema de tele-entrega ou entrega no balcão, proibido o consumo no local; e bares, tabacarias, adegas e similares, deverão funcionar de segunda a sexta-feira, impreterivelmente, até as 19:00 horas, podendo depois desse horário e durante o final de semana funcionar apenas pelo sistema de tele-entrega ou entrega no balcão, proibido

nestes dias o consumo no local;

III – Restaurantes deverão funcionar de segunda à sexta até as 19:00 horas, e de sábado e domingo até às 14:00 horas, podendo depois desse horário funcionar apenas pelo sistema de tele-entrega ou entrega no balcão, proibido o consumo no local”.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao período da situação de emergência de saúde pública cujo término será declarado por ato do Ministro de Estado da Saúde.

Município de Benedito Novo, aos 04 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 105/2020 foi publicado e registrado na forma da Lei.  
Benedito Novo, aos 04 de agosto de 2020.

Joice Aparecida Costa  
Chefe da Divisão de Compras

## EXTRATO DE CONTRATO 72/2020

Publicação Nº 2592388

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC  
Processo Licitatório Nº 48/2020  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 72/2020

Contratada: ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RODOVIA BNV-447 LOCALIZADA NA LOCALIDADE DE BAIXO SANTA MARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

Valor: R\$ 1.777.362,26

Vigência: 05/08/2020 a 31/12/2020

Data Assinatura: 05/08/2020

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

## EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO 70/2018

Publicação Nº 2591831

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC  
Processo Licitatório Nº 61/2018  
EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 70/2018

Contratada: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA VB LTDA - EPP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESMONTE DE EDIFICAÇÃO CASARÃO EM ALVENARIA LOCALIZADA AS MARGENS DO RIO BENEDITO

Finalidade do Aditivo: Prazo

Vigência: 01/08/2020 a 30/08/2020

Data Assinatura: 28/07/2020

DARIO TONOLLI – Prefeito em Exercício

## LEI 1.992/2020 - DECLARA DE UTILIDADE PUBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS - PEAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2592126

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

Lei nº 1.992, de 31 de julho de 2020.

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais - Peal, e Dá Outras Providências.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais - PEAL, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita sob o CNPJ 08.889.308/0008-18, com sede na Rua Jorge Becker, nº. 1550, Bairro Barra São João, Benedito Novo/SC, cumprindo todas as suas finalidades estatutárias e atendendo perfeitamente seus objetivos sociais.

Art. 2º - A Associação deverá encaminhar, anualmente, à Câmara de Vereadores, até 30 de junho do exercício subsequente, para devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- 1 - Relatório Anual de Atividades;
- 2 - Declaração que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da Declaração de utilidade pública;
- 3 - Cópia Autenticada das alterações ocorridas no Estatuto se houve;
- 4 - Balancete Contábil.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 31 de julho de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.  
Benedito Novo, aos 31 de julho de 2020.

Joice Aparecida Costa.  
Chefe da Divisão de Compras.

# Biguaçu

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 197/2020

Publicação Nº 2592693

DECRETO Nº 197/2020 DE: 05 DE AGOSTO DE 2020.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3960/2019 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3968/2019 - Lei Orçamentária para 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2020, Lei Municipal nº 3968/2019:

#### 23. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

2302.08.244.0006.2060	Proteção Social Básica	38.436,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	38.436,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00000000	Investimentos/Aplicação Direta	38.436,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Diretoria Executiva de Legislação  
e Expediente

### DECRETO Nº 198/2020

Publicação Nº 2592694

DECRETO Nº 198/2020 DE: 05 DE AGOSTO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2020.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3960/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais) nas dotações abaixo indicadas, por conta do Superávit Financeiro de 2019, apurado em fonte de recurso:

#### SUPLEMENTAÇÃO

0801.04.129.0002.2011	Manutenção da Secretaria de Receita	35.000,00
3.3.90.00/0.3.00.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	35.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Diretoria Executiva de Legislação  
e Expediente

## DECRETO Nº 199/2020

Publicação Nº 2592695

DECRETO Nº 199/2020 DE: 05 DE AGOSTO DE 2020.  
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2020.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3960/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 277.737,18 (Duzentos e setenta e sete mil, setecentos e trinta e sete reais e dezoito centavos) por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso: 0.1.37.000282, na dotação abaixo relacionada:

### 23. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2302.08.244.0006.2089	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	277.737,18
3.1.90.00/0.1.37.000282	Pessoal e Encargos pessoais/Aplicação Direta	47.600,00
3.3.90.00/0.1.37.000282	Outras Despesas Correntes/ Aplicação Direta	72.735,58
4.4.90.00/0.1.37.000282	Investimentos/ Aplicação Direta	157.401,60

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Diretoria Executiva de Legislação  
e Expediente

## DL131/2020-PMB

Publicação Nº 2592509

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº131/2020-PMB

OBJETO: Aquisição de vidros temperados para ampliação de espaço no CRAS II para atendimento do Cadastro Único - Bolsa Família.

EMPRESA CONTRATADA: Diego Andrey Hauptli 03949098950

VALOR: R\$ 7.600,00 (sete mil, seiscentos reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2020

532 23/2 2063 3339036220000000000

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto

que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).

**JUSTIFICATIVA:**

O Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos (SCFV) - RECRIA complementa o trabalho social com famílias ofertado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF). Todas as ações do SCFV são planejadas com a finalidade de fortalecer os vínculos familiares e comunitários por meio de intervenções sociais, criando situações desafiadoras e estimulantes, orientando os usuários na reconstrução de suas histórias.

Realiza também atendimentos aos usuários do Bolsa Família, para isso a necessidade de fechamento da sala de atendimento.

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria requisitante apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani  
Secretária de Administração

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 012/2020**

Publicação Nº 2592596

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 012/2020**

CONTRIBUINTE:	LARISSA MANNES VIEIRA		
ENDEREÇO:	RODOVIA SC 407, 8391, VENDAVAL – BIGUAÇU/SC		
Inscrição no CMC:	748218	CPF/CNPJ:	065.201.869-61
Processo Fiscal:	6933/2016	IF/AI/NL:	NL Nº 249/2020

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 112 e 113 da LC 03/2007, que em 04/09/2017 foi constatado pela Gerência de Fiscalização Tributária, que o objeto do processo de Alvará de Construção nº 6933/2016, (edificação residencial com área de 186,67 m²), o qual não obteve aprovação, foi executado e concluído, sem contudo recolher a Taxa de Análise de Projeto. A data do fato gerador é a de entrada no processo, em 26/08/2016, conforme art. 112 da LC 003/2007.

**Informações:**

- Base legal do montante devido: LC 03/2007 e Instrução Normativa 003/2017.
- Montante: Art. 113 da Lei Complementar 003/2007.
- Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007
- Juros: Art. 352 da LC 03/2007
- Multa: Art. 77, II da LC 03/2007

**Montante Devido:**

Tributo: R\$ 841,47.

Atualização monetária: R\$ 105,07.

Multa de fiscalização: R\$ 454,34

Juros: R\$ 444,87

Valor total: R\$ 1.845,75

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

André Silva Fenner  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 15.055

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 013/2020**

Publicação Nº 2592599

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 013/2020**

CONTRIBUINTE:	LARISSA MANNES VIEIRA		
ENDEREÇO:	RODOVIA SC 407, 8391, VENDAVAL – BIGUAÇU/SC		
Inscrição no CMC:	748218	Inscrição no CMC:	748218
Processo Fiscal:	6933/2016	IF/AI/NL:	NL Nº 248/2020

Notifica-se a contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265, 271, 112 da LC 003/2007, em consonância com o art. 9 § 1º “g” da Lei 2419/2007 que em 17/04/2017 foi constatado pela Gerência de Fiscalização Tributária, que o objeto do processo de Alvará de Construção nº 6933/2016, (edificação residencial com área de 186,67 m²), o qual não obteve aprovação, foi executado e concluído, sem contudo recolher a Taxa de Vistoria. A data do fato gerador é a de entrada no processo, em 26/08/2016.

**Informações:**

- a. Base legal do montante devido: LC 03/2007 Lei 2419/2007 Instrução Normativa 003/2017
- b. Montante: art. 9 § 1º “g” da Lei 2419/2007, e art. 112 da LC 003/2007.
- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007
- d. Juros: Art. 352 da LC 03/2007
- e. Multa: Art. 77, II da LC 03/2007

**Montante Devido:**

Tributo R\$ 672,35.

Atualização monetária: R\$ 83,95

Multa de fiscalização: R\$ 363,02

Juros: R\$ 355,46

Valor total: R\$ 1.474,78

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

André Silva Fenner  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 15.055

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 014/2020**

Publicação Nº 2592600

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 014/2020**

CONTRIBUINTE:	LARISSA MANNES VIEIRA		
ENDEREÇO:	RODOVIA SC 407, 8391, VENDAVAL, – BIGUAÇU/SC		
Inscrição no CMC:	748218	CPF/CNPJ:	065.201.869-61
Processo Fiscal:	6933/2016	IF/AI/NL:	NL Nº 250/2020

Notifica-se a contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55 da LC 03/2007, que em 17/04/2017 foi constatado pela Gerência de Fiscalização Tributária, que o objeto do processo de Alvará de Construção nº 6933/2016, (edificação residencial com área de 186,67 m²), o qual não obteve aprovação, foi executado e concluído, sem contudo recolher o ISS relativo à mão de obra da construção civil. Nos termos do art. 6º, da Instrução Normativa SMR nº 003/2017, tendo por provável data de fato gerador, a data de 01/02/2017 com fundamento em fotos disponíveis no Google Street View. O Termo de Arbitramento se encontra na Prefeitura Municipal para verificação.

**Informações:**

- a. Base legal do montante devido: LC 03/2007 c/c Decreto 131/2009
- b. Montante: Art. 55, I e III, §5º do art. 42 da LC 03/2007, art. 6º da Inst. Normativa 003/2017.
- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007
- d. Juros: Art. 352 da LC 03/2007
- e. Multa: Art. 77, II da LC 03/2007

**Montante Devido:**

Tributo: R\$ 4.295,94.

Atualização monetária: R\$ 479,30.

Multa de fiscalização: R\$ 2.292,12.

Juros: R\$ 1.957,85

Valor total: R\$ 9.025,21

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

André Silva Fenner

FISCAL DE TRIBUTOS

Matrícula nº 15.055

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ADITIVOS, APOSTILAS 07/2020 - PMB, FMS E FAMABI**

Publicação Nº 2592636

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Biguaçu  
Extrato Contratual

Contrato Nº: 16/2018

Aditivo Nº: Apostila 5/2020

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA

Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 222/2017

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO, MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, PROJETOS, INVENTÁRIO COM CADASTRO GEOREFERENCIADO, TELEATENDIMENTO INFORMATIZADO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ÁREA URBANA E RURAL DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Vigência: Início: 06/07/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 06/07/2020

Valor R\$ 490.655,29 (Quatrocentos e Noventa Mil, Seiscentos e Cinquenta e Cinco Reais e Vinte e Nove Centavos)

Dotação: 138 - 24.001.2076.3339030260000000000.1080104000

Dotação: 138 - 24.001.2076.3339039160000000000.1080104000

Dotação: 506 - 24.001.2076.3339030260000000000.3080304000

Dotação: 506 - 24.001.2076.3339039160000000000.3080304000

Contrato Nº: 70/2020

Aditivo Nº: 70-1/2020

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: IPM SISTEMAS LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 60/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE PARA USO EM PLATAFORMA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE ACESSO WEB (CLOUDING COMPUTING) PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BIGUAÇU E FUNDOS MUNICIPAIS.

Vigência: Início: 11/07/2020 Término: 11/10/2020

Assinatura: 11/07/2020

Valor R\$ 118.904,16 (Cento e Dezoito Mil, Novecentos e Quatro Reais e Dezesseis Centavos)

Dotação: 114 - 08.001.2011.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 124 - 24.001.2091.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 133 - 23.002.2058.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 137 - 21.001.2086.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 148 - 22.001.2087.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 158 - 09.002.2020.3339040010000000000.1010101000

Dotação: 164 - 06.001.2005.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 169 - 09.002.2020.3339040010000000000.1360106000

Dotação: 280 - 10.001.2032.3339040010000000000.1020102000

Dotação: 362 - 18.001.2073.3339040010000000000.2060236000  
Dotação: 489 - 10.001.2034.3339040010000000000.3020302000

Contrato Nº: 132/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: MARIO QUERINO GOULART

Licitação: Dispensa de Licitação 103/2020

Objeto: Locação de imóvel conforme orçamento e avaliação realizada pela SEPLAN, para que possa ser instalado o Abrigo provisório a pessoas em situação de rua em virtude da pandemia do COVID19. O Governo Federal através da portaria 369/2020 encaminhou aos municípios recursos para enfrentamento ao COVID19, sendo este recurso emergencial, com a finalidade de aumentar a capacidade de resposta do SUAS no atendimento as famílias e indivíduos em vulnerabilidade e risco social.

Vigência: Início: 03/07/2020 Término: 03/10/2020

Assinatura: 03/07/2020

Valor R\$ 6.000,00 (Seis Mil Reais)

Dotação: 523 - 23.002.2058.3339036150000000000.1350137281

Contrato Nº: 138/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: TRATOR PEÇAS COM. DE PECAS P/ TRATOR

Licitação: Pregão Eletrônico 80/2020

Objeto: Contratação de empresas para manutenção de tratores, motocicletas e equipamentos da Prefeitura municipal de Biguaçu não contratados no processo 54/2020.

Vigência: Início: 13/07/2020 Término: 13/07/2021

Assinatura: 13/07/2020

Valor R\$ 473.865,50 (Quatrocentos e Setenta e Três Mil, Oitocentos e Sessenta e Cinco Reais e Cinquenta Centavos)

Contrato Nº: 139/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: AUTO MAIS REPARAÇÃO AUTOMOTIVA

Licitação: Pregão Eletrônico 80/2020

Objeto: Contratação de empresas para manutenção de tratores, motocicletas e equipamentos da Prefeitura municipal de Biguaçu não contratados no processo 54/2020.

Vigência: Início: 13/07/2020 Término: 13/07/2021

Assinatura: 13/07/2020

Valor R\$ 68.000,00 (Sessenta e Oito Mil Reais)

Contrato Nº: 141/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: BEMLOCAR SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI

Licitação: Pregão Presencial 93/2020

Objeto: Contratação de empresa para especializada na prestação de serviço de locação de veículos para atender a necessidade da Prefeitura Municipal de Biguaçu.

Vigência: Início: 10/07/2020 Término: 10/07/2021

Assinatura: 10/07/2020

Valor R\$ 324.120,00 (Trezentos e Vinte e Quatro Mil e Cento e Vinte Reais)

Dotação: 124 - 24.001.2091.3339039270000000000.1000100000

Dotação: 148 - 22.001.2087.3339039270000000000.1000100000

Dotação: 158 - 09.002.2020.3339039270000000000.1010101000

Dotação: 169 - 09.002.2020.3339039270000000000.1360106000

Dotação: 186 - 16.001.2068.3339039270000000000.1000100000

Dotação: 280 - 10.001.2032.3339039270000000000.1020102000

Dotação: 443 - 10.001.2043.3339039270000000000.6380628016

Dotação: 544 - 10.001.2034.3339039270000000000.1520152000

Contrato Nº: 142/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: AUTO VIAÇÃO SANTA CATARINA LTDA

Licitação: Pregão Presencial 93/2020

Objeto: Contratação de empresa para especializada na prestação de serviço de locação de veículos para atender a necessidade da Prefeitura Municipal de Biguaçu.

Vigência: Início: 10/07/2020 Término: 10/07/2021

Assinatura: 10/07/2020

Valor R\$ 238.892,50 (Duzentos e Trinta e Oito Mil, Oitocentos e Noventa e Dois Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação: 124 - 24.001.2091.3339039270000000000.1000100000

Dotação: 148 - 22.001.2087.3339039270000000000.1000100000

Dotação: 158 - 09.002.2020.3339039270000000000.1010101000

Dotação: 169 - 09.002.2020.3339039270000000000.1360106000

Dotação: 186 - 16.001.2068.3339039270000000000.1000100000

Dotação: 280 - 10.001.2032.3339039270000000000.1020102000

Dotação: 443 - 10.001.2043.3339039270000000000.6380628016  
Dotação: 544 - 10.001.2034.3339039270000000000.1520152000

Contrato Nº: 143/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: SABORES DO PAO PADARIA E CAFE LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 115/2020

Objeto: Fornecimento de pães para o Abrigo Provisório para Usuários em situação de Rua. Em virtude da pandemia do COVID 19 e dos decretos vigentes que solicita o isolamento social das pessoas de grupo de risco, e por se tratar de seguimentos populacionais historicamente em vulnerabilidade a exposição de riscos sociais, o Ministério da Cidadania, através da portaria 369/2020 repassou recursos aos municípios voltados a reestruturação da rede socioassistencial e rede de acolhimento (repasso de recurso federal para enfrentamento as questões sociais em virtude da pandemia do COVID19).

Vigência: Início: 16/07/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 16/07/2020

Valor R\$ 1.980,00 (Um Mil e Novecentos e Oitenta Reais)

Dotação: 523 - 23.002.2058.3339030070000000000.1350137281

Dotação: 498 - 22.004.2082.3339030070000000000.3060333000

Contrato Nº: 143/2020

Aditivo Nº: Apostila 1/2020

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: SABORES DO PAO PADARIA E CAFE LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 115/2020

Objeto: Fornecimento de pães para o Abrigo Provisório para Usuários em situação de Rua. Em virtude da pandemia do COVID 19 e dos decretos vigentes que solicita o isolamento social das pessoas de grupo de risco, e por se tratar de seguimentos populacionais historicamente em vulnerabilidade a exposição de riscos sociais, o Ministério da Cidadania, através da portaria 369/2020 repassou recursos aos municípios voltados a reestruturação da rede socioassistencial e rede de acolhimento (repasso de recurso federal para enfrentamento as questões sociais em virtude da pandemia do COVID19).

Vigência: Início: 28/07/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 28/07/2020

Valor R\$ 544,50 (Quinhentos e Quarenta e Quatro Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação: 523 - 23.002.2058.3339030070000000000.1350137281

Dotação: 498 - 22.004.2082.3339030070000000000.3060333000

Contrato Nº: 145/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: LOJAS IDEAL LTDA EPP

Licitação: Dispensa de Licitação 119/2020

Objeto: Aquisição de 01 (uma) máquina de lavar roupas, TV de no mínimo 50 polegadas, refrigerador e forno elétrico para o Abrigo Temporário de inverno para as pessoas em situação de rua em meio a pandemia do COVID 19.

Vigência: Início: 20/07/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 20/07/2020

Valor R\$: 4.908,00 (Quatro Mil e Novecentos e Oito Reais)

Dotação: 540 - 23.002.2058.3449052120000000000.1350137281

Contrato Nº: 147/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: CRISTIANI LOURI RODRIGUES E CIA LTDA ME

Licitação: Dispensa de Licitação 122/2020

Objeto: Aquisição direta para o fornecimento de uma escada de fibra de vidro. Os materiais serão destinados troca da atual escada que foi danificada durante os cortes de árvore que ocorreram durante o vendaval do Corpo de Bombeiros Militares de Biguaçu conforme condições e especificações constantes neste Termo de Referência.

Vigência: Início: 24/07/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 24/07/2020

Valor R\$ 1.445,00 (Um Mil e Quatrocentos e Quarenta e Cinco Reais)

Dotação: 81 - 22.004.2082.3449052380000000000.1060133000

Contrato Nº: 148/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: NOVAFROTA EQUIPAMENTOS S/A

Licitação: Inexigibilidade 106/2020

Objeto: Aquisição de peças originais para a Mini Carregadeira BOB CAT afim de manter a garantia do equipamento.

Vigência: Início: 24/07/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 24/07/2020

Valor R\$ 10.297,50 (Dez Mil, Duzentos e Noventa e Sete Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação: 391 - 25.001.2092.3339030390000000000.3000300000

Contrato Nº: 156/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: DATARESTORE RECUPERAÇÃO DE DADOS FLORIANÓPOLIS LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 126/2020

Objeto: Contratação Emergencial que compreende a pesquisa e desenvolvimento de técnica objetivando criar uma vacina para efetuar a descryptografia dos arquivos encriptados pela chave identificável pelo hamsonware eight.

Vigência: Início: 30/07/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 30/07/2020

Valor R\$ 52.500,00 (Cinquenta e Dois Mil e Quinhentos Reais)

Dotação: 128 - 03.001.2006.33390409900000000000.1000100000

Dotação: 567 - 22.001.2008.33390409900000000000.3000300000

Contrato Nº: 162/2017

Aditivo Nº: 162-5/2017/2020

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: IPM SISTEMAS LTDA

Licitação: Inexigibilidade 166/2017

Objeto: O presente processo tem como objeto a contratação da empresa IPM Sistemas Ltda, detentora de direitos e de propriedade intelectual exclusiva de software, para prestação de serviços técnicos especializados, objetivando agregar recursos tecnológicos ao sistema em uso e o melhor funcionamento da Prefeitura Municipal de Biguaçu/SC, inclusive com mais serviços ao cidadão pela Internet (Autoatendimento), compreendendo inclusive, os serviços de configuração, reconfiguração, customização e consultoria, necessários ao funcionamento do sistema de Gestão Municipal Atende.Net. JUSTIFICATIVA: A execução dos serviços a serem contratados, visa atender às necessidades excepcionais da Administração, uma vez que as horas técnicas adquiridas serão prestadas por técnicos especializados nos Sistemas IPM e servirão para o levantamento de informações, análise, planejamento, execução, configuração, reconfiguração, customização do Sistema de Gestão Pública Atende.Net, com o objetivo de atender às demandas dos diversos setores da Prefeitura, uma vez que Administração do Município de Biguaçu, é contratante do sistema. Assim, levando-se em consideração, a inexistência de margem de horas técnicas no Contrato nº 66/2016, suficientes para atender a demanda dos referidos serviços; o fato de que a solução tecnológica Workflow é uma ferramenta muito importante no desenvolvimento das rotinas diárias da Administração, uma vez que agrega nova tecnologia e melhorias nos processos administrativos; e ainda, em razão do que dispõe a Certidão nº 170120/30.646 emitida pela A.B.E.S. - Associação Brasileira das Empresas de Software, segundo a qual, a empresa IPM Sistema Ltda é a única que tem acesso, possui total conhecimento e dispõe dos programas fontes do Software Atende.Net, tecnologia/conhecimento necessários à realização dos serviços de assistência técnica, manutenção, consultoria, consultoria de implantação, atualização de versão e/ou customização do mencionado sistema, verifica-se que os requisitos dispostos no artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, encontram-se totalmente preenchidos.

Vigência: Início: 06/07/2020 Término: 03/10/2020

Assinatura: 06/07/2020

Valor R\$ 19.366,65 (Dezenove Mil, Trezentos e Sessenta e Seis Reais e Sessenta e Cinco Centavos )

Dotação: 148 - 22.001.2087.33390399900000000000.1000100000

Contrato Nº: 163/2017

Aditivo Nº: 163-5/2017/2020

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: 9MM PROPAGANDA LTDA

Licitação: Tomada de Preços para Contratação de Serviços 30/2017

Objeto: Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, de promover a venda de bens ou serviços, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral.TOMADA DE PREÇOS Nº 30/2017-PMB.

Vigência: Início: 13/07/2020 Término: 13/07/2021

Assinatura: 13/07/2020

Valor R\$ 600.000,00 (Seiscentos Mil Reais)

Dotação: 163 - 03.002.2007.33390398800000000000.1000100000

Dotação: 481 - 10.001.2043.33390398800000000000.2380228277

Contrato Nº: 163/2017

Aditivo Nº: Apostila 7/2020

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: 9MM PROPAGANDA LTDA

Licitação: Tomada de Preços para Contratação de Serviços 30/2017

Objeto: Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, de promover a venda de bens ou serviços, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral.TOMADA DE PREÇOS Nº 30/2017-PMB.

Vigência: Início: 21/07/2020 Término: 13/07/2021

Assinatura: 21/07/2020

Valor R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)

Dotação: 163 - 03.002.2007.33390398800000000000.1000100000  
Dotação: 481 - 10.001.2043.33390398800000000000.2380228277

Contrato Nº: 194/2020  
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
Contratada: SANTA CATARINA COMERCIAL  
Licitação: Pregão Eletrônico 87/2020  
Objeto: Aquisição de um veículo 0 (zero) KM, do tipo Van/Minibus capacidade para 15+1 lugares para uso da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para garantir a execução do Projeto Rede Mulher conforme Emenda individual nº 378600005.  
Vigência: Início: 20/07/2020 Término: 20/07/2021  
Assinatura: 20/07/2020  
Valor R\$ 155.000,00 (Cento e Cinquenta e Cinco Mil Reais)  
Dotação: 75 - 23.002.2089.34490525200000000000.1340170267  
Dotação: 85 - 23.002.2089.34490525200000000000.1000100000

Contrato Nº: 196/2017  
Aditivo Nº: 196-4/2017/2020  
Tipo Aditivo: Objeto/Valor  
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
Contratada: NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA  
Licitação: Pregão Presencial 168/2017  
Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de sistema de Telecomunicações, composto de locação de infovia em fibra ótica, infraestrutura de Telefonia SIP IP com locação de telefones Ips, links Full duplex de acesso web e plano de minutagens Voip, para o atendimento da Prefeitura Municipal de Biguaçu e suas Secretarias.  
Vigência: Início: 17/07/2020 Término: 28/08/2020  
Assinatura: 17/07/2020  
Valor R\$ 1.250,00 (Um Mil e Duzentos e Cinquenta Reais)  
Dotação: 559 - 10.001.2035.33390400100000000000.2670229263

Contrato Nº: 239/2018  
Aditivo Nº: 239-5/2018/2020  
Tipo Aditivo: Supressão  
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
Contratada: PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA  
Licitação: Tomada de Preços 187/2018  
Objeto: Pavimentação e Drenagem das seguintes Ruas:Lote 1: Ruas: Geral do Jardim Carolina, Paulo Lopes, Imbituba e Urubici;Lote 2: Rua Caçador, Joinville e Itajaí;Lote 3: Rua Olívia Bittencourt Rosa e Rua Vicente E. dos Santos Junior;Lote 4: Rua Sebastião Albino.Vigência: Início: 22/05/2020 Término: 30/12/2020  
Assinatura: 22/05/2020  
Valor R\$ 35.060,86 (Trinta e Cinco Mil, Sessenta reais e Oitenta e Seis Centavos)

Contrato Nº: 07/2019  
Aditivo Nº: 7-6/2019/2020  
Tipo Aditivo: Prorrogação  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU  
Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA  
Licitação: Pregão Presencial 71/2018  
Objeto: Contratação de empresa especializada em terceirização de serviços para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu, podendo abranger inclusive a Unidade de Pronto Atendimento 24 horas, Centro de Especialidades Odontológicas, Policlínica Municipal, Vigilância em Saúde, Centro de Atendimento Psicossocial, bem como para atender as Unidades Básicas de Saúde e demais programas de saúde.  
Vigência: Início: 20/07/2020 Término: 18/08/2020  
Assinatura: 16/07/2020  
Valor R\$ 99.549,97 (Noventa e Nove Mil, Quinhentos e Quarenta e Nove Reais e Noventa e Sete Centavos)  
Dotação: 286 - 10.001.2035.33390397900000000000.2670229054  
Dotação: 468 - 10.001.2035.33390397900000000000.2380228271  
Dotação: 561 - 10.001.2040.33390397900000000000.2670229262

Contrato Nº: 10.063/2016/2016  
Aditivo Nº: Apostila 10/2020  
Tipo Aditivo: Apostila  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU  
Contratada: ONSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA  
Licitação: Pregão Presencial 7/2016  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E HIGIENIZAÇÃO PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS.  
Vigência: Início: 20/07/2020 Término: 12/04/2021  
Assinatura: 20/07/2020  
Valor R\$ 50.611,02 (Cinquenta Mil, Seiscentos e Onze Reais e Dois Centavos)

Dotação: 308 - 10.001.2034.3339036250000000000.2380228015  
Dotação: 312 - 10.001.2034.3339036250000000000.1020102000  
Dotação: 308 - 10.001.2034.3339037010000000000.2380228015  
Dotação: 312 - 10.001.2034.3339037020000000000.1020102000  
Dotação: 308 - 10.001.2034.3339037020000000000.2380228015  
Dotação: 312 - 10.001.2034.3339037010000000000.1020102000  
Dotação: 481 - 10.001.2043.3339036250000000000.2380228277  
Dotação: 481 - 10.001.2043.3339039790000000000.2380228277

Contrato Nº: 10.035/2013/2020

Aditivo Nº: 2/2020

Tipo Aditivo: Rescisão

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: MANOEL VICENTE DA SILVA FILHO

Licitação: Dispensa de Licitação 34/2013

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM ÁREA DE 205,11M<sup>2</sup>, LOCALIZADO NA RUA JUSTINO ADALBERTO LEAL, Nº 173, BAIRRO CENTRO, BIGUAÇU, PARA ABRIGAR AS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Vigência: Início: 17/06/2020

Assinatura: 17/06/2020

Contrato Nº: 51/2020

Aditivo Nº: 51-5/2020

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: ASSOCIAÇÃO CHC DE ADMINISTRAÇÃO E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

Licitação: Dispensa de Licitação 22/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada em atendimento clínico para autuar junto a equipe da para Unidade de Pronto Atendimento 24 horas e 8211; UPA24H em virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme os Decretos de Municipais Nº063/2020 e 069/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV, podendo ser prorrogado pelo período necessário da emergência epidemiológica.

Vigência: Início: 16/07/2020 Término: 14/08/2020

Assinatura: 16/07/2020

Valor R\$ 222.135,20 (Duzentos e Vinte e Dois Mil, Cento e Trinta e Cinco Reais e Vinte Centavos)

Dotação: 469 - 10.001.2043.3339039790000000000.1020102000

Dotação: 481 - 10.001.2043.3339039790000000000.2380228277

Contrato Nº: 133/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: PORTALI COMERCIO DE EMBALAGENS EIRELI

Licitação: Dispensa de Licitação 66/2020

Objeto: Aquisição de saco para cadáver para USO NA Unidade de pronto Atendimento (UPA) 24 horas, em virtude Coronavirus Disease (COVID-19).

Vigência: Início: 03/07/2020 Término: 29/12/2020

Assinatura: 03/07/2020

Valor R\$ 2.100,00 (Dois Mil e Cem Reais)

Dotação: 481 - 10.001.2043.3339030360000000000.2380228277

Contrato Nº: 134/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: S&W CONSTRUÇOES, COMERCIO E SERVICOS ELETRICOS E HIDRAULICOS LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 67/2020

Objeto: Aquisição de mascarás de tecido lavável e reutilizável para proteção dos servidores da Prefeitura Municipal de Biguaçu não estão na linha de frente do combate ao vírus e para distribuição a população em virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme os Decretos de Municipais Nº063/2020 e 069/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV, Medida Provisória nº 926/2020.

Vigência: Início: 03/07/2020 Término: 29/12/2020

Assinatura: 03/07/2020

Valor R\$ 14.250,00 (Quatorze Mil e Duzentos e Cinquenta Reais)

Dotação: 481 - 10.001.2043.3339032990000000000.2380228277

Contrato Nº: 135/2019

Aditivo Nº: 135-1/2019/2020

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: OUTSOURCING CENTER COMERCIO DE COPIADORAS EIRELI

Licitação: Pregão Presencial 20/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços especializados em TI de forma corretiva, preventiva em hardware, internet e apoio aos usuários nas diversas áreas de softwares de aplicação e de governo, englobando o parque computacional de Unidades de Saúde do Município, pertencentes a Biguaçu/SC, conforme informações constantes no Anexo I, e demais condições estabelecidas no edital.

Vigência: Início: 17/07/2020 Término: 17/07/2021  
Assinatura: 07/07/2020  
Valor R\$ 217.500,00 (Duzentos e Dezessete Mil e Quinhentos Reais)  
Dotação: 280 - 10.001.2032.3339040990000000000.1020102000  
Dotação: 286 - 10.001.2035.3339040990000000000.2670229054  
Dotação: 300 - 10.001.2040.3339040990000000000.2380228050  
Dotação: 308 - 10.001.2034.3339040990000000000.2380228015  
Dotação: 436 - 10.001.2048.3339040990000000000.6380628120  
Dotação: 474 - 10.001.2034.3339040990000000000.6760628226

Contrato Nº: 135/2019  
Aditivo Nº: Apostila 4/2020  
Tipo Aditivo: Apostila  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU  
Contratada: OUTSOURCING CENTER COMERCIO DE COPIADORAS EIRELI  
Licitação: Pregão Presencial 20/2019  
Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços especializados em TI de forma corretiva, preventiva em hardware, internet e apoio aos usuários nas diversas áreas de softwares de aplicação e de governo, englobando o parque computacional de Unidades de Saúde do Município, pertencentes a Biguaçu/SC, conforme informações constantes no Anexo I, e demais condições estabelecidas no edital.  
Vigência: Início: 30/07/2020 Término: 17/07/2021  
Assinatura: 30/07/2020  
Valor R\$ 43.125,00 (Quarenta e Três Mil e Cento e Vinte e Cinco Reais)  
Dotação: 468 - 10.001.2035.3339040990000000000.2380228271

Contrato Nº: 135/2020  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU  
Contratada: AWB LOGISTICA E TRANSPORTES EIRELI ME  
Licitação: Pregão Eletrônico 56/2020  
Objeto: Aquisição de equipamentos para lavanderia da Secretaria Municipal de Saúde em virtude do aumento da demanda por conta do COVID-19.  
Vigência: Início: 06/07/2020 Término: 01/01/2021  
Assinatura: 06/07/2020  
Valor R\$ 32.820,25 (Trinta e Dois Mil, Oitocentos e Vinte Reais e Vinte e Cinco Centavos)  
Dotação: 392 - 10.001.2043.3449052080000000000.6330670185

Contrato Nº: 136/2020  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU  
Contratada: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA  
Licitação: Dispensa de Licitação 65/2020  
Objeto: Aquisição de medicamentos para uso nas Unidades Básicas de Saúde e UPA através de compra direta, devido a não cotação em dois pregões 33/2020 e 57/2020  
Vigência: Início: 07/07/2020 Término: 31/12/2020  
Assinatura: 07/07/2020  
Valor R\$ 26.900,00 (Vinte e Seis Mil e Novecentos Reais)  
Dotação: 489 - 10.001.2034.3339032020000000000.3020302000

Contrato Nº: 137/2020  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU  
Contratada: LOJAS IDEAL LTDA EPP  
Licitação: Dispensa de Licitação 62/2020  
Objeto: Aquisição de beliches e colchões para o SAMU.  
Vigência: Início: 08/07/2020 Término: 31/12/2020  
Assinatura: 08/07/2020  
Valor R\$ 3.394,00 (Três Mil e Trezentos e Noventa e Quatro Reais)  
Dotação: 268 - 10.001.2042.3449052420000000000.1020102000  
Dotação: 279 - 10.001.2034.3449052420000000000.1020102000  
Dotação: 310 - 10.001.2042.3339032020000000000.6380628048

Contrato Nº: 142/2020  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU  
Contratada: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA  
Licitação: Dispensa de Licitação 70/2020  
Objeto: Aquisição de medicamentos para uso nas unidades de tratamento da covid 19.  
Vigência: Início: 24/07/2020 Término: 31/12/2020  
Assinatura: 24/07/2020  
Valor R\$ 8.400,00 (Oito Mil e Quatrocentos Reais)  
Dotação: 481 - 10.001.2043.3339032020000000000.2380228277

Contrato Nº: 149/2020  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU  
Contratada: FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO ZANELATO LTDA  
Licitação: Dispensa de Licitação 71/2020  
Objeto: Aquisição de medicamentos para uso nas Unidades Básicas de Saúde de tratamento de Covid - 19.  
Vigência: Início: 29/07/2020 Término: 31/12/2020  
Assinatura: 29/07/2020  
Valor R\$ 5.580,00 (Cinco Mil e Quinhentos e Oitenta Reais)  
Dotação: 280 - 10.001.2032.3339032020000000000.1020102000

Contrato Nº: 150/2020  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU  
Contratada: JGN RADIOLOGIA EIRELI  
Licitação: Dispensa de Licitação 73/2020  
Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de exames por radiodiagnóstico, para atender as demandas da Central de Triagem do município.  
Vigência: Início: 29/07/2020 Término: 29/10/2020  
Assinatura: 29/07/2020  
Valor R\$ 67.927,50 (Sessenta e Sete Mil, Novecentos e Vinte e Sete Reais e Cinquenta Centavos)  
Dotação: 481 - 10.001.2043.3339039500000000000.2380228277

Contrato Nº: 151/2020  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU  
Contratada: COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA  
Licitação: Dispensa de Licitação 72/2020  
Objeto: Aquisição de medicamentos para atender processos judiciais do município. Número: 5001973-40.2020.8.24.0007/SC - (84 comprimidos Xarelto 20MG)  
Vigência: Início: 30/07/2020 Término: 31/12/2020  
Assinatura: 30/07/2020  
Valor R\$ 575,40 (Quinhentos e Setenta e Cinco Reais e Quarenta Centavos)  
Dotação: 303 - 10.001.2036.3339032020000000000.1020102000

Contrato Nº: 152/2020  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU  
Contratada: HFMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA  
Licitação: Dispensa de Licitação 72/2020  
Objeto: Aquisição de medicamentos para atender processos judiciais do município. Número: 5001973-40.2020.8.24.0007/SC  
Vigência: Início: 30/07/2020 Término: 31/12/2020  
Assinatura: 30/07/2020  
Valor R\$ 585,00 (Quinhentos e Oitenta e Cinco Reais)  
Dotação: 303 - 10.001.2036.3339032020000000000.1020102000

Contrato Nº: 153/2020  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU  
Contratada: PRAIANA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
Licitação: Dispensa de Licitação 74/2020  
Objeto: Aquisição de otoscópio para as unidades de saúde do município. O otoscópio é um instrumento médico que serve para avaliar tanto a parte interna quanto a parte externa da orelha de um paciente. Possui uma lente de aumento, como uma lupa, para melhor visualização da região interna do ouvido, bem como utilizada para avaliação da garganta. Tal item foi cancelado em duas licitações e sendo um instrumento de extrema importância para avaliação clínica durante a pandemia. O otoscópio é um instrumento médico que serve para avaliar tanto a parte interna quanto a parte externa da orelha de um paciente. Possui uma lente de aumento, como uma lupa, para melhor visualização da região interna do ouvido, bem como utilizada para avaliação da garganta. Tal item foi cancelado em duas licitações e sendo um instrumento de extrema importância para avaliação clínica durante a pandemia.  
Vigência: Início: 30/07/2020 Término: 31/12/2020  
Assinatura: 30/07/2020  
Valor R\$: 7.898,00 (Sete Mil e Oitocentos e Noventa e Oito Reais)  
Dotação: 388 - 10.001.2043.3449052080000000000.6380628156

Contrato Nº: 154/2020  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU  
Contratada: LIMA & CATANIO LTDA  
Licitação: Inexigibilidade 4/2020  
Objeto: Contratação de empresas para prestação de serviço de análises clínicas, para atender as demandas das unidades de saúde do município.  
Vigência: Início: 30/07/2020 Término: 09/03/2021  
Assinatura: 30/07/2020  
Valor R\$ 360.000,00 (Trezentos e Sessenta Mil Reais)  
Dotação: 289 - 10.001.2043.3339039500000000000.2380228119

Contrato Nº: 155/2020  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUAÇU  
Contratada: ISABELLAB LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA  
Licitação: Inexigibilidade 4/2020  
Objeto: Contratação de empresas para prestação de serviço de análises clínicas, para atender as demandas das unidades de saúde do município.  
Vigência: Início: 30/07/2020 Término: 19/03/2021  
Assinatura: 30/07/2020  
Valor R\$ 360.000,00 (Trezentos e Sessenta Mil Reais)  
Dotação: 289 - 10.001.2043.333903950000000000.2380228119

Contrato Nº: 244/2018  
Aditivo Nº: 244-4/2018/2020  
Tipo Aditivo: Objeto/Valor  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUAÇU  
Contratada: ATUAL MEDICA GESTAO DE SAUDE LTDA  
Licitação: Pregão Presencial 47/2018  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS BEM COMO PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEMAIS PROGRAMAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.  
Vigência: Início: 20/07/2020 Término: 14/11/2020  
Assinatura: 20/07/2020  
Valor R\$ 469.698,80 (Quatrocentos e Sessenta e Nove Mil, Seiscentos e Noventa e Oito Reais e Oitenta Centavos)  
Dotação: 481 - 10.001.2043.333903402000000000.2380228277

Biguaçu, 06 de agosto de 2020

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal de Biguaçu

## HOMOLOGAÇÃO TP90/2020-PMB

Publicação Nº 2591971

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 90/2020-PMB

O Prefeito Municipal Senhor Ramon Wollinger, torna público dos interessados que homologa o processo Licitatório TP56/2020-PMB, "contratação de empresa especializada com fornecimento de material e prestação de serviços para a pavimentação asfáltica, drenagem urbana e sinalização viária das Ruas São José e Rua Guilherme Valdir Nascimento, Município de Biguaçu, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária, projetos, cronograma físico-financeiro, partes integrantes desse processo", bem como o julgamento efetuado pela Comissão de Licitação, adjudicando objeto licitado a empresa classificada e seu respectivo valor: EMPRESA: CONSTRUÇÕES SCHOROEDER EIRELI VALOR: R\$1.066.081,03.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 05/08/2020.

Biguaçu 05 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

## PE 107/2020 - PMB

Publicação Nº 2592691

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 107/2020 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, EMISSÃO E FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO NA FORMA DE CARTÃO MAGNÉTICO PERSONALIZADO COM SENHA E LOGO-TIPO EXCLUSIVO, DENOMINADOS CARTÃO SOCIAL (SMASH), DESTINADOS ÀS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SC, AO BENEFÍCIO EVENTUAL.

Recebimento das Propostas: das 14:00h do dia 07/08/2020, às 09:45h do dia 19/08/2020.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10:00h do dia 19/08/2020, no endereço eletrônico [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br), horário de Brasília - DF.

Local para obtenção do edital: o site da Prefeitura [bigua.atende.net](http://bigua.atende.net) e site [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br).  
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.  
Biguaçu, 04 de agosto de 2020.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 1715/2020**

Publicação Nº 2592560

PORTARIA nº 1715 de 30 de julho de 2020

Instaura Processo Disciplinar, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Instaura Processo Disciplinar para apurar responsabilidade dos(as) servidores(as), ocupantes do cargo efetivo de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, por possível infração praticada no exercício de suas atribuições, conforme Memorando Eletrônico nº 9.657/2019, nos termos do art. 207 e 2012, caput da Lei Complementar nº 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Marisete da Silva Rocha, ocupante do cargo efetivo de Procurador do Município, Giovani Rafael Gasparetto, ocupante do cargo efetivo de Escriturário e Ariani Leitis Motter Griss Costa, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 3369/2019, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar instaurada nesta Portaria.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 04/08/2020 a 03/10/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 30 de julho de 2020.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1774/2020**

Publicação Nº 2592561

PORTARIA nº 1774/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JURANDIR CESAR BEIRO CAMEZ, ocupante do cargo efetivo de GUARDA PATRIMONIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 7531/2020 em anexo, no período de 28/06/2020 a 31/12/2020.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1775/2020**

Publicação Nº 2592562

PORTARIA nº 1775/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MACIEL FRAGA MACEDO, ocupante do cargo efetivo de GUARDA PATRIMONIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8023/2020 em anexo, no período de 21/07/2020 a 25/07/2020.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1776/2020**

Publicação Nº 2592564

PORTARIA nº 1776/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MIRIAM RIBAS DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 7412/2020 em anexo, no período de 17/07/2020 a 10/01/2021.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1777/2020**

Publicação Nº 2592566

PORTARIA nº 1777/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANDREIA DALPASQUALE, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR III 40HS – ARTES - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 7475/2020 em anexo, no período de 14/07/2020 a 09/10/2020.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1778/2020**

Publicação Nº 2592568

PORTARIA nº 1778/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARIA CELIA GRANGEIRO FERREIRA LOPES, ocupante do cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 7448/2020 em anexo, no período de 13/07/2020 a 27/07/2020.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1779/2020**

Publicação Nº 2592569

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

82.892.308/0001-5PORTARIA nº. 1779 de 05 de agosto de 2020.

Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo Governo do Estado do Rio Grande Do Sul - RHE - Sistema de Gestão de Recursos Humanos, sob o nº 030499 nos assentamentos funcionais da servidora MARIA AMANDIA DA LUZ HERNANDES, detentora da matrícula nº 7318-1 e do cargo de provimento efetivo Técnico em Magistério Auxiliar de Sala, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais do servidor MARIA AMANDIA DA LUZ HERNANDES, detentor da matrícula nº 7318-1 e do cargo de provimento efetivo de Técnico em Magistério Auxiliar de Sala, correspondentes à 03 anos, 02 meses e 22 dias de

tempo de contribuição, constantes na Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo Governo do Estado Rio Grande do Sul - RHE - Sistema de Gestão de Recursos Humanos sob o nº 030499, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 1780/2020**

Publicação Nº 2592571

PORTARIA nº 1780/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), DIEGO ZWIRTES, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE ROÇADEIRA COSTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 7544/2020 em anexo, no período de 08/07/2020 a 19/07/2020.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 1781/2020**

Publicação Nº 2592572

PORTARIA nº 1781/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do cargo efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS II - SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 7518/2020 em anexo, no período de 04/07/2020 a 17/07/2020.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 1782/2020**

Publicação Nº 2592574

PORTARIA nº 1782/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANDRE SCHWEITZER, ocupante do cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 7202/2020 em anexo, no período de 06/07/2020 a 16/07/2020.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1783/2020**

Publicação Nº 2592576

PORTARIA nº 1783/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), KAROLINY ESTEVO, ocupante do cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 7889/2020 em anexo, no período de 20/07/2020 a 22/07/2020.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1784/2020**

Publicação Nº 2592579

PORTARIA nº 1784/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARIVONE GARCIA MULLER, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II (COPEIRA) – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Processo nº 7741/2020, no período de 14/07/2020 a 09/10/2020.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1785/2020**

Publicação Nº 2592581

PORTARIA nº 1785/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), KARLA PATRICIA DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM PLANTONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 7954/2020 em anexo, no período de 25/06/2020 a 13/07/2020.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1786/2020**

Publicação Nº 2592583

PORTARIA nº 1786 de 05 de agosto de 2020

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;

CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;

CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;

CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos

do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público. ”

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

ADAILTON MARTINS, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Operacional;  
ADENILSON LUIZ COELHO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
ADRIANO MEDEIROS FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
ALDIR FLORIANO, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente da Administração;  
ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira);  
AMAURY BORBA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Gestão de Frotas;  
ANA CLAUDIA MACIEL DA MAIA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Atendente da Criança e do Adolescente;  
ANDERSON KLEITON DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
ANDREA MARGARIDA COELHO, ocupante do Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Saúde;  
ANTÔNIO CARLOS DE SOUSA BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Vigilância Epidemiológica;  
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
ARNALDO GRANDO, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
ARTHUR FABIANO DE OLIVEIRA FARIAS, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
AURILIO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
BRUNO LOCKS BERNARDINO, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente de Trânsito e Desenvolvimento Urbano;  
CARLOS EDUARDO FUZZI, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
CAROLINA MOMM, ocupante do Cargo Efetivo de Contador;  
CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
CESAR MURILO SOUTO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Plantonista;  
CESAR VALMOR EIGI FUZINO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;  
CINTIA ROSA DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Monitor do Transporte Escolar;  
CLAUDIO ADÃO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
CLARISSE FRANÇA ALVES, ocupante de Cargo Comissionado de Assessor de Ensino Fundamental;  
CRYSTHIANO DAVID DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Acompanhamento Externo;  
DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI, ocupante do Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Administração;  
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;  
DAVI JOVELINO CORREIA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
DIONEY AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Operacional;  
DOUGLAS BATISTA DE ANDRADE, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
EDUARDO JOSÉ MENDES, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
ELIANE BARCELOS PULCENA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Turismo;  
EMERSON EVERALDO SOARES, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Cultura;  
ENIO BOLL, ocupante do Cargo Efetivo Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
EURICO RILLO DE CAMPOS JÚNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
EVANDRO DE OLIVEIRA DANTAS, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);  
EVELISE MARA SCHMITT, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Vigilância Socioassistencial;  
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);  
FABIO ARAUJO MARTINS, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
FERNANDA APARECIDA DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
FERNANDO FRANCISCO DE AMORIM, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Fisioterapia;  
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);  
FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FILLIPE PEREIRA FAGUNDES, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
FRANCIS BARP REIS, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;  
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
GUSTAVO FREDERICO MARDER, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil,  
GUILHERME ORLI DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Enfermagem;  
HAMILTON REIS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
HERTO LUNARDELLI JÚNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
HYAGO FELLIPE DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor de Finanças;  
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
ISRAEL SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Trator Agrícola;  
JANAINA PEREIRA GUIMARÃES CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Obras e Posturas;

JEAN ANDRE DE MARIA, ocupante do Cargo Efetivo de Pintor;  
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
JOÃO ADEMIR LORENÇO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral de Obras e Infraestrutura;  
JOÃO CARLOS KAIR, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente do Planejamento e Gestão Participativa;  
JOÃO FERNANDO DA CRUZ FILHO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Transporte Escolar;  
JOÃO JOSÉ MORFIM NETO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Obras;  
JOEL AROLDO PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Saneamento;  
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceteiro;  
JONAS DE JESUS, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente de Trânsito e Desenvolvimento Urbano;  
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
JORGE LUIZ COUTINHO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
JOSE LUIZ ALVES, ocupante do Cargo Efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais;  
JOSE VALDEMAR SILVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transporte;  
JOSE RICARDO BIM GOMES, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Em Enfermagem Plantonista;  
JUCI NILTON REGIS, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente da Defesa Civil;  
KELLY DE AQUINO MULLER COUTINHO, ocupante do Cargo Temporário de Profissional de Educação Física;  
LAURO LUIZ DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente de Obras;  
LEANDRO DE SOUZA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
LIAMARA SILVA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente da FAMABI;  
LUCAS AZAMBUJA, ocupante do Cargo Temporário de Psicólogo;  
LUIS CLAUDIO SANTANA DAS MERCES, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
LUIS FERNANDO DOS SANTOS CHAVES, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Setor de Saúde Animal;  
LUIS ANDRE PIMENTEL MACEDO, ocupante do Cargo efetivo de Guarda Patrimonial;  
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MANOEL AIRTON PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;  
MARCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Comissionado de Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;  
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;  
MARIANA MARIA KONS HOFFMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Obras e Posturas;  
MAYARA VOLPINI TURRA, ocupante do Cargo Efetivo de Engenharia Civil;  
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MILTON JOÃO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Almoxarife;  
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
MOISES FREITAS DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Guarda Patrimonial;  
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
OSMAR ESPINDOLA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Retroescavadeira;  
OSNI GILBERTO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Relacionamento;  
PAULO GEAN CHAGAS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Administrativo FAMABI;  
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Comunicação;  
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
PEDRO RODRIGUEZ SUAREZ GOMES, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Agrônomo;  
PETERSON de SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
RAFAEL DE OLIVEIRA PRAZERES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Participativa;  
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;  
RAFAEL ROBERTO ROMAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
RAFAEL RUDIGER, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Cadastro Técnico e Controle de Índice Urbanístico;  
RICARDO JOSE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente de Cultura, Esporte Turismo e Lazer;  
RICARDO LUIZ DA ROSA, ocupante do cargo efetivo de Carpinteiro;  
RICARDO ROBERTO VARGAS, ocupante do cargo efetivo de Operador de Patroia;  
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
ROBERVAL REIS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
RODRIGO ALVARO STEIL, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Municipal de Trânsito;  
RODRIGO LIMA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Trânsito e Desenvolvimento Urbano;  
RODRIGO JAIR MARTINS, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
RONALDO FERNANDES JUNQUEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Retroescavadeira;  
RONEI JOSE DE ANDRADE, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Trator Agrícola;  
RONNIE MARKS MACIEL, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;  
SALMIR GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças;  
SANDRO PERES MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Administração;  
SAUL DE MELLO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Relações Institucionais;  
SIDNEI ALVES MOREIRA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;

SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
TATIANY BITTENCOURT JACINTO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Recursos Humanos;  
THAYSA NUNES JOHANSON, ocupante do Cargo Comissionado de Corregedor Municipal;  
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal;  
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais I;  
THOMAS SCHROEDER, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;  
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Operações da Pesca, Maricultura e Aquicultura;  
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquina de Corte;  
WILLYAN LUCIANO, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 1702/2020. Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**DL130/2020-PMB**

Publicação Nº 2592180

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES**

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 130/2020**

**OBJETO:** Aquisição imediata de um notebook com leitor de código de barras para o Patrimônio Público Municipal.

**CONTRATADAS:** Erickson Patrick Kuhn – 34.197.944/0001-12

**VALOR TOTAL:** R\$ 4.030,00 (Quatro mil e trinta reais)

**VIGÊNCIA DO CONTRATO:** até 31/12/2020.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação: II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA:** A compra do notebook com leitor de barras é para auxiliar no cadastro e controle das etiquetas do Patrimônio Público Municipal. Esses bens recebem conceituação, classificação e destinação legal para sua correta administração, utilização e alienação. Bens públicos, em sentido amplo, são todas as coisas, corpóreas ou incorpóreas, imóveis, móveis e semoventes, créditos, direitos e ações, que pertençam, a qualquer título dos órgãos públicos do Município de Biguaçu.

**DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E DO PREÇO:**

A empresa contratada atende os requisitos de habilitação apresentando os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade e de acordo com o art. 32, §1º da lei 8666/93, e apresentou o valor dos produtos dentro do praticado no mercado.

**Biguaçu, 03 de agosto de 2020**

**RAMON WOLLINGER  
PREFEITO(A) MUNICIPAL**

**Por Delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani  
Secretária Municipal de Administração**

**REVOGAÇÃO TP121/2020-PMB**

Publicação N° 2592622

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS**

**DESPACHO DE REVOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 121/2020-PMB**

O Município de Biguaçu comunica a **REVOGAÇÃO** do Processo Licitatório do TP121/2020-PMB, objetivando “a contratação de empresa especializada com fornecimento de material e prestação de serviços para a pavimentação asfáltica, implantação de drenagem e passeio público da Rua Amaro M. Faria, no Loteamento Santa Catarina, Município de Biguaçu, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária, projetos, cronograma físico-financeiro, partes integrantes desse processo”, tendo em vista a necessidade de readequações no projeto, conforme solicitação feita pela Secretaria de Planejamento e Gestão.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

**RAMON WOLLINGER**  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Por delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani  
Secretária de Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 06/2020**

Publicação Nº 2592116

RESOLUÇÃO Nº 06/2020

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autoria: Mesa da Câmara

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Legislativo autorizado a formar Comissão Especial de Inquérito com a finalidade de investigar quanto à suposta tentativa de homicídio ao munícipe Israel Rodrigo Mafra (Requerimento nº 070/2020 proposto por 1/3 dos membros da Câmara Municipal de Biguaçu).

Art. 2º - A Comissão Especial de Inquérito será composta por 06 (seis) membros, sendo Presidente, Vice-Presidente, Secretário e membros.

Parágrafo Único O Presidente da Câmara indicará os vereadores que comporão a Comissão, assegurando, tanto quanto possível, representação proporcional partidária.

Art. 3º - A Comissão Especial de Inquérito terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para apresentar a conclusão dos trabalhos à Câmara Municipal de Biguaçu.

Parágrafo Único O prazo poderá ser prorrogado por até metade dos dias estabelecidos no caput, através de Projeto de Resolução de iniciativa de todos os seus membros.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 2020.

Nei Cláudio da Cunha  
Presidente

# Blumenau

## PREFEITURA

### LEI Nº 8.899/2020

Publicação Nº 2592595

LEI Nº 8.899, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento da Administração Direta, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

17 – INTENDÊNCIA DISTRITAL DE VILA ITOUPAVA

1703 - Centro Turístico e Cultural da Vila Itoupava

Atividade 17.03.23.695.0080.2552 – Man. Ativ. Centro Tur. e Cult. Vila Itoupava

Modalidade 4.4.90 ( ) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional especial aberto no artigo 1º desta Lei correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

04 – PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

0403 – Diretoria de Contencioso Judicial

Atividade 04.03.28.846.0000.2012 – Execução de Sentenças Judiciais/Precatórios

Modalidade 3.3.90 (43) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de agosto de 2020

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 24.326/2020

Publicação Nº 2592598

PORTARIA Nº 24.326, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

RECONDUZ CÉLIO DIAS PARA A PRIMEIRA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI – I, DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e nos termos da Lei Federal nº 9.503, de 23/09/1997, da Lei Complementar Municipal nº 703, de 29/01/2009, do Decreto nº 6.156, de 15/06/1998 e do art. 5º do Decreto nº 8.310, de 04/12/2006, resolve:

RECONDUZIR, para a Primeira Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI I, do Município, com as atribuições previstas no art. 17, da Lei Federal nº 9.503, de 23/09/1997 e no Decreto nº 8.310, de 04/12/2006, para o período de 01 (um) ano, a contar de 01 de julho de 2020, CÉLIO DIAS, representante titular do Poder Executivo Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 24.328/2020**

Publicação Nº 2592601

PORTARIA Nº 24.328, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE EXONERAÇÃO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO EM FACE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL R.F.C.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, em consonância com o art. 16, II, da Lei Complementar n. 740, de 18/01/2010, e de conformidade com o pedido formulado pelo Secretário Municipal de Administração, através do Memorando nº 466/2020, e de acordo com o laudo pericial da Junta Médica do SESOSP, resolve:

**DETERMINAR**

a instauração de Processo de Exoneração em Estágio Probatório a ser conduzido pela Comissão de Exoneração – COMEX, designada pela Portaria nº 23.349, de 12/09/2019, em face da servidora pública municipal R.F.C., matrícula nº 193330, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde e matrícula nº 231765, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, nomeada para este cargo a qual se encontra em estágio probatório, em 22/02/2019, pela Portaria nº 22.631, Termo de Posse nº 344982, de 26/03/19, iniciando o efetivo exercício do cargo em 02/04/2019, por inaptidão física ou mental para o desempenho das funções do cargo, por doença ou lesão incapacitante de que já era portadora ao entrar em efetivo exercício, por avaliação médica do SESOSP, de conformidade com o art. 16, inciso II e o parágrafo 4º, da LC 740, de 18/01/2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO Nº 193/2020**

Publicação Nº 2592602

EXTRATO – CONTRATO Nº. 193/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DO CAI SUPERIOR LTDA (COOPER OURO DO SUL).

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR e do EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens 07 (carne paleta cubos), 08 (carne moída patinho), 09 (carne suína cubos e 12 (carne isca paleta) do termo de homologação (em anexo), todos de acordo com a chamada pública nº 002/2020, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição – SEMED.

PROCESSO: Chamada Pública nº 002/2020

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 11.947/2009, Resolução 38 FNDE.

VALOR: R\$ 1.929.863,62 (um milhão, novecentos e vinte e nove mil, oitocentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

DATA DE ASSINATURA: 30 de junho de 2020.

**EXTRATO CONTRATO Nº 217/2020**

Publicação Nº 2592604

EXTRATO – CONTRATO Nº. 217/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A GREIDE ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: Elaboração de projeto básico e executivo de terraplenagem, drenagem, sinalização viária, pavimentação e obras complementares para as zonas de interesse especial (ZEIS) - Vila Jensen, no Município de Blumenau/SC. Contrato de Financiamento à Infraestrutura Urbana e ao Saneamento - FINISA - Apoio Financeiro para Despesas de Capital, Contrato nº 0498.699 - DVº 69 (LOTE 02) - SEMOB.

PROCESSO: Tomada de Preços nº 035/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 22, inciso II da Lei 8.666/1993 e alterações.

VALOR: R\$ 32.021,03 (trinta e dois mil, vinte e um reais e três centavos).

PRAZO: 105(cento e cinco) dias para o lote 02, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

DATA DE ASSINATURA: 28 de julho de 2020.

## **EXTRATO CONTRATO Nº 222/2020**

Publicação Nº 2592605

EXTRATO – CONTRATO Nº. 222/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Execução de reurbanização dos passeios da Rua Henrique Conrad, bairro: Vila Itoupava – Blumenau/SC, conforme especificações constantes no edital – Contrato de Financiamento nº 0410520-66/13 – PAC Mobilidade Médias Cidades – Ministério do Desenvolvimento Regional / Programa Pró Transportes - CEF – SEMOB.

PROCESSO: Concorrência nº 03-008/2020

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n. 8.666/1993, art. 22, I.

PRAZO: 15 (quinze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

VALOR: R\$ 2.165.365,44 (dois milhões, cento e sessenta e cinco mil, trezentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 03 de agosto de 2020.

## **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 268/2019**

Publicação Nº 2592606

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 268/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A ROTOFABRIL PRODUTOS E SERVIÇOS DE ROTOMOLDAGEM LTDA.

OBJETO: Aquisição e instalação de academias ao ar livre em áreas públicas do Município, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos, pelo período de 06 meses - Contrato de Repasse nº 857112/2017 ME/CEF - Processo nº 2622.1039962-01/2017 - GAPREF.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 080/2019.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual em mais 232 (duzentos e trinta e dois) dias, ou seja, de 14 de maio de 2020 até 31 de dezembro de 2020.

DATA DE ASSINATURA: 30 de junho de 2020.

## **DATA DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2223/2020 - SAMAE**

Publicação Nº 2592607

DATA ABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL 06-2223/2020.

OBJETO: Registro de preços para confecção de adesivos, placas, faixas, banners, etiquetas e afins, conforme especificações constantes no edital, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE. ENTREGA ENVELOPES: dia 19 de agosto de 2020, até às 08:30 horas. ABERTURA ENVELOPES: dia 19 de agosto de 2020, às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas site oficial do município ([www.blumenau.sc.gov.br](http://www.blumenau.sc.gov.br)) e/ou ([www.samae.com.br](http://www.samae.com.br)) e/ou via e-mail [marcelofileti@samae.com.br](mailto:marcelofileti@samae.com.br) Contatos (47) 3331-8421. Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau (SC), 05/08/2020.

Michael Raul Schneider  
Diretor Presidente

**SUSPENSÃO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL N° 06-2215/2020 - SAMAE**

Publicação N° 2592611

SUSPENSÃO DATA DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL  
06-2215/2020.

OBJETO: A presente licitação, conforme as especificações e elementos técnicos constantes deste Termo de Referência têm por objeto: a aquisição de Relógios Eletrônicos de Ponto – REP, com impressão de comprovantes dos registros de ponto dos servidores, com garantia de 12 meses.

Informamos a suspensão temporária da data de abertura prevista para este Pregão Presencial (19/08/2020) para correções. O referido certame será revisado e remarcado.

Blumenau (SC), 05/08/2020.

Michael Raul Schneider  
Diretor Presidente

**EXTRATO N° 297/2020 - FURB**

Publicação N° 2592613

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato n°. 297/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
E  
CRM EDUCACIONAL LTDA.

OBJETO: Contratação do licenciamento do módulo de captação de alunos do software CRM EDUCACIONAL, com serviços associados de implantação e suporte do produto.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade n° 163/2020 e Contrato n° 147/2020, firmado em 05 de agosto de 2020.

PREÇO: Este certame é composto pelos itens abaixo que, por sua vez, possuem suas respectivas características e etapas de execução, conforme especificado a seguir:

Item	Código FURB	Qtde. Estimada	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	40035	10	Parcela de serviço	Serviços especializados de implantação, consultoria e treinamento do módulo de CAPTAÇÃO de alunos do software CRM EDUCACIONAL	3.990,00	39.900,00
2	40036	12	Mensalidade	Licenciamento de uso do software módulo de CAPTAÇÃO de alunos do software CRM EDUCACIONAL e serviços de suporte em garantia.	3.200,00	38.400,00
Preço (em R\$)				R\$8.300,00		
Preço (em reais, por extenso)				Oitenta e oito mil e trezentos reais.		

PAGAMENTO: O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente, em até 10 (dez) dias úteis após o faturamento, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato gerado em decorrência deste processo terá vigência:

1) Para o item 1.1.1 do objeto: terá início na data de assinatura do respectivo instrumento e encerramento vinculado ao término dos prazos de garantia conferidos aos serviços;

2) Para o item 1.1.2 do objeto: será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do mesmo, podendo se estender até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsto no artigo 57, IV da Lei Federal n°. 8.666/1993.

DATA: 05/08/2020

**PORTARIA SEDEAD Nº 34.914/2020**

Publicação Nº 2592615

PORTARIA SEDEAD Nº 34.914/2020

AUTORIZA O AFASTAMENTO DO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL GUSTAVO OSSAMU BLATT OHIRA EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR O CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ODONTOLOGIA NA ÁREA DE PROTÉSE DENTÁRIA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**AUTORIZAR**

O afastamento do servidor público municipal GUSTAVO OSSAMU BLATT OHIRA, ocupante do cargo efetivo de Cirurgião Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS, com remuneração, para realizar o Curso de Mestrado Profissional em Odontologia na área de Prótese Dentária na cidade de Maringá - PR, com início em 15 de junho de 2020 e término previsto para 11 de dezembro de 2020, sendo de segunda a sexta- feira a cada dois meses, totalizando 20 dias, em jornada integral de trabalho. Conforme Processo Administrativo nº. 2020/06/003545.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 06 de julho de 2020.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA SEDEAD Nº 34.915/2020**

Publicação Nº 2592616

PORTARIA SEDEAD Nº 34.915/2020

AUTORIZA O AFASTAMENTO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL AMANDA PAOLA GASSER EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR O ESTÁGIO EM PSICOLOGIA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**AUTORIZAR**

O afastamento do(a) servidor(a) público(a) municipal AMANDA PAOLA GASSER ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO lotado(a) na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, com remuneração, a fim de realizar o Estágio em Psicologia do curso de Psicologia pela Universidade Regional de Blumenau FURB, no Projeto Acolher, com início em 19 de junho de 2020 e término previsto para 31 de agosto de 2020, as quartas e quintas – feiras, totalizando 20 dias em jornada parcial de trabalho. Conforme Processo Administrativo nº. 2020/06/003762.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 06 de julho de 2020.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

# Bom Jardim da Serra

## CÂMARA MUNICIPAL

### ERRATA PORTARIA 18/2020

Publicação N° 2592250

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
CNPJ: 73.590.937/0001-38  
Rua Prudente Luiz Vieira, 104 Fone: (49)3232-0288  
CEP: 88.640-000 - camaravereadoresbjs@gmail.com

#### PORTARIA N° 18/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, João Cristiano Pereira Rodrigues, no uso de suas atribuições, nos termos do inciso XXXIII do Artigo 27 do Regimento Interno;

Considerando o constante no Requerimento n. 26/2020, aprovado em Sessão Ordinária de 25/05/2020;

Considerando o pedido de prorrogação feito oralmente em Sessão Ordinária realizada em 03/08/2020, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o prazo de funcionamento da Comissão designada pela Portaria 11/2020 pelo prazo de 90 dias a contar da data da publicação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo as disposições constantes na Portaria 11/2020 inalteradas. Bom Jardim da Serra, 04 de agosto de 2020.

João Cristiano Pereira Rodrigues  
Presidente

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 28-2020

Publicação Nº 2591601

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 28/2020

#### **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE TRATOR SOBRE ESTEIRAS PARA TRABALHOS DIÁRIOS**

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1185/2020

Aos 24 dias de julho de 2020, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de janeiro de 2019 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº. 16/2020, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Município e homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para eventual **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE TRATOR SOBRE ESTEIRAS PARA TRABALHOS DIÁRIOS**, conforme consta no **ANEXO I**, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa Mega Transportes e Terraplanagens EIRELI ME, com sede na Rua Padre Darci, nº. 98, Centro, Município de Bom Jesus do Oeste/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 29.832.959/0001-75, neste ato representada por seu representante legal Senhor Orlando Costa, portador do CPF nº. 057.034.999-09 e RG nº. 4.704.125, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:

#### **CLÁUSULA I - DO OBJETO**

A presente ata tem por objeto registro de preços para eventual **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE TRATOR SOBRE ESTEIRAS PARA TRABALHOS DIÁRIOS**, constantes do Anexo I.

#### **CLÁUSULA II - DA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo departamento de compras para a devida alteração do valor registrado em Ata.

5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, o departamento de compras não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### **CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES**

1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

- 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.

c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o **descredenciamento do SICAF**, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº. 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

### **CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS**

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 016/2020.

- 3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 16/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 16/2020, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

#### **CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta.
- 2). Os serviços deverão ser prestados em todo o território do município de Bom Jesus do Oeste/SC, sem custo de deslocamento para o município.
- 3) A Ata de Registro de Preços do certame terá validade de 12 meses após sua assinatura.

#### **CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO**

- 1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as devidas especificações;
- 2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

#### **CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO**

- 1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora em até 10 dias (úteis) após a entrega previsto no item "11", da cláusula 11.1 do Edital do Processo de Licitação nº. 1185/2020, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.
- 2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº. 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 120 e remetida via e-mail para [compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br](mailto:compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br) juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.
- 3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

#### **CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO**

- 1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, do município de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.
- 2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

#### **CLÁUSULA IX - DA GARANTIA**

- 1). A garantia dos serviços cotados é de no mínimo 90 dias a partir do recebimento definitivo, se maior deverá declarar na proposta;

#### **CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 1). Fornecer os materiais/serviços, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Substituir ou recuperar o material/serviço que, após a entrega/execução e aceite, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 3 dias corridos, a partir da ciência da rejeição.
- 4). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 016/2020 e seus anexos, a propostas da empresa:  
Mega Transportes e Terraplanagens EIRELI ME, com sede na Rua Padre Darci, nº. 98, Centro, Município de Bom Jesus do Oeste/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 29.832.959/0001-75, neste ato representada por seu representante legal Senhor Orlando Costa, portador do CPF nº. 057.034.999-09 e RG nº. 4.704.125
- 2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais n. 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, 24 de julho de 2020.

\_\_\_\_\_  
Jeferson Persch  
Pregoeiro

\_\_\_\_\_  
Orlando Costa  
Empresa

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Clair dos Santos Serpa  
Secretário da Agricultura

\_\_\_\_\_  
Valdenor Nascimento  
Secretário do DMER

Cesar Luis Majolo  
OAB/SC 32.022  
Assessor Jurídico

**ANEXO 1****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2020****PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1185/2020**

EMPRESA VENCEDORA: Empresa Mega Transportes e Terraplanagens EIRELI ME, com sede na Rua Padre Darci, nº. 98, Centro, Município de Bom Jesus do Oeste/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 29.832.959/0001-75, neste ato representada por seu representante legal Senhor Orlando Costa, portador do CPF nº. 057.034.999-09 e RG nº. 4.704.125.					
Item	Quant	Unid	Descrição	Valor máximo do item R\$	Valor máximo total R\$
1	200	HS	Terceirização de Máquina Trator sobre Esteira com as seguintes características mínimas: peso operacional mínimo de 13.000 kg, potência mínima do motor de 130 hp, ano mínimo 2012 com escarificador traseiro e lamina angular, com controle de horas realizadas por relógio hora/Brasília, incluindo operador, combustível, eventuais manutenções, transporte de combustível e da Máquina.	224,00	44.800,00

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 67/2020**

Publicação Nº 2591624

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 67/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE/SC TORNA PÚBLICO QUE FIRMOU O SEGUINTE CONTRATO:

CONTRATADO: KELI LAMB GNASS.

OBJETO: INDENIZAÇÃO EXPROPRIATÓRIA DE PARTE IDEAL DE 5.000 M² A SER DESMEMBRADO DO IMÓVEL PARTE OESTE DO LOTE COLONIAL RURAL Nº. 27, DA SEÇÃO LAJEADO GRANDE, SEM BENFEITORIAS SITUADO NA LINHA LAMB, MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE/SC, SOB MATRÍCULA Nº. 6.498, A ÁREA DESAPROPRIADA DESTINA-SE A IMPLANTAÇÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE PARA COMPENSAÇÃO DE ÁREA RELATIVA A APROVAÇÃO DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL

VALOR: R\$11.000,00 (ONZE MIL REAIS).

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1271/2020.

BOM JESUS DO OESTE/SC, 24 DE JULHO DE 2020.

RONALDO LUIZ SENGER

PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 68/2020**

Publicação Nº 2591606

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 68/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE/SC TORNA PÚBLICO QUE FIRMOU O SEGUINTE CONTRATO:

CONTRATADO: ALESANDRA MILKIEWICZ EIRELI ME.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS PARA RETIFICA DE MOTOR E TORQUE DE RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416 E SERIE CAT \*0416ETMFG06883\*.

VALOR: R\$ 22.565,00 (VINTE E DOIS MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS).

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1246/2020.

BOM JESUS DO OESTE/SC, 28 DE JULHO DE 2020.

IVONIR JOSÉ SANTOLIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 69-2020**

Publicação Nº 2591609

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 069/2020 DE 30 DE JULHO DE 2020

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 63/2017

01) CONTRATO Nº. 069/2020
SISTEMAS CONTRATADOS: AF/AR/ARCR/DEISS/AR-WEB/AR-CDAE/CM/CP/GP/GP-AL/GPCO/GP-ES/GP-PS/IA/MOB/LC/NFSE/PLLO/PLPP/PP/RF/ST/TB/TP e TP-NET
NÚMERO CONTRATO: 069/2020 DATA ASSINATURA CONTRATO: 30/07/2020
02) PARTES
CONTRATANTE: Município de Bom Jesus Do Oeste
CONTRATADA: DUETO TECNOLOGIA LTDA.
03) OBJETO DO ADITIVO:
1. CLAUSULA 01 – OBJETO
1.1. Fica aditivado o contrato para um período de 01 de agosto de 2020 a 31 de julho de 2021.

**2. CLAUSULA 02- DO REAJUSTE**

2.1 Fica reajustado o valor mensal a partir do mês de agosto de 2020, sendo através da variação do índice (IGPM) acumulado do período de 08/2019 a 07/2020, no percentual de 9,2693%, passando o novo valor a vigorar mensalmente de R\$ 6.714,67 (seis mil setecentos e quatorze reais e sessenta e sete centavos).

**3. CLAUSULA 03 – DO DESCONTO**

3.1 Fica acordado entre as partes que será concedido mensalmente, desconto de 50 % do valor ora reajustado, perfazendo o total de R\$ 284,80 (duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos) mensais, pelo período de agosto a dezembro de 2020.

2.2 Os demais itens e condições estabelecidos no contrato original continuam inalterados.

Bom Jesus Do Oeste (SC), 30 de julho de 2020

Dueto Tecnologia Ltda.

Rafael Mario Sebben

Contratada

Ivonir José Santolin

Prefeito Municipal em Exercício

Contratante

Testemunhas:

NOME: LEONIR LAMB

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

NOME:JEFERSON PERSCH

Agente de Administração

**DECRETO MUNICIPAL Nº. 5473/2020**

Publicação Nº 2591614

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE****Decreto Municipal nº. 5473/2020 de 24 de  
julho de 2020.****Homologa e adjudica o julgamento proferido pelo  
Pregoeiro e Equipe de Apoio, do Processo  
Licitação nº. 1185/2020, dando outras  
providências.****O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO  
OESTE, SC**, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Federais nº. 10.520/02, 8.666/93  
e suas atualizações;**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeada pelo Decreto Municipal nº 5258/2019 de 02 de Janeiro de 2019, sob o Processo de Licitação nº. 1185/2020, que tem por objeto Eventual Terceirização de Horas Máquinas para apoio aos serviços nos departamentos de Estradas e Rodagem (DMER), Obras e Serviços Urbanos e Agricultura.

**Art. 2º.** Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor/ Hora R\$	Valor total (R\$)
1	Mega Transportes e Terraplanagens EIRELI ME	Terceirização de Máquina Trator sobre Esteira com as seguintes características mínimas: peso operacional mínimo de 13.000 kg, potência mínima do motor de 130 hp, ano mínimo 2012 com escarificador traseiro e lâmina angular, com controle de horas realizadas por relógio hora/Brasília, incluindo operador, combustível, eventuais manutenções, transporte de combustível e da Máquina.	200	224,00	44.800,00
Quarenta e quatro mil e oitocentos reais				44.800,00	

**Art. 3º.** Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

**Art. 4º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto Municipal nº. 4450/2013, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste

– SC, aos 24/07/2020.

Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº. 5474/2020**

Publicação Nº 2591611

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE****Decreto Municipal nº. 5474/2020 de  
28 de julho de 2020.****Homologa e adjudica o julgamento proferido  
pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, do Processo  
Licitação nº. 1246/2020, dando outras  
providências.****O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS  
DO OESTE, SC,** no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Federais nº.  
10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeada pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de Janeiro de 2019, sob o Processo de Licitação nº. 1246/2020, que tem por objeto Aquisição de peças genuínas para retifica de motor de retro escavadeira caterpillar 416 E serie CAT \*0416ETMFG06883\*.

**Art. 2º.** Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total (R\$)
1	Alesandra Milkiewicz EIRELI ME	Placa aço transmissão 2744553	18	20,00	360,00
2	Alesandra Milkiewicz EIRELI ME	Disco 6Y7957	18	40,00	720,00
3	Alesandra Milkiewicz EIRELI ME	Anel 1221878	1	20,00	20,00
4	Alesandra Milkiewicz EIRELI ME	Anel imp 9U8886	4	80,00	320,00
5	Alesandra Milkiewicz EIRELI ME	Anel 1221886	1	40,00	40,00
6	Alesandra Milkiewicz EIRELI ME	Pistão 3053431	3	1.450,00	4.350,00
7	Alesandra Milkiewicz EIRELI ME	Retentor transmissão dianteiro/traseiro 2162267	2	50,00	100,00
8	Alesandra Milkiewicz EIRELI ME	Bronzina biela (STD) 3532205	1	600,00	600,00
9	Alesandra Milkiewicz EIRELI ME	Bronzina mancal (STD) 2257772	1	250,00	250,00
10	Alesandra Milkiewicz EIRELI ME	Bucha Biela 2255438	4	100,00	400,00

11	Alesandra EIRELI ME	Milkiewicz	Bomba óleo 2307578	1	1.240,00	1.240,00
12	Alesandra EIRELI ME	Milkiewicz	Camisa do motor 61104050	4	210,00	840,00
13	Alesandra EIRELI ME	Milkiewicz	Junta de jogo inferior 2722232	1	1.030,00	1.030,00
14	Alesandra EIRELI ME	Milkiewicz	Junta de jogo superior 2775156	1	1.300,00	1.300,00
15	Alesandra EIRELI ME	Milkiewicz	Pistão com anéis 2255437	4	600,00	2.400,00
16	Alesandra EIRELI ME	Milkiewicz	Retentor dianteiro (virabrequim) 2880422	1	250,00	250,00
17	Alesandra EIRELI ME	Milkiewicz	Bomba d'agua 2258016	1	920,00	920,00
18	Alesandra EIRELI ME	Milkiewicz	Semi anéis (encosto do virabrequim) 329090	1	250,00	250,00
19	Alesandra EIRELI ME	Milkiewicz	Virabrequim ponta lisa 3590724	1	4.430,00	4.430,00
20	Alesandra EIRELI ME	Milkiewicz	Biela motor 3590724	1	2.440,00	2.440,00
21	Alesandra EIRELI ME	Milkiewicz	Cola alta temperatura 2052	2	30,00	60,00
22	Alesandra EIRELI ME	Milkiewicz	Filtro de óleo 7873	1	110,00	110,00
23	Alesandra EIRELI ME	Milkiewicz	Óleo motor 15W40 6624	9	15,00	135,00
Vinte e dois mil quinhentos e sessenta e cinco reais					22.565,00	

**Art. 3º.** Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

**Art. 4º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto Municipal nº. 4450/2013, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do

Oeste – SC, aos 28/07/2020.

Ivonir José Santolin  
Prefeito Municipal em Exercício

**DECRETO Nº 5475/2020**

Publicação Nº 2591598

DECRETO Nº 5475/20 DE 31 DE JULHO DE 2020.  
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVONIR JOSÉ SANTOLIN, Prefeito Municipal em exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 1.178/19 de 09.12.2019 (LDO), 1.179/19 de 09.12.2019 (LOA) e a Lei Federal nº 4.320/64:

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, dentro da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, no valor de R\$ 68.000,00 (Sessenta e oito mil reais).

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.027 – Manutenção das Atividades de Assistência Social.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (2231).

Valor R\$ 11.000,00 (Onze mil reais).

Fonte: 01.35 – Transferências do Sistema Únicos de Assistência Social SUAS/UNIÃO.

Detalhamento da Fonte: 1054 – Proteção Social Ações Covid-19 – Social.

Órgão: 06 – Secretária de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.061 – Manutenção das Ativ. Do Programa CRAS.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas. (2232)

Valor R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas. (2233)

Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas. (2234)

Valor R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Fonte: 01.35 – Transferências do Sistema Únicos de Assistência Social SUAS/UNIÃO.

Detalhamento da Fonte: 1054 – Proteção Social Ações Covid-19 – Social.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação do exercício de 2020 fonte 01.35 - Transferências do Sistema Único de Saúde Portaria 369/2020 e 378/2020 (Covid-19).

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 31 de julho de 2020.

IVONIR JOSE SANTOLIN

Prefeito Municipal em exercício

**DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 1239/2020**

Publicação Nº 2591613

Município de Bom Jesus do Oeste – SC  
Estado de Santa Catarina

PROCESSO LICITATÓRIO N. 1271/2020

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 1239/2020

**1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

O objeto da presente dispensa de licitação consiste na indenização expropriatória de parte ideal de 5.000 m² a ser desmembrado do imóvel parte oeste do lote colonial rural nº. 27, da seção Lajeado Grande, sem benfeitorias situado na Linha Lamb, município de Bom Jesus do Oeste/SC, sob matrícula nº. 6.498, a área desapropriada destina-se a implantação de área de preservação permanente para compensação de área relativa a aprovação do loteamento industrial, tudo conforme mapa e memorial descritivo anexo ao presente contrato, o qual é parte integrante deste Contrato.

**2 – EXECUTOR**

Fornecedor: KELI LAMB GNASS  
Cidade: Bom Jesus do Oeste - SC  
Endereço: Linha Lamb  
CPF: 108.569.569-70

**3 – FUNDAMENTO DA DISPENSA – JUSTIFICATIVA**

O fundamento legal para presente dispensa está disposto no Decreto Municipal nº. 5456/2020 de 03 de julho de 2020, e Lei Municipal nº. 1.201/2020 de 17 de julho de 2020.

**4 - RAZÃO DA ESCOLHA:**

Considerando que a área desapropriada destina-se a área de preservação permanente para compensação de área relativa a aprovação do loteamento industrial.

**5 – PREÇO:**

A importância a ser paga pelo imóvel será de R\$ 11.000,00 (onze mil reais). Valor este que está abaixo do que o avaliado por perito avaliador credenciado.

**6 - JUSTIFICATIVA DO PREÇO:**

Estando plenamente de acordo com os preços de mercado, uma vez que está abaixo do que o avaliado por perito avaliador credenciado.

Bom Jesus do Oeste – SC, em 24 de julho de 2020.

Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

-----  
Cesar Luis Majolo  
OAB/SC 32.022  
Assessoria Jurídica

**PORTARIA Nº 163/2020, DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591465

PORTARIA Nº 163/2020, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.  
CONCEDE ADICIONAL POR TRIÊNIOS PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVONIR JOSÉ SANTOLIN, Prefeito Municipal em Exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Triênios (6%) para a Servidora Pública Municipal, Srª Loreni Seider, inscrita na matrícula sob nº 673-4, portadora do CPF sob nº 025.555.779-55, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública-PSF, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, conforme art. 66 do Estatuto dos Servidores, após revisão do tempo total de serviço, onde passou a ser automatizado pelo sistema GOVBR, conforme períodos aquisitivos de 02/05/2013 a 15/05/2014 e de 16/05/2014 a 16/05/2020, a partir do mês de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 03 de agosto de 2020.

IVONIR JOSÉ SANTOLIN  
Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 164/2020, DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591471

PORTARIA Nº 164/2020, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVONIR JOSÉ SANTOLIN, Prefeito Municipal em Exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal Srª. Adriana Boni Maggi, portadora do CPF sob nº 028.465.579-18, inscrita na matrícula sob nº 517-7, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período de 04/04/2011 a 04/04/2016, nos termos do Artigo 79 da Lei Municipal nº 542/2006 de 18 de outubro de 2006 (Estatuto dos servidores Públicos Municipais), sendo que a licença será gozada no período de 03 de agosto de 2020 a 31 de outubro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 03 de agosto de 2020.

IVONIR JOSÉ SANTOLIN  
Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 165/2020, DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591479

PORTARIA Nº 165/2020, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVONIR JOSÉ SANTOLIN, Prefeito Municipal em Exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE férias por merecimento ao Servidor Municipal Sr. ISMAEL ANTONIO HAHN, inscrito na matrícula nº 266-6, portador do CPF sob. nº 920.018.319-00, lotado no Departamento de Esportes, ocupante do cargo de Sub Secretário, sendo período aquisitivo de 24 de maio de 2018 a 23 de maio de 2019, e período de concessão de 03 de agosto de 2020 a 01 de setembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 03 de agosto de 2020.

IVONIR JOSÉ SANTOLIN  
Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 166/2020, DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591486

PORTARIA Nº 166/2020, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

SUSPENDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVONIR JOSÉ SANTOLIN, Prefeito Municipal em Exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições

legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Sra. RAQUEL BACZINSKI PERSCH, inscrita na matrícula sob nº 383-2, portadora do CPF nº 035.324.559-35, ocupante do cargo de Farmacêutica/Bioquímica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, em virtude de alta médica, suspende o Atestado Médico, a partir de 03 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 03 de agosto de 2020.

IVONIR JOSÉ SANTOLIN  
Prefeito Municipal em Exercício

### **PORTARIA Nº 167/2020, DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591491

PORTARIA Nº 167/2020, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

SUSPENDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVONIR JOSÉ SANTOLIN, Prefeito Municipal em Exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER licença para tratamento de Saúde a Servidor Público Municipal Sr. JEFERSON PERSCH, portador do CPF sob nº 034.734.559-03, inscrito na matrícula sob nº 425-1, ocupante do cargo de Agente de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em virtude de alta médica, suspende o Atestado Médico, a partir de 03 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 03 de agosto de 2020.

IVONIR JOSÉ SANTOLIN  
Prefeito Municipal em Exercício

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2020**

Publicação Nº 2592440

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1378/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2020

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal em Exercício Sr. Ivonir José Santolin, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 09:30 horas do dia 18 de agosto de 2020, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial tendo como objeto a aquisição de moveis sobre medida para instalação em diversas salas da unidade básica de saúde do município.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto ao setor de Licitações do Município, sita a Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: licitacao@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou pelo site [www.bomjesusdoeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdoeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 06 de agosto de 2020.

Ivonir José Santolin  
Prefeito Municipal em Exercício

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 71.20 - DECRETO - COVID - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Publicação Nº 2592321

DECRETO Nº 71/20 de 05.08.2020.

Dispõe sobre o horário de fechamento do comércio, proibição de aglomeração em praças públicas e uso obrigatório de máscara, com aplicação de multa pelo descumprimento, até o dia 03 de agosto de 2020, em face da pandemia do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro -SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 95, inciso XI da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.565, de 18 de junho de 2020, que estabeleceu orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro;

CONSIDERANDO, a Portaria Conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, que estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nos ambientes de trabalho (orientações gerais);

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, que declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabeleceu outras providências;

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual nº 630 de 01 de junho de 2020, que alterou o Decreto nº 562/2020, supramencionado em especial seu artigo 9º, o qual dispõe que a governança das medidas sanitárias adotadas no território estadual será compartilhada com os Municípios nas respectivas regiões de saúde, cabendo aos entes municipais a deliberação a respeito do funcionamento de atividades públicas ou privadas em seus territórios, de acordo com as informações técnicas emanadas pelas autoridades sanitárias federal, estadual e municipais;

CONSIDERANDO, por fim, a Edição da Portaria SES-464 de 03 de julho de 2020, que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate a COVID19 e,

CONSIDERANDO EM ESPECIAL, as deliberações da ASSEMBLEIA GERAL DE PREFEITOS DA AMURES, realizada por videoconferência, neste dia 17 de julho de 2020, que decidiu tornar as restrições descritas nesta deliberação, como sendo REGIONAL, bem como as recomendações sanitárias e epidemiológicas do COES, a fim de conter a contaminação e a propagação do Coronavírus, em complementação a ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (Covid-19), e outras providências,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido, os seguintes horários de funcionamento dos estabelecimentos a seguir descritos, no âmbito do município, por período indeterminado:

I – Postos de combustíveis e lojas de conveniências: De 2ª (segunda-feira) à domingo entre 05h e 22h;

II - lanchonetes, food trucks, cafeterias, padarias, confeitarias, bares, tabacarias, adegas e similares deverão encerrar o atendimento presencial ao público até as 22h (vinte e duas horas);

Parágrafo único. Os bares/mercearias conjugados, deverão atender os horários estabelecidos neste inciso.

III - restaurantes e pizzarias deverão permitir o acesso de público até as 22h (vinte e duas horas), podendo permanecer no estabelecimento até no máximo 23h (vinte e três horas);

Parágrafo único. Ressalvados os postos de combustíveis localizados as margens da ROD. BR282 no município de Bom Retiro, Ficando permitido seu funcionamento das 5:00 (cinco horas) até às 00:00 (meia noite), e após as 22:00 (vinte e duas horas) exclusivamente para venda de combustíveis.

Art. 2º. Nos horários definidos neste decreto, para término de atendimento, o estabelecimento obrigatoriamente deverá fechar as portas de entrada, não permitindo mais o acesso de pessoas.

Art. 3º. O descumprimento do disposto neste Decreto poderá ensejar a penalidade prevista no art. 268 do Código Penal (infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa), passível de detenção e multa.

Parágrafo único. Sem prejuízo do contido no caput, os estabelecimentos que não cumprirem com as condições de posturas e sanitárias deste Decreto, serão interditados por um período de 01 (um) dia. A cada reincidência o período de interdição será dobrado sucessivamente.

Art. 4º. Caberá as autoridades de saúde, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, a qual terá autonomia para interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos/serviços estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 5º. Fica proibido a realização de reuniões, festas e eventos em propriedades particulares urbanas e rurais situadas em todo o território

do município de Bom Retiro.

§1º O descumprimento do disposto neste Decreto poderá ensejar a penalidade prevista no art. 268 do Código Penal (infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa), passível de detenção e multa.

§2º. Ficarão sujeitos as sanções previstas no caput, o responsável pelo imóvel residencial onde for constatada aglomeração de pessoas, vedadas por este Decreto.

Art. 6º. Fica obrigatório o envio das informações em relação aos testes de Sars-CoV-2 (COVID-19) todos os dias, exceto finais de semana e feriados, a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Bom Retiro pelos seguintes estabelecimentos:

I – Hospitais e Clínicas Médicas;

II - Laboratórios

III - Farmácias autorizadas a realizar o procedimento.

§1º O relatório diário deverá ser enviado até as 16h 30m (dezesseis horas e trinta minutos) de cada dia, sendo que, os testes realizados após este horário deverão entrar no boletim do dia seguinte.

§2º As informações serão repassadas através de formulário próprio, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde, a ser enviado por e-mail, aplicativo de mensagens ou entregues de forma física, seguindo rigorosamente o preenchimento de todas as informações contidas na planilha e sem rasuras.

§3º Ao particular, residente no Município de Bom Retiro que procederam com a testagem de forma autônoma, mesmo que em outro município, e obtiveram resultado positivo a contaminação de COVID-19, deverão informar, imediatamente, a Secretaria Municipal de Saúde, munidos do resultado, para as estatísticas e acompanhamento da evolução do caso.

§4º Ficam igualmente obrigadas a relatar a Secretaria Municipal de Saúde, na mesma forma de § anterior, as empresas particulares que promoverem a testagem em seus funcionários.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 68/2020 de 22 de julho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC,  
05 de agosto de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado  
Na Data Supra

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

## 801.07.20 - PORT. INTERROMPE FRANCIELI C. SCHUTZ

Publicação Nº 2592300

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 801/20 de 28.07.20

Interrompe Período de Férias por Necessidade do Serviço

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 69 e 70 da Lei Complementar nº 01/03 de 02.12.03 (Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC);

Resolve:

Interromper férias da servidora Francieli da Cruz Schutz, diante da necessidade de sua participação no Treinamento de Formação e Oficina de Tutores do PlanificaSUS, férias concedidas pela portaria nº 771/20 de 03.07.20, ora exercendo o cargo de Profissional de Enfermagem, Padrão I – Nível 9, restando-lhe 09 (nove) dias, onde será interrompida nos dias 27, 28 e 31 de julho de 2020, conforme acordo estabelecido, devendo assim, o restante ser gozado em seguida.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
28 de julho de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**802.08.20 - P. FÉRIAS ANDRE SIMIANO**

Publicação Nº 2592302

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 802/20 de 03.08.20  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2019 (Dois Mil e Dezenove) a 2020 (Dois Mil e Vinte) ao funcionário André Simiano, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal – Padrão I - Nível 1, do Quadro de Pessoal Contratado do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar do dia 03 de agosto com término no dia 01 de setembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 03 de agosto de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL	NILTON CESAR DOS SANTOS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. Administração e Fazenda

**803.08.20 - P. REMANEJAMENTO CELIANE RABELO**

Publicação Nº 2592303

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 803/20 de 03.08.20

REMANEJA SERVIDORA PÚBLICA DE UM LOCAL DE SERVIÇO PARA OUTRO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando a necessidade de otimização dos recursos humanos do quadro de pessoal da Administração Municipal, a fim de preencher as lacunas existentes, aumentar a eficiência na prestação do serviço público, e, por consequência, atender aos interesses da coletividade;

Considerando que o remanejamento constitui no exercício de atribuições do cargo, elencados na Lei Complementar nº 01/2003 de 03 de dezembro de 2003, não havendo qualquer desvios de função;

Considerando que a mudança de lotação implica apenas na mudança do local de trabalho.

**RESOLVE:**

Remanejar a servidora Celiane Rabelo, Ocupante do cargo de Servente, Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia 03 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 03 de agosto de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL	NILTON CESAR DOS SANTOS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. Administração e Fazenda

**804.08.20 - P. FÉRIAS CARLOS L. SCHULLER**

Publicação Nº 2592304

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 804/20 de 03.08.20  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03

de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2018 (Dois Mil e Dezoito) a 2019 (Dois Mil e Dezenove) ao funcionário Carlos Leonardo Schuller ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista - Padrão 1 – Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Saúde - SAMU, a serem usufruídas da seguinte maneira: 10 (dez) dias convertidos em pecúnia do dia 22 de julho com término no dia 31 de julho de 2020 e os 20 (vinte) dias restantes para gozá-las a contar do dia 01 de agosto com término no dia 20 de agosto de 2020, conforme requerimento n.º 46/2020 de 09 de julho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
03 de agosto de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**805.07.20 - P. LIC. TRAT. SAÚDE GISELLE B. RAMOS**

Publicação Nº 2592306

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 805/20 de 03.08.20  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 24 de julho com término no dia 07 de agosto de 2020, a funcionária Giselli Bley Ramos, Ocupante do cargo de Fonoaudióloga – Nível 9, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 03 de agosto de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**806.08.20 - P. DES. AUX. ENF. SHEYLA AP. SOUZA**

Publicação Nº 2592307

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 806/20 de 03.08.20

Designa Auxiliar de Enfermagem Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designar Sheila Aparecida de Souza, para exercer o cargo de Auxiliar de Enfermagem – nível 1 - 40 horas semanais no Fundo Municipal de Saúde, no período de 03 de agosto com término no dia 31 de dezembro de 2020, para Contratação de Auxiliar de Enfermagem - ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Auxiliar de Enfermagem – Padrão I, Nível 3, do Quadro de Pessoal do Município, Motivo: em virtude do excepcional interesse público, causado pela pandemia de Covid-19. Obs. Sem Processo Seletivo e conforme Parecer Jurídico.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
03 de agosto de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL

NILTON CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. Administração e Fazenda

**807.08.20- P. INSALUBRIDADE SHEILA AP. SOUZA**

Publicação N° 2592308

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINAPORTARIA N.º 807/20 de 03.08.20  
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora Sheila Aparecida de Souza, Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 21.02.20.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
03 de agosto de 2020.VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito MunicipalNILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda**808.08.20 - P. LIC. ATRIBUI GRAT. SHEILA AP. SOUZA**

Publicação N° 2592309

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 808/20 de 03.08.20

Atribui Gratificação

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 56 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC) e pela Lei Complementar nº 49/2014 de 17.06.2014:

RESOLVE:

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 20% (vinte por cento) do vencimento do cargo a funcionária Sheila Aparecida de Souza, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 – Nível 3 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 49/2014 de 17 de junho de 2014, a contar do dia 03 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
03 de agosto de 2020.VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito MunicipalNILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda**809.08.20 - P. GRATIFICAÇÃO SHEILA AP. SOUZA**

Publicação N° 2592311

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N° 809/20, de 03.08.2020.

Concede gratificação de exercício funcional em regime de tempo integral e dedicação exclusiva – GTIDE, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 3º da Lei Complementar n.º 78/19 de 10.07.19 (Institui Horário Especial da Jornada de Trabalho, Institui o pagamento de gratificação de exercício funcional em regime de tempo integral e dedicação exclusiva – GTIDE e dá outras providências):

RESOLVE:

CONCEDER gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva - GTIDE, a servidora Sheila Aparecida de Souza, Ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, Padrão I – Nível 3, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – ESF Bairro Capistrano, sendo acompanhante no deslocamento de pacientes do Município de Bom Retiro para outros centros de tratamento médico hospitalar, de acordo com a Lei Municipal n.º. 78/19, de 10 de julho de 2019, a partir de 03 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
03 de agosto de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

## 810.08.20 - P. TAXI

Publicação N° 2592315

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 810/20 de 05.08.2020

DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS – TAXI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto n.º. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal n.º 2249/2014;

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal n.º 2249/2014;

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sr. MARCELO DOS PASSOS, inscrito no C.P.F. n.º 986.580.189-20 a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI terá validade até a data de 28 de Fevereiro de 2021, devendo ser renovada anualmente seguindo os tramites previstos na Lei Municipal n.º 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
05 de agosto de 2020.

Vilmar José Neckel Nilton  
Prefeito Municipal

Cesar dos Santos  
Secretário Mun. Adm. e Fazenda

## AVISO CANCELAMENTO DE ITENS PE 49 E 50/2019 E 12/2020

Publicação N° 2591472

AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM DE LICITAÇÃO

O setor de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Bom Retiro/SC, neste ato representada pela Pregoeira, Sra. Ana Paula Chini, nomeada pela portaria 1413/2019 de 16 de dezembro de 2019, vem apresentar o CANCELAMENTO do item 35, Azitromicina 500mg, acondicionado de forma unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picotes, as seguintes informações: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. Conforme RDC80, do Pregão Eletrônico n.º 50/2019.

O presente cancelamento justifica-se pelo fato de que a empresa Dimaster Com. de Prod. Hospitalar Ltda encaminhou documentação solicitando o cancelamento devido à falta de matéria prima para confecção do medicamento, devido a Pandemia do Covid 19.

Bom Retiro, 06 de agosto de 2020.

Ana Paula Chini  
Setor de compras e licitações  
Pregoeira

**AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM DE LICITAÇÃO**

O setor de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Bom Retiro/SC, neste ato representada pela Pregoeira, Sra. Ana Paula Chini, nomeada pela portaria 1413/2019 de 16 de dezembro de 2019, vem apresentar o CANCELAMENTO do item 01 e 02, Areia fina (entrega no município) e areia média (entrega no município), da Dispensa de Licitação nº 12/2020.

O presente cancelamento justifica-se pelo fato de que a empresa MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA encaminhou documentação solicitando o cancelamento devido não trabalharem mais com esse tipo de material.

Bom Retiro, 06 de agosto de 2020.

Ana Paula Chini

Setor de compras e licitações

Pregoeira

**ERRATA PORTARIA 365.20**

Publicação N° 2592319

Errata

PREFETURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

Errata nº 01 da Portaria N° 365/20 de 21.02.20

O Município de Bom Retiro vem a público retificar a Portaria nº 365/20 de 21.02.20, cuja ementa é: Atribui Gratificação, publicada no Diário Oficial dos Municípios de 26/02/2020, Edição N° 3064, Publicação nº 2371787, página 244.

Onde se Lê:

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento).

Leia-se:

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 20% (vinte por cento).

Bom Retiro, 05 de agosto de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

NILTON CESAR DOS SANTOS

Sec. Mun. Administração e Fazenda

**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO N° 2.541/2020**

Publicação N° 2591889

**DECRETO N° 2.541/2020****“Abre Crédito Suplementar Por Excesso de Arrecadação no Exercício De 2020”.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1475/2019, de 18 de dezembro de 2019.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 2.700,05 (dois mil, setecentos reais e cinco centavos), conforme abaixo especificado:

<b>05 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e HABITAÇÃO</b>
<b>001 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>
<b>0008 - Assistência Social</b>
<b>0244 - Assistência Comunitária</b>
<b>0009 - GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS</b>
<b>26 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS</b>
Cód. 374 - 33390000000000000000 - Aplicações diretas
Fonte de recurso - 01520001 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, Ib) – R\$ 2.700,05

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do excesso de arrecadação do exercício de 2020.

Fonte de recurso - 01520001 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, Ib) – R\$ 2.700,05

Art. 3º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 60.202,93 (sessenta mil, duzentos e dois reais e noventa e três centavos), conforme abaixo especificado:

<b>06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>
<b>001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos</b>
<b>0026 - Transporte</b>
<b>0782 - Transporte Rodoviário</b>
<b>0013 - MELHORIAS E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL</b>
<b>35 - MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS</b>
Cód. 369 - 34490000000000000000 - Aplicações diretas
Fonte de recurso - 01760001 - Emendas Parlamentares nº 202028560001 – R\$ 60.202,93

Art. 4º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 3º deste Decreto, decorrerão do excesso de arrecadação do exercício de 2020

Fonte de recurso - 01760001 - Emendas Parlamentares nº 202028560001 – R\$ 60.202,93

Art. 5º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 132.797,07 (cento e trinta e dois mil, setecentos e noventa e sete reais e sete centavos), conforme abaixo especificado:

<b>06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>
<b>001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos</b>
<b>0026 - Transporte</b>
<b>0782 - Transporte Rodoviário</b>
<b>0013 - MELHORIAS E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL</b>

**35 - MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS**

Cód. 380 - 34490000000000000000 – Aplicações diretas

Fonte de recurso - 01760002 - Emendas Parlamentares nº 202025690009 – R\$ 132.797,07

Art. 6º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 5º deste Decreto, decorrerão do excesso de arrecadação do exercício de 2020

Fonte de recurso - 01760002 - Emendas Parlamentares nº 202025690009 – R\$ 132.797,07

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 5 de agosto de 2020.

Botuverá, 5 de agosto de 2020.

**JOSE LUIZ COLOMBI**  
Prefeito Municipal

**EDITAL P.L. Nº 48 P.P 41 SRP REABERTURA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**

Publicação Nº 2591849

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2020-PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2020 SRP

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra REABERTO Processo Licitatório para a contratação de empresa prestadora de serviços especializados de segurança e medicina do trabalho. Recebimento da documentação e propostas: 18/08/2020, até as 08:30 Horas. Abertura da sessão as 09:00 horas. Local, Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-3200 e e-mail licitacao1@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br.

Botuverá-SC, 06/08/2020.

.....  
CLEBER JOSÉ COSTA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 114/2020**

Publicação Nº 2591866

PORTARIA Nº 114/2020

“Exonera Servidor Estável do Quadro de Servidores do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando:

1 – Aposentadoria por Tempo de Serviço;

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) estável o Sr. ANTONIO JOSE PAVESI, ocupante do cargo de SERVENTE DE OBRAS, a partir de 03/08/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 03 de Agosto de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 115/2020**

Publicação Nº 2591867

PORTARIA Nº 115/2020

“Exonera Servidor Estável do Quadro de Servidores do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando:

1 – Aposentadoria por Tempo de Serviço;

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) estável o Sr. GENTIL PAVESI, ocupante do cargo de MOTORISTA, a partir de 04/08/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 04 de Agosto de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI  
Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### ESTRATO DE CONTRATO Nº 30/2020

Publicação Nº 2592144

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO – SC

ATO EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2020

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO e a empresa – COMERCIAL AGRICOLA MANJABOSCO LTDA, CNPJ: 87.346.185/0001-79. Objeto: Aquisição de Implementos Agrícolas para servir a Secretaria de Obras, Estradas, Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braço do Trombudo/SC, oriundos do Convênio/MAPA, Plataforma+Brasil nº 889924/2019, celebrado pela União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Braço do Trombudo/SC. Valor: R\$ 52.790,00 (cinquenta e dois mil, setecentos e noventa reais).

Vigência: 120 dias.

Braço do Trombudo, SC 31/07/2020.

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2020 FMS

Publicação Nº 2592159

EXTRATO 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2020 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo/SC

CNPJ 11.481.782/0001-44,

Sito a Rua Leopoldo Joeck, 119, Centro, Braço do Trombudo – SC.

Contratada: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FEY &amp; HAFEMANN LTDA

CNPJ 06.991.896/0001-02

Rua Paulo Skowasch, 210 – sala 01, Bairro Centro.

Cidade Trombudo Central – SC

Objeto: Prestação de serviços DE ANÁLISES CLÍNICAS para exames PCR para COVID19 IgG e IgM por quimioluminescência para servidores municipais da saúde de Braço do Trombudo e para a população, com indicação médica, descoberta pelos meios de análise apresentados e disponibilizados pelas estâncias superiores do SUS.

Valor: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por exame

Vigência: até 31.12.2020.

Data da assinatura: 29.07.2020

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2020

Publicação Nº 2592136

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO – SC

ATO EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2020

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO e a empresa – ALTAIR FABRO E CIA LTDA., CNPJ: 02.730.048/0001-80. Objeto: Aquisição de Implementos Agrícolas para servir a Secretaria de Obras, Estradas, Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braço do Trombudo/SC, oriundos do Convênio/MAPA, Plataforma+Brasil nº 889924/2019, celebrado pela União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Braço do Trombudo/SC. Valor: R\$ 29.360,00 (vinte e nove mil, trezentos e sessenta reais).

Vigência: 120 dias.

Braço do Trombudo, SC 31/07/2020.

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2020**

Publicação Nº 2592138

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO – SC

ATO EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2020

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO e a empresa – CASA DO PICA-PAU MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, CNPJ: 04.742.267.0001-05. Objeto: Aquisição de Implementos Agrícolas para servir a Secretaria de Obras, Estradas, Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braço do Trombudo/SC, oriundos do Convênio/MAPA, Plataforma+Brasil nº 889924/2019, celebrado pela União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Braço do Trombudo/SC. Valor: R\$ 17.950,00 (dezesete mil, novecentos e cinquenta reais).

Vigência: 120 dias.

Braço do Trombudo, SC 31/07/2020.

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2020**

Publicação Nº 2592148

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO – SC

ATO EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2020

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO e a empresa – PORTALMAQ COM. IMPORT. E EXPORTAÇÃO E IND LTDA EPP, CNPJ: 20.414.079/0001-04. Objeto: Aquisição de Implementos Agrícolas para servir a Secretaria de Obras, Estradas, Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braço do Trombudo/SC, oriundos do Convênio/MAPA, Plataforma+Brasil nº 889924/2019, celebrado pela União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Braço do Trombudo/SC. Valor: R\$ 52.900,00 (cinquenta e dois mil e novecentos reais).

Vigência: 120 dias.

Braço do Trombudo, SC 31/07/2020.

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal.

# Brusque

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 002-2020 - CONVOCAÇÃO-SAMAE

Publicação Nº 2592653

EDITAL 002/2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

2ª CONVOCAÇÃO

Convocamos os candidatos a seguir relacionados para comparecer na sede do SAMAE, à Rua Doutor Penido, 297 – Centro – Brusque/SC, até o dia 12/08/2020, a partir das 12:00h para apresentação de documentos conforme disposto no item 11 do edital 002/2020 e encaminhamento para realização de exame médico admissional.

Em caso de desistência do cargo, fica o (a) candidato (a) ora convocado(a), a comparecer ou encaminhar o Termo de Desistência para o mesmo endereço supracitado.

AGENTE DE OBRAS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	Nº INSCRIÇÃO
3º	ALDECIR DA SILVA BEZERRA	17

Brusque, 05 de agosto de 2020.

DEJAIR MACHADO  
Diretor Presidente

### EXTRATO CONTRATO Nº 051-2020

Publicação Nº 2592652

EXTRATO DO CONTRATO 051/2020

ESPÉCIE: Serviço de consultoria para assessoria à fiscalização do Serviço Autônomo Municipal De Água E Esgoto; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial; PROCESSO LICITATÓRIO: 035/2020; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.1192.3449051990000000000000.02000 0000 e 06000000; VIGÊNCIA: 11 meses; DATA DA ASSINATURA: 05/08/2020; VALOR: R\$ 364.100,00; FISCAIS DO CONTRATO: Armando Alberto Walendowsky, Eduardo Pauly Fernandes, Ricardo Luiz Gevaerd; CONTRATADA: Restelo Construções e Consultoria Ltda. EPP; CNPJ: 08.431.343/0001-12; Diretor do SAMAE.

Brusque, 05 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

### PORTARIA Nº 35-2020-IBPREV

Publicação Nº 2592655

Portaria nº 35/2020

Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a  
CLELIA SAPORITO DA SILVA

O Diretor-presidente do Instituto Brusquense de Previdência, no exercício das atribuições que lhe conferem o art. 111, inciso II, alínea 'a' e §1º da Lei Orgânica Municipal de Brusque, c/c o Decreto Municipal nº 8.436/2019, e com fundamento no artigo 40, §1º, III, da Constituição Federal, artigo 31, §3º, VI; art. 37 da Lei Complementar Municipal nº 174, de 20/09/11,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº 144/2020, benefício de Aposentadoria Voluntária a Clelia Saporito da Silva, CPF: 009.819.428-30.



Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/08/2020, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, em 03 de agosto de 2020.

CELIO FRANCISCO DE CAMARGO  
Diretor-presidente  
IBPREV

## PORTARIA Nº 1676-2020

Publicação Nº 2592658

Portaria nº 1676/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias aos servidores abaixo relacionados, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
673145	1	MARIA DUARTE DEBRASSI	Fundação Cultural de Brusque	05/08/2020	03/09/2020	30
8192	4	SIDNEI KNIHS	Fundação Cultural de Brusque	05/08/2020	03/09/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de orçamento e Gestão  
Designada Responsável

IGOR ALVES BALBINOT  
Fundação Cultural de Brusque  
Designado Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 1677-2020

Publicação Nº 2592659

Portaria nº 1677/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias ao servidor abaixo relacionado, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
5517	0	MARCELO BACKES NAVARRO STOTZ	Secretaria Municipal de Educação	05/08/2020	03/09/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO  
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 1678-2020

Publicação Nº 2592661

Portaria nº 1678/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as Férias da servidora abaixo relacionada, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
10049916	1	ANA REGINA STOCKER PETERMANN	Fundo Municipal de Assistência Social	22/07/2020	20/08/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 22/07/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ODAIR BOZIO  
Secretário de Assistência Social e Habitação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 1679-2020

Publicação Nº 2592662

PORTARIA Nº 1679 /2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, o servidor ARMANDO LIRIA, matrícula 672262-1, ocupante do cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, lotado na Secretaria de Obras, a partir de 23 de julho de 2020.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de julho de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de Agosto de 2020.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora  
Recursos Humanos

RICARDO JOSÉ DE SOUZA  
Secretário de Obras

## PORTARIA Nº 1680-2020

Publicação Nº 2592664

Portaria nº 1680/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) ADEMIR LOFY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 05/08/2020 a 03/09/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2015

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 1681-2020

Publicação Nº 2592665

Portaria nº 1681/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) EVERALDO LOPES VALERIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA VEIC. PESADOS, lotado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 05/08/2020 a 02/11/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 11/09/2014

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 1683-2020**

Publicação Nº 2592666

Portaria nº 1683/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) ANTONINHO POSSOBOM, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, lotado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 05/08/2020 a 03/09/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 14/02/2015 4/02/2015

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 1684-2020**

Publicação Nº 2592667

Portaria nº 1684/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder a Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ROSENILDA APARECIDA DOMINGUES, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 05/08/2020 a 03/09/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 10/07/2014

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 1686-2020**

Publicação Nº 2592668

Portaria nº 1686/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder a Licença Prêmio ao(a) servidor(a) RAMIRO FELIPPE DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de EDUCADOR FÍSICO, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 05/08/2020 a 03/09/2020, referente ao

período aquisitivo iniciado em 08/02/2015

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 1687-2020

Publicação Nº 2592669

Portaria nº 1687/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio ao(a) servidor(a) SANDERSON VALIM, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA VEÍCULOS LEVES, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 03/08/2020 a 01/09/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 21/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 03/08/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 1688-2020

Publicação Nº 2592670

Portaria nº 1688/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) MARISTELA COMPIANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 05/08/2020 a 03/09/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 29/03/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## **PORTARIA Nº 1689-2020**

Publicação Nº 2592671

Portaria nº 1689/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder a Licença Prêmio ao(a) servidor(a) JANAINA XUDRE DA LUZ ZEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de EDUCADOR SOCIAL, lotado(a) no Fundo Municipal de Assistência Social, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 06/08/2020 a 04/09/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ODAIR BOZIO  
Secretário de Assistência Social e Habitação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## **PORTARIA Nº 191-2020-SAMAE**

Publicação Nº 2592657

PORTARIA SAMAE Nº 191/2020

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Brusque, no exercício de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores pública 29971-001 Armando Alberto Walendowsky, 514934-01 Eduardo Pauly Fernandes e 517321-00 Ricardo Luiz Gevaerd, para exercerem a função de fiscais do contrato com a empresa Restelo Construções e Consultoria Ltda. EPP, CNPJ 08.431.343/0001-12, visando a prestação de serviço de consultoria para a assessoria à fiscalização do serviço autônomo municipal de água e esgoto, conforme Processo Licitatório 035/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 05 de agosto de 2020.

DEJAIR MACHADO  
Diretor Presidente

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 001-2019-CPDF**

Publicação Nº 2592654

Brusque, 3 de agosto de 2020.

Processo Administrativo n. 001/2019/CPDF

**DESPACHO**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no exercício de sua competência, com suporte nos procedimentos adotados pelos integrantes da Comissão Processante e decisão proclamada pelo ordenador da despesa/gestor de contratos, relativamente ao Processo Administrativo n. 001/2019/CPDF, em que é parte a empresa Santiago & Cintra Importação e Exportação Ltda.,

**RESOLVE:**

negar provimento ao pedido da requerente Santiago & Cintra Importação e Exportação Ltda., na forma configurada pela Controladoria Geral do Município-CGM, cuja decisão adota-se como comando ordenado nos itens de 1 a 5, parte integrante do presente despacho.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

**CONVÊNIO SSP- JUNHO-2020**

Publicação Nº 2592674

Planilha1

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE</b> <b>CONVÊNIO: SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE, POLÍCIA CIVIL E MILITAR</b> <b>BALANCETE DE VERIFICAÇÃO E CONTROLE</b> <b>COMPETÊNCIA: 06/2020</b>				
<b>MÊS DE REFERÊNCIA: JUNHO 2020</b>				
<b>ÓRGÃOS</b>	<b>SALDO INICIAL</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>DESPESAS</b>	<b>SALDO FINAL</b>
SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE	449.689,50			
POLÍCIA MILITAR	24.883,07			
POLÍCIA CIVIL	24.883,07			
RECEITA DE ARRECADAÇÃO BRUTA - MULTAS		211.522,21		
RECEITA DE ARRECADAÇÃO BRUTA – R.A.		290,78		
ESTORNO DE TARIFAS BANCÁRIAS		,00		
DÉBITO CONTRATUAL (CIASC)			10.572,49	
DÉBITO FUNSET			10.572,49	
TARIFA DE COBRANÇA			6.611,30	
DESPESA – PAGAMENTO JARI			33.184,40	
DESPESA – PAGAMENTO CORREIO			7.044,54	
RESTITUIÇÃO DE MULTAS			,00	
<b>RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA</b>		<b>211.812,99</b>	<b>67.985,22</b>	
<b>DISPONIBILIDADE SSP</b>		<b>143.827,77</b>		
SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE		100.679,44		
POLÍCIA MILITAR		21.574,17		
POLÍCIA CIVIL		21.574,17		
<b>DESPESAS</b>			<b>175.840,57</b>	
DESPESAS – SETRAM			126.074,43	
POLÍCIA MILITAR (BANCO BRASIL C/C: 841.073-9)			24.883,07	
POLÍCIA CIVIL (BANCO BRASIL C/C: 307.851-5)			24.883,07	
<b>SALDOS</b>				
SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE				424.294,50
POLÍCIA MILITAR				21.574,17
POLÍCIA CIVIL				21.574,17
<b>TOTAIS</b>	<b>499.455,64</b>	<b>211.812,99</b>	<b>243.825,79</b>	<b>467.442,84</b>

BRUSQUE, 02 DE JULHO DE 2020.

# Caçador

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2020 – DISPENSA Nº 19/2020

Publicação Nº 2592685

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO 103/2020 – DISPENSA – 19/2020 – PREFEITURA

MODALIDADE: DISPENSA Nº 19/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DO SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES ELENCADAS NO PDTIS (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL) PARA O MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC.

CONTRATADO: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE

VALOR PREVISTO: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para a totalidade do presente contrato.

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 05 de agosto de 2020.

SAULO SPEROTTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 8.850

Publicação Nº 2592634

DECRETO Nº 8.850, de 05 de agosto de 2020.

Designa servidor para exercer fiscalização de contrato administrativo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Luciana Maria Barbosa Nunes de Oliveira para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo nº 52/2020, vinculado ao Processo Licitatório nº 93/2020 – Dispensa nº 16/2020, que tem por objeto a locação de imóvel - com benfeitorias, área mínima de 86 m², em alvenaria de 01 pavimento, contendo no mínimo 01 banheiro, 03 salas e 01 área de serviços – para funcionamento da Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias Administrativas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 05 de agosto de 2020.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

### DECRETO Nº 8.851

Publicação Nº 2592723

DECRETO Nº 8.851, de 05 de agosto de 2020.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 16, Incisos I, II, III, da Lei nº 3.580, de 19 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2020,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 150.871,06 (cento e cinquenta mil, oitocentos e setenta e seis reais e seis centavos) nas seguintes dotações do Orçamento Geral do Município:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO	
2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
22.662.27.2.76 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
3.3.90.00.00 – 0.1.00 - Aplicações Diretas (174) .....	R\$ 30.000,00
4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.8.2.24 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
4.4.90.00.00 – 0.1.02 - Aplicações Diretas (200) .....	R\$ 120.871,06
TOTAL .....	R\$ 150.871,06

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º ficam anuladas parcialmente as dotações a seguir especificadas:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO	
2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
22.661.27.1.29 - REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS.	
3.3.90.00.00 – 0.1.00 - Aplicações Diretas (164) .....	R\$ 30.000,00
1000 - PODER LEGISLATIVO	
1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
1.31.1.1.1 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL	
3.3.90.00.00 – 0.1.00 - Aplicações Diretas (1) .....	R\$ 100.000,00
1.31.1.2.8 – MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO	
3.3.90.00.00 – 0.1.00 - Aplicações Diretas (7) .....	R\$ 20.871,06
TOTAL .....	R\$ 150.871,06

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

**PORTARIA Nº 33.243**

Publicação Nº 2592717

PORTARIA Nº 33.243, de 29 de julho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor EURICO ANTONIO DE OLIVEIRA, matrícula 1278, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 02 (dois) anos de licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03 de julho de 2020 a 03 de julho de 2022.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de julho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Valdir Medeiros de Oliveira – SECRETÁRIO DE  
INFRAESTRUTURA.

**PORTARIA Nº 33.296**

Publicação Nº 2592715

PORTARIA Nº 33.296, de 03 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 32.838, de 05 de maio de 2020 – que instaura Processo Administrativo para apurar suposta pendência financeira do Município com a pessoa jurídica Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (SEBRAE/SC) em decorrência da execução de Projeto de Desenvolvimento Econômico Territorial do Meio Oeste para revitalização dos setores produtivos de Caçador – publicada no Diário Oficial dos Municípios em 08/05/2020,

CONSIDERANDO a comissão não ter encerrado as diligências a fim de elaborar as conclusões finais,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o prazo para conclusão do Processo Administrativo nº 10/2020, instaurado pela Portaria nº 32.838, de 05 de maio de 2020, por mais 60 (sessenta) dias a contar de 10 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 03 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 33.297**

Publicação Nº 2592523

PORTARIA Nº 33.297, de 03 de agosto de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional à Servidora abaixo relacionada, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
3858	Ercilia Sita Bender	19/05/2016 a 18/05/2017	03/08/2020 a 07/08/2020
3858	Ercilia Sita Bender	19/05/2017 a 18/05/2018	08/08/2020 a 01/09/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração de Caçador, em 03 de agosto de 2020.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 34, DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592677

PORTARIA Nº 34, de 03 de agosto de 2020.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, da Resolução nº 04/2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador,

CONSIDERANDO o previsto no art. 26 e 27 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder progressão funcional, por antiguidade, à servidora DANIELA MARQUES DE OLIVEIRA ROSS, ocupante do cargo de Controladora Interna, do quadro permanente da Câmara Municipal de Caçador, nível CPES 1040, conforme art. 33, inciso II, da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, com ascensão da Classe/Referência V-C para V-D, na tabela de vencimentos constante do Anexo I-A.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 03 de agosto de 2020.

Itacir João Fiorese – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 35, DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592678

PORTARIA Nº 35, de 03 de agosto de 2020.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, da Resolução nº 04/2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador,

CONSIDERANDO o previsto no art. 26 e 27 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder progressão funcional, por antiguidade, à servidora DIMALEICY APARECIDA PEREIRA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, do quadro permanente da Câmara Municipal de Caçador, nível CPEA 2020, conforme art. 33, inciso II, da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, com ascensão da Classe/Referência II-E para III-A, na tabela de vencimentos constante do Anexo I-A.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 03 de agosto de 2020.

Itacir João Fiorese – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

**Caibi****PREFEITURA****148/2020**

Publicação Nº 2591781

DECRETO Nº. 148/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2578/2019, de 23 de dezembro de 2019, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2020, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

**QUADRO I****ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE****UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO****123610011.1.027 – AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS – ENSINO FUNDAMENTAL****4.4.90 – Investimentos – Aplicações Diretas****(1323) Fonte: 1022 Emenda Impositiva Estadual – Aquisição de Bens ..... R\$ 40.500,00**

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2020 da fonte 1022 Emenda Impositiva Estadual – Aquisição de Bens no valor de R\$ 40.500,00.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 03 de agosto de 2020.

**ELÓI JOSÉ LÍBANO**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

**EDUARDO GASPARIN**

Diretor de Administração e Planejamento

**ATO CONVOCATÓRIO PREGÃO Nº030/2020**

Publicação Nº 2592623

**ATO CONVOCATÓRIO****PARA REUNIÃO DE JULGAMENTO**

A Pregoeira do Município de Caibi - SC, nomeada pelo Decreto nº 115/2020 de 14 de Julho de 2020 no uso de suas atribuições legais, faz saber a sua Equipe de Apoio e aos demais interessados que foi designado por este ato o dia 18/08/2020 às 08:30 horas, como prazo limite para credenciamento, entrega dos envelopes e início do julgamento das propostas de preços e habilitação relativos ao Processo Licitatório Nº 055/2020, do tipo Menor Preço – Por Lote na modalidade Pregão Presencial RP Nº 030/2020 que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO, BEM COMO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA NO MUNICÍPIO DE CAIBI –SC, onde se realizará na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi, conforme de costume.

Afixe-se no local de costume.

Caibi –SC, 05 de Agosto de 2020.

**DANDARA JEANE GALLON**

Pregoeira

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N°030/2020**

Publicação N° 2592619

**MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório N° 055/2020 na modalidade Pregão Presencial RP N° 030/2020 que tem por registro de preços para eventual aquisição de placas de sinalização e identificação, bem como contratação de empresa especializada para prestação de serviço de sinalização horizontal viária no município de Caibi SC, do tipo menor preço – Por lote cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 18/08/2020 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, a integra do edital esta disponível no endereço eletrônico [www.caibi.sc.gov.br](http://www.caibi.sc.gov.br), fone (49)3648-0211. Caibi-SC 05 de Agosto de 2020. Eloi José Libano. Prefeito Municipal.

**AVISO DE RATIFICAÇÃO DO PREGÃO N° 029/2020**

Publicação N° 2592437

ERRATA DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 054/2020  
PREGÃO PRESENCIAL RP N° 029/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CAIBI- SC.

O Município de Caibi, através do Prefeito Municipal COMUNICA a retificação do edital, ficando alteradas as redações dos itens abaixo:

ONDE SE LÊ:

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Unidade	Quant	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	UND	15	FITA MANTA ADESIVA 10CM X 10 MTS - ES-PESSURA 4 MM	3,50	52,50
2	UND	15	FITA MANTA ADESIVA 20CM X 10 MTS - ES-PESSURA 4 MM	7,90	118,50
3	UND	15	FITA MANTA ADESIVA 30CM X 10 MTS - ES-PESSURA 4 MM	10,90	163,50
			TOTAL DO LOTE N° 15		334,50

**4 - ESTIMATIVA DE VALOR**

A estimativa do objeto é de aproximadamente de R\$ 310.990,30 (trezentos e dez mil novecentos e noventa reais e trinta centavos).

LEIA-SE

Item	Unidade	Quant	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	UND	15	FITA MANTA ADESIVA 10CM X 10 MTS - ES-PESSURA 4 MM	35,00	525,00
2	UND	15	FITA MANTA ADESIVA 20CM X 10 MTS - ES-PESSURA 4 MM	68,00	1.020,00
3	UND	15	FITA MANTA ADESIVA 30CM X 10 MTS - ES-PESSURA 4 MM	109,00	1.635,00
			TOTAL DO LOTE N° 15		3.180,00

**4 - ESTIMATIVA DE VALOR**

A estimativa do objeto é de aproximadamente de R\$ 313.835,80 (trezentos e treze mil oitocentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos).

Caibi –SC 05 de Agosto de 2020.

Eloi José Libano  
Prefeito Municipal

**AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO Nº 029/2020**

Publicação Nº 2592475

**ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO****ONDE SE LÊ:****MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 054/2020 na modalidade Pregão Presencial RP Nº 029/2020 que tem por objeto Registro de Preços para Eventual Aquisição de Materiais de Construção, Elétrico e de Consumo para Manutenção das Atividades das Secretarias do Município de Caibi- SC, do tipo menor preço – Por lote cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 14/08/2020 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, a integra do edital esta disponível no endereço eletrônico [www.caibi.sc.gov.br](http://www.caibi.sc.gov.br), fone (49)3648-0211. Caibi-SC 29 de Julho de 2020. Eloi José Libano. Prefeito Municipal.

**LEIA-SE:****MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 054/2020 na modalidade Pregão Presencial RP Nº 029/2020 que tem por objeto Registro de Preços para Eventual Aquisição de Materiais de Construção, Elétrico e de Consumo para Manutenção das Atividades das Secretarias do Município de Caibi- SC, do tipo menor preço – Por lote cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 17/08/2020 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, a integra do edital esta disponível no endereço eletrônico [www.caibi.sc.gov.br](http://www.caibi.sc.gov.br), fone (49)3648-0211. Caibi-SC 29 de Julho de 2020. Eloi José Libano. Prefeito Municipal.

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2020 - FUNDESP

Publicação N° 2591958

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 009/2020 - FUNDESP - Ata do Sistema de Registro de Preços 008 E 009/2020 – FUNDESP - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SERRALHEIRO NA FABRICAÇÃO DE TRAVES DE FUTSAL, FUTEBOL E FUTEBOL 7 FORNECENDO TODOS OS MATERIAIS E MÃO DE OBRA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR](http://WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 05/08/2020  
1ª Publicação.

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2020 FMS

Publicação Nº 2592168

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE - SC**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2020 FMS**  
**MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS**

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material de controle e monitoramento de glicemia em pacientes diabéticos da rede municipal de saúde do Município de Campo Alegre/SC, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme descrição e valor estimado:

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	75.000	Unidade	Tira reagente para medição de glicose sanguínea com faixa de leitura entre 20 MG/DL 600 MG/DL , reação por qualquer química enzimática exceto GDH PPQ (Conforme alerta ANVISA 992/2009 e 1596/2015) reação enzimática de glicose desidrogenase ou oxidase, com tecnologia por amperometria, tempo de leitura no máximo 5 segundos permitindo a verificação da glicemia em crianças e adultos, chip de codificação do lote ou codificada, que utilize mg/dl como unidade de medida (caso o aparelho aceite outra unidade de medida o mesmo deverá ter a opção de bloqueio das demais unidades). Fornecimento de forma de comodato GRATUITO de até 200 (duzentos) APARELHOS DE MEDIÇÃO DE GLICOSE compatíveis com as tiras ofertadas, incluindo assistência técnica, treinamento por enfermeiro(a) autorizado para a equipe técnica do município e fornecimento de 01 (um) cabo para transmissão de dados. Cada embalagem deverá conter 25, 50 ou 100 tiras, embaladas individualmente para manter a integridade do produto contra contaminação de fatores ambientais e contaminação cruzada. Com Certificado de Boas Práticas de Fabricação emitido pela ANVISA. Apresentar junto a proposta bula original.	0,96	72.000,00
02	65.000	Unidade	Lanceta para coleta de sangue por punção digital. Sistema estéril e descartável, com invólucro protetor de plástico, agulha de no mínimo 21 e no máximo 28g, com protusão de no mínimo 1,5 e no máximo 2.0 mm, lanceta trifacetada e siliconada, com retração automática da agulha. Possuir capa de esterilidade. Atender as normas reguladoras ISO 13485 e NR32. Cada embalagem deverá conter no	0,24	15.600,00

		máximo 200 lancetas. Apresentar junto a proposta registro na ANVISA		
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>				<b>R\$ 87.600,00</b>

Critério de julgamento: **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.**

Recebimento das Propostas: das **08h** do dia **06/08/2020** até as **08h45min** do dia **19/08/2020**;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às **09h** do dia **19/08/2020** no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília - DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta de dotações orçamentárias:

Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.02	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde
Função	10	Saúde
Subfunção	301	Atenção Básica
Programa	0059	Assistência Básica a Saúde – Fundo Mun. De Saúde
Projeto	2.115	Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde
Elemento de Despesa	3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Outras informações referentes ao edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 05 de agosto de 2020.

**CAROLINA DA COSTA TELMA**  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**DECRETO Nº 12.979 DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591639

DECRETO Nº 12.979 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DAS DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso II do art. 11 da Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar, no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), nos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras		
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras.		
300000.00.0896 -	Despesas Correntes		
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 1.500,00	
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, esporte e Lazer.		
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer		
27.813.0084.2.810 -	Criação e Manutenção de Espaços de Lazer.		
300000.00.0896 -	Despesas Correntes		
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00	
	Total	R\$ 4.500,00	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras		
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras.		
300000.00.0896 -	Despesas Correntes		
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.500,00	
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, esporte e Lazer.		
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer		
27.813.0084.2.810 -	Criação e Manutenção de Espaços de Lazer.		
300000.00.0896 -	Despesas Correntes		
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00	
	Total	R\$ 4.500,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
05 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 06/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 12.980 DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591851

DECRETO Nº 12.980 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE MEDIDAS PREVENTIVAS DE ENFRENTAMENTO E CONTENÇÃO DO CONTÁGIO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando o Alerta sobre o COVID-19 emitido pelo Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), o qual classifica a Região do Planalto Norte como risco potencial grave com eminente reclassificação para o último nível denominado gravíssimo;

Considerando a Resolução nº 03/2020 da Comissão Intergestores Regional de Saúde do Planalto Norte Catarinense;

Considerando a reunião do Cômite Municipal de Monitoramento e Enfrentamento ao Coronavírus COVID-19, realizada em data de 05 de agosto de 2020;

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas, em especial o inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º Ficam adotadas as seguintes medidas, até a data de 31 de agosto de 2020:

I - Ficam liberadas para o funcionamento as lanchonetes /padarias/ confeitaria food-trucks (ambulantes) / bares / pub / conveniências (em postos de gasolina ou não) / tabacarias / similares e entregas de pedidos no balcão até às 22h, permitindo a permanência até as 22h30min das pessoas que adentraram no estabelecimento até as 22h para finalizar o atendimento, e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:

II - Até as 22h é permitido a retirada em balcão e, após as 22h, somente serão autorizados pedidos delivery e drive-thru;

III - Proíbe-se o consumo de bebidas alcoólicas após as 22 horas no local.

IV - Recomenda-se que o local não seja frequentado por crianças menores de 12 anos, pessoas acima de 60 anos e portadores de comorbidades;

V - Determina o distanciamento de, no mínimo de 1,5metros (um metro vírgula cinquenta decímetros) entre as mesas do estabelecimento, sendo vedada a junção de mesas, e ainda, a limitação de no máximo 04 (zero quatro) pessoas por mesa;

VI - Os locais disponíveis para assento deverão estar sinalizados de forma adequada para fácil identificação por parte dos clientes;

VII - Proíbe-se apresentação de músicas ao vivo;

VIII - Proíbe-se jogos eletrônicos, sinuca e jogos de mesa (carta, tabuleiros, etc).

IX - Disponibilizar álcool 70% na entrada de acesso, mesas, balcões, áreas de manipulação, e demais pontos estratégicos;

X - Fica sob responsabilidade dos proprietários e colaboradores dos estabelecimentos as orientações e cumprimento das medidas de higiene e proteção;

XI - Fica obrigatório o cumprimento das medidas de higiene e proteção por todos os clientes e funcionários durante toda a permanência no estabelecimento.

Art. 2º Ficam liberados para o funcionamento os restaurantes/pizzarias o funcionamento até às 22h, permitindo a permanência até as 22h30min das pessoas que adentraram no estabelecimento até as 22h para finalizar o atendimento, sendo permitido o atendimento à lá carte e de buffet dentro das normas sanitárias, determina-se ainda o cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:

I - Até as 22h é permitido a retirada em balcão e, após as 22h, somente serão autorizados pedidos delivery e drive-thru;

II - Proíbe-se após as 22 horas o consumo de bebidas alcoólicas no local;

III - Recomenda-se que o local não seja frequentado por crianças menores de 12 anos, pessoas acima de 60 anos e portadores de comorbidades;

IV - Determina o distanciamento de, no mínimo de 1,5metros (um metro vírgula cinquenta decímetros) entre as mesas do estabelecimento, sendo vedada a junção de mesas, e ainda, a limitação de no máximo 04 (zero quatro) pessoas por mesa;

V - Os locais disponíveis para assento deverão estar sinalizados de forma adequada para fácil identificação por parte dos clientes;

VI - Proíbe-se apresentação de músicas ao vivo;

VII - Disponibilizar álcool 70% na entrada de acesso, mesas, balcões, áreas de manipulação, e demais pontos estratégicos, devendo realizar a higienização do estabelecimento;

VIII - Fica sob responsabilidade dos proprietários e colaboradores dos estabelecimentos as orientações e cumprimento das medidas de higiene e proteção;

IX - Fica obrigatório o cumprimento das medidas de higiene e proteção por todos os clientes e funcionários durante toda a permanência no estabelecimento;

X - Determina que os clientes ao servirem-se no buffet deverão estar com máscara e as mãos higienizadas com álcool 70% e recomendado ainda o uso de luvas.

Art. 3º Ficam liberados para o funcionamento os salões de beleza e estética, determina-se o cumprimento da Portaria da Secretaria de Estado da Saúde, do Estado de Santa Catarina nº 223, de 05 de abril de 2020, as seguintes Diretrizes Sanitárias:

I - Sinalizar a distância mínima entre o cliente e o balcão, de modo a manter o distanciamento mínimo dos profissionais da recepção;

II - Os clientes deverão sempre fazer uso de máscara dentro do estabelecimento, exceto para a realização de procedimentos na face ou corte de cabelo, os funcionários e colaboradores deverão sempre fazer uso dos EPI's;

III - É recomendável que os profissionais cujo trabalho demanda proximidade e contato físico com o cliente ou com outros trabalhadores façam uso de viseiras de proteção (faceshields) e luvas, sempre que possível;

IV - Higienizar e desinfetar equipamentos, utensílios e acessórios (pentes, escovas, dentre outros) a cada atendimento ao cliente, bem como

qualquer outra superfície de contato, como cadeiras e lavatórios;

V - A higienização de cada estação de trabalho deve ser realizada sempre que houver troca de colaborador em sua utilização;

VI - Não deve haver toalhas ou capas de corte compartilhadas entre clientes;

VII - Quando o material não puder ser de utilização única (escovas, tesouras, pentes, limas e blocos polidores de unhas, etc.) deve-se proceder à sua lavagem ou desinfecção com álcool 70% ou similar após cada utilização.

Art. 4º Ficam liberadas para o funcionamento as academias de ginástica, musculação, crossfit, funcionais, estúdios, danças, escolas de natação, padel, tênis, práticas integrativas, pilates, determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:

I - O número de clientes dentro de estabelecimentos que oferecem serviços relacionados à prática regular de exercícios físicos deve ser de no máximo 30% de sua capacidade;

II - Para os espaços que atuam com padel, tênis, crossfit, funcionais, danças e pilates fica limitado o número de 04 (zero quatro) participantes por vez, respeitando o distanciamento e as medidas de segurança;

III - Os estabelecimentos devem limitar e ordenar o seu público, bem como organizar as atividades;

IV - Na entrada do estabelecimento, deve ser disponibilizado dispensador com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes para higienização das mãos;

V - O controle de acesso deve ser mantido sem o uso de digitais;

VI - É obrigatório o uso de máscaras descartáveis, de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão por todos os funcionários e alunos durante a permanência no estabelecimento;

VII - Deve haver distanciamento mínimo de um metro e meio entre as pessoas;

VIII - É obrigatório o uso de toalha de utilização pessoal durante toda a prática de atividade física;

IX - Os bebedouros devem estar fechados, sendo de responsabilidade de cada praticante levar seu recipiente com água, que não deve ser compartilhado;

X - Durante o horário de funcionamento do estabelecimento, deve ser realizada a desinfecção e limpeza geral de todos os ambientes pelo menos uma vez por período (matutino, vespertino e noturno);

XI - Todos os ambientes devem permanecer limpos com o máximo de ventilação natural possível e, para os estabelecimentos que possuam exclusivamente ar condicionado, deve haver a limpeza dos filtros diariamente;

XII - Devem ser disponibilizados cartazes com as regras de funcionamento autorizadas e as restrições sanitárias adotadas, em local visível;

XIII - Os clientes do grupo de risco e/ou com qualquer sintoma de gripe e resfriado não podem frequentar as atividades;

XIV - Cada usuário deve realizar suas atividades de forma individualizada, sem aglomerações para conversas paralelas;

XV - Deve-se disponibilizar álcool 70% em pontos estratégicos para higienização das mãos. Alunos e funcionários devem realizar a higienização de mãos com álcool 70% na entrada e na saída do estabelecimento, sempre que utilizar os equipamentos e durante a realização das atividades;

XVI - Os equipamentos devem, após cada uso, ser higienizados com álcool 70% ou outras substâncias degermantes, em conformidade com as orientações dos fabricantes dos equipamentos, tanto para o tipo de degermante quanto para os pontos possíveis de higienização;

XVII - Esteiras, bicicletas ergométricas e similares devem ser utilizadas com pelo menos um metro e meio de distância entre elas;

XVIII - Equipamentos e aparelhos de uso comum que não sejam possíveis de serem higienizados devem ser evitados, neste momento;

XIX - Caso sejam utilizadas barras, halteres, bancos, colchonetes ou outros acessórios, os mesmos devem ser individualizados e higienizados antes e/ou depois do uso (a sistemática deverá ser definida pelo estabelecimento), com álcool 70%, ou outras substâncias degermantes, em conformidade com a compatibilidade dos materiais e com as orientações dos fabricantes dos mesmos;

XX - É responsabilidade do estabelecimento fornecer álcool 70% ou outras substâncias degermantes, bem como orientar os usuários quanto à sua utilização;

XXI - Não é permitido o uso dos vestiários para banhos e trocas de vestimentas no local;

XXII - Os banheiros devem estar providos de material desinfetante, seguindo as orientações de higiene.

Art. 5º Ficam liberados para o funcionamento os estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios (mercados, mercearias e supermercados, açougues, verdureiros e afins), determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:

I - Recomendação que acesso seja restrito a apenas 01 (zero uma) pessoa por família e evitando o acesso a menores de 12 (doze) anos;

II - A redução da capacidade de entrada de pessoas em no mínimo 50% do limite permitido.

III - Fica obrigatório a disponibilização de álcool 70% na entrada do estabelecimento, para uso de clientes e funcionários;

IV - Fica obrigatório a higienização com álcool 70% ou substâncias sanitizantes de efeitos similar, nas superfícies, máquinas de cartão, canetas, carrinhos, cestas, bancadas, a cada uso.

V - Fica obrigatório o uso de máscaras por todos os funcionários e clientes;

VI - Fica sob responsabilidade dos proprietários e colaboradores dos estabelecimentos as orientações e cumprimento das medidas de higiene e proteção;

VII - Identificação para distanciamento em todos os locais de fila e atendimento.

Art. 6º Ficam liberadas as entregas delivery e, os colaboradores deverão cumprir as Diretrizes Sanitárias a seguir:

I - O entregador deverá lavar bem as mãos com água e sabão líquido antes de sair para realizar as entregas;

II - O entregador deverá usar máscara de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão;

III - O entregador deverá evitar tocar a máscara, bem como seguir as recomendações de etiqueta da tosse;

IV - As áreas de convivência dos entregadores devem ser mantidas ventiladas, tais como refeitórios e locais de descanso;

V - Deve-se evitar tocar em superfícies ou objetos de áreas comuns dos condomínios residenciais;

VI - O entregador deverá higienizar as mãos com álcool 70% entre as entregas;

VII - Os produtos da entrega não devem ser acondicionados no chão em momento algum;

VIII - O entregador deverá solicitar ao cliente para que insira o cartão na máquina, evitando manuseá-lo;

IX - As máquinas de cartão devem ser higienizadas com álcool 70% após cada entrega, para facilitar a higienização, as máquinas de cartão

podem estar cobertas com filme plástico;

X - Ao retornar ao serviço, o entregador deve repetir a lavagem das mãos com água e sabão líquido.

Art. 7º Ficam liberadas as atividades do comércio, bancário (bancos e lotéricas) e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:

I - O uso de máscaras é obrigatório para clientes e trabalhadores em todas as áreas;

II - O uso de álcool gel para limpeza das mãos é obrigatório aos clientes ao entrar e sair do estabelecimento;

III - Deve ser garantido o distanciamento de 1,5 metro entre as pessoas nos estabelecimentos;

IV - As máquinas para pagamento com cartão devem ser higienizadas após cada uso, com álcool 70% ou preparações antissépticas, conforme orientações de compatibilidade de produtos fornecida pelo fabricante. É permitido envolver estas máquinas em plástico filme, sendo que deverá ser substituído pelo menos uma vez ao dia, mantendo a sistemática de higienização a cada uso;

V - Aos estabelecimentos de comércio de vestuário, acessórios, bijuterias, calçados e produtos de beleza e cosméticos: não é permitida a prova de vestimentas em geral, acessórios, bijuterias, os provadores devem estar fechados;

VI - A redução da capacidade de entrada de pessoas em no mínimo 50% do limite permitido.

VII - Recomendação que acesso seja restrito a apenas 01 (zero uma) pessoa por família e evitando o acesso a menores de 12 (doze) anos;

Art. 8º Ficam liberadas as atividades da indústria e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:

I - Adotar medidas internas, especialmente às relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho;

II - Utilizar de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, limitando a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de lotação de cada veículo, obedecendo todas as medidas sanitárias;

III - Uso de máscara por todas as pessoas durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento, inclusive prestadores de serviço, entregadores e outros;

IV - Disponibilizar álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar em pontos estratégicos para higienização das mãos;

V - Quando utilizar ponto digital, higienizar após cada uso com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, respeitando as características do equipamento quanto à escolha do produto;

VI - Programar a utilização dos vestiários a fim de evitar aglomeração, mantendo o distanciamento de um metro e meio de raio entre as pessoas;

VII - Intensificar a higienização de utensílios e equipamentos com álcool 70%, preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar nos utensílios, equipamentos, maçanetas, mesas, corrimãos, interruptores, lavatórios, sanitários, elevadores, armários nos vestiários entre outros, respeitando a característica do material quanto à escolha do produto;

VIII - Os equipamentos de uso coletivo devem ser higienizados com álcool 70%, preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar respeitando a característica do material quanto à escolha do produto;

IX - Fica proibida a utilização de bebedouros;

X - Limitar o uso de refeitório, condicionado ao afastamento mínimo de um metro e meio de raio entre as pessoas;

XI - Quando o estabelecimento possuir exclusivamente ventilação por ar condicionado, os filtros devem ser higienizados diariamente.

Art. 9º Medidas Sanitárias para Órgãos Públicos devem seguir as Diretrizes Sanitárias Estaduais, Municipais, CIR (Comissão Intergestores Regional) e estabelecidas pelos seus órgãos de forma rígida garantindo a segurança dos servidores e da população usuárias dos serviços.

Art. 10 Aulas de cursos técnicos e ensino superior presenciais, incluindo estágios curriculares e aulas em laboratórios, será normatizado de acordo com as determinações emanadas para a Região de Saúde pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 11 Cursos livres privados estão liberados, determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias Municipais e Estaduais.

Art. 12 Ficam liberadas a realização de cultos religiosos e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:

I - A lotação máxima autorizada será de 30% (trinta por cento) da capacidade do local;

II - Todos os fiéis e colaboradores deverão usar máscaras de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão durante todo o período em que estiverem no interior do templo religioso ou da igreja, independentemente de estarem em contato direto com o público;

III - Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;

IV - Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar;

V - Deverá ser disponibilizado álcool 70% para uso das pessoas que vierem a ser atendidas, disponibilizando através de dispensadores localizados na porta de acesso, na secretaria, nos locais aonde possam ser realizadas as gravações para transmissão de missas ou cultos religiosos e recepção;

VI - Durante o período em que estiverem abertos, os atendimentos individuais deverão ser realizados através de horário agendado;

VII - Ficam as igrejas e os templos religiosos autorizados a realizar a gravação e transmissão de missas ou cultos no interior dos templos religiosos ou igrejas, sendo mantida a distância mínima de um metro e meio entre as pessoas;

VIII - O atendimento aos integrantes dos grupos de risco como idosos, hipertensos, diabéticos e gestantes deverá ser realizado exclusivamente de forma online ou telefone de forma a evitar a exposição destas pessoas a fim de reduzir o risco de transmissão da COVID-19;

IX - Manter todas as áreas ventiladas, incluindo, caso exista, os locais de alimentação, deverá ser intensificada a higienização das mãos, principalmente antes e depois do atendimento de cada fiel, após uso do banheiro, após entrar em contato com superfícies de uso comum como balcões e corrimão;

X - Realizar procedimentos que garantam a higienização contínua da igreja ou do templo religioso, intensificando a limpeza das áreas com

desinfetantes próprios para a finalidade e realizar frequente desinfecção com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, teclado, mouse, materiais de escritório, balcões, corrimãos, interruptores, elevadores, banheiros, lavatórios, pisos, entre outros;

XI - Disponibilizar e exigir o uso de máscaras dos colaboradores;

XII - O responsável pelo templo deve orientar aos frequentadores que não poderão participar dos cultos, missas e liturgias, caso apresentem sintomas de resfriados/gripe;

XIII - As diretrizes sanitárias deverão ser expostas em locais visíveis;

XIV - Os cultos, missas em espaços abertos, seguirão as mesmas recomendações de proteção já estabelecidas neste documento.

Art. 13 Ficam suspensos os calendários de eventos esportivos organizados pela Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE), assim como os eventos e as competições esportivas e atividades coletivas da iniciativa pública e privado, como também treinos e competições amadores de contato corporal ou que propiciem aglomerações de pessoas, como; futebol, vôlei, futevôlei, bocha, sinuca, baralho, boliche, handebol, basquete, jiu-jitsu, boxe, entre outras.

Art. 14 Ficam suspensas atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público.

Art. 15 O transporte coletivo municipal / intermunicipal será normatizado de acordo com as determinações emanadas para a região de saúde pelo governo do estado.

Art. 16 Determina-se que os velórios realizados em âmbito municipal sigam as normas da Vigilância Sanitária Estadual (Nota Técnica Conjunta nº 025/2020-DIVS).

Art. 17 É obrigatório em todo o território do Município de Campo Alegre/SC, o uso de máscaras pelos cidadãos em todos os ambientes públicos (vias públicas) ou privado, sendo dispensados da determinação os cidadãos com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiência sensorial ou quais outras deficiências/doenças que as impeçam de fazer o uso adequado de máscaras, conforme declaração médica, bem como no caso de crianças menores de 03 (zero três) anos de idade.

Parágrafo único. Recomenda-se o isolamento domiciliar a toda pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos visando restringir a circulação e evitar a disseminação do vírus SARS-CoV-2 entre a população idosa, considerando que todos são os mais vulneráveis, excetua-se a circulação para desempenho das atividades laborativas, comparecimento a atendimento de saúde e aquisição de produtos alimentícios e de saúde.

Art. 18 Determina-se o isolamento dos pacientes confirmados ou suspeita de COVID-19, para contenção da transmissibilidade do COVID-19, deverá ser adotada como, medida não farmacológica, o isolamento domiciliar conforme determinação da Vigilância Epidemiológica, sob pena do artigo 268 do Código Penal Brasileiro: "Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa".

Art. 19 Fica proibida a realização de festas particulares em residências.

Art. 20 As reuniões presenciais deverão respeitar as diretrizes sanitárias, sendo recomendadas as reuniões on-line.

Art. 21 Fica proibida a concentração e permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo como parques e praças.

Art. 22 A fiscalização será a cargo da Polícia Militar Estadual, a qual poderá solicitar apoio à Vigilância Sanitária Municipal em caso de necessidade.

Art. 23 A atuação da Fiscalização será realizada, quando do descumprimento dos atos normativos municipais e estaduais no combate à propagação do novo coronavírus:

I - Orientação, emitida por notificação;

II - Multa de 60 (sessenta) UPM's, caso não atendidas as orientações;

III - Multa de 290 (duzentos e noventa) UPM's, em caso de reincidência;

IV - Interdição do local pelo prazo de 10 (dez) dias, em caso de reincidência da conduta;

V - Cassação da licença de funcionamento.

Parágrafo único. A penalidade de que trata o caput deste artigo, será aplicada aos proprietários dos estabelecimentos, exceto os clientes que porventura não estiverem fazendo uso da máscara, neste caso a multa será aplicada ao cliente, no valor de 60 UPM's;

Art. 24 Permanecem vigentes todas as demais determinações já expedidas pelos Poder Executivo Municipal e pelo Estado de Santa Catarina, desde que não conflitantes com as determinações contidas neste Decreto.

Parágrafo único. Além das determinações acima mantem-se todas as Diretrizes Sanitárias, notas técnicas e Portarias vigentes orientadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 25 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência até 31 (trinta e um) de agosto de 2020.

Art. 26 Revogadas as demais disposições contrário, especialmente o Decreto nº 12.930 de 15 de julho de 2020.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 05 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 06/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 12.981 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2592675

DECRETO Nº 12.981 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, o inciso I do art. 11 da Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 42.937,22 (quarenta e dois mil, novecentos e trinta e sete reais e vinte e dois centavos), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde – FMS	
300000.00.1042 -	Despesas Correntes	
310000.00.1042 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.1042 -	Aplicações Diretas	
319011.00.1042 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 42.937,22

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de julho de 2020.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 05 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 06/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 12.982 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2592686

DECRETO Nº 12.982 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, o inciso I do art. 11 da Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde	
400000.00.1048 -	Despesas de Capital	
440000.00.1048 -	Investimentos	
449000.00.1048 -	Aplicações Diretas	
449052.00.1048 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 150.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 05 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 06/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Canelinha

## PREFEITURA

### 053- EDITAL DE NOTIFICAÇÃO- ADEHASC - CANELINHA MOURA II

Publicação Nº 2591720

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 053/2020

A Associação para o Desenvolvimento Habitacional Sustentável de Santa Catarina (ADEHASC), vem através de este edital Notificar a todos os moradores, ocupantes internos, lindeiros e confrontantes externos e a quem interessar que a localidade denominada de LOTEAMENTO MOURA II, está em fase de regularização fundiária em formato de REURB-S e REURB-E, através da LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA, conforme Artigo 23 da Lei Federal 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018, sendo que este loteamento denominado de Loteamento Moura II, localizado no município de Canelinha/SC, onde foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), afim de emissão de Matrículas Individualizadas aos detentores dos lotes no Referido Loteamento, bem como realização das benfeitorias necessárias para fins de Regularização Fundiária objeto da matrícula nº 15.287, registrada no CRI de Tijucas/SC.

Artigo 01. Descrição Sucinta da área: O Loteamento Moura II, possui metragem total de 64.742,94 m<sup>2</sup>, conforme a matrícula nº 15.287, de propriedade do Sr. Manoel Luiz Reis registrada no CRI de Tijucas/SC.

Artigo 01.2 Com Área total a regularizar de 5.827,31 m<sup>2</sup>, situado na área conhecida como Bairro Moura, no Município de Canelinha – SC, sendo essa uma área com uma concentração de 10 lotes rurais, de mais de 10 famílias ali residindo e com uma população de aproximadamente 40 pessoas. O Loteamento é atendido pela Rua Projetada 01(Parte 02), Rua Projetada 02(Parte 02), que passará ao Domínio Público Municipal de acordo com a Tabela de metragens citados abaixo. Segue quadros de área:

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA		
PROPRIETÁRIO	MANOEL LUIZ REIS	
MATRICULA	15.287	
COMARCA	TIJUCAS	
MUNICIPIO	CANELINHA	
ÁREA DA MATRICULA	64.742,94m <sup>2</sup>	
ÁREA DA REGULARIZAÇÃO MOURA I	9,161,29m <sup>2</sup>	
ÁREA DA REGULARIZAÇÃO MOURA II	5.827,31m <sup>2</sup>	
ÁREA REMANESCENTE DA MAT. 15.287	49.754,34m <sup>2</sup>	
ÁREA DA POLIGONAL DESTA REGULARIZAÇÃO	10338,50m <sup>2</sup>	
ÁREA DE LOTES ADERENTES	2793,4	
ARRUAMENTO	3.033,91	
ÁREA REMANESCENTE DA POLIGONAL	4511,19	
TOTAL DE LOTES ADERENTES	10	
TOTAL DESTA REGULARIZAÇÃO		
LOTES	2793,4	
ARRUAMENTO	3.033,91	
TOTAL	5.827,31	
QUADRA A		
LOTE	ÁREA M <sup>2</sup>	
ÁREA REMANESCENTE	307,51	
ÁREA REMANESCENTE	163,15	
3	316,35	
4	159,08	
ÁREA REMANESCENTE	119,31	
ÁREA REMANESCENTE	176,47	
ÁREA REMANESCENTE	186,86	
ÁREA REMANESCENTE	139,1	
9	148,88	
10	161,36	
11	271,72	
12	323,24	
ÁREA REMANESCENTE	208,4	

ÁREA REMANESCENTE	152,46
ÁREA REMANESCENTE	700,38
ÁREA REMANESCENTE	342,09
17	412,67
ÁREA REMANESCENTE	335,18
19	311,7
20	305,07
21	383,33
ÁREA REMANESCENTE	971,14
ÁREA REMANESCENTE	356,93
ÁREA REMANESCENTE	352,21
TOTAL DE LOTES	2793,4
TOTAL DE AREA REMANESCENTE	4511,19

QUADRO DE ARRUAMENTO		
RUA	ÁREA M²	
PROJETADA 01(PROLONGAMENTO)	1.970,65	
PROJETADA 02(PROLONGAMENTO)	1.063,26	
TOTAL	3.033,91	

Artigo 02. Dos equipamentos Urbanos Comunitários presentes na Referida Área: A área de intervenção é atendida pelos seguintes equipamentos comunitários presentes e constituídos na área tais quais:

- Arruamento envolvendo a maior parte da área da intervenção;
- Energia Elétrica;
- Água potável;
- Coleta seletiva de resíduos sólidos através da prefeitura Municipal;
- Telefonia fixa;
- Sinal de telefonia móvel;
- Transporte escolar fornecido pelo município;
- Atendimento de 100 % das agentes comunitária de Saúde;

Artigo 03: Os confinantes internos serão notificados por ato próprio denominado de Notificação e Declaração de Reconhecimento de Divisa e Reconhecimento e Aceitação de Divisa de Lote salvo os ocupantes que por motivos desconhecidos não foram encontrados no qual será alvo deste edital sendo que a ausência de manifestação dos confrontantes será tido como aceite conforme artigo 13 § 1º do Decreto 9.31/2018 e Artigo 20 § 1o. da Lei 13.465/2017.

Artigo 03.1: Os confinantes externos, terão 30 dias para a manifestação conforme artigo 13 § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20 § 1o. da Lei 13.465/2017.

#### TITULAR DE DOMÍNIO:

- Matrícula nº 15.287 de MANOEL LUIZ REIS, brasileiro, operário, domiciliado e residente no lugar Moura, Município de Canelinha -SC, inscrito no CPF nº 083.064.609-44 e C.I. nº 16/R-2. 341. 519, casado pelo regime de comunhão de bens, antes da vigência da lei 6. 515/77, com GUIOMARDINA BÁRBARA REIS.

#### CONFRONTANTE EXTERNOS:

- Matrícula nº 14.466 a qual está dividida em 50% para LUIZ REIS JUNIOR, brasileiro, viúvo, lavrador, R.C. 1.460.351SESPDC-SC e CPF 740. 298.869-49, residente e domiciliado na Rua Antônio Manoel Reis, n o 1.617, Bairro Centro, Município de Canelinha - SC; 10% para JOSÉ FRANCISCO REIS, brasileiro, motorista, R.G. 16/R 1.922.267-SSP-SC e CPF 565.645. 039—20, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei n o 6515/77, com MARIA SOLANGE CASAS REIS, brasileira, autônoma, R. G. 890.093-SÊSPDC-SC e CPF 486.122.009-20, residente e domiciliado na Rua João de Deus Telles, n o 21, Bairro Joaia, Município de Tijucas—SC; 10% para DORACI REIS DALSENTER, brasileira, do lar, R. G. 16/R 3.191.416-SSP-SC e CPF 764.944.979-34, casada pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei n o 6515/77, com ERIVERTO DALSENTER, brasileiro, autônomo, R. G. 2.500.489-SESPDC-SC e CPF 690.835.099-15, residente e domiciliada na Rua Leopoldina Brasil, n o 515, Bairro Centro, na Cidade de São João Batista—SC; 10% para JOÃO LUIZ REIS, brasileiro, comerciante, R.G. 2728223-SSP-SC e CPF 762.622.439-68, casado pelo regime da comunhão parcial de bens , vigência da Lei n o 6515/77 , com ROZILDA MONTIBELLER REIS, brasileira comerciante, R.G. 5,124. 632-5-SESP-SC e C 071.449-43, residente e domiciliado na Estrada Geral Oliveira, s/ n, Bairro Oliveira, Município de Tijucas-SC; 10% para HERIBERTO REIS, brasileiro, ceramista, 3.190.563-3-SESP-SC e CPF 898.416.549-20, e s/m com FABIANA SAMENTO REIS, brasileira, doméstica, R.G. 5.922.113-SESDC-SC e CPF 073.519.409-24, casado pelo regime da comunhão universal de bens, na vigência da Lei n o 6515/77, residentes e domiciliados na Rua Antônio Manoel Reis, n o 1. 830, Bairro Porto do Moura, Município de Canelinha -SC; e 10% para GILBERTO REIS, brasileiro, solteiro, maior, servente, R.G. 16/R 2.838.064-SSP-SC e CPF 833.863.949-49, residente e domiciliado na Rua Antônio Manoel Reis, n o 1.617, Bairro Porto do Moura, Município de Canelinha -SC.

- Matrícula nº 15.287 de MANOEL LUIZ REIS, brasileiro, operário, domiciliado e residente no lugar Moura, Município de Canelinha -SC, inscrito no CPF nº 083.064.609-44 e C.I. nº 16/R-2. 341. 519, casado pelo regime de comunhão de bens, antes da vigência da lei 6. 515/77, com GUIOMARDINA BÁRBARA REIS.

Artigo 04: As impugnações cabíveis ou contrárias ou Adversas ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) Trinta dias,

a contar da data da última publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no DOM (Diário Oficial Municipal) sendo que as impugnações poderão ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Município de Canelinha/SC, endereçada ao Prefeito Municipal e a comissão Municipal de Regularização Fundiária, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas pelos setores responsáveis, bem como pela comissão municipal de Regularização Fundiária, ficando a critério da Comissão Municipal, acatar ou não as devidas impugnações de acordo com as suas razões conforme Artigo 20 da Lei 13.465/2017.

Artigo 05: Não havendo manifestação em contrário no período de 30 dias considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos ao loteamento conforme prevê lei Federal 13.465/2017 artigos 20 § 1o, e transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do artigo 31§ 5º e §6º da Lei 13.465/2017.

Canelinha /SC, 5 de agosto de 2020

Associação Para o Desenvolvimento Habitacional  
Sustentável de Santa Catarina – ADEHASC  
Presidente: DJALMA MORELL  
ANEXO I

## **PREGÃO PRESENCIAL 090/PMC/2020**

Publicação Nº 2592558

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 090/PMC/2020

O presente Pregão tem por objeto, a aquisição de materiais de construção para manutenção das atividades da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas no Edital. DATA DE ABERTURA: 18 de agosto de 2020, às 08h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 03 de agosto de 2020. Osmar Silva Filho - Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 178/2020

Publicação Nº 2592577

DECRETO Nº. 178/2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.475 de 20/12/2019 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
 Unidade Gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas  
 Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde  
 Função 10: Saúde  
 Subfunção 303: Suporte Profilático e Terapêutico  
 Programa 08: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
 Ação 2.55 – Ações de Assistência Farmacêutica  
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 6.000,00  
 Recurso 23812 – SUS União – Custeio – Assistência Farmacêutica (Qualifar)

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a crescer no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, utilizando recursos provenientes do excesso de arrecadação, o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), observando a arrecadação prevista e a arrecadação efetivada do exercício de 2020, como é demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do excesso de arrecadação

Recurso	A Valor previsto no exercício + Valores abertos	B Estimativa de arrecadação no exercício	C Excesso de arrecadação no exercício (C=B-A)	D Valor a ser utilizado para fins deste decreto (D<=C)
23812	6.000,00	12.000,00	6.000,00	6.000,00
TOTAL				6.000,00

Fonte: SMAFO 2020

Art. 3º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de R\$ 28,76 (vinte e oito reais e setenta e seis centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)  
 Unidade Gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas  
 Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde  
 Função 10: Saúde  
 Subfunção 303: Suporte Profilático e Terapêutico  
 Programa 08: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
 Ação 2.55 – Ações de Assistência Farmacêutica  
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 28,76  
 Recurso 63812 – SUS União – Custeio – Assistência Farmacêutica (Qualifar) - Superávit

Art. 4º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 3º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a crescer no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 28,76 (vinte e oito reais e setenta e seis centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2019, conforme cancelamento de restos a pagar e tabela a seguir:

Tabela 2 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

23812	SUS União – Custeio – Assistência Farmacêutica (Qualifar)	28,76*
TOTAL		28,76

Fonte: SMAFO/2020

\*Valor atinente ao cancelamento de restos a pagar do exercício de 2019, conforme fonte de recurso (23812).

Art. 5º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 05 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **EDITAL Nº. 47/2020 CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2017/PMC**

Publicação Nº 2591852

EDITAL Nº. 47/2020

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2017/PMC.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2017/PMC.

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Microárea: Alto das Palmeiras.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II, da Constituição Federal de 1988;

### **RESOLVE:**

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, o (a) candidato (a) MARCIA GILVANE TOPOROWICZ DE LIMA, aprovado (a) no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2017/PMC, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;

- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.
- r) Carteira de Trabalho;

2. O não comparecimento do (a) candidato (a) ora convocado (a) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório,

ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Fica, o (a) candidato (a), convocado (a) para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso Público o (a) candidato (a) que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverá o (a) candidato (a) apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munido dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do (a) examinado (a) as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O (a) candidato (a) convocado (a) por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o (a) candidato (a) com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 05 de agosto de 2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº 1014/2020**

Publicação Nº 2592512

PORTARIA Nº. 1014/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 96 da LC 070 de 2019, resolve:

### **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Licença Prêmio a servidora JANINE RIBEIRO ISPHAIR WATZKO, efetiva no cargo de Enfermeiro, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2003/2008, a desfrutar no período de 03/08/2020 a 17/08/2020, conforme Memorando nº 12.928/SMS/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 1015/2020**

Publicação Nº 2592492

PORTARIA Nº. 1015/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **NOMEAR APROVADA PELO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL**

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Enfermeiro, a profissional ANA CLÁUDIA SILVA ARAÚJO, aprovada em hábil e competente Processo Seletivo 005/SMS/2019, e convocada conforme Edital nº 043/SMS/2020, junto a Secretaria Municipal de Saúde, para atuar na

UPA-24h, iniciando suas atividades a partir de 03/08/2020 a 02/02/2021, conforme Memorando nº 13.154/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 1016/2020**

Publicação Nº 2592501

PORTARIA Nº. 1016/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 80 da LC nº 070/2019, resolve:

**PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA**

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora ROSELI CORREA SILVA, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, no CEI Landi Ama Neppel, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/07/2020 a 26/10/2020, conforme Memorando nº 13.066/SME/2020 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 1017/2020**

Publicação Nº 2592507

PORTARIA Nº. 1017/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor LINDOMAR EMIDIO FERREIRA, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 24/08/2020 a 02/09/2020, conforme Memorando nº 12.961/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 1018/2020**

Publicação Nº 2592498

PORTARIA Nº. 1018/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 78 da LC 070/2019, resolve:

### **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a GIOVANA ELIZABETE BONA SARTOR, efetiva no cargo de Orientador Educacional, na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/08/2020 a 31/10/2020, conforme Memorando nº 13.175/SME/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 1019/2020**

Publicação Nº 2592510

PORTARIA Nº. 1019/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 78 da LC 070/2019, resolve:

### **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a NEUSELI APARECIDA RISKE, efetiva no cargo de Servente, 40 horas, no CEI Carlos Drummond de Andrade, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/08/2020 a 02/09/2020, conforme Memorando nº 13.180/SME/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

**PORTARIA N° 1021/2020**

Publicação N° 2592496

PORTARIA N°. 1021/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 14 (quatorze) dias de Férias a servidora ADRIANA FARIAS, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 04/08/2020 a 17/08/2020, conforme Memorando nº 13.176/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

**PORTARIA N° 1023/2020**

Publicação N° 2592557

PORTARIA N°. 1023/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**ALTERAR**

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho do servidor EDELCIO DA SILVA, que exerce o cargo de Diretor de Manutenção, atuando junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, para agora atuar junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 03/08/2020, conforme Memorando nº 11.935/SMODU/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

**PORTARIA N° 1024/2020**

Publicação N° 2592589

PORTARIA N°. 1024/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**RETIRAR GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO**

Art. 1º - Fica retirada, a partir de Agosto de 2020, a Gratificação de Função, concedida ao servidor ROBERTO IVAN LUDKA, efetivo no cargo

de Agente Administrativo Auxiliar, exercendo o cargo comissionado de Diretor de Tributação, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Memorando nº 10.752/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## Capinzal

## PREFEITURA

## FMS CONTRATO 039/2020

Publicação Nº 2592772

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
<p>Contrato Nº.: 0039/2020 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada.: KLAUS KIRCH NIENKÖTTER ROCHA Valor ..... : 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais) Vigência ..... : Início: 31/07/2020 Término: 31/12/2020 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2020 Processo_Licitatório.....: 00039 / 2020 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : Contratação de Profissional, em caráter de emergência e de forma temporária, para prestação de serviços na Área Médica, no Centro de Triagem COVID-19, para pacientes com sintomas respiratórios. Com Recursos Próprios</p>	

## FMS CONTRATO 040/2020

Publicação Nº 2592778

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
<p>Contrato Nº.: 0040/2020 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada.: LETICIA SANTOS CORREA Valor ..... : 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais) Vigência ..... : Início: 31/07/2020 Término: 31/12/2020 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2020 Processo_Licitatório.....: 00039 / 2020 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : Contratação de Profissional, em caráter de emergência e de forma temporária, para prestação de serviços na Área Médica, no Centro de Triagem COVID-19, para pacientes com sintomas respiratórios. Com Recursos Próprios</p>	

## FMS CONTRATO 041/2020

Publicação Nº 2592782

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
<p>Contrato Nº.: 0041/2020 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada.: GABRIELA MORET Valor ..... : 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais) Vigência ..... : Início: 31/07/2020 Término: 31/12/2020 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2020 Processo_Licitatório.....: 00039 / 2020 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : Contratação de Profissional, em caráter de emergência e de forma temporária, para prestação de serviços na Área Médica, no Centro de Triagem COVID-19, para pacientes com sintomas respiratórios. Com Recursos Próprios</p>	

**FMS CONTRATO 042/2020**

Publicação Nº 2592791

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
<p>Contrato Nº...: 0042/2020  Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL  Contratada...: BRUNO BRUNETTO MUNARETTO  Valor ..... : 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais)  Vigência ..... : Início: 31/07/2020 Término: 31/12/2020  Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2020 Processo_Licitatório.....: 00039 / 2020  Recursos ..... : Dotação:  Objeto ..... : Contratação de Profissional, em caráter de emergência e de forma temporária, para prestação de serviços na Área Médica, no Centro de Triagem COVID-19, para pacientes com sintomas respiratórios. Com Recursos Próprios</p>	

**PMC TA 003/2020 C320**

Publicação Nº 2591444

<p>Aditivo Nº ..... : TA 003/2020 C320 - Contrato Nº: 0320/2019  Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL  Contratada...: VIGA - PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA.  Valor ..... : 375.689,96 (trezentos e setenta e cinco mil seiscientos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos)  Vigência ..... : Início: 15/08/2020 Término: 14/09/2020  Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 19/2019 Processo_Licitatório.....: 000170 / 2019  Recursos ..... : Dotação:  Objeto ..... : O objeto do presente termo aditivo, é a PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA contratual para 30 dias, a contar da data de 15/08/2020, findando em 14/09/2020 e o ACRÉSCIMO DO VALOR de R\$ 375.689,96 (trezentos e setenta e cinco mil, seiscientos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos), tendo em vista a ocorrência de fatos não previstos inicialmente no contrato, conforme solicitação da Secretaria competente, Planilhas Orçamentárias; Parecer Jurídico nº 197/2020 e demais documentos anexados ao processo.</p>	
Capinzal, 5 de Agosto de 2020	

**PMC TA 004/2020 C320**

Publicação Nº 2591447

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
<p>Aditivo Nº ..... : TA 004/2020 C320 - Contrato Nº: 0320/2019  Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL  Contratada...: VIGA - PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA.  Valor ..... : 94.389,67 (noventa e quatro mil trezentos e oitenta e nove reais e sessenta e sete centavos)  Vigência ..... : Início: 05/08/2020 Término: 14/09/2020  Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 19/2019 Processo_Licitatório.....: 000170 / 2019  Recursos ..... : Dotação:  Objeto ..... : O objeto do presente termo aditivo, é a SUPRESSÃO DO VALOR de R\$ 94.389,67 (noventa e quatro mil, trezentos e oitenta e nove reais e sessenta e sete centavos), tendo em vista a ocorrência de fatos não previstos inicialmente no contrato, conforme solicitação da Secretaria competente, Planilhas Orçamentárias; Parecer Jurídico nº 197/2020 e demais documentos anexados ao referido Processo Licitatório.</p>	
Capinzal, 5 de Agosto de 2020	

**PMC TA 010/2020 C322**

Publicação Nº 2591924

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA 010/2020 C322 - Contrato Nº: 0322/2019 M

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: D &amp; LB - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 06/08/2020 Término: 10/12/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 95/2019

Processo\_Licitatório.....: 000188 / 2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo é a REVISÃO DE VALORES, visando o EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, nos termos da lei 8.666/93, considerando a porcentagem de variação dos preços dos produtos, alterando o valor do item do contrato da seguinte forma: ITEM 02: ÓLEO DIESEL S10 (litro): R\$ 3,11 (três reais e onze centavos).

Salienta-se que o Presente Termo Aditivo contempla o Município de Capinzal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e a Fundação Municipal de Esportes.

Capinzal, 5 de Agosto de 2020

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020 - PROJETOS/PROPOSTAS LINGUAGENS ARTÍSTICAS**

Publicação Nº 2591796



**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROJETOS/PROPOSTAS DAS MAIS  
DIVERSAS LINGUAGENS ARTÍSTICAS COM OBJETIVO DE FOMENTAR A  
PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL**

**EDITAL Nº 01/2020**

**“SEMANA MAIS CULTURA EM CASA”**

O Município de Capinzal, por meio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em consonância com a lei federal nº 14.017, torna públicas e abertas as inscrições para o chamamento público edital “Semana Mais Cultura Em Casa”.

**1. DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do Edital “Semana mais cultura em casa”, a seleção de propostas na forma produto cultural, promoção, difusão, circulação ou outras atividades artístico-culturais no Município de Capinzal concentradas em uma semana especial de atividades, com objetivo de fomentar ações que serão realizadas de forma online devido à vigência do estado de emergência em saúde pública no Estado de Santa Catarina instituído pelo Decreto 515 de 17 de março de 2020 que estabelece medidas para prevenção, controle e contenção da pandemia de COVID-19. Assim, a Prefeitura de Capinzal, por meio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes em cumprimento ao inciso III do *caput* do artigo 2º da lei federal nº 14.017/2020 que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural, pretende contribuir para que novas oportunidades aconteçam neste momento de dificuldades impostas pela crise sanitária mundial, subsidiando de forma emergencial a cadeia produtiva da cultura em Capinzal.

1.2. Este edital de chamamento público premiará manifestações culturais nas seguintes linguagens: Artes Visuais e Audiovisuais, Dança, Música, Literatura e Cultura Alimentar.

1.3 A “Semana mais cultura em casa” do município de Capinzal acontecerá **de 04 a 07 de setembro de 2020**.

**2. DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS**

2.1. Os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento deste edital são oriundos de subsídio gerado pela lei federal nº 14.017/2020, em consonância com a Emenda Constitucional nº106, dotação orçamentária municipal nº 13.392.0095.2.064 - auxílio financeiro a entidades culturais, com o aporte no valor total de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) correspondente à obrigatoriedade de no mínimo 20% do valor total ser utilizado no inciso III do artigo 2º da referida lei, que serão distribuídos conforme a Tabela I: Distribuição dos recursos.

**Tabela I: Distribuição dos recursos**

Linguagem/ Modalidade	Designação	Quantidade de cotas	Valor de cada cota	Valor total por linguagem/modalidade
Artes Visuais (ilustração, cartum, pintura, escultura, artesanatos, fotografia)	Individual	8	R\$ 500,00	R\$ 4.000,00
Audiovisuais	Individual	3	R\$ 1.000,00	R\$ 3.000,00
Dança	Grupo	2	R\$ 1500,00	R\$ 3.000,00
	Individual (solo)	2	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00
Música	Grupo (Bandas)	5	R\$ 2.000,00	R\$ 10.000,00
	Músico Solo	8	R\$ 500,00	R\$ 4.000,00
	Músico Dupla	4	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00
Cultura Alimentar	Individual	5	R\$ 600,00	R\$ 3.000,00
Leitura e Literatura (Contadores de histórias, declamadores, trovadores)	Individual	4	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>34.000,00</b>



### 3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Podem habilitar-se a participar do chamamento:

- a) Pessoas físicas, maiores de 18 (dezoito) anos, residentes e domiciliadas em Capinzal há pelo menos 01 (um) ano.
- b) Pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, cuja finalidade estatutária esteja contemplada na arte e cultura, devidamente registradas em Capinzal/SC há pelo menos 02 (dois) anos.
- c) Estar cadastrado no mapeamento municipal de cultura disponível no site da Prefeitura Municipal de Capinzal.
- d) Ter (02) dois anos de comprovação de efetiva atividade no âmbito cultural;

3.2. É vedada a participação neste edital de chamamento público:

- a) Servidores públicos ativos da Prefeitura Municipal de Capinzal;
- b) Pessoas físicas e jurídicas que tenham domicílio ou sede fora do município de Capinzal.
- c) Componentes da Comissão avaliadora designada para este edital.

3.3. Será aceita inscrição apenas de (01) uma proposta por proponente que poderá optar por uma das modalidades e categorias de seleção.

3.4. O Proponente deve optar em realizar inscrição como Pessoa Física (CPF) ou Pessoa Jurídica (CNPJ) não podendo realizar inscrição em ambas as modalidades. Caso no cruzamento de dados for observada a existência de mais de uma proposta inscrita pelo mesmo proponente e/ou quadro societário, diretoria, todas as propostas serão desclassificadas.

3.5 O proponente deverá respeitar todas as normativas sanitárias necessárias em sua proposta, além de permitir a divulgação do material nos meios de comunicação vinculados à Prefeitura de Capinzal pelo período de 02 (dois) anos.

3.6 Os inscritos e premiados autorizam, desde já, à Diretoria de cultura do município de Capinzal, o direito de mencionar seu apoio, realizar registro documental e disponibilizar as propostas, peças publicitárias, fichas técnicas, material audiovisual, fotografias e relatórios dos projetos selecionados pelo Edital "Semana mais cultura em casa" para pesquisa e consulta através da Lei de Acesso à Informação e outras necessidades próprias ao serviço público, auditoria e prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, e/ou utilizar os mesmos em suas ações, quando entenderem oportuno, sem qualquer ônus e por tempo indeterminado.



3.7 Como contrapartida ao recebimento do prêmio, o contemplado autoriza a Diretoria de Cultura a compartilhar seu trabalho em páginas da instituição e em redes sociais na internet, com liberação total de direitos do autor.

#### 4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições são gratuitas e **começarão às 9h01min, horário de Brasília, a partir do dia 07/08/2020, e se encerram às 17h59min do dia 21/08/2020**, exclusivamente pelo endereço: <https://forms.gle/U7yYPq4UbhsfHMBj9> disponível no site da Prefeitura Municipal de Capinzal.

4.2 A veracidade dos dados preenchidos no formulário de inscrição é de total responsabilidade do proponente, assumindo ser passível de verificação e punições legais em caso de inconsistências.

4.3 Não serão aceitas inscrições fora do período estabelecido neste edital.

4.4 Caso tenha dúvidas, entre em contato pelo e-mail: [cultura@capinzal.sc.gov.br](mailto:cultura@capinzal.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 984354588.

#### 5. DAS CATEGORIAS

5.1. Os proponentes das modalidades previstas na tabela 1 do item 2 deverão se enquadrar nas seguintes categorias: **shows, apresentações, curtas ou oficinas online.**

##### 5.1.1 Shows

a) O proponente deverá realizar uma apresentação gravada de no máximo 4 (quatro) minutos - com os aportes que dispuser - para a seleção da comissão julgadora deste edital. (Postado no youtube)

b) Caso selecionado, o proponente participará da “Semana mais Cultura em Casa” do município de Capinzal, de 04 a 07 de setembro de 2020, com a execução de 04 (quatro) músicas em um show musical, dispondo de estrutura de luz e som (exceto instrumentalização) para a apresentação.

c) As *lives* serão organizadas pelo departamento de cultura em local a ser definido, respeitando todas as normativas sanitárias necessárias para o momento.

d) Podem participar desta categoria: bandas e músicos.



### 5.1.2 Apresentações

- a) O proponente deverá realizar a gravação de um vídeo (Postado no youtube e também salvo em *pen drive e entregue junto ao departamento de cultura*) de no máximo 6 (seis) minutos ou e-book fotográfico de no máximo 10 fotos - com os aportes que dispuser – para a seleção da comissão julgadora deste edital, podendo envolver as modalidades de artes visuais (ilustração, cartum, pintura, escultura, artesanatos); Literatura, contadores de histórias, declamadores, trovadores; Fotografia e Dança.
- b) O tema das apresentações deverá permear assuntos e cenários pertinentes ao contexto do espaço e da história do nosso município e/ou do tema “Independência do Brasil”( 7 de setembro).
- c) Caso selecionado, fará parte da “Semana mais Cultura em Casa” do município de Capinzal, que será realizada na semana comemorativa alusiva à Independência do Brasil, de 04 a 07 de setembro de 2020. O vídeo será apresentado durante os intervalos das *lives* musicais que serão realizadas durante “Semana mais Cultura em Casa”.
- d) O vídeo poderá usar de recursos tais como *time-lapse* (modo acelerado) desde que não comprometa o entendimento do conteúdo exibido.
- e) O vídeo deverá conter apresentação no formato HD -1920 x 1080, resolução mínima de 720p, formato Wide, e se filmado com o celular, a imagem no sentido horizontal.
- f) Não serão permitidas propagandas ou merchandisings com imagens de marcas e logotipos de empresas ou produtos configurando publicidade no vídeo
- g)) Podem participar desta categoria: grupos de dança, dançarinos solo, fotógrafos profissionais, artesãos, cartunistas, ilustradores, escultores, contadores de histórias, declamadores e trovadores.

### 5.1.3. Curtas

- a) O proponente deverá realizar a gravação de um vídeo (Postado no youtube e também salvo em *pen drive e entregue junto ao departamento de cultura*) de no máximo 6 (seis) minutos - com os aportes que dispuser – para a seleção da comissão julgadora deste edital, envolvendo a modalidade audiovisual.
- b) O tema dos curtas deverá permear assuntos e cenários pertinentes ao contexto do espaço e da história do nosso município e/ou do tema “Independência do Brasil” (7 de setembro).



- c) Caso selecionado, fará parte da “Semana mais Cultura em Casa” do município de Capinzal, que será realizada na semana comemorativa alusiva à Independência do Brasil, de 04 a 07 de setembro de 2020. O vídeo será apresentado durante os intervalos das *lives* musicais que serão realizadas durante “Semana mais Cultura em Casa”.
- d) O vídeo poderá usar de recursos tais como *time-lapse* (modo acelerado) desde que não comprometa o entendimento do conteúdo exibido.
- e) O vídeo deverá conter apresentação no formato HD -1920 x 1080, resolução mínima de 720p, formato Wide, e se filmado com o celular, a imagem no sentido horizontal.
- f) Não serão permitidas propagandas ou merchandisings com imagens de marcas e logotipos de empresas ou produtos configurando publicidade no vídeo
- g) Podem participar desta categoria: produtores de vídeo, microempresas do setor audiovisual.

#### 5.1.4 Oficinas online

- a) O proponente deverá realizar a gravação de um vídeo (Postado no youtube e também salvo em *pen drive e entregue junto ao departamento de cultura*) de no máximo 6 (seis) minutos - com os aportes que dispuser – para a seleção da comissão julgadora deste edital, envolvendo a modalidade artes visuais ou cultura alimentar. O vídeo deverá propor de maneira didática a confecção de algum item da modalidade artes visuais ou de algum produto da cultura alimentar.
- b) Caso selecionado, fará parte da “Semana mais Cultura em Casa” do município de Capinzal, que será realizada na semana comemorativa alusiva à Independência do Brasil, de 04 a 07 de setembro de 2020. O vídeo será apresentado durante os intervalos das *lives* musicais que serão realizadas durante “Semana mais Cultura em Casa”.
- d) O vídeo poderá usar de recursos tais como *time-lapse* (modo acelerado) desde que não comprometa o entendimento do conteúdo exibido.
- e) Sugerimos neste item a utilização de cenários e ou adereços que remetam a assuntos e cenários pertinentes ao contexto do espaço e da história do nosso município e/ou do tema “Independência do Brasil”( 7 de setembro).
- f) O vídeo deverá conter apresentação no formato HD -1920 x 1080, resolução mínima de 720p, formato Wide, e se filmado com o celular, a imagem no sentido horizontal.
- g) Não serão permitidas propagandas ou merchandisings com imagens de marcas e logotipos de empresas ou produtos configurando publicidade no vídeo



h) Podem participar desta categoria: artesãos, produtores de bebidas, farinhas e lácteos artesanais, doceiro(a) e/ou cozinheiro(a) tradicional da cultura alimentar.

## 6. COMISSÃO AVALIADORA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

6.1 A Comissão de Avaliadora será composta por (03) três representantes da CIC (Comissão Intersetorial de Cultura) criada em caráter emergencial para tratativas da Lei Aldir Blanc n° 14.017/2020, conforme resolução municipal N° 1-2020 de publicação N° 2550015.

6.2 A Comissão Avaliadora é soberana em suas decisões.

6.3 Os critérios para a seleção:

- a) Qualidade artística do produto (0 a 70 pontos);
- b) Relevância do produto para a área artística de inserção (0 a 10 pontos);
- c) Caráter inovador (0 a 10 pontos);
- d) Experiência e qualificação do proponente (0 a 10 pontos).

6.4 Em caso de empate na nota final serão selecionados os projetos com melhor pontuação, de acordo com os seguintes critérios:

- a) maior pontuação no item a;
- b) maior pontuação no item b;
- c) maior pontuação no item c.

Persistindo o empate, a Comissão de Seleção estabelecerá o desempate, por maioria absoluta.

6.5 Os vídeos que não atingirem a média final de 50 pontos, nota de corte, serão desclassificados.

6.6 A Comissão de Seleção indicará uma lista de suplentes. Caso haja disponibilidade de recursos orçamentários, os mesmos poderão ser contemplados posteriormente, de acordo com a pontuação em ordem decrescente.

## 7. DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CONTEMPLADOS

7.1 A lista dos contemplados será divulgada no dia 24 de agosto de 2020 no site da Prefeitura Municipal de Capinzal pelo [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)



7.2 Os proponentes não selecionados poderão interpor recurso, conforme formulário disponível (Anexo II), a ser encaminhado para o endereço eletrônico [recursomaiscultura@capinzal.sc.gov.br](mailto:recursomaiscultura@capinzal.sc.gov.br), no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a data de publicação do resultado da seleção.

7.3 A Comissão Intersetorial de Cultura (CIC) designará, 03 (três) entre seus membros que não tenham participado da fase preliminar de seleção para os julgamentos dos pedidos dos recursos interpostos, em até 02 (dois) dias úteis.

7.4 A lista oficial de selecionados, após o julgamento dos recursos, será divulgada **no dia 30 de agosto de 2020** no site da Prefeitura Municipal de Capinzal pelo [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br). É de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações.

## 8. DOS PRÊMIOS E DO PAGAMENTO

8.1. O proponente contemplado neste edital pessoa física ou jurídica deverá ter conta corrente em qualquer Banco com agência em Capinzal.

8.2. Os contemplados receberão o recurso em uma única parcela, descontados os impostos e contribuições previstos na legislação em vigor, que será depositada em conta corrente de uma agência bancária de Capinzal, cabendo-lhes a responsabilidade de executar o projeto aprovado dentro dos prazos previstos neste edital.

8.3 Após a veiculação do vídeo na realização do evento, o contemplado deverá encaminhar ao e-mail [editalcultura@capinzal.sc.gov.br](mailto:editalcultura@capinzal.sc.gov.br) em até 05 (cinco) dias corridos, o Relatório Final de Execução, cujo modelo encontra-se no (Anexo IV) deste edital.

8.4 A previsão de pagamento dos projetos contemplados é de 30 (trinta) dias após a realização do evento e assinatura do recibo conforme agendamento do setor financeiro.

8.5. O pagamento SOMENTE será efetuado quando:

- a) Se pessoa física, tendo como titular da conta corrente pessoa física, ou, se pessoa jurídica, tendo como titular da conta corrente pessoa jurídica, INCLUSIVE nos casos de MEI;
- b) Não será efetuado o pagamento caso o proponente apresentar conta poupança.



## 9 DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

9.1 Os contemplados deverão encaminhar para o endereço eletrônico [editalcultura@capinzal.sc.gov.br](mailto:editalcultura@capinzal.sc.gov.br), no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil posterior ao encerramento das inscrições, os documentos referentes à categoria de inscrição pessoa física ou jurídica.

9.1.2 Documentação de Pessoa Física: a) Cópia do documento de identidade; b) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; c) Cópia de comprovante de residência; d) Dados bancários do proponente (nome do banco, agência e conta); e) Comprovante de residência atualizado; f) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, atualizada; g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, atualizada; h) Documento assinado pelo proponente declarando que as cópias são idênticas ao original (Anexo III).

9.1.3 Documentação de Pessoa Jurídica: a) Cópia atualizada do cartão do CNPJ; b) Cópia atualizada do contrato social ou estatuto e suas alterações; c) Cópia do termo de posse do representante legal, ou cópia da ata que o elegeu, quando não constar o nome do representante no estatuto; d) Cópia da identidade do representante legal da pessoa jurídica; e) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF do representante legal da pessoa jurídica; f) Dados bancários da pessoa jurídica (nome do banco, agência e conta corrente); g) Comprovante de residência atualizado; g) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, atualizada; h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), atualizada; i) Documento assinado pelo proponente declarando que as cópias são idênticas ao original (Anexo III).

9.2 O não envio da documentação complementar conforme prazo e especificações descritos no item 9.1 acarretará a desclassificação do projeto.

## 10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Os recursos financeiros destinados a uma linguagem beneficiada por este Edital e não utilizados por falta de projetos propostos e/ou qualificados deverão ser destinados aos projetos suplentes de outras linguagens, obedecendo à ordem de classificação geral do edital, conforme pontuação e de acordo com a cota de valor proposta no projeto.

10.2 Os projetos contemplados neste edital autorizam a Prefeitura Municipal de Capinzal e Departamento de Cultura, pela pessoa física e/ou jurídica do proponente, o uso de seu nome, do título e informações relativas ao projeto, bem como vozes e imagem, sem qualquer ônus, por período



indeterminado, para fins exclusivamente promocionais e/ou publicitários, relacionados à área cultural.

10.3 Os proponentes inscritos neste edital deverão cumprir com as determinações previstas na legislação vigente, em especial a Lei 9.504/97 que estabelece normas para o período eleitoral.

10.4 Este edital entra em vigor na data de sua publicação e terá validade de 01 (um) ano, a contar da data de homologação do resultado final.

10.5 A Prefeitura Municipal de Capinzal por meio da Diretoria de Cultura reservam-se o direito de alterar, suspender e/ou cancelar o presente edital.

10.6 A Prefeitura Municipal de Capinzal não se responsabiliza pelas licenças e autorizações necessárias para a realização das atividades previstas nos projetos premiados, sendo essas de total responsabilidade dos contemplados.

10.7 O proponente selecionado assume exclusiva e irrestrita responsabilidade por quaisquer reivindicações relacionadas à sua atração artística fundamentadas em possíveis violações de direito de imagem, de voz, direito de propriedade intelectual e conexos, plágio ou qualquer violação de direitos de terceiros, respondendo exclusivamente por qualquer dano e/ou prejuízo em decorrência dessas ações, inclusive pela omissão de informações

Capinzal, 07 de agosto de 2020

---

Veranice Maria Lovatel

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

---

Tatiane Olívia Riffel da Costa

Diretora de Cultura



## ANEXO I

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

NOME, CNPJ ou CPF N°, residente na ENDERÇO COMPLETO, CAPINZAL/SC declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente edital.

Capinzal (SC), \_\_\_\_ de Agosto de 2020.

\_\_\_\_\_  
NOME:

CNPJ ou CPF:





### ANEXO III

#### EDITAL “SEMANA MAIS CULTURA EM CASA”

#### DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que as cópias dos documentos apresentados são idênticas ao original sob pena de incorrer nas cominações previstas nas esferas cível, criminal e administrativa, na forma da lei.

Capinzal (SC), \_\_\_\_ de Setembro de 2020.

---

Assinatura



**ANEXO IV**  
**MODELO DE RELATÓRIO**  
**DETALHADO DE EXECUÇÃO DO PROJETO**  
**RELATÓRIO FINAL:**

Edital nº 001/2020:	SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS E CONCESSÃO DE PRÊMIO A PROPOSTAS CULTURAIS "SEMANA MAIS CULTURA EM CASA"
Nome do Proponente:	
Título do Projeto:	
Data e Local de Realização do Projeto:	

**DETALHAMENTO DAS AÇÕES DO PROJETO**

Descreva as principais ações/atividades realizadas no projeto, identificando o conteúdo, tempo de duração/execução de cada atividade, público-alvo e outras informações específicas importantes, de acordo com o detalhamento e cronograma previsto no projeto.

Capinzal (SC), \_\_\_\_ de setembro de 2020.

Assinatura: \_\_\_\_\_

CPF/CNPJ

**CÂMARA MUNICIPAL****RESUMO DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 4 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591483

RESUMO DA  
SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL  
4 DE AGOSTO DE 2020

- Aprovada Ata nº 3.060, de 2020, referente à Sessão Ordinária Virtual do dia 28/7/2020.
- Leitura dos ofícios expedidos e recebidos.
- Leitura do Parecer Preliminar do Projeto de Lei nº 13, de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2021.
- Leitura dos Pareceres Prévios dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 1 e 2, de 2020, que dispõe sobre a prestação de Contas do Prefeito Municipal referente aos exercícios financeiros de 2016 e 2018, da Prefeitura Municipal de Capinzal.
- Expediente dos Vereadores: Indicações: Os Vereadores Valmor de Vargas e Carlos Adriano Zocoli solicitaram pinturas de faixas de pedestres na Serra, uma na guarita próxima a câmara de monitoramento e outra próxima a entrada do Loteamento Verde Vale Acesso Cidade Alta Capinzal, também solicitaram tapa buracos na Avenida Joao Evangelista Parizoto, e pintura nas demarcações de solo como, faixas de pedestres, estacionamentos, identificação de garagens e sinalizações de todas as Ruas do Loteamento Parizoto, e por fim solicitaram aquisição de terreno pra implantação de um novo cemitério em Capinzal, e também a possibilidade de ampliação dos cemitérios da Cidade Alta na Vila Sete, e o cemitério da Vila União que já estão com quase 100% dos terrenos disponíveis utilizados. Os Vereadores Rafael Edgar Tonial e Kelvis Borges solicitaram aquisição de tablets para os alunos de baixa renda e de zonas rurais, matriculados na Rede Municipal de Ensino e melhorias de sinal de internet para o interior do Município. Pedido de Informação: Os Vereadores Kelvis Borges e Rafael Edgar Tonial solicitaram informações referentes à obra de pavimentação realizada na Rua Deolice Zenere Loteamento Fernanda Capinzal.
- Palavra Livre.
- Convocação dos Vereadores para Sessão Ordinária Virtual, no dia 11 de agosto de 2020, às 18h30min.
- A Sessão foi gravada, e está disponível na página do Facebook: <https://www.facebook.com/cmvcoficial/?fref=ts>.

Câmara de Vereadores, 5 de agosto de 2020.

Vereador Renato Marcelo Markus  
Presidente

## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO JULHO/2020

Publicação Nº 2591843

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Julho  
Página: 1/12

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL  
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subst. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1			ATIVO	1.132.011,57D	1.641.028,80	1.503.673,62	1.269.366,75D
1.1			ATIVO CIRCULANTE	868.602,32D	1.641.028,80	1.500.986,00	1.008.665,12D
1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	827.213,86D	1.638.638,72	1.500.690,61	965.161,97D
1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	827.213,86D	1.638.638,72	1.500.690,61	965.161,97D
1.1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	827.213,86D	1.638.638,72	1.500.690,61	965.161,97D
1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	555.630,53D	889.785,24	1.445.007,96	407,81D
1.1.1.1.1.1.04			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	555.630,53D	889.785,24	1.445.007,96	407,81D
1.1.1.1.1.19.00.04			CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MOVIMENTO	586,44D	7.475,17	7.653,80	407,81D
1.1.1.1.1.19.00.04.01 (46016)	P	F	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MOVIMENTO	586,44D	7.475,17	7.653,80	407,81D
1.1.1.1.1.19.00.04.02 (48819)	P	F	BANCO SULCREDI - MOVIMENTO	0,00	0,00	555.044,09	0,00
1.1.1.1.1.19.00.04.03 (52951)	P	F	SICREDI - MOVIMENTO	0,00	882.310,07	882.310,07	0,00
1.1.1.1.1.50			APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	271.583,33D	748.853,48	55.682,65	964.754,16D
1.1.1.1.1.50.03			FUNDOS DE INVESTIMENTO	271.583,33D	748.853,48	55.682,65	964.754,16D
1.1.1.1.1.50.03.01			FUNDOS DE INVESTIMENTO	271.583,33D	748.853,48	55.682,65	964.754,16D
1.1.1.1.1.50.03.01.03 (52952)	P	F	SICREDI - CTAAPLICAÇÃO	271.583,33D	748.853,48	55.682,65	964.754,16D
1.1.3			DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	40.751,82D	0,00	0,00	40.751,82D
1.1.3.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	40.751,82D	0,00	0,00	40.751,82D
1.1.3.1.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	40.751,82D	0,00	0,00	40.751,82D
1.1.3.1.1.01			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	40.751,82D	0,00	0,00	40.751,82D
1.1.3.1.1.01.02 (40222)	P	P	13 SALÁRIO - ADIANTAMENTO	40.751,82D	0,00	0,00	40.751,82D
1.1.9			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	636,64D	2.390,08	275,39	2.751,33D
1.1.9.1			PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR	636,64D	2.390,08	275,39	2.751,33D
1.1.9.1.1 (40489)	P	P	PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	636,64D	2.390,08	275,39	2.751,33D
1.2			ATIVO NÃO CIRCULANTE	263.409,25D	0,00	2.707,62	260.701,63D
1.2.3			IMOBILIZADO	263.409,25D	0,00	2.707,62	260.701,63D
1.2.3.1			BENS MÓVEIS	411.148,98D	0,00	0,00	411.148,98D
1.2.3.1.1			BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	411.148,98D	0,00	0,00	411.148,98D
1.2.3.1.1.01			MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	48.445,55D	0,00	0,00	48.445,55D
1.2.3.1.1.01.02 (40942)	P	P	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	48.445,55D	0,00	0,00	48.445,55D
1.2.3.1.1.01.02 (40948)	P	P	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	3.150,00D	0,00	0,00	3.150,00D
1.2.3.1.1.01.99			OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	2.750,00D	0,00	0,00	2.750,00D
1.2.3.1.1.01.99.01 (40962)	P	P	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	43.545,55D	0,00	0,00	43.545,55D
1.2.3.1.1.02			BENS DE INFORMÁTICA	43.545,55D	0,00	0,00	43.545,55D
1.2.3.1.1.02.01			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	111.085,00D	0,00	0,00	111.085,00D
1.2.3.1.1.02.01.01 (40965)	P	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	111.085,00D	0,00	0,00	111.085,00D
1.2.3.1.1.03			MÓVEIS E UTENSÍLIOS	134.751,34D	0,00	0,00	134.751,34D
1.2.3.1.1.03.01 (40969)	P	P	MÓVEIS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	16.759,00D	0,00	0,00	16.759,00D
1.2.3.1.1.03.01 (40970)	P	P	MÓVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	33.748,74D	0,00	0,00	33.748,74D
1.2.3.1.1.03.03 (40971)	P	P	MOBILIÁRIO EM GERAL	84.243,60D	0,00	0,00	84.243,60D
1.2.3.1.1.04			MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	49.896,45D	0,00	0,00	49.896,45D
1.2.3.1.1.04.05 (40978)	P	P	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	49.896,45D	0,00	0,00	49.896,45D
1.2.3.1.1.05			VEÍCULOS	65.970,64D	0,00	0,00	65.970,64D
1.2.3.1.1.05.01 (40982)	P	P	VEÍCULOS EM GERAL	65.970,64D	0,00	0,00	65.970,64D
1.2.3.8			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	147.739,73C	0,00	2.707,62	150.447,35C
1.2.3.8.1			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	147.739,73C	0,00	2.707,62	150.447,35C

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Julho  
Página: 2/12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL**  
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.2.3.8.1.01			(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	147.739,73C	0,00	2.707,62	150.447,35C
1.2.3.8.1.01.01 (41086)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMEI	19.741,07C	0,00	330,78	20.071,85C
1.2.3.8.1.01.02 (41087)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	31.420,61C	0,00	761,74	32.182,35C
1.2.3.8.1.01.03 (41088)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	58.759,95C	0,00	862,83	59.622,78C
1.2.3.8.1.01.04 (41089)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACION	19.808,11C	0,00	257,49	20.065,60C
1.2.3.8.1.01.05 (41090)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	18.009,99C	0,00	494,78	18.504,77C

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Julho  
Página: 3/12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL**  
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Debitos	Créditos	Saldo Atual
2			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	331.714,53C	149.600,32	162.346,30	344.460,51C
2.1			PASSIVO CIRCULANTE	100.726,05C	149.600,32	162.346,30	113.472,03C
2.1.1			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAG	94.641,70C	99.640,42	110.983,57	105.984,85C
2.1.1.1			PESSOAL A PAGAR	94.641,70C	82.174,44	93.517,59	105.984,85C
2.1.1.1.1			PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	94.641,70C	82.174,44	93.517,59	105.984,85C
2.1.1.1.1.01			PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	50.325,24C	82.174,44	93.517,59	61.668,39C
2.1.1.1.1.01.01			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	0,00	82.174,41	82.174,41	0,00
2.1.1.1.1.01.02			DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	41.217,68C	0,03	7.115,54	48.333,19C
2.1.1.1.1.01.02.00.00.000001 (41171)	P	P	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	41.217,68C	0,03	7.115,54	48.333,19C
2.1.1.1.1.01.03			FÉRIAS	9.107,56C	0,00	4.227,64	13.335,20C
2.1.1.1.1.01.03.00.00.000001 (41173)	P	P	FÉRIAS	9.107,56C	0,00	4.227,64	13.335,20C
2.1.1.1.1.02			PESSOAL A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	44.316,46C	0,00	0,00	44.316,46C
2.1.1.1.1.02.01			PESSOAL A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	44.316,46C	0,00	0,00	44.316,46C
2.1.1.1.1.02.01.02 (46360)	P	P	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DE EXERC. ANTERIORES	44.316,46C	0,00	0,00	44.316,46C
2.1.1.4			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	17.465,98	17.465,98	0,00
2.1.1.4.3			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OF SS - UNIÃO	0,00	17.465,98	17.465,98	0,00
2.1.1.4.3.01			INSS A PAGAR	0,00	17.465,98	17.465,98	0,00
2.1.1.4.3.01.01			INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	0,00	17.465,98	17.465,98	0,00
2.1.3			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	33.541,12	34.400,72	859,60C
2.1.3.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	33.541,12	34.400,72	859,60C
2.1.3.1.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00	33.541,12	34.400,72	859,60C
2.1.3.1.1.01			FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	33.541,12	34.400,72	859,60C
2.1.3.1.1.01.01			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	0,00	33.541,12	34.400,72	859,60C
2.1.8			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.084,35C	16.418,78	16.962,01	6.627,58C
2.1.8.8			VALORES RESTITUIVEIS	6.084,35C	16.418,78	16.962,01	6.627,58C
2.1.8.8.1			VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	14.852,38	14.863,34	10,96C
2.1.8.8.1.01			CONSIGNAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.02			INSS	0,00	8.943,61	8.943,61	0,00
2.1.8.8.1.01.02.00.00.000001 (46050)	P	F	INSS	0,00	8.943,61	8.943,61	0,00
2.1.8.8.1.01.04 (41617)	P	F	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	5.902,91	5.913,87	10,96C
2.1.8.8.1.01.08 (41621)	P	F	ISS	0,00	5,86	5,86	0,00
2.1.8.8.1.04			DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	0,00	1.566,40	1.566,40	0,00
2.1.8.8.1.04.99			OUTROS DEPÓSITOS	0,00	1.566,40	1.566,40	0,00
2.1.8.8.1.04.99.00.00.000001 (46051)	P	F	CONVENIO CAIXA ECONOMICA	0,00	1.566,40	1.566,40	0,00
2.1.8.8.1.99			OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	6.084,35C	0,00	532,27	6.616,62C
2.1.8.8.1.99.01 (41648)	P	F	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	6.084,35C	0,00	532,27	6.616,62C
2.3			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	230.988,48C	0,00	0,00	230.988,48C
2.3.1			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	316.923,51C	0,00	0,00	316.923,51C
2.3.1.1			PATRIMÔNIO SOCIAL	316.923,51C	0,00	0,00	316.923,51C
2.3.1.1.1 (42069)	P	P	PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	316.923,51C	0,00	0,00	316.923,51C
2.3.7			RESULTADOS ACUMULADOS	85.935,03D	0,00	0,00	85.935,03D
2.3.7.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	85.935,03D	0,00	0,00	85.935,03D
2.3.7.1.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	7.180.801,22D	0,00	0,00	7.180.801,22D
2.3.7.1.1.02 (42198)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.180.801,22D	0,00	0,00	7.180.801,22D

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Julho  
Página: 4/12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL**  
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.3.7.1.2			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	8.142.098,10C	0,00	0,00	8.142.098,10C
2.3.7.1.2.02 (42203)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.142.098,10C	0,00	0,00	8.142.098,10C
2.3.7.1.3			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	1.047.231,91D	0,00	0,00	1.047.231,91D
2.3.7.1.3.02 (42208)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.047.231,91D	0,00	0,00	1.047.231,91D

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Julho  
Página: 5/12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL**  
Balancete de Verificação - 2020

Méscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	829.831,11D	146.974,16	0,00	976.805,27D
3.1			PESSOAL E ENCARGOS	674.445,23D	119.135,52	0,00	793.580,75D
3.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	570.977,13D	101.669,54	0,00	672.646,67D
3.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	503.989,62D	90.326,36	0,00	594.315,98D
3.1.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CC	503.989,62D	90.326,36	0,00	594.315,98D
3.1.1.1.1.01			VENCIMENTOS E SALÁRIOS	503.989,62D	90.326,36	0,00	594.315,98D
3.1.1.1.1.01.01	P		VENCIMENTOS E SALÁRIOS	465.948,62D	82.174,41	0,00	548.123,03D
3.1.1.1.1.01.01.01.01	P		OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL RPPS	38.041,00D	8.151,95	0,00	46.192,95D
3.1.1.1.1.01.01.01.01.01	P		REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	66.987,51D	11.343,18	0,00	78.330,69D
3.1.1.2			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CC	66.987,51D	11.343,18	0,00	78.330,69D
3.1.1.2.1			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	66.987,51D	11.343,18	0,00	78.330,69D
3.1.1.2.1.01			FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	25.769,68D	4.227,64	0,00	29.997,32D
3.1.1.2.1.01.21	P		13. SALÁRIO	41.217,83D	7.115,54	0,00	48.333,37D
3.1.1.2.1.01.21.22	P		ENCARGOS PATRONAIS	103.468,10D	17.465,98	0,00	120.934,08D
3.1.2			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	103.468,10D	17.465,98	0,00	120.934,08D
3.1.2.2			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OF SS - UNIÃO	103.468,10D	17.465,98	0,00	120.934,08D
3.1.2.2.3			CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	103.468,10D	17.465,98	0,00	120.934,08D
3.1.2.2.3.01	P		USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	143.841,40D	26.841,70	0,00	170.683,10D
3.3			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	9.357,92D	2.697,95	0,00	12.055,87D
3.3.1			CONSUMO DE MATERIAL	9.357,92D	2.697,95	0,00	12.055,87D
3.3.1.1			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	9.357,92D	2.697,95	0,00	12.055,87D
3.3.1.1.1	P		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	640,15D	194,06	0,00	834,21D
3.3.1.1.1.15	P		MATERIAL PARA FESTIVIDADES E Homenagens	630,00D	0,00	0,00	630,00D
3.3.1.1.1.16	P		MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.066,37D	108,05	0,00	1.174,42D
3.3.1.1.1.17	P		MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.830,00D	845,00	0,00	3.675,00D
3.3.1.1.1.21	P		MATERIAL DE COPIA E COZINHA	2.203,06D	454,84	0,00	2.657,90D
3.3.1.1.1.22	P		MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	218,14D	460,00	0,00	678,14D
3.3.1.1.1.25	P		MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS	324,45D	0,00	0,00	324,45D
3.3.1.1.1.26	P		MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	693,75D	96,00	0,00	789,75D
3.3.1.1.1.31	P		SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	173,00D	0,00	0,00	173,00D
3.3.1.1.1.39	P		MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	180,00D	0,00	0,00	180,00D
3.3.1.1.1.70	P		AQUISIÇÃO DE SOFTWARES DE BASE	399,00D	540,00	0,00	939,00D
3.3.2			SERVIÇOS	117.000,50D	21.436,13	0,00	138.436,63D
3.3.2.1			DIÁRIAS	112.000,00D	0,00	0,00	112.000,00D
3.3.2.1.1			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	112.000,00D	0,00	0,00	112.000,00D
3.3.2.1.1.01			DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	112.000,00D	0,00	0,00	112.000,00D
3.3.2.1.1.01.01	P		DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS	112.000,00D	0,00	0,00	112.000,00D
3.3.2.2			SERVIÇOS TERCEIROS - PF	13.197,00D	5.241,50	0,00	18.438,50D
3.3.2.2.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	13.197,00D	5.241,50	0,00	18.438,50D
3.3.2.2.1.16	P		ESTAGIÁRIOS	13.197,00D	5.241,50	0,00	18.438,50D
3.3.2.2.1.16.01	P		SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	92.603,50D	16.194,63	0,00	108.798,13D
3.3.2.3			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	92.603,50D	16.194,63	0,00	108.798,13D
3.3.2.3.1	P		PUBLICIDADE	26.357,00D	6.000,00	0,00	32.357,00D
3.3.2.3.1.05	P		MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	7.135,65D	860,00	0,00	7.995,65D

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Julho  
Página: 6/12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL**  
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.2.3.1.08 (42719)	P		SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS:	5.713,34D	629,00	0,00	6.342,34D
3.3.2.3.1.10 (42721)	P		LOCAÇÕES	23.920,26D	3.986,71	0,00	27.906,97D
3.3.2.3.1.11 (42722)	P		SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6.829,68D	850,56	0,00	7.680,24D
3.3.2.3.1.29 (42740)	P		SEGUROS EM GERAL	1.652,28D	275,39	0,00	1.927,67D
3.3.2.3.1.30 (42741)	P		SELEÇÃO E TREINAMENTO	5.475,00D	770,00	0,00	6.245,00D
3.3.2.3.1.32 (42743)	P		SERVIÇOS BANCÁRIOS	295,50D	49,00	0,00	344,50D
3.3.2.3.1.51 (42759)	P		SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	7.480,00D	2.100,00	0,00	9.580,00D
3.3.2.3.1.56 (42763)	P		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.175,41D	0,00	0,00	1.175,41D
3.3.2.3.1.99 (42764)	P		OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	6.569,38D	673,97	0,00	7.243,35D
3.3.3			DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	17.482,98D	2.707,62	0,00	20.190,60D
3.3.3.1			DEPRECIAÇÃO	17.482,98D	2.707,62	0,00	20.190,60D
3.3.3.1.1			DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	17.482,98D	2.707,62	0,00	20.190,60D
3.3.3.1.1.01			DEPRECIAÇÃO DE IMOBILIZADO	17.482,98D	2.707,62	0,00	20.190,60D
3.3.3.1.1.01.01 (42987)	P		DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	17.482,98D	2.707,62	0,00	20.190,60D
3.5			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	11.415,74D	996,94	0,00	12.412,68D
3.5.1			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	11.415,74D	996,94	0,00	12.412,68D
3.5.1.1			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	11.415,74D	996,94	0,00	12.412,68D
3.5.1.1.2			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - II	11.415,74D	996,94	0,00	12.412,68D
3.5.1.1.2.00.00.00.000001 (46344)	P		Devolução Repasse Prefeitura	11.415,74D	996,94	0,00	12.412,68D
3.7			TRIBUTÁRIAS	128,74D	0,00	0,00	128,74D
3.7.1			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	128,74D	0,00	0,00	128,74D
3.7.1.2			TAXAS	128,74D	0,00	0,00	128,74D
3.7.1.2.1			TAXAS - CONSOLIDAÇÃO	128,74D	0,00	0,00	128,74D
3.7.1.2.1.02 (43627)	P		TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	128,74D	0,00	0,00	128,74D

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Julho  
Página: 7/12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL**  
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subst. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4			VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.630.128,15C	0,00	271.583,36	1.901.711,51C
4.5			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.629.499,98C	0,00	271.583,33	1.901.083,31C
4.5.1			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.629.499,98C	0,00	271.583,33	1.901.083,31C
4.5.1.1			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.629.499,98C	0,00	271.583,33	1.901.083,31C
4.5.1.1.2			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INT	1.629.499,98C	0,00	271.583,33	1.901.083,31C
4.5.1.1.2.00.00.00.00.000001 (43969)		P	Transferências Recebidas	1.629.499,98C	0,00	271.583,33	1.901.083,31C
4.9			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	628,17C	0,00	0,03	628,20C
4.9.7			REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	628,17C	0,00	0,03	628,20C
4.9.7.1			REVERSÃO DE PROVISÕES	628,17C	0,00	0,03	628,20C
4.9.7.1.1			REVERSÃO DE PROVISÕES - CONSOLIDAÇÃO	628,17C	0,00	0,03	628,20C
4.9.7.1.1.99 (44210)		P	REVERSÃO DE OUTRAS PROVISÕES	628,17C	0,00	0,03	628,20C

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Julho  
Página: 8/12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL**  
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	3.259.000,00D	0,00	0,00	3.259.000,00D
5.2			ORÇAMENTO APROVADO	3.259.000,00D	0,00	0,00	3.259.000,00D
5.2.2			FIXAÇÃO DA DESPESA	3.259.000,00D	0,00	0,00	3.259.000,00D
5.2.2.1			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	3.259.000,00D	0,00	0,00	3.259.000,00D
5.2.2.1.1			DOTAÇÃO INICIAL	3.259.000,00D	0,00	0,00	3.259.000,00D
5.2.2.1.1.01 (44282)	O		CRÉDITO INICIAL	3.259.000,00D	0,00	0,00	3.259.000,00D

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Julho  
Página: 9/12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL**  
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO				
6.2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	3.259.000,00C	401.263,73	401.263,73	3.259.000,00C
6.2.2			EXECUÇÃO DA DESPESA	3.259.000,00C	401.263,73	401.263,73	3.259.000,00C
6.2.2.1			DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	3.259.000,00C	401.263,73	401.263,73	3.259.000,00C
6.2.2.1.1 (44338)	O		CRÉDITO DISPONÍVEL	2.462.045,27C	134.041,11	0,00	2.328.004,16C
6.2.2.1.3			CRÉDITO UTILIZADO	796.954,73C	267.222,62	401.263,73	930.995,84C
6.2.2.1.3.01 (44344)	O		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	134.041,11	134.041,11	0,00
6.2.2.1.3.03 (44346)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	133.181,51	134.041,11	859,60C
6.2.2.1.3.04 (44347)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	796.954,73C	0,00	133.181,51	930.136,24C

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Julho  
Página: 10/12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL**  
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
7			CONTROLES DEVEDORES	8.641.088,54D	1.638.638,72	0,00	10.279.727,26D
7.1			ATOS POTENCIAIS	152.528,92D	0,00	0,00	152.528,92D
7.1.2			ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	152.528,92D	0,00	0,00	152.528,92D
7.1.2.3			OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	152.528,92D	0,00	0,00	152.528,92D
7.1.2.3.1			OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	152.528,92D	0,00	0,00	152.528,92D
7.1.2.3.1.02			CONTRATOS DE SERVIÇOS	145.468,92D	0,00	0,00	145.468,92D
7.1.2.3.1.02.00.00.0000039 (49646)	C		MULTITEC INFORMATICA LTDA-ME	986,38D	0,00	0,00	986,38D
7.1.2.3.1.02.00.00.0000052 (51007)	C		RADIO BARRIGA VERDE CZAL LTDA	12.570,00D	0,00	0,00	12.570,00D
7.1.2.3.1.02.00.00.0000053 (51010)	C		RADIO CAPINZAL LTDA.	10.125,00D	0,00	0,00	10.125,00D
7.1.2.3.1.02.00.00.0000057 (51040)	C		IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA	10.800,00D	0,00	0,00	10.800,00D
7.1.2.3.1.02.00.00.0000058 (51053)	C		MARCIO LUIZ SUSIN	0,01D	0,00	0,00	0,01D
7.1.2.3.1.02.00.00.0000059 (51053)	C		MULTITEC INFORMATICA LTDA-ME	12.500,00D	0,00	0,00	12.500,00D
7.1.2.3.1.02.00.00.0000060 (51058)	C		LANCER SOLUÇÕES EM INFORMATICA LTDA	23.099,04D	0,00	0,00	23.099,04D
7.1.2.3.1.02.00.00.0000061 (51061)	C		POSSEIDON PROD.PARA INFORMATICA LTDA	1.440,00D	0,00	0,00	1.440,00D
7.1.2.3.1.02.00.00.0000062 (51067)	C		BETHA SISTEMAS LTDA	24.228,86D	0,00	0,00	24.228,86D
7.1.2.3.1.02.00.00.0000063 (51070)	C		CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIP	3.024,00D	0,00	0,00	3.024,00D
7.1.2.3.1.02.00.00.0000064 (52924)	C		CEL SO ANGELO MOLIN	1.940,00D	0,00	0,00	1.940,00D
7.1.2.3.1.02.00.00.0000065 (52931)	C		CLAUDETE APARECIDA DE AMARANTE	5.664,63D	0,00	0,00	5.664,63D
7.1.2.3.1.02.00.00.0000066 (52934)	C		RADIO BARRIGA VERDE CZAL LTDA	5.866,00D	0,00	0,00	5.866,00D
7.1.2.3.1.02.00.00.0000067 (52937)	C		RADIO CAPINZAL LTDA.	4.725,00D	0,00	0,00	4.725,00D
7.1.2.3.1.02.00.00.0000068 (52944)	C		RADIO BARRIGA VERDE CZAL LTDA	15.770,00D	0,00	0,00	15.770,00D
7.1.2.3.1.02.00.00.0000069 (52947)	C		RADIO CAPINZAL LTDA.	12.730,00D	0,00	0,00	12.730,00D
7.1.2.3.1.04			CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	7.060,00D	0,00	0,00	7.060,00D
7.1.2.3.1.04.00.00.0000016 (52927)	C		MULTITEC INFORMATICA LTDA-ME	2.790,00D	0,00	0,00	2.790,00D
7.1.2.3.1.04.00.00.0000017 (52940)	C		MULTITEC INFORMATICA LTDA-ME	4.270,00D	0,00	0,00	4.270,00D
7.2			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	8.488.559,62D	1.638.638,72	0,00	10.127.198,34D
7.2.1			DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	8.488.559,62D	1.638.638,72	0,00	10.127.198,34D
7.2.1.1 (44489)	C		CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	8.488.559,62D	1.638.638,72	0,00	10.127.198,34D

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Julho  
Página: 11/12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL**  
Balancete de Verificação - 2020

Méscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8			CONTROLES CREDITORES	8.641.088,54C	1.797.041,55	3.433.680,27	10.279.727,26C
8.1			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	152.528,92C	11.306,71	11.306,71	152.528,92C
8.1.2			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	152.528,92C	11.306,71	11.306,71	152.528,92C
8.1.2.3			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	152.528,92C	11.306,71	11.306,71	152.528,92C
8.1.2.3.1			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES - CONSOLIDAÇÃO	152.528,92C	11.306,71	11.306,71	152.528,92C
8.1.2.3.1.02			CONTRATOS DE SERVIÇOS	145.468,92C	11.306,71	11.306,71	145.468,92C
8.1.2.3.1.02.01			A EXECUTAR	81.107,54C	11.306,71	0,00	69.800,83C
8.1.2.3.1.02.01.00.0000039 (49647)	C		MULTITEC INFORMATICA LTDA-ME	986,38C	0,00	0,00	986,38C
8.1.2.3.1.02.01.00.0000052 (51008)	C		RADIO BARRIGA VERDE CZAL. LTDA	838,00C	0,00	0,00	838,00C
8.1.2.3.1.02.01.00.0000057 (51041)	C		IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA	3.600,00C	1.200,00	0,00	2.400,00C
8.1.2.3.1.02.01.00.0000058 (51051)	C		MARCIO LUIZ SUSIN	0,01C	0,00	0,00	0,01C
8.1.2.3.1.02.01.00.0000059 (51054)	C		MULTITEC INFORMATICA LTDA-ME	12.000,50C	0,00	0,00	12.000,50C
8.1.2.3.1.02.01.00.0000060 (51059)	C		LANCER SOLUÇÕES EM INFORMATICA LTDA	11.549,58C	1.924,91	0,00	9.624,67C
8.1.2.3.1.02.01.00.0000061 (51062)	C		POSSEIDON PROD. PARA INFORMATICA LTDA	720,00C	120,00	0,00	600,00C
8.1.2.3.1.02.01.00.0000062 (51068)	C		BETHA SISTEMAS LTDA	11.898,06C	2.061,80	0,00	9.796,26C
8.1.2.3.1.02.01.00.0000063 (51071)	C		CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PUBLICA MUNICIP	3.024,00C	0,00	0,00	3.024,00C
8.1.2.3.1.02.01.00.0000064 (52925)	C		CEL SO ANGELO MOLIN	1.940,00C	0,00	0,00	1.940,00C
8.1.2.3.1.02.01.00.0000065 (52932)	C		CLAUDETE APARECIDA DE AMARANTE	0,01C	0,00	0,00	0,01C
8.1.2.3.1.02.01.00.0000066 (52935)	C		RADIO BARRIGA VERDE CZAL. LTDA	5.866,00C	0,00	0,00	5.866,00C
8.1.2.3.1.02.01.00.0000067 (52938)	C		RADIO CAPINZAL LTDA.	4.725,00C	0,00	0,00	4.725,00C
8.1.2.3.1.02.01.00.0000068 (52945)	C		RADIO BARRIGA VERDE CZAL. LTDA	13.280,00C	3.320,00	0,00	9.960,00C
8.1.2.3.1.02.01.00.0000069 (52948)	C		RADIO CAPINZAL LTDA.	10.720,00C	2.680,00	0,00	8.040,00C
8.1.2.3.1.02.02			EXECUTADOS	64.361,38C	0,00	11.306,71	75.668,09C
8.1.2.3.1.02.02.00.0000052 (51009)	C		RADIO BARRIGA VERDE CZAL. LTDA	11.732,00C	0,00	0,00	11.732,00C
8.1.2.3.1.02.02.00.0000053 (51012)	C		RADIO CAPINZAL LTDA.	10.125,00C	0,00	0,00	10.125,00C
8.1.2.3.1.02.02.00.0000057 (51042)	C		IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA	7.200,00C	0,00	0,00	7.200,00C
8.1.2.3.1.02.02.00.0000059 (51055)	C		MULTITEC INFORMATICA LTDA-ME	499,50C	0,00	1.200,00	8.400,00C
8.1.2.3.1.02.02.00.0000060 (51060)	C		LANCER SOLUÇÕES EM INFORMATICA LTDA	11.549,46C	0,00	1.924,91	13.474,37C
8.1.2.3.1.02.02.00.0000061 (51063)	C		POSSEIDON PROD. PARA INFORMATICA LTDA	720,00C	0,00	120,00	840,00C
8.1.2.3.1.02.02.00.0000062 (51069)	C		BETHA SISTEMAS LTDA	12.370,80C	0,00	2.061,80	14.432,60C
8.1.2.3.1.02.02.00.0000065 (52933)	C		CLAUDETE APARECIDA DE AMARANTE	5.664,62C	0,00	0,00	5.664,62C
8.1.2.3.1.02.02.00.0000068 (52946)	C		RADIO BARRIGA VERDE CZAL. LTDA	2.490,00C	0,00	3.320,00	5.810,00C
8.1.2.3.1.02.02.00.0000069 (52949)	C		RADIO CAPINZAL LTDA.	2.010,00C	0,00	2.680,00	4.690,00C
8.1.2.3.1.04			CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	7.060,00C	0,00	0,00	7.060,00C
8.1.2.3.1.04.01			A EXECUTAR	7.060,00C	0,00	0,00	7.060,00C
8.1.2.3.1.04.01.00.0000016 (52928)	C		MULTITEC INFORMATICA LTDA-ME	2.790,00C	0,00	0,00	2.790,00C
8.1.2.3.1.04.01.00.0000017 (52941)	C		MULTITEC INFORMATICA LTDA-ME	4.270,00C	0,00	0,00	4.270,00C
8.2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	8.488.559,62C	1.785.734,84	3.424.373,56	10.127.198,34C
8.2.1			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	8.488.559,62C	1.785.734,84	3.424.373,56	10.127.198,34C
8.2.1.1			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	8.488.559,62C	1.785.734,84	3.424.373,56	10.127.198,34C
8.2.1.1.1			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	821.129,51C	1.502.093,44	1.638.638,72	957.674,79C
8.2.1.1.1.01 (44808)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONIVEL	821.129,51C	1.502.093,44	1.638.638,72	957.674,79C
8.2.1.1.2 (44810)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA PC	0,00	134.041,11	0,00	0,00
8.2.1.1.3			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA PC	6.084,35C	149.600,29	151.003,12	7.487,18C

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Julho  
Página: 12/12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL**  
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8.2.1.1.3.01 (44812)	C		COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	133.181,51	134.041,11	859,60C
8.2.1.1.3.02 (44813)	C		COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETEIÇÕES	6.084,35C	16.418,78	16.962,01	6.627,58C
8.2.1.1.4 (44815)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	7.661.345,76C	0,00	1.500.690,61	9.162.036,37C
TOTAL:				0,00	5.774.547,28	5.774.547,28	0,00

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL****EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/38/2020**

Publicação Nº 2591728

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/38/2020

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 02.089.950/0001-60

OBJETO: TERMO DO 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/39/2016, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO, IMPRESSÃO E ENVELOPAMENTO DE FATURAS DE ÁGUA.

VALOR: R\$ 0,21 (VINTE E UM CENTAVOS) POR FATURA CONFECCIONADA, IMPRESSA, ENVELOPADA E ENTREGUE AO SIMAE.

DATA DA ASSINATURA: 05/08/2020

VIGÊNCIA: 01/09/2020 A 31/08/2021

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO – DIRETOR GERAL

PELA CONTRATADA: LUIZ ALBERTO CORDEIRO – DIRETOR GERAL

**PORTARIA N º 62/2020/SIMAE-CAO**

Publicação Nº 2591684

PORTARIA N º 062/2020/SIMAE-CAO, de 06 de agosto de 2020.

Nomeia servidor para o quadro funcional da Autarquia, que especifica. O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

## RESOLVE:

Nomear o Sr. ALDECIR JOSÉ DE SOUZA, nascido em 21/01/1987, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, Padrão 5.0, Nível 01, Referência A, do Quadro Pessoal da Autarquia, conforme Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012, do município de Capinzal, com vencimentos a partir da data de posse, devendo esta se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente Portaria.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor Geral

**PORTARIA N º 63/2020/SIMAE-CAO**

Publicação Nº 2591687

PORTARIA N º 063/2020/SIMAE-CAO, de 06 de agosto de 2020.

Concede férias à Servidor que especifica .

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

## RESOLVE:

Conceder férias ao servidor Eder Lisboa, ocupante do cargo de Técnico em Tratamento de Água e Esgoto, padrão 06.20 nível 01 ref. D, referente ao período aquisitivo de 09 de julho de 2019 a 08 de julho de 2020, com fruição em dois períodos: de 21 a 30 de setembro de 2020 (dez dias) e de 01 a 10 de março de 2021 (dez dias) e conversão de 1/3 (um terço) em espécie. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor

**PORTARIA N ° 64/2020/SIMAE-CAO**

Publicação N° 2591689

PORTARIA N ° 064/2020/SIMAE-CAO, de 06 de agosto de 2020.

Concede férias ao Servidor que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Conceder férias ao servidor Elias Masson, ocupante do cargo de Técnico em Tratamento de Água e Esgoto, padrão 06.03, nível 02, ref. B, referente o período aquisitivo de 22 de maio de 2019 a 21 de maio de 2020, com período de fruição de 01 a 20 de setembro de 2020 e conversão de 1/3 (um terço) em espécie.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor

**PORTARIA N ° 65/2020/SIMAE-CAO**

Publicação N° 2591691

PORTARIA N ° 065/2020/SIMAE-CAO, de 06 de agosto de 2020.

Concede férias a servidor que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Conceder férias ao servidor Charles Antônio Alves, Ocupante do cargo de Agente Administrativo I, padrão 03.04, nível 01, ref. C, referente, período aquisitivo de 24 de agosto de 2019 a 23 de agosto de 2020, com fruição em dois períodos: de 01 a 15 de setembro de 2020 (quinze dias) e de 16 a 30 de novembro de 2020 (quinze dias).

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor

**PORTARIA N ° 66/2020/SIMAE-CAO**

Publicação N° 2591695

PORTARIA N ° 066/2020/SIMAE-CAO, de 06 de agosto de 2020.

Concede férias ao Servidor que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Conceder férias ao servidor João Adélio Schuastz, Ocupante do cargo de Encanador, padrão 04.29, nível 03, ref. D, referente o período aquisitivo de 14 de junho de 2019 a 13 de junho de 2020, com período de fruição de 01 a 20 de setembro de 2020 e conversão de 1/3 (um terço) em espécie.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor

# Catanduvas

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0056/2020 - TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2020

Publicação Nº 2592734

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0056/2020  
TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA Nº 0004/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviço de pintura, PPCI e serviços complementares da Escola Municipal de Educação Básica Augustinho Marcon, visando à necessidade da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do município de Catanduvas - SC, conforme memorial descritivo.

O recebimento dos envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuada da seguinte forma:

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS ATÉ AS 13H00MIN HORAS DO DIA 19/08/2020;

INTERESSADOS CADASTRADOS ATÉ ÀS 08H30MIN DO DIA 25/08/2020.

O recebimento do envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuada da seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS ATÉ ÀS 08H30MIN DO DIA 25/08/2020.

Abertura das Propostas: 08h45min, do dia 25 de agosto de 2020.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 05 de agosto de 2020, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529, ou pelo e-mail [licitacao@catanduvas.sc.gov.br](mailto:licitacao@catanduvas.sc.gov.br)

Catanduvas – SC, 05 de agosto de 2020.

Elenir Fátima Chinato  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0060/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035/2020

Publicação Nº 2592733

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0060/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035/2020

Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de refeições (marmitas) e gêneros alimentícios para funcionários da Secretaria de Infraestrutura e Polícia Militar do Município de Catanduvas – SC.

Abertura das Propostas: 08h45min do dia 20 de agosto de 2020.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 05 de agosto de 2020, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529, ou pelo e-mail [licitacao@catanduvas.sc.gov.br](mailto:licitacao@catanduvas.sc.gov.br)

Catanduvas – SC, 05 de agosto de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### **CONTRATO 068/2020 - QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 016/2020 - DESTRA CONSTRUTORA**

Publicação N° 2592786

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: DESTRA CONSTRUTORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Contrato nº: 068/2020 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO O QUINTO TERMO ADITIVO DA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DO BAIRRO ANTENA, MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Valor do contrato: R\$ 5.307,86 (Cinco mil trezentos e sete reais e oitenta e seis centavos);

Prazo final da Execução: 11/08/2020

Data da assinatura: 03/08/2020

# Celso Ramos

## PREFEITURA

### EDITAL 12/2020

Publicação N° 2592149

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS/SC  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 12/2020  
PROCESSO: 12/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Celso Ramos/SC, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 12/2020, tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA FARMACIA BASICA DO POSTO DE SAUDE MUNICIPAL.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 19/08/2020, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 05 de agosto de 2020

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS – PREFEITO MUNICIPAL

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2020

Publicação Nº 2591832

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2020

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 18 de agosto de 2020, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto a formação de registro de preços com vistas a eventual aquisição de conjuntos de lixeiras para atender à demanda do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 06 de agosto de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### PORTARIA Nº 268/2020

Publicação Nº 2591577

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 268/2020

- CONSIDERANDO, a apresentação de Atestado Médico de 07 (sete) dias.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde, no período de 04.08.2020 à 10.08.2020, em favor do servidor público, ANDRE SEBOLD, matriculado sob nº 1071/01, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio. A serem remunerados pelo Município.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 04 de agosto de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### PORTARIA Nº 269/2020

Publicação Nº 2591595

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 269/2020

- CONSIDERANDO, a apresentação de Atestado Médico de 07 (sete) dias.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99,

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde, no período de 04.08.2020 à 10.08.2020, em favor da servidora pública, DJENYFER CRISTINY SEBOLD, matriculada sob nº 271021/01, ocupante do cargo em comissão de Diretor (a) de Administração e Planejamento, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento. A serem remunerados pelo Município.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 04 de agosto de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

# Chapecó

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 39.181, DE 31 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2591726



#### ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

### DECRETO Nº. 39.181, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2020.

O Prefeito Municipal de Chapecó no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapecó, autorização contida na Lei Municipal nº 7.313, de 02 de Dezembro de 2019.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária:

#### 4000 - Secretaria de Comunicação Social - SECOM

4004 - Secretaria de Comunicação Social - SECOM	110.000,00
---	------------

Despesa 75 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Direta	
---	--

1000 - Recursos Ordinários - 0.1.00	110.000,00
-------------------------------------	------------

#### 8000 - Secretaria de Des. Rural e Meio Amb. - SEDEMA

8008 - Secretaria de Des. Rural e Meio Amb. - SEDEMA	2.200,00
--	----------

Despesa 191 - 3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios	
--	--

Públicos mediante contrato de	
-------------------------------	--

1000 - Recursos Ordinários - 0.1.00	2.200,00
-------------------------------------	----------

#### 42000 - Fundo Mun. Assistência Social - FMAS

42042 - Fundo Mun. Assistência Social - FMAS	100.00,00
--	-----------

Despesa 372 - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	
---	--

1000 - Recursos Ordinários - 0.1.00	100.000,00
-------------------------------------	------------

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

#### 4000 - Secretaria de Comunicação Social - SECOM

4004 - Secretaria de Comunicação Social - SECOM	110.000,00
---	------------

Despesa 73 - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	
--	--



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

1000 - Recursos Ordinários - 0.1.00	110.000,00
8000 - Secretaria de Des. Rural e Meio Amb. - SEDEMA	
8008 - Secretaria de Des. Rural e Meio Amb. - SEDEMA	2.200,00
Despesa 189 - 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos	
1000 - Recursos Ordinários - 0.1.00	2.200,00
42000 - Fundo Mun. Assistência Social - FMAS	
42042 - Fundo Mun. Assistência Social - FMAS	100.00,00
Despesa 374 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
1000 - Recursos Ordinários - 0.1.00	100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de  
Santa Catarina, em 31 de julho de 2020.

**LUCIANO JOSÉ BULIGON**

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 39.182, DE 31 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591727

DECRETO Nº. 39.182, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº. 37.728, de 23 de outubro de 2019, que nomeou os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDE.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,  
DECRETA :

Art. 1º. O subitem 1.2 do item 1 da alínea "c" do inciso IV do artigo 1º do Decreto nº. 37.728, de 23 de outubro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. ....  
IV – .....:  
c) .....:  
1 - .....:  
1.2 - Suplente: Michelle Mesa Casa."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 31 de julho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 39.183, DE 31 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591730

DECRETO Nº. 39.183, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre concessão de Licença Especial à servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, de acordo com art. nº 86 e Lei Complementar nº 130/2001 e art. nº 14-A e Lei Complementar nº 433/2011,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Licença Especial, no período de 21 de julho de 2020 a 20 de julho de 2021, à servidora pública municipal JUCIELI BIANCHI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 31 de julho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 39.184, DE 31 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591731

DECRETO Nº. 39.184, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso nº 001/2019 e Edital de Convocação nº 047/2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 29 de julho de 2020, como servidor público municipal, o candidato aprovado em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: GUILHERME LUIS ARENHARDT

CARGO: ENFERMEIRO

GRUPO V: TÉCNICO CIENTÍFICO - TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 005220 - ENFERMEIRO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 002 - SAÚDE PÚBLICA

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 31 de julho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 39.185, DE 31 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591732

DECRETO Nº. 39.185, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso nº 001/2019 e Edital de Convocação nº 047/2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 29 de julho de 2020, como servidor público municipal, o candidato aprovado em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: RAFAEL MAURICIO MEDEIROS HIRSCH

CARGO: MÉDICO

ESPECIALIZAÇÃO: CLÍNICO GERAL

GRUPO V: TÉCNICO CIENTÍFICO - TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 005211 - MÉDICO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 002 - SAÚDE PÚBLICA

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 31 de julho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 39.186, DE 31 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591733

DECRETO Nº. 39.186, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição à servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, conforme o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e artigo 10, §7º da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019 e o artigo 21-C e 21-J da Lei Complementar nº 131/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal LEOCIR MADALENA FESTUGATTO FOSSA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, matrícula 4688, efetiva, lotada junto a Secretaria de Educação, CPF nº 676.375.909-68, RG nº 2.431.249, a partir de 1º de agosto de 2020, com proventos integrais.

Parágrafo único. O reajuste do benefício será na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º. Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Internos, em face da aposentadoria de seu titular LEOCIR MADALENA FESTUGATTO FOSSA.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 31 de julho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 39.187, DE 31 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591734

DECRETO Nº. 39.187, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição à servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, conforme o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigo 10, §7º da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019 e art. 21-B e 21-J da Lei Complementar nº 131/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal ELAINE DALLACORT, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, matrícula 17272, lotada junto a Secretaria da Saúde, CPF nº 692.874.739-00, RG nº 1.713.685, a partir de 1º de agosto de 2020, com proventos integrais, ou seja, 100% da totalidade da remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. O reajuste do benefício será na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º. Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, em face da aposentadoria de seu titular ELAINE DALLACORT.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 31 de julho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº. 39.188, DE 31 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591735

DECRETO Nº. 39.188, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição à servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, conforme o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigo 10, §7º da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019 e art. 21-B e 21-J da Lei Complementar nº 131/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal MARCELINA DA GRAÇA LUCHO VAN CAENEGHEM, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro – 6 horas, matrícula 3337, lotada junto a Secretaria da Saúde, CPF nº 428.675.090-68, RG nº 4026616328, a partir de 15 de agosto de 2020, com proventos integrais, ou seja, 100% da totalidade da remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. O reajuste do benefício será na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º. Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Enfermeiro – 6 horas, em face da aposentadoria de seu titular MARCELINA DA GRAÇA LUCHO VAN CAENEGHEM.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 31 de julho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº. 39.189, DE 31 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591737

DECRETO Nº. 39.189, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição a servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, conforme o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigo 10, §7º da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019 e art. 21-B e 21-J da Lei Complementar nº 131/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, ao servidor público municipal MIGUEL HUK, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Externos, matrícula 18814, lotada junto a Secretaria de Infraestrutura Urbana, CPF nº 386.248.189-15, RG nº 859.186, a partir de 1º de agosto de 2020, com proventos integrais, ou seja, 100% da totalidade da remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. O reajuste do benefício será na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º. Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Externos, em face da aposentadoria de seu titular MIGUEL HUK.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 31 de julho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 39.190, DE 31 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591738

DECRETO Nº. 39.190, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso nº 001/2019 e Edital de Convocação nº 048/2020,

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 31 de julho de 2020, como servidor público municipal, o candidato aprovado em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: LEON DENIS RIBEIRO JULIAO

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

GRUPO V: TÉCNICO CIENTÍFICO - TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 005114 - ASSISTENTE SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 001 - GERAL

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 31 de julho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 39.191, DE 31 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591739

DECRETO Nº. 39.191, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso nº 001/2019 e Edital de Convocação nº 048/2020,

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 31 de julho de 2020, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: DANUZA AVILA DE MELLO

CARGO: MÉDICO

ESPECIALIZAÇÃO: PNEUMOLOGISTA

GRUPO V: TÉCNICO CIENTÍFICO - TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 005211 - MÉDICO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 002 - SAÚDE PÚBLICA

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 31 de julho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 39.192, DE 31 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591741

DECRETO Nº. 39.192, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Revoga Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,  
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 0930/2020.  
DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº. 35.554, de 14 de junho de 2018, que cessou os efeitos do Decreto nº. 32.818, de 30 de junho de 2016, que concedeu Pensão por morte, à Sra. BIANCA GEORGIA STAKONSKI, pelo falecimento da servidora pública municipal JUSSARA TERESINHA MARQUES DE OLIVEIRA, tendo em vista que a segurada completou 18 anos de idade em 05 de junho de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 14 de junho de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 31 de julho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 39.193, DE 31 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591743

DECRETO Nº. 39.193, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Concede Aposentadoria Voluntária a servidora pública municipal cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, conforme o disposto no art. 40, §4º, III da Constituição Federal, Súmula Vinculante STF nº 33 de 09/04/2014, Instrução Normativa MPS/SPPS Nº 3, de 23 de maio de 2014, art 57, parágrafo 8º, da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991, CONSIDERANDO a Sentença nos autos do Processo 5007491-12.2019.8.24.0018.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Aposentadoria Voluntária cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, a servidora pública municipal ROSANE FATIMA DA SILVA BOITA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, matrícula 25120, lotada junto a Secretaria da Saúde, CPF nº 811.932.899-04, RG nº 25463349, a partir de 25 de outubro de 2018, com proventos integrais, ou seja, 100% da média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994.

Parágrafo único. O reajuste do benefício será para preservar-lhes, em caráter permanente, o seu valor real do benefício.

Art. 2º. Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, em face da aposentadoria de sua titular ROSANE FATIMA DA SILVA BOITA.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 25 de outubro de 2018.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 31 de julho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 39.194, DE 04 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591744

DECRETO Nº. 39.194, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

Cessa efeitos de Decreto Municipal

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do Art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica cessado os efeitos do Decreto nº. 26.240, de 06 de agosto de 2012, que concedeu Aposentadoria por Idade, ao servidor público municipal ARQUIMINO MALACARNE, tendo em vista seu falecimento em 13 de julho de 2020, e não deixou dependentes.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de agosto de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 39.195, DE 04 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591745

DECRETO Nº. 39.195, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de membro do Conselho Tutelar do Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, no período de 02 de agosto de 2020 a 11 de agosto de 2020, a Conselheira Tutelar Suplente MARIA ELIZABETE LOPES, para responder pela função da Conselheira Tutelar Marloiva de Fatima Goulart, durante seu período de atestado médico.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de agosto de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 39.196, DE 04 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591746

DECRETO Nº. 39.196, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada, a pedido, a partir de 03 de agosto de 2020, a servidora pública municipal INEZ KROTH HANSEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Externos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de agosto de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 39.197, DE 04 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591748

DECRETO Nº. 39.197, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerada, a pedido, a partir de 03 de agosto de 2020, a servidora pública municipal LUCIA MARTINS VIEIRA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Renda e Cidadania.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de agosto de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 39.198, DE 04 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591749

DECRETO Nº. 39.198, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidor público municipal ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir de 01 de agosto de 2020, o servidor público municipal FERNANDO CORDEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Desempenho de Governo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de agosto de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 39.199, DE 04 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591750

DECRETO Nº. 39.199, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº. 37.728, de 23 de outubro de 2019, que nomeou os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDE.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O subitem 1.1 do item 1 da alínea "f" do inciso IV do artigo 1º do Decreto nº. 37.728, de 23 de outubro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. ....  
IV – .....  
f) .....  
1 - .....  
1.1 - Titular: Silviane Fiorentin Jacobus."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de agosto de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 39.200, DE 04 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591752

DECRETO Nº. 39.200, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

Torna sem efeitos ato de nomeação de servidora pública municipal pela não posse dentro do prazo legal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,

CONSIDERANDO que o prazo para posse dos servidores públicos municipais está determinado em 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de convocação, nos termos do § 1º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001.

CONSIDERANDO o disposto no § 6º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001, com redação dada pela Lei Complementar nº. 140, de 22 de abril de 2002 que em sua redação dispõe: "§ 6º. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo."

CONSIDERANDO que o Edital nº. 010/2020, ato convocatório para posse foi publicado no Órgão de Publicação Oficial do Município de Chapecó, na data de 03 de fevereiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º. Fica sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 38.395, de 10 de fevereiro de 2020, que nomeou ELIANDRA GOLICZEWSKI, para ocupar o cargo de Farmacêutico Bioquímico Analista Clínico, em virtude da não posse dentro do prazo legal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de agosto de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 39.201, DE 04 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591754

DECRETO Nº. 39.201, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

Recepçiona, no território do município de Chapecó, o contido na Portaria SIE nº 529/2020, de 03 de agosto de 2020 da Secretaria de Estado da Infraestrutura.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,

CONSIDERANDO a Portaria SIE nº 529/2020, de 03 de agosto de 2020, da Secretaria de Estado da Infraestrutura,

DECRETA:

Art. 1º. Fica recepcionada, em todo o território do município de Chapecó, o contido na Portaria SIE nº 529/2020, de 03 de agosto de 2020, da Secretaria de Estado da Infraestrutura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04 de agosto de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de agosto de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****INSTRUÇÃO NORMATIVA C.I - Nº 02, DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592679

## UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

## INSTRUÇÃO NORMATIVA C.I - Nº 02, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a entrega de Declaração de Bens e Rendias por agentes políticos e servidores do Poder Legislativo de Chapecó.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 13 da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992 e no artigo 1º da Lei 8.730, de 10 de novembro de 1993;

A UNIDADE DE CONTROLE INTERNO DO PODER LEGISLATIVO DE CHAPECÓ, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº 07, de 06 de dezembro de 2019, estabelece:

Art. 1º Os agentes políticos e servidores ocupantes de cargo efetivo ou comissionado do Poder Legislativo de Chapecó deverão entregar, até o dia 31 de maio de cada ano, a Declaração de Bens e Rendias.

§ 1º Esta data poderá sofrer mudanças caso o período de entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física à Receita Federal seja prorrogado.

§2º O documento deverá ser encaminhado de forma física ou via e-mail ao Setor de Recursos Humanos.

§3º Para o atendimento do disposto nesse artigo, poderá ser entregue cópia da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física – DIRPF ou mediante formulário próprio, nos termos do modelo constante no Anexo I desta Instrução Normativa.

§4º Aqueles que não tiverem bens em seu nome ou forem isentos da apresentação da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física à Receita Federal, devem declarar tal situação, em formulário próprio, conforme modelo constante no Anexo I desta Instrução Normativa.

§5º Poderá ser criado sistema virtual para os referidos encaminhamentos de informações, conforme orientação ou disponibilização do Tribunal de Contas de Santa Catarina TCE/SC ou demais órgãos públicos fiscalizadores.

Art. 2º A declaração de bens e rendas de todos os agentes públicos será entregue à Setor de Recursos Humanos no momento da posse ou, inexistindo esta, na entrada em exercício de cargo, emprego ou função, bem como na data do término da gestão ou do mandato, e nas hipóteses de exoneração, renúncia ou afastamento definitivo.

Art. 3º A falta de entrega da Declaração de Bens e Rendias nos termos do art. 1º poderá ensejar nas punições que constam no §3º do art. 13 da Lei 8.429 de 2 de junho 1992.

Art. 4º As informações constantes nas Declarações de bens e Rendias apresentadas por agentes políticos e servidores serão protegidas por sigilo, somente permitido o seu acesso mediante requerimento fundamentado da parte interessada, após autorização expressa do Presidente do Poder Legislativo, na forma da lei.

Art. 5º Para fins do disposto na Instrução Normativa do Tribunal de Contas de Santa Catarina N-TC 01 de 21 de junho de 2006, deverá ser remetida ao TCE/SC cópia da declaração de rendimentos e bens entregue à Receita Federal do Presidente do Poder Legislativo, bem como do Vice que substituí-lo em determinado tempo referente ao período-base da gestão, devendo ser enviada em envelope lacrado ou por meio virtual.

§ 1º O prazo máximo de envio deverá ser o fixado para recebimento da declaração anual entregue à Receita Federal.

Art. 6º A presente norma possui caráter geral, abrangendo todos os setores administrativos e gabinetes que compõem o quadro de pessoal deste Poder Legislativo, incluindo agentes políticos, servidores efetivos e comissionados.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó/SC, 05 de agosto de 2020.

Alan Carlos José Luiz  
Assistente de Legislação e Administração  
OAB/SC 52.581

Letícia Carmen Burchart  
Controladora do Sistema de Controle Interno  
CRC/RS 092339/O

Caroline Hoffmann  
Procuradora Municipal Adjunta  
OAB/SC 28.389

APROVO, PUBLIQUE-SE.

Em 05 de agosto de 2020.

ILDO ADÃO ANTONINI  
Presidente

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO SAF/N. 443/2020

Publicação Nº 2592875

DECRETO SAF/Nº. 443/2020, de 29 de julho de 2020.

DESIGNA MEMBROS DA CÂMARA DO FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, E DA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 866, de 18 de dezembro de 2007, e o Art. 4º, § 1º, inciso II, da Lei n. 963, de 26 de outubro de 2009, resolve

DESIGNAR:

Art. 1º. Os membros da Câmara do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, fica assim constituído:

- Luciane Idene dos Santos Rosso Leal e Fabiano Bolsoni Francisco – titulares e
- Carla Arns e Deivid de Souza Fernandes – suplentes, representantes do poder Executivo Municipal;
- Kenia da Silva - titular e
- Rosana Possamai Guollo – suplente, representantes dos professores da educação básica pública municipal;
- Marenir Santa Helena - titular e
- Renata Maria da Silva Santos – suplente, representantes dos diretores das escolas públicas municipais;
- Bruna Jovino Campos - titular e
- José Adelino Feltrin – suplente, representantes dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;
- Alexandra Stephhanie Cristobal Matinez e Elaine Schmoller Ronsani - titulares e
- Dilson Ezequiel e Maiara da Silva Oliveira Barcellos – suplentes, representantes dos pais de alunos da educação básica pública municipal;
- Giovane de Souza da Silva e Helena Fenilli Crotti - titulares e
- Fernanda Guollo Bortolatto e Stefani da Silva Schaitel – suplentes, representantes dos estudantes da educação básica pública;
- Lair Gregório – titular e
- Carolina Costa Rosso Rocha – suplente, representantes do Conselho Municipal de Educação;
- Danna Zampieri Bauer Costa– titular e
- Josilane Ferreira Nagildo – suplente, representantes do Conselho Tutelar.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor a partir de 03 de agosto de 2020.

Art. 3º. Revoga-se o Decreto SAF/Nº 381/19 de 16 de julho de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de julho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,  
Fazendária e Planejamento

**DECRETO SAF/N. 444/2020**

Publicação Nº 2592880

DECRETO SAF/Nº. 444/2020, de 29 de julho de 2020.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO "CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 866, de 18 de dezembro de 2007, Lei nº 963, de 26 de outubro de 2009 e Lei nº 1.309 de 15 de junho de 2016, resolve:

NOMEAR:

Art. 1º. Os membros do Conselho Municipal de Educação "Câmara de Educação Básica", que fica assim constituído:

- Lair Gregório – titular e
- Carolina Costa Rosso Rocha – suplente, representantes da Secretaria Municipal de Educação;
- Cláudia Francisco Bianchini – titular
- Mirian Zapelini Martinhago – suplente, representantes dos gestores públicos da rede estadual;
- Elaine Corrêa – titular
- Janaina da Soler Mateska – suplente, representantes dos gestores públicos da rede municipal;
- Adriana Bolsoni – titular
- Lorena Pedra Custódio - suplente, representantes das escolas particulares mantenedoras da educação infantil;
- Patricia Thomazi Minoto – titular
- Morgana Silva da Cruz – suplente, representantes dos especialistas de ensino;
- Vanilde Frasson Debiasi Guaresi e João José Domingos – titulares
- Fabiani Tartari e Alcimere Rezin Vicente Mello – suplentes, representantes dos docentes;
- Marta Regina Jung – titular
- Maria Aparecida de Moraes – suplente, representantes dos servidores não docentes das escolas;
- Cristiane Pereira de Castro – titular
- Daiane Teixeira Justino Limas – suplente, representantes das APPs – Associação de Pais e Professores.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor a partir de 03 de agosto de 2020.

Art. 3º. Revoga-se o Decreto SAF/Nº 409/18, de 01 de agosto de 2018.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de julho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,  
Fazendária e Planejamento**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 11/FMS/2020**

Publicação Nº 2591515

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2020.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: SAÚDE IMPERIAL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/FMS/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/FMS/2020

Objeto: Registro de preços de Materiais e Equipamentos Odontológicos, para atendimento ao município de Cocal do Sul/SC.

Assinatura: 19/05/2020

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 1.451,10 (um mil e quatrocentos e cinquenta e um reais com dez centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 21/FMS/2020**

Publicação Nº 2591518

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2020.  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
DETENTORA DA ATA: SAUDE IMPERIAL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/FMS/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/FMS/2020

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de Materiais e Equipamentos de Enfermagem, no atendimento ao município de Cocal do Sul/SC.

Assinatura: 19/05/2020

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 67.484,86 (sessenta e sete mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais com oitenta e seis centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 50/PMCS/2020**

Publicação Nº 2591523

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2020.  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
DETENTORA DA ATA: JAZIDA DE AREÃO RECCO EIRELI  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/PMCS/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/PMCS/2020

Objeto: Registro de preço para aquisição de forma parcelada de saibro à granel de primeira categoria, para manutenção das estradas vicinais do município de Cocal do Sul/SC.

Assinatura: 08/07/2020

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 402.500,00 (quatrocentos e dois mil e quinhentos reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 51/PMCS/2020**

Publicação Nº 2591520

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 51/2020.  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
DETENTORA DA ATA: SIDEK TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/PMCS/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/PMCS/2020

Objeto: Registro de preços para contratação de empresas para serviços de mão de obra de homens, equipamento de terraplenagem e caminhão para colocação de drenagem para rede fluvial, para atender as necessidades do município de Cocal do Sul/SC.

Assinatura: XX/XX/2018

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ XXXX (XXXXX).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 52/PMCS/2020**

Publicação Nº 2591549

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 52/2020  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
DETENTORA DA ATA: OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 56/PMCS/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/PMCS/2020

Objeto: Registro de preço para contratação de empresas de forma parcelada de Recapagens de Pneus, no atendimento a frota do município de Cocal do Sul.

Assinatura: 09/07/2020

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 81.400,00 (oitenta e um mil e quatrocentos reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 53/PMCS/2020**

Publicação Nº 2591548

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2020  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
DETENTORA DA ATA: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 56/PMCS/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/PMCS/2020

Objeto: Registro de preço para contratação de empresas de forma parcelada de Recapagens de Pneus, no atendimento a frota do município de Cocal do Sul.

Assinatura: 09/07/2020

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 90.463,00 (noventa mil e quatrocentos e sessenta e três reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 54/PMCS/2020**

Publicação Nº 2591530

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2020  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
DETENTORA DA ATA: RECAUCHUTAGEM CARRETEIRO LTDA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 56/PMCS/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/PMCS/2020

Objeto: Registro de preço para contratação de empresas de forma parcelada de Recapagens de Pneus, no atendimento a frota do município de Cocal do Sul.

Assinatura: 09/07/2020

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 62.552,00 (sessenta e dois mil e quinhentos e cinquenta e dois reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 56/PMCS/2020**

Publicação Nº 2591528

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 56/2020  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
DETENTORA DA ATA: NOVA CONSTRUÇÕES LTDA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 57/PMCS/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/PMCS/2020

Objeto: Registro de preço para futuras contratações de estruturas, a serem utilizadas em diversos eventos promovidos/realizados pelo município de Cocal do Sul/SC.

Assinatura: 10/07/2020

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 70/PMCS/2020**

Publicação Nº 2591513

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 70/2020  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
DETENTORA DA ATA: DEDETIZADORA TROMBIM EIRELI  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 70/PMCS/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/PMCS/2020

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços com fornecimento de produtos de desinfecção de ambientes e veículos, destinados às ações de combate à COVID-19, no município de Cocal do Sul/SC.

Assinatura: 22/07/2020

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 128.937,30 (cento e vinte e oito mil e novecentos e trinta e sete reais com trinta centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 71/PMCS/2020**

Publicação Nº 2591509

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 71/2020.  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
DETENTORA DA ATA: MARCOS FERNANDES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67/PMCS/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/PMCS/2020

Objeto: Registro de preços para futuras aquisições de chapas, tubos, cantoneiras, ferro mecânico, ferro de construção, armação de treliça, viga U e painel de tela, para manutenção de bens imóveis do município de Cocal do Sul/SC.

Assinatura: 27/07/2020

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 140.476,70 (cento e quarenta mil e quatrocentos e setenta e seis reais com setenta centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO CONTRATO 51/PMCS/2020**

Publicação Nº 2591554

CONTRATO Nº: 51/2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
CONTRATADA: ODICLESIO JAISON STORCHIO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/PMCS/2019.  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/PMCS/2019  
CREDENCIAMENTO Nº 05/PMCS/2019

Objeto: Realização, pelo CONTRATADO, de leilão para venda de bens móveis patrimoniais diversos (veículos e outros), listados em anexo, de propriedade do CONTRATANTE

Assinatura: 30/06/2020

Vigência: Início: 01/07/2020

Valor: A remuneração do CONTRATADO para realizar o leilão será constituída, exclusivamente, da comissão de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor de venda de cada bem, ou lote, negociado em leilão, cobrada, sem a interveniência do Município, pelo próprio leiloeiro, diretamente dos respectivos arrematantes dos bens, conforme prescreve o § 2º do art. 42 do Decreto nº 21.981/32, combinado com o parágrafo único do art. 24 do mesmo decreto.

**EXTRATO CONTRATO 52/PMCS/2020**

Publicação Nº 2591555

CONTRATO Nº: 52/2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
CONTRATADA: ZALUZ TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 54/PMCS/2020  
TOMADA DE PREÇO Nº: 06/PMCS/2020

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviço com fornecimento de materiais para Implantação de um Canal de Drenagem de Desvio de Descarga do Rio Tigre, por meio do Contrato nº 531.383 – DV 71 que entre si, fazem a Caixa Econômica Federal e o Município de Cocal do Sul destinado ao apoio financeiro para o financiamento de despesas do capital, conforme plano Finisa: Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento.

Assinatura: 17/07/2020

Vigência: Início: 18/07/2020 Término: 31/12/2020

Valor: R\$ 1.170.979,24 (um milhão e cento e setenta mil e novecentos e setenta e nove reais com vinte e quatro centavos)

Dotação Orçamentária: 16.003.15.451.1700.1015.4.4.90.00.00/0.1.83.0049

**EXTRATO DISTRATO 04/PMCS/2020**

Publicação Nº 2591508

CONTRATO Nº: 04/2020 (DISTRATO)  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
CONTRATADA: FRANCINI GIASI D'AGOSTIN  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 285/PMCS/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 82/PMCS/2018

Objeto: contratação de prestação serviços para supervisão, controle e fiscalização das obras de implantação do ESGOTAMENTO SANITÁRIO, no município de COCAL DO SUL-SC.

Distrato: As partes resolvem, nesta data, em comum acordo, a rescisão amigável do contrato nº 87/2020, na melhor harmonia, a partir do dia 12/08/2020, assim ficando a CONTRATADA desobrigada a executar os serviços relacionados ao referido CONTRATO, pelo que dão um outro, plena quitação, renunciando expressamente a qualquer reclamação futura, quer administrativa ou judicial.

Assinatura: 24/07/2020

**LEI Nº. 1.557**

Publicação Nº 2591485

**LEI Nº. 1.557, de 04 de agosto de 2020.**

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2021 DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, da Constituição Federal, em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 e disposições pertinentes da Lei Orgânica Municipal, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2021, em conformidade com o Plano Plurianual - PPA 2018/2021, serão elaboradas e executadas observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais, incluindo as disposições sobre as metas de Resultado Primário, Resultado Nominal e demais Relatórios de Gestão e metas estabelecidas pela LRF;
- II – as prioridades e metas da administração municipal para o exercício de 2021 extraídas do Plano Plurianual para 2018/2021;
- III – a estrutura dos orçamentos da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, do SAMAE e dos Fundos e Fundações Municipais;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária e relativa a arrecadação;
- VIII – as disposições gerais.

**I – DAS METAS FISCAIS**

**Art. 2º** As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2021, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, com base nos anexos da estimativa de receitas e orçamentação das despesas que integram a presente Lei, serão elaboradas e disponibilizadas por meio do sistema informatizado que registra os dados contábeis relacionados aos orçamentos do Município, na forma estabelecida pelo Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão – *e-Sfinge* – do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

**Parágrafo único.** O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social e o Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, não se aplicam, em função da adoção pelo Município do Regime Geral da Previdência Social;

## II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2021

**Art. 3º** As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2021 são aquelas definidas e demonstradas no anexo **Planejamento das Despesas**, integrante desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2021 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

**Parágrafo único.** Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categoria de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

**Art. 4º** Na elaboração da proposta orçamentária para 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no demonstrativo da **Receita por Categoria Econômica** (Anexo 2 da Lei 4.320/64), observadas as tendências de crescimento, estagnação ou desaceleração da economia local e nacional, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

## III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

**Art. 5º** Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – **programa**: instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II – **ação**: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – **atividade**: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – **projeto**: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – **operação especial**: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – **unidade orçamentária**: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – **receita ordinária:** aquela prevista para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – **receita vinculada:** aquela que por força de legislação, normativa, convênio ou similares, deva ser aplicada em despesas específicas, ou ainda, que deve ter controle específico de fonte e destinação de recurso;

IX – **execução física:** a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

X – **execução orçamentária:** o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar, se for o caso;

XI – **execução financeira:** o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

XII – **receita não financeira:** receita total do exercício, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito, de alienação de ativos, de aplicações no mercado financeiro, de outorga onerosa e de amortização de empréstimos;

XIII – **despesa não financeira:** despesa total do exercício, excluídas as provenientes de juros e amortização da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de títulos de capital já integralizado.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estes, com a identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 303/2005 e alterações posteriores.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

**Art. 6º** O orçamento para o exercício financeiro de 2021 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo seus Fundos e Fundações Municipais e a Autarquia, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

**Parágrafo único.** Serão rejeitadas pela Comissão de Finanças Públicas (Comissão de Finanças, Tributação, Agricultura, Tecnologia, Defesa do Consumidor, Viação, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural, Trabalho, Administração e Serviço Público, Fiscalização e Controle) e perderão o direito a destaque em plenário, as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária que:

I – contrariarem as disposições dos artigos 60-A e 60-B e disposições pertinentes constantes da Subseção I, da Seção II, do Capítulo V da Lei Orgânica Municipal;

II - contrariarem disposições estabelecidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os detalhamentos descritos no Plano Plurianual 2018/2021 e disposições desta lei;

III - no somatório das deduções, reduzirem a dotação do projeto ou atividade em valor superior a 30%;

IV - não apresentarem objetivos e metas compatíveis com o orçamento da Unidade Gestora, com o órgão de governo, com a funcional programática, projeto ou atividade, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa e fonte de recursos;

V - anularem, mesmo que parcialmente, o valor das dotações orçamentárias provenientes de:

- a) recursos destinados a pessoal e encargos sociais;
- b) recursos para o atendimento de serviços e amortização da dívida;
- c) recursos para o pagamento de precatórios judiciais;
- d) fonte de recursos vinculados;
- e) recursos destinados à educação e à saúde, independentemente da fonte.

VI - a emenda coletiva terá preferência sobre a individual quando ambas versarem sobre o mesmo objeto na Lei Orçamentária.

**Art. 7º** A Lei Orçamentária para 2021 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e ao Orçamento Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 303/2005 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2021. (Art. 5º, III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2021. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2021. (Art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º Os anexos de que trata este artigo poderão ser apresentados de forma individualizada, conjunta ou conjugada entre os diversos anexos, de forma a diminuir as informações repetidas e/ou irrelevantes.

§ 2º O Orçamento Geral do Município poderá ser apresentado por modalidade de aplicação, evidenciando as Fontes de Recursos, na forma prevista nas portarias pertinentes da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura Municipal e como Unidade Gestora o SAMAE e cada Fundo e Fundação com orçamento e contabilidade próprios.

§ 4º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada Projeto/Atividade.

§ 5º O orçamento dos Fundos Municipais descentralizados por força legal, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 6º Os Fundos Municipais cujo funcionamento orçamentário e financeiro de menor volume não exigir sua descentralização, ao critério de seus Gestores e do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderão integrar ao orçamento geral da Prefeitura, apresentado em destaque as respectivas receitas e despesas a eles vinculadas.

**Art. 8º** A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei do Orçamento conterá as informações básicas sobre a forma utilizada para as estimativas das receitas e as fixações das despesas.

**Art. 9º** A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “1.00” – Ordinários, do orçamento fiscal.

#### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

**Art. 10.** Os Orçamentos para o exercício de 2021 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo o Poder Legislativo e o Poder Executivo, a Autarquia e seus Fundos e Fundações. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

§ 1º Terão prioridade orçamentária os recursos destinados ao cumprimento dos gastos com a manutenção do ensino, manutenção das ações de saúde pública, pagamento de pessoal e encargos, manutenção do processo legislativo e os previstos na Constituição Federal.

§ 2º O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento do disposto no artigo 100 da Constituição Federal e demais dispositivos relacionados ao pagamento de precatórios.

**§ 3º** O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento de estado de calamidade e situações de emergência, na forma dos dispositivos da Lei Federal nº 12.608/2012 e regulamentos pertinentes.

**§ 4º** Na elaboração dos orçamentos a especificação das Modalidades de Aplicação seguirá o disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (PCASP).

**§ 5º** Na elaboração dos orçamentos o Identificador de Uso (IU) seguirá a codificação do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

**§ 6º** Poderá o orçamento de 2021 conter dotações em Fonte de Recurso vinculada, no valor mínimo de R\$ 1,00 (um real) objetivando a abertura do crédito, que deverá ser suplementado nos casos de ingresso de recursos financeiros e necessidade de utilização, observado o disposto no artigo 20 desta Lei.

**Art. 11.** Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Artigo 7º, X desta Lei (QDD).

**§ 1º** Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegados a Agente Político ou servidor municipal.

**§ 2º** A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a agente político ou servidor municipal.

**Art. 12.** Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2021 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

**Parágrafo único.** O Poder Executivo Municipal colocará à disposição dos interessados legalmente constituídos, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

**Art. 13.** Se a receita estimada para 2021, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Poder Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

**Art. 14.** Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o

mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações: (Art. 9º da LRF).

I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito e alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – dotação para material de consumo e serviços de terceiros das diversas atividades.

**Parágrafo único.** Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação, para implementação, ou não, do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

**Art. 15.** A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de “Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado”, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no demonstrativo “**Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado**”, integrante desta Lei, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

**Art. 16.** Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do **Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências**, integrante desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

**Art. 17.** Os orçamentos para o exercício de 2021 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, proporcionalmente ao montante estabelecido no Plano Plurianual. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, podendo ser utilizados os saldos remanescentes para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para atendimento de despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e atendimento dos riscos fiscais

demonstrados no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, de que trata o artigo 16 desta Lei. (Art. 5º, III, “b” da LRF)

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, serem utilizados na proporção de 1/12 do saldo, mediante autorização legislativa, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

**Art. 18.** Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

**Art. 19.** O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação; a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

**Art. 20.** Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2021 com dotações vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados ou utilizados a qualquer título, se ocorrer, ou estiver garantido, o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000;

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual, os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada, cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF);

§ 3º Por ato próprio do Chefe do Poder Executivo, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar, os recursos provenientes de operação de crédito, recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação.

**Art. 21.** A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2021, constantes do anexo **Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita**, integrante desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

**Art. 22.** A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e

dependerá, em qualquer caso, de autorização em lei específica ou lei geral que a regulamente. (Art. 4º, I, “f” e 26 da LRF).

**§ 1º** Não se aplicam os dispositivos desse artigo, para os casos das contribuições devidas às entidades municipalistas e consórcios intermunicipais em que o Município for associado ou consorciado.

**§ 2º** Nas transferências de recursos, parcerias com o setor privado, destinação de emendas impositivas e outras modalidades análogas serão observadas, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 (Lei das Parcerias Voluntárias) ou, excepcionalmente, em autorizações específicas de Lei Municipal.

**§ 3º** As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, ou até 13 de dezembro do exercício fiscal, o que ocorrer primeiro, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

**Art. 23.** Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 farão parte do processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

**Parágrafo único.** Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2021, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

**Art. 24.** As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

**Parágrafo único.** As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados em anexo próprio, descrito no artigo 2º desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

**Art. 25.** Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando previstos recursos na lei orçamentária e firmados por convênios, acordos ou ajustes previamente autorizados pelo Poder Legislativo. (Art. 62 da LRF)

**Art. 26.** A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2021 a preços correntes.

**Art. 27.** A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores.

**Parágrafo único.** A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto/Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, com autorização expressa na Lei Orçamentária Anual. (Art. 167, VI, da CF).

**Parágrafo único.** Os valores transferidos, adicionados mediante leis específicas aprovadas no decorrer do exercício, integram os recursos orçamentários que poderão ser transferidos por decretos do Prefeito Municipal dentro de cada Projeto/Atividade ou Operação Especial.

**Art. 28.** Durante a execução orçamentária de 2021, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2021 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

**Art. 29.** O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, “e” da LRF).

**Parágrafo único.** Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, “e” da LRF).

**Art. 30.** Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas e contemplados na Lei Orçamentária para 2021, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, este em relação ao terceiro trimestre, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e o cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, “e” e 9º, § 4º da LRF).

**Art. 31.** Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

## V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 32.** A Lei Orçamentária de 2021 poderá conter estimativa de receita e fixação de despesas por conta da contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado o limite de endividamento estabelecido pelo Senado Federal e demais disposições pertinentes, na forma prescrita na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

**Art. 33.** A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

**Art. 34.** Ultrapassado o limite de endividamento definido na Lei de Responsabilidade Fiscal e Resoluções do Senado Federal, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta Lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

## VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

**Art. 35.** O Poder Executivo e o Poder Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, no decorrer do exercício de 2021, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura administrativa ou de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (Artigo 169, parágrafo 1º, II d na CF).

**Parágrafo único.** Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei do orçamento para 2021 ou em créditos adicionais.

**Art. 36.** Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF).

**§ 1º** Quando as despesas com pessoal excederem ao limite prudencial estabelecido na LRF, poderão ser realizadas horas extras somente para os serviços de transporte escolar e transporte de enfermos, bem como para o atendimento de calamidade pública ou situação de emergência, devidamente homologada pela Defesa Civil Estadual.

**§ 2º** Em qualquer circunstância, serão realizadas horas extras somente com prévia autorização da autoridade competente, justificado o interesse público e comprovada a excepcionalidade da despesa.

**Art. 37.** O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF):

- I - eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;
- II - redução das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – redução do quadro de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - acordo para demissão voluntária, em conformidade com o que dispuser a legislação municipal,
- VI – redução da jornada de trabalho com redução proporcional dos salários, em conformidade com o que dispuser a legislação municipal

**Art. 38.** Para efeito desta Lei e dos registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra, referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Cocal do Sul, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**Parágrafo único.** Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não os “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

## VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 39.** O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (Art. 14 da LRF)

**Art. 40.** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF)

**Art. 41.** O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

**Art. 42.** Alteração de alíquotas, bases de cálculo e normas tributárias do Município não poderão ser realizadas pela Administração Municipal sem prévia autorização legislativa, verificados os princípios constitucionais vigentes.

## VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 43.** Observados, no que couber, os dispositivos da Constituição Federal, o Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até ao final do exercício de 2020.

**§ 1º** Verificados os dispositivos do Regimento Interno, a Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

**§ 2º** Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o final do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

**Art. 44.** O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei própria, poderá conceder incentivos e benefícios econômico-fiscais à empresas para a ampliação ou instalação de novas indústrias, desde que sejam comprovadas vantagens sociais, entre outras, a geração de emprego e renda e o incremento de recursos do retorno de tributos federais, estaduais e municipais ao próprio Município.

**Art. 45.** Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria e, de situações provenientes de atos comprovadamente involuntários ao ordenador primário das despesas municipais.

**Art. 46.** O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios, termos de cooperação e/ou congêneres, com os governos Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, bem como com municípios circunvizinhos, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2021.

**Parágrafo único.** Os convênios, termos de cooperação e/ou congêneres de que trata o caput, serão homologados pela Câmara de Vereadores nos casos em que houver despesas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor conveniado por conta do tesouro municipal.

**Art. 47.** Por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo, as Destinações de Recursos poderão ser alteradas, bem como inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade, em especial quando originárias de intervenções do Tribunal de Contas e da Secretaria do Tesouro Nacional.

**Art. 48.** Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, na forma estabelecida pela Constituição Federal.

**Art. 49.** No decorrer do exercício de 2021, na forma da legislação em vigor e verificado o interesse público, o Município poderá instituir fundos, fundações, autarquias, empresas públicas, secretarias e órgãos na administração direta e indireta, bem como extinguir ou alterar o funcionamento de fundos, fundações, secretarias e órgãos já existentes.

**Art. 50.** O Sistema de Controle Interno do Município será aplicado de acordo com a Lei Municipal N. 1.421/2018 e operacionalizado na forma da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e regulamentos pertinentes.

**Art. 51.** No exercício de 2021 e seguintes o Município adotará os procedimentos contábeis e patrimoniais estabelecidos pela Portaria N.º 828/2011 do Ministério da Fazenda e regulamentos internos que se fizerem necessários.

**Art. 52.** O Município atenderá, no que couber, as resoluções da Secretaria do Tesouro Nacional - STN que tratam da disponibilização das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, denominadas “Matriz de Saldos Contábeis - MSC”, a serem divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público, conforme disposto no § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016 e disposições previstas no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

**Parágrafo único.** O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, em meio magnético ou equivalente, até o dia 28 do mês subsequente as informações e dados contábeis da Unidade Câmara de Vereadores, para que o Poder Executivo encaminhe para a STN, mensalmente, a MSC gerada a partir do leiaute definido no Siconfi - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro.

**Art. 53.** Até que a STN ou órgão equivalente edite norma em sentido contrário, as informações ao Siconfi, relativas a Declaração de Contas Anuais – DCA, ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO e ao Relatório de Gestão Fiscal - RGF, serão assinadas da seguinte forma, eletrônica e documentalmente:

I – Declaração de Contas Anuais – DCA:

- a) de maneira obrigatória, pelo Chefe do Poder Executivo ou seu delegatário;
- b) de maneira obrigatória, pelo profissional de contabilidade responsável;
- c) de maneira opcional, pelo(a) Vice-prefeito(a), pelo responsável pelo Controle

Interno e pelo responsável pela Administração Financeira.

II – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO:

- a) de maneira obrigatória, pelo Chefe do Poder Executivo ou seu delegatário;
- b) de maneira opcional, pelo profissional de contabilidade responsável;
- c) de maneira opcional, pelo(a) Vice-prefeito(a), pelo responsável pelo Controle

Interno e pelo responsável pela Administração Financeira.

III – Relatório de Gestão Fiscal – RGF:

- a) de maneira obrigatória, pelos titulares dos Poderes Executivo ou Legislativo, conforme o caso, ou seus delegatários;
- b) de maneira opcional, pelo profissional de contabilidade responsável;
- c) de maneira opcional, pelo (a) Vice-prefeito(a), pelo responsável pelo Controle Interno e pelo responsável pela Administração Financeira.

**Art. 54.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **1º de janeiro de 2021.**

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de agosto de 2020.

**ADEMIR MAGAGNIN**  
**Prefeito Municipal**

**CLEDIO FACHIN**  
**Secretário Municipal de Gestão Administrativa,**  
**Fazendária e Planejamento**

**EMENDA IMPOSITIVA LDO/ORÇAMENTO 2021**

**Emenda Constitucional 86, de 17 de março de 2015**  
**Emenda a Lei Orgânica 16, de 19 de setembro de 2018**

Vereadora: **GIOVANA GALATO SANTA ROSA**

Nro.	Objeto da Emenda	Valor R\$
<b>001</b>	<i>Secretaria Municipal de Saúde do município de Cocal do Sul Para custear despesas com saúde bucal e Confecção de próteses dentárias totais e próteses dentárias parciais.</i>	<i>SAÚDE 41.881,35</i>
<b>002</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Para a Fundação do Meio Ambiente de Cocal do Sul (FUNDAC), do Município de Cocal do sul para aquisição de <i>TABLET Compatível com Drone</i> já existente na Fundação;</li> <li>- <i>Câmera Fotográfica;</i></li> <li>- <i>Sonômetro conforme IEC 61672 em atendimento a NBR 10.151 com filtro de banda de 1/3 de oitavas + calibrador acústico compatível com o Sonômetro + certificado de calibração do sonômetro do filtro de 1/3 e do calibrador acústico;</i></li> <li>- <i>04 Cadeiras de escritório;</i></li> <li>- <i>01 Cadeira giratória;</i></li> <li>- <i>Trena eletrônica com visor de laser;</i></li> <li>- <i>01 Medidor de Cloro Livre;</i></li> <li>- <i>01 Kit de Reagente com 100 testes;</i></li> <li>- <i>Medidor Multiparâmetro (PH/Condutividade/Oxigênio Dissolvido/Temperatura);</i></li> <li>- <i>Kit Técnico Água doce (PH/Oxigênio Dissolvido/Nitrato/Nitrato/Nitrogênio Amoniacal/Alcalinidade/Transparência, Dureza, Temperatura</i></li> </ul>	<i>30.000,00</i>
<b>003</b>	<i>- Lions Clube de Cocal do Sul CNPJ. 80.165.251/0001-65, Para Aquisição de materiais para confecção de fraldas.</i>	<i>11.881,35</i>
<b>Total</b>		<b>83.762,70</b>

**GIOVANA GALATO SANTA ROSA**  
**VEREADORA PP**

**EMENDA IMPOSITIVA LDO/ORÇAMENTO 2021**

<b>Emenda Constitucional 86, de 17 de março de 2015</b> <b>Emenda a Lei Orgânica 16, de 19 de setembro de 2018</b>		
<b>Vereador: ADRIANO POSSAMAI DELLA</b>		
<b>Nro.</b>	<b>Objeto da Emenda</b>	<b>Valor R\$</b>
<b>004</b>	<i>Secretaria Municipal de Saúde do município de Cocal do Sul Para custear despesas com cirurgia de Média e de Alta Complexidade através da Secretaria Municipal de Saúde do município de Cocal do Sul;</i>	<i>SAÚDE 41.881,35</i>
<b>005</b>	<i>Associação de Moradores do Rio Perso para custear despesas com aquisição de mobiliário tipo (cadeiras, mesas, bancos, armários, fogão e afins); Para custear despesas com a aquisição de material elétrico eletrônico; Para custear despesas com aquisição de material de construção e contratação de mão de obra;</i>	<i>10.000,00</i>
<b>006</b>	<i>Associação de moradores Linha Ferreira pontes para custear despesas com material de construção para manutenção física em sua sede; Para aquisição de mobiliário tipo (cadeiras, mesas, bancos, armários, fogão e afins).</i>	<i>20.000,00</i>
<b>007</b>	<i>Associação de Pais e Amigos dos excepcionais (APAE) de Cocal do Sul, para custear despesas com materiais para reformas e pinturas em salas de aulas.</i>	<i>11.881,35</i>
<b>Total</b>		<b>83.762,70</b>

**ADRIANO POSSAMAI DELLA**  
**VEREADOR PSDB**

**EMENDA IMPOSITIVA LDO/ORÇAMENTO 2021**

<b>Emenda Constitucional 86, de 17 de março de 2015</b> <b>Emenda a Lei Orgânica 16, de 19 de setembro de 2018</b>  Vereadora: <b>ROSENY CITTADIN BARBOSA</b>		
<b>Nro.</b>	<b>Objeto da Emenda</b>	<b>Valor R\$</b>
<b>008</b>	<i>Secretaria Municipal de Saúde do município de Cocal do Sul Para custear despesas com saúde bucal e Confecção de próteses dentárias totais e próteses dentárias parciais.</i>	<i>SAÚDE</i> 41.881,35
<b>009</b>	<i>Jardim de Infância pequeno príncipe bairro Jardim Itália para aquisição de equipamentos eletro eletrônicos e áudio e vídeo.</i>	5.000,00
<b>010</b>	<i>Conselho Comunitário Fernando de Faveri bairro Jardim Itália C.N.P.J 75.566.422/0001-28,</i> <i>- Para manutenção, aquisição de material de construção e contratação de mão de obras;</i> <i>- Aquisição de mobília tipo (mesas, cadeiras, bancos, armários e afins;</i> <i>-Aquisição de equipamentos eletro eletrônicos;</i> <i>-Aquisição de matérias de limpeza e higienização;</i> <i>-Contratação de serviços de limpeza e conservação.</i>	36.881,35
<b>Total</b>		<b>83.762,70</b>

**ROSENY CITTADIN BARBOSA**  
**VEREADORA MDB**

**EMENDA IMPOSITIVA LDO/ORÇAMENTO 2021****Emenda Constitucional 86, de 17 de março de 2015****Emenda a Lei Orgânica 16, de 19 de setembro de 2018****Vereador: ERIK PEREIRA ZEFERINO**

<b>Nro.</b>	<b>Objeto da Emenda</b>	<b>Valor R\$</b>
		<b>SAÚDE</b>
<b>011</b>	<i>Secretaria Municipal de Saúde do município de Cocal do Sul - Para custear despesas com procedimentos em cirurgia vascular, consultas médicas e exames em geral; - Para custear despesas com saúde bucal e confecção de próteses dentárias.</i>	21.000,00 20.881,35
<b>012</b>	<i>Ong Abraça Cocal para custear despesas com eventos realizados para crianças carentes do município de Cocal do Sul;</i>	8.000,00
<b>013</b>	<i>Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Boava Caraté Shotokan de Santa Catarina localizada no município de Cocal do Sul, para aquisição de equipamentos para academia.</i>	8.000,00
<b>014</b>	<i>Associação de moradores do bairro Jardim Elizabeth para aquisição de matérias de construção e contratação de mão de obras para manutenção e reformas centro comunitário.</i>	15.881,35
<b>015</b>	<i>Associação Beneficente Vida Feliz de Cocal do Sul C.N.P.J 02.177.380/0001-60 Para Custear despesas com aquisição de um escritório contêiner equipado para atendimentos de pessoas;</i>	10.000,00
<b>Total</b>		<b>83.762,70</b>

**ERIK PEREIRA ZEFERINO**  
**VEREADOR PL**

**EMENDA IMPOSITIVA LDO/ORÇAMENTO 2021**

**Emenda Constitucional 86, de 17 de março de 2015**  
**Emenda a Lei Orgânica 16, de 19 de setembro de 2018**

Vereador: **MOISES DOS SANTOS**

Nro.	Objeto da Emenda	Valor R\$
<b>016</b>	<i>Secretaria Municipal de Saúde do município de Cocal do Sul Para custear despesas com cirurgia de Media e de Alta Complexidade através da Secretaria Municipal de Saúde do município de Cocal do Sul;</i>	<i>SAÚDE</i> 41.881,35
<b>017</b>	<i>Associação Beneficente Vida Feliz de Cocal do Sul C.N.P.J 02.177.380/0001-60 Para Custear despesas com aquisição de um escritório contêiner equipado para atendimentos de pessoas;</i>	41.881,35
<b>Total</b>		<b>83.762,70</b>

**MOISES DOS SANTOS**  
**VEREADOR PP**

**EMENDA IMPOSITIVA LDO/ORÇAMENTO 2021**

<b>Emenda. Constitucional 86, de 17 de março de 2015</b> <b>Emenda a Lei Orgânica 16, de 19 de setembro de 2018</b>  <b>Vereador: AGENOR BENATI PEDROSO</b>		
<b>Nro.</b>	<b>Objeto da Emenda</b>	<b>Valor R\$</b>
<b>018</b>	<i>Secretaria Municipal de Saúde do município de Cocal do Sul Para custear despesas com procedimentos em cirurgia vascular, consultas medicas e exames em geral;</i>	<i>SAÚDE</i> 41.881,35
<b>019</b>	<i>Associação de moradores do bairro Jardim Elizabeth para aquisição de matérias de construção e contratação de mão de obras para manutenção e reformas centro comunitário;</i>	21.881,35
<b>020</b>	<i>79 – Grupo escoteiro Cocal, C.N.P.J - 12.057.745/0001-76 Aquisição de material de construção para construção sede própria,</i>	4.000,00
<b>021</b>	<i>Associação de moradores do bairro Vila Nova C.N.P.J – 80.169.188/0001-35 Aquisição de material de construção para uso em sua sede própria;</i>	4.000,00
<b>022</b>	<i>Associação de moradores do bairro Monte Carlos C.N.P.J - 97.351.340/0001-07 Para revitalização do campo de futebol de areia;</i>	4.000,00
<b>023</b>	<i>Associação de moradores Conjunto Habitacional Angelo Guollo C.N.P.J – 03.791.218/0001-08 para aquisição de material de construção para melhorias em sua sede;</i>	4.000,00
<b>024</b>	<i>Associação de moradores Rio Perso C.N.P.J – 09.049.319/0001-86, para aquisição de mobiliário tipo (cadeiras, mesas, bancos, armários, fogão e afins);</i>	4.000,00
<b>Total</b>		<b>83.762,70</b>

**AGENOR BENATI PEDROSO**  
**VEREADOR PDT**

**EMENDA IMPOSITIVA LDO/ORÇAMENTO 2021**

<b>Emenda Constitucional 86, de 17 de março de 2015</b> <b>Emenda a Lei Orgânica 16, de 19 de setembro de 2018</b>		
<b>Vereador: MARCEL FREITAS</b>		
<b>Nro.</b>	<b>Objeto da Emenda</b>	<b>Valor R\$</b>
<b>025</b>	<i>Secretaria Municipal de Saúde do município de Cocal do Sul Para custear despesas com procedimentos em cirurgia vascular, consultas médicas e exames em geral;</i>	<i>SAÚDE</i> <i>41.881,35</i>
<b>026</b>	<i>79 – Grupo escoteiro Cocal, C.N.P.J - 12.057.745/0001-76 Aquisição de material de construção para construção sede própria;</i>	<i>30.000,00</i>
<b>027</b>	<i>Associação de Moradores do bairro Cristo Rei C.N.P.J – 80.169.261/0001-79 Para aquisição de material de construção para uso em manutenção e reformas em sua sede própria.</i>	<i>11.881,35</i>
<b>Total</b>		<b>83.762,70</b>

**MARCEL FREITAS**  
**VEREADOR PP**

**EMENDA IMPOSITIVA LDO/ORÇAMENTO 2021**

**Emenda Constitucional 86, de 17 de março de 2015**  
**Emenda a Lei Orgânica 16, de 19 de setembro de 2018**

Vereador: **LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT**

Nro.	Objeto da Emenda	Valor R\$
<b>028</b>	<i>Secretaria Municipal de Saúde do município de Cocal do Sul Para custear despesas com procedimentos em cirurgia vascular, consultas médicas e exames em geral;</i>	<i>SAÚDE 41.881,35</i>
<b>029</b>	<i>Associação de Moradores do Bairro União, para a construção de uma pista de caminhada cercada e revitalização da praça de lazer localizada no loteamento Abdalla;</i>	<i>10.000,00</i>
<b>030</b>	<i>Associação de Moradores do Bairro Guanabara, para a construção de um campo de futebol suíço de areia e uma Quadra de Volei de areia cercados;</i>	<i>10.000,00</i>
<b>031</b>	<i>Associação de Moradores do Bairro Monte Carlos, para aquisição de material de copa e cozinha, aquisição de louças sanitárias e aquisição de espetos para churrasco;</i>	<i>10.000,00</i>
<b>032</b>	<i>Associação de Moradores do Bairro Boa Vista, para Revitalização do campo de futebol suíço e construção de uma pista de caminhada ao redor do campo de futebol suíço;</i>	<i>6.881,35</i>
<b>033</b>	<i>Amigas do peito de Cocal do Sul para custear despesas, para aquisição de equipamentos para fisioterapia, aquisição de equipamentos para pilates e aquisição de um armário.</i>	<i>5.000,00</i>
<b>Total</b>		<b>83.762,70</b>

**LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT**  
**VEREADOR PP**

**EMENDA IMPOSITIVA LDO/ORÇAMENTO 2021**

<b>Emenda Constitucional 86, de 17 de março de 2015</b> <b>Emenda a Lei Orgânica 16, de 19 de setembro de 2018</b>  Vereador: <b>RICHARDSON VIEIRA</b>		
Nro.	Objeto da Emenda	Valor R\$
<b>034</b>	<i>Secretaria Municipal de Saúde do município de Cocal do Sul Para custear despesa com aquisição de um veículo utilitário para uso da vigilância sanitária;</i>	<i>SAÚDE</i> 41.881,35
<b>035</b>	<i>Associação de Moradores do Bairro Boa Vista, para aquisição de equipamentos elétricos eletrônicos e aquisição de mobiliário tipo (cadeiras, mesas, bancos, armários, fogão, geladeira, freezer e afins);</i>	13.000,00
<b>036</b>	<i>Associação de Moradores do Bairro Monte Carlos, para custear despesa com aquisição de material equipamentos elétrico eletrônicos;</i>	7.000,00
<b>037</b>	<i>79 – Grupo escoteiro Cocal, C.N.P.J - 12.057.745/0001-76 Aquisição de material de construção e material elétrico para construção sede própria.</i>	10.000,00
<b>038</b>	<i>Amigas do peito de Cocal do Sul para custear despesa com aquisição de material elétricos eletrônicos;</i>	4.000,00
<b>039</b>	<i>Associação feminina esportiva Gigantes de Cocal do Sul para custear despesas com hospedagem, alimentação e aquisição de material esportivo time de futebol feminino</i>	5.000,00
<b>040</b>	<i>Associação de moradores Rio Perso C.N.P.J – 09.049.319/0001-86, para aquisição de mobiliário em geral tipo (cadeiras, mesas, bancos, armários, fogão, geladeira, freezer e afins).</i>	2.881,35
<b>Total</b>		<b>83.762,70</b>

**RICHARDSON VIEIRA**  
**VEREADOR PDT**

# Concórdia

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.547, DE 24 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2592441

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.547, DE 24 DE JULHO DE 2020.

Aprova a Primeira Alteração do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovada a Primeira Alteração do Regimento Interno Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

ANA MARIA SELLA DA SILVA  
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de julho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO  
Diretora Administrativa  
ANEXO ÚNICO

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CONCÓRDIA, SC**

Art. 1º O Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Concórdia – CMDCA, terá dispositivos alterados na forma deste Regimento.

Art. 2º Fica alterada a expressão: “Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação – SEDES”, para: “Secretaria Municipal de Assistência Social – SEASC”, constante no art. 1º.

Art. 3º Fica alterada a expressão: “SEDES”, para: “SEASC”, constante no inciso XV do art. 3º.

Art. 4º O inciso I do art. 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º (...)

I – seis representantes de órgãos públicos, com igual número de suplentes, indicados pelas seguintes entidades e órgãos governamentais:

- a) Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) Secretaria Municipal de Educação;
- c) Secretaria Municipal de Saúde;
- d) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Agropecuário;
- e) Diretoria de Esporte da Secretaria Municipal de Desporto e Cultura;

f) Diretoria de Cultura da Secretaria Municipal de Desporto e Cultura;" (NR)

Art. 5º O art. 8º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente tem duração por tempo indeterminado e sua sede encontra-se junto à SEASC." (NR)

Art. 6º O art. 12 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. Caberá ao Secretário Municipal de Assistência Social, o fornecimento de apoio técnico, material e administrativo para o funcionamento do colegiado." (NR)

Art. 7º Fica acrescido inciso VI ao art. 22, com a seguinte redação:

"Art. 22 (...)

VI – manifestar-se nas redes sociais ou pessoalmente sobre casos e situações discutidas em plenária/assembleia, sem autorização prévia." (NR)

Art. 8º Fica incluído parágrafo único ao art. 23, com a seguinte redação:

"Art. 23 (...)

Parágrafo único. Em caso de decretação de situação de emergência ou calamidade pública, as reuniões ordinárias e extraordinárias, poderão ser realizadas a distância (online) observado o quórum mínimo." (NR)

Art. 9º O inciso II do art. 25 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25 (...)

II – leitura da ata dos assuntos tratados na reunião anterior, aprovação e assinatura da ata, sendo plausível a apreciação da ata anteriormente enviada para leitura, por e-mail;" (NR)

Art. 10. Os incisos I, II e III do art. 28 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28. (...)

I – Planejamento, Orçamento e Financiamento;

II – Normas e Articulação;

III – Divulgação." (NR)

Art. 11. O art. 32 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32. As Comissões serão, preferencialmente, constituídas de forma paritária." (NR)

Art. 12. Os incisos I, II e III, do art. 36 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36. (...)

I – Planejamento, Orçamento e Financiamento;

II – Normas e Articulação;

III – Divulgação." (NR)

Art. 13. O art. 47 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47. Anualmente deverá ser elaborado relatório das atividades do Conselho, que será aprovado na reunião ordinária do mês de março, e encaminhado a todas as Entidades Públicas e Privadas a ele vinculadas."

Art. 14. As alterações deste Regimento Interno entram em vigor após a homologação pelo Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 6.551, DE 31 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2592317

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA****DECRETO Nº 6.551, DE 31 DE JULHO DE 2020.**

Dispõe sobre a aplicabilidade, no âmbito do Município de Concórdia, da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando o Relatório de Conclusão dos Trabalhos, emitido pela Comissão Especial designada pelo Decreto nº 551/2020, de 15 de junho de 2020.

**DECRETA:**

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a aplicabilidade, no âmbito do Município de Concórdia, da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), e dá outras providências.

Art. 2º Fica suspenso, no período de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, no âmbito do Município de Concórdia, o cômputo de tempo, para fins de contagem de período aquisitivo do Adicional por Tempo de Serviço previsto na Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e da Promoção por Tempo de Serviço, prevista na Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

§ 1º A concessão das demais promoções previstas na Lei Complementar nº 572, de 2010 e na Lei Complementar nº 602, de 2011, serão mantidas de acordo com as determinações legais anteriores.

§ 2º Fica autorizado o pagamento retroativo de promoções, cujo direito tenha sido obtido até a data da publicação da Lei Complementar Federal nº 173, de 2020.

Art. 3º Fica suspenso, no período de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, no âmbito do Município de Concórdia, o cômputo de tempo de serviço como período aquisitivo de licença-prêmio.

§ 1º O gozo e a conversão em pecúnia de licença-prêmio poderão ser concedidos ao servidor que tenha obtido as condições para a concessão até 27 de maio de 2020.

§ 2º As solicitações para o gozo de licença-prêmio serão analisadas pelo gestor de cada Unidade Administrativa, devendo ser deferidas apenas nos casos em que não seja necessária reposição de pessoal.

§ 3º Havendo a necessidade de reposição de pessoal, o gozo de licença-prêmio somente poderá ser concedido a partir de 1º de janeiro de 2022.

Art. 4º Fica autorizada a realização de Concurso Público, para reposição de cargos em vacância previstas no art. 8º, inciso IV, da Lei Complementar Federal nº 173, de 2020.

Art. 5º Ficam suspensos, no âmbito Municipal, os prazos de validade dos Concursos Públicos já homologados na data da publicação do Decreto Legislativo Federal nº 6, de 20 de março de 2020, até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecido pela União.

Art. 6º Fica autorizada a convocação, nomeação e posse de aprovados em Concurso Público, desde que sejam decorrentes de vacância.

Art. 7º Ficam autorizadas a nomeação e a posse dos aprovados em concurso público, convocados até 27 de maio de 2020, mesmo que não decorrente de vacância, desde que justificada a necessidade.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de maio de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de julho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 645/2020, DE 24 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2592431

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 645/2020, DE 24 DE JULHO DE 2020.

Altera dispositivos do art. 1º do Decreto nº 728/2017, de 2 de agosto de 2017 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 593, de 25 de setembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 4.327, de 13 de agosto de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 728/2017, de 2 de agosto de 2017 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, terá os seguintes dispositivos alterados:

I – ficam alteradas as seguintes expressões:

- a) “Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação”, para: “Secretaria Municipal de Assistência Social”, constante no inciso I;
- b) “Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente”, para: “Secretaria Municipal do Desenvolvimento Agropecuário”, constante no inciso IV;
- c) “Fundação Municipal de Esportes”, para: “Diretoria de Esporte da Secretaria Municipal de Desporto e Cultura”, constante no inciso V;
- d) “Fundação Municipal de Cultura”, para: “Diretoria de Cultura da Secretaria Municipal de Desporto e Cultura”, constante no inciso VI;

II – a alínea “b” do inciso IV passa a vigorar com a seguinte redação:

“b) suplente: LAURINDO FRANCISCO KUFNER;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

ANA MARIA SELLA DA SILVA  
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de julho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 656/2020, DE 30 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2592434

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 656/2020, DE 30 DE JULHO DE 2020.

Dá nova redação à alínea “c” do inciso II do art. 1º do Decreto nº 600/2019, de 26 de julho de 2019, que designa membros representantes de entidades não governamentais, para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 593, de 25 de setembro de 2013 e alterações e no Decreto nº 4.327, de 13 de agosto de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º A alínea “c” do inciso II do art. 1º do Decreto nº 600/2019, de 26 de julho de 2019, que designa membros representantes de entidades não governamentais, para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

c) VERIDIANA FERREIRA CAMPELO MACIEL, representante da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia – Bombeiros Voluntários;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ANA MARIA SELLA DA SILVA Secretária Municipal de Assistência Social
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de julho de 2020.

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 39/2020

Publicação Nº 2592083

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 39/2020

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente ao Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Atendimento Educacional Especializado, no valor de R\$ 1.876,20 (um mil oitocentos e setenta e seis reais e vinte centavos); Creche, no valor de R\$ 52.601,20 (cinquenta e dois mil seiscentos e um reais e vinte centavos); Pré Escola, no valor de R\$ 18.124,40 (dezoito mil cento e vinte e quatro reais e quarenta centavos); Ensino Fundamental, no valor de R\$ 43.011,60 (quarenta e três mil e onze reais e sessenta centavos).

Concórdia SC, 05 de agosto de 2020.

ENORI ANTONIO BOLSI.  
Secretário Municipal da Fazenda

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 40/2020

Publicação Nº 2592086

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 40/2020.

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do FINISA/Financiamento com a Caixa Econômica – Contrato 2623.0504.452/2017 – Reforma e Ampliação das Escolas, depósito dia 03/06/2020 no valor de R\$ 409.572,82 (quatrocentos e nove mil quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e dois centavos), depósito dia 03/07/2020 no valor de R\$ 395.956,30 (trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos), depósito dia 03/08/2020 no valor de R\$ 376.863,22 (trezentos e setenta e seis mil oitocentos e sessenta e três reais e vinte e dois centavos).

Concórdia SC, 05 de Agosto de 2020.

ENORI ANTONIO BOLSI.  
Secretário Municipal da Fazenda

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 41/2020**

Publicação Nº 2592088

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 41/2020.

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA – Re-passada pelo Estados de SC, de acordo com a Portaria 179/SEF de 14/07/2020 no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

Concórdia SC, 05 de Agosto de 2020.

ENORI ANTONIO BOLSI.  
Secretário Municipal da Fazenda

**EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 6/2020 - PMC**

Publicação Nº 2592312

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 6/2020 - PMC

Objeto: Credenciamento de interessados para prestar os serviços de transporte, estadia e guarda de veículos automotores, abandonados, removidos ou apreendidos por infração de trânsito em vias do nosso município, ou que, sob qualquer título, venham a ser recolhidos pelos agentes de autoridade de trânsito, conforme convênio celebrado entre Secretária de Estado da Segurança Pública – SSP/SC, Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SC, Polícia Militar – PM/SC e Município de Concórdia.

EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO

Em conformidade com artigo 49, da Lei nº 8.666/93, do citado diploma legal, torna-se público que o processo em referência foi ANULADO.

Fica despendida a necessidade de contraditório e ampla defesa. Aponta ainda o entendimento jurisprudencial e doutrinário o quais preveem que, anteriormente à adjudicação do objeto e homologação do certame é possível a supressão do contraditório e ampla defesa.

Concórdia, SC, 05 de agosto de 2020.

ELTON POLINA  
Secretário Municipal de Gestão Urbana

**EXTRATO DO TERMO DE REVOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2020 – PMC**

Publicação Nº 2592403

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2020 – PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de certificados digitais, do tipo A1, com fornecimento, validação, emissão e garantia de validade, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

EXTRATO DO TERMO DE REVOGAÇÃO

Em conformidade com artigo 49, da Lei nº 8.666/93, do citado diploma legal, torna-se público que o processo em referencia foi REVOGADO.

Concórdia, SC, 05 de agosto de 2020.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 128/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592424

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 128/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas na CI SEFAZ 117/2020, da Secretaria Municipal da Fazenda.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, na forma abaixo:

I – ANDRESSA REGINA GRIEBLER, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, a partir de 20 de agosto de 2020;

II – MARLON DE LAI DENEGA, ocupante do cargo de Contador, no período de 3 a 9 e a partir do de 26 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 2/2020**

Publicação Nº 2592196

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 2/2020**

Pelo presente Termo, a senhora NELLY PAULY GIULIATO, inscrito no CPF sob nº 347.936.409-82, fica autorizado a substituir o veículo do Termo de Autorização nº 7/2017, sendo que o veículo autorizado deverá ser utilizado como táxi, no Ponto de Táxi nº 11, localizado na Orestes Farina, em frente à edificação nº 405, Centro, cujo local, operará com o veículo das seguintes características:

I-marca: RENAULT  
II-modelo: LOGAN LIFE 1.0  
III-ano/modelo: 2019/2020  
IV-chassi: 93Y4SRZ85LJ316025

Diretoria de Trânsito, aos 04 de agosto de 2020.

RUDIMAR VITTO  
Diretor de Trânsito

Resultado do protocolo 14244/2020

**CÂMARA MUNICIPAL****EMENDA À LEI ORGÂNICA 25/2020**

Publicação Nº 2592216

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 25, DE 3 DE AGOSTO DE 2020.

Dá nova redação ao inciso XIV do art. 9º da Lei Orgânica do Município de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 33, § 2º da Lei Orgânica do Município de Concórdia, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica.

Art. 1º O inciso XIV do art. 9º da Lei Orgânica do Município de Concórdia passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º (...)

XIV – autorizar consórcios com outros municípios;” (NR)

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 3 de agosto de 2020.

Mauro A. Fretta  
Presidente

Margarete Poletto Dalla Costa  
1º Secretário

Marilane Fiametti Stuari  
2º Secretário

**BALANCETE FINANCEIRO 07/2020**

Publicação Nº 2592287

**SANTA CATARINA****CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Julho  
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>232.056,18</b>
		<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>222.584,60</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	274.553,13
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-51.968,53
		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>9.471,58</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.471,58
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>420.833,00</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	420.833,00		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>689.928,78</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>694.370,96</b>
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	6.407,42	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	6.407,42
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	46.226,93	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	900,31
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	318.939,19	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	405.238,25
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	318.355,24	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	281.824,98
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>756.588,58</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>940.923,22</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	756.588,58	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	940.923,22
<b>TOTAL</b>	<b>1.867.350,36</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.867.350,36</b>

CONCORDIA, 05/08/2020

MAURO ACIR FRETTE  
PresidenteDELAIR M. S. DALLEGRAVE  
Contador CRC SC 022.843/O-5

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 295/2020

Publicação Nº 2592140

PORTARIA Nº 295/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde ao servidor municipal ALBERTO ANTÔNIO GRASEL, matrícula nº1351101, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 03/08/2020.

Cordilheira Alta/SC, 05 de agosto de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

### PORTARIA Nº 296/2020

Publicação Nº 2592093

PORTARIA Nº 296/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal SÔNIA FÁTIMA CENCI, matrícula nº 593601, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/08/2020.

Cordilheira Alta/SC, 05 de agosto de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 297/2020**

Publicação Nº 2592134

PORTARIA Nº 297/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 07 (sete) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal TÂNIA MÁRCIA REES, matrícula nº 1371201, ocupante do cargo de Professor, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 05 de agosto de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO DE PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 32/2020

Publicação Nº 2591621

Processo administrativo nº 52/2020  
Edital de Pregão Presencial RP nº 32/2020

#### DECISÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa participante MALU INDUSTRI E COMÉRCIO DE CONFECCÕES EIRELI, tendo em vista não concordar com seu não credenciamento para participar do processo licitatório nº 52/2020, Pregão Presencial RP nº 32/2020, o qual tem por objetivo o registro de preço para possível aquisição de material de higiene e limpeza, conforme descrições do anexo D do edital.

O edital de referido processo licitatório determinou que o certame é exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte. Ainda, as datas de recebimento e abertura dos envelopes de credenciamento, proposta comercial e habilitação das empresas interessadas estavam bem definidas, onde o recebimento de toda a documentação foi determinado para o dia 15 de julho de 2020 até as 17h00min e a conferência de credenciamento e consequente abertura dos envelopes das licitantes ocorreu no dia 17 de julho de 2020 às 08h30min.

A recorrente apresentou documentos de credenciamento e envelopes de proposta comercial e habilitação tempestivamente, no entanto, no dia da licitação, quando a pregoeira passou a conferir os documentos das participantes notou a falta da certidão simplificada da recorrente, documento este que comprova o enquadramento como micro ou pequena empresa, assim como do ato constitutivo da mesma, a fim de comprovar poderes do credenciado para ofertar lances.

Diante da ausência destes documentos, a medida adotada foi o não credenciamento da empresa MALU INDUSTRI E COMÉRCIO DE CONFECCÕES EIRELI, por não ter comprovado a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte.

A recorrente alega em suas razões que no momento da entrega dos documentos deveriam ter sido apontadas tais falhas para que a empresa pudesse saná-las. Que durante a sessão do pregão solicitou que esses documentos fossem enviados por e-mail, o que não foi aceito pela pregoeira, mas permitiu que um concorrente enviasse sua proposta por e-mail para inserir no sistema, dessa forma agiu com desigualdade entre os participantes e, por fim que apenas duas empresas ofertaram lances no item 41 do certame, o que não estaria de acordo com o edital de licitação.

O prazo para contrarrazões decorreu sem qualquer manifestação.

É o relatório.

Decido.

O processo licitatório nº 52/2020, edital de pregão presencial RP nº 32/2020 foi definido como exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

A recorrente não foi credenciada no referido certame, pois não comprovou a qualidade de Micro ou Pequena Empresa através da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da Sede da licitante e não apresentou ato constitutivo da empresa.

O dia designado para recebimento dos envelopes de proposta e habilitação e documentação de credenciamento das empresas participantes foi no dia 15 de julho de 2020 até as 17h00min e a sessão do pregão estava designada para o dia 17 de julho de 2020, às 08h30min. As empresas deveriam comprovar sua qualidade de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, pois o processo em questão é exclusivo para esse tipo de empresas.

Diante disso, para a comprovação foi solicitado no item 3.5 do edital que as empresas deveriam apresentar a Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da licitante (item 3.5.3), onde deve constar seu enquadramento como Micro ou Pequena Empresa.

Ocorre que, a recorrente não apresentou a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina em seu credenciamento, por isso, não cumpriu com a primeira exigência do edital, ser micro ou pequena empresa e, assim sendo, não foi credenciada para participar do processo licitatório.

Alega a recorrente, em suas razões, que no momento do recebimento dos documentos de credenciamento deveriam ter sido levantadas as falhas, para saná-las; que foi permitido à outra empresa apresentação de documentos por e-mail, o que não foi permitido quando o recorrente pediu que o mesmo fosse feito e; que apenas duas empresas deram lances no item 41, o que fica em desconformidade com o art. 49, II, da Lei Complementar nº 123/06, por isso deveria ter participado, pois sua oferta era mais vantajosa.

De início, cumpre-se salientar que esta administração trabalha dentro dos ditames legais e adota procedimentos que buscam a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, transparência e eficiência, tendo como objetivo atuar de acordo com as necessidades dos municípios e de maneira proba.

A recorrente alega que no momento do protocolo deveriam ter sido conferidos os documentos entregues, a fim de que caso houvesse algum erro, o mesmo pudesse ser sanado, ocorre que a conferência da documentação é realizada no dia determinado para a sessão do pregão, não em momento anterior.

O protocolo é feito para atestar que a empresa entregou os envelopes e documentos pertinentes à licitação de maneira tempestiva, permitindo, em tese, sua participação no certame. Não é realizada a análise da documentação neste momento.

O protocolo foi realizado pelo setor de licitações, mas poderia ter sido feito pelo setor de tributos do município, que faz corriqueiramente os protocolos e, da mesma forma, teriam apenas recebido documentação, pois a conferência, como dito, é feita no momento da sessão do pregão pela pregoeira e equipe de apoio.

Quanto ao argumento de que a pregoeira aceitou documentos de outra empresa por e-mail e quando solicitado pelo recorrente não aceitou, tratando-o de forma desigual, não merece prosperar. Vejamos a diferença:

A recorrente solicitou que se a pregoeira aceitasse, encaminharia por e-mail a certidão simplificada emitida pela JUCESC, assim como o ato constitutivo da empresa. A outra participante, qual seja, Leandro Aparecido De Paula EPP, no momento de inserir sua proposta comercial no sistema, o pen drive com a proposta apresentou erro, diante disso, permitido o envio da mesma por e-mail.

A empresa Leandro Aparecido De Paula EPP, já havia se credenciado, sua proposta escrita havia sido apresentada corretamente, mas a proposta inserida no pen drive, que é de apresentação opcional das participantes, para acelerar a inserção da mesma no sistema, apresentou erro, assim, a participante solicitou que fosse encaminhado o arquivo por e-mail para que fosse mais rápido o que, de pronto, foi deferido, para que não houvesse atraso, pois, do contrário, a pregoeira lançaria manualmente, item por item no sistema, o que levaria certo tempo, em virtude da quantia de itens.

Já o recorrente, solicitou o envio de documentos por e-mail, os quais não estavam presentes em seu credenciamento e seu prazo de entrega era no dia 15 de julho de 2020.

Note a diferença de ambas as solicitações: se aceitasse da recorrente, estaria agindo de forma desigual com todos os demais participantes, que cumpriram o prazo de entrega de todos os documentos de credenciamento estabelecido pelo edital. A solicitação da empresa Leandro Aparecido De Paula EPP foi apenas para agilizar o processo, não causa ou causou dano a nenhum participante, por isso sua solicitação foi deferida e da recorrente indeferida.

A Lei nº 8.666/93, em seu art. 3º determina da destinada da licitação e os princípios que a regem, senão vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifei).

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório impõe a Administração e aos licitantes a observância às normas determinadas pelo edital de licitação, ou seja, faz lei entre as partes.

No caso em tela, a licitante deixou de observar o principal requisito de participação no certame, qual seja, demonstrar seu enquadramento como Micro ou Pequena Empresa através de um único documento, a Certidão Simplificada da sede da licitante, por isso não credenciada. Para corroborar, entende o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC) sobre o princípio da vinculação ao instrumento convocatório:

ESTADO DE SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA Apelação / Remessa Necessária n. 0300453-11.2017.8.24.0218 ESTADO DE SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA Apelação / Remessa Necessária n. 0300453-11.2017.8.24.0218, de Catanduvas Relator: Desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO, DIAGRAMAÇÃO, IMPRESSÃO, APLICAÇÃO DE PROVAS E PROCESSAMENTO DE DADOS DE CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PROVIMENTO DE VAGAS AO QUADRO GERAL DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA. DESCLASSIFICAÇÃO DE EMPRESAS POR APRESENTAREM PROPOSTAS EM DESCONFORMIDADE COM O EDITAL DO CERTAME, EXIGÊNCIA CONTIDA NO ÉDITO LICITATÓRIO NÃO CUMPRIDO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. NORMAS EDITALÍCIAS DESCUMPRIDAS. RECURSO VOLUNTÁRIO E REEXAME NECESSÁRIO DESPROVIDOS. INCABÍVEIS OS HONORÁRIOS RECURSAIS. "A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 26ª ed., São Paulo: Ed. Atlas, 2013. p. 246)" (TJSC, Apelação Cível n. 0311209-39.2014.8.24.0039, de Lages, rel. Des. Carlos Adilson Silva, j. 4/4/2017). V (TJSC, Apelação / Remessa Necessária n. 0300453-11.2017.8.24.0218, de Catanduvas, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, Segunda Câmara de Direito Público, j. 05-05-2020). (grifei)

Diante do entendimento do TJSC, se não observadas as regras contidas no instrumento convocatório o procedimento licitatório torna-se inválido, assim, ao aceitar a documentação apresentada pela empresa, o processo licitatório ficaria viciado e não respeitaria a isonomia com os demais participantes que apresentaram corretamente a documentação solicitada.

Diante disso, por não ter cumprido com o estabelecido pelo edital de licitação, não se credenciou para participar do certame.

Por fim, alega que o item 41 não foi cotado pelo mínimo de três empresas, ferindo com o determinado pelo art. 49, II da Lei Complementar 123/06.

Não assiste razão a recorrente, senão vejamos: o art. 49, II, da Lei Complementar 123/06, dispõe que:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.(grifei)

Da leitura do artigo supra, extrai-se a informação de que deve haver no mínimo 3 (três) empresas competitivas, do contrário, os arts. 47 e 48 da mesma lei, não se aplicam (o item fica aberto para empresas que não se enquadram como micro ou pequena empresa).

Ocorre que, 5 (cinco) empresas apresentaram proposta válida para o item, conforme pode ser verificado no quadro comparativo e histórico de lances do pregão, os quais estão anexados ao processo, portanto o alegado pela recorrente não é verídico.

Quanto ao valor final do item, conforme orçamentos que o município possui, os quais estão anexados a esta decisão, o valor arrematado pela empresa vencedora, está dentro dos preços práticos pelo mercado (R\$ 260,00).

O valor alegado pela recorrente só poderia ser verificado, caso seu envelope de proposta comercial fosse aberto no dia da licitação, o que não foi feito, por não ter comprovado sua qualidade de micro ou pequena empresa.

Diante do exposto, considerando a possibilidade apenas de reconsideração, DECIDO POR MANTER O NÃO CREDENCIAMENTO da empresa MALU INDUSTRI E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI para participação no processo licitatório nº 52/2020, edital de pregão presencial RP 32/2020, por não ter comprovado sua qualidade de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

De outro norte, ao encaminhamento à autoridade competente: OPINO À AUTORIDADE SUPERIOR/COMPETENTE PARA QUE ADOTE O INDEFERIMENTO DO RECURSO, E, POR CONSEQUENTE manter o não credenciamento da empresa MALU INDUSTRI E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI, por não atender as definições dadas pelo edital de licitação e comprovar ser Micro ou Pequena Empresa, conforme fundamentação desta pregoeira.

Coronel Freitas, SC, 30 de julho de 2020.

CAROLINA ROSALEN PIVA  
PREGOEIRA TITULAR (DEC. 8.319/19)  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES (DEC. 8.320/2019)  
DIRETORA DE COMPRAS

Processo administrativo nº 52/2020  
Edital de Pregão Presencial RP nº 52/2020

#### DECISÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Adoto fundamentos relatados pela Pregoeira, decido por receber o recurso, uma vez que apresentado de forma tempestiva.

Com relação o mérito, vislumbra-se que a empresa recorrente não assiste razão, pois não apresentou a documentação necessária para comprovação da qualidade de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o não credenciamento da empresa MALU INDUSTRI E COMÉRCIO DE CONFECCÇÕES EIRELI é a medida que se impõe.

Dessa forma, DECIDO por adotar opinião Pregoeira, pelos fundamentos expostos, recebendo o recurso, pois tempestivo, dando improviamento ao recurso interposto e, conseqüentemente, mantendo o NÃO CREDENCIAMENTO da empresa MALU INDUSTRI E COMÉRCIO DE CONFECCÇÕES EIRELI.

Ainda, na oportunidade, adjudico os itens aos vencedores do certame, pois apresentaram documentação exigida no edital de licitação. Encaminhe-se ao setor competente para dar prosseguimento nos atos de homologação dos itens.

Coronel Freitas – SC, 03 de agosto de 2020.

IZEU JONAS TOZETTO  
Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº133/2020

Publicação Nº 2591709

DECRETO Nº 133, DE 04 DE AGOSTO DE 2020

NOMEIA LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS PÚBLICOS DECLARADOS INSERVÍVEIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal, e da Lei Federal nº 8.666/93, especialmente o artigo 25, mais a INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 17, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado o Sr. Ruy Walter Baldissera, regularmente inscrito como Leiloeiro Oficial na JUCESC sob matrícula AARC 13, convidado por notória e comprovada experiência, bem como levado em conta o critério de antiguidade, além de região atuação do profissional, para realizar Leilão de bens do Patrimônio Público Municipal, cuja alienação foi autorizada pelo Poder Legislativo Municipal e declarados inseríveis através de Lei Municipal nº 756 de 16 de julho de 2020, destaca-se que o leiloeiro não poderá vender os itens por valor abaixo do mínimo avaliado.

Art. 2º O Leiloeiro está rigorosamente em dia com suas obrigações e nada receberá por parte do município pelos serviços prestados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 04 de Agosto de 2020.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Chefe de Gabinete

### PORTARIA Nº 114/2020

Publicação Nº 2591834

PORTARIA Nº. 114 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

**“ANTECIPA GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto nos artigos 12, XI, “a”, 94, VI, XVII e XLVI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando os princípios constitucionais da eficiência, moralidade, legalidade, economicidade, necessidade, interesse público e publicidade;

Considerando a Pandemia decorrente do vírus COVID- 19, que coloca em quarentena todos os cidadãos do nosso município, conforme Decreto Estadual n. 515/2020, Decreto 525/2020 e Decreto Municipal 074/2020, cujo medidas desta natureza são estendidas aos demais entes públicos;

Considerando que o servidor municipal que faz parte desta portaria ainda não possui férias vencidas, mas que futuramente fara jus ao direito constitucional;

Considerando que estes servidores, em tese, teriam direito do gozo dos 30 dias de férias somente após 12 (doze) meses de serviços;

Considerando que este é um caso excepcional de saúde pública, onde automaticamente o Poder Público sofrerá sérias consequências e prejuízos financeiros;

Considerando por derradeiro, por todas as razões expostas e pela conveniência e oportunidade, aliado com o dever/poder discricionário, bem como com base na Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar o gozo de Férias antecipadas ao Servidor abaixo relacionado, pelo período de 15 (Quinze) dias, no período de 21/08/2020 Á 04/09/2020 sendo que o direito do abono de 1/3 serão pagos na data em que cada servidor preencher o requisito de transcurso de 12 (doze) meses de serviços.

NOME	CARGO	REFERENCIA (Período aquisitivo)
Geneci da Costa Pertussatti	Fiscal de Tributos	01/04/2020 á 31/03/2021

Art. 2º. Aos servidores que forem exonerados em data anterior ao cumprimento do período aquisitivo serão descontados valores proporcionais recebidos a maior junto da rescisão contratual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 05 de Agosto de 2020.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Chefe de Gabinete

**Correia Pinto****PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO Nº 378/2020 PMCP - PROCESSO LICITATÓRIO - TOMADA DE PREÇOS Nº 38/2020 PMCP**

Publicação Nº 2592618

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 38/2020 PMCP  
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumentos: Contrato nº 0378/2020 PMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS, CNPJ 06.099.082/0001-50.

Objeto: EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO QUENTE (CBUQ) DA RUA LINDÓRIO ALVES DOS SANTOS, SITUADA NO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO SC, CONFORME CONTRATO DE REPASSE OGU MDR Nº 885039/2019 – OPERAÇÃO Nº 1065224-89, ENTRE O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Valor Total do Contrato: R\$ 220.986,43 (duzentos e vinte mil, novecentos e oitenta e seis reais e quarenta e três centavos).

Vigência: 04/08/2020 à 04/12/2020.

Celso Rogério Alves Ribeiro  
Prefeito

**PREGÃO ELETRÔNICO FMS Nº 07/2020**

Publicação Nº 2592676

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2020 – FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KIT DE TESTE RÁPIDO PARA ENFRENTAMENTO AO COVID 19, PARA USO CONFORME DEMANDA PELO FUNDO DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC. Menor Preço por Item. Edital e Envio das Propostas: a partir de 06/08/2020 Abertura dos envelopes: 12/08/2020 às 10:00 horas. Horário de Brasília, no site [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br) Base Legal: Lei nº 10.520/02, regulamentada pela Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007 e pela Lei Complementar nº 123/06, Lei nº 13.979/2020 e Medida Provisória nº 926/2020, por este Edital e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e demais normas legais federais e municipais vigentes. O edital poderá ser obtido no setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08h00minh às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

Correia Pinto/SC, 05 de agosto de 2020.

CELSON ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

## Corupá

## PREFEITURA

## DECRETO Nº 1978/2020

Publicação Nº 2591956



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0\*\*47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: [gabinete@corupa.sc.gov.br](mailto:gabinete@corupa.sc.gov.br)

## DECRETO Nº 1978/2020

**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JOAO CARLOS GOTTARDI**, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2369/2019 de 06 de dezembro de 2019, AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**DECRETA:**

**Art. 1** - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizar e abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Código	Classificação	Valor
06	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE</b>	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0304.0081.2010	VIGILANCIA EM SAÚDE - VS	
03380066	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	
33390000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 5.000,00
304	Referência Dotação	
<b>TOTAL R\$</b>		<b>5.000,00</b>

**Art. 2** - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município a saber:

Código	Classificação	Valor
06	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE</b>	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0304.0081.2010	VIGILANCIA EM SAÚDE - VS	
03380066	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	
34490000000000000000	Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
305	Referência Dotação	
<b>TOTAL R\$</b>		<b>5.000,00</b>

**Art. 3** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 6 de agosto de 2020.

**JOAO CARLOS GOTTARDI**  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 108/17**

Publicação N° 2591524

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 108/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: ORLEANS VIAGENS E TURISMO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 21.331.404/0001-38, estabelecida na Praça Samuel Sabatini, nº 226 – Sala 306, Centro, município de São Bernardo do Campo, CEP 09750-700.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto no contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 05 de agosto de 2020 até 04 de agosto de 2021.

Data da Assinatura: 13/07/2020

Data da Vigência: 04/08/2021

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

# Curitibanos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº5.367/2020

Publicação Nº 2592381

DECRETO Nº5.367/2020

DISPÕE SOBRE a redução de horário de funcionamento de estabelecimentos e atividades no âmbito municipal, como medida para o enfrentamento DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA de importância internacional DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTONIO GUIDI, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso IX da Lei Orgânica do Município, e ainda;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do art. 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO o Decreto nº 515, de 17 de março de 2020 do Governo do Estado de Santa Catarina, que declarou situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO o aumento significativo de casos positivos, e a constante ascensão para a Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19) em nossa cidade e região;

CONSIDERANDO a crescente taxa de ocupação de leitos destinados ao tratamento de pacientes infectados por coronavírus junto ao Hospital Regional Hélio Anjos Ortiz, único que atende a comunidade de Curitibanos e região;

CONSIDERANDO por fim, a necessidade de se adotar novas medidas preventivas e de enfrentamento à pandemia do COVID-19, de modo a evitar o colapso do sistema de saúde local;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam reduzidos para até as 20:00h (vinte horas), o horário da licença para funcionamento de todos os estabelecimentos, comércio, serviço, bares, restaurantes, lanchonetes e demais atividades de que trata o Decreto n. 5.356 de 10 de julho de 2020, em todo o território do município de Curitibanos, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979.

§ 1º. Estabelecimentos e atividades dispensados do alvará municipal, e aqueles que eventualmente venham a ser concedidos na vigência deste decreto, ficarão sujeitos ao seu cumprimento.

§ 2º. Permanecem inalterados os alvarás com horário de funcionamento inferior ao estabelecido no caput.

§ 3º. Não se aplica o disposto no caput, às seguintes atividades essenciais:

I - Assistência à saúde, incluídos os serviços médicos hospitalares, farmácias e afins;

II - Serviços públicos essenciais;

III - Serviços funerários e relacionados;

IV - Hotéis, pousadas e afins;

V - Postos de abastecimento de combustível, ficando proibida a permanência de clientes no interior do estabelecimento.

VI - Serviços de imprensa, jornalismo e relacionados;

VII - operações e serviços de delivery (entrega em domicílio) e tele-entrega;

Art. 2º. O prazo de vigência das medidas previstas neste Decreto será de 7 (sete) dias, podendo ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica local.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos/SC, 05 de agosto de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte, da Secretaria e mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário de Administração e Finanças

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2020

Publicação Nº 2592696

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2020

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE COMPRESSOR DE AR RESPIRÁVEL PARA USO NO QUARTEL 2ºBBM/SEDE DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTES EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA.

Os interessados em participar do certame deverão entregar, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 19/08/2020, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o apazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 16:00 horas do dia 19/08/2020, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura [www.curitiba.gov.br](http://www.curitiba.gov.br).

Curitiba, 05 de Agosto de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

## EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020

Publicação Nº 2592369

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020

O Fundo Municipal de Educação Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COMPLEMENTAÇÃO DA EXECUÇÃO E ACABAMENTOS DO CEI NOVA ALVORADA - NEIDE ARIOTTI, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 19/08/2020, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo. A partir das 14:00 horas do dia 19/08/2020, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, localizado na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura [www.curitiba.gov.br](http://www.curitiba.gov.br).

Curitiba, 05 de Agosto de 2020.

Joelma Aparecida Vargas

Presidente do Fundo

## ESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 56/2020

Publicação Nº 2592458

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 56/2020

Aditivo Nº ..... : 56/2020 - Contrato Nº: 73/2019

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: MXA SOLUTIONS EIRELI

CPF/CNPJ ..... : 26.498.828/0001-05

Valor ..... : 376,25 (trezentos e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 14/07/2020 Término: 27/10/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 32.156,48

Objeto ..... : ADITIVO DE VALOR PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 23/2020

Publicação Nº 2592538

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 23/2020

Contrato Nº.: 23/2020  
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada...: ALENKAR CALGAROTTO ME  
CPF/CNPJ ..... : 03.286.287/0001-56  
Valor ..... : 286,00 (duzentos e oitenta e seis reais)  
Vigência ..... : Início: 09/07/2020 Término: 09/07/2021  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 83/2020  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.067.3.3.90.00.00.00.00 (5) Saldo: 110.717,36  
Objeto ..... : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TOTEM COM DISPENSADOR PARA ALCOOL GEL, PARA USO NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, PARA ENFRENTAMENTO/COMBATE DO COVID, CONFORME DECRETO 13979/2020 E ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 24/2020

Publicação Nº 2592541

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 24/2020

Aditivo Nº ..... : 24/2020 - Contrato Nº: 10/2020  
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada...: EXPERTS TELECOM EIRELI - ME  
CPF/CNPJ ..... : 21.488.113/0001-58  
Valor ..... : 1.364,37 (um mil trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e sete centavos)  
Vigência ..... : Início: 29/07/2020 Término: 28/02/2021  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 81/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.067.3.3.90.00.00.00.00 (5) Saldo: 72.615,82  
Objeto ..... : ADITIVO DE PRAZO E VALOR REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO E CONECTIVIDADE COM INTERNET FIBRA ÓPTICA E VIA RÁDIO COM 100% DE GARANTIA EM PONTOS PARA USO NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS SETORES E SECRETARIAS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 105/2020

Publicação Nº 2592479

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 105/2020

Contrato Nº.: 105/2020  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: BALBINOT CONSTRUcoes EIRELI  
CPF/CNPJ ..... : 13.923.607/0001-95  
Valor ..... : 1.299.851,65 (um milhão duzentos e noventa e nove mil oitocentos e cinq-enta e um reais e sessenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 06/07/2020 Término: 06/02/2021  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 12/2020  
Recursos ..... : Dotação: 1.010.4.4.90.00.00.00.00 (19), 1.010.4.4.90.00.00.00.00 (20)  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO NO BAIRRO SÃO LUIZ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 106/2020**

Publicação Nº 2592494

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 106/2020

Aditivo Nº ..... : 106/2020 - Contrato Nº: 209/2018  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: BALBINOT CONSTRUÇOES EIRELI  
CPF/CNPJ ..... : 13.923.607/0001-95  
Valor ..... : 63.018,10 (sessenta e três mil e dezoito reais e dez centavos)  
Vigência ..... : Início: 06/07/2020 Término: 09/12/2020  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 51/2018  
Recursos ..... : Dotação: 1.010.4.4.90.00.00.00.00 (19) Saldo: 313.640,48  
Objeto ..... : construção de Unidade de Educação Infantil (Projeto Proinfancia Tipo 1), na Rua Cornélio de Haro Varela, em Curitiba, conforme descrição detalhada no memorial descritivo e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 107/2020**

Publicação Nº 2592499

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 107/2020

Aditivo Nº ..... : 107/2020 - Contrato Nº: 33/2020  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: CONTROLLER TECNOLOGIA E SIST. DE INFORMAÇÃO LTDA  
CPF/CNPJ ..... : 04.072.953/0001-16  
Valor ..... : 5.091,44 (cinco mil e noventa e um reais e quarenta e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 08/07/2020 Término: 01/05/2021  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (34) Saldo: 1.040.996,34  
Objeto ..... : ADITIVO DE VALOR PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMAS INFORMATIZADOS EDUCACIONAIS ONDE FAÇAM A IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO, TREINAMENTO PARA ADMINISTRATIVO E PROFESSORES E MANUTENÇÃO DO SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO (SOFTWARE) PARA A EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 108/2020**

Publicação Nº 2592503

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 108/2020

Contrato Nº...: 108/2020  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: ALENKAR CALGAROTTO ME  
CPF/CNPJ ..... : 03.286.287/0001-56  
Valor ..... : 10.296,00 (dez mil duzentos e noventa e seis reais)  
Vigência ..... : Início: 09/07/2020 Término: 09/07/2021

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 83/2020  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (34), 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (43)  
Objeto ..... : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TOTEM COM DISPENSADOR PARA ALCOOL GEL, PARA USO NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, PARA ENFRENTAMENTO/COMBATE DO COVID, CONFORME DECRETO 13979/2020 E ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 108/2020

Publicação Nº 2592603

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 108/2020

Contrato Nº.: 108/2020  
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada.: C. M. ORATHES CONFECÇÕES  
CPF/CNPJ ..... : 12.824.334/0001-69  
Valor ..... : 20.850,00 (vinte mil oitocentos e cinq-enta reais)  
Vigência ..... : Início: 02/07/2020 Término: 01/07/2021  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2020  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (11)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EPI'S E ÁLCCOL EM GEL PARA USO NA PROTEÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DA SAÚDE, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA CIVIL QUE ESTÃO ATUANDO NO ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DIANTE DA PANDEMIA COVID-19, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 109/2020

Publicação Nº 2592505

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 109/2020

Aditivo Nº ..... : 109/2020 - Contrato Nº: 66/2020  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada.: EXPERTS TELECOM EIRELI - ME  
CPF/CNPJ ..... : 21.488.113/0001-58  
Valor ..... : 24.215,52 (vinte e quatro mil duzentos e quinze reais e cinq-enta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 29/07/2020 Término: 28/02/2021  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 81/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (34), 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (43), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (45)  
Objeto ..... : ADITIVO DE PRAZO E VALOR REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO E CONECTIVIDADE COM INTERNET FIBRA ÓPTICA E VIA RÁDIO COM 100% DE GARANTIA EM PONTOS PARA USO NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS SETORES E SECRETARIAS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 109/2020

Publicação Nº 2592608

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 109/2020**

Contrato Nº.: 109/2020

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

CPF/CNPJ ..... : 25.267.561/0001-82

Valor ..... : 6.787,20 (seis mil setecentos e oitenta e sete reais e vinte centavos)

Vigência ..... : Início: 02/07/2020 Término: 01/07/2021

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2020

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (11)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EPI'S E ÁLCCOL EM GEL PARA USO NA PROTEÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DA SAÚDE, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA CIVIL QUE ESTÃO ATUANDO NO ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DIANTE DA PANDEMIA COVID-19. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 110/2020**

Publicação Nº 2592609

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 110/2020**

Contrato Nº.: 110/2020

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.: MAYCON WILL EIRELI

CPF/CNPJ ..... : 18.712.730/0001-80

Valor ..... : 595,00 (quinhentos e noventa e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 02/07/2020 Término: 01/07/2021

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2020

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (11)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EPI'S E ÁLCCOL EM GEL PARA USO NA PROTEÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DA SAÚDE, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA CIVIL QUE ESTÃO ATUANDO NO ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DIANTE DA PANDEMIA COVID-19. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 110/2020**

Publicação Nº 2592511

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 110/2020**

Contrato Nº.: 110/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada.: FRANCIELI APARECIDA TORIN

CPF/CNPJ ..... : 28.069.302/0001-35

Valor ..... : 27.696,50 (vinte e sete mil seiscentos e noventa e seis reais e cinq-enta centavos)

Vigência ..... : Início: 17/07/2020 Término: 06/07/2021

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 78/2020

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, POLÍCIA MILITAR, AMBIENTAL, CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 111/2020**

Publicação Nº 2592513

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 111/2020

Contrato Nº.: 111/2020  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: R.S. VAREJO EIRELI  
CPF/CNPJ ..... : 31.322.368/0001-08  
Valor ..... : 2.178,49 (dois mil cento e setenta e oito reais e quarenta e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 17/07/2020 Término: 06/07/2021  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 78/2020  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (34), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (45)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, POLÍCIA MILITAR, AMBIENTAL, CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 112/2020**

Publicação Nº 2592612

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 112/2020

Contrato Nº.: 112/2020  
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada...: ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA - ME  
CPF/CNPJ ..... : 78.989.126/0001-28  
Valor ..... : 353,20 (trezentos e cinq-enta e três reais e vinte centavos)  
Vigência ..... : Início: 02/07/2020 Término: 24/07/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 108/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (17), 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (29)  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO NAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MODELOS E ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 112/2020**

Publicação Nº 2592517

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 112/2020

Contrato Nº.: 112/2020  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: FRANCIELE CRISTINE LAMIN  
CPF/CNPJ ..... : 23.964.820/0001-07  
Valor ..... : 1.313,46 (um mil trezentos e treze reais e quarenta e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 17/07/2020 Término: 06/07/2021  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 78/2020

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, POLÍCIA MILITAR, AMBIENTAL, CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 113/2020

Publicação Nº 2592521

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 113/2020

Contrato Nº.: 113/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada...: CASA FAGUNDES COM. VARIED. EM GERAL LTDA ME

CPF/CNPJ ..... : 73.222.994/0002-45

Valor ..... : 14.190,00 (quatorze mil cento e noventa reais)

Vigência ..... : Início: 24/07/2020 Término: 24/10/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2020

Recursos ..... : Dotação: 2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (58), 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (59)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EMBALAGENS PARA DISTRIBUIÇÃO DE MARMITAS PARA ALUNOS EM VULNERABILIDADE SOCIAL, MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM RAZÃO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO/PREVENÇÃO DO COVID 19, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E DECRETO 13.979/20.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 113/2020

Publicação Nº 2592626

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 113/2020

Contrato Nº.: 113/2020

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada...: LARA SERVICO DENTARIO EIRELI - ME

CPF/CNPJ ..... : 28.069.626/0001-73

Valor ..... : 95.000,00 (noventa e cinco mil reais)

Vigência ..... : Início: 08/07/2020 Término: 19/06/2021

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2020

Recursos ..... : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (24), 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (36)

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para futura e eventual confecção de próteses dentárias totais para fornecimento a pacientes atendidos pelo Centro de Especialidades Odontológicas do Município de Curitiba, Conforme anexo 1 deste edital

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 114/2020

Publicação Nº 2592627

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 114/2020

Contrato Nº.: 114/2020

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada...: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA  
CPF/CNPJ ..... : 01.703.684/0001-50  
Valor ..... : 153.936,25 (cento e cinq-enta e três mil novecentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 08/07/2020 Término: 08/01/2021  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 36/2020  
Recursos ..... : Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.00 (6), 1.039.4.4.90.00.00.00.00.00 (8)  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ADEQUAÇÃO DAS SALAS DE ESTERILIZAÇÃO E REFORMA, DE 10 UNIDADES DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME CONVENIO 2019008217 JUNTO AO ESTADO DE SANTA CATARINA, E CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 114/2020

Publicação Nº 2592526

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 114/2020

Aditivo Nº ..... : 114/2020 - Contrato Nº: 161/2019  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: MXA SOLUTIONS EIRELI  
CPF/CNPJ ..... : 26.498.828/0001-05  
Valor ..... : 1.137,50 (um mil cento e trinta e sete reais e cinq-enta centavos)  
Vigência ..... : Início: 28/07/2020 Término: 27/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (34) Saldo: 984.182,61  
Objeto ..... : ADITIVO DE VALOR PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 115/2020

Publicação Nº 2592629

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 115/2020

Contrato Nº.: 115/2020  
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada...: ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA - ME  
CPF/CNPJ ..... : 78.989.126/0001-28  
Valor ..... : 176,60 (cento e setenta e seis reais e sessenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 08/07/2020 Término: 24/07/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 108/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (17), 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (24), 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (29)  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO NAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MODELOS E ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 116/2020**

Publicação Nº 2592535

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 116/2020

Contrato Nº.: 116/2020  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: JOSÉ ROBSON DA SILVA MEI  
CPF/CNPJ ..... : 34.446.345/0001-95  
Valor ..... : 1.000,00 (um mil reais)  
Vigência ..... : Início: 31/07/2020 Término: 30/09/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 100/2020  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (34) Saldo: 976.862,96  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DO VEICULOS DE USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E VICINAIS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 17/2020**

Publicação Nº 2592549

ESTADO DE SANTA CATARINA  
IPESMUC  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 17/2020

Contrato Nº.: 17/2020  
Contratante.: INST. PREV. SOCIAL SERV. PUB. M. CURITIBANOS  
Contratada...: ALENKAR CALGAROTTO ME  
CPF/CNPJ ..... : 03.286.287/0001-56  
Valor ..... : 286,00 (duzentos e oitenta e seis reais)  
Vigência ..... : Início: 09/07/2020 Término: 09/07/2021  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 83/2020  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (2)  
Objeto ..... : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TOTEM COM DISPENSADOR PARA ALCOOL GEL, PARA USO NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, PARA ENFRENTAMENTO/COMBATE DO COVID, CONFORME DECRETO 13979/2020 E ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 53/2020**

Publicação Nº 2592396

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 53/2020

Contrato Nº.: 53/2020  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: ALENKAR CALGAROTTO ME  
CPF/CNPJ ..... : 03.286.287/0001-56  
Valor ..... : 858,00 (oitocentos e cinq-enta e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 09/07/2020 Término: 09/07/2021

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 83/2020  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 54.308,85  
Objeto ..... : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TOTEM COM DISPENSADOR PARA ALCOOL GEL, PARA USO NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, PARA ENFRENTAMENTO/COMBATE DO COVID, CONFORME DECRETO 13979/2020 E ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 54/2020

Publicação Nº 2592420

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 54/2020

Aditivo Nº ..... : 54/2020 - Contrato Nº: 18/2020  
Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: EXPERTS TELECOM EIRELI - ME  
CPF/CNPJ ..... : 21.488.113/0001-58  
Valor ..... : 1.364,37 (um mil trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e sete centavos)  
Vigência ..... : Início: 29/07/2020 Término: 28/02/2021  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 81/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 45.970,78  
Objeto ..... : ADITIVO DE PRAZO E VALOR REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO E CONECTIVIDADE COM INTERNET FIBRA ÓPTICA E VIA RÁDIO COM 100% DE GARANTIA EM PONTOS PARA USO NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS SETORES E SECRETARIAS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 55/2020

Publicação Nº 2592423

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 55/2020

Contrato Nº...: 55/2020  
Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: CENTRAL SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA ME  
CPF/CNPJ ..... : 15.312.918/0001-43  
Valor ..... : 13.660,00 (treze mil seiscentos e sessenta reais)  
Vigência ..... : Início: 13/07/2020 Término: 19/03/2021  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2020  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 164.614,77  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, PARA ATENDIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, PELO PERÍODO DE 2020, NA FORMA DA LEI MUNICIPAL 5.147/2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 57/2020**

Publicação Nº 2592466

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 57/2020

Contrato Nº.: 57/2020  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: DA CAZ AUTO PECAS LTDA - EPP  
CPF/CNPJ ..... : 85.349.579/0002-36  
Valor ..... : 820,00 (oitocentos e vinte reais)  
Vigência ..... : Início: 28/07/2020 Término: 02/01/2021  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 203/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.104.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.096.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)  
Objeto ..... : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 97/2020**

Publicação Nº 2592473

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 97/2020

Aditivo Nº ..... : 97/2020 - Contrato Nº: 159/2018  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: ENGEGRU CONSTRUcoes LTDA - EPP  
CPF/CNPJ ..... : 18.345.650/0001-34  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 18/07/2020 Término: 02/09/2020  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 36/2018  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : ADITIVO DE PRAZO DE 45 DIAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, LOCALIZADO NO BAIRRO SÃO JOSÉ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

# Descanso

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2020 - FMS

Publicação N° 2591802

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DESCANSO/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 27/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Descanso torna público para conhecimento dos interessados que realizará Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço por Item, no dia 20 de agosto de 2020.

Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos de uso básico para distribuição nas Unidades de Saúde do Município de Descanso/SC, conforme as especificações contidas neste edital e em seus anexos.

Cadastro das Propostas: das 07h30min do dia 07 de agosto de 2020 até as 07h30min do dia 20 de agosto de 2020.

Abertura da Sessão Pública: às 07h45min do dia 20 de agosto de 2020.

A íntegra do edital encontra-se no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no endereço eletrônico [www.descanso.sc.gov.br](http://www.descanso.sc.gov.br), Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 05 de agosto de 2020.

Cléber Luiz Rech  
Gestor FMS

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020 - FMS**

Publicação Nº 2592588

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DESCANSO/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Descanso torna público para conhecimento dos interessados que realizará Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço por Item, no dia 13 de agosto de 2020.

**Objeto:** a aquisição de material de proteção e segurança (aventais em TNT) para os profissionais da saúde, em virtude da pandemia provocada pelo Covid-19, conforme as especificações do edital e seus anexos.

**Cadastro das Propostas:** das 07h30min do dia 07 de agosto de 2020 até as 07h30min do dia 13 de agosto de 2020.

**Abertura da Sessão Pública:** às 07h45min do dia 13 de agosto de 2020.

A íntegra do edital encontra-se no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no endereço eletrônico [www.descanso.sc.gov.br](http://www.descanso.sc.gov.br), Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 05 de agosto de 2020.

Cléber Luiz Rech  
Gestor FMS

# Dona Emma

## PREFEITURA

DECRETO Nº 073/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2591725



### MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

DECRETO Nº 073/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

**“Dispõe sobre medidas de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19, e dá outras providências.”**

**NERCI BARP**, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos VI e XVI do art. 79 da Lei Orgânica do Município, de 31 de março de 1990;

**CONSIDERANDO** a publicação da Portaria SES nº 464, de 03 de julho de 2020, a qual instituiu o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID19, delegando aos Municípios e às respectivas Regiões de Saúde as tomadas de decisões relativas à flexibilização ou restrição de atividades sociais e econômicas;

**CONSIDERANDO** que as medidas de retomada das atividades sociais e econômicas que impactem diretamente em municípios vizinhos devem considerar a situação mais atual do sistema de saúde da respectiva Região de Saúde;

**CONSIDERANDO** que por força do disposto no Decreto Estadual nº 740, de 24 de julho de 2020, está autorizada a prática de atividades físicas individuais, inclusive nas regiões classificadas como risco gravíssimo na matriz de risco epidemiológico-sanitário;

**CONSIDERANDO** a entrada em vigor da Lei Estadual nº 17.974, de 30 de julho de 2020, a qual reconhece “os serviços de alimentação tais como restaurantes, lanchonetes, padarias e similares como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia, determinando que eventuais restrições ao funcionamento destes estabelecimentos “deverão fundamentar-se nas normas sanitárias ou de segurança pública aplicáveis”, bem como, “serão precedidas de decisão administrativa fundamentada da autoridade competente” indicando “a extensão, os motivos e critérios científicos e técnicos embasadores das medidas impostas”;

**CONSIDERANDO** a entrada em vigor do Decreto Estadual nº 762, de 31 de julho de 2020, o qual determina a suspensão da “circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros”, nas regiões classificadas como risco gravíssimo na matriz de risco epidemiológico-sanitário da SES, pelo período de 7 (sete) dias a contar do dia 03 de agosto de 2020, e que o mesmo decreto incluiu a região do Alto Vale do Itajaí nesta classificação;

**CONSIDERANDO** o Decreto Municipal nº 065/2020, de 15 de julho de 2020, o Delega poder fiscalizatório, investindo como autoridades de saúde, na forma da Lei Estadual n. 6.320, de 20 de dezembro de 1983, os militares e servidores da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, no âmbito do Município em cumprimento às



## MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

ações em saúde pública voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências.

### DECRETA:

**Art. 1º** É obrigatório o uso de máscaras, sejam elas de tecido, polímero, costura ou descartáveis a todas as pessoas durante a utilização de espaços públicos e comuns ou ambientes de circulação de pessoas, enquanto perdurar a pandemia do Coronavírus.

**§ 1º** A utilização do equipamento visa diminuir os riscos de contaminação pelo novo Coronavírus.

**§ 2º** Os equipamentos a serem utilizados, deverão, quando produzidas artesanalmente, seguir as orientações da Nota Informativa nº 03/2020 do Ministério da Saúde.

**Art. 2º** São considerados espaços públicos e comuns:

- I** - vias públicas;
- II** – parques e praças;
- III** - veículos de transporte coletivo, de táxi, mototáxi ou aplicativos de transporte;
- VI** - repartições públicas;
- V** - estabelecimentos comerciais, de serviços, industriais, bancários, empresas e quaisquer estabelecimentos congêneres;
- VI** - outros locais em que possa haver aglomeração de pessoas.

**Art. 3º** Os prestadores de serviços públicos de transporte coletivo, táxi, mototáxi, e congêneres serão responsáveis pela exigência do equipamento de proteção de seu usuário.

**Art. 4º** Os estabelecimentos comerciais, de serviços, indústrias, instituições financeiras, empresas e estabelecimentos congêneres e as repartições públicas, serão responsáveis em zelar pelo cumprimento das seguintes exigências sanitárias para controle da disseminação do Coronavírus:

**I** - os estabelecimentos de que trata o *caput* deste artigo deverão garantir que seja mantido o afastamento mínimo de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) de raio entre cada cliente, especialmente nas filas;

**II** - os estabelecimentos de que trata o *caput* deste artigo deverão fornecer na entrada álcool 70% para os clientes;

**III** - somente clientes que estiverem de máscara poderão acessar o estabelecimento ou permanecer nas filas de acesso;

**IV** - é obrigatório o uso da máscara durante o período de permanência no estabelecimento, com exceção no momento de alimentação e ingestão de bebidas;

**V** - nos bares, lanchonetes e similares é vedada a alimentação e consumo de bebidas nos balcões de atendimento;



## MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

**VI** - nos supermercados, mercados e congêneres é permitida a entrada de somente uma pessoa por família;

**VII** - nos supermercados, mercados e congêneres é vedada a utilização de cestinhas, e cada cliente utilizará carrinho devidamente higienizado;

**VIII** - nos bares, lanchonetes, restaurantes e similares é vedada a prática de jogos de mesa, sinuca, bocha e similares de qualquer espécie.

**Parágrafo Único.** Para determinação da capacidade de lotação, deverá ser considerada apenas a área útil de permanência dos clientes.

**Art. 5º** Todos os estabelecimentos comerciais deverão controlar o acesso e permanência de clientes no máximo de 40% da capacidade total de público.

**Art. 6º** Para a realização de missas, cultos e outras celebrações religiosas, fica limitada a permanência de público no máximo de 30% da capacidade total do espaço.

**Art. 7º** As academias de musculação e ginástica, estúdios de atividade física e similares deverão limitar o acesso e permanência de clientes no máximo de 15% da capacidade total de público.

**Art. 8º** Todos os estabelecimentos de que trata este decreto, deverão afixar em sua entrada informações contendo a capacidade máxima de público, as determinações de uso de máscara, álcool 70% e distanciamento social.

**Art. 9º** Fica proibido até o dia 08 de setembro de 2020, a prática das seguintes atividades:

**I** - A realização de todo e qualquer evento público e privado que implique em aglomeração de pessoas.

**II** - Música ao vivo em eventos de qualquer natureza;

**III** - Parques, ginásios e clubes de lazer públicos e privados, ficando permitido somente o funcionamento de restaurantes e academias (dentro de clubes), conforme protocolos preestabelecidos;

**IV** - Quaisquer atividades esportivas coletivas em ambientes públicos e privados, incluindo-se atividades de futsal e futebol amador em campos/ginásios públicos ou privados; além de jogos de cartas, dominó, sinuca e bocha em bares, lanchonetes, lojas de conveniência, e demais estabelecimento comerciais.

**Art. 10.** Os velórios deverão observar duração máxima de 06 (seis) horas, devendo ser restrito a familiares e proibindo-se a permanência simultânea de mais de 10 (dez) pessoas.

**Art. 11.** Na infração de qualquer artigo deste decreto será imposta a multa no valor de R\$ 600,00.



## **MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

**Parágrafo Único.** A penalidade de multa será aplicada somente em caso de reincidência comprovada do infrator.

**Art. 12.** Para o disposto no artigo 11 está assegurado, na forma da legislação sanitária, o amplo direito de defesa.

**Art. 13.** A fiscalização do cumprimento desta resolução ficará a cargo da Vigilância Sanitária, Defesa Civil, Polícia Militar e demais órgãos investidos como autoridades de saúde.

**Art. 14.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, por prazo indeterminado.

**Art. 15.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Dona Emma (SC), 05 de agosto de 2020**

**NERCI BARP**  
Prefeito Municipal

Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

**RUBENS STANKE**  
Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de  
Administração, Finanças e Planejamento

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### LEI Nº 941/2020

Publicação Nº 2591807

LEI ORDINÁRIA Nº 941, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

Altera a composição do Conselho Municipal de Saúde.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, Prefeita de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Art. 3º da Lei 665 de 08 de março de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. O Conselho terá a seguinte composição:

I - de forma paritária, escolhidos de comum acordo entre os órgãos e entidades, ou através de votação, sendo demonstrado em ata, pelos conselheiros em exercício. As representações no conselho serão assim distribuídas:

- a) 04 (quatro) representantes de entidades não governamentais e/ou dos usuários do SUS;
- b) 02 (dois) representantes dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde Municipal;
- c) 02 (dois) representantes do Poder Executivo, indicados pelo Prefeito e/ou Secretário Municipal;

II - Cada segmento representado do conselho terá um suplente, eleito ou escolhido pela entidade representativa através de documento.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 04 de agosto de 2020; 32º ano de Fundação; 31º ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES  
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho, SC, 04 de agosto de 2020.

TARCISIO LENZI  
Chefe de Gabinete

# Entre Rios

## PREFEITURA

### PARECER JURÍDICO

Publicação Nº 2591569

PARECER JURÍDICO Solicitante: A Comissão do Processo Administrativo Disciplinar  
Portaria de Instauração nº. 309/2019  
Processo nº. 002/2019  
Presidente da Comissão: Admir Hammerich  
Investigante: Município de Entre Rios/SC  
Procurador: Elton John Martins do Prado  
Investigado: Peterson Aalberici  
Procurador: Sadi Paulo Panassolo Junior

#### I- DO RELATÓRIO:

Trata-se de parecer jurídico solicitado pelo Presidente do Processo Administrativo Disciplinar em epígrafe, o qual solicitou parecer jurídico abrangendo as matérias debatidas nos autos, a legalidade do processo e demais orientações jurídicas acerca do deslinde do processo.

Assim, vejo de grande valia, fazer um relatório do que restou na instauração deste processo, bem como, dos atos aqui praticados.

O presente processo foi instaurado pela autoridade administradora diante de reclamações por parte da Secretária Municipal de Saúde, em decorrência de faltas constantes e injustificadas do Investigado, o que estaria causando transtornos nos trabalhos na farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, conforme pode ser observado nos documentos/denúncias constantes nas folhas 06-10.

Cumpra aqui enfatizar, de que o Investigado exerce o cargo de farmacêutico junto a Secretaria Municipal de Saúde, isso após aprovação em concurso.

Após apresentação das denúncias acima citadas (folhas 06-10), por este que subscreve, foi apresentado parecer jurídico com orientações pertinentes ao caso, tendo sugerido a instauração de processo administrativo disciplinar (folhas 11-15), o que restou acolhido pelo Chefe do Poder Executivo, e expediu a portaria nº. 309/2019, meio este pelo qual restou nomeada a Comissão ora processante, e demais atos para o andamento dos autos (folhas 01-05).

Tanto o parecer jurídico como a portaria, foram devidamente publicados nos meios oficiais adotados pela Administração, respeitando dessa forma o princípio da publicidade, exigido pelo caput do artigo 37, da Constituição Federal (folhas 56-61).

Nos autos foram colacionados cópias dos documentos constantes na pasta funcional do Investigado, bem como, relatórios de cartão ponto (folhas 16-55).

Na sequência, foi realizada a citação do Investigado (folhas 62-63), tendo este deixado de apresentar defesa prévia (folhas 64), motivo pelo qual a Comissão processante declarou sua revelia, e nomeou um defensor para exercer a defesa (folhas 65-74), tendo esgotado o prazo para tanto (folhas 75).

Após isso, o Investigado por meio de seu defensor nomeado, de forma intempestiva, apresentou defesa prévia, sendo certificado nos autos (folhas 84-88).

A Comissão entendeu por realizar audiência para oitiva de testemunhas e interrogatório do Investigado, sendo intimadas as testemunhas arroladas pela Comissão e pelo Investigado, tendo sido realizado o referido ato (folhas 76-83 e 89-130).

Vale também registrar, que em sua defesa (folhas 85-88), alegou que na portaria instauradora não cita quais os dispositivos teria infringido, que a única penalidade que poderia ser imposta é a advertência, que mesmo contendo falta, teria apresentado atestado médicos, que nas suas férias teria efetuado um acordo com a administração de comparecer uma vez por semana para a entrega de medicamentos, que as faltas teriam sido descontadas de seu salário não havendo prejuízo ao erário, e que não há provas que suas faltas teriam causado prejuízo ao erário, e deveria ser absolvido.

Já em suas alegações finais (folhas 131-134), alegou que não ficou demonstrado as afirmações de descumprimento de seus deveres, que o contido nas denúncias não ficaram provadas, que não há nos autos indícios de provas do prejuízo ao atendimento normal da unidade de saúde, que assim deveria ser absolvido, e se este não for o entendimento, pugnou por penalidade mais branda, sendo a advertência.

Esse é o relatório, assim, passo apreciação do mérito, isso de forma explicativa em consonância a fundamentos jurídicos.

#### II- DO FUNDAMENTO:

Diante do solicitado na decisão do Presidente da Comissão (folhas 135-136), para que não haja embrulho nas matérias a serem debatidas neste parecer, passo as considerações e fundamentos de forma separada.

##### a) Da legalidade do processo:

Indubitável de que a Administração Pública deve praticar seus atos com base em disposições legais, isso está devidamente expresso em nosso texto constitucional, no caput do artigo 37, o que também conhecido/definido como o princípio da legalidade, pois veja:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:” (Grifei).

Para uma melhor compreensão sistemática do referido princípio, trago os ensinamentos elencados por umas das mais brilhantes doutrinadoras de direito administrativo, Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

“É aqui que se melhor se enquadra aquela ideia de que, na relação administrativa, a vontade da Administração Pública é a que decorre de

lei. Segundo o princípio da legalidade, a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite. Em decorrência disso, a Administração Pública não pode, por simples ato administrativo, conceder direitos de qualquer espécie, criar obrigações ou impor vedações aos administrados; para tanto ela depende de lei.” (PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito administrativo 31, ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018).

Portanto, o que se extrai do referido princípio analisando em conjunto com o assunto ora em apreciação, é que os atos/procedimentos a serem adotados pela Administração Pública, devem ser respaldados nas normas jurídicas.

Sobre a legalidade destes autos, vejo que os atos até então praticados são amparados em lei específica, uma vez que a Lei Complementar Municipal nº. 018 de 05 de outubro de 2007, possui um título específico que rege o processo administrativo disciplinar, sendo o título V, artigos 150-182.

Sobre o fato de a Secretária Municipal de Saúde ter apresentado denúncia sobre as condutas/omissões do Investigado, ainda, da instauração do presente processo pelo Chefe do Poder Executivo, vale enfatizar, a disposição dos artigos 150, caput e 151, caput, da Lei Complementar Municipal nº. 018 de 05 de outubro de 2007:

“Art. 150. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurado ao indiciado ou acusado o contraditório e ampla defesa.”

“Art. 151. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito.”

Aqui, vale destacar, os ensinamentos de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

“O processo tem início com despacho de autoridade competente, determinando a instauração, assim que tiver ciência de alguma irregularidade; ela age ex officio, com fundamento no princípio da oficialidade”. (PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito administrativo 31, ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018). (Grifei).

Por tais disposições legais, e ainda, pelos fatos e atos administrativos praticados nestes autos, se evidencia de que tudo até aqui praticado, foi com base legal, sendo respeitados o princípio da legalidade, não havendo qualquer ilegalidade que pudesse causar prejuízo as partes, assim, é legal instauração destes autos.

b) Das matérias debatidas nos autos:

Pelo contexto do contido nas denúncias constantes nos autos (folhas 06-10), na defesa prévia do Investigado (folhas 85-88), e das alegações finais de defesa (folhas 131-134), as matérias debatidas nos autos, seriam: faltas injustificadas pelo Investigado/assiduidade e pontualidade no serviço, à revelia, a ausência de provas das faltas e de prejuízo ao erário, o que passo a tratar de forma separada.

b.1) Da assiduidade e pontualidade no serviço:

Pelo contexto das denúncias (folhas 06-10), se extrai de que o Investigado faltava com frequência, o que traria prejuízo no atendimento da farmácia na unidade de saúde deste município, conseqüentemente não mantinha seu dever de assiduidade e pontualidade no serviço. Este dever, e dentre outros narrados nas denúncias, possuem previsão legal, isso no artigo 122, I, III, IV e X, da Lei Complementar Municipal nº. 018 de 05 de outubro de 2007:

“Art. 122. São deveres do servidor:

- I – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e outras do serviço público;
- III – observar as normas legais e regulamentares;
- IV – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- X – ser assíduo e pontual ao serviço;”.

Além dos deveres acima citados, a referida norma, elenca vedações aos servidores, sendo uma delas, ausência do serviço sem autorização, isso no artigo 123, I:

“Art. 123. Ao servidor é vedado:

- I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização da chefia imediata;”.

Diante das disposições legais acima expostas, para que o servidor seja penalizado, deve haver prova de sua ação/omissão nos termos ali contidos, assim, por ora, é de grande importância verificar se o Investigado incidiu nas normas citadas, isso com bases nas provas contidas nos autos.

De início vale destacar, o conteúdo das denúncias contidas nas folhas 06-10, apresentadas pela Secretária Municipal de Saúde:

Denúncia folhas 07, data 01 de agosto de 2019, protocolo nº. 7.767:

“Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para informar e pedir providencia em relação ao Servidor Público Municipal Peterson Alberici lotado nesta secretaria municipal no cargo de farmacêutico. Sendo que o mesmo apresenta muitas faltas injustificadas ao trabalho, em vezes chega atrasado, não comunica a falta nem os atrasos.”. (Grifei).

“Peço para que solicite ao setor de RH da Prefeitura Municipal o registro de ponto do Servidor Peterson para que se comprovem as faltas e atrasos ao serviço. Sugiro também para ligue na Regional de Saúde com Farmacêutica responsável por processos e medicações do estado, para fim de comprovação de tal irresponsabilidade do memo”.

“Justifico que o Servidor é o púnico farmacêutico do Setor Público deste Município, com sua ausência ao trabalho torna-se prejudicial às atividades na Unidade, pois tem entrega de medicamentos com receitas de controle especial que só podem ser entregues pro farmacêuticos,

com a ausência deste acabamos ouvindo reclamações e o descontentamento da população por não poderem retirar suas medicações.”. (Grifei).

Denúncia folhas 08, data 05 de abril de 2019, protocolo nº. 7.398:

“Presado senhor, Viemos através deste, relatar as faltas ao trabalho do servidor publico Peterson Alberici (farmacêutico). O servidor falta ao trabalho sem justificativa, muitas vezes chega atrasado ao trabalho, no horário do almoço sai antes das 11:30 horas, a tarde também as vezes sai antes do horário de saída, os pacientes chegam para pegar medicação e ele não está mais para entregar, acabam nos xingando e reclamando que o farmacêutico nunca esta na unidade. E isso vem causando tumulto e estresse na equipe devido aos xingamentos e reclamação. Solicito ao Senhor Prefeito providencias sem relação a essas faltas, pois, a farmácia não pode ficar aberta e ser entregues medicamentos controlados sem farmacêutico responsável presente, acaba sempre os pacientes tendo que voltar mais vezes à unidade para retirar os medicamentos, e na maioria das vezes é pessoas humildes do interior que vêm de carona. [...]”. (Grifei).

Denúncia folhas 09, data 18 de junho de 2018, sem protocolo, mas recebido pelo então Secretário Municipal de Administração:

“Cumprimentando cordialmente, venho através deste, informar ao Senhor Prefeito Municipal que o servidor público no cargo de farmacêutico Peterson Alberice, vem apresentando muitas faltas injustificadas ao trabalho, prejudicando as atividades da UBS. Solicitamos providências pois a farmácia Municipal não pode funcionar sem a presença de um farmacêutico. [...]”. (Grifo do autor).

Denúncia folhas 10, data 14 de novembro de 2017, sem protocolo, mas recebida pelo então Chefe do Poder Executivo:

“Venho através deste, informar ao Senhor Prefeito Municipal, das constantes faltas e atrasos do Farmacêutico Peterson Alberici, na Unidade Básica de Saúde desta secretaria. O mesmo tem um contrato de 40 horas semanal. Peço para que seja tomada providencias, pois os ocorridos são frequentes e tem causado transtornos e prejuízos a equipe da UBS e principalmente aos pacientes que vem muitas vezes do interior buscar medicamentos e não conseguem devido à falta de farmacêutico, ou tem que esperar por horas quando ele vem. Informo ainda que o mesmo não avisa quando vai faltar e nem quando vai chegar atrasado, e ainda dificilmente atende o telefone quando ligamos da UBS, para saber se vem ou não. [...]”. (Grifei).

Pelo contexto das denúncias acima descritas, não há como não verificar as omissões do Investigado, pois as reclamações/denúncias foram feitas pela Secretária Municipal de Saúde, e vem sendo apresentadas desde o ano de 2017, assim, se denota de forma clara, de que o Investigado falta ao serviço, e ainda, se ausenta de seu serviço sem prestar justificativa e sem autorização, assim, vê que não é assíduo e pontual ao seu serviço, infringindo assim a legislação local, acima citada.

Vale enfatizar, os depoimentos prestados pelas testemunhas, sendo que prestaram depoimentos abonatórios, ou seja, relacionado a pessoa do Investigado e como trato as pessoas e servidores como funcionário, tendo a Sr.<sup>a</sup>. Cleunice dos Santos confirmado que “teve dias da semana que ele não veio” (02:30mim), “os dias que ele não vinha daí tinha a Cris” (03:10mim), mídia folhas 131.

Já o interrogatório do Investigado, foi pautado em explicações sobre o exercício de suas funções, sobre o profissional habilitado para a substituição de quando da sua ausência, de que teria compensado suas faltas em suas férias, e que atende municípios fora do horário de atendimento da farmácia, que não teria reclamações de suas ausências no trabalho, que não houve ato da secretária de saúde autorizando a compensação e suas faltas por dia de trabalho me suas férias, que acredita que suas faltas não atrapalharam o atendimento na farmácia, pois sempre ficou alguém pra substituir, e que a Secretária teria reclamado sobre as suas faltas.

Além do acima contido, para verificar a caracterização das ações/omissões contidas nas denúncias, ou seja, a falta e/ou ausência do Investigado em seu local de trabalho, é de suma importância verificar seu cartão de ponto do, os quais constam acostados aos autos nas folhas 50-55.

Em análise aos referidos documentos, se denota de que realmente o Investigado falta em seu serviço de forma continua e excessiva, o que passo a demonstrar de formar separada e detalhada:

a) na página 50, se constata que faltou 07 (sete) dias de trabalho, sendo nos dias 13/02/19, 14/02/19, 18/02/19, 19/02/19, 22/02/19, 26/02/19 e 28/02/19, tendo 56:00hrs de faltas, e descontando os bancos de horas 05:31hrs, soma a quantia de 50:69hrs de falta e/ou ausência do trabalho;

b) na página 51, se constata que faltou 06 (seis) dias de trabalho, e se ausentou do trabalho, ou faltou meio período por 04 (quatro) oportunidades, sendo nos dias 01/03/19, 06/03/19, 08/03/19, 11/03/19, 19/03/19, 20/03/19, 25/03/19, 26/03/19, 27/03/19 e 29/03/19, tendo 60:57hrs de faltas, e descontando os bancos de horas 10:44hrs, soma a quantia de 50:13hrs de falta e/ou ausência do trabalho;

c) na página 52, se constata que faltou 07 (sete) dias de trabalho, e se ausentou do trabalho, ou faltou meio período por 08 (oito) oportunidades, sendo nos dias 02/04/19, 03/04/19, 04/04/19, 05/04/19, 08/04/19, 09/04/19, 11/04/19, 12/04/19, 16/04/19, 22/04/19, 23/04/19, 24/04/19, 25/04/19, 26/04/19 e 30/04/19, tendo 85:34hrs de faltas, e descontando os bancos de horas 06:02hrs, soma a quantia de 79:32hrs de falta e/ou ausência do trabalho;

d) na página 53, se constata que faltou 02 (dois) dias de trabalho, e se ausentou do trabalho, ou faltou meio período por 09 (nove) oportunidades, sendo nos dias 06/05/19, 08/05/19, 10/05/19, 13/05/19, 15/05/19, 16/05/19, 20/05/19, 24/05/19, 27/05/19, 30/05/19 e 31/05/19, tendo 37:19hrs de faltas, e descontando os bancos de horas 09:03hrs, soma a quantia de 28:16hrs de falta e/ou ausência do trabalho;

e) na página 54, se constata que se ausentou do trabalho, ou faltou meio período por 11 (onze) oportunidades, sendo nos dias 03/06/19, 04/06/19, 07/06/19, 11/06/19, 12/06/19, 13/06/19, 17/06/19, 18/06/19, 24/06/19, 25/06/19 e 26/06/19; tendo 43:30hrs de faltas, e descontando os bancos de horas 05:16hrs, soma a quantia de 38:14hrs de falta e/ou ausência do trabalho; e,

d) na página 55, se constata que faltou 02 (dois) dias de trabalho, e se ausentou do trabalho, ou faltou meio período por 11 (onze) oportunidades, sendo nos dias 01/07/19, 02/07/19, 03/07/19, 08/07/19, 09/07/19, 16/07/19, 17/07/19, 18/07/19, 23/07/19, 24/07/19, 25/07/19, 26/07/19 e 31/07/19, tendo 44:30hrs de faltas, e descontando os bancos de horas 08:16hrs, soma a quantia de 35:90hrs de falta e/ou ausência do trabalho.

Cumpra aqui destacar, de que para verificar se as faltas/ausências acima descritas foram justificadas, consta-se de que na pasta funcional (folhas 16-48), inexistem qualquer documento médico, ou de frequência de curso que seja possível/hábil para justificar as faltas/ausências

acima descritas, e em sua defesa, o Investigado não apresentou documento que as justifiquem, nem mesmo, indicou provas hábeis para tanto, valendo lembrar, de que mesmo que aduz que tenha trabalhado em suas férias, nada consta em sua pasta funcional, e conforme confirmado pelo próprio Investigado em seu interrogatório, inexistente ato formal sobre tal alegação, decaindo deste modo, o ônus probatório do Investigado, ou seja, não provou suas alegações.

Diante das considerações acima descritas, da prova oral produzida, as denúncias que motivaram a instauração do presente processo, cai por terra a alegação do Investigado de que não há prova das suas faltas e ausências do trabalho, tendo em vistas que nos autos possui três espécies de provas, documental (denúncias e cartão ponto), testemunhal (Cleunice dos Santos, 02:30mim e 03:10mim), e o próprio interrogatório do Investigado, assim, restou devidamente provado os fatos constantes nas denúncias.

Por tais provas e fatos, não há como dar crédito as alegações apresentadas em sua defesa prévia e alegações finais de defesa, motivo este, que sugiro para que sejam afastadas todas as teses apresentadas pelo Investigado.

Assim, se evidência de que o Investigado incidiu nos artigos 122, I, III, IV, X, e 123, I, da Lei Complementar Municipal nº. 018 de 05 de outubro de 2007, devendo assim, ser aplicada penalidade, o que por vejo que deve ser a prevista no artigo 133, I, da citada lei, o qual prevê:

“Art. 133. São penalidades disciplinares:

I – advertência;”.

Diante do exposto, sugere-se que sejam afastadas as teses apresentadas pelo Investigado, devendo ser condenado pela incidência dos artigos 122, I, III, IV, X, e 123, I, da Lei Complementar Municipal nº. 018 de 05 de outubro de 2007, e sofrer a penalização de advertência, prevista no artigo 133, I, da citada lei.

#### b.2) Da revelia e seus efeitos:

Foi devidamente realizada a citação do Investigado (folhas 62-63), este deixou de apresentar defesa prévia (folhas 64), motivo pelo qual, a Comissão processante declarou sua revelia, e nomeou um defensor para exercer a defesa (folhas 65-74), tendo esgotado o prazo para tanto (folhas 75).

Aqui é de ser relevado duas situações para a compressão da matéria, sendo o significado da revelia, e seus efeitos, o que passo a fazer.

Sobre o significado da revelia, trago os ensinamentos do processualista Marcus Vinicius Rios Gonçalves:

“A revelia é a omissão do réu, que não se contrapõe ao pedido formulado na inicial. Já a contumácia é a inércia de qualquer das partes, que deixa de praticar um ato processual que era ônus seu. Só o réu pode ser revel; jamais o autor. Mas contumaz pode ser qualquer das partes. A revelia é uma espécie do gênero contumácia, específica para a hipótese de o réu não apresentar defesa.”. GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil esquematizado. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (Coleção esquematizado® / coordenador Pedro Lenza). 1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Título II. Lenza, Pedro III. Série.). (Grifei).

Vale enfatizar, a legislação municipal, mais precisamente a Lei Complementar Municipal nº. 018 de 05 de outubro de 2007, o seu artigo 172, §1º:

“172. Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§1º. A revelia será declarada por termo nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§2º. Para defender o indiciado a revel a autoridade instauradora do processo designará um servidor como defensor, com nível de formação ou ocupante de cargo de nível igual ou superior ao do indiciado.”.

Em breve análise aos autos, se denota de que a Comissão seguiu os ditames do artigo em epigrafe, sendo que após a citação do Investigado (folhas 62-63), este deixou de apresentar defesa prévia (folhas 64), a Comissão processante declarou sua revelia, e nomeou um defensor para exercer a defesa (folhas 65-74), tendo esgotado o prazo para tanto (folhas 75).

Diante destas considerações, não há dúvidas de que a Comissão cumpriu com as disposições legais no que lapida o processo disciplinar administrativo, pois franqueou a possibilidade de o Investigado exercer sua defesa, mas este manteve inerte, e ainda, restou devolvido o prazo para defesa e nomeado defensor, o qual apresentou defesa de forma intempestiva, ou seja, fora do prazo legal.

Vale aqui enfatizar, de que para a ocorrência da revelia, não é somente necessário o pressuposto/requisito de o réu citado não apresentar defesa, mas também, deste apresentar defesa de forma intempestiva, nesse sentido, é o posicionamento do nosso Tribunal de Justiça:

“APELAÇÃO CÍVEL. [...] REVELIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DO RÉU/DEVEDOR. [...] TEMÁTICAS ATINENTES AO MÉRITO - APLICABILIDADE DA TEORIA DO ADIMPLENTO SUBSTANCIAL DA DÍVIDA, DEPÓSITO DAS PARCELAS DEVIDAS NA AÇÃO REVISIONAL, AUSÊNCIA DE JUNTADA DO CONTRATO ORIGINAL, A VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR, A ONEROSIDADE EXCESSIVA DA AVENÇA E A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO - ACOBERTADAS PELA PRECLUSÃO ANTE A APRESENTAÇÃO DE CONTESTAÇÃO INTIMPESTIVA NO FEITO. DECRETAÇÃO DA REVELIA QUE SE MOSTROU ESCORREITA. MATÉRIA DE DEFESA NÃO SUSCITADA EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO. EXEGESE DOS ARTS. 336 E 342 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. “Tendo a contestação sido oferecida a destempo, considera-se não praticado o ato de resposta, devendo ser aplicado ao caso os efeitos da revelia dispostos no art. 319 da revogada Lei Adjetiva Civil (CPC/2015, art. 344). A revelia não conduz à automática procedência dos pedidos exordiais, mas sim à preclusão do direito de resposta, não sendo possível ao revel a alegação posterior de temáticas que, necessariamente, deveriam ter constado da peça defensiva. Logo, o demandado só pode deduzir novos argumentos em se tratando de direito superveniente, matéria de ordem pública ou outra que, por expressa autorização legal, possa ser formulada em qualquer tempo e grau de jurisdição. [...] (TJSC, Apelação Cível n. 0302965-71.2016.8.24.0033, de Itajaí, rel. Des. Robson Luz Varella, Segunda Câmara de Direito Comercial, j. 26-06-2018). [...] RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NESTA, DESPROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 0300060-71.2017.8.24.0029, de Imarui, rel. José Maurício Lisboa, Segunda Câmara de Direito Comercial, j. 10-09-2019).” (Grifei).

Cumpra ainda aqui destacar, de que a lei complementar municipal citada, não elenca de forma clara os efeitos da revelia, mas há a possibilidade de uso das disposições do Código de Processo Civil (Lei Federal nº. 13.105/15), como amparo, sendo que dispõe o artigo 15, deste diploma:

"Art. 15. Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente." (Grifei).

A citada lei, em seus artigos 344-346, além de definir a revelia, também descreve seus efeitos:

"Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

Art. 345. A revelia não produz o efeito mencionado no art. 344 se:

I - havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação;

II - o litígio versar sobre direitos indisponíveis;

III - a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato;

IV - as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.

Art. 346. Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.

Parágrafo único. O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar."

Em análise aos autos, data vênua, e salvo erro, não vejo nenhum dos pressupostos contidos no artigo 345, que possam afastar a revelia já declarada, por tais fatos e fundamentos jurídicos, resta devidamente caracterizado a revelia, motivo pelo qual deve ser aplicado seus efeitos. Em relação aos efeitos da revelia, além da disposição do artigo 344 citado, destaco, os ensinamentos do processualista José Miguel Garcia Medina:

"Efeitos da revelia. Ficta confessio. Ficta litiscontestatio. Sistemas adotados pelo Código de Processo Civil de 1973 e pelo Código de Processo Civil de 2015. Sendo o réu revel, reputam-se verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, desde que verossímeis e coerentes com a prova existente nos autos (arts. 344 e 345, IV, do CPC/2015; além disso, contra o revel passam a correr os prazos processuais, independentemente de intimação, podendo, no entanto, intervir no processo no estado em que se encontra, cf. comentário ao art. 346 do CPC/2015). Vê-se, pois, que não se impõe, como consequência da revelia, a procedência automática do pedido (o que corresponderia ao sistema de julgamento secundum praesentem, isso é, favorável à parte presente – no caso, o autor – e desfavorável ao réu, ausente; tal figura, entre nós, seria de duvidosa constitucionalidade, já que a simples ausência de uma das partes não pode ser, por si só, fundamento para a prolação de sentença de mérito em seu desfavor)". (MEDINA, José Miguel Garcia. Novo código de processo civil comentado. 1 ed. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2015).

Destaca-se, o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, sobre os efeitos da revelia:

"ESTADO DE SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA Apelação Cível n. 0301008-33.2019.8.24.0032 ESTADO DE SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA Apelação Cível n. 0301008-33.2019.8.24.0032, de Itaiópolis Relator: Desembargador Luiz César Medeiros PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA - PROVAS DOCUMENTAIS E EFEITOS DA REVELIA A caracterização da revelia tem, dentre seus efeitos, a presunção de veracidade dos fatos alegados pela parte autora, mormente quando esta produz provas capazes de evidenciar a verossimilhança das alegações. [...] (TJSC, Apelação Cível n. 0301008-33.2019.8.24.0032, de Itaiópolis, rel. Luiz César Medeiros, Quinta Câmara de Direito Civil, j. 04-02-2020)". (Grifei).

Cumpra ainda destacar, de que a presunção de veracidade é relativa, pois cabe ao julgador, no caso aqui da Comissão, ser analisada as alegações constante nas denúncias, junto com as provas produzidas, nesse sentido:

"AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.399.771 - MG (2018/0307295-5) [...] ACÓRDÃO ESTADUAL QUE DECIDIU COM BASE NAS PROVAS DOS AUTOS ALINHADO À JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS Nº S 7 E 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. [...] 3. Ademais, é firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em razão da ocorrência da revelia é relativa, sendo que para o pedido ser julgado procedente o juiz deve analisar as alegações do autor e as provas produzidas. 4. Agravo interno não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira (Presidente) e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator. Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento) MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO Relator". (Grifei).

Pelas disposições legais e posicionamentos jurisprudências supramencionados, o que se extrai do efeito da revelia no caso destes autos, é que é verdadeira as alegações constantes nas denúncias, pois estas, não são isoladas, sendo que há provas as alegações, ou seja, o cartão de ponto do Investigado, acostados aos autos nas folhas 50-55, a prova testemunhal (Cleunice dos Santos, 02:30mim e 03:10mim) mídia folhas 131, e até, o próprio interrogatório do Investigado.

Diante do fato da Comissão ter entendido em reunião em decidir sobre a intempestividade da defesa prévia de quando for realizado o relatório, o próximo passo (ata reunião folhas 89-90), sugere que seja mantido a decretação da revelia do Investigado (folhas 65-74), e seja aplicado seus efeitos, conforme disposições legais e posicionamentos jurisprudenciais e doutrinários supramencionados.

b.3) Da ausência de provas das faltas e de prejuízo ao erário:

O Investigado defende a tese de que o contido nas denúncias não ficaram provadas, que não há nos autos indícios de provas do prejuízo ao atendimento normal da unidade de saúde, e de suas faltas.

Diante do acima narrado, data vênua, não há qualquer nexo lógico a tese apresentada pelo Investigado, ou seja, de ausência de provas das faltas e de prejuízo ao erário, pois conforme narrado no item b.1, restou devidamente provada as faltas.

Vale aqui destacar, de que as provas das faltas injustificadas do Investigados, restaram devidamente verificadas nos cartões de pontos (folhas 50-55), o depoimento prestado pela Sr.ª. Cleunice dos Santos, (02:30mim e 03:10mim), e até o próprio interrogatório do Investigado, bem como, as denúncias (folhas 06-10).

Já em relação ao prejuízo ao erário, não deve pensar somente no financeiro, mas também, nos prejuízos na administração do trabalho,

sendo que no setor da saúde, o trabalho é considerado essencial, e não pode ser interrompido, pois o prejuízo vai atingir os munícipes, e a Administração é a responsável.

Conforme pode se constatar nas denúncias (folhas 06-10), as faltas do Investigado, causava transtornos no fornecimento dos medicamentos, pois os munícipes se deslocavam a UBS para retirada de medicamentos, e não efetuava a retirada por ausência do Investigado, e ainda, muitos dos munícipes são pessoas humildes que residem no interior, e dependiam carona, e ficavam impossibilitado de retirar os medicamentos, se obrigando a retornar a UBS em outras oportunidades.

Portanto, restaram devidamente provadas as faltas e o prejuízo ao erário, devendo assim, ser afastada as teses apresentadas pelo Investigado.

c) Das demais orientações jurídicas acerca do deslinde do processo:

Clama a Vossa Senhoria orientações jurídicas para o deslinde do processo, em análise aos atos até então praticados, e pela disposição da Lei Complementar Municipal nº. 018 de 05 de outubro de 2007, o próximo ato a ser realizado, é reunião pela Comissão Processante para confecção de relatório final.

No que se diz a respeito da confecção do relatório final, cumpre destacar, de que a Lei Municipal nº. 018 de outubro de 2007, define a forma de que a Comissão deve efetuar/confeccionar o relatório final, isso no artigo 173:

“Art. 173. Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.”.

§1º. O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§2º. Reconhecida à responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.”.

Diante de a Administração Pública estar atrelada ao princípio da legalidade definido no artigo 37, caput, da Constituição Federal, e diante da disposição legal acima citada, deve a Comissão Processante, se reunir para elaborar/confeccionar relatório final nos termos definidos no artigo supramencionado.

### III- DA CONCLUSÃO:

Pelo exposto, sugere-se: a) que seja mantido a decretação da revelia do Investigado (folhas 65-74), e seja aplicado os efeitos da revelia, conforme orientações do item b.2; b) que sejam afastadas as teses apresentadas pelo Investigado, devendo ser condenado pela incidência dos artigos 122, I, III, IV, X, e 123, I, da Lei Complementar Municipal nº. 018 de 05 de outubro de 2007, e sofrer a penalização de advertência, prevista no artigo 133, I, da citada lei; e c) que seja reunida a Comissão Processante para elaborar/confeccionar relatório final, isso nos termos definidos no artigo 173, da Lei Municipal nº. 018 de outubro de 2007. É o parecer, salvo entendimento diverso da Comissão processante e do Chefe do Poder Executivo.

Entre Rios/SC, 04 de agosto de 2020.

ELTON JOHN MARTINS DO PRADO  
OAB/SC 42.539  
(Assessor Jurídico II)

OBSERVAÇÃO: O presente parecer não tem caráter decisório, tendo em vista que se trata de parecer jurídico sobre assunto submetido a consideração do Setor Jurídico, tem caráter meramente opinativo, e não vincula a decisão do administrador.

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº49/2020

Publicação Nº 2592869

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº: 49/2020

Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº: 7/2020

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS, CLÍNICO GERAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA E COMBATER O COV-19

Entrega dos Envelopes: 09:00 do dia 21/08/2020.

Abertura dos Envelopes: 09:00 do dia 21/08/2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, Nº 580, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (49) 3343 0010 ou pelo e-mail: licitacao@formosa.sc.gov.br

FORMOSA DO SUL, 5 de Agosto de 2020

RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

# Forquilha

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 091, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2591450

DECRETO Nº 091, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA A POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIRO A AGIR NA CONDIÇÃO DE AUTORIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiro a agir na condição de autoridade de saúde municipal em todo o território do Município de Forquilha, cabendo-lhes a fiscalização de todos os serviços e atividades liberadas a funcionar sob regimento especial durante a vigência da pandemia da COVID-19.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da sua publicação.

Forquilha/SC, 03 de agosto de 2020.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 03 de agosto de 2020.

JULIANA TAVARES  
Chefe Departamento de Governo

**DECRETO Nº 092, DE 04 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591452

**DECRETO Nº 092, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.****APROVA O REGULAMENTO QUE ESTABELECE CRITÉRIOS PARA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE ACADÊMICOS DO ENSINO SUPERIOR AO AUXÍLIO FINANCEIRO DA LEI Nº 785, DE 18 DE OUTUBRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica aprovado o regulamento que estabelece critérios para inscrição e seleção de acadêmicos do Ensino Superior para o segundo semestre de 2020 ao auxílio financeiro da Lei nº 785, de 18 de outubro de 2001.

**REQUISITOS PARA EFETUAR A INSCRIÇÃO**

**Art. 2º** Para inscrever-se no processo de seleção para auxílio financeiro, o acadêmico interessado deve cumprir com os seguintes requisitos:

I - Estar regularmente matriculado no Ensino Superior;

II - Ter domicílio no município de Forquilha há no mínimo 02 anos;

III - Não ter nenhum curso superior completo;

IV – Caso contemplado em 2019 ter cumprido o serviço voluntário através de atividades prestadas às Secretarias do Município.

V- Não poderá reprovar em mais de 2 disciplinas no semestre.

Parágrafo único. Somente terão direito ao auxílio financeiro os acadêmicos de cursos do ensino superior presencial.

**REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO PELO CAD- CADASTRO ÚNICO**

**Art. 3º** Pessoa inscrita no Cadastro Único, membro de família com renda mensal até meio salário mínimo por pessoa ou com renda total de até três salários mínimos terão benefício de até 50% do auxílio financeiro. Para inscrever-se no processo de seleção para auxílio financeiro, pelo CAD cadastro único o acadêmico interessado deve cumprir com os requisitos apontados no artigo 2º deste edital.

§ O acadêmico deverá fazer parte do CAD por no mínimo 6 meses.

**PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO**

**Art. 4º** As inscrições serão realizadas na secretaria de educação, bairro Centro, mediante preenchimento do formulário de inscrição e anexos, disponíveis no site: [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

§ 1º Os documentos constantes no artigo 4º deste decreto deverão ser entregues em envelope lacrado que serão abertos somente na reunião de avaliação de documentos da comissão, sendo de inteira responsabilidade do acadêmico a conferência da documentação correta, podendo ser entregue por qualquer pessoa indicada pelo acadêmico (a) os documentos protocolados serão analisados pela comissão e, caso falte até dois documentos, o candidato será comunicado via e-mail e/ou whatsapp e poderá apresentar os documentos faltantes ou complementares na data que a comissão repassar no comunicado. Caso falte mais do que dois documentos, o candidato será automaticamente desclassificado.

ATENÇÃO: Se o estudante NOTIFICADO por e-mail e/ou whatsapp não apresentar a documentação solicitada, será desclassificado do processo.

§ 2º A data de entrega do processo será do dia 05/08 a 10/08 na secretaria de educação das 7 às 13 horas.

### **DOS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS:**

**Art. 5º** O Acadêmico deverá apresentar os seguintes documentos para efetuar sua inscrição:

I - Formulário de inscrição devidamente preenchido (**Anexo I**);

II - Documentos pessoais de todo o grupo familiar:

§ CPF e RG de todos os integrantes do grupo familiar, para os menores de 18 que não possuem RG ou CPF apresentar cópia da certidão de nascimento;

§ Certidão de casamento dos pais ou do candidato;

§ Em caso de divórcio apresentar certidão de casamento com averbação ou termo judicial; apresentar por meio de declaração se possui ou não relacionamento estável ou de fato com outrem.

§ Em caso de união estável apresentar declaração reconhecida em cartório;

§ Certidão de óbito no caso do candidato ser órfão ou viúvo;

§ Cópia do termo de guarda caso seja o caso do candidato.

§ Para os casos de inscrição pelo CAD- Folha Rosto do Cadúnico atualizado. Para a solicitação do comprovante, o titular do cadastro deve comparecer no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS munido de CPF ou Número de Identificação Social - NIS.

III - Comprovante do pagamento da mensalidade de agosto do ano de 2020 do acadêmico;

VI - Declaração da empresa ou órgão público onde o acadêmico trabalhe, informando que não concede auxílio financeiro/bolsa de estudo ao mesmo caso a empresa se negue a fornecer a declaração o acadêmico poderá redigir a próprio punho uma declaração, ficando a cargo da comissão investigar a veracidade da informação.

V – Declaração do acadêmico atestando não ter reprovado em mais de duas disciplinas durante o último semestre. (**Anexo IX**)

VI – Comprovante de renda, conforme uma ou mais situações abaixo:

a) **ASSALARIADO:** Comprovante da última remuneração do acadêmico e de todos os integrantes do seu grupo familiar, onde conste o salário integral; (exceto folha de férias e 13º salário)

b) **AUTÔNOMO, PROFISSIONAL LIBERAL, PRESTADOR DE SERVIÇOS OU TRABALHO INFORMAL:** Declaração de rendimento com média dos últimos três meses e com assinatura de duas testemunhas registradas em cartório, além da cópia da carteira de trabalho e previdência social (folha de identificação, último contrato de trabalho assinado e da próxima página de contrato de trabalho em branco – caso não haja contrato assinado anexar apenas as páginas em branco; (**Anexo II**)

c) **PROPRIETÁRIO INDIVIDUAL OU SÓCIO-PROPRIETÁRIO DE EMPRESA:** cópia do rendimento mensal (pró-labore e distribuição de lucros) no caso de sócio ou proprietário da empresa, além da declaração de imposto de renda (com todas as folhas, inclusive o recibo de entrega). Declaração de pessoa jurídica (com todas as folhas, inclusive o recibo de entrega), Contrato Social (com todas as alterações), Balanço Financeiro atualizado e Carteira de trabalho e Previdência Social (folha de identificação, do último contrato de trabalho assinado e da próxima página de contrato em branco). No caso de empresa inativa, apresentar cópia do protocolo de baixa em uma das esferas (Municipal, Estadual ou Federal) ou Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica de Inatividade;

d) **APOSENTADO, PENSIONISTA OU BENEFICIÁRIO DE AUXÍLIO DOENÇA NO INSS:** cópia do último comprovante de recebimento do benefício ou extrato retirado no seguinte endereço eletrônico: <http://mpas.gov.br> ou <http://www.dataprev.gov.br>, <http://www.previdencia.gov.br>; e carteira de trabalho e Previdência Social; (folha de identificação, do último contrato de trabalho assinado e da próxima página de contrato em branco);

e) **PRODUTOR RURAL:** Apresentar as notas fiscais de venda de mercadorias e produtos dos últimos seis meses junto a declaração do Imposto sobre propriedade Territorial Rural – DITR, do último ano base declarada. Se produzir em terras arrendadas, cópia do contrato de arrendamento; (**Anexo III**)

f) **ESTAGIÁRIO:** Cópia do contrato de estágio indicando o valor recebido;

g) **SEGURO DESEMPREGO:** Comprovante de recebimento fornecido pela Caixa Econômica Federal, cópia da rescisão contratual e comprovante do saque do FGTS. Cópia da carteira de trabalho; (folha de identificação, último contrato de trabalho assinado e da próxima página de contrato de trabalho em branco – caso não haja contrato assinado anexar apenas as páginas em branco).

h) **AUXÍLIO DE PARENTE-AMIGOS:** Declaração de quem presta o auxílio, constando o valor do auxílio prestado. Caso o valor não seja em dinheiro, calcular o valor médio de custo do que for recebido;

i) **RECEBER/PAGAR PENSÃO ALIMENTÍCIA:** Declaração com a assinatura de quem paga, constando o valor pago mensalmente, recibo ou comprovante de pagamento; (**Anexo IV**)

j) **RECEBER ALUGUEL DE IMÓVEIS:** Declaração, constando o valor recebido mensalmente e contrato de aluguel; (**Anexo V**)

VII - Declaração do Imposto de Renda 2019 ano base 2018 do acadêmico (se for o caso) e grupo familiar;

VIII - Comprovante de residência- Cópia de faturas de água, luz ou telefone referentes dos meses de julho 2018, julho 2019 e julho de 2020), nos casos de locação do imóvel ou declaração de casa cedida (ANEXO X);

IX- Comprovante de pagamento de aluguel (recibo) ou parcela mensal de financiamento, por compra de casa financiada (comprovante de pagamento). Caso o aluguel seja dividido com outra(s) pessoa(s) anexar declaração, assinada por todos os inquilinos informando o valor pago por cada um; **(Anexo VI)**

X - No caso do grupo familiar residir em imóvel cedido, apresentar declaração, com assinatura de quem está cedendo à residência; **(Anexo VII)**

XI - Cópia de declaração de patrimônio; **(Anexo VIII)**

XII - Cópia de Laudo Médico com o CID da doença, comprobatório caso exista no grupo familiar portador de doença especificada na Portaria MPAS/MS nº 2998, de 23 de agosto de 2001.

XIII – Apresentação da declaração da Negativa/Positiva de benefício junto ao INSS. (De todos os membros do grupo familiar, inclusive dos menores de 18 anos)

### **FÓRMULA PARA AVALIAÇÃO AUXÍLIO FINANCEIRO:**

**Art. 6º** A classificação dos acadêmicos se dará com base na carência econômica, levando em consideração a seguinte fórmula de avaliação para o cálculo do índice de carência:

$$\frac{R - A -}{N \times SM} = IC$$

*Sendo:*

R – renda bruta familiar mensal, ou seja, a soma das remunerações de todos os membros do grupo familiar, que vivem desta mesma renda, independente de residirem ou não no mesmo endereço. O acadêmico que depende da ajuda dos pais deverá declarar como integrante deste grupo familiar;

A – aluguel da casa ou parcela de financiamento da moradia própria;

N – número de membros da família que vivem desta moradia;

SM – salário mínimo vigente;

IC – índice de carência.

**Art. 7º** Serão considerados carentes de recursos financeiros os candidatos cujo índice de carência for igual ou inferior a 2,0.

**Art. 8º** Conforme o índice de carência serão classificados os contemplados.

**Art. 9º** O percentual do auxílio financeiro a ser concedido a cada beneficiado, está condicionado ao número de contemplados.

## DA DESCLASSIFICAÇÃO

**Art. 10º** Os acadêmicos inscritos no processo serão desclassificados, nas seguintes hipóteses:

- I - Inverdade de informações;
- II - Não entrega de quaisquer documentos no momento da inscrição, nas datas previstas;
- III - Apresentação de documentação incompleta;
- IV - Apresentação de documentos ilegíveis;
- V - Incoerência entre dados informados e documentos apresentados;
- VI - Preenchimento incorreto do formulário ou informações incoerentes.
- VII- Não cumprimento das horas de serviço voluntário na sua totalidade.

## DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO:

**Art. 11.** São atribuições da Comissão de avaliação:

- I - Avaliar e selecionar os processos do Auxílio Financeiro;
- II - Elaborar o material informativo sobre os procedimentos;
- III - Zelar pelo cumprimento do cronograma;
- IV - Apurar, a qualquer tempo, mesmo depois de concedida a bolsa de estudo, quaisquer indícios de irregularidades no processo, adotando as medidas cabíveis para sua correção;
- V - Preservar a transparência e correção do processo, evitando interferências de qualquer espécie.

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

**Art. 12.** É vedado, sob qualquer pretexto, o recebimento de bolsas de estudo e benefícios concomitantemente, de mais de um Órgão ou Instituição Pública ou Privada. (Exemplo: Art. 170 e outros)

**Art. 13.** O acadêmico pleiteante ao auxílio financeiro estará sujeito à avaliação, que poderá ser mediante visita domiciliar e investigação sócio econômica pela comissão de avaliação.

**Art. 14** O acadêmico(a) contemplado deverá responder, em qualquer tempo, sempre que solicitado pela comissão.

**Art. 15.** Os casos omissos serão discutidos pela Comissão de Avaliação do Auxílio Financeiro.

**Art. 16.** O acadêmico beneficiado indevidamente, por declarações não verdadeiras, perderá o direito ao auxílio financeiro, sendo penalizado a um período de dois

anos (2) sem poder cadastra-se em um próximo processo, devendo reembolsar o total recebido corrigido monetariamente.

**Art. 17.** A Prefeitura repassará a Instituição de Ensino do acadêmico contemplado o valor correspondente ao auxílio financeiro divididos em 5 parcelas distribuídas no segundo semestre:

1. 10/09 - 1 parcelas;
2. 10/10 - 2 parcelas.
3. 10/11 - 2 parcelas;

**Art. 18.** O Formulário de inscrição e documentos solicitados ao acadêmico é individual. Se caso tenha dois irmãos cursando Ensino Superior, cada um deverá realizar o procedimento de inscrição para o Auxílio Financeiro.

#### **DA DIVULGAÇÃO DOS ACADÊMICOS BENEFICIADOS:**

**Art. 19.** A Lista com os beneficiados será divulgada no mural e no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br), no Mural afixado no átrio da Prefeitura, previsto até o dia 20/08/2020.

Parágrafo único. Não haverá resposta do resultado do auxílio financeiro por telefone.

Forquilha/SC, 04 de agosto de 2020.

**DIMAS KAMMER**

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 04 de agosto de 2020.

**JULIANA TAVARES**

Chefe Departamento de Governo

## ANEXO I

## FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO AUXÍLIO EDUCAÇÃO/2020

Nome Acadêmico:		Fone contato:		Celular:		Residencial:	
Nº CPF		Identidade:				Estado civil:	
Endereço		Número:		Complemento		Bairro:	
CEP:		Ponto de referência:		Período disponível para prestação de serviço voluntário exigido/:			
Situação do domicílio: ( ) Próprio ( ) alugado ( ) cedido/emprestado ( ) financiado							
Email do bolsista Obrigatório				Município da Instituição:		Doença Especificada em membros do grupo familiar? ( ) Sim ( ) Não	
Instituição que o acadêmico está matriculado:				Curso e fase:			
Valor da mensalidade:							

**ATENÇÃO:** Preencha o quadro abaixo conforme a realidade de seu grupo familiar

Contando com você acadêmico, quantas pessoas moram na sua casa, qual o nome, a idade de cada uma delas e o grau de parentesco em relação a você (ex.: mãe, esposa, filho).

Acadêmico	Nome	Idade	Grau de parentesco	Aluguel ou Financiamento moradia própria	Local de Trabalho	Horário de trabalho do acadêmico	Renda individual bruta
2							
3							
4							
5							
6							

Li e estou ciente e concordo plenamente com as condições descritas no Decreto - Auxílio Financeiro 2020.

Forquilha, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Assinatura do acadêmico ou responsável

EXCLUSIVO PARA OBSERVAÇÕES DO ATENDENTE:

**ANEXO II****DECLARAÇÃO PARA QUEM NÃO POSSUI CARTEIRA DE  
TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – CTPS**

Eu \_\_\_\_\_ portador (a) do RG  
Nº: \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da lei,  
para fins de apresentação à Comissão de Avaliação do Auxílio Financeiro, que não possuo Carteira de  
Trabalho e Previdência Social – CTPS.

Declaro ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas nesta declaração, estando ciente  
de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam  
no cancelamento da inscrição do acadêmico: \_\_\_\_\_

no processo de bolsa de estudo, bem como o cancelamento do auxílio financeiro obrigando a imediata  
devolução dos valores indevidamente recebidos, que serão corrigidos monetariamente , além das  
medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a comissão de avaliação do auxílio financeiro a certificar as informações acima através de  
caráter investigativo.

FORQUILHINHA, \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2020.

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

**ANEXO III****DECLARAÇÃO DE PRODUTOR RURAL**

Eu \_\_\_\_\_ portador(a) do RG n.º: \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da lei, para fins de apresentação à Comissão de Avaliação do Auxílio Educação, que recebo R\$ \_\_\_\_\_ mensais, referentes à produção, conforme quadro abaixo:

<b>Produto</b>	<b>Rend. Anual Bruto R\$</b>	<b>Rend. Anual Bruto R\$</b>	<b>Média de Rend. Mensal R\$</b>

Declaro ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas nesta declaração, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição do acadêmico: \_\_\_\_\_ no processo do auxílio financeiro, bem como o cancelamento do auxílio financeiro obrigando a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, que serão corrigidos monetariamente, além das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a comissão de avaliação do auxílio financeiro a certificar as informações acima através de caráter investigativo.

FORQUILHINHA, \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2020.

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

**ANEXO IV****DECLARAÇÃO DE PAGAMENTO E/OU RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA**

Eu \_\_\_\_\_, portador(a) do RG n. ° \_\_\_\_\_ e do CPF n. ° \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da lei, para fins de apresentação à Comissão de Avaliação de Auxílio Financeiro, que pago: R\$ \_\_\_\_\_ mensais, para \_\_\_\_\_, portador da Certidão de Nascimento n.º: \_\_\_\_\_ referentes a pensão alimentícia.

Recebo R\$ \_\_\_\_\_ mensais, de \_\_\_\_\_,

portador do RG n° \_\_\_\_\_ e CPF n° \_\_\_\_\_,

referente a pensão Alimentícia de \_\_\_\_\_.

Declaro ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas nesta declaração, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição do acadêmico: \_\_\_\_\_ no processo do auxílio financeiro, bem como o cancelamento do auxílio financeiro obrigando a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, que serão corrigidos monetariamente, além das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a comissão de avaliação do auxílio financeiro a certificar as informações acima através de caráter investigativo.

FORQUILHINHA, \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2020.

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

**ANEXO V****DECLARAÇÃO PARA QUEM TEM IMÓVEL ALUGADO**

Eu \_\_\_\_\_, portador (a) do RG n.º: \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da lei, para fins de apresentação à Comissão de Avaliação do Auxílio Financeiro, que recebo R\$ \_\_\_\_\_ mensais, de \_\_\_\_\_, portador do RG n.º: \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_ referentes ao aluguel do imóvel localizado na Rua \_\_\_\_\_

n.º \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_ município \_\_\_\_\_.

Declaro ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas nesta declaração, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição do acadêmico: \_\_\_\_\_ no processo do auxílio financeiro, bem como o cancelamento do auxílio financeiro obrigando a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, que serão corrigidos monetariamente, além das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a comissão de avaliação do auxílio financeiro a certificar as informações acima através de caráter investigativo.

FORQUILHINHA, \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2020.

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

**ANEXO VI****DECLARAÇÃO DE DIVISÃO DE ALUGUEL**

Eu \_\_\_\_\_,

portador(a) do RG nº: \_\_\_\_\_ e do CPF nº: \_\_\_\_\_, matriculado no curso de \_\_\_\_\_,

declaro, sob as penas da lei, para fins de apresentação à Comissão de Avaliação do Auxílio Financeiro, que divido aluguel com as seguintes pessoas:: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

O aluguel do imóvel localizado na rua \_\_\_\_\_ nº: \_\_\_\_\_, bairro: \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_, pagando o equivalente a R\$ \_\_\_\_\_ mensais.

Declaro ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas nesta declaração, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição do acadêmico: \_\_\_\_\_

no processo do auxílio financeiro, bem como o cancelamento do auxílio financeiro obrigando a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, que serão corrigidos monetariamente, além das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a comissão de avaliação do auxílio financeiro a certificar as informações acima através de caráter investigativo.

FORQUILHINHA, \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2020.

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

**ANEXO VII****DECLARAÇÃO DE IMÓVEL CEDIDO**

Eu \_\_\_\_\_,

portador(a) do RG nº: \_\_\_\_\_ e do CPF n° \_\_\_\_\_,

declaro, sob as penas da lei, para fins de apresentação à Comissão de Avaliação do Auxílio Financeiro, que cedo o imóvel localizado na Rua: \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_ para: \_\_\_\_\_, portador do RG n.º: \_\_\_\_\_ e do CPF n.º: \_\_\_\_\_.

Declaro ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas nesta declaração, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição do acadêmico: \_\_\_\_\_ no processo do auxílio financeiro, bem como o cancelamento do auxílio financeiro obrigando a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, que serão corrigidos monetariamente, além das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a comissão de avaliação do auxílio financeiro a certificar as informações acima através de caráter investigativo.

FORQUILHINHA, \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2020.

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

**ANEXO VIII****DECLARAÇÃO DE PATRIMÔNIO**

Eu \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº: \_\_\_\_\_ e do CPF nº: \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da lei, para fins de apresentação à Comissão de Avaliação do Auxílio Financeiro, que o Grupo Familiar declarado no cadastro socioeconômico possui os seguintes bens patrimoniais:

DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO	VALOR R\$

Declaro ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas nesta declaração, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição do acadêmico: \_\_\_\_\_ no processo do auxílio, bem como o cancelamento do auxílio financeiro obrigando a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, que serão corrigidos monetariamente, além das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a comissão de avaliação do auxílio financeiro a certificar as informações acima através de caráter investigativo.

FORQUILHINHA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

**ANEXO IX**

Eu \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº: \_\_\_\_\_  
e do CPF nº \_\_\_\_\_, matriculado no curso \_\_\_\_\_ fase  
\_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da lei, para fins de apresentação à Comissão de Avaliação do  
Auxílio Financeiro, que não reprovei em mais de 02 disciplinas em cada semestre de 2017.  
Autorizo a comissão de avaliação do auxílio financeiro a certificar as informações acima através de  
caráter investigativo.

FORQUILHINHA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

---

**ASSINATURA**

**ANEXO X****DECLARAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE RESIDÊNCIA**

Eu, \_\_\_\_\_, proprietário (a) do imóvel localizado no endereço: Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, no bairro \_\_\_\_\_ - Forquilha/SC. Declaro para os devidos fins, efeitos e comprovação de residência que o Sr. (a) \_\_\_\_\_ (nome completo) portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins e efeitos e comprovação de residência que se encontra como \_\_\_\_\_ do período de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ à \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**Declaro ainda estar ciente de que é crime, previsto no Código Penal, “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante” (Art. 299).**

Por ser verdade, firmo o presente.

Forquilha \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do(a) Declarante**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do(a) Proprietário(a)**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 81/2020**

Publicação Nº 2592761

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 81/2020

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 25/2020  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – FH TREINAMENTOS E PREPAROS DE DOCUMENTOS EIRELI

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de readequação do projeto de pavimentação asfáltica no Município de Forquilha/SC.

Item 01: Elaboração do projeto de uma rotatória no KM 384+140,00m da Rodovia Estadual Maxiliano Gaidzinski (Rod. Gabriel Arns) – SC 108, interseção em nível com a Rod. Municipal Vante Rovaris, Bairro Ouro Negro, Forquilha SC.

Item 02: Elaboração de projetos de pavimentação asfáltica, drenagem, sinalização viária vertical e horizontal e acessibilidade de passeios públicos em área urbana e em logradouros públicos do município de Forquilha, com levantamento topográfico e cadastral, serviços de topografia para primeira locação e marcação altimétrica, serviços de laboratório de solos e pavimentação. (Rua José Eyng – Bairro Santa Isabel).

DO PRAZO – Fica acrescido 30 (trinta) dias no prazo de execução de serviços do objeto do Contrato nº. 25/PMF/2020 passando de 30/07/2020 para 29/08/2020.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 29 de julho de 2020.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DE ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO Nº CT20PMF64\_DOM

Publicação Nº 2591973

Errata do aviso de Extrato de Contrato nº CT20PMF64 – PMF

Processo Administrativo Licitatório nº 0094/2020

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Na Publicação do dia 03/08/2020, edição nº 3220, página 343, do Diário Oficial dos Municípios(DOM), na publicação do Aviso do Extrato de Contrato nº CT20PMF64: Onde se lê: "Recursos: 1.293 Recursos Ordinários que refere-se a Cédula de Crédito Bancário nº SC-44.389/CEF/PRÓ-TRANSPORTE – SETOR PÚBLICO, celebrado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE e o Município de Fraiburgo, tendo como agente operador a Caixa Econômica Federal.". Leia-se: Contrato de Empréstimo a ser celebrado entre a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC e o Município de Fraiburgo.

Fraiburgo(SC), 05 de agosto de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO CT20PMF64\_DOM

Publicação Nº 2591974

#### EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA20PMF90 – CONTRATO Nº: CT20PMF64: RETIFICAÇÃO: Fica retificado o Item 1.2 da Cláusula Primeira – Do Objeto onde lê-se: O objeto deste Contrato refere-se a Cédula de Crédito Bancário n. SC-44.389/CEF/PRÓ-TRANSPORTE – SETOR PÚBLICO, celebrado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE e o Município de Fraiburgo, tendo como Agente Operador a Caixa Econômica Federal, leia-se: Contrato de Empréstimo a ser celebrado entre a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC e o Município de Fraiburgo, após a aprovação desta licitação pelo setor de engenharia e jurídico do BADESC.

Orgão Geren.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO;

Contratada.....: COLUFORT CONSTRUTORA EIRELI;

Vigência.....: início: 31/07/2020 término: 27/01/2021;

Licitação.....: Tomada de Preços nº 0009/2020;

Objeto..... : Contratação de empresa do ramo para Execução de pavimentação em pedras irregulares (calçamento), drenagem pluvial, sinalização viária e passeios na estrada FB-050, acesso ao bairro São Cristóvão, na cidade de Fraiburgo – SC., com fornecimento de material e mão de obra, conforme projetos, memorial descritivo e quantitativos (ANEXOS ao PAL) e parte dele integrante;

FRAIBURGO, 05 DE AGOSTO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

### PORTARIA 09582020

Publicação Nº 2591905

PORTARIA Nº 0958, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

Concede Licença Sem Remuneração a

Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 1887/2020;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares à servidora JÉSSICA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 080.868.649-60, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de agosto de 2020 até 10 de agosto de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de agosto de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Frei Rogério****PREFEITURA****DECRETO Nº 1126/2020 DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS RESTRITIVAS AOS SUSPEITOS E POSITIVADOS DA COVID-19, OU QUE ESTEJAM AFASTADOS DO TRABALHO POR PERTENCEREM AO GRUPO DE RISCO DA COVID-19, BEM COMO SOBRE A PROIBIÇÃO DE ACESSO NOS LOCAIS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2592336

DECRETO Nº 1126/2020 DE 5 de agosto DE 2020

DISPÕE SOBRE novas MEDIDAS RESTRITIVAS aos suspeitos e positivados da COVID-19, ou que estejam afastados do trabalho por pertencerem ao grupo de risco da COVID-19, bem como sobre a proibição de acesso nos locais turísticos do município, e dá outras providências.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 87, incisos VI e VII, "a" da Lei Orgânica Municipal e, ainda;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do art. 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a situação atual demanda o emprego urgente de medidas mais restritivas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim evitar a proliferação do novo Coronavírus no Município;

CONSIDERANDO que muitos suspeitos e positivados para a COVID-19, e também os afastados do trabalho por pertencerem ao grupo de risco, não estão cumprindo com as orientações médicas de isolamento domiciliar a fim de evitar a proliferação e contaminação do vírus;

CONSIDERANDO o alto grau de visitação nos pontos turísticos do município, o que contribui com a propagação do vírus em razão das aglomerações;

CONSIDERANDO por fim o aumento significativo de casos positivos, e a constante ascensão para a Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19) em nossa cidade e região;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica determinado que é OBRIGATÓRIO que os suspeitos para a COVID-19, ou positivados para a doença, bem como os afastados do trabalho por pertencerem ao grupo de risco, cumpram com AS MEDIDAS DE ISOLAMENTO DOMICILIAR, de acordo com as orientações médicas, durante o período do atestado ou declaração médica.

§ 1º As pessoas listadas acima, ficam proibidas de receber visitas domiciliares durante o período do isolamento;

§ 2º Ao receber o atestado ou declaração médica do isolamento domiciliar, a pessoa assinará termo de que está ciente das medidas deste Decreto.

Art. 2º. Poderá ser fornecida às autoridades competentes para a fiscalização, a lista de pessoas que devem permanecer em isolamento domiciliar, com o respectivo período de isolamento.

Parágrafo único. Esta informação poderá ser fornecida mediante solicitação verbal ou escrita, e será entregue às autoridades competentes de forma sigilosa.

Art. 3º. Fica proibido o acesso, trânsito e permanência aos pontos turísticos do município de Frei Rogério/SC.

Art. 4. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 5. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 05 de agosto de 2020.

JAIR DA SILVA RIBEIRO  
Prefeito Municipal

# Galvão

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 058/2020

Publicação N° 2591814

#### ERRATA - EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 058/2020, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 031/2020, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 19 de agosto de 2020, para o dia 20 de agosto de 2020 e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE ESTRUTURA E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA EDIFICAÇÃO DO TIPO BARRACÃO PARA O MUNICIPIO DE GALVÃO - SC. conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto à sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br) Galvão - SC, 05 de agosto de 2020.

ADMIR EDI DALLA CORT

Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO EDITAL RETIFICADO PE054/2020

Publicação Nº 2592522

AVISO DE EDITAL RETIFICADO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2020  
PROCESSO Nº 080/2020

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que RETIFICOU o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM em 27/07/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de veículo automotor para uso da Polícia Militar de Garopaba. Considerando que as alterações promovidas influenciam na formulação das propostas de preço, foram prorrogados os prazos para recebimento de propostas e realização da sessão pública conforme segue:

As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 18/08/2020. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 18/08/2020, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>. O Edital Retificado encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 05 de agosto de 2020.

Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7876/2017

Publicação Nº 2591507

Nº do Processo Administrativo: 7876/2017  
Nº Projeto: 612/2017  
Notificante: Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba  
Notificado(s): Auxílio Antnio Battistella- Proprietário  
Brumell Lafayette Cortes da Costa - Responsável Técnico (Engº Civil CREA/SC 034772-7)

#### COMUNICADO

A Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba/SC, por sua titular, a Senhora Nereida Monteiro, na forma da lei, COMUNICA o destinatário que o processo de licenciamento de obra em epígrafe, que ficou parado (por negligência do notificado) durante mais de 180 (cento e oitante dias), foi CANCELADO, sem prejuízo da apresentação de novo pedido de licença (art. 61, §§ 2º, 5º, 6º, da Lei Complementar nº 1.468, de 2010 c/c arts. 15 e 485, III, do Código de Processo Civil). Devendo o interessado iniciar o processo de aprovação de projetos novamente.

#### DESTINATÁRIO(S):

Auxílio Antônio Battistella, CPF nº 110.396.800-97, residente e domiciliado na Rodovia GRP030, s/ nº, Capão, Garopaba/SC.  
Brumell Lafayette Cortes da Costa, CPF nº 599.777.797-91, residente e domiciliada na Servidão PMG 219, s/nº, Morro da Encantada, Garopaba/SC.

Garopaba, 03 de Agosto de 2020.

NEREIDA MONTEIRO  
Secretária de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8697/2019

Publicação Nº 2591512

Nº do Processo Administrativo: 8697/2019  
Nº Projeto: 226/2019  
Notificante: Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba  
Notificado(s): Josue Luis Freitas - Proprietário  
Lucas Luis Matte Freitas - Responsável Técnico (Arquiteto e Urbanista CAU/BR A138727-8)

#### COMUNICADO

A Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba/SC, por sua titular, a Senhora Nereida Monteiro, na forma da lei, COMUNICA o destinatário que o processo de licenciamento de obra em epígrafe, que ficou parado (por negligência do notificado) durante mais de 180 (cento e oitenta dias), foi CANCELADO, sem prejuízo da apresentação de novo pedido de licença (art. 61, §§ 2º, 5º, 6º, da Lei Complementar nº 1.468, de 2010 c/c arts. 15 e 485, III, do Código de Processo Civil). Devendo o interessado iniciar o processo de aprovação de projetos novamente.

**DESTINATÁRIO(S):**

Josué Luis Freitas, CPF nº 383.986.480-15, residente e domiciliado na Rua Prefeito João Orestes de Araújo, nº 1309, Centro, Garopaba/SC; Lucas Luis Matte Freitas, CPF nº 015.549.400-79, residente e domiciliado na Rua Valdir Antônio Lopes, nº 199, Três Figueiras, Porto Alegre/RS.

Garopaba, 03 de Agosto de 2020.

NEREIDA MONTEIRO

Secretária de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8699/2019**

Publicação Nº 2591514

Nº do Processo Administrativo: 8699/2019

Nº Projeto: 228/2019

Notificante: Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

Notificado(s): Lidair Correa Piucco - Proprietária

Cláudia de Souza Matos - Responsável Técnica (Arquiteta e Urbanista CAU/BR A134165-0)

**COMUNICADO**

A Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba/SC, por sua titular, a Senhora Nereida Monteiro, na forma da lei, COMUNICA o destinatário que o processo de licenciamento de obra em epígrafe, que ficou parado (por negligência do notificado) durante mais de 180 (cento e oitenta dias), foi CANCELADO, sem prejuízo da apresentação de novo pedido de licença (art. 61, §§ 2º, 5º, 6º, da Lei Complementar nº 1.468, de 2010 c/c arts. 15 e 485, III, do Código de Processo Civil). Devendo o interessado iniciar o processo de aprovação de projetos novamente.

**DESTINATÁRIO(S):**

Lidair Correa Piucco, CPF nº 144.801.159-00, residente e domiciliada na Rua Santa Rita, nº 109, Centro, Garopaba/SC;

Cláudia de Souza Matos, CPF nº 082.070.969-77, residente e domiciliado na Rua Auta Freitas Nauck, nº 733, Centro, Garopaba/SC.

Garopaba, 03 de Agosto de 2020.

NEREIDA MONTEIRO

Secretária de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8724/2019**

Publicação Nº 2591517

Nº do Processo Administrativo: 8724/2019

Nº Projeto: 253/2019

Notificante: Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

Notificado(s): Joaquim de Abreu- Vico - Proprietário

Maria do Rosário Martins Tirado - Responsável Técnico (Arquiteta e Urbanista – CAU/BR – A109174-3)

**COMUNICADO**

A Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba/SC, por sua titular, a Senhora Nereida Monteiro, na forma da lei, COMUNICA o destinatário que o processo de licenciamento de obra em epígrafe, que ficou parado (por negligência do notificado) durante mais de 180 (cento e oitenta dias), foi CANCELADO, sem prejuízo da apresentação de novo pedido de licença (art. 61, §§ 2º, 5º, 6º, da Lei Complementar nº 1.468, de 2010 c/c arts. 15 e 485, III, do Código de Processo Civil). Devendo o interessado iniciar o processo de aprovação de projetos novamente.

**DESTINATÁRIO(S):**

Joaquim de Abreu- Vico, CPF nº 082.466.539-20, residente e domiciliado na Rodovia GRP010, nº 1143, Ferraz, Garopaba/SC.

Maria do Rosário Martins Tirado, CPF nº 334.818.220-49 residente e domiciliada na Rodovia GRP 495, s/nº, Gamboa, Garopaba/SC.

Garopaba, 03 de Agosto de 2020.

NEREIDA MONTEIRO

Secretária de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8806/2019

Publicação Nº 2591522

Nº do Processo Administrativo: 8806/2019

Nº Projeto: 336/2019

Notificante: Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

Notificado(s): Pedrinho Cichinel Bez - Proprietário

Murilo Megale Veras Canabarro - Responsável Técnico (Engenheiro Civil - CREA/SC 124702-7)

### COMUNICADO

A Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba/SC, por sua titular, a Senhora Nereida Monteiro, na forma da lei, COMUNICA o destinatário que o processo de licenciamento de obra em epígrafe, que ficou parado (por negligência do notificado) durante mais de 180 (cento e oitenta dias), foi CANCELADO, sem prejuízo da apresentação de novo pedido de licença (art. 61, §§ 2º, 5º, 6º, da Lei Complementar nº 1.468, de 2010 c/c arts. 15 e 485, III, do Código de Processo Civil). Devendo o interessado iniciar o processo de aprovação de projetos novamente.

#### DESTINATÁRIO(S):

Pedrinho Cichinel Bez, CPF nº 179.115.679-72, residente e domiciliado na Rodovia SC434, Nº 363, Campo Duna, Garopaba/SC;

Murilo Megale Veras Canabarro, CPF nº 000.981.920-78, residente e domiciliado na Rua Manoel Geremias de Paula, nº 507, Ferraz, Garopaba/SC.

Garopaba, 03 de Agosto de 2020.

NEREIDA MONTEIRO

Secretária de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8902/2019

Publicação Nº 2591526

Nº do Processo Administrativo: 8902/2019

Nº Projeto: 431/2019

Notificante:

Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

Notificado(s): Marcelo Pasquali - Proprietário

Paulino de Campos - Responsável Técnico (Engenheiro Civil – CREA/SC -043165-4)

### COMUNICADO

A Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba/SC, por sua titular, a Senhora Nereida Monteiro, na forma da lei, COMUNICA o destinatário que o processo de licenciamento de obra em epígrafe, que ficou parado (por negligência do notificado) durante mais de 180 (cento e oitenta dias), foi CANCELADO, sem prejuízo da apresentação de novo pedido de licença (art. 61, §§ 2º, 5º, 6º, da Lei Complementar nº 1.468, de 2010 c/c arts. 15 e 485, III, do Código de Processo Civil). Devendo o interessado iniciar o processo de aprovação de projetos novamente.

#### DESTINATÁRIO(S):

Marcelo Pasquali, CPF nº 634.386.230-72, residente e domiciliado na Rua do Viveiro, s/nº, Ibiraquera, Garopaba/SC.

Paulino de Campos, CPF nº 591.801.709-78, residente e domiciliado na Estrada Geral de Ibiraquera, nº 170, Ibiraquera, Garopaba/SC.

Garopaba, 03 de Agosto 2020.

NEREIDA MONTEIRO

Secretária de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8926/2019

Publicação Nº 2591529

Nº do Processo Administrativo: 8926/2019

Nº Projeto: 454/2019

Notificante:

Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

Notificado(s): Maria José de Abreu - Proprietário

Luciano Francisco de Souza - Responsável Técnico (Engenheiro Civil – CREA/SC -154172-4)

#### COMUNICADO

A Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba/SC, por sua titular, a Senhora Nereida Monteiro, na forma da lei, COMUNICA o destinatário que o processo de licenciamento de obra em epígrafe, que ficou parado (por negligência do notificado) durante mais de 180 (cento e oitenta dias), foi CANCELADO, sem prejuízo da apresentação de novo pedido de licença (art. 61, §§ 2º, 5º, 6º, da Lei Complementar nº 1.468, de 2010 c/c arts. 15 e 485, III, do Código de Processo Civil). Devendo o interessado iniciar o processo de aprovação de projetos novamente.

#### DESTINATÁRIO(S):

Maria José de Abreu, CPF nº 112.532.068-05, residente e domiciliada na Rodovia GRP010 – Geral Areias do Macacu, s/nº, Areias de Macacu, Garopaba/SC.

Luciano Francisco de Souza, CPF nº 003.615.179-39, residente e domiciliado em Aririú, Palhoça/SC.

Garopaba, 03 de Agosto 2020.

#### NEREIDA MONTEIRO

Secretária de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8937/2019

Publicação Nº 2591533

Nº do Processo Administrativo: 8937/2019

Nº Projeto: 464/2019

Notificante: Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

Notificado(s): Maria Aparecida de Souza Marcon - Proprietária

Brumell Lafayette Cortes da Costa - Responsável Técnico (Engº Civil CREA/SC 034772-7)

#### COMUNICADO

A Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba/SC, por sua titular, a Senhora Nereida Monteiro, na forma da lei, COMUNICA o destinatário que o processo de licenciamento de obra em epígrafe, que ficou parado (por negligência do notificado) durante mais de 180 (cento e oitenta dias), foi CANCELADO, sem prejuízo da apresentação de novo pedido de licença (art. 61, §§ 2º, 5º, 6º, da Lei Complementar nº 1.468, de 2010 c/c arts. 15 e 485, III, do Código de Processo Civil). Devendo o interessado iniciar o processo de aprovação de projetos novamente.

#### DESTINATÁRIO(S):

Maria Aparecida de Souza Marcon, CPF nº 789.921.929-21, residente e domiciliada na Rua Luiz Paaulo Gonçalves Pinto, nº 169, Ambrósio, Garopaba/SC.

Brumell Lafayette Cortes da Costa, CPF nº 599.777.797-91, residente e domiciliada na Servidão PMG 219, s/nº, Morro da Encantada, Garopaba/SC.

Garopaba, 03 de Agosto de 2020.

#### NEREIDA MONTEIRO

Secretária de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8966/2019

Publicação Nº 2591535

Nº do Processo Administrativo: 8966/2019

Nº Projeto: 495/2019

Notificante: Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

Notificado(s): Gilberto Pacheco dos Santos- Proprietário

Kátia Regina da Silva - Responsável Técnica (Engenheira Civil CREA/SC 055000-7)

#### COMUNICADO

A Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba/SC, por sua titular, a Senhora Nereida Monteiro, na forma da lei, COMUNICA o destinatário que o processo de licenciamento de obra em epígrafe, que ficou parado (por negligência do notificado) durante mais de 180 (cento e oitenta dias), foi CANCELADO, sem prejuízo da apresentação de novo pedido de licença (art. 61, §§ 2º, 5º, 6º, da Lei Complementar nº 1.468, de 2010 c/c arts. 15 e 485, III, do Código de Processo Civil). Devendo o interessado iniciar o processo de aprovação de projetos novamente.

#### DESTINATÁRIO(S):

Gilberto Pacheco dos Santos, CPF nº 573.274.919-53, residente e domiciliado na Rodovia SC434, s/nº, Palhoçinha, Garopaba/SC.  
Kátia Regina da Silva, CPF nº 946.988.489-20, residente e domiciliada na Rua Manoel Álvaro de Araújo, nº 18, Centro, Garopaba/SC.

Garopaba, 03 de Agosto de 2020.

NEREIDA MONTEIRO

Secretária de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8984/2019

Publicação Nº 2591539

Nº do Processo Administrativo: 8984/2019

Nº Projeto: 513/2019

Notificante:

Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

Notificado(s): Gladis Vani Zanini Oliveira - Proprietária

Gisele Dal-Bó Alexandre - Responsável Técnica (Arquiteta e Urbanista 64674-1)

### COMUNICADO

A Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba/SC, por sua titular, a Senhora Nereida Monteiro, na forma da lei, COMUNICA o destinatário que o processo de licenciamento de obra em epígrafe, que ficou parado (por negligência do notificado) durante mais de 180 (cento e oitenta dias), foi CANCELADO, sem prejuízo da apresentação de novo pedido de licença (art. 61, §§ 2º, 5º, 6º, da Lei Complementar nº 1.468, de 2010 c/c arts. 15 e 485, III, do Código de Processo Civil). Devendo o interessado iniciar o processo de aprovação de projetos novamente.

### DESTINATÁRIO(S):

Gladis Vani Zanini Oliveira, CPF nº 653.716.580-68, residente e domiciliada na Rodovia GRP 030- Geral Praia da Ferrugem, s/nº, Capão, Garopaba/SC.

Gisele Dal-Bó Alexandre, CPF nº 025.547.439-32, residente e domiciliado na Rua Sebastião Messias de Souza, 199, Centro, Garopaba/SC.

Garopaba, 03 de Agosto 2020.

NEREIDA MONTEIRO

Secretária de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9023/2020

Publicação Nº 2591541

Nº do Processo Administrativo: 9023/2019

Nº Projeto: 552/2019

Notificante: Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

Notificado(s): Mario Cesar Silva- Proprietário

Marcus Vinicius dos Santos Nunes - Responsável Técnico (Engenheiro Civil – CREA/SC -148762-4)

### COMUNICADO

A Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba/SC, por sua titular, a Senhora Nereida Monteiro, na forma da lei, COMUNICA o destinatário que o processo de licenciamento de obra em epígrafe, que ficou parado (por negligência do notificado) durante mais de 180 (cento e oitenta dias), foi CANCELADO, sem prejuízo da apresentação de novo pedido de licença (art. 61, §§ 2º, 5º, 6º, da Lei Complementar nº 1.468, de 2010 c/c arts. 15 e 485, III, do Código de Processo Civil). Devendo o interessado iniciar o processo de aprovação de projetos novamente.

### DESTINATÁRIO(S):

Mario Cesar Silva, CPF nº 342.145.269-53, residente e domiciliado na Rua Francisco Pacheco de Souza, nº 432, Centro, Garopaba/SC.

Marcus Vinicius dos Santos Nunes, CPF nº 069.868.067-79, residente e domiciliado na Rua Tóquio, nº 85, Bangu, Rio de Janeiro/RJ.

Garopaba, 03 de agosto de 2020.

NEREIDA MONTEIRO

Secretária de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9032/2019**

Publicação Nº 2591544

Nº do Processo Administrativo: 9032/2019

Nº Projeto: 561/2019

Notificante: Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

Notificado(s): OCP do Brasil – Comércio e Participações Ltda - Proprietário

Adriana Paula Béria - Responsável Técnica (Arquiteta e Urbanista – CAU/BR – A38229-9)

**COMUNICADO**

A Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba/SC, por sua titular, a Senhora Nereida Monteiro, na forma da lei, COMUNICA o destinatário que o processo de licenciamento de obra em epígrafe, que ficou parado (por negligência do notificado) durante mais de 180 (cento e oitenta dias), foi CANCELADO, sem prejuízo da apresentação de novo pedido de licença (art. 61, §§ 2º, 5º, 6º, da Lei Complementar nº 1.468, de 2010 c/c arts. 15 e 485, III, do Código de Processo Civil). Devendo o interessado iniciar o processo de aprovação de projetos novamente.

**DESTINATÁRIO(S):**

OCP do Brasil- Comércio e Participações Ltda, CNPJ nº 09.500.388/0001-64, residente na Rua Santos Dumont, nº 1264, Exposição, Caxias do Sul/RS.

Adriana Paula Béria, CPF nº 008.212.999-13, residente e domiciliada na Rua José Custódio Pereira, nº 729, Centro, Garopaba/SC.

Garopaba, 03 de agosto de 2020.

**NEREIDA MONTEIRO**

Secretária de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9042/2019**

Publicação Nº 2591546

Nº do Processo Administrativo: 9042/2019

Nº Projeto: 571/2019

Notificante: Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

Notificado(s): Roberto Azevedo dos Santos - Proprietário

Priscila Bueno Fontella Ribeiro - Responsável Técnico (Arquiteta e Urbanista – CAU/BR – A157826-0)

**COMUNICADO**

A Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba/SC, por sua titular, a Senhora Nereida Monteiro, na forma da lei, COMUNICA o destinatário que o processo de licenciamento de obra em epígrafe, que ficou parado (por negligência do notificado) durante mais de 180 (cento e oitenta dias), foi CANCELADO, sem prejuízo da apresentação de novo pedido de licença (art. 61, §§ 2º, 5º, 6º, da Lei Complementar nº 1.468, de 2010 c/c arts. 15 e 485, III, do Código de Processo Civil). Devendo o interessado iniciar o processo de aprovação de projetos novamente.

**DESTINATÁRIO(S):**

Roberto Azevedo dos Santos, CPF nº 776.197.730-53, residente e domiciliado na Servidão PMG 658, s/ nº, Ambrósio, Garopaba/SC.

Priscila Bueno Fontella Ribero, CPF nº 029.178.890-47, residente e domiciliada na Rua 20 de Setembro, nº 436, Azenha, Porto Alegres/RS.

Garopaba, 03 de Agosto de 2020.

**NEREIDA MONTEIRO**

Secretária de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9053/2019**

Publicação Nº 2591547

Nº do Processo Administrativo: 9053/2019

Nº Projeto: 582/2019

Notificante: Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

Notificado(s): Valter Pereira - Proprietário

Kátia Regina da Silva - Responsável Técnica (Engenheira Civil CREA/SC 055000-7)

**COMUNICADO**

A Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba/SC, por sua titular, a Senhora Nereida Monteiro, na forma da lei, COMUNICA o destinatário que o processo de licenciamento de obra em epígrafe, que ficou parado (por negligência do notificado)

durante mais de 180 (cento e oitenta dias), foi CANCELADO, sem prejuízo da apresentação de novo pedido de licença (art. 61, §§ 2º, 5º, 6º, da Lei Complementar nº 1.468, de 2010 c/c arts. 15 e 485, III, do Código de Processo Civil). Devendo o interessado iniciar o processo de aprovação de projetos novamente.

**DESTINATÁRIO(S):**

Valter Pereira, CPF nº 216.001.559-87, residente e domiciliado na Rua Trinta de Dezembro, nº 192, Centro, Garopaba/SC.

Kátia Regina da Silva, CPF nº 946.988.489-20, residente e domiciliada na Rua Manoel Álvaro de Araújo, nº 18, Centro, Garopaba/SC.

Garopaba, 03 de Agosto de 2020.

**NEREIDA MONTEIRO**

Secretária de Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Município de Garopaba

# Garuva

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO PMG 014/2020

Publicação N° 2591708

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 014/2020 - Processo PMG nº 022/2020  
Modalidade: PREGÃO  
Contratado: RFP MÁQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP  
Contratante: Município de Garuva

Objeto: Aquisição de um veículo tipo Minibus, capacidade mínima 11 lugares (10 + 01); 0 km, pintura sólida na cor branca, ano/modelo - mínimo 2020, potência mínima de 115 cv, combustível diesel, com ar condicionado na cabine de motorista e passageiros, câmbio manual 6 marchas, direção hidráulica ou elétrica, freio ABS, airbag motorista, vidros e travas elétricos, tração dianteira, teto elevado, tacógrafo digital e demais acessórios/ itens de série, para atender às necessidades da SMEC através do Transporte Escolar.

Valor: 134.500,00 (cento e trinta e quatro mil e quinhentos reais)  
Dotação: 07.001.2033.4490.16255 e 07.001.2033.4490.13600Data  
Assinatura: 20/07/2020  
Prazo: De 21/07/2020 até 20/09/2020.

Rodrigo Adrianly David  
Prefeito Municipal

## HOMOLOGAÇÃO - MÉDICO CLÍNICO GERAL TS 6-20

Publicação Nº 2591521



## HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

### EDITAL 06/2020

MÉDICO CLÍNICO GERAL:		DOCUMENTOS ENTREGUES:				
		SITUAÇÃO:	RG	FILHOS	TÍTULOS	Obrigações:
Nº.	NOME					DIPLOMA CONSELHO COMP. RES.
396	Ubiratan Pinto Gonçalves	INDEFERIDO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
398	Gabriela M. Dumke	INDEFERIDO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
399	Ubiratan Pinto Gonçalves	INDEFERIDO	SIM	NÃO	SIM	SIM
400	Barbara Monteiro	INDEFERIDO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
401	Moises de Oliveira	DEFERIDO	SIM	NÃO	SIM	SIM
403	Magaly Antonieta Claros Canceco	INDEFERIDO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
404	Magaly Antonieta Claros Canceco	INDEFERIDO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
405	Rafaela Maria Zaions	INDEFERIDO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
406	Maria Helena da Costa Naumann Gaertner	INDEFERIDO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
407	Thayne Bertoldi Schran	INDEFERIDO	SIM	NÃO	SIM	SIM
408	Tiago Souza Amorim	INDEFERIDO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
409	Paulo Cesar Creuz	DEFERIDO	SIM	NÃO	SIM	SIM
410	Alessandra de Oliveira da Silva	DEFERIDO	SIM	NÃO	SIM	SIM
411	Jenifer Alves	INDEFERIDO	SIM	NÃO	NÃO	SIM
412	Bruno Pereira Florindo	INDEFERIDO	SIM	NÃO	NÃO	SIM
413	Heloiza de Castro	DEFERIDO	SIM	NÃO	SIM	SIM
414	Marcelo Ritt Gewehr	DEFERIDO	SIM	NÃO	SIM	SIM
415	Alvaro Baptista Neto	DEFERIDO	SIM	NÃO	SIM	SIM
416	Leticia Prevedello	INDEFERIDO	SIM	SIM	SIM	SIM



- \* Tentativa de Inscrições realizadas fora do período (Edital Item 4.2) não é considerada como válida;

Isabela Aragão Pereira  
Presidente da Comissão  
Portaria 093/2020

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2020

Publicação Nº 2592291

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 146/2020

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2020

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de Uniformes. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09h00min do dia 18/08/2020, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 05/08/2020.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

### DECRETO Nº 9.486, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2591593

DECRETO Nº 9.486, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

CRIA A COMISSÃO INTERSETORIAL DE PLANEJAMENTO DE RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS NO MUNICÍPIO DE GASPAR, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Intersetorial de Planejamento de Retorno às Aulas Presenciais no Município de Gaspar, composta pelos seguintes membros:

I - Representantes da Secretaria de Educação:

- a) Simara Nicoletti Maraschi;
- b) Cristiane Luciano Corrêa;
- c) Ernesto Hostin;
- d) Luciane Silvia Martins Bailer;
- e) Bruna Nagel da Costa;

II - Representantes da Secretaria de Saúde:

- a) Jiceli Petró;
- b) Aline Cristiane Deichmann da Cruz;

III - Representante da Secretaria de Assistência Social: Elzira Roseli Lemfers Valgas;

IV - Representante da Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa: Raquel Marshall Gadea;

V - Representante da Procuradoria-Geral do Município: Daniela Zomer Becker;

VI - Representante da Superintendência de Defesa Civil: Ana Janaína Medeiros de Souza;

VII - Representante do Conselho Tutelar: Mari Inez Testoni Theiss;

VIII - Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA: Elaine Cristina da Silva Guimarães;

IX - Representante dos estudantes da educação básica: Karina K-lhkamp – Presidente do Grêmio Estudantil da E.E.B. Ferandino Dagnoni;

X - Representante do Conselho Municipal de Educação (COMED): Sabrina Terezinha Bailer Allegri;

XI - Representante dos Conselhos Escolares: Andreia Cristina Wischnewski Furtado – Presidente do Conselho Escolar da E.E.B. Zenaide Schmitt Costa;

XII - Representante das escolas da rede estadual (GERED): Simone Aparecida da Silva Bianchi;

XIII - Representante da rede privada de ensino: Rafael Figueredo - Centro Educacional Luz do Saber (CEDLUZ);

XIV - Representante do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Gaspar: Jeferson Debus.

Art. 2º Poderão ser convidados para participar da reunião da comissão, a juízo dos membros, e com o objetivo de contribuir com informações a respeito da matéria objeto do convite, especialistas e representantes de outros Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Gaspar, outros entes da federação, além de outras Entidades públicas ou privadas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

### **EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 49/2020**

Publicação Nº 2592114

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 114/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2020  
EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 49/2020

Início da vigência: 13/07/2020. Vencimento: 12/07/2021. Objeto do Contrato: Contratação de Empresa para prestação de Serviços de Coleta e Análises Laboratoriais para as Estações de Tratamento de Água (ETA'S) e Estações de Tratamento de Esgoto (ETE'S) do Município de Gaspar/SC. Contratado: LABB Laboratórios de Análises Ambientais LTDA (CNPJ Nº 81.322.141/0001-22). Valor total: R\$ 109.998,16 (Cento e Nove Mil e Novecentos e Noventa e Oito Reais e dezesseis centavos).

Gaspar/SC, 13 de julho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA  
Diretor-Presidente do SAMAE - Interino

### **EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 52/2020**

Publicação Nº 2592117

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2020  
EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 52/2020

Início da vigência: 17/07/2020. Vencimento: 16/07/2021. Objeto do Contrato: Aquisição de Equipamentos de Segurança e Vigilância para atender as necessidades da Delegacia de Polícia Civil e CITRAN do Município de Gaspar/SC. Contratado: MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME (CNPJ Nº 15.275.465/0001-22). Valor total: R\$ 39.696,58 (Trinta e Nove Mil, Seiscentos e Noventa e Seis Reais e Cinquenta e Oito Centavos).

Gaspar/SC, 17 de julho de 2020.

CARLOS ROBERTO PEREIRA  
Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

### **EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 53/2020**

Publicação Nº 2592118

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 129/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2020  
EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 53/2020

Início da vigência: 20/07/2020. Vencimento: 19/07/2021. Objeto do Contrato: Contratação de Empresa Para Prestação de Serviços de Estudos e Projetos de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros no Município de Gaspar, Destinados a atender o Departamento de Transporte Coletivo. Contratado: URBTEC TM - ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA (CNPJ Nº 02.689.532/0001-03). Valor total: R\$ 310.000,00 (Trezentos e Dez Mil Reais).

Gaspar/SC, 20 de julho de 2020.

CARLOS ROBERTO PEREIRA  
Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

**EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 61/2020**

Publicação Nº 2592119

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2020  
EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 61/2020

Início da vigência: 30/07/2020. Vencimento: 29/07/2021. Objeto do Contrato: Aquisição de Veículos para atender as necessidades da Delegacia de Polícia Civil e CITRAN do Município de Gaspar/SC. Contratado: DIMAS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA (CNPJ Nº 83.262.923/0001-49). Valor total: R\$ 148.200,00 (Cento e Quarenta e Oito Mil e Duzentos Reais).

Gaspar/SC, 30 de julho de 2020.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

**EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 62/2020**

Publicação Nº 2592124

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2020  
EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 62/2020

Início da vigência: 31/07/2020. Vencimento: 30/07/2021. Objeto do Contrato: Contratação de Empresa Especializada Para Prestação De Serviços Continuados de Suporte Técnico em Tecnologia da Informação, Compreendendo os Serviços de Atendimento de 1º, 2º e 3º Nível – Remoto e Presencial, para Suprir as Necessidades do Município de Gaspar. Contratado: BYCOMP COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA (CNPJ Nº 85.333.342/0001-86). Valor total: R\$ 259.200,00 (Duzentos e Cinquenta e Nove Mil e Duzentos Reais).

Gaspar/SC, 31 de julho de 2020.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

**EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO - BANCO SANTANDER**

Publicação Nº 2592107

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO

Vigência: 60 (sessenta) meses

PARTES: Município de Gaspar e Banco Santander S.A.

Objeto: Estabelece as condições para operacionalizar as consignações em folha de pagamentos a serem realizadas pela Conveniada, para pagamento das operações de crédito que o Santander conceder aos servidores ativos, inativos, aposentados e/ou pensionistas da Conveniada.

Gaspar/SC, 26 de maio de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

SINDIELLE MARIANE FURLAN

JOICE BERNARDI

Prefeito

Gerente de Atendimento

Gerente Geral do Banco Santander

**PORTARIA N.º 6.399, DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591597

PORTARIA N.º 6.399, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

REVOGA A PORTARIA Nº 6.264, DE 31 DE MARÇO DE 2020, QUE DESIGNOU FISCAL DO CONTRATO SAF Nº 1021/2020.

VANDERLEI FISTAROL, Diretor-Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto Municipal nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria n.º 6.264, de 31 de março de 2020, que designou o servidor JOÃO CARLOS FRANCESCHI, inscrito no CPF sob o nº 395.993.100-04, para atuar como Fiscal do Contrato SAF nº 1021/2020, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e a empresa VITACICLO S.A LOGISTICA REVERSA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de agosto de 2020.

VANDERLEI FISTAROL

Diretor-Presidente do SAMAE

**PORTARIA Nº 6.395, DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591591

PORTARIA Nº 6.395, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA SOLANO PEDRO SCHNEIDER PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 55/2020.

FRANCISLAINE CRISTINA CRUZ MACHADO, Secretária Municipal da Agricultura e Aquicultura, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar, a partir de 21 de julho de 2020, SOLANO PEDRO SCHNEIDER, inscrito no CPF sob o nº 871.001.009-25, ocupante do cargo de Operador de Máquina, para atuar como Fiscal do Contrato nº 55/2020, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 21 de julho de 2020.

Gaspar, 03 de agosto de 2020.

FRANCISLAINE CRISTINA CRUZ MACHADO  
Secretária Municipal da Agricultura e Aquicultura

**PORTARIA Nº 6.396, DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591592

PORTARIA Nº 6.396, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA SOLANO PEDRO SCHNEIDER PARA ATUAR COMO FISCAL DOS CONTRATOS QUE ESPECIFICA.

FRANCISLAINE CRISTINA CRUZ MACHADO, Secretária Municipal da Agricultura e Aquicultura, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar, a partir de 23 de julho de 2020, o servidor SOLANO PEDRO SCHNEIDER, inscrito no CPF sob o nº 871.001.009-25, ocupante do cargo de Operador de Máquina, para atuar como Fiscal dos Contratos que especifica:

I. Contrato nº 57/2020, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa JH BORGES COMERCIO E INDÚSTRIA EIRELI;

II. Contrato nº 58/2020, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI;

III. Contrato nº 59/2020, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa AGROMAXION COMERCIO DE PEÇAS AGRÍCOLAS LTDA. ME.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 23 de julho de 2020.

Gaspar, 03 de agosto de 2020.

FRANCISLAINE CRISTINA CRUZ MACHADO  
Secretária Municipal da Agricultura e Aquicultura

**PORTARIA Nº 6.397, DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591594

PORTARIA Nº 6.397, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA EVANDRO SCHNEIDER IMHOF PARA ATUAR COMO FISCAL DOS CONTRATOS QUE ESPECIFICA.

SILVANIA JANOELO DOS SANTOS, Secretária Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar, a partir de 01º de julho de 2020, o servidor EVANDRO SCHNEIDER IMHOF, inscrito no CPF sob o nº 895.867.869-00, ocupante do cargo de Coordenador de Administração e Finanças, para atuar como Fiscal dos Contratos que especifica:

I. Contrato nº 09/2018, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa HGL TECNOLOGIA LTDA. ME;

- II. Contrato nº 125/2019, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa RX LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.;
- III. Contrato nº 30174/2019, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA.;
- IV. Contrato nº 169/2019, firmado entre o município de Gaspar e a empresa ORSEGUPS MONITORAMENTO ELETRONICO LTDA.;
- V. Contrato nº 100/2016, firmado entre o município de Gaspar e a empresa CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI – EPP;
- VI. Contrato nº 101/2017, firmado entre o município de Gaspar e a empresa CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI – EPP;
- VII. Contrato nº 101/2018, firmado entre o município de Gaspar e a empresa CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI – EPP.
- Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de julho de 2020.

Gaspar, 03 de agosto de 2020.

SILVANIA JANOELO DOS SANTOS  
Secretária Municipal de Assistência Social

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-61/2015**

Publicação Nº 2592230

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-61/2015

Início da Vigência: 13/07/2020. Vencimento: 12/12/2020. Pregão nº.: 135/2015. Objeto: 1) Renovação, por 5 (cinco) meses, da presente contratação de empresa para prestação dos serviços de coleta, transporte, pesagem, tratamento e destinação final de resíduos sólidos provenientes dos serviços de saúde. 2) Regulamenta, no mesmo ato, o aditivo de 25% do item 1 deste contrato. Contratado: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA (95.886.735/0001-70). Valor total: R\$ 85.560,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos e sessenta reais).

Gaspar/SC, 12 de julho de 2020

ARNALDO GONÇALVES MUNHOZ JUNIOR  
Secretário Municipal de Saúde

**SAMAE - GASPAR****PORTARIA Nº 67 DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592173

PORTARIA Nº 67 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DISPENSA O SERVIDOR JOSÉ ÉRCIO MAIER DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA NO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

VANDERLEI FISTAROL, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Fica dispensado a partir do dia 10 de agosto de 2020, conforme a Lei Complementar Municipal nº. 80, de 02 de agosto de 2017, o servidor JOSÉ ÉRCIO MAIER, portador do CPF nº. 684.750.809-44 e da CI nº. 17/R-2.420.042 da Função Gratificada de Supervisor de ETA e ETE, designado pela Portaria nº. 05, de 15 de janeiro de 2019.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 05 de agosto de 2020.

VANDERLEI FISTAROL  
Diretor-Presidente**PORTARIA Nº 68 DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592178

PORTARIA Nº 68 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA O SERVIDOR ANDRÉ DESCHAMPS DOS SANTOS PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA NO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

VANDERLEI FISTAROL, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Fica nomeado, a partir do dia 10 de agosto de 2020, o servidor ANDRÉ DESCHAMPS DOS SANTOS, portador do CPF nº 069.195.589-12 e da CI nº. 4.635.065-9, para o exercício da função gratificada de Supervisor de ETA e ETE, nível 1, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 05 de Agosto de 2020.

VANDERLEI FISTAROL  
Diretor-Presidente**PORTARIA Nº 69 DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592187

PORTARIA Nº 69 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR JOSÉ ÉRCIO MAIER

VANDERLEI FISTAROL, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença-Prêmio o servidor JOSÉ ÉRCIO MAIER, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA, referente ao período aquisitivo de 01/06/2008 à 31/05/2013, que será gozada a partir do dia 10/08/2020 à 07/11/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 05 de Agosto de 2020.

VANDERLEI FISTAROL  
Diretor Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2020

Publicação Nº 2592208

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REABRIU A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

#### PREGÃO PRESENCIAL 76/2020

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA E DA TERRITORIAL, MAPEAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO, SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG), ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES, GEOPROCESSAMENTO CORPORATIVO, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO PARA O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 21/08/2020 até às 14h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 21/08/2020 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br](http://www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br).

Governador Celso Ramos, 05 de agosto de 2020.

Paulo Henrique Silveira de Souza  
Secretário de Administração

### **EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 018/2020 - 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, E A EMPRESA PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO,**

Publicação Nº 2592597

#### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 018/2020

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, E A EMPRESA PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL E OUTROS PARA OS SEGUINTE ENDEREÇOS: RUA JOAQUIM COELHO, TRAVESSA IRENE GARCIA E TRAVESSA ANA MARIA LINHARES LOCHS LOCALIZADAS NO BAIRRO AREIAS DO MEIO E TRAVESSA MARIA JÚLIA GARCIA MARTINS E RUA BENI COSTA LOCALIZADAS NO BAIRRO JORDÃO, PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, REFERENTE AO CONVITE N. 25/2020, PROCESSO Nº 25/2020.

O Município de Governador Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Praça 06 de novembro, Centro – 01. CNPJ/MF Nº. 82.892.373/0001-89, daqui por diante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por seu representante Legal Sr. JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal, e de outro lado a empresa PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME estabelecida a Rua Luiz Fagundes, nº 821, Sala 01, Praia Comprida, São José/SC, inscrita no CNPJ/MF Nº. 21.310.754/0001-18, neste ato representada pela Sra. MIRIAN CASSIA FIGUEIREDO, inscrita sob o CPF de nº 338.118.478-48, portadora do RG nº 41.241.541-0, resolvem, de comum acordo, ACRESCENTAR O CONTRATO ORIGINAL, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL E OUTROS PARA OS SEGUINTE ENDEREÇOS: RUA JOAQUIM COELHO, TRAVESSA IRENE GARCIA E TRAVESSA ANA MARIA LINHARES LOCHS LOCALIZADAS NO BAIRRO AREIAS DO MEIO E TRAVESSA MARIA JÚLIA GARCIA MARTINS E RUA BENI COSTA LOCALIZADAS NO BAIRRO JORDÃO, PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC respeitando o estabelecido no art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº. 8666/93, e a Cláusula Sexta do Contrato nos termos que se seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Faz-se indispensável ACRESCENTAR o contrato original modificando as quantidades inicialmente licitadas, conforme Planilha de Readequação (em anexo) solicitada pela Administração deste Município e autorizada pelo Setor de Planejamento do mesmo. Conforme consta na Planilha de readequação deverá ser acrescido o valor de R\$ 37.297,68 (trinta e sete mil duzentos e noventa e sete reais com sessenta e oito centavos).

**CLAUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA**

2.1 Faz-se indispensável o aditamento ocorrendo no acréscimo de serviços adicionais na execução deste contrato, uma vez que no decorrer da execução dos serviços, para melhor atender a finalidade da Administração e da população, a empresa contratada juntamente com o Setor de Planejamento do Município de Governador Celso Ramos, órgão fiscalizador, verificaram a necessidade de readequar o contrato, acrescentando serviços, itens e suas quantidades, para perfeita execução contratual e melhor adequação técnica aos objetivos da Administração. A planilha de quantidades e acréscimos foi remetida à equipe técnica da Prefeitura municipal.

Neste tocante, há artigo específico na lei que rege as licitações e contratos administrativos protegendo este tipo de alteração contratual, qual seja o art. 65, inciso I alíneas “a” e “b” da Lei 8.666/93, in verbis:

“Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;”

Cite-se, ainda, Adilson Abreu Dalari, que consigna a seguinte exegese:

“Em síntese, o contrato administrativo celebrado em decorrência de uma licitação está por ela condicionado, mas tem vida própria. Ele pode ser alterado, sim, por razões de interesse público, até o ponto em que esse vínculo ou esse condicionamento não se rompa”. ( cf. Limites à alterabilidade do contrato de obra pública, RDA n. 201, p. 61).

Observados estes pressupostos, mostrou-se plenamente hábil para esta administração que este termo aditivo fosse realizado pelas partes.

**CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1 O valor total a ser acrescido será de R\$ 37.297,68 (trinta e sete mil duzentos e noventa e sete reais com sessenta e oito centavos), perfazendo o valor total do contrato para R\$ 360.631,23 ( trezentos e sessenta mil seiscentos e trinta e um reais com vinte e tres centavos) estando em conformidade com o que preconiza o art. 65 da Lei 8.666/93, e se sujeita as mesmas condições de pagamento do referido contrato.

3.2 As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME
---------------------------------------

Contratada
------------

Governador Celso Ramos/SC, 27 de julho de 2020

JULIANO DUARTE CAMPOS
-----------------------

Prefeito Municipal Contratante
--------------------------------

**EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 022/2019 - PROCESSO Nº 034/2019 - QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, E A EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL**

Publicação Nº 2592637



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 022/2019**

7º TERMO DO CONTRATO Nº 022/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, E A EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL E OUTROS DE DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC REFERENTE AO EMPRÉSTIMO SOB FORMA DE FINANCIAMENTO COM RECURSOS CAIXA - PROGRAMA FINISA, PROVENIENTE DO CONTRATO Nº 0516.945-52/2018, FIRMADO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, REFERENTE A CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 034/2019, PROCESSO Nº 034/2019.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, SR. **JULIANO DUARTE CAMPOS** e a empresa **PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA**, estabelecida a Rua Luiz Fagundes, 821, bairro Praia Comprida, Município de São José/SC, CEP 88.103-500, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº. 00.122.311/0001-23, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu sócio Sr. **Paulo Henrique Mattos**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 2.060.819-5- SESP/SC, inscrito no CPF sob o nº 638.959.439-91, resolvem, de comum acordo, SUPRIMIR/ACRESCENTAR O CONTRATO ORIGINAL, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL E OUTROS DE DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC REFERENTE AO EMPRÉSTIMO SOB FORMA DE FINANCIAMENTO COM RECURSOS CAIXA - PROGRAMA FINISA, PROVENIENTE DO CONTRATO Nº 0516.945-52/2018, FIRMADO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, respeitando o estabelecido no art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº. 8666/93, e a Cláusula Décima Primeira do Contrato nos termos que se seguem:

1

Praça 6 de Novembro n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, CEP 88190-000 - Fone (48) 3262-0131 – Governador Celso Ramos/SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto SUPRIMIR e ACRESCENTAR o contrato original modificando as quantidades inicialmente licitadas, conforme Planilha de Readequação (em anexo) solicitada pela Administração deste Município e autorizada pelo Setor de Planejamento do mesmo.

Conforme consta na Planilha de readequação deverá ser suprimido o valor de **R\$: 163.407,36 (Cento e sessenta e três mil quatrocentos e sete reais com trinta e seis centavos)** e acrescido o valor de **R\$ 59.702,27 (Cinquenta e nove mil setecentos e dois reais com vinte e sete centavos)**.

#### CLAUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1. Faz-se indispensável o aditamento ocorrendo a supressão do valor de R\$: 163.407,36 (Cento e sessenta e três mil quatrocentos e sete reais com trinta e seis centavos)

e acrescido o valor de R\$ 59.702,27 (Cinquenta e nove mil setecentos e dois reais com vinte e sete centavos), em decorrência da necessidade de supressões e acréscimos de alguns itens, bem como execução de novos serviços não previstos, tais modificações são necessárias em virtude da necessidade de adequação do projeto original a situação real encontrada em campo.

A planilha de quantidades corrigidas com as devidas supressões e acréscimos foi remetida à equipe técnica da Prefeitura municipal.

Neste tocante, há artigo específico na lei que rege as licitações e contratos administrativos protegendo este tipo de alteração contratual, qual seja o art. 65, inciso I alíneas “a” e “b” da Lei 8.666/93, *in verbis*:

**“Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:**

**I - unilateralmente pela Administração:**

a) **quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;**

b) **quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;”**

Cite-se, ainda, Adilson Abreu Dalari, que consigna a seguinte exegese:

**“Em síntese, o contrato administrativo celebrado em decorrência de uma licitação está por ela condicionado, mas tem vida própria. Ele pode ser alterado, sim, por razões de interesse público, até o ponto em que esse vínculo ou esse condicionamento não se rompa”. ( cf. Limites à alterabilidade do contrato de obra pública, RDA n. 201, p. 61).**

2

Praça 6 de Novembro n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, CEP 88190-000 - Fone (48) 3262-0131 – Governador Celso Ramos/SC



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Observados estes pressupostos, mostrou-se plenamente hábil para esta administração que este termo aditivo de supressão do valor de R\$: 163.407,36 (Cento e sessenta e três mil quatrocentos e sete reais com trinta e seis centavos) e acrescido o valor de R\$ 59.702,27 (Cinquenta e nove mil setecentos e dois reais com vinte e sete centavos). fosse realizado pelas partes.

**CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**3.1.** O valor a ser suprimido é de R\$: 163.407,36 (Cento e sessenta e três mil quatrocentos e sete reais com trinta e seis centavos) e acrescido o valor de R\$ 59.702,27 (Cinquenta e nove mil setecentos e dois reais com vinte e sete centavos)., restando desta forma readequado o valor total do contrato **R\$ 5.418.717,04 (cinco milhões quatrocentos e dezoito mil setecentos e dezessete reais com quatro centavos)**, para **R\$ 5.315.011,95 (cinco milhões trezentos e quinze mil onze reais e noventa e cinco centavos)** estando em conformidade com o que preconiza o art. 65 da Lei 8.666/93, e se sujeita as mesmas condições de pagamento do referido contrato.

**3.2.** As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 31 de julho de 2020.

**JULIANO DUARTE CAMPOS**  
Prefeito Municipal  
Contratante

**EMPRESA PAVICON**  
**CONSTRUÇÕES LTDA**  
Paulo Henrique Mattos  
Contratada

**RESULTADO CHAMADA PÚBLICA SMS Nº 013 2020**

Publicação Nº 2592246

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
, paraC CNPJ: 08.857.731/0001-60  
xxccasads

RESULTADO CHAMADA PÚBLICA Nº 013/2020  
(Realizada no dia 27 de julho de 2020)

MÉDICO 20 HRS:

1. Ana Paula Faccin Araujo de Souza
2. Rafaela Silva Waltrick

MÉDICO 40 HRS:

1. Ana Paula de Oliveira Fragoso
2. Ana Teresa Rodríguez Rojas

\*\* Os critérios de classificação dos candidatos foram de acordo com o previsto no item 7.2 do Edital do mesmo.

Governador Celso Ramos, 31 de Julho de 2020.

Edson Ramos de Oliveira  
Secretário de Saúde e Saneamento

**SAMAE - Gov. CELSO RAMOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 15/2020 - MECÂNICA ALHO LTDA ME - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS PESADOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC - PREGÃO PRESENCIAL RP 17/2020 - PROCESSO 17/2020**

Publicação Nº 2591895

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020

Pregão Presencial nº 17/2020

Processo 17/2020

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E COMPONENTES, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS PESADOS DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 04 dias do mês de agosto do ano de 2020, no Estado de Santa Catarina, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços, com sede na Rodovia Francisco Wollinger, Nº 4095, Km 05, Bairro Jordão, Governador Celso Ramos/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 74.047.341.0001-59, representada por seu Diretor Geral, Sr. Ricardo Amilton da Silva, são registrados os preços da (s) empresa (s) MECÂNICA ALHO LTDA ME estabelecido a Rodovia SC 410 KM 03, Travessa 108, S/N, Areias do Meio, CEP -88190-000/SC na Cidade de Governador Celso Ramos, inscrita sob o CNPJ de nº 13.925.405/0001-82, neste ato representado pelo(a) Sr. Fernando Martins, empresário, portador do Rg nº 3.754.647 SSP/ SC, inscrito no CPF sob o nº 029.717.449-94, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E COMPONENTES, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS PESADOS DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 17/2020, objeto do Processo 17/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$
1	MÃO DE OBRA – VEÍCULOS PESADOS - MÁQUINAS/TRATOR/ RETRO	HRS	600	100,00	60.000,00
FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO		10% de desconto		40.000,00	

TOTAL GERAL ATA = R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Governador Celso Ramos/SC, 04 de agosto de 2020.

MECÂNICA ALHO LTDA ME SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE  
FERNANDO MARTINS ÁGUA E ESGOTO  
RICARDO AMILTON DA SILVA

# Grão Pará

## PREFEITURA

### CONTRATO N 59-2020 - BCL (AVANÇAR 2)

Publicação Nº 2592133

CONTRATO N. 59/2020  
(de 03 de agosto de 2020)

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E A EMPRESA BCL EMPREENDIMENTOS LTDA, NOS TERMOS DA LEI N. 8.666, DE 21/06/1993, E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES, E NOS TERMOS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N. 02/2020-TP, PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 29/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO (À LAJOTA E A CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE CBUQ), MICRODRENAGEM, CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM 12 (DOZE) RUAS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC, PROJETO AVANÇAR CIDADES, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL.

#### PREÂMBULO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor MARCIO BORBA BLASIU, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA, estabelecida em Rod SC 108, SN, KM 336, Corridas, Orleans/SC, CEP 88.870-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 12.218.083/0001-79, representada, neste ato, por seu administrador, Sr. JOÃO ALBERTO LIBRELATO, portador da Cédula de Identidade RG n. 427.768 e inscrito no CPF sob o n. 341.406.709-91, doravante denominada CONTRATADA.

ADJUDICAÇÃO: O presente Contrato decorre do Processo de Licitação n. 29/2020, Edital de Tomada de Preço n. 02/2020-TP, homologado em 03 de agosto de 2020, que passa a integrar este Contrato independentemente de transcrição, juntamente com a proposta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Contrato a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO (À LAJOTA E A CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE CBUQ), MICRODRENAGEM, CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM 12 (DOZE) RUAS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC, PROJETO AVANÇAR CIDADES, com vistas à execução das obras conforme Cédula de Crédito Bancário Nº SC-45.562/CEF/PRÓ-TRANSPORTE-SETOR PÚBLICO, Carta Consulta nº 4100.24.1110/2019, devendo obedecer, integralmente, às especificações e determinações previstas nos Projetos Técnicos de Engenharia (Memorial Descritivo, Projeto Arquitetônico e Complementares, Planilha Orçamentária e outros) e nos termos da Minuta Contratual que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste Edital como se aqui estivessem transcritos.

1.1.1. O CONTRATANTE se reserva o direito de introduzir modificações no projeto arquitetônico, mesmo durante a execução dos serviços, sempre que julgar necessários.

1.1.1.2. No exercício desse direito, porém, o CONTRATANTE se empenhará no sentido de evitar prejuízos à CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

2.1. Contactar com o Setor de Engenharia do CONTRATANTE, antes de iniciar os serviços, no sentido de acertar, nos locais das obras, os detalhes da execução, como também, providenciar as licenças, as aprovações e os registros específicos junto aos órgãos e entidades federais, estaduais ou municipais competentes.

2.2. Executar os serviços conforme projeto, observando rigorosamente aos princípios básicos de engenharia, às normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e outras aplicáveis, independentemente de transcrição, além de representar o conhecimento do objeto deste Contrato, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

2.3. Elaboração e aprovação dos projetos complementares nos órgãos competentes e na forma exigida em normas legais vigentes.

2.4. Providenciar, às suas expensas, a partir dos pontos iniciais que lhes sejam indicados, as instalações e rede provisória de energia elétrica, água potável e esgotos, quando necessárias à execução de seus trabalhos.

2.5. Assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, pelo fornecimento de materiais, mão-de-obra, equipamentos, máquinas, ferramentas normais e especiais, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos.

2.5.1. Os materiais a serem empregados deverão receber prévia aprovação do Setor de Engenharia responsável pela Fiscalização, ao qual se reservam os direitos de rejeitá-los caso não satisfaçam os padrões especificados.

2.6. Substituir/Corrigir, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do recebimento de expediente escrito pela fiscalização, qualquer irregularidade constatada nos materiais empregados na execução da obra.

2.7. Refazer, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar do recebimento de expediente escrito pela fiscalização, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços.

2.8. Assumir, automaticamente, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive por acidentes e mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços objeto deste Contrato, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA ou

de qualquer de seus empregados ou prepostos e, ainda, de culpa ou dolo de eventuais subcontratadas ou qualquer de seus empregados ou prepostos.

2.9. Utilizar um engenheiro responsável técnico, uma equipe de operários, além de, no mínimo, um mestre de obras de comprovada experiência, para execução do objeto deste Contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para ao CONTRATANTE.

2.10. Utilizar apenas profissionais qualificados, devidamente uniformizados, identificados individualmente (crachá), se necessário, munidos dos equipamentos de proteção individual e coletivo, conforme exigências legais, bem como os demais equipamentos e materiais e ferramentas necessárias à execução dos serviços.

2.11. Não substituir o engenheiro responsável técnico, salvo casos de força maior e mediante prévia concordância do Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE, apresentando, para tal fim, o acervo técnico do novo técnico, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

2.12. Cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva (EPC's) a todos que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

2.13. Arcar com as despesas de estada, locomoção, refeições e horas de trabalho de seus funcionários que prestarem serviços durante a execução deste Contrato.

2.14. Arcar, com exclusividade, pelos ônus salariais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais etc decorrentes da relação contratual.

2.15. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do CONTRATANTE, a cujas reclamações fica obrigado atender no prazo máximo que for concedido por escrito.

2.16. Manter permanentemente nos locais das obras o Diário de Obra, onde, tanto a CONTRATADA quanto a fiscalização do CONTRATANTE deverão realizar anotações diárias, visando à comprovação real do andamento da obra, bem como, todo e qualquer fato que mereça registro, o qual será entregue à Secretaria de Administração do CONTRATANTE após medição final das obras.

2.16.1. O Diário de Obra deverá ser aberto mediante termo circunstanciado, lavrado na primeira página, correspondente ao dia em que efetivamente a empresa contratada iniciar as obras.

2.17. Apresentar à Tesouraria do Município, juntamente com os documentos de cobrança, a folha de pagamento e as guias de recolhimentos dos encargos sociais e trabalhistas, devidamente quitadas, de seus empregados e subcontratados, pertinente ao objeto deste Contrato e ao mês de referência.

2.18. Diligenciar para que as medições sejam, de pronto, processadas e, logo após, emitir corretamente a documentação fiscal e faturas, encaminhando-as à fiscalização do CONTRATANTE, juntamente com o Diário de Obra.

2.19. Responsabilizar-se por eventual acréscimo dos custos deste Contrato, quando, por determinação da autoridade competente, os serviços forem embargados ou tiverem a sua execução suspensa, por ela motivada.

2.20. Confeccionar e colocar placas de identificação do objeto deste Contrato, inclusive as exigidas pelo órgão conveniado, conforme modelos fornecidos pelo Setor de Engenharia do CONTRATANTE, as quais deverão ser fixadas dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o início das obras, sob pena de incorrer em multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor global deste por dia de atraso na colocação, permanecendo no local das obras por prazo indeterminado.

2.21. Permitir e facilitar a inspeção das obras pela Fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelos técnicos do Setor de Engenharia do CONTRATANTE.

2.21.1. O não atendimento das solicitações feitas pela Fiscalização será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais.

2.22. Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a prestação dos serviços no regime contratado, sem paralisação, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, atraso, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, arcando exclusivamente com este ônus.

2.23. No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre seus empregados ou de seus subcontratados, cabe à CONTRATADA resolver imediatamente a pendência ou submeter o assunto à Justiça do trabalho.

2.24. Assumir a defesa nas ações propostas por terceiros contra o CONTRATANTE relativas à execução dos serviços contratados e ações trabalhistas, arcando com os ônus delas decorrentes.

2.25. Providenciar, às suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

2.26. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela fiscalização do CONTRATANTE e pelos atrasos acarretados por essa rejeição.

2.26.1. Retirar do canteiro das obras todo e qualquer material, peças ou equipamento que for rejeitado pela fiscalização do CONTRATANTE.

2.27. Restringir ao interior do Canteiro de Obras a estocagem e guarda de todos os materiais, equipamentos, máquinas, carregamento e descarga, assim como todas as atividades normais de seus empregados e/ou prepostos, durante execução dos serviços contratados.

2.28. Responsabilizar-se pela instalação de tapume nos limites do canteiro de obras, se necessário.

2.29. Colocar, em lugar visível, a placa de obra da empresa com o nome do técnico responsável.

2.30. Apresentar, junto com a primeira fatura dos serviços, cópia da matrícula da obra ou serviço, perante o INSS, se for o caso.

2.31. Apresentar, junto às parcelas intermediárias, os comprovantes de pagamentos dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.

2.32. Apresentar, junto com a última fatura dos serviços, a Certidão Negativa de Débitos do INSS, referente à matrícula acima mencionada.

2.33. Entregar ao Setor de Engenharia do CONTRATANTE, em até 05 (cinco) dias corridos após a data da Ordem de Serviço, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra ou serviço de forma discriminada, devidamente assinada pelo engenheiro responsável e registrada junto ao CREA, abrangendo toda a execução contratual.

2.34. Responsabilizar-se pelo pagamento ou reembolso de todos os valores de multas aplicadas pela Delegacia Regional do Trabalho, CREA ou qualquer entidade em decorrência da execução deste Contrato.

2.35. Atender ao que dispõe o artigo 7º da Constituição Federal, em seu inciso XXXIII, que assim determina: "Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos".

2.36. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o artigo 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

2.37. Proceder, ao final dos serviços, a limpeza de todas as áreas trabalhadas, devendo remover todo o material, equipamentos, máquinas e outros seus pertences, incluindo entulhos e materiais remanescentes, sendo esses serviços considerados incluídos no valor deste Contrato.

2.38. Manter as obras em perfeitas condições de conservação e funcionamento, por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de

Recebimento Definitivo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 3.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações decorrentes da execução do presente Contrato, de acordo com as normas nele estabelecidas.
- 3.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de funcionários por ela credenciados.
- 3.3. Exercer a fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA, por técnicos especialmente designados, notificando, imediatamente e por escrito, quaisquer problemas ou irregularidades encontradas.
- 3.4. Prestar, aos empregados da CONTRATADA, informações e esclarecimentos que se fizerem necessários à compreensão dos Documentos Técnicos e colaborar com a CONTRATADA, quando detiver, outros elementos que se fizerem necessários à compreensão dos Documentos Técnicos e colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada, no estudo e interpretação dos mesmos.
- 3.6. Acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a execução do Contrato.
- 3.7. Solicitar, nos prazos previstos, toda a documentação legal referente à prestação de serviços e de funcionários da CONTRATADA, inclusive solicitando a substituição de qualquer funcionário que não atenda aos interesses dos serviços ou do CONTRATANTE.
- 3.8. Designar a Comissão de Vistoria para o recebimento das obras.
- 3.9. Notificar a CONTRATADA da aceitação definitiva da obra, após a vistoria e recebimento definitivo por parte da Comissão de Recebimento da Obra.
- 3.10. Atestar e efetuar à CONTRATADA os devidos pagamentos e respectivos reajustes, quando for o caso, nas condições estabelecidas neste Contrato.
- 3.11. Efetuar a devolução da garantia à CONTRATADA após o recebimento definitivo da obra.

#### CLÁUSULA QUARTA DO CONHECIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES E DO LOCAL DOS SERVIÇOS

- 4.1. Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços. Não será considerada pelo CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação, por parte da CONTRATADA, fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.
- 4.2. Dessa forma, a assinatura deste Contrato é considerada como reconhecimento tácito de que a CONTRATADA realizou investigações, no local dos serviços, suficientes para o reconhecimento das condições que encontrará durante a execução dos serviços.

#### CLÁUSULA QUINTA DO PREÇO GLOBAL

- 5.1. O preço global para a execução dos serviços deste Contrato é o apresentado na Planilha Orçamentária, no valor de R\$ 2.224.145,83 (dois milhões e duzentos e vinte e quatro mil e cento e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos), constante da proposta vencedora da licitação aceita pelo CONTRATANTE, entendido este como valor justo e suficiente para a total execução do objeto licitado.
  - 5.1.1. O preço proposto é considerado completo, incluindo o BDI – Benefícios e Despesas Indiretas e abrange todos os custos necessários para a realização do objeto deste Contrato, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a obra e demais serviços.
- 5.2. É vedado à CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que, porventura, venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas no Parágrafo 1º do artigo 65 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### CLÁUSULA SEXTA DO BOLETIM DE MEDIÇÃO

- 6.1. Para efeito de boletim de medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executados, elaborado pela CONTRATADA, mediante carta dirigida à Engenheira Fiscal do CONTRATANTE, sendo que o mesmo terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisá-los e aprová-los.
  - 6.1.1. Findo este prazo e não havendo manifestação da Engenheira Fiscal, a CONTRATADA estará autorizada a emitir a respectiva nota fiscal/fatura.
  - 6.1.2. Caso a Engenheira Fiscal venha a constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito à CONTRATADA, a qual deverá apresentar novo boletim de medição corrigido, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas.
  - 6.1.3. A aprovação do boletim de medição se dará com o CERTIFICADO da Engenheira Fiscal das obras na nota fiscal/fatura devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional.
- 6.2. Os boletins de medições deverão corresponder aos serviços efetivamente executados até o final de cada mês, compreendendo períodos correspondentes a 30 (trinta) dias consecutivos, exceto o inicial e o final que poderão abranger períodos inferiores a 30 (trinta) dias.
- 6.3. A CONTRATADA deverá destacar, na nota fiscal/fatura, o número e a data de assinatura deste Contrato, o mês da execução do serviço, o número do boletim de medição dentre outros elementos de suma relevância.
- 6.4. Os quantitativos dos serviços relacionados na planilha orçamentária, para efeito de pagamento, deverão ser considerados como certos, observando-se sempre as quantidades previstas nos Projetos de Engenharia e respeitados sempre o regime de execução e os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei n. 8.666/93 e demais alterações subsequentes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado conforme liberação do BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, em parcelas mensais de acordo com a respectiva nota fiscal e após as medições realizadas pelo setor de engenharia desta Prefeitura Municipal, por meio de transferência bancária.

7.1.1. O prazo de pagamento previsto no item acima só vencerá em dia de expediente normal na Cidade de GRÃO-PARÁ/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

7.2. Os pagamentos somente serão liberados mediante a apresentação nas datas de liquidação, obrigatoriamente, dos recolhimentos relativos à Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS do FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal, devidamente atualizados, sob pena de o órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, obrigando-se, ainda, a CONTRATADA a apresentar:

a) guia de recolhimento do FGTS e Informação à Previdência Social – GFIP;

b) relação de Empregados – RE;

c) cópia da GPS – Guia da Previdência Social com o número do CEI da obra, devidamente recolhida a respectiva folha de pagamento;

d) a empresa contratada deverá observar no corpo da Nota Fiscal/Fatura a retenção para a seguridade social, (11%), destacando no corpo da nota fiscal a base de cálculo e o respectivo valor a ser retido;

e) junto com a primeira fatura, apresentar cópia da matrícula, CEI – Cadastro Específico Individual das obras/serviços perante o INSS;

f) junto com a última fatura dos serviços, a Certidão Negativa de Débito do INSS referente à matrícula acima mencionada.

7.2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, não cabendo ao CONTRATANTE quaisquer ônus.

7.3. No caso de eventual atraso de pagamento, o valor devido poderá ser atualizado utilizando-se índices econômicos oficiais de acordo com as normas legais e de mercado, tais como INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e, na falta deste, será aplicado o IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, ou, ainda, em conformidade com o índice específico eleito pelo Governo Federal que regula a variação de valor dos serviços no período.

7.4. No caso de pagamento antecipado, haverá desconto financeiro compensatório com base no INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e, na falta deste, será aplicado o IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas.

7.5. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas, responsabilizando-se a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

7.6. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste Contrato.

7.7. Mediante o pagamento do valor total das obras, a CONTRATADA dará total, geral e irrevogável quitação à CONTRATANTE, nada devendo a qualquer título.

#### CLÁUSULA OITAVA DO REAJUSTE DE PREÇOS

8.1. Os preços contratuais poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, pelo Índice Nacional de Custo da Construção - INCC, ou por outro que venha a substituí-lo, sendo que somente poderá ser alterado para manutenção do equilíbrio econômico financeiro desde que comprovado e fundamentado.

8.2. Caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte.

8.3. Nos atrasos por culpa e responsabilidade da CONTRATADA, os índices de reajustes serão aplicados até as datas contratuais previstas para o efetivo faturamento. Sendo injustificáveis esses atrasos ao prazo contratual das obras e serviços, não caberá qualquer reajuste.

8.4. As condições de reajustamento de preços acima estipuladas poderão vir a ser alteradas, caso ocorra superveniência de normas federais ou estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria.

#### CLÁUSULA NONA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas do objeto deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

04.03.1.004.4.4.90.51.98.00.00.00.0083 (24) – R\$ 2.224.145,83 (dois milhões e duzentos e vinte e quatro mil e cento e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos).

#### CLÁUSULA DÉCIMA DO VALOR GLOBAL

10.1. O valor global deste contrato é de R\$ 2.224.145,83 (dois milhões e duzentos e vinte e quatro mil e cento e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos).

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRORROGAÇÃO

11.1. DE INÍCIO: As obras contratadas deverão ser iniciadas, no máximo, dentro de 05 (cinco) dias úteis após data de expedição da Ordem de Serviço.

11.2. DE CONCLUSÃO: O prazo máximo para a conclusão das obras será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de expedição da Ordem de Serviço.

11.3. PRORROGAÇÃO: Os prazos de início e conclusão poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados os motivos, a critério do Setor de Engenharia do CONTRATANTE, mantidas as circunstâncias apontadas no artigo 57, parágrafo 1º, incisos I a VI, da Lei n.

8.666/93 e alterações subsequentes.

11.3.1. Os atrasos na execução das obras, nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos, de força maior ou de fatos de responsabilidade do CONTRATANTE, desde que comprovados na época oportuna e devidamente anotados no Diário de Obras.

11.3.1.1. Na ocorrência de tais fatos ou casos de pedidos de prorrogação referente ao prazo inicial, serão encaminhados por escrito ao Setor de Engenharia do CONTRATANTE, 01 (um) dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 20 (vinte) dias antes de expirar o prazo contratual e, em ambos os casos, com justificativa circunstanciada, com documentos comprobatórios, análises e justificativa da fiscalização.

11.3.1.2. As prorrogações autorizadas e devidamente justificadas serão anotadas e expedidas por escrito pelo órgão competente do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXECUÇÃO

12.1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

12.3. A execução deverá ser rigorosamente de acordo com os Projetos de Engenharia, especificação e demais elementos técnicos, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas e apresentadas por escrito e aprovadas pelo Setor de Engenharia do CONTRATANTE.

12.4. Poderá a CONTRATADA subcontratar com outra(s) empresa(s) a pavimentação das Ruas objeto deste Edital a serem pavimentadas com lajotas sextavadas.

12.5. Poderá o CONTRATANTE por meio do Setor de Engenharia, ao seu critério, exigir a reconstrução de qualquer parte da obra, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, caso essa tenha sido executada com imperícia técnica comprovada ou em desacordo com as normas, projetos, especificações ou com as determinações da fiscalização, nos termos do artigo 69, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

12.6. Todos os materiais a serem empregados na execução da obra deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, bem como todos os custos de aquisição e transporte. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização das obras executadas, objeto deste Contrato, será de competência e responsabilidade do Setor de Engenharia do CONTRATANTE, a quem cabe verificar se, no desenvolvimento das obras, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos das faturas, substituição de materiais, alterações de projetos e solucionar eventuais problemas de ordem técnica e, ainda, o que segue:

13.1.1. determinar à CONTRATADA um reforço do equipamento ou substituição de unidades defeituosas, caso venha a constatar que o(s) mesmo(s) é(são) insuficiente(s) para dar aos serviços o andamento normal previsto;

13.1.2. exercer rigoroso controle em relação às quantidades e, particularmente, à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas às disposições a elas relativas;

13.1.3. exigir o imediato afastamento de quaisquer empregados ou prepostos da CONTRATADA que não mereça sua confiança ou embarace a fiscalização e, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas, após advertência por escrito;

13.1.4. agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar os serviços executados em desacordo com o projeto, especificações técnicas ou com imperfeição, conforme as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis;

13.1.5. transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da Fiscalização, por escrito, a posterior confirmação das ordens ou instruções verbais recebidas.

13.2. A fiscalização se efetuará no local das obras.

13.3. A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

13.4. O documento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução das obras será o DIÁRIO DE OBRA, onde tanto a CONTRATADA quanto à fiscalização do CONTRATANTE deverão proceder às anotações visando à comprovação real do andamento das obras e execução dos termos de Contrato, sendo verificado, diariamente, por profissionais credenciados por ambas as partes.

13.5. A aceitação por parte da Fiscalização não isenta a CONTRATADA de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

14.1. Não serão aceitos acréscimos ou supressões, conforme assim faculta os termos do parágrafo 1º do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21/06/1993, e alterações subsequentes. Essas alterações somente poderão ser efetuadas comprovados a necessidade de melhor qualidade da obra e/ou aumento de meta, em total conformidade com a Lei de Licitações vigente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA SOLIDEZ E SEGURANÇA DA OBRA

15.1. A CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos, bem como pelo bom

andamento dos serviços, podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariem a boa técnica ou desobedeçam aos projetos e/ ou especificações.

15.1.1. O prazo de garantia da obra iniciar-se-á a partir da data da sua entrega definitiva, nos termos do disposto no Código Civil, sem prejuízo das garantias especiais estabelecidas em Lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO SEGURO CONTRA RISCOS DE ENGENHARIA

16.1. A CONTRATADA se obriga a contratar, com seguradora idônea, a partir da data de expedição da Ordem de Serviço, Seguro Contra Riscos de Engenharia, cobrindo incêndio e responsabilidade civil contra terceiros e danos físicos, referentes às obras objeto deste Contrato, com vigência até a data de recebimento provisório das mesmas, em que deverá a CONTRATADA figurar como Proponente ou Estipulante, e o CONTRATANTE, como Segurado.

16.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da expedição da Ordem de Serviço, a apólice do referido seguro.

16.3. Na impossibilidade de obter a referida apólice no prazo estipulado no item anterior, será aceito o protocolo de contratação do seguro, ficando obrigada a apresentação da mesma quando do pagamento da segunda parcela do Cronograma Físico-financeiro da obra.

16.4. Caso o seguro contratado seja pago em parcelas, a CONTRATADA deverá apresentar, ao CONTRATANTE, a cada vencimento e todas as vezes em que for solicitado, o comprovante de pagamento de cada parcela.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

17.1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, sempre através de Termo Aditivo em ordem crescente.

17.1.1. Será observado o item anterior quando ocorrer acréscimo ou supressão de obras/serviços, por conveniência do projeto original ou do interesse público, respeitado os termos do Parágrafo 1º, do Artigo 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

17.1.2. Também será observado o disposto no item 17.1, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE, para a justa remuneração das obras/serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores e impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DAS PENALIDADES E SANÇÕES

18.1. Em conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, no caso de inadimplência das condições estabelecidas neste Contrato, poderá o CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

18.1.1. multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor da fatura relativa aos serviços executados em atraso, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma. Caso haja recuperação no cronograma ou entrega dos serviços no prazo previsto, os valores dessas multas serão devolvidos à CONTRATADA, mediante requerimento;

18.1.2. multa equivalente a 0,3% (três décimos por cento) do valor do Contrato por dia que exceder o prazo para início das obras;

18.1.3. multa equivalente a 0,3% (três décimos por cento) do valor do Contrato por dia que exceder o prazo para conclusão das obras.

18.1.3.1. A multa a que se refere o subitem 18.1.2. será devolvida à CONTRATADA desde que ela termine os serviços rigorosamente dentro do prazo estipulado.

18.1.4. As penalidades estabelecidas nos itens 18.1.2. e 18.1.3. poderão ser aplicadas, isoladas ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

18.1.5. Poderá ser aplicada multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo deste Contrato, em caso de rescisão motivada pela CONTRATADA ou por iniciativa da mesma, sem justo motivo.

18.2. Pela inexecução, parcial ou total deste Contrato, o órgão competente do CONTRATANTE poderá, garantindo-se o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo:

18.2.1. advertência verbal ou escrita quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula deste Contrato e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução deste Contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

18.2.2. multa na ordem de 5% (cinco por cento) sobre o valor não executado deste Contrato pela inexecução parcial e na ordem 10% (dez por cento) sobre o valor deste Contrato pela inexecução total;

18.2.3. multa na ordem de 2% (dois por cento) do valor deste Contrato, a critério do órgão competente do CONTRATANTE, quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as Especificações Técnicas aplicáveis no caso e quando a CONTRATANTE através do seu órgão fiscalizador for erroneamente informada;

18.2.4. suspensão por até 02 (dois) anos de participação em licitações do Município de GRÃO-PARÁ/SC, no caso de inexecução parcial ou total deste Contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e se a inexecução decorrer de violação culposa da CONTRATADA;

18.2.5. declaração de inidoneidade para participar de licitação e contratar com as Administrações Públicas Federais, Estaduais e Municipais, quando a inexecução decorrer de violação dolosa da CONTRATADA, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação na forma da legislação em vigor.

18.3. Na aplicação dessas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei.

18.4. A aplicação das penalidades estabelecidas neste Contrato é de competência exclusiva do Sr. Prefeito Municipal.

18.5. Não serão aplicadas as multas decorrentes de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

18.6. Sem prejuízo da aplicação ao inadimplemento das sanções que lhe couberem, o órgão competente do CONTRATANTE recorrerá às garantias constituídas, se houver, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a CONTRATADA, podendo ainda reter créditos decorrentes deste Contrato e promover a cobrança judicial por perdas e danos.

18.7. Na hipótese de não correção pela CONTRATADA de anormalidade verificada nas obras pela Comissão de Vistoria e atestadas no Termo

de Recebimento Provisório, o órgão competente do CONTRATANTE descontará da garantia contratual as importâncias correspondentes àqueles serviços cuja execução providenciara.

18.8. Da aplicação das multas, a CONTRATADA terá o direito ao prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir da notificação, para recolhimento dos valores junto à Tesouraria do CONTRATANTE.

18.9. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA que tenha sido multada antes de paga ou relevada a multa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA DA VIGÊNCIA

19.1. O presente Contrato terá como termo inicial de vigência a data da assinatura deste Instrumento e vigorará por 12 (doze) meses consecutivos ou até o recebimento definitivo da obra, o que ocorrer primeiro.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1. Como Garantia da fiel execução deste Contrato, a CONTRATADA, de acordo com a legislação em vigor, prestou GARANTIA correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente Contrato, a importância de R\$ 111.207,29 (cento e onze mil e duzentos e sete reais e vinte e nove centavos), conforme Artigo 56, Parágrafo 1º, Incisos I, II, III, e Parágrafo 2º, da Lei n. 8666/93 e alterações subsequentes.

20.1.1. A garantia prestada será liberada ou restituída à empresa contratada pela Tesouraria do Município, em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data do termo de Recebimento Definitivo da obra, acompanhado da Certidão Negativa de Débito – CND com o INSS, Certificado de Regularidade de Situação – CRS perante o FGTS e o habite-se da obra concluída, se for o caso.

20.2. Em caso de rescisão deste Contrato e/ou interrupção dos trabalhos, a garantia não será devolvida, a não ser que a rescisão e/ou paralisação decorra de acordo com o órgão responsável do CONTRATANTE.

20.3. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, ou reduzidos em termos reais por desvalorização da moeda de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que for notificada pelo órgão responsável do CONTRATANTE.

20.4. Havendo prorrogação do prazo de conclusão das obras, o prazo de validade da garantia deverá ser prorrogado automaticamente.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO

21.1. Poderão ser motivos de rescisão contratual as hipóteses elencadas no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.2. Caso o CONTRATANTE não se utilize da prerrogativa de rescindir o Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas neste Contrato e na Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no artigo 79 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.4. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.5. Em caso de rescisão do presente Contrato por parte do CONTRATANTE, não caberá à CONTRATADA, direito a qualquer indenização, salvo na hipótese do artigo 79, parágrafo 2º, da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.6. A rescisão deste Contrato sujeita a CONTRATADA à multa rescisória na ordem de 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do Contrato existente na data da rescisão, independentemente de outras multas aplicadas à CONTRATADA por infrações anteriores.

21.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

21.8. Rescisão do Contrato em Virtude de Força Maior.

21.8.1. Tanto o CONTRATANTE como a CONTRATADA poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção total na execução dos serviços por um período maior que 15 (quinze) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual.

21.8.1.1. No caso acima, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

21.8.2. Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita à outra, tendo esta última um prazo de até 30 (trinta) dias da data de seu recebimento, para contestar ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

21.9. Nos demais casos previstos na legislação vigente, poderá ser aplicado o motivo de força maior.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

22.1. Da penalidade aplicada, caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA DA FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO

23.1. Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes contratantes, aos termos do presente Contrato, os fatos fora de seu controle, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que afetem, diretamente, os serviços contratados.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

24.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato ou da sua execução correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

24.1.1. Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE desde já autorizado a suspender os pagamentos devidos à CONTRATADA, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

24.2. Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

24.3. A CONTRATADA responderá a todas as ações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre o CONTRATANTE e o empregado envolvido que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

24.3.1. Caso haja condenação do CONTRATANTE, inclusive como responsável solidário, a CONTRATADA reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência de decisão judicial.

24.4. Na hipótese de qualquer ação trabalhista proposta contra o CONTRATANTE pelos empregados da CONTRATADA, esta deverá comparecer espontaneamente em juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora e substituir o CONTRATANTE no processo até a sentença final, respondendo pelo ônus diretos e/ou indiretos de eventual condenação. Esta responsabilidade não cessa após o término ou rescisão deste Contrato.

24.5. A CONTRATADA se obriga a registrar a Carteira de Trabalho e Previdência Social de todos os seus empregados.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar o total dos serviços contratados. Entretanto, é permitido fazê-la parcialmente e no caso de prévia e comprovada necessidade, mediante autorização do órgão responsável do CONTRATANTE, principalmente, no caso da execução das obras de pavimentação com lajotas sextavadas.

25.1.1. Em caso de subcontratação, a CONTRATADA permanecerá solidariamente responsável, tanto em relação ao CONTRATANTE, como perante terceiros, pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições deste Contrato.

25.2. A CONTRATADA deverá comunicar os serviços optados pela subcontratação à fiscalização do Município, apresentando a relação dos serviços subcontratados e as empresas que irão executá-los.

25.3. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização escrita do CONTRATANTE será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

25.4. A CONTRATADA deverá exigir de seus subcontratados cópia da ART dos serviços a serem realizados, apresentando-as ao Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE, quando solicitado, sob pena de incorrer nas cominações estabelecidas em Contrato.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA DO RECEBIMENTO DAS OBRAS

26.1. Concluídas as obras objeto deste Contrato ou resiliado este, será efetuado pela fiscalização do CONTRATANTE o seu recebimento provisório, após e se reconhecido o integral cumprimento das obrigações contratuais.

26.1.1. O recebimento provisório, não isenta a CONTRATADA da responsabilidade decorrente de erros de execução, a cuja reparação se obriga, sem ônus para o CONTRATANTE, observado o disposto no artigo 69 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

26.1.2. Decorridos 30 (trinta) dias consecutivos da data do recebimento provisório, se os serviços de correção das anormalidades, porventura verificadas, forem executados e aceitos pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento da contribuição devida a Previdência Social relativa ao período de execução das obras, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, que consignará quitações gerais, plenas e recíprocas entre as partes.

26.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, pela solidez e segurança da obra nem a Ética profissional pela perfeita execução dos serviços contratados, na forma da Lei.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA NOVAÇÃO

27.1. A não utilização, por parte do CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ele assegurados neste Contrato ou na Lei em geral ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição do CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA DOS SEGUROS E ACIDENTES

28.1. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade de quaisquer acidentes no trabalho de execução das obras e serviços contratados, uso indevido de patentes registradas e, ainda, que resultante de caso fortuito e por qualquer causa a destruição ou danificação da obra em execução até a definitiva aceitação da mesma pelo CONTRATANTE, bem como as identificações que possam a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA**  
**PARTES INTEGRANTES**

29.1. Fazem parte integrante e inseparável do presente Contrato, como aqui integral e expressamente estivessem reproduzidos, a Proposta da CONTRATADA e todos os elementos apresentados que tenham servido de base para julgamento do Edital de Tomada de Preço n. 02/2020, do Município de GRÃO-PARÁ/SC, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, se houver, independentemente de transcrição.

29.1.1. Ficam, também, fazendo parte deste Contrato as Normas vigentes, Instruções, Ordens de Serviço e, mediante Termo de Aditamento, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA**  
**DO FORO**

30.1. As dúvidas e/ou divergências contratuais, desde que não previstas expressamente neste Contrato e que não extrapolem os limites da Lei, poderão ser solucionados amigavelmente.

30.2. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

30.3. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 02 (dois) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

GRÃO-PARÁ/SC, 03 de agosto de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

JOÃO ALBERTO LIBRELATO  
Administrador da CONTRATADA

**TESTEMUNHAS**

NOME: NOME:  
CPF n.: CPF n.:

**EXTRATO CONTRATO 61-2020 ENIO MOTA PEREIRA**

Publicação Nº 2592451

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ  
EXTRATO DO CONTRATO N. 61/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE JOGOS DE TABULEIRO PARA O CRAS – (CORONAVIRUS), PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS E DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA PREVENIR E MITIGAR RISCOS E AGRAVOS SOCIAIS DECORRENTES DA DISSEMINAÇÃO DA COVID-19.

Contratada: ENIO MOTA PEREIRA 04302947942.

CNPJ: 34.023.707/0001-35.

Data de Assinatura do Contrato: 04/08/2020.

Valor do Contrato: R\$ 1.980,00

Vigência do Contrato: até 31 de dezembro de 2020.

Grão-Pará/SC, 04 de agosto de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ****EXTRATO CONTRATO 49-2020 FMS**

Publicação N° 2592444

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ

EXTRATO DO CONTRATO N. 49/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE COMO COMBATE AO COVID-19.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSP. LTDA.

CNPJ: 00.802.002/0001-02.

Data de Assinatura do Contrato: 05/08/2020.

Valor do Contrato: R\$ 1.371,00.

Vigência do Contrato: até 31 de dezembro de 2020.

Grão-Pará/SC, 05 de agosto de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

# Gravatal

## PREFEITURA

### DECRETO 85/20

Publicação Nº 2591455

DECRETO N.º 85 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

"ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO RECURSO DA PORTARIA N.º 1.666/2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 2.049, de 04 de agosto de 2020.

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, um crédito extraordinário no valor total de R\$ 550.000,00(Quinhentos e cinq-enta mil reais) nas seguintes classificações orçamentárias:

Órgão:	03-Fundo Municipal de Saúde	
Unidade:	01-Fundo Municipal de Saúde	
Atividade:	2.091- Vigilância em Saúde – Covid -19	
Despesa:	3.1.90.00.00.00.00.0740 -	R\$ 250.000,00
Despesa:	3.3.90.00.00.00.00.0740 -	R\$ 150.000,00
Despesa:	3.3.71.00.00.00.00.0740 -	R\$ 150.000,00

Total: ..... R\$ 550.000,00

Art. 2º Para cobrir despesas decorrentes da abertura de crédito extraordinário suplementar de que trata o art. anterior, serão utilizados recursos provenientes do enfrentamento da emergência em saúde nacional através da Portaria n.º 1.666, de 01 de julho de 2020, conforme art. 3º, cujos recursos financeiros serão destinados ao custeio das ações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente da COVID-19, podendo abranger a atenção primária e especializada, vigilância em saúde, assistência farmacêutica, a aquisição de suprimentos, insumos e produtos hospitalares, custeio do procedimento de Tratamento de Infecção pelo novo coronavírus - COVID-19, previsto na Portaria n.º 245/SAES/MS, de 24 de março de 2020, bem como a definição de protocolos assistenciais específicos para o enfrentamento à pandemia do coronavírus.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gravatal - SC, 05 de agosto de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA  
Prefeito Municipal

### DECRETO 86/20

Publicação Nº 2591458

DECRETO N.º 86 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre o Remanejamento orçamentário e dá outras providências."

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 2.011, de 18 de Dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Suplementa as dotações abaixo:

Órgão: 03 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto: 2.074 Teto Municipal Da média e Alta Complexidade e Hospitalar  
Elemento: (25) 3.3.50.00.00.00.00.65 Aplicações Diretas .....R\$ 60.000,00

Total da suplementação: .....R\$ 60.000,00

Art. 2º Para fazer face a presente suplementação, ficam anuladas as dotações abaixo:

Órgão: 02 Poder Executivo

Unidade: 03 Secretaria de Educação, Inov. Cult. Esp. e Lazer  
Projeto: 2.074 Teto Municipal Da média e Alta Complexidade e Hospitalar  
Elemento: (29) 3.3.90.00.00.00.00.65 Aplicações Diretas .....R\$ 60.000,00

Total da anulação: .....R\$ 60.000,00

Art . 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gravatal - SC, 05 de agosto de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 544/2020 - HEVENI MARIA ARMANI ZINGANO - EXONERAR**

Publicação Nº 2591977

PORTARIA Nº 544/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art.1º- Exonerar HEVENI MARIA ARMANI ZINGANO, do cargo de Assistente de Departamento, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 01 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 545/2020 - RAQUEL MARTINS MENDES - FÉRIAS**

Publicação Nº 2591978

PORTARIA Nº 545/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER 12 (doze) dias de férias a servidora municipal RAQUEL MARTINS MENDES, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 02/09/2019 a 01/09/2020, devendo ser gozadas entre 01/07/2020 a 12/07/2020;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 01 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 546/2020 - LAIS JUVENCIO DE OLIVEIRA - EXONERAR**

Publicação Nº 2591979

PORTARIA Nº 546/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art.1º- Exonerar por término de contrato LAIS JUVENCIO DE OLIVEIRA, do cargo de Psicóloga, de provimento temporário, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 01 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 547/2020 - ROSA SELMA DOS SANTOS - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2591980

PORTARIA Nº 547/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER 01 (um) mês de Licença Prêmio a servidora municipal ROSA SELMA DOS SANTOS, matrícula nº 10200/06, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2013 a 04/12/2018, devendo ser gozada no período de 01/07/2020 a 30/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 01 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 548/2020 - ROSA SELMA DOS SANTOS - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2591982

PORTARIA Nº 548/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER 01 (um) mês de Licença Prêmio a servidora municipal ROSA SELMA DOS SANTOS, matrícula nº 10200/11, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 01/07/2014 a 01/07/2019, devendo ser gozada no período de 01/07/2020 a 30/07/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 01 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 549/2020 - RAMON SANTANA BALBINO - EXONERAR**

Publicação Nº 2591984

PORTARIA Nº 549/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art.1º- Exonerar a pedido RAMON SANTANA BALBINO, do cargo de Farmacêutico, de provimento temporário, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 01 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 550/2020 - LAIS JUVENCIO DE OLIVEIRA - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

Publicação Nº 2591986

PORTARIA Nº 550/2020 DE 02 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento do cargo de Psicóloga - CRAS, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, a realização do processo seletivo nº 04/2019.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário LAIS JUVENCIO DE OLIVEIRA, Processo Seletivo nº 04/2019, classificação nº 03, para o cargo temporário de Psicóloga - CRAS, com carga horária de 40 horas semanais, no Centro de Referência e Assistência Social – Cras na Secretaria de Assistência Social e Habitação, localizada no bairro Centro, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, a partir de 02 de julho de 2020 por um ano, podendo ser prorrogado por igual período e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 02 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 551/2020 - HEVENI MARIA ARMANI ZINGANO - ASSESSORA JURÍDICA**

Publicação Nº 2591988

PORTARIA N. º 551/2020 DE 02 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a Lei Complementar 175/2014 em consonância com a Lei Orgânica do município.

**RESOLVE:**

Art.1º- Nomear HEVENI MARIA ARMANI ZINGANO, para o Cargo de ASSESSORA JURÍDICA, com carga Horária de 20 horas semanais, percebendo o vencimento relativo ao artigo 1º da lei 175 de 05 de agosto de 2014, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 02 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 552/2020 - DANIELA CRESCENCIO FILETI - EXONERAR**

Publicação Nº 2591991

PORTARIA Nº 552/2020 DE 06 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art.1º- Exonerar a pedido DANIELA CRESCENCIO FILETI, do cargo de Coordenadora Especial de Gabinete, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 06 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 553/2020 - FABRICIO DE OLIVEIRA MACHADO - EXONERAR**

Publicação Nº 2591995

PORTARIA Nº 553/2020 DE 06 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art.1º- Exonerar FABRICIO DE OLIVEIRA MACHADO, do cargo de Secretário de Agricultura e meio Ambiente, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 06 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 554/2020 - REVOGAR A PORTARIA 690/2019**

Publicação Nº 2591998

PORTARIA Nº 554/2020 DE 07 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- REVOGA a portaria nº 690/2019 de 05 de dezembro de 2019 que designou MARIA ESTELA MACHADO VIEIRA GOMES, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Fundamental 20h, para responder pela Secretaria de Educação, Inovação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º

da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 07 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 555/2020 - MARCIEL FERNANDES MARTINS - FÉRIAS**

Publicação Nº 2592000

PORTARIA Nº 555/2020 DE 08 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER 07 (sete) dias de férias ao servidor municipal MARCIEL FERNANDES MARTINS, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 04/05/2016 a 03/05/2017, devendo ser gozadas entre 08/07/2020 a 14/07/2020;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 08 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 557/2020 - JADER SALAZAR CARDOSO - EXONERAR**

Publicação Nº 2592002

PORTARIA Nº 557/2020 DE 09 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art.1º- Exonerar JADER SALAZAR CARDOSO, do cargo de Coordenador de Marketing, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 09 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 558/2020 - RAYANNE VARGAS PICKLER - EXONERAR**

Publicação Nº 2592003

PORTARIA Nº 558/2020 DE 09 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art.1º- Exonerar RAYANNE VARGAS PICKLER, do cargo de Assistente de Departamento, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 09 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 559/2020 - MONICA MEDEIROS MARTINS CORREA - LICENÇA MATERNIDADE**

Publicação Nº 2592004

PORTARIA Nº 559/2020 DE 09 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- CONCEDER Licença Maternidade à Servidora Municipal MONICA MEDEIROS MARTINS CORREA, ocupante da função do cargo temporário de Professora Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por um período de 120 (cento e vinte) dias a partir de 06/07/2020 até o dia 02/11/2020 de acordo com o inciso XVIII do art. 7º, da Constituição Federal.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, retroagindo seus efeitos a data de 06 de julho de 2020, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 09 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 560/2020 - GABRIELA BATISTA VICENTE - LICENÇA MATERNIDADE**

Publicação Nº 2592005

PORTARIA Nº 560/2020 DE 09 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- CONCEDER Licença Maternidade à Servidora Municipal GABRIELA BATISTA VICENTE, ocupante da função do cargo temporário de Professora Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de 120 (cento e vinte) dias a partir de 09/07/2020 até o dia 05/11/2020 de acordo com o inciso XVIII do art. 7º, da Constituição Federal.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 09 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 561/2020 - JADER SALAZAR CARDOSO – SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 2592006

PORTARIA N.º 561/2020 DE 10 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Nomear JADER SALAZAR CARDOSO, para o Cargo de Secretário de Educação, Inovação, Cultura, Esporte e lazer, a contar de 10 de julho de 2020, percebendo o vencimento relativo ao anexo VII, do Grupo VI, da Lei Complementar Nº 139/2010.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 10 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 562/2020 - RAYANNE VARGAS PICKLER - COORD. DE MARKETING**

Publicação Nº 2592007

PORTARIA N. º 562/2020 DE 10 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Nomear RAYANNE VARGAS PICKLER, para o Cargo de Coordenadora de Marketing, com carga horária de 40 horas semanais, a contar de 10 de julho de 2020, percebendo o vencimento relativo ao anexo VII, do Grupo VI, da Lei Complementar Nº 139/2010.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 10 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 563/2020 - ANGELITA VICENZI BECKHAUSER - FÉRIAS**

Publicação Nº 2592010

PORTARIA Nº 563/2020 DE 10 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a Lei Complementar nº 22 de 09 de junho de 2003 que dispõe sobre o regime jurídico estatutário dos servidores públicos do município de Gravatal, das autarquias e das fundações públicas municipais;

CONSIDERANDO, o Decreto Municipal nº 23/2020 de 16 de março de 2020 que decreta estado de emergência em saúde pública, adotando medidas para o enfrentamento do Coronavírus (covid-19);

CONSIDERANDO, a nota de orientação administrativa circular MPC 004/2020.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias antecipadas a servidora municipal ANGELITA VICENZI BECKHAUSER, ocupante do cargo de Assistente de Departamento, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, devendo ser gozadas entre 01/07/2020 a 30/07/2020;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, retroagindo seus efeitos a data de 01 de julho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 10 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 564/2020 - SIRLENE HEIDEMANN CORREA - FÉRIAS**

Publicação Nº 2592011

PORTARIA Nº 564/2020 DE 10 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a Lei Complementar nº 22 de 09 de junho de 2003 que dispõe sobre o regime jurídico estatutário dos servidores públicos do município de Gravatal, das autarquias e das fundações públicas municipais;

CONSIDERANDO, o Decreto Municipal nº 23/2020 de 16 de março de 2020 que decreta estado de emergência em saúde pública, adotando medidas para o enfrentamento do Coronavírus (covid-19);

CONSIDERANDO, a nota de orientação administrativa circular MPC 004/2020.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias antecipadas a servidora municipal SIRLENE HEIDEMANN CORREA, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, devendo ser gozadas entre 05/07/2020 a 03/08/2020;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, retroagindo seus efeitos a data de 05 de julho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 10 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 565/2020 - MARIA EDUARDA SANTANA MARTINS - ASSISTENTE DE DEPARTAMENTO**

Publicação Nº 2592014

PORTARIA N.º 565/2020 DE 10 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Nomear MARIA EDUARDA SANTANA MARTINS, para o Cargo de Assistente de Departamento, com carga horária de 40 horas semanais, a contar de 10 de julho de 2020, percebendo o vencimento relativo ao anexo VII, do Grupo VI, da Lei Complementar Nº 139/2010.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 10 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 566/2020 - KARINA DE SOUSA - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592015

PORTARIA Nº 566/2020 DE 13 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal KARINA DE SOUSA, matrícula nº 4029/02, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 13/12/2012 a 30/12/2018, devendo ser gozada no período de 13/07/2020 a 11/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º

da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 13 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 567/2020 - LEANDRO OLIVEIRA MACHADO - FÉRIAS**

Publicação N° 2592018

PORTARIA N° 567/2020 DE 13 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER 20 (vinte) dias de férias ao servidor municipal LEANDRO OLIVEIRA MACHADO, ocupante do cargo de Técnico em Computação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 06/01/2016 a 05/01/2017, devendo ser gozadas entre 13/07/2020 a 01/08/2020;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 13 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 568/2020 - CLAUDIA VICENZI MACHADO - FÉRIAS**

Publicação N° 2592019

PORTARIA N° 568/2020 DE 13 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER 19 (dezenove) dias de férias ao servidor municipal CLAUDIA VICENZI MACHADO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 02/04/2017 a 01/04/2018, devendo ser gozadas entre 13/07/2020 a 31/07/2020;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 13 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 569/2020 - FRANCIELI MACHADO VIEIRA - LICENÇA MATERNIDADE**

Publicação Nº 2592020

PORTARIA Nº 569/2020 DE 13 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- CONCEDER Licença Maternidade à Servidora Municipal FRANCIELI MACHADO VIEIRA, ocupante da função do cargo temporário de Auxiliar Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de 120 (cento e vinte) dias a partir de 13/07/2020 até o dia 09/11/2020 de acordo com o inciso XVIII do art. 7º, da Constituição Federal.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 13 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 570/2020 - RAMONAH DOS REIS RODRIGUES - MÉDICA ESF**

Publicação Nº 2592023

PORTARIA Nº 570/2020 DE 13 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal e Lei Complementar Municipal nº 134/2009 de 24/11/2009;

CONSIDERANDO, que a Servidora Mariana Dziekanski ocupante do cargo temporário de Médica ESF pediu exoneração do cargo para assumir a vaga do Mais Médicos, ocasionando a vacância da vaga de Médica ESF.

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Médica ESF, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, o processo seletivo público simplificado para contratação temporária de Médica ESF, edital emergencial simplificado nº 06/2020, homologado em 18/06/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário RAMONAH DOS REIS RODRIGUES, Processo Seletivo 06/2020, classificação nº 04, para o cargo temporário de Médica ESF, com carga horária de 40 horas semanais, no ESF Porto Gravatá, localizado no bairro Centro, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, a partir de 13 de julho de 2020 por um período de 1 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 13 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 571/2020 - MURIEL RODRIGUES DA CUNHA - FÉRIAS**

Publicação Nº 2592025

PORTARIA Nº 571/2020 DE 13 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal MURIEL RODRIGUES DA CUNHA, ocupante do cargo de Agente

Comunitário ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 01/04/2018 a 31/03/2019, devendo ser gozadas entre 13/07/2020 a 11/08/2020;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 13 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 572/2020 - MARIA PEREIRA CALEGARI - EXONERAR**

Publicação Nº 2592026

PORTARIA Nº 572/2020 DE 14 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido MARIA PEREIRA CALEGARI, do cargo de Secretária de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 14 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 573/2020 - BRUNA DE OLIVEIRA DE SOUZA - EXONERAR FUNÇÃO GRATIFICADA**

Publicação Nº 2592027

PORTARIA N. º 573/2020 DE 14 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a portaria nº 134/2017 de 01 de fevereiro de 2017, que designou Bruna de Oliveira de Souza para exercer função gratificada de Coordenadora de Ensino.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar BRUNA DE OLIVEIRA DE SOUZA, da função gratificada de COORDENADORA DE ENSINO, com carga Horária de 40 horas semanais, conforme anexo IX, da Lei Complementar Nº 203/2017, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 14 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 574/2020 - CRISTINI MARTINS FERREIRA - DESIGNAR**

Publicação Nº 2592029

PORTARIA Nº 574/2020 DE 15 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, o pedido exoneração de Maria Pereira Calegari, Secretária de Saúde em 14 de julho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º- Designar CRISTINI MARTINS FERREIRA, ocupante do cargo temporário de Enfermeira, para responder pela Secretaria de Saúde, podendo desempenhar todos os atos necessários ao funcionamento da Secretaria, a partir de 15 de julho de 2020 e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 15 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 575/2020 - MARIA LUCINDA NEVES DE MEDEIROS - EXONERAR**

Publicação Nº 2592032

PORTARIA Nº 575/2020 DE 15 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar MARIA LUCINDA NEVES DE MEDEIROS, do cargo de Secretária Executiva, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 15 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 576/2020 - SUSPENSÃO DE PRAZO - QUARENTENA - SINDICÂNCIA N.º 444**

Publicação Nº 2592035

PORTARIA N.º 576 DE 16 DE JULHO DE 2020.

“DETERMINA A SUSPENSÃO DO PRAZO PARA A CONCLUSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 16/07/2020 à 24/07/2020”.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, nos termos dos artigos 132 e 133, caput, ambos da Lei Complementar 22/2003,

CONSIDERANDO a instauração de Sindicância em desfavor do servidor público municipal Itamor Canuto Gonçalves, destinado a apurar eventuais responsabilidades advindas de denúncia de irregularidade oriunda da Câmara Municipal de Gravatal (Ofício PL n.º 35/2020), através da Portaria n.º 444, de 27 de maio de 2020, assinada em 27 de maio de 2020, e publicada no DOM/SC;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no dia 16/07/2020, em que o Presidente da Comissão de Sindicância, Sr. Henrique Falchetti da Silva, solicitou a suspensão do prazo pelo período de 16/07/2020 à 24/07/2020, com base no artigo 1º, do Decreto Municipal n.º 73, de 15 de julho de 2020, o qual suspendeu as atividades não essenciais estabelecidas na Cidade de Gravatal (medida de quarentena), no período compreendido entre 16/07/2020 à 24/07/2020, como forma de contenção da pandemia ocasionada pelo Covid-19;

RESOLVE:

Art.1º- Suspender o prazo no período compreendido entre 16/07/2020 à 24/07/2020, da Portaria n.º 444, de 27 de maio de 2020, assinada

em 27 de maio de 2020, e publicada no DOM/SC, para apuração dos fatos apontados na denúncia de irregularidade oriunda da Câmara Municipal de Gravatal (Ofício PL n.º 35/2020).

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal/SC,  
em 16 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 577/2020 - SUSPENSÃO DE PRAZO - QUARENTENA - SINDICÂNCIA N.º 445**

Publicação Nº 2592036

PORTARIA N.º 577 DE 16 DE JULHO DE 2020.

“DETERMINA A SUSPENSÃO DO PRAZO PARA A CONCLUSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 16/07/2020 à 24/07/2020”.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, nos termos dos artigos 132 e 133, caput, ambos da Lei Complementar 22/2003,

CONSIDERANDO a instauração de Sindicância em desfavor do servidor público municipal Itamor Canuto Gonçalves, destinado a apurar eventuais responsabilidades advindas de denúncia de irregularidade oriunda da Promotoria de Justiça da Comarca de Armazém (NF n.º 01.2020.00011456-5), através da Portaria n.º 445, de 27 de maio de 2020, assinada em 27 de maio de 2020, e publicada no DOM/SC;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no dia 16/07/2020, em que o Presidente da Comissão de Sindicância, Sr. Henrique Falchetti da Silva, solicitou a suspensão do prazo pelo período de 16/07/2020 à 24/07/2020, com base no artigo 1º, do Decreto Municipal n.º 73, de 15 de julho de 2020, o qual suspendeu as atividades não essenciais estabelecidas na cidade de Gravatal (medida de quarentena), no período compreendido entre 16/07/2020 à 24/07/2020, como forma de contenção da pandemia ocasionada pelo Covid-19;

RESOLVE:

Art.1º- Suspender o prazo no período compreendido entre 16/07/2020 à 24/07/2020, da Portaria n.º 445, de 27 de maio de 2020, assinada em 27 de maio de 2020, e publicada no DOM/SC, para apuração dos fatos apontados na denúncia de irregularidade oriunda da Promotoria de Justiça da Comarca de Armazém (NF n.º 01.2020.00011456-5).

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal/SC,  
em 16 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 578/2020 - SUSPENSÃO DE PRAZO - QUARENTENA - PAD N.º 450**

Publicação Nº 2592038

PORTARIA N.º 578 DE 16 DE JULHO DE 2020.

“DETERMINA A SUSPENSÃO DO PRAZO PARA A CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 16/07/2020 à 24/07/2020”.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, nos termos dos artigos 132 e 133, caput, ambos da Lei Complementar 22/2003,

CONSIDERANDO a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do ex-servidor público municipal José Fernando Raldi da Silva, destinado a apurar eventuais responsabilidades advindas da Notícia de Fato n.º 01.2019.00028845-5, da Promotoria de Justiça da Comarca de Armazém, através da Portaria n.º 450, de 01 de junho de 2020, assinada em 01 de junho de 2020, e publicada no DOM/SC;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no dia 16/07/2020, em que o Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, Sr. Henrique Falchetti da Silva, solicitou a suspensão do prazo pelo período de 16/07/2020 à 24/07/2020, com base no artigo 1º, do Decreto Municipal n.º 73, de 15 de julho de 2020, o qual suspendeu as atividades não essenciais estabelecidas na cidade de Gravatal (medida de quarentena), no período compreendido entre 16/07/2020 à 24/07/2020, como forma de contenção da pandemia ocasionada pelo Covid-19;

RESOLVE:

Art.1º- Suspender o prazo no período compreendido entre 16/07/2020 à 24/07/2020, da Portaria n.º 450, de 01 de junho de 2020, assinada em 01 de junho de 2020, e publicada no DOM/SC, para apuração dos fatos apontados na denúncia de irregularidade oriunda da Promotoria de Justiça da Comarca de Armazém (NF n.º 01.2019.00028845-5).

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal/SC,  
em 16 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 579/2020 - ALTERA A COMISSÃO DE REAVALIAÇÃO, BAIXA, REGISTRO, CONTROLE, CARGA, SUPERVISÃO, DETERMINAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO**

Publicação Nº 2592042

PORTARIA Nº 579/2020 DE 16 DE JULHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE O CONTROLE E A BAIXA DO MATERIAL PERMANENTE E DE CONSUMO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL, ALTERA A COMISSÃO DE REAVALIAÇÃO, BAIXA, REGISTRO, CONTROLE, CARGA, SUPERVISÃO, DETERMINAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor.

CONSIDERANDO, o disposto no § 3º do Art. 106 da lei federal nº 4.320/64;

CONSIDERANDO, a necessidade de implantar uma forma mais ágil e eficaz de controle patrimonial do Poder Público Municipal e de propiciar meios mais eficientes na realização do inventário anual, que todo e qualquer agente público deve adotar todas as providências necessárias para a preservação e conservação do Patrimônio Público;

CONSIDERANDO, que o controle dos materiais permanentes pode ser feito em relação ao local onde o bem se encontra instalado e não somente em relação ao servidor;

CONSIDERANDO, a baixa de materiais permanentes e de consumo que se encontram obsoletos, antieconômicos ou inservíveis em disponibilidade necessita ser reeditada, para facilitar sua aplicabilidade;

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica alterada a Comissão de Reavaliação, recebimentos e aceitação de bens, definição de taxas de depreciação e reavaliação de bens baseados na vida útil dos bens, alienação de bens e baixa, registro, controle, carga, supervisão, desfazimento, leilão, determinação e avaliação do Patrimônio Público, inventário de bens físicos, da Prefeitura Municipal de Gravatal/SC, composta pelos seguintes servidores:

SERVIDOR	CARGO NO MUNICÍPIO
Muriel Marcon Cardoso	Auxiliar de Tesouraria
Leandro Oliveira Machado	Técnico em Computação
Luiz Volnei da Silva Caetano	Tesoureiro

Art. 2º- Compete à Comissão de Levantamento e Avaliação:

I –Programar, coordenar, orientar, controlar e fiscalizar as atividades referentes à Prefeitura Municipal;

II –Promover a avaliação e controle dos bens integrantes do acervo da Prefeitura Municipal, através de seu cadastro central e de relatórios de situação sobre sua alteração enviada pela Secretaria Geral da Prefeitura Municipal;

III –Realizar levantamentos periódicos ou específicos no tocante ao uso e disponibilidade de bens integrantes do cadastro patrimonial;

IV –Realizar o inventário anual dos bens patrimoniais;

V -Manter o registro dos responsáveis por bens integrantes do patrimônio;

VI -Avaliar o estado dos bens e propor o seu reparo e reposição;

VII –Emitir Ata circunstanciada após realização de todo trabalho;

VIII –Realizar outras atividades correlatas.

Art. 3º- Os membros integrantes da Comissão de que trata esta Portaria não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogando a Portaria nº 695 de 11 de dezembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 16 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 580/2020 - LEANDRO OLIVEIRA MACHADO - FUNÇÃO GRATIFICADA**

Publicação Nº 2592741

PORTARIA N. º 580/2020 DE 16 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a Lei Complementar nº 235 de 21 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a concessão de gratificação pela atribuição de responsabilidade pelos serviços de tecnologia em informática ao Fundo Municipal de Saúde - FMS.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º- Conceder função gratificada ao servidor LEANDRO OLIVEIRA MACHADO, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Computação, pela atribuição de função de tecnologia em informática pelos serviços prestados ao Fundo Municipal de Saúde, a partir de 16 de julho de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 16 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 581/2020 - RAFAELA BECKHAUSEUR ULIANO - PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**

Publicação Nº 2592743

PORTARIA Nº 581/2020 DE 17 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, que a servidora Rafaela Beckhauser Uliano estava de férias antecipadas em virtude da pandemia causada pelo Covid-19;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º- Fica alterada a Portaria nº 243, de 18 de fevereiro de 2020, da servidora ACT RAFAELA BECKHAUSER ULIANO, passando a vigorar até o dia 11 de agosto de 2020.

Art. 2º- A servidora exerce a função de Professora Ensino Fundamental, nos Anos Finais do Ensino Fundamental na modalidade do EJA (Educação de Jovens e Adultos), com carga horária de 10 horas semanais, tendo como pólo a Escola de Ensino Fundamental Geraldina Maria Tavares.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 17 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 582/2020 - ANDREA JANETE BERTO - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592746

PORTARIA Nº 582/2020 DE 17 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal ANDREA JANETE BERTO, matrícula nº 10612/01, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 12/02/2013 a 12/02/2018, devendo ser gozada no período de 18/07/2020 a 16/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 17 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 583/2020 - ANGELA DOS PASSOS DA ROCHA FRANCISCO - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592747

PORTARIA Nº 583/2020 DE 17 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal ANGELA DOS PASSOS DA ROCHA FRANCISCO CUSTODIO, matrícula nº 10528/03, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 18/08/2011 a 18/08/2016, devendo ser gozada no período de 18/07/2020 a 16/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 17 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 584/2020 - CELONI DOS SANTOS MARTINS - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592749

PORTARIA Nº 584/2020 DE 17 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal CELONI DOS SANTOS MARTINS, matrícula nº 5767/03, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 03/05/2010 a 03/05/2015, devendo ser gozada no período de 18/07/2020 a 16/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 17 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 585/2020 - GILCEIA FIGUEREDO GOULART - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592753

PORTARIA Nº 585/2020 DE 17 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal GILCEIA FIGUEREDO GOULART, matrícula nº 10520/09, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 01/04/2015 a 01/04/2020, devendo ser gozada no período de 18/07/2020 a 16/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 17 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 586/2020 - GRAZIELA SANTANA VALGAS - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592755

PORTARIA Nº 586/2020 DE 17 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal GRAZIELA SANTANA VALGAS, matrícula nº 13066/01, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 16/03/2015 a 16/03/2020, devendo ser gozada no período de 18/07/2020 a 16/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 17 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 587/2020 - JUCILDA CUNHA PINTER - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592757

PORTARIA Nº 587/2020 DE 17 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal JUCILDA CUNHA PINTER, matrícula nº 10324/02, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2013 a 04/12/2018, devendo ser gozada no período de 18/07/2020 a 16/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 17 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 588/2020 - MARIA APARECIDA DOS SANTOS MARTINS - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592760

PORTARIA Nº 588/2020 DE 17 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal MARIA APARECIDA DOS SANTOS MARTINS, matrícula nº 10501/05, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 07/02/2013 a 07/02/2018, devendo ser gozada no período de 18/07/2020 a 16/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 17 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 589/2020 - MARIA APARECIDA SANTANA VALGAS - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592762

PORTARIA Nº 589/2020 DE 17 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal MARIA APARECIDA SANTANA VALGAS, matrícula nº 10048/01, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2008 a 04/12/2013, devendo ser gozada no período de 18/07/2020 a 16/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 17 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 590/2020 - MARIA ISABEL MACHADO - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592764

PORTARIA Nº 590/2020 DE 17 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal MARIA ISABEL MACHADO, matrícula nº 10060/01, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2008 a 04/12/2013, devendo ser gozada no período de 18/07/2020 a 16/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 17 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 591/2020 - ROSANGELA FREITAS RODRIGUES MARTINELLI - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592765

PORTARIA Nº 591/2020 DE 17 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal ROSANGELA FREITAS RODRIGUES MARTINELLI, matrícula nº 10365/01, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2008 a 04/12/2013, devendo ser gozada no período de 18/07/2020 a 16/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 17 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 592/2020 - SIRLENE CALEGARI RODRIGUES - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592767

PORTARIA Nº 592/2020 DE 17 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal SIRLENE CALEGARI RODRIGUES, matrícula nº 10099/01, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2008 a 04/12/2013, devendo ser gozada no período de 18/07/2020 a 16/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 17 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 593/2020 - VALDELI MENDES - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592769

PORTARIA Nº 593/2020 DE 17 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal VALDELI MENDES, matrícula nº 10473/04, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 13/02/2012 a 13/02/2017, devendo ser gozada no período de 18/07/2020 a 16/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 17 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 594/2020 - RAMONAH DOS REIS RODRIGUES - GRATIFICAÇÃO MÉDICOS SAÚDE (ABONO)**

Publicação Nº 2592770

PORTARIA Nº 594/2020 DE 21 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a necessidade de manutenção dos serviços de atendimento na Secretaria Municipal de Saúde à população.

CONSIDERANDO, o Art. 2º da Lei Complementar nº 221/2019 de 04 de abril de 2019 que cria o abono pecuniário para profissionais que atuam na estratégia saúde da família – ESF ou que atuam como especialistas no Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Concede abono pecuniário por desempenho da função conforme tabela abaixo:

MÉDICO ESF	CARGA HORÁRIA	ABONO R\$
Ramonah dos Reis Rodrigues	40h	3.000,00

Art. 2º- A fiscalização dos requisitos constantes no Art. 1º, serão efetuadas pela Secretária Municipal de Saúde ou servidor designado.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 21 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 595/2020 - THAYSE ALBUQUERQUE ZANDOMENEGO - EXONERAR**

Publicação Nº 2592771

PORTARIA Nº 595/2020 DE 21 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art.1º- Exonerar a pedido THAYSE ALBUQUERQUE ZANDOMENEGO, do cargo de Enfermeira ESF, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 21 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 597/2020 - HORA EXTRA JULHO 2020**

Publicação Nº 2592773

PORTARIA Nº 597/2020 DE 22 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO: A Autorização de Pagamento de Horas Extras/Ponto, enviada mensalmente pelos secretários municipais, indicando os funcionários que fazem jus ao direito e a quantidade de horas extras que devem ser pagas;

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER horas extras aos servidores abaixo relacionados, trabalhadas durante os meses de junho e julho do ano corrente com as vantagens estabelecidas em Lei.

SECRETARIA DE SAÚDE	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Adriana Bittencourt Alves Mendes	15,00
Andrea Felipe Fidelis	8,00
Carla Borges Mendes	50,00
Cassiane Camilo do Nascimento	20,00
Cassio Ferreira Bitencourt	9,00
Clayton Cardoso Pereira	60,00
Cristini Martins Ferreira	60,00
Delcia da Silva Severino	20,00
Eduardo Fernandes Mendonça	12,00
Fernanda Silva Medeiros	30,00
Francieli Mendes Correa	25,00
Gilmar Comeli Rodrigues	60,00
Joelma de Medeiros	25,00
Jose Carlos Alves da Silva	35,00
Jucilene Gomes Serafim Batista	18,00
Juliano Fagundes de Araujo	40,00
Marcio Laurentino Mendonça	60,00
Patricia Cardoso Mendonça	35,00
Rafael Fernandes Machado	40,00
Roberto Yasuyuki da Conceição Hamada	60,00
Rosimar Vicenzi de Assunção Mendes	40,00
Sandra Tartari Mattiola	30,00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Alexsandro Magaroto de Oliveira	30,00
Ana Claudia da Silva	30,00
Jose Nazareno Fidelis	10,00
Maria Aparecida Martins da Silva	30,00
Muriel Marcon Cardoso	30,00
Nilson Ribeiro Fernandes	30,02
Raquel Martins Mendes	6,08
Vivian Iung Mendes	44,00

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Alaercio Gonçalves de Medeiros	30,00
Alex Martins da Silva	30,00
Daniel May Maciano	30,00
Paulo Melo da Silva	30,00
Salesio Veronez	60,00
Valnei Boneli dos Santos	60,00
Wilson Mendes	30,00

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Antonina Carvalho Venera Furlan	30,00
Fabricio de Oliveira Machado	20,00
Paulo Martins da Rosa	60,00
Zenilton Nascimento	30,00

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Ana Paula da Silva Mendonça	40,00
Jozilaine Zomer Loch	12,00

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal/SC,  
em 22 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 598/2020 - BRUNA DE OLIVEIRA DE SOUZA - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592774

PORTARIA Nº 598/2020 DE 27 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER 03 (Três) mês de Licença Prêmio a servidora municipal BRUNA DE OLIVEIRA DE SOUZA, matrícula nº 5519/04, ocupante do cargo de Professora Ensino Fundamental - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 22/02/2012 a 22/02/2017, devendo ser gozada no período de 27/07/2020 a 24/10/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 27 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 599/2020 - DEISE JUNG MATTOS CUNHA - EXONERAR**

Publicação Nº 2592775

PORTARIA Nº 599/2020 DE 29 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art.1º- Exonerar por término de contrato DEISE JUNG MATTOS CUNHA, do cargo de Assistente Social - CRAS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 29 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 600/2020 - BERTHA BLOEMER - CONTRATAÇÃO EM CARATER TEMPORARIO**

Publicação Nº 2592777

PORTARIA Nº 600/2020 DE 29 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece a Lei Municipal nº 181 de 10 de março de 2015 em consonância do artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que a servidora Andrezza Steiner Araujo, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira ESF está de licença para tratamento de saúde, ocasionando a vacância da vaga de Enfermeira ESF;

CONSIDERANDO, a necessidade da manutenção do atendimento à população aos serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Enfermeira ESF, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, a realização do processo seletivo público simplificado nº 05/2020.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário BERTHA BLOEMER, Processo Seletivo nº 05/2020, classificação nº 04, para o cargo temporário

de Enfermeira ESF, com carga horária de 40 horas semanais, no ESF Várzea das Canoas, localizado no bairro Várzea das Canoas, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 29 de julho de 2020 a 27 de novembro de 2020 e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 29 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 601/2020 - DEISE JUNG MATTOS CUNHA - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

Publicação Nº 2592779

PORTARIA Nº 601/2020 DE 30 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de Assistente Social - CRAS, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, a realização do processo seletivo nº 04/2019.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário DEISE JUNG MATTOS CUNHA, Processo Seletivo nº 04/2019, classificação nº 03, para o cargo temporário de Assistente Social - CRAS, com carga horária de 40 horas semanais, no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS na Secretaria de Assistência Social e Habitação, localizada no bairro Centro, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, a partir de 30 de julho de 2020 por 1(um) ano, podendo ser prorrogado por igual período e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 30 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 602/2020 - MARCIA CRISTINA FALCÃO FLEITAS - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592781

PORTARIA Nº 602/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio ao servidor municipal MARCIA CRISTINA FALCÃO FLEITAS, matrícula nº 12984/04, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 16/03/2015 a 16/03/2020, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 603/2020 - ALBERTINA CORREA MARTINS - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592783

PORTARIA Nº 603/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal ALBERTINA CORREA MARTINS, matrícula nº 10424/04, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 30 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 01/07/2009 a 01/07/2014, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 604/2020 - CRISTIANI BITTENCOURT VIEIRA IZIDORIO - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592784

PORTARIA Nº 604/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal CRISTIANI BITTENCOURT VIEIRA IZIDORIO, matrícula nº 10229/05, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2008 a 04/12/2013, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 605/2020 - CRISTIANI BITTENCOURT VIEIRA IZIDORIO - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592785

PORTARIA Nº 605/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal CRISTIANI BITTENCOURT VIEIRA IZIDORIO, matrícula nº 10229/08, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao

quinquênio 01/07/2009 a 01/07/2014, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 606/2020 - DAIANE GHIZZO MENDES - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592787

PORTARIA Nº 606/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal DAIANE GHIZZO MENDES, matrícula nº 9789/10, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 30 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 06/02/2012 a 06/02/2017, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 607/2020 - DANIELA DAMASIO DA ROSA - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592788

PORTARIA Nº 607/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal DANIELA DAMASIO DA ROSA, matrícula nº 10224/06, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 30 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 01/07/2004 a 01/07/2009, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 608/2020 - EDINAMAR NEVES - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592789

PORTARIA Nº 608/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal EDINAMAR NEVES, matrícula nº 5451/07, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 30 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 06/02/2012 a 06/02/2017, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 609/2020 - JALUZA SIMONE PEREIRA DE ASSUNÇÃO - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592790

PORTARIA Nº 609/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal JALUZA SIMONE PEREIRA DE ASSUNÇÃO, matrícula nº 5485/15, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 30 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 06/02/2012 a 06/02/2017, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 610/2020 - JULIANE WARMLING CANANI - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592792

PORTARIA Nº 610/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal JULIANE WARMLING CANANI, matrícula nº 5772/11, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 30 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 06/02/2012 a 06/02/2017, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 611/2020 - LAIS DE OLIVEIRA SCHUEROFF - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592795

PORTARIA Nº 611/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal LAIS DE OLIVEIRA SCHUEROFF, matrícula nº 5777/16, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 03/07/2012 a 03/07/2017, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 612/2020 - LEANDRO MONTEIRO - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592799

PORTARIA Nº 612/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio ao servidor municipal LEANDRO MONTEIRO, matrícula nº 10240/02, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2008 a 04/12/2013, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 613/2020 - LEANDRO MONTEIRO - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592802

PORTARIA Nº 613/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio ao servidor municipal LEANDRO MONTEIRO, matrícula nº 10240/04, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 01/07/2009 a 01/07/2014, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 614/2020 - MARCIA FUCHTER PHILIPPI RODRIGUES - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592804

PORTARIA Nº 614/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal MARCIA FUCHTER PHILIPPI RODRIGUES, matrícula nº 5456/08, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 30 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 06/02/2012 a 06/02/2017, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 615/2020 - MARIA APARECIDA CALEGARI RODRIGUES - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592806

PORTARIA Nº 615/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal MARIA APARECIDA CALEGARI RODRIGUES, matrícula nº 8860/01, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2013 a 04/12/2018, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 616/2020 - MARIA APARECIDA CALEGARI RODRIGUES - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592810

PORTARIA Nº 616/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal MARIA APARECIDA CALEGARI RODRIGUES, matrícula nº 8860/02, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 01/06/2015 a 01/06/2020, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 617/2020 - MARIA APARECIDA MAIA MAY - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592813

PORTARIA Nº 617/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal MARIA APARECIDA MAIA MAY, matrícula nº 10042/04, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 30 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 12/02/2010 a 12/02/2015, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 618/2020 - MARIA APARECIDA MEDEIROS CAETANO TORRES - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592814

PORTARIA Nº 618/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal MARIA APARECIDA MEDEIROS CAETANO TORRES, matrícula nº 5811/22, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 30 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 06/02/2012 a 06/02/2017, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 619/2020 - MARILENE DOS SANTOS VIEIRA MENDES - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592815

PORTARIA Nº 619/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal MARILENE DOS SANTOS VIEIRA MENDES, matrícula nº 5427/10, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 19/06/2012 a 19/06/2017, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 620/2020 - MARLI BOEGER KEMPER LUNARDI - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592816

PORTARIA Nº 620/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal MARLI BOEGER KEMPER LUNARDI, matrícula nº 5425/11, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 30 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 06/02/2012 a 06/02/2017, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 621/2020 - ROSA SELMA DOS SANTOS - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592817

PORTARIA Nº 621/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (um) mês de Licença Prêmio a servidora municipal ROSA SELMA DOS SANTOS, matrícula nº 10200/06, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2013 a 04/12/2018, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 622/2020 - ROSA SELMA DOS SANTOS - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592818

PORTARIA Nº 622/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (um) mês de Licença Prêmio a servidora municipal ROSA SELMA DOS SANTOS, matrícula nº 10200/11, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 01/07/2014 a 01/07/2019, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 623/2020 - ROSANE DE SOUZA CORREA - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592819

PORTARIA Nº 623/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal ROSANE DE SOUZA CORREA, matrícula nº 2525/08, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 30 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 06/02/2012 a 06/02/2017, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 624/2020 - ROSANE MACHADO DA LUZ CARDOSO - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592820

PORTARIA Nº 624/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal ROSANE MACHADO DA LUZ CARDOSO, matrícula nº 10088/01, ocupante do cargo de Professora Ensino Fundamental - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2008 a 04/12/2013, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 625/2020 - ROSANE MACHADO DA LUZ CARDOSO - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592821

PORTARIA Nº 625/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal ROSANE MACHADO DA LUZ CARDOSO, matrícula nº 10088/02, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2008 a 04/12/2013, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 626/2020 - ROSIANI DA SILVA MENDES - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592822

PORTARIA Nº 626/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal ROSIANI DA SILVA MENDES, matrícula nº 10277/03, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2008 a 04/12/2013, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 627/2020 - ROSIMERI DA SILVA MARTINS SILVA - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592823

PORTARIA Nº 627/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal ROSIMERI DA SILVA MARTINS SILVA, matrícula nº 10249/06, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 30 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 01/07/2004 a 01/07/2009, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 628/2020 - SUZANA DELFINO ANTUNES - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592826

PORTARIA Nº 628/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal SUZANA DELFINO ANTUNES, matrícula nº 8126/05, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 30 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 01/07/2009 a 01/07/2014, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 629/2020 - THAYSE MAY - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592829

PORTARIA Nº 629/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal THAYSE MAY, matrícula nº 5448/21, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 06/02/2012 a 06/02/2017, devendo ser gozada no período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 630/2020 - VANESSA DAL BÓ DE CARVALHO BALDUCI - LICENÇA MATERNIDADE**

Publicação Nº 2592833

PORTARIA Nº 630/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- CONCEDER Licença Maternidade à Servidora Municipal VANESSA DAL BÓ DE CARVALGO BALDUCI, ocupante do cargo temporário de Médica Psiquiatra NASF, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por um período de 120 (cento e vinte) dias a partir de 28/07/2020 até o dia 24/11/2020 de acordo com o inciso XVIII do art. 7º, da Constituição Federal.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, retroagindo seus efeitos a data de 28 de julho de 2020, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 632/2020 - MARIA ALBERTINA MACHADO BRUNO - LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 2592835

PORTARIA Nº 632/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR 01 (hum) mês de Licença Prêmio a servidora municipal MARIA ALBERTINA MACHADO BRUNO, matrícula nº 10438/01, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2013 a 04/12/2018, devendo ser gozada no período de 02/08/2020 a 31/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 03 de agosto de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 633/2020 - SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO COMISSÃO PAD**

Publicação N° 2592837

PORTARIA N. ° 633/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

“DETERMINA A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR N.º 556/2020”.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Murilo Maurício da Silva para, em substituição de Elizangela Borges da Silva Calegari, lotada na Procuradoria-Geral do Município, integrar a Comissão do Processo Administrativa Disciplinar n. ° 556/2020, na qualidade de membro.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal/SC,  
em 03 de agosto de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 634/2020 - JAISON NAZARIO CANDIDO - NOMEAR**

Publicação N° 2592840

PORTARIA N. ° 634/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear JAISON NAZARIO CANDIDO, para o Cargo de Secretário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, a contar de 03 de agosto de 2020, percebendo o vencimento relativo ao anexo VII, do Grupo VI, da Lei Complementar N° 139/2010.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 03 de agosto de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA  
Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 1285/2020

Publicação Nº 2591573

DECRETO Nº. 1285/2020

Altera o Decreto nº. 1254/2020, que declara situação de emergência no Município de Guaramirim, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais e, consolida medidas de prevenção e enfrentamento à COVID-19.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº. 1254/2020 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 8º. ....

II - ....

f) até o dia 12 de agosto de 2020, as seguintes atividades:

.....

2. de segunda-feira a sexta-feira, missas, cultos e outras atividades religiosas que envolvam agrupamento de pessoas, permitido aos finais de semana com capacidade máxima de 30% (trinta por cento), respeitando as regras de distanciamento social e, permitidos em qualquer crença os atendimentos individuais mediante horário agendado, todos os dias;

..... ” (NR)

“Art. 10-B. ....

.....

IV - ....

a) o consumo no local fica restrito de segunda a sábado, das 6h às 18h e, domingo das 10h às 15h;

.....

§ 2º Restaurantes, lanchonetes e congêneres localizados em hotéis e similares poderão atender de segunda a sábado, das 6h às 18h, permitido em horário diverso o atendimento somente via serviço de quarto para hóspedes do hotel, permanecendo fechado o espaço de atendimento ao público.” (NR)

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº. 1286/2020

Publicação Nº 2592152

DECRETO Nº. 1286/2020

Autoriza a abertura de crédito especial no valor de R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito especial no valor de R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, aprovado pela lei nº. 4711/2020, a saber:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

001 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

0010.0301.0006.2172 - Enfrentamento da emergência na saúde pública - Corona vírus

33000000000000000000 - Despesas correntes

33300000000000000000 - Outras despesas correntes

33390000000000000000 - Aplicações diretas

01388100 - CORONAVÍRUS (COVID-19) – R\$ 980.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do crédito especial provêm do excesso de arrecadação apurado até a presente data na receita 4171803910101000000 CORONAVÍRUS (COVID-19), fonte 01388100 - CORONAVÍRUS (COVID-19), no valor de R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de agosto de 2020.

Luis Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

## **EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2016 - PMG**

Publicação Nº 2591672

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2016 - PMG  
Processo de Licitação: 115/2016 - PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE DIVULGAÇÃO, PUBLICAÇÃO E GERENCIAMENTO DO COMPÊNDIO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO (LEI ORGÂNICA, LEIS COMPLEMENTARES, LEIS ORDINÁRIAS E DECRETOS), DISPOSTO NO SITE [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) E, LINK DIRECIONADO À PAGINA ELETRÔNICA DO MUNICÍPIO.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, bairro Centro, Guaramirim – SC, CEP 89.270-000.

Contratada: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.725.725/0001-35, estabelecida na Rua 238, nº 277, bairro Meia Praia, município de Itapema, estado de Santa Catarina, CEP: 88.220-000.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência do contrato.

Vigência: 12/07/2020 Término: 11/08/2020

Guaramirim (SC), 12 de julho de 2020.  
LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2017 - PMG**

Publicação Nº 2592207

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2017 - PMG  
Processo de Licitação: 208/2016 - PMG

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE FOTOCOPIADORAS PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Guaramirim, Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: 5R TONERS E INFORMÁTICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.761.444/0001-63 e inscrição Estadual nº 254.598.579, estabelecida na Rua Uruguai, nº 147, Bairro Ponta Aguda, município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto complementar o valor do contrato, em relação ao item 01 (VOLUME ANUAL DE CÓPIAS A4 LASER MONO E LOCAÇÃO DE 102 MÁQUINAS (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA)) e item 02 (VOLUME ANUAL DE CÓPIAS A4 LASER COLOR E LOCAÇÃO DE 6 MÁQUINAS (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA)).

Vigência: Início: 05/08/2020 Término: 18/04/2021

Guaramirim (SC), 05 de agosto de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº. 4711/2020**

Publicação Nº 2592154

LEI Nº. 4711/2020

Autoriza a abertura de crédito especial no valor de até R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de até R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

001 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

0010.0301.0006.2172 - Enfrentamento da emergência na saúde pública - Corona vírus

33000000000000000000 - Despesas correntes

33300000000000000000 - Outras despesas correntes

33390000000000000000 - Aplicações diretas

01388100 - CORONAVÍRUS (COVID-19) – R\$ 980.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do crédito especial provêm do excesso de arrecadação apurado até a presente data na receita 4171803910101000000 CORONAVÍRUS (COVID-19), fonte 01388100 - CORONAVÍRUS (COVID-19), no valor de R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais).

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de agosto de 2020.

Luis Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO - PREF 34/2020

Publicação N° 2591797

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO N°. 34/2020

PROCESSO LICITATORIO N°. 35/2020 – TOMADA DE PREÇO N°. 08/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO EIRELI OBJETO: Contratação de empresa para execução de pavimentação com pedras irregulares e implantação de drenagem na Rua Pedro Vargas de Macedo, através da Emenda Impositiva nº. 954 – Processo SGPE N° SCC 00003556/2020 / Estado de Santa Catarina.

VALOR: R\$ 133.291,74

VIGENCIA DE EXECUÇÃO: Conforme Cronograma físico Financeiro

VIGENCIA DO CONTRATO: 30/04/2021

Guarujá do Sul, SC, 05 de agosto de 2020.

Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.

# Guatambú

## PREFEITURA

### ADITIVO 32-2020 - 6º TERMO ADITIVO AO CT 27-2016

Publicação N° 2591788

CONTRATO/ADITIVO N°. 32/2020  
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 27/2016

MUNICÍPIO DE GUATAMBU, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à rua Manoel Rolim de Moura, n. 825, centro, cidade de Guatambu SC, inscrito no CNPJ/MF sob n. 95.990.206/0001-12, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. LUIZ CLOVIS DAL PIVA, denominado neste ato de CONTRATANTE, e a Empresa DUETO TECNOLOGIA LTDA, estabelecida na AV Pernambuco, sala 202 e 206, Centro, no Município de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 04.311.157/0001-99, neste ato representada pela Sr. RAFAEL MARIO SEBBEM, inscrito no CPF – 641.074.180-49 doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n° 27/2016, em decorrência do Processo Administrativo n° 229/2016, Pregão Presencial n° 14/2016, visando à prorrogação do prazo de vigência, com base no Art 57, § 4º da Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores alterações, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Através deste instrumento as partes resolvem prorrogar o prazo do referido contrato por mais 4 (quatro) meses. O prazo de vigência anteriormente pactuado com término previsto para dia 31 de julho de 2020, fica prorrogado até 30 de novembro de 2020, de conformidade com o estabelecido no Art. 57 da Lei n°. 8.666/93.

#### CLAUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Guatambu – SC, 31 de julho de 2020

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal  
Contratante

DUETO TECNOLOGIA - LTDA  
RAFAEL MARIO SEBBEM  
Contratada

Testemunhas: 1) Nome: 2) Nome:  
CPF- CPF-

## ATA RP 28/2020 - PREGÃO 32/2020

Publicação Nº 2592172

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUATAMBU****ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 28/2020****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2020****PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2020**

O **MUNICÍPIO DE GUATAMBU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o Nº 95.990.206/0001-12, situado na Rua Manoel Rolim de Moura, 825, Centro, Guatambu, SC, por seu Prefeito, senhor Luiz Clóvis Dal Piva e as empresas **ADRIANO DAL PIVA - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 27.041.269/0001-72, com sede na Av. João Batista Dal Piva, 888, Sala 02, Centro, município de Guatambu - SC, CEP: 89.817-000, representada neste ato, pelo seu Proprietário, Senhor **Adriano Dal Piva**, inscrito no CPF sob nº 054.456.929-65, **ASTOR STAUDT COMERCIO DE PRODUTOS EDUCATIVOS EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 91.824.383/0001-78, com sede na Travessa Um 83, VRS 452, Bairro Arroio Feliz, município de Feliz - RS, CEP: 95.770-000, representada neste ato, pelo seu Proprietário, Senhor **Astor Staudt**, inscrito no CPF sob nº 550.451.700-15, **BIANCA RICACHESKI RAUBER - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 28.584.842/0001-38, com sede na Rua 228, 185, Bairro Meia Praia, município de Itapema - SC, CEP: 88.220-000, representada neste ato, pela sua Proprietária, Senhora **Bianca Ricacheski Rauber**, inscrita no CPF sob nº 039.563.110-60, **FERRAZ COMERCIO DE BRINQUEDOS EDUCATIVOS EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 35.940.241/0001-03, com sede na Rua Taruma, 199, Bairro Jardim do Bosque, município de Cachoeirinha - RS, CEP: 94.960-585, representada neste ato, pelo seu Proprietário, Senhor **Guilherme Gomes Ferraz**, inscrito no CPF sob nº 031.684.700-31, **KLEIN LIVROS E JOGOS EDUCATIVOS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 72.380.330/0001-60, com sede na Rua Porto Alegre, 955-D, Salas 09 e 11, Ed. Desbravador, Centro, município de Chapecó - SC, CEP: 89.802-131, representada neste ato, pelo seu Sócio Proprietário, Senhor **Paulo Klein**, inscrito no CPF sob nº 307.790.810-72, **REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 79.912+788/0001-62, com sede na Rua Dos Escolteiros, 30, Bairro Chico de Paula, município de Jaraguá do Sul - SC, CEP: 89.254-730, representada neste ato, pelo seu Sócio Proprietário, Senhor **Renato Regis**, inscrito no CPF sob nº 309.113.389-34 e **TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 04.303.600/0001-80, com sede na Rua 1º de Maio, 645, Sala 101, Bairro Padre Antonio, município de Maravilha - SC, CEP: 89.874-000, representada neste ato, pelo seu Sócio Proprietário, Senhor **Luiz Flach**, inscrito no CPF sob nº 883.832.700-97, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVEM Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE JOGOS E MATERIAIS PEDAGÓGICOS E ESPORTIVOS PARA DISTRIBUIÇÃO AS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELA PANDEMIA COVID-19, CONFORME PLANO DE CONTINGÊNCIA

**Rua Manoel Rolim de Moura, 825****Centro****Guatambu****CEP:89817-000**

1



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE GUATAMBU

MUNICIPAL APROVADO PELO CMAS, BASEADO NAS PORTARIAS 369/2020, 378/2020 E NA PORTARIA MDS 90/2013 QUE INSTITUI O SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E EMERGENCIAIS VULNERABILIDADES TEMPORÁRIAS, conforme especificações constantes abaixo:

Empresa	Item	Descrição	UND	Qtde	Valor Unitário em R\$	Valor Total Item em R\$
KLEIN LIVROS E JOGOS EDUCATIVOS LTDA - EPP	8	LIVROS DE LITERATURA INFANTIL, TAMANHO MÉDIO, DE BOA QUALIDADE, CAPA DURA, COM NO MÍNIMO 30 PAGINAS, ILUSTRAÇÕES COLORIDAS	UN	100,00	13,75	1.375,00
KLEIN LIVROS E JOGOS EDUCATIVOS LTDA - EPP	9	LIVROS DE POESIA INFANTO JUVENIL, DE BOA QUALIDADE, COM NO MÍNIMO 50 PAGINAS, COM ILUSTRAÇÕES COLORIDAS	UN	100,00	10,40	1.040,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	11	Bambolê fabricado PVC tubular, reforçado por junção plástica, cores variadas, envolvido em plástico, diâmetro 65 cm, diâmetro do tubo 14 mm	UN	100,00	1,87	187,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	14	Jogo de taco completo de madeira contendo: 02 tacos (comprimento 75 cm) em madeira maciça pinus natural; empunhadora (compr. 3,5 cm) com grip (parte do cabo coberto de borracha); 02 casinhas ( 20 cm) confeccionada com três varetas interligadas entre si de madeira de cores diferentes; 01 bola de borracha (diâmetro 6 cm)	UN	50,00	34,71	1.735,50
ADRIANO DAL PIVA - ME	1	Jogos de dominó com estojo em material –de boa qualidade, ideal para socializar em família e amigos. Excelente para desenvolver a atenção, pensamento lógico, percepção visual, além de desenvolver habilidade na matemática. Dimensão das pedras: 8mm x 24 mm,	UN	80,00	26,25	2.100,00

**Rua Manoel Rolim de Moura, 825**  
**Centro**  
**Guatambu CEP:89817-000**



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE GUATAMBU

		largura: 49mm de comprimento. Dimensões do estojo: 12cm x 19,5 cm x 03 cm. Dominio com estojo em material lata. Contendo: 28 peças. Cor das pedras: branca, numerações coloridas, pedras pesadas e resistentes. Composição: melanina, peso aprox. 525 gramas.				
ASTOR STAUDT COMERCIO DE PRODUTOS EDUCATIVOS EIRELI - EPP	2	Bolas em EVA – material EVA látex, peso de 180 a 230 gramas, tamanho 05	UN	80,00	13,69	1.095,20
ASTOR STAUDT COMERCIO DE PRODUTOS EDUCATIVOS EIRELI - EPP	4	Quebra cabeça em material de boa qualidade ideal para idade de 13 a 17 anos, peças grandes de fácil montagem, preferencialmente em material resistente com mais de 100 peças ilustradas e coloridas.	UN	80,00	11,19	895,20
ASTOR STAUDT COMERCIO DE PRODUTOS EDUCATIVOS EIRELI - EPP	13	Bola de borracha para recreação nº 10, cores diversas, miolo removível e lubrificado, circunferência 57 – 59 cm.	UN	50,00	13,99	699,50
FERRAZ COMERCIO DE BRINQUEDOS EDUCATIVOS EIRELI - ME	3	Quebra cabeça em material de boa qualidade ideal para idade de 07 a 12 anos, peças grandes de fácil montagem, preferencialmente em MDF ou material resistente de 20 a 100 peças ilustradas e coloridas.	UN	50,00	8,18	409,00
FERRAZ COMERCIO DE BRINQUEDOS EDUCATIVOS EIRELI - ME	5	Cubo mágico, colorido, um quebra cabeça perfeito para a prática do seu cérebro e melhorar suas habilidades de memória. Medidas do cubo: 5,5 cm altura x 5,5 cm largura x 5,5 cm profundidade, Cores: Sortidas. Composição: plástico. Peso aproximado: 50 gramas.	UN	80,00	2,79	223,20
BIANCA RICACHESKI RAUBER - ME	7	Baralho UNO de boa qualidade 114 cartas coloridas, Dimensões aproximadas da embalagem do produto (cm) – AxLxP, 14x9x2cm	UN	80,00	13,85	1.108,00

**Rua Manoel Rolim de Moura, 825**  
**Centro**  
**Guatambu CEP:89817-000**



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE GUATAMBU

BIANCA RICACHESKI RAUBER - ME	12	Corda em sisal de pular individual com manoplas, espessura 8mm e comprimento 02 mts	UN	100,00	6,50	650,00
REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	6	Peteca infantil com enchimento interno, confeccionado em E.V.A e com penas coloridas. 13cm de altura e 8cm de diâmetro.	UN	100,00	9,65	965,00
REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	10	Jogos educ p/ montar, blocos peças grandes plast 40 pç - tipo lego	UN	30,00	19,10	573,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA E DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

A Ata de Registro de Preços terá vigência de um (01) ano a contar da sua assinatura.

**Subcláusula única.** Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO DE GUATAMBU não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Ficará responsável pela fiscalização do objeto deste processo, servidor público Municipal designado através de ato interno.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada pelas Secretarias Municipais, e seus departamentos, desde que autorizados pelo PREFEITO MUNICIPAL DE GUATAMBU.

**Subcláusula primeira.** O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo I.

**Subcláusula segunda.** Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

**Subcláusula terceira.** Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL, FORMA E PRAZO DE ENTREGA

A entrega deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis após a solicitação do Município, efetuada através do envio da Autorização de Fornecimento, junto à Secretaria solicitante. O objeto deste Edital entregue em desacordo à proposta ou às especificações desta licitação, ou que por ventura seja entregue com defeito ou imperfeições deverá ser imediatamente substituído pelo fornecedor.

Os materiais objeto desta licitação deverão ser recebidas definitivamente mediante aprovação pelo servidor responsável pela fiscalização, nos termos do art. 73, inc.II “b” da Lei federal nº8.666/93, desde que o objeto fornecido tenha sido regularmente aprovado.

A Contratada é responsável pelas normas de segurança durante o transporte e por qualquer ônus de frete durante a efetivação da entrega dos materiais.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

Rua Manoel Rolim de Moura, 825

Centro

Guatambu

CEP:89817-000



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GUATAMBU

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após recebimento e inspeção do objeto licitado pelo Responsável da Secretaria ou do órgão requisitante, condicionado à apresentação da Nota Fiscal, através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor.

### **CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

A entrega dos serviços só estará caracterizada mediante o recebimento da ordem de serviço emitida pelo Município de Guatambu.

**Subcláusula Primeira. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as condições expressas no Edital de Pregão Presencial RP 32/2020.**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas e das demais cominações previstas no edital e no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não celebrar o contrato.
- b) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa.
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão.
- d) Não manter a proposta, injustificadamente.
- e) Falhar ou fraudar a execução do contrato.
- f) Comportar-se de modo inidôneo.
- g) Cometer fraude fiscal.

Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, o Município, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor total do respectivo Item;
- c) Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do respectivo item.

O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumpridas, serão cobradas judicialmente.

### **CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS**

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula II da presente Ata e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto casos previstos na alínea "d" inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula única.** O Município procederá o reajuste ou reequilíbrio financeiro, somente para aqueles bens tabelados por órgãos oficiais competentes, mediante comprovação do aumento.

Rua Manoel Rolim de Moura, 825  
Centro  
Guatambu CEP:89817-000



## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GUATAMBU**

### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

**I -** Pela Administração, quando:

- a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- g) a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.
- h) no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do município, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

**II -** Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

- a) à solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do MUNICÍPIO DE GUATAMBU.

**Subcláusula Primeira.** A emissão das ordens de fornecimento/serviço, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo responsável.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

O Fornecedor, os preços, as quantidades, as especificações e a classificação registrados na presente Ata, encontram-se indicados no anexo I desta Ata.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO**

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 32/2020 e as propostas das empresas acima relacionadas.

Fica eleito o foro da Comarca de Chapecó-SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Guatambu SC, em 04 de agosto de 2020.

**Rua Manoel Rolim de Moura, 825  
Centro  
Guatambu CEP:89817-000**



## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GUATAMBU**

---

---

**LUIZ CLÓVIS DAL PIVA**

Prefeito Municipal

**Empresas detentoras da Ata:**

---

**ADRIANO DAL PIVA – ME**

Adriano Dal Piva

---

**ASTOR STAUDT COMERCIO DE PRODUTOS EDUCATIVOS EIRELI – EPP**

Astor Staudt

---

**BIANCA RICACHESKI RAUBER – ME**

Bianca Ricacheski Rauber

---

**FERRAZ COMERCIO DE BRINQUEDOS EDUCATIVOS EIRELI – ME**

Guilherme Gomes Ferraz

---

**KLEIN LIVROS E JOGOS EDUCATIVOS LTDA – EPP**

Paulo Klein

---

**REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA – ME**

Renato Regis

**Rua Manoel Rolim de Moura, 825**

**Centro**

**Guatambu**

**CEP:89817-000**



## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GUATAMBU**

---

---

**TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA – EPP**  
**Luiz Flach**

**Testemunhas:**

1) \_\_\_\_\_ 2) \_\_\_\_\_

**Rua Manoel Rolim de Moura, 825**  
**Centro**  
**Guatambu CEP:89817-000**

**EXTRATO DE CONTRATO 45/2020**

Publicação Nº 2591778

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	45/2020
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU
Contratado...:	A4 SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA
CNPJ ..... :	30.939.389/0001-04
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS.
Valor .....:	R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).
Vigência....:	Início: 31/07/2020 Término: 30/09/2020.
Licitação...:	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 55/2020.
Guatambu/SC, 06/08/2020.	
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA	
PREFEITO MUNICIPAL	

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### LEI 3441/2020

Publicação Nº 2592882

LEI Nº 3441/2020

“Abre Crédito Adicional Suplementar”

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d’ Oeste,

Faço saber a todos habitantes do Município de Herval d’ Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

Lei

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo autorizado a anular parcialmente no valor R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), as contas do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES					
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL					
0601.12.365.0018-1015	Construção, ampliação e reforma de Creches					
44900000	080	122	Investimentos	R\$	50.000,00	
Total do Crédito Adicional Suplementar					50.000,00	

Art. 2º - Com os recursos advindos das anulações de que trata o art. 1º ficam suplementadas no valor R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) as contas do Orçamento Vigente com as seguintes classificações:

0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES					
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL					
0601.12.365.0018-1016	Construção e implantação de Centro de Educação Infantil					
44900000	077	122	Investimentos	R\$	50.000,00	
Total do Crédito Adicional Suplementar					50.000,00	

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d’ Oeste.SC, 05 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 39, DE 31 DE JULHO DE 2020

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores:

Submetemos à distinta consideração desse Colendo Poder, o Projeto de Lei em epígrafe, que tem por objetivo adicionar em R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) a dotação nele especificada, tudo em conformidade com as disposições dos artigos 40, 41, 42, 43, 45 e 46 da Lei Federal nº 4.320/64, por conta da anulação parcial de dotação.

Salientamos que essa dotação foi insuficientemente dotada na lei de meios e destina-se ao pagamento de despesas na Secretaria de Educação para complementar dotações previstas insuficientemente.

Foram anuladas dotações que não tem mais previsão de uso nesse ano também no valor de R\$ 50.000,00 e tanto as anulações como as suplementações são dentro das dotações do Orçamento deste Fundo.

Pelos motivos expostos, contamos com a acolhida e aprovação do projeto em tela pelos membros desse Colendo Poder.

Cordialmente.

MAURO SÉRGIO MARTINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 902/2020**

Publicação Nº 2592578

PORTARIA Nº 902/2020

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

INTERROMPER A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE da Servidora FRANCIELLE STALLBAUM (MATRÍCULA 5255), a qual ocupa o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS, 40 horas semanais, Anexo II do Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família.

E, CONCEDER Licença Maternidade, à servidora supracitada, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 20 de julho de 2020 a 16 de novembro de 2020, conforme preceitua o Artigo 107, da Lei Complementar Nº. 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de julho de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 05 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**Ibiam****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO N. 062/2020**

Publicação Nº 2592294

MUNICÍPIO DE IBIAM  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 062/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2020  
SRP Nº 021/2020

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 18 de agosto de 2020, licitação modalidade Pregão, com adjudicação por menor preço por LOTE, do tipo Eletrônico, REGISTRAR PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÃO PARCELADAS, DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS MUNICÍPIOS QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do sítio "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 13h00min do dia 18 de agosto de 2020, com início da mesma às 13h15min no mesmo sítio e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no sítio da Prefeitura Municipal [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br), e em breve no sítio "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações poderão ser obtidas no Centro Administrativo, pelo fone (49) 3534 - 0044.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 06 DE AGOSTO DE 2020.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 3471/2020**

Publicação Nº 2592091

DECRETO Nº 3471 DE 08 DE JULHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0641/2019:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais), no orçamento de 2020 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	02	Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária:	04	Sec. Mun. De Infraestrutura, Obras e Transp.
Função:	17	Saneamento
Sub-Função:	512	Saneamento Básico Urbano
Programa:	1701	Prevenção de Doenças
Projeto/Atividade:	2012	Manutenção do saneamento Urbano
Modalidade de Aplicação:	3390	Aplicações Diretas
Fonte de Recursos:	1300	Super.Recursos Ordinários
Valor: Red.: 172		8.500,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro na Fonte 00 apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 08 DE JULHO DE 2020.

IVANIR ZANIN  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

**DECRETO Nº 3478/2020**

Publicação Nº 2592094

DECRETO Nº 3478 DE 17 DE JULHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0641/2019:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 220.000,00 (Duzentos e vinte mil reais), no orçamento de 2020 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	02	Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária:	04	Sec. Mun. De Infraestrutura, Obras e Transp.
Função:	26	Transporte
Sub-Função:	782	Transporte Rodoviário
Programa:	2601	Estradas Vicinais
Projeto/Atividade:	1066	Obras de Infraestrutura Rural
Modalidade de Aplicação:	4490	Aplicações Diretas
Fonte de Recursos:	1300	Super.Recursos Ordinários
Valor:		220.000,00
Red.: 148		

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro na Fonte 00 apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 17 DE JULHO DE 2020.

IVANIR ZANIN  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

**DECRETO Nº 3479/2020**

Publicação Nº 2592096

DECRETO Nº 3479, DE 17 DE JULHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENAÇÃO DE BENS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0641/2019:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 43.500,00 ( Quarenta e três mil e quinhentos reais), no orçamento de 2020 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	02	Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária:	0204	Sec. Mun. De Infr., Obras e Transportes
Função:	26	Transportes
Sub-Função:	782	Transporte Rodoviário

Programa:	2601	Estradas Vicinais
Projeto/Atividade:	1066	Obras de Infraestrutura Rural
Modalidade de Aplicação:	4490	Aplicações Diretas
Fonte:	1189	Alienação de Bens Destinados a Outros programas 43.500,00
Valor:	R\$	
Red.: 173		

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação referente a ALIENAÇÃO DE BENS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 17 DE JULHO DE 2020.

IVANIR ZANIN  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

## PORTARIA Nº 203/2020

Publicação Nº 2592502

PORTARIA Nº 203, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

### RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA e GISELI SEFFER A. DE ANHAIA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato resultante do Processo Licitatório 062/2020 Pregão ELETRÔNICO 026/2020 SRP: 021/2020 que tem como objeto REGISTRAR PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÃO PARCELADAS, DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS MUNICÍPIOS QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, a servidora LEILA APARECIDA RAMOS ARALDI.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 04 DE AGOSTO DE 2020.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
GISELI SEFFER A. DE ANHAIA Fiscal	LEILA APARECIDA RAMOS ARALDI Substituto do Fiscal

# Ibicaré

## PREFEITURA

### DECRETO 056-2020

Publicação Nº 2592415

DECRETO Nº 056, 05 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IBICARÉ, O REGIME DE TELETRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Ibicaré, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 96, IX da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado, no âmbito do Município de Ibicaré, o regime de teletrabalho, previsto na Lei Complementar nº 052, de 13 de maio de 2020.

Parágrafo único. A adoção do regime de que trata o caput deste artigo deverá obedecer às regras estabelecidas neste Decreto, a fim de que sejam asseguradas a continuidade da prestação do serviço, a produtividade e a qualidade do trabalho do servidor público, no período de enfrentamento da emergência, sem prejuízo ao interesse público.

Art. 2º A realização de teletrabalho será restrita aos servidores que, em razão da natureza do trabalho, tenham condições de prestá-lo remotamente e sem prejuízo ao serviço público, com o intuito de que permaneçam em suas residências e evitem, o quanto possível, contato com outras pessoas.

§ 1º Para se enquadrar no regime de teletrabalho, o servidor deve dispor, por conta própria, necessariamente, de acesso à internet e de equipamentos de informática e de comunicação para a perfeita execução de suas atividades.

§ 2º Terão prioridade na atuação em teletrabalho os servidores:

I - Que apresentem doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico;

II - Com 60 anos ou mais;

III - Gestantes;

IV - Que coabitam com idosos que apresentam doenças crônicas;

V - Que convivem com:

a) Pessoas acometidas pela COVID-19; ou

b) Pessoas que estejam em quarentena por terem sido consideradas suspeitas de estarem acometidas pela COVID-19;

VI - Que possuem filho (s), enteado (s) ou menor (es) sob guarda em idade escolar;

§ 3º No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia imediata poderá conceder flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

Art. 3º A adesão do servidor ao regime de teletrabalho é facultativa, deve ter aprovação prévia da chefia imediata e terá prazo determinado, observadas as seguintes diretrizes:

I - A pactuação de metas individuais de desempenho e de produtividade deve ser compatível com a carga horária semanal de trabalho a ser cumprida pelo servidor;

II - As metas individuais pactuadas com os servidores em regime de teletrabalho serão equivalentes ou superiores às dos servidores que executam as mesmas atividades nas dependências do órgão ou da entidade.

III - o trabalho remoto não constitui direito subjetivo do servidor, efetivo ou comissionado, e poderá ser revogado a qualquer tempo, a bem do serviço público.

Parágrafo único. As chefias dos setores que optarem pelo regime de teletrabalho deverão informar os meios de contato, como telefones, e-mails e outros meios disponíveis, dos servidores designados para o recebimento de malotes, processos, informações e correspondências urgentes.

Art. 4º A chefia, a qualquer tempo, poderá cancelar o regime de teletrabalho para um ou mais servidores caso:

I - Exista justificativa no interesse público;

II - A produtividade do servidor não se mostre compatível com a dos demais servidores;

III - Não haja cumprimento pelo servidor das metas estabelecidas e das demais obrigações previstas no artigo anterior.

Parágrafo único. No caso de cancelamento do regime de teletrabalho, o servidor voltará a exercer as suas atividades de forma presencial nos prédios públicos do Município seguindo os demais regulamentos já estabelecidos.

Art. 5º Os servidores interessados e que se enquadrarem nas hipóteses estabelecidas neste Decreto deverão apresentar requerimento por escrito e justificado à chefia imediata, que avaliará e decidirá acerca da viabilidade, conforme o caso, e deverá organizar a metodologia de prestação de serviços, prioritariamente, em regime de trabalho remoto, indicando prazos de execução e o acompanhamento de entregas, sob sua responsabilidade, enviando ao final o relatório apresentado pelo servidor, para o fim de comprovação das metas estipuladas durante o Regime de Teletrabalho.

§ 1º A decisão da chefia imediata acerca do teletrabalho deverá ser comunicada ao Setor de Recursos Humanos para as anotações necessárias, ficando o servidor dispensado, temporariamente, do registro de ponto.

§ 2º O servidor em regime de teletrabalho deverá ter perfil que demonstre comprometimento com as tarefas recebidas, habilidades de autogerenciamento de tempo e de organização e capacidade técnica para desempenhar suas funções sem supervisão direta da chefia imediata, o que será avaliado por cada chefia.

Art. 6º Compete ao servidor autorizado a desenvolver suas atividades no Regime de Teletrabalho:

I - Manter-se disponível e acessível durante todo o horário de sua jornada de trabalho, pelos meios usuais de comunicação, realizando em seu computador pessoal, as tarefas designadas pela sua chefia imediata;

II - Manter com a chefia imediata cronograma para encaminhamento de documentação, processos e demais peças físicas, quando necessário;

e

III - entrar em contato periodicamente com a chefia imediata para manter-se atualizado acerca das condutas e dos posicionamentos a serem seguidos, bem como para o acompanhamento das atividades realizadas, informando-a, ainda, acerca do andamento dos trabalhos e apontando eventuais dificuldades, dúvidas ou elementos que possam atrasar ou comprometer a qualidade e a eficiência do serviço.

Art. 7º O atingimento das metas de desempenho e produtividade individuais pelo servidor público em regime de teletrabalho equivalerá ao cumprimento da respectiva jornada de trabalho.

§ 1º O não atingimento das metas individuais estipuladas para cumprimento dentro do mês poderá ser compensado no mês subsequente.

§ 2º O servidor será automaticamente desligado do Regime de Teletrabalho caso, na hipótese de descumprimento de metas individuais, não seja constatada a compensação no mês subsequente.

Art. 8º A autorização do Regime de Teletrabalho não se aplica ao servidor que:

I - Desempenhe atividades de atendimento ao público externo ou interno ou cujas atribuições exijam, continuamente, sua presença física no respectivo órgão ou entidade;

II - Aos cargos de chefia, com subordinação técnica e/ou administrativa, salvo quando se enquadrarem dentre dos fatores de risco para complicações;

III - houver sido desligado do Regime de Teletrabalho na hipótese do § 2º do art. 7º deste Decreto.

Art. 9º Os servidores em Regime de Teletrabalho poderão ser convocados, a qualquer momento, a realizar atividades presenciais, sendo observadas, para tanto, todas as medidas preventivas e de segurança.

Art. 10 Não caberá pagamento de adicional por prestação de serviço extraordinário ou adicional noturno aos servidores autorizados a realizar teletrabalho.

Art. 11 Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 12 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 05 de agosto de 2020.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

**DECRETO 057-2020**

Publicação Nº 2592464

**DECRETO Nº 057, 05 de agosto de 2020.**

*Regulamenta o controle de frequência dos servidores públicos municipais e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Ibicaré, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, DECRETA:

**Capítulo I**  
**DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**Art. 1º.** O disposto neste Decreto se aplica aos servidores vinculados ao Município, respeitando a carga horária específica de cada regime de contratação.

**Art. 2º.** Fica estabelecido o pagamento das renumerações e subsídios, bem como descontos dos servidores públicos do Município de Ibicaré a ser realizado até o último dia útil de cada mês.

**Parágrafo único.** A implementação da nova data de pagamento de que trata o caput deste artigo ocorrerá a partir da folha de pagamento de competência agosto/2020.

**Capítulo II**  
**DA COMPETÊNCIA DO CONTROLE DE REGISTRO DE FREQUÊNCIA**

**Art. 3º.** Compete a cada chefia, encaminhar ao Setor de Recursos Humanos até o 21º dia de cada mês ou próximo dia útil, possíveis alterações no registro ponto nos seguintes casos:

**I.** Fica sob responsabilidade do servidor, preencher o Anexo I que dispõe sobre Folha Ponto Individual (Servidores que não registram o ponto eletronicamente, conforme previsto no Art. 64 da Lei Complementar nº 004/2007).

**II.** Fica sob responsabilidade da chefia, preencher o Anexo II que dispõe sobre justificativas das horas extraordinárias autorizadas e falta de registro do ponto devido ao trabalho externo.

**III.** Fica sob responsabilidade do servidor, preencher o Anexo III que dispõe sobre eventuais justificativas de ponto não registrado e entregar a chefia imediata.

**Parágrafo único.** Caso o servidor se esqueça de registrar o ponto, deverá obrigatoriamente, comunicar a chefia imediata, para que esta abone ou não, através da "Justificativa de Ponto Não Registrado" (Anexo III) que será encaminhada ao Setor de Recursos Humanos, no prazo improrrogável de 48 horas.

**Art. 4º.** Os atrasos e antecipações computados nas entradas e retornos intermediários, juntamente com as saídas antecipadas, não serão descontados nem computados como jornada extraordinária, com as variações de horários de entrada e saída não excedente de 05 (cinco) minutos, observado o limite máximo de 10 (dez) minutos diários.

**Art. 5º.** As horas extraordinárias somente serão computadas mediante justificativa e autorização de cada chefia.

**Parágrafo único.** Todos os registros efetuados antecipadamente e/ou posteriormente ao horário normal de expediente, não justificados e autorizados por cada chefia, não serão considerados como hora extraordinária e, portanto, não será efetuado o pagamento.

**Art. 6º.** A falta de registro de controle de frequência, de qualquer horário relativo à jornada de trabalho a ser cumprida, que não for justificada, implica no desconto na folha de pagamento, conforme previsto no Art. 61 da Lei Complementar 004/2007.

§ 1º Os descontos em folha de pagamento do servidor, em virtude de atrasos, falta sem justificativa, ou descumprimento das regras estabelecidas no presente Decreto, caso não possam ser efetuadas no pagamento do mês corrente, serão efetuados no salário do mês subsequente.

§ 2º Será descontado proporcionalmente, da remuneração do servidor, o atraso que exceder 10 (dez) minutos de tolerância para o registro da frequência ou marcação de ponto, bem como nos casos que se ausentar antes do término do expediente.

§ 3º Será descontado integralmente, da remuneração do servidor, o dia em que este, sem justificativa, deixar de efetuar o registro de frequência, ou sem prévia autorização, ausentar-se do local de trabalho no horário de expediente após a marcação de ponto.

§ 4º Quando constatada a habitualidade de atrasos, estes serão somados e descontados na folha de pagamento sob a rubrica horas atraso, sem prejuízo de outras sanções administrativas.

§ 5º Poderá ser efetuada a compensação das horas de atraso ou saídas antecipadas, devidamente autorizado pela chefia imediata e registradas no cartão de ponto do servidor ou folha individual, até o final do mês em curso, o que deverá ser informado ao Setor de Recursos Humano (conforme previsto no Art. 61, § 3º da Lei Complementar 004/2007).

§ 6º Não haverá restituição dos valores descontados dos servidores em razão das situações de falta de comunicação do servidor referente à falta de registro de frequência, registro de frequência em atraso ou antecipado ao horário, salvo nas situações mediante justificativa escrita e plausível, com deferimento da chefia imediata, bem como do Secretário da respectiva pasta, sendo efetuada no mês subsequente ao desconto.

§ 7º Em caso de lançamento indevido de falta ao servidor, a chefia imediata deverá solicitar o abono de falta ao Setor de Recursos Humanos no mês subsequente ao lançamento, por meio de comunicação interna com a devida justificativa do servidor.

**Art. 7º.** No caso dos Agentes Comunitários de Saúde, considerando que os trabalhos são realizados fora do seu posto de trabalho, os registros de frequência dos horários intermediários serão pré-assinalados.

**Art. 8º.** A leitura do registro de frequência dos servidores ocorrerá no dia 21 de cada mês, ou próximo dia útil subsequente, correspondendo ao período do dia 21 do mês anterior ao dia 20 do mês em curso.

**Art. 9º.** A marcação do ponto é pessoal, sendo expressamente vedado ao servidor registrar a frequência de outro servidor, sob pena de ser responsabilizado administrativamente e criminalmente.

**Parágrafo único.** Para os fins previstos no caput deste artigo, considera-se infração administrativa por descumprimento de normas legais e regulamentares a habitual omissão do servidor no cumprimento da obrigação de marcação do ponto.

**Art. 10º.** Compete a cada chefia solicitar por meio de comunicação interna, com no mínimo 02 (dois) dias de antecedência, os períodos de férias dos servidores públicos municipais.

**Capítulo III**  
**DA FISCALIZAÇÃO E DA APURAÇÃO DE ILÍCITOS PERTINENTES AO**  
**CONTROLE DA FREQUÊNCIA**

**Art. 11º.** Compete ao Controle Interno do Município, proceder a verificações e auditorias, a fim de avaliar o fiel cumprimento das normas estabelecidas ao registro, controle e apuração de frequência dos servidores.

**Capítulo IV**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 12º.** Compete aos Secretários e Chefes imediatos acompanhar e exigir a rigorosa observância das normas estabelecidas para o registro, controle e apuração de frequência.

§ 1º Ficam as Secretarias Municipais e Setores sujeitos à fiscalização sistemática "*in loco*".

§ 2º Quando ocorrer mudança de horário, local ou Secretaria, o servidor e o chefe imediato têm a obrigação, sob pena de responsabilização, comunicar imediatamente ao Setor de Recursos Humanos, para que possa proceder com as alterações necessárias no sistema.

**Art. 13º.** O livro ponto, a folha ponto individual e os demais documentos inerentes, serão arquivados sob a responsabilidade do Setor de Recursos Humanos.

**Art. 14º.** Todas as ocorrências e informações não tratadas através dos sistemas de controle de ponto, que possam interferir na frequência do servidor, deverão ser encaminhadas ao Setor de Recursos Humanos.

**Art. 15º.** As faltas e impontualidades serão computadas para efeito de concessões em que a assiduidade e a pontualidade sejam consideradas.

**Parágrafo único.** Para efeito do presente regulamento, não é considerado impontualidade as variações de horário no registro de ponto não excedente a 5 (cinco) minutos, observado o limite máximo de 10 (dez) minutos diários.

**Art. 16º.** O descumprimento do previsto nos procedimentos aqui definidos será objeto de instauração de Processo Administrativo para apuração da responsabilidade da realização do ato contrário às normas instituídas, bem como, será também objeto de infração passível de Improbidade Administrativa de acordo com a Lei Federal nº 8.429 de 02 de junho de 1992.

**Art. 17º.** Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

**Gabinete do Prefeito de Ibicaré, 05 de agosto de 2020.**

**GIANFRANCO VOLPATO**  
**Prefeito**

## ANEXO I – FOLHA PONTO INDIVIDUAL

Competência				Nome do servidor						
Entrada				Intervalo para refeições		Saída		Carga horária semana		
Dia	Jornada Diária de Trabalho			Assinatura do servidor	Somatório		Justificativas			
	Início	Intervalo	Término		Horas Extras	Horas Faltas				
01										
02										
03										
04										
05										
06										
07										
09										
10										
11										
12										
13										
14										
15										
16										
17										
18										
19										
20										
21										
22										
23										
24										
25										
26										
27										
28										
29										
30										
31										
Falta			Extras			Compensadas			Noturnas	
<p style="text-align: center;">_____</p> <p style="text-align: center;">Visto superior imediato</p>					<p><b>Importante:</b> Os dias que corresponderem a folga semanal do colaborador ou domingos em que não há trabalho deverão ser evidenciados no formulário.</p>					

**ANEXO II - JUSTIFICATIVA HORAS EXTRAS E FALTA DE REGISTRO DO PONTO  
DEVIDO TRABALHO EXTERNO**

IDENTIFICAÇÃO	
NOME:	
CARGO:	

Data	Matutino		Vespertino		Justificativa
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Assinatura do Servidor: \_\_\_\_\_.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Assinatura do Responsável: \_\_\_\_\_.

**ANEXO III – JUSTIFICATIVAS DE PONTO NÃO REGISTRADO**

Nome do Servidor	
Cargo	

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

**Ponto não registrado**

Matutino		Vespertino	
Entrada	Saída	Entrada	Saída

**Justificativa:**

- ( ) Esquecimento
- ( ) Serviço/ Reunião Externa autorizada pela Chefia
- ( ) Problema no relógio ponto
- ( ) Outros:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

**Assinatura do Servidor**

\_\_\_\_\_

**AUTORIZADO:** \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

**Assinatura do Responsável**

**PORTARIA Nº 207-2020**

Publicação Nº 2591776

PORTARIA Nº 207, de 03 de agosto de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, artigo 53 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Férias Regulamentares ao servidor VALMOR BORTOLO VIÊRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos – Trator de Esteiras, nível 12, classe “C”, Anexo II – Quadro de Cargos e Vencimentos, Grupo II – Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O período de gozo será compreendido entre 03 de agosto de 2020 à 01 de setembro de 2020, referentes ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2019 a 31 de julho de 2020, a que faz jus.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 03 de agosto de 2020.

GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

# Ibirama

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 31/2020 - FMS

Publicação Nº 2591940

MUNICÍPIO DE IBIRAMA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA.  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 31/2020  
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para eventuais contratações parceladas de exames específicos para subsidiar ações da saúde deste município, com medidas de controle e prevenção do coronavírus (COVID-19), procedimento na forma da Lei 10.520/2002 e em especial a Lei 13.979/2020. Abertura: 12 de agosto de 2020, as 09:00 h – Local: Portal de Compras Públicas na Internet – [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Recebimento propostas: Até 08:59h. do mesmo dia 12/08/2020, no portal supra citado. Informações: (47) 3357 8523 - [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), email - [compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) ou na Prefeitura Municipal, no horário comercial. Ibirama, 05 de agosto de 2020.

Izabel Petersen – Secretária Municipal de Saúde de Ibirama.

# Imbituba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 94/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2020 (PMI-SEDUCE)

Publicação Nº 2592552

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI - SEDUCE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2020

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 42/2020

LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/MEI (LC – 147/2014)

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEDUCE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 18 de AGOSTO de 2020, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por ITEM, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a possível “AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRODOMÉSTICOS, LOUÇAS E UTENSÍLIOS DE COZINHA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, PARA OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ESCOLAS MUNICIPAIS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES”.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 06 de agosto de 2020

Cristiane Tokarski Espezim

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 95/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2020 (MULTIENTIDADE)

Publicação Nº 2592647

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

MULTIENTIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2020

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 43/2020

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEAD – Secretaria Municipal de Administração, e demais Secretarias comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 19 de AGOSTO de 2020, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por LOTE, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a possível “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS E AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS, PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, BOMBEIRO, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL DE IMBITUBA”.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 06 de agosto de 2020

Daiane Leopoldina Nunes

Secretária Municipal de Administração.

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 722/2020

Publicação Nº 2592024

PORTARIA PMI/SEAD Nº 722, de 05 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira do magistério, em função gratificada de Supervisora do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 12.827/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a servidora de carreira do magistério abaixo descrita, na função gratificada de Supervisora, junto ao respectivo órgão superior, conforme quadro abaixo:

SUPERVISOR(ES) – LC nº 4.800/2017				
Nome	Órgão Superior	Função	CPF	Nomeação
Leda Borges Martins	SEDUCE	Supervisora de Gestão Democrática Escolar	454.764.039-49	06/08/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 05 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior Daiane Leopoldina Nunes  
Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 723/2020

Publicação Nº 2592098

PORTARIA PMI/SEAD Nº 723, de 05 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical de servidor público municipal de carreira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014, ainda, Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor; considerando a Nota Técnica SEI nº 20581/ME expedida pelo Ministério da Economia, dirimindo a aplicabilidade da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020; considerando, que a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical, se dá através da apresentação através de protocolo, do diploma ou certificado devidamente registrado na respectiva Instituição de Ensino e reconhecido pelo Ministério de Educação;

#### RESOLVE:

Art. 1º Promover, o servidor público municipal de carreira abaixo relacionado, através do instituto da Evolução Funcional mediante PROMOÇÃO VERTICAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Matr.	Nome	CPF	Cargo	Nível/ Subnível Anterior	Nível/ Subnível Posterior	Prot/Mem
10630	Nathan Cabral Costa	097.915.799-46	Agente Administrativo	8.1 - A	8.2 - A	12.699/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior Daiane Leopoldina Nunes  
Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 724/2020

Publicação Nº 2592125

PORTARIA PMI/SEAD Nº 724, de 05 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 397, de 10 de junho de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Memorando nº 9.733/2020 ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 397, de 10 de junho de 2020, da servidora, Sra. IVONETE MORAES, Professora, inscrita no CPF sob o nº 754.550.059-87, admitida em 17 de fevereiro de 1994 no contrato nº 197 e em 06 de março de 2003 no contrato nº 1891, referente aos q-inq-ênios devidos, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2015 a 2019 (matr. nº 1891 - período remodelado) 2015 a 2020 (matr. nº 197)	04.01.2021 a 03.04.2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior Daiane Leopoldina Nunes  
Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 725/2020

Publicação Nº 2592274

PORTARIA PMI/SEAD Nº 725, de 05 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical de servidor público municipal de carreira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014, ainda, Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor; considerando a Nota Técnica SEI nº 20581/ME expedida pelo Ministério da Economia, dirimindo a aplicabilidade da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020; considerando, que a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical, se dá através da apresentação através de protocolo, do diploma ou certificado devidamente registrado na respectiva Instituição de Ensino e reconhecido pelo Ministério de Educação;

#### RESOLVE:

Art. 1º Promover, o servidor público municipal de carreira abaixo relacionado, através do instituto da Evolução Funcional mediante PROMOÇÃO VERTICAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Matr.	Nome	CPF	Cargo	Nível/ Subnível Anterior	Nível/ Subnível Posterior	Prot/Mem
10636	Igor Romualdo Sá Rufino	059.942.079-00	Agente Adminis- trativo	8.1 - A	8.2 - A	10.309/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior Daiane Leopoldina Nunes  
Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PPE - PMI/SEAD Nº 117/2020

Publicação Nº 2592077

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PPE - PMI/SEAD Nº 117/2020

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 716, de 04 de agosto de 2020, para exercer o cargo de ASSESSORA DE SECRETÁRIO(A), junto a Secretaria Municipal da Saúde – SEMUSA.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
MARIA EDUARDA GENOVEZ FERREIRA DA COSTA	ASSESSORA DE SECRETÁRIO(A)	109.419.829-39

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, a servidora entra em exercício em 06/08/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior Daiane Leopoldina Nunes  
Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PPE - PMI/SEAD Nº 118/2020

Publicação Nº 2592361

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO  
PPE - PMI/SEAD Nº 118/2020

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 698, de 28 de julho de 2020, para exercer o cargo de SUPERINTENDENTE DE LOGÍSTICA junto a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
SINARA RAMOS	SUPERINTENDENTE DE LOGÍSTICA	020.052.319-83

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, a servidora entrou em exercício em 03/08/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior Daiane Leopoldina Nunes  
Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2386/2020

Publicação Nº 2591833

. DECRETO Nº 2386/20

. De 04 de agosto de 2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2020 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.745/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 446.777,75 (QUATROCENTOS E QUARENTA E SEIS MIL E SETECENTOS E SETENTA E SETE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
04.001.0004.0122.0004.2151.33391000000000000000	01530000	446.777,75

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 04 de agosto de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

### DECRETO Nº 2387/2020

Publicação Nº 2591952

. DECRETO Nº 2387/20

. De 05 de agosto de 2020

Homologa Resolução Nº 004/2020 - Do Conselho Municipal de Saúde – CMS / HABILITAÇÃO DE LEITOS HOSPITALARES E SERVIÇOS – HOSPITAL BEATRIZ RAMOS

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução CMS nº 004/2020 do Conselho Municipal de Saúde de Indaial, APROVA a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva e leitos hospitalares clínicos e de serviços no Hospital Beatriz Ramos, a resolução nº 004/2020 faz parte deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 05 de agosto de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

RESOLUÇÃO Nº 004/2020

HABILITAÇÃO DE LEITOS HOSPITALARES E SERVIÇOS – HOSPITAL BEATRIZ RAMOS

O Conselho Municipal de Saúde de Indaial, em sua Reunião Ordinária realizada por videoconferência, em 03 de agosto de 2020, por unanimidade de seus conselheiros;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Aprovar a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva e leitos hospitalares clínicos e de serviços no Hospital Beatriz Ramos conforme segue:

I – Habilitação de 10 (dez) Leitos de UTI Adulto;

II – Habilitação de 10 (dez) Leitos de Unidade de Terapia Intensiva Mista sendo – 05 (cinco) Leitos de UTI Pediátrica e 05 (cinco) Leitos de UTI Neonatal;

III – Habilitação de 10 (dez) Leitos de Longa Permanência;

IV – Habilitação de 10 Leitos Clínicos para atender Acidente Vascular Cerebral – AVC;

V – Habilitação de alta complexidade em ortopedia e neurologia; e

VI – Habilitação do serviço de gestação de alto risco.

Assim, homologo a presente Resolução nos termos do Art. 24 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde para que seja publicada e produza seus efeitos.

Samuel Galitzki Grimm

Presidente

Conselho Municipal de Saúde Indaial/SC

**DECRETO Nº 2388/2020**

Publicação Nº 2592106

. DECRETO Nº 2388/20

. De 05 de agosto de 2020

Regulamenta a escala de trabalho 12h x 36h no Centro de Atendimento para Enfrentamento ao Covid-19 (CAEC).

André Luiz Moser, Prefeito Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu Artigo 92, Incisos II, VIII e XI, e demais atribuições legais em vigor, e

CONSIDERANDO o Decreto nº 2110/2020 de Indaial, que trata da adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Corona vírus, que configura emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante Políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO o aumento do número de casos suspeitos e confirmados de COVID-19 no Município de Indaial;

CONSIDERANDO a abertura e funcionamento do Centro de Atendimento para Enfrentamento ao COVID-19 (CAEC), cujo atendimento à população ocorre das 8h até às 20h em dia útil e das 8h até às 17h nos finais de semana,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica a Secretaria Municipal de Saúde autorizada a promover a escala de trabalho 12h x 36h aos servidores públicos, efetivos ou temporários, designados para exercerem suas atividades no Centro de Atendimento para Enfrentamento ao Covid-19 (CAEC).

§1º Para fins deste Decreto, considera-se escala de trabalho 12h x 36h aquela em que o servidor labora 12 (doze) horas diárias e descansa por 36 (trinta e seis) horas consecutivas.

§2º O intervalo intrajornada de uma hora deverá ser realizado, preferencialmente, no período entre às 11h até às 15h.

§3º Competirá ao Secretário Municipal de Saúde organizar a escala de trabalho dos servidores no CAEC de forma que seja respeitado o limite da jornada de trabalho semanal de cada cargo.

Art. 2º - A autorização de que trata o artigo anterior terá duração restrita ao período de funcionamento do CAEC.

Parágrafo único. Findo o período de que trata o Caput deste artigo, os servidores deverão retornar a cumprir suas jornadas regulares de trabalho.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 05 de agosto de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Alexandre Manoel Dalabrida

Secretário de Saúde

**DECRETO Nº 2389/2020**

Publicação Nº 2592296

. DECRETO Nº 2389/20  
. De 05 de agosto de 2020

.  
Cancela Gratificação /Sheila Daiana Maresana Almeida

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica cancelada a gratificação NIVEL II, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) a servidora Sheila Daiana Maresana Almeida, ocupante do cargo de Agente de Trânsito, do quadro de pessoal desta Prefeitura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2020.

Art. 3º - Revoga-se o Decreto nº 2238 de 2020.

Município de Indaial, em 05 de agosto de 2020.

André Luiz Moser  
Prefeito  
Publique-se na Forma da Lei.

**DECRETO Nº 2390/2020**

Publicação Nº 2592297

. DECRETO Nº 2390/20  
. De 05 de agosto de 2020

.  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO / Rosnei Ribas Lopes

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida gratificação NIVEL II, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) ao servidor Rosnei Ribas Lopes, ocupante do cargo de mecânico, do quadro de pessoal desta Prefeitura, fica responsável pela organização da Oficina bem como pela manutenção dos veículos a diesel, junto a Secretaria de Obras.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2020.

Município de Indaial, em 05 de agosto de 2020.

André Luiz Moser  
Prefeito  
Publique-se na Forma da Lei.

**DECRETO Nº 2391/2020**

Publicação Nº 2592301

. DECRETO Nº 2391/20  
. De 05 de agosto de 2020

Nomeia Diretora do Demuttin / Shiela Daiana Maresana Almeida

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada em 01 de agosto de 2020, para exercer o Cargo em Comissão de Diretora do Demuttin (CC-3), previsto no Anexo III, Lei Complementar nº 227/19, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, Sheila Daiana Maresana Almeida.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2020.

Município de Indaial, em 05 de agosto de 2020.

André Luiz Moser  
Prefeito  
Publique-se na Forma da Lei.

## LEI Nº 5809/2020

Publicação Nº 2591968

. LEI Nº 5809  
. de 05 de agosto de 2020

Ficam alteradas as medidas e dimensões da Rua Wally Heimberg, localizada no bairro do Sol, denominada pela Lei Municipal nº 4.232/2010.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam oficializadas as medidas e dimensões da Rua Wally Heimberg, localizada no bairro do Sol, denominada pela Lei Municipal nº 4.232/2010, conforme segue:

Extensão: 195,00 metros;  
Gabarito: 7,00 metros;  
Início: Lado ímpar da Rua Dr. Blumenau;  
Término: Terras de Concórdia Participações S/A (Matrícula nº 2103).

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 05 de agosto de 2020.

André Luiz Moser  
Prefeito  
Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França Manoel Felipe Boaventura  
Procurador-Geral do Município Secretário de Governo

**LEI Nº 5810/2020**

Publicação Nº 2592075

**LEI Nº 5810**  
**de 05 de agosto de 2020**

Dispõe sobre a estrutura organizacional, funcionamento e atribuições da Controladoria-Geral do Município, bem como institui o Sistema de Controle Interno de Indaial, e dá outras providências.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a organização do Sistema de Controle Interno do Município de Indaial e sobre a criação da Controladoria-Geral do Município de Indaial, nos termos que dispõem os artigos 31, 70 e 74 da Constituição da Federal e 58, 62 e 113 da Constituição Estadual do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

**Título I**  
**Das Disposições Gerais****Capítulo I**  
**Das Conceituações**

**Art. 2º** Para os efeitos desta lei, ficam definidos os seguintes termos:

**I** – Objetivo é aquilo que se estabeleceu para ser alcançado.

**II** – Risco é a possibilidade de algo acontecer e impedir ou dificultar o alcance de um objetivo.

**III** – Controle é o que se faz para mitigar riscos, assegurando, assim, com certa razoabilidade, que objetivos sejam alcançados.

**IV** – Controle Interno, *stricto sensu*, doravante designado Controle Interno Administrativo, compreende o processo efetuado pela administração e por todo o corpo funcional, integrado ao processo de gestão em todas as áreas e em todos os níveis de órgãos e entidades públicos, estruturado para enfrentar riscos e fornecer razoável segurança de que, na consecução da missão, dos objetivos e das metas institucionais, os princípios constitucionais da administração pública serão obedecidos e os seguintes objetivos gerais de controle serão atendidos:

**a)** Eficiência, eficácia e efetividade operacional, mediante execução ordenada, ética e econômica das operações;

**b)** Integridade, confiabilidade e disponibilidade das informações produzidas para a tomada de decisões e para a prestação de contas;

**c)** Conformidade com leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas, políticas, programas, planos e procedimentos de governo e da própria instituição;

**d)** Adequada salvaguarda e proteção de bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.

**V** – Sistema é um conjunto de partes e ações que, de forma coordenada, concorrem para um mesmo fim.

**VI** – Sistema de Controle Interno: o conjunto de normas, atividades, procedimentos, métodos, rotinas, bem como de unidades da estrutura organizacional da administração pública municipal com atuação articulada, visando ao controle interno da gestão administrativa. Trata-se de sistema estruturado para mitigar riscos e proporcionar maior segurança através da utilização dos Controles Internos Administrativos.

[www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br)

Av. Getúlio Vargas, nº 126 - Centro - Indaial / SC - Fone/Fax 47 3317.8853 - CNPJ 83.102.798/0001-00



## **Título II**

### **Do Sistema de Controle Interno**

#### **Capítulo I**

##### **Da Abrangência**

**Art. 3º** O Sistema de Controle Interno abrange a administração direta, indireta e alcança os permissionários e concessionários de serviços públicos, os beneficiários de subvenções, contribuições, auxílios e incentivos econômicos e fiscais, bem como as entidades, com ou sem fins lucrativos, que recebam verba pública municipal.

**Parágrafo único.** Integram o Sistema de Controle Interno do Município: Prefeitura Municipal e seus órgãos, Entidades da Administração Indireta e Câmara Municipal, enquanto esta última não dispuser de estrutura própria.

#### **Capítulo II**

##### **Da Organização do Sistema de Controle Interno**

**Art. 4º** O Sistema de Controle Interno atuará com a seguinte organização:

- I** – Unidade Central de Controle Interno – UCCI: Controladoria-Geral do Município;
- II** – Unidades Executoras do Sistema de Controle Interno – UESCI: os demais órgãos e entidades integrantes do Sistema de Controle Interno.

#### **Capítulo III**

##### **Dos Controles Internos Administrativos**

**Art. 5º** A responsabilidade por manter, monitorar e aperfeiçoar os controles internos administrativos das Unidades Executoras do Sistema de Controle Interno é dos seus próprios titulares, sem prejuízo das responsabilidades secundárias que cabem às chefias, direção e demais gestores em seus respectivos âmbitos de atuação;

**Parágrafo único.** As atividades da CGM não se confundem com o Controle Interno Administrativo, cuja execução é de responsabilidade de cada órgão ou entidade.

**Art. 6º** A CGM auxiliará os gestores das UESCI na definição, implantação e acompanhamento dos controles internos administrativos, atuando como órgão normatizador, fiscalizador, consultivo e de assessoria a quem dela necessitar, mediante requisição ou por iniciativa própria.

#### **Capítulo IV**

##### **Das Responsabilidades da Unidade Central de Controle Interno**

**Art. 7º** São responsabilidades da Unidade Central de Controle Interno, além daquelas dispostas nos art. 74 da Constituição Federal, as seguintes:

- I** – Coordenar, fiscalizar e orientar as atividades relacionadas ao Sistema de Controle Interno do Município;
- II** – Auxiliar na promoção da integração operacional das UESCI, no que se refere aos controles internos administrativos;
- III** – Emitir Instruções Normativas sobre controles internos administrativos;
- IV** – Auxiliar as UESCI na implementação, manutenção, monitoramento e revisão do processo de gestão

[www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br)

Av. Getúlio Vargas, nº 126 - Centro - Indaial / SC - Fone/Fax 47 3317.8853 - CNPJ 83.102.798/0001-00



de riscos;

**V** – Assegurar o estabelecimento de níveis adequados de exposição a riscos;

**VI** – Auxiliar as UESCI no estabelecimento de Controles Internos Administrativos proporcionais ao risco, observada a relação custo-benefício;

**VII** – Avaliar, sob o aspecto da legalidade, eficiência, eficácia e efetividade, a execução dos contratos, convênios e instrumentos congêneres em que o Poder Público Municipal seja parte.

### **Capítulo V**

#### **Das Responsabilidades das Unidades Executoras do Sistema de Controle Interno**

**Art. 8º** As Unidades Executoras do Sistema de Controle Interno têm as seguintes responsabilidades:

**I** – Exercer os Controles Internos Administrativos estabelecidos nos diversos sistemas administrativos afetos a sua área de atuação, objetivando a observância à legislação, a salvaguarda do patrimônio e a busca da eficiência operacional;

**II** – Exercer o controle, em seu nível de competência, sobre o cumprimento dos objetivos e metas definidas nos Programas constantes do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual;

**III** – Exercer o controle sobre o uso e guarda de bens pertencentes ao Poder Público Municipal, inclusive os colocados à disposição de qualquer pessoa física ou entidade que os utilize no exercício de suas funções;

**IV** – Avaliar, sob o aspecto da legalidade, eficiência, eficácia e efetividade, a execução dos contratos, convênios e instrumentos congêneres em que o Poder Público Municipal seja parte, afetos a sua área de atuação;

**V** – Implementar, manter, monitorar e revisar o processo de gestão de riscos, compatível com sua missão e seus objetivos estratégicos, de forma sistemática, estruturada e oportuna, subordinada ao interesse público;

**VI** – Estabelecer, em conjunto com a CGM, os níveis de exposição a riscos adequados;

**VII** – Cumprir as Instruções Normativas e recomendações emitidas pela CGM;

**VIII** – Comunicar à Unidade Central de Controle Interno qualquer irregularidade ou ilegalidade de que tenha conhecimento.

### **Título III**

#### **Da Controladoria-Geral do Município**

### **Capítulo I**

#### **Da criação e abrangência**

**Art. 9º** Fica criada, sem aumento de despesa, a Controladoria-Geral do Município – CGM, órgão diretamente vinculado ao Chefe do Poder Executivo, instituição permanente e essencial à Administração Pública, que atuará como responsável pela normatização, fiscalização, coordenação, orientação e acompanhamento do Sistema de Controle Interno, sem prejuízo das demais funções que lhe são atribuídas nesta Lei e em ato normativo próprio.

**§1º** A CGM terá atuação permanente no Poder Executivo Municipal e nas suas autarquias, fundações, empresas de economia mista, empresas públicas, fundos, concessionários, permissionários, aplicação de subvenções e no cumprimento das obrigações dos beneficiários de incentivos econômicos e fiscais.

**§2º** A CGM terá atuação no Poder Legislativo Municipal enquanto o mesmo não dispor de estrutura de controladoria própria.

**§3º** Para fins administrativos e orçamentários, a CGM terá sua estrutura no âmbito da Secretaria Municipal de Governo, sem que isso represente vínculo de subordinação do Órgão com aquela Secretaria.

[www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br)

Av. Getúlio Vargas, nº 126 - Centro - Indaial / SC - Fone/Fax 47 3317.8853 - CNPJ 83.102.798/0001-00



## Capítulo II Das competências

**Art. 10** A CGM, enquanto Unidade Central de Controle Interno, tem por missão assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos, contribuindo para uma gestão ética e transparente e para oferta dos serviços públicos com qualidade, competindo-lhe:

- I** – Zelar pela adequada aplicação dos recursos públicos, contribuindo para uma gestão ética e transparente e para a oferta de serviços públicos de qualidade;
- II** – Exercer a coordenação geral do Sistema de Controle Interno e executar as atividades de Controladoria, Auditoria Governamental e Ouvidoria e Transparência;
- III** – Consolidar o Sistema de Controle Interno, por meio da melhoria contínua da estratégia, dos processos e das pessoas, visando à excelência da gestão;
- IV** – Avaliar o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento, inclusive quanto a ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e de Investimentos;
- V** – Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, à eficiência e à efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos órgãos e entidades da administração pública municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- VI** – Realizar o acompanhamento da execução da receita e da despesa e a fiscalização da execução física das ações governamentais;
- VII** – Criar condições para o exercício do controle social sobre os programas contemplados com recursos do orçamento do Estado;
- VIII** – Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do Município, na forma da lei;
- IX** – Propor à autoridade máxima do Órgão, Entidade ou Fundo a suspensão de atos relativos à gestão contábil, financeira, operacional, orçamentária e patrimonial, incluindo receitas e despesas, renúncias e incentivos fiscais, praticados com indícios ou evidências de irregularidade ou ilegalidade, comunicando às autoridades competentes nos termos da legislação vigente;
- X** – Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências, elaboração de respostas, tramitação dos processos e apresentação dos recursos;
- XI** – Prestar assessoramento às instâncias de governança do Poder Executivo em assuntos relacionados à eficiência da gestão fiscal e da gestão para resultados;
- XII** – Prestar orientação técnica aos órgãos e entidades do Poder Executivo em matérias relacionadas ao Sistema de Controle Interno;
- XIII** – Produzir e disponibilizar informações estratégicas de controle ao Chefe do Poder Executivo e as suas instâncias de governança;
- XIV** – Realizar atividades de prevenção, neutralização e combate à corrupção;
- XV** – Desenvolver atividades de controle interno preventivo, voltadas para o gerenciamento de riscos e monitoramento de processos organizacionais críticos;
- XVI** – Realizar atividades de auditoria governamental e de inspeção nos órgãos e entidades públicos e nas entidades privadas responsáveis pela aplicação de recursos públicos, abrangendo os sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial, sob o enfoque da legalidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão;
- XVII** – Emitir relatórios de controle interno sobre as contas anuais de gestão dos órgãos e entidades do Poder Executivo;
- XVIII** – Zelar pela gestão transparente da informação de interesse público produzida ou custodiada pelos órgãos e entidades do Poder Executivo;
- XIX** – Fomentar a participação da sociedade e o exercício do controle social com vistas a assegurar a cidadania e a transparência dos serviços prestados pelo Poder Executivo Municipal;
- XX** – Cientificar a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial, sempre que tiver conhecimento de quaisquer ocorrências que ensejem tal procedimento;
- XXI** – Exercer o controle de contratos, convênios e instrumentos congêneres de receita e de despesa

[www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br)

Av. Getúlio Vargas, nº 126 - Centro - Indaial / SC - Fone/Fax 47 3317.8853 - CNPJ 83.102.798/0001-00



celebrados pelos órgãos e entidades municipais;

**XXII** – Disponibilizar canais de ouvidoria, de transparência e de acesso à informação como instrumentos de controle social para consolidar a gestão ética, democrática e participativa;

**XXIII** – Desenvolver ações necessárias ao funcionamento e aprimoramento do Sistema de Transparência e Ética do Poder Público Municipal;

**XXIV** – Fortalecer o desenvolvimento da cidadania, por meio de ações de educação social, para o exercício do controle social;

**XXV** – Atuar como instância preventiva de possíveis ocorrências de desvios na aplicação dos recursos, implementando ações de fortalecimento da integridade, de estímulo a práticas de controle social, de transparência e de promoção da ética;

**XXVI** – Exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal e os estabelecidos nos demais instrumentos legais;

**XXVII** – Promover e atuar diretamente na participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos;

**XXVIII** – Contribuir para os processos de avaliação e desburocratização dos serviços públicos oferecidos pelo Poder Executivo;

**XXIX** – Celebrar parcerias e promover a articulação com órgãos e entidades estaduais, federais, municipais, internacionais e instituições privadas, visando ao fortalecimento institucional;

**XXX** – Auxiliar, enquanto assessoria, na definição de padrões de estruturas e processos de controle interno, calcados no gerenciamento de riscos e em modelos de governança aplicada ao setor público;

**XXXI** – Assessorar a administração nos aspectos relacionados aos controles interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos;

**XXXII** – Realizar atividades de orientação às Comissões de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar dos órgãos e entidades do Poder Executivo e Legislativo Municipal;

**XXXIII** – Avaliar a eficiência, eficácia e efetividade dos procedimentos de controle interno, através das atividades de auditoria interna a serem realizadas, mediante metodologia e programação próprias, nos diversos sistemas administrativos da Prefeitura Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta, expedindo relatórios com recomendações para o aprimoramento dos controles;

**XXXIV** – Aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei de Responsabilidade Fiscal;

**XXXV** – Acompanhar a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal;

**XXXVI** – Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária;

**XXXVII** – Realizar atividades de apuração de irregularidades, por meio de procedimentos de investigação e inspeção, a partir de denúncias de ouvidoria ou demandas dos órgãos e entidades do Poder Executivo;

**XXXVIII** – Propor a melhoria ou implantação de sistemas de processamento eletrônico de dados em todas as atividades da administração pública, com o objetivo de aprimorar os Controles Internos Administrativos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;

**XXXIX** – Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

**XXXX** – Alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure imediatamente a Tomada de Contas Especial, sob pena de responsabilidade solidária, nas seguintes hipóteses:

**a)** omissão no dever de prestar contas de recursos de adiantamento ou de recursos concedidos pelo Município a título de subvenção, auxílios e contribuições, através de convênio, acordo, ajuste, instrumento congênere;

**b)** ocorrência de desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

**c)** prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico ou omissão no cumprimento de dever legal, dos quais resultem prejuízo ao erário.

**XXXXI** – Revisar e emitir parecer sobre os processos de Tomadas de Contas Especiais instauradas pela Prefeitura Municipal, incluindo suas administrações Direta e Indireta, e pela Câmara Municipal;

**XXXXII** – Exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos do regulamento.

[www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br)

Av. Getúlio Vargas, nº 126 - Centro - Indaial / SC - Fone/Fax 47 3317.8853 - CNPJ 83.102.798/0001-00



### **Capítulo III** **Valores da CGM**

**Art. 11** São valores da CGM:

- I** – Cooperação;
- II** – Conduta ética;
- III** – Excelência;
- IV** – Transparência;
- V** – Compromisso;
- VI** – Confiabilidade;
- VII** – Imparcialidade;
- VIII** – Responsabilidade ambiental e social;
- IX** – Integridade e honestidade;
- X** – Prevalência do interesse público.

### **Capítulo IV** **Da Organização da CGM**

**Art. 12** A CGM, estruturada na forma do Anexo I desta Lei é formada pelas seguintes unidades autônomas entre si e subordinadas diretamente ao Prefeito Municipal:

- I** – Unidade de Controladoria;
- II** – Unidade de Auditoria Interna;
- III** – Unidade de Ouvidoria e Transparência.

**Parágrafo único.** A estrutura contará ainda com Auxiliares da CGM, que exercerão suas atividades de forma subordinada às Unidades citadas nos incisos deste artigo.

**Art. 13** À Unidade de Controladoria incumbe a tarefa de representação institucional e a tutela administrativa das unidades da Controladoria-Geral do Município, observada a autonomia delas, conduzindo seu planejamento estratégico em harmonia com os trabalhos de auditoria interna e ouvidoria e transparência, dentro das normas profissionais, técnicas e legais definidas para tais trabalhos.

**Parágrafo único.** As Unidades de Controladoria, Auditoria Interna e Ouvidoria e Transparência serão representadas, respectivamente, por servidores lotados nos cargos de Controle Interno, Auditor Interno e Analista de Ouvidoria e Transparência, na forma a ser regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

### **Capítulo V** **Dos Trabalhos da CGM**

**Art. 14** As Unidades integrantes da CGM têm autonomia técnica profissional para desenvolver suas funções, devendo esta autonomia ser sempre vinculada às normas profissionais, técnicas e legais aplicáveis às respectivas áreas.

**Art. 15** A CGM deverá padronizar seus processos e procedimentos operacionais, através de Manual de Procedimentos, previamente aprovado pela unanimidade de seus integrantes, mediante Instrução Normativa exarada pela Unidade de Controladoria, e homologada pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º O cumprimento do Manual de Procedimentos é imprescindível à qualidade técnica dos trabalhos conduzidos pela CGM, sendo obrigatória sua utilização por todos os servidores lotados na CGM.

§ 2º O Manual de Procedimentos citado no *caput* deverá elencar requisitos mínimos de qualidade técnica

[www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br)

Av. Getúlio Vargas, nº 126 - Centro - Indaial / SC - Fone/Fax 47 3317.8853 - CNPJ 83.102.798/0001-00



que deverão nortear os trabalhos das Unidades da CGM.

**Art. 16** A CGM poderá fomentar a criação e participação em redes locais, regionais e nacionais de órgãos de controle interno, com a finalidade de promover a troca de experiências, informações e a mútua capacitação em assuntos afetos à sua área de atuação.

**Art. 17** A CGM poderá atuar de forma articulada com outras entidades públicas e privadas de forma a racionalizar os trabalhos e promover o contínuo compartilhamento de informações e resultados.

**Art. 18** Os produtos dos trabalhos da CGM devem contemplar recomendações com vistas à correção de falhas, ao aprimoramento de processos, dos controles primários ou do marco normativo das atividades auditadas, ou à instauração de medidas apuratórias, conforme o caso.

**Art. 19** A CGM será assessorada pela Procuradoria-Geral do Município no controle da legalidade dos atos da Administração.

**Art. 20** Os órgãos e entidades municipais e os agentes públicos municipais deverão atender, em caráter prioritário, às demandas da CGM, ficando esta autorizada a requisitar recursos materiais, de pessoal e infraestrutura de outros órgãos municipais para a consecução de suas atribuições.

## **Capítulo V**

### **Da Transparência dos Trabalhos da CGM**

**Art. 21** Os resultados dos trabalhos da CGM devem ser formalmente comunicados ao Chefe do Poder Executivo por meio de instrumentos que primem pela qualidade da informação e da forma de apresentação dos trabalhos, com observância aos atributos de tempestividade, concisão, coerência, objetividade, convicção, linguagem clara e apropriada.

**Art. 22** A CGM deve promover a publicação dos produtos de seus trabalhos, na rede mundial de computadores através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ou no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal, de forma que possibilite a fácil localização e compreensão de seu conteúdo, resguardadas as situações de sigilo estabelecidas em lei ou necessárias à execução dos trabalhos.

## **Capítulo VI**

### **Da Unidade de Controladoria**

**Art. 23** À Unidade de Controladoria compete:

**I** – Exercer o assessoramento técnico dos trabalhos realizados pela Unidade de Auditoria Interna;  
**II** – Fiscalizar e colaborar com os trabalhos realizados pela Unidade de Ouvidoria e Transparência;  
**III** – Emitir Instruções Normativas e Orientações Normativas de modo a salvaguardar os princípios vetores da administração pública, sobretudo no tocante as seguintes atividades administrativas:

- a) controle de carga horária e frequência de servidores;
- b) controle de horário de atendimento de órgãos públicos;
- c) condução e procedimento de sindicâncias e processos disciplinares;
- d) inventário e registro de bens públicos móveis;
- e) inventário de bens públicos imóveis;
- f) utilização de máquinas e veículos do Poder Executivo Municipal;
- g) quilometragem da frota e despesas com combustível;
- h) utilização de imóveis e repartições municipais por particulares;

[www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br)

Av. Getúlio Vargas, nº 126 - Centro - Indaial / SC - Fone/Fax 47 3317.8853 - CNPJ 83.102.798/0001-00



- i) ordem cronológica dos pagamentos realizados pelo Município;
- j) recebimento de materiais e serviços;
- k) dispensação de medicamentos;
- l) distribuição gratuita de bens e benesses sociais na execução de programas sociais;
- m) autuações e diligências realizadas por fiscais de tributos;
- n) lançamento e cobrança da dívida ativa municipal;
- o) autuações e diligências realizadas por fiscais sanitários;
- p) processos e autuações realizadas por fiscais de obras e posturas;
- q) outras atividades relacionadas ao exercício do poder de polícia administrativa;
- r) procedimentos de concessão de subvenções sociais e prestação de contas;
- s) diárias e adiantamentos;
- t) validade de produtos adquiridos e controle de estoque;
- u) vistoria dos veículos utilizados no transporte escolar;
- v) viagens oficiais – comprovação de destino e finalidade;
- w) fiscalização e recebimento de obras.

**IV** – Expedir ofícios, comunicados internos, circulares e demais disposições normativas compatíveis com a legislação vigente para promover as atividades realizadas pela CGM;

**V** – Realizar a orientação e capacitação aos gestores públicos, com vistas à melhoria dos Controles Internos Administrativos, ao aprimoramento da gestão pública e à prevenção quanto à má aplicação dos recursos públicos;

**VI** – Elaborar o Plano Anual de Trabalho (PAT) da Unidade de Controladoria, através de Instrução Normativa;

**VII** – Dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público das irregularidades ou ilegalidades apuradas, sob pena de responsabilidade solidária, para as quais a Administração Municipal não tomou as providências cabíveis visando à apuração de responsabilidade e ressarcimento de eventuais danos ou prejuízos ao erário;

**VIII** – Assessorar e assistir, direta e imediatamente o Chefe do Poder Executivo;

**IX** – Apoiar o exercício do controle social sobre os programas contemplados com os recursos do orçamento do Município;

**X** – Acompanhar, analisar e, com o auxílio da Unidade de Auditoria Interna, emitir parecer nas prestações de contas das transferências de recursos voluntários repassados pelo Município a qualquer título;

**XI** – Acompanhar, sempre que possível, as reuniões ou visitas de organismos de controle externo junto aos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal;

**XII** – Recomendar a anulação ou correção de atos contrários à lei ou às regras da boa administração;

**XIII** – Submeter ao Chefe do Poder Executivo, aos Secretários Municipais, aos dirigentes de autarquias, aos dirigentes de fundações municipais e aos dirigentes de sociedade de economia mista, a partir do trabalho dos órgãos que compõem a estrutura da CGM, medidas de:

- a) otimização de gastos públicos;
- b) aperfeiçoamento da transparência dos atos da administração;
- c) melhor adequação dos negócios jurídicos firmados aos princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade;
- d) melhoria na qualidade dos serviços públicos;
- e) oferecimento de cursos e educação continuada para os servidores públicos, notadamente àqueles

[www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br)

Av. Getúlio Vargas, nº 126 - Centro - Indaial / SC - Fone/Fax 47 3317.8853 - CNPJ 83.102.798/0001-00



lotados em órgãos que porventura apresentarem desempenho abaixo de metas estabelecidas pela administração;

**XIV** – Manter, sempre que necessário, a Administração Municipal informada das atividades da CGM;

**XV** – Incentivar a participação popular no controle social através da promoção de audiências públicas referentes ao acompanhamento das metas fiscais e da elaboração das peças orçamentárias do Município;

**XVI** – Elaborar os relatórios e pareceres de sua competência referentes ao processo anual de prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

**XVII** – Deliberar sobre os casos omissos;

**XVIII** – Exercer outras atribuições previstas na Lei Municipal nº 5642, de 02 de maio de 2019;

**XIX** – Exercer outras atividades correlatas à sua competência e que lhe forem determinadas.

**§1º** As Instruções Normativas terão força de regras que, sendo descumpridas, importarão infração administrativa.

**§2º** As Instruções Normativas também têm alcance sobre a CGM.

**§3º** É necessária a homologação das Instruções Normativas e Orientações Normativas pelo Chefe do Poder Executivo, através de Decreto.

**§4º** A Unidade de Controladoria, mediante embasamento técnico e legal, poderá recomendar objetos de auditorias à Unidade de Auditoria Interna.

**§5º** Com o fim de fundamentar os trabalhos de emissão de Instruções Normativas e Orientações Normativas, a Unidade de Controladoria poderá conduzir por iniciativa própria processos de auditorias.

## **Capítulo VII**

### **Da Unidade de Auditoria Interna**

**Art. 24** À Unidade de Auditoria Interna compete:

**I** – Planejar e executar auditorias de rotina, especiais ou extraordinárias, e monitorar os resultados e achados decorrentes dos produtos do trabalho de auditoria;

**II** – Elaborar e publicar de forma sintetizada o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), mediante aprovação do Chefe do Poder Executivo;

**III** – Sugerir e auxiliar na elaboração de manuais para execução dos trabalhos de auditoria e fiscalização, e propor a substituição e/ou retificação de métodos, processos e práticas adotadas na execução dos programas de auditoria e/ou fiscalização;

**IV** – Comunicar à Unidade de Controladoria os casos em que se detectar qualquer indicio de ilegalidade, irregularidade ou fraude durante a execução da auditoria ou fiscalização;

**V** – Realizar o processamento, a formatação, a catalogação, a organização e a consolidação dos relatórios de auditoria e/ou fiscalização realizados;

**VI** – Adotar as providências necessárias, à luz da legislação, para a perfeita caracterização dos fatos e a identificação dos responsáveis, nos casos apurados nas auditorias ou fiscalizações;

**VII** – Emitir parecer, relatório ou despachos após cada auditoria ou fiscalização, focando os pontos essenciais do trabalho realizado e relatando as sugestões e recomendações;

**VIII** – Propor, junto à Unidade de Controladoria, a revisão de Instruções ou Orientações Normativas;

**IX** – Realizar a orientação e capacitação aos gestores públicos, com vistas à melhoria dos controles internos primários, ao aprimoramento da gestão pública e à prevenção quanto à má aplicação dos recursos públicos;

**X** – Dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público das irregularidades ou ilegalidades apuradas, sob pena de responsabilidade solidária, para as quais a Administração Municipal não tomou as providências cabíveis visando à apuração de responsabilidade e ressarcimento de eventuais danos ou prejuízos ao erário;

[www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br)

Av. Getúlio Vargas, nº 126 - Centro - Indaial / SC - Fone/Fax 47 3317.8853 - CNPJ 83.102.798/0001-00



- XI** – Apoiar as atividades desempenhadas pela Unidade de Controladoria e Unidade de Ouvidoria e Transparência;
- XII** – Apoiar interna e externamente o exercício do controle social sobre os programas contemplados com os recursos do orçamento do Município;
- XIII** – Acompanhar, sempre que possível, as reuniões ou visitas de organismos de controle externo junto aos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal;
- XIV** – Exercer outras atribuições previstas na Lei Municipal nº 5639, de 24 de abril de 2019;
- XV** – Auxiliar a Unidade de Controladoria na promoção de audiências públicas referentes ao acompanhamento das metas fiscais e da elaboração das peças orçamentárias do Município;
- XVI** – Exercer outras atividades correlatas a sua competência e que lhe forem determinadas.

**Parágrafo único.** Ao conduzir o processo de auditoria, o responsável pela Subunidade de Auditoria Interna deve aplicar as normas profissionais, técnicas e legais definidas para tais trabalhos.

### **Capítulo VIII** **Da Unidade de Ouvidoria e Transparência**

**Art. 25** À Unidade de Ouvidoria e Transparência compete:

- I** – Contribuir com a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos;
- II** – Executar as atividades de ouvidoria através do atendimento, recepção, encaminhamento e resposta às questões formuladas pelos cidadãos junto aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município, podendo também supervisionar o atendimento das ouvidorias, quando feito por outro servidor nomeado para tal função, sempre zelando pela eficiência e eficácia das respostas e satisfação do cidadão;
- III** – Apurar junto às secretarias e órgãos competentes as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos da administração pública municipal direta e indireta;
- IV** – Acompanhar prazos e encaminhar aos cidadãos as respostas das questões por ele formuladas;
- V** – Notificar os órgãos e unidades da administração municipal quando do não atendimento e ou descumprimento de prazos de envios de informações e respostas à unidade de ouvidoria e transparência;
- VI** – Propor melhorias junto ao sistema de ouvidoria, visando ao aprimoramento dos serviços;
- VII** – Prestar orientação ao cidadão acerca do acesso à informação e à transparência das informações do Município;
- VIII** – Estabelecer meios de interação permanente do cidadão com o Poder Público, visando ao controle social da administração pública;
- IX** – Cumprir e fazer cumprir as legislações federais, estaduais e municipais, inerentes a sua área de atuação;
- X** – Atender às solicitações e recomendações dos órgãos de controle externo relativas aos serviços de ouvidoria e transparência;
- XI** – Gerenciar o sítio eletrônico do Município destinado exclusivamente à divulgação de informações da transparência, bem como executar as atividades inerentes à implantação, disposição, manutenção e acesso à transparência das informações;
- XII** – Garantir que a informação disponibilizada aos cidadãos seja primária, íntegra, autêntica e atualizada;
- XIII** – Promover a divulgação ativa de informações de interesse social da Administração Pública Municipal;
- XIV** – Apoiar a publicação de dados pelos órgãos, entidades e organizações parceiras da Administração Pública Municipal;
- XV** – Promover a articulação com a sociedade civil, no que tange à transparência e controle social, que atua no território do Município, constituindo canal permanente de diálogo e interação;
- XVI** – Identificar demandas com atores que promovem o controle social no Município pela abertura de dados e por acesso à informação pública;
- XVIII** – Realizar projetos e ações de capacitação e formação de agentes públicos e da sociedade civil em

[www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br)

Av. Getúlio Vargas, nº 126 - Centro - Indaial / SC - Fone/Fax 47 3317.8853 - CNPJ 83.102.798/0001-00



assuntos relacionados à boa governança dos recursos públicos e ao controle social;

**XIX** – Estimular a criação de ferramentas e de novas possibilidades para o exercício da cidadania e do controle social da Administração Pública Municipal;

**XX** – Propor a criação de mecanismos, diretrizes e rotinas voltadas a regular a aplicação da Lei de Acesso à Informação e ao aperfeiçoamento da transparência, os quais serão de observância obrigatória por todos os órgãos da Administração Pública Municipal e entidades incumbidas da Administração ou gestão de receitas públicas, em razão de instrumentos de parcerias;

**XXI** – Receber, avaliar e propor sugestões para efetiva divulgação de informações no Portal da Transparência e na Carta de Serviços ao Usuário;

**XXII** – Fomentar a política de gestão da informação, no âmbito do Município;

**XIII** – Promover a participação social como método de governo;

**XIV** – Difundir a importância da Ouvidoria como instrumento de participação e controle social da Administração Pública Municipal.

**XV** – Auxiliar na elaboração do Manual de Procedimentos;

**XVI** – Exercer outras atividades correlatas a sua competência e que lhe forem determinadas.

**Art. 26** A Unidade de Ouvidoria e Transparência não possui caráter executivo, judicativo ou deliberativo, exerce papel mediador entre as manifestações do usuário para com os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal e sua atuação limita-se ao Poder Executivo.

**Parágrafo único.** Compete à Câmara Municipal editar ato normativo próprio que disporá sobre a estrutura de ouvidoria e transparência em seu âmbito.

**Art. 27** Manifestações que não sejam de competência da Administração Pública Municipal não serão cadastradas, bem como os atendimentos que visem unicamente a verificar o andamento de protocolos em aberto.

**Art. 28** O atendimento do usuário será realizado de forma adequada, observados os princípios da qualidade, regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência, urbanidade e cortesia, observando-se ainda os princípios constitucionais inerentes à Administração Pública.

**Art. 29** A Unidade de Ouvidoria e Transparência atenderá aos usuários no horário estabelecido pela Administração para funcionamento, em espaço físico adequado.

**§ 1º** O acesso à Unidade de Ouvidoria e Transparência poderá ser realizado pessoalmente ou por meio de:

**I** – correspondência convencional endereçada à Unidade de Ouvidoria e Transparência do Município;

**II** – ligação telefônica através do número disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Indaial;

**III** – formulário eletrônico, via internet, disponível no site da Prefeitura Municipal de Indaial;

**IV** – correspondência eletrônica, através do e-mail oficial: [ouvidoria@indaial.sc.gov.br](mailto:ouvidoria@indaial.sc.gov.br);

**§ 2º** A Administração Municipal promoverá os atos de publicidade necessários ao amplo conhecimento dos canais de comunicação da Ouvidoria.

**§ 3º** A Unidade de Ouvidoria e Transparência poderá providenciar junto ao usuário, quando possível, as informações complementares necessárias à compreensão do objeto e alcance de sua manifestação, antes dos encaminhamentos internos do expediente.

**§ 4º** Os trotes serão encaminhados à autoridade policial.

**Art. 30** O usuário deverá identificar-se com as informações necessárias para o atendimento e registro do processo.

**§ 1º** As manifestações deverão, preferencialmente, conter os seguintes dados:

[www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br)

Av. Getúlio Vargas, nº 126 - Centro - Indaial / SC - Fone/Fax 47 3317.8853 - CNPJ 83.102.798/0001-00



- I** – Identificação do usuário (nome completo ou razão social, RG, CPF ou CNPJ);
- II** – Endereço completo;
- III** – Meios disponíveis para contato (telefone, e-mail);
- IV** – Tipo da manifestação (reclamação, denúncia, elogio, informação ou sugestão);
- V** – Mensagem clara, descritiva e objetiva com os dados e informações sobre a manifestação;
- VI** – Identificação das provas;
- VII** – Data e assinatura do usuário.

**§ 2º** O usuário poderá solicitar à Unidade de Ouvidoria e Transparência que sua identidade seja mantida em sigilo.

**§ 3º** Nas hipóteses em que a identidade do usuário for essencial à tomada de providências, tal situação deverá ser expressamente autorizada pelo usuário, sendo que havendo recusa, caberá o arquivamento do atendimento.

**Art. 31** Não serão consideradas manifestações anônimas, salvo as denúncias que serão encaminhadas aos órgãos competentes para apuração do fato.

**Art. 32** Os setores competentes pelas demandas encaminhadas deverão elaborar, tratar e apresentar resposta em linguagem simples, clara, concisa, descritiva, objetiva, compreensível e conclusiva às manifestações recebidas, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos.

**§ 1º** As respostas deverão retornar à Unidade de Ouvidoria e Transparência, no prazo de vinte dias contados da data de seu recebimento, prorrogável por período de até dez dias, mediante justificativa expressa. Não havendo resposta tempestiva ou justificativa para a sua não apresentação, o fato poderá ser considerado infração administrativa e será documentado pela Unidade de Controladoria e levado ao conhecimento do Chefe do Poder Executivo e, conforme o caso, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público. Poderão ser aplicadas, também, as medidas disciplinares previstas na Lei de Acesso à Informação (Lei nº. 12.527/2011).

**§ 2º** O prazo referido no § 1º deste artigo será suspenso nos casos de férias coletivas dos servidores públicos municipais.

**Art. 33** A Unidade Administrativa que receber manifestação sobre matéria alheia a sua competência deverá devolvê-la à Unidade de Ouvidoria e Transparência indicando, sempre que tiver conhecimento, qual a unidade responsável pela demanda encaminhada.

**Art. 34** A significativa repetição de manifestações relacionadas a um mesmo assunto ou a uma mesma unidade administrativa, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá ensejar o acionamento, pelo titular da CGM, de medidas para o aprimoramento de procedimentos, processos ou para a resolução dos problemas detectados.

**Art. 35** O elogio recebido será encaminhado ao agente público que prestou o atendimento ou ao responsável pela prestação do serviço público, e à sua chefia imediata.

**Parágrafo único.** A resposta conclusiva do elogio conterá informação sobre o encaminhamento e identificação ao agente público ou responsável pelo serviço público prestado, e à sua chefia imediata.

**Art. 36** A reclamação recebida será encaminhada ao setor responsável pela prestação do atendimento ou do serviço público.

**Parágrafo único.** A resposta conclusiva da reclamação conterá informação objetiva acerca do fato apontado.

**Art. 37** A sugestão recebida será encaminhada à autoridade responsável pela prestação do atendimento ou

[www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br)

Av. Getúlio Vargas, nº 126 - Centro - Indaial / SC - Fone/Fax 47 3317.8853 - CNPJ 83.102.798/0001-00



do serviço público, que se manifestará acerca da possibilidade da medida sugerida.

**Art. 38** A denúncia recebida será encaminhada à Unidade de Controladoria, que, com base em critérios de materialidade e relevância, poderá:

- I** – Recomendar à Unidade de Auditoria Interna que realize procedimentos de investigação;
- II** – Realizar, por conta própria, procedimentos de investigação; ou
- III** – Repassar a denúncia ao titular da pasta pertinente, para que o mesmo tome as providências necessárias.

**Parágrafo único.** A resposta conclusiva da denúncia conterá informações sobre o seu encaminhamento aos órgãos apuratórios competentes e sobre os procedimentos a serem adotados, ou sobre o seu arquivamento, na hipótese de a denúncia não ser conhecida por ausência de elementos mínimos descritivos de relevância, autoria e materialidade quanto às irregularidades ou indícios que permitam aos órgãos apuratórios realizarem seu trabalho.

**Art. 39** A manifestação poderá ser encerrada, sem produção de resposta conclusiva, quando o usuário descumprir deveres de:

- I** – Expor os fatos conforme a verdade;
- II** – Proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;
- III** – Não agir de modo temerário;
- IV** – Prestar as informações que lhe forem solicitadas para o esclarecimento dos fatos; ou
- V** – Fornecer a devida e correta identificação.

#### **Capítulo IX** **Dos Auxiliares da CGM**

**Art. 40** Os Auxiliares da CGM serão servidores efetivos, designados com funções gratificadas, segundo a necessidade, para auxiliar no cumprimento da missão institucional da CGM.

**Art. 41** Aos Auxiliares da CGM competirá auxiliar as Unidades de Controladoria, Auditoria Interna e Ouvidoria e Transparência no exercício de suas atribuições.

**Parágrafo único.** Ao servidor no exercício do cargo efetivo designado para desempenhar as atribuições de Auxiliar da CGM, será concedida gratificação nos termos da legislação vigente.

**Art. 42** O Auxiliar da CGM responderá por suas ações e omissões e poderá ser responsabilizado administrativa, civil e penalmente por eventuais ilegalidades, irregularidades ou descumprimentos.

#### **Capítulo X** **Das Vedações**

**Art. 43** É vedada a indicação e nomeação para o exercício de função ou cargo na CGM de pessoas que tenham sido, nos últimos 5 (cinco) anos:

- I** – punidas, por decisão da qual não caiba recurso na esfera administrativa, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público, em qualquer esfera de governo;
- II** – condenadas em processo por prática de crime contra a Administração Pública, capitulado nos Títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, ou por ato de improbidade administrativa previsto na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

**Art. 44** Fica vedada a participação de servidores da CGM em comissões processantes de Tomada de Contas Especial.

**Art. 45** É vedado ao servidor lotado na Unidade de Ouvidoria e Transparência divulgar, comentar,

[www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br)

Av. Getúlio Vargas, nº 126 - Centro - Indaial / SC - Fone/Fax 47 3317.8853 - CNPJ 83.102.798/0001-00



criticar, fazer conhecer a pessoas não autorizadas quaisquer informações acerca das manifestações recebidas, sob pena de apuração de responsabilidades por violação dos deveres funcionais.

**Art. 46** São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos que determinaram a apresentação de manifestações perante a Unidade de Ouvidoria e Transparência.

## **Capítulo XI Das Garantias**

**Art. 47** À CGM, quando necessário para o desempenho de suas funções, caberá solicitar a quem de direito, esclarecimentos ou providências.

**Art. 48** No exercício de suas atribuições, as determinações exaradas pela CGM têm natureza cogente, caracterizando o seu injustificado descumprimento infração administrativa.

**Art. 49** A CGM contará com o apoio de outros órgãos da estrutura organizacional do Município ou poderá sugerir a contratação de terceiros, quando o assunto requerer conhecimento especializado.

**Art. 50** Constituem-se garantias dos servidores da CGM:

- I** – autonomia técnica profissional para o desempenho das atividades;
- II** – acesso a quaisquer documentos, informações e banco de dados indispensáveis e necessários ao exercício das funções de controle interno.

**§ 1º** O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da CGM no desempenho de suas funções institucionais, fica sujeito à responsabilização administrativa.

**§ 2º** Quando a documentação ou informação prevista no inciso II deste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso, a CGM deverá dispensar tratamento especial de acordo com o estabelecido pelos Chefes dos respectivos Poderes ou órgãos.

## **Capítulo XII Dos Deveres**

**Art. 51** Sem prejuízo de outros deveres previstos em Lei, o servidor lotado na CGM deverá:

- I** – Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas atribuições, utilizando-os, exclusivamente, para elaboração de relatórios e pareceres destinados à chefia superior, sob pena de responsabilidade.
- II** – Acatar e executar as ordens verbais ou por escrito do Chefe do Poder Executivo ou de quem suas vezes fizer, salvo quando manifestamente ilegais;
- III** – Cumprir os horários ordinários de trabalho e os extraordinários que lhe forem expressamente determinados, no termos da Lei;
- IV** – Manter o asseio e ordem no local de trabalho, os móveis, utensílios, máquinas ou aparelhos sob sua guarda e responsabilidade, sugerindo sua manutenção, quando necessário.

**Art. 52** Constatada qualquer irregularidade ou ilegalidade pelo órgão, os membros da CGM cientificarão a autoridade responsável para a tomada de providências, devendo sempre proporcionar a oportunidade de esclarecimentos prévios sobre os fatos levantados.

**Art. 53** Sem prejuízo de outros deveres previstos na legislação pertinente, os servidores lotados na CGM deverão informar o Chefe do Poder Executivo sobre indícios de ilícitos administrativos e penais verificados quando do exercício de suas atribuições.

[www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br)

Av. Getúlio Vargas, nº 126 - Centro - Indaial / SC - Fone/Fax 47 3317.8853 - CNPJ 83.102.798/0001-00



**Título IV**  
**Das Disposições Finais**

**Art. 54** Os dirigentes dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo deverão, em tempo hábil, adotar medidas visando a regularizar as inconformidades apontadas em relatórios, pareceres, certificados e outros documentos emitidos pela CGM.

**Art. 55** O Poder Executivo Municipal regulamentará esta lei através de decreto.

**Art. 56** Ficam revogadas a Lei Municipal nº 3.225, de 22 de dezembro de 2003, a Lei Municipal nº 4.861 de 23 de setembro de 2013 e o Decreto Municipal nº 584 de 27 de novembro de 2013.

**Art. 57** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 05 de agosto de 2020.

**André Luiz Moser**  
**Prefeito**

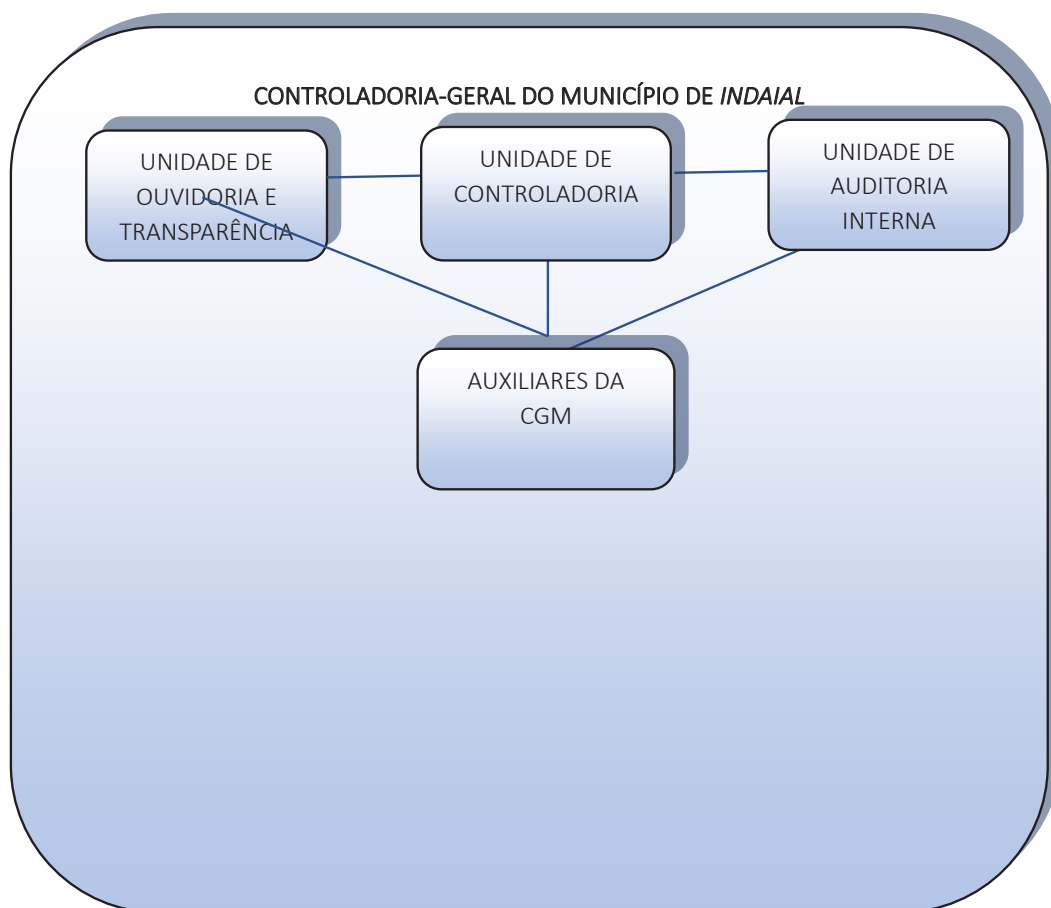
Publique-se na Forma da Lei.

**Rodrigo Koenig França**  
**Procurador-Geral do Município**

**Manoel Felipe Boaventura**  
**Secretário de Governo**

[www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br)

Av. Getúlio Vargas, nº 126 - Centro - Indaial / SC - Fone/Fax 47 3317.8853 - CNPJ 83.102.798/0001-00

**ANEXO I – ESTRUTURA DA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE INDAIAL**

[www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br)

Av. Getúlio Vargas, nº 126 - Centro - Indaial / SC - Fone/Fax 47 3317.8853 - CNPJ 83.102.798/0001-00

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2020**

Publicação Nº 2591490

PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Administrativo nº 076/2020  
Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2020-18201  
Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de itens de EPI para utilização dos profissionais dos serviços de proteção básica social e proteção social especial do Município de Indaial - Exclusivo para ME e EPP.

As propostas deverão ser cadastradas através do site [comprasbr.com.br](http://comprasbr.com.br), até a data e horário informados à seguir:

Cadastro das propostas: até 20/08/2020 - 08h30min – Horário de Brasília

Início da sessão: 20/08/2020 - 08h35min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail [lic2@indaial.sc.gov.br](mailto:lic2@indaial.sc.gov.br), e o site [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br).

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 077/2020**

Publicação Nº 2591504

PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Administrativo nº 077/2020  
Edital de Pregão Eletrônico nº 033/2020-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de pneus, câmaras e protetores/colarinhos - Com itens exclusivos para ME e EPP e com sistema de cotas exclusivas para ME e EPP.

As propostas deverão ser cadastradas através do site [comprasbr.com.br](http://comprasbr.com.br), até a data e horário informados à seguir:

Cadastro das propostas: até 18/08/2020 - 08h30min – Horário de Brasília

Início da sessão: 18/08/2020 - 08h31min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail [lic6@indaial.sc.gov.br](mailto:lic6@indaial.sc.gov.br), e o site [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br).

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 106/2018**

Publicação Nº 2591536

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 20/00120-7  
(PROGEM Nº 106/2018)

CONTRATADA: BANCO DO BRASIL S.A.

OBJETO DO ADITIVO: visa a suspensão dos pagamentos das parcelas exigíveis no exercício financeiro de 2020, incluindo principal, juros e quaisquer outros encargos ou acessórios, previstos no CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO nº 20/00120-7, conforme art. 4º da Lei Complementar nº 173, de 27.05.2020.

DATA DA ASSINATURA: 31/07/2020

## Publicação Nº 2591563

Período: 01/06/2020 até: 30/06/2020 Apenas contas com movimento: Sim



Código	Descrição	Saldo Atual
01100000	Convênio de Transfêro - Militar	15.648,66
01110000	Convênio de Transfêro - Civil	15.648,66
01120000	Convênio de Transfêro - Prefeitura	73.027,13
03100000	Convênio de Transfêro - Militar - E.A.	0,00
03110000	Convênio de Transfêro - Civil - E.A.	0,00
03120000	Convênio de Transfêro - Prefeitura - E.A.	0,00
<b>Total Geral</b>		<b>104.324,45</b>

20/07/2020 08:12:10 -03:00

# Iomerê

## PREFEITURA

### PORTARIA 3598/20

Publicação Nº 2592120

PORTARIA Nº 3598 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Nomeia Conselho Municipal de Cultura – para o biênio de 2020/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Nomear o Conselho Municipal de Cultura, para o biênio de 2020/2022, constituída pelos seguintes integrantes:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:

Titular: MARCIO EDER MORELATTO

Suplente: GREISSI PERETTI

II – Representantes da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Administração e Finanças

Titular: LUCIANE WICKERT

Suplente: DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

III – Representantes da Secretaria de Saúde e Ação Social

Titular: AUGUSTO EBELING

Suplente: VANESSA VERONA

IV – Representantes De Entidades Culturais

Titular: IVALDIR JOAO LAMONATTO

Suplente: YURI PICOLI HENTZ

V – Representantes De Produtores Culturais

Titular: ROBSON FERNANDO VOLPATO e SILVANA PERETTI

Suplente: GIANCARLO FARENZENA e MARCOS ANTONIO RIBEIRO DE LIMA

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 05 de agosto de 2020.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

**CRENCIAMENTO 01/2020**

Publicação Nº 2591712

**EDITAL DE CRENCIAMENTO 01/2020**

O **MUNICÍPIO DE IOMERÊ**, pessoa jurídica de direito publico interno, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini com sede administrativa na Rua João Rech, nº 100, Centro na cidade de Iomerê/SC, em conformidade com a Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, torna público que está procedendo ao chamamento público para fins de **CRENCIAMENTO** de pessoas jurídicas para realização de exames laboratoriais no Município, nos termos do Decreto Municipal nº 1937 de 05 de agosto 2020.

**1. OBJETO E VALOR**

1.1 - Contratação de empresas que atuam no ramo de prestação de serviços laboratoriais para coleta e análise de materiais e realização de exames laboratoriais.

1.2 - Os procedimentos e exames contemplados no presente processo de credenciamento, bem como o valor de cada um, são aqueles constantes no Decreto Municipal nº 1937 de 05 de agosto 2020.

1.3 - A realização de qualquer exame e/ou procedimento não previsto no decreto municipal, será de inteira responsabilidade do interessado, ficando isento o Município de qualquer dever de ressarcimento de valores ao particular.

1.4 - Segue relação de exames e preços conforme tabela abaixo:

Covid – COV /PCR	229,00
Covid – COVS (IgG/IgM)	160,00
Covid – COV2 (IgG/IgA)	208,00
Covid – COVA (IgA)	100,00
Covid – COVG (IgG)	100,00
Covid – COVM (IgM)	100,00
Covid – anticorpos totais (IgG/IgM/IgA)	82,00
Covid – teste rápido (IgG/IgM)	130,00
Teste Rápido Antígeno	180,00

**2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

2.1 - Poderão requerer o credenciamento todas as empresas que possuam local próprio e adequado para a coleta do material, no município de Iomerê, e ainda, que atenderem às exigências abaixo especificadas:

2.1.1 - Registro Comercial no caso de empresa individual, ou

2.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou

2.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da eleição e exercício dos cargos da diretoria em exercício, ou

2.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país.

**2.2.2 – Quanto a Regularidade Fiscal**

2.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

2.2.2 - Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02, de 31/08/2005).

2.2.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual mediante certidão emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa;

2.2.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa;

2.2.5 - Prova de situação regular no cumprimento dos encargos sociais, mediante:

2.2.5.1 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

2.2.5.2 - Prova de Regularidade Trabalhista – CNDT;

OBS.: Todas as Certidões e Provas devem ter validade na data do credenciamento.

**2.2.3 - Quanto à Qualificação Econômico-Financeira**

Não poderão participar empresas em processo de falência ou concordata, apresentando para isso:

1

2.2.3.1 – Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial e eproc, expedida até 60 (sessenta) dias antes da data limite para apresentação das propostas.

2.3 - Declaração expressa de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o que estabelece o Decreto nº 4.358, de 05/09/2002, conforme modelo constante do **ANEXO I**.

2.4 - Todas as folhas deverão ser rubricadas e paginadas (Exemplo: 1/5, 2/5,...5/5).

2.5 - Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 3 (três) meses após a sua expedição.

2.6 - Os documentos apresentados poderão ser entregues em original, ou por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópias acompanhadas por originais para autenticação no setor de licitações. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

2.7 - Anexar os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF e dados bancários da mesma conforme modelo no **ANEXO II**.

### **3. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

3.1 - A prestação dos serviços objeto deste credenciamento será realizada durante a vigência do contrato, que será de 01 (um) ano, a contar da assinatura do instrumento.

3.2 - A empresa deverá cumprir, durante toda a execução do contrato, as obrigações contratuais ajustadas, bem como, sempre que solicitado apresentar as provas da regularidade fiscal.

3.3 - Manter, durante toda a execução do Contrato, no mínimo uma (01) central de coleta instalada e localizada no Município Contratante, com atendimento diário, em horários determinados pela Contratante.

3.4 - Apresentar, no ato de assinatura do Contrato, documento comprobatório da existência da Central de Coleta, sendo que, a não apresentação impedirá o credenciamento.

### **4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante depósito em conta corrente da contratada, em até 10(dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, aprovada pelo secretário de Saúde e apresentada a comprovação de manutenção das exigências da habilitação, quando solicitado.

4.2 - Os valores contratados não sofrerão qualquer espécie de reajuste ou correção durante a vigência contratual.

### **5. PENALIDADES**

5.1 - O cometimento de irregularidades na execução do contrato administrativo, bem como a não observância das condições impostas no contrato, implicará na aplicação de sanções administrativas, em desfavor do contratado, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2 - Pelos motivos que seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nos incisos III e IV do subitem 5.1:

I. Pelo descumprimento do prazo de prestação de serviços;

II. Pela recusa em atender alguma solicitação para correção na prestação de serviços, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da rejeição, devidamente notificada;

III. Pela não execução na prestação de serviços de acordo com as especificações e prazos estipulados neste Edital.

5.3 - Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, inclusive durante todo o prazo de prestação dos serviços.

5.4 - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à CONTRATADA as importâncias alusivas à multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

5.5 - A competência para aplicar todas as sanções será do Chefe do Poder Executivo Municipal.

### **6. HOMOLOGAÇÃO**

6.1 - Os pedidos de credenciamento serão dirigidos à Comissão de Licitação e homologados pelo Prefeito Municipal.

### **7. DA VIGÊNCIA E DA SUSPENSÃO DO CREDENCIAMENTO**

7.1 - O credenciamento terá duração de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado.

7.2 - O credenciamento poderá ser suspenso por interesse da Administração, quando devidamente justificado.

### **8. DISPOSIÇÕES FINAIS**

8.1 - Os casos omissos e situações imprevistas neste edital serão solucionados pela Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

8.2 - As despesas decorrentes do objeto deste Contrato correrão por conta dos recursos de dotação orçamentária própria do município CONTRATANTE e convênios Estaduais, do ano de 2015.

8.3 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Edital, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

8.4 - O edital completo será disponibilizado para consulta e cópia na internet no endereço: [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br).

Iomerê, 05 de agosto de 2020.

**LUCIANO PAGANINI**  
PREFEITO MUNICIPAL

**Rafael Deon OAB/SC 35259**

**ANEXO I****CREDENCIAMENTO 01/2020****DECLARAÇÃO**

....., inscrito no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

LOCAL ....., DATA.....

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante da Empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**ANEXO II**

## CREDENCIAMENTO 01/2020

## 1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:

CIDADE:

Nº DA AGÊNCIA:

Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

## 2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:

CARGO OU FUNÇÃO:

IDENTIDADE Nº :

CPF/MF Nº:

**ANEXO III****MINUTA DO CONTRATO****CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS**

O **MUNICÍPIO DE IOMERÊ**, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 100 Centro, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa [...], pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de [...], inscrita no CNPJ sob nº [...], neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a)....., doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e a homologação do Processo Licitatório nº xxxx/2020, Credenciamento nº 01/2020, tendo entre si junto e acordado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO**

Constitui objeto deste contrato a prestação do serviço de exames laboratoriais prestados à munícipes do Município de Iomerê.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL**

Pelo objeto do presente instrumento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor de cada exame conforme tabela abaixo:

**CLÁUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante depósito em conta corrente da contratada, em até 10(dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal e aprovada pelo secretário de Saúde que recebeu o objeto/serviço e apresentada a comprovação de manutenção das exigências da habilitação, quando solicitado.

Parágrafo Primeiro – Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor do contrato.

Parágrafo Segundo – Em caso de irregularidade, o pagamento será suspenso até que sejam sanadas as pendências, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

Parágrafo Terceiro – Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

Parágrafo Quarto – O Município de Iomerê, por ocasião de cada pagamento, fará as retenções e recolhimentos fiscais determinados pela legislação tributária, se assim houver.

**CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas em decorrência do objeto deste Contrato correrão por conta dos seguintes recursos de dotação orçamentária própria do **CONTRATANTE**:

<b>Órgão</b>	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ
<b>Unidade Orçamentária</b>	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
<b>Projeto/Atividade</b>	Manutenção das Atividades de Saúde
<b>Complem. Elemento</b>	3.3.90.39.50 – Aplicações Diretas
<b>Fonte de Recursos</b>	36

**CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, tendo como termo final o prazo de 31.12.2020, podendo ser prorrogado. O credenciamento poderá ser suspenso por interesse da Administração, quando devidamente justificado.

**CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da **CONTRATADA**:

Prestar os serviços rigorosamente de acordo com as especificações constantes no Edital e na sua proposta, obedecidos aos critérios e padrões de qualidade predeterminados;

Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato;

Fornecer, mediante solicitação escrita, todas as informações julgadas relevantes pelo **CONTRATANTE**;

Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos conforme especificados neste Contrato, sujeitando-se às penas e multas estabelecidas, além das aplicações daquelas previstas no Art. 81 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do CONTRATANTE:

Efetuar o pagamento à CONTRATADA, conforme estabelecido na cláusula terceira;

Acompanhar e fiscalizar a execução do presente instrumento, comunicando à CONTRATADA as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas;

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO**

O objeto desta licitação será acompanhado pela Secretaria de Saúde e Ação Social.

#### **CLÁUSULA NONA – PENALIDADES**

O cometimento de irregularidades na execução do contrato administrativo, bem como a não observância das condições impostas no contrato, implicará na aplicação de sanções administrativas, em desfavor do contratado, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

Pelos motivos que seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nos incisos III e IV do subitem 5.1:

I. Pelo descumprimento do prazo de prestação de serviços;

II. Pela recusa em atender alguma solicitação para correção na prestação de serviços, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da rejeição, devidamente notificada;

III. Pela não execução na prestação de serviços de acordo com as especificações e prazos estipulados neste Edital. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, inclusive durante todo o prazo de prestação dos serviços.

Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à CONTRATADA as importâncias alusivas à multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

A competência para aplicar todas as sanções será do Chefe do Poder Executivo Municipal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO**

Constitui motivo para rescisão do presente contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no Art. 78, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, desde que cabível a presente contratação, resguardadas as prerrogativas conferidas por esta lei, consoante o que estabelece o seu Art. 58.

Parágrafo Primeiro – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados que houver sofrido, tendo ainda assegurado os direitos elencados nos incisos do parágrafo segundo, do art. 79, no que couber.

Parágrafo Segundo – As formas de rescisão contratual são as prescritas no artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO**

A CONTRATADA fica obrigada a manter durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

Integra o presente instrumento, como se transcritos estivessem, o edital de credenciamento nº 001/2020, com seus anexos e a proposta da CONTRATADA adjudicada pelo CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93, com suas posteriores modificações, aos casos omissos do presente Contrato.

Parágrafo Primeiro – É competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Parágrafo Segundo – E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, uma das quais se destina à CONTRATADA, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Iomerê, SC xx de xxx de 2020

**CONTRATANTE**  
**TESTEMUNHAS**

**CONTRATADA**

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

7

# Ipira

## PREFEITURA

### 1TAC39/2020

Publicação N° 2592594

31/07/2020 31/12/2020 01/08/2020 2765 1TAC39/2020 39/2020 3 "O presente contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PLANEJAMENTO ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS, EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA E PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS EM CARÁTER EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE.

Contrato nº 039/2020-PMI" 0 102246 GMC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME J 1 0 0 386 36 C 24 8 8 DL 0 0 0 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO 086-2020

Publicação Nº 2592162

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC  
EXTRATO CONTRATO Nº 086/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2020

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DE CONSULTORIA TÉCNICA PARA ATENDIMENTO DE EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS QUANTO AS ADEQUAÇÕES, MONITORAMENTO E OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DO LOTEAMENTO JOÃO ARTHUR GIEHL DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

DO VALOR TOTAL: R\$ 4.250,00 (Quatro mil, duzentos e cinquenta reais)

DA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC – CNPJ 78.485.554/0001-13 .

DO CONTRATADO: TRANSPORTES SERNI LTDA - CNPJ 05.026.402/0001-89

DA VIGÊNCIA: Da data da assinatura até o dia 31/12/2020.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC.

Iporã do Oeste/SC, 3 de Agosto de 2020.

LUCIO MALLMANN

Prefeito Municipal.

# Ipuaçu

## PREFEITURA

### 1º ADITIVO AO CONTRATO DE REPASSE N. 871411/2018

Publicação Nº 2592516

1º Termo Aditivo de Supressão de valor ao Contrato de Repasse n. 871411/2018

– Firmado pelo Município de Ipuaçu, junto à União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal.

OBJETO: Tem por objeto a Alteração do valor de Contrapartida do município de Ipuaçu para R\$137,13. Totalizando o valor de R\$137.260,56. CONTRATANTE: União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal.

CNPJ/MF: 00.360.305/0001-04

CONTRATADO: Município de Ipuaçu/SC

CNPJ: 95.993.028/0001-83

VIGÊNCIA: de 22/06/2017 até 21/12/2020.

### ADITIVOS DE PRAZO AO CONVENIO N. 177/2008

Publicação Nº 2591794

Convênio n.177/2018 – Entre o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina com o Município de Ipuaçu

OBJETO: Tem por objeto a conjugação de esforços para instalação, manutenção e o funcionamento do Fórum Municipal – Casa da Cidadania no Município de Ipuaçu,

CONCEDENTE: Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

CNPJ/MF: 83.845.701/0001-59

CONVENIENTE: Município de Ipuaçu/SC

CNPJ: 95.993.028/0001-83

VIGÊNCIA: de 06/10/2008 até 05/10/2013.

1º Termo Aditivo de Prazo – Vigência de 06/10/2013 até 05/10/2018.

2º Termo Aditivo de Prazo – Vigência de 06/10/2018 até 05/10/2023.

### ADITIVOS DE PRAZO AO TERMO DE COMPROMISSO PAR N. 201305866

Publicação Nº 2592353

Termo de Compromisso PAR n.201305866 – Entre o Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE com o Município de Ipuaçu.

OBJETO: Tem por objeto a aquisição de mobiliários escolares para o Município de Ipuaçu de acordo com o Plano de Ações Articuladas – PAR, no valor de R\$19.937,56

CONTRATANTE: Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ FNDE

CNPJ/MF: 00.378.257/0001-81

CONTRATADO: Município de Ipuaçu/SC

CNPJ: 95.993.028/0001-83

VIGÊNCIA: de 21/02/2017 até 09/2017

1º Termo Aditivo de Prazo – Vigência de 03/07/2017 até 03/2018.

2º Termo Aditivo de Prazo – Vigência de 27/02/2018 até 11/2018.

3º Termo Aditivo de Prazo – Vigência de 09/10/2018 até 04/2019.

4º Termo Aditivo de Prazo – Vigência de 15/03/2019 até 07/2019.

5º Termo Aditivo de Prazo – Vigência de 10/06/2019 até 03/2020.

6º Termo Aditivo de Prazo – Vigência de 20/02/2020 até 09/2020.

### ADITIVOS DE PRAZO AO TERMO DE COMPROMISSO PAR N. 201601162

Publicação Nº 2592151

Termo de Compromisso PAR n.201601162 – Entre o Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE com o Município de Ipuaçu.

OBJETO: Tem por objeto a aquisição de mobiliários e equipamentos escolares para o Município de Ipuaçu de acordo com o Plano de Ações Articuladas – PAR, no valor de R\$131.140,59

CONTRATANTE: Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ FNDE  
CNPJ/MF: 00.378.257/0001-81  
CONTRATADO: Município de Ipuauçu/SC  
CNPJ: 95.993.028/0001-83  
VIGÊNCIA: de 28/12/2016 até 12/2017.

1º Termo Aditivo de Prazo – Vigência de 23/11/2017 até 11/2018.  
2º Termo Aditivo de Prazo – Vigência de 17/09/2018 até 04/2019.  
3º Termo Aditivo de Prazo – Vigência de 15/03/2019 até 07/2019.  
4º Termo Aditivo de Prazo – Vigência de 10/06/2019 até 03/2020.  
5º Termo Aditivo de Prazo – Vigência de 20/02/2020 até 04/2021.

## CONTRATO DE REPASSE N. 871411/2018

Publicação N° 2592495

Contrato de Repasse n. 871411/2018 – Firmado pelo Município de Ipuauçu, junto à União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal.

OBJETO: Tem por objeto a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas para o Município de Ipuauçu (01 Trator Agrícola e 01 Carreta Basculante). No Valor de R\$159.800,00 (Repasse da União R\$136.986,30 + Contrapartida R\$22.813,70)

CONTRATANTE: União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal.

CNPJ/MF: 00.360.305/0001-04  
CONTRATADO: Município de Ipuauçu/SC  
CNPJ: 95.993.028/0001-83  
VIGÊNCIA: de 18/06/2018 até 31/12/2020.

## PORTARIA N° 138 DE 03 DE AGOSTO DE 2020. CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

Publicação N° 2591550

PORTARIA N° 138  
DE 03 DE AGOSTO DE 2020.  
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em especial as disposições da Lei Complementar Municipal n° 013, de 14 de junho de 2005, com alterações previstas na Lei Complementar Municipal n° 041, de 01 de julho de 2013;

### RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Função Gratificada à Servidora abaixo relacionada, em conformidade com o Anexo IV da Lei Complementar n° 041, de 01 de julho de 2013:

Nome:	Cargo:	Função Gratificada:
NEILA LEVINSKI LIBARDONI	Farmacêutica	Direção de programas ou de execução de projetos do governo

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu-SC, em 03 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA  
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**PORTARIA N° 142 DE 05 DE AGOSTO DE 2020. CESSA FUNÇÃO GRATIFICADA**

Publicação N° 2592160

PORTARIA N° 142  
DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

CESSA FUNÇÃO GRATIFICADA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Cessar os efeitos da Portaria do Executivo Municipal nº 053, de 01 de março de 2018, que concede Função Gratificada a Servidora DERLI APARECIDA BORGES SOARES, ocupante do cargo em provimento efetivo de AGENTE DE COPA E LIMPEZA – 40 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 05 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA  
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**PORTARIA N° 143 DE 05 DE AGOSTO DE 2020. CESSA FUNÇÃO GRATIFICADA**

Publicação N° 2592163

PORTARIA N° 143  
DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

CESSA FUNÇÃO GRATIFICADA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Cessar os efeitos da Portaria do Executivo Municipal nº 037, de 01 de fevereiro de 2019, que concede Função Gratificada a Servidora ROSANA CRISTINA ZORZI SEMINOTTI, ocupante do cargo em provimento efetivo de AGENTE DE COPA E LIMPEZA – 20 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 05 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA  
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**PORTARIA N° 139 DE 03 DE AGOSTO DE 2020. CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS**

Publicação N° 2591551

PORTARIA N° 139  
DE 03 DE AGOSTO DE 2020.  
CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

especialmente Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, artigo 76 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder FÉRIAS de 30 (trinta) dias para os Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

Servidor:	Cargo:	Período Aquisitivo:	Gozo:
ELIZANGELA SELERY	Auxiliar Administrativo	03/09/2018 à 02/09/2019	03/08/2020 à 01/09/2020
ROSALVO LOURENÇO PALUDO	Técnico em Enfermagem	03/07/2019 à 02/07/2020	03/08/2020 à 01/09/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 03 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA  
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**PORTARIA Nº 140 DE 03 DE AGOSTO DE 2020. CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS**

Publicação Nº 2591552

PORTARIA Nº 140  
DE 03 DE AGOSTO DE 2020.  
CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, artigo 76 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder FÉRIAS de 30 (trinta) dias para os Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

Servidor:	Cargo:	Período Aquisitivo:	Gozo:
EDIVAN MEZZALIRA	Motorista	09/07/2017 à 08/07/2018	04/08/2020 à 02/09/2020
SEBASTIÃO GUISSO	Motorista	01/08/2019 à 31/07/2020	04/08/2020 à 02/09/2020

Art. 2º Esta Portaria é publicada na presente data, produzindo efeitos a contar do dia 04 de agosto de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 03 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA  
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**PORTARIA Nº 141 DE 03 DE AGOSTO DE 2020. CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL**

Publicação Nº 2591553

PORTARIA Nº 141  
DE 03 DE AGOSTO DE 2020.  
CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

especialmente Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, artigo 76 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder FÉRIAS, de 30 (trinta) dias para a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

Servidora:	Cargo:	Período Aquisitivo:	Gozo:
ISIS DAIANE MUSSIO ANTONIETTI	Fisioterapeuta	24/02/2016 à 23/02/2017	05/08/2020 à 03/09/2020

Art. 2º Esta Portaria é publicada na presente data, produzindo efeitos a contar do dia 05 de agosto de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 03 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA  
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL N° 019/2018**

Publicação N° 2592272

Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel n. 019/2018 – Entre a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação com o Município de Ipuacu.

OBJETO: Tem por objeto a aquisição de veículo Cherry ano/modelo 2018 de 05 (cinco) Lugares para uso nas atividades do Centro de Referências de Assistência Social – CRAS.

**CONTRATANTE:**

CNPJ/MF: 05.509.770/0001-88

CONTRATADO: Município de Ipuacu/SC

CNPJ: 95.993.028/0001-83

VIGÊNCIA: de 24/01/2018 até 23/01/2028.

**TERMO DE COMPROMISSO PAR N. 201305866**

Publicação N° 2592346

Termo de Compromisso PAR n.201305866 – Entre o Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE com o Município de Ipuacu.

OBJETO: Tem por objeto a aquisição de mobiliários escolares para o Município de Ipuacu de acordo com o Plano de Ações Articuladas – PAR, no valor de R\$19.937,56

CONTRATANTE: Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ FNDE

CNPJ/MF: 00.378.257/0001-81

CONTRATADO: Município de Ipuacu/SC

CNPJ: 95.993.028/0001-83

VIGÊNCIA: de 21/02/2017 até 09/2017.

# Ipumirim

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº.407/2020 DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2591445

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

#### C O N C E D E

A LAUDIR NOVELLO, matrícula 496, Licença Prêmio de 15 (quinze) dias, relativos ao período aquisitivo de 2013 a 2018 e gozo a partir de 03 de Agosto de 2020 a 17 de Agosto de 2020.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeito retroativo a partir de 03 de Agosto de 2020.

Ipumirim - SC, 04 de Agosto de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
Prefeito Municipal

### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 001/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, E OS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DE ARABUTÃ E LINDÓIA DO SUL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CAPS-CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL MICRORREGIONAL**

Publicação Nº 2592099

Primeiro Termo aditivo ao Convênio nº. 001/2019.

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio 001/2019 que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde do Município de Ipumirim, e os Fundos Municipais de Saúde dos Municípios de Arabutã e Lindóia do Sul, para prestação de serviço Caps-centro de atenção psicossocial microrregional.

Aos cinco dias do mês de agosto de 2020, O Fundo Municipal de Saúde de Ipumirim pessoa jurídica de direito Público, com sede na Rua Bento Gonçalves 445, inscrita no CNPJ n.º 11.329.956/0001-02, neste ato representado pelo Senhor VALDIR ZANELLA, Gestor do Fundo Municipal de Saúde, brasileiro, casado, portador do CPF nº 094.020.989-68, residente e domiciliado a Rua Dias Velho, 101 neste Município de Ipumirim, doravante denominado Conveniente, e o Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul- SC, pessoa jurídica de direito Público, com sede à Rua Tamandaré, 98, inscrita no CNPJ n.º 78.510.112/0001-80, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde Senhora Neiva Lucia Pereira Chaves Von Dentz, brasileira, casada, portadora do CPF sob n.º 034.415.259-65 residente e domiciliada na Rua Concórdia,50, Centro, Lindóia do Sul/SC, e o Fundo Municipal de Saúde do município de Arabutã-SC, pessoa jurídica de direito Público, com sede à Rua Lauro Muller 210, inscrita no CNPJ n.º 95.995.221/0001-53, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde Senhor Cleiton Jair Lermen, brasileiro, casado, portador do CPF sob n.º 052.939.709-92 residente e domiciliado na Rua Hugo Horst,33, Centro, Arabutã/SC, doravante denominados de Conveniados, sujeitando-se no que couber, às normas das Leis Municipais, mencionadas no Termo de Convênio, e ao disposto na Lei 8.666/93, mediante cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – Da Vigência: A Vigência fixada na Cláusula Quarta do Termo de Convênio 001/2019 passará a ser de 05 de agosto de 2020 até 05 de agosto de 2021.

Deverão ser observados os valores correspondentes das planilhas anexas, sendo estes levantados e corrigidos anualmente.

Cláusula Segunda – Das Demais Cláusulas:

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem em tudo de acordo, os participantes firmam este termo em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os seus legais e jurídicos efeitos.

Ipumirim (SC), 05 de agosto de 2020.

Valdir Zanella  
Secretário Municipal de Saúde de Ipumirim

Neiva Lucia Pereira Chaves Von Dentz  
Secretária Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

Cleiton Jair Lermen  
Secretário Municipal de Saúde de Arabutã

Testemunhas:

01 _____	02 _____
Nome: Jucilene Goldoni Caliar	Nome:Laudecir Francio
CPF: 018.613.699-48	CPF: 593.739.209-44

# Iraceminha

## PREFEITURA

### AVISO LICITAÇÃO PL 046/2020 PP 15/2020

Publicação N° 2591488

MUNICIPIO DE IRACEMINHA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO 46/2020  
PREGÃO PRESENCIAL N° 15/2020

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de TUBOS DE CONCRETO para a manutenção das atividades do Departamento de Infraestrutura, Obras e Transportes de Iraceminha, conforme itens e especificações constantes neste Edital Convocatório.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 18/08/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.iraceminha.sc.gov.br](http://www.iraceminha.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras@iraceminha.sc.gov.br](mailto:compras@iraceminha.sc.gov.br) ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 06 de agosto de 2020.

Jean Carlos Nyland  
Prefeito Municipal

## Irani

## PREFEITURA

## EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 06/2020 PARA CARGO TEMPORÁRIO DE TÉCNICO EM RADIOLOGIA

Publicação Nº 2592220

GOVERNO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE IRANI

## EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº06/2020 CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº029/2007, ART. 3º, §2.

O Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, publica Edital de chamada pública para contratação de Técnico em Radiologia 24h para Secretaria Municipal de Saúde, **por prazo determinado**, até realização de Concurso, conforme segue:

## 1. JUSTIFICATIVA

A vaga disponibilizada, excepcionalmente, por não haver candidatos em cadastro reserva, para o preenchimento da vaga de **Técnico em Radiologia 24h** reclassificado por meio da Lei Complementar nº 115/2020.

A necessidade surgiu após o ofício expedido pelo Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 11ª região/SC, em virtude da necessidade da adequação da legislação municipal acerca da carga horária e remuneração do cargo, ficando assim suprimido do Concurso Público nº 01/2020 do Município de Irani/SC.

O município ajustou a legislação de acordo com as exigências através da LC nº 115 de 01 de junho de 2020, e ficou impedido de abrir novo Edital de Concurso por conta do novo Coronavírus, devido à alta demanda deste serviço no município faz-se necessário a abertura do Edital de Chamada Pública para suprir a necessidade emergencial, o Técnico em Radiologia integra a equipe de profissionais de saúde; executa outras atividades, segundo as especialidades da respectiva profissão, assim sendo, é indispensável sua contratação.

VAGAS	CH	CARGO	HABILITAÇÃO	SALÁRIO BASE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO
01	24H	Técnico em Radiologia	Nível médio com Curso Técnico em Radiologia, regulamentado pelo MEC.	R\$ 2496,86	R\$ 132,00

**São atribuições do cargo de Técnico em Radiologia:** Preparar materiais e equipamentos para exames e radioterapia; Operar aparelhos médicos e odontológicos para produzir imagens e

IRANI BERÇO DO CONTESTADO

Fone: 49 3432 3200 | E-mail: prefeitura@irani.sc.gov.br  
Rua Eilírio de Gregori, 207 | CNPJ: 82.939.455/0001-31 | CEP 89.680-000 | Irani | SC





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE IRANI

gráficos funcionais como recurso auxiliar ao diagnóstico e terapia; Realizar exames radiográficos convencionais; Processar filmes radiológicos, preparar soluções químicas e organizar sala de processamento; Preparar pacientes e o ambiente para a realização de exames; Realizar nos serviços de radiologia e diagnóstico por imagem, tais como: mamografia, hemodinâmica, tomografia computadorizada, densitometria óssea, ressonância magnética nuclear e ultrassonografia; Auxiliar na realização de procedimentos de medicina nuclear e radioterapia; Acompanhar a utilização de meios de contrastes radiológicos, observando os princípios de proteção radiológica, avaliando reações adversas e agindo em situações de urgência, sob supervisão profissional pertinente; Prestar atendimento aos pacientes fora da sala de exame, realizando as atividades segundo boas práticas, normas e procedimento de biossegurança e código de conduta Mobilizar capacidades de comunicação para registro de informações e troca de informações com a equipe e com os pacientes; Executar quaisquer outras atividades correlatas.

### 2. INSCRIÇÃO

A inscrição para a Chamada Pública será realizada exclusivamente até às 17h00min do dia **10/08/2020**, no seguinte email: [rhaneves@irani.sc.gov.br](mailto:rhaneves@irani.sc.gov.br), o candidato deverá anexar os seguintes documentos em ordem:

- Cópia de documentos pessoais com foto (cédula de identidade e CPF);
- Certificado de conclusão de Curso superior em Técnico em Radiologia;
- Registro de Inscrição no Orgão de Classe (CRTR 11º região);
- Documento que comprove o preenchimento dos critérios do item seguinte:

### 3. DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

- Graduação na área específica; **(no caso deste cargo Curso Técnico)**
- Pós-graduação lato sensu na área específica ou afim; **(não exigida para o cargo)**
- Mestrado na área específica ou afim; **(não exigida para o cargo)**
- Doutorado na área específica ou afim; **(não exigida para o cargo)**
- Maior tempo de serviço na área específica ou afim, exercida na iniciativa pública ou privada, devidamente comprovada (em dia, meses e anos). Os períodos enviados em anos fechados sem a informação do dia e mês iniciado não será computado.

### 4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O Candidato que prestar informações falsas será desclassificado.

Fone: 49 3432 3200 | E-mail: [prefeitura@irani.sc.gov.br](mailto:prefeitura@irani.sc.gov.br)  
Rua Eilírio de Gregori, 207 | CNPJ: 82.939.455/0001-31 | CEP 89.680-000 | Irani | SC



**Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE IRANI**

Será contado 01 (um ponto) para cada item da ordem de classificação acima, desde que devidamente comprovado.

Após a publicação da lista de classificação preliminar o candidato terá 01 (um dia) para interpor recurso por escrito no seguinte e-mail: [ghananeves@irani.sc.gov.br](mailto:ghananeves@irani.sc.gov.br).

O prazo de vigência da presente chamada pública encerra-se com a realização do Concurso para contratação do profissional.

O candidato deverá iniciar suas atividades no dia 13/08/2020.

Irani/SC, 05 de agosto de 2020.

**SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES****PREFEITO MUNICIPAL**

**Irati****PREFEITURA****CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2020-PMI - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE IRATI/SC**

Publicação Nº 2592199

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2020

**CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2020 PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

O MUNICÍPIO DE IRATI, Estado de Santa Catarina, no interesse da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, torna público para conhecimento dos interessados, a Chamada Pública para Aquisição de Alimentação Escolar, tipo menor preço por item, de acordo com as especificações contidas no Edital, em cumprimento do estabelecido pela Lei 11.947/2009 e Resolução nº. 38/2009 do Ministério da Educação. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta de preço, no dia 21 DE AGOSTO DE 2020, às 09:00 HORAS, na Sede administrativa do Município de Irati. O Edital poderá ser retirado junto a Comissão Permanente de Licitação, localizada na sede administrativa do Município de Irati, com endereço à Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, em Irati – SC, Fone: (0XX49) 3349.0010, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h. Irati - SC, 05 de agosto de 2020.

NEURI MEURER  
Prefeito Municipal

**PREGÃO RP Nº 055/2020 - AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE PEÇAS DIVERSAS E SERVIÇOS MECÂNICOS, PARA REPAROS E MANUTENÇÃO DA MOTONIVELORA CASE 845B, UTILIZADA PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS EM RODOVIAS MUNICIPAIS DE IRATI/SC**

Publicação Nº 2592104

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O  
Processo Administrativo Nº 095/2020  
Processo Licitatório Nº 095/2020  
Edital: Pregão Presencial Registro de Preços Nº 055/2020  
Tipo: MENOR PREÇO POR ÍTEM

Objeto: AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE PEÇAS DIVERSAS E SERVIÇOS MECÂNICOS, PARA REPAROS E MANUTENÇÃO DA MOTONIVELORA CASE 845B, UTILIZADA PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS EM RODOVIAS MUNICIPAIS DE IRATI/SC

Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 19/08/2020

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 19/08/2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, 3349-0143, pelo site: [www.irati.sc.gov.br](http://www.irati.sc.gov.br), ou através de do e-mail: [irati@irati.sc.gov.br](mailto:irati@irati.sc.gov.br)

Irati – SC, 05 de agosto de 2020.

NEURI MEURER  
Prefeito Municipal

# Irineópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.828/2020

Publicação Nº 2592575

DECRETO Nº 3.828, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE A APLICABILIDADE AUTOMÁTICA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS-SC, DAS MEDIDAS SANITÁRIAS PREVENTIVAS ADOTADAS EM ÂMBITO REGIONAL, PELOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE, COM VISTAS A ESTABELECER O ENFRENTAMENTO E CONTENÇÃO DO CONTÁGIO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições legais, conferidas no artigo 65 Lei Orgânica do Município, na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, além do disposto no Decreto Estadual nº 719, de 13 de julho de 2020, Portaria SES n. 464 de 03.07.2020 e;

CONSIDERANDO a avaliação do cenário epidemiológico do Estado de Santa Catarina em relação à infecção pelo vírus COVID-19, bem como a identificação de Risco Epidemiológico Gravíssimo, declarado em 05/08/2020, em toda a Região Norte do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a Resolução da CIR - Comissão Intergestores Regional de Saúde do Planalto Norte Catarinense Nº 03/2020 de 04 de agosto de 2020, que dispõe sobre as medidas sanitárias preventivas a serem adotadas em âmbito regional, pelos Municípios do Planalto Norte,

DECRETA:

Art.1º Terão vigência automática, no âmbito do Município Irineópolis, todas as disposições contidas na Resolução nº 03/2020 de 04 de agosto de 2020, emitida pela Comissão Intergestores Regional de Saúde do Planalto Norte Catarinense – CIR, assim como as decisões do Governo do Estado de Santa Catarina, e as regulamentações da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, contendo medidas para o enfrentamento da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), independentemente de ato administrativo municipal.

Parágrafo único. A cláusula de vigência automática não se aplica nas hipóteses em que a autoridade municipal, por ato normativo próprio, entender que devam ser adotadas medidas mais restritivas de contenção e de enfrentamento à pandemia em âmbito municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Irineópolis (SC), 05 de Agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 280/2020

Publicação Nº 2592351

PORTARIA Nº 280/2020.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis (SC), cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º DELEGAR a servidora DRIELI CUBAS CRISTOFOLINI, ocupante do cargo comissionado de Diretora de Saúde, portadora da CNH Registro nº 05669725096 categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Irineópolis (Secretaria Municipal da Saúde), quando no desempenho de suas atividades laborais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

# Itá

## PREFEITURA

### ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2020

Publicação Nº 2591774

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2020 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 063 de 10 de junho de 2020, senhor Pregoeiro Delso Minski, Felipe Uba Chupel e Silvine Carla Mertins, Equipe de Apoio, para efetuarem o credenciamento dos participantes do Processo Licitatório nº. 048/2020, Pregão Presencial nº. 024/2020, objetivando a aquisição de câmeras fixas de vídeo monitoramento para o projeto Bem Te Vi da Polícia Militar de Itá. Apresentaram envelopes de Proposta de Preço e Documentação as empresas FRANCIELE CRISTINA LAMIN e MS REDES LTDA EPP, neste ato, representadas pelos Senhores Claudemir Mannrich e Douglas Mario Sutil. As empresas cumpriram com os requisitos do edital para a fase de credenciamento. As empresas comprovaram a condição de micro empresa ou empresa de pequeno porte. Ato contínuo o Pregoeiro efetuou a verificação do atendimento à Lei nº. 10.520/2002, e verificou que as empresas atenderam à disposição da Lei. Aberto os envelopes de proposta de preços, conferidos, rubricados os documentos neles existentes, e registrados no sistema COMPRAS. Da análise das propostas restou em DESCLASSIFICAR a empresa FRANCIELE CRISTINA LAMIN por apresentar preço superior ao máximo permitido. Abertos os lances conforme determina a Lei nº. 10520/2002. Encerrados os lances ficou classificado conforme segue, a empresa: MS REDES LTDA se sagrou vencedor no item 01 do edital com o valor total de R\$ 25.281,00 (Vinte e cinco mil duzentos e oitenta e um reais). O critério de classificação foi o de menor preço por lance por item. Após a classificação, prosseguiu-se para a abertura do envelope de documentação da licitante vencedora do certame; O envelope foi aberto, os documentos neles contidos foram rubricados pelos licitantes presentes, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio; Da análise da documentação restou em HABILITAR a empresa vencedora por cumprir com os requisitos do edital. O senhor Pregoeiro intima o Participante do certame a colocar na nota fiscal o número do processo e o número da ata e manter a regularidade das certidões negativas de débitos com a Municipalidade. Os documentos que foram emitidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites. Aberto espaço pelo Pregoeiro para intenção de interpor recurso não houve manifestação. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br) e entregue pessoalmente aos licitantes.

Delso Minski Felipe Uba Chupel Silvine Carla Mertins  
Pregoeiro Equipe de Apoio Equipe de Apoio

FRANCIELE CRISTINA LAMIN  
Licitante

MS REDES LTDA EPP  
Licitante

### DECRETO 079/2020

Publicação Nº 2592235

DECRETO Nº 079, DE 04 DE AGOSTO DE 2020

“NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS, Prefeito Municipal em Exercício de Itá – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal nº 2515 de 03 de Outubro de 2017 que consolidou a legislação do Idoso em nosso Município.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Direitos do Idoso os seguintes membros:

I- Por representantes de cada uma das Secretarias a seguir indicadas:

a) - Secretaria Municipal de Assistência Social:  
Titular: Deise Calvi  
Suplente: Franciele Brunetto

b) Secretaria Municipal de Saúde:  
Titular: Rozani Aparecida Schiavini  
Suplente: Ediovan Lima

c) - Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Titular: Déborah Maria Tombini Sartoretto  
Suplente: Emanuela Sartoretto

d) - Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico:  
Titular: Leocir Haach  
Suplente: Herick Trevisol

e) - Secretaria Municipal de Turismo e Departamento de cultura:  
Titular: Cilene Trevisol  
Suplente: Mara Caon

II- Representantes da Sociedade Civil e Usuários:

a) Representante dos Usuários:  
Titular: Ivo José Taffarel  
Suplente: Jurema Hartmann

b) Representante da Associação Comercial e Industrial de Itá-SC:  
Titular: Aldenir Zandonai  
Suplente: Maroa Puhl

c) Representante de Associação Sem Fins Lucrativos (LIONS):  
Titular: Jean D'Alásio  
Suplente: Isotil Gritti

d) Representante do Sindicato dos Trabalhadores (SINTRAF):  
Titular: Serenita Salvi  
Suplente: Altir Salvi

e) Representante dos Grupos de Idosos:  
Titular: Elside Simon  
Suplente: Iracilde Camargo

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC,  
em 04 de Agosto de 2020.

DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### TERMO DE CONVOCAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2020

Publicação Nº 2592546

O Município de Itaiópolis, através do Pregoeiro, em cumprimento ao subitem 3.10.18 do Termo de Referência do Pregão Presencial nº 24/2020, convoca os representantes legais das empresas BETHA SISTEMAS LTDA e IPM SISTEMAS LTDA., a comparecerem no dia 11 de agosto de 2020, às 09hs30, na Prefeitura Municipal de Itaiópolis para dar prosseguimento à sessão do Pregão Presencial nº 24/2020. Itaiópolis, 05 de agosto de 2020. ROBERTO PENKAL Pregoeiro

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### RESULTADO DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 2591860

Resultado de Licitação PR nº 04/2020. Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de gêneros alimentícios, carga de gás de cozinha, materiais de acondicionamento e embalagem e material de copa e cozinha para uso na Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Empresas vencedoras: Furtado Comercio e Transporte de Gás Ltda, Valor: R\$ 18.525,00; Otávio Varvenczack – ME, Valor R\$ 1.832,05; Papelaria São Bento Ltda – EPP, Valor: 27.405,48 e Supermercado Djek e Sheron Cia Ltda, Valor: R\$ 53.148,00. Vigência: 04/02/2021. Itaiópolis, 05/08/2020. Claudia Sabatke Machowski – Administradora Hospitalar.

# Itapema

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 87 - ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 011-2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2592617

LEI COMPLEMENTAR Nº 87, de 4 de agosto de 2020.

Altera a Lei Complementar nº 011/2002 e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Modifica o inciso V, do art. 8º, Da Lei complementar 011/2002, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 8º. (...)

V - ÁREA NON AEDIFICANDI - ZPP - destinada à Zona de preservação permanente, além das ZPPs apontadas no mapa, são consideradas ZPPs o círculo de raio de 50,00m em torno das nascentes, linha de cumeeira de morros, as faixas da orla marítima com vegetação de restinga, os manguesais, as encostas com declividade superior a 45º, conforme especificações a seguir:

a - Rio Perequê = 30,0m (trinta metros) de recuo das margens na ZR3 e 15,0m (quinze metros) nas ZR1 e ZR2.

b - Nos demais rios e riachos, os recuos das margens serão de 15,0m (quinze metros).

c - Nas valas de drenagem o recuo será de 5,0m (cinco metros).

d - A utilização das terras de Marinha (33,00 metros), situadas na Zona Urbana do Município será determinada da seguinte forma:

- Trecho situado entre o Rio Bela Cruz e o Canal das Oliveiras, numa profundidade de 22,0m (vinte e dois metros), para a implantação de paisagismo e urbanização da orla marítima, após parecer do DPU (Delegacia do Patrimônio da União).

- Trecho situado entre o Canal das Oliveiras e a Rua 203, numa profundidade de 18,0m (dezoito metros), para a implantação de paisagismo e urbanização da orla marítima, após parecer do DPU (Delegacia do Patrimônio da União).

- Trecho situado entre o Rio Bela Cruz e o Costão, numa profundidade de 15,0m (quinze metros), para a implantação de paisagismo e urbanização da orla marítima, após parecer do DPU (Delegacia do Patrimônio da União).

- Zona do Costão, no trecho situado entre o Canto de Itapema e a Ponta da Malta (divisa de Balneário Camboriú), numa profundidade de 33,0m (trinta e três metros), para a conservação da Mata Atlântica existente e futura urbanização turística, com preservação da vegetação existente.

- Praia Grossa e da Ilhota, numa profundidade de 25,0m (vinte e cinco metros), para implantação de paisagismo e urbanização da orla marítima, após parecer do DPU (Delegacia do Patrimônio da União).

- A Prefeitura Municipal de Itapema será a responsável pela colocação de marcos, em um prazo de sessenta dias a contar da aprovação desta Lei, de onde serão puxados os alinhamentos em relação à orla marítima.

- Não será permitido a reforma ou acréscimo das cantinas estabelecidas na orla marítima, ficando a municipalidade responsável por definir um novo padrão das mesmas, tendo um prazo de 180 dias a contar da aprovação deste Plano Diretor para o enquadramento das já existentes, ficando também responsável pela distribuição, alinhamento e distanciamento entre as cantinas.

e - ao longo das faixas de domínio público das rodovias, a reserva de faixa não edificável de no mínimo de 5 (cinco) metros de cada lado.

Art. 2º Acrescenta o §4º, ao artigo 8º, da Lei Complementar 11/2002, com a seguinte redação:

§ 4º. As edificações localizadas nas áreas contíguas às faixas de domínio público dos trechos de rodovia que atravessassem o perímetros urbano ou área urbanizada passível de serem incluídas em perímetro urbano do Município de Itapema, desde que, construídas até a data de promulgação deste parágrafo, ficam dispensadas da observância da exigência prevista na alínea e, do inciso V, do caput, deste artigo, salvo por ato devidamente fundamentado do poder público municipal ou distrital.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Itapema, 4 de agosto de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

## Itapiranga

## PREFEITURA

## QUADRO DE VENCEDORES Nº 12/2020 - FMS

Publicação Nº 2591558

Pág 1 / 2

## MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos  
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores

**Relatório de Vencedores - Pregão Eletrônico - 12 / 2020**  
**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS PARA AS FARMÁCIAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E INSUMOS MÉDICOS**  
**PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO.**

<b>Fornecedor: 3212 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA</b>						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
7	LEVOMEPROPOMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 20ML	CRISTALIA	FR	80	12,60	1.008,00
					<b>Total por Fornecedor:</b>	<b>1.008,00</b>
<b>Fornecedor: 64980 - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA</b>						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
3	CARBONATO DE CÁLCIO 1250MG (500MG DE CÁLCIO ELEMENTAR) BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	FTO WAY	COMP	40.000	0,07	2.800,00
					<b>Total por Fornecedor:</b>	<b>2.800,00</b>
<b>Fornecedor: 513733 - DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA</b>						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
9	VANISTO 62, 5MCG PÓ PARA INALAÇÃO FRASCO COM 30 DOSES	GLAXO	FR	14	155,29	2.174,06
					<b>Total por Fornecedor:</b>	<b>2.174,06</b>
<b>Fornecedor: 549193 - DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARE</b>						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
10	TOUCA CIRURGICA DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM FALSO TECIDO (A BASE DE FIBRAS DE POLIPROPILENO) HIPOALERGICA, COM BRANCA, GRAMATURA 20 GR, MICROPERFURADA, COM ELASTICO REVESTIDO NA EXTREMIDADES, FORMATO ANATOMICO, CAIXA COM 100 UNIDADES;	ANADONA	CAX	200	16,00	3.200,00
					<b>Total por Fornecedor:</b>	<b>3.200,00</b>
<b>Fornecedor: 676748 - J K COMERCIO, REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE MÃO DE OBRA</b>						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11	TERMÔMETRO INFRA VERMELHO DE USO ADULTO E INFANTIL PARA MAIOR AGILIDADE E PRECISÃO:MEDICAÇÃO DA TEMPERATURA SEM CONTATO DA TESTA, OBJETOS, ALIMENTOS E AMBIENTES, COM AMPLIO VISOR DE LCD E ILUMINADO QUE FACILITA A LEITURA DA TEMPERATURA; APRESENTAÇÃO DE DIFERENTES CORES CONFORME A TEMPERATURA; VERDE PARA AFEBRIL/SEM FEBRE; AMARELO PARA FEBRIL/FEBRE MODERADA; VEMELHO INDICANDO FEBRE INTENSA; ALARME SONORO PARA ALTAS TEMPERATURAS; TEMPERATURA EM CELSIUS E FAHRENHEIT;ALIMENTAÇÃO A PILHA AAA DEVENDO ESTAR INCLUSAS; FAIXA DE MEDIÇÃO NO CORPO DE 32 ATÉ NO MÍNIMO 42,9 °C.	KZ	UNI	35	380,84	13.329,40
					<b>Total por Fornecedor:</b>	<b>13.329,40</b>
<b>Fornecedor: 485110 - MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES</b>						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
6	ENALAPRIL 10MG COMPRIMIDO	MED QUÍMICA	COMP	400.000	0,03	12.000,00
					<b>Total por Fornecedor:</b>	<b>12.000,00</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2693-GONCOMDEXXHHVH-9 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

05/08/2020 09:08:38

## MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos  
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores



**Relatório de Vencedores - Pregão Eletrônico - 12 / 2020**  
**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS PARA AS FARMÁCIAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E INSUMOS MÉDICOS**  
**PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO.**

Fornecedor: 544183 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
1	ASPARTATO DE ORNITINA 0,06G/G GRANULADO CAIXA COM 10 ENVELOPES DE 5 GRAMAS (HEPA MERZ)	HEPA-MERZ	CAX	84	84,10
Total por Fornecedor:					7.064,40
Fornecedor: 513350 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA - ME					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
2	ATENOLOL 100MG COMPRIMIDO	PRATI	COMP	25.000	0,094
8	SULFAMETOXAZOL+ TRIMETROPINA 200MG+40MG/5ML FRASCO 100ML	VITAMEDIC	FR	500	5,30
Total por Fornecedor:					5.000,00
Fornecedor: 512656 - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
4	CARBONATO DE LÍCIO 300MG EMBALAGEM PRIMARIA COM 10 OU30 COMPRIMIDOS OU BLISTER FRACIONAVEL CONFORME RDC ANVISA 80/2006.	HIPOLABOR	COMP	30.000	0,49
Total por Fornecedor:					14.700,00
Total Geral:					61.275,86

## Resumo dos Fornecedores

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
3212 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	7	1.008,00
64980 - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	3	2.800,00
513733 - DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	9	2.174,06
549193 - DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARE	10	3.200,00
676748 - J K COMERCIO, REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE MÃO DE OBRA	11	13.329,40
485110 - MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	6	12.000,00
544183 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	1	7.064,40
513350 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA - ME	2, 8	5.000,00
512656 - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	4	14.700,00

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA SESSÃO PÚBLICA II - CONCORRÊNCIA Nº 01/2020

Publicação Nº 2591571

#### ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTA

Data	05/08/2020	Horário início: 08h:30min
Licitação /Modalidade	CONCORRÊNCIA PROCESSO	Nº 01/2020 Nº 35/2020

**OBJETO:**  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO CADASTRAL E PLANALTIMÉTRICO, DENTRO DOS PERÍMETROS URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ – SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 4522/2020, a fim de julgar e analisar as propostas de preço das empresas habilitadas no certame em epígrafe, conforme notificação publicada em 31/07/2020. Iniciada a sessão foram abertos os envelopes de proposta de preços os quais se encontravam devidamente lacrados. Registra-se que conforme fls. 145 dos autos, ficou dispensado o item 8.1.3. do Edital, seguindo apenas o anexo I Termo de Referência. As propostas foram analisadas e foram achadas conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Class.	Empresa	Valor Total	Porcentagem de Desconto
1º	JULIO EDUARDO KELTE - EPP	R\$ 156.020,00	53,56%
2º	PRECISA SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA	R\$ 237.813,95	29,20%

Sendo assim, a proposta da empresa JULIO EDUARDO KELTE - EPP corresponde a aproximadamente 46,44% do Edital, em diligência com certame similar que ocorreu no ano de 2018 (Tomada de Preço nº 05/2018), foi verificado que a empresa vencedora apresentou proposta com 50% do valor estimado naquele edital e cumpriu os serviços sem dificuldades; entendemos que este fato deixa claro que a proposta apresentada pela empresa JULIO EDUARDO KELTE - EPP é exequível. Portanto a empresa JULIO EDUARDO KELTE - EPP foi vencedora dessa licitação com o valor total de R\$ 156.020,00 (cento e cinquenta e seis mil e vinte reais). Observando que o valor total estimado para esta licitação foi de R\$ 335.933,25 (trezentos e trinta e cinco mil novecentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos). Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, até o dia 13/08/2020 em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30 às 13h30. Tendo em vista o Decreto Estadual nº 562/2020 alterado pelo Decreto Estadual nº 724/2020, e Decreto Municipal nº 4526/2020, as propostas serão escaneadas e disponibilizadas no Site Oficial do Município para acesso aos interessados. As empresas que quiserem postergar seu direito de recurso deverão fazer através de protocolo no site <https://itapoa.atende.net/> ou pelo e-mail [protocolo@itapoa.sc.gov.br](mailto:protocolo@itapoa.sc.gov.br). Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

FERNANDA CRISTINA ROSA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	
FERNANDO VITOR PERES MEMBRO	LAYRA DE OLIVEIRA MEMBRO

### CONTRATO Nº 60-20 - KJPR PAVIMENTAÇÕES EIRELI EPP

Publicação Nº 2591837

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2020

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: KJPR PAVIMENTAÇÕES EIRELI EPP, com sede à Rua Raphael Francisco Greca, nº 150B - sala 03, Bairro: São Gabriel, na cidade de Colombo/PR, CEP: 83.407-836, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.786.919/0001-46 e Inscrição Estadual: 90739789-01, representada neste ato pela sócia administradora, a Sra. KAREN JULIANA PIRES RAMOS, portadora do CNPF/MF nº 042.506.589-88 e do CI.RG nº 7.504.367-8 SESP/PR.

Licitação: CONCORRÊNCIA Nº 02/2020 – PROCESSO Nº 44/2020.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de pavimentação asfáltica das Av. André Rodrigues de Freitas e José da Silva Pacheco, compreendendo uma área de 10.549,49m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

VALOR R\$: 1.543.839,79 (um milhão, quinhentos e quarenta e três mil, oitocentos e trinta e nove reais e setenta e nove centavos).

DATA DA ASSINATURA: 05/08/2020

PRAZO DE VIGÊNCIA: 05/12/2020

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 05 de agosto de 2020.

ANGELA MARIA PUERARI  
SECRETÁRIA DE TURISMO E CULTURA

## DECRETO MUNICIPAL Nº 4532, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2591983

DECRETO MUNICIPAL Nº 4532, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação na mesma ação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os artigos 41, inciso I e 43, inciso III da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, e artigo 6º inciso I da Lei Orçamentária nº 962, de 09 de dezembro de 2019 - LOA 2020,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação na mesma ação, perfazendo o montante de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais) conforme segue:

Anulações:

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2095 Manutenção do Ensino Fundamental

33390 Aplicações Diretas (532) FR 010101.....R\$ 18.500,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R\$ 18.500,00

Suplementação:

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2095 Manutenção do Ensino Fundamental

33393 Aplicações Diretas (633) FR 010101.....R\$ 18.500,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R\$ 18.500,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 05 de agosto de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO  
Chefe de Gabinete

CARLITO J. CUSTÓDIO JÚNIOR  
Secretário da Fazenda

## DECRETO MUNICIPAL Nº 4533, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2591928

DECRETO MUNICIPAL Nº 4533, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Altera Decreto Municipal nº4519 de 23 de julho de 2020, que dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior decorrente da Anulação da Nota de empenho n. 4199/2019.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os artigos 41, inciso I e 43, inciso I da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, e artigo 6º inciso III da Lei Orçamentária nº 962, de 09 de dezembro de 2019 - LOA 2020,

Considerando que no mês de junho houve equilíbrio da receita executada e as metas previstas;

Considerando anulação da Nota de empenho n. 4199/2019.

DECRETA:



Art. 1º Fica alterado o artigo 2º do Decreto nº 4519 de 23 de julho de 2020, que dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior decorrente da Anulação da Nota de empenho n. 4199/2019, que passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica contingenciado o superávit financeiro proveniente da anulação do Empenho nº 4199/2019, referente a contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para a pavimentação e urbanização da Avenida Saí Mirim –trecho II, com extensão de 1.560 metros, localizada no Balneário Saí Mirim no montante de R\$ 1.007.900,00 (um milhão e sete mil e novecentos reais).” (NR)

Art. 2º Fica alterado o artigo 3º do Decreto nº 4519, de 23 de julho de 2020, que dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior decorrente da Anulação da Nota de empenho n. 4199/2019, que passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Total do contingenciamento no montante de R\$ 1.832.900 (um milhão, oitocentos e vinte e dois mil e novecentos reais).”

Art. 3º Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação:

**11 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

003. Departamento de Obras

0015.0451.0009.2076 Ensaibramento de Vias Públicas

33390 Aplicações Diretas (718) FR 0300000 ..... R\$ 400.000,00

**11 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

003 Departamento de Obras

0017.0512.0010.2083 Limpeza Pública Urbana

33390 Aplicações Diretas (751) FR 0300000 ..... R\$ 150.000,00

**08. Secretaria de Esporte e Lazer**

002. Departamento de lazer

0027.0813.0016.2036 Manutenção do Departamento de Lazer

34490. Aplicações Diretas (752) FR 0300000 ..... R\$ 200.000,00

**10 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA**

001 Departamento de Turismo

0023.0695.0006.1049 Revitalização da Av André Rodrigues de Freitas

34490 Aplicações Diretas (744) FR 0300000 .....R\$ 144.000,00

**10 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA**

001 Departamento de Turismo

0023.0695.0006.1047 Construção de Portais de Acesso ao Município

34490 Aplicações Diretas (753) FR 0300000 .....R\$ 37.100,00

Total suplementado ..... R\$ 931.100,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 05 de agosto de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

CARLITO J. CUSTÓDIO JÚNIOR

Secretário da Fazenda

**DECRETO MUNICIPAL Nº 4534, DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591900

DECRETO MUNICIPAL Nº 4534, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Nomeia Assessor Especial de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. Matheus Bento de Oliveira, na função de Assessor Especial de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 05 de agosto de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO  
Chefe de Gabinete

## LISTA ATUALIZADA EM 05 DE AGOSTO DAS INSCRIÇÕES REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE - SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

Publicação Nº 2592001

LISTA ATUALIZADA DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS / INDEFERIDAS – EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DEVIDO A SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais COMUNICA a lista atualizada das inscrições Deferidas/Indeferidas realizadas até as 13hs do dia 05/08/2020.

### - INSCRIÇÕES DEFERIDAS

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO
19/03 – 16:08	Jocimara M. Funk Ramos	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:05	Isabela Rita Gomes Padilha	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:09	Marcos Aurélio Ramos	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:34	Erlane Figueiredo da Silva	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:52	Ivone Maria da Silva	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:57	Zenir W. Fernandes	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:00	Franciele Belinato da Silva	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:02	Vanessa Pereira Schmoeller	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:25	Carolyne de Fatima Denk	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:37	Flávia dos Santos Terra	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:48	Adria Dalila M. dos Santos	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:56	Eduardo Rodrigues de S. Rocha	Técnico de Enfermagem
19/03 – 19:31	Lucelia Fatima Barra	Técnico de Enfermagem
19/03 – 19:52	Sabrina Heloise Rodrigues	Técnico de Enfermagem
19/03 – 19:53	Flavia Ione Ferreira de França	Técnico de Enfermagem
20/03 – 16:34	Francielen Dambinski	Técnico de Enfermagem
20/03 – 16:43	Bruna Caroline G. dos Santos	Técnico de Enfermagem
21/03 – 10:54	Camila de Melo Spinola	Técnico de Enfermagem
21/03 – 16:32	Elaine Turin	Técnico de Enfermagem
23/03 - 01:40	Ronaldo de Souza	Técnico de Enfermagem
23/03 – 13:36	Daniele Soares Nominato	Técnico de Enfermagem
23/03 – 14:32	Isabel Cristina Pereira	Técnico de Enfermagem
25/03 – 08:50	Viviane Kowalczuk	Técnico de Enfermagem
26/03 – 10:25	Tatiane dos Santos B. Cicarello	Técnico de Enfermagem
26/03 – 19:43	Silmara de Farias	Técnico de Enfermagem
06/05 – 12:10	Diego Ramão Camargo	Técnico de Enfermagem
06/05 – 13:08	Keli Cristina de Lima	Técnico de Enfermagem
21/05 – 13:29	João Carlos do Nascimento	Técnico de Enfermagem
28/05 – 09:43	João Paulo Linhar	Técnico de Enfermagem
15/07 – 11:14	Sônia Braga Pereira	Técnico de Enfermagem
16/07 – 13:16	Lislane Karin de Oliveira Avanzi	Técnico de Enfermagem
21/07 – 11:22	Leda Bertoli Alexandrino	Técnico de Enfermagem
21/07 – 14:39	Priciane Conceição K. Alberto	Técnico de Enfermagem
29/07 – 15:02	Camila da Silva Ocker	Técnico de Enfermagem
04/05 – 22:17	Ariane Das Neves do Rosário	Técnico de Enfermagem
ENFERMEIRO		
19/03 – 17:43	Karla R. Coelho	Enfermeiro
19/03 – 18:33	Marisa Ricardo da Cruz Carneiro	Enfermeiro
19/03 – 19:21	Lediane da Silva Joaseiro	Enfermeiro
20/03 – 08:15	Silvana B. Rujanowski	Enfermeiro
20/03 – 11:33	Francisca Anaysa dos S. Silva	Enfermeiro
20/03 – 13:12	Francine Lais dos S. Lopes Leal	Enfermeiro
20/03 – 13:18	Ketlen Pereira Vaz	Enfermeiro
20/03 – 14:24	Nathalia Coelho H. Cremasco	Enfermeiro

25/03 – 13:29	Francisca Anaysa dos S. Silva	Enfermeiro
26/03 – 11:20	Hellen Ribas Ton	Enfermeiro
30/03 – 09:42	Marcos Roberto Righeti	Enfermeiro
14/04 – 15:04	Lediane da Silva Joaseiro	Enfermeiro
27/04 – 12:08	Ana Cristina Vieira da Costa	Enfermeiro
05/05 – 19:14	Andresa Luana Silva Bautz	Enfermeiro
06/05 – 17:31	Daniele Barbosa Teixeira Silva	Enfermeiro
11/05 – 15:55	Jayne Steffany Leal	Enfermeiro
26/05 – 19:44	Carolina Corrêa	Enfermeiro
28/05 – 14:56	Hellen Ribas Ton	Enfermeiro
29/05 – 10:43	Daniele Veiga Keiser	Enfermeiro
04/06 – 17:52	Fernanda da Silva Souza	Enfermeiro
09/06 – 09:55	Marcos Roberto Righeti	Enfermeiro
02/07 – 08:40	Thais Platner	Enfermeiro
04/07 – 23:51	Nellissa I. de Assumpção Manhani	Enfermeiro
MÉDICO 40H		
28/04 – 10:15	Marina Medeiros da Silva	Médico 40h
28/04 – 10:17	Brenda Camelo Ferreira	Médico 40h
09/06 – 19:22	Alessandra de Oliveira da Silva	Médico 40h
19/06 – 11:21	Juliana Ferreira V. Tófoli	Médico 40h
07/07 – 15:01	Mattheus Lopes Pereira	Médico 40h
MÉDICO 20H		
28/04 – 10:32	Fernanda Sickert Oliveira Fontes	Médico 20h
09/06 – 18:11	Gabriela Andrioli Silva	Médico 20h
13/06 – 12:56	Jéssica Gabriele Santos	Médico 20h
18/06 – 09:48	Luan Lourenço Gomes Melo	Médico 20h
01/07 – 13:11	Mattheus Lopes Pereira	Médico 20h
03/07 - 10:45	Bruno Bagatin de Souza Moreira	Médico 20h
08/07 – 20:29	Fernanda Sickert Oliveira Fontes	Médico 20h

## - INSCRIÇÕES INDEFERIDAS, conforme item 3, sub item 3.3 do Edital

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO	MOTIVO
19/03 – 17:46	Henrique Matheus de Mauro Custódio	Técnico de Enfermagem	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
19/03 – 20:16	Josi Silva	Técnico de Enfermagem	Não apresentou cópia digitalizada dos documentos obrigatórios.
20/03 - 08:48	Itamara Jesus	Técnico de Enfermagem	Não apresentou cópia digitalizada dos documentos obrigatórios.
20/03 – 14:03	Rosana de Lurdes B. Krasnieviz	Técnico de Enfermagem	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de SC (item 3.2 do Edital).
19/03 – 16:59	Ana Priscila Barbosa de Alencar	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
19/03 – 17:31	Erlane Figueiredo da Silva	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
20/03 – 23:46	Ingrid Beatriz Burgel	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
21/03 – 10:35	Weverton dos Santos	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
26/05 – 16:17	Fernanda da Silva Souza	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).

Itapoá, 05 de Agosto de 2020.

Marciane Rech  
Enfermeira IIINoeli Schwetler Saidel  
Auxiliar de Serviços Gerais/ReadaptadaSusinei Ribeiro Schultz  
Agente Administrativo II

**PORTARIA MUNICIPAL Nº.0010/2020**

Publicação Nº 2591917

**Prefeitura Municipal de Itapoá - SC**  
**Secretaria de Administração****PORTARIA MUNICIPAL Nº.0010/2020****Data: 05 de agosto de 2020****PROCESSO ADMINISTRATIVO – PA Nº006/2020**  
**E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.****JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de**  
**Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas**  
**atribuições legais, considerando:**

- CI Nº250/2020/SEMAI

**Resolve:**

**Art.1º** Tornar público que será instaurado Processo Administrativo – PA nº006/2020, nos termos do Decreto Municipal 4.260/2020, com objetivo específico de apurar o cumprimento do contrato administrativo 129/2018, referente a *"Contratação de Empresa Especializada para a Elaboração do Estudo Ambiental (EAS) para Dragagem e Obras de Fixação da Barra do Rio Sai-mirim com a Implantação de Estruturas do Tipo Molhes e/ou Guias Correntes, conforme Termo de Referência II e demais especificações constantes no Edital e seus Anexos"*, que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes servidores:

FLÁVIO ELIAS GELAMO CUSTÓDIO.....Presidente  
HELOIZA HELENA MOREIRA..... Secretária  
JOÃO CLAUDIO SOARES.....Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar os fatos, apontando providências cabíveis.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá (SC), 05 DE AGOSTO DE 2020

**JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA**  
**Secretária de Administração**

CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Rua 960 nº 201 - Itapema - Itapoá - SC Cep: 89249-000 CNPJ: 81.140.303/0001-01  
Fone: (047) 3443-8800 Fax: (047) 3443-8828

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2020 - EDITAL 035/2019 - MOTORISTA CATEGORIA D**

Publicação Nº 2591875

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**

Secretaria Municipal da Saúde

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2020  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 035/2019  
MOTORISTA CATEGORIA D**

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais **CONVOCA** o candidato **GILBERTO CARVALHO DA SILVA** para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Carteira de Habilitação profissional Categoria D;
- Uma foto recente ;
- Comprovante de residência;
- Certificado do ensino fundamental;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens e ou IRRF;
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal de Itapoá. (RH emite em declaração para abertura da conta corrente).

Itapoá, 05 de Agosto de 2020.

**Sandra Regina Medeiros da Silva**

RUA 960 Nº 201; BAIRRO: ITAPEMA DO NORTE – FONE: (047) 443-8800 -CNPJ 81.140.303/0001-01 - CEP 89.249-000 - ITAPOÁ

# Ituporanga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 103, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2592624

DECRETO Nº 103, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

“RETIFICA DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 102, DE 4 DE AGOSTO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Senhor GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de 30 de março de 1990, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº. 12.608 de 10 de abril de 2012,

DECRETA

Art. 1º O artigo 6º do Decreto nº 102, de 4 de agosto de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º As indústrias deverão funcionar com capacidade mínima necessária, adotando todas as medidas sanitárias preventivas, priorizando o afastamento dos funcionários que se enquadrem em grupo de risco.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de hoje.

Ituporanga, 5 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL  
Secretária da Administração

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA INTERNA Nº 01/2020

Publicação Nº 2592630

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA  
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA INTERNA Nº 01/2020  
DE 06 A 11 DE AGOSTO DE 2020  
CONTRATAÇÃO DE COVEIRO PARA O CEMITÉRIO MUNICIPAL

A Prefeitura do Município de Ituporanga, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.640/0001-30, através da Secretaria da Administração, TORNA PÚBLICO:

O presente Edital de Chamada Pública Interna, que oportuniza aos servidores ocupantes do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS a se candidatarem para realização das funções de COVEIRO junto ao Cemitério Municipal.

Serão abertas 04 (quatro) vagas para esta função, apenas do sexo masculino.

Os candidatos que tiverem interesse deverão comparecer no departamento de recursos humanos das 8h do dia 6 ao meio-dia do dia 11 de agosto de 2020.

Caso haja mais que 4 candidatos, será considerado como critério de desempate quem tiver maior idade.

Não serão aceitos servidores pertencentes ao grupo de risco definido no artigo 6º do Decreto municipal nº 32, de 17 de março de 2020, a saber: pessoas com sessenta anos ou mais, pessoas com doenças crônicas (hipertensão, diabetes, doenças cardíacas, doenças autoimunes, pessoas em tratamento com imunossuppressores, asma, bronquite, DPOC); pessoas que coabitam com idosos que apresentam doenças crônicas.

Os candidatos selecionados, além da sua remuneração mensal, farão jus ao recebimento de adicional de penosidade 30%, no valor de R\$ 302,54, mais o pagamento de gratificação por horas de sobreaviso, que serão remuneradas pelo valor equivalente a 1/3 (um terço) do valor da hora normal.

As horas de sobreaviso serão realizadas em sábados, domingos e feriados no período compreendido das 06:00 às 18:00 horas, sendo que as horas efetivamente trabalhadas dentro do horário de sobreaviso serão remuneradas com acréscimo de 100% do valor da hora normal.

Ituporanga, 05 de agosto de 2020.

Lia Caroline Miguel  
Secretária da Administração

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2020/PMI CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMAGEM DE ALTA RESOLUÇÃO E CARTOGRAFIA DA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, TENDO EM VISTA QUE O PROCESSO LICITATÓRIO N. 27/2020 - PREGÃO 15/**

Publicação Nº 2592845

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 37/2020

Processo: 60/2020/PMI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMAGEM DE ALTA RESOLUÇÃO E CARTOGRAFIA DA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, TENDO EM VISTA QUE O PROCESSO LICITATÓRIO N. 27/2020 - PREGÃO 15/2020 FOI REVOGADO. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 18 de agosto de 2020 até as 09h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 18 de agosto de 2020 às 09h30min no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10h00min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min pelo fone (\*\*47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Editais de Licitações. Ituporanga, 06 de agosto de 2020 – Gervásio José Maciel – Prefeito em exercício.

**PORTARIA Nº 1.763, DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592631

PORTARIA Nº 1.763, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e inciso VI, do artigo 3º, bem como o artigo 12 e seu parágrafo único, da Lei nº 2.189, de 27 de setembro de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora LIA CAROLINE MIGUEL, ocupante do cargo de Secretária da Administração para responder CUMULATIVAMENTE pelo cargo de SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de hoje.

Ituporanga, 05 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL  
Secretária da Administração

# Jaborá

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.933

Publicação Nº 2592378

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL E ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

ADELIR MANOEL INACIO, Prefeito de Jaborá(SC), no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Municipal 1.653, de 03 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente na importância de R\$ 155.000,00 (Cento e cinquenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Jaborá:

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

12.365.0004.2.016 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL

3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0019.(0019) (196) – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.(0001) (124) – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

12.361.0004.2.015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0019.(0019) (197) – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 155.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Abertura de Crédito Adicional Suplementar que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial ou total na seguinte dotação:

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

12.365.0004.2.016 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL

4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0019.(0019) (128) – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.(0001) (125) – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

12.361.0004.2.015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0019.(0019) (111) – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL ANULADO: R\$ 155.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC,  
em 05/Agosto/2020

ADELIR MANOEL INACIO  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 06/08/2020

MARLENE F.M.C.PICINATTO  
Secretária De Administração

**PORTARIA Nº 103/2020**

Publicação Nº 2592258

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 103, de 05 de agosto de 2020.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VIII do art. 102, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR o servidor VALDOMIRO BAPTISTA RIBEIRO, para o cargo em comissão de Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05/08/2020.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 06/agosto/2020.

MARLENE FÁTIMA MAGNABOSCO DA CRUZ PICINATTO

Secretária de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO 07\_2020

Publicação Nº 2591487

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Julho  
Página: 1

SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE JABORA  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	56.663,77
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	56.663,77
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	56.312,81
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	350,96
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	98.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	98.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	120.573,02	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	123.011,27
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.807,23	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.807,23
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	56.663,77	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	59.102,02
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	59.102,02	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	59.102,02
SALDOS ANTERIORES	212.862,33	SALDOS ATUAIS	251.760,31
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	205.279,74	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	251.350,48
BANCO C/ MOVIMENTO	7.582,59	BANCO C/ MOVIMENTO	409,83
TOTAL	431.435,35	TOTAL	431.435,35

JABORA, 05/08/2020

ITAMAR TOIGO  
Presidente

JOVANI PEDRO TONIELLO  
Contador CRC SC-030442/O-0

**Jacinto Machado****PREFEITURA****AVISO DA LICITAÇÃO PP 36/2020**

Publicação Nº 2591437

Estado de Santa Catarina  
Município de Jacinto Machado

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório nº 36/2020 – Pregão Presencial

Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição parcelada de pneus, novos, de primeira linha, para manutenção e reposição nos veículos e máquinas da frota municipal, até 31 de dezembro de 2020, conforme especificações constantes do anexo I – Termo de Referência, que integra este edital.

Data e hora da entrega dos envelopes: até às 07h45min do dia 18/08/2020.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08h00 do dia 18/08/2020.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13horas às 17horas, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@jacintomachado.sc.gov.br](mailto:licita@jacintomachado.sc.gov.br). Fone (48) 3535-1133. João Batista Mezzari

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 093 DE 20 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2592456

DECRETO Nº 093 DE 20 DE JULHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA ENTIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº 909 de 11 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementar as dotações orçamentárias no(s) Projeto(s)/Atividade(s) do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminado(s), por conta do excesso de arrecadação, na forma do Artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no valor de R\$ 253.084,77 (Duzentos e Cinquenta e Três Mil, Oitenta e Quatro Reais e Setenta e Sete Centavos), conforme abaixo especificado:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – GABINETE DO PREFEITO

Projeto/Atividade: 2.003 – Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias

Modalid. de Aplic.: (135) – 3.1.90.00.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas.. R\$ 25.761,83

SUB-TOTAL ..... R\$ 25.761,83

Órgão: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

Unidade: 01 – DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO

Projeto/Atividade: 2.005 – Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalid. de Aplic.: (136) – 3.1.90.00.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas...R\$ 63.152,52

SUB-TOTAL ..... R\$ 63.152,52

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Projeto/Atividade: 2.019 – Manutenção do Departamento de Esportes

Modalid. de Aplic.: (137) – 3.1.90.00.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.761,48

SUB-TOTAL ..... R\$ 3.761,48

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade: 2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalid. de Aplic.: (138) – 3.1.90.00.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas..R\$ 109.061,14

SUB-TOTAL ..... R\$ 109.061,14

Órgão: 07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIG. E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Projeto/Atividade: 2.048 – Manutenção da Secretaria de Agricultura, Irrig. e Meio Ambiente

Modalid. de Aplic.: (139) – 3.1.90.00.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas....R\$ 42.566,90

SUB-TOTAL ..... R\$ 42.566,90

Órgão: 09 – SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Projeto/Atividade: 2.052 – Manutenção da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo

Modalid. de Aplic.: (140) – 3.1.90.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas ..... R\$ 8.780,90

SUB-TOTAL ..... R\$ 8.780,90

TOTAL GERAL ..... R\$ 253.084,77

Art. 2º - Os recursos financeiros para suprir as despesas por conta da suplementação de que trata o Artigo 1º foram creditados na Conta Corrente/Aplicação nº 5.235-3, Agência 2192-X do Banco do Brasil, tratando-se de recursos vinculados as Transferências da parcela correspondente ao Auxílio Financeiro "sem destinação específica" da Lei Complementar nº 173, de 27 de Maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000, e dá outras providências. Os recursos financeiros supra mencionados encontram-se depositados no Banco do Brasil, Agência 2192-X, Conta nº 18.777-1 de titularidade da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, destinada especificamente a movimentação destes valores financeiros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 20 de Julho de 2020.

Jacinto Machado/SC, 20 de Julho de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

## DECRETO Nº 094 DE 20 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2592463

DECRETO Nº 094 DE 20 DE JULHO DE 2020.

CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSOS, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinadas com os artigos 7º e 43, IV, da Lei Federal nº 4.320/64 e em conformidade com a autorização no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 909 de 11 de Dezembro de 2019.

Considerando os dispositivos da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2020 - Lei Municipal nº 908/2019, em especial o contido no seu artigo 47;

Considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado nº 1794, resultante da Decisão Plenária nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que a inclusão no Orçamento Anual de Modalidade de Aplicação e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial;

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluído no Orçamento Municipal a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), a qual passa integrar o Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Jacinto Machado, com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Projeto/Atividade: 2.026 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalid. de Aplic.: (34) – 3.3.90.00.00.00.00.0740 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20,90

TOTAL GERAL ..... R\$ 20,90

Art. 2º- Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento da Unidade Fundo Municipal de Assistência Social de Jacinto Machado, por conta do excesso de arrecadação, na forma do Artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no valor de R\$ 20,90 (Vinte Reais e Noventa Centavos), conforme abaixo especificado:

Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Projeto/Atividade: 2.026 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalid. de Aplic.: (34) – 3.3.90.00.00.00.00.0740 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20,90

TOTAL GERAL ..... R\$ 20,90

Art. 3º - Os recursos financeiros para suprir as despesas por conta da suplementação de que trata o artigo 2º foram creditados na conta corrente nº 5.235-3, Agência 2192-X do Banco do Brasil vinculados as Transferências da parcela correspondente ao Auxílio destinado as áreas de Saúde e Assistência Social conforme Lei Complementar nº 173, de 27 de Maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000, e dá outras providências. Os recursos financeiros supra mencionados encontram-se depositados no Banco do Brasil, Agência 2192-X, Conta nº 18.776-3 de titularidade do Fundo Municipal de Assistência Social, destinada especificamente a movimentação destes recursos financeiros.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de 20 de Julho de 2020.

Jacinto Machado/SC, 20 de Julho de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

## DECRETO Nº 095 DE 20 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2592468

DECRETO Nº 095 DE 20 DE JULHO DE 2020.

cria nova CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSOS, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinadas com os artigos 7º e 43, IV, da Lei Federal nº 4.320/64 e em conformidade com a autorização no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 909 de 11 de Dezembro de 2019.

Considerando os dispositivos da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2020 - Lei Municipal nº 908/2019, em especial o contido no seu artigo 47;

Considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado nº 1794, resultante da Decisão Plenária nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que a inclusão no Orçamento Anual de Modalidade de Aplicação e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial;

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluído no Orçamento Municipal a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), a qual passa integrar o Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Modalid. de Aplic.: (46) – 3.3.90.00.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas ..... R\$ 31,35  
TOTAL GERAL ..... R\$ 31,35

Art. 2º- Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento da Unidade Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, por conta do excesso de arrecadação, na forma do Artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no valor de R\$ 31,35 (Trinta e Um Reais e Trinta e Cinco Centavos), conforme abaixo especificado:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Modali. de Aplic.: (46) – 3.3.90.00.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas ..... R\$ 31,35  
TOTAL GERAL ..... R\$ 31,35

Art. 3º - Os recursos financeiros para suprir as despesas por conta da suplementação de que trata o artigo 2º foram creditados na conta corrente nº 5.235-3, Agência 2192-X do Banco do Brasil vinculados as Transferências da parcela correspondente ao Auxílio destinado as áreas de Saúde e Assistência Social da Lei Complementar nº 173, de 27 de Maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000, e dá outras providências. Os

recursos financeiros supra mencionados encontram-se depositados no Banco do Brasil, Agência 2192-X, Conta nº 18.778-X de titularidade do Fundo Municipal de Saúde, destinada especificamente a movimentação destes recursos financeiros.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de 20 de Julho de 2020.

Jacinto Machado/SC, 20 de Julho de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

## **TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2020**

Publicação Nº 2592477

Estado de Santa Catarina  
Município de Jacinto Machado

Processo Licitatório nº 37/2020 - Dispensa de Licitação

Do objeto: Aquisição de 48,33 m³ de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) para execução de pavimentação asfáltica na Rua Elvira Veronez, e aquisição de 37,46 m³ de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) para execução de manutenção de vias pavimentadas (tapa buracos) na Av Egídio Tomasi, Av Afonso Possamai Della e Rua Silvio Boff, com a finalidade de melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade urbana no município de Jacinto Machado/SC.

Contratante: O MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, com sede na Rua Pool Jorge Zacca, no centro do município de Jacinto Machado, inscrito no CNPJ sob o nº 82.960.758/0001-36.

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DA AMESC – CINFRA, Associação Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 32.113.845/0001-80, com sede na Rua Nereu Ramos, 595 - Centro, no município de Turvo/SC.

Do valor e do pagamento: O valor total para execução dos serviços é de R\$ 56.484,77 (Cinquenta e seis mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta e sete centavos), de recursos próprios do município, a serem pagos após conclusão da obra e mediante aprovação da Nota fiscal/Fatura, através de depósito bancário ou na tesouraria da Contratante.

Da dotação orçamentária: As despesas decorrentes desta prestação de serviços correrão por conta da seguinte dotação:

06.01 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

1.039 – Pav. Recup. Vias, Rodovias, Logradouros, Pontes e Passeios

4.4.93.00.00.00.00.00.0080 (82); 3.3.93.00.00.00.00.00.0080 (77)

Da base legal: Inciso III, § 1º do Art. 2º da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: Justifica-se tal contratação por tratar-se de Consórcio Público criado exclusivamente para prover serviços de desenvolvimento da infraestrutura rodoviária, formado pelos municípios de Jacinto Machado, Timbé do Sul e Turvo, visando prestação mais racional, eficiente e econômica de serviços públicos de interesse comum, num compartilhamento de servidores, máquinas e equipamentos, saber tecnológico e capacidade administrativa, fundamentado pela Lei 11.107/2005.

Jacinto Machado/SC, 05 de agosto de 2020.

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 123/2020

Publicação Nº 2592128

#### APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2020

Contratada: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME – CNPJ/MF 18.138.763/0001-69

#### APOSTILA Nº 123/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 181/2020/SEMOP, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0451.2305	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	283	0.1.39.0555
09.001.15.452.0451.2308	Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial	3.3.90 – Aplicações Diretas	287	0.3.39.0555

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

OTONIEL DA SILVA – Secretário de Obras e Serviços Públicos

### APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 124/2020

Publicação Nº 2592129

#### APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2020

Contratada: PARISI TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA – CNPJ/MF 80.443.427/0001-01

#### APOSTILA Nº 124/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 181/2020/SEMOP, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0451.2305	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	283	0.1.39.0555
09.001.15.452.0451.2308	Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial	3.3.90 – Aplicações Diretas	287	0.3.39.0555

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

OTONIEL DA SILVA – Secretário de Obras e Serviços Públicos

### APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 125/2020

Publicação Nº 2592130

#### APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2020

Contratada: LILI CASA E CONSTRUÇÃO EIRELI – CNPJ/MF 78.268.810/0001-10

APOSTILA N° 125/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 181/2020/SEMOP, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0451.2305	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	283	0.1.39.0555
09.001.15.452.0451.2308	Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial	3.3.90 – Aplicações Diretas	287	0.3.39.0555

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

OTONIEL DA SILVA – Secretário de Obras e Serviços Públicos

### **APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 126/2020**

Publicação N° 2592131

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS N° 090/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 066/2020

Contratada: P&P COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA – CNPJ/MF 10.173.601/0001-50

APOSTILA N° 126/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 181/2020/SEMOP, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0451.2305	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	283	0.1.39.0555
09.001.15.452.0451.2308	Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial	3.3.90 – Aplicações Diretas	287	0.3.39.0555

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

OTONIEL DA SILVA – Secretário de Obras e Serviços Públicos

### **APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 127/2020**

Publicação N° 2592132

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS N° 090/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 067/2020

Contratada: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME – CNPJ/MF 15.843.503/0001-04

APOSTILA N° 127/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 181/2020/SEMOP, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0451.2305	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	283	0.1.39.0555
09.001.15.452.0451.2308	Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial	3.3.90 – Aplicações Diretas	287	0.3.39.0555

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

OTONIEL DA SILVA – Secretário de Obras e Serviços Públicos

## ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL DA CONCORRÊNCIA Nº 304/2019

Publicação Nº 2592342

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL DA CONCORRÊNCIA Nº 304/2019

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, com início às nove horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 13.418/2019 e Decreto nº 14.091/2020, formada pelos membros Gildo Martins de Andrade Filho, Marcia Evelise Jamoski e Luciana Hartmann, para sob a presidência do primeiro, procederem a abertura e julgamento do envelope 02 – Proposta Comercial da empresa habilitada, referente a CONCORRÊNCIAS Nº 304/2019, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para modernização, ampliação e manutenção preventiva e corretiva da sinalização semafórica e dos sistemas de controle e sinalização de passagem em nível, no Município de Jaraguá do Sul, com fornecimento de materiais e mão-de-obra, do seguinte consórcio.

Proponente
CONSÓRCIO MANUTENÇÃO DW
DATAPROM EQUIP. E SERV. DE INFORM. INDUSTRIAL LTDA
WH SUL SINALIZAÇÃO LTDA

Presente a esta sessão a Sra. Rita Rebechi CPF nº 587.673.719-49, Representante da empresa DATAPROM EQUIP. E SERV. DE INFORM. INDUSTRIAL LTDA e Sr. Werner Augusto Schmidt CPF nº 076.437.919-45 Representante de empresa WH SUL SINALIZAÇÃO LTDA. Dando prosseguimento foi aberto o envelope 02 – Proposta Comercial da proponente. Foi a seguinte a proposta apresentada em valor global:

Nome das proponentes	VALOR GLOBAL da proposta R\$
CONSÓRCIO MANUTENÇÃO DW	7.302.163,55
DATAPROM EQUIP. E SERV. DE INFORM. INDUSTRIAL LTDA	
WH SUL SINALIZAÇÃO LTDA	

Dando prosseguimento, a Comissão passa para a análise criteriosa da proposta comercial apresentada e após a análise foi CLASSIFICADA por estar de acordo com as exigências do edital. Quanto à verificação do Direito de Preferência conforme Lei Federal 123/2006, verificou-se não haver necessidade de aderir a Lei, pois somente um consórcio restou para esta fase. Posto isto, a Comissão Especial declara vencedora do certame o CONSÓRCIO MANUTENÇÃO DW, com o valor Global de R\$ 7.302.163,55 (sete milhões trezentos e dois mil cento e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos). A seguir foi colocada a palavra livre aos senhores representantes presentes que não se manifestaram. Consultados, os mesmos renunciaram ao direito e prazo de recurso, a seguir transcrito. "RENUNCIAMOS AO DIREITO E AO PRAZO DE RECURSO QUANTO AO JULGAMENTO DA PROPOSTA" assinando a presente Ata. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes a qual será fornecida cópia desta. Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2020.

Gildo Martins de Andrade Filho	
Luciana Hartmann	
Marcia Evelise Jamoski	
Rita Rebechi	
Werner Augusto Schmidt	

## ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2020

Publicação Nº 2592337

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2020

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, com início quatorze horas, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 108/2020, que tem por objeto a aquisição de MEDICAMENTOS PARA USO VETERINÁRIO: antibióticos, anti-inflamatórios, anti helmíntico, anestésicos, vitaminas, diuréticos, hormônios, secretolítico, antissépticos/cicatrizantes, soros e teste para atendimento das atividades desenvolvidas pelas Semdra, ao longo dos 12 (doze) meses, com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e do servidor Sidnei Correa de Almeida da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 13.127/2019. Foram protocolados os envelopes 01 – Proposta Comercial e 02 – Habilitação, das seguintes empresas:

Proponente	Credenciado	Identificação
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	Rita de Cassia Paes da Rosa	736.621.009-91
TURVOMED DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS EIRELI ME	Jonata de Toledo	055.439.869-98

Presente a sessão a Sra. Claudia Schwarzbald Feldens, Veterinária, servidora da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, para acompanhamento da sessão pública e auxílio no julgamento das Propostas Comerciais. Dando início a sessão foi realizada o credenciamento dos representantes presentes munidos de suas comprovações conforme exigido no Edital. Dando prosseguimento foi registrado o pedido de

desclassificação do item 14 pelo representante da empresa TURVOMED DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS EIRELI ME, alegado erro na formulação da sua proposta. Prosseguindo passou-se à abertura das propostas comerciais e após a análise, relativamente às imposições do edital, foram classificadas por estarem em conformidade com o exigido no edital. Ato contínuo passou-se à próxima fase (lance), conforme mapa de preços em anexo. Em atendimento a LC 147/2014 este Edital foi lançado para participação de empresas ME/EPP e Empresas de Grande Porte. Restou vencedora a seguinte empresa, com o seguinte preço final para os itens:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid	Descrição do serviço	Valor unitário do item (R\$)
01	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	15	UN	ACEPROMAZINA – Acepromazina 10g - Frasco 20ml	25,77
02	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	5	UN	ALBENDAZOL ORAL – Albendazol 10g - Frasco 250ml	26,80
03	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	3	UN	AMOXICILINA – Amoxicilina (trihidratada) 15g - Frasco de 100ml	60,45
04	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	15	UN	ANESTÉSICO LOCAL – Lidocaína (2,06g) bitartrato de epinefrina (1,001mg) - Frasco 50ml	12,38
05	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	60	UN	ANTITÓXICO – antitóxico (Acetil DL-Metionina 5g, Cloreto de Colina 2g, Cloridrato de Tiamina 1g, Cloridrato de Piridoxina 0,04, Cloridrato de L-Arginina 0,6g, Riboflavina 0,02g, Nicotinamida 0,5g Pantotenato de Cálcio 0,2g, Glicosé 20g - Frasco 100ml	28,32
06	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	4	UN	BROMEXINA – Cloridrato de bromexina (300mg) - Frasco 50ml	40,02
07	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	50	UN	CÁLCIO - Borogluconato de cálcio 20,15 g, Glicerofosfato de cálcio 2,5 g, Cloreto de magnésio 2,0 g, Veículo glicosado q.s.p. 100 mL - Frasco 200ml	22,75
08	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	20	UN	CETOPROFENO – Cetoprofeno 10mg - Frasco 50ml	58,08
09	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	2	UN	COMPLEXO VIT B – Vitamina B12(cianocobalamina) 5000 mcg, Vitamina B1 (cloridrato de tiamina) 500 mg, Vitamina B6 (cloridrato de piridoxina) 150 mg – Frasco 50ml	39,10
10	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	20	UN	COMPLEXO VITAMINICO INJ – Sulfato de mefentermina 600,0 mg, Vitamina B2 200,0 mg, Vitamina B6 500,0 mg, Nicotinamina 10.000,0 mg, Pantotenato de - Frasco 10ml	13,72
11	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	80	UN	DEXAMETASONA 5MG – Dexametasona (5,0mg) - Frasco 10ml	9,52
12	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	40	FR	DICLOFENACO – Diclofenaco sódico 5g - Frasco 50ml	22,82
13	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	40	UN	DIPIRONA – Dipirona Sódica (500mg) - Frasco 50ml	17,96
14	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	25	FR	DIURÉTICO – Furosemida 10mg - Frasco 10ml	18,60
15	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	18	UN	DORAMECTINA – Doramectin 1g - Frasco 50ml	17,27
16	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	120	UN	ENROFLOXACINA 10% - enrofloxacin 10g - Frasco 50ml	19,12
17	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	5	UN	ENROFLOXACINA LONGA AÇÃO – Enrofloxacin 10% - Frasco 50ml	83,83
18	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	5	UN	ESTIMULANTE DO RUMEM – Acetil tributil acetato - Frasco 150ml	83,67
19	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	3	UN	ESTIMULANTE GASTROINTESTINAL INJ Sorbitol 50g - Frasco 100ml	27,23
20	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	50	UN	ESTIMULANTE RUMINAL – Solução de silicone a 30%, Suspensão de metilcelulose q.s.p - Frasco 100ml	19,02
21	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	85	UN	ESTREPTOMICINA – Sulfato de Dihidroestreptomicina 12,5g + Cloridrato de procaína 500mg - Frasco 50ml	36,86
22	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	30	UN	FLORFENICOL – Florfenicol 30g - Frasco 50ml	75,93

23	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	35	UN	FLUNEXINA 50ML – Megluminato de flunixinina 8,3 g (Equivalente a 5,0 g de flunixinina) - Frasco 50ml	62,66
24	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	10	UN	GLICOSE – Solução de Glicose 5% - Frasco 500ml	17,78
25	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	10	UN	IMIDOCARB – Dipropionato de imido-carb 12g - Frasco 15ml	32,89
26	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	3	FR	IVERMECTINA – ivermectina 1% - Frasco 50ml	25,38
27	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	15	UN	KETAMINA – Cloridrato de ketamina 1,16 g - Frasco 10ml	26,60
28	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	45	UN	MELOXICAM – Meloxicam (2g) - Frasco 50ml	115,17
29	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	10	UN	OCITOCINA - Ocitocina Sintética Standard Internacional (Correspondendo 10 U.I. = 1 mL) - Frasco 10ml	8,99
30	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	180	UN	OXITETRACICLINA – Oxitetraciclina base (10g) Lidocaína. (2g) - Frasco 50ml	17,41
31	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	130	FR	OXITETRACICLINA LA – Oxitetraciclina (dihidratada) 20g – Frasco de 50ml	24,15
32	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	370	UN	PENICILINA LIOFILIZADA – Benzilpenicilina benzatina (3.000.000 UI) Benzilpenicilina procaína (1.500.000 UI) Benzilpenicilina potássica (1.500.000 UI) - Frascos 8,6g pó + 15ml	28,78
33	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	20	UN	PROSTAGLANDINA – D (+) Cloprostenol 7,50 mg (prostaglandina) – Embalagens com 2 frascos de 2ml cada	27,70
34	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	120	UN	SORO VITAMINADO – Dextrose anidra 25g, Cloreto de Sódio 2,48g, Cloreto de Cálcio Dihidratado 0,145g, Cloreto de Magnésio Hexahidratado 0,100g, Lactato de Sódio 3,17g, Veículo q.s.p500ml. Vitamina B12 2000mg. Frasco 500ml	17,42
35	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	15	UN	SORO RL – 130 mEq de sódio; 4 mEq de potássio; 3 mEq de cálcio; 109 mEq de cloreto; 28 mEq de lactato - Frasco 1000ml	15,01
36	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	100	UN	SULFA + TRIMETOPRIM 50ml – Sulfametoxazol (20g) Trimetoprim (4g) - Frasco 50ml	31,09
37	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	8	UN	SUPLEMENTO ANEMIA – Vitamina B1 1.500 mg, Vitamina B2 1.500 mg, Vitamina B12 15.000 mcg, Vitamina B6 1.200 mg, Vitamina K3 250 mg, Pantotenato de Cálcio 1.200 mg, Ácido Fólico 5.000 mg, Ácido Nicotínico 1.200 mg, Cobre 500 mg, Zinco 5.000 mg, Ferro 4.500 mg, Cobalto 100 mg, Glicose 200 g - Frasco 1000ml	221,10
38	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	5	UN	SUPLEMENTO VITAMÍNICO ORAL – Triptofano 520 mg, DL-Metionina 21.430 mg, L-Carnitina, 20.000 mg, L-Lisina 37.900 mg, Prolina 24.566 mg, Cisteína 720 mg, Hidroxiprolina 14.706 mg, Valina 4.656 mg, Ácido Aspártico 10.323 mg, Ácido Glutâmico 18.646 mg, Tirosina 2.317 mg, Treonina 1.790 mg, Fenilalanina 4.129 mg, Histidina 2.149 mg, Colina 10.000 mg, Betaína 10.000 mg, Isoleucina 2.696 mg, Serina 3.055 mg, Arginina 11.293 mg, Glicina 44.856 mg, Alanina 16.138 mg, Leucina 6.278 mg, Glicose 200 g, Veículo q.s.p. 1.000 g - Frasco 1000ml	136,35

39	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	2	UN	TESTE CMT – Púrpura de bromocresol 0,02 mg - Frasco 500ml	14,66
40	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	20	UN	TILOSINA – Tilosina (sob forma base) (20g) - Frasco 50ml	25,98
41	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	90	UN	TRISTEZA – Diacetato de 4,4-diazoaminodibenzimidina (2,1g) Pirazolona. (antipirina) (11,1g) - Frasco 20ml	27,52
42	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	40	UN	VELA UTERINAC – Ioridrato de tetraciclina 1g Excipiente efervescente 7g - Envelope com 2 Tabletes 7g	26,80
43	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	25	UN	VIT B12 – Vitamina B12 0,1g - Frasco 20ml	19,58
44	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	25	UN	VIT K – Vitamina K 0,217 g - Frasco 20ml	14,99
45	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	15	UN	XILASINA – Cloridrato de xilazina 2g - Frasco 10ml	16,22
46	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	2	FR	CLOSANTEL – Closantel sódico 10 g – Frasco 250ml	51,26
47	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	3	FR	IVERMECTINA POUR-ON – Ivermectina 1% - Frasco 1l	244,00
48	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	5	FR	MAGNÉSIO – hidróxido de magnésio 1200mg- frasco 350ml	16,69
49	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	10	FR	MODIFICADOR ORGÂNICO – Vitamina E: 100 UI, Vitamina D2: 2.000.000 UI, Vitamina B12: 5.000 µg, Cloridrato de L-arginina:200mg, Cloridrato de L-histidina:210mg, Cloridrato de L-lisina: 1.000mg, L-leucina: 210mg, L-triptofano: 50mg, L-valina: 200mg, DL-metionina: 210mg, Glicina: 420mg, Cloreto de cobalto: 13mg, Sulfato de cobre: 2mg, Iodeto de potássio: 15mg, Cloreto de zinco: 10mg, Cloreto de sódio: 42mg, Hipofosfito de cálcio: 1.500mg, Cloreto de magnésio: 210mg, Monoglutamato de sódio: 420mg, Ácido oléico: 375mg, Hidróxido de alumínio: 30mg – Frasco 100ml	25,17
50	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	3	FR	VITAMINAS ADE – Vitamina E (alfa tocoferol) (5.500 U.I). Vitamina D-2 (ergocalciferol) (6.000.000 U. I.) Vitamina A (palmitato) (27.000.000 U.I.) - Frasco 100ml	34,80

A seguir procedeu-se a abertura do envelope 02-Documentação da licitante vencedora, concluindo-se pela HABILITAÇÃO da mesma, visto ter atendido as exigências do edital. Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. A decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal, para a competente Homologação. E, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Jaraguá do Sul, SC, 04 de agosto de 2020.

Rosinei Aparecida Gretter Dias	
Sidnei Correa de Almeida	
Claudia Schwarzbald Feldens	
Rita de Cassia Paes da Rosa	
Jonata de Toledo	

## DECRETO Nº 14.088/2020

Publicação Nº 2591622

### D E C R E T O Nº 14.088/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :



Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Procuradoria-Geral do Município (PGM), a saber:

04 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.002 - FUNDO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO (FUNPROM)

04.002.03.092.0300.2.030 - Manutenção das Atividades da Procuradoria-Geral

4.4.00 - INVESTIMENTOS

04.002.39 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.3.06.0336 - SF - Fundo da Procuradoria-Geral do Município R\$ 5.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados do Fundo da Procuradoria-Geral do Município (Funprom), no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 03 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO Nº 14.089/2020

Publicação Nº 2591623

### D E C R E T O Nº 14.089/2020

Altera Dispositivos do Decreto Municipal Nº 14.033/2020, de 09 de Julho de 2020, Alterado pelos Decretos Municipais Nº 14.059/2020, de 17 de Julho de 2020, Nº 14.062/2020, de 21 de Julho de 2020, e Nº 14.078/2020, de 28 de Julho de 2020, que Regulamentam o Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais e Suspende Atividades em Face do Enfrentamento à COVID-19 e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

DECRETA :

Art.1º O artigo 1º, caput, e seu inciso II, do Decreto Municipal Nº 14.033/2020, de 09/07/2020, alterado pelos Decretos Municipais Nº 14.059/2020, de 17/07/2020, Nº 14.062/2020, de 21/07/2020, e Nº 14.078/2020, de 28/07/2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º Ficam suspensas até o dia 12 de agosto de 2020, podendo este prazo ser revisto a qualquer tempo, conforme estabelecido no artigo 7º, deste Decreto, as seguintes atividades:

...

II - missas, cultos e outras atividades religiosas que envolvam agrupamento de pessoas, de segunda-feira a sexta-feira, permitidas aos finais de semana desde que respeitada a capacidade máxima de 30% (trinta por cento), de acordo com as regras de distanciamento social, e permitidos em qualquer crença os atendimentos individuais mediante horário agendado, todos os dias;

...”

Art.2º O artigo 2º, caput, e seus §§ 1º, 6º e 9º, do Decreto Municipal Nº 14.033/2020, de 09/07/2020, alterado pelos Decretos Municipais Nº 14.059/2020, de 17/07/2020, Nº 14.062/2020, de 21/07/2020, e Nº 14.078/2020, de 28/07/2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º Os restaurantes, bares, lanchonetes, pubs, confeitarias e estabelecimentos congêneres (inclusive os localizados em shoppings centers, supermercados e galerias), terão horário reduzido de funcionamento para atendimento presencial de segunda a sábado, das 6h às 18h, respeitando as regras de distanciamento social e o limite de pessoas por mesa, conforme Portaria SES Nº 257, de 21/04/2020.

§1º Estabelecimentos de alimentos que realizam comércio do tipo delivery (tele-entrega) poderão realizar entregas aos clientes (retirada no balcão e delivery) das 6h às 24h.

...

§6º Fica permitido o funcionamento, para consumo no local, de restaurantes, comércios de assados (casas de carnes), padarias e confeitarias (inclusive os localizados em shoppings centers, supermercados e galerias) aos domingos, entre 10h e 15h.

...

§9º Restaurantes, lanchonetes e congêneres localizados em hotéis e similares, deverão cumprir o horário estabelecido no caput deste artigo, permitido em horário diverso atendimento somente via serviço de quarto para hóspedes do hotel, permanecendo fechado o espaço de atendimento a público.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 14.090/2020

Publicação Nº 2592704

D E C R E T O Nº 14.090/2020 Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 192.897,47 (Cento e noventa e dois mil, oitocentos e noventa e sete reais e quarenta e sete centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), a saber:

19 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

19.001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

19.001.16.482.603.2.509 - Aquisição de Materiais de Construção para Doação

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

19.001.456 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS R\$ 192.897,47

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 192.897,47 (Cento e noventa e dois mil, oitocentos e noventa e sete reais e quarenta e sete centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 14.091/2020

Publicação Nº 2592705

D E C R E T O Nº 14.091/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Fica designada a servidora pública municipal MÁRCIA EVELISE JAMOSKI, matrícula 8225, para compor a Comissão da CONCORRÊNCIA Nº 304/2019, constituída pelo Decreto Municipal Nº 13.418/2019, de 03/12/2019, em substituição a Marcelo Elias da Silveira.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 14.092/2020

Publicação Nº 2592707

D E C R E T O Nº 14.092/2020

Altera Dispositivos do Decreto Municipal Nº 9.031/2012, de 14 de Dezembro de 2012, que Regulamenta a Prática de Cremação de Cadáveres e Incineração de Restos Mortais no Município de Jaraguá do Sul, Instituído pela Lei Municipal Nº 6.546/2012, de 06 de Dezembro de 2012, Com as Alterações da Lei Municipal Nº 8.230/2020, de 24 de Janeiro de 2020.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 9º, da Lei Municipal Nº 6.546/2012, de 06/12/2012, alterada pela Lei Municipal Nº 8.230/2020, de 24/01/2020, combinado com o inciso IX, do artigo 71, da Lei

Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1294/2020-PGM, de 04/08/2020, da Procuradoria-Geral do Município;

DECRETA :

Art.1º O artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 9.031/2012, de 14/12/2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.3º A cremação do corpo cadavérico humano somente poderá ser efetuada após transcorrido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do falecimento e mediante a comprovação do registro de óbito da pessoa falecida, cuja cópia deverá ser entregue no Crematório antes da cremação e ali permanecer arquivada, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

I - no caso de morte natural:

a) prova de manifestação da vontade do falecido, constante de declaração expressa, por instrumento público ou particular, neste último caso, com firma reconhecida pelo cartório competente;

b) se a família do morto assim o desejar e sempre que, em vida, o "de cujus" não haja feito declaração em contrário, pública ou particular;

c) apresentação de atestado ou declaração de óbito firmada por médico;

II - no caso de morte violenta:

a) autorização expedida pela autoridade judiciária;

b) apresentação de atestado ou declaração de óbito firmada por médico legista ou, quando o óbito não ocorrer imediatamente após a agressão e houver necessidade de internação hospitalar, por médico responsável.

§1º Em se tratando de menor ou incapaz, pela apresentação de declaração de vontade de seus pais, guardiões, tutores ou curadores judicialmente nomeados por instrumento particular, assinado por 03 (três) testemunhas, sem prejuízo ao que prevê o inciso II, do presente artigo, quando for o caso.

§2º No caso de morte de cidadão estrangeiro, não residente na cidade, a cremação deverá ser autorizada por autoridade judicial competente, com a manifestação de vontade e autorização expressa dos familiares, sem prejuízo, conforme o caso, de solicitação formulada pelo Consulado do país expedidor do passaporte do falecido.

§3º Nos casos de morte consequente de epidemia ou calamidade pública, a cremação se dará por determinação de autoridade sanitária competente.

§4º O Poder Público poderá determinar, observados os requisitos indicados nos parágrafos anteriores, tal seja o caso, a cremação de cadáveres de indigentes e daqueles não identificados."

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 14.093/2020

Publicação Nº 2592708

D E C R E T O Nº 14.093/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 563.500,00 (Quinhentos e sessenta e três mil e quinhentos reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Sem-plu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.002 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.002.06.183.0410.2.257 - Manutenção das Atividades do Programa

Polícia Militar

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
33.002.522 3.3.90 - Aplicações Diretas  
0.3.00.0625 - SF - Convênio 12ª Região da PM R\$ 34.500,00  
4.4.00 - INVESTIMENTOS  
33.002.523 4.4.90 - Aplicações Diretas  
0.3.00.0625 - SF - Convênio 12ª Região da PM R\$ 70.000,00  
33.002.06.183.0410.2.262 - Instalação e Manutenção de Câmeras de  
Vigilância para Monitoramento de Vias  
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
33.002.531 3.3.90 - Aplicações Diretas  
0.3.00.0377 - SF - Convênio de Monitoramento PMSC/Município R\$ 269.500,00  
4.4.00 - INVESTIMENTOS  
33.002.532 4.4.90 - Aplicações Diretas  
0.3.00.0377 - SF - Convênio de Monitoramento PMSC/Município R\$ 189.500,00  
TOTAL R\$ 563.500,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais); proveniente de recursos vinculados ao Convênio 12ª Região da PM, no valor de R\$ 104.500,00 (Cento e quatro mil e quinhentos reais); e proveniente de recursos vinculados ao Convênio de Monitoramento PMSC/Município, no valor de R\$ 440.000,00 (Quatrocentos e quarenta mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## PORTARIA Nº 250/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2592110

PORTARIANº 250/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 077/2020/2ª CPPAD, de 31/07/2020, da Segunda Comissão de Permanente de Processos Administrativos Disciplinares;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 02/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 040/2018, instaurado pela Portaria Nº 942/2018, de 27/11/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

## PORTARIA Nº 251/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2592112

PORTARIANº 251/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o Ofício nº 347/2020/Semtip, que solicita a substituição de membro para compor a Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO o art. 5º do Decreto 12.302/2018 de 06/09/2018 que Delega Poderes;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 31/07/2020, a servidora pública municipal MARIANA CONCEIÇÃO VASCONCELOS, 8958-3, para compor a SEGUNDA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, em substituição à servidora pública municipal SINARA ADRIANA LEMOS, matrícula 7897.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/07/2020.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

## PORTARIA Nº 515/2020

Publicação Nº 2592698

PORTARIANº 515/2020

Substitui Conselheira do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Conselho do Fundeb).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 002/2020/CMCACS-Fundeb, de 28/07/2020, do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Conselho do Fundeb);

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR DAIANE ISABEL MALLMANN HAMMES, como conselheira titular, em substituição à Alice Effting, na qualidade de Representante do Poder Executivo Municipal, no Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Conselho do Fundeb).

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 1º, da Portaria Nº 1019/2019, de 14/11/2019.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 29/10/2021.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## PORTARIA Nº 516/2020

Publicação Nº 2592699

PORTARIANº 516/2020

Substitui Conselheiro do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego (CMTE).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 053/2020/Sedein, de 30/07/2020, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 28/07/2020, JULIANA SOARES RIOS MARTINS, como conselheira suplente, em substituição a Neivor José Bussolaro, para representar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, na qualidade de Representante do Governo, no Conselho Municipal de Trabalho e Emprego (CMTE).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 680/2017, de 04/07/2017, no que se refere a designação de Neivor José Bussolaro.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 1º de abril de 2021, conforme consubstanciado no Decreto Municipal Nº 13.861/2020, de 12/05/2020.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/07/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## PORTARIA Nº 517/2020

Publicação Nº 2592700

PORTARIANº 517/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 22, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, e 260/2020, de 22/07/2020, e do parágrafo único, do artigo 48, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020; e

CONSIDERANDO que a lotação dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, no âmbito da Administração Direta e Indireta, será determinada, observada a necessidade de pessoal e a qualificação, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 170/2020/Semad/DGP, de 04/08/2020, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 03/08/2020, a servidora pública municipal MARIA EDIVANIA SILVA BEZERRA, matrícula 10500, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza e Conservação, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## PORTARIA Nº 518/2020

Publicação Nº 2592701

PORTARIANº 518/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 22, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, e 260/2020, de 22/07/2020, e do parágrafo único, do artigo 48, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020; e

CONSIDERANDO que a lotação dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, no âmbito da Administração Direta e Indireta, será determinada, observada a necessidade de pessoal e a qualificação, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 170/2020/Semad/DGP, de 04/08/2020, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 03/08/2020, a servidora pública municipal MARIA DE LOURDES DE AMORIM, matrícula 9515, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza e Conservação, readaptada para exercer as atribuições do cargo de Telefonista, conforme Portaria Nº 040/2018, de 09/02/2018, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal da Administração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 519/2020**

Publicação Nº 2592702

PORTARIANº 519/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; 217/2018, de 20/09/2018; 236/2019, de 16/09/2019; 238/2019, de 10/10/2019; e 260/2020, de 22/07/2020; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 171/2020/Semad-DGP, de 04/08/2020, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 03/08/2020, RUI ROGÉRIO NASCHENWENG BARBOSA do cargo efetivo de FISCAL TRIBUTARISTA, da Secretaria Municipal da Fazenda, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 252/2012, de 13/02/2012.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 520/2020**

Publicação Nº 2592703

PORTARIANº 520/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 686/2020/Semsa, de 30/07/2020, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, no período de 17/08/2020 a 26/08/2020, ANDERSON GONÇALVES ZARDO, matrícula 9893, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer, interinamente, o cargo de provimento em comissão de GERENTE FINANCEIRO E CONTÁBIL, da Diretoria Administrativa e Financeira, da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município, em razão de férias da titular.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 349/2020 AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 336/2019**

Publicação Nº 2592711

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 349/2020 AO CONTRATO Nº 336/2019

PROCESSO: Inexigibilidade de Licitação nº 162/2019.

Origem: Edital de Credenciamento nº 004/2019-SEMCEL.

FUNDAMENTO: artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADO: SOCIEDADE CULTURA ARTÍSTICA - SCAR

DO OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados nas áreas artísticas culturais e respectivas modalidades, por meio da concessão de bolsas junto ao Programa Bolsa Cultural – Incentivando Talentos, em acordo com o Anexo II – Áreas Culturais e Modalidades apresentado no credenciamento, respeitadas todas as condições e exigências de habilitação do edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, o prazo de execução dos serviços estabelecido no item 5.1 da cláusula

quinta do contrato original, ficam prorrogados por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 01/08/2020 a 31/07/2021. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Considerando a quantidade de 169 (cento e sessenta e nove) alunos contemplados no Programa Bolsa Cultural – Incentivando Talentos, comprovados para a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, o valor pactuado no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, fica inalterado, sendo o valor de R\$ 110,00 (cento e dez reais) por aluno, em conformidade com o prazo de execução dos serviços, conforme descrito na PROGRAMAÇÃO FÍSICO ORÇAMENTÁRIA abaixo:

Quantidade de Alunos Matriculados	Valor da Bolsa Cultural por aluno	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
169	R\$ 110,00	R\$ 18.590,00	R\$ 223.080,00

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de recursos do exercício de 2020, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
39.001.13.392.1100.4108	Incentivar talentos	3.3.90 – Aplicações Diretas	573	0.3.00.0080

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 22/07/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Cleide Mosca e Gilmar Antônio Moretti.

Cleide Mosca

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

## PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 350/2020 AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 337/2019

Publicação Nº 2592712

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 350/2020 AO CONTRATO Nº 337/2019

PROCESSO: Inexigibilidade de Licitação nº 163/2019.

Origem: Edital de Credenciamento nº 004/2019-SEMCEL.

FUNDAMENTO: artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADO: CENTRO CULTURAL NEUE HEIMAT

DO OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados nas áreas artísticas culturais e respectiva modalidade, por meio da concessão de bolsas culturais junto ao Programa Bolsa Cultural – Incentivando Talentos, em acordo com o Anexo II – Áreas Culturais e Modalidades apresentado no credenciamento, respeitadas todas as condições e exigências de habilitação constantes do Edital de Credenciamento nº 04/2019-SECEL.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, o prazo de execução dos serviços estabelecido no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, ficam prorrogados por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 01/08/2020 a 31/07/2021. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Considerando a quantidade de 51 (cinquenta e um) alunos contemplados no Programa Bolsa Cultural – Incentivando Talentos, comprovados para a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, o valor pactuado no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, fica inalterado, sendo o valor de R\$ 110,00 (cento e dez reais) por aluno, em conformidade com o prazo de execução dos serviços, conforme descrito na PROGRAMAÇÃO FÍSICO ORÇAMENTÁRIA abaixo:

Quantidade de Alunos Matriculados	Valor da Bolsa Cultural por aluno	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
51	R\$ 110,00	R\$ 5.610,00	R\$ 67.320,00

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de recursos do exercício de 2020, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
39.001.13.392.1100.4108	Incentivar talentos	3.3.90 – Aplicações Diretas	573	0.3.00.0080

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 22/07/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Cleide Mosca e Heliomar do Valle Schambach.

Cleide Mosca

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 358/2020 AO CONTRATO Nº 111/2020**

Publicação Nº 2592716

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 358/2020 AO CONTRATO Nº 111/2020****PROCESSO:** CONCORRÊNCIA Nº 193/2019.**FUNDAMENTO:** artigo 57, § 1º, incisos I e IV C/C artigo 65 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.**CONTRATADA:** INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

**DO OBJETO:** Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplanagem e obras complementares na Rua Jorge Frederico Augusto Karsten, no Bairro Rau, com extensão total de 194,40m (cento e noventa e quatro, vírgula quarenta metros), em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

**DA RATIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO PRAZO:** Considerando que o prazo de execução do contrato original previsto no item 6.1 da cláusula sexta, foi suspenso através das Ordem de Paralisação recebida em 10/03/2020, bem como o reinício em 16/04/2020. Tendo em vista que o saldo remanescente do prazo é de mais 91 (noventa e um) dias para a execução dos serviços, compreendendo o período de 16/04/2020 a 15/07/2020. Com fundamento no artigo 57, § 1º, incisos I e IV da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, fica prorrogado por mais 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 16/07/2020 com término em 29/08/2020. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

**DO ACRÉSCIMO:** Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que acresce os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 149.819,34 (cento e quarenta e nove mil oitocentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos), correspondentes a 24,24% (vinte e quatro inteiros e vinte e quatro centésimos por cento) de acréscimo em relação ao valor do contrato original. Em consequência do acréscimo, o valor total da obra fica em R\$ 767.764,03 (setecentos e sessenta e sete mil setecentos e sessenta e quatro reais e três centavos).

**DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO:** As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de recursos do exercício de 2020, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0450.1416	Implantação rotatória e acessos Rau	4.4.90 – Aplicações Diretas	234	0.3.00.0080

**DA PRORROGAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:** A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e complementação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, bem como a proporção dos valores acrescidos neste termo aditivo, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 28 de outubro de 2020, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 5.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 5.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal e ao gestor do contrato, designados pelo Decreto Municipal nº 13.263/2019, os servidores Marcelo Gumboski e Carla Eduarda Scheuer Keiser, a fiscalização e a gestão da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

**DATA DA ASSINATURA:** 24/07/2020.

**FORO:** COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

**SIGNATÁRIOS:** Otoniel da Silva e Jaime Barbosa Soares Filho.

Otoniel da Silva

Secretario Municipal de Obras e Serviços Públicos

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 374/2020 AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 364/2020**

Publicação Nº 2592720

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 374/2020 AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 364/2020**

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 83.102.459/0001-23, com sede à Rua Walter Marquardt, Nº 1.111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, inscrito no CPF sob o Nº 438.634.429-20 e portador da Carteira de Identidade Nº 1.000.852, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Piçarras, Nº 60, Apto. 1001, Condomínio Residencial Vernon, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONCEDENTE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), inscrito no CNPJ/MF sob Nº 14.007.211/0001-60, com sede à Rua Isidoro Pedri, Nº 120, bairro Barra do Rio Molha, neste ato representado por seu Gestor, Senhor ALCEU GILMAR MORETTI, de ora em diante denominado simplesmente de FUNDO, e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 12.846.027/0001-89, com sede à Rua Dr. Waldemiro Mazurechen, Nº 80, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representada por seu Diretor Geral, Senhor MAURICIO JOSÉ SOUTO-MAIOR, inscrito no CPF Nº 520.640.779-87 e portador da Carteira de Identidade Nº 19674562 SSP/RS, domiciliado à Rua Dr. Waldemiro Mazurechen, Nº 80, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominada simplesmente de CONVENIENTE, em conformidade com o disposto na Lei Municipal Nº 8.382/2020, de 02/08/2020, pactuam o presente Termo

Aditivo ao Termo de Convênio Nº 364/2020, fazendo-o nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

As partes, de comum acordo, resolvem alterar a Cláusula Sétima do Termo de Convênio Nº 364/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### “CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão, neste exercício, à conta das seguintes Unidades Orçamentárias:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15.003.10.302.303.2.706 - Transferência de Recursos Financeiros  
a Entidades - Teto MAC - Saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.003.44 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas  
Sem Fins Lucrativos

0.1.53.0642 - COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica R\$ 600.000,00

0.2.38.0639 - Programa de Trabalho

10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde

Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus R\$ 2.346.750,00

15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15.003.10.302.303.2.706 - Transferência de Recursos Financeiros  
a Entidades - Teto MAC - Saúde

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.003.83 4.4.50 - Transferências a Instituições Privadas  
Sem Fins Lucrativos

0.2.38.0639 - Programa de Trabalho

10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde

Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus R\$ 53.250,00

TOTAL DO CONVÊNIO: R\$ 3.000.000,00”

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Convênio Nº 364/2020, não expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo, do qual este instrumento passa a fazer parte integrante e inseparável para todos os fins e efeitos de direito.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual - Seção Judiciária da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Termo Aditivo.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo em 07 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI ALCEU GILMAR MORETTI

Prefeito Secretário Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS)

CONCEDENTE Gestor

CONCEDENTE

MAURICIO JOSÉ SOUTO-MAIOR

Diretor Geral

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL

CONVENIENTE

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

NOME: João Antônio Berti

CPF: 058.537.269-19

C.I.: 48752665

NOME:

CPF:

C.I.:

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 375/2020 AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 365/2020**

Publicação Nº 2592721

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 375/2020 AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 365/2020**

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 83.102.459/0001-23, com sede à Rua Walter Marquardt, Nº 1.111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, inscrito no CPF sob o Nº 438.634.429-20 e portador da Carteira de Identidade Nº 1.000.852, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Piçarras, Nº 60, Apto. 1001, Condomínio Residencial Vernon, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONCEDENTE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), inscrito no CNPJ/MF sob Nº 14.007.211/0001-60, com sede à Rua Isidoro Pedri, Nº 120, bairro Barra do Rio Molha, neste ato representado por seu Gestor, Senhor ALCEU GILMAR MORETTI, de ora em diante denominado simplesmente de FUNDO, e, de outro lado, a COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE JARAGUÁ DO SUL - SC - HOSPITAL E MATERNIDADE JARAGUÁ, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 84.433.945/0002-78, com sede à Rua dos Motoristas de 1936, Nº 120, bairro Czerniewicz, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Senhor SÉRGIO LUÍS ALVES, inscrito no CPF Nº 652.525.519-87 e portador da Carteira de Identidade Nº 2.196.272/SSP, domiciliado à Rua dos Motoristas de 1936, Nº 120, bairro Czerniewicz, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominada simplesmente de CONVENIENTE, em conformidade com o disposto na Lei Municipal Nº 8.381/2020, de 02/08/2020, pactuam o presente Termo Aditivo ao Termo de Convênio Nº 365/2020, fazendo-o nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES**

As partes, de comum acordo, resolvem alterar a Cláusula Sétima do Termo de Convênio Nº 365/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão, neste exercício, à conta das seguintes Unidades Orçamentárias:

**15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

15.003.10.302.303.2.706 - Transferência de Recursos Financeiros  
a Entidades - Teto MAC - Saúde

**3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS****15.003.43 3.1.50 - Transferências a Instituições Privadas**

Sem Fins Lucrativos

**0.2.38.0639 - Programa de Trabalho****10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde**

Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus R\$ 290.000,00

**3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES****15.003.44 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas**

Sem Fins Lucrativos

**0.2.38.0639 - Programa de Trabalho****10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde**

Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus R\$ 750.000,00

**15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE****15.003.10.302.303.2.706 - Transferência de Recursos Financeiros**

a Entidades - Teto MAC - Saúde

**4.4.00 - INVESTIMENTOS****15.003.83 4.4.50 - Transferências a Instituições Privadas**

Sem Fins Lucrativos

**0.2.38.0639 - Programa de Trabalho****10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde**

Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus R\$ 960.000,00

TOTAL DO CONVÊNIO: R\$ 2.000.000,00"

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Convênio Nº 365/2020, não expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo, do qual este instrumento passa a fazer parte integrante e inseparável para todos os fins e efeitos de direito.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Estadual - Seção Judiciária da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Termo Aditivo.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo em 07 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI ALCEU GILMAR MORETTI  
Prefeito Secretário Municipal de Saúde  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS)  
CONCEDENTE Gestor  
CONCEDENTE

SÉRGIO LUÍS ALVES  
Diretor Executivo  
COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE JARAGUÁ DO SUL - SC  
HOSPITAL E MATERNIDADE JARAGUÁ  
CONVENIENTE

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
NOME: João Antônio Berti	NOME:
CPF: 058.537.269-19	CPF:
C.I.: 48752665	C.I.:

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 376/2020 AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 366/2020

Publicação Nº 2592722

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 376/2020 AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 366/2020

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 83.102.459/0001-23, com sede à Rua Walter Marquardt, Nº 1.111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, inscrito no CPF sob o Nº 438.634.429-20 e portador da Carteira de Identidade Nº 1.000.852, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Piçarras, Nº 60, Apto. 1001, Condomínio Residencial Vernon, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONCEDENTE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), inscrito no CNPJ/MF sob Nº 14.007.211/0001-60, com sede à Rua Isidoro Pedri, Nº 120, bairro Barra do Rio Molha, neste ato representado por seu Gestor, Senhor ALCEU GILMAR MORETTI, de ora em diante denominado simplesmente de FUNDO, e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 12.846.027/0001-89, com sede à Rua Dr. Waldemiro Mazurechen, Nº 80, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representada por seu Diretor Geral, Senhor MAURÍCIO JOSÉ SOUTO-MAIOR, inscrito no CPF Nº 520.640.779-87 e portador da Carteira de Identidade Nº 19674562 SSP/RS, domiciliado à Rua Dr. Waldemiro Mazurechen, Nº 80, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominada simplesmente de CONVENIENTE, em conformidade com o disposto na Lei Municipal Nº 8.383/2020, de 02/08/2020, pactuam o presente Termo Aditivo ao Termo de Convênio Nº 366/2020, fazendo-o nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

As partes, de comum acordo, resolvem alterar a Cláusula Sétima do Termo de Convênio Nº 366/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### "CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão, neste exercício, à conta das seguintes Unidades Orçamentárias:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15.003.10.302.303.2.706 - Transferência de Recursos Financeiros  
a Entidades - Teto MAC - Saúde

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.003.43 3.1.50 - Transferências a Instituições Privadas

Sem Fins Lucrativos

0.2.38.0639 - Programa de Trabalho

10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde

Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus R\$ 455.000,00

15.003.10.302.303.2.706 - Transferência de Recursos Financeiros  
a Entidades - Teto MAC - Saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.003.44 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas

**Sem Fins Lucrativos**

0.1.53.0642 - COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica R\$ 936.250,00

0.2.38.0639 - Programa de Trabalho

10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde

Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus R\$ 600.000,00

15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15.003.10.302.303.2.706 - Transferência de Recursos Financeiros

a Entidades - Teto MAC - Saúde

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.003.83 4.4.50 - Transferências a Instituições Privadas

Sem Fins Lucrativos

0.2.38.0639 - Programa de Trabalho

10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde

Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus R\$ 262.000,00

TOTAL DO CONVÊNIO: R\$ 2.253.250,00"

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Convênio Nº 366/2020, não expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo, do qual este instrumento passa a fazer parte integrante e inseparável para todos os fins e efeitos de direito.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Estadual - Seção Judiciária da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Termo Aditivo.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo em 07 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI ALCEU GILMAR MORETTI

Prefeito Secretário Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS)

CONCEDENTE Gestor

CONCEDENTE

MAURICIO JOSÉ SOUTO-MAIOR

Diretor Geral

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL

CONVENIENTE

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

NOME: João Antônio Berti

CPF: 058.537.269-19

C.I.: 48752665

NOME:

CPF:

C.I.:

**QUARTO TERMO ADITIVO Nº 367/2020 AO CONTRATO Nº 297/2019**

Publicação Nº 2592719

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 367/2020 AO CONTRATO Nº 297/2019**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019.

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA

OBJETO: O objeto do presente CONTRATO consiste prestação de serviços de vigilância humana desarmada, destinado para áreas internas e externas de diversos órgãos, unidades ou entidades da Administração Pública Municipal.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuados no item 4.1 da cláusula quarta do Contrato original, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 01/08/2020 com término em 31/07/2021. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Os valores pactuados no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, acrescidos pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 338/2019, suprimidos pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 213/2020, ficam inalterados,



conforme segue:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor mensal por posto R\$	Valor total mensal R\$	Valor total do item para 12 meses R\$
02	06	Posto	12 horas noturnas e 24 horas sábados, domingos. Feriados e ponto facultativos, sendo: 1 posto (2 vig.) – Casa da passagem 1 posto (2 vig.) – Centro Esportivo Mun. 1 posto (2 vig.) – Arena Jaraguá 1 posto (2 vig.) – Centro de Inovação 1 posto (2 vig.) – Centro Histórico 1 posto (2 vig.) – Abrigo Institucional – Unidade Centro	R\$ 12.950,00	R\$ 77.700,00	R\$ 932.400,00
03	01	Posto	06 horas noturnas, inclusive feriados e ponto facultativos, sendo: 1 posto (1 vig.) - CEU.	R\$ 4.590,00	R\$ 4.590,00	R\$ 55.080,00
04	01	Posto	14 horas noturnas e 24 horas sábados, domingos. Feriados e ponto facultativos, sendo: 1 posto (4 vig.) – Estacionamento veículos apreendidos.	R\$ 15.360,00	R\$ 15.360,00	R\$ 184.320,00
05	01	Posto	12 horas diurnas, inclusive feriados e ponto facultativos, sendo: 1 posto (2 vig.) – Secretaria de Obras	R\$ 8.409,00	R\$ 8.409,00	R\$ 100.908,00

Em consequência, o valor total do contrato é de R\$ 1.272.708,00 (um milhão, duzentos e setenta e dois mil setecentos e oito reais), para o período de 12 (doze).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2020 e 2021, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0451.2305	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	283	0.1.00.0080 0.1.39.0555

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 03/08/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul.

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt e Ronaldo Benkendorf

Argos José Burgardt

Secretário Municipal de Administração

## RESOLUÇÃO Nº 023/2020/CMDI/JS

Publicação Nº 2592242

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL Lei nº 7.292/2016	
---	--

### RESOLUÇÃO Nº 023/2020/CMDI/JS

Dispõe sobre a convocação do Fórum para Complementação de Vagas dos representantes não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS, gestão 2018-2021.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 14 de julho de 2020.



Considerando a Lei Municipal nº 7.292/2016, que dispõe sobre a Política de Atendimento ao Idoso, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) e dá outras providências;

Considerando o Regimento Interno que dispõe sobre a organização, funcionamento e competências do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, conforme disposto pela Lei Municipal nº 7.292 de 02 de dezembro de 2016, especialmente em seu artigo:

Art. 8º A eleição das organizações representativas da sociedade civil interessadas em integrar o Conselho far-se-á mediante assembleia específica denominada: "Fórum próprio de eleição da sociedade civil para compor o CMDI de Jaraguá do Sul", obedecendo aos princípios gerais de escolha, dispostos em edital especialmente elaborado para esta finalidade [...].

§ 1º O Fórum próprio de eleição da sociedade civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul deve ser convocado pelo Presidente do Conselho, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias antes do término do mandato do Conselho, designando Comissão especial para conduzir o referido processo, dentre os conselheiros, de forma paritária entre sociedade civil e representantes governamentais.

§ 2º As organizações da sociedade civil interessadas em participar do processo eleitoral devem efetuar processo de habilitação junto à Comissão designada para este fim, através de documentação entregue à secretaria executiva do CMDI, atendendo critérios estabelecidos em edital.

Considerando o Decreto Municipal Nº 13.709/2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo no Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

Considerando o Decreto Municipal nº 13.723/2020 que declara situação de emergência no município de Jaraguá do Sul e dispõe de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo Novo Coronavírus (Covid-19) e dá outras providências;

Considerando que a Prefeitura de Jaraguá do Sul definiu os procedimentos a serem adotados para a prevenção do Coronavírus (Covid-19) no município, através do decreto nº 13.709/2020 embasado nas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde e pelos profissionais especializados da Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando os eventos de massa sejam esportivos, artísticos, culturais, políticos, científicos, comerciais e religiosos, como missas e cultos, e outros com concentração acima de 50 pessoas também devem ser suspensos ou adiados;

Considerando o Edital de Chamamento nº01/2020 do Fórum Próprio de Eleição da Sociedade Civil para Composição do Conselho Municipal dos Direitos do idoso – Gestão 2020-2022, que previa a data de 25/03/2020 para realização do Fórum;

Considerando que a gestão 2018-2020 do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso se encerra em 31/03/2020;

Considerando a Resolução Ad Referendum nº 012/2020/CMDI, que dispõe da prorrogação do mandato dos representantes do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso por prazo indeterminado e cancela o Fórum próprio de eleição dos representantes da sociedade civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, Gestão 2020-2022 que Ocorreria na data de 25/03/2020.

RESOLVE:

Art. 1º – Convocar o "Fórum próprio de eleição da sociedade civil para complementação de vagas" do CMDI de Jaraguá do Sul, gestão 2018/2021, obedecendo os princípios gerais de escolha, dispostos em edital a ser elaborado por comissão específica.

Art. 2º – A comissão designada para conduzir o processo do referido fórum, será formada pelos seguintes membros: Juliana Marangoni, Jeferson Perotti Ferrari, Hildegard Boshammer e Anderson Fabiano Schmitt.

Art. 3º – Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de julho de 2020.

SALETE BORNHAUSEN JUNIOR

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso  
de Jaraguá do Sul (CMDI/JS)

## RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2020

Publicação Nº 2592335

### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2020

A Pregoeira, designada pelo Decreto 13.127/2019, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 100/2020, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à contratação de empresa especializada para fornecimento de renovação de garantia, suporte e assistência técnica para o período de 48 meses "on-site" para a manutenção da estrutura de CHASSI DELL POWEREDGE VRTX E SERVI-DORES TIPO LÂMINA POWEREDGE M630, utilizados pela Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição do serviço	Valor global 48 meses (R\$)
01	PROVILLE INFORMÁTICA LTDA EPP	48	Meses	Contratação de empresa para fornecimento de renovação de garantia, suporte e assistência técnica para o período de 48 meses "on-site" para a manutenção da estrutura de CHASSI DELL POWEREDGE VRTX E SERVIDORES TIPO LÂMINA POWEREDGE M630, utilizados pela Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	65.000,00

Jaraguá do Sul, SC, 04 de agosto de 2020.

Rosinei Ap.Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 13.127/2019

## RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL N° 108/2020

Publicação N° 2592338

### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL N° 108/2020

A Pregoeira, designada pelo Decreto 13.127/2019, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 108/2020, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à aquisição de MEDICAMENTOS PARA USO VETERINÁRIO: antibióticos, anti-inflamatórios, anti helmíntico, anestésicos, vitaminas, diuréticos, hormônios, secretolítico, antissépticos/cicatrizantes, soros e teste para atendimento das atividades desenvolvidas pelas Semdra, ao longo dos 12 (doze) meses, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid	Descrição do serviço	Valor unitário do item (R\$)
01	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	15	UN	ACEPROMAZINA – Acepromazina 10g - Frasco 20ml	24,95
02	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	5	UN	ALBENDAZOL ORAL – Albendazol 10g - Frasco 250ml	26,00
03	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	3	UN	AMOXICILINA – Amoxicilina (trihidratada) 15g - Frasco de 100ml	59,98
04	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	15	UN	ANESTÉSICO LOCAL – Lidocaína (2,06g) bitartrato de epinefrina (1,001mg) - Frasco 50ml	11,98
05	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	60	UN	ANTITÓXICO – antitóxico (Acetil DL-Metionina 5g, Cloreto de Colina 2g, Cloridrato de Tiamina 1g, Cloridrato de Piridoxina 0,04, Cloridrato de L-Arginina 0,6g, Riboflavina 0,02g, Nicotinamida 0,5g Pantotenato de Cálcio 0,2g, Glicose 20g - Frasco 100ml	28,00
06	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	4	UN	BROMEXINA – Cloridrato de bromexina (300mg) - Frasco 50ml	39,90
07	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	50	UN	CÁLCIO - Borogluconato de cálcio 20,15 g, Glicerofosfato de cálcio 2,5 g, Cloreto de magnésio 2,0 g, Veículo glicosado q.s.p. 100 mL - Frasco 200ml	22,00
08	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	20	UN	CETOPROFENO – Cetoprofeno 10mg - Frasco 50ml	57,90
09	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	2	UN	COMPLEXO VIT B – Vitamina B12(cianocobalamina) 5000 mcg, Vitamina B1 (cloridrato de tiamina) 500 mg, Vitamina B6 (cloridrato de piridoxina) 150 mg – Frasco 50ml	39,10
10	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	20	UN	COMPLEXO VITAMINICO INJ – Sulfato de mefentermina 600,0 mg, Vitamina B2 200,0 mg, Vitamina B6 500,0 mg, Nicotinamina 10.000,0 mg, Pantotenato de - Frasco 10ml	13,62

11	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	80	UN	DEXAMETASONA 5MG – Dexametasona (5,0mg) - Frasco 10ml	9,42
12	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	40	FR	DICLOFENACO – Diclofenaco sódico 5g - Frasco 50ml	22,68
13	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	40	UN	DIPIRONA – Dipirona Sódica (500mg) - Frasco 50ml	17,00
14	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	25	FR	DIURÉTICO – Furosemida 10mg - Frasco 10ml	18,60
15	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	18	UN	DORAMECTINA – Doramectin 1g - Frasco 50ml	16,99
16	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	120	UN	ENROFLOXACINA 10% - enrofloxacina 10g - Frasco 50ml	18,98
17	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	5	UN	ENROFLOXACINA LONGA AÇÃO – Enrofloxacina 10% - Frasco 50ml	83,83
18	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	5	UN	ESTIMULANTE DO RUMEM – Acetiltributil acetato - Frasco 150ml	83,57
19	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	3	UN	ESTIMULANTE GASTROINTESTINAL INJ Sorbitol 50g - Frasco 100ml	26,95
20	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	50	UN	ESTIMULANTE RUMINAL – Solução de silicone a 30%, Suspensão de metilcelulose q.s.p - Frasco 100ml	18,90
21	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	85	UN	ESTREPTOMICINA – Sulfato de Dihidroestrepomicina 12,5g + Cloridrato de procaína 500mg - Frasco 50ml	36,86
22	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	30	UN	FLORFENICOL – Florfenicol 30g - Frasco 50ml	75,00
23	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	35	UN	FLUNEXINA 50ML – Megluminato de flunixinina 8,3 g (Equivalente a 5,0 g de flunixinina) - Frasco 50ml	62,00
24	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	10	UN	GLICOSE – Solução de Glicose 5% - Frasco 500ml	17,00
25	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	10	UN	IMIDOCARB – Dipropionato de imidocarb 12g - Frasco 15ml	32,00
26	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	3	FR	IVERMECTINA – ivermectina 1% - Frasco 50ml	25,00
27	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	15	UN	KETAMINA – Cloridrato de ketamina 1,16 g - Frasco 10ml	25,98
28	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	45	UN	MELOXICAM – Meloxicam (2g) - Frasco 50ml	115,07
29	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	10	UN	OCITOCINA - Ocitocina Sintética Stantard Internacional (Correspondendo 10 U.I. = 1 mL) - Frasco 10ml	8,00
30	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	180	UN	OXITETRACICLINA – Oxitetraclina base (10g) Lidocaína. (2g) - Frasco 50ml	16,99
31	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	130	FR	OXITETRACICLINA LA – Oxitetraclina (dihidratada) 20g – Frasco de 50ml	23,97
32	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	370	UN	PENICILINA LIOFILIZADA – Benzilpenicilina benzatina (3.000.000 UI) Benzilpenicilina procaína (1.500.000 UI) Benzilpenicilina potássica (1.500.000 UI) - Frascos 8,6g pó + 15ml	26,60
33	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	20	UN	PROSTAGLANDINA – D (+) Cloprostenol 7,50 mg (prostaglandina) – Embalagens com 2 frascos de 2ml cada	27,00
34	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	120	UN	SORO VITAMINADO – Dextrose anidra 25g, Cloreto de Sódio 2,48g, Cloreto de Cálcio Dihidratado 0,145g, Cloreto de Magnésio Hexahidratado 0,100g, Lactato de Sódio 3,17g, Veículo q.s.p500ml.Vitamina B12 2000mg. Frasco 500ml	17,42

35	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	15	UN	SORO RL – 130 mEq de sódio; 4 mEq de potássio; 3 mEq de cálcio; 109 mEq de cloreto; 28 mEq de lactato - Frasco 1000ml	15,00
36	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	100	UN	SULFA + TRIMETOPRIM 50ml – Sulfametoxazol (20g) Trimetoprim (4g) - Frasco 50ml	30,89
37	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	8	UN	SUPLEMENTO ANEMIA – Vitamina B1 1.500 mg, Vitamina B2 1.500 mg, Vitamina B12 15.000 mcg, Vitamina B6 1.200 mg, Vitamina K3 250 mg, Pantotenato de Cálcio 1.200 mg, Ácido Fólico 5.000 mg, Ácido Nicotínico 1.200 mg, Cobre 500 mg, Zinco 5.000 mg, Ferro 4.500 mg, Cobalto 100 mg, Glicose 200 g - Frasco 1000ml	219,99
38	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	5	UN	SUPLEMENTO VITAMÍNICO ORAL – Triptofano 520 mg, DL-Metionina 21.430 mg, L-Carnitina, 20.000 mg, L-Lisina 37.900 mg, Prolina 24.566 mg, Cisteína 720 mg, Hidroxiprolina 14.706 mg, Valina 4.656 mg, Ácido Aspártico 10.323 mg, Ácido Glutâmico 18.646 mg, Tirosina 2.317 mg, Treonina 1.790 mg, Fenilalanina 4.129 mg, Histidina 2.149 mg, Colina 10.000 mg, Betaína 10.000 mg, Iso-leucina 2.696 mg, Serina 3.055 mg, Arginina 11.293 mg, Glicina 44.856 mg, Alanina 16.138 mg, Leucina 6.278 mg, Glicose 200 g, Veículo q.s.p. 1.000 g - Frasco 1000ml	136,25
39	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	2	UN	TESTE CMT – Púrpura de bromocresol 0,02 mg - Frasco 500ml	14,66
40	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	20	UN	TILOSINA – Tilosina (sob forma base) (20g) - Frasco 50ml	24,98
41	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	90	UN	TRISTEZA – Diaceturato de 4,4-diazoaminodibenzimidina (2,1g) Pirazolina. ( antipirina ) (11,1g) - Frasco 20ml	27,50
42	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	40	UN	VELA UTERINAC – lórdrato de tetraciclina 1g Excipiente efervescente 7g - Envelope com 2 Tabletes 7g	26,70
43	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	25	UN	VIT B12 – Vitamina B12 0,1g - Frasco 20ml	19,00
44	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	25	UN	VIT K – Vitamina K 0,217 g - Frasco 20ml	14,80
45	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	15	UN	XILASINA – Cloridrato de xilazina 2g - Frasco 10ml	15,95
46	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	2	FR	CLOSANTEL – Closantel sódico 10 g – Frasco 250ml	51,26
47	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	3	FR	IVERMECTINA POUR-ON – Ivermectina 1% - Frasco 1l	244,00
48	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	5	FR	MAGNÉSIO – hidróxido de magnésio 1200mg- frasco 350ml	16,69

49	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	10	FR	MODIFICADOR ORGÂNICO – Vitamina E: 100 UI, Vitamina D2: 2.000.000 UI, Vitamina B12: 5.000 µg, Cloridrato de L-arginina:200mg, Cloridrato de L-histidina:210mg, Cloridrato de L-lisina: 1.000mg, L-leucina: 210mg, L-triptofano: 50mg, L-valina: 200mg, DL-metionina: 210mg, Glicina: 420mg, Cloreto de cobalto: 13mg, Sulfato de cobre: 2mg, Iodeto de potássio: 15mg, Cloreto de zinco: 10mg, Cloreto de sódio: 42mg, Hipofosfito de cálcio: 1.500mg, Cloreto de magnésio: 210mg, Monoglutamato de sódio: 420mg, Ácido oléico: 375mg, Hidróxido de alumínio: 30mg – Frasco 100ml	24,98
50	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	3	FR	VITAMINAS ADE – Vitamina E (alfa tocoferol) (5.500 U.I). Vitamina D-2 (ergocalciferol) (6.000.000 U. I.) Vitamina A (palmitato) (27.000.000 U.I.) - Frasco 100ml	34,80

Jaraguá do Sul, SC, 04 de agosto de 2020.

Rosinei Ap.Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 13.127/2019

## RETIFICAÇÃO ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 108/2020

Publicação N° 2592340

### RETIFICAÇÃO

#### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 108/2020

O Município de Jaraguá do Sul, através da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, informa aos participantes do Pregão Presencial acima que em função de problemas técnicos de sistema os valores informados na Ata de Abertura e Julgamento aos vencedores restou divergente dos valores finais no Mapa de Preços (lances), restando informado os valores estimados do Edital. Desta forma fica retificado os valores unitários de cada item, adequando aos valores finais constantes no Mapa de Preços, restando da seguinte forma:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid	Descrição do serviço	Valor unitário do item (R\$)
01	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	15	UN	ACEPROMAZINA – Acepromazina 10g - Frasco 20ml	24,95
02	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	5	UN	ALBENDAZOL ORAL – Albendazol 10g - Frasco 250ml	26,00
03	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	3	UN	AMOXICILINA – Amoxicilina (trihidratada) 15g - Frasco de 100ml	59,98
04	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	15	UN	ANESTÉSICO LOCAL – Lidocaína (2,06g) bitartrato de epinefrina (1,001mg) - Frasco 50ml	11,98
05	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	60	UN	ANTITÓXICO – anti-tóxico (Acetil DL-Metionina 5g, Cloreto de Colina 2g, Cloridrato de Tiamina 1g, Cloridrato de Piridoxina 0,04, Cloridrato de L-Arginina 0,6g, Riboflavina 0,02g, Nicotinamida 0,5g Pantotenato de Cálcio 0,2g, Glicose 20g - Frasco 100ml	28,00

06	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	4	UN	BROMEXINA – Cloridrato de bromexina (300mg) - Frasco 50ml	39,90
07	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	50	UN	CÁLCIO - Borogluconato de cálcio 20,15 g, Glicerofosfato de cálcio 2,5 g, Cloreto de magnésio 2,0 g, Veículo glicosado q.s.p. 100 mL - Frasco 200ml	22,00
08	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	20	UN	CETOPROFENO – Ceto- profeno 10mg - Frasco 50ml	57,90
09	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	2	UN	COMPLEXO VIT B – Vitamina B12(cianocobalamina) 5000 mcg, Vitamina B1 (cloridrato de tiamina) 500 mg, Vitamina B6 (cloridrato de piridoxina) 150 mg – Frasco 50ml	39,10
10	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	20	UN	COMPLEXO VITAMINICO INJ – Sulfato de mefentermina 600,0 mg, Vitamina B2 200,0 mg, Vitamina B6 500,0 mg, Nicotinamina 10.000,0 mg, Pantotenato de - Frasco 10ml	13,62
11	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	80	UN	DEXAMETASONA 5MG – Dexametasona (5,0mg) - Frasco 10ml	9,42
12	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	40	FR	DICLOFENACO – Diclofenaco sódico 5g - Frasco 50ml	22,68
13	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	40	UN	DIPIRONA – Dipirona Sódica (500mg) - Frasco 50ml	17,00
14	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	25	FR	DIURÉTICO – Furose- mida 10mg - Frasco 10ml	18,60
15	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	18	UN	DORAMECTINA – Doramectin 1g - Frasco 50ml	16,99
16	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	120	UN	ENROFLOXACINA 10% - enrofloxacin 10g - Frasco 50ml	18,98
17	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	5	UN	ENROFLOXACINA LONGA AÇÃO – Enrofloxacin 10% - Frasco 50ml	83,83
18	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	5	UN	ESTIMULANTE DO RUMEM – Acetil tributil acetato - Frasco 150ml	83,57
19	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	3	UN	ESTIMULANTE GASTROINTESTINAL INJ Sorbitol 50g - Frasco 100ml	26,95
20	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	50	UN	ESTIMULANTE RUMINAL – Solução de silicone a 30%, Suspensão de metilcelulose q.s.p - Frasco 100ml	18,90
21	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	85	UN	ESTREPTOMICINA – Sulfato de Dihidroestreptomicina 12,5g + Cloridrato de procaína 500mg - Frasco 50ml	36,86

22	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	30	UN	FLORFENICOL – Florfenicol 30g - Frasco 50ml	75,00
23	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	35	UN	FLUNEXINA 50ML – Megluminato de flunixinina 8,3 g (Equivalente a 5,0 g de flunixinina) - Frasco 50ml	62,00
24	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	10	UN	GLICOSE – Solução de Glicose 5% - Frasco 500ml	17,00
25	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	10	UN	IMIDOCARB – Dipropionato de imidocarb 12g - Frasco 15ml	32,00
26	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	3	FR	IVERMECTINA – ivermectina 1% - Frasco 50ml	25,00
27	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	15	UN	KETAMINA – Cloridrato de ketamina 1,16 g - Frasco 10ml	25,98
28	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	45	UN	MELOXICAM – Meloxicam (2g) - Frasco 50ml	115,07
29	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	10	UN	OCITOCINA - Ocitocina Sintética Stantard Internacional (Correspondendo 10 U.I. = 1 mL) - Frasco 10ml	8,00
30	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	180	UN	OXITETRACICLINA – Oxitetraciclina base (10g) Lidocaína. (2g) - Frasco 50ml	16,99
31	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	130	FR	OXITETRACICLINA LA – Oxitetraciclina (dihidratada) 20g – Frasco de 50ml	23,97
32	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	370	UN	PENICILINA LIOFILIZADA – Benzilpenicilina benzatina (3.000.000 UI) Benzilpenicilina procaína (1.500.000 UI) Benzilpenicilina potássica (1.500.000 UI) - Frascos 8,6g pó + 15ml	26,60
33	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	20	UN	PROSTAGLANDINA – D (+) Cloprostenol 7,50 mg (prostaglandina) – Embalagens com 2 frascos de 2ml cada	27,00
34	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	120	UN	SORO VITAMINA-DO – Dextrose anidra 25g, Cloreto de Sódio 2,48g, Cloreto de Cálcio Dihidratado 0,145g, Cloreto de Magnésio Hexahidratado 0,100g, Lactato de Sódio 3,17g, Veículo q.s.p500ml. Vitamina B12 2000mg. Frasco 500ml	17,42
35	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	15	UN	SORO RL – 130 mEq de sódio; 4 mEq de potássio; 3 mEq de cálcio; 109 mEq de cloreto; 28 mEq de lactato - Frasco 1000ml	15,00

36	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	100	UN	SULFA + TRIMETOPRIM 50ml – Sulfametoxazol (20g) Trimetoprim (4g) - Frasco 50ml	30,89
37	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	8	UN	SUPLEMENTO ANEMIA – Vitamina B1 1.500 mg, Vitamina B2 1.500 mg, Vitamina B12 15.000 mcg, Vitamina B6 1.200 mg, Vitamina K3 250 mg, Pantotenoato de Cálcio 1.200 mg, Ácido Fólico 5.000 mg, Ácido Nicotínico 1.200 mg, Cobre 500 mg, Zinco 5.000 mg, Ferro 4.500 mg, Cobalto 100 mg, Glicose 200 g - Frasco 1000ml	219,99
38	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	5	UN	SUPLEMENTO VITAMÍNICO ORAL – Triptofano 520 mg, DL-Metionina 21.430 mg, L-Carnitina, 20.000 mg, L-Lisina 37.900 mg, Prolina 24.566 mg, Cisteína 720 mg, Hidroxiprolina 14.706 mg, Valina 4.656 mg, Ácido Aspártico 10.323 mg, Ácido Glutâmico 18.646 mg, Tirosina 2.317 mg, Treonina 1.790 mg, Fenilalanina 4.129 mg, Histidina 2.149 mg, Colina 10.000 mg, Betaína 10.000 mg, Isoleucina 2.696 mg, Serina 3.055 mg, Arginina 11.293 mg, Glicina 44.856 mg, Alanina 16.138 mg, Leucina 6.278 mg, Glicose 200 g, Veículo q.s.p. 1.000 g - Frasco 1000ml	136,25
39	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	2	UN	TESTE CMT – Púrpura de bromocresol 0,02 mg - Frasco 500ml	14,66
40	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	20	UN	TILOSINA – Tilosina (sob forma base) (20g) - Frasco 50ml	24,98
41	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	90	UN	TRISTEZA – Diacetato de 4,4-diazoaminodibenzimidina (2,1g) Pirazolona. ( antipirina ) (11,1g) - Frasco 20ml	27,50
42	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	40	UN	VELA UTERINAC – lori-drato de tetraciclina 1g Excipiente efervescente 7g - Envelope com 2 Tabletes 7g	26,70
43	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	25	UN	VIT B12 – Vitamina B12 0,1g - Frasco 20ml	19,00
44	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	25	UN	VIT K – Vitamina K 0,217 g - Frasco 20ml	14,80

45	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	15	UN	XILASINA – Cloridrato de xilazina 2g - Frasco 10ml	15,95
46	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	2	FR	CLOSANTEL – Closantel sódico 10 g – Frasco 250ml	51,26
47	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	3	FR	IVERMECTINA POUR-ON – Ivermectina 1% - Frasco 1l	244,00
48	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	5	FR	MAGNÉSIO – hidróxido de magnésio 1200mg-frasco 350ml	16,69
49	TURVOMED DISTRIB E SERVIÇOS EIRELI ME	10	FR	MODIFICADOR ORGÂNICO – Vitamina E: 100 UI, Vitamina D2: 2.000.000 UI, Vitamina B12: 5.000 µg, Cloridrato de L-arginina: 200mg, Cloridrato de L-histidina: 210mg, Cloridrato de L-lisina: 1.000mg, L-leucina: 210mg, L-triptofano: 50mg, L-valina: 200mg, DL-metionina: 210mg, Glicina: 420mg, Cloreto de cobalto: 13mg, Sulfato de cobre: 2mg, Iodeto de potássio: 15mg, Cloreto de zinco: 10mg, Cloreto de sódio: 42mg, Hipofosfito de cálcio: 1.500mg, Cloreto de magnésio: 210mg, Monoglutamato de sódio: 420mg, Ácido oléico: 375mg, Hidróxido de alumínio: 30mg – Frasco 100ml	24,98
50	AGROVET E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	3	FR	VITAMINAS ADE – Vitamina E (alfa tocoferol) (5.500 U.I.). Vitamina D-2 (ergocalciferol) (6.000.000 U. I.) Vitamina A (palmitato) (27.000.000 U.I.) - Frasco 100ml	34,80

Jaraguá do Sul, SC, 05 de agosto de 2020.

Rosinei Aparecida Gretter Dias	
Sidnei Correa de Almeida	

## SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO N° 082/2020

Publicação N° 2592244

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N° 082/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ANTIESPUMANTE E CLORETO FÉRRICO.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 06/08/2020, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 18/08/2020 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: [compras@samaejs.com.br](mailto:compras@samaejs.com.br).



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Ana Carolina Bornemann Silveira Figur  
Diretora Presidente

**SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 356/2020 AO CONTRATO Nº 269/2018**

Publicação Nº 2592713

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 356/2020 AO CONTRATO Nº 269/2018**

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 018/2018-FMS

FUNDAMENTO: Leis Federais nº 8.245/91 e 8.666/93.

LOCADORA: IMOBILIÁRIA KASILGRAFE LTDA.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

DO OBJETO: Locação de imóvel com área total de 135,10m<sup>2</sup>, sala comercial no piso térreo em alvenaria, matrícula MI 11.732, sito a Rua 610 – Alwin Muller, nº 71, bairro Vieira, município de Jaraguá do Sul (SC), destinado exclusivamente ao funcionamento da Unidade Básica de Saúde Alwin Muller.

DO PRAZO: Com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91, o prazo de locação pactuado no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 325/2019, fica prorrogado por mais 06 (seis) meses compreendendo o período de 31/07/2020 com término em 30/01/2021. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: O valor pactuado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 325/2019, reajustado através da Primeira Apostila nº 015/2019, fica inalterado, sendo o valor mensal de R\$ 2.475,84 (dois mil e quatrocentos e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), totalizando o valor de R\$ 14.855,04 (quatorze mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos), pelo período de 06 (seis) meses.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2020 e 2021, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.002.10.122.0302.2688	Pagamento de despesas fixas – Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	25	0.2.38.0090
15.002.10.122.0302.2688	Pagamento de despesas fixas – Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2021	0.2.38.0090

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 24/07/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Sandra Regina Ramos.

Alceu Gilmar Moretti  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde  
Secretário Municipal de Saúde

**SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 357/2020 AO CONTRATO Nº 282/2018**

Publicação Nº 2592714

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 316/2019 AO CONTRATO Nº 282/2018**

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 019/2018-FMS

FUNDAMENTO: Leis Federais nº 8.245/91 e 8.666/93.

LOCADORA: HAUS IMÓVEIS LTDA – ME.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: Locação de imóvel com área edificada de 455,17m<sup>2</sup>, composto da matrícula MI 4.929 (casa residencial em alvenaria), cadastro na PMJS nº 2.843, sito a Rua 119 – Olívio Domingos Brugnago, nº 500, bairro Vila Nova, Município de Jaraguá do Sul, destinado exclusivamente ao funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial II – CAPS II.

DO PRAZO: Com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91, o prazo de locação pactuado no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, Prorrogado pelo item 2.1 da cláusula Segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 316/2019, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses compreendendo o período de 31/07/2020 com término em 30/07/2021. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: O valor pactuado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 316/2019, reajustado pela Primeira Apostila nº 014/2018, fica inalterado, sendo o valor mensal de R\$ 7.221,20 (sete mil duzentos e vinte e um reais e vinte centavos), totalizando o valor de R\$ 86.654,40 (oitenta e seis mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), pelo período de 12 (doze) meses.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2020 e 2021, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.003.10.122.0302.2688	Pagamento de despesas fixas – Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	41	0.2.38.0093
15.003.10.122.0302.2688	Pagamento de despesas fixas – Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2021	0.2.38.0093

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 24/07/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Jair Bileski.

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Secretário Municipal de Saúde

## SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 359/2020 AO CONTRATO Nº 396/2019

Publicação Nº 2592718

### EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 359/2020 AO CONTRATO Nº 396/2019

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 144/2019.

FUNDAMENTO: artigo 65 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS SÃO JOSÉ EIRELI

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia com fornecimento de material e mão de obra, para modificar a entrada de energia em ramal de ligação aéreo, para entrada de energia subterrânea, substituindo o atual disjuntor trifásico de 70A(setenta amperes) para trifásico 100A(cem amperes), na E.M.E.B PROFESSOR HENRIQUE HEISE, localizada na Rodovia 489 nº 7077, Bairro Rio da Luz II, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

RATIFICAÇÃO DO PRAZO: O prazo de execução do contrato original previsto no item 6.1 da cláusula sexta, foi suspenso através da Ordem de Paralisação recebida em 13/10/2019, bem como o reinício das atividades em 22/06/2020. Assim sendo, considerando o saldo remanescente do prazo de 04 (quatro) dias para a execução dos serviços, o referido prazo compreende o período de 23/06/2020 a 26/06/2020. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA SUPRESSÃO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que reduz os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 1.032,92 (três mil quatrocentos e dez reais e cinquenta e sete centavos), correspondentes a 3,8% (três inteiros e oito décimos por cento) de redução em relação ao valor do contrato original. Em consequência, o valor total do contrato fica em R\$ 29.149,63 (vinte e nove mil cento e quarenta e nove reais e sessenta e três centavos). Os valores a serem suprimidos previstos no item 3.1 serão anulados dos Empenhos nº 12.989/2019 e nº 12.990/2019.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 25 de agosto de 2020, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 4.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 4.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 13.145/2019, servidor público Engenheiro Marcelo Elias da Silveira, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 24/07/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Ivana Atanásio Dias e Fernando Montibeller.

Ivana Atanásio Dias

Secretaria Municipal de Educação

**TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 338/2020 AO CONTRATO Nº 451/2019**

Publicação Nº 2592710

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 338/2020 AO CONTRATO Nº 451/2019**

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 039/2019-FMS.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, inciso I e V C/C artigo 65 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI ME.

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para execução de obra de acessibilidade na Policlínica Dr. João Biron, localizado na Rua Amazonas nº 40, Centro, Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso I e V da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 195/2020, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 14/07/2020 com término em 11/09/2020. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação o da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 10 de novembro de 2020, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93. A garantia referida no item 4.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 4.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 13.734/2020, servidor público Engenheiro Eduardo Severo Pinheiro, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 15/07/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Lincon Truppel Machado.

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 60/2020**

Publicação Nº 2591389

PORTARIA Nº 60/2020

Concede Férias

CELESTINO KLINKOSKI, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, em atendimento ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder abono de férias à servidora da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul a seguir, na seguinte forma:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS	PERÍODO DE FÉRIAS A SEREM GOZADAS	Nº DE DIAS DE FÉRIAS A SEREM GOZADAS	Nº DE DIAS DE FÉRIAS A CONVERTER EM ABONO PECUNIÁRIO REF. AO PERÍODO AQUISITIVO
Fabiana de Souza Stringari	19/02/2019 a 18/02/2020	10/08/2020 a 19/08/2020	10	-

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 04 de agosto de 2020.

CELESTINO KLINKOSKI

Presidente

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 2592102

Processo Licitatório nº. 09/2020

### EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

#### 1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de backup em nuvem (Cloud Backup) de missão crítica para a Câmara Municipal de Jaraguá do Sul (CMJS).

#### 2. FUNDAMENTOS LEGAIS DA CONTRATAÇÃO

A Lei 8.666/93 Assim leciona:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Sobre o mesmo tema, recentemente, o Decreto nº 9412/2018, assim estabelece:

Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

#### 3. RAZÃO DE ESCOLHA DO EXECUTANTE

Pelos motivos anteriormente citados e a Câmara tendo necessidade, contrata a empresa SERCOMPE COMPUTADORES LTDA, inscrita no CNPJ 80.348.618/0001-86, para a execução dos serviços constantes no objeto deste edital.

Após a análise do orçamento de 3 empresas especializadas, conclui-se que a proposta mais vantajosa é a da empresa SERCOMPE COMPUTADORES LTDA, visto que além de ser o menor valor proposto atendeu todos os requisitos constantes neste edital e no termo de referência.

#### 4. JUSTIFICATIVA:

A Câmara possui um sistema onde são tramitadas e armazenadas todas as informações de seus procedimentos legislativos. Atualmente este processo é feito de forma digital e física (documentos em papel). Porém, o objetivo é a eliminação do trâmite físico e adoção do trâmite exclusivamente digital.

Para garantir a segurança destas informações que passarão a ser armazenadas exclusivamente de forma digital, faz-se necessário a contratação de empresa especializada em backup em nuvem (Cloud Backup). Este formato digital consiste em máxima segurança possível para armazenamento e arquivamento das informações.

#### 5. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para o pagamento de que trata este objeto serão da seguinte dotação orçamentária:

Ação: 2.001 Manutenção das Atividades Administrativas do Legislativo

Despesa: 2

Dotação: 3.3.90 Aplicações Diretas.

#### 6. PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA

O valor desta dispensa é de R\$ 3.831,60 (Três mil e oitocentos e trinta e um reais e sessenta centavos), para o período de 12 meses.

A contratação justifica-se considerando que o preço praticado pelo fornecedor SERCOMPE COMPUTADORES LTDA é compatível com a realidade mercadológica, conforme comprovação dos três orçamentos realizados e anexados ao processo.

#### 7. DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Jaraguá do Sul para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2020.

Celestino Klinkoski  
Presidente

# Jardinópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.667/20 DE 30 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2591615

DECRETO Nº 5.667/20 DE 30 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARTE GOVERNAMENTAL E NÃO GOVERNAMENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORILDO PEGORINI, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em especial a Lei Orgânica do município em seu artigo 71, IV:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a nova composição dos membros do Conselho Municipal de Saúde de Jardinópolis, parte Governamental e não Governamental, conforme segue: nome, representação e comunidade que representa:

#### I - DO GOVERNO MUNICIPAL

- a) - O Conselho Municipal de Saúde ficou estabelecido com a seguinte ordem: Maiéllica Staczak - Presidenta, João Luiz Antunes de Souza - Vice Presidente e Francieli Favaretto – Secretaria;
- b) - Secretaria de Municipal de Saúde – Darci Pansera - titular e Jusara Tavares Castaldello – suplente;
- c) - Secretaria Municipal de Educação – Tânia Restelatto - titular e Marinês Provence Caprini - suplente;
- d) - Secretaria de Municipal de Administração Finanças e Planejamento – Layanna Piccinin - titular e Marcio Alves da Luz - suplente;
- e) - Secretaria de Municipal de Assistência Social – Rúbia Moterle - titular e Jussara Vanice Amann Hackernhaar – suplente;

#### III - DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

- a) - Representantes dos Odontólogos: Francieli Favaretto - titular e Nelci Clara Bonetti – suplente;
- b) - Representantes dos médicos: Maiéllica Staczak - titular e Thanara Kanareki da Costa Weirich – suplente;
- c) - Representantes de Enfermagem: Marli Pedroski Oro - titular e Joana do Nascimento – suplente;
- d) - Representantes de assistência Farmacêutica: Cristiane Bacchi - titular e Loiva Carpenedo de Mattos – suplente.

#### IV - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS DO SISTEMA

- a) - Comunidade de Linha Monte Belo – Dilma Pazinato - titular e Alcione Bollis suplente;
- b) - Comunidade de Linha Lajeado S. Pedro – Jurema Calderan - titular e Ines Bortolotto - suplente;
- c) - Comunidade de Linha Alto Jardinópolis: Astéria dos Santos - titular e Ilso Zamboni - suplente;
- d) - Comunidade de Linha Barrinhas: Danilo Risso - titular e Marines Decesaro Ferreira - suplente;
- e) - Comunidade de Linha Vila Jardim: Odile Matiello - titular e Isabel Zuanazzi - suplente;
- f) - Comunidade de Linha Rio Azul: Clair Riboldi - titular Damião Valenza - suplente;
- g) - Comunidade de Linha Batovira: Marcio Guisolphi - titular e Liliane Bianchet Cremonini – suplente;
- h) - Sede do Município: João Luiz Antunes de Souza - titular e Ivete Tessaro - suplente.

Art. 2º - Os membros do Conselho prestarão serviços de caráter relevante ao Município e não serão remunerados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis em 30 de Julho de 2020.

DORILDO PEGORINI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.  
Chefe de Gabinete.

## **DECRETO Nº 5.668/20 DE 30 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591616

DECRETO Nº 5.668/20 DE 30 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORILDO PEGORINI, Prefeito Municipal do Município de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de acordo com o artigo 5º, da lei 1046/19 de 10 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar, no orçamento do Município de Jardinópolis, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na conta abaixo relacionada:

Órgão 07.00 – SECRETARIA DE DESEN. ECONÔMICO E TURISMO.

Unidade Orçamentária 07.01 – Departamento de Indústria Comércio e Turismo

Função 0027 – Desporto e Lazer

Sub Função 0813 – Lazer

Programa 0013 – Geração de Emprego e Renda

Ação 1.071 – Construção de Passeio

Modalidade de Aplicação: 3.44.90.00 – Aplicação Direta Vinculo 01.79.1079 com o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º Para suplementar as contas de que trata o Artigo 1º, serão utilizados recursos do possível excesso de arrecadação no vinculo 01.79.1079 no orçamento do Município de Jardinópolis.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5664/20 de 27 de julho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis em 30 de Julho de 2020.

DORILDO PEGORINI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

NILSON JOSÉ ZATTI  
Chefe de Gabinete.

## **DECRETO Nº 5.669/20 DE 30 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591618

DECRETO Nº 5.669/20 DE 30 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORILDO PEGORINI, Prefeito Municipal do Município de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de acordo com o artigo 5º, da lei 1046/19 de 10 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar, no orçamento do Município de Jardinópolis, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), na conta abaixo relacionada:

Órgão: 04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE.

Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Educação

Função: 0012– Educação

Sub Função: 0361 – Ensino Fundamental

Programa: 0006 – Criança na Escola

Projeto/Atividade: 1.010 – Aquisição de Veículo Para o Transporte Escolar

Modalidade de Aplicação: 3.44.90.00.00 – Aplicação Direta 01.79.1079, com o Valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º Para suplementar as contas de que trata o Artigo 1º, serão utilizados recursos do possível excesso de arrecadação no vinculo 01.79.1079 no orçamento do Município de Jardinópolis.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5.665/20 de 27 de julho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis em 30 de Julho de 2020.

DORILDO PEGORINI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

NILSON JOSÉ ZATTI  
Chefe de Gabinete.

# Joaçaba

## PREFEITURA

### ATA 160/2020/PMJ - TA 07

Publicação Nº 2592365

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2020/PMJ – TA 07

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, como órgão gerenciador, representada neste ato pelo Secretário, Sr. MARCELO MANTOVANI, e a empresa POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA, estabelecida na Avenida Beira Rio, nº 988, centro, Herval d'Oeste, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.833.501/0001-47, doravante denominada DETENTORA, representada neste ato pelo Sr. Ivo Carlos Hack Júnior, portador do documento de identidade nº 1.703.356 e inscrito no CPF/MF sob o nº 737.459.109-82, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 160/2020/PMJ, firmada em 03/01/2020, proveniente do Processo de Licitação nº 102/2019/PMJ – Edital de Pregão Presencial nº 65/2019/PMJ, para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição eventual e futura de combustíveis destinados a manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal e dos órgãos participantes, observando-se o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço do item 1 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando o mesmo a ter a seguinte redação, a contar do dia 05 de agosto de 2020:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
1	GASOLINA (litro)	LTO	BR	4,12

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 160/2020/PMJ.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA, SC, 04 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA  
MARCELO MANTOVANI - Secretário

POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA  
IVO CARLOS HACK JUNIOR

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

### ATA161/2020/PMJ - TA 03

Publicação Nº 2592367

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2020/PMJ – TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, SC, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, como órgão gerenciador, representada neste ato pelo Secretário, Sr. VILSON SARTORI, resolve celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 161/2020/PMJ, firmada em 03 de janeiro de 2020 com a empresa ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON LTDA, estabelecida na Avenida Santa Terezinha, nº 3010, bairro Menino Deus, no Município de Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.123.912/0001-61, proveniente do Processo de Licitação nº 102/2019/PMJ – Edital de Pregão Presencial nº 65/2019/PMJ, para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição eventual e futura de combustíveis destinados a manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal e dos órgãos participantes, observando-se o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço do item 2 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando o mesmo a ter a seguinte redação, a contar do dia 05 de agosto de 2020:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
2	ÓLEO DIESEL S-10 (litro)	LTO	SHELL	3,06

Permanecem inalteradas as ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 161/2020/PMJ.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 04 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA  
MARCELO MANTOVANI - Secretário

ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON LTDA  
DOACIR BORDIGNON

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

## DECRETO Nº 6.002 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2592439

DECRETO Nº 6.002 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15, CAPUT, DA LEI MUNICIPAL 5.314 DE 30/12/2019 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), proveniente de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE  
Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE  
Proj./Atividade: 1.051 – Construção, Ampliação, Reforma do Sistema de Água Urbano  
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-5  
Valor: R\$ 350.000,00

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 05 de agosto de 2020.

DIOCLESIO RAGNINI  
Prefeito

## DECRETO Nº 6.003 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2592729

DECRETO Nº 6.003 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 14, I DA LEI MUNICIPAL 5.314 DE 30/12/19 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), destinados à suplementação

da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente, por conta do provável Excesso de Arrecadação de recurso oriundo da LC 173/2020 - COVID-19 recursos transferidos da União sem destinação específica:

ÓRGÃO 08: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Unidade Orçamentária: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E URBANISMO

Proj./Atividade: 2.039 Manutenção e Expansão do Sistema de Iluminação Pública

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.53.0000 - 90

Valor: R\$ 210.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

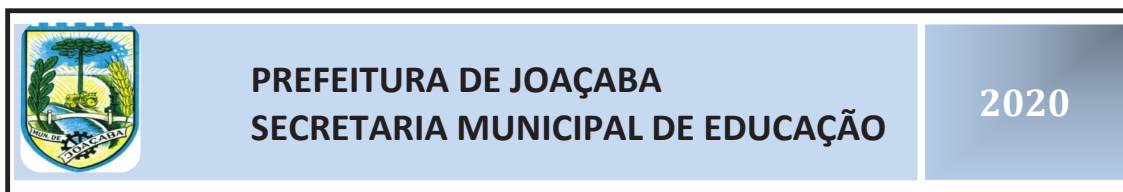
Joaçaba (SC), 05 de agosto de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

**RESULTADO PROCESSO SELETIVO**

Publicação Nº 2592393

**PREFEITURA DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****2020****DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR  
DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL  
Nº 01/2020 – SME**

O Prefeito do Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna pública a divulgação da classificação preliminar do Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 01/2020 – SME:

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Jackson Luiz de Araujo	30/12/1984	9,0
2	Francielli Mello Ferri	27/10/1981	3,0

**PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Sonia Sttoffel de Souza	24/07/1975	6,0
2	Greyce Thaise Roseanelli Giacomozzi	11/02/1993	3,5
3	Marcio Paiva	09/10/1978	3,0

**PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Fernanda Levinski	15/06/1990	4,5
2	Neide Santana	26/02/1974	4,0
3	Adriano de Matos Rosa da Silva	05/03/1984	3,5
4	Jordani dos Santos Pereira Bortolossi	07/05/1996	2,5
5	Monica Pozzebon	05/06/1972	2,0
6	Gezlaine Alves de Almeida	26/12/1984	1,5
7	Daiane Ramos	16/05/1996	1,0

Rua Getúlio Vargas, 417 – Fones: 49 3521-0669 / 3521-0289  
[seceducacao@joacaba.sc.gov.br](mailto:seceducacao@joacaba.sc.gov.br) / [educacaoadm@joacaba.sc.gov.br](mailto:educacaoadm@joacaba.sc.gov.br)

**PREFEITURA DE JOACABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****2020****PROFESSOR DE MATEMÁTICA**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Djwly Kanaã Rosa da Silva	04/12/1986	3,0

**PROFESSOR DE GEOGRAFIA**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Eder Jardel da Silva Dutra	27/08/1981	11,0
2	Leandro Reginaldo Maxinino Lelis	19/11/1987	8,0
3	Rosane Maria Sumny	13/01/1966	3,0
4	Ademir Nunes dos Santos	08/01/1976	3,0
5	Ricardo Sczibor	22/03/1993	3,0
6	Sarah Gonçalves Rocha	22/05/1995	1,5

**PROFESSOR DE HISTÓRIA**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Luiz Eduardo Pinto Barros	01/10/1985	7,0
2	Camila Alves Pereira	02/11/1993	4,5
3	Fernando Silva Wasen	06/09/1985	3,5
4	Danieli Schlemmer	17/12/1979	3,0
5	Luciano Froguel	09/03/1998	3,0

**PROFESSOR DE INFORMÁTICA**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Marcelo Francisco Girardo	06/04/1984	2,0
2	Rafael Pablo Massocato	05/04/1985	1,0

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2º PROFESSOR**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Vandreia Pereira Cardoso dos Passos	27/07/1989	11,0
2	Simone Dalla Nora	10/08/1995	10,0
3	Suelen Aparecida Ferlin	15/05/1982	8,0

Rua Getúlio Vargas, 417 – Fones: 49 3521-0669 / 3521-0289  
[seceducacao@joacaba.sc.gov.br](mailto:seceducacao@joacaba.sc.gov.br) / [educacaoadm@joacaba.sc.gov.br](mailto:educacaoadm@joacaba.sc.gov.br)



**PREFEITURA DE JOACABA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**2020**

4	Cristiane Lima	12/06/1982	8,0
5	Roberta Gabriela Bucco	18/01/1991	8,0
6	Lorena Zacaron Parise	27/09/1985	7,5
7	Tania Lino Thibes	25/01/1991	7,0
8	Luciana Schuler Roseguini	18/01/1976	6,5
9	Gelise Ciarnoski	13/05/1982	6,5
10	Marceli Jung Costa Beber	06/03/1986	6,5
11	Leticia de Fatima Gonçalves Tieppo	28/04/1987	6,5
12	Taize Conte	30/09/1987	6,5
13	Jurema Caricimi	16/12/1967	6,0
14	Leonilce Basotti	02/08/1970	6,0
15	Zelia Vicente de Amorim Antunes	21/11/1975	6,0
16	Monica Luckmann Gab	10/06/1976	6,0
17	Thaiane Cristina Bonatto	07/01/1986	6,0
18	Andreza Teixeira	26/03/1989	6,0
19	Larissa de Oliveira	15/03/1997	6,0
20	Ivete Teresinha Ferronato	22/08/1965	5,5
21	Sara Cardoso Feyh	30/08/1968	5,5
22	Juliana Cristina Chiesa	02/06/1989	5,5
23	Marcia Fattori Ceroni	13/11/1991	5,5
24	Joice Franciele Parolin de Carvalho	20/03/1994	5,5
25	Adilce Paloschi Trevisol	26/07/1960	5,0
26	Talita Milani Cordeiro	01/12/1985	5,0
27	Jaqueline Ruppenthal Bento	24/03/1991	5,0
28	Maria Elizabete Alves	24/03/1955	4,5
29	Wedna Felix Paiva	17/05/1977	4,5
30	Silvana Aparecida de Oliveira	31/08/1978	4,5
31	Sonia de Oliveira dos Santos	11/03/1982	4,5
32	Priscila de Quadros	09/09/1985	4,5
33	Pâmela Rodrigues Olivo da Silva	01/09/1987	4,5
34	Fabiana Parolin Antes	29/06/1989	4,5
35	Mirian Severina Souza Marques	03/08/1993	4,5
36	Angela Aparecida Moreira da Silva	09/08/1966	4,0
37	Rosangela Maria Dalla Costa	04/04/1968	4,0
38	Olivia Xavier	10/06/1968	4,0
39	Arlete Gelati	29/01/1969	4,0
40	Andrea da Cruz Moreira	23/06/1973	4,0
41	Neide Santana	26/02/1974	4,0
42	Denyse Carleti	08/09/1975	4,0

Rua Getúlio Vargas, 417 – Fones: 49 3521-0669 / 3521-0289  
[seceducacao@joacaba.sc.gov.br](mailto:seceducacao@joacaba.sc.gov.br) / [educacaoadm@joacaba.sc.gov.br](mailto:educacaoadm@joacaba.sc.gov.br)



## PREFEITURA DE JOAÇABA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2020

43	Andrea Schmidt Cardozo da Silva	14/10/1978	4,0
44	Marta de Oliveira	24/03/1981	4,0
45	Gilse Pinto Ribeiro	07/03/1982	4,0
46	Luciane Cunha	10/08/1984	4,0
47	Ronaldo Pasinato	05/03/1985	4,0
48	Marinalda de Fátima Vieira Sartori	15/03/1985	4,0
49	Maira Galdino	27/11/1990	4,0
50	Andréia Teixeira Estrovispy	10/12/1990	4,0
51	Mariah Nina Belló Belotto	10/01/1992	4,0
52	Mônica Caroline Moreira Müller	05/02/1994	4,0
53	Mari Sirene de Matos da Luz	15/02/1965	3,5
54	Sandra Vaccari	21/07/1971	3,5
55	Lilian Cristine Moreira	12/10/1973	3,5
56	Raquel Pelissari Katschor	04/10/1984	3,5
57	Alexandra Aparecida Rigo	01/08/1987	3,5
58	Joseane de Oliveira Prestes Abatti	17/12/1987	3,5
59	Kelly Daiane de Oliveira	29/05/1988	3,5
60	Lucilene Aparecida Fernandes	17/08/1989	3,5
61	Noemi Luciane Pereira Bertoldo	31/07/1977	3,0
62	Daiana Alves de Campos Marcante	28/09/1988	3,0
63	Elizandra Fatima Machajewski	01/04/1989	3,0
64	Shirlei Iara Moreira	10/11/1983	2,5
65	Marta Behrend Rocha	24/03/1963	2,0
66	Charlene Almeida	12/04/1983	2,0
67	Daniele Angelina Pedrotti	07/12/1974	1,5
68	Cristina David Ramos	13/06/1976	1,5
69	Rodrigo Walter Mattes	29/04/1979	1,5
70	Franciane Terlan	12/09/1981	1,5
71	Nilce Aparecida Pinto Ribeiro Klagenberg	03/06/1973	1,0
72	Angelica Bianchetti da Silva	21/06/1985	1,0
73	Danieli Conrado	02/01/1991	1,0

### PROFESSOR PEDAGOGO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Simone Dalla Nora	10/08/1995	10,0
2	Karen Aline de Freitas Thomaz Savaris	03/06/1983	9,5
3	Suelen Aparecida Ferlin	15/05/1982	8,0

Rua Getúlio Vargas, 417 – Fones: 49 3521-0669 / 3521-0289

[seceducacao@joacaba.sc.gov.br](mailto:seceducacao@joacaba.sc.gov.br) / [educacaoadm@joacaba.sc.gov.br](mailto:educacaoadm@joacaba.sc.gov.br)



**PREFEITURA DE JOAÇABA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**2020**

4	Roberta Gabriela Bucco	18/01/1991	8,0
5	Jessica Aparecida Chiamulera	25/07/1994	8,0
6	Cristiane Lima	12/06/1982	7,5
7	Lorena Zaccaron Parise	27/09/1985	7,5
8	Luiza Mattevi	03/10/1995	7,5
9	Leticia de Fatima Gonçalves Tiepo	28/04/1987	7,0
10	Gelise Ciarnoski	13/05/1982	6,5
11	Tania Lino Thibes	25/01/1991	6,5
12	Jurema Caricimi	16/12/1967	6,0
13	Zelia Vicente de Amorim Antunes	21/11/1975	6,0
14	Monica Luckmamm Gab	10/06/1976	6,0
15	Thaiane Cristina Bonatto	07/01/1986	6,0
16	Giseli Borsoi	06/04/1988	6,0
17	Andreza Teixeira	26/03/1989	6,0
18	Larissa de Oliveira	15/03/1997	6,0
19	Ivete Terezinha Ferronato	22/08/1965	5,5
20	Sara Cardoso Feyh	30/08/1968	5,5
21	Vanessa Pereira da Costa	02/07/1985	5,5
22	Marcia Fattori Ceroni	13/11/1991	5,5
23	Joice Franciele Parolin de Carvalho	20/03/1994	5,5
24	Giseli Dondel	30/12/1995	5,5
25	Iara Hoffmann dos Santos	04/09/1971	5,0
26	Andrea Lange	20/10/1979	5,0
27	Juliana Aparecida Thomazi Samoura	25/09/1982	5,0
28	Taize Conte	30/09/1987	5,0
29	Daiana Alves de Campos Marcante	28/09/1988	5,0
30	Patrícia Aparecida Sbruzzi	23/04/1991	5,0
31	Maielen Nelzi da Silva	03/04/1992	5,0
32	Fernanda Krug	05/10/1994	5,0
33	Maria Elizabete Alves	24/03/1955	4,5
34	Denyse Carleti	08/09/1975	4,5
35	Sonia de Oliveira dos Santos	11/03/1982	4,5
36	Neusa Terezinha Fortes	02/06/1985	4,5
37	Pâmela Rodrigues Olivo da Silva	01/09/1987	4,5
38	Liciane Bulgarelli	13/02/1989	4,5
39	Fabiana Parolin Antes	29/06/1989	4,5
40	Lurdes Rodrigues dos Santos	23/02/1991	4,5
41	Mirian Severina Souza Marques	03/08/1993	4,5
42	Monica Caroline Moreira Muller	05/02/1994	4,5

Rua Getúlio Vargas, 417 – Fones: 49 3521-0669 / 3521-0289  
[seceducacao@joacaba.sc.gov.br](mailto:seceducacao@joacaba.sc.gov.br) / [educacaoadm@joacaba.sc.gov.br](mailto:educacaoadm@joacaba.sc.gov.br)



**PREFEITURA DE JOACABA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**2020**

43	Andressa Gerhardt Dala Lasta	23/06/1994	4,5
44	Maria de Fatima Bazei Merele	25/10/1996	4,5
45	Cloci Odete Dalla Vechia Baggio	06/02/1966	4,0
46	Arlete Gelati	29/01/1969	4,0
47	Cleusa de Lurdes Bernardi Genaro	01/05/1973	4,0
48	Vanice da Silva Bilhar da Silva	16/05/1978	4,0
49	Rosemar Schaitel Pimentel	10/10/1978	4,0
50	Marta de Oliveira	24/03/1981	4,0
51	Luciane Cunha	10/08/1984	4,0
52	Marinalda de Fatima Vieira Sartori	15/03/1985	4,0
53	Angélica Bianchetti da Silva	21/06/1985	4,0
54	Priscila de Quadros	09/09/1985	4,0
55	Simone Welter	11/10/1986	4,0
56	Maira Galdino	27/11/1990	4,0
57	Maiara Vergani Savaris	30/06/1996	4,0
58	Mari Sirene de Matos da Luz	15/02/1965	3,5
59	Sandra Vaccari	21/07/1971	3,5
60	Andrea da Cruz Moreira	23/06/1973	3,5
61	Miranda Erica do Nascimento Bardin	09/01/1975	3,5
62	Juliana Kudreck Alves Meisterlin	02/06/1977	3,5
63	Silvana Aparecida de Oliveira	31/08/1978	3,5
64	Andreia Schmidt Cardozo da Silva	14/10/1978	3,5
65	Ivone Rodrigues de Souza Kaczur	26/01/1979	3,5
66	Luciana de Fatima Barbosa Pimentel	23/03/1979	3,5
67	Gisele Thais Neres Corso	28/08/1980	3,5
68	Vanessa Eliza Maziero	09/12/1982	3,5
69	Taviani Dirlei Teixeira Chies	26/12/1986	3,5
70	Josiane de Oliveira Prestes Abatti	17/12/1987	3,5
71	Lucilene Aparecida Fernandes	17/08/1989	3,5
72	Gisele Carla Paz	15/09/1989	3,5
73	Patricia Bottega	02/03/1991	3,5
74	Jaqueline Ruppenthal Bento	24/03/1991	3,5
75	Mariah Nina Bello Belotto	10/01/1992	3,5
76	Mayara Machado	21/03/1992	3,5
77	Lilian Piovesan	12/06/1996	3,5
78	Ana Maria Frizon Corso	17/06/1996	3,5
79	Olivia Xavier	10/06/1968	3,0
80	Marli Fatima dos Santos	11/04/1970	3,0
81	Marivete de Moraes Zarpelon	01/05/1970	3,0

Rua Getúlio Vargas, 417 – Fones: 49 3521-0669 / 3521-0289  
[seceducacao@joacaba.sc.gov.br](mailto:seceducacao@joacaba.sc.gov.br) / [educacaoadm@joacaba.sc.gov.br](mailto:educacaoadm@joacaba.sc.gov.br)



## PREFEITURA DE JOACABA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2020

82	Sandra Mara Pilatti Serena	08/09/1975	3,0
83	Wedna Félix Paiva	17/05/1977	3,0
84	Noemi Luciane Pereira Bertoloto	31/07/1977	3,0
85	Simone Schindler Batista	09/08/1981	3,0
86	Gisle Pinto Ribeiro	07/03/1982	3,0
87	Caroline Aparecida Barilli Guterres	05/12/1986	3,0
88	Jeniffer dos Santos Lima	18/05/1987	3,0
89	Marciana Aparecida Rosa	08/12/1988	3,0
90	Karine Thays Ferreira Borba	15/01/1996	3,0
91	Francieli Placionete Pereira	24/10/1983	2,0
92	Marta Behrend Rocha	24/03/1963	1,5
93	Jane Pedroso Chaves	27/03/1980	1,5
94	Vaneza Franco da Silva	20/07/1983	1,5
95	Kelly Diane de Oliveira	29/05/1988	1,5
96	Nilce Aparecida Pinto Ribeiro Klagenber	03/06/1973	1,0
97	Nadieli da Silva	06/02/1996	1,0

### PROFESSOR PEDAGOGO DE ANOS INICIAIS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Isac Ferreira Lima	13/02/1994	19,0
2	Cristiani Salete da Silva Motta Muller	11/07/1980	11,5
3	Simone Dalla Nora	10/08/1995	10,0
4	Suélen Aparecida Ferlin	15/05/1982	8,0
5	Roberta Gabriela Bucco	18/01/1991	8,0
6	Lorena Zaccaron	27/09/1985	7,5
7	Monica Luckmann Gab	10/06/1976	6,0
8	Neide Maria David de Azevedo	18/03/1968	5,5
9	Márcia Fattori Ceroni	13/11/1991	5,5
10	Joice Franciele Parolin de Carvalho	20/03/1994	5,5
11	Giseli Dondel	30/12/1995	5,5
12	Grasiele de Oliveira Prestes	13/08/1981	5,0
13	Elaine Rodrigues	11/12/1981	5,0
14	Maielen Nelzi da Silva	03/04/1992	5,0
15	Tayla Regina de Bairro	28/10/1994	5,0
16	Ana Raquel Marcon	23/11/1971	4,5
17	Neusa Terezinha Fortes	02/06/1985	4,5
18	Lurdes Rodrigues dos Santos	23/02/1991	4,5

Rua Getúlio Vargas, 417 – Fones: 49 3521-0669 / 3521-0289

[seceducacao@joacaba.sc.gov.br](mailto:seceducacao@joacaba.sc.gov.br) / [educacaoadm@joacaba.sc.gov.br](mailto:educacaoadm@joacaba.sc.gov.br)



**PREFEITURA DE JOAÇABA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**2020**

19	Mirian Severina Souza Marques	03/08/1993	4,5
20	Angela Aparecida Moreira da Silva	09/08/1966	4,0
21	Neide Santana	26/02/1974	4,0
22	Andrea Lange	20/10/1979	4,0
23	Carina Buchali Marca	26/03/1980	4,0
24	Marta de Oliveira	24/03/1981	4,0
25	Angelica Bianchetti da Silva	21/06/1985	4,0
26	Leticia de Fatima Gonçalves Tieppo	28/04/1987	4,0
27	Maira Galdino	27/11/1990	4,0
28	Emanuele Canalle	06/03/1991	4,0
29	Luiza Mattevi	03/10/1995	4,0
30	Cloci Odete Dalla Vechia Baggio	06/02/1966	3,5
31	Andrea da Cruz Moreira	23/06/1973	3,5
32	Juliana Kudreck Alves Meisterlin	02/06/1977	3,5
33	Luciana de Fatima Barbosa Pimentel	23/03/1979	3,5
34	Alexandra Aparecida Rigo	01/08/1987	3,5
35	Joseane de Oliveira Prestes Abatti	17/12/1987	3,5
36	Lucilene Aparecida Fernandes	17/08/1989	3,5
37	Gisele Carla Paz	15/09/1989	3,5
38	Olivia Xavier	10/06/1968	3,0
39	Marli Fatima dos Santos	11/04/1970	3,0
40	Andrea de Andrade	07/12/1972	3,0
41	Jeniffer dos Santos Lima	18/05/1987	3,0
42	Andrea Schimidt Cardozo da Silva	14/10/1978	1,5
43	Amanda Luzia Ferrandin	31/10/1990	1,5
44	Fabiana Aparecida Moreira Behrend	20/03/1976	1,0
45	Sonilei Aparecida Peroni Guarda	06/08/1979	1,0
46	Priscila de Quadros	09/09/1985	1,0
47	Jaqueline Elza Paganini Dorini	09/11/1985	1,0

**PSICOPEDAGOGO**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Tirlane Kuhn Hoffstatter	09/08/1981	7,5
2	Sonia Stoffel de Souza	24/07/1975	5,0
3	Carina Buchali Marca	26/03/1980	4,0
4	Emanuele Canalle	06/03/1991	4,0
5	Vanessa Eliza Maziero	09/12/1982	3,5

Rua Getúlio Vargas, 417 – Fones: 49 3521-0669 / 3521-0289  
[seceducacao@joacaba.sc.gov.br](mailto:seceducacao@joacaba.sc.gov.br) / [educacaoadm@joacaba.sc.gov.br](mailto:educacaoadm@joacaba.sc.gov.br)

**PREFEITURA DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****2020**

6	Marina Rech Marin	04/04/1993	3,0
7	Mirian Severina Souza Marques	03/08/1993	3,0

**AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTOS
1	Neri de Souza Almeida	2,5
2	Valério Sartori	1,5

**AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTOS
2	Simone Aparecida Moslinger Stefanos Bellan	1,5
1	Cinthia Ana Stefanos	1,0
3	Maria Lopes Schulka Marcanson	0,5

**NÃO HOUVE CLASSIFICADOS PARA PROFESSOR DE ARTES****NÃO HOUVE CLASSIFICADOS PARA PROFESSOR DE INGLÊS****DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito**

---

Rua Getúlio Vargas, 417 – Fones: 49 3521-0669 / 3521-0289  
[seceducacao@joacaba.sc.gov.br](mailto:seceducacao@joacaba.sc.gov.br) / [educacaoadm@joacaba.sc.gov.br](mailto:educacaoadm@joacaba.sc.gov.br)

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Publicação Nº 2592265

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA**

CONSIDERANDO o Decreto n. 740 de 24 de julho de 2020 do Governo do Estado de Santa Catarina e a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

Em cumprimento ao disposto acima, o Município de Joaçaba, MANTÉM NA FORMA ONLINE a AUDIÊNCIA PÚBLICA para a apresentação da minuta de proposta das leis de Uso e Ocupação do Solo e Parcelamento do solo, no dia 07 de Agosto de 2020 e SUSPENDE a audiência na forma presencial, no Teatro Alfredo Sigwalt.

A participação popular será respeitada nos termos do artigo 43 do Estatuto da Cidade, bem como do decreto nº 5410, de 05 de junho de 2018. O horário será às 19h (dezenove horas), com encerramento às 21h (vinte e uma horas).

As minutas das propostas de lei, encontram-se disponíveis para consulta pública no site de acompanhamento do Plano Diretor, conforme link: <https://planejamentourbano.cincatarina.sc.gov.br/?municipio=joacaba>

Joaçaba, 05 de agosto de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA****AVISO PE 05/2020/FMS**

Publicação Nº 2592022

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS  
JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2020/FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020/FMS

Objeto: aquisição eventual e futura de testes rápidos para diagnóstico de COVID-19. Forma de Julgamento: Menor preço. Data e horário de abertura da sessão: 13/08/2020 às 14h através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Data de apresentação da proposta: até dia 13/08/2020. Horário limite: 13h50. O edital está disponível no Setor de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Saúde, na Av. XV de Novembro, 223, Centro - Joaçaba, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 7h às 19h, e nos sites [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao endereço citado acima, pelo telefone (49) 3521-1555 ou pelo e-mail [licitacaosaudejba@hotmail.com](mailto:licitacaosaudejba@hotmail.com).

Joaçaba, 05 de agosto de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
VALMOR REISDORFER  
SECRETÁRIO DE SAÚDE

# Lages

## PREFEITURA

### RERRATIFICAÇÃO 76/2020 SMS

Publicação Nº 2591976



MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Lages, 05 de agosto de 2020.

### RERRATIFICAÇÃO

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2020 – SMS;

OBJETOS: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL(EPI) PARA USO EM DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

O Município de Lages, representado neste ato pelo seu Pregoeiro, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

No Portal de Compras Caixa, o certame em comento está na forma EXCLUSIVO, equivocadamente. Sendo este EXCLUSIVO E COM RESERVA DE COTAS, conforme Edital, será realizado o retorno de fase para correção.

Em consequência, **adia-se os prazos para:**

- **Credenciamento**, até as 23:59 horas do dia 20/08/2020;
- Recebimento das **Propostas Comerciais e Documentos de Habilitação**, até as 09:00 horas do dia 21/08/2020;
- **Sessão Pública**, às 09:00 horas do dia 21/08/2020;
- Recebimento dos **Lances, do 01 ao 18** será aberta às 10:30 horas do dia 21/08/2020;
- Recebimento dos **Lances, do 19 ao 37** será aberta às 10:50 horas do dia 21/08/2020;
- **Impugnação**, até as 23:59 horas do dia 17/08/2020;
- **Esclarecimentos**, para até as 23:59 horas do dia 17/08/2020;

Sem mais para o momento, subscrevo-me, atenciosamente,

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

**Antonio Cesar Alves de Arruda**  
*Secretário de Administração e Fazenda*

# Laguna

## PREFEITURA

### **DECRETO 6.285/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2592724

DECRETO Nº 6.285/2020, de 05 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e, autorizado pelo artigo 6º, da Lei Municipal nº. 2.128/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Fundação Lagunense de Cultura, readequando a dotação orçamentária, no valor de R\$ R\$ 333.941,10 (trezentos e trinta e nove mil, novecentos e quarenta e um reais e dez centavos), na seguinte classificação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura

Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura

Projeto/Atividade: 2.300 – Manutenção da Fundação Lagunense de Cultura

Recurso: 130/ Transferências de Convênios – União/Outros

Elemento da Despesa:

7/3.3.90.00.00.00.00.00.01.0034 - Aplicações Diretas ..... R\$ 333.941,10

Art. 2º Para Atender a Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o Artigo 1º deste decreto, ficam utilizados recursos decorrentes do excesso e/ou provável excesso de arrecadação observada a tendência do exercício, na receita 4.2.4.1.8.99.1.1.00.00.00 – Outras Transferências da União. Fonte de recursos 34 - Transferências de Convênios – União/Outros.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

### **DECRETO 6.286/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2592725

DECRETO Nº 6.286/2020, de 05 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e autorizado pela Lei Municipal nº. 2.163/2020,

DECRETA:

**Art. 1º** Fica aberto um crédito adicional ESPECIAL no orçamento vigente da Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 19- Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01- Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 122 – Administração Geral

Fontes de recursos: 1.0101 – Transferência do Sistema Único de Saúde SUS/ União

1.0067 – Transferência do Sistema Único de Saúde SUS/ Estado

1.0002 – Receita de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

Projeto/Atividade 1.706 – Enfrentamento da Emergência do COVID-19

Elemento da Despesa: 74- 3.3.90.00.00.00.00.01.0101- Aplicações Diretas...R\$ 1.000.000,00

Elemento da Despesa: 75- 4.4.90.00.00.00.00.01.0101- Aplicações Diretas ..... R\$ 500.000,00

Elemento da Despesa: 76- 3.3.90.00.00.00.00.01.0067- Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Elemento da Despesa: 77- 3.3.90.00.00.00.00.01.0002- Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

**Art. 2º** Para Atender a Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que se trata o Artigo 1º deste Decreto, fica anulado em igual valor nas seguintes dotações:

Órgão: 19- Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 2.700 – Estender, Equipar e manter a rede básica  
Elemento da Despesa: 2- 3.1.90.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas..R\$ 200.000,00

Órgão: -19- Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 2.713 – Co- Financiamento  
Elemento da Despesa: 26-3.3.90.00.00.00.00.01.0067-Aplicações Diretas...R\$ 100.000,00

**Art. 3º** Para Atender a Abertura de Crédito Adicional Especial de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos decorrentes do excesso e/ou provável excesso de arrecadação observada a tendência do exercício, na receita 4.1.7.8.03.0.0.00.00.00 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS/ União, no valor de R\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos reais).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 6.287/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2592726

DECRETO Nº 6.287/2020, de 05 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e, autorizado pela Lei Municipal nº. 2.167/2020,  
DECRETA:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo  
Unidade: 07 – Secretaria de Transporte e Obras  
Recurso: 01.0000 – Recursos ordinários  
Projeto/Atividade: 2.017 Secretaria de Transporte e Obras  
86 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000/Aplicações diretas ..... R\$ 675.000,00

**Art. 2º** Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica autorizado o uso em igual valor de recursos no orçamento vigente, da seguinte dotação:

Órgão: 09 – Poder Executivo  
Unidade: 02 – Gabinete do Prefeito  
Projeto/Atividade: 2.001 – Manutenção do Gabinete  
3 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações diretas ..... R\$ 100.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo  
Unidade: 02 – Gabinete do Prefeito  
Projeto/Atividade: 2.091 – Manutenção da Comunicação Social e Publicidade Institucional  
8 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000/Aplicações diretas ..... R\$ 100.000,00  
9 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000/Aplicações diretas ..... R\$ 200.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo  
Unidade: 03 – Procuradoria Geral  
Projeto/Atividade: 2.003 – Manutenção da Procuradoria Jurídica  
11 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações diretas ..... R\$ 100.000,00

Órgão: 9 – Poder Executivo  
Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte  
Projeto/Atividade: 2.055 – Manutenção do Esporte

68 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 07 – Secretaria de Transporte e Obras

Projeto/Atividade: 1.071 Obras de Saneamento

81 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000/Aplicações Diretas ..... R\$ 75.000,00

**Art. 3º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil Prefeito Municipal

## **DECRETO 6.288/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2592727

DECRETO Nº 6.288/2020, de 05 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e, autorizado pela Lei Municipal nº. 2.168/2020,

DECRETA:

**Art. 1º** Fica aberto um crédito adicional ESPECIAL no orçamento vigente da Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 151.110,00 (cento e cinquenta e um mil, cento e dez reais), na seguinte classificação:

Órgão: -14- Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01- Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Fontes de recursos: 131/1.0035 – Transferência do Sistema Único de Assistência Social /SUAS

Projeto/Atividade - XXXX – Ações Assistenciais de Enfrentamento ao COVID-19

Elemento da Despesa: XX- 3.3.90.00.00.00.00.01.0035- Aplicações Diretas ..... R\$ 151.110,00

**Art. 3º** Para Atender a Abertura de Crédito Adicional Especial de que trata o Artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos decorrentes do excesso e/ou provável excesso de arrecadação observada à tendência do exercício, na receita 4.1.7.1.8.12.1.1.01.00.00– Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, creditados em contas bancárias específicas de enfrentamento ao Covid-19.

**Art. 4º** Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 771/2020**

Publicação Nº 2592544

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 771/2020**

**O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE, SR. LUIZ FELIPE REMOR**, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

**R E S O L V E:**

**CONCEDER LICENÇA PREMIO**, de 03 de Agosto de 2020 a 01 de Setembro de 2020, a Servidora **ALINE TRICHES SAVI**, Bióloga, referente ao período 2013/2018 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Agosto de 2020.

**LUIZ FELIPE REMOR**  
Presidente de Fundação

**PORTARIA N° 772/2020**

Publicação N° 2592547

**P R E F E I T U R A D E**  
**LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH N° 772/2020**

**O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC**, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0004042/2020;

**R E S O L V E:**

**CONCEDER LICENÇA PREMIO**, de 03 de Agosto de 2020 a 01 de Setembro de 2020, ao Servidor **SILVIO CARDOSO**, Agente de Proteção Social, referente ao período 2013/2018 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Agosto de 2020.

**PATRICIA DA SILVA PAULINO**  
Secretário Municipal

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA Nº 098/PMLM/2020

Publicação Nº 2592405

CHAMADA PÚBLICA Nº 098/PMLM/2020

Data início de abertura: 06/08/2020 às 08h30min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo o credenciamento com inexigibilidade de licitação para fornecimento de gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza, para fornecimento de vale alimentação e vale higiene para atendimento das necessidades da Secretaria De Assistência Social no que diz respeito as necessidades dos vulneráveis cadastrados no setor de benefícios eventuais como medida de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo COVID-19.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível em [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller/SC, 05 de agosto de 2020.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

### DECRETO Nº 126/2020

Publicação Nº 2592101

D E C R E T O Nº 126/2020

ESTABELECE NOVAS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS POR PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER DURANTE A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Capítulo I

DA NECESSIDADE DE ISOLAMENTO DOMICILIAR DAS PESSOAS MAIORES DE 60 ANOS

Art. 1º Fica recomendado o isolamento domiciliar de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Parágrafo único. Recomenda-se que o deslocamento de referidas pessoas se limite às atividades laborativas, atendimentos de saúde, aquisição de produtos alimentícios e de saúde e para atividade física ao ar livre, sempre utilizando máscara.

CAPÍTULO II

DA UTILIZAÇÃO OBRIGATÓRIA DE MÁSCARAS

Art. 2º A partir da publicação do presente Decreto, passa a ser obrigatório o uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas, em transporte público, em transporte por aplicativo, táxis e em veículos utilizados para fretamento de pessoas.

§ 1º O descumprimento da obrigação prevista no caput deste artigo constitui infração sanitária prevista no artigo 59, inciso I, da Lei Estadual nº 6320/83, aplicável no âmbito do Município de Lauro Muller conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2095/19 e, a partir do dia 03 de julho de 2020, acarretará a imposição de multa no valor mínimo de R\$ 84,06 (oitenta e quatro reais e seis centavos).

§ 2º A fiscalização será realizada, por parte do Município, pelo órgão da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, bem como pelos agentes de fiscalização municipais, que ficam autorizados a agir na condição de autoridade de saúde em todo o território do Município, cabendo-lhes a fiscalização de todos os serviços e atividades liberadas a funcionar sob regimento especial durante a vigência da pandemia da COVID-19.

§3º Em caso de descumprimento, o órgão autuante poderá acionar a autoridade policial para lavratura de Termo Circunstanciado, pelo crime do art. 268 do CP.

§4º A obrigação a que se refere o caput deste artigo se aplica ainda às áreas comuns dos condomínios residenciais, inclusive elevadores.

§5º A obrigação prevista no caput deste artigo será dispensada no caso de pessoas com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiências sensoriais ou com quaisquer outras deficiências que as impeçam de fazer o uso adequado de máscara de

proteção facial, conforme declaração médica, que poderá ser obtida por meio digital, bem como no caso de crianças com menos de 3 (três) anos de idade.

§6º As máscaras a que se refere o caput deste artigo podem ser artesanais ou industriais.

§7º As pessoas, ao circularem em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transporte público, deverão portar documento de identificação, em meio físico ou digital.

§8º Considera-se adequado o uso da máscara quando obedecer àquele indicado pelos órgãos de saúde competentes, qual seja, utilizando-se o artigo facial de maneira correta, de modo a cobrir completamente a boca e o nariz, ao mesmo tempo.

Art. 3º Os estabelecimentos autorizados a funcionar durante a pandemia da Covid-19 são obrigados a fornecer a seus funcionários e colaboradores máscaras de proteção individual, ainda que de fabricação artesanal, e outros equipamentos de proteção quando o estabelecimento funcionar com atendimento ao público.

§1º O descumprimento da obrigação prevista no caput deste artigo acarretará a imposição da multa prevista no art. 59, inciso II, da Lei Estadual 6320/83 no valor mínimo de R\$ 421,00 (quatrocentos e vinte e um reais) por funcionário ou colaborador que estiver sem máscara, que será aplicada em dobro, nos casos de reincidência.

§ 2º A obrigação prevista no caput deste artigo também se aplica a órgãos e entidades públicos.

### CAPÍTULO III

#### DAS MEDIDAS ADOTADAS QUANTO AO FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS

Art. 4º Os serviços de alimentação não essenciais estão autorizados a funcionar com portas abertas e com atendimento ao público, autorizado o acesso e uso do ambiente interno, durante o período de enfrentamento da pandemia causada pela COVID-19, desde que observadas as normas da Portaria SES nº 256, de 21 de abril de 2020, e observadas as regras contidas nos decretos municipais, e as seguintes condições:

I - A entrada de pessoas para consumo no local fica restrita até às 22 horas, podendo o cliente permanecer no local até, no máximo, às 23 horas.

II – Após às 22 horas, para novos atendimentos, os serviços de alimentação não essenciais poderão funcionar somente na modalidade do tipo tele-entrega (delivery), retirada na porta ou drive thru, observando-se, nesse caso, ainda:

a) nos pontos de atendimento ao cliente, deve ser disponibilizado dispensador de álcool 70º INPM;

b) as refeições, lanches, cafés, bebidas e alimentos em geral, devem estar acondicionados em recipientes prontos para viagem, marmitas ou "pratos feitos" para entrega aos clientes, sendo proibida a modalidade de bufê de auto serviço (self service);

c) não poderão disponibilizar autoatendimento de produtos não embalados aos clientes.

III - As mesas de refeição poderão ser ocupadas por até 6 (seis) pessoas.

IV - Fica proibida a utilização de espaços de playground existentes no interior dos serviços de alimentação.

Parágrafo único. Fica proibido, no interior de restaurantes, lanchonetes, bares e congêneres, a prática de jogos de cartas, sinuca ou similares.

Art. 5º Fica proibido, nas dependências de lojas de conveniências e nos postos de combustíveis:

I- o consumo de bebidas alcoólicas.

II- a aglomeração de pessoas e carros nas dependências e imediações (estacionamento, passagem de carro, espaços livres, entre outros).

§1º Deverá o estabelecimento garantir o efetivo cumprimento dessas medidas, com o isolamento físico das áreas extras de estacionamento e áreas livres, com cones, fitas zebreadas ou similares, delimitando, assim, as áreas interditadas.

§2º O descumprimento do disposto neste artigo constitui infração sanitária gravíssima, prevista no artigo 59, inciso III, da Lei Estadual nº 6320/83, sendo passível de multa no valor mínimo de R\$ 841,00 (oitocentos e quarenta e um reais).

§3º Os clientes que descumprirem o disposto neste artigo também serão responsabilizados administrativamente, com aplicação de penalidade de multa, no valor mínimo de R\$ 421,00 (quatrocentos e vinte e um reais), nos termos do artigo 59, inciso II, da Lei Estadual nº 6320/83, sem prejuízo das demais sanções penais e civis cabíveis.

§4º Após as 22 horas, até as 6 horas, será permitida apenas a retirada de produtos no balcão ou por meio de serviço de delivery, sendo proibida a permanência de clientes dentro da loja de conveniência.

Art. 6º Os serviços de alimentação considerados essenciais deverão operar com 50% de sua capacidade.

§1º São considerados serviços de alimentação essenciais: supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues, fruteiras, feiras livres, peixarias, lojas de venda de produtos alimentícios, lojas de venda de salgados, doces, bolos e tortas.

§2º Nos serviços de alimentação considerados essenciais, o consumo de produtos no local fica restrito ao disposto no artigo 4º do presente Decreto.

§3º Disponibilizar álcool 70º INPM em todos os setores existentes no estabelecimento, bem como em todos os corredores da área de vendas.

§4º Recomenda-se a aferição de temperatura corporal dos clientes e funcionários, antes de adentrarem no estabelecimento, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato.

§5º No caso do §4º do presente artigo, sendo aferida temperatura de 37,8ºC (trinta e sete vírgula oito graus Celsius), ou superior, não será permitida a entrada do cliente ou funcionário no estabelecimento, orientando-o a dirigir-se imediatamente à unidade de saúde ou Centro de Triage mais próximo.

Art. 7º Todos os serviços de alimentação devem sinalizar de maneira clara e garantir que seja cumprido o distanciamento que deve ser mantido em filas e assentos, de modo a atender a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre os clientes.

Art. 8º Fica permitida a utilização de parques e praças ao ar livre somente para atividades físico-desportivas de caminhada, corrida e ciclismo, realizadas de forma individual, respeitando as regras definidas pela Portaria Estadual SES 275 de 27 de abril de 2020.

§1º Poderão ser desenvolvidas atividades físicas com personal trainer nestes locais, limitando a quantidade de participantes a 2 (dois) alunos e respeitadas as normas estabelecidas pela Portaria citada no caput deste artigo.

§2º O horário de funcionamento dos parques municipais será das 6h às 21h.

§3º Fica proibida a utilização de playgrounds, academias ao ar livre, assentos e quadras poliesportivas existentes nesses locais.

Art. 9º Fica proibida a realização de eventos esportivos amadores ou recreativos.

Parágrafo único. Os eventos esportivos de iniciativa pública ou privada, de caráter profissional, seguirão as regras estaduais vigentes ou as que vierem a substituir.

Art. 10 Fica proibido atividades em casas noturnas, museus, centros de eventos, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos durante a vigência desse decreto.

§1º Fica incluída nessa proibição a realização de festas e eventos particulares.

§2º O descumprimento das determinações deste artigo constitui infração sanitária prevista no artigo 59, inciso III, da Lei Estadual 6320/83 e é passível de multa no valor mínimo de R\$ 841,00 (oitocentos e quarenta e um reais).

#### CAPÍTULO IV DA APLICAÇÃO DAS PENAS

Art. 11 A pessoa física ou jurídica que descumprir os comandos dispostos no presente Decreto, nos demais Decretos Municipais e Estaduais e nas Portarias Municipais e Estaduais que determinaram medidas a serem adotadas no tocante à prevenção e cuidados necessários contra a COVID-19, como distanciamento obrigatório, higienização, lotação máxima de ambientes, entre outros, estará incurso nas penas discriminadas na Lei Estadual nº 6320/83, com a aplicação das sanções previstas na referida lei.

§1º Em caso de ausência de notificação anterior, seja pela Vigilância Sanitária do Município, Polícia Militar ou Polícia Civil, será aplicada a pena de advertência ao infrator.

§2º Constando-se que o infrator já foi notificado, ainda que anteriormente à assinatura do presente Decreto, por quaisquer autoridades de saúde, tanto da esfera municipal como estadual, será aplicada imediatamente a medida cautelar de interdição de estabelecimento ou atividade, pelo prazo de 10 (dez) dias, após o qual, uma vez cumprido, estará automaticamente liberado.

§3º Descumprido o prazo de suspensão de estabelecimento ou atividade, pelo prazo referido no §2º deste artigo ou se, retomando as atividades após o prazo de suspensão, voltar a descumprir as normas sanitárias vigentes, o estabelecimento será interditado novamente, pelo prazo de 20 (vinte) dias.

§4º Verificada a reincidência – descumprimento da suspensão ou de normas sanitárias vigentes - conforme previsto nos §2º e §3º deste artigo, será cancelada a autorização para funcionamento da empresa, bem como cancelado o alvará de licenciamento do estabelecimento, sem prejuízo da aplicação de multa, nos termos da Lei.

§5º O infrator poderá apresentar defesa e recurso contra a penalidade imposta, nos termos do previsto na Lei Estadual nº 6320/83, sendo recebidos sem efeito suspensivo.

#### CAPÍTULO V

**DA COMISSÃO INTEGRADA DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO**

Art. 12 A Comissão Integrada para Avaliação e Monitoramento criada por meio de Decreto 108/2020, ficará responsável pelo monitoramento das atividades e constatação de infração às determinações contidas em leis e nas normas de vigência, não conflitando, tal atividade, com as atribuições de cada órgão envolvido.

Parágrafo Único. As defesas das penas impostas serão deliberadas em conjunto pela Comissão, prosseguindo-se com o procedimento previsto na Lei Estadual nº 6320/2020.

**CAPÍTULO VI  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 13 As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 14. Permanecem em vigor as determinações constantes de Decretos e Portarias anteriormente publicadas, que não conflitem com o aqui disposto.

Art. 15 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 14/2020 - FHHL**

Publicação Nº 2591679

Lauro Muller, 03 de agosto de 2020.

Portaria nº 14/2020

Cleir Estevam, Diretor Geral da Fundação de Saúde de Lauro Muller, no uso de suas atribuições, consoante à Lei Municipal nº 1944/2017 e,

CONSIDERANDO que a Fundação de Saúde de Lauro Muller realizou processo seletivo para a contratação de servidores, o qual foi homologado em 05/11/2019;

CONSIDERANDO que todos os candidatos aprovados no referido processo já foram convocados e nomeados, esgotando-se a lista de aprovados;

CONSIDERANDO que a Fundação não dispõe de tempo hábil, tampouco de previsão orçamentária para a imediata realização de novo processo seletivo;

CONSIDERANDO que a Fundação presta serviço público essencial na área da saúde, razão pela qual é imprescindível que conte com seu quadro completo;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Lei Municipal nº 1862/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ANA PAULA BIALAS COELHO, para exercer a função de Técnica de Enfermagem junto a Fundação de Saúde de Lauro M-ller, em caráter temporário, pelo período de 04 de agosto de 2020 à 04 de novembro de 2020, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cleir Estevam

Diretor Administrativo

Fundação Hospitalar Henrique Lage

Rejani Diná Amboni da Cunha

Diretora de Atenção à Saúde

Fundação Hospitalar Henrique Lage

**PREGÃO PRESENCIAL N° 097/PMLM/2020**

Publicação N° 2592373

PREGÃO PRESENCIAL N° 097/PMLM/2020

Data e horário da sessão de abertura: 19/08/2020 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a aquisição parcelada de material de EPI's (máscara e luva) para atendimento conforme demandas do corpo de bombeiros de Lauro Muller/SC, conforme especificações constantes no Anexo- Termo de Referência - deste edital.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível em [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller/SC, 05 de agosto de 2020.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

# Lebon Régis

## PREFEITURA

**EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO N°: 27/2020. LICITAÇÃO: IN04/2020**

Publicação N° 2592709

**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato N°: 27/2020. Licitação: IN04/2020.

Objeto: Prestação de serviços de publicação no Diário Oficial da União de atos oficiais e demais matérias de interesse do(a) CONTRATANTE, conforme estabelecido no Decreto nº 9.215, de 29/11/2017, combinado com a Portaria nº 283, de 2/10/2018, alterações posteriores e demais cominações legais.

Contratante: Município de Lebon Régis

Contratado: IMPRENSA NACIONAL - 04.196.645/0001-00.

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Vigência: 30/07/2020. Término: 30/07/2121

Lebon Régis, 05/08/2020.

DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE REPUBLICAÇÃO PE 07/2020

Publicação Nº 2591576

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL/SC

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a possível contratação de empresa, para confecção de material gráfico.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas até: as 08h30min do dia 20/08/2020

Abertura: dia 20/08/2020 as 08h31min

Informações complementares: O edital na íntegra estará à disposição dos interessados nas home pages [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br).

Lindóia do Sul - SC, 04 de agosto de 2020.

Genir Loli

Prefeito de Lindóia do Sul

### EXTRATO DE CONTRATO 72/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOIA DO SUL

Publicação Nº 2592290

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 72/2020

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 93/2019

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONCORDIA ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 44/2020 PREGÃO PRESENCIAL: 34/2020

Objeto: Objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual

Vigência: Até 01 AGOSTO de 2021.

Assinatura: 31 de julho de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 186, DE 20 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2591680

PORTARIA Nº 186, DE 20 DE JULHO DE 2020.

Interrompe férias concedidas a Servidora Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e,

Considerando a excepcional necessidade de retorno ao serviço, para que não haja interrupção da continuidade dos trabalhos desempenhados pela Servidora;

RESOLVE

Art. 1º. Interromper, as férias concedidas, na forma da Portaria nº 173, de 30 de Junho de 2020, a Servidora Pública Municipal Maristela Moretto Pagno, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Enfermagem, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, pelo período de 12 (doze) dias, compreendidos entre os dias 20 a 31 de julho de 2020, sendo que os dias trabalhados serão gozados oportunamente, de acordo com entendimento entre as partes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 20 de Julho de 2020.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 187, DE 28 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2591683

PORTARIA Nº 187, DE 28 DE JULHO DE 2020

Concede Férias a Servidora Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Rafaela Spricigo da Silva Dutra, ocupante do cargo de provimento efetivo

de Fisioterapeuta, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, referente ao período aquisitivo de 04 de março de 2019 a 03 de março de 2020, para gozo no período de 29 de Julho de 2020 a 27 de Agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 28 de Julho de 2020.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 188, DE 30 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591671

PORTARIA Nº 188, DE 30 DE JULHO DE 2020

Prorroga prazo de conclusão de Sindicância Investigativa

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município,  
Considerando os argumentos lançados na justificativa apresentada pela sindicante.

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância n. 1/2020, instaurada pela Portaria n. 152, de 27 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 29 de maio de 2020, edição n. 3.155, pg. 1.221.

Art. 2º. A prorrogação de que trata o art. 1º, contar-se-á a partir do dia 28/07/2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de julho de 2020.

Lindóia do Sul, 30 de Julho de 2020.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 189, DE 30 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591685

PORTARIA Nº 189, DE 30 DE JULHO DE 2020.

Concede Licença Saúde a Servidor Publico Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e,  
Considerando o artigo 100 da Lei Complementar n. 050/2003, de 10 de Janeiro de 2003,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Licença saúde a partir de 31 de Julho de 2020, por um período de 90 (noventa) dias, ao Servidor Público Municipal Carlos José de La Cruz Junior, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, conforme atestado médico em anexo, sendo que após o décimo quinto dia com ônus para o INSS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 30 de Julho de 2020.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 190, DE 30 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591688

PORTARIA Nº 190, DE 30 DE JULHO DE 2020.

Exonera Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e,  
Considerando o disposto no Artigo 38, inciso II, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e nos termos do Artigo 91, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Exonerar, o servidor Público Municipal, senhor Alexandre Alex Gasparetto, contratado em caráter temporário, o qual exercia as funções do cargo de Provimento Efetivo de Farmacêutico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, em virtude da volta as atividades normais da farmacêutica efetiva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 30 de Julho de 2020.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 191, DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591693

PORTARIA Nº 191, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.  
Concede férias regulares a Servidora Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE**

Art. 1º. Conceder Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Marinês Ribeiro Perondi, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administradora Rural, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, referente ao período aquisitivo de 30 de julho de 2017 a 29 de Julho de 2018, para gozo no período de 03 de Agosto de 2020 a 01 de Setembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 03 de Agosto de 2020.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 192, DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591704

PORTARIA Nº 192, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

Concede Gozo de Licença-prêmio a Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,  
Considerando o disposto no artigo 119 da Lei Complementar Municipal n. 50, de 10 de janeiro de 2003,

**RESOLVE**

Art. 1º. Conceder, ao Servidor Público Municipal Igor Frare Grandi, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador Municipal, vinculado no Gabinete do prefeito e Vice, 30 (trinta) dias de licença, a título de Licença-Prêmio, compreendidos entre os dias 05 de agosto de 2020 a 03 de setembro de 2020, com a remuneração do cargo efetivo, relativo ao período aquisitivo de 06 de Fevereiro de 2008 a 05 de Fevereiro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 09 de Agosto de 2019.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

# Lontras

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 112/2020

Publicação Nº 2591462

DECRETO Nº 112 DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À PANDEMIA CAUSADA PELO COVID-19”

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 97, inciso I, alínea “j”, da Lei Orgânica do Município de Lontras,

CONSIDERANDO a publicação da Portaria SES nº 464, de 03 de julho de 2020, a qual instituiu o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID19, delegando aos Municípios e às respectivas Regiões de Saúde as tomadas de decisões relativas à flexibilização ou restrição de atividades sociais e econômicas;

CONSIDERANDO que por força do disposto no Decreto Estadual nº 740, de 24 de julho de 2020, está autorizada a prática de atividades físicas individuais, inclusive nas regiões classificadas como risco gravíssimo na matriz de risco epidemiológico-sanitário;

CONSIDERANDO a entrada em vigor da Lei Estadual nº 17.974, de 30 de julho de 2020, a qual reconhece “os serviços de alimentação tais como restaurantes, lanchonetes, padarias e similares como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia, determinando que eventuais restrições ao funcionamento destes estabelecimentos “deverão fundamentar-se nas normas sanitárias ou de segurança pública aplicáveis”, bem como, “serão precedidas de decisão administrativa fundamentada da autoridade competente” indicando “a extensão, os motivos e critérios científicos e técnicos embasadores das medidas impostas”;

CONSIDERANDO a entrada em vigor do Decreto Estadual nº 762, de 31 de julho de 2020, o qual determina a suspensão da “circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros”, nas regiões classificadas como risco gravíssimo na matriz de risco epidemiológico-sanitário da SES, pelo período de 7 (sete) dias a contar do dia 03 de agosto de 2020, e que o mesmo decreto incluiu a região do Alto Vale do Itajaí nesta classificação;

CONSIDERANDO que o Município de Lontras possui 12.130 habitantes, e que a população afetada diretamente pela pandemia corresponde a 0,74%, sendo a taxa de mortalidade de 0%.

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 96, de 14 de julho de 2020, estabeleceu que “A fiscalização das medidas sanitárias preventivas ocorrerá na forma da legislação, estadual e municipal, e será realizada pela vigilância sanitária do Município, defesa civil e todos os demais órgãos investidos como autoridades de saúde”.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogadas, por 14 (catorze) dias, as medidas sanitárias de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19 determinadas pelos Decretos nºs 96, de 14 de julho de 2020, e 107, de 24 de julho de 2020, no que não conflitem com as medidas determinadas no presente decreto.

Art. 2º Fica suspensa a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal, pelo prazo de 7 (sete) dias, a partir de 03 de agosto de 2020.

Art. 3º Os estabelecimentos hoteleiros, pousadas e similares deverão respeitar a limitação de 30% (trinta por cento) da sua capacidade de hóspedes, a partir de 04 de agosto de 2020, pelo período de 07 (sete) dias, bem como observar todas as medidas em vigor aplicáveis a esses estabelecimentos.

Art. 4º Fica reconhecido, no Município de Lontras, os serviços de alimentação, tais como restaurantes, lanchonetes, padarias e similares, como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de que trata o caput deste artigo estão autorizados a estabelecer seus horários de funcionamento, da forma que melhor proporcionar o acesso da população aos serviços fornecidos.

Art. 5º As indústrias deverão funcionar com capacidade mínima necessária, adotando todas as medidas sanitárias preventivas, priorizando o afastamento dos funcionários que se enquadrem em grupo de risco.

Art. 6º Fica autorizada a realização de missas, cultos e demais atividades de manifestação religiosa, limitada a capacidade em 50% (cinquenta por cento) do local de realização, sendo necessária a medição de temperatura, na entrada, de todos os participantes, mediante equipamento próprio, bem como a observância de todas as medidas sanitárias em vigor para tais estabelecimentos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Lontras/SC, 04 de agosto de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIN  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 113/2020**

Publicação Nº 2591475


**MUNICÍPIO DE LONTRES**  
**Estado de Santa Catarina**
**DECRETO Nº 113, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.**

**"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM BASE EM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E, A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO COM BASE NA ANULAÇÃO PARCIAL, NA FORMA EM QUE ESPECIFICA ABAIXO".**

**MARCIONEI HILLESHEIM**, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

**DECRETA:**

**Art. 1º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no orçamento do Município, no valor de R\$ 329.931,47 (trezentos e vinte e nove mil, novecentos e trinta e um reais e quarenta e sete centavos), para reforço no exercício financeiro de 2020 da seguinte dotação orçamentária:

<b>CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR</b>		
<b>Secretaria de Infraestrutura e Obras</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b> 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
<b>Funcional Programática:</b> 07.001.0004.0122.0011.2034	<b>Atividade:</b> Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Obras	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190000000 - Aplicações diretas	01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	R\$ 329.931,47
<b>VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 329.931,47</b>		

**Art. 2º** Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1718991102 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) da fonte 1530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 3º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 4.392,13 (quatro mil, trezentos e noventa e dois reais e treze centavos), para reforço no exercício financeiro de 2020 da seguinte dotação orçamentária:

<b>CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR</b>		
<b>Secretaria Assistência Social e Habitação</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b> 11.001	Fundo de Assistência Social de Lontres	
<b>Funcional Programática:</b> 11.001.0008.0244.0007.2055	<b>Atividade:</b> Manutenção dos Serviços de Assistência Social	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190000000 - Aplicações diretas	01520200 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Assistência social (LC 173/2020 - Art. 5º, I-b)	R\$ 4.392,13
<b>VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 4.392,13</b>		



**MUNICIPIO DE LONTRAS**  
**Estado de Santa Catarina**

**Art. 4º** Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1718991103 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) da fonte 1520200 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 5º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 39.528,17 (trinta e nove mil, quinhentos e vinte e oito reais e dezessete centavos), para reforço no exercício financeiro de 2020 da seguinte dotação orçamentária:

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria de Saúde		
<b>Unidade Orçamentária:</b> 06.001	Fundo Municipal de Saúde de Lontres	
<b>Funcional Programática:</b> 06.001.0010.0301.0008.2027	<b>Atividade:</b> Manutenção da Atenção Básica em Saúde	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01520100 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) - SAÚDE	R\$ 39.528,17
<b>VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 39.528,17</b>		

**Art. 6º** Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1718991103 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) da fonte 1520100 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) - SAÚDE nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 7º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 6.950,00 (seis mil e novecentos e cinquenta reais), para reforço no exercício financeiro de 2020 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria da Educação, Cultura e Desporto		
<b>Unidade Orçamentária:</b> 05.001	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
<b>Funcional Programática:</b> 05.001.0012.0365.0005.2020	<b>Atividade:</b> Manutenção dos CEIs	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicações diretas	01010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	R\$ 6.950,00
<b>VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 6.950,00</b>		

**Art. 8º** Para dar cobertura ao (s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Secretaria da Educação, Cultura e Desporto		
<b>Unidade Orçamentária:</b> 05.001	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
<b>Funcional Programática:</b> 05.001.0012.0365.0005.1009	<b>Projeto:</b> Ampliação e Reforma de Unidades Pre-escolares	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicações diretas	01010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	R\$ 6.950,00
<b>VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R\$ 6.950,00</b>		

**Art. 9º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Lontres (SC), 04 de Agosto de 2020.**

**MARCIONEI HILLESHEIM**  
Prefeito Municipal de Lontres

**DECRETO Nº 114/2020**

Publicação Nº 2591782

DECRETO Nº 114/2020

ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 13 DE 27 DE JANEIRO DE 2020 QUE DISPÕE SOBRE OS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS MUNICIPAIS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 13, de 27 de janeiro de 2020, com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica editado o Calendário de Feriados e Pontos Facultativos do período compreendido entre Janeiro a Dezembro de 2020, para os Órgãos e Entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

**JANEIRO**

01 (quarta-feira) - Confraternização Universal - Feriado Nacional

**FEVEREIRO**

24 (segunda-feira) - Carnaval - Ponto Facultativo (exceto Saúde/Educação)

25 (terça-feira) - Carnaval - Ponto Facultativo (exceto Saúde/Educação)

**ABRIL**

10 (sexta-feira) - Paixão de Cristo - Feriado Nacional

20 (segunda-feira) - Ponto Facultativo (exceto Saúde/Educação)

21 (terça-feira) - Tiradentes - Feriado Nacional

**MAIO**

01 (sexta-feira) - Dia do Trabalho - Feriado Nacional

**JUNHO**

11 (quinta-feira) - Corpus Christi - Ponto Facultativo (exceto Saúde/Educação)

12 (sexta-feira) - Ponto Facultativo (exceto Saúde/Educação)

**JULHO**

25 (sábado) - Dia do Colono - Feriado Municipal

**SETEMBRO**

07 (segunda-feira) - Independência do Brasil - Feriado Nacional

**OUTUBRO**

12 (segunda-feira) - Nossa Sra. Aparecida - Feriado Nacional

30 (sexta-feira) - Dia do Servidor Público - Ponto Facultativo  
(Exceto Saúde/Educação)

**NOVEMBRO**

02 (segunda-feira) - Finados - Feriado Nacional

15 (domingo) - Proclamação da República - Feriado Nacional

**DEZEMBRO**

25 (sexta-feira) - Natal - Feriado Nacional

31 (quinta-feira) - Dia do Município - Feriado Municipal”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras, 05 de agosto de 2020

MARCIONEI HILLESHEIM  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO 1114/2020**

Publicação N° 2592249

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS  
DISPENSA DE LICITAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO N.º 1114/2020

OBJETO: Referente a aquisição de banners, cartazes e painéis informativos para vigilância epidemiológica . CONTRATADO: CAMARGO ADE-SIVOS LTDA ME. CNPJ: 85.289.437/0001-40. Valor: R\$ 3.825,00 (três mil oitocentos e vinte e cinco reais)  
Lontras, 04 de agosto de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

**EXTRATO DE CONTRATO 12/2020**

Publicação N° 2591804

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LONTRAS  
EXTRATO DE CONTRATO 12/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETO: O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO. Referente a utilização de licitações compartilhadas. Contratada: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32. Valor: valor mensal de R\$ 3.730,00 (Três mil setecentos e trinta reais), totalizando para o exercício de 2020 o valor de R\$ 44.760,00 (Quarenta e quatro mil setecentos e sessenta reais). Lontras, 05 de julho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

**LEI Nº 2544/2020**

Publicação Nº 2591468


**MUNICÍPIO DE LONTRAS**  
**Estado de Santa Catarina**
**LEI Nº 2544 DE 04 DE AGOSTO DE 2020.**

**"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM BASE EM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E, A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO COM BASE NA ANULAÇÃO PARCIAL, NA FORMA EM QUE ESPECIFICA ABAIXO".**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE LONTRAS**, Estado de Santa Catarina, aprovou e eu, **MARCIONEI HILLESHEIM**, Prefeito Municipal, com fundamento nos artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no orçamento do Município, no valor de R\$ 329.931,47 (trezentos e vinte e nove mil, novecentos e trinta e um reais e quarenta e sete centavos), para reforço no exercício financeiro de 2020 da seguinte dotação orçamentária:

<b>CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR</b>		
<b>Secretaria de Infraestrutura e Obras</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b> 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
<b>Funcional Programática:</b> 07.001.0004.0122.0011.2034	<b>Atividade:</b> Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Obras	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190000000 - Aplicações diretas	01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	R\$ 329.931,47
<b>VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 329.931,47</b>		

**Art. 2º** Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1718991102 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) da fonte 1530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 3º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 4.392,13 (quatro mil, trezentos e noventa e dois reais e treze centavos), para reforço no exercício financeiro de 2020 da seguinte dotação orçamentária:

<b>CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR</b>		
<b>Secretaria Assistência Social e Habitação</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b> 11.001	Fundo de Assistência Social de Lontres	
<b>Funcional Programática:</b> 11.001.0008.0244.0007.2055	<b>Atividade:</b> Manutenção dos Serviços de Assistência Social	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190000000 - Aplicações diretas	01520200 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Assistência social (LC 173/2020 - Art. 5º, I-b)	R\$ 4.392,13
<b>VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 4.392,13</b>		



**MUNICIPIO DE LONTRAS**  
**Estado de Santa Catarina**

**Art. 4º** Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1718991103 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) da fonte 1520200 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 5º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 39.528,17 (trinta e nove mil, quinhentos e vinte e oito reais e dezessete centavos), para reforço no exercício financeiro de 2020 da seguinte dotação orçamentária:

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria de Saúde		
<b>Unidade Orçamentária:</b> 06.001	Fundo Municipal de Saúde de Lontres	
<b>Funcional Programática:</b> 06.001.0010.0301.0008.2027	<b>Atividade:</b> Manutenção da Atenção Básica em Saúde	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01520100 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) - SAÚDE	R\$ 39.528,17
<b>VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 39.528,17</b>		

**Art. 6º** Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1718991103 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) da fonte 1520100 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) - SAÚDE nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 7º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 6.950,00 (seis mil e novecentos e cinquenta reais), para reforço no exercício financeiro de 2020 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria da Educação, Cultura e Desporto		
<b>Unidade Orçamentária:</b> 05.001	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
<b>Funcional Programática:</b> 05.001.0012.0365.0005.2020	<b>Atividade:</b> Manutenção dos CEIs	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicações diretas	01010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	R\$ 6.950,00
<b>VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 6.950,00</b>		

**Art. 8º** Para dar cobertura ao (s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Secretaria da Educação, Cultura e Desporto		
<b>Unidade Orçamentária:</b> 05.001	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
<b>Funcional Programática:</b> 05.001.0012.0365.0005.1009	<b>Projeto:</b> Ampliação e Reforma de Unidades Pre-escolares	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicações diretas	01010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	R\$ 6.950,00
<b>VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R\$ 6.950,00</b>		

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Lontres (SC), 04 de Agosto de 2020.**

**MARCIONEI HILLESHEIM**  
Prefeito Municipal de Lontres

*Autor: Prefeito Municipal Marcionei Hillesheim  
Projeto de Lei nº 40, de 20 de julho de 2020*

**Luiz Alves****PREFEITURA****PORTARIA N.º 335/2020**

Publicação Nº 2592135

**PORTARIA N.º 335/2020**

Instaura Processo de Sindicância Investigatória para fins que menciona, nomeia Comissão de Sindicância Investigatória e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil, em conformidade com a Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o encaminhamento de memorando, enviado pelo Secretário Municipal de Administração, Sr. Gilmar da Silva, que chegou ao meu conhecimento, dando-me conta da existência de multas de trânsito lavradas em face de veículos oficiais do Município de Luiz Alves, as quais foram empenhadas e pagas pela Administração Municipal, pois, do contrário, não seria possível a renovação dos documentos dos respectivos veículos;

CONSIDERANDO que é o meu dever zelar pelos recursos públicos do Município, pois, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, sou guardião da coisa pública que está sob minha responsabilidade;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar os responsáveis pelas infrações de trânsito e, conseqüentemente, ressarcir os valores despendidos aos cofres públicos.

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar, com fulcro no artigo 143 da Lei Federal n.º 8.112/1990, a instauração de Sindicância Investigatória, que terá por finalidade apurar o ocorrido e verificar a responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito lavradas em face de veículos oficiais do Município de Luiz Alves.

Art. 2º Constituir a Comissão de Sindicância Investigatória composta pelos seguintes servidores efetivos: JOÃO DEVILART BRONDI DOS SANTOS, Assistente Administrativo, inscrito sob a Matrícula n.º 234863/01, ADILSON MÁRIO SIGNORELLI, Assistente Administrativo, inscrito sob a Matrícula n.º 2720/02 e DOUGLAS REICHERT, Engenheiro Florestal, inscrito sob a Matrícula n.º 234899/01 para, sob a presidência deste último, comporem a Comissão de Sindicância Investigatória, sendo esta Comissão secretariada pela Diretora de Departamento Administrativo, servidora EVELYN SCHVEITZER

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do Termo de Instalação da Comissão, para a apresentação do Relatório, com possibilidade de prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 4º Deliberar que os membros da comissão poderão se reportar diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à prática dos atos processuais.

Art. 5º Fica revogada a Portaria n.º 18/2020.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 31 de julho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N.º 337/2020**

Publicação Nº 2592137

**PORTARIA N.º 337/2020**

Concede férias a servidoras públicas municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias, com início no dia 10 de agosto de 2020 e término no dia 23 de agosto de 2020, às servidoras públicas municipais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, abaixo elencadas:

I – CLÁUDIA RATH DAL-RI, assistente administrativa;

II – DÉBORA LORENA CRISTOFOLINI, coordenadora de centro de educação infantil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 03 de agosto de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## PORTARIA N.º 338/2020

Publicação N° 2592142

### PORTARIA N.º 338/2020

Concede férias a servidoras públicas municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, com início no dia 10 de agosto de 2020 e término no dia 19 de agosto de 2020, às servidoras públicas municipais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, abaixo elencadas:

I – MARA LÍGIA RAINERT, professora de educação infantil;

II – MARIA SALETE KROISCH, atendente de educação infantil;

III – ROSANE RECH FRITZKE, coordenadora de centro de educação infantil;

IV – VALDENICE LUCIANI RODERES, professora de educação infantil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 03 de agosto de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## PORTARIA N.º 339/2020

Publicação N° 2592145

### PORTARIA N.º 339/2020

Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora Sr.ª DILMA TEREZINHA RECH DA SILVA, monitora junto à Secretaria Municipal de Educação, com início no dia 10 de agosto de 2020 e término no dia 14 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 03 de agosto de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N.º 340/2020**

Publicação N° 2592147

PORTARIA N.º 340/2020

Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora Sr.ª GIANDRA MANES ZIMMERMANN, atendente de educação infantil junto à Secretaria Municipal de Educação, com início no dia 10 de agosto de 2020 e término no dia 24 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 03 de agosto de 2020.MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito MunicipalPublicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

# Luzerna

## PREFEITURA

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 012/2020 – PE 004/2020 - TESTES RÁPIDOS PARA DIAGNÓSTICO DE COVID-19 - FMS

Publicação Nº 2592697

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório 012/2020 - FMS  
Pregão Eletrônico nº 004/2020 - FMS

A Gestora do FMS, GABRIELA MAZZARINO, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 012/2020, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preço

- Objeto: A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à aquisição de Testes Rápidos para Diagnóstico de COVID - 19 para uso nas ações de enfrentamento a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência que o integra.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* TECMEDIC COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA.

- Valor total: R\$35.000,00

Luzerna (SC), 5 de agosto de 2020.

GABRIELA MAZZARINO  
Gestora do FMS

# Macieira

## PREFEITURA

### PORTARIA 4433

Publicação N° 2591891

PORTARIA N° 4433/2020  
CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORES QUE ESPECIFICA

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de acordo com o art. 91 da Lei Complementar n° 68/14, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando nome, lotação, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

NOME	CARGO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO
ANDERSON M. ARCONTI	OPERADOR DE MAQUINAS	03/08/2020 A 22/08/2020 (20 DIAS)	02/05/2019 A 01/05/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
05 de agosto de 2020.

ZELIR CITADIN  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 4434

Publicação N° 2591893

PORTARIA N° 4434/2020  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONDEDER licença-prêmio, aos servidores abaixo relacionados, conforme nome, cargo, lotação e período de gozo:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE GOZO	PERÍODO AQUISITIVO
RONIVON L. BRIDI	ENGENHEIRO AGRONOMO	SEC. AGRICULTURA	10/08/2020 A 24/08/2020	31/12/2002 A 29/12/2007

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
Macieira, 05 de agosto de 2020.

ZELIR CITADIN  
PREFEITO MUNICIPAL

## RELATÓRIO DE COMPRAS MÊS 07.2020

Publicação Nº 2591785

Página: 1/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**  
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2020**  
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtd Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
Agropecuária Abraão Eirili	abraçadeira	1022	2,000	2,7500	5,50
Agropecuária Abraão Eirili	Arame recozido	1035	1,000	10,0000	10,00
Agropecuária Abraão Eirili	AREIA	1035	1,500	115,0000	172,50
Agropecuária Abraão Eirili	Arnela	1022	8,000	1,6000	12,80
Agropecuária Abraão Eirili	Bico de Ar	1022	1,000	29,9000	29,90
Agropecuária Abraão Eirili	Brita	1035	1,000	85,0000	85,00
Agropecuária Abraão Eirili	Capa de Chuva	994	4,000	24,5000	98,00
Agropecuária Abraão Eirili	Chapa Residencial	1034	4,000	48,5000	194,00
Agropecuária Abraão Eirili	Cimento	1035	8,000	27,0000	216,00
Agropecuária Abraão Eirili	Correia	1022	1,000	49,5000	49,50
Agropecuária Abraão Eirili	Cumeira 5mm	1034	1,000	35,0000	35,00
Agropecuária Abraão Eirili	Dente Corrente Motosseira	1022	30,000	2,5000	75,00
Agropecuária Abraão Eirili	Ferro	1035	2,000	25,0000	50,00
Agropecuária Abraão Eirili	Lona preta	994	70,000	7,0000	490,00
Agropecuária Abraão Eirili	Luminária completa Led	1050	40,000	38,6000	1,544,00
Agropecuária Abraão Eirili	Mascara Elastico Branca	1022	3,000	7,5000	22,50
Agropecuária Abraão Eirili	Parafusos Trilheiro	1034	8,000	1,0000	8,00
Agropecuária Abraão Eirili	Tijolo	1035	280,000	0,6900	193,20
Agropecuária Abraão Eirili	Tubo de 30	1022	4,000	39,5000	158,00
ANGELA ALINI PIROLI MENDES -ME	Display em Acrílico Cristal 2mm	1066	10,000	440,0000	4,400,00
ANGELA ALINI PIROLI MENDES -ME	Display em Acrílico Cristal Balção	1066	1,000	1,096,0000	1,096,00
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	abraçadeira	1062	4,000	1,5000	6,00
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	abraçadeira	1064	24,000	1,5000	36,00
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	abraçadeira	1064	1,000	7,0000	7,00
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	COMPRESSOR DE AR	1062	1,000	2,690,0000	2,690,00
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	Conj Und de Calefação Alumínio	1064	1,000	1,690,0000	1,690,00
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	Conserto Luz Painel	1064	3,000	85,0000	255,00
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	Deslocamento	1062	4,000	75,0000	300,00
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	Espiglete Corrugado	1064	6,000	3,9000	23,40
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	Filtro Ar Condicionado	1064	1,000	35,0000	35,00
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	Filtro Secador	1062	1,000	340,0000	340,00
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	Fio Flexível	1064	6,000	3,9000	23,40
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	Fusível	1064	5,000	1,5000	7,50
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	Gas-Ar Condicionado	1062	1,000	290,0000	290,00
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	Lampada h15	1014	2,000	110,0000	220,00
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	Lampada H7	1014	2,000	175,0000	350,00
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	Limpeza Sistema	1062	1,000	350,0000	350,00
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	MÃO DE OBRA	1064	1,000	680,0000	680,00
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	Mão de obra colocação de peças	1014	1,000	45,0000	45,00

Página: 2/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2020**  
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	Mão de obra colocação de peças	1062	1,000	890,0000	890,00
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	Óleo p/ Compressor Ar Condicionado	1062	100,000	0,6500	65,00
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	PARAFUSO	1064	3,000	0,7500	2,25
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	Rele	1064	1,000	25,0000	25,00
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	Scanner	1064	1,000	125,0000	125,00
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	Terminal	1014	7,000	0,7000	4,90
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	Termostato	1062	1,000	240,0000	240,00
AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA	Válvula	1062	1,000	290,0000	290,00
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	Arnela de pressão	1079	0,080	15,4500	1,24
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	ARRUELA LISA 5/8"	1070	0,160	108,1700	17,31
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	Cola Travante Parafuso	1070	1,000	76,8600	76,86
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	PARAFUSO	1079	0,050	3,554,6100	177,73
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	Parafuso 10x40	1079	0,080	90,5700	7,25
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	Parafuso 16 x 40	1070	0,080	251,7100	20,14
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	Parafuso 16 X 70	1070	0,080	386,4700	30,92
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	Porca	1079	0,080	26,9700	2,16
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	Porca Partock	1079	0,050	360,7500	18,04
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	Valvula Controle Graxa	1070	1,000	350,0000	350,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Alicate 6x6	1020	1,000	3,8000	3,80
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	ARGAMASSA	1020	1,000	20,0000	20,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	ASSENTO PARA VASO SANITÁRIO	1020	2,000	30,0000	60,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	BORIFICADORES	1020	1,000	26,0000	26,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Cola de cano 75g	1020	14,000	8,0000	112,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Corda	1020	2,000	5,0000	10,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Emenda de Mangueira de ar 10mm	1020	14,000	1,0000	14,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Esguicho	1020	1,000	3,4000	3,40
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	ESPELHO	1020	1,000	18,0000	18,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	FECHADURA	1020	1,000	92,5000	92,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Fio Paralelo 2 X 1.5	1020	2,000	56,8000	113,60
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Fita isolante	1020	10,000	2,1000	21,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Goivo	1020	1,000	2,0000	2,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Joelho 100	1020	20,000	8,5000	170,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Joelho 50	1020	2,000	3,8500	7,70
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	LAMPADA	1020	10,000	1,7800	17,80
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Linha	1020	1,000	46,9000	46,90
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Luminária Led	1020	1,000	18,5000	18,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	LUVIA	1020	6,000	48,5000	291,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Mangueira	1020	1,000	13,5000	13,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST		1020	10,000	3,2000	32,00

Página: 3/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2020**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	PARAFUSO	1020	15,000	0,3500	5,25
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Parafuso em Aço 1x5	1020	2,000	4,0000	8,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Planfon	1020	2,000	8,8000	17,60
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Sifão	1020	1,000	12,5000	12,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Telha	1020	100,000	2,1000	210,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Torneira Elétrica	1020	1,000	121,0000	121,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Trena	1020	1,000	17,8000	17,80
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	tubo	1020	6,000	8,3000	49,80
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	TUBO INOX	1020	1,000	20,0000	20,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Tubo Soldavel 20mm	1020	12,000	2,1000	25,20
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Acendedor de fogão, com botão aperta click lume, com tamanho mínimo de 22 cm.	117	1,000	13,4000	13,40
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	116	3,000	8,8000	26,40
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	978	1,000	8,8000	8,80
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	540	5,000	8,8000	44,00
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	984	1,000	8,8000	8,80
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	542	4,000	1,9000	7,60
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Café solúvel granulado, embalagens de vidro de 200g	116	1,000	9,3000	9,30
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Canela em casca - 10 Gr o pacote	116	2,000	1,7500	3,50
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Cera líquida amarela, embalagens de no mínimo 750 ml, polimentável para pisos nde alto fluxo de pessoas, bem como superfícies que requerem brilho e proteção, antiderrapante, com registro no Ministério da Saúde, embalagem intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	1001	3,000	4,6000	13,80
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Cera líquida incolor, embalagens de no mínimo 750 ml, polimentável para pisos nde alto fluxo de pessoas, bem como superfícies que requerem brilho e proteção, antiderrapante, com registro no Ministério da Saúde, embalagem intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	1001	4,000	4,6000	18,40
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Cera líquida vermelha, embalagens de no mínimo 750 ml, polimentável para pisos nde alto fluxo de pessoas, bem como superfícies que requerem brilho e proteção, antiderrapante, com registro no Ministério da Saúde, embalagem intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	980	5,000	4,6000	23,00
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Cera líquida vermelha, embalagens de no mínimo 750 ml, polimentável para pisos nde alto fluxo de pessoas, bem como superfícies que requerem brilho e proteção, antiderrapante, com registro no Ministério da Saúde, embalagem intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	1001	10,000	4,6000	46,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2020**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Chá em saquinho sabor cidreira. Acondicionado em caixas contendo 10 unidades, em embalagens vedada, com odor característico do produto.	978	2,000	3,1500	6,30
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Chá em saquinho sabor cidreira. Acondicionado em caixas contendo 10 unidades, em embalagens vedada, com odor característico do produto.	540	7,000	3,1500	22,05
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Chá em saquinho sabor erva doce. Acondicionado em caixas contendo 10 unidades, em embalagens lacradas, devendo conter odor característico do produto.	978	2,000	3,3500	6,70
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Chá em saquinho sabor erva doce. Acondicionado em caixas contendo 10 unidades, em embalagens lacradas, devendo conter odor característico do produto.	540	4,000	3,3500	13,40
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Chá em saquinho sabor maçã. Acondicionados em caixa contendo 10 unidades, em embalagens vedada, com odor característico do produto.	978	2,000	3,2500	6,50
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Chá em saquinho sabor maçã. Acondicionados em caixa contendo 10 unidades, em embalagens vedada, com odor característico do produto.	540	4,000	3,2500	13,00
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Desinfetante, com princípio ativo cloreto aquil benzil, composição básica monil fenol, etoxilado, essência, corante e outras substâncias química, permitidas, fragrâncias sortidas (pinho, talco, eucalipto, floral), embalagem de 5 litros, devendo conter informações do fabricante, notificação na ANVISA, responsável químico e registro no Ministério da Saúde. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	980	2,000	9,9000	19,80
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Desinfetante, com princípio ativo cloreto aquil benzil, composição básica monil fenol, etoxilado, essência, corante e outras substâncias química, permitidas, fragrâncias sortidas (pinho, talco, eucalipto, floral), embalagem de 5 litros, devendo conter informações do fabricante, notificação na ANVISA, responsável químico e registro no Ministério da Saúde. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	542	10,000	9,9000	99,00
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Desinfetante, com princípio ativo cloreto aquil benzil, composição básica monil fenol, etoxilado, essência, corante e outras substâncias química, permitidas, fragrâncias sortidas (pinho, talco, eucalipto, floral), embalagem de 5 litros, devendo conter informações do fabricante, notificação na ANVISA, responsável químico e registro no Ministério da Saúde. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	986	7,000	9,9000	69,30
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Desinfetante, com princípio ativo cloreto aquil benzil, composição básica monil fenol, etoxilado, essência, corante e outras substâncias química, permitidas, fragrâncias sortidas (pinho, talco, eucalipto, floral), embalagem de 5 litros, devendo conter informações do fabricante, notificação na ANVISA, responsável químico e registro no Ministério da Saúde. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	1001	3,000	9,9000	29,70
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Detergente líquido, frasco plástico de no mínimo 500 ml, contendo no mínimo os componentes ativos: linear alquil benzeno e sulfonato de sódio, contendo também no mínimo tensoativos aniónicos, conservantes, ser biodegradável e aprovado dermatologicamente, conter na embalagem número da ANVISA e autorização do Ministério da Saúde, com data de fabricação e validade. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	542	10,000	1,6700	16,70
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Detergente líquido, frasco plástico de no mínimo 500 ml, contendo no mínimo os componentes ativos: linear alquil benzeno e sulfonato de sódio, contendo também no mínimo tensoativos aniónicos, conservantes, ser biodegradável e aprovado dermatologicamente, conter na embalagem número da ANVISA e autorização do Ministério da Saúde, com data de fabricação e validade. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	1001	10,000	1,6700	16,70

Página: 5/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2020**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Doce de frutas, diversos sabores, pote de 01 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	116	2,000	9,5000	19,00
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Escova de plástico para roupas, em material resistente, com medidas mínimas de 5x2 cm	986	2,000	2,2000	4,40
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Filtro para bomba de chinarão, produto 100% poliéster, embalagens contendo no mínimo 02 unidades.	986	3,000	1,4000	4,20
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Margarina com sal, embalagem de 500 gramas, de boa procedência e qualidade. A embalagem deve estar intacta bem vedada e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, informação nutricional, ingredientes e carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF).	116	1,000	2,7500	2,75
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Pá para lixo, de plástico com no mínimo 20 cm de largura.	1001	2,000	3,0000	6,00
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Peito de frango congelado. A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação	116	1,000	9,1000	9,10
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Prendedor de roupas de madeira com 12 unidades, resistente, embalagem contendo informações do fabricante.	986	1,000	0,9000	0,90
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Saponáceo líquido, com princípio ativo álcool benzênico, sulfonato de sódio, abrasivo, coadjuvantes, atenuador de espuma e fragrância, com tensioativo biodegradáveis, com informações na embalagem do fornecedor e notificação na ANVISA, embalagem plástica contendo no mínimo 300 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	542	9,000	2,7100	24,39
COMERCIO DE MADEIRAS RAMPINELLI LTDA	Banco de Madeira	1019	5,000	136,0000	680,00
COMERCIO DE MADEIRAS RAMPINELLI LTDA	Prestação de Serviço Reforma Carretinha	1023	1,000	300,0000	300,00
COMPE INFORMATICA LTDA	Instalação DMPREP Via Acesso Remoto	1080	1,000	150,0000	150,00
COMPE INFORMATICA LTDA	Nobreak 600 W	1081	2,000	440,0000	880,00
CONSTRUTORA E ENGENHARIA JR EIRELI	Prestação de Serviço Passeio Público Municipal	1031	1,000	3,841,0700	3,841,07
CS INFORMATICA LTDA	Camara de Videomonitoramento	1000	1,000	285,0000	285,00
CS INFORMATICA LTDA	Monitor 18.5 Polegadas	1082	1,000	470,0000	470,00
DELOIR BOESING ME	Tubo de concreto 0,50 x 1,00 mt	1038	25,000	59,9800	1,499,50
FUNERARIA E MARMORARIA BALDO LTDA	Placas de Identificação para o Cemitério Municipal	1051	6,000	36,0000	216,00
FUNILARIA LIDANI	Calhas	1029	1,000	387,6000	387,60
FUNILARIA LIDANI	Reforma de Calhas	1029	1,000	130,0000	130,00
GRANDO PNEUS LTDA	Recapagem de Pneu 295/80R22,5	1026	6,000	681,7000	4,090,20
GRANDO PNEUS LTDA	RECAPAGEM PNEU 1000 R 20	1025	8,000	638,3000	5,106,40
GRANDO PNEUS LTDA	Recapagem pneu 275/80R 22.5	1025	8,000	649,3000	5,194,40
GRANDO PNEUS LTDA	Recaputagem pneu 1.400 x 24	1025	6,000	1,333,0000	7,998,00
INDUSTRIA E COMERCIO MUT PNEUS LTDA EPP	Recapagem Pneu 14-17,5	1027	2,000	899,0000	1,798,00
INDUSTRIA E COMERCIO MUT PNEUS LTDA EPP	RECAUCHUTAGEM PNEU 19 - 5L - 24	1027	2,000	1,641,2000	3,282,40

Página: 6/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2020**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Achocolatado em pó instantâneo, 400 gramas, ingredientes: açúcar, cacau em pó, maltodextrina, minerais (cálcio e ferro) vitaminas (A, B1, B2, niacina, B6, B12 e ácido pantotênico/biotina), emulsificante lecitina de soja, aromatizante e antioxidante ácido ascórbico. O produto deverá possuir 75 kcal em cada 20g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e constar: prazo de validade de no mínimo 05 meses a partir da entrega.	115	1,000	4,4500	4,45
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral, sem gás, acondicionada em galões de 20 litros, Certificada pelos Órgãos Competentes.	981	4,000	12,1000	48,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Alcool líquido, etílico hidratado, 46° INPM, neutro, frascos com 01 litro, contendo data de fabricação e validade, selo do INMETRO e INOR, responsável químico, identificação do fabricante e marca na embalagem.	118	3,000	3,5500	10,65
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Alcool líquido, etílico hidratado, 46° INPM, neutro, frascos com 01 litro, contendo data de fabricação e validade, selo do INMETRO e INOR, responsável químico, identificação do fabricante e marca na embalagem.	1002	10,000	3,5500	35,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Arroz parbolizado tipo 1, longo fino, Pacotes de 5 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	115	1,000	10,4000	10,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Bacia média 15 litros	543	2,000	12,4000	24,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Bacia média 15 litros	1010	2,000	12,4000	24,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Balde - 20 l.	543	2,000	13,7500	27,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Balde - 20 l.	1002	2,000	13,7500	27,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Biscoito doce sabor chocolate, embalagens de no mín. 370g	115	2,000	3,5000	7,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Biscoito salgado integral	115	2,000	4,9500	9,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cravo da Índia. Embalagem contendo 10g do produto e conforme descrições do anexo I do Edital.	115	2,000	1,8000	3,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Creme de leite: UHT, acondicionado em caixas de no mínimo 200 g, a embalagem deve estar bem vedada, intacta e não deverá estar estufada. Com data de validade de 05 meses da data de entrega do produto. Devendo ser inspecionado pelo Ministério da Agricultura através de selo federal, ou Estadual.	115	2,000	2,0000	4,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Desentupidor de banheiro, composto com soda	543	2,000	11,4000	22,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Desentupidor de banheiro, composto com soda	987	1,000	11,4000	11,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Ervã mate, pacotes de 1 kg. O produto deverá apresentar cor e aroma característicos, sem sujidades, embalagens bem vedadas, intactas	981	3,000	7,9500	23,85
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Ervã mate, pacotes de 1 kg. O produto deverá apresentar cor e aroma característicos, sem sujidades, embalagens bem vedadas, intactas	543	15,000	7,9500	119,25
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Ervã mate, pacotes de 1 kg. O produto deverá apresentar cor e aroma característicos, sem sujidades, embalagens bem vedadas, intactas	987	4,000	7,9500	31,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Ervã mate, pacotes de 1 kg. O produto deverá apresentar cor e aroma característicos, sem sujidades, embalagens bem vedadas, intactas	1002	10,000	7,9500	79,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Escova para higienização de alimentos, com cerdas macias, cabo anatômico.	1002	2,000	3,1000	6,20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2020**  
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Página: 7/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Farinha de trigo especial , , tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Pacotes de 5 kg. Cada 100g deve fornecer no mínimo 4,2 mg de ferro e 150 mcg de ácido fólico. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto. A rotulagem deverá apresentar registro no Ministério da Saúde.	115	2,000	10,5000	21,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro de papel para café nº 103, embalagens com no mínimo 30 unidades.	981	3,000	2,7500	8,25
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro de papel para café nº 103, embalagens com no mínimo 30 unidades.	543	10,000	2,7500	27,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro de papel para café nº 103, embalagens com no mínimo 30 unidades.	987	2,000	2,7500	5,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro de papel para café nº 103, embalagens com no mínimo 30 unidades.	1002	6,000	2,7500	16,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fósforo, maço com 10 caixas, embalagem contendo marca, data de fabricação e validade do produto, contendo também selo do INMETRO.	981	1,000	2,5500	2,55
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fósforo, maço com 10 caixas, embalagem contendo marca, data de fabricação e validade do produto, contendo também selo do INMETRO.	1010	3,000	2,5500	7,65
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite condensado, embalagem de no mínimo 395 gramas, em embalagens tetra pack ou latas.	115	3,000	3,1000	9,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.	115	24,000	2,5000	60,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lixeira plástico c/ tampa 30 litros	118	3,000	19,7000	59,10
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Odorizador de ambiente aerosol com fragrâncias diversas, embalagem de no mínimo 400 ml, contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade, químico responsável e notificação na ANVISA.	118	1,000	8,7500	8,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Odorizador de ambiente aerosol com fragrâncias diversas, embalagem de no mínimo 400 ml, contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade, químico responsável e notificação na ANVISA.	987	2,000	8,7500	17,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Ovo de galinha. Características: fresco, casca livre de rachaduras e sujidades. Embalagens contendo 1 dúzia cada, devendo estar intacta e constar prazo de validade.	115	2,000	4,9000	9,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pano de prato, em 100% algodão com bainha e acabamento costurado, com dimensões mínimas de 68X40 cm, na cor predominante branca.	1010	4,000	2,3000	9,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco, fardo com 64 rolos, sendo embalagem plástica com 04 rolos de 60 metros, devendo constar na embalagem 100% fibras naturais ou 100% celulose e identificação do fabricante.	543	2,000	37,9500	75,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco, fardo com 64 rolos, sendo embalagem plástica com 04 rolos de 60 metros, devendo constar na embalagem 100% fibras naturais ou 100% celulose e identificação do fabricante.	987	1,000	37,9500	37,95
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha, com alto poder de absorção, contendo 02 rolos de no mínimo 60 toalhas cada, nas medidas mínimas de 20X22 cm, devendo conter informações do fabricante.	543	20,000	2,5000	50,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha, com alto poder de absorção, contendo 02 rolos de no mínimo 60 toalhas cada, nas medidas mínimas de 20X22 cm, devendo conter informações do fabricante.	987	3,000	2,5000	7,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabão em barra, físico sólido, neutro, glicerinado, embalagem contendo 5 unidades totalizando 1 kg, com informações do fabricante, químico responsável e notificação na ANVISA.	981	2,000	6,5500	13,10

Página: 8/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2020**  
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 100 litros, com dimensão mínima de 75x90, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 05 unidades.	543	10,000	1,9300	19,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 100 litros, com dimensão mínima de 75x90, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 05 unidades.	987	6,000	1,9300	11,58
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 100 litros, com dimensão mínima de 75x90, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 05 unidades.	990	10,000	1,9300	19,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco plástico transparente, em polietileno, picotado, com medidas mínimas de 28x40 cm / 100 unidades, embalagem lacrada intacta, devendo conter informações do fabricante.	118	2,000	6,5500	13,10
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco plástico transparente, em polietileno, picotado, com medidas mínimas de 28x40 cm / 100 unidades, embalagem lacrada intacta, devendo conter informações do fabricante.	543	5,000	6,5500	32,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco plástico transparente, em polietileno, picotado, com medidas mínimas de 28x40 cm / 100 unidades, embalagem lacrada intacta, devendo conter informações do fabricante.	1002	8,000	6,5500	52,40
KAROLINE MORESCO	Pedra bica corrida	1045	60,000	36,5000	2.190,00
KAROLINE MORESCO	Pedra bica corrida	1046	140,000	36,5000	5.110,00
KAROLINE MORESCO	Pedra brita tipo n° 01	1045	60,000	36,7000	2.202,00
KAROLINE MORESCO	Pedra brita tipo n° 02	1045	60,000	27,1500	1.629,00
KAROLINE MORESCO	Pedrisco -	1018	132,000	37,8000	4.989,60
KAROLINE MORESCO	Pedrisco -	1045	391,000	37,8000	14.779,80
Leandro Jose Eulauterio	Balançoamento	1037	4,000	15,0000	60,00
Leandro Jose Eulauterio	CONCERTO DE PNEU	1032	4,000	35,0000	140,00
Leandro Jose Eulauterio	CONCERTO DE PNEU	1037	1,000	20,0000	20,00
Leandro Jose Eulauterio	Desmontagem de Pneu	1032	5,000	25,0000	125,00
Leandro Jose Eulauterio	MONTAGEM DE PNEU	1032	5,000	27,0000	135,00
Leandro Jose Eulauterio	Montagem e Desmontagem de pneu	1037	1,000	10,0000	10,00
Leandro Jose Eulauterio	Troca de Pneu	1032	5,000	16,0000	80,00
Leandro Jose Eulauterio	Troca de Pneu	1037	4,000	2,5000	10,00
LENOIR POMPEO COMERCIO DE PRODUTOS DE	Escova para limpeza de vaso sanitário, com cabo e cerdas sintéticas resistentes, com no mínimo 30 cm de comprimento.	989	2,000	6,4000	12,80
LENOIR POMPEO COMERCIO DE PRODUTOS DE	Espuma dupla face, sendo uma face em espuma e outra em manta sintética com mineral abrasivo, medindo no mínimo 10x07cm, com embalagem plástica individual, contendo marca, data de fabricação e validade.	983	4,000	0,7500	3,00
LENOIR POMPEO COMERCIO DE PRODUTOS DE	Espuma dupla face, sendo uma face em espuma e outra em manta sintética com mineral abrasivo, medindo no mínimo 10x07cm, com embalagem plástica individual, contendo marca, data de fabricação e validade.	545	10,000	0,7500	7,50
LENOIR POMPEO COMERCIO DE PRODUTOS DE	Limpa vidros, embalagem de plástico contendo no mínimo 500 ml, composição mínima de: álcool/etanol, solvente, fragrância, devendo constar na embalagem químico responsável, data de fabricação e ser notificado na ANVISA ou Ministério da Saúde. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	983	2,000	3,0000	6,00

Página: 9/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2020**  
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LENOIR POMPEO COMERCIO DE PRODUTOS DE	Limpa vidros, embalagem de plástico contendo no mínimo 500 ml, composição mínima de: álcool/etanol, solvente, fragrância, devendo constar na embalagem químico responsável, data de fabricação e ser notificado na ANVISA ou Ministério da Saúde. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	545	5,000	3,0000	15,00
LENOIR POMPEO COMERCIO DE PRODUTOS DE	Luvax látex P/M/G (p/ limpeza) antiderrapante	989	6,000	3,5000	21,00
LENOIR POMPEO COMERCIO DE PRODUTOS DE	Pano multiuso, em microfibra, medindo no mínimo 35x40 cm, cores sortidas.	989	6,000	3,3000	19,80
LENOIR POMPEO COMERCIO DE PRODUTOS DE	Pano para limpeza, composição 85% algodão, tamanhos mínimo 58x78 cm, cores predominantemente escuras (toalha de banho)	983	2,000	3,9000	7,80
LENOIR POMPEO COMERCIO DE PRODUTOS DE	Rodo de borracha de no mínimo 40 cm, com cabo	989	1,000	9,0000	9,00
LENOIR POMPEO COMERCIO DE PRODUTOS DE	Saco p/ lixo 50 litros, com dimensão mínima de 62x70, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 10 unidades.	545	10,000	1,9000	19,00
LENOIR POMPEO COMERCIO DE PRODUTOS DE	Toalha de papel, embalagem com 1.000 folhas, na cor creme, interfolha, nas dimensões mínimas 20x21 cm, embalagem contendo informações do fabricante.	545	15,000	6,6500	99,75
LGP MOVEIS	Aquecedor	1005	1,000	110,0000	110,00
LGP MOVEIS	Computador (Gabinete ) Intel Core i3, HD 500 GB, 8 GB RAM DDR3, Windows 10 Instalado	1013	2,000	2,030,0000	4,060,00
LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA/	Monitor ACER LCD V206HQL ( HDMI, VGA, VESA, WIDESCREEN 1366x 76 HD)	1072	1,000	418,1000	418,10
LUHRS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS	Preta Plana 5/8 Plasma Disco	991	3,000	433,6500	1,300,95
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	ASSENTO PARA VASO SANITÁRIO	1036	1,000	22,0000	22,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Chapa 1.83 X 5mm	1036	31,000	30,7000	951,70
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Disco	1008	1,000	30,2000	30,20
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Disco de corte	1008	2,000	7,5000	15,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Extensão	1008	20,000	4,0000	80,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Fone de Ouvido	1008	1,000	48,8000	48,80
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Golvo	1036	30,000	29,0000	870,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	HASTE	1036	60,000	1,3000	78,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Lona preta	1008	8,000	1,0000	8,80
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	LUNA	1008	1,000	13,5000	13,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Spray	1008	2,000	21,8000	43,60
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Tee Elétrico	1008	1,000	5,0000	5,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Tinta Spray	1008	3,000	12,5000	37,50
MANTOMAC COM PECAS E SERV LTDA	Sensor	1024	1,000	1,185,8100	1,185,81
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA ME	Recuperação/ Pintura Lateral Traseira Direita	1049	1,000	450,0000	450,00
MECANICA FARENZEN LTDA	Capa	1071	2,000	14,0000	28,00
MECANICA FARENZEN LTDA	Mangueira	1071	1,700	40,0000	68,00
MECANICA FARENZEN LTDA	Terminal	1071	1,000	30,0000	30,00
PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP	Pedra Rachão	1021	77,600	28,0000	2,172,80
ROBERTA APARECIDA CAPPELLETTO EIRELI-ME	Gabinete Alcatel Large c/ Fonte	992	1,000	1,287,0000	1,287,00
ROBERTA APARECIDA CAPPELLETTO EIRELI-ME	Prestação de Serviço Colocação de Peças	992	1,000	285,0000	285,00
SELARIA BORG LTDA ME	Lona Amarela 3.00 X 5.00	1054	3,000	150,0000	450,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2020**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 10/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	Base para Rote	1052	1,000	17,0000	17,00
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	Cabo	1052	3,000	1,5000	4,50
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	MÃO DE OBRA	1052	1,000	56,0000	56,00
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	PARAFUSO	1052	2,000	0,2500	0,50
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	Rele	1052	1,000	28,0000	28,00
SIVIERO DIESEL LTDA	Óleo diesel S10	1060	4,000,000	3,0400	12,160,00
SIVIERO DIESEL LTDA	Óleo diesel S10	1061	4,000,000	3,0400	12,160,00
SMART B2B HOLDING LTDA	Curso Pregão Eletrônico e Formação de Pregoeira	1047	1,000	715,0000	715,00
SOLENI SCHUCK ME	Instalação de materiais, sendo: quadro de extintores, placa de saída, placas de emergência, luminárias de emergência, central de GLP e emissão de ART e laudo de luminosidade e funcionamento, e laudo de estanqueidade rede de GLP.	1077	1,000	5,310,0000	5,310,00
SOLENI SCHUCK ME	Materiais para Prevenção contra incêndio, sendo: tubo, TE, cotovelo, mangote, borboreta, registro, válvula, bucha, niple, iluminação de emergência com led, placa de saída fotoluminescente, placa saída seta fotoluminescente, extintor PQSP 04 kg, placa seta extintor, placa proibido colocar materiais, conforme proposta.	1077	1,000	4,890,0000	4,890,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária - 5 litro	544	10,000	6,7500	67,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária - 5 litro	988	2,000	6,7500	13,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Amaciante de roupas, contendo tensoativo catiônico, espessante, sequestrante, agente controlador de PH, corante, fragrância água, componente ativo biodegradável, embalagens de no mínimo 05 litros, com informações do fabricante, data de fabricação e validade, e notificação na ANVISA. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	119	2,000	10,7000	21,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Amaciante de roupas, contendo tensoativo catiônico, espessante, sequestrante, agente controlador de PH, corante, fragrância água, componente ativo biodegradável, embalagens de no mínimo 05 litros, com informações do fabricante, data de fabricação e validade, e notificação na ANVISA. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	544	5,000	10,7000	53,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Amaciante de roupas, contendo tensoativo catiônico, espessante, sequestrante, agente controlador de PH, corante, fragrância água, componente ativo biodegradável, embalagens de no mínimo 05 litros, com informações do fabricante, data de fabricação e validade, e notificação na ANVISA. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	988	1,000	10,7000	10,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar, data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	979	4,000	6,8500	27,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar, data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	541	15,000	6,8500	102,75

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2020**  
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 11/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	985	4,000	6,8500	27,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás, de 13 kg, botijão em boa conservação, bem vedado, intacto, dentro das normas da Agência Nacional de Petróleo, Gás natural e bio-combustível (ANP), instalado no local descrito na Autorização de Fornecimento.	544	1,000	79,6000	79,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás, de 13 kg, botijão em boa conservação, bem vedado, intacto, dentro das normas da Agência Nacional de Petróleo, Gás natural e bio-combustível (ANP), instalado no local descrito na Autorização de Fornecimento.	1055	1,000	79,6000	79,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico descartável médio, capacidade mínima de 180 ml, cor branco ou transparente, sem rebarbas, material resistente, tiras com 100 unidades, embalagem com informações do fabricante.	982	2,000	2,3500	4,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico descartável médio, capacidade mínima de 180 ml, cor branco ou transparente, sem rebarbas, material resistente, tiras com 100 unidades, embalagem com informações do fabricante.	544	10,000	2,3500	23,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico descartável médio, capacidade mínima de 180 ml, cor branco ou transparente, sem rebarbas, material resistente, tiras com 100 unidades, embalagem com informações do fabricante.	988	8,000	2,3500	18,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desengraxante para pisos, detergente concentrado de alta alcalinidade, solúvel em água, para remoção de sujidade impregnadas e remoção de gorduras incrustadas, embalagem de no mínimo 05 litros, contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade e notificação da ANVISA. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	544	10,000	10,9500	109,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desengraxante para pisos, detergente concentrado de alta alcalinidade, solúvel em água, para remoção de sujidade impregnadas e remoção de gorduras incrustadas, embalagem de no mínimo 05 litros, contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade e notificação da ANVISA. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	988	2,000	10,9500	21,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Kit Pilhas Media	1007	3,000	4,9900	14,97
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite em pó integral. Lata de 400g e conforme descrições do anexo I do Edital.	979	4,000	9,2000	36,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite em pó integral. Lata de 400g e conforme descrições do anexo I do Edital.	985	8,000	9,2000	73,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multi-uso de limpeza pesada, composto de dodecil benzeno sulfonato de sódio, tensoativos não iônicos, coadjuvantes, solubilizante, sequestrante, éter glicólico, álcool, corante, água, perfume e conservante, em embalagens de 05 litros, contendo informações do fabricante, químico responsável e notificação da ANVISA. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	119	2,000	10,3500	20,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multi-uso de limpeza pesada, composto de dodecil benzeno sulfonato de sódio, tensoativos não iônicos, coadjuvantes, solubilizante, sequestrante, éter glicólico, álcool, corante, água, perfume e conservante, em embalagens de 05 litros, contendo informações do fabricante, químico responsável e notificação da ANVISA. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	544	5,000	10,3500	51,75

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2020**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 12/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multi-uso, composto Alquil Benzeno Sulfonato de Sódio, Alcool Etoxilado, Coadjuvantes, Sequestrante, Fragrância e Água, fragrâncias sortidas, em embalagens de 05 litros, contendo informações do fabricante, químico responsável e notificação da ANVISA. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	988	5,000	9,9500	49,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pedra para vaso sanitário, limpa e desodoriza, com suporte adaptável, composto por aglutinante, isotazolinonas, corantes e essência, com fragrância sortida, embalagem individual contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade, químico responsável e notificação da ANVISA.	982	3,000	0,8900	2,67
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pedra para vaso sanitário, limpa e desodoriza, com suporte adaptável, composto por aglutinante, isotazolinonas, corantes e essência, com fragrância sortida, embalagem individual contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade, químico responsável e notificação da ANVISA.	544	20,000	0,8900	17,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pedra para vaso sanitário, limpa e desodoriza, com suporte adaptável, composto por aglutinante, isotazolinonas, corantes e essência, com fragrância sortida, embalagem individual contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade, químico responsável e notificação da ANVISA.	988	10,000	0,8900	8,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó, contendo tensoativos biodegradáveis com efeito multi-ação e partículas de extra limpeza, embalagem contendo no mínimo 01 kg, com informações do fabricante.	544	7,000	4,9000	34,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabonete líquido, antibactericida, embalagem contendo 05 litros, contendo informações do fabricante, químico responsável e notificação na ANVISA.	119	1,000	25,0000	25,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 15 litros, com dimensão mínima de 39x58 cm, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 10 unidades.	982	4,000	1,7500	7,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 15 litros, com dimensão mínima de 39x58 cm, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 10 unidades.	988	4,000	1,7500	7,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 30 litros, com dimensão mínima de 56x62, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 10 unidades.	982	4,000	1,8000	7,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 30 litros, com dimensão mínima de 56x62, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 10 unidades.	544	10,000	1,8000	18,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de papel, embalagem com 1.000 folhas, na cor branca, interfolha, nas dimensões mínimas 20x21cm, embalagem contendo informações do fabricante não reciclado.	119	2,000	8,5000	17,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de papel, embalagem com 1.000 folhas, na cor branca, interfolha, nas dimensões mínimas 20x21cm, embalagem contendo informações do fabricante não reciclado.	988	4,000	8,5000	34,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de rosto, 100% algodão, medidas mín. 40x65 cm	119	1,000	4,0000	4,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vassoura de nylon, composta de material sintético pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura. Com cerdas retas.	982	1,000	7,0000	7,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vassoura de palha, amarração em arame com cabo de madeira.	119	1,000	19,0000	19,00
TINELLI SERVIÇOS EIRELI ME	Serviço de Reparos e Mão de Obra Ginásio KM 30	1033	1,000	2,900,0000	2,900,00
VICENTE DE PIERI ME	Aquecedor	1006	1,000	110,0000	110,00
Vielmaquinas Comercio e Serviço Ltda	4ª mola DT	1004	1,000	200,0000	200,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2020**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 13/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
Vielmaquinas Comercio e Serviço Ltda	Reparo Levantamento Lamona	1003	1,000	145,0000	145,00
				<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>	<b>143.833,09</b>

## RELATÓRIO DE COMPRAS MÊS 07.2020 - FMAS

Publicação Nº 2591790

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2020**  
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtdde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ANGELA ALINI PIROLI MENDES -ME	Display em Acrílico Cristal 2mm	121	2,000	440,0000	880,00
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	Alcool 70 %	122	10,000	5,9000	59,00
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	Alcool Gel 5 Litros	122	2,000	59,5000	119,00
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	Frasco Pulverizador	122	7,000	5,4000	37,80
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	Luva Latex	122	4,000	36,4900	145,96
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	Mascara Descartavel em TNT	122	100,000	1,1000	110,00
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	Porta Sabonete Lquido	122	7,000	11,0000	77,00
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	Termometro Infravermelho	122	1,000	299,0000	299,00
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	Totem Dispensador de gel	122	1,000	265,0000	265,00
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	Painel Sob Medida em MDF com um nicho na Parte de Baixo	120	1,000	1,020,0000	1,020,00
LGP MOVEIS					
Total Geral do Mês ---->					3,012,76

## RELATÓRIO DE COMPRAS MÊS 07.2020 FMS

Publicação N° 2591787

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA**  
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2020**  
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtd Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
Agropecuária Abraão Eirili	Cumeira 5mm	560	5,000	35,0000	175,00
Agropecuária Abraão Eirili	PARAFUSOS	560	10,000	0,8000	8,00
Agropecuária Abraão Eirili	Torneira	560	2,000	27,5000	55,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Panfletos	598	1,000,000	0,2800	280,00
AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	BALANCEAMENTO/GEOMETRIA	571	1,000	140,0000	140,00
AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	Bio Ar Limpa Ar Gran 100M	571	1,000	46,6100	46,61
AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	Elemento filtro	571	1,000	96,5700	96,57
AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	Filtro Ar	571	1,000	86,1700	86,17
AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	Filtro Combustivel	571	1,000	44,2600	44,26
AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	Filtro de óleo	571	1,000	23,6700	23,67
AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	Lub GM SINT SAE 0W-2	571	4,000	49,0000	196,00
AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	MÃO DE OBRA	571	1,500	179,0000	268,50
AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	Vedador de Borracha	571	1,000	14,8000	14,80
DRESCH COMUNICAÇÃO E DESIGN LTDA	Totem Dispensador de gel	581	5,000	219,9900	1,099,95
Eleiro Mecanica Ivonei Ltda ME	Filtro Ar	549	1,000	105,0000	105,00
Eleiro Mecanica Ivonei Ltda ME	Filtro Combustivel	549	1,000	32,0000	32,00
Eleiro Mecanica Ivonei Ltda ME	Filtro de óleo	549	1,000	20,0000	20,00
Eleiro Mecanica Ivonei Ltda ME	Fluido de freio classificação DOT4/ABNT NBR 9292 EBI 55/1991 tipo 4.	549	1,000	22,0000	22,00
Eleiro Mecanica Ivonei Ltda ME	Lâmpada h7 12 v PH	549	0,500	25,0000	12,50
Eleiro Mecanica Ivonei Ltda ME	Mão de obra colocação de peças	549	1,000	25,0000	25,00
Eleiro Mecanica Ivonei Ltda ME	Palheta	549	1,000	80,0000	80,00
IVALDO MARTIN SCHULZE E CIA LTDA	Chapa 26 Aço Galvanizado	578	5,000	130,0000	650,00
IVALDO MARTIN SCHULZE E CIA LTDA	Platagem para Veiculo	577	1,000	400,0000	400,00
IVALDO MARTIN SCHULZE E CIA LTDA	Suporte Eucalipto Serrado	578	10,000	50,0000	500,00
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	Avental Manga Longa Descartavel Gramatura 40	569	500,000	6,2000	3,100,00
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	Embalagem para Alcool Gel		500,000	9,0000	4,500,00
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	Mascara PFF2		1,300,000	4,8000	6,240,00
GRAFICA IMAGEM LTDA	Adesivo	570	500,000	0,5800	290,00
GRAFICA IMAGEM LTDA	Bloco dengue	570	2,000	35,0000	70,00
GRAFICA IMAGEM LTDA	Folhas Clap	570	16,000	6,0000	96,00
GRAFICA IMAGEM LTDA	Folhas SIPNI em preto	570	23,000	2,0900	48,00
JUNIOR GAZES INDUSTRIAIS	Oxigenio Medicinal	585	2,000	210,0000	420,00
KAFFA BRASIL IND DE CONFECCOES LTDA ME	Guarda pó com Mango	582	1,000	70,0000	70,00
LEANDRO JOSE ELEOTERIO	Balanceamento	548	1,000	25,0000	25,00
LEANDRO JOSE ELEOTERIO	CONCERTO DE PNEU	548	1,000	20,0000	20,00
LGP MOVEIS	Computador (Gabinete ) Intel Core i3, HD 500 GB, 8 GB RAM DDR3, Windows 10 Instalado		2,000	2,030,0000	4,060,00
LGP MOVEIS	Fonte ATX	597	2,000	145,0000	290,00

Página: 2/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2020**  
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LGP MOVEIS	MONITOR 15,6"	597	1,000	479,0000	479,00
LGP MOVEIS	Nobreak 600 W	597	1,000	475,0000	475,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Cimento - saco com 50 kg	584	3,000	30,0000	90,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		584	2,000	18,0000	36,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	AREIA	584	1,000	52,5000	52,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	BLOCOS DE CONCRETO	584	25,000	3,0000	75,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Bota	584	2,000	50,0000	100,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Caixa de descarga	584	4,000	28,0000	112,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Fita isolante	584	1,000	6,9500	6,95
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Flexinel	584	7,000	6,5000	45,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Gandho	584	8,000	1,1000	8,80
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Joelho 20mm	584	3,000	1,0000	3,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	LAMPADA	584	5,000	13,5000	67,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Lona	584	24,000	1,1000	26,40
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	LUA	584	3,000	12,0000	36,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	MANTA	584	5,000	8,3000	41,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	PINO	584	1,000	8,5000	8,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Prego	584	4,000	11,0000	44,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Sifão	584	2,000	12,5000	25,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	TEE 25mm	584	4,000	2,8000	11,20
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Tubo de 20	584	3,500	2,8000	9,80
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Tubo de 30	584	18,000	3,5000	63,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Veda	584	2,000	8,4500	16,90
MARISTELA HEBERLE & CIA LTDA ME	Persianas PVC Vertical	556	4,000	297,2500	1.189,00
MECANICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA ME	Balanceamento	583	1,000	80,0000	80,00
MECANICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA ME	cabia	579	1,000	180,0000	180,00
MECANICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA ME	Cible	579	2,000	180,0000	360,00
MECANICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA ME	Farol	573	1,000	350,0000	350,00
MECANICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA ME	Franquia Sinistro	547	1,000	1.860,0000	1.860,00
MECANICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA ME	Geometria	583	1,000	80,0000	80,00
MECANICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA ME	Jogo de Disco de Freio	579	1,000	340,0000	340,00
MECANICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA ME	Jogo de Pastilha de Freio	579	1,000	190,0000	190,00
MECANICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA ME	Lampada H8	579	2,000	40,0000	80,00
MECANICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA ME	MÃO DE OBRA	579	6,000	70,0000	420,00
MECANICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA ME	Mão de Obra Chapeação/Pintura	573	1,000	500,0000	500,00
MECANICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA ME	Moldura do Farol	573	1,000	140,0000	140,00
MEDILAR IMPORT E DIST. DE PROD. MEDICO HO	Mascara Cirurgica Tripla	568	1,000,000	0,9900	990,00
MEDILAR IMPORT E DIST. DE PROD. MEDICO HO	Teste Rapido COVID 19	603	50,000	82,0000	4.100,00
Paulo Cezar Nunes Tapeçaria	Película de vidro Janela	559	3,000	120,0000	360,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA**

Página: 3/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2020**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
Paulo Cezar Nunes Tapeçaria	TAPETE	559	1,000	285,0000	285,00
Paulo Cezar Nunes Tapeçaria	Tapete DUO	559	1,000	320,0000	320,00
Paulo Cezar Nunes Tapeçaria	Tapete Mágico	559	2,000	85,0000	170,00
Paulo Cezar Nunes Tapeçaria	Tapete Personalizado	559	1,000	324,0000	324,00
Paulo Cezar Nunes Tapeçaria	Tapete Sanitizante	559	2,000	79,9000	159,80
WMETROLOGICA SOLUCOES NA AREA METROL	Calibração Clorímetro MI 411	567	1,000	190,0000	190,00
WMETROLOGICA SOLUCOES NA AREA METROL	Calibração Peagometro AK 90	567	1,000	100,0000	100,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>39.791,38</b>

# Mafra

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2020

Publicação Nº 2592417

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: MEDICENTRO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - EPP

CNPJ: 27.105.456/0001-72

Valor registrado: R\$ 70.280,00 (setenta mil duzentos e oitenta reais).

Objeto: aquisição de material odontológico, que será destinado a todas as unidades de Saúde do Município de Mafra e Policlínica Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 029/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 011/2020.

Data de assinatura: 30 de abril de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 30 de abril de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2020

Publicação Nº 2592414

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: LUBTRIO LUBRIFICANTES E LIMPEZA LTDA

CNPJ: 30.253.831/0001-36

Valor registrado: R\$ 6.475,00 (seis mil quatrocentos e setenta e cinco reais).

Objeto: aquisição de óleos lubrificantes, destinados à frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 096/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 039/2020.

Data de assinatura: 21 de julho de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 21 de julho de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2020

Publicação Nº 2592412

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: COMERCIAL PRINT LUX LTDA

CNPJ: 28.818.594/0001-61

Valor registrado: R\$ 134.787,50 (cento e trinta e quatro mil setecentos oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Objeto: Aquisição de materiais didáticos e de expediente para as escolas municipais e centros de educação infantil, através da Secretaria Municipal de Educação.

Origem: Processo nº 053/2020, Pregão Eletrônico RP Nº018/2020.

Data de assinatura: 22 de julho de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 22 de julho de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/2020

Publicação Nº 2592416

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: RSUL EIRELI EPP

CNPJ: 14.066.477/0001-84

Valor registrado: R\$ 84.615,00 (oitenta e quatro mil seiscentos e quinze reais).

Objeto: Aquisição de materiais didáticos e de expediente para as escolas municipais e centros de educação infantil, através da Secretaria Municipal de Educação.

Origem: Processo nº 053/2020, Pregão Eletrônico RP Nº018/2020.

Data de assinatura: 22 de julho de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 22 de julho de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 050/2020 CONTRATO Nº: 050/2020**

Publicação Nº 2592407

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 050/2020

Contrato nº: 050/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: SUZANE GOMES CARDOSO

CNPJ: 37.628.341/0001-16

Objeto: contratação de prestadores de serviços de consultas clínicas médicas, para atendimento na unidade de saúde do município, através da Secretaria Municipal da Saúde de Mafra, contidos no presente edital, a serem ofertados aos usuários da rede municipal de saúde por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

Credenciamento nº 015/2019 - Processo Licitatório n.º 467/2019.

Valor: Considerando as quantidades estimadas no Anexo I do presente edital, o valor previsto para atender as despesas referentes a contratação de prestadores de serviços de consultas clínicas médicas, para atendimento nas unidades de saúde do município é de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) por mês, pelo período da vigência do Contrato;

Parágrafo único: sendo certo tratar-se de "credenciamento", o valor é apenas estimativo, não gerando por parte do CONTRATANTE a obrigação de pagamento de procedimento no valor total deste ajuste, que os serviços serão distribuídos aos credenciados conforme a necessidade da Secretaria onde a Secretaria irá alocar cada profissional.

Data Assinatura: 29 de julho de 2020.

Prazo: O presente CONTRATO terá vigência até dia 31.12.2020 podendo ser renovado a critério da Administração, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações correlatas.

Dotação Orçamentária:

- Despesa: 156 – Fonte 164
- Despesa: 157 – Fonte 102
- Despesa: 159 – Fonte 164
- Despesa: 163 – Fonte 164
- Despesa: 164 – Fonte 102

Foro: Comarca de Mafra.

# Maracajá

## PREFEITURA

### ATA Nº 03 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020

Publicação Nº 2592530

ATA 03

ATA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020

ATA DA REUNIÃO DA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ PARA REGISTRO DE RECEBIMENTO DO PARER JURIDICO DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO ACERCA DO PEDIDO DE DESISTENCIA DE ITEM REQUERIDO PELA EMPRESA NICOLAU SATURNINO VIEIRA

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza, para atendimento a Rede Municipal de Ensino (Escolas e CEI), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, Terceira Idade, Parque Ecológico, Conselho Tutelar, Fundo Municipal De Saúde, Convênio Rádio Patrulha, Centro De Triagem e Resíduos Sólidos e Sede da Administração do município de Maracajá/SC.

Às dezessete horas, do dia quatro, do mês de agosto, do ano de dois mil e vinte, na Sala de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município de Maracajá/SC, reuniram-se a Pregoeira e Equipe de Apoio do Município, designada pelo Decreto nº 23/2020. Aberto os trabalhos pela Pregoeira, a mesma informou que recebeu da Procuradoria do Município, parecer jurídico referente ao pedido de desistência do ITEM 29 (luva de vinil) – Marca Vabene, requerido pela empresa NICOLAU SATURNINO VIEIRA, alegando que a empresa fornecedora do item não dispõe da mercadoria em estoque, devido à crise gerada pela pandemia do COVID 19, não tendo previsão de quando a mercadoria estaria disponível em estoque. Na ocasião, juntou ao pedido um ofício da empresa fornecedora do item informado que não o produto e não tem previsão de voltar a fornecer, devido ao surto do corona vírus. Os presentes autos do processo licitatório foi encaminhado à Assessoria Jurídica do Município, Advogada GEZILANE DE SÁ – OAB/SC 15.354, que se manifestou no sentido de que: “ entende-se possível o deferimento de desistência, cabendo à comissão avaliar com razoabilidade seus motivos e justificativas, requerendo e juntado os documentos necessários para comprovar o alegado pelo requerente, principalmente que demonstrem que a situação apresentada por parte do fornecedor acarretaria de fato, impossibilidade de cumprir com a obrigação do contrato, tornando-o inexecutável”. Diante o parecer jurídico, vê-se que a empresa solicitante comprovou através de ofício (em anexo) da empresa Vabene Higiene e Proteção, fornecedora do item, que não dispõe e nem tem previsão de quando terá em estoque luvas de vinil, devido “a uma ruptura de estoque em virtude do surto de Coronavírus na China, estamos impossibilitados para realizar o fornecimento do material para vossa empresa, informamos ainda que não temos previsão das novas chegadas de material”. Diante dos fatos e fundamentos constantes no parecer jurídico e no ofício enviado pela empresa fabricante da luva de vinil (Vabene Higiene e Proteção), a Pregoeira e sua Equipe de Apoio, entendem que as alegações trazidas pela licitante são em decorrência de fato superveniente, sendo justo os motivos apresentados pela requerente, vez que é de público e notório a crise econômica e de saúde pública de importância internacional, que estamos vivenciando no Brasil em razão do coronavírus (COVID 19). Sendo assim, a Pregoeira e sua Equipe de Apoio decidem acatar o pedido de desistência do item nº 29 (luva de vinil), formulado pela empresa NICOLAU SATURNINO VIEIRA. A empresa será cientificada desta decisão através da publicação da presente ata no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maracajá - DOM. O parecer jurídico e e-mail da empresa fabricante da luva látex ficam fazendo parte integrante e inseparável como se aqui estivesse transcrito. A Pregoeira encaminha e submete a decisão, ao Senhor Arlindo Rocha - Prefeito Municipal. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pela Pregoeira e sua da Equipe de Apoio. Maracajá, 04 de agosto de 2020.

GRASIELA BECKER	HELDER FRANCISCO LOCH	RAFAELA ROCHA DE OLIVEIRA	
PREGOEIRA	EQUIPE DE APOIO	EQUIPE DE APOIO	
	ARLINDO ROCHA		
	PREFEITO MUNICIPAL		

O Prefeito Municipal de Maracajá, mantém a decisão.

**AVISO DE RETIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 039/2020**

Publicação Nº 2592514

]

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE RETIFICAÇÃO  
Concorrência Pública n. 039/2020

O Município de Maracajá leva ao conhecimento dos interessados que é feita a seguinte RETIFICAÇÃO na Concorrência Pública n. -39/2020, que tem por objeto a execução da pavimentação asfáltica da Rodovia Estadual Jacob Westrup (SC-446), sentido Maracajá a Forquilha, etapa correspondente ao Município de Maracajá/SC:

ITEM 5.1.4. A), DO EDITAL:

ONDE SE LÊ:  
mínimo 1.200 metros (linear)

LEIA-SE:  
Mínimo 15.000 m<sup>2</sup> (quinze mil metros quadrados)

Mantêm-se inalteradas as demais especificações do edital. Feita a retificação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito, na forma da Lei.

Maracajá, 05 de agosto de 2020.  
ARLINDO ROCHA  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 090/2020**

Publicação Nº 2592320

DECRETO Nº 090, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

"ALTERA MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VII, do Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, e  
CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;  
CONSIDERANDO que a administração pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o artigo 37, da Constituição Federal;  
CONSIDERANDO o ofício da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL, protocolado sob nº 570/2020 em 04 de agosto de 2020, assinado pelo presidente, Alexandre Medeiros da Silva, solicitando a substituição de membro representante daquela entidade;  
CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e a necessidade administrativa na questão;

DECRETA:

Art. 1º Em razão do não comparecimento às reuniões pelo membro titular Valmir Pedro, altera membro do CONSELHO MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MARACAJÁ - CMIC (instituído pelo Decreto nº 36 de 10 de abril de 2018, prorrogado mandato pelo Decreto nº 79 de 17 de julho de 2020), pela senhora Renata de Oliveira.

Art. 2º O CONSELHO MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MARACAJÁ - CMIC, fica então alterado e consolidado sua composição, formada pelos seguintes membros, conforme o art. 14-A da Lei Municipal nº 327 de 03 de novembro de 1993:

I – Dois Representantes do Poder Executivo:

- Marlucci Freitas Bitencourt (Titular);
- Adenauer Espíndula Serafim (Titular);
- Hélder Francisco Loch (Suplente);
- Anatoní Augusto Pezente Zilli (Suplente);

II – Dois Representantes do Poder Legislativo:

- Maria Lúcia Rocha da Cruz (Titular);
- Guilherme Augusto Tomasi Rocha (Titular);
- Geraldo Leandro (Suplente);
- Geovana Trevisol (Suplente);

III – Dois Representantes dos Empresários:

- Gustavo Prudêncio Pedro (Titular);
- Renata de Oliveira (Titular);
- Alexandro Medeiros da Silva (Suplente);
- Luiz Carlos Comiciolli (Suplente);

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 05 de agosto de 2020.

ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 05 de agosto de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI  
Secretária de Administração

## DECRETO Nº 091/2020

Publicação Nº 2592368

DECRETO Nº 091, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre medidas para combate a proliferação da pandemia da Covid-19, e dá outras providências."

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VII, do Artigo 73 da Lei Orgânica do Município e:

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo Novo Corona vírus (COVID-19);

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo Novo Corona vírus (COVID-19);

Considerando o Decreto Estadual nº 630/2020, de 01 de junho de 2020, que altera o art. 9º do Decreto Estadual nº 562, e dispõem que "A governança das medidas sanitárias adotadas no território estadual será compartilhada com os Municípios nas respectivas regiões de saúde, cabendo aos entes municipais a deliberação a respeito do funcionamento de atividades públicas ou privadas em seus territórios, de acordo com as informações técnicas emanadas pelas autoridades sanitárias federal, estadual e municipais, bem como com as recomendações sanitárias e epidemiológicas do COES, a fim de conter a contaminação e a propagação do Corona vírus.";

Considerando o recente aumento no número de casos de pessoas infectadas pelo Corona vírus (COVID 19) na região do Extremo Sul Catarinense;

Considerando os dados fornecidos pela Secretaria Estadual da Saúde do Estado de Santa Catarina, que demonstram a severa diminuição no número de leitos para tratamento dos pacientes infectados pelo COVID 19 em todo o Estado;

Considerando o Decreto Estadual nº 724/2020, de 17 de julho de 2020, que altera o Art. 8º e insere o Art. 8-A, do Decreto Estadual nº 562/2020, que dispõe, dentre outras diretrizes, a suspensão das aulas presenciais;

Considerando a necessidade de equilíbrio entre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) e o compromisso da Administração Pública Municipal de garantir que cidadãos e empresas ultrapassem esse período com recursos suficientes para sobreviver com qualidade de vida durante a quarentena;

Considerando que a Lei Estadual nº 17.974, de 30 de julho de 2020, que reconhece serviços de alimentação como restaurantes, lanchonetes, padarias e similares como serviços essenciais mesmo que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia;

Considerando que os restaurantes localizados às margens da Rodovia BR-101, são utilizados como ponto de parada e pernoite de motoristas de caminhão, onde realizam a satisfação de suas necessidades básicas de higiene e alimentação;

Considerando que a edição do Decreto Municipal nº 81, de 24 de julho de 2020, determinou que os restaurantes localizados no Município de Maracajá tenham horário de funcionamento limitado às 21:00 horas, o que representa violação ao direito social à saúde e alimentação previsto no artigo 6º da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º. O caput do artigo 1º do Decreto Municipal n. 81, de 24 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Ficam suspensas, no município de Maracajá, até 17 de agosto de 2020:

I- a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros;  
II - a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, academias públicas e praças.

Parágrafo único. Fica excetuada da suspensão de que trata o inciso II do caput deste artigo a prática de atividade física individual."

Art. 2º. Os restaurantes, conveniências e estabelecimentos similares, localizados às margens da Rodovia BR-101, no perímetro do Município de Maracajá estão excluídos da restrição prevista no artigo 3º, inciso I do Decreto Municipal nº 81/2020.

Parágrafo Único. Todo e qualquer tipo de aglomeração, seja ela em local público ou dentro dos estabelecimentos comerciais, que não respeite o distanciamento mínimo entre pessoas de 1,5 metros será considerada transgressão às normas destinadas à proteção da saúde, passível de multa, além das demais penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 3º. As medidas estipuladas no presente decreto poderão ser revistas há qualquer tempo, mediante recomendação do CER-AMESC, podendo o município editar regramento mais restritivo de acordo com sua condição sanitária.

Art. 4º. Permanecem vigentes todas as disposições estabelecidas em Decretos anteriores, desde que não colidam com as estipuladas no presente Decreto ou que tenham determinações mais restritivas às atividades mencionadas no presente Decreto.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos em 05 de agosto de 2020 com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 05 de agosto de 2020.

ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 05 de agosto de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI  
Secretária de Administração

## LEI Nº 1224/2020

Publicação Nº 2592591

LEI Nº 1224, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO TOTAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO DE 2020 DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA - FUMPREVI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir no Orçamento de 2020 do Município de Maracajá - Lei nº 1191/2020 - LOA, Crédito Adicional Suplementar de Recurso Próprio, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinado a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício, abaixo especificada:

12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA MARACAJÁ - FUMPREVI  
2.042 - Manutenção da Previdência

3.3.90.00.00.00.00.0130 (3) - Aplicações Diretas.	R\$ 10.000,00
TOTAL	R\$ 10.000,00

Art. 2º Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância na dotação do Artigo 1º desta Lei.

Art. 3º O Crédito Adicional Suplementar aberto por esta Lei correrá por conta de anulação total de dotação orçamentária, de Recursos Próprios, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA MARACAJÁ - FUMPREVI  
2.042 - Manutenção da Previdência

4.4.90.00.00.00.00.0130 (4) - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
TOTAL	R\$ 10.000,00

Art. 4º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desta Lei utiliza-se anulação total da dotação do Orçamento do Município, nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e em atendimento ao que preceitua a Lei Municipal nº 1191, de 10 de janeiro de 2020 - LOA 2020.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 05 de Agosto de 2020.

	ARLINDO ROCHA Prefeito Municipal
--	-------------------------------------

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração Municipal em 05 de Agosto de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI  
Secretária de Administração

## LEI Nº 1225/2020

Publicação Nº 2592593

LEI Nº 1225, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei proposta pelo Legislativo:

Art. 1º A Rua Mr 314, que fica entre a Rua Dolvino Antonio Tomaz e a Rodovia Sebastião Leandro, localizada na comunidade de Sangão Madalena, no Município de Maracajá, passa a denominar-se ☐ RUA: JOSÉ LEANDRO ☐.

Art. 2º Fica o Poder Executivo responsável em comunicar os órgãos necessários e confeccionar e fixar a placa relativa a denominação do nome de Rua de que trata o artigo 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 05 de Agosto de 2020.

	ARLINDO ROCHA Prefeito Municipal
--	-------------------------------------

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria Municipal de Administração em 05 de Agosto de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI  
Secretária de Administração

## PREGÃO PRESENCIAL N. 007/FMS/2020

Publicação Nº 2592625

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/FMS/2020
OBJETIVO: Registro de preços para aquisições futuras de dietas e fórmulas infantis para lactantes e crianças de primeira infância destinada a necessidade dietoterápicas específicas com restrição de lactose composta por aminoácidos livres, da Rede Municipal de Saúde do município de Maracajá/SC, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no presente Edital e seus anexos. DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até 20 de agosto de 2020 às 09h15min. DATA DE ABERTURA: Dia 20 de agosto de 2020 às 09h30min. EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: <a href="http://www.maracaja.sc.gov.br">www.maracaja.sc.gov.br</a> Maracajá, 05 de agosto de 2020.
ARLINDO ROCHA PREFEITO MUNICIPAL

# Marema

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL N. 20/2020

Publicação N° 2592430

Aviso de licitação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 34/2020

PREGÃO PRESENCIAL N. 20/2020

O Município de Marema – SC comunica que se encontra aberto processo licitatório para contratação de empresa especializada na emissão de apólice de seguro automotivo. Os envelopes de documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h00min do dia 18 de agosto de 2020, procedendo à abertura às 08h30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Marema - SC, sito à Rua Jose Gaspari nº 69, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Marema - SC, 03 de agosto de 2020.

Adilson Barella

Prefeito Municipal

# Massaranduba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4258 DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2592034

DECRETO Nº 4258 DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Abre crédito adicional suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA-SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 2126 de 04 de agosto de 2020, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento de 2020 (Lei Municipal nº 2060/2019), no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) conforme classificação funcional programática abaixo:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

08.001 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

08.001.0027.0812.0024.2066 – Apoio a Prática de Esportes

08.001 – 3.3.00 – Outras Despesas Correntes

08.001 - 3.3.90 - Aplicações Diretas

08.001 - 01620600- Transf.Conv.Estado/Educação materiais esportivos ..... R\$ 150.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são oriundos do excesso de arrecadação no exercício, referente ao termo de convênio 2020TR0673 processo nº SCC/12397/2019, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Educação e o município de Massaranduba-SC, vínculo 01620600 – Transf.Conv.Estado/Educação-materiais esportivos, conforme artigo 43, parágrafo 1º, II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba-SC, 04 de Agosto de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

### DECRETO Nº 4259 DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2592037

DECRETO Nº 4259 DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Abre crédito adicional suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA-SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 2127 de 04 de agosto de 2020, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento de 2020 (Lei Municipal nº 2060/2019), no valor de R\$ 113.500,00 (Cento e treze mil e quinhentos reais), conforme classificação funcional programática abaixo:

06 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.003 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

06.003.0028.0843.0008.0002 – Amortização da Dívida Pública

06.003 – 3.2.00 – Juros e Encargos da Dívida

06.003 – 3.2.90 – Aplicações diretas

06.003 – 01000000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 113.500,00

Art. 2º Os recursos para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º, são oriundos da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias conforme artigo 43, § 1º, III da lei federal nº 4.320/64, a saber:

06 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.003 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

06.003.0028.0843.0008.0002 – Amortização da Dívida Pública  
06.003 – 4.6.00 – Amortização da Dívida  
06.003– 4.6.90 – Aplicações Diretas  
06.003 – 01000000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 113.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba-SC, 04 de Agosto de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

## DECRETO Nº 4260 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2592592

DECRETO Nº 4260 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Define novas medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica DECRETA:

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO as declarações da Organização Mundial da Saúde, de 30 de janeiro de 2020, onde reconheceu que a Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV ou COVID-19) configura Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), e de 11 de março de 2020, quando reconheceu sua caracterização como uma pandemia;

CONSIDERANDO que, em virtude das dificuldades enfrentadas e a dimensão que os riscos para a saúde pública com a pandemia da COVID-19, à Administração Pública Federal, Estadual e Municipal compete o planejamento, com a previsão de soluções adequadas que exigem providências imediatas, destinadas a evitar a difusão da doença e a reduzir o ritmo das contaminações;

CONSIDERANDO que tais situações exigem da Administração Pública uma pluralidade de providências relacionadas direta ou indiretamente com a pandemia;

CONSIDERANDO a Lei Federal Nº 13.979/2020, de 06/02/2020, e o Decreto Legislativo Nº 06/2020, de 20/03/2020, que declararam situação de calamidade pública no território brasileiro;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 188/GM/MS, de 03/02/2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), pelo Ministério da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 356, de 11/03/2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal Nº 13.979/2020, de 06/02/2020, a qual estabelece medidas que objetivam a proteção da coletividade por meio de restrições, tais como isolamento e quarentena;

CONSIDERANDO as regras de isolamento social instituídas pelos Decretos Estaduais Nº 515, de 17/03/2020, Nº 525, de 23/03/2020, e Nº 562, de 17/04/2020, e alterações posteriores, que tiveram por consequência a suspensão total ou parcial de atividades econômicas no território Catarinense;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 9º, do Decreto Estadual Nº 562, de 17/04/2020, com redação do Decreto Estadual Nº 630, de 01/06/2020, estabelecendo que "A governança das medidas sanitárias adotadas no território estadual será compartilhada com os Municípios nas respectivas regiões de saúde, cabendo aos entes municipais a deliberação a respeito do funcionamento de atividades públicas ou privadas em seus territórios, de acordo com as informações técnicas emanadas pelas autoridades sanitárias federal, estadual e municipais, bem como com as recomendações sanitárias e epidemiológicas do COES, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus".

CONSIDERANDO o disposto no §3º, do artigo 8º, do Decreto Estadual Nº 562, de 17/04/2020, com redação do Decreto Estadual Nº 630, de 01/06/2020, onde "Após as datas previstas nos incisos I a IV do caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo, as autoridades sanitárias municipais poderão estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios".

CONSIDERANDO a situação de emergência em Saúde Pública declarada no Município de Massaranduba, através do Decreto Municipal Nº 4147/2020, de 18/03/2020, bem como sobre as diversas medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Poder Executivo do Município de Massaranduba;

CONSIDERANDO que, conforme levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, nas últimas semanas epidemiológicas tem-se percebido um aumento significativo no número de consultas médicas realizadas em função da suspeita diagnóstica de infecção por Coronavírus, assim como um aumento no número de notificações de COVID-19;

CONSIDERANDO que a medida de distanciamento social tem se mostrado efetiva para manter sob controle a curva do índice de casos confirmados no Município;

CONSIDERANDO a recomendação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, de que o Município de Massaranduba implemente, reforce e articule medidas de fiscalização para efetivação dos Decretos Estaduais e Municipais, para o fim de garantir que a liberação de atividades seja feita com respaldo técnico e parâmetros adequados, sob orientação de seus órgãos sanitários e de saúde;

CONSIDERANDO que o trabalho e a livre iniciativa são princípios constitucionais (CF, artigo 1º, inciso IV, e artigo 170) e o livre exercício de atividade econômica restou assegurado pela Declaração de Direitos de Liberdade Econômica (Lei Federal Nº 13.874, de 20/09/2019), bem como o constante na Portaria SES Nº 235, de 08/04/2020, que trata da aglomeração de pessoas, fato este que justifica o disposto no parágrafo único, do artigo 3º, deste Decreto;

CONSIDERANDO as motivações dos Decretos Municipais Nº 4135/2020, de 17/03/2020, Nº 4146/2020, de 18/03/2020, Nº 4147/2020 de 18/03/2020, e Nº 4148/2020, de 24/03/2020;

CONSIDERANDO a Avaliação do Risco Potencial para COVID 19 que visa orientar a tomada de decisão de forma regionalizada e descentralizada para contenção da pandemia, classificada como RISCO POTENCIAL GRAVÍSSIMO, DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas, até o dia 12 de Agosto, podendo este prazo ser revisto a qualquer tempo conforme estabelecido no artigo 13 deste Decreto, as seguintes atividades:

I – espaços de academias ao ar livre, playgrounds, praças;

II - casas de eventos e casas noturnas;

III - shows, espetáculos, festas e eventos que acarretem reunião de público;

IV – todos os eventos esportivos, inclusive os de recreação;

V – apresentações e atividades musicais, culturais, esportivas inclusive futebol, bocha, bilhar, carreado e dominó, ou a prática de qualquer outro que possa provocar aglomeração de pessoas em estabelecimentos comerciais, em serviço de alimentação e bar, em clubes sociais e esportivos, e similares;

VI – práticas esportivas de contato (lutas, artes marciais, etc.);

VII – missas, cultos e outras atividades religiosas que envolvam agrupamento de pessoas, de segunda-feira a sexta-feira, permitidas aos finais de semana desde que respeitada a capacidade máxima de 30% (trinta por cento), de acordo com as regras de distanciamento social, e permitidos em qualquer crença os atendimentos individuais mediante horário agendado, todos os dias;

VIII – clubes sociais, esportivos, recreativos e congêneres.

Art. 2º Os restaurantes, bares, lanchonetes, casas de carne, padarias, confeitarias, conveniências, inclusive as anexas aos postos de combustíveis, e similares, seguirão os seguintes horários de funcionamento e atendimento:

I – Restaurantes:

a) o consumo no local fica restrito de segunda-feira a sábado, das 6h às 18h e, domingo das 10h às 15h;

b) fica permitido o atendimento por tele-entrega (delivery) ou retirada no balcão, das 6h às 24h de segunda-feira a domingo;

c) fica proibida a apresentação de música ao vivo, esporte ou entretenimento, bem como a transmissão de lives por telão ou outro dispositivo, inclusive a execução de qualquer tipo de música que dificulte a conversa e o consequente distanciamento entre clientes e funcionários.

II – Bares e lanchonetes:

a) o consumo no local fica restrito de segunda-feira a sábado, das 6h às 18h;

b) aos domingos, fica vedado o consumo no local;

c) para as lanchonetes, fica permitido o atendimento por tele-entrega (delivery) ou retirada no balcão, de segunda-feira a domingo, das 6h às 24h;

d) fica proibida a apresentação de música ao vivo, esporte ou entretenimento, bem como a transmissão de lives por telão ou outro dispositivo, inclusive a execução de qualquer tipo de música que dificulte a conversa e o consequente distanciamento entre clientes e funcionários.

III – Padarias, confeitarias, conveniências (inclusive as anexas aos postos de combustíveis) e similares:

a) fica permitido o comércio varejista de segunda-feira a domingo, das 06h às 22h;

b) o consumo no local fica restrito de segunda-feira a sábado, das 6h às 18h e, domingo das 10h às 15h;

c) aos domingos, fica restrito o consumo de bebida alcoólica no local.

d) fica permitido o atendimento por tele-entrega (delivery) ou retirada no balcão, de segunda-feira a domingo, das 6h às 24h;

e) fica proibida a apresentação de música ao vivo, esporte ou entretenimento, bem como a transmissão de lives por telão ou outro dispositivo, inclusive a execução de qualquer tipo de música que dificulte a conversa e o consequente distanciamento entre clientes e funcionários.

IV – Comércio de assados (casa de carnes):

a) o consumo no local fica restrito de segunda-feira a sábado, das 6h às 18h e, domingo das 10h às 15h;

b) aos domingos, fica restrito o consumo de bebida alcoólica no local.

c) fica permitido o atendimento por tele-entrega (delivery) ou retirada no balcão, de segunda-feira a domingo, das 06h às 24h;

d) fica proibida a apresentação de música ao vivo, esporte ou entretenimento, bem como a transmissão de lives por telão ou outro dispositivo, inclusive a execução de qualquer tipo de música que dificulte a conversa e o consequente distanciamento entre clientes e funcionários.”.

Parágrafo Único Estabelecimentos de alimentos que realizam comércio do tipo delivery (tele-entrega) poderão realizar entregas nos clientes das 6h às 24h.

Art. 3º Todos os estabelecimentos comerciais deverão controlar o acesso ao seu interior a fim de que seja permitida a circulação e permanência de, no máximo 50% da sua capacidade total.

Parágrafo Único Deve-se fixar, na entrada, informativo com a capacidade máxima do estabelecimento (aquela constante no documento expedido pelo Corpo de Bombeiros, Militar ou Voluntário, para o funcionamento), assim como a restrição de 50% desta capacidade.

Art. 4º Nos estabelecimentos que comercializem gêneros alimentícios (mercados, mercearias, padarias, verdureiras e supermercados), fica limitada a capacidade máxima de 50%, condicionando ao acesso de apenas 01 (uma) pessoa por família, sem prejuízo da liberação de menores de idade ou dependentes.

§ 1º Deve-se fixar, na entrada, informativo com a capacidade máxima do estabelecimento (aquela constante no documento expedido pelo Corpo de Bombeiros, Militar ou Voluntário, para o funcionamento), assim como a restrição de 50% desta capacidade.

§ 2º Ainda, como medida de aferir a limitação mencionada no caput deste artigo, os estabelecimentos ali referidos deverão colocar à disposição o número exato de carrinhos e/ou cestas utilizados pelos seus clientes para as compras.

Art. 5º Os estabelecimentos referidos nos arts 3º e 4º deverão cumprir todas as medidas de higienização necessárias recomendadas pelas autoridades sanitárias e epidemiológicas, inclusive a sanitização do ambiente interno e externo, adotando, no mínimo, as seguintes providências:

I - disponibilização de álcool gel 70% (setenta por cento) para uso dos funcionários e público em geral, logo na sua entrada, no interior e na saída do estabelecimento;

II - estabelecimento de protocolo para limpeza frequente e desinfecção de superfícies, equipamentos, materiais e objetos compartilhados pelas pessoas;

III - orientação dos clientes para que mantenham distanciamento mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) durante todo o período em que estiverem no estabelecimento, além do uso obrigatório da máscara;

IV - manutenção da ventilação natural dos ambientes, preferencialmente com a finalidade de promover a renovação do ar;

V - disponibilização, nos sanitários de clientes e de funcionários, de sabonete líquido, álcool em gel 70% (setenta por cento) e toalha de papel não reciclável;

VI - utilização, se necessário, do uso de senhas ou outro sistema eficaz, a fim de evitar aglomeração nos estabelecimentos e entorno, especialmente em filas para acesso e para pagamento;

VII - demarcações que facilitem o distanciamento seguro;

VIII - utilização de todos os meios de comunicações internas para alertar, de forma constante, seus clientes sobre as medidas de segurança preconizadas pelo Ministério da Saúde.

Art. 6º Fica proibida aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo.

Parágrafo Único Estão autorizadas as reuniões com finalidade de trabalho, com adoção das medidas indicadas no artigo 2º, da Portaria SES Nº 235, de 08/04/2020, limitadas a 10 (dez) pessoas.

Art. 7º As academias de ginástica de atividades como musculação, crossfit, funcionais, estúdios, danças, natação e hidroginásticas ficam condicionadas ao limite máximo de 50% da capacidade, com agendamento de horários e distanciamento mínimo de 1,50 metros entre pessoas e equipamentos, e devem realizar, a cada troca de turma, a desinfecção total do ambiente para reforçar as medidas de biossegurança.

Art. 8º A prestação de serviços autônomos e de profissionais liberais fica condicionada a necessidade de agendamento para atendimento individual, respeitando o limite de ocupação de 50% do espaço do local da prestação do serviço e necessidade de distanciamento de 1,50 metros entre pessoas e o reforço das medidas de biossegurança.

Parágrafo Único Os serviços que exigirem uma maior aproximação do prestador de serviço e o cliente, deverão ser realizados com a utilização de luvas e máscara.

Art. 9º Velórios e cerimônias fúnebres em geral deverão ter duração máxima de 06 horas, observado o horário limite para sepultamento de 17h30min, mantendo as recomendações da Vigilância Sanitária.

Art. 10º Na publicidade das promoções, os estabelecimentos deverão fazer a orientação sobre as medidas de segurança específicas para o local, além de tratar das questões de distanciamento social.

Parágrafo Único Recomenda-se que, nas ações de marketing e intervenções diretas nos estabelecimentos, tais como pedágio, blitz de rádios, entre outras, não seja permitida a aglomeração de pessoas.

Art. 11º As fiscalizações, inclusive das Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica, deverão ser ampliadas e intensificadas para dar efetividade às restrições e orientar as possíveis consequências do descumprimento (aglomerações, festas privadas, descumprimento da quarentena imposta por atestado, não uso da máscara de proteção) e aplicação de multas previstas na Lei Municipal Nº 1192/2010, que institui supletivamente normas de saúde em vigilância sanitária, estabelece penalidades, cria a taxa dos atos de vigilância municipal de saúde e dá outras providências.

Parágrafo Único O julgamento dos processos administrativos abertos na Vigilância Sanitária, relacionados ao descumprimento dos regramentos de combate à COVID-19, terão tramitação prioritária aos demais procedimentos, salvo fundamentado interesse público.

Art. 12º As equipes de Segurança Pública poderão agir na condição de autoridade de saúde em todo o Município, cabendo-lhes a fiscalização das regras de combate à COVID-19, sem prejuízo da fiscalização das Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica constante do artigo anterior.

Art. 13º As disposições previstas neste Decreto poderão ser revogadas ou revistas a qualquer tempo diante da evolução da pandemia e seu impacto na rede de atenção à saúde.

§ 1º A Secretaria Municipal de Saúde fará acompanhamento das semanas epidemiológicas e apresentará decisão ao menos quinzenalmente sobre a evolução da pandemia, para indicar se houve: melhora (possibilidade de liberação e atividades), manutenção (mantêm-se as atividades suspensas) ou piora (necessidade de suspensão de outras atividades) nas condições do Município e região.

§ 2º Nas avaliações serão levados em consideração, ao menos, os seguintes indicadores: número de atendimentos de casos suspeitos, número de casos confirmados, número de óbitos.

Art. 14º Fica mantida em todo território do Município de Massaranduba a obrigatoriedade do uso da máscara pelos cidadãos em todos os ambientes públicos e privados.

Art. 15º O presente Decreto não revoga outras legislações vigentes que regem as atividades autorizadas.

Art. 16º Este Decreto passa a vigorar a partir de 6 de agosto de 2020, revogando os Decretos nº 4241 de 17 de julho de 2020, nº 4244 de 21 de julho de 2020 e nº 4252 de 29 de julho de 2020.

Massaranduba, 05 de Agosto de 2020

ARMINDO SESAR TASSI  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

**DECRETO Nº 4257 DE 04 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592031

DECRETO Nº 4257 DE 04 DE AGOSTO DE 2020  
Abre Crédito Adicional Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA-SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 2125 de 04 de agosto de 2020, DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no Orçamento de 2020 (Lei Municipal nº 2060/2019), no valor de R\$ 455.507,79 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e sete reais e setenta e nove centavos), conforme classificação funcional programática abaixo:

07 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.001 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.001.0015.0452.0013.2025 - Manutenção e Conservação dos Serviços e Vias Urbanas

07.001 – 3.1.90 – Aplicações Diretas

07.001 – 01530000 – COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) .....  
R\$ 250.000,00

07.003 – GERÊNCIA DE ESTRADAS

07.003.0026.0782.0017.2029 - Manutenção e Conservação de estradas Vicinais

07.001 – 3.1.90 – Aplicações Diretas

07.001 – 01530000 – COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) .....  
R\$ 205.507,79

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º são oriundos do excesso de arrecadação, conforme artigo 43, parágrafo 1º, II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 04 de Agosto de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

**DECRETO Nº 4261 DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592563

DECRETO Nº 4261 DE 05 DE AGOSTO DE 2020  
Abre crédito adicional suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA-SC, no uso das suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal 2060 de 17 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento de 2020 (Lei Municipal nº 2060/2019), no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), conforme classificação funcional programática abaixo:

06 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.002 – GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO/TRIBUTAÇÃO

06.002.0004.0129.0010.2013 – Manutenção da Administração/Tributação

06.002 - 3.3.00 – Outras Despesas Correntes

06.002 – 3.3.50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

06.002 – 01000000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 8.000,00

Art. 2º Os recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, são oriundos da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias conforme artigo 43, § 1º, III da lei federal nº 4.320/64, a saber:

06 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.002 – GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO/TRIBUTAÇÃO

06.002.0004.0129.0010.2013 – Manutenção da Administração/Tributação

06.002 - 3.3.00 – Outras Despesas Correntes

06.002– 3.3.90 – Aplicações Diretas

06.002 – 01000000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 8.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba-SC, 05 de Agosto de 2020

ARMINDO SESAR TASSI  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

**PROCESSO LICITATÓRIO 132.2020 DIS 132.2020 (PMM) - CONCERTO DE CALHAS E RUFOS DA EMEF NICOLAU JENSEN E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO**

Publicação Nº 2591511

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 132/2020

**1 – PREÂMBULO**

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, torna público para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

**2 – DO OBJETO E VALOR TOTAL**

2.1. Constitui objeto desta dispensa de licitação o CONCERTO DAS CALHAS E RUFOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL NICOLAU JENSEN E DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	PINGADEIRA DE ALUMINIO 05 CORTE 30 CM	METRO	32	R\$ 29,00	R\$ 928,00
2	PINGADEIRA DE ALUMINIO 05 CORTE 30 CM	METRO	24,5	R\$ 29,00	R\$ 710,50
VALOR TOTAL: R\$ 1.638,50 (UM MIL SEISCENTOS E TRINTA E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).					

**3 – DO FORNECEDOR**

3.1. RAZÃO SOCIAL: VIDROCALHA COM E INDÚSTRIA DE VIDROS E CALHAS LTDA

CNPJ: 80.095.235/0001-43

ENDEREÇO: Rua André Kubnik, sem número, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.108-000

CONTATO: (47) 3379-1786

**4 – DA DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias;

b) Certidão conjunta negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos relativos aos tributos Federais e a dívida ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" e "d" do § único do art. 11 da Lei Federal 8.212/91, consoante Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/14;

c) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos Estaduais, expedida pela Secretaria do Estado da sede da licitante;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal expedida pela Prefeitura Municipal da sede da licitante;

e) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) expedido pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei Federal 12.440/11 e na Resolução Administrativa 1.470/11 do Tribunal Superior do Trabalho.

**5 – DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. A Prefeitura de Massaranduba (SC) efetuará o pagamento de acordo com o calendário de pagamentos do Município:

a) Para nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês, o pagamento será realizado no dia 10 (dez) do mês subsequente;

b) Para nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês, o pagamento será realizado no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente;

5.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

5.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

5.4. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

08.001 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

2039 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

33903024 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS

1010000 – RECEITAS DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

08.001 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

2041 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

33903024 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS

1010000 – RECEITAS DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO

## 6 – DA JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO

6.1. As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

6.1.1. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988, o qual determina que obras, serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

6.1.2. Há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas, tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

6.1.3. Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a Lei previu exceções à regra: a dispensa e inexigibilidade de licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no inciso II do art. 24 da Lei Federal 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

"Art. 24 - É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

6.1.4. Os atos em que se verifica a dispensa de licitação são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas, devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

6.1.5. É cediço que a Constituição Federal criou adequada presunção de que a melhor contratação se materializa por meio da competição em processo administrativo. Ademais, tal procedimento também é visto como o mais apto a preservar a impessoalidade e isonomia das aquisições.

6.1.6. Ocorre que o próprio legislador constituinte, atento às implicações negativas que a presunção absoluta do dever de licitar acarretaria ao cotidiano de contratações da administração, previu a possibilidade de lei ordinária afastar a aplicação de tal comando em determinadas situações.

6.1.7. No caso em apreço, a aquisição/execução do objeto da presente dispensa de licitação mostra-se necessário para o conserto das calhas e rufos da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo bem como da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nicolau Jensen em virtude dos danos ocasionados pelo ciclone que ocorreu no dia 30 de junho de 2020.

## 7 – DA RAZÃO DA ESCOLHA E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

7.1. A escolha do fornecedor acima citado já foi devidamente justificada no item acima, e mostra-se vantajosa para a Administração, pois o preço a ser pago está dentro do preço de mercado.

7.1.1. Dessa forma, o interesse público mostra-se vantajoso, considerando as avaliações acostadas.

Massaranduba (SC), 03 de agosto de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO 43.2020 PP 43.2020 (FMS) - REGISTRO DE PREÇOS: DIETA ESPECIAL PARA PACIENTES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Publicação Nº 2591466

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2020

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE DIETA ESPECIAL PARA ATENDIMENTO DOS PACIENTES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 18/08/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 18/08/2020.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: [www.massaranduba.atende.net](http://www.massaranduba.atende.net)

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 44.2020 DIS 44.2020 (FMS) - MACACÕES DESCARTÁVEIS (COVID-19)**

Publicação Nº 2591660

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 44/2020

**1 – PREÂMBULO**

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, torna público para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

**2 – DO OBJETO E VALOR TOTAL**

2.1. Constitui objeto desta dispensa de licitação a AQUISIÇÃO DE MACACÕES DESCARTÁVEIS PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	MACACÃO DESCARTÁVEL NÃO ESTÉREO DE PROTEÇÃO, EM TNT COM 60 GRAMAS, HIDROFÓBICO, CAPUZ COM ELÁSTICO, ELÁSTICO ANTI-DESLIZANTE NO POLEGAR E FECHAMENTO EM VELCRO.	UNID	300	R\$ 24,90	R\$ 7.470,00
VALOR TOTAL: R\$ 7.470,00 (SETE MIL QUATROCENTOS E SETENTA REAIS).					

**3 – DO FORNECEDOR**

3.1. RAZÃO SOCIAL: JRG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E COLCHÕES -ME

CNPJ: 18.794.846/001-06

ENDEREÇO: Rua Virgílio Elias Justo, número 750, Galpão 2, bairro Aririu, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.135-550

TELEFONE/E-MAIL: (48) 9.9901-7243 / [contato@requintarecolchões.com.br](mailto:contato@requintarecolchões.com.br)

DADOS BANCÁRIOS: Itaú

AGÊNCIA: 6243

CONTA CORRENTE: 33037-7

**4 – DA DOCUMENTAÇÃO**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias;

b) Certidão conjunta negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos relativos aos tributos Federais e a dívida ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" e "d" do § único do art. 11 da Lei Federal 8.212/91, consoante Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/14;

c) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos Estaduais, expedida pela Secretaria do Estado da sede da licitante;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal expedida pela Prefeitura Municipal da sede da licitante;

e) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) expedido pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei Federal 12.440/11 e na Resolução Administrativa 1.470/11 do Tribunal Superior do Trabalho.

#### 5 – DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias consecutivos após a entrega/execução do objeto e emissão da documentação fiscal.

5.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

5.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

5.4. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

2101 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO

33903036 – MATERIAL HOSPITALAR

138014 – Transf. SUS/União - Enfrentamento COVID-19

#### 6 – DA ENTREGA/EXECUÇÃO

6.1. O objeto desta dispensa de licitação deverá ser entregue/executado em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da ordem de compra, na Secretaria de Saúde, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.997, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

6.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

6.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

6.3. Caso o objeto não atenda às especificações deste edital, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

6.3.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades constantes na Lei Federal 8.666/93.

#### 7 – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

7.1. As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

7.1.1. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988, o qual determina que obras, serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

7.1.2. Há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas, tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

7.1.3. Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a Lei previu exceções à regra: as dispensas de licitação e inexigibilidades de licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no inciso IV do art. 24 da Lei Federal 8.666/93, bem como ao art. 4 da Lei Federal 13.979/20, onde se verificam ocasiões em que é cabível a dispensa de licitação:

“Art. 24 - É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;”

“Art. 4 - É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.”

7.1.4. Os atos em que se verifica a dispensa de licitação são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas, devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

7.2. Ainda, tal procedimento simplificado para aquisição de insumos para o enfrentamento e prevenção da pandemia, é autorizado nos termos elencados pelo art. 4 e ss da Lei Federal 13.979/20.

7.3. É cediço que a Constituição criou adequada presunção de que a melhor contratação se materializa por meio da competição em processo administrativo. Ademais, tal procedimento também é visto como o mais apto a preservar a impessoalidade e isonomia das aquisições.

7.4. Ocorre que o próprio legislador constituinte, atento às implicações negativas que a presunção absoluta do dever de licitar acarretaria ao cotidiano de contratações da administração, previu a possibilidade de lei ordinária afastar a aplicação de tal comando em determinadas situações.

7.5. O caso em específico, com a pandemia do COVID-19 e sua alta capacidade de transmissão, se faz necessário tomar algumas medidas preventivas, sendo uma delas o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Os profissionais da saúde que tratam pacientes com infecções como o coronavírus estão em risco de infectar-se e devem utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para se protegerem de gotículas de tosse, espirros ou outros fluidos corporais de pacientes infectados e de superfícies contaminadas que possam infectá-los.

7.6. Diante deste cenário, o Decreto 4.147/20 declara situação de emergência no Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, bem como o Decreto 4.137/20, que define medidas para o enfrentamento da pandemia e dispensa licitações para contratação de serviços necessários ao enfrentamento da mesma.

7.7. Sendo assim, visto ser obrigação desta Administração zelar pela saúde e segurança dos seus munícipes e dos servidores que atuam nos serviços essenciais, tal aquisição mostra-se necessária.

7.8. Por fim, justifica-se que a empresa em questão não possui disponibilidade da certidão conjunta negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos relativos aos tributos Federais e a dívida ativa da União, pois em razão da notória dificuldade em encontrar o item junto aos fornecedores pela maciça procura, e em razão da empresa entregar o pedido rapidamente e com menor preço, fica a empresa dispensada de apresentar tal documento, conforme permitido pelo art. 4, F da Medida Provisória 926/20, que alterou a Lei Federal 13.979/20.

#### 8 – DA RAZÃO DA ESCOLHA E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

8.1. A escolha da empresa citada mostra-se vantajosa para a Administração, pois a proposta comercial apresentada atende às necessidades do Município.

8.2. A estimativa de preço foi realizada nos termos do art. 4 da Lei Federal 13.979/20, conforme consultas anexas ao termo de referência. Massaranduba (SC), 03 de agosto de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **TERMO DE DISTRATO: RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO DE LOCAÇÃO 01.2020 - GUSTAVO NIEDERMAYER WAGNER**

Publicação Nº 2591454

TERMO DE DISTRATO: RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 01/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A PESSOA FÍSICA GUSTAVO NIEDERMAYER WAGNER.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, Sr. GUSTAVO NIEDERMAYER WAGNER, domiciliado na Rua Felipe Camarão, número 1.224, bairro Centro, Município de Maripá, Estado do Paraná, inscrito no CPF sob o nº 090.400.749-92, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem rescindir amigavelmente o CONTRATO Nº 01/2020, decorrente do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2019, cujo objeto é a LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA USO DO CONSELHO TUTELAR, CASA DA AMIZADE E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. A presente rescisão amigável fundamenta-se no art. 79, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO E SANÇÕES

2.1. Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o contrato, sem sanções a serem aplicadas, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação deste, não resolvidos na esfera administrativa.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram.

Massaranduba (SC), 31 de julho de 2020.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA  
ARMINDO SESAR TASSI  
CONTRATANTE

GUSTAVO NIEDERMAYER WAGNER  
CONTRATADO

## TESTEMUNHAS:

MARCELA PRAWUTZKI

CLEUNICE CONZATTI

CPF: 198.512.038-07

CPF: 988.652.269-00

**Matos Costa****PREFEITURA****DECRETO 124/2020**

Publicação N° 2591494

DECRETO N.º 124/2020 – de 31 julho de 2020.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002249/19 de 09 de outubro de 2019:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 884,98 (Oitocentos e oitenta e quatro reais e noventa e oito centavos), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO		
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO		
PROJETO	1.059		Obras de Infraestrutura Rural	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1350		Aplicações Diretas – 173	884,98

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado pelo superávit financeiro correspondente a cessão onerosa do leilão do Pré-Sal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 31 de junho de 2020

Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

**RETIFICAÇÃO EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO 12/2020 - FMS**

Publicação N° 2591608

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 12/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2020 - FMS

O Município de Matos Costa – SC, através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que diante de revisão da descrição do produto, a Pregoeira no uso de suas atribuições legais, opta pelo DEFERIMENTO e decide por RETIFICAR o edital. Por força da referida alteração, com base no art. 21, parágrafo 4º da Lei 8.666/93, e art. 9º da Lei 10.520/2002, as datas e horários ficam remarcados: ENTREGA DOS ENVELOPES: no máximo até às 09:00 horas do dia 18/08/2020. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09:15 do mesmo dia. Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos gratuitamente, na internet, através do site <http://www.matoscosta.sc.gov.br> ou no Departamento de Compras e Licitações do Município, sito Rua Manoel Lourenço de Araújo, nº 137, fone (49) 3572-1111 - 1121, no horário de expediente em vigor, ou pelo e-mail: [licita@matoscosta.sc.gov.br](mailto:licita@matoscosta.sc.gov.br).

Matos Costa, SC, 03 de agosto de 2020 - Eliane Aparecida Castilho - Pregoeira.

# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO ADITIVO Nº 003/2020 AO CONTRATO Nº 125/2017

Publicação Nº 2591992

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 003/2020 (Prorroga Vigência)  
Contrato n.º. 125/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: R. PIETSCH & CIA LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATIVAÇÃO DE LINK DE INTERNET BANDA LARGA VIA FIBRA OPTICA E VIA RÁDIO, INCLUINDO A INSTALAÇÃO E O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS EM REGIME DE COMODATO, PARA 17 (DEZESSETE) PONTOS DE ACESSO, AMBOS COM IPs VÁLIDOS, DE ACORDO COM OS LOCAIS E COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: Início: 10/08/2020 Término: 09/08/2021.

Data da assinatura: 05 de agosto de 2020.

### EXTRATO ADITIVO Nº 003/2020 AO CONTRATO Nº 126/2017

Publicação Nº 2592012

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 003/2020 (Prorroga Vigência)  
Contrato n.º. 126/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: SULCATEL COMÉRCIO DE TELEFONIA LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATIVAÇÃO DE LINK DE INTERNET BANDA LARGA VIA FIBRA OPTICA E VIA RÁDIO, INCLUINDO A INSTALAÇÃO E O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS EM REGIME DE COMODATO, PARA 17 (DEZESSETE) PONTOS DE ACESSO, AMBOS COM IPs VÁLIDOS, DE ACORDO COM OS LOCAIS E COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: Início: 10/08/2020 Término: 09/08/2021.

Data da assinatura: 05 de agosto de 2020.

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2592057

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços n.º. 008/2020

Processo Licitatório: Pregão Presencial nº 010/2020

Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Detentor da Ata: GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP

Objeto: A presente licitação tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA/COZINHA E HIGIENE/LIMPEZA PARA MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital.

Valor: R\$ 11.395,68 (onze mil, trezentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos).

Vigência: Início: 04/08/2020 Término: 03/08/2021

Data da assinatura: 04 de agosto de 2020.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 009/2020 - SAÚDE**

Publicação N° 2592059

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços n°. 009/2020

Processo Licitatório: Pregão Presencial n° 010/2020  
Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO  
Detentor da Ata: ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES EIRELI ME  
Objeto: A presente licitação tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA/COZINHA E HIGIENE/LIMPEZA PARA MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital.  
Valor: R\$ 4.174,40 (quatro mil, cento e setenta e quatro reais e quarenta centavos)  
Vigência: Início: 04/08/2020 Término: 03/08/2021  
Data da assinatura: 04 de agosto de 2020.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2020 - SAÚDE**

Publicação N° 2592061

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços n°. 010/2020

Processo Licitatório: Pregão Presencial n° 010/2020  
Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO  
Detentor da Ata: JOSE AMBONI PRESA EPP  
Objeto: A presente licitação tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA/COZINHA E HIGIENE/LIMPEZA PARA MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital.  
Valor: R\$ 30.479,26 (trinta mil, quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e seis centavos).  
Vigência: Início: 04/08/2020 Término: 03/08/2021  
Data da assinatura: 04 de agosto de 2020.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2020 - SAÚDE**

Publicação N° 2592064

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços n°. 011/2020

Processo Licitatório: Pregão Presencial n° 010/2020  
Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO  
Detentor da Ata: KLEIN SIMIONATO & SANTOS LTDA  
Objeto: A presente licitação tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA/COZINHA E HIGIENE/LIMPEZA PARA MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital.  
Valor: R\$ 7.592,08 (sete mil, quinhentos e noventa e dois reais e oito centavos).  
Vigência: Início: 04/08/2020 Término: 03/08/2021  
Data da assinatura: 04 de agosto de 2020.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2020 - SAÚDE**

Publicação N° 2592067

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 012/2020

Processo Licitatório: Pregão Presencial nº 010/2020  
Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO  
Detentor da Ata: NICOLAU SATURNINO VIEIRA

Objeto: A presente licitação tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA/COZINHA E HIGIENE/LIMPEZA PARA MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital.

Valor: R\$ 27.789,72 (vinte e sete mil, setecentos e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos)

Vigência: Início: 04/08/2020 Término: 03/08/2021

Data da assinatura: 04 de agosto de 2020.

**EXTRATO CONTRATO N° 089/2020**

Publicação N° 2591975

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 089/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ENGEVITAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA Objeto: O presente Contrato tem como objeto a ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO (PONTE – 23M X 7,00M) SOBRE O RIO JUNDIÁ, SITUADO NA RODOVIA MUNICIPAL MEL 255, BOA VISTA, MELEIRO/SC, DIVISA COM MUNICÍPIO DE TURVO/SC.

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Vigência: Início: 05/08/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 05 de agosto de 2020.

# Modelo

## PREFEITURA

### ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO EXCEDENTES 2020

Publicação Nº 2592854

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 003/2020 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM SAÚDE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO N. 003/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO de MODELO SC pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua do Comercio, n. 1304 centro, cidade de Modelo, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ n. 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Sr. RICARDO LUIS MALDANER, residente e domiciliado na Rua do Comercio neste Município de Modelo - SC, portador do CPF n. 987238989-68, RG n. 2996.527, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO SC – CNP Nº 11.511.812/0001-18, estabelecido na Rua Presidente Vargas, nessa cidade de Modelo SC, Neste ato, através de sua representante legal, Senhora BARBARA MILENA RAMBO GELLER, CPF n. 058.253.889/07 RG 4791.459, doravante denominado CONSORCIADO.

CONTRATADO: O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 01.201.427/0001-10, com sede administrativa na Rua Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. DERLI FURTADO, profissão: corretor de imóveis, estado civil: casado, endereço: Avenida Tancredo Neves, 511, CEP: 89883-000, Santa Terezinha do Progresso/SC, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 219.982.219-20, RG nº .311.170. Residente e domiciliado na Av Tancredo Neves; centro, município de Sana Teresinha do Progresso. /SC doravante denominado CONSÓRCIO.

#### JUSTIFICATIVA:

CONSIDERANDO os fins estabelecidos no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público, Contrato de Programa e Contrato de Rateio, que a teor do que foi anunciado e proposto em Assembleia Geral do CIS/AMERIOS, que levaram a fundação do Consórcio Público, visando elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, consultas, exames, pessoal e manutenção de software de gerenciamento para os municípios consorciados.

CONSIDERANDO os fundamentos legais estabelecidos no art. 241 da Constituição Federal, arts. 6º e 8º da Lei Federal n. 11.107/2005, regulamentado pelo Decreto Federal 6.017/2007, art. 41, III e IV, da lei Federal n. 10.406/2002 (Código Civil), Lei Federal n. 8.080 (Lei Orgânica da Saúde), Lei Federal n. 8.142/90 (Participação da comunidade na gestão do SUS), subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93, no Protocolo de Intenções, que ratificado por Lei deste Município gerou o Contrato de Consórcio Público, conforme estabelecido no Contrato de Programa, bem como o teor das cláusulas do Contrato Administrativo de Rateio.

CONSIDERANDO fato novo imprevisível que resultou na obtenção de mais recursos para ampliar o programa de saúde pública do município, que visa proporcionar melhor qualidade de vida a população, principalmente a mais carente, fato que requer igualmente a alteração contratual, ampliando formalmente o valor inicialmente pactuados por esse ser insuficiente.

CONSIDERANDO, enfim, as razões supracitadas, faz-se necessária a correção da redação da CLÁUSULA QUARTA e consequentemente a CLÁUSULA QUINTA do Contrato de Rateio que epígrafe foi celebrado entre as partes, relativamente "Do rateio" e "Da Rubrica Orçamentária", a qual reger-se-á então, pelos seguintes termos e valores expressos neste 1º Termo Aditivo, a saber:

#### DO OBJETO

Cláusula Primeira – O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar a Cláusula Quarta (Do rateio) e a Cláusula quinta (Da Rubrica Orçamentária) do contrato originalmente celebrado, que disciplina sobre o repasse financeiro do município para manutenção das atividades do CIS/AMERIOS e/ou elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, consultas, exames, pessoal e manutenção de software de gerenciamento.

#### DO VALOR

Clausula Segunda – A Contratante acrescentará no repasse original o valor de R\$ 50.000,00. (Cinquenta mil reais), para ser utilizado na prestação dos serviços objeto pactuado.

#### DA RUBRICA ORÇAMENTARIA

Cláusula Terceira – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 2454/2019, na seguinte rubrica orçamentárias:

3.3.93.70.01 – Participação em Consórcios Públicos –

3.3.90.00.00 – Aplicações Direta

R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

#### DAS CONDIÇÕES GERAIS

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do contrato administrativo inicialmente pactuados e não alcançadas por este Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, que segue para deliberação em Assembleia Geral.

Município de MODELO (SC) aos 05 de agosto DE 2020.

Nome: DERLI FURTADO  
Prefeito de Santa Teresinha do Progresso.  
Presidente do CONSÓRCIO CIS/AMERIOS

NOME RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito de MODELO  
Município CONSORCIADO

BARBARA MILENA RAMBO GELLER  
DIRETORA FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Testemunhas:

Nome:		Nome:
-------	--	-------

Visto:

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283-Assessor Jurídico	
--	--

## PORTARIA Nº 179/2020

Publicação Nº 2591469

PORTARIA Nº 179/2020 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.  
DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2011, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis Municipais nºs. 1.513/2002, 1.960/2010, 2.356/2018, e Edital de Concurso Público 001/2011 do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria.

Considerando a Petição Cível nº 5000096-94.2020.8.24.0256/SC

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocado para nomeação e posse no cargo de Procurador Jurídico, o Sr. HENRIQUE SCHUH, aprovado no Concurso Público nº 001/2011 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo, com a respectiva carga horária de 20 Horas Semanais, no turno vespertino, observado as determinações legais do cargo.

Art. 2º - O aprovado citado nesta Portaria deverá apresentar-se no prazo de 03 (três) dias a contar desta data, para manifestação de interesse, apresentação dos documentos e/ou posse, conforme estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º desta portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 05 de Agosto de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER  
Secretária de Administração e Fazenda

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

HENRIQUE SCHUH

**PORTARIA N° 180/2020**

Publicação N° 2592065

PORTARIA N° 0180/2020 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.370/2018, 2460/2020 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria.

Considerando em especial a programação de férias do Departamento e os requerimento do Servidor.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
FABRICIO EBERARDT	02.08.2019 a 01.08.2020	10.08.2020 a 24.08.2020 (15 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 05 de Agosto de 2020

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA N° 181/2020**

Publicação N° 2592068

PORTARIA N° 0181/2020 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.370/2018, 2460/2020 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria.

Considerando em especial a programação de férias do Departamento e os requerimento do Servidor.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
MILTON SIMÃO	02.08.2019 a 01.08.2020	10.08.2020 a 24.08.2020 (15 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 05 de Agosto de 2020

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER  
Secretária de Administração e Fazenda

# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL DL N° 018/2020 - PMM

Publicação N° 2592409

MUNICIPIO DE MONDAÍ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 058/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 018/2020. O Município de Mondaí – SC, com sede administrativa à Av. Laju, 420, Centro, a partir de seu Ordenador de Despesas, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo n°. 058/2020 – DL n° 018/2020 e, com fulcro no Art. 24, Inciso II, da Lei n°. 8.666/1993, conforme segue: OBJETO: Aquisição de uma torre metálica triangular, medindo 33m de altura e 60cm de lado, utilizando perfil metálico 1.1/2, incluindo mão de obra para montagem, cabos de aço e todo material e serviço necessário para a montagem. CONTRATADO: RICARDO PRESSI (METALURGICA PRESSI), CNPJ n°. 20.779.288/0001-51. VALOR TOTAL: R\$ 14.520,00 (quatorze mil quinhentos e vinte reais), a ser pago em parcela única. VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020. Mondaí – SC, 05 agosto de 2020. ELISEU BOHN - Secretário de administração e fazenda - Ordenador de despesas.

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 506/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2020

Publicação Nº 2592628

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 506/2020  
Processo Administrativo nº 06/2020

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Fundo Municipal de Saúde, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado na Rod. SC 452, Km 24, 1551 no centro de Monte Carlo - SC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:30 horas do dia 04/08/2020 até 09:00 horas do dia 19/08/2020.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09:00 às 09:30 horas do dia 19/08/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 19/08/2020.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

#### DO OBJETO

0.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a LOCAÇÃO DE ESTRUTURA – TENDA 5x10m EM ESTRUTURA METÁLICA COM LONA BRANCA COM PÉ DIRETO DE 2,70m, PARA UTILIZAÇÃO DE COMBATE A PANDEMIA COVID19, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas abaixo:

0.2. A licitação será realizada em um único lote.

0.3. O critério de Julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

Lote	Qtd	Emb	Descrição do objeto	Unit	Total	
1	12	Mensal	Tenda 5x10 modelo piramidal ou chapéu de bruxa com 3 fechamentos lateral, com piso de deck nivelado e vernizado. Inclui montagem, desmontagem, manutenção técnica, nota fiscal e ART.	8.000,00	96.000,00	
TOTAL					96.000,00	

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

# Monte Castelo

## PREFEITURA

### CREDENCIAMENTO 006/2020 - PMMC

Publicação Nº 2592483

#### CREDENCIAMENTO 006/2020

O Município de MONTE CASTELO, Estado de SANTA CATARINA, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, e, através da Comissão de Licitação designada pela Portaria n.º 404/2019, de acordo com a Lei Federal nº. 8666/93 e suas posteriores alterações, torna público a realização de CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, AUTO-ELÉTRICOS, FUNILARIA, PINTURA AUTOMOTIVA, TORNO E SOLDA PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, pelo período inicial de 12 (doze) meses.

Os Interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e Proposta Comercial até 07 de agosto de 2021, às 15h00min, no endereço da Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro, Horário de Expediente de segunda-feira à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min.

MONTE CASTELO-SC, 05 de agosto de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATOS JULHO/2020\_FMAS**

Publicação Nº 2592540

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN.DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MONTE CASTELO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: TERM.ADES. 09/20  
Contratante.: FUNDO MUN.DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MONTE CASTELO  
Contratada.: HENRIQUE DZUMAN 05102925938  
Valor.: 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)  
Vigência.: Início: 01/07/2020 Término: 22/05/2021  
Licitação.: Outras Modalidades Nº.: 2/2020  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO  
Recursos.: Dotação:  
Objeto.: Constitui objeto do presente Edital o Credenciamento de pessoa jurídica e pessoa física, para prestação de Serviços de Mão de Obra de Pedreiro, Eletricista e Pintor, para reforma, manutenção, construção, recuperação e reconstrução de obras públicas, bem como todo e qualquer trabalho relacionado às profissões, localizadas no Município de Monte Castelo/SC, conforme Termo de Referência - Anexo I.  
Monte Castelo, 5 de Agosto de 2020

Aditivo Nº.: AD 5 CONT 124 - Contrato Nº.: 124/2019  
Contratante.: FUNDO MUN.DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MONTE CASTELO  
Contratada.: AUTO POSTO DE LUCA LTDA  
Valor.: 56.482,00 (cinquenta e seis mil quatrocentos e oitenta e dois reais)  
Vigência.: Início: 10/07/2020 Término: 31/10/2020  
Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO  
Recursos.: Dotação:  
Objeto.: PREGÃO PRESENCIAL do Tipo MENOR PREÇO - POR ITEM para AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA (comum), ÓLEO DIESEL S-10 e ÓLEO DIESEL S-500 com abastecimento diretamente em bomba da(s) empresa(s) licitante(s), SOB A FORMA FRACIONADA conforme o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) e demais anexos  
Monte Castelo, 5 de Agosto de 2020

Contrato Nº.: TER.ADES.GILBERT  
Contratante.: FUNDO MUN.DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MONTE CASTELO  
Contratada.: GILBERTO KOASKI 90449410978  
Valor.: 12.000,00 (doze mil reais)  
Vigência.: Início: 01/07/2020 Término: 22/05/2021  
Licitação.: Outras Modalidades Nº.: 2/2020  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO  
Recursos.: Dotação:  
Objeto.: Constitui objeto do presente Edital o Credenciamento de pessoa jurídica e pessoa física, para prestação de Serviços de Mão de Obra de Pedreiro, Eletricista e Pintor, para reforma, manutenção, construção, recuperação e reconstrução de obras públicas, bem como todo e qualquer trabalho relacionado às profissões, localizadas no Município de Monte Castelo/SC, conforme Termo de Referência - Anexo I.  
Monte Castelo, 5 de Agosto de 2020

Aditivo Nº.: AD 6 CONT 124 - Contrato Nº.: 124/2019  
Contratante.: FUNDO MUN.DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MONTE CASTELO  
Contratada.: AUTO POSTO DE LUCA LTDA  
Valor.: 57.841,00 (cinquenta e sete mil oitocentos e quarenta e um reais)  
Vigência.: Início: 17/07/2020 Término: 31/10/2020  
Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO  
Recursos.: Dotação:  
Objeto.: PREGÃO PRESENCIAL do Tipo MENOR PREÇO - POR ITEM para AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA (comum), ÓLEO DIESEL S-10 e ÓLEO DIESEL S-500 com abastecimento diretamente em bomba da(s) empresa(s) licitante(s), SOB A FORMA FRACIONADA conforme o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) e demais anexos  
Monte Castelo, 5 de Agosto de 2020

**CONTRATOS JULHO/2020\_FMS**

Publicação Nº 2592543

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MONTE CASTELO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: TERMO ADESÃO  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MONTE CASTELO  
Contratada.: THIAGO MOTA DOS SANTOS SERVICOS MEDICOS LTDA  
Valor.: 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais)  
Vigência.: Início: 20/07/2020 Término: 29/05/2021  
Licitação.: Outras Modalidades Nº.: 6/2020  
Recursos.: Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (57) Saldo: 294.078,8  
Objeto.: CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) OU JURÍDICA(S) PROFISSIONAIS MÉDICOS EM CLÍNICA GERAL destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Monte Castelo -SC  
Monte Castelo, 5 de Agosto de 2020

Contrato Nº.: 087/2020  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MONTE CASTELO  
Contratada.: LANG E FILHOS MATERIAL HOSPITALAR LTDA  
Valor.: 19.500,00 (dezenove mil quinhentos reais)  
Vigência.: Início: 29/07/2020 Término: 29/07/2021  
Licitação.: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2020  
Recursos.: Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (57), 2.112.3.3.90.00.00.00.00 (76), 2.113.3.3.90.00.00.00.00 (82)  
Objeto.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TESTE RÁPIDO PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS - COVID-19.  
Monte Castelo, 5 de Agosto de 2020

Contrato Nº.: TER. ADES.09/20  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MONTE CASTELO  
Contratada.: HENRIQUE DZUMAN 05102925938  
Valor.: 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)  
Vigência.: Início: 01/07/2020 Término: 22/05/2021  
Licitação.: Outras Modalidades Nº.: 2/2020  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO  
Recursos.: Dotação:  
Objeto.: Constitui objeto do presente Edital o Credenciamento de pessoa jurídica e pessoa física, para prestação de Serviços de Mão de Obra de Pedreiro, Eletricista e Pintor, para reforma, manutenção, construção, recuperação e reconstrução de obras públicas, bem como todo e qualquer trabalho relacionado às profissões, localizadas no Município de Monte Castelo/SC, conforme Termo de Referência - Anexo I.  
Monte Castelo, 5 de Agosto de 2020

Aditivo Nº.: AD 5 CONT 124 - Contrato Nº.: 124/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MONTE CASTELO  
Contratada.: AUTO POSTO DE LUCA LTDA  
Valor.: 262.030,00 (duzentos e sessenta e dois mil e trinta reais)  
Vigência.: Início: 10/07/2020 Término: 31/10/2020  
Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO  
Recursos.: Dotação:  
Objeto.: PREGÃO PRESENCIAL do Tipo MENOR PREÇO - POR ITEM para AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA (comum), ÓLEO DIESEL S-10 e ÓLEO DIESEL S-500 com abastecimento diretamente em bomba da(s) empresa(s) licitante(s), SOB A FORMA FRACIONADA conforme o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) e demais anexos

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MONTE CASTELO  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Aditivo Nº.....: AD 6 CONT 124 - Contrato Nº: 124/2019  
Contratante.....: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MONTE CASTELO  
Contratada.....: AUTO POSTO DE LUCA LTDA  
Valor.....: 268.867,00 (duzentos e sessenta e oito mil oitocentos e sessenta e sete reais)  
Vigência.....: Início: 17/07/2020 Término: 31/10/2020  
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO  
Recursos.....: Dotação:  
Objeto.....: PREGÃO PRESENCIAL do Tipo MENOR PREÇO - POR ITEM para AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA (comum), ÓLEO DIESEL S-10 e ÓLEO DIESEL S-500 com abastecimento diretamente em bomba da(s) empresa(s) licitante(s), SOB A FORMA FRACIONADA conforme o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) e demais anexos  
Monte Castelo, 5 de Agosto de 2020  
-----

**CONTRATOS JULHO/2020\_PMMC**

Publicação Nº 2592537

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.....: adit. 01\_70 - Contrato Nº: 070/2020  
Contratante....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO  
Contratada.....: CIMENTELA IND.DE TELAS E ART.DE CONCRETO LTD  
Valor.....: 23.095,00 (vinte e três mil e noventa e cinco reais)  
Vigência.....: Início: 14/07/2020 Término: 26/05/2021  
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2020  
Recursos.....: Dotação:  
Objeto.....: PREGÃO PRESENCIAL do Tipo MENOR PREÇO - POR  
ITEM para eventuais aquisições sob a forma fracionada ao longo de até 12  
(doze) meses de: TUBOS, BLOCOS, MEIO FIO E LAJOTAS PARA  
SERREM UTILIZADOS EM CALÇAMENTOS E RECUPERAÇÃO DAS  
VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO  
Monte Castelo, 5 de Agosto de 2020

Aditivo Nº.....: AD 5 CONT 124 - Contrato Nº: 124/2019  
Contratante....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO  
Contratada.....: AUTO POSTO DE LUCA LTDA  
Valor.....: 616.091,00 (seiscentos e dezesseis mil e noventa e um  
reais)  
Vigência.....: Início: 10/07/2020 Término: 31/10/2020  
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2019  
Recursos.....: Dotação:  
Objeto.....: PREGÃO PRESENCIAL do Tipo MENOR PREÇO - POR  
ITEM para AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA (comum),  
ÓLEO DIESEL S-10 e ÓLEO DIESEL S-500 com abastecimento  
diretamente em bomba da(s) empresa(s) licitante(s), SOB A FORMA  
FRACIONADA conforme o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I  
(TERMO DE REFERÊNCIA) e demais anexos  
Monte Castelo, 5 de Agosto de 2020

Contrato Nº.: 085/2020  
Contratante....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO  
Contratada.....: VALCIR RODRIGUES & CIA. LTDA  
Valor.....: 27.662,00 (vinte e sete mil seiscentos e sessenta e dois  
reais)  
Vigência.....: Início: 02/07/2020 Término: 02/07/2021  
Licitação.....: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2020  
Recursos.....: Dotação: 2.004.4.4.90.00.00.00.00 (11)  
Objeto.....: Contratação de empresa especializada em Obras e  
Serviços de Engenharia, para execução de construção de 01 galpão na  
Localidade de Vila Taquaral, conforme aprovação do Conselho Municipal  
de Desenvolvimento Econômico e Social - CMDES devidamente  
comprovado nos Autos do Processo Administrativo 005/2019, onde teve  
como requerente a Empresa CONSERVAS NONO ZONTA LTDA-ME, em  
conformidade com o Memorial Descritivo e nas condições fixadas neste  
Edital e seus Anexos  
Monte Castelo, 5 de Agosto de 2020

Contrato Nº.: CONT. ADESÃO 006  
Contratante....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO  
Contratada.....: ADRIANO GONCALVES FERNANDES 90449444953  
Valor.....: 43.100,00 (quarenta e três mil e cem reais)  
Vigência.....: Início: 01/07/2020 Término: 22/05/2021  
Licitação.....: Outras Modalidades Nº.: 2/2020  
Recursos.....: Dotação:  
Objeto.....: Constitui objeto do presente Edital o Credenciamento de  
pessoa jurídica e pessoa física, para prestação de Serviços de Mão de  
Obra de Pedreiro, Eletricista e Pintor, para reforma, manutenção,  
construção, recuperação e reconstrução de obras públicas, bem como  
todo e qualquer trabalho relacionado às profissões, localizadas no  
Município de Monte Castelo/SC, conforme Termo de Referência - Anexo I.  
Monte Castelo, 5 de Agosto de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Aditivo Nº..... AD.01 CON.105/19 - Contrato Nº: 105/2019  
Contratante..... PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO  
Contratada..... PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA  
Valor..... 25.707,85 (vinte e cinco mil setecentos e sete reais e oitenta e cinco centavos)  
Vigência..... Início: 21/07/2020 Término: 05/08/2020  
Licitação..... PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2019  
Recursos..... Dotação: 1.031.4.4.90.00.00.00.00 (85),  
1.031.4.4.90.00.00.00.00 (136)  
Objeto..... Contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia, objetivando a Pavimentação Asfáltica nos locais abaixo descritos:  
1) Estrada de Rodeio Grande com extensão de pavimentação de 3,098km, com recursos Provenientes da Operação de Crédito do FINISA;  
2) Rua Jorge Lacerda com área de pavimentação de 1.578,63 m2, com recursos provenientes do Contrato de Repasse OGU nº 865792/2018-Operação 1.053.288-92 - Programa Planejamento Urbano;  
3) Rua Sem Denominação com área d  
Monte Castelo, 5 de Agosto de 2020

-----  
Aditivo Nº..... AD 6 CONT 124 - Contrato Nº: 124/2019  
Contratante..... PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO  
Contratada..... AUTO POSTO DE LUCA LTDA  
Valor..... 634.430,00 (seiscentos e trinta e quatro mil quatrocentos e trinta reais)  
Vigência..... Início: 17/07/2020 Término: 31/10/2020  
Licitação..... PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2019  
Recursos..... Dotação:  
Objeto..... PREGÃO PRESENCIAL do Tipo MENOR PREÇO - POR ITEM para AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA (comum), ÓLEO DIESEL S-10 e ÓLEO DIESEL S-500 com abastecimento diretamente em bomba da(s) empresa(s) licitante(s), SOB A FORMA FRACIONADA conforme o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) e demais anexos  
Monte Castelo, 5 de Agosto de 2020

-----  
Contrato Nº..... 088/2020  
Contratante..... PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO  
Contratada..... HENBAZI LTDA  
Valor..... 4.000,00 (quatro mil reais)  
Vigência..... Início: 18/07/2020 Término: 18/08/2020  
Recursos..... Dotação:  
Objeto..... LOCAÇÃO DE UMA CAMINHÃO VOLVO, PLACAS MDN 8920  
Monte Castelo, 5 de Agosto de 2020  
-----

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### LEI Nº 2.036/2020

Publicação Nº 2591648

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA  
Paço Municipal Prefeito Auzilio Frason, Rua 20 de Maio, 100  
88.830-000 – Centro - MORRO DA FUMAÇA-SC  
CNPJ: 10.598.648/0001-65 - www.morrodafumaca.sc.gov.br  
ESTADO DE SANTA CATARINA

LEI Nº 2.036, de 05 de agosto de 2020

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2.020.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça, no valor de R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil reais)

Órgão 07: SECRETARIA DO SISTEMA DE SAÚDE E DESENV. SOCIAL

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.037: Manutenção dos Serviços de Saúde Municipal

Modalidade de Aplicação: (1) 3.1.90.00.00.00.00.00.0112 –

Aplicações Diretas ..... R\$ 350.000,00

Modalidade de Aplicação: (8) 3.3.90.00.00.00.00.00.0112 –

Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

Atividade 2.062: Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica Básica

Modalidade de Aplicação: (32) 3.3.71.00.00.00.00.00.0112 –

Aplicações Diretas ..... R\$ 65.000,00

Modalidade de Aplicação: (35) 3.3.90.00.00.00.00.00.0112 –

Aplicações Diretas ..... R\$ 135.000,00

TOTAL ..... R\$ 750.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, correrão por conta dos seguintes créditos orçamentários.  
I – Por conta da anulação dos seguintes créditos orçamentários do exercício em curso:

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO.

Unidade 01: GABINETE DO PREFEITO.

Atividade 2.018: Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice- Prefeito

Modalidade de Aplicação: (1) 3.1.90.00.00.00.00.00.0109

Aplicações Diretas ..... R\$ 110.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO.

Unidade 01: SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO.

Atividade 2.019: Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Modalidade de Aplicação: (19) 3.1.90.00.00.00.00.00.0109

Aplicações Diretas ..... R\$ 400.000,00

Órgão 04: SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA.

Unidade 01: SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA.

Atividade 2.084: Serviços de Coleta de Lixo

Modalidade de Aplicação: (52) 3.3.93.00.00.00.00.00.0109

Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Órgão 08: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

Unidade 01: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

Atividade 2.095: Manutenção da Procuradoria Jurídica

Modalidade de Aplicação: (122) 3.1.90.00.00.00.00.00.0109

Aplicações Diretas ..... R\$ 80.000,00

Órgão 05: SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP. CULT. TURISMO.

Unidade 01: SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP. CULT. TURISMO.

Atividade 2.027: Apoio ao Transporte Escolar do Ensino Superior

Modalidade de Aplicação: (96) 3.3.90.00.00.00.00.00.0184

Aplicações Diretas ..... R\$ 60.000,00

TOTAL ..... R\$ 750.000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, no valor de R\$ 950.000,00(Novecentos e cinquenta mil reais)

Órgão 05: SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP. CULT. TURISMO.  
 Unidade 01: SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP. CULT. TURISMO.  
 Atividade 2.025: Manutenção do Ensino Fundamental  
 Modalidade de Aplicação: (81) 3.1.90.00.00.00.00.0184  
 Aplicações Diretas ..... R\$ 650.000,00  
 Atividade 2.061: Manutenção das Despesas com Salário Educação  
 Modalidade de Aplicação: (89) 3.3.90.00.00.00.00.0113  
 Aplicações Diretas ..... R\$ 250.000,00  
 Modalidade de Aplicação: (90) 4.4.90.00.00.00.00.0113  
 Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

TOTAL ..... R\$ 950.000,00

Art. 4º - Os recursos destinados à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, correrão por conta dos seguintes créditos orçamentários.  
 I – Por conta da anulação dos seguintes créditos orçamentários do exercício em curso:

Órgão 09: SISTEMA DO CONTROLE INTERNO.  
 Unidade 01: SISTEMA DO CONTROLE INTERNO.  
 Atividade 2.096: Manutenção do Sistema de Controle Interno  
 Modalidade de Aplicação: (125) 3.1.90.00.00.00.00.0109  
 Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00  
 Órgão 04: SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA.  
 Unidade 01: SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA.  
 Atividade 2.020: Manutenção das Atividades de Agricultura  
 Modalidade de Aplicação: (60) 3.1.90.00.00.00.00.0109  
 Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00  
 Atividade 2.099: Manutenção do Depto. Municipal de Trânsito  
 Modalidade de Aplicação: (38) 3.1.90.00.00.00.00.0109  
 Aplicações Diretas ..... R\$ 35.000,00

Órgão 05: SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP. CULT. TURISMO.  
 Unidade 02: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO.  
 Atividade 2.043: Manutenção do Fundo Municipal de Esporte e Turismo  
 Modalidade de Aplicação: (4) 3.1.90.00.00.00.00.0109  
 Aplicações Diretas ..... R\$ 160.000,00  
 Órgão 05: SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP. CULT. TURISMO.  
 Unidade 01: SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP. CULT. TURISMO.  
 Atividade 2.022: Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Fundamental  
 Modalidade de Aplicação: (73) 3.3.90.00.00.00.00.0109  
 Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00  
 Atividade 2.031: Realização de Eventos  
 Modalidade de Aplicação: (108) 3.3.90.00.00.00.00.0109  
 Aplicações Diretas ..... R\$ 38.000,00  
 Atividade 2.027: Apoio ao Transporte Escolar do Ensino Superior  
 Modalidade de Aplicação: (96) 3.3.90.00.00.00.00.0109  
 Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00  
 Atividade 1.030: Aquisição de Área, Construção, Reforma e Ampliação de Escolas de Ensino Fundamental  
 Modalidade de Aplicação: (77) 4.4.90.00.00.00.00.0113  
 Aplicações Diretas ..... R\$ 300.000,00

Órgão 06: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO.  
 Unidade 01: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 Atividade 2.045: Precatórios, Amortização e Encargos da Dívida  
 Modalidade de Aplicação: (116) 3.2.90.00.00.00.00.0109  
 Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00  
 Órgão 03: SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO.  
 Unidade 01: SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO  
 Atividade 2.019: Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
 Modalidade de Aplicação: (20) 3.3.50.00.00.00.00.0109  
 Aplicações Diretas ..... R\$ 25.000,00  
 Atividade 2.103: Atividades da Defesa Civil  
 Modalidade de Aplicação: (26) 3.1.90.00.00.00.00.0109  
 Aplicações Diretas ..... R\$ 32.000,00

TOTAL ..... R\$ 950.000,00

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Morro da Fumaça, no valor de R\$ 86.800,00 (Oitenta e seis mil e oitocentos reais).

Órgão 04: SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA.  
Unidade 03: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE  
Atividade 2.044: Manutenção da Fundação do Meio Ambiente  
Modalidade de Aplicação: (3) 3.3.90.00.00.00.00.0109  
Aplicações Diretas ..... R\$ 86.800,00

TOTAL ..... R\$ 86.800,00

Art. 6º - Os recursos destinados à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, correrão por conta dos seguintes créditos orçamentários.  
I – Por conta da anulação dos seguintes créditos orçamentários do exercício em curso:

Órgão 04: SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA.  
Unidade 03: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE  
Atividade 2.098: Implantação do Horto Florestal Municipal  
Modalidade de Aplicação: (5) 3.1.90.00.00.00.00.0109  
Aplicações Diretas ..... R\$ 31.800,00  
Modalidade de Aplicação: (6) 3.3.90.00.00.00.00.0109  
Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00  
Modalidade de Aplicação: (7) 4.4.90.00.00.00.00.0109  
Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

TOTAL ..... R\$ 86.800,00

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento Smaede Morro da Fumaça, no valor de R\$100.000,00 (Cem mil reais).

Órgão 10: SAMAE.  
Unidade 01: SAMAE  
Atividade 2.100: Manutenção do SAMAE  
Modalidade de Aplicação: (6) 3.3.90.00.00.00.00.0109  
Aplicações Diretas ..... R\$ 80.000,00  
Modalidade de Aplicação: (9) 4.4.90.00.00.00.00.0109  
Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

TOTAL ..... R\$ 100.000,00

Art. 8º - Os recursos destinados à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, correrão por conta dos seguintes créditos orçamentários.  
I – Por conta da anulação dos seguintes créditos orçamentários do exercício em curso:

Órgão 10: SAMAE.  
Unidade 01: SAMAE  
Atividade 1.073: Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água  
Modalidade de Aplicação: (1) 4.4.90.00.00.00.00.0109  
Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

TOTAL ..... R\$ 100.000,00

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auxílio Frasson, em 05 de agosto de 2020.

AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO  
Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br)

**PORTARIAS 398-418**

Publicação Nº 2591500

Portaria	Data	Ementa
398	01/07/2020	CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO AO SERVIDOR DAVID SILVESTRE NETO OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.
399	03/07/2020	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA MARILDA MAURICIO ABEL, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.
400	01/07/2020	CESSAM OS EFEITOS DA PORTATIA Nº 687/2020 DE 16/12/2020 QUE CONCEDEU AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA AO EDERALDO COLOSSI, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO DA COORDENADORIA DA CULTURA.
401	01/07/2020	NOMEIA DOUGLAS SORATO PARA OCUPAR O CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE CONTROLE DE VEÍCULOS NA SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
402	06/07/2020	NOMEIA MANOEL JOSÉ MORAES PARA OCUPAR O CARGO DE MOTORISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
403	06/07/2020	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE LEANDRO MELLO DA SILVA OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.
404	08/07/2020	CONTRATA MORGANA VITORIA FELICIDADE RODRIGUES PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
405	08/07/2020	CONTRATA JULIAN DA SILVA PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
406	13/07/2020	CESSAM OS EFEITOS DA PORTATIA Nº 396/2020 DE 27/06/2020 QUE CONCEDEU AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA AO CARLA CORREIA ROCHA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
407	13/07/2020	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTO PARTICULAR A SERVIDORA LUANA MONTEIRO DA ROSA, OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS ESCOLARES.
408	14/07/2020	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE LUIS FERNANDO ROMAGNA DE BEM, OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS ESCOLARES.
409	14/07/2020	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE ALINE MARIA GARCIA, OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA.
410	14/07/2020	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE GILAMARA SILVEIRA VISCARDI, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE DENTISTA.
411	16/07/2020	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE MARA REGINA DOS SANTOS DANIEL, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE
412	16/07/2020	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE MAYARA DA SILVA PÉRI-CO, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE
413	22/07/2020	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE CRISLAINE MENEGHEL ESPINDULA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE
414	22/07/2020	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE VANUSIA VARGAS DE SOUZA RONSANI, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE
415	22/07/2020	CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À ALEXANDRA FRELLO FRASSON OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
416	22/07/2020	CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À KATRINE CITTADIN BARDINI OCUPANTE DO CARGO DE MÉDICA PEDIATRA.
417	26/07/2020	CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SIMONI LUZ OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
418	29/07/2020	CESSAM OS EFEITOS DA PORTATIA Nº 384/2020 DE 09/06/2020 QUE CONCEDEU AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA BEATRIZ DA SILVA TEIXEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE COORDENADORA DE FROTAS DOS ÔNIBUS ESCOLARES.

# Morro Grande

## PREFEITURA

### AVISO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2020 - PMMG

Publicação Nº 2592021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE  
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA DE MORRO GRANDE, localizada a Rua Irmãos Biff, nº 50, CEP 88.925-000, Centro, Morro Grande/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que está sendo publicado o Edital de Pregão Presencial nº 7/2020, cujo objetivo é o registro de preços para a possível e futura CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS VISANDO A MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE. Os envelopes contendo a proposta de preços e documentação de habilitação serão recebidos até às 08h30min do dia 19/08/2020, com abertura no mesmo dia às 09h00min, junto ao Setor de Licitações desta Prefeitura. Informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos no endereço supracitado, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, ou no site [www.morrogrande.sc.gov.br](http://www.morrogrande.sc.gov.br). Maiores informações estarão disponíveis o telefone (48) 3544-0016 ou pelo e-mail [licita@morrogrande.sc.gov.br](mailto:licita@morrogrande.sc.gov.br). Valdionir Rocha - Prefeito Municipal.

### DECRETO MUNICIPAL Nº 84/2020

Publicação Nº 2592334

DECRETO Nº 84/2020

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a Lei Municipal 984 de 04 de agosto de 2020.

DECRETA:

Art. 1º- 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), com a seguinte classificação:

3000 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

3002 – DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

1.006 – MANUTENÇÃO E OBRAS DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA.

4.4.90.00.00.00.00.00.0021 (105) Aplicações Diretas ..... R\$ 235.000,00

TOTAL ..... R\$ 235.000,00

Art. 2º- O recurso para a suplementação de que trata o Artigo 1º correrá por conta das anulações totais das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

3000 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

3002 – DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

2.018 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

3.3.90.00.00.00.00.00.0021 (110) Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0021 (113) Aplicações Diretas ..... R\$ 70.000,00

2.021 – MANUTENÇÃO DE ÁREA URBANA.

3.3.90.00.00.00.00.00.0021 (098) Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0021 (101) Aplicações Diretas ..... R\$ 145.000,00

TOTAL ..... R\$ 235.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 05 de agosto de 2020.

VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 85/2020**

Publicação Nº 2592497

**DECRETO Nº 85/2020**

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR VISANDO A REALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR TRANSFERÊNCIA NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 27, parágrafo único da Lei Municipal n. 956/2019 e artigo 8º, da Lei Municipal n. 960/2019,

**DECRETA:**

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) com a seguinte classificação:

3200 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.  
3202 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.  
2.059 – MANUTENÇÃO DO BLOCO DE GESTÃO DO SUAS.  
3.1.90.00.00.00.00.0014 (179) – Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00  
TOTAL ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo especificada.

3200 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.  
3202 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.  
2.059 – MANUTENÇÃO DO BLOCO DE GESTÃO DO SUAS.  
3.3.90.00.00.00.00.0014 (131) – Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00  
TOTAL ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 05 de agosto de 2020.

VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 86/2020**

Publicação Nº 2592500

**DECRETO Nº 86/2020**

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 9º, Inciso III da Lei Municipal nº 960/2019 de 22 de outubro de 2019,

**DECRETA:**

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) com a seguinte classificação:

3000 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.  
3002 – DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.  
2.016 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.  
3.3.90.00.00.00.00.0029 (183) – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00  
TOTAL ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, verificado na fonte de recurso abaixo especificado.

FONTE FINANCIADORA: Superávit Financeiro.

CÓDIGO DO RECURSO: 029 – Recursos Ordinários - Superávit Financeiro ..... R\$ 100.000,00

TOTAL .....R\$ 100.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 05 de agosto de 2020.

VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 83/2020

Publicação Nº 2592218

DECRETO Nº 83/2020

TRATA DA NOMEAÇÃO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir da presente data, o Sr. Joacir Daniel, portador do CPF nº 613.014.349-49, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 03 de agosto de 2020.

VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

## LEI MUNICIPAL Nº 983/2020

Publicação Nº 2591441

LEI Nº 983/2020

Autoriza o Poder Executivo Municipal a permitir o uso de bem público para fins de geração de emprego e renda e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte lei:

Art. 1. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permitir o uso por particulares que demonstrarem interesse, da edificação identificada no Anexo I desta lei, localizada sobre o imóvel que tem área de 1.600 m<sup>2</sup>, que faz frente com 26,00 metros na rua principal; fundos com a mesma medida com terras de Luiz Dal-Toé; lado direito com 61,54 com Alcides Mizieski e pelo lado esquerdo com a mesma medida com Hilario Crepaldi, lote este que fica localizado dentro de uma área maior de 308.324,00 m<sup>2</sup>, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Meleiro sob n. 965, sendo que a numeração anterior era 16.507, então da Comarca de Turvo.

Art. 2 A permissão de uso poderá ser por até 4 (quatro) anos, de forma gratuita, e deverá ter por objeto a geração de no mínimo 10 (dez) empregos, destinado exclusivamente para cidadãos de Morro Grande, e devendo todos os impostos decorrentes da atividade serem gerados em Morro Grande.

Art. 3 Todo o investimento necessário será obrigação do cessionário, não gerando nenhum dever de indenização por parte do cedente.

Art. 4 Deverá ser elaborado termo próprio para a permissão ora autorizada, a ser firmado entre as cedente e cessionário.

Art. 5 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Morro Grande, SC, 04 de agosto de 2020

VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL Nº 984/2020**

Publicação Nº 2591440

LEI N° 984/2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE.

Valdionir Rocha, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Morro Grande no valor de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), com a seguinte classificação:

3000 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

3002 – DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

1.006 – MANUTENÇÃO E OBRAS DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA.

[illegible]

TOTAL .....	R\$ 235.000,00
-------------	----------------

Art. 2º- O recurso para a suplementação de que trata o Artigo 1º da presente Lei, correrá por conta das anulações totais das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

3000 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

3002 – DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

2.018 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

[illegible]

4.4.90.00.00.00.00.00.0021 (113) Aplicações Diretas .....	R\$ 70.000,00
---	---------------

2.021 – MANUTENÇÃO DE ÁREA URBANA.

[illegible][illegible]

TOTAL ..... R\$ 235.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 04 de agosto de 2020.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 59/2020**

Publicação Nº 2592231

PORTARIA N° 59/2020

## TRATA DO CANCELAMENTO DE FÉRIAS

O Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o art. 52, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 781/2013,

Considerando o requerimento da servidora e o deferimento do mesmo em face das justificativas apresentadas;

RESOLVE:

Art. 1º Fica cancelado o período de gozo de férias concedido anteriormente pelas Portarias nº 57/2020, para a servidora DANIELA PRESA RONZANI, matrícula 1149.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 06 de julho de 2020.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 60/2020**

Publicação Nº 2592233

PORTARIA N° 60/2020

## TRATA DA CONCESSÃO DE AUXILIO MATERNIDADE À SERVIDORA

O Prefeito de Morro Grande, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o artigo 83 da Lei Municipal nº 005/93 e as leis 657/2008 e 758/2013, e,

CONSIDERANDO o atestado médico para gestante, concedido em 04/07/2020 pelo médico DR. GILSON HENRIQUE STROBEL – CRM N° 2229;

CONSIDERANDO a certidão de nascimento de ELISA APARECIDA REZIN ZUCHINALI, nascida em 04/07/2020, com nº de matrícula 104877 02 55 2020 1 00004 107 0001263 54.

CONSIDERANDO o direito a prorrogação de licença maternidade.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedido “Licença Maternidade” à servidora Lilian Rezin Zuchinali, matrícula nº 870, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, pelo período de 120 dias acrescidos de 60 dias de prorrogação, a partir de 04/07/2020.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04/07/2020.

Morro Grande-SC, 29 de julho de 2020.

VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA N° 61/2020**

Publicação N° 2592236

PORTARIA N° 61/2020

TRATA DA CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o art. 52, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 781/2013,

Considerando o requerimento e deferimento do pedido.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedido férias de 30 (trinta) dias, a partir de 11/08/2020, para a servidora JAQUELINE CREPALDI, matrícula 874, referente ao período aquisitivo 05/07/2018 a 04/07/2019.

Parágrafo único. Fica concedido o parcelamento dos dias de férias em duas etapas, sendo a primeira de 11/08/2020 a 21/08/2020 e a segunda etapa do dia 11/01/2021 a 29/01/2021.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 29 de julho de 2020.

VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA N° 62/2020**

Publicação N° 2592237

PORTARIA N° 62/2020

TRATA DA EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor e,

Considerando o requerimento do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica exonerado a partir de 27/07/2020, o servidor DIOGO DE FAVERI, matrícula 1169, portador do CPF nº 055.240.519-11, ocupante do cargo de “Operador de Equipamentos”, do Quadro permanente da Prefeitura de Morro Grande.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27/07/2020.

Morro Grande/SC, 29 de julho de 2020.

VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 63/2020**

Publicação Nº 2592239

PORTARIA Nº 63/2020

TRATA DA CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o art. 52, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 781/2013,

Considerando o interesse da servidora e da administração.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido férias de 30 (trinta) dias, a partir de 30/07/2020, para a servidora DANIELA PRESA RONZANI, matrícula 1149, referente ao período aquisitivo 05/03/2019 a 04/03/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 29 de julho de 2020.

VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 64/2020**

Publicação Nº 2592240

PORTARIA Nº 64/2020

TRATA DA CONCESSÃO DE AUXILIO MATERNIDADE À SERVIDORA

O Prefeito de Morro Grande, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o artigo 83 da Lei Municipal nº 005/93 e as leis 657/2008 e 758/2013, e,

CONSIDERANDO o atestado médico para gestante, concedido em 20/07/2020 pelo médico DR. JOSE NICOLAU VIEIRA – CRM Nº 4138;

CONSIDERANDO a certidão de nascimento de ANTHONI FENALI CREPALDI, nascido em 23/07/2020, com nº de matrícula 104877 02 55 2020 1 00004 109 0001265 50.

CONSIDERANDO o direito a prorrogação de licença maternidade;

CONSIDERANDO Parecer e Decisão administrativa de 31/07/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido "Licença Maternidade" à servidora Jozieli Crepaldi Fenali, matrícula nº 1223, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, pelo período de 120 dias acrescidos de 60 dias de prorrogação, a partir de 20/07/2020.

Art. 2º Os primeiros quatro meses de licença a servidora deverá buscar o benefício junto ao INSS. Os 60 dias de prorrogação serão pagos integralmente pelo município.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20/07/2020.

Morro Grande-SC, 31 de julho de 2020.

VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 65/2020**

Publicação Nº 2592241

PORTARIA Nº 65/2020

TRATA DA CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o art. 52, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 781/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido férias de 30 (trinta) dias, a partir de 05/08/2020, para a servidora KATIA CILENE MARCOMIN DOS SANTOS, matrícula 1147, referente ao período aquisitivo 05/03/2019 a 04/03/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 03 de agosto de 2020.

VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

# Navegantes

## PREFEITURA

**2769/2020**

Publicação N° 2591534

PORTARIA N ° 2769 DE 17 DE JULHO DE 2020.  
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, da função de confiança de AGENTE PUBLICO MUNICIPAL I, PAUL ROBERT CONCEIÇÃO, matrícula 63519801.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 17/07/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE JULHO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**2864/2020**

Publicação N° 2591873

PORTARIA N ° 2864 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.  
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, A PEDIDO, por este ato, da função de confiança de GESTOR PUBLICO MUNICIPAL III, CRISTIANO SOUZA VIEIRA, matrícula 63483201.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03/08/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE AGOSTO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO ELETRÔNICO 34/2020 FMS**

Publicação N° 2591902

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO ELETRONICO 34/2020 FMS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de medicamentos de uso veterinário, destinados aos animais atendidos no Departamento de Atenção e Bem Estar Animal "DABA" que restaram fracassados no pregão presencial 64/2019, através do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes/SC. Disputa em meio eletrônico com uso da plataforma BNC. Interessados deveram cadastrar-se no site <http://bnc.org.br/cadastro/>. Entrega das propostas a partir do dia 06/08/2020 até as 7h30 do dia 19/08/2020. Início da sessão em meio eletrônico as 8h00 do dia 19/08/2020. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

**AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO ELETRÔNICO 94/2020 PMN**

Publicação Nº 2591946

**PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO ELETRÔNICO 94/2020 PMN**

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do Pregão eletrônico para registro de preço visando a aquisição de reparador asfáltico a frio para atender as necessidades de reparos na manta asfáltica das vias públicas do município, através da Secretaria Municipal de Obras do município de Navegantes/SC. Disputa em meio eletrônico com uso da plataforma BNC. Interessados deveram cadastrar-se no site <http://bnc.org.br/cadastro/>. Entrega das propostas a partir do dia 06/08/2020 até as 7h30 do dia 20/08/2020. Início da sessão em meio eletrônico as 8h00 do dia 20/08/2020. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

**EXTRATO CONTRATO Nº 136/2020 PMN**

Publicação Nº 2592706

EXTRATO CONTRATO Nº 136/2020 PMN.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 103/2020.

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Secretaria de Saneamento Básico do Município de Navegantes.

Contratada: SEMASA – SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA ITAJAI.

CNPJ: 05.472.936/0001-39.

Representante: SEMASA – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura de Itajaí, autarquia municipal, CNPJ nº 05.472.936/0001-39, com sede na Rua Heitor Liberato nº 1.189, Bairro Vila Operária, Município de Itajaí/SC, CEP 88.303-101, representada neste ato por seu Diretor Geral, Sr. Diego Antônio da Silva.

OBJETO: Inexigibilidade de Licitação visando a Contratação do fornecimento de água tratada por atacado pela Contratada para o contratante, de acordo com as condições gerais definidas neste contrato e nas normas legais e regulatórias aplicáveis, em particular as disposições da Lei nº 11.445/2007, Decreto Federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010, anexo xx da Portaria de consolidação número 05/2017 do MS, ATRAVES DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. FUNDAMENTO: Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 2,08 por m³. Vigência: 12 meses.

Recursos: 02.21.214 3.3.90.00.00.00.00.

FUNDAMENTO: Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Emílio Vieira – Prefeito do Município de Navegantes.

Arlindo Nunes Barboza – Secretário de Saneamento Básico.

Navegantes, 28 de julho de 2020.

**PORTARIA 2861/2020**

Publicação Nº 2592051

PORTARIA Nº 2861 DE 5 DE AGOSTO DE 2020

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I - DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim, Gianini Grazieli Francisco e Shirley de Castro Monteiro Rodrigues para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar possível irregularidade em pagamento de diárias por meio do Fundo Municipal da Saúde, podendo caracterizar dano ao erário e prestação de informação falsa em roteiros de viagens, conforme apontado no Relatório Final de Auditoria Interna Extraordinária nº 001/2017.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE AGOSTO DE 2020.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística.  
Navegantes, 5 de agosto de 2020.

Marcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DOE ÓRGÃOS! DOE SANGUE! SALVE VIDAS!

**PORTARIA 2862/2020**

Publicação Nº 2592052

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.370-446- Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

PORTARIA N.º 2862 DE 4 DE AGOSTO DE 2020

RECONDUZ COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 002/2019.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

CONSIDERANDO o número expressivo de oitivas ainda a serem realizadas necessárias à apuração da verdade real dos fatos,

RESOLVE:

I - DESIGNAR as servidoras, Gianini Grazieli Francisco, Vanessa Faim e Shirley de Castro Monteiro Rodrigues para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR com vistas a dar continuidade, no prazo de 60 (sessenta) dias, aos trabalhos de apuração dos fatos de que trata os Autos nº 002/2019, iniciados pela Comissão designada pela Portaria nº 996, de 28 de março de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina nº 2787, de 29 de março de 2019.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE AGOSTO DE 2020.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística.  
Navegantes, 4 de agosto de 2020.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DOE ÓRGÃOS! DOE SANGUE! SALVE VIDAS!

**PORTARIA 2867/2020 - DIRIGIR OBRAS LUCAS**

Publicação Nº 2592028

PORTARIA Nº 2867 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR AUTORIZADO A DIRIGIR O VEÍCULO QUE ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. AUTORIZAR, por este ato, o servidor abaixo designado a dirigir o veículo MOTOCICLETA YAMAHA FACTOR – PLACA – QIC 6635, que será utilizado para a realização dos trabalhos da Secretaria de Obras e Serviços Municipais.

a) Lucas Willian Ignacio.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE AGOSTO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2.566 DE 17 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2591964

PORTARIA N º 2.566 DE 17 DE JUNHO DE 2020.  
NOMEIA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, por este ato, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILANCIA DE NAVEGANTES, EDEMIR DE SOUZA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MAIO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA EXERCÍCIO 2021**

Publicação Nº 2591897

REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA EXERCÍCIO 2021.

A Prefeitura Municipal de Navegantes realizará no dia 19 de agosto de 2020 (quarta-feira) a apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA , para o exercício 2021. A Audiência será a partir das 10h30min, no Auditório do Paço Municipal com transmissão ao vivo.

Data: 19 de agosto de 2020

Horário: 10h30 min.

Local: Auditório do Paço Municipal – Prefeitura Municipal de Navegantes.

Transmissão ao vivo pelo canal do Youtube

Navegantes, 05 de agosto de 2020.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV****PORTARIA Nº 49 DE 06 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592360

PORTARIA N º 49 DE 06 DE AGOSTO DE 2020

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 47 DE 05 DE AGOSTO DE 2020, PUBLICADA NO DOM EM 05/08/2020, NA EDIÇÃO 3222.

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o dever da administração em corrigir seus atos,

RETIFICA:

Onde se lê:

PORTARIA Nº 47 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Leia-se;

PORTARIA Nº 49 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Ficam inalterados os demais dispositivos.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 06 DE AGOSTO DE 2020.

Gisele de Oliveira Fernandes  
DIRETORA PRESIDENTE

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 06 agosto de 2020.

# Nova Erechim

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 190/2020 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NAS DIVERSAS SECRETARIAS**

Publicação Nº 2592238

DECRETO Nº 190, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação da Comissão de avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório nas diversas Secretarias.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e conforme dispõe o artigo 19 da Lei Complementar nº 025, de 02 de julho de 2001.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto, nomeada Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores em estágio probatório nas diversas Secretarias, para avaliação da aptidão e capacidade para o desempenho do cargo:

a) Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento

b) Fabielli Polli

Karine Knakiewicz

Liamara Schuck

c) Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Ademar Jorge Schneider

Marcio Solivo

Jeovano Marcelo da Silva

d) Secretaria de Assistência Social

Regina de Fátima Brinhosa Deparis

Claudia Maria Skowronski

Adriana Marchetto

e) Secretaria da Educação, Cultura e Esporte

Eunice Terezinha Bruschi

Eliane Cassol Pagliarini

Maria Rita Spagnol Kist

f) Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Volnei Marcos Marostica

Claudir Isoton

Joner Andre Tonon

g) Secretaria da Saúde

Eide Maria Lauermann Souza

Claudia Carine Frozza

Viviane Itanaja Coletto

Art. 2º O objetivo da referida Comissão será avaliar os requisitos de assiduidade, pontualidade, disciplina, produtividade, responsabilidade, dedicação ao serviço público e idoneidade moral dos servidores municipais que se encontram em estágio probatório.

Art. 3º Os membros da Comissão de Avaliação exercerão suas atividades em caráter relevante, sem ônus para os cofres públicos municipais.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim-SC, em 05 de agosto de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### 7º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2019

Publicação Nº 2592839

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2019

7º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2019

PROCESSO LICITATÓRIO nº 145/2019 PREGÃO PRESENCIAL nº 48/2019

O Município de Nova Itaberaba, inscrito no CNPJ sob n.º 95.990.131/0001-70, situado na Rua José Marocco, 2226 – Centro – Nova Itaberaba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Marciano Mauro Pagliarini, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob número 021.563.329-67, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 145/2019, RESOLVE, registrar o preço da empresa POSTO PH LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.153.063/0001-00, com sede à Rua Maria Luiza Ferla, Centro – Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pela Sra. Luana Pedra Hume portador do CPF 063.280.039-94, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO

1.1. Aditar à ata de registro de preços 145/2019 o reajuste de preços provocado pelo aumento dos combustíveis Gasolina conforme comprovantes apresentados pela contratada, aceitos pelo Município, visando à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro previsto na lei 8.666/93, o preço por litro passa a ser conforme a tabela abaixo:

Item	Und.	Especificação do Produto	Marca	R\$ Unt. Antes do Reajuste	% do aumento	R\$ Unt. após reajuste
1	Lts	Gasolina	Max Sul	3,66	1,3661%	3,71

#### 2 . DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

2.1. As demais cláusulas e condições dispostas na ata de registro de preços 145/2019 permanecem inalteradas.

#### 3. DO DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o foro da comarca de Chapecó – SC, para dirimir eventuais dúvidas

e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam traduzir.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis.

Município de Nova Itaberaba, 05 de agosto de 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

PREFEITO MUNICIPAL

Município

LUANA PEDRA HUME

POSTO PH LTDA

Contratada

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Fiscal do Contrato

### DECRETO Nº 311/2020 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2592831

DECRETO Nº 311/2020 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

"TORNA PÚBLICO AS REGRAS ESPECIAIS PARA APLICAÇÃO DA PROVA, HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DEFERIDAS, DIVULGA O ENSALAMENTO E CONVOCA OS CANDIDATOS COM AS INSCRIÇÕES DEFERIDAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA DO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO;

CONSIDERANDO: os Princípios da Legalidade e Publicidade;

CONSIDERANDO: a necessidade de tornar públicos os atos praticados no Processo Seletivo nº 004/2020.

DECRETA:

Art. 1º Ficam divulgadas as regras especiais para a realização da prova (anexo I).

Art. 2º Fica homologado, em definitivo, as inscrições deferidas e torna público o esalamento, contendo a relação de candidatos por sala de prova (anexo II).

Art. 3º Convoca os candidatos que tiveram as suas inscrições deferidas para a realização da prova do Processo Seletivo nº 004/2020, destinado ao preenchimento de vagas do quadro de pessoal do Município de Nova Itaberaba-SC (anexo III).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 05 DE AGOSTO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

#### ANEXO I

ATO 004: Regras Especiais de Aplicação de Provas

#### REALIZAÇÃO DAS PROVAS NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2020 COM REGRAMENTO ESPECIAL

O Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, representado pelo seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, ouvido o Comitê de Gerenciamento da Crise para enfrentamento da pandemia causada pelo Corona vírus (Covid-19), a Comissão Municipal do Processo Seletivo, as autoridades sanitárias do Município e a empresa responsável pela realização do certame;

Considerando que o Processo Seletivo n.º 04/2020 destina-se ao provimento de cargos públicos em caráter temporário em áreas essenciais para a manutenção de serviços públicos;

Considerando que o certame foi lançado com a previsão de sua homologação antes do início do período eleitoral de 2020, para que assim seja possível o suprimento das vagas, atendendo fielmente o disposto no art. 73, V, "c" da Lei 9.504/1997;

Considerando que se as provas não forem realizadas na data de 9 de agosto de 2020, conforme cronograma previsto na abertura no certame, não haverá tempo hábil para a conclusão do certame público até o início do período eleitoral;

Considerando que é possível a realização das provas do Processo Seletivo, distribuindo os candidatos em dois locais de provas distintos, diminuindo o número de candidatos por sala e tomando as precauções recomendadas pelas autoridades sanitárias do Município;

**TORNA PÚBLICO** para conhecimento dos interessados que as provas escritas objetivas do Processo Seletivo n.º 04/2020 serão realizadas no dia 9 de agosto de 2020 (domingo), conforme previsto no cronograma de abertura do evento, de acordo com o seguinte regramento especial:

1 - As provas escritas serão realizadas em local único, com a relação de cargos, local e horário de prova será divulgado em Ato próprio. O ensalamento será divulgado, conforme previsto no edital de abertura, no site do Município [www.novaitaberaba.sc.gov.br](http://www.novaitaberaba.sc.gov.br) e no site da empresa [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br).

2 - Enquanto aguardam a abertura do portão principal de acesso ao local das provas ou depois de adentrarem ao local, os candidatos devem guardar distanciamento de pelo menos 1,5 metros em relação aos demais. Recomenda-se que os candidatos compareçam ao respectivo local de provas desacompanhados de parentes ou amigos, a fim de evitar aglomeração.

3 - As provas escritas serão realizadas com no máximo 50% da capacidade normal da sala, com distanciamento de, pelo menos 1,50 metros, entre um candidato e outro.

4 - Os candidatos e fiscais de sala, bem como todas as pessoas envolvidas diretamente na execução do Processo Seletivo, deverão, obrigatoriamente, fazer uso de máscara facial profissional ou não profissional, conforme recomendado pelas autoridades sanitárias do Estado de Santa Catarina, desde o ingresso no local das provas até a respectiva saída, podendo ser advertidos pelos fiscais caso assim não procedam e, inclusive, eliminados do certame, conforme previsto no item 5.20 do edital e demais normas pertinentes.

5 - Será disponibilizado álcool em gel na entrada do local de provas, nos banheiros e em cada uma das salas destinadas às provas escrita. Os candidatos que, assim desejar, poderão adentrar as locais das provas com vasilhame de álcool em gel, desde que em recipientes plásticos transparentes, que não contenham rótulos, impressões ou quaisquer outras identificações.

6 - O local de realização das provas será higienizado pelo Município antes da realização das provas.

7 - Após a realização das provas os candidatos devem retornar para suas residências, a fim de evitar a aglomeração.

8 - A empresa responsável pela aplicação das provas, ouvida a Comissão Municipal do Processo Seletivo e as autoridades sanitárias municipais, poderão, no dia das provas, realizar outras determinações aos candidatos, com o objetivo de proteção da saúde coletiva.

PUBLIQUE-SE.

Nova Itaberaba/SC, 05 de agosto de 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito do Município de Nova Itaberaba

## ANEXO II

## ATO 006: Relação de Candidatos por Sala de Prova

Local de Prova:

Núcleo de Ensino Fundamental Nova Itaberaba

Rua José Marocco, S/N

Centro – Nova Itaberaba/SC

Data de Prova: 09/08/2020 | Abertura dos Portões: 08h50min | Fechamento dos Portões: 09h20min | Início de Prova: 09h30min

## SALA 01

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
002 - AGENTE ADMINISTRATIVO	9	ANA JULIA BUENO TELES	093.135.***-29	1
001 - FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS	6	CAMILA KARINA ZANETTE	073.731.***-43	2
002 - AGENTE ADMINISTRATIVO	25	CARLA SILVANE RAMOS ECHIMBACK	054.592.***-79	3
001 - FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS	29	CASSIANE FATIMA ZANESCO	086.538.***-50	4
001 - FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS	37	DIANA TIBOLLA	093.531.***-09	5
001 - FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS	33	DULCIANE BALBINOT	082.393.***-64	6
001 - FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS	24	EDUARDO GABRIEL BORIN	110.945.***-35	7
001 - FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS	38	ELIZA REGINA BARON	037.243.***-35	8
001 - FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS	8	HUGO TOMAZ DE CARVALHO	135.826.***-27	9
002 - AGENTE ADMINISTRATIVO	32	JAQUELINE MALAGUTTI TECCIANI	125.257.***-57	10

Total de Candidatos Alocados na Sala: 10 candidatos

Capacidade Normal da Sala de Prova: 25 candidatos

## SALA 02

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
001 - FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS	28	JOSE EDUARDO FERLA	077.763.***-27	1
002 - AGENTE ADMINISTRATIVO	23	LEONARDO LOPES	047.446.***-00	2
002 - AGENTE ADMINISTRATIVO	12	LUIZ EDUARDO POZZEBON SPEROTTO	107.750.***-66	3
001 - FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS	17	MARCIO ALEXANDRE NICK-NIG	013.967.***-48	4
001 - FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS	5	MAURO DO CARMO	647.429.***-00	5
001 - FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS	30	PABLO MAROCCO DOS SANTOS	102.452.***-81	6
001 - FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS	40	SHARLINE RITA BELLO	084.890.***-85	7
002 - AGENTE ADMINISTRATIVO	27	SORIANE GUARDA	056.928.***-82	8
002 - AGENTE ADMINISTRATIVO	13	TANARA VANESSA BABINSKI	073.426.***-36	9
001 - FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS	34	VIVIANE GULARTE	101.513.***-80	10

Total de Candidatos Alocados na Sala: 10 candidatos

Capacidade Normal da Sala de Prova: 25 candidatos

## ANEXO III

**ATO 005: Edital de Convocação para Realização de Provas Objetivas**

Ficam convocados, desde já, todos os candidatos que tiveram sua inscrição deferida, a prestarem a prova objetiva, na data, horário e locais abaixo especificados:

Data da Prova: 09/08/2020 (Domingo)

Em virtude das regras especiais para a prevenção da pandemia do Coronavírus (COVID-19), determinadas pelo prefeito municipal (Ato 004), as provas serão aplicadas em local único, sendo:

**PROVA MATUTINA (MANHÃ)**

Horário de Abertura dos Portões: 08h50min  
Horário de Fechamento dos Portões: 09h20min  
Horário de Início das Provas: 09h30min  
Tempo Mínimo de Permanência: 30 (trinta) minutos  
Tempo de Prova: 2 (duas) horas

Local 01: (Salas 01 e 02)  
Núcleo de Ensino Fundamental Nova Itaberaba  
Rua José Marocco, S/N  
Centro – Nova Itaberaba/SC

**Cargos:**

- Todos os cargos do Processo Seletivo n.º 04/2020;

**Recomendações Especiais para TODOS os candidatos participantes:**

- 1) Comparecer aos locais de prova designados com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência.
- 2) Conferir as instruções do Manual do Candidato.
- 3) Apresentar documento oficial com foto, para ingresso em Sala de Prova.
- 4) Emitir um novo CARTÃO DE INSCRIÇÃO através da Área do Candidato, onde constam todas as informações inerentes à prova, inclusive o Local de Prova, Sala de Prova e Carteira de Prova.
- 5) Fazer uso de máscara facial profissional ou não profissional, conforme recomendado pelas autoridades sanitárias do Estado de Santa Catarina, desde o ingresso no local das provas até a respectiva saída.
- 6) Fazer uso, sempre que necessário, de álcool em gel disponibilizados na entrada do local de provas, nos banheiros e em cada uma das salas destinadas às provas escrita e prática.
- 7) Manter o afastamento de pelo menos 1,50 metros dos demais candidatos, enquanto adentra aos locais de prova ou aguarda o ingresso em sala de prova.
- 8) É vedada a alteração de qualquer mobiliário dentro da sala de prova, sendo estes já dispostos previamente na distância regulamentar estabelecida no Ato 004, devidamente identificado com a etiqueta com o nome do candidato.
- 9) Os candidatos que, assim desejarem, poderão adentrar as salas das provas com vasilhame de álcool em gel, desde que em recipientes plásticos transparentes, que não contenham rótulos, impressões ou quaisquer outras identificações.
- 10) Após a realização das provas o candidato deve deixar o local de sua prova imediatamente, não sendo permitidas aglomerações no local de prova, nem mesmo para espera de outros participantes.

Após o fechamento dos portões (9h20min) não será permitido o ingresso de nenhum candidato ao local de prova.

Nova Itaberaba/SC, 05 de agosto de 2020.

Banca Técnica  
Grupo NBS Provas

**DECRETO Nº. 310/2020 DE 04 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592827

DECRETO Nº. 310/2020 DE 04 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.262/2019, de 17 de dezembro de 2019.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento da Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba no exercício 2020, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) no Projeto Atividade 2.037 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Habitação, na modalidade de aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta – na Fonte 0.1.00 - Recursos ordinários, conforme programação a seguir.

Órgão: 05 SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO  
Unidade Orçamentária 04 Fundo Municipal de Habitação  
Função: 16 Habitação  
Sub-Função: 482 Habitação Urbana  
Programa: 0012 CASA NOVA  
Projeto/Atividade: 2.037 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO  
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta  
Fonte: 01.00 – Recursos ordinários  
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 5.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) provenientes da anulação de dotação do Município de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 05 SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO  
Unidade Orçamentária 04 Fundo Municipal de Habitação  
Função: 16 Habitação  
Sub-Função: 482 Habitação Urbana  
Programa: 0012 CASA NOVA  
Projeto/Atividade: 2.037 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO  
Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta  
Fonte: 01.00 – Recursos ordinários  
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 5.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 04 DE AGOSTO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secretário Mun. De Administração

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

# Nova Trento

## PREFEITURA

### **LEI Nº 2.758 DE 05 DE AGOSTO DE 2020 -TRANSFORMA EM PONTO FACULTATIVO, NO ANO DE 2020, O FERIADO DE 08 DE AGOSTO (ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO), INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 577, DE 26 DE SETEMBRO DE 1977**

Publicação Nº 2591954

LEI Nº 2.758 DE 05 DE agosto DE 2020.

Transforma em ponto facultativo, no ano de 2020, o feriado de 08 de agosto (Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Nova Trento), instituído pela Lei Municipal nº 577, de 26 de setembro de 1977.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica transformado em ponto facultativo, excepcionalmente no ano de 2020, o feriado de 08 de agosto (Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Nova Trento), instituído pela Lei Municipal nº 577, de 26 de setembro de 1977.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito somente para o ano de 2020, revogadas as disposições em contrário.,

Nova Trento, 05 de Agosto de 2020.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito Municipal de Nova Trento

Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Trento

mensagem ao PROJETO DE LEI nº 010, de 31 de julho de 2020.  
(LEI Nº 2.758 DE 05 DE AGOSTO DE 2020)

Através do presente projeto de lei, o Executivo Municipal encaminha a esta Egrégia Casa Legislativa proposição que tem por finalidade transformar em ponto facultativo, apenas no ano de 2020, o feriado de 08 de agosto (Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Nova Trento), instituído pela Lei Municipal nº 577, de 26 de setembro de 1977.

A alteração do status do dia 08 de agosto de 2020 de feriado para ponto facultativo se deve ao fato de que a grande maioria dos associados da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Nova Trento manifestou intenção de abrir seu estabelecimento na referida data com o objetivo de amenizar os impactos negativos ao comércio causados pela pandemia da COVID-19, o que seria amenizado com as vendas na citada data, notadamente em razão da proximidade do Dia dos Pais.

Certo de, mais uma vez poder contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação desta proposição, solicitamos que o projeto em pauta seja apreciado em regime de urgência especial, conforme disposto no art. 66 da Lei Orgânica Municipal c/c art. 123, § 1º, da Resolução nº 03/2006, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Nova Trento, razão pela qual antecipo os mais sinceros agradecimentos.

Nova Trento, 31 de julho de 2020.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito Municipal de Nova Trento

### **PORTARIA Nº 658/2020 "E"**

Publicação Nº 2591827

PORTARIA Nº 658/2020 "E"

Concede Licença Tratamento de Saúde

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal, DALVA APARECIDA MENDES ECCHER, matrícula nº 8326, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 07(sete) dias, com efeitos a contar de 04 de agosto de 2020 a 10 de agosto de 2020, conforme atestado médico, datado de 04 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de agosto de 2020.

Adauton Raulino  
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 658/2020 "F"**

Publicação Nº 2591829

PORTARIA Nº 658/2020 "F"

Concede Licença Tratamento de Saúde

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

### **RESOLVE:**

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal, GRAZIELE LUCIANE TAGLIARI PICOLI, matrícula nº 6403, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Serviços de Saúde, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 07(sete) dias, com efeitos a contar de 04 de agosto de 2020 a 10 de agosto de 2020, conforme atestado médico, datado de 04 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de agosto de 2020.

Adauton Raulino  
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Nova Veneza

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL N.º 129/2020 - PMNV

Publicação Nº 2592103

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 129/2020

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para manutenção de serviços de engenharia de tráfego, compreendendo a melhoria e manutenção com o fornecimento e implantação de dispositivos para melhoria das condições de segurança do Sistema Viário do Município de Nova Veneza, SC.

Abertura: às 10:30 horas do dia 17/08/2020

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE: [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 05 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO DE RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020

Publicação Nº 2592435

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE  
AVISO DE RESULTADO DO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Eletrônico nº 001/2020 – AQUISIÇÃO DE MATERIAS PARA CURSOS/OFICINAS QUE SERÃO UTILIZADOS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV do Município de Novo Horizonte/SC, Que na data de sua realização: Dia 05/08/2020 via Portal de Compras Públicas, sendo que a empresa Pegasus Atacadista Ltda Me foi vencedora dos itens 1-12-13-16-18-19-22-24-25-29-31-33-34-35-36 e 37 com o valor global estimado de R\$ 14.194,90 (quatorze mil, cento e noventa e quatro reais e noventa reais). A Empresa Aviaamentos Pigelli Eirelli 2-3-4-6-8-11-15-20 e 32 com o valor global estimado de R\$ 9.219,50 (nove mil, duzentos e dezenove reais e cinquenta centavos). A empresa Duda Linhas e Treinamentos Profissional Ltda, foi vencedora 5-7-10 e 14 com o valor global estimado de R\$ 3.532,00 (três mil, quinhentos e trinta e dois reais). A empresa Fabiane Gonschorovski de Souza com o valor global estimado de R\$ 9-23-26-27-28 e 30, com valor global de 11.509,40 (onze mil, quinhentos e nove reais e quarenta centavos). A empresa Maria Laura Altermann Palomas Representações foi vencedora do item 17 com o valor global estimado de R\$ 3.075,00 (três mil e setenta e cinco reais) e a empresa Regensy Comercio Ltda foi vencedora do item 21 com o valor global de R\$ 1.635,00 (um mil, seiscentos e trinta e cinco reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz às exigências do edital; a empresa vencedora encontram-se a rigor habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedora do Pregão Eletrônico Nº 001/2020, e adjudico os itens as empresas vencedoras.  
Novo Horizonte/SC, em 05 de agosto de 2020.

IDINARA CRISTINA MASSUCCO  
Pregoeira

Homologo o resultado da licitação  
DE ACORDO  
VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PL PM Nº 031/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2020

Publicação Nº 2591969

#### MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC-AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 031/2020-PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2020 - Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TERCEIRIZADO COM TRATOR DE ESTEIRAS E OPERADOR ESPECIALIZADO, PARA ATENDER AO PROGRAMA DE DESTOQUE DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE –SC conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 13h50min do dia 19.08.2020, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 14:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. - O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:00h, pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3362-0024. e/ou email: [licitacao@novohorizonte.sc.gov.br](mailto:licitacao@novohorizonte.sc.gov.br). Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 06 de agosto de 2020.  
Vanderlei Sanagiotto - Prefeito Municipal

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2020

Publicação Nº 2592359

Página: 1/5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2020**

**Número do Registro de Preços: 7/2020**      **Data do Registro: 05/08/2020**      **Válido até: 05/08/2021**  
**Objeto da Compra:** AQUISIÇÃO DE MATERIAS PARA CURSOS/OFICINAS QUE SERÃO UTILIZADOS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV do Município de Novo Horizonte/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Tecido 100% algodão, tricoline (cores diversas para escolher) (22237943)	MT	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME (2583)		0	11,0000	1
2	AGULHA DE MÃO Nº 6 (22237944)	UN	AVIAMENTOS PIGELLI EIRELI (3844)		0	0,3500	1
3	AGULHA DE MÃO Nº 7 (477)	UN	AVIAMENTOS PIGELLI EIRELI (3844)		0	0,3500	1
4	AGULHA DE MÃO Nº 8 (22237945)	UN	AVIAMENTOS PIGELLI EIRELI (3844)		0	0,3500	1
5	Reirós de linha para costura contendo 100 m. (cores diversas) (22237946)	UN	DUDA LINHAS E TREINAMENTOS PROFISSIONAL LTDA (3976)		0	1,2800	1
6	Cones de linha de costura reta 120X1500M. Cores diversas. (22237947)	UN	AVIAMENTOS PIGELLI EIRELI (3844)		0	4,5000	1
7	Alfinete com cabeça (bolinha), caixa com 100 unidades (22237948)	CX	DUDA LINHAS E TREINAMENTOS PROFISSIONAL LTDA (3976)		0	5,5000	1
8	Travesseiro de tecido 100% poliéster, enchimento 100% fibra de poliéster/740 gramas. Tamanho 70X50 (22237949)	UN	AVIAMENTOS PIGELLI EIRELI (3844)		0	13,8500	1
9	Lençol de malha tamanho padrão casal. Avulso 100% algodão / fio 30/1 penteado 125g/m². Elástico contorna toda a peça. (cores a definir) (22237950)	UN	FABIANE GONSCHOROVSKI DE SOUZA (4021)		0	25,3000	1
10	Tesoura profissional para costura, reforçada lâmina lisa, cabo de borracha, 19cm/190mm, largura 6cm (22237951)	UN	DUDA LINHAS E TREINAMENTOS PROFISSIONAL LTDA (3976)		0	13,8000	1
11	Felino: Largura 1,40 metros; Composição: 100% Poliéster (22237952)	MT	AVIAMENTOS PIGELLI EIRELI (3844)		0	8,0000	1
12	Tinta PVA fosca para artesanato, 100 gramas (cores a definir) (22237953)	UN	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME (2583)		0	4,9100	1

Página: 2/5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2020**

Número do Registro de Preços: 7/2020      Data do Registro: 05/08/2020      Válido até: 05/08/2021							
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAS PARA CURSOS/OFICINAS QUE SERÃO UTILIZADOS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV do Município de Novo Horizonte/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Pincel cabo amarelo nº 14 (22237954)	UN	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME (2583)		0	6,3000	1
14	Relógio de parede, base se plástico, visor em acrílico, botões de regulagem na parte traseira, alimentação a pilha AA(que não acompanha o produto), mecanismo step, máquina quartz estilo TIC-TAC, redondo, 25 cm de diâmetro, na cor preta. (22237955)	UN	DUDA LINHAS E TREINAMENTOS PROFISSIONAL LTDA (3976)		0	17,5000	1
15	Fibra siliconada 7/64. Embalagens de 1 kg (22237956)	UN	AVIAMENTOS PIGELLI EIRELI (3844)		0	20,2000	1
16	Fita de cetim nº 9, rolo com 50m. Cores diversas (22237980)	UN	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME (2583)		0	40,0000	1
17	Madeira em MDF CRU de chão, com porta erva. (22237957)	UN	MARIA LAURA ALTERMANN PALOMAS REPRESENTACOES (4022)		0	20,5000	1
18	Tecido juta 100% natural, 1 metro de largura. (22237958)	MT	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME (2583)		0	7,7000	1
19	Pote de mantimento em vidro, capacidade mínima de 3L com lampa em plástico. (22237959)	UN	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME (2583)		0	16,5000	1
20	Capa de garrafa térmica pronta, com babados, com 2 fileiras, fechamento em velcro na lateral, em tecido mateado (cores a definir) (22237960)	UN	AVIAMENTOS PIGELLI EIRELI (3844)		0	31,3000	1
21	Camiseta de malha 100% poliéster na cor branca. Tamanhos P,M,G,GG (22237961)	UN	REGENSY COMERCIO LTDA (4023)		0	10,9000	1
22	Chinelos de borracha com tiras largas para decoração em fita. Numeração variada. Cor preta. o par. (22237962)	UN	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME (2583)		0	17,4000	1
23	Tecido Oxford 100% poliéster, altura 1,5m. Cor bege. (22237963)	UN	FABIANE GONSCHOROVSKI DE SOUZA (4021)		0	5,8900	1
24	Rolo de papel termocolante para Patchwork 25mX45 cm (22237964)	UN	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME (2583)		0	125,0000	1

Página: 3/5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2020**

**Número do Registro de Preços: 7/2020 Data do Registro: 05/08/2020 Válido até: 05/08/2021**  
**Objeto da Compra:** AQUISIÇÃO DE MATERIAS PARA CURSOS/OFICINAS QUE SERÃO UTILIZADOS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV do Município de Novo Horizonte/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Cola silicone fria líquida de 100ml (22237965)	UN	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME (2583)		0	4,6900	1
26	Porta chave de MDF 14x20, retangular, liso, sem desenhos, com corte a laser, com 4 ganchos para chave (22237966)	UN	FABIANE GONSCHOROVSKI DE SOUZA (4021)		0	3,9000	1
27	Malha helanca 100% poliéster colorida. Altura: 1,5 m (22237967)	MT	FABIANE GONSCHOROVSKI DE SOUZA (4021)		0	7,2400	1
28	Algodão CRU 100% algodão. Altura 1,5 (22237968)	MT	FABIANE GONSCHOROVSKI DE SOUZA (4021)		0	8,0400	1
29	Fita de cetim nº 5, com rolos de 50m. Cores variadas. (22237981)	UN	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME (2583)		0	22,5000	1
30	Algodão CRU 100% algodão. Altura 1,5 (22237968)	MT	FABIANE GONSCHOROVSKI DE SOUZA (4021)		0	18,5000	1
31	Fita de cetim nº 0. Rolos com 100 metros. Cores variadas (22237982)	UN	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME (2583)		0	11,3000	1
32	Tecido mateado microfibra. 100% poliéster. Altura 2,25. Cores a escolher (22237970)	MT	AVIAMENTOS PIGELLI EIRELI (3844)		0	24,0000	1
33	Rolo de espuma com cabo para pintura de 5cm (22237971)	UN	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME (2583)		0	5,9000	1
34	Boião para roupa médio 1,5mm de diametro, colorido, redondo de 4 furos (22237972)	UN	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME (2583)		0	0,3200	1
35	Argola para cortina. 19 mm na cor branca (22237973)	UN	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME (2583)		0	0,3200	1
36	Bordado inglês: 14cmX13,7m. Composição: 65% poliéster e 35% algodão. Cor Branca (22237974)	UN	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME (2583)		0	29,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2020

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 7/2020		Data do Registro: 05/08/2020		Válido até: 05/08/2021			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAS PARA CURSOS/OFICINAS QUE SERÃO UTILIZADOS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS - SCFV do Município de Novo Horizonte/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Passa-fita com 2,5cmX13,7m. Composição: 80% poliéster e 20% algodão. Cor branca (22237975)	UN	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME (2583)		0	14,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2020

Número do Registro de Preços: 7/2020		Data do Registro: 05/08/2020		Válido até: 05/08/2021			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAS PARA CURSOS/OFICINAS QUE SERÃO UTILIZADOS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV do Município de Novo Horizonte/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2020  
PROCESSO Nº 25/2020

- (2583) - PEGASUS ATACADISTA LTDA ME
- (3844) - AVIAMENTOS PIGELLI EIRELI
- (3976) - DUDA LINHAS E TREINAMENTOS PROFISSIONAL LTDA
- (4021) - FABIANE GONCHOROVSKI DE SOUZA
- (4022) - MARIA LAURA ALTERMANN PALOMAS REPRESENTACOES
- (4023) - REGENSY COMERCIO LTDA

Novo Horizonte, 5 de Agosto de 2020.

# Orleans

## PREFEITURA

### ADITIVO DE PRAZO E VALOR - CONTRATO Nº64/2020-1

Publicação Nº 2591962

#### ADITIVO DE PRAZO E VALOR

Aditivo Nº ..... : 64/2020-1 - Contrato Nº: 64/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratado...: MARIA DELLA GIUSTINA SOUZA

Valor ..... : R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

Vigência ..... : Início: 06/08/2020 Término: 06/02/2021

Licitação ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO : 36/2020

Recursos ..... : 106/2020 – MANUTENÇÃO DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAMENTO DE FAMÍLIA BENEFICIÁRIA DO ALUGUEL SOCIAL.

Orleans, 05 de Agosto de 2020

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 4.854 DE 31 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2592397

DECRETO Nº 4.854, DE 31 DE JULHO DE 2020.

“ALTERA O ARTIGO 2º DO DECRETO 4.755 DE 18 DE MARÇO DE 2020, QUE DECRETA ESTADO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ORLEANS, ADOTANDO MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS (COVID – 19), REGULAMENTA NO ÂMBITO LOCAL A DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE BENS SERVIÇOS E INSUMOS DE SAÚDE DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS E SUPRIME ARTIGOS DO DECRETO Nº 4.754 DE 17 DE MARÇO DE 2020”.

O Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 88, VIII e 103, I, “h”, da Lei Orgânica do Município e, ainda:

#### DECRETA:

Art. 1º O Artigo 2º do Decreto n. 4.755, de 18 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Para o enfrentamento inicial da emergência em saúde, decorrentes do coronavírus, fica criado no âmbito Municipal para prevenção, enfrentamento e operações emergenciais o Comitê Municipal de Prevenção e Enfrentamento do COVID-19, assim composto:

- 1 – Jorge Luiz Koch;
- 2 – Mario Coan;
- 3 – Jair Henrique de Souza Wagner;
- 4 – Valdete Degenhart Stepaniaki;
- 5 – Edvaldo Lubaven;
- 6 – Secretário de Infraestrutura;
- 7 – Samuel Andrade Segatto (Defesa Civil);
- 8 – Secretária de Assistência Social;
- 9 – Secretário de Agricultura e Turismo;
- 10 – Secretária de Educação;
- 11 – Suandre Adão Machado
- 12 – Murilo Debiasi Ferrareis;
- 13 – Mairon Eing Orben;
- 14 – Ederson Bett Zanini;
- 15 – Bianca Durante Baggio;
- 16 – Rodrigo Bussolo Nunes;
- 17 – Inácio Felipe da Costa;
- 18 – Matheus de Bona Sartor Pereira;
- 19 – Alana Patricio Stols Cruzeta
- 20 – Sara Pavei
- 21 – Michelle Tessmann Librelato
- 22 – Rodrigo Correa Machado

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo em vigor os demais dispositivos do Decreto 4.755 de 18 de março de 2020.

Orleans/SC, em 31 de julho de 2020; 136 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Registrado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER  
Secretário da Administração

## DECRETO 4.855 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2592570

DECRETO MUNICIPAL Nº 4.855 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

Estabelece novas medidas a serem adotadas por pessoas físicas e jurídicas, durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19).

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS JORGE LUIZ KOCH, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 88, VIII e 103, I, "h", da Lei Orgânica do Município e, ainda:

DECRETA:

Capítulo I

DA NECESSIDADE DE ISOLAMENTO DOMICILIAR DAS PESSOAS MAIORES DE 60 ANOS

Art. 1º Fica recomendado o isolamento domiciliar de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Parágrafo único. Recomenda-se que o deslocamento de referidas pessoas se limite às atividades laborativas, atendimentos de saúde, aquisição de produtos alimentícios e de saúde e para atividade física ao ar livre, sempre utilizando máscara.

CAPÍTULO II

DA UTILIZAÇÃO OBRIGATÓRIA DE MÁSCARAS

Art. 2º A partir da publicação do presente Decreto, passa a ser obrigatório o uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas, em transporte público, em transporte por aplicativo, táxis e em veículos utilizados para fretamento de pessoas.

§ 1º O descumprimento da obrigação prevista no caput deste artigo constitui infração sanitária prevista no artigo 10, inciso I da Lei Municipal nº 2463/2012 e, a partir do dia 03 de julho de 2020, acarretará a imposição de multa no valor mínimo de 15 UFM (R\$ 1.394,25).

§ 2º A fiscalização será realizada, por parte do Município, pelo órgão da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, bem como pelos agentes de fiscalização municipais,

que ficam autorizados a agir na condição de autoridade de saúde em todo o território do Município, cabendo-lhes a fiscalização de todos os serviços e atividades liberadas a funcionar sob regramento especial durante a vigência da pandemia da COVID-19.

§3º Em caso de descumprimento, o órgão atuante poderá acionar a autoridade policial para lavratura de Termo Circunstanciado, pelo crime do art. 268 do CP.

§4º A obrigação a que se refere o caput deste artigo se aplica ainda às áreas comuns dos condomínios residenciais, inclusive elevadores.

§5º A obrigação prevista no caput deste artigo será dispensada no caso de pessoas com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiências sensoriais ou com quaisquer outras deficiências que as impeçam de fazer o uso adequado de máscara de proteção facial, conforme declaração médica, que poderá ser obtida por meio digital, bem como no caso de crianças com menos de 3 (três) anos de idade.

§6º As máscaras a que se refere o caput deste artigo podem ser artesanais ou industriais.

§7º As pessoas, ao circularem em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transporte público, deverão portar documento de identificação, em meio físico ou digital.

§8º Considera-se adequado o uso da máscara quando obedecer àquele indicado pelos órgãos de saúde competentes, qual seja, utilizando-se o artigo facial de maneira correta, de modo a cobrir completamente a boca e o nariz, ao mesmo tempo.

Art. 3º Os estabelecimentos autorizados a funcionar durante a pandemia da Covid-19 são obrigados a fornecer a seus funcionários e colaboradores máscaras de proteção individual, ainda que de fabricação artesanal, e outros equipamentos de proteção quando o estabelecimento funcionar com atendimento ao público.

§1º O descumprimento da obrigação prevista no caput deste artigo acarretará a imposição de multa de, no mínimo, 15 UFM por funcionário ou colaborador que estiver sem máscara, que será aplicada em dobro, nos casos de reincidência.

§ 2º A obrigação prevista no caput deste artigo também se aplica a órgãos e entidades públicos.

### CAPÍTULO III

#### DAS MEDIDAS ADOTADAS QUANTO AO FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS

Art. 4º Os serviços de alimentação não essenciais estão autorizados a funcionar com portas abertas e com atendimento ao público, autorizado o acesso e uso do ambiente interno, durante o período de enfrentamento da pandemia causada pela COVID-19, desde que observadas as normas da Portaria SES nº 256, de 21 de abril de 2020, e observadas as regras contidas nos decretos municipais, e as seguintes condições:

I - A entrada de pessoas para consumo no local fica restrita até às 22 horas, podendo o cliente permanecer no local até, no máximo, às 23 horas.

II – Após às 22 horas, para novos atendimentos, os serviços de alimentação não essenciais poderão funcionar somente na modalidade do tipo tele-entrega (delivery), retirada na porta ou drive thru, observando-se, nesse caso, ainda:

- a) nos pontos de atendimento ao cliente, deve ser disponibilizado dispensador de álcool 70º INPM;
- b) as refeições, lanches, cafés, bebidas e alimentos em geral, devem estar acondicionados em recipientes prontos para viagem, marmitas ou "pratos feitos" para entrega aos clientes, sendo proibida a modalidade de bufê de auto serviço (self service);
- c) não poderão disponibilizar autoatendimento de produtos não embalados aos clientes.

III - As mesas de refeição poderão ser ocupadas por até 6 (seis) pessoas.

IV - Fica proibida a utilização de espaços de playground existentes no interior dos serviços de alimentação.

V – As penas por conta do descumprimento das regras deste decreto estão previstas na Lei municipal nº 2.463/2012 e seguirão o rito do processo administrativo sanitário.

Parágrafo único. Fica proibido, no interior de restaurantes, lanchonetes, bares e congêneres, a prática de jogos de cartas, sinuca ou similares.

Art. 5º Fica proibido, nas dependências de lojas de conveniências e nos postos de combustíveis:

I- o consumo de bebidas alcoólicas.

II- a aglomeração de pessoas e carros nas dependências e imediações (estacionamento, passagem de carro, espaços livres, entre outros).

§1º Deverá o estabelecimento garantir o efetivo cumprimento dessas medidas, com o isolamento físico das áreas extras de estacionamento e áreas livres, com cones, fitas zebreadas ou similares, delimitando, assim, as áreas interditadas.

§2º O descumprimento do disposto neste artigo constitui infração sanitária leve, prevista no artigo 10 da Lei Municipal nº 2463/2012, sendo passível de multa no valor mínimo de 15 UFM (R\$ 1.394,25).

§3º Os clientes que descumprirem o disposto neste artigo também serão responsabilizados administrativamente, com aplicação de penalidade de multa, no valor mínimo de 15 UFM (R\$ 1.394,25), nos termos do artigo 10, inciso I da Lei Municipal nº 2.463/2012, sem prejuízo das demais sanções penais e civis cabíveis.

§4º Após as 22 horas, até as 6 horas, será permitida apenas a retirada de produtos no balcão ou por meio de serviço de delivery, sendo proibida a permanência de clientes dentro da loja de conveniência.

Art. 6º Os serviços de alimentação considerados essenciais deverão operar com 50% de sua capacidade.

§1º São considerados serviços de alimentação essenciais: supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues, fruteiras, feiras livres, peixarias, lojas de venda de produtos alimentícios, lojas de venda de salgados, doces, bolos e tortas.

§2º Nos serviços de alimentação considerados essenciais, o consumo de produtos no local fica restrito ao disposto no artigo 4º do presente Decreto.

§3º Disponibilizar álcool 70º INPM em todos os setores existentes no estabelecimento, bem como em todos os corredores da área de vendas.

§4º Recomenda-se a aferição de temperatura corporal dos clientes e funcionários, antes de adentrarem no estabelecimento, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato.

§5º No caso do §4º do presente artigo, sendo aferida temperatura de 37,8ºC (trinta e sete vírgula oito graus Celsius), ou superior, não será permitida a entrada do cliente ou funcionário no estabelecimento, orientando-o a dirigir-se imediatamente à unidade de saúde ou Centro de Triagem mais próximo.

Art. 7º Todos os serviços de alimentação devem sinalizar de maneira clara e garantir que seja cumprido o distanciamento que deve ser mantido em filas e assentos, de modo a atender a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre os clientes.

Art. 8º Fica permitida a utilização de parques e praças ao ar livre somente para atividades físico-desportivas de caminhada, corrida e ciclismo, realizadas de forma

individual, respeitando as regras definidas pela Portaria Estadual SES 275 de 27 de abril de 2020.

§1º Poderão ser desenvolvidas atividades físicas com personal trainer nestes locais, limitando a quantidade de participantes a 2 (dois) alunos e respeitadas as normas estabelecidas pela Portaria citada no caput deste artigo.

§2º O horário de funcionamento dos parques municipais será das 6h às 21h.

§3º Fica proibida a utilização de playgrounds, academias ao ar livre, assentos e quadras poliesportivas existentes nesses locais.

Art. 9º Fica proibido a realização de eventos esportivos amadores ou recreativos.

Parágrafo único. Os eventos esportivos de iniciativa pública ou privada, de caráter profissional, seguirão as regras estaduais vigentes ou as que vierem a substituir.

Art. 10 Fica proibido atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, centros de eventos, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos durante a vigência desse decreto.

§1º Fica incluída nessa proibição a realização de festas e eventos particulares.

§2º O descumprimento das determinações deste artigo constitui infração sanitária leve prevista no artigo 10, inciso I da Lei Municipal nº 2.463/2012 e é passível de multa no valor mínimo de 15 UFM (R\$ 1.394,25).

#### CAPÍTULO IV DA APLICAÇÃO DAS PENAS

Art. 11 A pessoa física ou jurídica que descumprir os comandos dispostos no presente Decreto, nos demais Decretos Municipais e Estaduais e nas Portarias Municipais e Estaduais que determinaram medidas a serem adotadas no tocante à prevenção e cuidados necessários contra a COVID-19, como distanciamento obrigatório, higienização, lotação máxima de ambientes, entre outros, estará incurso nas penas discriminadas na Lei Municipal nº 2.463/2012, com a aplicação das sanções previstas na referida lei.

§1º Em caso de ausência de notificação anterior, seja pela Vigilância Sanitária do Município, Polícia Militar ou Polícia Civil, será aplicada a pena de advertência ao infrator.

§2º Constando-se que o infrator já foi notificado, ainda que anteriormente à assinatura do presente Decreto, por quaisquer autoridades de saúde, tanto da esfera municipal como estadual, será aplicada imediatamente a medida cautelar de interdição de estabelecimento ou atividade, pelo prazo de 10 (dez) dias, após o qual, uma vez cumprido, estará automaticamente liberado.

§3º Descumprido o prazo de suspensão de estabelecimento ou atividade, pelo prazo referido no §2º deste artigo ou se, retomando as atividades após o prazo de suspensão, voltar a descumprir as normas sanitárias vigentes, o estabelecimento será interditado novamente, pelo prazo de 20 (vinte) dias.

§4º Verificada a reincidência – descumprimento da suspensão ou de normas sanitárias vigentes - conforme previsto nos §2º e §3º deste artigo, será cancelada a autorização para funcionamento da empresa, bem como cancelado o alvará de licenciamento do estabelecimento, sem prejuízo da aplicação de multa, nos termos da Lei.

§5º O infrator poderá apresentar defesa e recurso contra a penalidade imposta, nos termos do previsto na Lei Municipal nº 2.463/2012, sendo recebidos sem efeito suspensivo.

#### CAPÍTULO V DA COMISSÃO INTEGRADA DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Art. 12. O Comitê Municipal de Prevenção e Enfrentamento do COVID-19, criado por força do Decreto nº 4.755, de 18 de Março de 2020, artigo 2º, fará o monitoramento e avaliação do cumprimento das medidas determinadas no presente Decreto, das Portarias da Secretaria Estadual de Saúde e do Município, e dos Decretos Municipais que impõe as medidas a serem adotadas pelos diversos setores, no combate à COVID-19, composta pelos seguintes membros:

§ 1º A Comissão ficará responsável pelo monitoramento das atividades e constatação de infração às determinações contidas em lei e nas normas de vigência, não conflitando, tal atividade, com as atribuições de cada órgão envolvido.

§ 2º As defesas das penas impostas serão deliberadas em conjunto pela Comissão, prosseguindo-se com o procedimento previsto na Lei Municipal nº 2.463/2012.

§ 3º Oportunamente o comitê poderá se valer da orientação das Polícias Militar e Civil, bem como do Corpo de Bombeiros, visando ações conjuntas para o fiel cumprimento deste Decreto.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 14. Permanecem em vigor as determinações constantes de Decretos e Portarias anteriormente publicadas, que não conflitem com o aqui disposto.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os decretos n. 4.834 de 01 de julho de 2020 e 4.851 de 29 de julho de 2020.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans/SC, 05 de agosto de 2020; 136 anos da Fundação e 106 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Registrado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER  
Secretário da Administração

## PROCESSO Nº 169/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2592097

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 169/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 85/2020

TERMO DE CONTRATO Nº 126/2020

Concedente...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Proponente...: SDF ENGENHARIA EIRELI

Valor ..... : 14.048,00 (quatorze mil e quarenta e oito reais)

Vigência ..... : início: 05/08/2020 Termina: 31/12/2020

Recursos ..... : Dotação: 15/2020 – Recursos Ordinários

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA.

FUNDAMENTO LEGAL ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8.666/93

Orleans, 05 de agosto de 2020

JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## PROCESSO Nº 168/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2592539

PROCESSO Nº 168/2020

TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGª Nº 12/2020

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CALCETEIRO PARA EXECUÇÃO NAS RUAS ANTONIO DE PICOLI, JULIO F. DOS SANTOS, SEBASTIÃO MANOEL LUIZ E RONI COMELI LOCALIZADAS NO BAIRRO SAMUEL SANDRINI E RUA JOÃO FRANCISCO LOCALIZADA NO BAIRRO COLONINHA NO MUNICÍPIO DE ORLEANS, CONFORME ANEXOS.

Recebimento dos Envelopes de Propostas e Habilitação até o dia: 24/08/2020 às 17h30min.

Abertura dos Envelopes dia: 25/08/2020, às 14h30min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 05 de Agosto de 2020.

Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

## PROCESSO Nº 170/2020 PREFEITURA CONTRATO Nº127/2020

Publicação Nº 2592316

PROCESSO Nº 170/2020

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 18/2020

CONTRATO Nº: 127/2020.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO E ALIENAÇÃO, POR MEIO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE

LEILÃO PÚBLICO, DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Fundamento legal: Art. 25 Inciso II da Lei 8.666/93

EMPRESA: ULISSES DONIZETE RAMOS.

VALOR TOTAL: SEM CUSTOS AO MUNICÍPIO – HONORÁRIOS DE 5% (cinco por cento) PELO ARREMATANTE

Orleans - SC, 05 de Agosto de 2020

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

## PROCESSO Nº 171/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2592641

PROCESSO Nº 171/2020

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 55/2020

REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS E AS SECRETARIAS, DEPARTAMENTOS, ÓRGÃOS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME DESCRITO NAS TABELAS EM ANEXO. (PROCESSO MULTIENTIDADES).

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 19/08/2020 às 17h30min. Abertura dos Envelopes: dia 20/08/2020, às 14h30min.

ESTE PROCESSO LICITATÓRIO DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 03 de Agosto de 2020

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

# Ouro

## PREFEITURA

### PR 0034/2020

Publicação Nº 2591904

MUNICÍPIO DE OURO / SC  
PREGÃO ELETRÔNICO N. 0034/2020

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 18/08/2020, às 14:00horas, o Processo Licitatório nº. 0063/2020, na modalidade Pregão na forma Eletrônica N. 0034/2020, tipo menor preço por item, com entrega imediata. Objeto: Aquisição de materiais permanentes destinados ao CRAS, COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, conforme especificações contidas no Anexo I, do edital. Obtenção do edital:licitacoes@ouro.sc.gov.br;www.ouro.sc.gov.br; www.bll.org.br.Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 05/08/2020. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

# Paial

## PREFEITURA

### ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DOS RECURSOS PL 035-2020 TP 005-2020

Publicação N° 2591654

ATA DE RECEBIMENTO DE RECURSO QUANTO À FASE DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 035/2020 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N°. 005/2020, DO MUNICÍPIO DE PAIAL. Às 09h30min do dia cinco do mês de agosto do ano de dois mil e vinte na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Paial - SC, sita na Rua Goiás, 400, reuniram-se o presidente e os membros da comissão permanente de licitações para o ato de análise dos recursos apresentados pelas empresas CONSTRUTORA ARTIFON LTDA EPP e CONSTRUTORA OESTE SUL EIRELI EPP, quanto as suas inabilitações. As empresas haviam sido inabilitadas por descumprirem o item 5.1.5.3 (Balanço Patrimonial sem autenticação via Sistema Público de Escrituração - Sped). Como razões de recurso, ambas as empresas aduzem que por restar enquadrada como empresa de pequeno porte optante pelo simples, segundo o que dispõe o art. 3º da IN RFB nº 1774/2017 estariam desobrigadas de apresentar a autenticação via Sped. Em análise da legislação citada percebe-se que merece prosperar as razões apresentadas pelas empresas recorrentes, concluindo, portanto, por sua habilitação. Por consequência, entende-se por necessário habilitar a empresa ENÉIAS CADORI pelos mesmos fundamentos do recurso apresentado pelas empresas CONSTRUTORA ARTIFON LTDA EPP e CONSTRUTORA OESTE SUL EIRELI EPP. Além disso, importante registrar que a empresa PHF CONSTRUTORA EIRELI permanece inabilitada por descumprir o disposto no item 5.1.5.2 (apresentação dos índices de liquidez) e a empresa PKB ENGENHARIA E TRANSPORTES LTDA por descumprir o disposto no item 5.4 (Balanço Patrimonial sem autenticação). Portanto, ficam HABILITADAS as empresas: CONSTRUTORA SOLO LTDA, ANDERSON RENATO SUHRE BAPTISTA, CONSTRUTORA ARTIFON LTDA EPP, OESTE SUL EIRELI e ENÉIAS CADORI. Diante do fato fica marcado para o dia dez de agosto de dois mil e vinte às 08h30min, na sala de reuniões da prefeitura municipal de Paial a sessão de abertura dos envelopes de propostas. E, nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que foi lida e achada conforme e, vai assinada pelo presidente, membros da Comissão. Esta Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM e na página do Município na internet [www.paial.sc.gov.br](http://www.paial.sc.gov.br).

Renan Vizzoto Adelmo Luis Braatz  
Presidente Membro

Jonatans Bender  
Membro

# Palhoça

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.628, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2592610

DECRETO Nº 2.628, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 2.621/2020 QUE ESTABELECE SOBRE AS MEDIDAS UNIFICADAS PARA COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições legais, e considerando as medidas unificadas estabelecidas pelos Municípios de Palhoça, São José, Biguaçu e Florianópolis, resolve

#### DECRETAR:

Art. 1º Dá nova redação ao caput do inciso XII do art. 1º do Decreto nº 2.621, de 24 de julho de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

XII - As atividades de ensino presencial, realizadas por estabelecimentos privados, para a modalidade de cursos livres, poderão funcionar observando a seguintes regras:

- a) limitar a ocupação a 30% (trinta por cento) da capacidade estabelecida pelo alvará do Corpo de Bombeiros e o distanciamento mínimo de 1,5m entre alunos;
  - b) realizar a desinfecção do ambiente uma vez por período, com utilização de álcool em gel 70%, bem como franquear o uso do álcool a todos os usuários, no acesso e suas dependências;
  - c) adotar o uso máscara de tecido por todos os colaboradores e usuários, priorizando o uso intercalado dos ambientes de aula;
- (...) (N.R.)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de agosto de 2020.

Palhoça, 03 de agosto de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATO Nº 230/2020

Publicação Nº 2591676

EXTRATO CONTRATO Nº 230/2020.

Termo de Contato

Espécie: Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar nº 230/2020 com a COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIÃO DO CONTESTADO – COOPERCONTESTADO.

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de Educação Básica Pública, verba FNDE/PNAE, ano letivo de 2020, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a Chamada Pública nº 03/2020, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. (Item: Feijão Carioca Comum).

AMPARO: Art.24, XXX, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 146/2020.

VIGÊNCIA: 28/07/2020 A 31/12/2020.

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "31" - 3.3.90.32.03.00.00.00.

VALOR TOTAL ATÉ: R\$ 32.900,00 (trinta e dois mil e novecentos reais) para aquisição de feijão carioca comum.

Signatários: pelo Contratante,

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Pela Contratada,

COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIÃO DO CONTESTADO – COOPERCONTESTADO.

Presidente, Sr. Miguel da Silva

**EXTRATO CONTRATO Nº 231/2020**

Publicação Nº 2591677

EXTRATO CONTRATO Nº 231/2020.

Termo de Contato

Espécie: Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar nº 231/2020 com a COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIÃO DO CONTESTADO – COOPERCONTESTADO.

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de Educação Básica Pública, verba FNDE/PNAE, ano letivo de 2020, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a Chamada Pública nº 02/2020, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. (Item: Nata). A COOPERATIVA REGIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE – COOPEROESTE, ficou classificada em primeiro lugar no item nata.

AMPARO: Art.24, XXX, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 147/2020.

VIGÊNCIA: 28/07/2020 A 31/12/2020.

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: “31” - 3.3.90.32.03.00.00.00.

VALOR TOTAL ATÉ: R\$ 38.940,00 (trinta e oito mil e novecentos e quarenta reais).

Signatários: pelo Contratante,

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Pela Contratada,

COOPERATIVA REGIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE – COOPEROESTE.

Diretor Presidente, Senhor Sebastião Suelo Vilanova.

**EXTRATO CONTRATO Nº 232/2020**

Publicação Nº 2591681

EXTRATO CONTRATO Nº 232/2020.

Termo de Contato

Espécie: Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar nº 232/2020 com a COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR DE LEBLON RÉGIS – COOPERLAF.

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de Educação Básica Pública, verba FNDE/PNAE, ano letivo de 2020, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a Chamada Pública nº 02/2020, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. (Item: Leite). COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR DE LEBLON RÉGIS – COOPERLAF, ficou classificada em primeiro lugar no item leite integral. AMPARO: Art.24, XXX, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 147/2020.

VIGÊNCIA: 28/07/2020 A 31/12/2020.

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: “31” - 3.3.90.32.03.00.00.00.

VALOR TOTAL ATÉ: R\$ 423.000,00 (quatrocentos e vinte e três mil reais).

Signatários: pelo Contratante,

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Pela Contratada,

COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR DE LEBLON RÉGIS – COOPERLAF.

Presidente, Serli Dias dos Santos.

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/INFRA/2020**

Publicação Nº 2592672

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA		
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO		
RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO 001/INFRA/2020		
OPERADOR DE HIDROJATO		
NOME	CLASSIFICAÇÃO	Tempo de serviço
MARCOS FERREIRA	1º	4 Anos, 6 meses e 29 dias
RONALDO OLIVEIRA DA SILVA	2º	2 Anos e 21 dias
JONATHAN MEDEIROS DA SILVEIRA	3º	1 ano e 2 meses

OPERADOR DE MÁQUINAS		
NOME	CLASSIFICAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
VALMIR FRANCISCO DA SILVA	1º	5 Anos, 3 meses e 11 dias
EZEQUIEL ANEDIR BATISTA	2º	3 Anos, 10 meses e 9 dias
JOSE JOANILSON MEDEIROS	3º	1 Ano, 8 meses e 18 dias
Palhoça, 05 de agosto de 2020.		
Comissão de Processo Seletivo e Concurso Público		

**RESULTADO PREGÃO 124/2020**

Publicação Nº 2592811

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
 RESULTADO  
 PROCESSO LICITATÓRIO  
 PREGÃO PRESENCIAL nº 124/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2020, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais de enfermagem consumo para suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Rede Municipal de Saúde de Palhoça.

**CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI ficou classificada em 1º lugar nos itens 1, 2, 13, 15, 18, 30, 32, 33, 35, 36, 52, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 86, 106, 109, 110, 112, 117, 124, 143, 145, 150, 158, 162, 186, 187, 188, 189, 192, 195 e 223, totalizando R\$555.477,50 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos);

BMH PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES - EIRELI ficou classificada em 1º lugar nos itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 28, 53, 54, 55, 58, 83, 105, 107, 108, 115, 116, 118, 119, 120, 126, 138, 139, 140, 144, 151, 152, 153, 154, 155, 230, 231, 232, 233, 234 e 235, totalizando R\$1.082.862,50 (um milhão, oitenta e dois mil, oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos);

D&D PRODUTO DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI ficou classificada em 1º lugar no item 142, totalizando R\$3.300,00 (três mil e trezentos reais);

MAYCON WILL EIRELI EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 3, 11, 40, 56, 89, 94, 95, 191 e 193, totalizando R\$148.945,00 (cento e quarenta e oito mil e novecentos e quarenta e cinco reais);

MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 194, 196, 224, 225, 226 e 227, totalizando R\$145.958,00 (cento e quarenta e cinco mil e novecentos e cinquenta e oito reais);

SAFI COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI ficou classificada em 1º lugar no item 12, totalizando R\$21.950,00 (vinte e um mil e novecentos e cinquenta reais);

SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 14, 25, 38, 59, 91, 147 e 148, totalizando R\$98.031,00 (noventa e oito mil e trinta e um reais);

VOA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI ficou classificada em 1º lugar no item 113, totalizando R\$21.960,00 (vinte e um mil e novecentos e sessenta reais).

Palhoça, 05 de agosto de 2020.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****EXTRATO TERMO DE RESCISÃO N.º 85/2020 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 102/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2020**

Publicação Nº 2592017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO DE RESCISÃO N.º 85/2020 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 102/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2020 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS CIRURGICOS LTDA, CNPJ nº 01.470.743/0001-98. OBJETO: – Fica rescindido amigavelmente o item 9 (SERINGA DESCATÁVEL DE 01ML PARA INSULINA COM AGULHA ACLOPADA), da Ata de Registro de Preços nº 102/2020 do Pregão Presencial nº 94/2020, nos termos do art. 79, inciso II da Lei 8.666/93.

DATA: 28/07/2020.

# Papanduva

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO Nº 002-2019 -EDENÍLSON BENCZ

Publicação Nº 2592482

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO

Objeto: Extrato de TERMO DE ADESÃO Nº 002/2019 a CHAMADA PÚBLICA Nº 009/2019, referente ao credenciamento de empresas para serviços de borracharia. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: EDENÍLSON BENCZ. Validade: até 01 ano. Papanduva, 05/08/2020. Luiz Henrique Saliba – Prefeito Municipal.

## Paraíso

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2020

Publicação Nº 2591723

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/7  
Processo Nº.: 50/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2020

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2020

No dia 5 do mês de Agosto do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 28/2020, Processo Licitatório nº. 50/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COBERTORES, TRAVESSEIROS, JOGOS DE CAMA, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS, A SEREM UTILIZADOS PARA COMPOSIÇÃO DE KITS QUE SERÃO DISTRIBUIDOS PARA FAMILIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8804	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	5, 8, 10, 12, 15, 18, 20, 27
10033	BUGRE COMERCIAL EIRELI	2, 6, 7, 9, 16, 23
10103	CLELIA THIELE 89293576953	25, 28
8441	JP EQUIPAMENTOS LTDA	24, 30
10073	LETICIA MUCHA FURLAN 05979438939	29
8381	SCS COMÉRCIO LTDA ME	1, 3, 4, 11, 14, 17, 19, 21, 22, 26
6478	WEBBER WEBBER & CIA LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	16.738.785/0001-34	CLEITON KAMINSKI	075.669.709-33
BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	DJONATAN PEDRO OST RICHETTI	092.529.269-92
CLELIA THIELE 89293576953	32.118.323/0001-70	ZILMAR LAZAROTTO	451.056.189-04
JP EQUIPAMENTOS LTDA	13.772.057/0001-50	JACKSON NEIMAR PEDRASSANI	041.562.419-39
LETICIA MUCHA FURLAN 05979438939	32.774.116/0001-74	LETICIA MUCHA FURLAN	059.794.389-39
SCS COMÉRCIO LTDA ME	13.995.853/0001-52	CRISTIANO SCHIMELFENIG	077.835.629-90
WEBBER WEBBER & CIA LTDA	78.211.406/0001-00	CLAIDE ANTÔNIA BARASUOL	477.024.519-04

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COBERTORES, TRAVESSEIROS, JOGOS DE CAMA, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS, A SEREM UTILIZADOS PARA COMPOSIÇÃO DE KITS QUE SERÃO DISTRIBUIDOS PARA FAMILIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8381 - SCS COMÉRCIO LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1		KG	AURORA	160,000	9,7500	1.560,00
3		PCT	CATARINÃO	16,3300		2.612,80
4		KG	MANU	320,000	6,4800	2.073,60
11		DZ	CARMINATI	320,000	7,1400	2.284,80

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 2/7  
 Processo Nº.: 50/2020  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2020

**Fornecedor: 8381 - SCS COMÉRCIO LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
14	FRANGO INTEIRO CONGELADO: UNIDADES DE APROXIMADAMENTE 2,5 KG. PRODUZIDA E EMBALADA EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE. EMBALADA EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO	UND	AGRO	160,000	18,1000	2.896,00
17	AGUA SANITARIA 5 LITROS	UND	AMDM	160,000	11,4000	1.824,00
19		UN	BOLT	640,000	1,5800	1.011,20
21	DESINFETANTE 5 LITROS	UND	AMDM	160,000	7,7000	1.232,00
22	SABONETE 90 G	UN	MOTIVUS	800,000	1,1500	920,00
26	SHAMPOO 300 ML	UND	SKALA	160,000	5,7000	912,00

**Fornecedor: 8441 - JP EQUIPAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
24		UN	Panosul	160,000	12,5700	2.011,20
30	JOGO DE CAMA (01 LENÇOL DE CASAL COM ELASTICO MALHA 100% ALGODÃO MEDINDO 1,38CM E 02 FRONHAS MALHA 100% ALGODÃO MEDINDO 70X50CM	UND	Dyanjo	130,000	32,0000	4.160,00

**Fornecedor: 8804 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	MACARRAO 500G	PCT	diana	480,000	2,3000	1.104,00
8		PCT	auriverde	160,000	11,6500	1.864,00
10		UN	amigo	160,000	9,8000	1.568,00
12		PCT	prata	160,000	3,0500	488,00
15	SABÃO EM BARRA C/05 UN	PCT	santo antonio	320,000	7,8000	2.496,00
18	ALCOOL GEL 70% 500 GRAMAS	UND	flops	480,000	5,8900	2.827,20
20	SACO DE LIXO 50 LITROS COM 10 UNIDADES	PCT	rool	320,000	6,1000	1.952,00
27	ESPONJA DUPLA FACE PARA LAVAR LOUÇA COM 5 UNIDADES	PCT	betanim	160,000	3,4500	552,00

**Fornecedor: 10033 - BUGRE COMERCIAL EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2		KG	TERRA VIVA	160,000	27,8900	4.462,40
6	LEITE EM CX C/12 L	CX	TERRAVIVA	160,000	41,6700	6.667,20
7	FARINHA DE MILHO 1KG	KG	DALLA	320,000	2,8700	918,40
9		PCT	ESTRELA	160,000	11,4000	1.824,00
16	BALDE 5 LT	UND	RICHIO TO	160,000	3,7400	598,40
23	PANO DE CHÃO	UN	SUL	160,000	3,5100	561,60

**Fornecedor: 10073 - LETICIA MUCHA FURLAN 05979438939**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
29	TRAVESSEIRO COM MEDIDA DE 70X50 CM, ENCHIMENTO DE FIBRA 100% POLIÉSTER, ANTIALÉRGICO	UND	PANOSUL	260,000	22,8500	5.941,00

**Fornecedor: 10103 - CLELIA THIELE 89293576953**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
25		UN	engotex	160,000	6,0300	964,80
28	COBERTOR DE CASAL 180X220 CM, 100% POLIÉSTER/180GS, MICROFIBRA, CORES DIVERSAS	UND	penecasa	130,000	37,9000	4.927,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**Página: 3/7  
Processo Nº.: 50/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 50/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2020

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 50/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2020

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 50/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2020

### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
  - b) cancelamento do preço registrado;
  - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
  - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
  - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
  - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 50/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2020

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 5 de Agosto de 2020.

\_\_\_\_\_  
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	CNPJ: 16.738.785/0001-34	_____
BUGRE COMERCIAL EIRELI	CNPJ: 35.088.051/0001-00	_____
CLELIA THIELE 89293576953	CNPJ: 32.118.323/0001-70	_____
JP EQUIPAMENTOS LTDA	CNPJ: 13.772.057/0001-50	_____
LETICIA MUCHA FURLAN 05979438939	CNPJ: 32.774.116/0001-74	_____
SCS COMÉRCIO LTDA ME	CNPJ: 13.995.853/0001-52	_____
WEBBER WEBBER & CIA LTDA	CNPJ: 78.211.406/0001-00	_____

# Passos Maia

## PREFEITURA

### 056-2020 RECURSO ESTADUAL DE 29-07-2020

Publicação N° 2592454

#### Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Estadual

Valor: R\$ 18.387,75

Destinação: Recursos Proteção Social Básica / Custeio

Data de liberação: 29/07/2020

Passos Maia – SC, 05 de agosto de 2020

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

### 057-2020 RECURSO ESTADUAL DE 31-07-2020

Publicação N° 2592460

#### Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Multas de Trânsito

Valor: R\$ 682,20

Data de liberação: 31/07/2020

Passos Maia – SC, 05 de agosto de 2020

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

### 095-2020 RECURSO FEDERAL DE 27-07-2020

Publicação N° 2592461

#### Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal

Valor: R\$ 6.000,00

Destinação: Vigilância Sanitária

Data de liberação: 27/07/2020

Passos Maia – SC, 05 de agosto de 2020

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

### 096-2020 RECURSO FEDERAL DE 27-07-2020

Publicação N° 2592465

#### Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal

Valor: R\$ 2.230,00

Destinação: PAB / Incentivo para Ações Estratégicas

Data de liberação: 27/07/2020

Passos Maia – SC, 05 de agosto de 2020  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 275, DE 04 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592422

PORTARIA Nº 275, de 04 de agosto de 2020.

“EXONERA SERVIDOR A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o pedido de exoneração por motivos particulares, formulado pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1

º EXONERAR, o servidor municipal JAISON RITTER DE RAMOS ocupante do cargo efetivo de Operador de Maquinas Rodoviárias, lotado na Secretaria da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, a partir do dia 04 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 04 de agosto de 2020.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

### **PORTARIA Nº 276, DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592426

PORTARIA Nº 276, de 05 de agosto de 2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o atestado médico expedido pela Dra. Janaina de O. Dias– CRM 15045 – no dia 04/08/2020 , e entregue ao setor de recursos humanos no dia 05/08/2020, que sugere afastamento da servidora de suas atividades laborais por 14 (quatorze) dias;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora MARIVANIA SCHIO, matrícula nº 10408, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 04/08/2020 a 17/08/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 05 de agosto de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

# Penha

## PREFEITURA

### 1ª ERRATA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2020 - PMP

Publicação Nº 2592314

1ª ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2020 - PMP  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2020 - PMP  
Sistema De Registro De Preços

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em fornecimento e confecção de caixas de passagem, bocas de lobo, travessas com tubos de concreto e tampas de concreto (com fornecimento de material, equipamentos e maquinário) para ampliação e manutenção do sistema de drenagem pluvial em diversas ruas do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 614/2020, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente Processo.

#### ONDE SE LÊ:

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 17/08/2020 às 14h, na Sala do Empreendedor do Município de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

#### LEIA-SE:

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 18/08/2020 às 14h, na Sala do Empreendedor do Município de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

Publique-se.

Penha/SC, 05 de agosto de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretario da Administração

### CONVOCAÇÃO MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES 22º

Publicação Nº 2592089

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 07/08/2020, das 12:00 às 17:30, conforme Edital Processo Seletivo Simplificado nº 05/2019.

Cargo: MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

22º. 195 JHONATAN GIOVANN THIBES DE PAULA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos

últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

t) Cópia Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "B".

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 05 de agosto de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO II****DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro= \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC,

Bair-  
telefo-

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_  
 ( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

# **DECRETO Nº 3561/2020 PRORROGA OS PRAZOS ESTABELECIDOS NO DECRETO Nº 3554/2020 QUE DEFINE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2591909

## DECRETO Nº 3561/2020

PRORROGA OS PRAZOS ESTABELECIDOS NO DECRETO Nº 3554/2020 QUE DEFINE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 89, inciso V da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 3.511, de 19 de março de 2020, declarou situação de emergência de saúde pública no Município de

Penha, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica apresentada pelo Estado de Santa Catarina, através da Matriz de Avaliação de Risco Potencial de 07 de julho de 2020, relacionada à região da Foz do Rio Itajaí, incluindo a região como risco potencial gravíssimo da doença do novo coronavírus;

CONSIDERANDO a dinâmica e celeridade necessárias no processo decisório na região do da Foz do Rio Itajaí, sem prejuízo da observância dos princípios da precaução e prevenção sanitária e de saúde pública;

CONSIDERANDO a variação do avanço da doença, principalmente nas dimensões de isolamento social e investigação/testagem e isolamento de casos;

CONSIDERANDO a recomendação do Ministério Público de Santa Catarina ao Estado e aos Municípios;

CONSIDERANDO a Matriz Multiescalar Territorial Covid-19 e as recomendações pelo Governo Estadual, avaliadas de forma regionalizada, com adoção de critérios técnicos-científicos para autorizar ou suspender atividades que acarretem incremento do risco sanitário à sua população, além da avaliação do risco x benefício da atividade para autorizar funcionamentos e/ou restrições no seu território;

CONSIDERANDO a elaboração e divulgação do Documento orientador nº 01/2020, datado de 10 de julho de 2020 pelo Comitê Regional de Enfrentamento da Pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de buscar medidas que visem garantir maior estabilidade jurídica para as tomadas de decisões de enfrentamento e combate ao COVID-19; e

CONSIDERANDO as deliberações ocorridas em reunião realizada na sede da AMFRI na data de 13 de julho de 2020, visando a padronização das ações para implantar uma política de regionalização para o combate ao COVID-19 na região da AMFRI;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo estabelecido no artigo 1º do Decreto nº 3554/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

(...)

Art. 1º Ficam definidas, até 12 de agosto de 2020, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, em todo o território municipal, as seguintes medidas:

I - Para os estabelecimentos que comercializem gêneros alimentícios (mercados, mercearias e supermercados) e congêneres:

- a) a limitação do acesso a apenas 01 (uma) pessoa por família, sem prejuízo da liberação do ingresso com menores de idade ou dependentes;
- b) a redução da capacidade de entrada de pessoas em no mínimo 30% do limite permitido;
- c) horário permitido de funcionamento das 06:00hs às 00:00hs, de segunda-feira à domingo.
- d) deve ser feita a mensuração de temperatura da população e dos funcionários na entrada dos estabelecimentos;
- e) fornecimento de álcool em gel, uso de máscaras, desinfecção de cestas e carrinhos de compras, bem como o controle da fila na entrada, mantendo o distanciamento de no mínimo 1,5 metros;

II - Para serviços que envolvam a alimentação, tais como restaurantes, padarias e similares:

- a) para as padarias e restaurantes o horário permitido de funcionamento será de segunda-feira à domingo, das 6:00hs às 22:00hs;
- b) para os bares e similares, o horário de funcionamento será de segunda-feira a domingo das 08hs às 20hs;
- c) no período noturno está permitido os serviços por delivery, de segunda-feira à domingo, sem restrição de horário;
- d) limitação de entrada e permanência de pessoas em 40% (quarenta por cento) da capacidade máxima de público do estabelecimento, com a devida informação visível desse quantitativo, devendo ser retirado e/ou isoladas do salão as mesas e cadeiras excedentes;
- e) priorização do atendimento mediante reserva com agendamento de horário;
- f) intensificação das medidas de higienização de superfícies e áreas circulantes, bem como, disponibilização de álcool gel 70% para os

usuários nas entradas e saídas do estabelecimento e em cada mesa ou balcão;

g) disponibilização de informações visíveis sobre higienização de mãos, sabonete líquido, toalha descartável e lixeira com acionamento a pedal nos lavatórios de higienização;

h) controle de acesso e marcação de lugares na área interna, reservados aos clientes, obedecendo a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as mesas com a devida demarcação a fim de aumentar os espaços circulantes;

i) controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa com a devida demarcação horizontal (solo);

j) uso obrigatório de máscaras pelos atendentes;

k) higienização das máquinas de cartão ou totens de pedido a cada uso;

l) proibição de acondicionamento de copos em refrigeradores;

m) afastamento obrigatório de empregados pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes de alto risco, com comprovação médica, exceto para o trabalho remoto (Home Office);

n) priorização de trabalho remoto para os setores administrativos quando couber;

o) fica vedada a utilização de bandas musicais, sendo permitido voz e violão ou similares, desde que tenha uma proteção de acrílico, separando o artista do público;

p) fica proibida a permanência de pessoas em pé no interior do estabelecimento exceto, em filas e para acesso aos sanitários;

q) fica proibida a caracterização do estabelecimento de forma temática ou comemorativa (tais como aniversários e festas típicas do calendário);

r) deve ser priorizada a ventilação natural dos ambientes;

s) Obedecer à distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas;

t) Adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, tais como a lavagem das mãos com água e sabão ou higienização com álcool gel 70%, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público;

u) Posse obrigatória de máscara por todo cliente que estiver no interior estabelecimento durante a alimentação;

v) Higienização das mesas, cadeiras e cardápios a cada uso;

w) Fica proibido, o uso de equipamentos de "Narguilé" em espaços públicos e privados com acesso ao público, mesmo em ar livre.

III - que os velórios realizados em âmbito municipal tenham a duração máxima de 03 (três) horas, limitando-se a entrada ao local em 10 (dez) pessoas por vez, devendo as celebrações de despedidas também serem limitadas à presença de somente 10 (dez) pessoas, utilizando obrigatoriamente a máscara, quanto aos sepultamentos, estes deverão ocorrer até as 17h30min., em todos os casos, deverão ser obedecidas as normas da Vigilância Sanitária Estadual (Nota Técnica Conjunta nº. 025/2020 –DIVS);

IV - em relação as academias de ginástica, musculação, crossfit, funcionais, estúdios, danças, escolas de natação, hidroginástica em estabelecimentos privados e/ou condomínios:

a) permitida somente práticas individuais respeitando a taxa de ocupação de 30% e o distanciamento de 1,5 m entre as pessoas e equipamentos;

b) realizar a desinfecção total do ambiente uma vez por período, com quaternário de amônio ou outro degermante de ação equivalente com registro no Ministério da Saúde;

c) adotar o uso de face shield (máscara escudo) ou óculos de proteção, além de máscara de tecido por todos os colaboradores;

d) utilizar pedilúvio com quaternário de amônio ou outro degermante de ação equivalente com registro no Ministério da Saúde nos locais de acesso a academia;

e) utilizar apenas 50% dos aparelhos de treinamento cardiorrespiratório, priorizando o uso intercalado;

V - quanto aos serviços autônomos e de profissionais liberais ficam autorizados, desde que observada a necessidade de agendamento para atendimento individual, respeitando o limite de ocupação de 50% do espaço do local, a necessidade de distanciamento de pelo menos 1,5 metro entre pessoas e o reforço das medidas de biossegurança;

VI - hotéis, pousadas e similares devem cumprir as regras previstas no artigo 2º, da Portaria SES nº 244/2020, ou seja:

- a) somente poderão ativar 50% de sua capacidade total de hospedagem;
- b) devem disponibilizar álcool gel para uso dos clientes na recepção, nas portas dos elevadores e nos corredores de acesso aos quartos;
- c) os serviços de alimentação, tais como restaurantes, bares e lanchonetes, localizados dentro das hospedagens poderão atender aos hóspedes somente em serviço de quarto;
- d) as áreas sociais e de convivência, tais como sala de jogos, academias e piscinas, deverão permanecer fechadas;
- e) o serviço de governança deverá intensificar a higienização dos quartos e banheiros com desinfecção das superfícies com álcool a 70º ou sanitizantes de efeito similar, além da limpeza de rotina;
- f) ao final da estadia do hóspede deverá ser realizada limpeza e desinfecção completa do quarto e superfícies, antes da entrada de novo hóspede; e
- g) todos os trabalhadores deverão usar máscaras de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão durante todo seu turno de serviço, independentemente de estarem em contato direto com o público;

VII - estabelecimentos bancários: os estabelecimentos devem ter um funcionário local para organizar o distanciamento nas filas e uso de máscaras, dispor de álcool gel junto aos caixas eletrônicos, inclusive aos finais de semana;

VIII - quanto ao funcionamento de comércios em geral: abertura de segunda-feira a sábado, com suspensão aos domingos, sendo que ficará restrito ao horário das 08hs às 20hs;

IX - quanto a Rede de Atenção Básica, deverá:

- a) dispor de atendimento para a população por telefone ou sistema on-line para orientar quanto ao melhor local para atendimento de acordo com os sintomas apresentados;
- b) organizar o fluxo de atendimento na unidade de saúde de forma a diminuir contato de pessoas suspeitas ou confirmadas para COVID-19 das pessoas não doentes, inclusive destinando consultório somente para esta finalidade, mantendo o paciente apenas neste local, devendo a equipe técnica acessar este espaço;
- c) ampliar o horário para atendimento de pessoas com sintomas respiratórios;
- d) monitorar as pessoas com sintomas respiratórios em tratamento domiciliar;
- e) monitorar pessoas com doenças crônicas;
- f) notificar os casos suspeitos para COVID-19 e comunicar a vigilância epidemiológica municipal;
- g) realizar ações de educação em saúde para população local voltada para prevenção da transmissão da COVID-19;
- h) suspender atendimentos eletivos;
- i) treinar equipe para atendimento pessoas suspeitas ou confirmadas para COVID-19;
- j) treinar equipe para paramentação e desparamentação adequada e cuidados com proteção individual;
- k) ações de enfrentamento, combate e tratamento profilático ou terapêutico relacionados a COVID-19, deverão obedecer o regramento estipulado para a ação específica;

Parágrafo único. Os estabelecimentos de que trata o inciso I deste artigo devem seguir as diretrizes sanitárias do Estado: <http://dados.sc.gov.br/dataset/covid-19-diretrizes-sanitarias/resource/093d8933-94ba-4f3f-82f6-074f73c3a632>, com atenção ao controle da temperatura dos clientes e funcionários.

Art. 2º Fica prorrogado o prazo estabelecido no artigo 4º do Decreto nº 3554/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

(...)

Art. 4º Ficam SUSPENSAS, até 12 de agosto de 2020, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, em todo o território municipal, as seguintes atividades:

I - o transporte coletivo municipal e intermunicipal;

II - as atividades em casas noturnas, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos, públicos ou privados;

III - espaços de academias ao ar livre, playgrounds, parques, praças, clubes sociais, mirantes, espaços públicos e afins, em qualquer modalidade;

IV - atividades esportivas coletivas: fica suspensa qualquer prática amadora de atividade esportiva coletiva (futebol, vôlei, bocha, sinuca, dominó, baralho etc.), em áreas públicas ou privadas;

V - praias: ficam suspensas as atividades esportivas aquáticas, incluindo passeios náuticos na modalidade "amadrinhada", aglomeração de pessoas, nas faixas de areia e em torno dos rios e lagoas, com exceção da pesca profissional, amadora e artesanal, bem como fica permitida a prática individual de esportes;

VI - aulas coletivas presenciais da rede pública e privada, de cursos superiores, técnicos, cursos livres, inclusive estágios e de formação de condutores;

VII - cirurgias eletivas em todos os estabelecimentos de saúde públicos ou privados que atendem na rede complementar ao SUS (respeitando a Portaria SES/SC nº 421, de 22/06/2020).

Art. 3º Fica prorrogado o prazo estabelecido no artigo 8º do Decreto nº 3554/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

(...)

Art. 8º Fica estabelecido que até 12 de agosto de 2020, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, em todo o território do município de Penha, as igrejas, templos religiosos e afins somente poderão realizar missas e cultos religiosos presenciais aos sábados e domingos, seguindo as seguintes orientações:

I – A lotação máxima autorizada será de 30% (trinta por cento) da capacidade do templo ou igreja;

II – Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;

III – Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

§1º De segunda-feira à sexta-feira poderão ser realizados os cultos e missas na modalidade online.

§2º Os estabelecimentos citados no art. 1º deverão ainda seguir todos os demais regramentos estabelecidos pelas Portarias da Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde no que diz respeito ao seu funcionamento, desde que não forem contrários ao presente Decreto.

Art. 4º Fica mantida as demais disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 3.554, de 15 de julho de 2020, Decreto Municipal nº 3.556, de 15 de julho de 2020 e Decreto Municipal nº 3.559, de 22 de julho de 2020.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir do dia 30 de julho de 2020.

Penha/SC, 29 de julho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2020 - FMS**

Publicação Nº 2592520

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2020 – FMS  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para futura aquisição de medicamentos que serão distribuídos na Farmácia Municipal de Penha/SC, conforme solicitação nº 501/2020 da Secretaria de Saúde, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Início de Entrega das Propostas: 06/08/2020 às 14:00h.

Término do Recebimento das Propostas: 18/08/2020 às 13:00h.  
Início da Sessão de Disputa de Preços: 18/08/2020 às 14:00h.

Coordenação do Processo: Pregoeira Rovená Rosa Prestini.

Sistema Eletrônico utilizado: <http://bll.org.br/>. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12 às 18h.

Penha/SC, 05 de agosto de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário da Administração

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 09/2020

Publicação Nº 2592542

PORTARIA Nº 09/2020

Nomeia em caráter temporário e de excepcional interesse público Contador da Câmara de Vereadores de Penha

O Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo art. 50, §3º, inciso II do Regimento Interno da Casa,

RESOLVE:

Art. 1º Fica responsável em caráter temporário e de excepcional interesse público, pelo prazo de 6 (seis) meses, o servidor Agairto Taschini Schneider, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF sob o nº 637.213.509-44, RG nº 2299658 SSP/SC, CRC/SC 17640, para desempenhar as atribuições do cargo de Contador.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta do orçamento vigente, em cada exercício.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Penha, 05 de agosto de 2020.

ISAC HAMILTON DA COSTA
Presidente

### RESOLUÇÃO MESA DIRETORA Nº 05/2020

Publicação Nº 2592318

Resolução MD Nº 5/2020

Altera disposições da Resolução nº 03/2020 e dá outras providências

A Mesa Diretora, no uso das atribuições consoante artigo 48, I e Parágrafo único, do Regimento Interno, faz saber que foi aprovada por unanimidade de seus Membros a seguinte Resolução:

Art. 1º. O 2º do artigo 5º passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º (...)

(...\_

§2º Autoriza-se os (as) Vereadores (as) viagens inerentes à função legislativa, somente após justificar a sua finalidade e importância em razão das restrições impostas pelos decretos dos governos estaduais e da saúde pública atual.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 28 de julho de 2020

Isac Hamilton da Costa Jesuel Francisco Capela  
Presidente Vice -Presidente

Joaquim Antônio Costa Junior  
1º Secretário

Everaldo Dal Posso  
2º Secretário

Registrada e publicada a presente Resolução na Secretaria da Câmara, aos vinte e oito de julho de dois mil e vinte

Isac Hamilton da Costa  
Presidente

# Peritiba

## PREFEITURA

### DECRETO 132/2020

Publicação Nº 2591582

DECRETO N.º 132/2020  
NOMEIA EQUIPE RESPONSÁVEL POR AVALIAÇÃO/TESTE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso X, art. 111, da Lei Orgânica do município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009.

Considerando o Processo Licitatório nº 46/2020, Pregão Eletrônico nº 03/2020, aquisição de equipamentos para as escolas municipais, Centro Educacional Professor José Arlindo Winter e o Centro de Educação Infantil Mateus Petter, de acordo com o convênio nº 2019TR1471. DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comissão, os membros para avaliação do equipamento PLATAFORMA INTERATIVA EDUCACIONAL, do Processo Licitatório acima citado, constituída pelos seguintes:

- Cristiane Salete Hoffmann da Costa
- Luana Carolina Schardong
- Luciana Nilson
- Mariluci Sordi Klein

Parágrafo Único: Os membros da equipe em conjunto serão responsáveis pela avaliação, onde serão levados em consideração os seguintes critérios:

- a) Conformidade com as especificações e características técnicas contidas;
- b) Durabilidade;
- c) Segurança;
- d) Aplicativos;
- e) Capacidade Técnica;
- f) Sistema Operacional e de Gestão do Equipamento; e
- g) Acessibilidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 17 de julho de 2020

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado  
Em, 17/julho/2020.

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

### DECRETO 133/2020

Publicação Nº 2591585

DECRETO Nº 133/2020  
NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o inciso VIII, art. 101 da Lei orgânica do Município de Peritiba e em conformidade com a Lei nº 1958 de 24 de julho de 2013 ,alterada pela Lei nº 2.209 de 17 de julho de 2020.

DECRETA:

Art. 1.º Ficam alterados os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO do Município de Peritiba, com a seguinte composição:

Art. 2º O Conselho Municipal de Turismo do Município de Peritiba, passa a ser composto pelas pessoas abaixo mencionadas:

I – REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- |  |
|--|
| - MARCIA R. MARAFON – Titular          |
| - Liziane Klein Gaertner – suplente    |
| - JOÃO CARLOS BRUHMÜLLER - Titular     |
| - Eder Luis Krindges – suplente        |
| - FABIANO LUIZ RIFFEL - Titular        |
| - Jaqueline Bervian - Suplente         |
| - FRANCIÉLI SCHÖENELL – Titular        |
| - Dandara Luisa Bazei – suplente       |
| - IZABEL CRISTINA BOURCHEIDT – Titular |
| - Rosana Valcarenghi suplente          |

**II REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL – Empreendedores Turísticos e Comércio**

- |                                       |
|---------------------------------------|
| - JEAN CHRIST -Titular                |
| - Salete da Costa – suplente          |
| - JULIANA MACHADO DE MARCO - Titular  |
| - Najara Tereza Zimmermann – Suplente |
| - IRMALI ALMEIDA ENGEL - Titular      |
| - Camila Rosana Wuaden – Suplente     |
| - LUCIA ENGEL ZANELLA – Titular       |
| - Valmor Pedro Bacca – Suplente       |
| - VINICIUS HACH – Titular             |
| - Noeli V.Debastiani – Suplente       |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**CUMpra-se e Publique-se**

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., 22 de julho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 22/07/2020	
--	--

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

**DECRETO 134/2020**

Publicação Nº 2591586

**DECRETO Nº 134/2020****DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PERITIBA, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Federal n.º 10.520 de 17 de Julho de 2002.

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada Pregoeira, para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Peritiba, a servidora a seguir identificada:

REGINA INES BRAND LAZZARIN.

Art. 2º Fica designada a Equipe de Apoio, para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Peritiba de 01 de agosto de 2020 até 29 de janeiro 2021, a seguir identificados:

I. CÉSAR DE ALMEIDA  
II. JAKELINE BERVIAN MEZZOMO  
III. LIZIANE KLEIN GAERTNER  
IV. MARCIA ROSANI MARAFON

Art. 3º Na ausência da pregoeira REGINA INES BRAND LAZZARIN, a mesma será substituída pela servidora LIZIANE KLEIN GAERTNER.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 29 de julho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado  
Em., 29/julho/2020.

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

## DECRETO 135/2020

Publicação Nº 2591588

DECRETO N.º 135/2020  
NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE  
LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada a Comissão Permanente de Licitações para receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à Licitações e o cadastramento de licitantes.

Art. 2.º A comissão será composta por 5 (cinco) servidores pertencentes ao quadro do município, e cuja investidura não excederá um ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros no período subsequente.

Art. 3º Ficam designados de 01 de agosto de 2020 até 29 de janeiro de 2021 as seguintes pessoas para comporem a Comissão e seus respectivos cargos:

REGINA INES BRAND LAZZARIN	PRESIDENTE
LIZIANE KLEIN GAERTNER	SECRETÁRIA
JAKELINE BERVIAN MEZZOMO	MEMBRO
MARCIA ROSANI MARAFON	MEMBRO
CESAR DE ALMEIDA	MEMBRO

Art. 4º Os membros da referida Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados no que se refere o art. 1º, do presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 29 de julho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado  
Em., 29/julho/2020.

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

**DECRETO 136/2020**

Publicação Nº 2591589

DECRETO N.º 136/2020  
EXONERA SERVIDOR DO CARGO DE  
SECRETÁRIO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a partir do dia 31/07/2020 o Sr. JOSÉ ORIDES DE BRITTO, ocupante do cargo de SECRETÁRIO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS, no período de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Face o disposto neste ato, fica revogado o Decreto n.º 41/2017 de 06 de Fevereiro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., 31 de Julho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 31/Julho/2020	
--	--

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

**DECRETO 137/2020**

Publicação Nº 2592586

DECRETO Nº 137/2020

Dispõe sobre a intensificação das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

- que, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

- a declaração de pandemia da Organização Mundial de Saúde datada de 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana provocada pelo novo coronavírus (COVID-19);

- a Portaria nº 188/GM/MS de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

- a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6341;

- que o caput do artigo 9º do Decreto Estadual nº 630/2020, assinala no sentido de que cabe "aos entes municipais a deliberação a respeito do funcionamento de atividades públicas ou privadas em seus territórios" não tem o condão de afastar a corresponsabilidade do Estado, em especial pelas medidas necessárias em âmbito Regional, que decorre dos artigos 23, inciso II, e 24, inciso XII, da Constituição Federal de 1988, dos artigos 17, incisos II e IX, e 18, inciso II, da Lei nº 8.080, de 1990, do Decreto nº 7.508/2011 e do artigo 3º da Lei Federal nº 13.979, de 2020;

- que a responsabilidade pelas ações de saúde é solidária entre o Estado e os municípios sempre que desborda o interesse local, especialmente se as ações e serviços de saúde compõem uma rede regionalizada e hierarquizada, nos termos do artigo 198 da Constituição Federal de 1988 e do artigo 8º da Lei nº 8.080, de 1990, conforme reconhecido pela Autoridade Sanitária estadual a partir da matriz que avalia regionalmente o nível de risco potencial causado pela pandemia, de modo que não é lógico ou eficaz que as medidas de enfrentamento sejam adotadas isoladamente pelos municípios, desconsiderando-se essa regionalização dos serviços e ações de saúde;

- que a região do Alto Uruguai Catarinense foi classificada como Risco Potencial Gravíssimo, conforme alertas COES nº 42 no último dia 28, em virtude da ocupação de leitos UTI COVID -19 no Hospital São Francisco de Concórdia, por pacientes transferidos de outras regiões do Estado;

- a deliberação dos prefeitos dos Municípios associados a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC em videoconferência realizada no dia 30 de julho de 2020, para análise e orientação à Comissão de Enfrentamento ao Coronavírus do Município de Concórdia;

- que a CIR Alto Uruguai, nos termos do art. 9º da Portaria SES 464, de 3 de julho de 2020, elegeu a Comissão de Enfrentamento ao Coronavírus do Município de Concórdia para atuar na condição de COES Regional, uma vez que é composta por representantes de entidades com abrangência na região da AMAUC.

DECRETA:  
CAPÍTULO I

NORMAS PARA A POPULAÇÃO EM GERAL

Art. 1º Fica estabelecido o uso obrigatório de máscaras no território do Município, para:

I – acesso, permanência e circulação em logradouros e repartições públicas;

II – estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer ordem;

III – táxi ou transporte remunerado privado individual de passageiro e veículos com mais de um passageiro.

Parágrafo único. Excetuam-se da obrigatoriedade deste artigo as crianças menores de dois anos, pessoas com problemas respiratórios ou inconscientes e pessoas incapacitadas ou incapazes de remover a máscara sem assistência.

Art. 2º Fica proibida, de forma excepcional, a concentração, aglomeração e a permanência de pessoas em locais públicos ou privados, de uso coletivo como parques, praças, espaços de lazer, espaços públicos de atividades físicas e áreas públicas de recreação em todo o território municipal.

Art. 3º Permanecem proibidas, no âmbito do Município de Peritiba, SC, as atividades de ensino presencial realizadas em estabelecimentos acadêmicos públicos e privados, nas seguintes modalidades:

I – ensino em nível superior;

II – ensino em nível de pós-graduação.

Art. 4º Ficam estabelecidas como medidas acautelatórias, devendo ser intensificadas pela população em geral:

I – por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias;

II – no período em que as aulas estiverem suspensas ou que durar as restrições relativas à COVID -19, que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos;

III – que se evite a realização de caminhadas, corridas, passeios de bicicletas, familiares e com animais de estimação em via pública para melhor eficácia e redução da propagação dos casos;

IV – que o atendimento às necessidades essenciais, a exemplo da aquisição de insumos em mercados, farmácias e afins, sempre que possível, seja realizado por pessoas fora do grupo de riscos e individualmente, sem o acompanhamento de outras pessoas, mesmo que familiares.

Art. 5º Ficam proibidas as atividades do desporto amador no âmbito do Município de Peritiba, SC.

Art. 6º Ficam proibidas as atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretem reunião de público, inclusive festa ou confraternizações em residências e espaços particulares, que caracterizem aglomeração de pessoas.

CAPÍTULO II

NORMAS PARA OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NÃO ESSENCIAIS

Art. 7º Os estabelecimentos comerciais não essenciais deverão adotar rodízio de funcionários para atendimento ao público, de forma a reduzir em aproximadamente 30% (trinta por cento) a presença de funcionários durante o expediente, evitando aglomerações no interior e, quando necessário, restringir o acesso de clientes para assegurar condições que evitem proximidade de pessoas, com distanciamento mínimo de 1,5m entre elas, dentro e fora do estabelecimento.

Parágrafo único. Excluem-se da obrigatoriedade do rodízio de funcionários, disposta no caput deste artigo, as pequenas empresas cujo atendimento seja realizado pelos familiares ou as que não possuem número suficientes de funcionários para adotar o rodízio.

Art. 8º Os estabelecimentos comerciais ficam obrigados a:

I – disponibilizar álcool em gel 70% ou solução antisséptica similar para higienização de mãos nos estabelecimentos que permanecem em funcionamento;

II – retirar de uso os bebedouros com jato inclinado;

III – manter preferencialmente ventilação natural nos ambientes fechados;

IV – intensificar a higienização de utensílios, superfícies e equipamentos com álcool 70%, ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, nos utensílios, equipamentos, maçanetas, mesas, corrimãos, interruptores, sanitários, elevadores, entre outros, respeitando a característica do material quanto à escolha do produto.

Art. 9º Fica proibida a concessão de alvará e a atuação de vendedores ambulantes que não residam no Município, para venda de mercadorias de qualquer natureza.

### CAPÍTULO III

#### NORMAS PARA OS ESTABELECIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Art. 10. Os estabelecimentos de comercialização de gêneros alimentícios que se enquadram no conceito de supermercados deverão adotar as seguintes medidas de controle:

I – realizar o monitoramento da temperatura corporal dos usuários, impedindo o acesso daqueles que apresentarem alterações acima de 37,8°C e recomendando que busquem atendimento médico;

II – proceder à higienização dos carrinhos, cestas e utensílios necessários para a utilização das compras, posteriormente ao uso dos consumidores;

III – assegurar que permaneçam no interior do estabelecimento quantidade segura de usuários para evitar aglomerações e proximidade, com distanciamento mínimo de 1,5m entre cada pessoa, restringindo a entrada quando necessário;

IV – havendo restrição de acesso, deverão ser organizadas filas seguras, preferencialmente em local arejado, com acesso à álcool em gel 70% e com o espaçamento adequado entre os usuários;

V – impedir o acesso de usuários ao interior do estabelecimento sem o uso de máscaras, fiscalizando a sua utilização durante a realização das compras;

VI – assegurar que os usuários utilizem álcool em gel 70% antes de ingressarem no estabelecimento;

VII – orientar aos usuários a comparecerem às compras de maneira individualizada, sem a companhia de familiares e que, preferencialmente, não se enquadre no grupo de risco;

VIII – retirar de uso os bebedouros com jato inclinado;

IX – manter, preferencialmente, ventilação natural nos ambientes fechados;

X – manter profissionais responsáveis pela fiscalização e o controle das medidas impostas.

### CAPÍTULO IV

#### NORMAS PARA BARES, RESTAURANTES, LOJAS DE CONVENIÊNCIA E SIMILARES

Art. 11. Os bares, restaurantes, lojas de conveniências e estabelecimentos destinados ao preparo e consumo de alimentos deverão assegurar que permaneça no interior do estabelecimento, quantidade segura de usuários para evitar aglomerações e proximidade, restringindo a entrada quando necessário, e deverão:

I – garantir distanciamento seguro das mesas para o consumo de alimentos, evitando o contato e interação entre os consumidores;

II – privilegiar, sempre que possível, a comercialização através de delivery;

III – retirar de uso os bebedouros com jato inclinado;

IV – manter, preferencialmente, ventilação natural nos ambientes fechados;

V – manter profissionais responsáveis pela fiscalização e o controle das medidas impostas;

VI – restringir a entrada de clientes após às 22h, com fechamento do estabelecimento até às 23h

VII – atender integralmente as Portarias SES nºs. 244 de 12 de abril e 256 de 21 de abril de 2020, em relação aos cuidados com higiene, distanciamento e lotação;

Parágrafo único. Fica proibida a utilização de som ao vivo, atrativos como espaços kids, jogos, sinuca, cartas, bolão, bocha e similares;

## CAPÍTULO V

### NORMAS PARA AGÊNCIAS BANCÁRIAS, CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, LOTÉRICAS E COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Art. 12. As agências bancárias, correspondentes bancários, lotéricas e cooperativas de crédito situadas no Município deverão adotar as seguintes medidas de controle:

I – realizar o monitoramento da temperatura corporal dos usuários, impedido o acesso daqueles que apresentarem alterações acima de 37,8°C e recomendando que busquem atendimento médico;

II – assegurar que permaneçam no interior do estabelecimento quantidade segura de usuários para evitar aglomerações e proximidade, com distanciamento mínimo de 1,5m entre cada pessoa, restringindo a entrada, quando necessário;

III – havendo restrição de acesso, deverão ser organizadas filas seguras preferencialmente em local arejado, com acesso à álcool em gel 70% e com o espaçamento adequado entre os usuários;

IV – impedir o acesso de usuários ao interior do estabelecimento sem o uso de máscaras, fiscalizando a sua utilização durante a permanência no local;

V – assegurar que os usuários utilizem álcool em gel 70% antes de ingressarem no estabelecimento;

VI – orientar aos clientes a comparecerem aos referidos estabelecimentos de maneira individualizada, sem a companhia de familiares e que, preferencialmente, não se enquadre no grupo de risco;

VII – retirar de uso os bebedouros com jato inclinado;

VIII – manter, preferencialmente, ventilação natural nos ambientes fechados;

IX – manter profissionais responsáveis pela fiscalização e o controle das medidas impostas.

## CAPÍTULO VI

### NORMAS PARA VEÍCULOS DE TRABALHADORES EM LOCAIS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS E AGROINDÚSTRIAS

Art. 13. Nos veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, fica a ocupação de cada veículo limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de passageiros sentados, adotados os seguintes cuidados obrigatórios:

I – os trabalhadores devem ser orientados a já saírem de casa usando máscara, que deve ser mantida durante todo o trajeto até a empresa;

II – realizar a limpeza e sanitização dos veículos fretados para transporte de trabalhadores ao final de cada viagem, com álcool 70% ou outro desinfetante indicado para este fim;

III – disponibilizar álcool em gel 70%, ou preparações antissépticas de efeito similar, nos veículos de transporte de trabalhadores para higiene das mãos.

Art. 14. As agroindústrias localizadas no Município deverão obedecer às notas técnicas, instruções normativas, decretos e demais atos legislativos relacionados à prevenção da COVID-19, expedidos pelos órgãos competentes do Governo do Estado de Santa Catarina e do Governo Federal, aos quais competem a fiscalização e regulação dos serviços sanitários e de vigilância epidemiológica.

## CAPÍTULO VII

### DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 15. As instituições de longa permanência para idosos ou congêneres deverão restringir as visitas externas, permitindo-as somente em situações essencialmente necessárias, além de adotar o isolamento dos sintomáticos respiratórios e os protocolos de higiene dos ambientes, profissionais, público externo e interno.

Parágrafo único. As instituições de longa permanência deverão providenciar meios para que as visitas ocorram virtualmente, por chamadas de vídeo ou similares, sempre que solicitadas.

## CAPÍTULO VIII

### ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES EM RELAÇÃO ÀS NORMAS ESTABELECIDAS

Art. 16. A fiscalização e cumprimento das medidas propostas ficam a cargo da Vigilância Epidemiológica e a Vigilância Sanitária, auxiliadas pela Defesa Civil Municipal, Polícia Civil e Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, e outros órgãos da Administração Municipal.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento das normas previstas neste Decreto, os infratores ficarão sujeitos às penalidades e multas

previstas no Código de Posturas do Município, sem prejuízo de outras medidas que porventura se fizerem necessárias.

Art. 17. Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar a eventual prática da infração administrativa prevista no art. 5º, XI, da Constituição Federal; inciso VII do art. 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977; Lei Municipal aplicável, bem como do crime previsto no art. 268 do Código Penal e demais legislações.

## CAPÍTULO IX

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. As medidas do presente Decreto terão vigência até 7 de setembro de 2020, podendo ser revistas, caso a situação epidemiológica no Município apontar ou sobrevierem normas mais restritivas do Governo do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Decorrido o prazo disposto no caput deste artigo, as medidas poderão ser revertidas em restrição total, caso não surtem o efeito desejado.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Ficam revogados as disposições em contrário.

### CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 31 de julho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 31/julho/2020	
--	--

Franciéli Schoenell

Responsável pela publicação

## EXTRATO DE CONTRATO 14/2020 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2020

Publicação Nº 2591670

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA – FMS.  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 07/2020 modalidade Pregão Presencial nº 04/2020.

Objeto: Prorrogar até 31/12/2020, o prazo de vigência do contrato original nº 13/2020, que tem por objeto a aquisição de um veículo tipo van ou minibus, novo, zero km, no mínimo ano 2019 e modelo 2019, com capacidade mínima de 15+1 lugares, de acordo com o convênio nº 2019TR001664.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2020 – FMS.

Contratado: DE MARCO LTDA.

CNPJ nº: 84.584.556/0007-58.

Valor: R\$ 156.100,00 (Cento e cinquenta e seis mil e cem reais)

Data de Vigência: 31/07/2020 à 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC., em 31 de julho de 2020.

GRACIELI DENISE WUADEN

Secretária de Saúde e Bem Estar Social

**EXTRATO DE CONTRATO 92/2020**

Publicação Nº 2591537

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação nº 45/2020 modalidade Tomada de Preços nº 03/2020.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de Projeto Preventivo de Incêndio no Centro Educacional Professor José Arlindo Winter, com fornecimento de material e mão de obra.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 92/2020.

Contratado: BASE-V ENGENHARIA LTDA

CNPJ nº: 28.877.101/0001-64.

Valor: R\$ 18.613,32 (Dezoito mil, seiscentos e treze reais e trinta e dois centavos).

Data de Vigência: 29/07/2020 a 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC., em 29 de julho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 93/2020**

Publicação Nº 2591540

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 51/2020 modalidade Dispensa de licitação nº 09/2020.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para sonorização, iluminação e transmissão da live em comemoração ao dia do município, que será realizado no dia 15 de agosto de 2020 com início previsto para às 16h00 e término às 18h00, no Centro de Convivência dos Idosos Almiro Muller.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 93/2020.

Contratado: ELORI PORT 34793631991

CNPJ nº: 18.793.024/0001-00.

Valor: R\$ R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

Data de Vigência: 31/07/2020 a 30/09/2020.

Município de Peritiba – SC., em 31 de julho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 94/2020**

Publicação Nº 2591542

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 52/2020 modalidade Dispensa de licitação nº 10/2020.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de fotos e filmagens quando da live em comemoração ao dia do Município e pequenas filmagens, editadas, que serão divulgadas na live.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 94/2020.

Contratado: LS FOTOGRAFIAS EIRELI

CNPJ nº: 03.839.858/0002-13.

Valor: R\$ R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Data de Vigência: 31/07/2020 a 30/10/2020.

Município de Peritiba – SC., em 31 de julho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

## EXTRATO DE CONTRATO 95/2020

Publicação Nº 2591545

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de licitação nº 36/2017 Credenciamento Universal nº 01/2017 e o Processo de Licitação nº 53/2020 Inexigibilidade nº 05/2020.

Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de pessoas físicas ou jurídicas para fornecimento de cargas de cascalho, para manutenção das estradas do município para o ano de 2020.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 95/2020.

Contratado: LÍRIO VERUCK

CPF nº: 304.628.519-15.

Valor: Para efeitos contábeis estima-se para este contrato o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Data de Vigência: 31/07/2020 a 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC., em 31 de julho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

## PORTARIA 253/2020

Publicação Nº 2591579

PORTARIA Nº 253/2020  
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE  
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora REGINA INES BRAND LAZZARIN, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM COMPRAS, Grupo 2, Nível 6, Classe "B", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 30 de Julho de 2020 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII – DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 31 de Julho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 31/Julho/2020.	
---	--

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 254/2020**

Publicação N° 2591580

PORTARIA N° 254/2020  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora CLEONILDE TEREZA THOMAZ, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "E", Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 03 a 07 de agosto de 2020, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 03 de agosto de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 03/agosto/2020	
---	--

Franciéli Schoenell  
Responsável pela publicação

# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 18/2020 PMPB PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020 PMPB

Publicação Nº 2591942

MUNICIPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 18/2020 PMPB  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020 PMPB

#### AVISO DE EDITAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, através de seu Prefeito Municipal, Sr. Deyvisonn da Silva de Souza, informa que será realizada licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo "menor preço por ITEM", visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventual CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, A FIM DE SUPRIR AS NECESIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICIPIO DE PESCARIA BRAVA, conforme quantidades, especificações e condições constantes no Edital e seus anexos.

O recebimento das propostas se dará entre os dias 07/08/2020 às 08h00min e 20/08/2020 às 08h45min.

Data da Sessão para Disputa de Preços: 20/08/2020 às 09h00min.

Informações poderão ser obtidas através do fone: (048) 3647-6312 - Setor de Licitações e no endereço de e-mail: [licitacao@pescariabrava.sc.gov.br](mailto:licitacao@pescariabrava.sc.gov.br) (site: [www.pescariabrava.sc.gov.br](http://www.pescariabrava.sc.gov.br)) ou diretamente na Sede administrativa: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC.  
Pescaria Brava, 05 de agosto de 2020.

DEYVISOnN DA SILVA DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Pinhalzinho

## PREFEITURA

**0185**

Publicação Nº 2591763

LEI COMPLEMENTAR Nº 0185/2020, 03 DE AGOSTO DE 2020.

**"ALTERA O ART. 30 E ACRESCENTA O ARTIGO 30-A NA LEI COMPLEMENTAR N. 70/2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito de Pinhalzinho, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faço saber que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eusancionoaseguinteLeiComplementar:

Art. 1º O Art. 30 da Lei Complementar n. 70/2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 30 Ao longo das faixas de domínio público das rodovias será obrigatória a reserva de faixa não-edificável de 5,00 m.(cinco metros) de cada lado.

§ 1º Independentemente da redução da faixa não edificável, os recuos previstos na Lei Complementar N. 144/2012, que institui o Plano diretor do município de Pinhalzinho, devem ser respeitados.

§ 2º Às construções realizadas até 25 de novembro de 2019 aplica-se a anistia prevista no § 5º do art. 4º da Lei Complementar N. 6766/1979.

Art. 2º À Lei Complementar n. 70/2005 fica acrescido o art. 30-A, com a seguinte redação:

Art. 30 A- Ao longo das águas correntes ou dormentes e das faixas de domínio público das ferrovias será obrigatória a reserva de faixa não-edificável de 15,00 m.(quinze metros) de cada lado.

Parágrafo Único - Esta faixa não-edificável, que ficará como reserva no caso de cursos d`água, poderá ser utilizada como via pública, obedecendo o contorno existente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Pinhalzinho/SC, 03 de Agosto de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho Registrado e Publicado em data supra:

Silvia Regina Kulakowski Utzig Supervisora

Este documento é cópia do original assinado digitalmente (Assinado por: Mario Afonso Woitexem - 44919492987) Para conferir o original, acesse o site<https://www.camarapzo.sc.gov.br/cer>, informe o código: 20080316100182A297

Este documento é cópia do original assinado digitalmente (Assinado por: Mario Afonso Woitexem - 44919492987) Para conferir o original, acesse o site<https://www.camarapzo.sc.gov.br/cer>, informe o código: 20080316100182A297

**177**

Publicação Nº 2591765

DECRETO Nº 177/2020, DE 29 DE JULHO DE 2020

**"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no artigo 13 da Lei Municipal No 2.643/2019 de 20/12/2019.

DECRETA:

Art. 1o Fica aberto Crédito Adicional, Espécie Suplementar no valor de R\$ 238.439,53 (duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e trinta e nove reais e cinquenta e três centavos) nos seguintes projetos/atividades do Orçamento Municipal abaixo:

06.001.0012.0361.0005.2013 – MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.01.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	6.000,00

06.001.0012.0361.0025.2022 – EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.01.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	30.000,00

## 09.001.0020.0608.0018.2052 – PROGRAMA PORTEIRA PRA DENTRO

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	50.000,00

## 09.001.0020.0606.0007.2016 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	120.000,00

## 10.002.0006.0181.0020.2074 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONVÊNIO - BOMBEIROS

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.3.64.0001	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	32.439,53

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional, espécie suplementar aberto no artigo 1º, ficam anulados R\$ 238.439,53 (duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e trinta e nove reais e cinquenta e três centavos) nas dotações orçamentárias nos seguintes Projetos/Atividades:

## 06.001.0012.0361.0005.2013 – MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
44900000	0.1.01.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	6.000,00

## 06.001.0012.0361.0025.2022 – EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
44900000	0.1.01.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	30.000,00

## 09.001.0020.0608.0018.2052 – PROGRAMA PORTEIRA PRA DENTRO

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	50.000,00

## 09.001.0020.0606.0007.2016 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33500000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Transferência a instituições privadas s/ fins lucrativos	120.000,00

## 10.002.0006.0181.0020.2074 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONVÊNIO - BOMBEIROS

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
44900000	0.3.64.0001	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	32.439,53

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho – SC, 29 de julho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM  
Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA  
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra  
Sílvia Regina Kulakowski Utzig  
Supervisora

**178**

Publicação Nº 2591767

DECRETO Nº 178/2020, DE 30 DE JULHO DE 2020

"ALTERA O ART. 9º DO DECRETO Nº 81/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º O Art. 3º do Decreto n. 100/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Designando a Sra. Valquíria Astrigi, matrícula nº 4990, como Leiloeira Municipal, nomeada para coordenar a venda de ativos inseríveis do Município".

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Pinhalzinho - SC, 30 de Julho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra:

Sílvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

**179**

Publicação Nº 2591768

DECRETO Nº 179/2020, DE 30 DE JULHO DE 2020

"NOMEIA GESTOR E INSTITUI A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS PARCERIAS CELEBRADAS POR MEIO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N. 03/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito de Pinhalzinho, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente, em especial o Art. 2º. XI, da Lei 13.019/2014:

Considerando que o Decreto Municipal n. 87/2019 regulamentou a Lei 13.019/2014;

Considerando que existem parcerias em vigência e que precisam se adequar a nova sistemática estabelecida pelo Decreto Municipal n. 87/2019;

Considerando que a Administração Pública Municipal está em constante aperfeiçoamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Servidora Gabriele Ana Paula Danielli Schmitz, Coordenadora, para exercer a função de GESTORA da parceria firmada por meio do Termo de Colaboração n. 03/2020, firmado com a Associação de Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina - ADEVOSC, com poderes de controle e fiscalização.

Art. 2º - Fica nomeada a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Colaboração n. 03/2020, com poderes para monitorar e avaliar a parceria:

Membro: Liamara Wagner Cavalheiro;

Membro: Sílvia Regina Kulakowski Utzig;

Membro: Loriane Giuradelli.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho - SC, 30 de julho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig  
Supervisora

**180**

Publicação N° 2591769

DECRETO N° 180/2020, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

“ALTERA OS MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito de Pinhalzinho, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º Altera os membros da Comissão Julgadora de Processo Administrativo Sanitário, a qual possui a incumbência de analisar os recursos interpostos em virtude de penalidades aplicadas pela Vigilância Sanitária, de acordo com a Legislação vigente.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão Julgadora de Processo Administrativo Sanitário, os seguintes membros:

Presidente: Cleomar Provense;  
Membros: Adriano Ely;  
Renyele Ersilia C. B. Trombetta Travassos;  
Camila Soligo Bernardi.

Art. 3º Os membros da Comissão prestarão serviços considerados relevantes ao Município e não serão remunerados pelo desempenho das atribuições constantes deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se em especial o Decreto nº 74/2017.

Pinhalzinho - SC, 03 de agosto de 2020.

MÁRIO AFONSO WOITEXEM  
Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA  
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig  
Supervisora

**BALANCETE DE VERIFICAÇÃO E CONTROLE - JULHO/2020 - CONVÊNIO DE TRÂNSITO 0058**

Publicação Nº 2591721



**MUNICÍPIO DE PINHALZINHO/SC**  
**CONVÊNIO DE TRÂNSITO Nº 0058/DETRAN/ASJUR/2020**  
 DETRAN/SC – CNPJ 34.060.183/0001-52  
**BALANCETE DE VERIFICAÇÃO E CONTROLE**

**MÊS DE REFERÊNCIA: JULHO/2020**

<b>CONTA CENTRALIZADORA 21341-1</b>	<b>SALDO INICIAL</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>DESPESAS</b>	<b>SALDO FINAL</b>
<b>SALDO INICIAL</b>	<b>35.619,54</b>			
RECEITA DE ARRECADAÇÃO BRUTA - MULTAS		11.275,97		
RECEITA DE ARRECADAÇÃO RENDIMENTOS		2,73		
ESTORNOS DE TARIFAS		-		
ESTORNOS DE ARRECADAÇÃO			-	
DESPESA DE TARIFAS			2.763,54	
<b>RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA</b>		<b>11.278,70</b>	<b>2.763,54</b>	<b>8.515,16</b>
TRANSFERÊNCIA PENDENTE Julho/2019				8.515,16
TRANSFERÊNCIA REALIZADA NO MÊS				-35.619,54
<b>SALDO FINAL</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.515,16</b>

<b>ÓRGÃOS CONVENIADOS</b>	<b>SALDO INICIAL</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>DESPESAS</b>	<b>SALDO FINAL</b>
POLÍCIA MILITAR CTA 47440-1	57.212,21			
POLÍCIA CIVIL CTA 47459-2	18.926,61			
MUNICÍPIO DE PINHALZINHO CTA 47467-3	111.640,16			

<b>DISPONIBILIDADE DESTINADA NO MÊS</b>		<b>35.619,54</b>		
Arrecadação Policia Militar		11.576,34		
Arrecadação Policia Civil		11.576,34		
Arrecadação Prefeitura		12.466,86		

<b>RENDIMENTOS ESPECÍFICOS</b>		<b>67,56</b>		
POLÍCIA MILITAR		21,16		
POLÍCIA CIVIL		7,48		
MUNICÍPIO DE PINHALZINHO		38,92		

<b>DESPESAS</b>			<b>21.136,69</b>	
-----------------	--	--	------------------	--

POLÍCIA MILITAR			5.307,70	
POLÍCIA CIVIL			10.642,90	
MUNICÍPIO DE PINHALZINHO			5.186,09	

<b>SALDOS</b>				
POLÍCIA MILITAR CTA 47440-1				63.502,01
POLÍCIA CIVIL CTA 47459-2				19.867,53
MUNICÍPIO DE PINHALZINHO CTA 47467-3				118.959,85

<b>TOTAIS</b>	<b>223.398,52</b>	<b>11.346,26</b>	<b>23.900,23</b>	<b>210.844,55</b>
---------------	-------------------	------------------	------------------	-------------------

PINHALZINHO/SC, 05 DE AGOSTO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM  
PREFEITO MUNICIPAL

DANIELE SELL PEZZINI  
CONTADORA  
CRC/SC 31560/O-9

### EXTRATO DE DISPENSAS DE LICITAÇÕES PMP - 001

Publicação Nº 2592486

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO – SC  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Número de Processo: 004/2020  
Contratante: MUNICÍPIO DE PINHALZINHO  
Tipo de Objeto: Contratação de Serviços  
Data de homologação: 10/02/2020  
Valor Comprado: R\$ 43.362,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO – SC  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Número de Processo: 005/2020  
Contratante: MUNICÍPIO DE PINHALZINHO  
Tipo de Objeto: Contratação de Serviços  
Data de homologação: 05/03/2020  
Valor Comprado: R\$ 1.494.910,94

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO – SC  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Número de Processo: 008/2020  
Contratante: MUNICÍPIO DE PINHALZINHO  
Tipo de Objeto: Obras e Serviços de Engenharia  
Data de homologação: 22/04/2020  
Valor Comprado: R\$ 21.956,10

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO – SC  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Número de Processo: 012/2020  
Contratante: MUNICÍPIO DE PINHALZINHO  
Tipo de Objeto: Obras e Serviços de Engenharia  
Data de homologação: 12/05/2020  
Valor Comprado: R\$ 22.673,36



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO – SC  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Número de Processo: 018/2020  
Contratante: MUNICÍPIO DE PINHALZINHO  
Tipo de Objeto: Contratação de Serviços  
Data de homologação: 06/07/2020  
Valor Comprado: R\$ 55.235,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO – SC  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Número de Processo: 001/2020  
Contratante: MUNICÍPIO DE PINHALZINHO  
Tipo de Objeto: Contratação de Serviços  
Data de homologação: 28/01/2020  
Valor Comprado: R\$ 998.237,56

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 057/2020 - MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

Publicação Nº 2591605

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2020

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, torna público, que estará realizando na sede da prefeitura, através da plataforma eletrônica [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), por intermédio da Bolsa de Licitações do Brasil (BLL), certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico Nº 057/2020, Processo n. 102/2020, cujo objeto consiste no REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE TAPETES SANITIZANTES E VIDROS DE PROTEÇÃO PARA BALCÃO, PARA AUXILIO AO COMBATE AO COVID 19 conforme especificações junto ao Edital Convocatório e anexos. Declara aberta o acolhimento das propostas comerciais até às 10:45h do dia 19/08/2020, início da sessão na mesma data a partir das 11:00h.

Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), por intermédio da Bolsa Licitações do Brasil (BLL), ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br) com Sede Administrativa em Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000

PINHEIRO PRETO-SC, 05 DE AGOSTO DE 2020.

PEDRO RABUSKE

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 058/2020 - MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

Publicação Nº 2591665

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2020

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, torna público, que estará realizando na sede da prefeitura, através da plataforma eletrônica [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), por intermédio da Bolsa de Licitações do Brasil (BLL), certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico Nº 058/2020, cujo objeto consiste na AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS INFORMATIVOS, CONVITES E MATERIAIS IMPRESSOS PARA USO DAS ADMINISTRAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-SC, conforme especificações junto ao Edital Convocatório e anexos. Declara aberta o acolhimento das propostas comerciais até às 08:15h do dia 20/08/2020, início da sessão na mesma data a partir das 08:30h.

Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), por intermédio da Bolsa Licitações do Brasil (BLL), ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br) com Sede Administrativa em Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000

PINHEIRO PRETO-SC, 05 DE AGOSTO DE 2020.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO

### CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇO 150/2020

Publicação Nº 2591816

CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2020

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de 2020, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: CONSTRUAGRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E AGROPÉCUARIA LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 36.155.799/0001-32, com sede na AV MARECHAL CASTELO BRANCO, nº 474, SALA 2, na cidade de PINHEIRO PRETO, Estado de SANTA CATARINA, neste ato representada pela Senhora Keli Fernanda Bottega Perosa, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação Registro de Preços, na modalidade Pregão Presencial nº 042/2020, conforme Processo Administrativo nº 081/2020, homologado em data de 16 de julho de 2020, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente ata tem por objeto AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ESGOTO E MATERIAIS DIVERSOS PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E 2021 PARA DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – O material objeto da presente ata, será adquirido pelo preço de:

Item	Qtdade Estimada	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3	125	Unidade	Cal Hidratada 20kg	Cibracal	R\$ 10,84	R\$ 1.355,00
4	175	Unidade	Cimento 50kg	Supremo	R\$ 28,20	R\$ 4.935,00
5	6000	Unidade	Tijolo 6 Furos 11.5x14x24	Princesa	R\$ 0,88	R\$ 5.280,00

Valor total estimado: R\$ 11.570,00 (onze mil quinhentos e setenta reais)

#### CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega e recebimento definitivo do material, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 – A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução do contrato de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª do contrato de Registro de Preços.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.4 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

4.1 – A FORNECEDORA ficará obrigada a entregar o material, objeto deste contrato de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração do contrato de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

#### CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA DO MATERIAL

5.1 – A entrega do material deverá ser de forma parcelada, durante o período de exercício de 2020/2021, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 – Os prazos para entrega do material necessários devem ser estabelecidos pela secretaria solicitante.

#### CLÁUSULA 6ª – DA QUALIDADE DO MATERIAL

6.1 – O material deverá ser de boa qualidade.

**CLÁUSULA 7ª -- DA VIGÊNCIA**

7.1 – O contrato de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

**CLÁUSULA 8ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020/2021:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 3 - Administração Geral

Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Despesa 98 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Programa: 20 - Assistência Ao Produtor Rural

Ação: 2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA

Despesa 144 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Despesa 133 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 136 - Salário Educação

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Despesa 119 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 136 - Salário Educação

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 23 - Estradas Vicinais

Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Despesa 150 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2012 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 29 - Desenvolvimento Urbano

Ação: 2.69 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Despesa 203 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

**CLÁUSULA 9ª - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 - O contrato de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do contrato de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**CLÁUSULA 10ª - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 – O contrato de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições do contrato de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

**CLÁUSULA 11ª - DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO**

11.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

**CLÁUSULA 12ª - DAS PENALIDADES**

12.1 – Se o fornecedor descumprir as condições deste contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

12.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

12.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a. por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b. em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c. transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

12.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes

sanções:

- a. advertência;
- b. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato de registro de preços e das demais cominações legais.

12.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 13ª - DA RESCISÃO

13.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a. por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b. amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c. judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

13.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 14ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

14.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 042/2020 modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

14.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 15ª – DA FISCALIZAÇÃO

15.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) secretários municipais: Secretário de Saúde, Secretária de Educação, Secretária de Administração, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Urbano e Secretário de Transportes e Obras.

15.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) José Aldair dos santos, Veronice Fritzen, Vanuza Perin, e Dejair Rodrigues bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 16ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho

de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 17ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas neste contrato e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

17.3 - A FORNECEDORA signatária deste contrato, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 18ª - DO FORO

18.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

#### CLÁUSULA 19ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

19.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas do orçamento de 2020 e aquelas a ser consignados na dotação orçamentária do ano de 2021.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 16 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	CONSTRUAGRO MAT CONST E AGRO LTDA
PEDR RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	

Testemunhas:

1- \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

### CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇO 151/2020

Publicação Nº 2591813

#### CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2020

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de 2020, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: SO LUZ MATERIAIS ELETRICOS EIRELI ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.038.642/0001-29, com sede na Rua NEREU RAMOS, nº 911, na cidade de CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, neste ato representada pelo Senhor REINALDO ANGELO WAGNER, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação Registro de Preços, na modalidade Pregão Presencial nº 042/2020, conforme Processo Administrativo nº 081/2020, homologado em data de 16 de julho de 2020, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente ata tem por objeto AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ESGOTO E MATERIAIS DIVERSOS PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E 2021 PARA DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

**CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO**

2.1 – O material objeto da presente ata, será adquirido pelo preço de:

Item	Qtidade Estimada	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
6	10	Unidade	Vassourão de gari cabo madeira de cerda 38.5x5.5	Roma	R\$ 25,00	R\$ 250,00
7	60	Unidade	Vassoura com cepa e cerdas de palha tipo 05 fios, amarração com arame, cabo de madeira medindo 1.20, comprimento cerdas 60cm	Conex	R\$ 26,50	R\$ 1.590,00
11	50	Unidade	Tubo esgoto ocre 100mm (tubo 6m)	Tigre	R\$ 114,90	R\$ 5.745,00
12	50	Unidade	Luva de esgoto ocre 100mm	Tigre	R\$ 15,50	R\$ 775,00
14	50	Unidade	Joelho 90º esgoto ocre 100mm	Tigre	R\$ 19,30	R\$ 965,00
15	50	Unidade	TE esgoto ocre 100mm	Tigre	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00
16	50	Unidade	Selim esgoto ocre 150x100mm	Tigre	R\$ 17,60	R\$ 880,00
17	50	Unidade	Luva de esgoto ocre 150mm	Tigre	R\$ 21,50	R\$ 1.075,00
23	10	Unidade	Pá ajuntadeira quadrada com cabo	Pandolfo	R\$ 34,00	R\$ 340,00
27	50	Unidade	Lampada tubular led 18W 120 CM	Manplex	R\$ 14,00	R\$ 700,00

Valor total estimado: R\$ 13.570,00 (Treze mil quinhentos e setenta reais)

**CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO**

3.1 - O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega e recebimento definitivo do material, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 – A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução do contrato de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª do contrato de Registro de Preços.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.4 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

4.1 – A FORNECEDORA ficará obrigada a entregar o material, objeto deste contrato de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração do contrato de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

#### CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA DO MATERIAL

5.1 – A entrega do material deverá ser de forma parcelada, durante o período de exercício de 2020/2021, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 – Os prazos para entrega do material necessários devem ser estabelecidos pela secretaria solicitante.

#### CLÁUSULA 6ª – DA QUALIDADE DO MATERIAL

6.1 – O material deverá ser de boa qualidade.

#### CLÁUSULA 7ª – DA VIGÊNCIA

7.1 – O contrato de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA 8ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020/2021:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 3 - Administração Geral

Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Despesa 98 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Programa: 20 - Assistência Ao Produtor Rural

Ação: 2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA

Despesa 144 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Despesa 133 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 136 - Salário Educação

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Despesa 119 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 136 - Salário Educação

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função: 26 - Transporte  
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário  
Programa: 23 - Estradas Vicinais  
Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
Despesa 150 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 2012 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos  
Programa: 29 - Desenvolvimento Urbano  
Ação: 2.69 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
Despesa 203 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

#### CLÁUSULA 9ª - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O contrato de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do contrato de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 10ª - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – O contrato de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições do contrato de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 11ª - DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de

Pinheiro Preto.

#### CLÁUSULA 12ª - DAS PENALIDADES

12.1 – Se o fornecedor descumprir as condições deste contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

12.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

12.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a. por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b. em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c. transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

12.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

- a. advertência;
- b. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato de registro de preços e das demais cominações legais.

12.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 13ª - DA RESCISÃO

13.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a. por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b. amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c. judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

13.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 14ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

14.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 042/2020 modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

14.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 15ª – DA FISCALIZAÇÃO

15.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) secretários municipais: Secretário de Saúde, Secretária de Educação, Secretária de Administração, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Urbano e Secretário de Transportes e Obras.

15.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) José Aldair dos Santos, Veronice Fritzen, Vanuza Perin e Dejair Rodrigues bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 16ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 17ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas neste contrato e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

17.3 - A FORNECEDORA signatária deste contrato, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 18ª - DO FORO

18.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

#### CLÁUSULA 19ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

19.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas do orçamento de 2020 e aquelas a ser consignados na dotação orçamentária do ano de 2021.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 16 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	SO LUZ MATERIAIS ELETRICOS EIRELI ME
PEDR RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	

Testemunhas:

1- \_\_\_\_\_ 2 - \_\_\_\_\_

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇO 152/2020**

Publicação N° 2591810

**CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2020**

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de 2020, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: QUIMICASOL EIRELI- EPP pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.943.501/0001-98, com sede na Rua FELIX PIASESKI, nº 240, na cidade de DESCANSO, Estado de SANTA CATARINA, neste ato representada pelo Senhora FRANCIS MARA FERNANDES TOIGO MUSTAFA, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação Registro de Preços, na modalidade Pregão Presencial nº 042/2020, conforme Processo Administrativo nº 081/2020, homologado em data de 16 de julho de 2020, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 – A presente ata tem por objeto AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ESGOTO E MATERIAIS DIVERSOS PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E 2021 PARA DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

**CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO**

2.1 – O material objeto da presente ata, será adquirido pelo preço de:

Item	Qtdade Estimada	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
29	20	Unidade	THINNER EMBA-LAGENS DE 18 LITROS	Colorwan	R\$ 109,00	R\$ 2.180,00

Valor total estimado: R\$ 2.180,00 (dois mil cento e oitenta reais)

**CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO**

3.1 - O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega e recebimento definitivo do material, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 – A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução do contrato de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª do contrato de Registro de Preços.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.4 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

**CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA**

4.1 – A FORNECEDORA ficará obrigada a entregar o material, objeto deste contrato de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração do contrato de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

#### CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA DO MATERIAL

5.1 – A entrega do material deverá ser de forma parcelada, durante o período de exercício de 2020/2021, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 – Os prazos para entrega do material necessários devem ser estabelecidos pela secretaria solicitante.

#### CLÁUSULA 6ª – DA QUALIDADE DO MATERIAL

6.1 – O material deverá ser de boa qualidade.

#### CLÁUSULA 7ª – DA VIGÊNCIA

7.1 – O contrato de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA 8ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020/2021:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 3 - Administração Geral

Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Despesa 98 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Programa: 20 - Assistência Ao Produtor Rural

Ação: 2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA

Despesa 144 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Despesa 133 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 136 - Salário Educação

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Despesa 119 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 136 - Salário Educação

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função: 26 - Transporte  
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário  
Programa: 23 - Estradas Vicinais  
Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
Despesa 150 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 2012 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos  
Programa: 29 - Desenvolvimento Urbano  
Ação: 2.69 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
Despesa 203 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

#### CLÁUSULA 9ª - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O contrato de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do contrato de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 10ª - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O contrato de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições do contrato de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 11ª - DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

#### CLÁUSULA 12ª - DAS PENALIDADES

12.1 - Se o fornecedor descumprir as condições deste contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº

8.666/93.

12.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

12.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a. por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b. em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c. transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

12.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

- a. advertência;
- b. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato de registro

de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com

a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato de registro de preços e das demais cominações legais.

12.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 13ª - DA RESCISÃO

13.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a. por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b. amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c. judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

13.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 14ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

14.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 042/2020 modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

14.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 15ª – DA FISCALIZAÇÃO

15.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) secretários municipais: Secretário de Saúde, Secretária de Educação, Secretária de Administração, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Urbano e Secretário de Transportes e Obras.

15.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) José Aldair dos Santos, Veronice Fritzen, Vanuza Perin e Dejair Rodrigues bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 16ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 17ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas neste contrato e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

17.3 - A FORNECEDORA signatária deste contrato, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 18ª - DO FORO

18.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

#### CLÁUSULA 19ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

19.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas do orçamento de 2020 e aquelas a ser consignados na dotação orçamentária do ano de 2021.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 16 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	QUIMICASOL EIRELI- EPP
PEDR RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	

Testemunhas:

1- \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

2- \_\_\_\_\_

Nome:

CPF

**CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇO 153/2020**

Publicação Nº 2591809

**CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2020**

A Aos quatorze dias do mês de julho do ano de 2020, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: VIA RN TINTAS INDUSTRIA E COMÉRCIO EIRELI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.197.303/0001/60, com sede na Rua AUGUSTO GNEIDING, nº 810, BLOCO B, na cidade de RIO NEGRINHO, Estado de SANTA CATARINA, neste ato representada pelo Senhor ARILDO PASCOALINHO CARDOSO, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação Registro de Preços, na modalidade Pregão Presencial nº 042/2020, conforme Processo Administrativo nº 081/2020, homologado em data de 16 de julho de 2020, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 – A presente ata tem por objeto AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ESGOTO E MATERIAIS DIVERSOS PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E 2021 PARA DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

**CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO**

2.1 – O material objeto da presente ata, será adquirido pelo preço de:

Item	Qtde Estimada	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
30	10	Unidade	Tinta para sinalização viária, premium; na cor amarela, em embalagens de 18 litros.	Madevia	R\$ 189,00	R\$ 1.890,00
31	15	Unidade	Tinta para sinalização viária, premium; na cor branca, em embalagens de 18 litros.	Madevia	R\$ 180,00	R\$ 2.700,00
34	5	Unidade	Tinta metálica (ferro metal) embalagens de 3,8 litros na cor azul	Madequimica	R\$ 49,00	R\$ 245,00
35	5	Unidade	Tinta metálica (ferro metal) embalagens de 3,8 litros na cor amarelo	Madequimica	R\$ 49,00	R\$ 245,00
36	20	Unidade	Tinta metálica (ferro metal) embalagens de 3,8 litros na cor vermelho	Madequimica	R\$ 49,00	R\$ 980,00

Preço total estimado: R\$ 6.060,00 (seis mil e sessenta reais)

**CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO**

3.1 - O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega e recebimento definitivo do material, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 – A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução do contrato de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual

período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª do contrato de Registro de Preços.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.4 - Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

4.1 - A FORNECEDORA ficará obrigada a entregar o material, objeto deste contrato de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração do contrato de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

#### CLÁUSULA 5ª - DA ENTREGA DO MATERIAL

5.1 - A entrega do material deverá ser de forma parcelada, durante o período de exercício de 2020/2021, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 - Os prazos para entrega do material necessários devem ser estabelecidos pela secretaria solicitante.

#### CLÁUSULA 6ª - DA QUALIDADE DO MATERIAL

6.1 - O material deverá ser de boa qualidade.

#### CLÁUSULA 7ª - DA VIGÊNCIA

7.1 - O contrato de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA 8ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020/2021:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 3 - Administração Geral

Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Despesa 98 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Programa: 20 - Assistência Ao Produtor Rural

Ação: 2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA

Despesa 144 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Função: 12 - Educação  
Subfunção: 365 - Educação Infantil  
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação: 2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
Despesa 133 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 136 - Salário Educação

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Função: 12 - Educação  
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental  
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Despesa 119 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 136 - Salário Educação

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função: 26 - Transporte  
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário  
Programa: 23 - Estradas Vicinais  
Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
Despesa 150 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 2012 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos  
Programa: 29 - Desenvolvimento Urbano  
Ação: 2.69 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
Despesa 203 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

#### CLÁUSULA 9ª - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O contrato de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do contrato de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 10ª - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – O contrato de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições do contrato de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 11ª - DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

#### CLÁUSULA 12ª - DAS PENALIDADES

12.1 – Se o fornecedor descumprir as condições deste contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

12.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

12.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a. por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b. em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c. transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

12.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

- a. advertência;
- b. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato de registro de preços e das demais cominações legais.

12.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 13ª - DA RESCISÃO

13.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a. por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b. amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c. judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

13.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 14ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

14.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 042/2020 modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

14.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 15ª – DA FISCALIZAÇÃO

15.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) secretários municipais: Secretário de Saúde, Secretária de Educação, Secretária de Administração, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Urbano e Secretário de Transportes e Obras.

15.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) José Aldair dos Santos, Veronice Fritzen, Vanuza Perin e Dejair Rodrigues bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 16ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 17ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas neste contrato e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

17.3 - A FORNECEDORA signatária deste contrato, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 18ª - DO FORO

18.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

#### CLÁUSULA 19ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

19.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas do orçamento de 2020 e aquelas a ser consignados na dotação orçamentária do ano de 2021.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das

testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 16 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	VIA RN TINTAS INDU E COMÉRCIO EIRELI
PEDR RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	

Testemunhas:

1- \_\_\_\_\_ 2- \_\_\_\_\_

Nome: Nome:

CPF: CPF:

## DECRETO 5283

Publicação N° 2592750

DECRETO N° 5.283, DE 04 DE AGOSTO DE 2020

CONSTITUI COMISSÃO DE QUE TRATA O ART. 10 DA LEI MUNICIPAL N° 2.149, DE 14 DE JULHO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, prefeito municipal de Pinheiro Preto/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a lei Municipal nº 2.149, de 14 de julho de 2020,

CONSIDERANDO a indicação dos membros,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão responsável pela escolha dos contemplados na aquisição de lotes localizados no loteamento público "Bairro São José III", nomeando para compô-la os seguintes membros:

I - Quatro servidores públicos municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo:

- a) Jurceli Bertha, assistente social;
- b) Edina Volpato Mariani;
- c) Geslaine Rodrigues;
- d) Ligiane Zago Silva.

II - Um representante da Associação de Pais e Professores - APP do Escola de Educação Básica Professora Maura de Senna Pereira

- a) Adilson Zucco.

III - Um representante da Associação de Pais e Professores - APP do Centro Educacional Padre Trudo Plessers;

- a) Tauana Neis.

IV - Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinheiro Preto.

- a) Arildo Antonio Mânica.

V - Um representante da Indústria e do Comércio do Município de Pinheiro Preto.

- a) Jacieli Aparecida Patricio.

VI – Um representante das agentes comunitárias de saúde

- a) Ivanete Bado.

Art. 2º A escolha dos beneficiários deverá seguir os parâmetros previstos na Lei Municipal nº 2.149, de 14 de julho de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Centro Administrativo de Pinheiro Preto/SC, 04 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito

**TERMO ADITIVO 33/2020**

Publicação Nº 2591800

**TERMO ADITIVO Nº 033/2020****SEGUNDO TERMO ADITIVO  
AO CONTRATO Nº 307/2018**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede administrativa na Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111, Centro, Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Pedro Rabuske, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38, com sede na Avenida das Nações Unidas. Nº 14261 – Vila Gertrudes São Paulo SC, por seu representante legal Sr. Gilberto Boff, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o segundo termo aditivo ao contrato nº 307/2018, nos termos da Lei nº 8.666/93, que se regerá mediante as cláusulas e condições que subseguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

0.1 Constitui objeto deste termo aditivo a INCLUSÃO DE ITEM do contrato nº 307/2018, que versa sobre a CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULOS E MÁQUINAS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, autorizado através do processo nº 154/2018, Licitação nº 085/2018, modalidade PREGÃO.

**0.2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO DE ITEM**

2.1 O item 2.1 da cláusula segunda do Contrato nº 307/2018, que trata do objeto e do preço, passará a vigorar com a seguinte redação, devido a inclusão do veículo Ford Ka e do Veículo Onix, ambos zero KM:

ITEM	SEC.	VEÍCULO	VALOR UNITÁRIO
2	OBRAS	VEÍCULO GM CLASSIC SEDAN 1.0 FLEX, 4 PORTAS, ANO/MODELO 2012, PLACA MJS 2652, CLASSE 02. Cobertura: Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa a) Casco - .....110 % tabela FIPE b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00 c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00 d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00 e) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00 f) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00 Assistência 24:00 horas – veículo e passageiros – guincho 300 km. Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores. A franquia deverá ser reduzida, e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00.	R\$ 1.900,00
3	SAUDE	VEÍCULO FIAT MOBI LIKE, 1.0, ANO/MODELO 2018, PLACA QIN 1165, CHASSI 9BD3414A5XJY477482, RENAVAL 1122263659. Cobertura: Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa a) Casco - .....110 % tabela FIPE b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00 c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00 d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00 e) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00 f) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00 Assistência 24:00 horas – veículo Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores. A franquia deverá ser reduzida, e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.330,00	R\$ 1.900,00
4	SAÚDE	VEÍCULO VOLKSWAGEN VOYAGE, 1.6, ANO/MODELO 2014, PLACA MLX 7052, RENAVAL 995466742, CLASSE BONUS 01 Cobertura: I - Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa a) Casco - .....110 % tabela FIPE RCF – Responsabilidade Civil Facultativa terceiros: b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00 c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00 d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais .....R\$ 50.000,00 e) Morte ..... R\$ 20.000,00 f) Invalidez ..... R\$ 20.000,00 Assistência 24:00 horas – veículo e passageiros – guincho 300 km. Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores. A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00.	R\$ 1.900,00

5	SAÚDE	<p>VEÍCULO CHERY CELER 1.5 FFHB, ANO DE FABRICAÇÃO 2015, MODELO 2015, MARCA CHERY, PLACA QHD6489. CLASSE BONUS 00</p> <p>Coberturas:</p> <p>RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>APP-DMH por pessoa/passageiro ..... R\$ 7.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas - veículo e passageiros</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00.</p>	R\$ 1.900,00
6	SAÚDE	<p>VEÍCULO CHERY CELER 1.5 FLEX FL, ANO DE FABRICAÇÃO 2015, MODELO 2016, MARCA CHERY, PLACA QHO7792 CLASSE BONUS 00</p> <p>Coberturas:</p> <p>RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>APP-DMH por pessoa/passageiro ..... R\$ 7.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas - veículo e passageiros</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00.</p>	R\$ 1.900,00
9	SAÚDE	<p>VEÍCULO RENAULT LOGAN, PLACA QIB 4465, ANO 2016, CHASSI 93Y4SRD64HJ414588</p> <p>Cobertura:</p> <p>Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>e) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>f) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo e passageiros – guincho 300 km.</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00.</p>	R\$ 1.900,00
12	SAUDE	<p>VEICULO FORD KA SE 1.5 SD B ANO 2018 MODELO 2018 PLACA QJC 0686 RENAVAL 1159468726</p> <p>Coberturas:</p> <p>Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>e) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>f) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00</p>	R\$ 1.899,88
13	SAUDE	<p>VEICULO FORD KA SE 1.5 SD B ANO 2018 MODELO 2018 PLACA QJC 0796 RENAVAL 1159469455</p> <p>Coberturas:</p> <p>Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>e) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>f) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00</p>	R\$ 1.900,00

14	SAUDE	<p>VEICULO FORD KA SE 1.5 SD B ANO 2018 MODELO 2018 PLACA QJC 1096 RENAVAL 1159471905.</p> <p>Coberturas:</p> <p>Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>e) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>f) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00</p>	R\$ 1.900,00
15	SAÚDE/ CRAS	<p>VEICULO CLASSIC, ANO 2013, PLACA MLV 1536, CHASSI 9BGSU19F0EB1956008 CLASSE BONUS 02</p> <p>Cobertura:</p> <p>I - Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>e) APP morte/ invalidez e DMH ..... R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – serviço de guincho para 300 km</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00</p>	R\$ 1.900,00
16	AGRICUL- TURA	<p>VEÍCULO UNO MILLE FIRE 1.0 FLEX, MOTOR 1.0, ANO DE FABRICAÇÃO 2008, MODELO 2008, MARCA FIAT, PLACA MEM 7764. CLASSE BÔNUS 01</p> <p>Coberturas:</p> <p>Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa terceiros</p> <p>Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>APP-DMH por pessoa/passageiro ..... R\$ 5.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00</p>	R\$ 1.900,00
34	ADMINIS- TRAÇÃO	<p>VEÍCULO CORSA 1.0, 4 PORTAS ANO 2011, MODELO 2012, PLACA MLD 2239, CLASSE BÔNUS 12</p> <p>Coberturas:</p> <p>Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>e) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>f) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00</p>	R\$ 1.900,00
35	PREFEITU- RA	<p>VW/Nova Saveiro RB MBVS, Placa: QIZ-3515; RENAVAL: 115.442.9560.</p> <p>Coberturas:</p> <p>Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>e) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>f) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00</p>	R\$ 2.400,00

38	EDUCAÇÃO	<p>VEÍCULO CHEVROLET CLASSIC 1.0 LS ADV ANO/MODELO: 2014/2015 PLACA MLT 7657. CLASSE BONUS 01 Cobertura: Casco .....110% tabela Fipe RCF – Responsabilidade Civil Facultativa terceiros: A) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00 B) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00 C) RCF/DM – Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00 D) Morte .....R\$ 20.000,00 E) Invalidez ..... R\$ 20.000,00 Assistência 24:00 horas – veículo Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores. A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00.</p>	R\$ 1.900,00
47	OBRAS	<p>VEÍCULO TOYOTA HILUX CD 4X4 SRV, 1.6, ANO/MODELO 2006, PLACA MAR 4316 RENAVAM 891179313, CHASSI 8AJFZ29G366024213. Coberturas: Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa a) Casco - .....110 % tabela FIPE b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00 c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00 d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00 e) Morte .....R\$ 20.000,00 f) Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00 Assistência 24:00 horas – veículo e passageiros- guincho 300km Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores. A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 4.951,00</p>	R\$ 3.000,00
55	ADMINIS- TRAÇÃO	<p>VEÍCULO FORD KA HATCH 1.5 SE, 4 PORTAS ANO E MODELO 2020, CHASSI 9BF- ZH55SXL8499084. Coberturas: Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa a) Casco - .....110 % tabela FIPE b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00 c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00 d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00 e) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00 f) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00 Assistência 24:00 horas – veículo Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores. A franquia deverá ser reduzida.</p>	R\$ 1.002,84
56	CRAS	<p>VEICULO ONIX SEDAN PLUS LT 1.0 FELX 4 PORTAS, ANO E MODELO 2020, CHASSI 9BGEB69H0LG231305 Cobertura: I - Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa a) Casco - .....110 % tabela FIPE b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00 c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00 d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00 e) APP morte/ invalidez e DMH ..... R\$ 20.000,00 Assistência 24:00 horas – serviço de guincho para 300 km Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores. A franquia deverá ser reduzida.</p>	R\$ 1.017,21
VALOR TOTAL:			R\$ 32.120,25

## CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 A presente despesa correrá a conta da seguinte dotação orçamentária:

2000 - PODER EXECUTIVO; Unidade Orçamentária:

2002 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Função:4 – ADMINISTRAÇÃO

Subfunção: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa:3 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Ação; 2.22 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Despesa 98 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

4000 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL; Unidade Orçamentária:

4001 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Função:8 – ASSISTENCIA SOCIAL

Subfunção: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa:5 – ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL  
Ação: 2.26 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL  
Despesa 14 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

**CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO**

6.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do contrato nº 307/2018, independente de transcrição.

**CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

7.1 O presente termo aditivo será publicado, em resumo, no Diário Oficial dos Municípios, dando-se cumprimento ao disposto no art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93.

E por estarem, assim, justos e acertados, assinam o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, após lido e achado conforme, para que produza os seus efeitos legais.

Pinheiro Preto, 15 de junho de 2020.

PEDRO RABUSKE MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A Prefeito CONTRATADA  
CONTRATANTE

**TERMO ADITIVO 44/2020**

Publicação Nº 2591795

**TERMO ADITIVO Nº 44/2020****PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
AO CONTRATO Nº 127/2020**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede administrativa na Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111, Centro, Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Pedro Rabuske, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa BASE V ENGENHARIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.877.101/0001-64, com sede na rua Jorgelino Ribeiro dos Santos, nº 245, Santa Tereza, Joaçaba SC, por seu representante legal Sr. Marvin Bett, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o primeiro termo aditivo ao contrato nº 127/2020, nos termos da Lei nº 8.666/93, que se regerá mediante as cláusulas e condições que subseguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

0.1 Constitui objeto deste termo aditivo a SUPRESSÃO DO ITEM 26 DA CLÁUSULA SÉTIMA do contrato nº 127/2020, que versa sobre a execução de obra de engenharia destinada a serviços de pintura e instalação de guarda corpo e corrimão no centro do idoso, forma dos projetos básicos aprovados através de portaria nº 360/2020.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO**

2.1 O item 26 da cláusula sétima do Contrato nº 127/2020, que trata da obrigação da contratada, será suprimido em virtude que a referida obra encontra-se nas hipóteses previstas de dispensa instituídas pela IN 1845 de 22 de novembro de 2018.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

6.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do contrato nº 127/2020, independente de transcrição.

**CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

7.1 O presente termo aditivo será publicado, em resumo, no Diário Oficial dos Municípios, dando-se cumprimento ao disposto no art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93.

E por estarem, assim, justos e acertados, assinam o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, após lido e achado conforme, para que produza os seus efeitos legais.

Pinheiro Preto, 08 de julho de 2020.

PEDRO RABUSKE BASE V ENGENHARIA LTDA ME Prefeito CONTRATADA  
CONTRATANTE

# Piratuba

## PREFEITURA

### PORTARIA N° 259/2020

Publicação N° 2591801

PORTARIA N° 259/2020, de 03 de agosto de 2020

CONVOCA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EM FÉRIAS REGULARES PARA RETORNO AS ATIVIDADES.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar n° 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, e considerando,

#### CONVOCA

JANETE RODRIGUES DE BARROS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Uruguai n°303, cidade e município de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade n°2.819.298 e CPF sob o n° 573.925.870-72, servidora desta municipalidade no cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, em férias regulares no período de 03 de agosto à 17 de agosto de 2020, conforme portaria n° 250/2020, para o retorno das atividades funcionais no dia 03 de agosto de 2020, devido a reunião do PAD. As horas trabalhadas pela convocação serão compensadas em banco de horas.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de agosto de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei n°226/93 e Lei n°1.388/2017.  
Em 03 de agosto de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

### PREGÃO PRESENCIAL N° 33/2020

Publicação N° 2591481

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N° 33/2020

Objeto: Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios destinados à preparação de refeição aos servidores públicos municipais em atividades no interior do Município.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 18/08/2020.

Abertura: às 08h30 do dia 18/08/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 28 de julho de 2020.

Carlos Alberto Maltauro  
Supervisor de Compras

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5028/2020

Publicação Nº 2591762

DECRETO Nº 5.028/2020, DE 5 DE AGOSTO DE 2020.

Estabelece novas medidas de enfrentamento e contenção para o contágio da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), disciplina o uso de máscaras domésticas pela população, estabelece regras de funcionamento e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o art. 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o art.30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que diz que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

CONSIDERANDO a importância e a necessidade da retomada gradativa das atividades sociais e econômicas, respeitada a situação epidemiológica local, associado ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação da COVID19;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existentes;

CONSIDERANDO o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID19, instituído pela Portaria n 464, de 03 de julho de 2020, que deixou por conta dos municípios e às respectivas Regiões de Saúde as atribuições de avaliar e aplicar as estratégias necessárias para a restrição ou, se possível, para a flexibilização das atividades sociais e econômicas;

CONSIDERANDO que a Comissão Intergestores Regional (CIR) homologará as decisões tomadas pelo conjunto de Municípios de seu território após a avaliação, orientação e organização técnica para subsidiar a tomada de ação de enfrentamento à COVID-19 por parte do conjunto de Municípios da Região de Saúde;

CONSIDERANDO, o contido no § 3º do artigo 8º do Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020, que atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do Coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta SES/SED nº 447, de 30 de junho de 2020, que autoriza no território catarinense a realização de atividades de ensino presencial em estabelecimentos acadêmicos públicos e privados nas modalidades ensino em nível superior e ensino em nível de pós-graduação;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 348, de 22 de maio de 2020, que determina a permanência da proibição da aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza;

CONSIDERANDO a decisão conjunta dos municípios tomada em reunião realizada no dia 23 de julho de 2020, e da consequente homologação das recomendações da CIR a serem encaminhada ao COES;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam suspensas no território do município:

I - Por prazo indeterminado:

a) as aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino municipal relacionadas à educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

II - Até o dia 20 de agosto de 2020:

a) a prática de esportes coletivos, inclusive futebol, carreados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em clubes sociais, bares, lanchonetes e demais estabelecimentos sediados na cidade e no interior deste município;

b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos, como parques, praças e afins;

c) a realização de shows, espetáculos, festas e eventos que acarretem reunião de público em qualquer ambiente;

d) a realização de festas e confraternizações familiares;

e) reuniões de qualquer natureza, sejam de caráter público ou privado;

Art. 2º. As atividades desempenhadas por bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres serão condicionadas à observância do horário diário de funcionamento das 07h00min às 19h00min, mediante a observância das regras deste Decreto, e das demais normas estaduais e municipais de enfrentamento do Covid-19.

Parágrafo único: Após às 19h00min, fica permitido aos estabelecimentos mencionados no caput deste artigo apenas a realização de serviços de tele entrega ou retirada no estabelecimento até às 00h00min, vedada expressamente a permanência no local.

Art. 3º. As atividades com potencial de aglomeração de pessoas, não incluídas nas restrições dos arts. 1º e 2º, deverão funcionar com medidas de restrição e controle de público e clientes, bem como adoção das demais medidas estabelecidas pelas autoridades de saúde de prevenção ao contágio e contenção da propagação de infecção viral relativa ao COVID-19.

Art. 4º. Fica proibida a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza.

Art. 5º. Fica obrigatório o uso de máscara de proteção individual, artesanal ou industrial, com cobertura da boca e nariz, quando em circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos coletivos, bem como a disponibilização de álcool gel 70%, de cartazes informativos sobre a higienização, uso de máscaras, distanciamento mínimo de 1,5 metros entre as pessoas e, nos sanitários, detergente/desinfetante/sabonete líquido e toalhas de papel.

Parágrafo primeiro: é obrigatório em todos os espaços públicos ou privados a higienização constante do ambiente de trabalho, intensificando a limpeza com desinfetantes próprios para a finalidade de desinfecção, com álcool 70%, de maçanetas, corrimãos, interruptores, elevadores, banheiros, lavatórios, placas, balcões, máquinas e equipamentos, entre outros.

Art. 6º. As pessoas diagnosticadas infectadas com o Coronavírus (Covid-19) devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde, sob pena de aplicação da sanção prevista no art. 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa e, cumulativamente, às sanções previstas na Lei Municipal nº 224/2000 (Lei de Vigilância Sanitária).

Art. 7º. As pessoas idosas devem observar o distanciamento social, priorizando o isolamento social e restringindo seus deslocamentos para realização das atividades estritamente necessárias, evitando o uso do transporte de utilização coletiva e a permanência em locais com concentração de pessoas.

Art. 8º. Caberá à Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, à Defesa Civil Municipal, à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina à Polícia Civil, com apoio da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 9º. Em caso de descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades policiais competentes devem apurar as eventuais práticas de infrações administrativas, sujeitando os infratores na prática do crime previsto no Art. 268 do Código Penal, por infração a determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa e, cumulativamente, às sanções previstas na Lei Municipal nº 224/2000 (Lei de Vigilância Sanitária).

Art. 10. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e da Região de Saúde.

Art. 11. Ratificam-se em âmbito municipal, no que couberem, as disposições da Lei Nacional nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, alterado pelo Decreto Estadual nº 554, de 11 de abril de 2020, e decretos estaduais subsequentes relacionados ao assunto do Covid-19, bem como ficam ratificados os termos das Portarias 254/2020, 255/2020, 256/2020, 257/2020 e 258/2020, todas da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina, e eventuais portarias baixadas posteriormente àquelas aqui nominadas.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5.012/2020, de 29 e maio de 2020.  
Planalto Alegre, SC, 5 de agosto de 2020.

JUARES BET  
Prefeito.

Publique-se e registre-se.

# Pomerode

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR N.º 401/2020

Publicação Nº 2592633

LEI COMPLEMENTAR N.º 401/2020

AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA CAMBORIÚ.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários dos lotes com testada para a Rua Camboriú, início na interseção com a Rua Ricardo Krueger, identificada pela estaca 0+5,00 PP, até a interseção com a Rua Gisela Krueger, identificada pela estaca 10+18,00 PF, numa extensão de 213,00 metros.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 1.704,00 m<sup>2</sup> (um mil e setecentos e quatro metros quadrados) ao custo total orçado em R\$ 534.911,06 (quinhentos e trinta e quatro mil e novecentos e onze reais e seis centavos).

Parágrafo único. O custo total orçado trata-se de valor estimado, podendo sofrer alterações para mais ou para menos até o final da obra.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização direta dos imóveis privados decorrentes de obras públicas executadas pelo Município de Pomerode, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo único. A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinado pela valorização imobiliária decorrente da execução da obra, tendo como limite o custo da obra, conforme previsto no §1º do art. 82 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66.

Art. 5º Por ocasião da obra, cada contribuinte ou responsável será notificado do montante da Contribuição de Melhoria, da forma e dos prazos de seus pagamentos e dos elementos que integraram o respectivo cálculo.

Art. 6º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Município de Pomerode notificará o contribuinte através de publicação prévia de edital contendo os seguintes requisitos:

I - Memorial descritivo do projeto;

II - Orçamento de custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria;

IV - Delimitação da zona beneficiada; e

V - Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§ 1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar Municipal n.º 075/01 - Código Tributário Municipal.

§ 2º A impugnação referida no §1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 7º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 05 de agosto de 2020.

ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR N.º 402/2020**

Publicação N° 2592632

LEI COMPLEMENTAR N.º 402/2020

AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA IPIRA.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários dos lotes com testada para a Rua Ipira, início na interseção com a Rua Camboriú, identificada pela estaca 0+0,00 PP, até a interseção com a Rua Vitória, identificada pela estaca 23+12,00 PF, numa extensão de 472,00 metros.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 3.304,00 m<sup>2</sup> (três mil e trezentos e quatro metros quadrados) ao custo total orçado em R\$ 851.065,90 (oitocentos e cinquenta e um mil e sessenta e cinco reais e noventa centavos).

Parágrafo único. O custo total orçado trata-se de valor estimado, podendo sofrer alterações para mais ou para menos até o final da obra.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização direta dos imóveis privados decorrentes de obras públicas executadas pelo Município de Pomerode, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo único. A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinado pela valorização imobiliária decorrente da execução da obra, tendo como limite o custo da obra, conforme previsto no §1º do art. 82 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66.

Art. 5º Por ocasião da obra, cada contribuinte ou responsável será notificado do montante da Contribuição de Melhoria, da forma e dos prazos de seus pagamentos e dos elementos que integraram o respectivo cálculo.

Art. 6º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Município de Pomerode notificará o contribuinte através de publicação prévia de edital contendo os seguintes requisitos:

I - Memorial descritivo do projeto;

II - Orçamento de custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria;

IV - Delimitação da zona beneficiada; e

V - Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§ 1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar Municipal n.º 075/01 - Código Tributário Municipal.

§ 2º A impugnação referida no §1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 7º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 05 de agosto de 2020.

ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 037 / 2020 - REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação N° 2592851

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 037 / 2020 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 066 / 2020.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E ESCRITÓRIO PARA AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO, POLÍCIA CIVIL E MILITAR DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO

**EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.**

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 19/08/2020.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min. do dia 19/08/2020.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br), ou site: [www.pomerode.sc.gov.br](http://www.pomerode.sc.gov.br) – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 05 de Agosto de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### DECRETO-1978-2020 - DOTAÇÃO

Publicação Nº 2591903

DECRETO Nº 1978/2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orçamentária nº. 1164/19 de 27/11/2019, Art.5, Inciso I, e pelo Art. 81º, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º - Ficam Suplementadas as dotações orçamentárias abaixo relacionadas, no montante de R\$ 1.052,20 (Um mil e cinquenta e dois reais com vinte Centavos), a saber:

08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

08.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

28.846.2800.2.045 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS

3.3.90.00.00.00.00.0153 – Outras Despesas Correntes R\$ 1.052,20

Art. 2º - Para cobertura das Suplementações mencionadas no Art. 1º, serão utilizados recursos disponíveis do Excesso de Arrecadação apurado no exercício.

Art. 3º - O excesso será lançado por fonte de recurso em sua unidade de origem.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 05 de Agosto de 2020.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
PREFEITO MUNICIPAL

Fica publicado o presente decreto aos cinco dias do mês de agosto de 2020, na Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### 44 - EXTRATO DE ATA DE RP- Nº 44-2020 DISTRIBUIDORA LIMA - PROCESSO 47-2020

Publicação Nº 2592310

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: DISTRIBUIDORA LIMA

CNPJ: 32.241.030/0001-86

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA, UTENSÍLIOS E CORRELATOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. VALOR R\$ 46.066,00 (quarenta e seis mil e sessenta e seis reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 30 de Julho de 2020 até 30 de Julho de 2021. Ponte Serrada, 30 de Julho de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

### 45 - EXTRATO DE ATA DE RP- Nº 45-2020 - OBJETIVA - PROCESSO 47-2020

Publicação Nº 2592398

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 45/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

CNPJ: 11.499.653/0001-83

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA, UTENSÍLIOS E CORRELATOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. VALOR R\$ 58.670,50 (cinquenta e oito mil seiscentos e setenta reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 30 de Julho de 2020 até 30 de Julho de 2021. Ponte Serrada, 30 de Julho de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

### 46 - EXTRATO DE ATA DE RP- Nº 46-2020 - COR E ARTE - PROCESSO 47-2020

Publicação Nº 2592401

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 05.758.684/0001-09

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA, UTENSÍLIOS E CORRELATOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. VALOR R\$ 74.697,50 (setenta e quatro mil seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 30 de Julho de 2020 até 30 de Julho de 2021. Ponte Serrada, 30 de Julho de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

### 47 - EXTRATO DE ATA DE RP- Nº 47-2020 - DIEGO RIBEIRO ME - PROCESSO 47-2020

Publicação Nº 2592432

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: DIEGO RIBEIRO ME

CNPJ: 24.906.905/0001-93

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA, UTENSÍLIOS E CORRELATOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. VALOR R\$ 23.034,00 (vinte e três mil e trinta e quatro reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 30 de Julho de 2020 até 30 de Julho de 2021. Ponte Serrada, 30 de Julho de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

#### **48 - EXTRATO DE ATA DE RP- Nº 48-2020 - SIPROLIMP - PROCESSO 47-2020**

Publicação Nº 2592433

##### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: SIPROLIMP – SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME

CNPJ: 05.340.608/0001-89

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA, UTENSÍLIOS E CORRELATOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. VALOR R\$ 15.777,00 (quinze mil e setecentos e setenta e sete reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 30 de Julho de 2020 até 30 de Julho de 2021. Ponte Serrada, 30 de Julho de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

#### **49 - EXTRATO DE ATA DE RP- Nº 49-2020 - SCS - PROCESSO 47-2020**

Publicação Nº 2592484

##### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 49/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: SCS COMÉRCIO LTDA

CNPJ: 13.995.853/0001-52

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA, UTENSÍLIOS E CORRELATOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. VALOR R\$ 17.570,00 (dezesete mil e quinhentos e setenta reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 30 de Julho de 2020 até 30 de Julho de 2021. Ponte Serrada, 30 de Julho de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

#### **50 - EXTRATO DE ATA DE RP- Nº 50-2020 - LEANDRO APRECIDO - PROCESSO 47-2020**

Publicação Nº 2592491

##### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 50/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: LEANDRO APARECIDO DE PAULA ME

CNPJ: 19.634.481/0001-15

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA, UTENSÍLIOS E CORRELATOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. VALOR R\$ 18.540,00 (dezoito mil quinhentos e quarenta reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 30 de Julho de 2020 até 30 de Julho de 2021. Ponte Serrada, 30 de Julho de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

#### **51 - EXTRATO DE ATA DE RP- Nº 51-2020 - JANDIRA - PROCESSO 47-2020**

Publicação Nº 2592504

##### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES

CNPJ: 552.249.709-20

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA, UTENSÍLIOS E CORRELATOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. VALOR R\$ 29.590,50 (vinte e nove mil quinhentos e noventa reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 30 de Julho de 2020 até 30 de Julho de 2021. Ponte Serrada, 30 de Julho de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

## 52 - EXTRATO DE ATA DE RP- Nº 52-2020 - ALTERMED - PROCESSO 47-2020

Publicação Nº 2592518

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 52/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA, UTENSÍLIOS E CORRELATOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. VALOR R\$ 5.909,00 (cinco mil novecentos e nove reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 30 de Julho de 2020 até 30 de Julho de 2021. Ponte Serrada, 30 de Julho de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

## 53 - EXTRATO DE ATA DE RP- Nº 53-2020 - AP OESTE - PROCESSO 47-2020

Publicação Nº 2592533

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 53/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 05.919.156/0001-94

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA, UTENSÍLIOS E CORRELATOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. VALOR R\$ 61.492,00 (sessenta e um mil e quatrocentos e noventa e dois reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 30 de Julho de 2020 até 30 de Julho de 2021. Ponte Serrada, 30 de Julho de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

## 54 - EXTRATO DE ATA DE RP- Nº 54-2020 - FISUL - PROCESSO 47-2020

Publicação Nº 2592536

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 54/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: FISUL CONFECCOES LTDA

CNPJ: 29.728.868/0001-94

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA, UTENSÍLIOS E CORRELATOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. VALOR: R\$ 10.185,00 (dez mil cento e oitenta e cinco reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 30 de Julho de 2020 até 30 de Julho de 2021. Ponte Serrada, 30 de Julho de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

## LEI ORDINARIA 2411/2020

Publicação Nº 2592251

LEI Nº 2.411/2020 DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

“DENOMINA RUA NATALINA ZUBÉLDIA BAVARESCO, CONFORME ESPECIFICA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas

na da Lei Orgânica do Município, faz saber aos habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º - Fica denominada RUA NATALINA ZUBÉLDIA BAVARESCO a antiga estrada federal, localizada em parte da Chácara 25, Centro, partindo da esquina com a Rua João Potrich até o ligamento da AV XV de Novembro.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Serrada (SC),  
em 04 de Agosto de 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
PREFEITO MUNICIPAL

## LEI ORDINÁRIA 2410/2020

Publicação N° 2592234

LEI N° 2.410/2020 DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

“DENOMINA CENTRO DE EVENTOS DOMINGOS SANTO SANTIN, CONFORME ESPECIFICA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas na da Lei Orgânica do Município, faz saber aos habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º Fica denominado como Centro de Eventos Domingos Santo Santin a obra realizada junto a Rua Delmir da Silva, do Bairro COHAB, neste município de Ponte Serrada.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Serrada (SC),  
em 04 de Agosto de 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
PREFEITO MUNICIPAL

## PROCESSO LICITATÓRIO N.º 12/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2020 - FMS

Publicação N° 2592232

AVISO DE PUBLICAÇÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 12/2020 – PREGÃO PRESENCIAL 12/2020 - FMS

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, COM PROFISSIONAL HABILITADO, DE PREFERÊNCIA ESPECIALISTA, TECNÓLOGO EM RADIOLOGIA, PARA PRESTAR SERVIÇO DE RAIOS X, RAIOS X CONTRASTADO E MAMOGRAFIA, RESPONSÁVEL PELA SUPERVISÃO DO SETOR, PELA COLETA DE ANAMNESE, PREPARO DO PACIENTE, NA ORIENTAÇÃO DA VESTIMENTA, RETIRADA DOS ARTEFATOS, MANUSEIO DE EPI'S, ORIENTAÇÃO PARA OS EXAMES, AQUISIÇÃO DE IMAGENS ATRAVÉS DE RADIAÇÃO IONIZANTE, MANIPULAÇÃO DE EQUIPAMENTO, PROCESSAMENTO DIGITAL IMPRESSÃO DE IMAGENS, QUE TENHA VASTA EXPERIÊNCIA PARA TRABALHAR COM APARELHO DE RADIOLOGIA PHILIPS MEDICAL SYSTEMS COMPACTO PLUS 500 E DIGITALIZADOR CR10X. O julgamento será MENOR PREÇO POR ITEM. Recebimento dos Envelopes até às 08H15 (horário de Brasília) do dia 18/08/2020. Abertura da Sessão às 08H30 horas (horário de Brasília) do dia 18/08/2020. Edital e anexos, disponíveis no site do município [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br) em 06/08/2020. Informações complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail [compras@ponteserrada.sc.gov.br](mailto:compras@ponteserrada.sc.gov.br) ou pelo telefone (49) 34356000.

Ponte Serrada, 05 de agosto de 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 56/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N° 56/2020**

Publicação N° 2592298

**AVISO DE PUBLICAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 56/2020 – PREGÃO PRESENCIAL 56/2020

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE PEÇAS COM SERVIÇO DE MONTAGEM PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE VW 26.220 ANO 2011 PLACA MJK-6492 EM SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS. O julgamento será MENOR PREÇO POR LOTE. Recebimento dos Envelopes até às 10H15 (horário de Brasília) do dia 18/08/2020. Abertura da Sessão às 10H30 horas (horário de Brasília) do dia 18/08/2020. Edital e anexos, disponíveis no site do município [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br) em 06/08/2020. Informações complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail [compras@ponteserrada.sc.gov.br](mailto:compras@ponteserrada.sc.gov.br) ou pelo telefone (49) 34356000. Ponte Serrada, 05 de agosto de 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

## Porto Belo

## PREFEITURA

## 1º ERRATA PRG 058/2020 - PMPB

Publicação Nº 2591908

## 1º ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2020 – PMPB

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR a Licitação no que segue:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Aquisição de recompositor de pista usinado a quente para aplicação a frio, em manutenção corretiva de revestimentos asfálticos, atendendo as necessidades do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Onde se-lê:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	RECOMPOSITOR DE PISTA USINADO A QUENTE - PREPARADO COM PEDRISCOS, PÓ DE PEDRA, AREIA (ANALISE GRANULOMÉTRICA PASSANTE ENTRE 75 - 100% NA PENEIRA 3/8") E ASFALTO (TEOR DE BETUME ENTRE 4,6% E 6,0%) MODIFICADO POR POLÍMEROS ENRIQUECIDO COM 1,5% DE PÓ DE BORRACHA, DENSIDADE APARENTE DE MASSA ENTRE 1,80 A 2,25 G/CM³, NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REVESTIMENTOS ASFÁLTICOS. EMBALADOS EM SACOS DE 25 KG.	SACO	5000	R\$ 29,90	R\$ 149.500,00
VALOR TOTAL R\$ 149.500,00					

Leia-se:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	RECOMPOSITOR DE PISTA USINADO A QUENTE - PREPARADO COM PEDRISCOS, PÓ DE PEDRA, AREIA (ANALISE GRANULOMÉTRICA PASSANTE ENTRE 75 - 100% NA PENEIRA 3/8") E ASFALTO (TEOR DE BETUME ENTRE 4,6% E 6,0%) MODIFICADO POR POLÍMEROS ENRIQUECIDO COM 1,5% DE PÓ DE BORRACHA, DENSIDADE APARENTE DE MASSA ENTRE 1,80 A 2,50 G/CM³, NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REVESTIMENTOS ASFÁLTICOS. EMBALADOS EM SACOS DE 25 KG.	SACO	5000	R\$ 29,90	R\$ 149.500,00
VALOR TOTAL R\$ 149.500,00					

Ficam mantidas as demais informações do Edital de licitação PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO Nº 058/2020 - PMPB.

Fica alterado a data de abertura do certame para o dia 21 de Agosto de 2020 as 09:00hs, com a realização do protocolo dos envelopes até dia 21 de Agosto de 2020 as 08:30 hs.

Maiores informações através do telefone (47) 3369-4111 ou email administracao@portobelo.sc.gov.br das 08:00 às 14:00 horas de segunda à sexta-feira.

Porto Belo, 05 de Agosto de 2020.

Rodrigo Truffa da Costa

Pregoeiro

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**DECRETO Nº 2497, DE 5 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592171

DECRETO Nº 2497, DE 5 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Decreto Municipal nº 2497/2020, conforme menciona.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando a Portaria SES nº 347, da Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina, de 22 de maio de 2020, DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto Municipal nº 2497, de 28 de julho de 2020, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º Quanto aos serviços de alimentação, tais como restaurantes, padarias, conveniências e similares, para manutenção de suas atividades econômicas, deverão funcionar das 6:00 às 23:00 horas, de segunda-feira à domingo.

.....

Art. 21. Quanto às aulas presenciais da rede pública e privada de cursos superiores determina-se a manutenção da suspensão das aulas presenciais pelo prazo destas recomendações, inclusive estágios.

§ 1º Ficam autorizadas as aulas presenciais teóricas dos Cursos Técnicos, Cursos Livres e nos Centros de Formação de Condutores, cumprindo os seguintes requisitos:

I - Uso de máscaras por todas as pessoas durante todo o horário de aula;

II - Cada sala de aula poderá ter 50% da capacidade de alunos;

III - Manter afastamento mínimo de 2,0 m de raio entre as pessoas;

IV - Disponibilização de álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar em pontos estratégicos para a higienização das mãos;

V - Os equipamentos de uso coletivo devem ser higienizados com álcool 70%, preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, respeitando a característica do material quanto à escolha do produto;

VI - Fica proibida a utilização de bebedouros de jato inclinado;

VII - O uso de elevador, se existente, deve ser desestimulado;

VIII - Disponibilizar cartazes com regras de funcionamento autorizadas e as instruções sanitárias adotadas em local visível e de fácil acesso;

IX - Manter os ambientes bem arejados e ventilados;

X - Em caso de algum aluno ou professor apresentar sintomas de contaminação pelo COVID-19, buscar orientação médica, bem como, afastar das aulas por um período mínimo de 14 (quatorze) dias ou conforme determinação médica e informar às autoridades sanitárias imediatamente desta condição;

.....

Art. 23. ....

§ 8º Os atendimentos eletivos retornarão a partir de 10 de agosto do ano em curso, segunda-feira.

.....

Art. 24. ....

Parágrafo Único. Determina-se a abertura de segunda-feira a domingo, sendo que o comércio de rua fica restrito ao horário das 8 às 20 horas, enquanto shopping e outlet, fica restrito ao horário das 11 às 21 horas.

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto nº 2497, de 28 de julho de 2020, permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 5 dias do mês de agosto de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

**DECRETO Nº 2498 DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592062

DECRETO Nº 2.498, 05 DE AGOSTO 2020.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 16, inciso I da Lei Municipal nº 2.840/2019".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 0010.0303.0018

Atividade – 2058 - Manutenção das atividades de assistência farmacêutica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01530001 – COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)

Valor: R\$ 30.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recurso proveniente do excesso de arrecadação apurado no Exercício de 2020 por conta do Recurso COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) na importância de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 05 de agosto de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 04 DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592663

PORTARIA Nº 04 DE 03 DE AGOSTO DE 2020

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, NA FORMA QUE SEGUE:

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal e conforme Decreto Municipal nº 2.266, de 19 de novembro de 2019, e

CONSIDERANDO que no dia 06 de Agosto de 2020 (quinta-feira) é FERIADO MUNICIPAL alusivo ao Dia do Senhor Bom Jesus dos Aflitos, Padroeiro do Município de Porto Belo.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelece Ponto Facultativo no dia 07 de agosto de 2020 (sexta-feira), no âmbito da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, aos 03 dias do mês de agosto de 2020.

Diogo dos Santos - MDB	
Presidente da Mesa	

# Porto União

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 049/2020

Publicação Nº 2592167

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 148/2020.

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 049/2020 – Exclusivo Âmbito Local ME – EPP – DECRETO MUN. 535/2018.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por MENOR PREÇO por ITEM, do tipo Eletrônico, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E ARTESANATO PARA O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS E NÚCLEO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 13h15min do dia 21 de agosto de 2020, com início da mesma às 13h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 05 de agosto de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 015/2020 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2592170

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 024/2020 – EDUCAÇÃO.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 015/2020/2020 – Exclusivo Âmbito Local ME – EPP – DECRETO MUN. 535/2018.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por MENOR PREÇO por ITEM, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE VENTILADORES. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 21 de agosto de 2020 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 05 de agosto de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 063/2020 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2592174

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 147/2020 – Registro de Preços.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 063/2020 – Com Cota Exclusiva – ME – EPP – MEI.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por MENOR PREÇO por ITEM, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PÚBLICA DE LED. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 24 de agosto de 2020 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 05 de agosto de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 780/2020 - RH**

Publicação Nº 2592263

PORTARIA Nº 780, de 20 de julho de 2020.  
Dispõe sobre Contrato de Trabalho por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO, que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, se esgotou;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 20 de julho de 2020 a 19 de julho de 2021, ou até realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001 e alterações, LINDOMAR CESAR GOMES, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, para atender a demanda junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados e convocados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obra e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de julho de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 782/2020 - RH**

Publicação Nº 2592257

PORTARIA Nº 782, de 21 de julho de 2020.  
Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho MAURA DAVID, matrícula 2215402, das funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de julho de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 784/2020 - RH**

Publicação Nº 2592268

PORTARIA Nº 784, de 23 de julho de 2020.  
Dispõe sobre Prorrogação de Contrato de Trabalho nº 053/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 053/2020, no período de 23 de julho a 12 de agosto de 2020, de MÁRCIA DE FÁTIMA ROQUE, que exerce as funções do cargo de Auxiliar em Saúde Bucal, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora Eliane Adam Pereira Cândido, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Bairro São Pedro, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 23 de julho de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **PORTARIA Nº 789/2020 - RH**

Publicação Nº 2592273

PORTARIA Nº 789, de 27 de julho de 2020.  
Dispõe sobre Contrato de Trabalho por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO, que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, se esgotou;  
CONSIDERANDO o artigo 306 da Lei Municipal 2.055, de 20 de outubro de 1994;

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 27 de julho a 18 de dezembro de 2020, ou até realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001 e alterações, IZAIAS DE BAIRROS, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, para atender a demanda dos serviços de pintura, produção de placas e sinalização viária do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN e em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, junto ao Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 27 de julho de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **PORTARIA Nº 790/2020 - RH**

Publicação Nº 2592270

PORTARIA Nº 790, de 28 de julho de 2020.

Alterar o motivo da contratação e período do contrato.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o princípio da autotutela;

CONSIDERANDO o resultado do Exame Médico Pericial da servidora Luciana Caus de Moraes, concedido até a data de 27 de julho de 2020;

CONSIDERANDO o afastamento para tratamento de saúde da servidora efetiva Cleusa Brexi;

### **RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR A DATA FINAL E O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO do Contrato de Trabalho nº 111/2020, até 03 de setembro de 2020, de MARLENE PADILHA, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Cleusa Brexi que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2 A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de julho de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 796/2020 - RH**

Publicação Nº 2592275

PORTARIA Nº 796, de 31 de julho de 2020.  
Dispõe sobre Prorrogação de Contrato de Trabalho nº 103/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 103/2020, no período de 31 de julho a 25 de setembro de 2020, de ROSINEIDE VEZARO, que exerce as funções do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora Ana Maria de Castro Fryder, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Bairro São Pedro, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de julho de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 797/2020 - RH**

Publicação Nº 2592276

PORTARIA Nº 797 de 03 de agosto de 2020.  
Dispõe sobre Contrato de Trabalho por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO, que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, se esgotou;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de agosto de 2020 a 02 de agosto de 2021, ou até realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001 e alterações, THIAGO PEREIRA DA SILVA, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, para atender a demanda junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados e convocados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obra e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 798/2020 - RH**

Publicação Nº 2592277

PORTARIA Nº 798, de 03 de agosto de 2020.

Suspende o Contrato de Trabalho nº 046/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o artigo 10, II, "b" do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal/88;

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.595/2019, de prorrogação do contrato de trabalho nº 046/2019;

CONSIDERANDO o afastamento por Auxílio Maternidade da servidora contratada ANDRIELE DA ROCHA LIMA pelo nascimento de sua filha

Antonella Rocha de Lima, em 29 de julho de 2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º SUSPENDER a partir de 29 de julho de 2020, o Contrato de Trabalho nº 046/2019, de ANDRIELE DA ROCHA LIMA, que exerce o cargo de Professor Docente Educação Infantil, enquanto perdurar a estabilidade puerperal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 29 de julho de 2020.

Porto União (SC), 03 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 799/2020 - RH**

Publicação Nº 2592279

PORTARIA Nº 799, de 03 de agosto de 2020.

Dispões sobre alteração de carga horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor efetivo GLEDEMIR FERNANDES LEAL, ocupante do cargo de Médico (Clínico Geral), de 5h (cinco) horas semanais, para 10 (dez) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, para atender a crescente demanda dos serviços médicos da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Revogar, a partir de 1º de agosto de 2020, a Portaria nº 496, de 22 de julho de 2016.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2020.

Porto União (SC), 03 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 800/2020 - RH**

Publicação Nº 2592282

PORTARIA Nº 800, de 03 de agosto de 2020.

Nomear através de Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2018, GILBERTO FERNANDO RUBY, matrícula 2190802, aprovado em 8º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Leves, pertencente ao Grupo Ocupacional Administrativo (GAD), do Anexo II, com vencimentos na Classe "03" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 801/2020 - RH**

Publicação Nº 2592283

PORTARIA Nº 801, de 03 de agosto de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea

“a”, da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 03 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo de abril/2006 a abril/2011, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora KELLY CRISTINA SOARES DA SILVA DO AMARAL, matrícula 1557001, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, quitando assim o respectivo período.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 802/2020 - RH**

Publicação Nº 2592285

PORTARIA Nº 802, de 03 de agosto de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “a”, da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 03 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora ISABEL CAZNOK, matrícula 48502, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 803/2020 - RH**

Publicação Nº 2592286

PORTARIA Nº 803, de 03 de agosto de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “a”, da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 03 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora ISABEL CAZNOK, matrícula 48501, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 002/2020 - EDUCAÇÃO/MULTIENTIDADE - ALTERADO**

Publicação N° 2592177

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 022/2020 – EDUCAÇÃO.

Retificação do Edital de Tomada de Preços 002/2020 – MULTIENTIDADE – ALTERADO.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no Edital do Processo Licitatório supracitado. A data permanece inalterada. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 05 de agosto de 2020.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 101/2020 DE 31/07/2020 - DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2592354

DECRETO Nº 101/2020 de 31/07/2020

Dispõe sobre a suplementação por excesso de arrecadação, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município.

Órgão: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0025.2.035 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

(28) 3.1.90.00.00.00.00.5052 - Aplicações Diretas ..... R\$ 126.390,50

TOTAL ..... R\$ 126.390,50

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 31 de julho de 2020.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 100/2020 DE 31/07/2020 - ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 3º DO DECRETO Nº 099/2020 DE 29/07/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2592348

DECRETO Nº 100/2020 de 31/07/2020

Altera a redação do art. 3º do Decreto nº 099/2020 de 29/07/2020, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a importância que as Igrejas possuem perante toda a população, através de seu trabalho espiritual e assistencial, a qual traz muitos benefícios a toda sociedade;

CONSIDERANDO que desde o início da pandemia, todos os envolvidos pelas Igrejas de nosso Município colaboraram com as restrições e medidas impostas pelos Decretos Estaduais e Municipais, sendo que em nenhum momento tivemos informações de que alguma determinação foi desrespeitada;

CONSIDERANDO o entendimento que o retorno de missas, cultos e reuniões presenciais, com as devidas medidas e restrições de capacidade, vem apenas para colaborar com o momento em que estamos passando;

CONSIDERANDO que a manifestação religiosa é considerada uma atividade essencial, sendo uma necessidade primordial para a maioria das pessoas de nosso Município.

DECRETA:

Art. 1º - O art. 3º do Decreto nº 099/2020 de 29/07/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - Fica autorizada a realização de missas, cultos e demais atividades de manifestação religiosa, limitada a capacidade em 30% (trinta por cento) do local de realização, com a observância de todas as medidas sanitárias em vigor para tais estabelecimentos.

Parágrafo Único: Os responsáveis pelas entidades deverão orientar os participantes para que não levem crianças nas missas, cultos e demais atividades, bem como orientar para que pessoas com mais de 60 (sessenta anos) também não participem, neste momento, das atividades presenciais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 31 de julho de 2020.

OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

# Praia Grande

## PREFEITURA

### EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO Nº 005/2020

Publicação Nº 2591603

#### EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO nº 005/2020

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 76.853.472/0001-59, com sede na Av.: José Inácio Júnior, 779 - Centro, na cidade de Praia Grande/SC, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, para o período de 05/08/2020 à 31/12/2020, que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil - OSC no valor de R\$ 2.756,85, conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada."

Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

Nesta ótica a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, desenvolve há mais de 35 anos, atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público, fundamentado no art. 30, VI, do mesmo Diploma Legal.

Praia Grande, 05 de agosto de 2020.

Henrique Matos Maciel

Prefeito Municipal

# Presidente Getúlio

## PREFEITURA

### DECRETO 153\_2020

Publicação Nº 2591531

DECRETO Nº. 153/2020

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE ACORDO JUDICIAL QUE ESPECIFICA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 79 e 80, II, V, XVI da Lei Orgânica do Município e pelo art. 30 da Lei Complementar 2.405/2019;

Considerando o que consta do processo administrativo 1833/2020;

DECRETA:

Art. 1º Ficam autorizados a procuradora-geral do Município e os procuradores do Município, nos termos do art. 17, IV e art. 19, III da Lei Complementar municipal 2.405/2019, a transigir e firmar acordo, nos estritos termos deste decreto, em nome do Município de Presidente Getúlio, a fim de encerrar o litígio a que se referem os autos do cumprimento de sentença 5000138-71.2018.8.24.0141, em que figuram como EXEQUENTES Ignez Hulse e José Hulse, e como EXECUTADO Município de Presidente Getúlio.

Art. 2º O EXECUTADO, por meio dos membros de sua Procuradoria Geral, poderá aceitar a proposta de acordo anexa ao evento 9 dos autos eletrônicos do cumprimento de sentença 5000138-71.2018.8.24.0141 (cuja cópia encontra-se acostada ao processo administrativo 1833/2020), desde que seja expedido o competente precatório para pagamento de R\$ 486.000,00 (quatrocentos e oitenta e seis mil reais), valor atualizado até fevereiro de 2019, nos termos do art. 100 da Constituição Federal.

Art. 3º Com o recebimento do valor indicado no art. 2º, os EXEQUENTES outorgam ao EXECUTADO a mais ampla, plena, geral, rasa, total, irrevogável e irretratável quitação quanto a direitos e valores, englobando principal, acessórios e acréscimos legais com relação ao objeto do cumprimento de sentença n.º 5000138-71.2018.8.24.0141, em trâmite na Vara Única da Comarca de Presidente Getúlio, bem como de todos os direitos derivados da sentença prolatada nos autos da ação n.º 0002528-22.2006.8.24.0141, para nada mais reclamar, a que título for, seja em juízo ou fora dele, sob qualquer fundamento e alegação.

Parágrafo único. Com o pagamento do valor indicado no art. 2º os EXEQUENTES, desistem, ou seja, abrem mão da continuidade do benefício imposto do dispositivo do item b) da sentença proferida nos autos da ação n.º 0002528-22.2006.8.24.0141, a partir da competência março/2019

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 4 DE AGOSTO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2020

Publicação Nº 2592638

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO  
SAATE - SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO  
PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2020

Aviso de retificação de Edital

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. A entrega dos envelopes acontecerá no dia 24/08/2020 às 09h00min. A sessão de abertura será às 09h15min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-Iler, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 05 de agosto de 2020  
Edson José Staloch – Superintendente

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2020 - FMS - RETIFICAÇÃO**

Publicação Nº 2592428

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2020

RETIFICAÇÃO – ALTERAÇÃO DE ITEM POR VALOR GLOBAL - LOCAÇÃO DE OUTDOOR PARA DIVULGAÇÃO DE CAMPANHA DE PREVENÇÃO DO COVID-19. Entrega dos envelopes até o dia 21/08/2020 às 9h00min. Sessão de abertura às 9h15 min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto Muller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, 05 de agosto de 2020  
Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2020**

Publicação Nº 2591812

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2020

Aviso de anulação do processo licitatório

Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA DESTINADA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS – TRANSFERÊNCIA ESPECIAL ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 202028560001. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-ller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 05 de agosto de 2020  
NELSON VIRTUOSO - Prefeito

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2020**

Publicação Nº 2591799

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 50/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA DESTINADA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL COM EMENDA PARLAMENTAR Nº 202041850004

FORMA DO PREGÃO: ELETRÔNICO - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM - Recebimento das propostas: até às 09h31min do dia 19/08/2020. Início da sessão: dia 19/08/2020, às 09h32min no endereço eletrônico <https://blcompras.com> horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites <https://blcompras.com> e [www.presidentegetulio.atende.net](http://www.presidentegetulio.atende.net) - Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações do Município de Presidente Getúlio, situado à Praça Otto Muller, 10, Centro, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, ou através do telefone (47)3352 5500.

Presidente Getúlio, 05 de agosto de 2020  
NELSON VIRTUOSO – Prefeito

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### DECRETO 71/2020

Publicação Nº 2592215

DECRETO 71/2020 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO 26/2020, DE 19/03/2020, QUE DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU - SC, DEFINE MEDIDAS ADICIONAIS PARA A PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID-19, EM COMPLEMENTAÇÃO ÀS AÇÕES DEFINIDAS NO DECRETO ESTADUAL Nº 515, DE 17 DE MARÇO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Capítulo I da Lei Complementar Nº 001/2002, de 18 de dezembro de 2002 e suas alterações posteriores, DECRETA:

Art. 1º Fica revogada no parágrafo único, do art. 2º, do Decreto Municipal nº 26, de 19-3-2020, a parte em que dispensa a publicação oficial de aditamentos contratuais enquanto durar o estado de emergência, passando a vigorar conforme redação abaixo:

Art. 2º. ...

Parágrafo único. Para o disposto no inciso III, a prorrogação se dará por meio de apostilamento, sem necessidade de parecer jurídico prévio, fazendo constar no processo a manifestação de concordância do contratado/conveniente, que poderá ser feita através de meio eletrônico.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 05 de agosto de 2020.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

# Princesa

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 88.2020-PM - TOMADA DE PREÇOS 08.2020 - PAVIMENTAÇÃO MÓDULO

Publicação Nº 2591443

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC  
Processo Licitatório 88/2020-PM  
Tomada de Preços 08/2020-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que está realizando licitação, na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, cujo objeto é "Contratação de pessoa jurídica especializada, para realizar a pavimentação em pedras irregulares de basalto, na estrada vicinal de acesso à Linha Marmeleiro, (trecho entre a esquina da Rua Rio Grande do Sul com a Rua Mato Grosso até à estaca 34+12,95m) e em trecho em frente à comunidade de Linha Marmeleiro, com área total 6.432,19m²." A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 24 de agosto de 2020 às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail [compras@princesa.sc.gov.br](mailto:compras@princesa.sc.gov.br) ou no endereço eletrônico [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br). Princesa/SC, 04 de agosto de 2020. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal.

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 89.2020-PM - TOMADA DE PREÇOS 09.2020 - PAVILHÕES

Publicação Nº 2591442

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC  
Processo Licitatório 89/2020-PM  
Tomada de Preços 09/2020-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que está realizando licitação, na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, cujo objeto é "Contratação de pessoa jurídica para efetuar a instalação e construção da 1ª etapa dos dois Pavilhões Comunitários na comunidade de Linha Moquém e na Comunidade de Linha Vista Alegre com a execução das fundações, estruturas de concreto pré-moldado (Pórticos, pilares e vigas) e cobertura." A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 25 de agosto de 2020 às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail [compras@princesa.sc.gov.br](mailto:compras@princesa.sc.gov.br) ou no endereço eletrônico [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br). Princesa/SC, 04 de agosto de 2020. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal.

### PROCESSO LICITATÓRIO 90.2020-PM - INEXIGIBILIDADE 09.2020-PM - 2ª REVISÃO KA

Publicação Nº 2592506

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 90/2020-PM  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 09/2020-PM

#### OBJETO

Aquisição de filtros e demais componentes e mão de obra para realizar a revisão das 20.000km do veículo Ford ka, placas QJT-5178 PM 4490, em uso pela Secretaria de Administração do Município de Princesa/SC.

#### JUSTIFICATIVA

A aquisição se faz necessária visando preservar as suas garantias, já que é fundamental garantir o bom funcionamento do mesmo, prolongar a sua vida útil, evitando falhas ou quebras inesperadas e desgastes prematuros, além de garantir a produtividade, a eficiência e o valor do mesmo.

O veículo será transportado pela secretaria até a Agencia mais próxima onde a mão de obra será gratuita. A aquisição por inexigibilidade será em razão de que a empresa é a Concessionária Autorizada de veículos da marca FORD mais próxima, e possui os materiais necessários para preservar as garantias do mesmo.

Princesa, 05 de agosto de 2020.

Luciane M. T. da Silveira Chefe de Gabinete	

## COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Simone L. Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	------------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 90/2020-PM  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 09/2020-PM

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente inexigibilidade fundamenta-se no disposto no artigo 25 da Lei 8.666/93, que a caracteriza como indicada nas situações em que houver inviabilidade de competição. Inexigibilidade, no sentido literal do termo, é aquilo que deixa de ser exigível; não é obrigatório ou compulsório.

Jessé Torres Pereira Júnior cuida do assunto asseverando que "licitação inexigível equivale a licitação impossível; é inexigível porque impossível; é impossível porque não há como promover-se a competição". Em regra, exige-se a licitação, com vistas a obter a proposta mais vantajosa dentro de um universo de competidores.

Transcreva-se o art. 25 da lei 8.666/93, para maior esclarecimento:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

Princesa, 05 de agosto de 2020.

Luciane M. T. da Silveira Chefe de Gabinete	

## COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Simone L. Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	------------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 90/2020-PM  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 09/2020-PM

## RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDORE E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Identificada a necessidade, buscou-se no mercado por profissional que atuasse em área compatível. Foi encontrada a empresa FOROESTE VEICULOS LTDA, cnpj 86.242.252/0001-42, com sede na Rua Waldemar Rangrab, Nº 1640, Bairro Jardim Peperi, São Miguel do Oeste/SC. A escolha do Fornecedor justifica-se em razão de ser a Concessionária Autorizada de Veículos da marca Ford mais próxima, que foi o seu fornecedor (fábrica) e responsável por todas as garantias do veículo.

O preço foi definido a partir de orçamento realizado pelo responsável da Frota Municipal com o responsável da Empresa, sendo que o veículo será transportado até a Agência, e que a mão de obra para a revisão será gratuita. Destaca que o veículo é de grande importância na secretaria, por ser utilizado em várias atividades do setor, e principalmente de forma rotineira nos serviços administrativos.

O fornecedor supramencionado deverá fornecer os itens, conforme especificações abaixo:

Valor Total: R\$ 478,75 (Quatrocentos e setenta e oito reais com setenta e cinco centavos)

Para custear as despesas decorrentes desta inexigibilidade de licitação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

Princesa, 05 de agosto de 2020.

Luciane M. T. da Silveira Chefe de Gabinete	

## COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Simone L. Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	------------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 90/2020-PM  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 09/2020-PM

## ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal, para ratificação, sendo a contratada para o fornecimento dos itens relacionados no objeto do presente termo a empresa FOROESTE VEICULOS LTDA, cnpj 86.242.252/0001-42, com sede na Rua Waldemar Rangrab, Nº 1640, Bairro Jardim Peperi, São Miguel do Oeste/SC.

O fornecedor supramencionado deverá fornecer os itens, conforme especificações abaixo:

Valor Total: R\$ 478,75 (Quatrocentos e setenta e oito reais com setenta e cinco centavos)

Para custear as despesas decorrentes desta inexigibilidade de licitação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

Princesa, 05 de agosto de 2020.

Luciane M. T. da Silveira Chefe de Gabinete	

## COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Simone L. Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	------------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 90/2020-PM  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 09/2020-PM

## RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no inciso I, do art. 25, da Lei 8.666/93, PROCESSO LICITATÓRIO N. 90/2020-PM, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 09/2020-PM a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa/SC, 05 de agosto de 2020

Edilson Miguel Volkweis Prefeito Municipal	
---	--

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL 90.2020 IL 09.2020 - 2ª REVISAO KA**

Publicação Nº 2592508

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a ) Processo Nr.: 90/2020 b ) Licitação Nr.: 9 /2020-IL c ) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação d ) Data Homologação: 05/08/2020

e ) Data da Adjudicação: 05/08/2020 Sequência: 0

f ) Objeto da Licitação Aquisição de filtros e demais componentes e mão de obra para realizar a revisão das 20.000km do veículo Ford ka, placas QJT-5178 PM 4490, em uso pela Secretaria de Administração do Município de

Princesa/SC. g ) Fornecedores e Itens Vencedores: FOROESTE VEICULOS LTDA (6364)	Unid.	Qtde Descto (%) Preço Unitário		( em Reais R\$ )	
				Total do Item	
2 Oleo 5W-20.	Un	4,00	0,0000	39,26	157,04
3 Filtro Combust.	Un	1,00	0,0000	44,21	44 , 21
4 Filtro Polen	Un	1,00	0,0000	61,14	61 , 14
5 Higienização	Un	1,00	0,0000	96,00	96 , 00
6 Filtro Oleo	Un	1,00	0,0000	40,36	40 , 36
7 Geometria e Balanceamento	Un	1,00	0,0000	80,00	80 , 00
			Total do Fornecedor:		478,75
			Total Geral:		478,75

Princesa, 5 de Agosto de 2020.

-----  
Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (14)

Princesa, 5 de Agosto de 2020. -----

Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

# Quilombo

## PREFEITURA

### AVISO 60/2020

Publicação Nº 2592092

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE QUILOMBO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Adm.: Nº.60/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE OBRA DE EMPREITADA INTEGRAL PARA FECHAMENTO DO PÁTIO COBERTO DA CRECHE MUNICIPAL DO BAIRRO SANTA INÊS DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC.

O Prefeito Municipal de Quilombo - SC, torna pública a Dispensa de Licitação para a contratação de obra para execução de fechamento do pátio coberto com esquadrias de vidro, conforme sugestão do FNDE, na creche municipal do Bairro Santa Inês, Município de Quilombo - SC, de acordo com o inciso I do Art.24 da lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Considerando que o pátio coberto da creche municipal do bairro Santa Inês encontra-se aberto nas laterais, há a necessidade de ser fechado para ser utilizado como refeitório para as crianças, cuja sugestão do projeto foi disponibilizado pelo FNDE.

EMPRESA: VIDRAÇARIA QUILOMBO LTDA

CNPJ: 13.240.967/0001-92

VALOR: R\$ 30.870,00 (Trinta mil e oitocentos e setenta reais).

QUILOMBO, 04 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 199/2020 - DE 31 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2591463

DECRETO Nº 199/2020 – DE 31 DE JULHO DE 2020.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL LOTE URBANO Nº 05B, DA QUADRA Nº 09 DE PROPRIEDADE DE JERRI ADRIANO CONCI E LEILA DIONE SCHAEFFER CONCI, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conforme previsto no Inciso VIII, do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, no Decreto-Lei nº 3.365/1941 com as alterações introduzidas pelas Leis nº 2.786/1960, nº 6.602/1978 e 9.785/1999, Lei nº 13.867/2019, de 26 de agosto de 2019 e demais alterações.

Considerando a obra de revitalização e ampliação do Parque Termal e da Praça Municipal de Quilombo;

Considerando que o Lote Urbano nº 05B, da quadra nº 09, está próximo à área destinada ao Parque Termal e à Praça Municipal de Quilombo e à Servidão Beira Rio, e

Considerando a necessidade de desapropriar parte do imóvel particular lote urbano nº 05B, da quadra nº 09, em observância ao princípio da Supremacia do Interesse Público, em virtude de futura ampliação da servidão Beira Rio.

DECRETA:

Art. 1º Fica Declarado de Utilidade Pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, com o objetivo de futura ampliação da servidão Beira Rio, o seguinte imóvel urbano:

Parte do Lote Urbano nº 05B, da Quadra nº 09, de Propriedade de Jerri Adriano Conci e Leila Dione Schaeffer Conci, matrícula nº 06.490 – CRI, confrontando ao Norte de parte do lote urbano nº 04 de propriedade de José Tchio, na extensão de 4,5 metro; ao Sul com o Beco das Águas, na extensão de 4,5 metros; ao Leste com uma Área Verde, que separa o Rio Quilombo, na extensão de 20 metros, totalizando a área de 90m² (noventa metros quadrados).

Parágrafo único. As dimensões previstas no art. 1º deste Decreto, poderão sofrer alterações em decorrência do georreferenciamento a ser realizado.

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta da Dotação Orçamentária específica.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 31 de julho de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado  
Em \_\_\_\_/08/2020.  
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos  
Funcionário Designado

## DECRETO Nº 200/2020 - DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2591495

DECRETO Nº 199/2020 – DE 05 DE AGOSTO DE 2020.  
DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO ANO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2794/2019, de 14 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar crédito suplementar no orçamento do Município para o ano de 2020 no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2794/2019, de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08
Unidade	Fdo.Mun.de Assistência Social de Quilombo	02
Função	Assistência Social	8
Subfunção	Assistência Comunitária	244
Programa	COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE	0018
Atividade	MANUTENÇÃO ASSIST/SOCIAL/FMAS	2.038
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(133)	Da: Aplicação Direta – 4.4.90	01.00 – Recursos Ordinários
(132)	Para: Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		25.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 05 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA  
TC/CRC/SC 15.171/0/1  
Registrada e Publicado  
Em \_\_\_\_/06/2020  
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos  
Funcionário Designado

**PORTARIA Nº. 0558/2020 - DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591700

PORTARIA Nº. 0558/2020 - DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

INTERROMPE AS FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SUSIANA BENELLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Artigo 68 da Lei Complementar nº. 32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e conforme Comunicação Interna do Secretário Municipal da Saúde, sob Protocolo Nº 7657, de 03 de agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam interrompidas as férias concedidas através da Portaria nº. 0518/2020 - de 22 de julho de 2020, da Servidora Pública Municipal, Susiana Benelli (1779), ocupante do cargo de Enfermeira, entre os dias 03 e 07 de agosto de 2020, por motivo de interesse público e tendo em vista a necessidade de seus serviços.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, os 05 (cinco) dias de férias referentes a esse período serão gozados em outra oportunidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 03 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 0550/2020 - DE 30 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591694

PORTARIA Nº. 0550/2020 - DE 30 DE JULHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VERONICA COMIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à Servidora Pública Municipal, Verônica Comin (19770), ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, por determinação médica e conforme atestado, por 15 (quinze) dias, de 30 de julho à 13 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 30 de julho de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 0557/2020 - DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591697

PORTARIA Nº. 0557/2020 - DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOEL OZECOSKI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, Joel Ozecoski (20116), ocupante do cargo de Operador de Máquinas, conforme Atestado Médico, por 02 (dois) dias, em 02 e 03 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 03 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 0559/2020 - DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591702

PORTARIA Nº. 0559/2020 - DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JURANDI JUNGLES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º 032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001 e considerando Parecer Social n.º 050/2020, da Assistência Social, protocolado sob o nº 7655, de 31 de julho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, ao Servidor Público Municipal, Jurandi Jungles (19870), ocupante do cargo de Assistente de Obras, no dia 30 de agosto de 2020, no período matutino, para acompanhar membro da família em consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7655, de 31 de julho de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 06 de agosto de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que o Servidor tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 03 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 0560/2020 - DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591703

PORTARIA Nº. 0560/2020 - DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL REJANE DANIEL HILLESHEIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Rejane Daniel Hillesheim (1060/19838), ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º) ano, no dia 05 de agosto de 2020, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7660, de 03 de agosto de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 10 de agosto de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 03 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 0561/2020 - DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591705

PORTARIA Nº. 0561/2020 - DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SUELEN BIGOLIN BARBOZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Suelen Bigolin Barboza (19865), ocupante do cargo de Técnico em Atividades Administrativas, no dia 05 de agosto, no período vespertino, e nos dias 06 e 07 de agosto de 2020, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7656, de 31 de julho de 2020.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor será de 50h55min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 03 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 0562/2020 - DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591706

PORTARIA Nº. 0562/2020 - DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EMÍLIA APARECIDA VIDI DE ALMEIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à Servidora Pública Municipal, Emília Aparecida Vidi de Almeida (20343), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por determinação médica e conforme atestado, por 04 (quatro) dias, de 03 à 06 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 03 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla  
Funcionária Designada

# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2020 – MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 02/2020. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

Publicação Nº 2592515

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2020 – MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 02/2020. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL – Município de Rancho Queimado/SC, torna público que até às 09:00 horas, do dia 21 de agosto de 2020, estará recebendo propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA ESTRADA MORRO CHATO – ETAPA 1 - EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS, NESTE MUNICÍPIO, COM RECURSOS PROVENIENTES DO CONTRATO DE REPASSE 893720/2019 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. O Edital e seus anexos contendo todas as especificações encontra-se à disposição dos interessados, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site <http://www.rq.sc.gov.br/licitacoes>. Rancho Queimado, em 06 de agosto de 2020. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### **354 PORTARIA Nº 354 CONCEDE ADIANTAMENTO DE FÉRIAS EM GOZO A SERVIDORA CILDA MORATELLI GRANEMANN**

Publicação Nº 2592768

Portaria nº. 354, de 06 de agosto de 2020.

“Concede Férias em gozo a Servidora CILDA MORATELLI GRANEMANN”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora CILDA MORATELLI GRANEMANN Matrícula 34236, adiantamento de 30 (trinta) dias de férias em gozo, em virtude da situação de emergência decorrente do COVID-19, referente ao período aquisitivo de 10 de janeiro de 2020 à 09 de janeiro de 2021, tendo como período de gozo 03 de agosto de 2020 a 01 de setembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 06 de agosto de 2020.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini  
Secretaria de Administração e Finanças

### **355 PORTARIA Nº 355 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA ELIANE CALIZÁRIO**

Publicação Nº 2592780

Portaria nº. 355, de 06 de agosto de 2020.

“Concede licença para tratamento de saúde a servidora ELIANE CALIZARIO”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença para tratamento de saúde à servidora ELIANE CALIZARIO, matrícula 34329, de acordo com atestado de incapacidade emitido pelo Dr. Vitor Rausis Lima – CRM 2294, em anexo, pelo período de 01 de agosto de 2020 a 30 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 01 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 06 de agosto de 2020.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini  
Secretaria de Administração e Finanças

**LEI Nº 2.333**

Publicação Nº 2591961

LEI Nº 2.333, DE 05 DE agosto DE 2020.

"Autoriza o poder executivo realizar a baixa ativos e passivos inscritos a mais de cinco anos, e dá outras providências ."

RODRIGO PREIS, Prefeito de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a baixa dos passivos inscritos a mais de cinco anos, da conta contábil 2.1.8.8.1.04.99.00.00.00 – OUTROS DEPÓSITOS e, conforme saldos apurados até em 31 de dezembro de 2014, e detalhamento de contas, conforme plano de contas vigente à época.

Entidade: 384 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO CAMPO		
Conta	Ano	Valor
211110200000004 – ISSQN – DESCONTOS-PES-SOA JURÍDICA	Até 2014	R\$ 1.311,06
211150000000001– I.P.R.C – CONTRIBUIÇÕES AO RPPS	Até 2014	R\$ 322,27
Total		R\$ 1.633,33

Entidade: 213 - MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO		
Conta	Ano	Valor
211110200000003 – INSS DESCONTOS AUTONOMOS PESSOA FÍSICA	Até 2014	R\$ 71,50
211140200000001 – ISSQN – RETENÇÃO S/ SERVICOS	Até 2014	R\$ 219,00
211110200000002 – INSS DESCONTOS – SALÁRIOS	Até 2014	R\$ 16,13
211110200000004 – INSS – DESCONTOS-PESSOA JURÍDICA	Até 2014	R\$ 297,00
211150000000003 – I.P.R.C CONTRIBUIÇÕES AO RPPS vínculo 454	Até 2014	R\$ 89,15
211150000000003 – I.P.R.C CONTRIBUIÇÕES AO RPPS vínculo 450	Até 2014	R\$ - 0,93
Total		R\$ 691,85

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, em 05 de agosto de 2020.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.334**

Publicação Nº 2591999

LEI Nº 2.334, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

"Altera o Parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 1.699 de 23 de fevereiro de 2010 que dispõe sobre implantação de mão única de trânsito em via pública e dá outras providências."

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, estado de Santa Catarina. Faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passa o Parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 1.699 de 23 de fevereiro de 2010, a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. ....

Parágrafo único. O tráfego de veículos fica autorizado somente no sentido SC 423 à Rua 29 de dezembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 05 de agosto de 2020.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

# Rio do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO N. 068/2020 - CASA DA MEMORIA

Publicação Nº 2591574

##ATO EXTRATO DO CONTRATO Nº 068/2020, PROCESSO ADMINISTRATIVO 27/2020. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE/SC, com sede na RUA PAULO SARDAGNA, nº 797. CONTRATADO: CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.448.659/0001-30.

##TEX OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA CASA DA MEMÓRIA E INFRAESTRUTURA DE ACESSO AO MORRO DO MORUMBI. VALOR global para os lotes 01 e 02 de R\$ 509.836,20 (quinhentos e nove mil, oitocentos e trinta e seis reais e vinte centavos). DA FONTE DE RECURSOS: Contrato de Repasse OGU nº 871961/2018, operação 1059018-47 – Programa de Desenvolvimento e Promoção do Turismo. EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço. VIGÊNCIA: A partir da data de início da obra, devidamente registrado pelo setor de engenharia, vigendo até os prazos estipulados na Planilha de Levantamento de Eventos – PLE.

##DAT Rio do Oeste/SC, 03 de agosto de 2020.

##ASS HUMBERTO PESSATTI

##CAR Prefeito

## Rio do Sul

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 106/2020

Publicação Nº 2591715

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 106/2020

Pregão Eletrônico Nº 79/2020

Validade: 12 Meses

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) , pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº.1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. , abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 79/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, A FIM DE ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE, pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87
KATIUSA DE AVIZ GIRARDI	35.099.273/0001-10
COMERCIAL KS EIRELI	33.668.279/0001-35
MP COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI ME	30.510.775/0001-78
LPK LTDA	00.535.560/0001-40
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME	18.531.205/0001-69
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI EPP	24.170.620/0001-37

## CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, A FIM DE ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE, em um prazo que se estende até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da , de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 30050308 - MP COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	Agua mineral, re-carga em bombona 20 litros	U	FONT LIFE	730,00000	R\$9,0000	R\$6.570,0000
4	Agua mineral sem gas em copos, cx c/ 48 de 200ml	Cxa.	FONT LIFE	60,00000	R\$18,0000	R\$1.080,0000
Total do Fornecedor:						R\$7.650,0000
Total Geral dos Itens:						R\$7.650,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de até 12 meses é de R\$26.190,50 (vinte e seis mil, cento e noventa e cinquenta)

Rio do Sul (SC), 14 de Julho de 2020

MP COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI ME  
CONTRATADA  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 107/2020

Publicação Nº 2591716



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
 PRAÇA 25 DE JULHO - 1 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-900  
 Fone: (47) 3531-1200 | CNPJ: 83.102.574/0001-06  
 e-mail: imprensa@riodosul.sc.gov.br

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2020

Pregão Eletrônico Nº 79/2020

Validade: 12 Meses

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o **MUNICÍPIO DE RIO DO SUL** por meio do(a) , pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº.1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. , abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 79/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, A FIM DE ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE., pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87
KATIUSA DE AVIZ GIRARDI	35.099.273/0001-10
COMERCIAL KS EIRELI	33.668.279/0001-35
MP COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI ME	30.510.775/0001-78
LPK LTDA	00.535.560/0001-40
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME	18.531.205/0001-69
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI EPP	24.170.620/0001-37

## CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, A FIM DE ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE., em um prazo que se estende até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da , de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 31564097 - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Café puro, torrado e moído: produto em pó, procedentes de grãos são, limpos e isentos de impurezas, sabor suave/tradicional/clássico, ou seja, que caracterizem sabor suave. Isento de glúten. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, ingredientes, selo de pureza ABIC, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Acondicionado em pacote aluminizado alto vácuo, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo. Embalagem de 500 g. Validade mínima de 6 meses na data de entrega. No ato da entrega deverá ser apresentado o Certificado de Qualidade emitido pela Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) ou Laudo de Controle da qualidade do café cotado, emitido por laboratório habilitado pelo Ministério da Saúde, ou creditado pelo Ministério da Agricultura (ou órgãos vinculados a esses Ministérios) ou pelo INMETRO, comprovando o atendimento das características constantes na Resolução RDC no 12, de 2 de janeiro de 2001, ANVISA; Resolução RDC no 277, de 22 de setembro de 2005, ANVISA; Resolução RDC no 07, de 18 de fevereiro de 2011, ANVISA	U	OURO	2.150,00	R\$6,37	R\$13.695,50
Total do Fornecedor:						R\$13.695,50
Total Geral dos Itens:						R\$13.695,50

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de até 12 meses é de R\$26.190,50 (vinte e seis mil, cento e noventa e cinquenta)

Rio do Sul (SC), 14 de Julho de 2020

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME  
CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 108/2020

Publicação Nº 2591717

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

PRAÇA 25 DE JULHO - 1 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-900

Fone: (47) 3531-1200 | CNPJ: 83.102.574/0001-06

e-mail: imprensa@riodosul.sc.gov.br

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2020****Pregão Eletrônico Nº 79/2020****Validade: 12 Meses**

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o **MUNICÍPIO DE RIO DO SUL** por meio do(a) , pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. , abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 79/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, A FIM DE ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE, pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87
KATIUSA DE AVIZ GIRARDI	35.099.273/0001-10
COMERCIAL KS EIRELI	33.668.279/0001-35
MP COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI ME	30.510.775/0001-78
LPK LTDA	00.535.560/0001-40
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME	18.531.205/0001-69
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI EPP	24.170.620/0001-37

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

1. **CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, A FIM DE ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE**, em um prazo que se estende até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 316185191 - PARANA FOODS COMERCIO EIRELI EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
5	Leite integral, embalagem longa vida, tratado pelo sistema UHT (ultra pasteurização) com validade de no mínima 4 meses. Caixa com 1 litro.	Lto.	LATVIDA	1.700,00000	R\$2,8500	R\$4.845,0000
Total do Fornecedor:						R\$4.845,0000
Total Geral dos Itens:						R\$4.845,0000

**1.1. CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de até 12 meses é de R\$26.190,50 (vinte e seis mil, cento e noventa e cinquenta)

Rio do Sul (SC), 14 de Julho de 2020

PARANA FOODS COMERCIO EIRELI EPP  
CONTRATADAJOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

**DECRETO N. 9.214, DE 30 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591882

DECRETO Nº 9.214, de 30 de julho de 2020.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 12, inciso I, da Lei Orçamentaria nº 6.090, de 12 de dezembro de 2019, e com a Lei nº 6,166, de 30 de julho de 2020

Art. 1º Fica suplementada até o limite de R\$ 302.742,32 (trezentos e dois mil, setecentos e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

85.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
85.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
2.038	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		
01190000	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$	302.742,32
	TOTAL	R\$	302.742,32

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 302.742,32 (trezentos e dois mil, setecentos e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

85.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
85.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
2.040	Pessoal e Encargos Sociais – Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01190000	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$	302.742,32
	TOTAL	R\$	302.742,32

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

30 de julho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 9217, DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591770

DECRETO Nº 9217, de 03 de agosto de 2020.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 028.2020.FMS, DE 10.07.2020".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 8740, de 08 de janeiro de 2020, o resultado do Edital de Pregão Presencial para registro de preço nº 0028.2020.FMS, de 10.07.2020, cujo resumo está representado no anexo que integra

o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

CEDIMAVI – CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM DO ALTO VALE DO ITAJAI LTDA;  
REDE DOC CENTRO MÉDICO LTDA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
03 de julho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 9217/2020

Pregão Presencial: Nº 028.2020.FMS, de 10.07.2020

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAR SERVIÇOS DE EXAMES ESPECIALIZADOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DO SUS ATENDIDOS POR MEIO DESTA SECRETARIA, EM CONFORMIDADE COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC, DE ACORDO COM O EDITAL E SEUS ANEXOS.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item, o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

CEDIMAVI – CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM DO ALTO VALE DO ITAJAI LTDA;  
REDE DOC CENTRO MÉDICO LTDA.

## **DECRETO Nº 9218, DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591773

DECRETO Nº 9218, de 03 de agosto de 2020.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097.2020, DE 16.07.2020”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 8740, de 08 de janeiro de 2020, o resultado do Edital de Pregão Eletrônico nº 097.2020, de 16.07.2020, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA  
BIANCA RICACHESKI RAUBER  
ISZA COMÉRCIO E ATACADO EIRELI  
K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS – EIRELI – ME

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
03 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 9218/2020

Pregão Presencial: Nº 097.2020, de 16.07.2020

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ESPORTIVOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL/SC.

Decisão: Pelo critério de menor preço por lote, o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA  
 BIANCA RICACHESKI RAUBER  
 ISZA COMÉRCIO E ATACADO EIRELI  
 K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS – EIRELI – ME

## DECRETO Nº 9219, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2591543

DECRETO Nº 9219, de 03 de agosto de 2020

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 6.090 de 19 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 178.000,00 (cento e setenta e oito mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul:

90.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
90.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.080	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	178.000,00
	TOTAL	R\$	178.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial até o limite de R\$ 178.000,00 (cento e setenta e oito mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul:

90.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
90.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.080	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	28.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	150.000,00
	TOTAL	R\$	178.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO  
 03 de agosto de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 9220, DE 04 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591538

DECRETO Nº 9220, de 04 de agosto de 2020.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA, DE RIO DO SUL.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul- SC, no uso de suas atribuições prevista no inciso IV do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e nos dispositivos da Lei Nº 6025, de 04 de abril de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam substituídos os seguintes membros para compor o quadro de conselheiros do Conselho Municipal Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, devidamente indicados por sua entidade.

I – Representante da Sociedade Civil, sendo:

a) Unidade SESC (Serviço Social do Comércio) de Rio do Sul:

Titular: Denise Pessatti substitui Marco Aurélio Amorin;

Suplente: Rodrigo Borba de Oliveira substitui Aline Mara Avi.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO.

Rio do Sul, 04 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOME

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 9221, DE 04 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591532

DECRETO Nº 9221, de 04 de agosto de 2020.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no Artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº 5.638/15.

DECRETA:

Art.1º- Ficam substituídos os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Educação, como representantes das respectivas entidades:

IV – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

- Luis Fernando Bassi de Araújo (titular), substituindo Darclé Cardoso

- Darclé Cardoso (suplente), substituindo Marcela Nasário

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

04 de agosto de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 9222, DE 04 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591751

DECRETO Nº 9222, de 04 de agosto de 2020.

"REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 027.2020.FMS DE 20.07.2020."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Artigo 49, e suas alterações posteriores,

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica revogado o processo licitatório representado pelo Edital de Pregão Presencial nº 027/2020/FMS, de 20 de julho de 2020. Parágrafo único – Atendendo aos interesses do Município, declaro revogado o Edital de Pregão Presencial nº 027/2020/FMS, de 20.07.2020, com base no despacho anexo ao processo, para que produza os efeitos legais nos termos do Artigo 49, da Lei 8.666/93, em sua atual redação. Ato motivado pela empresa interessada não ter entregue todos os documentos exigidos pelo instrumento convocatório. Restando o certame deserto.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

04 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 9223, DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591775

DECRETO Nº 9223, de 05 de agosto de 2020.

“HOMOLOGA PROCESSO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011.2020.FCRS, DE 05.08.2020”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições:’

**DECRETA:**

Art. 1º-	Fica homologado o processo de Edital de Dispensa de Licitação nº 011/2020/FCRS, Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, Parágrafo Único, Incisos I, II e III, da Lei Federal nº 8.666/1993. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993; Decreto Estadual nº 700/2020, e Decreto Municipal nº 9142/2020.
	Parágrafo único – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL/SC. CONTRATADA: DAC COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ: 27.381.957/0001-81 VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2020.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

05 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 9224, DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591740

DECRETO Nº 9224, de 05 de agosto de 2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 6.090 de 19/12/2019

**DECRETA**

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), por conta da tendência do excesso de arrecadação referente à Emenda Parlamentar Especial, destinado a infraestrutura, para pavimentação do trecho 2 da Rua Gustav Hasse, Bela Aliança, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul.

86.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		
86.07	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		
1.032	Pavimentação de Ruas, Execução de Galerias		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01790000	Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado	R\$	1.800.000,00
	TOTAL	R\$	1.800.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
05 de agosto de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

## DECRETO Nº 9226, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2592825

DECRETO Nº 9226, de 06 de agosto de 2020.

“HOMOLOGA PROCESSO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036.2020.FMS, DE 06.08.2020”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições:

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado o processo de Edital de Dispensa de Licitação nº 036/2020/FMS, Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, Parágrafo Único, Incisos I, II e III, da Lei Federal nº 8.666/1993. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993; Decreto Estadual nº 700/2020, e Decreto Municipal nº 9142/2020.
	Parágrafo único – AQUISIÇÃO DE LUVAS, ÁLCOOL EM GEL E LANCETA, TENDO EM VISTA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS. CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. CNPJ: 00.802.002/0001-02 ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSPITALARES LTDA. CNPJ: 06.194.440/0001-03 VIGÊNCIA: até 30 de setembro de 2020, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, conforme artigo 4º-H, da lei nº 13.979.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
06 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

## DISPENSA DE LICITAÇÃO 036/2020/FMS

Publicação Nº 2591859

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2020/FMS

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Saúde, por seu Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: AQUISIÇÃO DE LUVAS, ÁLCOOL EM GEL E LANCETA, TENDO EM VISTA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS.

Contratadas: Altermed Material Médico Hospitalar LTDA – CNPJ nº 00.802.002/0001-02;  
Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares – CNPJ nº 06.194.440/0001-03

Item	Qtde.	Medida	Descrição do produto	Valor Unitário	Valor Total	Fornecedor
01	50	Caixa	Luvas de procedimento, descartáveis. Tamanho M, caixa com 50 pares. Confeccionadas em látex, não esterilizadas. Embalagem com os dados de identificação do produto, composição, número de lote, Validade de 05 anos, Número de Registro na ANVISA, INMETRO e no Ministério da saúde como material médico hospitalar e demais informações conforme legislação vigente. Com comprovação mediante apresentação de C.A. para agentes biológicos e registro do produto no Ministério da Saúde (ANVISA), juntamente com a proposta de preços.	R\$ 39,50	R\$ 1.975,00	Odontomedi
02	100	Caixa	Luvas de procedimento, descartáveis. Sem talco. Tamanho M, caixa com 50 pares. Confeccionadas em látex, não esterilizadas. Embalagem com os dados de identificação do produto, composição, número de lote, Validade de 05 anos, Número de Registro na ANVISA, INMETRO e no Ministério da saúde como material médico hospitalar e demais informações conforme legislação vigente. Com comprovação mediante apresentação de C.A. para agentes biológicos e registro do produto no Ministério da Saúde (ANVISA), juntamente com a proposta de preços.	R\$ 42,50	R\$ 4.250,00	Altermed
03	20	Caixa	Luvas de procedimento, descartáveis. Tamanho G, caixa com 50 pares. Confeccionadas em látex, não esterilizadas. Embalagem com os dados de identificação do produto, composição, número de lote, Validade de 05 anos, Número de Registro na ANVISA, INMETRO e no Ministério da saúde como material médico hospitalar e demais informações conforme legislação vigente. Com comprovação mediante apresentação de C.A. para agentes biológicos e registro do produto no Ministério da Saúde (ANVISA), juntamente com a proposta de preços.	R\$ 39,50	R\$ 790,00	Odontomedi

04	40	Caixa	Luvas de procedimento, descartáveis. Sem talco. Tamanho G, caixa com 50 pares. Confeccionadas em látex, não esterilizadas. Embalagem com os dados de identificação do produto, composição, número de lote, Validade de 05 anos, Número de Registro na ANVISA, INMETRO e no Ministério da saúde como material médico hospitalar e demais informações conforme legislação vigente. Com comprovação mediante apresentação de C.A. para agentes biológicos e registro do produto no Ministério da Saúde (ANVISA), juntamente com a proposta de preços.	R\$ 42,50	R\$ 1.700,00	Altermed
05	1.500	Unidade	Álcool gel, bisnaga ou frasco, com no mínimo 90 gramas.	R\$ 2,82	R\$ 4.230,00	Altermed
06	500	Unidade	Lanceta com dispositivo de segurança, 23 gramas	R\$ 0,22	R\$ 110,00	Altermed

Valor total: R\$ 13.055,00 (treze mil e cinquenta e cinco reais).

Recurso: 87.02.2063.3390.3036

Entrega: Imediatamente após a entrega da Ordem de Compra.

Vigência: 30/09/2020, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, conforme artigo 4º-H, da Lei nº 13.979.

Fundamento Legal: Art. 4º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal.  
Rio do Sul, 05 de agosto de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR N. 456, DE 30 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2591963

LEI COMPLEMENTAR Nº 456, de 30 de julho de 2020.  
Dispõe sobre a corregedoria e cria a ouvidoria da Guarda Municipal de Rio do Sul.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I DA CORREGEDORIA DA GUARDA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Art. 1º A Corregedoria da Guarda Municipal de Rio do Sul, unidade administrativa do Departamento da Guarda Municipal de Rio do Sul é órgão permanente, interno, autônomo e independente, conforme previsto no artigo 13, inciso I, da Lei 13.022 de 08 de agosto de 2014, com atribuições de fiscalização, investigação e auditoria.

Art. 2º A Corregedoria da Guarda Municipal, baseada nos ideais de transparência e justiça, tem como objetivo apurar os atos infracionais inerentes ao comportamento, a disciplina, a postura, ao cumprimento das leis e normas impostas aos integrantes da Guarda Municipal, visando manter o seu perfil norteador.

Art. 3º Compete ao Corregedor da Guarda Municipal de Rio do Sul:

- I – contribuir para elevar, continuamente, os padrões de transparência, prestação e segurança nas atividades desenvolvidas pela Guarda Municipal de Rio do Sul;
- II – receber do Diretor da Guarda Municipal, da Ouvidoria ou por outros meios todos os documentos e determinações de fatos a serem apurados;
- III – apreciar, apurar e encaminhar as representações relativas às infrações disciplinares atribuídas aos servidores públicos municipais ocupantes do cargo de provimento efetivo de Guarda Municipal, incluindo aqueles em estágio probatório, ao Secretário Municipal de

**Administração e Fazenda;**

IV – propor a instauração de processos administrativos disciplinares e sindicâncias, para a apuração de infrações atribuídas aos servidores da Guarda Municipal de Rio do Sul, promovendo investigação sobre o comportamento ético, social e funcional dos integrantes da corporação, requerendo e juntando documentos necessários, ouvindo a quem tenha conhecimento do fato;

V – responder as consultas formuladas pelos órgãos da Administração Municipal sobre assuntos de sua competência;

VI – realizar visitas de inspeções e correições extraordinárias em qualquer unidade da Guarda Municipal de Rio do Sul;

VII – manter o sigilo referente aos processos em andamento, bem como a organização e o arquivamento de todos os documentos referentes aos processos;

VIII – solicitar ao Secretário Municipal de Administração e Fazenda, se necessário, o afastamento do(s) envolvido(s) até o final do processo;

IX – investigar as atividades exercidas pelos Guardas Municipais de Rio do Sul, para apurar denúncias de descumprimento dos serviços designados pelo Diretor ou pela Central de Operações da Guarda Municipal e do fiel cumprimento das escalas, adotando os procedimentos administrativos necessários à responsabilização do Guarda Municipal que não atender as determinações legais.

Art. 4º A Corregedoria da Guarda Municipal deverá ser dirigida por servidor designado pelo Prefeito para exercer a Função Gratificada de Corregedor da Guarda Municipal, que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser servidor ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal;

II - ter mais de 21 (vinte e um) anos de idade;

III - não possuir antecedentes criminais;

IV - ter reputação ilibada;

V - possuir graduação em nível superior de Bacharel em Direito.

Art. 5º Fica atribuída ao Corregedor da Guarda Municipal de Rio do Sul, a competência para apreciar e decidir fundamentadamente os pedidos de certidões e fornecimento de cópias reprográficas, referentes a processos administrativos cuja as apurações e investigações do fato foram iniciados ou conduzidos pela Corregedoria da Guarda Municipal de Rio do Sul.

Art. 6º Em caso de processo administrativo disciplinar ou sindicância onde efetivo da Guarda Municipal de Rio do Sul for o indiciado, seguirão os procedimentos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos de Rio do Sul.

**TÍTULO II****DA OUVIDORIA DA GUARDA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Art. 7º Fica criada a Ouvidoria da Guarda Municipal, sendo um órgão permanente, de controle externo, autônomo e independente em face das atividades que desenvolve.

Parágrafo único. Compete à Ouvidoria receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, elogios e denúncias sobre a conduta de seus dirigentes, integrantes e das atividades da Guarda Municipal, propor soluções, oferecer recomendações e informar os resultados aos interessados, garantindo-lhes orientação, informação e resposta.

Art. 8º A Ouvidoria da Guarda Municipal de Rio do Sul será exercida por qualquer servidor efetivo lotado no departamento da Guarda Municipal de Rio do Sul, designado para exercer as atividades de Ouvidor, com carga horária de 6 (seis) horas diárias.

Parágrafo único. O servidor nomeado para Ouvidor não será remunerado pela execução das atividades da Ouvidoria, sendo considerada tal atribuição como serviço público relevante.

Art. 9º São requisitos para exercer as atividades de Ouvidor da Ouvidoria da Guarda Municipal de Rio do Sul:

I - ser servidor efetivo;

II - ter exercido no mínimo 1 (um) ano de efetivo serviço dentro do departamento da Guarda Municipal de Rio do Sul;

III - possuir ensino superior em qualquer área.

**TÍTULO III****DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 10. O Corregedor e o Ouvidor executarão seus trabalhos em horário de expediente administrativo estipulado para o serviço público municipal, salvo casos específicos necessários ao desenvolvimento de suas funções.

Art. 11. As funções de Corregedor, Ouvidor e o cargo de Diretor da Guarda Municipal de Rio do Sul são independentes e harmônicos entre si, não havendo hierarquia entre eles e executando suas funções legais em cooperação mútua, com a finalidade de bem atender os objetivos institucionais e o interesse público.

Art. 12. A apuração das denúncias de irregularidades praticadas pelo Corregedor, Ouvidor ou Diretor da Guarda Municipal de Rio do Sul, será de competência do Departamento de Controle Interno do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, sem prejuízo dos demais órgãos estaduais ou federais competentes.

Art. 13. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revoga-se o Decreto nº 8.251, de 1 de julho de 2019.

**GABINETE DO PREFEITO**

23 de junho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

**LEI COMPLEMENTAR N. 457, DE 30 DE JULHO DE 2020**

Publicação N° 2591965

**LEI COMPLEMENTAR N° 457**, de 30 de julho de 2020.

**INCLUI DISPOSITIVO NA LEI COMPLEMENTAR N° 364, DE 26 DE JULHO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR, INSTITUI A JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS (JURAD) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído o inciso VI ao art. 21 da Lei Complementar nº 364, de 26 de julho 2017, com a seguinte redação:

“Art. 21. ...

[...]

VI – a aquisição, a construção ou a reforma de imóvel destinado a abrigar a sede da Divisão Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
30 de julho de 2020

**JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ**  
Prefeito do Município de Rio do Sul  
Prefeito do Município de Rio do Sul



**LEI N. 6.166, DE 30 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591927

LEI Nº 6.166, de 30 de julho de 2020.

**“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL”**

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica suplementada até o limite de R\$ 302.742,32 (trezentos e dois mil, setecentos e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

85.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
85.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
2.038	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		
01190000	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$	302.742,32
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>302.742,32</b>

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 302.742,32 (trezentos e dois mil, setecentos e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

85.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
85.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
2.040	Pessoal e Encargos Sociais – Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01190000	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$	302.742,32
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>302.742,32</b>

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
30 de julho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**LEI N. 6.167, DE 30 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591931

LEI Nº 6.167, de 30 de julho de 2020.

Permite que o exercício do mandato de vereador no município de Rio do Sul seja efetuado de forma voluntária, sem o recebimento integral ou parcial do subsídio, por opção formal do ocupante do cargo.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O exercício da função de Vereador no Poder Legislativo de Rio do Sul poderá ser feito em caráter voluntário, sem o recebimento integral ou parcial do subsídio, previsto no inciso VI, do Art. 29 da Constituição Federal.

Art. 2º O Vereador titular ou suplente, quando ocupar efetivamente o cargo, poderá escolher a forma voluntária a ser exercida, conforme

disposto no art. 1º, nas seguintes opções:

I - Voluntário integral, sem recebimento de subsídio;

II - Voluntário parcial, com redução de 30% (trinta por cento) do subsídio definido em Lei específica para aquela legislatura;

III - Voluntário parcial, com redução de 50% (cinquenta por cento) do subsídio definido em Lei específica para aquela legislatura.

Parágrafo único. A opção de voluntário integral, estabelecido neste artigo, se dá nos moldes previstos no § 5º, do art. 3º da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 77, de 21 de janeiro de 2015, razão pela qual o vereador que dela fizer uso não deverá ser incluído no rol de beneficiados da folha de pagamento dos servidores deste Poder.

Art. 3º O Vereador que fizer uso da opção voluntária estabelecida nesta Lei, deverá formalizar sua opção por meio de ofício dirigido à Presidência da Câmara:

I - nos quinze primeiros dias depois da posse, quando vereador titular;

II - nos dois primeiros dias depois da posse, quando vereador suplente.

Parágrafo único. O cancelamento da opção não produzirá efeitos pretéritos, e implicará no recebimento de subsídios apenas depois de protocolado novo ofício com a respectiva comunicação de cancelamento, e de maneira proporcional à data de protocolo.

Art. 4º Ao Vereador que fizer uso da faculdade de Voluntário, integral ou parcial, fica assegurado idêntico tratamento dispensado aos demais vereadores quanto à eventual reembolso/indenização de despesas de viagem, locomoção e hospedagem, ou a título de diárias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 6º Revoga-se a Lei nº 5.967, de 8 de agosto de 2018.

GABINETE DO PREFEITO

30 de julho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

## **LEI N. 6.168, DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591936

LEI Nº 6.168, de 03 de agosto de 2020.

Inclui o art. 5º-A na Lei nº 5.707, de 09 de março de 2016, que institui o plano municipal de incentivo às empresas e dá outras providências.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído o art. 5º-A na Lei nº 5.707, de 09 de março de 2016, com a seguinte redação:

“Art. 5º-A. Poderão ser concedidos, isolada ou cumulativamente, os incentivos abaixo relacionados, às empresas atingidas por desastres naturais:

I – maquinário para limpeza do terreno onde está localizada a empresa e recolhimento dos entulhos não recicláveis, limitado a 08 horas;

II – serviço de manutenção nas vias de acesso à empresa, mesmo em trecho particular, limitado a 08 horas;

III – isenção de emolumentos relativos à análise e aprovação de projetos necessários para a reconstrução de edificação da empresa, ainda que o projeto contemple a ampliação da área;

IV - ressarcimento do valor pago, de até 03 (três) meses de aluguel do imóvel locado para instalação da empresa, não ultrapassando 280 UFM ao mês.

§ 1º O incentivo definido no inciso I do caput consiste na cessão do equipamento e do respectivo motorista, cabendo à empresa beneficiária providenciar a mão de obra necessária para a realização dos serviços.

§ 2º O pedido de concessão dos incentivos definidos no caput deverá ser protocolado junto à Prefeitura Municipal (Protocolo Geral), acompanhado de laudo elaborado pela Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil.

§ 3º A execução dos incentivos definidos nos incisos I e II do caput respeitará o cronograma diária de atividades da Secretaria Municipal de Obras e Agricultura.

§ 4º A empresa que requerer quaisquer dos incentivos de que trata o caput deste artigo deverá apresentar os seguintes documentos:

I - prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

II - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

III - Cópia da matrícula do imóvel ou cópia do contrato de locação;

IV - declaração de que não possui seguro sobre a área atingida.

§ 5º A empresa que receber quaisquer dos incentivos de que trata o caput deste artigo fica isenta de comprovar o incremento de empregos e impostos.

§6º O incentivo definido no inciso IV do caput será concedido mediante apresentação do Contrato de Locação.

§7º O recurso financeiro para a concessão do incentivo definido no inciso IV do caput será oriundo da Defesa Civil do Município.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
03 de agosto de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

## **LEI N. 6.169, DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591941

LEI Nº 6.169, de 03 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a campanha junho violeta, por dignidade e respeito com a pessoa idosa no município de Rio do Sul.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído no Calendário Oficial do município de Rio do Sul a campanha “Junho Violeta, por Dignidade e Respeito com a Pessoa Idosa”, a ser realizada durante o mês de junho.

Art. 2º A campanha “Junho Violeta, por Dignidade e Respeito com a Pessoa Idosa” tem como objetivo desenvolver ações de mobilização, sensibilização e conscientização da população, no âmbito do município de Rio do Sul, sobre todos os tipos de violência contra as pessoas idosas.

Parágrafo Único. A campanha Junho Violeta terá como símbolo um pequeno laço de cor violeta.

Art. 3º A campanha “Junho Violeta, por Dignidade e Respeito com a Pessoa Idosa” será desenvolvida no âmbito das unidades públicas de educação e de saúde da rede municipal durante o mês de junho, da seguinte forma:

I- Realização de palestras e debates e exibição de filmes para os pais e alunos da rede escolar, além da promoção de concursos de redação e de desenhos, e outras práticas pedagógicas destinadas aos alunos;

II- Realização de palestras e debates para os profissionais da rede de saúde, a serem ministrados por psicólogos e assistentes sociais podendo ser indicados pela Secretaria Municipal de Saúde ou pelo Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos (CMI).

Art. 4º Para a execução do referido projeto, poderão contribuir a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos (CMI), iniciativas público-privadas, indústrias, empresas, comércios, hospitais e clínicas, faculdades, escolas profissionalizantes e particulares, associações, clubes de serviço e veículos de comunicação.

Art. 5º Para os fins do caput deste artigo, serão iluminados de violeta, quando possível, monumentos, prédios, residências, pontos turísticos e afins, no âmbito municipal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
03 de agosto de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**PAUTA DE JULGAMENTO Nº 008/2020**

Publicação Nº 2591830

**CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES****PAUTA DE JULGAMENTO Nº 008/2020**

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no Art 13 § 1º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 17 de Agosto de 2020, às 08h00 no Auditório Renato Cardoso, sito no 1º andar do prédio central da Prefeitura Municipal, para julgamento dos seguintes Recursos Ordinários:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 181307/2019  
Número do Recurso Ordinário: Nº 006/2020  
Nome do Recorrente: Almerinda da Silva  
Nome do Relator: Conselheiro Ricardo Stefani Paschoaleto

Número do Protocolo: Protocolo Nº 180672/2019  
Número do Recurso Ordinário: Nº 009/2020  
Nome do Recorrente: Selene Maria Cordeiro Dubiela  
Nome do Relator: Conselheiro Ramiro de Liz e Souza

Rio do Sul, 04 de Agosto de 2020.

LEONICE WITTE  
Secretária geral do CMC

**PAUTA DE SORTEIO Nº 005/2020**

Publicação Nº 2591842

**CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC****Pauta de Sorteio Nº 005/2020**

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 17 de Agosto de 2020, às 08hs00min no Auditório Renato Cardoso, localizado no 1º andar do prédio da Prefeitura Municipal, para realização do sorteio de distribuição do seguinte Recurso Ordinário:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 172395/2018  
Nome do Recorrente: Salvador Empreendimentos Ltda  
Nº do Recurso Ordinário: 002/2020

Número do Protocolo: Protocolo Nº 181663/2019  
Nome do Recorrente: Aline Fronza  
Nº do Recurso Ordinário: 007/2020

Número do Protocolo: Protocolo Nº 181662/2019  
Nome do Recorrente: Aline Fronza  
Nº do Recurso Ordinário: 008/2020

Rio do Sul, 04 de Agosto de 2020.

LEONICE WITTE  
Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

**PORTARIA N. 0756/DGP**

Publicação Nº 2592844

**PORTARIA Nº.0756/DGP**

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, VERA LUCIA PESSOA, para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, 40 horas, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do

Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de Julho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração  
phb

#### **PORTARIA N. 0767/DGP DE 28 DE JULHO DE 2020.**

Publicação Nº 2588654

PORTARIA n. 0767/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 183, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Aplicar a penalidade de Advertência, ao servidor DEJAIR PAULO SOPHIATI JUNIOR, matrícula n. 169412, ocupante do cargo de provimento efetivo Auditor Fiscal da Receita Municipal, com fundamento ao disposto no artigo 184, inciso I, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015 e, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 005/2020, que concluiu que o servidor transgrediu o artigo 170, incisos III e X e o artigo 171 inciso I, ambos da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Esta entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de julho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

#### **PORTARIA N. 0768/DGP DE 29 DE JULHO DE 2020.**

Publicação Nº 2588653

PORTARIA n. 0768/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 183, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Aplicar a penalidade de Advertência, à servidora ROSELI MACHADO MALKOESKI, matrícula n. 1639366, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, com fundamento ao disposto no artigo 184, inciso I, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015 e, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 046/2019, que concluiu que a servidora transgrediu o artigo 170, incisos III e X e o artigo 171, inciso I, ambos da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Determinar ao Departamento de Gestão de Pessoas que realize orientação às chefias imediatas da Secretaria Municipal de Obras e Agricultura, no que tange aos registros de ponto dos seus servidores, informando os procedimentos essenciais para controle de frequência, prestação de serviço extraordinário e concessão de folga por meio de Regime de Banco de Horas.

Art. 3º Esta entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de julho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA N. 0773/DGP**

Publicação Nº 2592009

**PORTARIA N. 0773/DGP**

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Remover temporariamente em conformidade com o Decreto n. 8956 de 06 de Abril de 2020, alterado pelo Decreto n. 9088 de 15 de junho de 2020, os servidores:

Nome	Cargo	Carga horária	Local de origem	Local de destino	Data de início da lotação provisória
JANAINA MARTINEZ MAGDALENA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	40h	CE PREF. LUIZ ADELAR SOLDATELLI	SECRETARIA DE SAÚDE	29/07/2020
JOCIANA MARCHI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	40h	CE PREF. LUIZ ADELAR SOLDATELLI	SECRETARIA DE SAÚDE	29/07/2020

Parágrafo único. A remoção temporária se dá em razão da necessidade de trabalho, sendo válido enquanto perdurar a pandemia ocasionada pelo COVID-19.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de Agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
phb

**PORTARIA Nº 0711/DGP**

Publicação Nº 2592040

**PORTARIA Nº 0711/DGP**

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora MIRIAM DÜMES WEISS, matrícula n.266191-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, a Licença Especial à Gestante, no período de 07/07/2020 até 04/09/2020, com fundamento no artigo 267 e 268, da Lei Complementar n.309/2015 e, requerimento anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de julho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 0712/DGP**

Publicação Nº 2592046

**PORTARIA Nº 0712/DGP**

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora JOSIANE KRIEGER, matrícula n.106577-10, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 04/06/2020 até 17/08/2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n.309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de julho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 0713/DGP**

Publicação Nº 2592050

PORTARIA Nº 0713/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora JULIANA LEHMKUH, matrícula n.2107546-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 23/06/2020 até 22/07/2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de julho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 0714/DGP**

Publicação Nº 2592055

PORTARIA Nº 0714/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor VILSON DE ANDRADE, matrícula n.78964-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 21/06/2020 até 20/07/2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde do servidor no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de julho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 0715/DGP**

Publicação Nº 2592056

PORTARIA Nº 0715/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor MARCIO DE OLIVEIRA VIEIRA, matrícula n.228850-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem a continuidade da READEQUAÇÃO pelo período de 04/07/2020 até 01/10/2020, que foi concedida por meio da Portaria n.0261/DGP de 05/03/2020 e publicada no Diário Oficial dos Municípios em 24 de abril de 2020, pelo período de 06/03/2020 até 03/07/2020, com fundamento no artigo 33, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde do servidor no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de julho de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 0716/DGP**

Publicação Nº 2592058

PORTARIA Nº 0716/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora LUANA ALINE BARTH LOBATO, matrícula n.253650-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, pelo período de 07/07/2020 até 13/11/2020, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.0314/DGP, de 13/03/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 24 de abril de 2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de julho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 0741/DGP**

Publicação Nº 2592066

PORTARIA Nº 0741/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder, à contratada temporariamente KATIA ODORIZZI BONI, matrícula n.890251-3, ocupante do cargo de Professor, a Licença Especial à Gestante, no período de 03/07/2020 até 31/08/2020, com fundamento no artigo 11, inciso III, da Lei n. 3.796, de 26/06/2002 e alterações posteriores, de acordo com requerimento anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de julho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 0742/DGP**

Publicação Nº 2592070

PORTARIA Nº0742/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora RUBIA MARIA KNUPFER, matrícula n.96288-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, a Licença à Gestante, no período de 29/06/2020 até 26/10/2020, com fundamento no artigo 263, da Lei Complementar n. 309/2015 e, atestado médico anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de julho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 0743/DGP**

Publicação Nº 2592073

PORTARIA Nº 0743/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora SILVIA APARECIDA BATISTA, matrícula n.97187-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, pelo período de 10/07/2020 até 06/11/2020, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.0111/DGP, de 03/02/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 10 de fevereiro de 2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de julho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 0748/DGP**

Publicação Nº 2592079

PORTARIA Nº0748/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora ROSENILDA KUSTER, matrícula n.272132-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, a Licença à Gestante, no período de 05/07/2020 até 01/11/2020, com fundamento no artigo 263, da Lei Complementar n. 309/2015 e, atestado médico anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de julho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 0749/DGP**

Publicação Nº 2592080

PORTARIA Nº 0749/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora DEBORA IDENE WECOLOVIS, matrícula n.836761-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, a Licença Especial à Gestante, no período de 28/07/2020 até 25/09/2020, com fundamento no artigo 267 e 268, da Lei Complementar n.309/2015 e, requerimento anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de julho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 0750/DGP**

Publicação Nº 2592084

PORTARIA Nº 0750/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora FABIANA FACHINI SCHEIDT, matrícula n.188549-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 17/07/2020 até 14/09/2020, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.0676/DGP, de 29/06/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 08 de julho de 2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de julho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2020/FCRS**

Publicação Nº 2591777

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2020/FCRS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS PARA REFORMA DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL/SC.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 06/08/2020.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 08h00min do dia 19/08/2020.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h10min do dia 19/08/2020.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico: [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br)

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020, Decreto Municipal nº 6760/2017 e subsidiariamente a Lei 8.666/93.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 03 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

RAFAEL APARICIO TSCHUMI  
Diretor Executivo de Cultura

**RESUMO DO ADITIVO Nº 014/2020/FMS**

Publicação Nº 2591722

2º TERMO ADITIVO Nº 014/2020 – DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº 025/2020/FMS, REFERENTE À AQUISIÇÃO DE TESTES RÁPIDOS, TENDO EM VISTA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS, QUE CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL E A EMPRESA ONCO IMPORT ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI.

Aos três (03) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti, nº154, Centro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ROBERTA HOCHLEITER, ora denominada CONTRATANTE, e a empresa ONCO IMPORT ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI, com sede na Rua Joinville, nº 304, Sala 402, Bairro Centro, na cidade de Itajaí/SC, CEP 88.301-410, inscrita no CNPJ/MF sob n. 08.041.748/0001-44, representada neste ato por seu representante legal, WANDO WILLIAN DE SOUZA, portador do CPF n. 043.923.729-79, doravante designada CONTRATADA, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Dispensa de Licitação 025/2020/FMS, e no Contrato original de Prestação de Serviço nº 025/2020/FMS, datado de 08 de junho de 2020, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no Artigo 4º I, da Lei nº 13.979/2020 e alterações posteriores. Justificada através da solicitação do Gabinete da Secretaria de Saúde, recebida em 31 de julho de 2020.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO**

Fica acrescido o valor de R\$ 28.750,00 (vinte e oito mil setecentos e cinquenta reais) assumido constante da Cláusula Quarta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, conforme Memorando nº 987/2020/GAB/SEC.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL**

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

ROBERTA HOCHLEITER  
Secretária Municipal de Saúde  
Contratante

ONCO IMPORT ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI  
Wando Willian de Souza  
Contratada

Testemunhas:

Nome: Nome:  
CPF CPF

**RESUMO DO ADITIVO Nº 064/2020**

Publicação Nº 2591887

1º TERMO ADITIVO Nº 064/2020 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 034/2020, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE BALIZAMENTO NOTURNO E APAPI NAS DUAS CABECEIRAS NO AEROPORTO HELMUTH BAUMGARTEN, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA INFRACEA CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, AEROPORTOS E CAPACITAÇÃO LTDA.

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa INFRACEA CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, AEROPORTOS E CAPACITAÇÃO LTDA. com sede à EQS 114/115, bloco A, sala 42, Edifício Casablanca, Asa Sul, no município de Brasília/DF, CEP 70.377-400, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.469.843/0001-34, representada neste ato pelo Sócio Diretor, Sr. Fernando Augusto Maschio de Siqueira, Carteira de Identidade nº 449.575, CPF nº 612.428.296-87, doravante denominado CONTRATADO, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Tomada de Preço nº 197/2019, o Contrato de Serviço e Fornecimento de Material nº 034/2020, datado de 04 de março de 2020, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as

cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do §1º Inciso II e V, do Artigo 57 e §1º Inciso I, alínea b, do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através dos Memorandos nº 077/2020/SEINFRA e 078/2020/SEINFRA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO AJUSTE

Fica ajustada a nomenclatura do objeto, que corresponde ao que de fato foi licitado, passando a ser – Contratação de empresa para execução da implantação de sistema de balizamento noturno (iluminação) e APAPI nas duas Cabeceiras no Aeroporto Helmuth Baumgarten, de acordo com a solicitação anexada ao Memorando nº 078/2020/SEINFRA.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

A contratada ficará autorizada, no curso do contrato, a Implantar, Gerenciar e dar Manutenção à EPTA Cat “C” em atendimento a alínea “j” do item 4.3.2 e item 2.2.2 da ICA 63-10/2018, de acordo com a solicitação anexada ao Memorando nº 078/2020/SEINFRA.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Terceira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, a contar de 31 de julho de 2020, e se encerrando em 28 de outubro de 2020, conforme Memorando nº 077/2020/SEINFRA.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO ACRÉSCIMO

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme Memorando nº 078/2020/SEINFRA.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

Contratante

INFRAEUA CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, AEROPORTOS E CAPACITAÇÃO LTDA

Fernando Augusto Maschio de Siqueira

Contratada

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

#### TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO ALEXSANDER KOERICH

Publicação Nº 2592858

#### TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar nº 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item “I”, da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ALEXSANDER KOERICH, nomeado (a) pela Portaria n. 0683/DGP, de 29/06/2020, publicada no DOM na data de 06/07/2020, para exercer o cargo efetivo de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2019.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 10/08/2020.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 31 de Julho de 2020.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal  
phb

## **TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO RICARDO DA SILVA**

Publicação Nº 2592865

### **TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) RICARDO DA SILVA, nomeado (a) pela Portaria n. 0682/DGP, de 29/06/2020, publicada no DOM na data de 06/07/2020, para exercer o cargo efetivo de CALCETEIRO, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2019.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 03/08/2020.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 29 de Julho de 2020.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal  
phb

**LEI N. 6.170, DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação N° 2591951

**LEI N° 6.170**, de 03 de agosto de 2020.

**DENOMINA “SANTOLINO FLORÊNCIO” E “ANTÔNIO TONON”, RUAS LOCALIZADAS NO LOTEAMENTO ITÁLIA NO BAIRRO BARRAGEM, ALTERA O CAPUT E ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO NO ART. 3º DA LEI N° 5730, DE 25 DE MAIO DE 2016, E REVOGA A LEI N° 1418, DE 4 DE JUNHO DE 1979.**

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o caput e acrescentado parágrafo único no art. 3º da Lei nº 5730, de 25 de maio de 2016, que denomina as ruas do Loteamento Arco-Iris no bairro Barragem, no município de Rio do Sul, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º É denominada “Bagdá” a rua que inicia na Estrada da Madeira, passando pelos Loteamentos Arco-Iris e Itália, e termina na Rua Guaíba, medindo 757,45 metros de extensão e largura variável entre 14,00 e 12,00 metros, no Bairro Barragem, conforme Levantamento Topográfico, parte integrante da presente Lei.

Parágrafo único. A largura da rua é de 14,00 metros nos 696,01 metros de extensão inicial, sendo que nos últimos 61,44 metros até a Rua Guaíba, a largura da rua passa a ser 12,00 metros.” (NR)

Art. 2º É denominada “Antonio Tonon” a rua que inicia na Estrada da Madeira, passa pelos Loteamentos Itália e Arco-Iris, e termina na Rua Bagdá, medindo 1018,10 metros de extensão e largura variável entre 12,00 e 9,30 metros, no Bairro Barragem, conforme Levantamento Topográfico, parte integrante da presente Lei.

Parágrafo único. A largura da rua é de 9,30 metros nos 772,99 metros de extensão inicial, sendo que do início da transenche até a Rua Bagdá a largura da rua passa a ser de 12,00 metros.

Art. 3º Fica denominada “Santolino Florêncio” a rua do Loteamento Itália, que inicia na Rua Bagdá, medindo 84,16 metros de extensão e 12,00 metros de largura, no Bairro Barragem, conforme Levantamento Topográfico, parte integrante da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Lei nº 1418, de 4 de junho de 2020.

GABINETE DO PREFEITO  
03 de agosto de 2020

**JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ**  
Prefeito do Município de Rio do Sul



**LEI N. 6.171, DE 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591960

**LEI Nº 6.171**, de 03 de agosto de 2020.

**ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 2.579, DE 17 DE MAIO DE 1993, QUE DENOMINA ESTRADA DA PENHA RUA SEM DENOMINAÇÃO SD Nº 01 NO BAIRRO RAINHA.**

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Lei nº 2.579, de 17 de maio de 1993, que passa a vigorar com a seguinte redação:

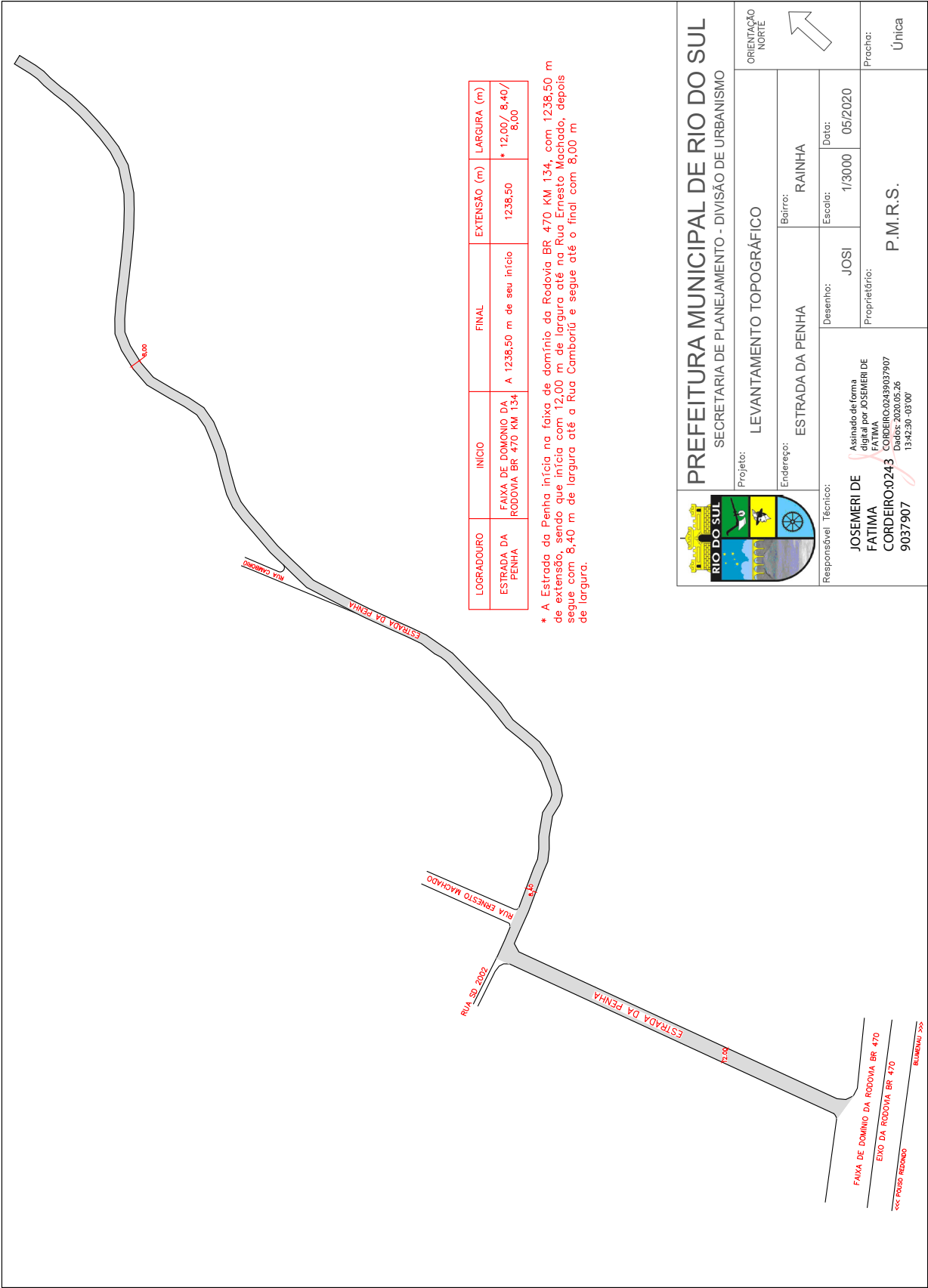
“Art. 1º Fica denominada “Estrada Da Penha” a rua sem nome – SD 01, localizada no Bairro Rainha, com início na faixa de domínio da BR 470, Km 134, mais 900,00 metros e final a 1.238,50 metros, iniciando com 12,00 metros de largura até a Rua Ernesto Machado, após segue com 8,40 metros de largura até a Rua Camboriú, seguindo até o final com 8,00 metros de largura.” (NR)

Art. 2º Acompanha esta Lei o levantamento topográfico da via.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
03 de agosto de 2020

**JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ**  
Prefeito do Município de Rio do Sul



# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

**1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2020 DE 05/02/2020 DATA: 30/07/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2020. CONTRATAÇÃO DIRETA MEDIANTE DISPENSA DE LICITAÇÃO FUNDAMENTO: ART.24, IV DA LEI 8.666/93 CONTRATO: VALDEMAR GONÇALVES DA LUZ - ME (RV TRANSPORTES)**

Publicação Nº 2592644

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2020 DE 05/02/2020

DATA: 30/07/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2020. Contratação Direta Mediante Dispensa de Licitação

Fundamento: Art.24, IV da Lei 8.666/93

CONTRATO: VALDEMAR GONÇALVES DA LUZ - ME (RV TRANSPORTES) CNPJ nº 11.664.269/0001-99

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A REDE DE ENSINO DE RIO DOS CEDROS – SC - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 30/07/2020

TÉRMINO: 31/12/2020

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 13/2020.

**1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040/2020 DE 05/02/2020 DATA: 30/07/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2020. CONTRATAÇÃO DIRETA MEDIANTE DISPENSA DE LICITAÇÃO FUNDAMENTO: ART.24, IV DA LEI 8.666/93 CONTRATO: LUIZ BERNARDO ROPELATO ME**

Publicação Nº 2592646

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040/2020 DE 05/02/2020

DATA: 30/07/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2020. Contratação Direta Mediante Dispensa de Licitação

Fundamento: Art.24, IV da Lei 8.666/93

CONTRATO: LUIZ BERNARDO ROPELATO ME CNPJ nº 26.943.897/0001-80

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A REDE DE ENSINO DE RIO DOS CEDROS – SC - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 30/07/2020

TÉRMINO: 31/12/2020

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 13/2020.

**3º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2020 DE 10/02/2020 DATA: 03/08/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2017. MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE CONTRATO: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP**

Publicação Nº 2592648

3º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2020 de 10/02/2020

Data: 03/08/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2017. MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE

CONTRATO: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP CNPJ nº 8.920.909/0001-70

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC, POR SISTEMA DE MUTIRÃO, ESPECIFICAMENTE PARA A RUA HOLANDA, DA ESTACA 09 + 10 ATÉ ESTACA 26 NOS IMÓVEIS QUE SERÃO SUJEITOS AO REGIME DE TRIBUTAÇÃO POR CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – E TENDO EM VISTA A ADEQUAÇÃO NO PROJETO PARA CONSTAR TAMBÉM A PAVIMENTAÇÃO DOS ENTRONCAMENTOS DAS RUAS TRANSVERSAIS, CUJOS CUSTOS SERÃO ARCADOS PELA MUNICIPALIDADE, ATRELADO AO DISPOSTO NO ARTIGO 65, §1º DA LEI NACIONAL 8.666/93 ACRÉSCIMO – ACRÉSCIMOS - ITEM 1

INÍCIO: 25/05/2020

TÉRMINO: 08/09/2020

VALOR: R\$ 8.112,50 (oito mil, cento e doze reais e cinquenta centavos),

**4º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2018 DE 13/08/2018 DATA: 31/07/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: LUIZ BERNARDO ROPELATO ME**

Publicação Nº 2592651

4º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2018 de 13/08/2018

DATA: 31/07/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por lote - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: LUIZ BERNARDO ROPELATO ME CNPJ 26.943.897/0001-80

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A REDE DE ENSINO DE RIO DOS CEDROS – SC – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 31/07/2020

TÉRMINO: 31/12/2020

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 47/2020.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2020 DATA: 04/08/2020 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE BASE LEGAL: ART.24, II DA LEI 8.666/93 E DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018 CONTRATO: GTA – GESTÃO AMBIENTAL LTDA**

Publicação Nº 2592656

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2020

Data: 04/08/2020

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE

Base Legal: art.24, II da Lei 8.666/93 e Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018

CONTRATO: GTA – GESTÃO AMBIENTAL LTDA CNPJ nº 04.813.163/0001-44

OBJETO: a prestação de serviços de coleta, transporte e destino final dos resíduos de serviço de saúde (lixo hospitalar), compreendendo: GRUPOS "A-B-C-E" e outros similares que devem estar acondicionados em recipientes de material rígido, adequado para cada tipo de substância química, respeitadas as suas características físico-químicas e seu estado físico de acordo com a NBR 9191, e identificados de acordo com a NBR 7500, da ABNT.

INÍCIO: 04/08/2020

TÉRMINO: 04/08/2021

VALOR: R\$ 290,30 (duzentos e noventa reais e trinta centavos) relativos à coleta e R\$ 9,70 p/kg (nove reais e setenta centavos por quilo-grama) relativos ao destino final dos resíduos de serviços de saúde, multiplicado pelo peso total verificado no mês da coleta.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS/SC : TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020 FS - FINALIDADE: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - AVISO DE ERRATA**

Publicação Nº 2591880

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS/SC

AVISO DE ERRATA

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020 FS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS– SC, leva ao conhecimento dos interessados que efetuou alterações na forma de errata no Edital supracitado que tem por objeto a FINALIDADE: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA) DO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE BÁSICA DE RIO ROSINA CONTEMPLANDO A ÁREA DE 89,13 M² (OITENTA E NOVE METROS E TREZE DECÍMETROS QUADRADOS) EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL. DESPESA CONFORME CONVENIO Nº 2020TR000440. A retificação na íntegra poderá ser obtida no site: [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) ou e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br). Tendo em vista as alterações efetuadas, fica estabelecida nova data para realização do certame. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 21 de Agosto de 2020. ABERTURA: às 9:05h do dia 21 de Agosto de 2020. LOCAL: Sala de reuniões/Salão Nobre no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Rio dos Cedros (SC), 05 de Agosto de 2020.

Marildo Domingos Felippi – Prefeito

**LEI ORDINÁRIA Nº 2.100, DE 04 DE AGOSTO DE 2020. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES**

Publicação Nº 2592660

LEI ORDINÁRIA Nº 2.100, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Fica anulada no orçamento vigente a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

0010.0302.0151.2087 – CISAMVI – Serviços Ambulatoriais Hospitalares

3339300000000000 – Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe (1.386.500 – Transf – Sus/união - Mac) .....

.. 100.000,00

Total Geral ..... 100.000,00

Art.2º. Com a soma da anulação do artigo anterior, fica suplementada a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais da Saúde

3339000000000000 – Aplic. diretas (1.386.500 – Transf – Sus/união - Mac) ..... 100.000,00

Total Geral ..... 100.000,00

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 04 de agosto de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 04 de agosto de 2020.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2020 REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO/RECARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (13KG - P13) E (45KG -P45) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA - EDITAL DE RETIFICAÇÃO**

Publicação Nº 2591886

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2020

REGISTRO DE PREÇOS para FORNECIMENTO/RECARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (13KG - P13) E (45KG -P45) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

**EDITAL DE RETIFICAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para o conhecimento dos interessados, o presente EDITAL DE RETIFICAÇÃO a fim de ALTERAR A DATA DE ABERTURA:

Informamos que a data de abertura sofreu alteração em decorrência destas modificações, sendo conforme abaixo:

Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e envelope de habilitação Até:

Data: 12/08/2020 Horário: 08:45h

Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas:

Data: 12/08/2020 Horário: 09:00h

Rio dos Cedros, 04 de Agosto de 2020.

Marildo Domingos Felippi

Prefeito

# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO N° 047/2020 - FMS

Publicação N° 2591498

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA

#### EXTRATO DO CONTRATO N° 047/2020

OBJETO: Aquisição de macacões impermeáveis de proteção e segurança contra contaminação em ambientes hospitalares e clínicas para os profissionais da saúde que atuam no Centro de Triagem à pacientes com suspeita de COVID-19, no município de Rio Fortuna/SC.

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: Dispensa de Licitação n° 005/2020 - Processo Licitatório n° 016/2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: LEONIDES WIEMES DIRCKSEN & CIA LTDA. (CNPJ 80.120.389/0001-48)

VALOR: R\$ 4.592,25 (quatro mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e cinco centavos)

DATA DO CONTRATO: 05/08/2020

VIGÊNCIA: de 05/08/2020 até 31/12/2020.

Rio Fortuna/SC, 05 de agosto de 2020.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

### RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 016/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 005/2020 FMS

Publicação N° 2591496

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA

#### EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 016/2020

##### DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 005/2020

OBJETO: Aquisição de macacões impermeáveis de proteção e segurança contra contaminação em ambientes hospitalares e clínicas para os profissionais da saúde que atuam no Centro de Triagem à pacientes com suspeita de COVID-19, no município de Rio Fortuna/SC.

VENCEDOR: LEONIDES WIEMES DIRCKSEN & CIA LTDA. (CNPJ 80.120.389/0001-48)

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 4.592,25 (quatro mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e cinco centavos)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 05/08/2020

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 05/08/2020

Rio Fortuna/SC, 05 de agosto de 2020.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

# Rio Negrinho

## PREFEITURA

### ATA DE HABILITAÇÃO CONCURSO Nº 061/2020

Publicação Nº 2591642

ATA DA ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2020 – CONCURSO PÚBLICO PARA SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PROJETO E EXECUÇÃO DE DUAS ESCULTURAS PARA A PRAÇA JARDIM DO CENTRO CÍVICO RIO NEGRINHO/SC, COM RECURSOS FINANCEIROS ORIUNDOS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 869956/2018 CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO – PRAÇA JARDIM CENTRO CÍVICO – META 03. Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às nove horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, sita na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro, nesta Cidade e Comarca, com a presença dos Srs. Cintia Ester Anacleto, Glaucio Liebl e Claudia Simone de Souza Campos, respectivamente, presidente, secretário e membro da Comissão Permanente de Licitações - CPL, nomeada através da Portaria nº 24.487, de 22 de janeiro de 2020, foi instalada a sessão de abertura do Processo Licitatório supracitado, autorizado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal e publicado no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e Jornal A Notícia, edições do dia 18/6/2020 e 19/6/2020, bem como no mural localizado no átrio da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho. Iniciados os trabalhos, a CPL constatou que apenas uma inscrição foi protocolada. Em seguida, foram conferidos e identificadas as peças obrigatórias (documentos de habilitação, ficha de identificação, pranchas da representação gráfica, memorial descritivo e maquete 3D das esculturas). Após verificação da habilitação e do conteúdo dos demais invólucros, o concorrente foi declarado habilitado e a CPL decidiu identificá-lo com o código CC061/2020-1. Desta forma a Comissão Permanente de Licitações declara oficialmente o seguinte resultado:

LICITANTE	HABILITAÇÃO
CC061/2020-1	Habilitado

Isto posto e de acordo com o item 4.6 do edital, fica estabelecido o prazo legal de recurso e a publicação da presente ata no Diário Oficial dos Municípios – DOM em 06/08/2020, com início do prazo de recurso em 10/08/2020 até às 17:00 horas do dia 14/08/2020. Decorrido o prazo de recurso sem que nada tenha sido apresentado, serão encaminhados à Comissão Julgadora os invólucros contendo a representação gráfica (projeto), memorial descritivo e maquete das esculturas, ficando em poder da CPL os documentos que possam identificar o concorrente. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, segue por todos assinada. Rio Negrinho, 5 de agosto de 2020.

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
Cintia Ester Anacleto	Presidente CPL	
Glaucio Liebl	Secretário CPL	
Claudia Simone de Souza Campos	Membro CPL	

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2020

Publicação Nº 2591499

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO  
PROCESSO LICITATÓRIO 080/2020  
PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Rio Negrinho - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 8.733 de 18/08/2005 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993, acha-se aberto até as 09h00min horas do dia 19 de agosto de 2020, Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE PLOTAGENS DE PLANTAS ARQUITETÔNICAS E MAPAS CARTOGRÁFICOS DAS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO, HABITAÇÃO E EDUCAÇÃO. As propostas deverão ser protocoladas e entregues no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, a partir desta data, encerrando-se no prazo acima. A abertura das propostas, o credenciamento de representantes e o início da disputa das propostas classificadas se darão a partir do mesmo horário acima. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, situado na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico. Cópias do edital poderão ser obtidas no site: <http://rionegrinho.atende.net> (Licitações). Demais informações pelos telefones (47) 3646-3636/3646-3648.

Rio Negrinho, 31 de julho de 2020.

JULIO CESAR RPONCONI  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2020**

Publicação Nº 2591501

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO  
PROCESSO LICITATÓRIO 081/2020  
PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Rio Negrinho - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 8.733 de 18/08/2005 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993, acha-se aberto até as 09h00min horas do dia 20 de agosto de 2020, Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS PARA PLOTAGEM DE CHAPA GALVANIZADA PARA USO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO. As propostas deverão ser protocoladas e entregues no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, a partir desta data, encerrando-se no prazo acima. A abertura das propostas, o credenciamento de representantes e o início da disputa das propostas classificadas se darão a partir do mesmo horário acima. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, situado na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico. Cópias do edital poderão ser obtidas no site: <http://rionegrinho.atende.net> (Licitações). Demais informações pelos telefones (47) 3646-3636/3646-3648.

Rio Negrinho, 31 de julho de 2020.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

# Rio Rufino

## PREFEITURA

### PREGAO PRESENCIAL Nº13/2020

Publicação Nº 2592559

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO RUFINO

CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO/ PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020  
PARA REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Rio Rufino, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob nº.95.991.071/0001-00, com sede a Av. José Oselame, 206, Centro em Rio Rufino/SC, representada por seu prefeito Municipal, Sr. THIAGO COSTA, por meio da Pregoeira e Comissão Permanente de Licitações, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGAO PRESENCIAL que tem por objeto "O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS REGISTROS LUVAS E ADESIVOS ". O recebimento das propostas será no dia 14/08/2020 as 13:15 horas, a abertura e julgamento das propostas será no dia 14/08/2020 as 13:30 horas, em seguida abertura para fase de lances. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pelo Decreto Municipal Nº 061/2017, Lei Federal n.º 10.520/2002 e pela Lei Federal n.º 8.666/93, nos casos omissos. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.riorufino.sc.gov.br>. Questionamentos acerca do edital, serão respondidos pela Pregoeira exclusivamente por meio eletrônico por meio do endereço [licitacao@riorufino.sc.gov.br](mailto:licitacao@riorufino.sc.gov.br), desde que enviados a este e-mail no prazo de até 03 (três) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, sendo de responsabilidade dos interessados a consulta ao sítio <http://www.riorufino.sc.gov.br> para obter informações sobre esta licitação antes da participação nas sessões e também pelo fone 49 3279 0000.

Rio Rufino, 05 DE AGOSTO de 2020  
Thiago Costa – Prefeito Municipal  
Juliane Pereira de Souza – Pregoeira

# Rodeio

## PREFEITURA

### AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL 04/2020

Publicação Nº 2591516

PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO  
AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 04/2020

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no site [www.rodeio.sc.gov.br](http://www.rodeio.sc.gov.br) no dia 28/07/2020, portal da transparência <https://rodeio.atende.net/?pg=transparencia#!/> no dia 27/07/2020, Diário Oficial dos Municípios (DOM) no dia 29/07/2020 e Diário Oficial do Estado (DOE) no dia 29/07/2020 foi alterado. Nesse sentido, o Município de Rodeio comunica aos interessados, que promoveu a RETIFICAÇÃO do Edital acima especificado, nos Termos da Lei Nº 10.520/02 e da Lei 8.666/93, alterando a data de abertura do certame para o dia 18/08/2020 às 08h40min (horário de Brasília). O Edital retificado e demais arquivos, encontram-se disponíveis no site da municipalidade: [www.rodeio.sc.gov.br](http://www.rodeio.sc.gov.br), no link de acompanhamento da licitação. Maiores informações: (47) 33840161 ou através do e-mail: [pmcomp@terra.com.br](mailto:pmcomp@terra.com.br). Erico Carini - Pregoeiro

### EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 39/2018

Publicação Nº 2591863

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 2º termo aditivo ao contrato Nº 39/2018 ref. Pregão presencial Nº 06/2018. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: Gta Gestão Ambiental Ltda. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato original. Vigência: 16/07/2020 a 16/07/2021. Rodeio 15 de julho de 2020. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 82/2019

Publicação Nº 2591835

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº do Termo Aditivo: 5º

Nº da Ata de Registro de Preços: nº 82/2019.

Objeto da Ata: contratação de empresa para a aquisição de combustíveis, com fornecimento na bomba, conforme a demanda, para abastecimento da frota de veículos do município de Rodeio para o ano de 2020.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 32/2019.

Partes: Município de Rodeio e a empresa Posto Rodeio Ltda.

Objeto e Justificativa do Aditamento: readequação dos preços registrados.

Valor do óleo diesel comum S-500: de R\$ 3,478 para R\$ 3,543.

Valor da gasolina comum: de R\$ 4,069 para R\$ 4,088.

Data da Assinatura: 31/07/2020.

Vigência do Aditamento: 27/07/2020 a 31/12/2020.

Endereço do Contratado: Rua Barão do Rio Branco, Bairro Gávea, Rodeio SC.

# Saltinho

## PREFEITURA

**179/2020**

Publicação Nº 2592859

PORTARIA Nº. 180/2020.

Dispõe Sobre a Alteração de Carga Horária Temporária Transitória de Membros do Magistério Público Municipal e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o Artigo 59, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Art. 62, da Lei Complementar nº. 102/2017 e Decreto 4388/2019, de 13/12/2019.

RESOLVE:

Art. 1º. AMPLIAR de 20 horas para 40 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, HÉLIO CARLOS OLDIGES, mat. 165/1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental.

Art. 2º. AMPLIAR de 20 horas para 40 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, ADRIANA ZAMBIAZI, mat. 646/7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora II(Educação Infantil).

Art. 3º. AMPLIAR de 20 horas para 40 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, CLEUZA APARECIDA DUTRA BITTINI, mat. 9458/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora II(Educação Infantil).

Art. 4º. AMPLIAR de 20 horas para 40 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, MARIVONE APARECIDA BUFFON BORGHETTI, mat. 9539/04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora II(Educação Infantil).

Art. 5º. AMPLIAR de 20 horas para 40 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, ELIZANDRA RAYZER PICCININ MAGRI, mat. 6440/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora (Educação Infantil).

Art. 6º. AMPLIAR de 20 horas para 40 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, REGIANE BRUNETTO, mat. 9954/04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor III-Ensino Fundamental.

Art. 7º. AMPLIAR de 20 horas para 40 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, ELISA TALITA ROTAVA, mat. 10309/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora II(Educação Infantil).

Art. 8º. AMPLIAR de 20 horas para 40 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, LUCINDA FALCHETTI PAGANI, mat. 6459/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora IV-Artes.

Art. 9º. AMPLIAR de 10 horas para 20 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, FERNANDA BORGHETTI, mat. 10236/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora IV-Educação Física.

Art. 10º. AMPLIAR de 20 horas para 40 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, SOLANGE MARIA KERBER, mat. 361/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora III-Ensino Fundamental.

Art. 11º. AMPLIAR de 20 horas para 40 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, ELOA FÁTIMA SCHNEIDER DE OLIVEIRA, mat. 957/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora III-Ensino Fundamental.

Art. 12º. As presentes ampliações de carga horária dar-se-á por prazo determinado, e não se incorporará aos vencimentos dos membros do magistério, que ao final da vigência desta portaria voltarão a desempenhar as funções com as cargas horárias normais.

Art. 13º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a partir de 03/02/2020.

Art. 14º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saltinho - SC, 15 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO  
Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ

Resp. Secretária de Administração e Fazenda  
Registrada e publicada em data supra.

Elisângela Sganzerla  
Agente de Administração

**180/2020**

Publicação Nº 2592860

PORTARIA Nº. 180/2020.

Dispõe Sobre a Alteração de Carga Horária Temporária Transitória de Membros do Magistério Público Municipal e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o Artigo 59, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Art. 62, da Lei Complementar nº. 102/2017 e Decreto 4388/2019, de 13/12/2019.

RESOLVE:

Art. 1º. AMPLIAR de 20 horas para 40 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, HÉLIO CARLOS OLDIGES, mat. 165/1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental.

Art. 2º. AMPLIAR de 20 horas para 40 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, ADRIANA ZAMBIAZI, mat. 646/7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora II(Educação Infantil).

Art. 3º. AMPLIAR de 20 horas para 40 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, CLEUZA APARECIDA DUTRA BITTINI, mat. 9458/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora II(Educação Infantil).

Art. 4º. AMPLIAR de 20 horas para 40 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, MARIVONE APARECIDA BUFFON BORGHETI, mat. 9539/04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora II(Educação Infantil).

Art. 5º. AMPLIAR de 20 horas para 40 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, ELIZANDRA RAYZER PICCININ MAGRI, mat. 6440/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora (Educação Infantil).

Art. 6º. AMPLIAR de 20 horas para 40 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, REGIANE BRUNETTO, mat. 9954/04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor III-Ensino Fundamental.

Art. 7º. AMPLIAR de 20 horas para 40 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, ELISA TALITA ROTAVA, mat. 10309/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora II(Educação Infantil).

Art. 8º. AMPLIAR de 20 horas para 40 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, LUCINDA FALCHETTI PAGANI, mat. 6459/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora IV-Artes.

Art. 9º. AMPLIAR de 10 horas para 20 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, FERNANDA BORGHETI, mat. 10236/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora IV-Educação Física.

Art. 10º. AMPLIAR de 20 horas para 40 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, SOLANGE MARIA KERBER, mat. 361/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora III-Ensino Fundamental.

Art. 11º. AMPLIAR de 20 horas para 40 horas semanais, a partir desta data até o término do ano letivo de 2020, (11/12/2020), a carga horária do membro do Magistério Público Municipal, ELOA FÁTIMA SCHNEIDER DE OLIVEIRA, mat. 957/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora III-Ensino Fundamental.

Art. 12º. As presentes ampliações de carga horária dar-se-á por prazo determinado, e não se incorporará aos vencimentos dos membros do magistério, que ao final da vigência desta portaria voltarão a desempenhar as funções com as cargas horárias normais.

Art. 13º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a partir de 03/02/2020.

Art. 14º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saltinho - SC, 15 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO

Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ

Resp. Secretaria de Administração e Fazenda  
Registrada e publicada em data supra.

Elisângela Sganzerla

Agente de Administração

## 181/2020

Publicação Nº 2592861

PORTARIA Nº. 181/2020.

Dispõe sobre Autorização para Servidor Público Municipal Ausentar-se do Serviço e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, e o Artigo 59, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 005/2003 de 16/09/2003 e Requerimento Protocolado nº 9408/2020 de 16/07/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. AUTORIZAR o Servidor Público Municipal NEREU JORGE FACHIN Mat.6092/01, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Controlador Interno, a ausentar-se do serviço sem prejuízos de remuneração, por 02 (dois) dias consecutivos, a contar a partir de 16 de Julho de 2020, em razão do falecimento de seu cunhado.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saltinho - SC, 16 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO

Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ

Resp. Secretaria de Administração e Fazenda  
Registrada e publicada em data supra.

Elisângela Sganzerla

Agente de Administração

## 182/2020

Publicação Nº 2592863

PORTARIA Nº. 182/2020.

Dispõe sobre Autorização para Servidora Pública Municipal Ausentar-se do Serviço e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, e o Artigo 59, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 005/2003 de 16/09/2003 e Requerimento Protocolado nº 9409/2020 de 16/07/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. AUTORIZAR a Servidora Pública Municipal SUZANA MARIA FACHIN JOHANN Mat.930/02, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, a ausentar-se do serviço sem prejuízos de remuneração, por 05 (cinco) dias consecutivos, a contar a partir de 16 de Julho de 2020, em razão do falecimento de seu cônjuge.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saltinho - SC, 16 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO

Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ

Resp. Secretaria de Administração e Fazenda  
Registrada e publicada em data supra.

Elisângela Sganzerla  
Agente de Administração

**183/2020**

Publicação Nº 2592864

PORTARIA Nº 183/2020.

Dispõe sobre Concessão de Licença Prêmio á Servidor Público Municipal, e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, e o Artigo 59, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no Artigo 173, da Lei Compl. nº 005/2003, e Decreto nº. 4469/2020;

## RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Servidor Público Municipal CLEDER ANTONIO JOHANN, mat. 10162/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigilante Sanitário e Ambiental:

I - Licença Prêmio de 90 dias, referente ao período aquisitivo de 12 de Dezembro de 2013 a 11 de Dezembro de 2018, com conversão integral da mesma em abono pecuniário devido ao seu falecimento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saltinho - SC, 16 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO  
Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ  
Resp. Secretaria de Administração e Fazenda  
Registrada e publicada em data supra.

Elisângela Sganzerla  
Agente de Administração

**184/2020**

Publicação Nº 2592866

PORTARIA Nº. 184/2020.

Rescinde Contrato Temporário da Servidora Pública Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Temporário, e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 59, Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, Art. 10, Inciso III § 2º, da Lei nº. 838/2014, e Art.10, Inciso II, "b", da Lei nº 8.213/91.

## RESOLVE:

Art.1º. RESCINDIR, contrato Temporário, a partir de 02 de Julho de 2020, da Servidora Pública Municipal FABIANE PAOLA WAGNER GRANVILLE, mat. 7595/06, ocupante do cargo de provimento Temporário de Professor IV-Educação Física).

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 02/07/2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saltinho - SC, 16 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO  
Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ  
Resp. Secretaria de Administração e Fazenda  
Registrada e publicada em data supra.

Elisângela Sganzerla  
Agente de Administração

**185/2020**

Publicação Nº 2592867

PORTARIA Nº. 185/2020.

Rescinde Contrato Temporário da Servidora Pública Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Temporário, e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 59, Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, Art. 10, Inciso III § 2º, da Lei nº. 838/2014, e Art.10, Inciso II, "b", da Lei nº 8.213/91.

RESOLVE:

Art.1º. RESCINDIR, contrato Temporário, a partir de 02 de Julho de 2020, da Servidora Pública Municipal FABIANE PAOLA WAGNER GRANVILLE, mat. 7595/07, ocupante do cargo de provimento Temporário de Professor IV-Educação Física).

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 02/07/2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saltinho - SC, 16 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO

Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ

Resp. Secretaria de Administração e Fazenda

Registrada e publicada em data supra.

Elisângela Sganzerla

Agente de Administração

**186/2020**

Publicação Nº 2592868

PORTARIA Nº. 186/2020.

Dispõe sobre Contratação Temporária, de Servidora Pública Municipal por Excepcional Interesse Público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 59, VII da Lei Orgânica Municipal e considerando o Art. 2º, VIII da Lei nº. 838/2014, Lei Complementar nº. 102/2017, Processo Seletivo nº001/2019; Decreto 4400/2020 de 16/01/2020.

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por Tempo Determinado, pelo período de 03/07/2020 a 11/12/2020, a Servidora Pública Municipal, FABIANE PAOLA WAGNER GRANVILLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 054.378.429-02, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função de Professor IV Educação Física, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, e percebendo os vencimentos conforme respectiva função.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 03/07/2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saltinho - SC, 16 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO

Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ

Resp. Secretaria de Administração e Fazenda

Registrada e publicada em data supra.

Elisângela Sganzerla

Agente de Administração

**187/2020**

Publicação Nº 2592870

PORTARIA Nº. 187/2020.

Exonera em função de falecimento o Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo, e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, e o Artigo 59, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Art. 65, Inciso I, da Lei Complementar nº. 005/2003 e Certidão de Óbito nº 58.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR em função do falecimento, a partir de 16 de Julho de 2020, o Servidor Público Municipal, CLEDER ANTONIO JOHANN, mat. 10162/01, ocupante do cargo de provimento Efetivo de Vigilante Sanitário e Ambiental.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta do orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saltinho - SC, 20 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO

Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ

Resp. Secretaria de Administração e Fazenda  
Registrada e publicada em data supra.

Elisângela Sganzerla

Agente de Administração

**188/2020**

Publicação Nº 2592871

PORTARIA Nº.188/2020.

Exonera á Pedido o Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão, e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, e o Artigo 59, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Art. 65, Inciso I, da Lei Complementar nº. 005/2003; e Requerimento Protocolado sob nº 9431/2020 de 23/07/2020.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR á pedido, a partir de 31 de Julho de 2020, o Servidor Público Municipal, JOÃO PEDRO PADILHA, mat. 7919/02, ocupante do cargo de provimento Comissionado de Diretor de Serviços Urbanos.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta do orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saltinho - SC, 23 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO

Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ

Resp. Secretaria de Administração e Fazenda  
Registrada e publicada em data supra.

Elisângela Sganzerla

Agente de Administração

**189/2020**

Publicação Nº 2592872

PORTARIA Nº. 189/2020.

Concede Licença Saúde ao Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, e o Artigo 59, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Artigo 70, X, e Artigo 164 da Lei Complementar nº 005/2003, Protocolo nº 9435/2020, de 24/07/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Saúde ao Servidor Público Municipal, ANTONIO ANTUNES, mat. 1031/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, Lotado na Secretaria de Saúde, concedendo sua licença a partir do dia 22 de Julho de 2020, no prazo de 13 dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saltinho – SC, 24 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO  
Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ  
Resp. Secretaria de Administração e Fazenda  
Registrada e publicada em data supra.

Elisângela Sganzerla  
Agente de Administração

**190/2020**

Publicação Nº 2592873

PORTARIA Nº. 190/2020.

Concede Licença Saúde a Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, e o Artigo 59, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Artigo 70, X, e Artigo 164 da Lei Complementar nº 005/2003, Protocolo nº 9441/2020, de 28/07/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Saúde a Servidora Pública Municipal, ANA PAULA HUPPES, mat. 10417/01, ocupante do cargo de provimento temporário de Enfermeira, Lotada na Secretaria de Saúde, concedendo sua licença a partir do dia 27 de Julho de 2020, no prazo de 8 dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saltinho – SC, 28 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO  
Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ  
Resp. Secretaria de Administração e Fazenda  
Registrada e publicada em data supra.

Elisângela Sganzerla  
Agente de Administração

**191/2020**

Publicação Nº 2592874

PORTARIA Nº. 191/2020.

Dispõe sobre Concessão de Férias à Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, e o Artigo 59, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Art. 65, Inciso I, da Lei Complementar nº. 005/2003;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Férias de 30 dias, a Servidora Pública Municipal, FRANCIELI CANOVA DA SILVA, mat. 8621/01, ocupante do cargo de provimento Efetivo de Assistente Social, a partir de 03 de Agosto de 2020, relativas ao período aquisitivo de 08 de Agosto de 2018 a 07 de Agosto de 2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta do orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saltinho - SC, 28 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO  
Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ  
Resp. Secretaria de Administração e Fazenda  
Registrada e publicada em data supra.

Elisângela Sganzerla  
Agente de Administração

**192/2020**

Publicação Nº 2592876

PORTARIA Nº. 192/2020.

Dispõe sobre Revogação de Portaria e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal em Exercício de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, e o Artigo 59, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica pela presente Portaria, Revogada a partir de 01 de Julho de 2020 a Portaria nº 310/2018, de 01/11/2018, que Designou o Servidor Público Municipal VALDEVINO ANTUNES DE RAMOS, mat. 8508/01, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, para desempenhar a Função de confiança (FC-1-003) Coordenador do Setor de Serviços de Motorista.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/07/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saltinho - SC, 28 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO  
Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ  
Resp. Secretaria de Administração e Fazenda  
Registrada e publicada em data supra.

Elisângela Sganzerla  
Agente de Administração

**4462/2020**

Publicação Nº 2592846

DECRETO Nº. 4962/2020, de 02 de Julho de 2020.

CANCELA OS ATOS ADMINISTRATIVOS DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM NOME DE RENATO JOÃO ENZWEILER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art.59, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Sentença Judicial e Comunicação Interna do processo nº 0300775-98.2016.8.24.0013, da Comarca de Campo Erê – SC e Assessoria Jurídica em anexo;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica CANCELADO o ato administrativo realizado em 31 de Dezembro de 2006 a 2013 que inscreveu em dívida ativa o crédito tributário de R\$ 15.632,89(Quinze Mil Seiscentos e Trinta Dois Reais e Oitenta Nove Centavos) sendo Capital R\$ 2.668,17 ( ), Correção R\$ 3.956,24( ), Juros R\$ 8.346,24( ) e Multa R\$ 662,24( ), em nome do contribuinte RENATO JOÃO ENZWEILER.

Parágrafo único. O cancelamento do referido lançamento é considera do ato administrativo obrigatório e torna-se necessário em função do requerimento apresentado pela devedora, pois restou prova do que houve lançamento tributário indevido.

Art. 2º. Determino o encaminhamento do presente processo aos Departamentos de Contabilidade e de Tributação/Fiscalização para as providências e registros necessários.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saltinho - SC, 02 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATO  
Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ  
Responsável pela Sec. de Adm. e Fazenda

Registrado e publicado em data supra.

Elisabete Carmem Guadagnin  
Coordenador do Setor de Registro e Publicação de Atos Oficiais

**4463/2020**

Publicação Nº 2592842

DECRETO Nº. 4962/2020, de 02 de Julho de 2020.

CANCELA OS ATOS ADMINISTRATIVOS DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM NOME DE RENATO JOÃO ENZWEILER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art.59, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Sentença Judicial e Comunicação Interna do processo nº 0300775-98.2016.8.24.0013, da Comarca de Campo Erê – SC e Assessoria Jurídica em anexo;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica CANCELADO o ato administrativo realizado em 31 de Dezembro de 2006 a 2013 que inscreveu em dívida ativa o crédito tributário de R\$ 15.632,89(Quinze Mil Seiscentos e Trinta Dois Reais e Oitenta Nove Centavos) sendo Capital R\$ 2.668,17 ( ), Correção R\$ 3.956,24( ), Juros R\$ 8.346,24( ) e Multa R\$ 662,24( ), em nome do contribuinte RENATO JOÃO ENZWEILER.

Parágrafo único. O cancelamento do referido lançamento é considera do ato administrativo obrigatório e torna-se necessário em função do requerimento apresentado pela devedora, pois restou prova do que houve lançamento tributário indevido.

Art. 2º. Determino o encaminhamento do presente processo aos Departamentos de Contabilidade e de Tributação/Fiscalização para as providências e registros necessários.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saltinho - SC, 02 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATO  
Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ  
Responsável pela Sec. de Adm. e Fazenda

Registrado e publicado em data supra.

Elisabete Carmem Guadagnin  
Coordenador do Setor de Registro e Publicação de Atos Oficiais

**4464/2020**

Publicação Nº 2592847

DECRETO Nº. 4464/2020, 06 de julho de 2020.

Dispõem sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar Por Anulação de Dotação Orçamentária, e da Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 59, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Lei nº. 1.004/2019 de 16/12/2019;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município de Saltinho, crédito adicional suplementar por anulação de dotação orçamentária no valor de R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais), no orçamento vigente, de acordo com as especificações a seguir:

08.01 – Secretaria de Agricultura e Abastecimento

20.606.0011.1.020 – Manutenção e Gestão do Departamento de Agricultura

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000	0.1.00.000000	Outras Desp.Correntes–Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do presente crédito adicional suplementar por anulação de dotação orçamentária que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação de dotação orçamentária no valor de R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais), conforme especificação a seguir:

08.01 – Secretaria de Agricultura e Abastecimento

20.606.0011.1.020 – Manutenção e Gestão do Departamento de Agricultura

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
319000	0.1.00.000000	Outras Desp.Correntes–Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Saltinho - SC, 06 de julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO  
Prefeito Municipal

EDSON PAULO WACHHÓLZ  
Secretário de Administração e Fazenda

Registrado e publicado em data supra.

Elisabete Carmem Guadagnin  
Coordenador do Setor de Registro  
e Publicação de Atos Oficiais

**4465/2020**

Publicação Nº 2592848

DECRETO N.º 4465/2020, de 15 de Julho de 2020.

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 59, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e o inciso III, do art. 52, inciso III, da Lei Complementar nº 075/2013;

Considerando, o falecimento nesta data do Servidor Público Municipal CLEDER ANTONIO JOHANN;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica Decretado Luto Oficial de 03 (três) dias no Município de Saltinho, em virtude do falecimento do Servidor Público Municipal CLEDER ANTONIO JOHANN.

I – Não haverá atendimento ao público nos dias 15 e 16/07/2020.

II – Mantendo-se os trabalhos internos em casos excepcionais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saltinho - SC, 15 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO  
Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ  
Responsável pela Sec. Adm., Fazenda

Registrado e publicado em data supra.

Elisabete Carmem Guadagnin  
Coordenador do Setor de Registro  
e Publicação de Atos Oficiais

## 4466/2020

Publicação Nº 2592849

DECRETO Nº. 4466/2020, de 17 de Julho de 2020.

Dispõe Sobre Homologação da Resolução nº. 005/2020, do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo o art. 59, VII da Lei Orgânica Municipal e Lei nº 029/1997, de 27/03/1997;

DECRETA:

Art. Aprovar o PLANO DE TRABALHO DO MUNICIPIO DE SALTINHO para o ano de 2020, o qual se refere ao atendimento e o cofinanciamento estadual de duas parcelas extras que serão liberadas em agosto e novembro, no valor de R\$ 19.132,65, destinado a execução dos BENEFÍCIOS EVENTUAIS.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam - se as disposições em contrário.

Saltinho - SC, 17 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO  
Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ  
Responsável pela Sec. de Adm. e Fazenda

Registrado e publicado em data supra.

Elisabete Carmem Guadagnin  
Coordenadora do Setor de Registros e  
Publicações de Atos Oficiais

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SALTINHO  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 005/2020.

Dispõe sobre a APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO MUNICIPIO DE SALTINHO – SC, referente ao Cofinanciamento Estadual de duas PARCELAS EXTRAS destinado a execução dos BENEFÍCIOS EVENTUAIS para o ano de 2020.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Saltinho no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº 029 de 27 de março de 1997, considerando a necessidade de aprovar, o plano de trabalho do município de Saltinho – SC, referente ao Cofinanciamento Estadual para o ano de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o PLANO DE TRABALHO DO MUNICIPIO DE SALTINHO para o ano de 2020, o qual se refere ao atendimento e o cofinanciamento

estadual de duas parcelas que serão liberadas em agosto e novembro, no valor de R\$ 19.132,65, destinado a execução dos BENEFÍCIOS EVENTUAIS.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saltinho - SC, 16 de Julho de 2020.

EDERSON ALBERTO HEINEMANN REINKE  
Presidente do CMAS

## 4467/2020

Publicação Nº 2592850

DECRETO Nº. 4467/2020, 17 de Julho de 2020.

Dispõem sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar Por Provável Excesso de Arrecadação, e da Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 59, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Lei nº. 1.004/2019 de 16/12/2019;

DECRETA:

Art. 1º. Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 310.222,89 (trezentos e dez mil duzentos e vinte e dois reais e oitenta e nove centavos), no orçamento vigente, conforme as especificações a seguir:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.122.0004.2.008 – Manutenção das Atividades Departamento de ADM

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3190	0.1.53.005300	Outras Desp. Corrente–Aplic. Diretas	24.526,70

06.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

26.782.0012.2.022 – Manutenção das Estradas Municipais

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3190	0.1.53.005300	Outras Desp. Corrente–Aplic. Diretas	35.433,04

07.01 – SECRETARIA DA CIDADE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

15.452.0008.2.023 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Cidade e Des. Local

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3190	0.1.53.005300	Outras Desp. Corrente–Aplic. Diretas	10.004,81

08.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

20.606.0011.2.029 – Manutenção e Gestão do Departamento de Agricultura

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3190	0.1.53.005300	Outras Desp. Corrente–Aplic. Diretas	32.877,24

09.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0014.2.036 – Manutenção Bloco de Serviços Proteção Social Básica (PSB)

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3190	0.1.52.005200	Outras Desp. Corrente–Aplic. Diretas	16.410,30

04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALTINHO

10.301.0006.2.042 – Atenção Básica – 301

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3190	0.1.38.003866	Outras Desp. Corrente–Aplic. Diretas	100.000,00
3190	0.1.52.005200	Outras Desp. Corrente–Aplic. Diretas	10.970,80
3390	0.1.38.003866	Outras Desp. Corrente–Aplic. Diretas	50.000,00

04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALTINHO

10.302.0006.2.043 – Atenção de Média Complexidade Ambulatorial Hospitalar - MAC

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3390	0.1.38.003866	Outras Desp. Corrente–Aplic. Diretas	30.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, que trata o artigo 1º, correrão por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 27.381,10 (vinte e sete mil trezentos e oitenta e um reais e dez centavos), referente transferência de recursos COVID-19 L.C. 173/20 fonte 1.52, no valor de R\$ 102.841,79 (cento e dois mil oitocentos e quarenta e um mil setenta e nove reais) referente transferência de recursos COVID-19 L.C. 173/20 fonte 1.53 e no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) referente transferência do SUS COVID-19 Portaria 1.666 fonte 1.38.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Saltinho - SC, de 17 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO  
Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ  
Responsável pela Sec. de Adm. e Fazenda

Registrado e publicado em data supra.

Elisabete Carmem Guadagnin  
Coordenadora do Setor de Registros e  
Publicações de Atos Oficiais

## 4468/2020

Publicação Nº 2592852

DECRETO Nº. 4468/2020, de 17 de Julho de 2020.

Dispõem sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar Por Superávit Financeiro de Exercício Anterior, e da Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 59, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Lei nº. 1.004/2019 de 16/12/2019;

DECRETA:

Art. 1º. Abre Crédito Adicional Suplementar por superávit financeiro de exercício anterior no valor de R\$ 72.500,00 (setenta e dois mil e quinhentos reais), no orçamento vigente, de acordo com as especificações a seguir:

### 07.01 – SECRETARIA DA CIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

#### 15.451.0009.1.010 – Pavimentação Asfáltica De Ruas

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3390	0.3.000000000	Outras Desp. Correntes – Aplic. Diretas	10.000,00

### 07.01 – SECRETARIA DA CIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

#### 15.451.0009.2.048 – Execução de Passeios Públicos

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3390	0.3.000000000	Outras Desp. Correntes – Aplic. Diretas	50.000,00

### 08.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

#### 20.602.0011.2.031 – Saltinho Leite Bom

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3390	0.3.000000000	Outras Desp. Correntes – Aplic. Diretas	12.500,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, que trata o artigo 1º, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2019 no valor de R\$ 72.500,00 (setenta e dois mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Saltinho - SC, de 17 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO  
Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ  
Responsável pela Sec. de Adm. e Fazenda  
Registrado e publicado em data supra.

Elisabete Carmem Guadagnin  
Coordenadora do Setor de Registros e  
Publicações de Atos Oficiais

#### **4469/2020**

Publicação Nº 2592853

DECRETO Nº 4469/2020, de 20 de Julho de 2020.

Dispõe sobre a Autorização de Pagamento de Licença Prêmio, e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais que lhe confere o Artigo 59, VII da Lei Orgânica Municipal de Saltinho e o Art. 173, Parágrafo 2º da Lei Complementar n.º 005/2003;

DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente AUTORIZADO o pagamento de LICENÇA PRÊMIO, ao Servidor Público Municipal CLEDER ANTONIO JOHANN, mat. 10162/01, em função do falecimento do Servidor na data de 15 de julho de 2020, conforme Certidão de Óbito nº 058 do Registro Civil de Saltinho - SC.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Saltinho – SC, 20 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO  
Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ  
Responsável pela Sec. de Adm. e Fazenda

Registrado e publicado em data supra.

Elisabete Carmem Guadagnin  
Coordenadora do Setor de Registros e  
Publicações de Atos Oficiais

#### **4470/2020**

Publicação Nº 2592855

DECRETO Nº 4470/2020, de 20 de Julho de 2020.

Dispõe sobre a Declaração de Vacância de Cargo Público, e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais que lhe confere o Artigo 59, VII da Lei Orgânica Municipal de Saltinho e o Art. 34, inciso VI da Lei Complementar n.º 005/2003;

DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente DECLARADO VAGO o cargo público de Vigilante Sanitário e Ambiental, ocupado pelo Servidor Público Municipal CLEDER ANTONIO JOHANN, mat. 10162/01, em função do falecimento do Servidor na data de 15 de julho de 2020, conforme Certidão de Óbito nº 58 do Registro Civil de Saltinho - SC.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15/07/2020.

Saltinho – SC, 20 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATTO  
Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ  
Responsável pela Sec. de Adm. e Fazenda

Registrado e publicado em data supra.

Elisabete Carmem Guadagnin  
Coordenadora do Setor de Registros e  
Publicações de Atos Oficiais

## 4471/2020

Publicação Nº 2592856

DECRETO Nº. 4471/2020, de 27 de Julho de 2020.

Prorroga o Prazo de vigência do Programa de Recuperação Fiscal de Saltinho – REFIS SALTINHO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 59, VII da Lei Orgânica Municipal e o Código Tributário Municipal (Lei nº. 483/2005) e suas alterações posteriores, e, especialmente a Lei Complementar nº 110/2020;

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado até 27 de Outubro de 2020, o prazo de vigência da Lei Complementar nº 110/2020, que institui o Programa de Recuperação Fiscal de Saltinho – REFIS SALTINHO.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogando-se as disposições em contrário.

Saltinho - SC, 27 de Julho de 2020.

DEONIR LUIZ FERRONATO  
Prefeito Municipal

EDEMAR MAGEDANZ  
Secretário de Administração e Fazenda

Registrado e publicado em data supra.

Elisabete Carmem Guadagnin  
Coordenador de Setor de Registro e  
Publicação de Atos Oficiais

## CONTRATO 022/2020

Publicação Nº 2592166

Estado de Santa Catarina Município de Saltinho	
EXTRATO DE CONTRATO	
Contrato nº	022/2020
Data:	03/08/2020
Contratante:	Município de SALTINHO
Contratado:	GERSON DA SILVA RIBEIRO
Objeto	Exploração de Cascalho
Vigência do Contrato	31/12/2020
Valor	R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
Recursos:	Projeto Atividade: 2.022
	Elemento:33.90
Assinaturas:	DEONIR LUIZ FERRONATTO, pela Contratante e Gerson da Silva Ribeiro
Saltinho, 03 de agosto de 2020.	
Deonir Luiz Ferronato Prefeito Municipal	

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2020

Publicação Nº 2592763

CONTRATO DE TRABALHO EMERGENCIAL  
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO N.º ..... : 0013/2020  
CONTRATANTE ..... : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO  
CONTRATADO ..... : GEISLA MEDEIROS  
CPF: ..... : 089.345.019-79  
OBJETO ..... : ADMISSÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL  
VIGÊNCIA ..... : 01/08/2020 A 14/09/2020  
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014  
FUNÇÃO ..... : MÉDICO  
LOCAL ..... : SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS  
SALÁRIO BASE .....: R\$ 17.754,65

### PORTARIA Nº 343/2020

Publicação Nº 2592739

PORTARIA Nº. 343 DE 30 DE JULHO DE 2020.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. SALETE CORREA DE MELO CRAI, pelo período de 24/07/2020 a 21/01/2021, correspondente a 182 dias, conforme perícia médica parte integrante da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 30 de julho de 2020.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

### PORTARIA Nº 344/2020

Publicação Nº 2592740

PORTARIA Nº. 344 DE 30 DE JULHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. EVAINER SANTIAN, pelo período de 21/07/2020 a 09/01/2021, totalizando 173 dias, conforme perícia médica parte integrante da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 30 de julho de 2020.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

**PORTARIA N° 345/2020**

Publicação N° 2592745

PORTARIA N°. 345 DE 30 DE JULHO DE 2020.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. ANTONIO ANTUNES, pelo período de 21/07/2020 a 15/09/2020, correspondente a 57 dias, conforme perícia médica parte integrante da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 30 de julho de 2020.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

**PORTARIA N° 346/2020**

Publicação N° 2592748

PORTARIA N°. 346, DE 30 DE JULHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições Legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. SILVANA DE FATIMA VIEIRA ALONCIO, pelo período de 23/06/2020 a 21/08/2020, correspondente a 60 dias, conforme atestado médico e Perícia da Previdência Social, partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 23 de junho de 2020.

Salto Veloso - SC, 30 de julho de 2020.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

**PORTARIA N° 347/2020**

Publicação N° 2592751

PORTARIA N° 347, DE 31 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO 002/2020 PARA CONTRATAÇÃO EM REGIME DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação municipal aplicável: RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão Especial do Processo Seletivo nº 002/2020, Edital nº 011 de 31 de julho de 2020, para acompanhar a execução de processo seletivo e a posterior contratação por necessidade temporária e excepcional.

Art. 2º Fazem parte da Comissão:

I - Presidente: Ana Cláudia Santos

II - Secretário: Daiane Maffioletti Klein

III - Membro: Geni Salete Albonico de Bastiani

IV - Suplente: Rosemilda Aparecida de Souza Périco

Parágrafo Único. Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 3º A Comissão fará a análise dos recursos e poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário.

Art. 4º As despesas decorrentes desta portaria correrão à conta do Orçamento Vigente.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso - SC, 31 de julho de 2020.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

### **PORTARIA Nº 348/2020**

Publicação Nº 2592754

PORTARIA Nº 348 DE 01 AGOSTO DE 2020.

ADMISSÃO DE SERVIDORA EM CARÁTER EMERGENCIAL NO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Nº 1516 de 10 de outubro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir a Sra. GEISLA MEDEIROS para prestar serviços em caráter emergencial, na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, na função de Médico, 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 01 de agosto de 2020.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

### **PORTARIA Nº 349/2020**

Publicação Nº 2592758

PORTARIA Nº. 349 DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com os artigos 83 à 88 da Lei Municipal nº 570/91 (Estatuto dos Servidores Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 03 de agosto de 2020 a 31 de outubro de 2020, conforme Artigo 83, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor ZENI CARDOSO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operário Braçal, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. O servidor poderá a qualquer instante ser convocado para o retorno às suas atividades, conforme necessidade de sua pasta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 03 de agosto de 2020.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

### **PORTARIA Nº 350/2020**

Publicação Nº 2592759

PORTARIA Nº 350 DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA CARGA HORÁRIA SERVIDORA MUNICIPAL ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada a carga horária da servidora ACT ROSELAINE DOS SANTOS, admitida em caráter temporário através do contrato Administrativo nº 0012/2020 e Portaria nº 314/2020, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, para 30 horas semanais.

Art. 2º - A carga horária da servidora passa a ser de 30 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 03 de agosto de 2020.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

# Santa Cecília

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.399, DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2592224

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.399, DE 04 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA”  
A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 10, da Lei Municipal Nº 2.062, de 04 de Dezembro de 2019,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica acrescentado no orçamento da Prefeitura Municipal de Santa Cecília o Crédito Suplementar Especial, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinq-enta Mil Reais), para o exercício de 2020 conforme especificados abaixo:

Órgão - 07- Secretaria de Educação, Cultura e Desporto

Proj/Ativ 2.034 – Manutenção do Ensino Fundamental

Funcional: 07.002.12.361.10

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.770077 ..... R\$ 150.000,00

Art. 2º. Para suporte do crédito que se trata o Artigo 1º deste decreto, será utilizado o Superávit financeiro do exercício na fonte especificada acima.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 04 de Agosto de 2020

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA  
PREFEITA MUNICIPAL

Este decreto foi publicado na data de 04 de Agosto de 2020.

ELIANI TERESINHA DUFFECK  
Secretária de Administração

### EXTRATO CONTRATOS 100,101/2020 FMS

Publicação Nº 2592041

	Contrato Nº	100/2020							
	Contratante:	FUNDO MUNICIPAL SAÚDE SANTA CECÍLIA							
	Contratada:	LICITAR SOLO COMERCIAL EIRELI							
	Valor:	2.196,30							
	Vigência:	Início:	20/07/2020	Término:	20/07/2021				
	Licitação:	1/2020							
	Objeto da Contratação: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza hospitalar e de lavanderia, destinados à manutenção das unidades de saúde do município, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.								
		Santa Cecília, 05 de Agosto de 2020							

	Contrato N°		101/2020						
	Contratante:		FUNDO MUNICIPAL SAÚDE SANTA CECÍLIA						
	Contratada:		METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						
	Valor:								
		2.280,00							
	Vigência:								
		Início:	20/07/2020	Término:	20/07/2021				
	Licitação:								
		1/2020							
	Objeto da Contratação: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza hospitalar e de lavanderia, destinados à manutenção das unidades de saúde do município, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.								
	Santa Cecília, 05 de Agosto de 2020								

**EXTRATO CONTRATOS 102,104/2020 PMSC**

Publicação Nº 2592048

Contrato Nº 102/2020  
Contratante PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA  
Contratada: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA  
Valor: 394.000,00  
Vigência: Início: 23/07/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação: 2/2020  
Objeto da Contratação: Aquisição de Um (01) VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO CAMINHÃO EQUIPADO COM PRANCHA METÁLICA PARA TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS, para a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, através de recursos do convênio 2020TR00740 com a Secretaria de Estado da Infra Estrutura, conforme quantitativo e especificações constantes no edital e em seus anexos.  
Santa Cecília, 05 de Agosto de 2020  
Alessandra Aparecida Garcia  
Prefeito(a) Municipal

Contrato Nº 104/2020  
Contratante PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA  
Contratada: MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA  
Valor: 653.000,00  
Vigência: Início: 23/07/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação: 3/2020  
Objeto da Contratação: Aquisição de um trator de esteiras, zero hora, novo, de fabricação nacional, ano de fabricação e ano modelo igual ou superior a 2020, motor a diesel, turbo alimentado por seis cilindros, potência líquida mínima de 130 (cento e trinta) HP (97KW), para utilização pela Secretaria Municipal de Agricultura, de Indústria, Comércio e Florestas, no qual serão utilizados recursos do Convênio nº. 895753/2019 do MAPA – Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e contrapartida com recursos próprios da municipalidade, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.  
Santa Cecília, 05 de Agosto de 2020  
Alessandra Aparecida Garcia  
Prefeito(a) Municipal

**LEI MUNICIPAL Nº 2.091, DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592614

LEI MUNICIPAL Nº 2.091, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

"AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CECÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber à todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica acrescentado no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Santa Cecília, e abre Crédito Suplementar, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinq-enta mil reais) de Superávit Financeiro do exercício de 2020 conforme especificados abaixo:

Órgão - 10- Fundo Municipal de Saúde de Santa Cecília

Proj/Ativ 2026 – Manutenção do Fundo de Saúde

Funcional: 10.301.0028.2026

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.770077 -Emenda Parlamentar de Bancada .....R\$ 120.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.770077 - Emenda Parlamentar de Bancada .....R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para suporte do crédito que se trata o Artigo 1º deste projeto de lei, será utilizado o superávit financeiro do exercício 2.020, dentro de cada fonte, conforme discriminados acima.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 05 de Agosto de 2020

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada na data de 05 de Agosto de 2020.

ELIANI TERESINHA DUFFECK

Secretária de Administração

**LEI MUNICIPAL Nº 2.092, DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592620

LEI MUNICIPAL Nº 2.092, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

"AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber à todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Prefeita Municipal, autorizada a celebrar Convênio de Cooperação Técnica com a Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, com a finalidade de cessão de funcionários públicos municipais, do quadro de servidores efetivos do Município.

Art. 2º. Fica limitado 3 (três) o número de servidores que poderão ser cedidos à Polícia Civil de Santa Catarina, para prestarem serviço junto à Delegacia de Polícia da Comarca de Santa Cecília.

Art. 3º. Após a assinatura da Portaria de disponibilização, estarão os servidores submetidos às regras, horário e jornada de trabalho estabelecida pelo Delegado de Polícia responsável pelo expediente.

Art. 4º. Fica a Prefeita Municipal autorizada, a em nome do Município de Santa Cecília, autorizada a firmar o convênio de cooperação técnica com a Polícia Civil, de acordo com a minuta a ser encaminhada pela Gerência de Gestão de Pessoas da Polícia Civil.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 05 de Agosto de 2020

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada na data de 05 de Agosto de 2020.

ELIANI TERESINHA DUFFECK

Secretária de Administração

# Santa Helena

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 57/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N° 31/2020

Publicação N° 2592519

#### EDITAL DE LICITAÇÃO N° 57/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N° 31/2020

O Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório n° 57/2020, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 31/2020, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para a seleção de propostas por REGISTRO DE PREÇOS visando a futura e eventual contratação de empresa especializada nos serviços de produção, instalação e veiculação de outdoors para confecção e instalação de outdoor e impressão e colocação de veiculações em papel destinados a divulgação de programas projetos, campanhas e ações realizadas pelas diversas secretarias do município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 18 de agosto de 2020. Abertura das propostas as 08h40min do dia 18 de agosto de 2020, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site [www.santahelena.sc.gov.br](http://www.santahelena.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 05 de agosto de 2020.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO TP 010/2020 - SAMAE

Publicação N° 2592862

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Aviso de Suspensão do Processo Licitatório 010/2020-Tomada de Preços

O SAMAE de Santa Rosa do Sul comunica que o processo de licitação nº 010/2020-TP, que tem por objeto a "contratação de empresa especializada para execução de pavilhão para a sede do SAMAE de Santa Rosa do Sul/SC.", foi SUSPENSO, motivo: correção e reajustes na planilha orçamentaria.

Santa Rosa do Sul, SC, 05 de agosto de 2020.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

### EDITAL DE LICITAÇÃO N° 070/2020 PR

Publicação N° 2591784

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 070/2020- PR 007/2020

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados ao programa de alimentação nas escolas e creches do município, para os alunos do SCFV e demais secretarias, durante o segundo semestre de 2020. Conforme especificações constantes do anexo I que integra este Edital. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 13h45min do dia 18 de Agosto de 2020, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14h00min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, N° 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 30 de Julho de 2020.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N 160/2020

Publicação N° 2592157

DECRETO N° 160/2020

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES DE LEILOEIRO PARA ATUAÇÃO EM LEILÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso/ estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII da lei orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica designada como LEILOEIRA, para atuação em leilão no âmbito do Município de Santa Terezinha do Progresso, a servidora Elenice Elecir Porsch.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 04 de Agosto de 2020.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

# Santo Amaro da Imperatriz

## PREFEITURA

### CONTRATO 82-2020

Publicação Nº 2591987

CONTRATO Nº 82, 04 de agosto de 2020.

2º ADITIVO AO CONTRATO 47/2020, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME

1. Partes: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - SC, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 21.310.754/0001-18, com sede à Rua Luiz Fagundes, nº 821, Sala 01, Bairro Praia Comprida, na cidade de São José/SC – CEP 88.103-500, neste ato representada por sua sócia administradora Sra. Mirian Cassia Figueiredo, brasileira, solteira, arquiteta, inscrita no CPF sob o nº 338.118.478-48, residente e domiciliada na Rua Francisco Jacinto de Melo, nº 1562, Apto 307, Bloco C, Bairro Areias, na cidade de São José/SC, doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 08/2020 - TP, homologado em 04/05/2020, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

#### 2. Do Prazo de Execução

Considerando as justificativas apresentadas pela empresa e o parecer do setor de engenharia civil do município, fica o prazo previsto na cláusula quarta do contrato, prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

#### 3. Da Vigência

A vigência deste contrato fica aditivada por mais 90 (noventa) dias.

#### 4. Das Demais Disposições

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato ora aditado. Por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente termo aditivo em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santo Amaro da Imperatriz, em 04 de agosto de 2020.

EDESIO JUSTEN MIRIAN  
Prefeito Municipal  
Contratante

CÁSSIA FIGUEIREDO  
Diretora Administradora PROPAV  
Contratada

Testemunhas:

1 ..... 2 .....

Nome : Nome:

### CONTRATO Nº 83, DE 04 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2592082

CONTRATO Nº 83, de 04 de julho de 2020.

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA KS CONSTRUÇÕES EIRELI.

#### 1. Cláusula Primeira - Das Partes

a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) KS CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ nº 10.286.202/0001-03, com sede na Rua Jacob Villain Filho, nº 95, Guarda do Cubatão – Município de Palhoça – SC, neste ato representada por seu diretor Senhor Sandro Luciano Scarpa, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 651.043.749-04, residente e domiciliado na Rua Jacob Villain Filho, nº 95, Guarda do Cubatão – Município de Palhoça – SC doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 05/2020 - TP, homologado em 10/03/2020,

mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

**2. Cláusula Segunda – Da Vigência do Contrato**

Fica o prazo previsto na cláusula décima, prorrogado por mais 60 (sessenta) dias passando a finalizar-se em 04/10/2020.

**3. Cláusula Terceira - Das demais cláusulas**

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, em 04 de julho de 2020.

EDESIO JUSTEN SANDRO

LUCIANO SCARPA

Contratante

Contratado

Testemunhas

**CONTRATO Nº 84, DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592085

CONTRATO Nº 84, de 05 de AGOSTO de 2020.

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 48/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA açores empreiteira de mão de obra Ltda.

**1. Cláusula Primeira - Das Partes**

a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) Açores Empreiteira de Mão de Obra Ltda., inscrita no CNPJ nº 85.337.152/0001-37, com sede na Rua Major Joaquim A. de Campos, 5.940, Centro – Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, neste ato representada por seu diretor Senhor Vlademir José Duarte, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 614.367.399-34, residente e domiciliado na Rua Major Joaquim A. de Campos, nº 5.940, Centro – Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 09/2020 - TP, homologado em 05/05/2020, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

**2. Cláusula Segunda – Do Prazo de Execução das Obras**

Considerando as justificativas apresentadas pela empresa e o parecer do setor de engenharia civil do município, fica o prazo previsto na cláusula quarta, prorrogado até 31/12/2020.

**3. Cláusula Terceira – Da Vigência**

Fica o prazo previsto na cláusula décima, prorrogado até 31/12/2020.

**4. Cláusula Quarta - Das demais cláusulas**

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, em 05 de agosto de 2020.

EDESIO JUSTEN

VLADEMIR JOSÉ DUARTE

Contratante

Contratado

Testemunhas: \_\_\_\_\_

**DECRETO Nº 6.882/2020**

Publicação Nº 2592548

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 6.882, de 03 de Agosto de 2020.

**EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO EM COMISSÃO**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**E X O N E R A R :**

À pedido, LUANA COELHO LOCH, do Cargo em Comissão de Gerente de Administração, código CC-2, a partir de 03/08/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 6.884/2020**

Publicação Nº 2592550

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 6.884, de 03 de Agosto de 2020.

**NOMEA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e de acordo com a Lei Complementar nº 51, de 18 de Fevereiro de 2009, resolve

**NOMEAR :**

RAFAEL VINICIUS SOUZA, para o Cargo em Comissão de Assessor de Fiscalização, código CC-4, a partir de 03/08/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.979/2020**

Publicação Nº 2592545

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-43PORTARIA Nº 15.979, de 03 de Agosto de 2020.  
CONCEDE PROMOÇÃO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 310, " b " das Leis Complementares nºs 060/09 e 097/2011  
RESOLVE :

Conceder Promoção Vertical de 15% sobre o valor do vencimento inicial da carreira com efeitos retroativos a partir de 01/07/2020 para a seguinte servidora:

Matrícula	Nomes
6172	Fernanda Espíndola Fernandes

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.981/2020**

Publicação Nº 2592551

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.981, de 03 de Agosto de 2020.  
CONCEDE LICENÇA PARA  
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

**RESOLVE :**

Conceder licença de 60 (sessenta) dias para tratamento de saúde ao servidor JOSÉ PAULO PFLEGER, matrícula nº 2200, ocupante do cargo de Motorista, com efeitos retroativos a partir de 21/07/2020 à 18/09/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.982/2020**

Publicação Nº 2592553

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.982, de 03 de Agosto de 2020.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo como artigo 128 da Lei Complementar nº 59/2009

**RESOLVE :**

Conceder licença de 60 (sessenta) dias para tratamento de saúde ao servidor MELQUIADES MANSUR ELIAS FILHO, matrícula nº 87, ocupante do cargo de Professor da Educação Básica – Quadro Suplementar, a partir de 28/07/2020 a 25/09/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.983/2020**

Publicação Nº 2592554

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.983, de 03 de Agosto de 2020.

**AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORAS**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Aposentadoria da servidora SÔNIA APARECIDA DA CUNHA

**RESOLVE :**

Prorrogar até 31/08/2020 a designação das servidoras LORENICE STEINBACH VIEIRA e MARIA DALILA SCHARF PASSIG, ocupantes do cargo de Professora da Educação Básica (Portaria nº 15.766/20).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 124/2020

Publicação Nº 2592418

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 124/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADAS PARA DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDAÇÃO CULTURAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO (EMHAB) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL PELO PERÍODO DE 12 MESES CONFORME TERMO ANEXO.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 18/08/2020

Início da sessão: dia 18/08/2020, às 09h00min no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e [saobentodosul.atende.net](http://saobentodosul.atende.net). Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min ou através do telefone (47)3631-6163.

São Bento do Sul, 27 de julho de 2020.

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO  
Secretária de Assistência Social

NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS  
Secretaria de Educação

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES  
Secretário de Planejamento e Urbanismo

MARCELO HUBEL  
Secretário de Agricultura

MARGARETH BAYERL KEISER  
Secretária de Administração

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MARCIO BROSOWSKY  
Diretor Presidente da Fundação Cultural

MARLON ALVARISTO AUGUSTIN  
Diretor Presidente da EMHAB

DÉBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA  
Pregoeira Municipal

### AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 134/2020

Publicação Nº 2592421

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 134/2020

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Assistência Social, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 0406, de 10 de julho de 2017, OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA O PROJETO MUSICA/BANDA DO PROGRAMA DE OFICINAS MÚSICA E BANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, APROVADO PELO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) POR MEIO DO EDITAL DE CHANCELA (Edital de Chamamento Público nº 02/2018), CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

Informamos que houve alterações no Termo de Referência quanto ao Descritivo dos itens e as observações constantes, as mesmas estão disponíveis no site da Prefeitura, site: [saobentodosul.atende.net](http://saobentodosul.atende.net) e no Portal de Compras Públicas: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e, para que este produza os seus efeitos conforme lei, alterando a data de abertura do Edital Pregão Eletrônico Nº 134/2020 para o dia 17/08/2020 as 09h 00 minutos, sendo o recebimento de proposta até as 08 h 30 minutos.

São Bento do Sul, 05 de agosto de 2020

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO  
Secretária de Assistência Social

## DECRETO Nº 1872/2020

Publicação Nº 2592776

DECRETO Nº 1872, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.

DISCIPLINA NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À PROPAGAÇÃO DO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município, na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, além do disposto no Decreto Estadual nº 719, de 13 de julho de 2020, Portaria SES nº 464 de 03/07/2020 e;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo SARS-CoV-2/COVID-19;

CONSIDERANDO que em 20 de março de 2020 a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina editou o Decreto Legislativo nº 1.8332, declarando estado de calamidade pública em Santa Catarina;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1723, de 30 de março de 2020, que declarou situação de emergência no município de São Bento do Sul e o Decreto nº 1771, de 8 de maio de 2020, que decretou situação de calamidade pública no município;

CONSIDERANDO o aumento significativo do número de casos de contaminação pelo novo coronavírus, inclusive somando 6 (seis) óbitos até a presente data;

CONSIDERANDO o teor dos Decretos Municipais emitidos desde o mês de março do corrente ano, todos com novas medidas de combate à propagação do coronavírus;

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 003/2020 emitida pela Comissão Regional para Combate e Enfrentamento à Pandemia do Novo Coronavírus na Macrorregião Planalto Norte e Nordeste;

CONSIDERANDO os últimos relatórios emitidos pelo Central de Operações de Emergência em Saúde – COES, que ora identifica a região do Planalto Norte em Risco Potencial Gravíssimo, ora Risco Potencial Grave;

CONSIDERANDO, por fim, o Decreto Estadual nº 762, de 31 de julho de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Até o dia 18 de agosto de 2020 vigorarão no município de São Bento do Sul as medidas de saúde pública definidas neste Decreto.

### CAPÍTULO I

#### RESTAURANTES, BARES, LANCHONETES E SIMILARES

Art. 2º Diariamente, até às 22h, ficam liberadas para o funcionamento as lanchonetes, padarias, confeitarias, food trucks (ambulantes), bares/pub, conveniências (em postos de gasolina ou não), tabacarias, restaurantes, pizzarias e similares, bem como entregas de pedidos no balcão, permitindo-se a permanência das pessoas no interior do estabelecimento até, no máximo, às 22h15min para encerrar o atendimento, mediante o cumprimento das diretrizes sanitárias a seguir:

I - Afastamento mínimo de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) de distância, de raio, entre cada cliente que estiver consumindo no local, além do uso obrigatório da máscara, podendo ser retirada somente durante o consumo de alimentos e bebidas.

II - Os locais disponíveis para assento deverão estar sinalizados de forma adequada para fácil identificação por parte dos clientes.

III - Proibição de apresentação de música ao vivo e de jogos eletrônicos, sinuca e jogos de mesa (carta, tabuleiros, etc).

IV - Proibição de consumo de bebidas alcoólicas após as 22 horas no local.

V - Disponibilização de álcool 70% na entrada de acesso, mesas, balcões, áreas de manipulação e demais pontos estratégicos, devendo ser realizada com maior frequência a higienização do estabelecimento.

VI – Higienização constante de mesas e cadeiras com álcool 70% ou outro produto sanitizante.

VII – As crianças que frequentarem o local devem ficar sentadas durante todo o período de permanência no ambiente, sob vigilância constante dos pais ou responsáveis, devendo ser desativada ou lacrada qualquer área de recreação.

§ 1º Todos os clientes e funcionários são obrigados a seguir as medidas de higiene e proteção durante a permanência no estabelecimento.

§ 2º Fica vedado o consumo de bebidas/alimentos em frente aos estabelecimentos (calçadas, vias públicas, etc.), sendo liberado somente aos food trucks até o horário limite previsto no caput deste artigo.

§ 3º Após as 22h somente serão autorizados pedidos através de serviço delivery e drive-thru.

### CAPÍTULO II

#### SALÕES DE BELEZA E ESTÉTICAS

Art. 3º Ficam liberados para o funcionamento os salões de beleza e estética, mediante o cumprimento das diretrizes sanitárias a seguir:

I – Cumprimento das determinações da Portaria SES nº 223, de 5 de abril de 2020, além da Instrução Normativa nº 004/DIVS/2013.

II - Receber clientes apenas com hora marcada, deixando um intervalo de 15 (quinze) minutos ou o suficiente para realizar a desinfecção dos locais e dos materiais utilizados, entre um atendimento e outro.

III - Não permitir a situação de espera interna, devendo permanecer no interior do estabelecimento somente os funcionários e os clientes em atendimento.

IV - Sinalizar a distância de 1,5 (um metro e cinquenta centímetros) entre o cliente e o balcão, de modo a manter o distanciamento mínimo dos profissionais da recepção.

V – Os clientes deverão sempre fazer o uso de máscara de proteção facial dentro do estabelecimento, sendo igualmente obrigatório o uso de EPIs (máscaras, avental, etc.) pelos funcionários e colaboradores.

VI - Os profissionais cujo trabalho demanda proximidade e contato físico com o cliente ou com outros trabalhadores também devem fazer o uso de viseiras de proteção facial do tipo Face Shield e luvas.

VII - Higienizar e desinfetar as estações de trabalho, equipamentos, utensílios e acessórios (pentes, escovas, dentre outros) a cada atendimento ao cliente, bem como qualquer outra superfície de contato, como cadeiras, bancadas e lavatórios, com álcool 70% ou similar após cada utilização.

VIII - As toalhas e capas de corte deverão ser exclusivas para cada cliente.

IX - É obrigatório, no início do expediente, o acompanhamento da sintomatologia dos trabalhadores.

#### CAPÍTULO III

##### ACADEMIAS DE GINÁSTICA E SIMILARES

Art. 4º As academias de ginástica, musculação, crossfit, funcionais, estúdios, danças, escolas de natação, tênis, práticas integrativas, pilates, somente poderão funcionar mediante o cumprimento das diretrizes sanitárias a seguir:

I - O número de clientes dentro de estabelecimentos que oferecem serviços relacionados à prática regular de exercícios físicos deve ser de, no máximo, 30% de sua capacidade total.

II - Na entrada do estabelecimento e nos respectivos espaços internos deve ser disponibilizado dispensador com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes para higienização das mãos.

III - Alunos e funcionários devem realizar a higienização de mãos com álcool 70% na entrada e na saída do estabelecimento, sempre que utilizarem os equipamentos e durante a realização das atividades.

IV - É obrigatória a higienização dos equipamentos e materiais de atividade após cada uso, com álcool 70% ou outras substâncias degermantes, em conformidade com as orientações dos fabricantes dos equipamentos.

V - O controle de acesso deve ser mantido sem o uso de digitais, com a disponibilização de um colaborador para registrar e anotar em controle próprio o horário de entrada e saída de cada cliente, monitorando a quantidade exata de pessoas no ambiente.

VI - É obrigatório o uso de máscaras de proteção facial, de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão por todos os funcionários e alunos durante a permanência no estabelecimento.

VII - As pessoas devem obrigatoriamente portar toalhas de uso pessoal e deverão manter os cabelos presos durante toda a prática de atividade física.

VIII - Os bebedouros devem ser lacrados, sendo de responsabilidade de cada praticante levar seu recipiente com água, que não deve ser compartilhado.

IX - Durante o horário de funcionamento do estabelecimento deve ser realizada a desinfecção e limpeza geral de todos os ambientes pelo menos uma vez por período (matutino, vespertino e noturno).

X - Deve haver um intervalo de tempo de, no mínimo, quinze minutos, entre a saída de um grupo e a entrada de outro, de forma a evitar o cruzamento entre os usuários e permitir a limpeza do piso do estabelecimento.

XI - Todos os ambientes devem permanecer limpos com o máximo de ventilação natural possível e, para os estabelecimentos que possuam exclusivamente ar condicionado, deve haver a limpeza dos filtros diariamente.

XII - Guarda volumes para bolsas e mochilas não poderão ser utilizados, sendo permitida a utilização de porta chaves, que devem ser higienizados após cada uso.

XIII - Os clientes que integram os grupos de risco e outros clientes que apresentem qualquer sintoma de gripe e resfriado não podem frequentar as atividades.

XIV - Cada usuário deve realizar suas atividades de forma individualizada, sem agrupamentos ou aglomerações.

XV - Esteiras, bicicletas ergométricas e similares devem ser utilizadas de forma intercalada (uma em funcionamento e uma sem uso) ou com pelo menos um metro e meio de distância entre elas.

XVI - Fica vedado o uso de equipamentos e aparelhos de uso comum que não sejam possíveis de serem higienizados.

XVII - Fica proibida a utilização de luvas de academia na realização de atividades de musculação ou naquelas em que haja contato com aparelhos de uso compartilhado.

XVIII - Não é permitido o uso dos vestiários para banhos e trocas de vestimentas, de modo que os banheiros devem estar providos de material desinfetante, seguindo as orientações de higiene.

#### CAPÍTULO IV

##### ESTABELECIMENTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Art. 5º Os estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios (mercados, mercearias e supermercados, açougues, verdureiros e afins) deverão cumprir as diretrizes sanitárias a seguir:

I - Limitação do acesso: entrada, de forma individual, não sendo permitido mais de uma pessoa por família ou grupo de pessoas.

II - A redução da capacidade de entrada de pessoas em, no mínimo, 30% do limite permitido, e a proibição de acesso de crianças menores de 12 (doze) anos.

III - Controle de acesso por meio da distribuição de senhas individuais, obedecendo a capacidade referida no inciso anterior, sendo cada cartão de senha adaptado para receber higienização com álcool 70% a cada uso.

IV - Obrigatório o controle de clientes, sendo responsabilidade dos funcionários do local em higienizar as mãos dos clientes por meio do dispensador de álcool 70% na entrada do estabelecimento.

V - Obrigatória a higienização com álcool 70% ou substâncias sanitizantes de efeitos similar nas superfícies, máquinas de cartão, canetas, carrinhos, cestas e bancadas a cada uso.

VI - É obrigatório separar e identificar carrinhos e cestas higienizadas das não higienizadas.

VII - Fica sob responsabilidade dos proprietários e colaboradores dos estabelecimentos o repasse das orientações e a exigência do cumprimento das medidas de higiene e proteção.

VIII - É obrigatório o cumprimento das medidas de higiene e proteção por todos os clientes durante a permanência no estabelecimento.

#### CAPÍTULO V

##### SOBRE O SISTEMA DELIVERY OU ENTREGA EM DOMICÍLIO

Art. 6º Nas entregas pelo sistema delivery ou realizadas em domicílio, os respectivos colaboradores deverão cumprir as seguintes diretrizes sanitárias:

I - Os colaboradores/entregadores deverão:

a) lavar as mãos com água e sabão líquido antes de sair e higienizar as mãos com álcool 70% entre cada entrega. Ao retornar de cada entrega devem repetir a lavagem das mãos com água e sabão líquido.

- b) caso o pagamento seja feito em dinheiro, lavar imediatamente as mãos com água e sabão líquido.
- c) usar constantemente máscara de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão, de acordo com as regras de confecção vigentes.
- d) evitar tocar a máscara, bem como deverão seguir as recomendações de etiqueta da tosse.
- e) solicitar ao cliente para que insira o cartão na máquina, evitando manuseá-lo.
- f) higienizar as máquinas de cartão com álcool 70% ou outro produto sanitizante após cada entrega. Para facilitar a higienização, as máquinas de cartão podem estar cobertas com filme plástico.

#### II – Os produtos e mercadorias:

- a) não devem ser acondicionados no chão em momento algum.
- b) o pacote que envolve a mercadoria deve ser descartado e as mãos imediatamente higienizadas.
- c) as embalagens descartáveis ou a superfície que envolve os produtos deverão ser higienizadas com água e sabão líquido ou álcool 70%.
- d) os alimentos não deverão ser conservados nas embalagens de entrega.

§ 1º Entregador e cliente devem manter distância mínima de um 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre si.

§ 2º Deve-se higienizar as superfícies que tiveram contato com as embalagens ou as mercadorias entregues.

§ 3º As áreas de convivência dos entregadores devem ser mantidas ventiladas, tais como refeitórios e locais de descanso.

### CAPÍTULO VI

#### COMÉRCIO E REDE BANCÁRIA

Art. 7º As atividades do comércio e da rede bancária (bancos e lotéricas) devem cumprir as seguintes diretrizes sanitárias:

I - Limitação do acesso: entrada, de forma individual, não sendo permitido mais de uma pessoa por família ou grupo de pessoas, além da proibição de acesso de crianças menores de 12 (doze) anos.

II - O uso de álcool gel para limpeza das mãos é obrigatório aos clientes ao entrar e sair do estabelecimento.

III - Deve ser garantido o distanciamento de 1,5 (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas nos estabelecimentos.

IV - Os centros comerciais deverão disponibilizar dispensadores com álcool 70% para limpeza das mãos nas áreas de uso comum próximo aos pontos de acesso e de saída destes locais, nos corredores, nos acessos e saídas de escadas ou elevadores, nos estacionamentos internos e externos.

V - Os centros comerciais deverão manter um funcionário em tempo integral para orientar os clientes sobre a limitação de acesso, a limpeza das mãos e sobre o uso obrigatório de máscara.

VI - As máquinas para pagamento com cartão devem ser higienizadas após cada uso com álcool 70% ou preparações antissépticas, conforme orientações de compatibilidade de produtos fornecida pelo fabricante. É permitido envolver estas máquinas em plástico filme, sendo que deverá ser substituído pelo menos uma vez ao dia ou quando houver a ruptura do plástico, mantendo-se a sistemática de higienização a cada uso.

VII - A rede bancária deverá providenciar um colaborador para sanitizar com álcool 70% ou outro produto degermante apropriado as máquinas de cartão e os caixas eletrônicos após cada uso. É permitido envolver estas máquinas em plástico filme, sendo que deverá ser substituído pelo menos uma vez ao dia ou quando houver a ruptura do plástico, mantendo-se a sistemática de higienização a cada uso.

VIII - Não é permitida a prova de vestimentas, acessórios, calçados, bijuterias, etc. e os provadores devem estar fechados.

IX - Fica proibida a panfletagem na parte interna ou externa dos estabelecimentos comerciais.

### CAPÍTULO VII

#### INDÚSTRIA

Art. 8º As atividades da indústria devem seguir o cumprimento das seguintes diretrizes sanitárias:

I - Adotar medidas internas, especialmente às relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho.

II - Utilizar veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, limitando-se a 50% (cinquenta por cento) a capacidade de lotação de cada veículo, obedecendo todas as medidas sanitárias.

III - Uso de máscara de proteção facial por todas as pessoas que permanecem ou tenham acesso aos locais da indústria durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento.

IV - Manter afastamento mínimo de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) de raio entre as pessoas.

V - Disponibilizar álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar em pontos estratégicos para higienização das mãos.

VI - Quando utilizar ponto digital, higienizar após cada uso com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, respeitando as características do equipamento quanto à escolha do produto.

VII - Programar a utilização dos vestiários a fim de evitar aglomeração, exigindo-se o distanciamento de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) de raio entre as pessoas.

VIII - Intensificar a lavagem dos uniformes.

IX - Recomendar que os trabalhadores não retornem às suas casas diariamente com as roupas de trabalho quando estes utilizarem uniforme.

X - Intensificar a higienização de utensílios e equipamentos com álcool 70%, preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar nos utensílios, equipamentos, maçanetas, mesas, corrimãos, interruptores, lavatórios, sanitários, elevadores, armários nos vestiários entre outros, respeitando a característica do material quanto à escolha do produto.

XI - Os equipamentos de uso coletivo devem ser higienizados com álcool 70%, preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar respeitando a característica do material quanto à escolha do produto.

XII - Fica proibida a utilização de bebedouros.

XIII - Fica limitado o uso de refeitório, condicionado ao afastamento mínimo de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) de raio entre as pessoas.

XIV - Quando o estabelecimento possuir exclusivamente ventilação por ar condicionado, os filtros devem ser higienizados diariamente.

XV - Verificar a temperatura corporal utilizando termômetro infravermelho e, caso seja igual ou superior a 37,5º, encaminhar o colaborador para o serviço de saúde na unidade especializada para atendimento ao COVID 19.

### CAPÍTULO VIII

#### SERVIÇO PÚBLICO

Art. 9º As medidas sanitárias nos órgãos públicos devem seguir as diretrizes sanitárias Estaduais, Municipais, emitidas pela CIR (Comissão Intergestores Regional) e estabelecidas pelos seus órgãos de forma rígida, garantindo-se a segurança dos servidores e da população

usuários dos serviços.

Parágrafo único. Deve ser priorizado o trabalho remoto para os setores administrativos e adotar medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus nas repartições públicas.

## **CAPÍTULO IX ENSINO**

Art. 10 As aulas de cursos técnicos e de ensino superior, presenciais, incluindo estágios curriculares e aulas em laboratórios, serão normatizadas de acordo com as determinações emanadas para a região de saúde pelo Governo do Estado.

Art. 11 Os Cursos Livres continuam liberados, determinando-se o cumprimento das diretrizes sanitárias Municipais e Estaduais.

## **CAPÍTULO X**

### **MISSAS E CULTOS RELIGIOSOS**

Art. 12 A realização de missas e cultos devem seguir as diretrizes sanitárias a seguir:

I - A lotação máxima autorizada será de 30% (trinta por cento) da capacidade do local.

II - Todos os frequentadores deverão usar máscaras de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão durante todo o período em que estiverem no interior do templo religioso ou da igreja, mesmo quando não haja contato direto com o público.

III - Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos/cadeiras, devendo bloquear-se, de forma física, os assentos que não puderem ser ocupados em razão do distanciamento.

IV - Deverá ser disponibilizado álcool 70% para uso das pessoas que ingressarem nos templos/igrejas e as que vierem a ser atendidas, disponibilizando-se o produto através de dispensadores localizados na porta de acesso, na secretaria, nos locais aonde possam ser realizadas as gravações para transmissão de missas ou cultos religiosos e recepção.

V - Fica autorizada a gravação e transmissão de missas e cultos no interior dos templos religiosos ou igrejas, sendo mantida a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas, respeitado o limite imposto no inciso I.

VI - O atendimento aos integrantes dos grupos de risco (idosos, hipertensos, diabéticos e gestantes) deverá ser realizado exclusivamente de forma online ou por telefone, de forma a evitar a exposição destas pessoas, a fim de reduzir o risco de transmissão da COVID-19.

VII - Todas as áreas devem ser mantidas ventiladas, incluindo, caso exista, os locais de alimentação, devendo ser intensificada a higienização das mãos, principalmente antes e depois do atendimento de cada fiel, após o uso do banheiro, após entrar em contato com superfícies de uso comum como balcões, corrimãos, instrumentos musicais.

VIII - Deverão ser realizados procedimentos que garantam a higienização contínua da igreja ou do templo religioso, intensificando a limpeza das áreas com álcool 70% ou outro produto sanitizante, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, teclado, mouse, materiais de escritório, balcões, corrimãos, interruptores, elevadores, banheiros, lavatórios, pisos, entre outros.

IX - Todas as pessoas que apresentem qualquer sintoma de gripe e resfriado não podem adentrar nos espaços e nem permanecer nas missas e cultos.

X - O horário para a realização dos cultos e missas será permitido entre 8h e 11h, das 13h30min às 17h e das 19h às 22h.

XI - Os cultos e missas em espaços abertos seguirão as mesmas recomendações de proteção já estabelecidas neste Decreto.

## **CAPÍTULO XI**

### **ATIVIDADES ESPORTIVAS**

Art. 13 Ficam suspensos os calendários de eventos esportivos organizados pela Fundação Municipal de Desportos (FMD), assim como os eventos e as competições esportivas e atividades coletivas da iniciativa pública e privada, além dos treinos e competições amadores de contato corporal ou que propiciem aglomerações de pessoas, tais como futebol, vôlei, bocha, sinuca, baralho, boliche, handebol, basquete, jiu-jitsu, boxe, entre outras.

Parágrafo único. As quadras públicas e particulares e os ginásios de esportes permanecem fechados para a prática de esportes coletivos.

## **CAPÍTULO XII**

### **ATIVIDADES DE LAZER E FESTAS**

Art. 14 Ficam suspensas as atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público.

Art. 15 Fica proibida a realização de festas particulares em residências e condomínios.

Art. 16 Fica proibida a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo como parques e praças.

## **CAPÍTULO XIII**

### **TRANSPORTE COLETIVO URBANO MUNICIPAL**

Art. 17 O transporte coletivo municipal/intermunicipal será normatizado de acordo com as determinações emanadas para a região de saúde, na forma adotada pelo Governo do Estado.

## **CAPÍTULO XIV**

### **VELÓRIOS E SEPULTAMENTOS**

Art. 18 Os velórios realizados em âmbito municipal devem ter duração máxima de 6 (seis) horas nos casos não suspeitos de COVID-19 e devem ser realizados entre 07 horas às 18 horas, limitando-se em 10 (dez) o número de pessoas no local de despedida, sob responsabilidade da funerária.

Art. 19 As celebrações de despedidas também deverão ser limitadas à presença de somente 10 (dez) pessoas e os sepultamentos deverão ocorrer até às 18h.

§ 1º Nos casos em que a liberação do corpo ocorrer após as 18 horas, este deverá permanecer na funerária até o horário em que for permitida a realização do velório.

§ 2º Nos casos suspeitos ou confirmados de COVID-19 não será permitida a realização de velório.

§ 3º Em todos os casos deverão ser obedecidas as normas da Vigilância Sanitária Estadual (Nota Técnica Conjunta nº 025/2020 –DIVS).

## **CAPÍTULO XV**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 20 O funcionamento dos estabelecimentos citados neste Decreto está condicionado à priorização do afastamento, sem prejuízo, de colaboradores pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos, gestantes e imunodeprimidos.

Parágrafo único. Se algum dos colaboradores apresentar sintomas de contaminação pela COVID-19 deverão buscar orientações médica, sendo afastados do trabalho e do atendimento ao público, conforme prescrição do médico, informando-se imediatamente as autoridades de saúde.

Art. 21 Determina-se o isolamento dos pacientes confirmados ou com suspeita de COVID-19:

a) Para contenção da transmissibilidade do COVID-19 deverá ser adotada como medida não-farmacológica o isolamento domiciliar, conforme determinação médica (Teste Rápido 07 dias e PCR 14 dias), da pessoa com sintomas respiratórios e das pessoas que residam no mesmo endereço, ainda que estejam assintomáticos, sob pena de incorrer nas disposições do artigo 268 do Código Penal.

b) Recomenda-se o isolamento domiciliar de toda pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos visando restringir a circulação e evitar a disseminação do vírus entre a população idosa, considerando que são os mais vulneráveis. Excetua-se a circulação para desempenho das atividades laborativas, comparecimento a atendimento de saúde, repartições policiais e aquisição de produtos alimentícios e de saúde.

Art. 22 Disposições comuns a todos os estabelecimentos:

I – As filas de pessoas, quando inevitáveis, devem ser organizadas de modo a obedecer o distanciamento social, com a identificação no piso interno e, caso necessário, no externo, da distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada usuário, sob responsabilidade de demarcação e frequente controle e orientação dos responsáveis pelo estabelecimento.

II – Todos os colaboradores e frequentadores devem utilizar permanentemente as máscaras de proteção facial.

III – Recomenda-se aos estabelecimentos que promovam nos locais de acesso a medição da temperatura corporal dos frequentadores por meio de termômetro digital infravermelho.

IV – Os estabelecimentos e lugares mencionados neste Decreto deverão disponibilizar cartaz, em cada acesso, com a informação sobre as medidas que lhe foram impostas por meio deste Decreto.

Art. 23 A obrigatoriedade de utilização de máscaras de proteção em vias públicas permanece vigente no Município, na forma do Decreto nº 1844/2020.

Art. 24 A fiscalização das disposições deste Decreto será de responsabilidade da Vigilância Sanitária Municipal, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Civil.

Art. 25 A atuação das autoridades de fiscalização se pautará na seguinte conduta diante dos infratores:

I - Orientação, emitida por notificação;

II - Multa de 200 (duzentos) UFM, caso não atendidas as orientações;

III - Multa de 1000 (um mil) UFM, em caso de reincidência;

IV - Interdição do local pelo prazo de 10 (dez) dias, em caso de reincidência da conduta;

V - Cassação da licença de funcionamento.

Parágrafo único. Em caso de aplicação de penalidade a autoridade de fiscalização expedirá relatório circunstanciado, com encaminhamento à Promotoria de Justiça para verificação da hipótese de incidência do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 26 A avaliação de risco potencial é realizada semanalmente conforme publicação pelo Governo do Estado de Santa Catarina no endereço eletrônico <<http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>>, cabendo revisões das disposições sempre que necessário para atingir a redução do risco potencial.

Art. 27 Permanecem vigentes todas as demais determinações já expedidas pelos Poder Executivo Municipal e pelo Estado de Santa Catarina, desde que não conflitantes com as determinações contidas neste Decreto.

Parágrafo único. Além das determinações acima, adotam-se todas as Diretrizes Sanitárias, Notas Técnicas e Portarias vigentes orientadas pelo Estado de Santa Catarina.

Art. 28 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2020 - FMS

Publicação Nº 2592881

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2020 - FMS

Objeto: Contratação de serviço emergencial de transporte de funcionários do FMS, devido ao Decreto Estadual nº 762 de 31 de julho de 2020 sobre a paralisação dos transportes públicos urbanos.

Contratado: Transportes Coletivos Rainha Ltda.

Valor Total: R\$ 46.194,10

São Bento do Sul, 31 de julho de 2020.

Manuel Rodriguez Del Olmo – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

## JUSTIFICATIVA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2020 - FMS

Publicação Nº 2592884

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no Art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Contratação de serviço emergencial de transporte de funcionários do FMS, devido ao Decreto Estadual nº 762 de 31 de julho de 2020 sobre a paralisação dos transportes públicos urbanos.

II – Contratado: Transportes Coletivos Rainha Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para a contratação de serviço emergencial de transporte de funcionários do FMS, devido ao Decreto Estadual nº 762 de 31 de julho de 2020 sobre a paralisação dos transportes públicos urbanos

se funda no Art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência pelos motivos a seguir:  
Considerando o decreto Nº 762, de 31 de julho de 2020 onde ficam suspensos pelo período de 7(sete) dias, contados a partir de 3 de agosto de 2020, a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros.  
Considerando a necessidade dos profissionais de saúde do Fundo Municipal de Saúde e do Hospital e Maternidade Sagrada Família, de se deslocarem para suas unidades de trabalho, para exercerem serviço essencial e contínuo à população municipal.  
Considerando a necessidade de contínuo e indispensável serviço junto a população no combate a Pandemia de Covid-19, com aumento significativo e diário no número de casos confirmados de infectados e internações hospitalares.  
Fica evidenciado a necessidade de contratação de empresa para o transporte de funcionários do Fundo Municipal de Saúde e do Hospital e Maternidade Sagrada Família.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa TRANSPORTES COLETIVOS RAINHA, CNPJ 82.770.033/0001-85 é a empresa permissionária de transporte público do município apresentou orçamento condizente com o preço de mercado e itinerário compatível com a necessidade do Fundo Municipal de Saúde.

A dispensa emergencial se faz por um período de sete dias de acordo com decreto Estadual, podendo ser prorrogado por mais sete dias ou suspenso conforme necessidade do Município ou novo decreto Estadual.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 4,93 por KM, totalizando em R\$ 46.194,10 para um período de 07 (sete) dias, é compatível com os praticados no mercado.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

## LEI Nº 4275/2020

Publicação Nº 2591861

LEI Nº 4275, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.

Autoriza a Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul – EMHAB, a alienar imóveis.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a alienação de imóveis da Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul - EMHAB, matriculados no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul, para os beneficiários descritos no anexo único.

Parágrafo único. O anexo único mencionado no caput deste artigo contém a matrícula do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis, bem como os dados de identificação dos respectivos beneficiários.

Art. 2º Os custos de escrituração e registros referentes à transferência dos imóveis serão de responsabilidade de cada beneficiário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### ANEXO ÚNICO

MATRÍCULA	BENEFICIÁRIOS	CPF
34.620	Luiz Fernando da Silva Luciane Michele Dutra	920.429.109-53 043.363.519-37
39.689	Cecília Aparecida Ribeiro	058.467.529-18

## LEI Nº 4276/2020

Publicação Nº 2591864

LEI Nº 4276, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS AO SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE  
O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 9.929,15 (nove mil, novecentos e vinte e nove reais e quinze centavos), em parcela única, ao SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE, CNPJ nº 00.676.599/0001-88, referente ao projeto "Praticando inclusão através do Handebol", conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2020 – Edital FIA 2020 e Resolução nº 09/2020 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 33.259-3, Agência 0112, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de agasalhos esportivos e tarifa bancária, conforme disposto no plano de trabalho - Processo Administrativo nº 11605/2020.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas

de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º O beneficiário prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 4277/2020

Publicação Nº 2591865

LEI Nº 4277, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE BASQUETE

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 9.978,00 (nove mil, novecentos e setenta e oito reais), em parcela única, à ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE BASQUETE, CNPJ nº 07.196.469/0001-97, referente ao projeto "Treinando para a vida II", conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2020 – Edital FIA 2020 e Resolução nº 09/2020 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 34.564-4, Agência 0112, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de agasalhos esportivos, conforme disposto no plano de trabalho - Processo Administrativo nº 11607/2020.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 4278/2020

Publicação Nº 2591868

LEI Nº 4278, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À SÃO BENTO ASSOCIAÇÃO DE TÊNIS DE MESA

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 9.982,00 (nove mil, novecentos e oitenta e dois reais), em parcela única, à SÃO BENTO ASSOCIAÇÃO DE TÊNIS DE MESA, CNPJ nº 04.962.945/0001-45, referente ao projeto "Rebatendo as adversidades através do Tênis de Mesa" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2020 – Edital FIA 2020 e Resolução nº 09/2020 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 49.009-5, Agência 0112, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de camisetas e borracha raquete que serão usados na prática do tênis de mesa, conforme disposto no plano de trabalho - Processo Administrativo nº 11608/2020.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4279/2020**

Publicação Nº 2591869

LEI Nº 4279, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À APP DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PREFEITO HENRIQUE SCHWARZ

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA EBM PREFEITO HENRIQUE SCHWARZ, CNPJ nº 83.787.424/0001-75, referente ao projeto "Integração é jogo sério" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2020 – Edital FIA 2020 e Resolução nº 09/2020 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 46.507-0, Agência 0112, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de brinquedos gigantes e mega gigantes, conforme disposto no plano de trabalho - Processo Administrativo nº 11610/2020.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4280/2020**

Publicação Nº 2591870

LEI Nº 4280, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CEIM VEREADOR SILVIO IVENS GROSSL

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 9.470,03 (nove mil, quatrocentos e setenta reais e três centavos), em parcela única, para a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CEIM VEREADOR SILVIO IVENS GROSSL, CNPJ nº 20.872.330/0001-84, referente ao projeto "Asas da Arte" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2020 – Edital FIA 2020 e Resolução nº 09/2020 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 33.569-0, Agência 0112, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de banner, materiais de pintura, TV e contratação de profissional previstos no Plano de Trabalho - Processo Administrativo nº 11614/2020.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4281/2020**

Publicação Nº 2591872

LEI Nº 4281, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS AO SÃO BENTO CLUBE DE NATAÇÃO O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 10.000,00

(dez mil reais), em parcela única, ao SÃO BENTO CLUBE DE NATAÇÃO, CNPJ nº 04.946.594/0001-89, referente ao projeto "Formando cidadãos com auxílio da natação 2", conforme Edital de Chamamento Público n  001/2020 – Edital FIA 2020 e Resolução n  09/2020 - CMDCA. Art. 2  A quantia será depositada na conta corrente n  20417-0, Agência 3035, do SICOOB, e será aplicada na aquisição de nadadeiras e palmares para prática de natação, conforme disposto no plano de trabalho - Processo Administrativo n  11619/2020.

Art. 3  A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal n  0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto n  0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4  O beneficiário prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5  As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6  Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI N  4282/2020

Publicação N  2591876

LEI N  4282, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS   ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE TAEKWONDO

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1  Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 9.848,00 (nove mil, oitocentos e quarenta e oito reais), em parcela única,   ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE TAEKWONDO, CNPJ n  09.626.929/0001-03, referente ao projeto "Formando campeões", conforme Edital de Chamamento Público n  001/2020 – Edital FIA 2020 e Resolução n  09/2020 - CMDCA.

Art. 2  A quantia será depositada na conta corrente n  21376-4, Agência 0112, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de tatames, aparadores e raquetes para prática de taekwondo e tarifas bancárias, conforme disposto no plano de trabalho - Processo Administrativo n  11623/2020.

Art. 3  A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal n  0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto n  0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4  A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5  As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6  Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI N  4283/2020

Publicação N  2591877

LEI N  4283, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS   ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CEIM PINGO DE GENTE

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1  Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 9.903,89 (nove mil, novecentos e três reais e oitenta e nove centavos), em parcela única, para a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CEIM PINGO DE GENTE, CNPJ n  79.367.074/0001-10, referente ao projeto "Estimulando com diversão", conforme Chamamento Público n  001/2020 – Edital FIA 2020 e Resolução n  09/2020 - CMDCA.

Art. 2  A quantia será depositada na conta corrente n  46.277-2, Agência 0112, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de brinquedos previstos no Plano de Trabalho - Processo Administrativo n  11624/2020.

Art. 3  A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal n  0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto n  0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4  A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5  As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
São Bento do Sul, 6 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 4284/2020

Publicação Nº 2591879

LEI Nº 4284, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À SÃO BENTO ASSOCIAÇÃO DE TÊNIS DE MESA

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 9.992,56 (nove mil, novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e seis centavos), em parcela única, à SÃO BENTO ASSOCIAÇÃO DE TÊNIS DE MESA, CNPJ nº 04.962.945/0001-45, referente ao projeto "O Tênis de Mesa fortalecendo a sociedade" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2020 – Edital FIA 2020 e Resolução nº 09/2020 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 46.008-7, Agência 0112, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de materiais esportivos para prática de tênis de mesa, conforme disposto no plano de trabalho - Processo Administrativo nº 11626/2020.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 4285/2020

Publicação Nº 2591881

LEI Nº 4285, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE FUTSAL

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, à ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE FUTSAL, CNPJ nº 05.533.231/0001-84, referente ao projeto "Futsal da vila para a vida" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2020 – Edital FIA 2020 e Resolução nº 09/2020 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 46.165-2, Agência 0112, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de camisas, bolas, tênis, agasalhos esportivos e tarifa bancária, conforme disposto no plano de trabalho - Processo Administrativo nº 11672/2020.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 4286/2020**

Publicação Nº 2591883

LEI Nº 4286, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE FUTSAL

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, à ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE FUTSAL, CNPJ nº 05.533.231/0001-84, referente ao projeto "Futsal formação para a vida" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2020 – Edital FIA 2020 e Resolução nº 09/2020 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 46.163-6, Agência 0112, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de uniformes e agasalhos esportivos e ainda tarifa bancária, conforme disposto no plano de trabalho - Processo Administrativo nº 11673/2020.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4287/2020**

Publicação Nº 2591990

LEI Nº 4287, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS AO CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CERENE

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 9.997,75 (nove mil, novecentos e noventa e sete reais, setenta e cinco centavos), em parcela única, para o CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CERENE, CNPJ nº 79.372.108/0004-08, referente ao projeto "Se liga" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2020 – Edital FIA 2020 e Resolução nº 09/2020 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 46.000-1, Agência 0112, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de materiais de consumo, notebook, impressora, caixa de som e custeio de profissional para coordenação do projeto, consoante Plano de Trabalho - Processo Administrativo nº 11674/2020.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º O beneficiário prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4288/2020**

Publicação Nº 2591994

LEI Nº 4288, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS AO CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CERENE

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 9.915,49 (nove mil, novecentos e quinze reais, quarenta e nove centavos), em parcela única, para o CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CERENE, CNPJ nº 79.372.108/0004-08, referente ao projeto "Acapamento Keep Calm" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2020 – Edital FIA 2020 e Resolução nº 09/2020 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 21.335-7, Agência 0112, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de equipamentos desportivos e locação de espaço físico e de som, consoante Plano de Trabalho - Processo Administrativo nº 11383/2020.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º O beneficiário prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

## LEI N° 4289/2020

Publicação N° 2591997

LEI N° 4289, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À JCI SÃO BENTO DO SUL  
O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 6.301,37 (seis mil, trezentos e um reais, trinta e sete centavos), em parcela única, para a JCI SÃO BENTO DO SUL, CNPJ nº 08.201.465/0001-12, referente ao projeto "Debate nas Escolas" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2020 – Edital FIA 2020 e Resolução nº 09/2020 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 36.031-7, Agência 0112, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada no pagamento de palestrante, locação de espaço e fornecimento de coffee break, conforme disposto no plano de trabalho - Processo Administrativo nº 11941/2020.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

## PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA EDITAL N° 03/2020

Publicação N° 2592221

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA  
PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA  
EDITAL N° 03/2020

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público que realizará Processo Seletivo Simplificado para a contratação de pessoal, atendendo a Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Saúde, admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, art. 61 Inciso VII e Lei nº 2.397 de 09 de setembro de 2009.

### 1. DOS CARGOS/VAGAS

1.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao cadastro reserva e provimento de vagas referentes aos cargos dispostos no quadro a seguir, sempre que houver necessidade de contratação temporária, atendendo Lei nº 2.397 de 09 de setembro de 2009.

1.2 Vaga na Secretaria Municipal de Administração de São Bento do Sul:

Cargo	Requisitos	Vencimento	Carga horária	Vagas	
Médico Perito	Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e com conhecimento básico em informática.	R\$ 14.164,84	40 horas	Cad. Reserva	

### 1.3 Vagas na Secretaria Municipal de Saúde de São Bento do Sul:

Cargo	Requisitos	Vencimento	Carga horária	Vagas	
Médico Clínico Geral	Ensino superior no curso específico com inscrição no órgão de classe da região e com conhecimento básico em informática.	R\$ 14.164,84	40 horas	Cad. Reserva	
Enfermeiro	Ensino superior no curso específico com inscrição no órgão de classe da região e com conhecimento básico em informática.	R\$ 3.847,81	40 horas	Cad. Reserva	
Técnico em Enfermagem	Ensino médio de nível técnico completo, com inscrição no órgão de classe da região e com conhecimento básico em informática.	R\$ 2.376,15	40 horas	Cad. Reserva	

### 1.4 As atribuições dos cargos constam no Anexo I, que é parte integrante deste Edital.

1.5 Os candidatos aprovados e classificados poderão ser admitidos para o preenchimento da vaga que vier a surgir, dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo, ficando a admissão dentro do interesse e conveniência da Administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

## 2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Processo Seletivo será regido por este Edital, eventuais retificações e/ou aditamentos serão realizados sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

2.1.1 É de responsabilidade exclusiva do candidato, acompanhar todas as publicações referentes a este Processo Seletivo.

2.1.2 Ao realizar a inscrição o candidato declara estar de acordo com todas as disposições deste Edital, não podendo alegar desconhecimento das normas nele contidas.

2.2 A aprovação no Processo Seletivo não ensejará a obrigatoriedade da admissão para o serviço público, que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas.

2.3 O Processo Seletivo Simplificado terá validade de um ano após a homologação (publicação da Classificação Final no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina), podendo ser prorrogado por mais um ano a critério da Administração.

## 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 O período das inscrições será de 07 de agosto de 2020 até 16 de agosto de 2020.

3.2 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado previsto neste Edital, o candidato deverá seguir o disposto nos itens seguintes:

3.2.1 Preencher e assinar a ficha de inscrição disponível no anexo II deste Edital, preenchendo o cargo pretendido e demais dados, e verificar a exatidão das declarações nela contidas, ficando, após a assinatura, inteiramente responsável pelas informações prestadas.

3.2.1.1 O preenchimento da ficha de inscrição É DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO. Não haverá análise prévia se a ficha de inscrição atende ou não aos requisitos do edital antes de ser protocolada. O candidato deve verificar se preencheu e anexou os documentos antes de protocolar a inscrição.

3.2.1.2 Não será aceito a juntada de quaisquer documentos após o protocolo da inscrição.

3.2.1.3 Possuir no ato da inscrição a escolaridade mínima exigida no presente Edital.

3.2.2 Anexar à ficha de inscrição as seguintes cópias (não necessitando ser cópia autenticada):

- a) De um documento oficial do candidato com foto (que contenha CPF, data de nascimento e filiação);
- b) Comprovação do tempo de serviço conforme item 5.6;
- c) Certidão de nascimento/adoção e CPF, ou RG e CPF, dos dependentes de até 16 anos completos até 31 de julho de 2020;
- d) Comprovante de escolaridade do candidato conforme exigido pelo cargo;
- e) Comprovante de residência atualizado.

3.2.3 O candidato deverá protocolar a inscrição online, anexando toda a documentação exigida no item 3.2.2 pelo site [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br) no link serviços – processos – acesse aqui o protocolo digital – na observação colocar a seguinte descrição: Apresenta documentação referente ao edital 03/2020.

3.2.3.1 As inscrições online encerram dia 16 de agosto de 2020 às 23h59min.

3.2.3.1.1 O candidato deverá manter sob sua guarda os documentos originais.

3.2.3.1.2 É DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO no protocolo online, a juntada de documentos e a veracidade das informações. O candidato fica ciente de que qualquer falsa alegação, omissão ou erro implicará em sua exclusão do Processo Seletivo a qualquer momento, e sujeição às penas da Lei. A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul não se responsabiliza por solicitações de inscrições via Internet não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como qualquer outro fator que impossibilite a transferência de dados e impeça inscrição via site.

3.2.4 O candidato, caso ache necessário, poderá numerar as páginas dos documentos anexados.

3.3 Em hipótese alguma será admitida inscrição condicional ou por correspondência, ou por quaisquer meios que não seja o definido neste Edital.

3.3.1 Não será aceita inscrição via procuração.

3.4 Somente será considerado inscrito o candidato cuja inscrição for deferida pela Comissão do Processo Seletivo, considerando-se os critérios exigidos neste Edital. O ato da Prefeitura de receber a inscrição no período das inscrições não significa seu deferimento, pois os documentos passarão pela avaliação da comissão do Processo Seletivo.

3.5 O teor do Edital estará disponível no site [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), no link "Editais de RH", e publicado no Diário Oficial dos Municípios, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção deste documento.

3.6 O candidato poderá efetuar inscrição para um cargo somente.

3.6.1 Verificada mais de uma inscrição do mesmo candidato para o mesmo cargo ou cargos distintos será considerada apenas a mais recente, tendo por base a data e hora do protocolo mais recente, sendo indeferidas(s) a(s) anterior(es).

3.7 Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

3.8 As cópias dos documentos a serem anexados no momento da inscrição deverão ser obtidas pelo candidato, não cabendo aos servidores da Prefeitura fazer fotocópias.

3.9 Não caberá aos servidores do Setor de Recursos Humanos orientar sobre habilitação profissional, requisitos, documentação, remuneração e demais disposições relativas ao Processo Seletivo. Cabe exclusivamente ao candidato ler o Edital e buscar nele as informações.

3.10 Cabe exclusivamente ao candidato verificar, antes de protocolar a inscrição, se preenche os requisitos e se reuniu todos os documentos exigidos. Da mesma forma, ao candidato não será devolvido nenhum documento que tenha sido anexado no protocolo de inscrição.

3.11 Será indeferida a inscrição que não atenda aos requisitos deste Edital, em especial a inscrição:

- a) Que tenha sido protocolada fora do prazo de inscrições;
- b) Que não contenha anexo todos os documentos exigidos;
- c) Cuja ficha de inscrição não esteja datada e assinada pelo candidato, independente se imprimir e ficar frente e verso ou se preencher digitalmente;
- d) Cuja ficha de inscrição esteja ilegível;
- e) Cuja ficha de inscrição não contenha a opção pelo cargo preenchida;
- f) Cuja ficha de inscrição contenha mais de um cargo preenchido;
- g) Cuja escolaridade do candidato não seja compatível com as exigências do cargo;
- h) Cujo protocolo de inscrição tenha sido aberto por terceiros (ou seja, que não pelo próprio candidato);
- i) Cujo cargo preenchido pelo candidato não esteja dentre os listados neste Edital.

#### 4 CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

4.1 Nacionalidade brasileira;

4.2 O gozo dos direitos civis e políticos;

4.3 A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;

4.4 Possuir escolaridade exigida para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão;

4.5 Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da admissão;

4.6 Ser aprovado em exame médico pré-admissional, em caso do exame declarar o candidato inapto, o candidato estará eliminado do Processo Seletivo, sendo convocado o próximo candidato da lista de classificação;

4.7 Entregar no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação, toda a documentação exigida neste Edital.

4.8 O contrato de trabalho será de 6 (seis) meses podendo ser prorrogado conforme estabelece a lei, e rescindido antecipadamente a critério da Administração.

## 5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 Os cargos previstos neste Edital terão como critério de classificação o Tempo de Serviço no cargo para o qual o candidato efetuar a inscrição.

5.2 Pontuação do Tempo de Serviço no exercício do cargo pretendido:

- a) Nenhum Tempo de Serviço: 0 (zero) pontos
- b) Até 01 ano: 1 ponto
- c) Acima de 01 ano até 02 anos: 2 pontos
- d) Acima de 02 anos até 03 anos: 3 pontos
- e) Acima de 03 anos até 04 anos: 4 pontos
- f) Acima de 04 anos até 5 anos: 5 pontos
- g) Mais de 5 anos: 6 pontos

5.2.1 O Tempo de Serviço será considerado até o dia 31 de julho de 2020, o período posterior não será computado.

5.3 O Tempo de Serviço prestado simultaneamente em dois ou mais locais será computado apenas uma vez.

5.4 A classificação final dos candidatos, para cada cargo, será feita em ordem decrescente de pontos, levando em consideração o Tempo de Serviço.

5.5 A comprovação do Tempo de Serviço para a classificação se dará no ato da inscrição, devendo o candidato anexar com a ficha de inscrição, conforme o caso do candidato:

a) Declaração, certidão ou atestado de Tempo de Serviço que cite o nome do candidato, o órgão emissor da declaração, o cargo exercido, o Tempo de Serviço prestado ou o período (dia/mês/ano), assinada e carimbada pelo emitente, emitida pelo empregador, em papel timbrado, que devem ser anexadas com a ficha de inscrição. Não serão aceitas declarações feitas a próprio punho.

b) Cópias legíveis do registro dos contratos na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que citem o cargo, a data de admissão e de demissão (se for o caso) e da página de identificação da Carteira de Trabalho onde consta a foto e os dados pessoais que devem ser anexadas com a ficha de inscrição.

5.6 Os documentos comprobatórios de Tempo de Serviço (certidão, atestado ou declaração) que forem ilegíveis, apresentarem rasuras, ou não citem o cargo, ou a data de início na função (se estiver exercendo a profissão, citando dia/mês/ano), bem como aqueles que não estiverem assinados e carimbados pelo emitente, em papel timbrado, não serão considerados.

5.6.1 Documentos em desacordo com os itens anteriores, tais como extratos previdenciários, declarações de imposto de renda, contracheques, folhas de pagamento, recibos de salário, contratos de trabalho ou similares, apenas serão considerados em casos específicos de sócios que recebam remuneração decorrente de seu trabalho (pró-labore).

5.6.2 O candidato que marcar Tempo de Serviço na ficha de inscrição e não anexar documento comprobatório do mesmo será atribuída a pontuação 0 (zero) pontos.

5.6.3 O candidato que marcar na ficha de inscrição Tempo de Serviço que não seja condizente com os documentos comprobatórios, será classificado conforme o apresentado nos documentos anexados com a ficha de inscrição.

5.6.4 Para o cargo de Médico Perito, será considerado válido o Tempo de Serviço devidamente comprovado no cargo de Médico Perito, independente da área ou especialidade na qual o profissional tenha atuado como Médico. Não será computado o tempo em cargos diversos.

5.6.5 Para o cargo de Médico Clínico Geral, será considerado válido o Tempo de Serviço devidamente comprovado no cargo de Médico

Clínico Geral, independente da área ou especialidade na qual o profissional tenha atuado como Médico. Não será computado o tempo em cargos diversos.

5.6.6 Para o cargo de Enfermeiro, será considerado válido o Tempo de Serviço devidamente comprovado no cargo de Enfermeiro, independente da área ou especialidade na qual o profissional tenha atuado na área da Saúde. Não será computado o tempo em cargos diversos.

5.6.7 Para o cargo de Técnico em Enfermagem, será considerado válido o Tempo de Serviço devidamente comprovado no cargo de Técnico em Enfermagem, independente da área ou especialidade na qual o profissional tenha atuado na área da Saúde. Não será computado o tempo em cargos diversos.

5.6.8 Não será considerado válido o Tempo de Serviço em cargos comissionados, em virtude de sua natureza de chefia, assessoramento ou supervisão, independente da denominação do cargo. Estágios, serviços voluntários e serviços autônomos não serão contabilizados como Tempo de Serviço.

5.7 Para o caso de empate nos critérios de pontuação de Tempo de Serviço entre candidatos, após a classificação final, serão aplicados os critérios de desempate seguintes:

5.7.1 Que tenha maior número de dependentes até 16 anos, completados até 31 de julho de 2020 como a data para a apuração da idade dos dependentes.

5.7.1.1 O candidato que declarar dependentes na ficha de inscrição e não anexar a certidão de nascimento e CPF ou RG e CPF dos dependentes não terá o dependente considerado para fins de desempate.

5.7.1.2 A dependência deve ser comprovada através do RG e CPF ou da Certidão de Nascimento dos dependentes e CPF, a serem anexadas com a inscrição. Documentos apresentados que não citem o candidato como pai ou mãe não serão considerados.

5.7.2 Que seja mais idoso, considerando a idade no dia 31 de julho de 2020.

5.8 A lista com o resultado final será divulgada no site [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), no link "Editais de RH" e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

5.9 O Município não emitirá nenhum documento individualizado comprobatório da classificação ou desclassificação do candidato no presente Processo Seletivo.

## 6. DO REGIME JURÍDICO

6.1 Aplica-se ao pessoal contratado nos termos da Lei 2397/2009 o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, aplicando-se supletivamente os deveres e proibições previstos do regime jurídico dos servidores municipais.

## 7. DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

7.1 Os candidatos classificados serão admitidos obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por vaga/função.

7.2 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul. A admissão é de competência da Prefeitura, dentro do interesse e conveniência da Administração.

7.3 Por ocasião da admissão serão exigidos do candidato convocado os seguintes documentos, devidamente colocados na ordem abaixo, sob pena de exclusão do presente processo no caso da falta de algum deles:

- Comprovante de Qualificação Cadastral do E-social, obtida no site <http://consultacadastral.inss.gov.br>. O resultado deverá constar que os dados estão corretos.
- 01 foto 3x4 recente;
- Preencher e assinar a ficha cadastral;
- Atestado de Saúde Ocupacional ASO (obtido no exame médico Admissional);
- Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego, ou percepção de proventos, trazer uma declaração do contratante, onde consta o cargo, o órgão ao qual pertence, a carga horária, e o horário de trabalho devidamente assinado e carimbado e anexar com a declaração de não acumulação de cargo;
- Declaração quanto a receber, ou não, Aposentadoria ou Benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a cargo público. Em caso de recebimento de benefícios, informar detalhes: Instituto de Previdência de que recebe o benefício, data de início, cargo e órgão em que se deu a concessão do benefício;
- Declaração de ter sofrido, ou não, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;
- Declaração de Bens que constituem o seu Patrimônio, ou última declaração do imposto de Renda assinada em todas as folhas;
- Certidão Negativa CÍVEL de 1º grau da Comarca de São Bento do Sul - Disponível em [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) ou Fórum;
- Certidão Negativa CRIMINAL de 1º grau da Comarca de São Bento do Sul - Disponível em [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) ou Fórum;

-----FOTOCÓPIAS-----

- Cédula de Identidade (RG e CPF);
- Título de Eleitor com biometria;
- Comprovante de QUITAÇÃO da Justiça Eleitoral (disponível em: [www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br) ou Cartório Eleitoral);

- Certidão de Nascimento ou Casamento, ou Casamento com Averbações;
- CPF do cônjuge;
- Cédula de Identidade (RG e CPF) dos filhos até 14 anos;
- Certidão de Nascimento/Adoção e CPF dos filhos até 14 anos (caso não possua Cédula de Identidade);
- Carteira de vacinação (onde consta nome e vacinas) dos filhos até 14 anos;
- Atestado de Frequência Escolar dos filhos entre 06 e 14 anos;
- Certificado de Dispensa de Incorporação ou Certificado de Reservista (homens até 45 anos);
- Declaração de Residência assinada;
- Diplomas de Escolaridade (conforme exigência do cargo);
- Diploma do Curso Específico (na área em que irá atuar);
- Registro no Conselho de Classe (identidade profissional), quando for o caso;
- Certidão de Comprovação da Regularidade com o Conselho da Classe da Região de SC;
- Vacina contra Rubéola (onde consta nome e vacina, até 39 anos) Lei 10.196 de 24 de julho de 1996;
- Carteira Nacional de Habilitação – CNH (caso exigido para o cargo);
- Número do PIS/PASEP e data do cadastro;
- Carteira de Trabalho onde constam a foto e Dados Pessoais;
- Abertura de Conta-Corrente no Banco Itaú de São Bento do Sul.
- Apresentar Carteira de Trabalho original, para registros.

7.3.1 EM CASO DE ALTERAÇÃO DE NOME, POR CASAMENTO, DIVÓRCIO OU QUALQUER OUTRO FATO GERADOR, EM TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÁ CONSTAR O NOME ATUALIZADO.

7.4 Será excluído do Processo Seletivo Simplificado, anulando os atos decorrentes da inscrição, o candidato que:

- a) Fizer em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata, mesmo que verificada posteriormente a admissão;
- b) Não mantiver atualizado seu endereço. Em caso de alteração do endereço constante da "FICHA DE INSCRIÇÃO", o candidato deverá protocolar requerimento online, e preencher requerimento de atualização dos dados indicando seu cargo/função - fazendo menção expressa que se relaciona ao Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital.
- c) Não apresentar toda a documentação exigida no Edital para admissão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação.

7.5 O candidato que possuir outra função ou emprego em órgão da Administração Direta ou Indireta, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público, deverá adequar-se ao disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal, antes de assumir sua função no Município. Cabe exclusivamente ao candidato providenciar a documentação que comprove a acumulação legal de cargos/empregos, se for o caso, dentro do prazo estabelecido para entrega da documentação. Verificada incompatibilidade de horários no caso de acumulação lícita, ou acumulação ilícita, o candidato não será contratado e será eliminado do Processo Seletivo.

7.6. O candidato aposentado pelo Serviço Público (regime próprio ou geral), deverá verificar se preenche os requisitos de acúmulo de proventos de aposentadoria com a atividade, de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal. Verificada a incompatibilidade não será feita a admissão, sendo o candidato eliminado do Processo Seletivo.

7.7 Os documentos de escolaridade, diplomas e afins deverão ser devidamente registrados e reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e estarem de acordo com a Lei 9394/1996 (Diretrizes da Educação). No caso de graduação no exterior, o candidato deverá apresentar o diploma devidamente revalidado em instituição brasileira que ateste ser curso equivalente às exigências deste Edital.

7.8 Os documentos apresentados para admissão deverão ser perfeitamente legíveis, em Língua Portuguesa ou traduzidos por Tradutor Juramentado.

7.9. Todos os custos com cópias dos documentos exigidos para admissão serão pagos pelo candidato.

## 8. DA CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO E DA ESCOLHA DE VAGA

8.1 A escolha da vaga ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada pela Secretaria Municipal de Administração através do Departamento de Recursos Humanos.

8.2 A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato não podendo ser realizada por meio de procuração;

8.3 No surgimento de vagas, caberá a Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Recursos Humanos, realizar a chamada para contratação via telefone, e-mail ou através de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR);

8.3.1 A comunicação por e-mail não tem caráter oficial, sendo meramente informativa.

8.4 O candidato terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data da assinatura na notificação ou de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com aviso de recebimento (AR), para se apresentar e entregar todos os documentos exigidos no item 7.3, além de passar pelo exame médico admissional, sob pena de desclassificação.

8.4.1 O Município não se responsabiliza caso a correspondência de convocação seja recebida por terceiros, bem como por endereço incorreto do candidato, ou qualquer outro fator que impeça a entrega da notificação ao candidato, sendo considerado perfeitamente convocado

quando receber a convocação pelos meios descritos neste Edital.

8.4.2 No caso de divergência entre o endereço preenchido pelo candidato na ficha de inscrição e o endereço constante no comprovante de residência anexo na inscrição, a Prefeitura considerará válido o endereço do comprovante de residência, sendo que ao preenchê-la o candidato declara que está ciente que os dados constantes no comprovante de residência serão utilizados para chamadas.

8.5 A recusa do local indicado para o trabalho implica em desistência ao cargo, podendo ser convocado o próximo candidato classificado para o cargo.

8.6 A não apresentação da documentação exigida por ocasião da admissão, implicará a impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.

8.7. A assinatura da notificação de chamada, quando da convocação para admissão, bem como a entrega da documentação e demais atos de admissão deverão ser realizadas pessoalmente, não sendo permitidos por meio de procuração.

8.8 Não será permitida troca de vagas, transferências ou permutas entre os candidatos, antes ou após a admissão.

8.9 Não haverá opção pelo final da lista de aprovados para os candidatos convocados. Uma vez convocado e não aceitando a vaga, ou não apresentando a habilitação exigida, o candidato estará eliminado do Processo Seletivo.

8.10 O candidato aprovado e contratado deverá prestar serviços dentro do horário estabelecido pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, podendo ser diurno e/ou noturno, escala de revezamento em dias de semana, sábados, domingos ou feriados, obedecida a carga horária semanal de trabalho.

## 9. DOS RECURSOS

9.1 Caberá recurso quanto:

9.1.1 Ao conteúdo deste Edital;

9.1.2 A classificação preliminar ou indeferimento da inscrição.

9.2 O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios, para recorrer sobre o conteúdo, bem como publicação da classificação preliminar e eventuais inscrições indeferidas no Diário Oficial dos Municípios, para entrar com pedido de recurso devidamente fundamentado quanto a classificação preliminar ou indeferimento da inscrição.

9.3 Os recursos deverão ser protocolados online, no período de recursos, sendo dirigida para a Comissão Organizadora deste Processo Seletivo, fazendo menção ao nome do candidato, ao Edital, ao cargo, a fundamentação do recurso e devidamente assinado pelo candidato.

9.3.1 Os recursos que vierem a ser apresentados de acordo com as normas deste Edital serão apreciados pela Comissão do Processo Seletivo, que decidirá por votação pelo DEFERIMENTO ou INDEFERIMENTO do recurso.

9.4 O resultado dos recursos sobre a classificação preliminar ou indeferimento da inscrição, se for o caso, será publicado com a classificação final, sendo o meio para o candidato estar ciente do seu resultado.

9.5 O resultado dos recursos será publicado em "Edital de Resultado de Recursos Contra o Edital".

9.6 Os recursos apresentados intempestivamente, ilegíveis, ou de forma diversa da estabelecida neste Edital, serão indeferidos.

9.7 Não serão considerados, quando da interposição de recurso, a juntada de documentos novos ou já apresentados no ato na inscrição.

## 10 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 O Poder Executivo do Município de São Bento do Sul - SC não se responsabiliza por eventual prejuízo do candidato na fase de admissão, decorrentes de:

- a) Endereço não atualizado;
- b) Endereço de difícil acesso;
- c) Correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
- d) Correspondência recebida por terceiros;
- e) Dados preenchidos incorretamente ou incompletos na ficha de inscrição;
- f) Telefone ou e-mail do candidato desatualizados;
- g) Nome divergente dos documentos oficiais apresentados no ato da inscrição.

10.2 Durante o prazo de validade do Processo Seletivo o candidato aprovado deverá manter seu endereço e demais dados atualizados, devendo em caso de alteração do mesmo comunicar oficialmente ao Departamento de Recursos Humanos, através dos meios previstos neste edital.

10.3 Durante o prazo de validade do Processo Seletivo será respeitada a ordem de classificação obtida pelos candidatos, para admissão nas vagas existentes ou que porventura vierem a existir, de acordo com suas necessidades, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos.

10.4 Os casos omissos e situações não previstas neste Edital serão analisados pela Comissão Organizadora deste Processo Seletivo, designada pelo Prefeito de São Bento do Sul. A Comissão constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão recursos ou revisões adicionais.

10.5 A homologação do resultado deste Processo Seletivo Simplificado será efetuada por cargo ou função.

10.6 O Edital, resultado final e homologação serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e disponibilizados no site [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br) - no link "Editais RH".

10.7 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado de quaisquer membros da Comissão Organizadora.

10.8 O Município de São Bento do Sul não se responsabiliza por quaisquer textos, divulgações e outras publicações referentes a este Processo Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não sejam aquelas divulgadas no site oficial [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br).

10.9 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC.

10.10 O candidato concorda com a divulgação de seu nome, Tempo de Serviço, data de nascimento, número de dependentes, CPF, e demais dados necessários para a classificação, identificação e pontuação através dos editais referentes a este Processo Seletivo.

10.11 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul/SC, 06 de agosto de 2020.

Magno Bollmann

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº 03/2020

Anexo I

Atribuições do Cargo de Médico Perito

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; realizar consultas e atendimentos médicos; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica; efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva e terapêutica para promover a saúde e bem estar do paciente.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Realizar perícias médicas;
- Comprovar a situação clínica alegada pelo servidor;
- Avaliar o paciente como um todo, para a realização de um diagnóstico acurado e para a indicação do melhor tratamento, aplicando os conhecimentos da medicina na prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças do corpo humano;
- Efetuar exames médicos, fazer diagnóstico, prescrever e ministrar tratamento para diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano;
- Orientar os servidores sobre prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças;
- Requisitar e interpretar exames complementares para elucidação do diagnóstico;
- Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados;
- Manter registro dos usuários examinados com anamnese, exame físico, exames complementares (quando houver), conclusão de diagnóstico e tratamento, e outras informações que considerar necessárias, em caráter sigiloso;
- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57;
- Respeitar a boa técnica médica;
- Realizar pesquisas sobre natureza, causas e desenvolvimento de enfermidades;
- Utilizar recursos de informática;
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

Atribuições do Cargo de Médico Clínico Geral

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Avaliar o paciente como um todo, efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva e terapêutica para promover a saúde e bem estar do paciente.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Avaliar o paciente como um todo, para a realização de um diagnóstico acurado e para a indicação do melhor tratamento;
- Orientar as pessoas sobre prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças;
- Requisitar e interpretar exames complementares para elucidação do diagnóstico;
- Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como, cuidados a serem observados, para conservar

ou restabelecer a saúde do paciente;

- Possibilitar o acesso da comunidade aos serviços médicos assistenciais, através da prestação de atendimento a consultas nas áreas de clínica geral;
- Dar plantões em unidades próprias de saúde, atendendo urgência/emergência;
- Agilizar a divulgação de conhecimento da área médica, juntamente com a comunidade através da participação em atividades educacionais e recreativas;
- Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados;
- Manter registro dos usuários examinados com anamnese, exame físico, exames complementares (quando houver), conclusão de diagnóstico e tratamento, e outras informações que considerar necessárias, em caráter sigiloso;
- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no regulamento a que se refere à lei Federal nº 3268/57;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

#### Atribuições do Cargo de Técnico em Enfermagem

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Atua na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação dos processos saúde-doença. Colabora com o atendimento das necessidades de saúde dos pacientes e comunidade, em todas as faixas etárias. Promove ações de orientação e preparo do paciente para exames. Realiza cuidados de enfermagem, tais como: curativos, administração de medicamentos e vacinas, nebulizações, banho de leito, mensuração antropométrica e verificação de sinais vitais, dentre outros. Presta assistência de enfermagem a pacientes clínicos e cirúrgicos.

#### DESCRIÇÃO DETALHADA

- Possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, excetuadas aquelas privativas do ocupante do cargo de Enfermeiro;
- Concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde;
- Promover a divulgação do Programa de Proteção à Saúde da Mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda, orientações quanto ao planejamento familiar;
- Administrar medicamentos mediante prescrição médica;
- Participar de vacinações suas programações;
- Fazer coleta de material para exames, quando indicado;
- Fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis;
- Desenvolver atividades de pré e pós-consulta médica;
- Participar de atividades de saúde a nível comunitário;
- Fazer a previsão e vistoriar o equipamento de assistência de enfermagem;
- Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município;
- Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem;
- Colaborar quando indicado no Programa Saúde na Família - PSF;
- Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
- Executar outras atividades correlatas.
- Controlar a distribuição de medicamento;
- Usar EPI;
- Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
- Executar demais atividades compatíveis com a função.

#### Atribuições do Cargo de Enfermeiro

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Realizar procedimentos de enfermagem dentro de suas competências técnicas e legais. Promover e prestar atendimento à saúde do indivíduo, família e comunidade, identificar e intervir nas condições de risco para a saúde do indivíduo, realizar o atendimento integral à população no domicílio, unidades móveis e estabelecimentos de assistência à saúde.

#### DESCRIÇÃO DETALHADA

- Prestar cuidados diretos de enfermagem a pacientes com risco de vida;
- Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever e transcrever medicações conforme protocolo estabelecido nos programas do ministério da saúde e as disposições legais da profissão;
- Aplicar vacinas, injeções, medicações, oxigenioterapia, coleta de preventivo, realizar curativos e outros tipos de tratamento para atender indicações médicas ou de enfermagem;
- Executar ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso;
- Planejar, coordenar, executar, avaliar e auditar as ações de saúde;
- Organizar e coordenar a criação de grupos de educação em saúde e de patologias específicas;
- Preparar paciente para pequenas intervenções cirúrgicas e atuar durante sua realização, como instrumentador, auxiliando o médico;
- Organizar os serviços de enfermagem em Unidades de Saúde e Programas de Assistência à Saúde, controlando as escalas de serviço diário, para organizar as atividades internas e externas;
- Atuar em programas de saúde, educação sanitária e atendimento domiciliar;
- Executar ações de prevenção e controle das doenças transmissíveis, realizando notificação e busca ativa, nos programas de vigilância epidemiológica e sanitária;
- Participar na operacionalização do sistema de referência e contra-referência do pacientes nos diferentes níveis de atenção à saúde;
- Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem visando o controle das mesmas;
- Realizar registros das informações em formulários ou sistemas específicos referentes aos programas nas diferentes áreas da saúde pública;
- Supervisionar e coordenar diretamente as atividades desenvolvidas pelos agentes comunitários de saúde, solicitar o cumprimento de carga

horária, realização de visitas domiciliares e preenchimento correto de formulários;

- Participação em projetos de construção ou reforma de unidades de saúde;
- Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização, manuseio e acondicionamento do material a ser utilizado nas diversas unidades de saúde;
- Coordenar e participar de campanhas de prevenção em saúde, tais como: vacinação, câncer de colo uterino e de mama e outras;
- Participar, juntamente com a equipe da unidade, do planejamento e assistência de saúde da população de acordo com as diretrizes gerais;
- Periodicamente verificar as condições de organização e prazo de validade de soros, vacinas, medicamentos e materiais;
- Realizar estudos operacionais e situacionais da área de saúde coletiva, visando ações para melhoria de políticas públicas;
- Supervisionar e coordenar ações para a capacitação dos agentes comunitários de saúde;
- Participar nos programas de treinamento e aprimoramento do pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada;
- Promover a qualidade de vida e contribuir para que o meio ambiente torne-se mais saudável;
- Participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem;
- Participar dos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais;
- Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem;
- Usar EPI;
- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

# EDITAL 03/2020 - ANEXO II – FICHA DE INSCRIÇÃO - PREENCHER COM LETRA DE FORMA

-----DADOS PESSOAIS-----

NOME COMPLETO:

Data de Nascimento:		CPF:											
Número do RG:	UF	Orgão Expedidor do RG	Data de Expedição do RG										

Endereço: Número:

Bairro: Cidade: Estado

Ponto de Referência:

CEP: Telefones (inclusive DDD):

Endereço Eletrônico (e-mail):

-----ESCREVA ABAIXO SUA ESCOLARIDADE-----

ESCOLARIDADE:

-----DADOS DE INSCRIÇÃO / VAGA -----

ESCREVA ABAIXO O NOME COMPLETO DA VAGA PRETENDIDA

CARGO PRETENDIDO:

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO: ASSINALE ABAIXO O TEMPO DE SERVIÇO NA VAGA PRETENDIDA

TEMPO DE SERVIÇO: Marcar X	Ne-nhum 0 (zero) pontos	Até 01 ano: 1 ponto	De 01 a 02 anos: 2 pontos	De 02 a 03 anos: 3 pontos	De 03 a 04 anos: 4 pontos	De 04 a 05 anos: 5 pontos	Acima de 05 anos: 6 pontos

DESCREVA ABAIXO O TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO PRETENDIDO

LOCAL ONDE TRABALHOU	DATA DE INÍCIO	DATA DE SAÍDA

-----ESCREVA ABAIXO O NÚMERO DE DEPENDENTES ATÉ 16 ANOS (Filhos)-----

NÚMERO DE DEPENDENTES:

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura do Processo Seletivo 03/2020. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.

São Bento do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 45/2020**

Publicação Nº 2592072

Pregão Presencial nº 45/2020  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL  
Processo Administrativo Nº 45/2020  
MENOR PREÇO POR ITEM.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 20 de agosto de 2020, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: A contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de cartão magnético para pagamento de vale-alimentação.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 05 de agosto de 2020.  
FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

**ERRATA EXTRATO DE CONTRATO Nº 90/2020**

Publicação Nº 2592141

EXTRATO DE CONTRATO - ERRATA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 32/2017  
Contrato nº: 90/2020 – 4º Termo Aditivo CT 42/2017  
Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
Contratada: HIDROMEYER ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA - ME  
Vigência: Início: 03/08/2020 - Término: 03/08/2021

OBJETO: SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA), ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES), CONTROLE DE PERDAS E SANEAMENTO GERAL.

ADITIVO: Fica renovada a vigência do contrato ora aditado pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 03 de agosto de 2020, podendo o mesmo ser renovado, por interesse das partes, na forma da lei e do contrato aditado.

**REAJUSTE:**

ONDE SE LÊ: Fica reajustado o valor, conforme cláusula prevista no Contrato, sendo corrigido pelo IGP-M em 7,3133%, (Índice Acumulado nos últimos 12 meses) passando então para R\$ 13.489,98 (Treze mil quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos) por mês.

LEIA-SE: Fica reajustado o valor, conforme cláusula prevista no Contrato, sendo corrigido pelo IGP-M em 9,2693%, (Índice Acumulado nos últimos 12 meses) passando então para R\$ 13.735,86 (Treze mil setecentos e trinta e cinco reais e oitenta e seis centavos) por mês.

RECURSOS: 3.3.90.35.00.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente e 3.3.90.35.00.00.00.00 – Setor de Saneamento Geral – Exercício Vigente

São Bento do Sul, 05 de Agosto de 2020.  
FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

**ERRATA EXTRATO DE CONTRATO Nº 91/2020**

Publicação Nº 2592143

EXTRATO DE CONTRATO - ERRATA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 47/2018  
Contrato nº: 91/2020 – 3º Termo Aditivo CT 73/2018  
Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
Contratada: MEP PRODUÇÕES LTDA  
Vigência: Início: 03/08/2020 - Término: 03/08/2021

OBJETO: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSMISSÃO E ACOMPANHAMENTO DAS FILMAGENS E TRANSMISSÃO DAS SESSÕES PÚBLICAS DE PREGÕES NO AUDITÓRIO DO SAMAE E TAMBÉM EM TREINAMENTOS E REUNIÕES NO AUDITÓRIO.

ADITIVO: Fica renovada a vigência do contrato ora aditado pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 03 de agosto de 2020, podendo o mesmo ser renovado, por interesse das partes, na forma da lei e do contrato aditado.

**REAJUSTE:**

ONDE SE LÊ: Fica reajustado o valor, conforme cláusula prevista no Contrato, sendo corrigido pelo IGP-M em 7,3133%, (Índice Acumulado nos últimos 12 meses) passando então para R\$ 2.000,58 (Dois mil reais e cinquenta e oito centavos) por mês.

LEIA-SE: Fica reajustado o valor, conforme cláusula prevista no Contrato, sendo corrigido pelo IGP-M em 9,2693%, (Índice Acumulado nos últimos 12 meses) passando então para R\$ 2.037,04 (Dois mil trinta e sete reais e quatro centavos) por mês.

RECURSOS: 23.4.2066.3.3.3.90.39.12 – Setor de Saneamento Geral – Exercício Vigente  
São Bento do Sul, 05 de Agosto de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 93/2020**

Publicação Nº 2592331

**EXTRATO DE CONTRATO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 72/2019

Contrato nº: 93/2020 – 3º Termo Aditivo CT. 154/2019

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: HISAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI

Vigência: Início: 06/08/2020 - Término: 03/11/2020

OBJETO: EXECUÇÃO DE REFORMAS E AMPLIAÇÕES DAS UNIDADES OPERACIONAIS DO SISTEMA ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

ADITIVO: Fica renovada a vigência do contrato ora aditado pelo período de 90 (noventa) dias, contados a partir de 06 de agosto de 2020, podendo o mesmo ser renovado, por interesse das partes, na forma da lei e do contrato aditado.

VALOR: O preço total do objeto deste contrato é de R\$ 117.000,00 (Cento e dezessete mil reais).

RECURSOS: 23.3.1003.3.4.4.90.51.07 – Setor de Esgotamento Sanitário – Exercício Vigente.

São Bento do Sul, 05 de Agosto de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

# São Bernardino

## PREFEITURA

### PORTARIA 317/2020

Publicação Nº 2592186

PORTARIA Nº 317/2020 DE 05/08/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias normais ao Servidor Público Municipal, Sr. VOLMIR GREGOLIN, ocupante do cargo de CONTADOR, matrícula 66/01, do dia 10/08/2020 a 24/08/2020, (15 dias) referente ao período aquisitivo de 15/01/2017 a 14/01/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 05 de agosto de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER  
Sec. Adm. e Fazenda

### PORTARIA 318/2020

Publicação Nº 2592189

PORTARIA Nº 318/2020 DE 05/08/2020

	DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA RESPONDER CUMULATIVAMENTE PELA CARGO DE CHEFE DE GABINETE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe o Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a Servidora Pública Municipal, Sra. DÉBORA PAULA BITTENCOURT, matrícula nº 1453/05, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, portadora do CPF nº 088.471.049-12, para responder cumulativamente pelo Cargo de CHEFE DE GABINETE, do Município de São Bernardino-SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04/08/2020.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta portaria ficam por conta do orçamento vigente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Santa Catarina, em 05 de agosto de 2020.		

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER  
Sec. Adm. e Fazenda

**ATO N° 02 - HOMOLOGAÇÃO PROVISÓRIA DOS REQUERIMENTOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO**

Publicação N° 2591583



Estado de Santa Catarina  
Município de São Bernardino  
**Processo Seletivo Público 03/2020**

**ATO N.º 02**

**O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO**, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor ADELI JOSÉ RIFFEL, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

**1. ANÁLISE DE REQUERIMENTOS DE ISENÇÃO DO VALOR DE INSCRIÇÃO**

1.1. Não houve pedidos de isenção do pagamento do valor de inscrição **deferidos**.

1.2. O **Anexo I** contém a análise dos requerimentos de isenção **indeferidos**.

**2. PERÍODO DE RECURSOS**

2.1. Os candidatos interessados poderão interpor **recurso** referente a esse resultado no período de **06/08/2020** - 14h00min à **08/08/2020** - 14h00min. Os recursos deverão ser interpostos por meio do site [www.wedoservicos.com.br](http://www.wedoservicos.com.br), na área do candidato, seguindo as orientações do site.

São Bernardino, 05 de Agosto de 2.020.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.



Estado de Santa Catarina  
Município de São Bernardino  
**Processo Seletivo Público 03/2020**



### **ANEXO I – PEDIDOS DE ISENÇÃO INDEFERIDOS**

**Número de Inscrição:** 01

**Vaga:** PROFESSOR (A) COM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**Requerimento:** Isenção pagamento de Inscrição

**Tipo:** Doador de Medula

**Resultado:** INDEFERIDO

**Análise:** Pedido INDEFERIDO, tendo em vista o descumprimento do item 4.4 e 4.4.1 do edital de Processo Seletivo Público n.º 03/2020, qual seja a juntada do requerimento do anexo III.

**Número de Inscrição:** 03

**Vaga:** PROFESSOR (A) COM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**Requerimento:** Isenção pagamento de Inscrição

**Tipo:** Doador de Medula

**Resultado:** INDEFERIDO

**Análise:** Pedido INDEFERIDO, tendo em vista o descumprimento do item 4.4 e 4.4.1 do edital de Processo Seletivo Público n.º 03/2020, qual seja a juntada do requerimento do anexo III.

**Número de Inscrição:** 10

**Vaga:** PROFESSOR (A) DE INGLÊS

**Requerimento:** Isenção pagamento de Inscrição

**Tipo:** Doador de Medula

**Resultado:** INDEFERIDO

**Análise:** Pedido INDEFERIDO, tendo em vista o descumprimento do item 4.4 e 4.4.1 do edital de Processo Seletivo Público n.º 03/2020, qual seja a juntada do requerimento do anexo III.

**ATO Nº 03 - HOMOLOGAÇÃO PROVISÓRIA DOS REQUERIMENTOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO**

Publicação Nº 2591587



Estado de Santa Catarina  
Município de São Bernardino  
**Processo Seletivo Público 04/2020**

**ATO N.º 03**

**O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO**, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor ADELI JOSÉ RIFFEL, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

**1. ANÁLISE DE REQUERIMENTOS DE ISENÇÃO DO VALOR DE INSCRIÇÃO**

**1.1.** Não houve pedidos de isenção do pagamento do valor de inscrição **deferidos**.

**1.2.** O **Anexo I** contém a análise dos requerimentos de isenção **indeferidos**.

**2. PERÍODO DE RECURSOS**

**2.1.** Os candidatos interessados poderão interpor **recurso** referente a esse resultado no período de **06/08/2020** - 14h00min à **08/08/2020** - 14h00min. Os recursos deverão ser interpostos por meio do *site* [www.wedoservicos.com.br](http://www.wedoservicos.com.br), na área do candidato, seguindo as orientações do *site*.

São Bernardino, 05 de Agosto de 2.020.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.



Estado de Santa Catarina  
Município de São Bernardino  
**Processo Seletivo Público 04/2020**



### **ANEXO I – PEDIDOS DE ISENÇÃO INDEFERIDOS**

**Número de Inscrição:** 11

**Vaga:** PSICÓLOGO (A)

**Requerimento:** Isenção pagamento de Inscrição

**Tipo:** Doador de Medula

**Resultado:** INDEFERIDO

**Análise:** Pedido INDEFERIDO, tendo em vista o descumprimento do item 4.4 e 4.4.1 do edital de Processo Seletivo Público n.º 03/2020, qual seja a juntada do requerimento do anexo III.

# São Bonifácio

## PREFEITURA

### EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2020

Publicação Nº 2592650

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2020  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BONIFÁCIO

O município de SÃO BONIFÁCIO, SC, com sede na Avenida 29 de Dezembro, nº 12, Centro, cidade de São Bonifácio, SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.892.340/0001 39, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09 HORAS do dia 26 de agosto de 2020, tendo como local no PAVILHÃO DE EVENTOS DA PREFEITURA, na Rua Clemente Lehmkuhl, s/nº Centro, São Bonifácio, SC. O leilão será conduzido pela LEILOEIRA PÚBLICA OFICIAL Srª. ETLA WEISS DA COSTA, matrícula AARC/377, para venda à vista de bens móveis inservíveis: Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.FABRICCALEILOES.COM.BR, DIARIODELEILOES.COM.BR

WWW.SAOBONIFACIO.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones (48) 3252 0111 na Prefeitura ou (47) 9 8895 2116 com a Leiloeira. Aplicam-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

SÃO BONIFÁCIO (SC), em 05 de agosto de 2020.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO  
PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BONIFÁCIO

# São Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 017/2020 - FMS

Publicação N° 2592585

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 017/2020 – FMS  
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2020 – FMS  
Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DR. WALTER HUND – PROPOSTA Nº 11553.5400001/19-009.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Até as 10:30 horas – dia 21 de agosto de 2020.  
Abertura dos Envelopes: 10:31 horas – dia 21 de agosto de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Demétrio Lorenz, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3030. <https://saocarlos.atende.net>.

SÃO CARLOS/SC, 05 DE AGOSTO DE 2020.

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito

### AVISO DE LICITAÇÃO 103/2020 - ADM

Publicação N° 2592580

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Administrativo nº 103/2020 – ADM

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 014/2020 – ADM

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRECHO DA AV. SANTA CATARINA – PROCESSO SGPe Nº SCC 10912/2020.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Até as 07:45 horas – dia 21 de agosto de 2020.

Abertura dos Envelopes: 07:46 horas – dia 21 de agosto de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Demétrio Lorenz, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3030. <https://saocarlos.atende.net>.

SÃO CARLOS/SC, 05 DE AGOSTO DE 2020.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito

**AVISO DE LICITAÇÃO 104/2020 - ADM**

Publicação Nº 2592582

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Administrativo nº 104/2020 – ADM

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 015/2020 – ADM

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRECHO DA RUA XV DE NOVEMBRO.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Até as 08:45 horas – dia 21 de agosto de 2020.

Abertura dos Envelopes: 08:46 horas – dia 21 de agosto de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Demétrio Lorenz, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3030. <https://saocarlos.atende.net>.

SÃO CARLOS/SC, 05 DE AGOSTO DE 2020.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito

**AVISO DE LICITAÇÃO 105/2020 - ADM**

Publicação Nº 2592587

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Administrativo nº 105/2020 - ADM  
Pregão Presencial P/ Obras e Serviços de Engenharia nº 065/2020- ADM  
Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RETROESCAVADEIRA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Até as 07h45min – dia 18 de agosto de 2020.  
Abertura dos Envelopes: 07h46min – dia 18 de agosto de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Demétrio Lórenz, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3030. [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br)

SAO CARLOS/SC, 05 DE AGOSTO DE 2020.

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito

# São Cristóvão do Sul

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO EDITAL 36/2020

Publicação Nº 2592673

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL  
RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE LICITAÇÃO 36/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2020

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2020, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Obra de construção de sala na escola Hélio Anjos Ortiz no Monte Alegre.

Vencimento: 19/08/2020 as 14:00 (quatorze horas), teve seu adiamento da licitação para o dia 21 de AGOSTO de 2020 às 14:00 horas.

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: [www.saocristovao.sc.gov.br](http://www.saocristovao.sc.gov.br) ou pelo e-mail: [toniel@saocristovao.sc.gov.br](mailto:toniel@saocristovao.sc.gov.br). SISI BLIND - Prefeita Municipal

# São Domingos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1158 DE 04 DE AGOSTO 2020

Publicação Nº 2592156

DECRETO Nº 1158, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre exoneração de Cargo Efetivo de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

- Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 14498, na data de 04 de agosto de 2020, através do qual o servidor, solicitou exoneração do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, deste município;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido ao servidor público municipal, Rodrigo José Bilico, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogada a portaria nº 689, de 01 de abril de 2019 no que diz respeito ao servidor.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 04, de agosto de 2020.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### LEI N. 1894 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2592688

LEI N. 1894 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL DE ÁREA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, REGISTRADA NA MATRÍCULA IMOBILIÁRIA Nº 6.575.

A PREFEITA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A área objeto da regularização fundiária urbana, de propriedade do Município de São Domingos, registrada na matrícula imobiliária nº 6.575 (Anexo 06) encontra-se representada no Mapa 01 - Situação da Matrícula Imobiliária (Anexo 01) desta Lei, com as seguintes confrontações: Ao Norte: com a Rua 15 de Novembro, em 117,00m, Ao Sul: com o lote 01 de Eva Candido Fragata (matrícula imobiliária nº 8.888) em 12,00m, com o lote 02 de João A. Guerreira de Andrade (matrícula imobiliária nº 8.889), em 12,00m, com o lote 03 de Trindade Corvalan de Oliveira (matrícula imobiliária nº 8.890), em 12,00m, com o lote 04 de Alice Maria de Jesus Vargas Ramos (matrícula imobiliária nº 8.891), em 12,00m, com o lote 05 de Osvaldo Guerreiro de Andrade (matrícula imobiliária nº 8.892), em 12,00m, com o lote 06 de Município de São Domingos (matrícula imobiliária nº 9.311), em 15,94m, com o lote 07 (utilidade pública) de Município de São Domingos (matrícula imobiliária nº 9.312), em 60,06m, Ao Leste: com Área de Preservação Permanente do Rio Bonito, em 58,12m, Ao Oeste: com a Rua Curitiba, em 54,21m.

Art. 2º O Poder Executivo fica autorizado a aprovar o parcelamento de solo, para fins de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social do Loteamento Reviver, com padrões urbanísticos específicos, contendo área para uso público e áreas destinadas para habitação, representados no Mapa 02 - Projeto Urbanístico (Anexo 02) desta Lei e demonstradas no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO DAS ÁREAS	Área (m2)	(%)
Área de Lotes para Habitação	4.769,12	69,05
Área do Sistema Viário	1.337,15	19,36
Área Verde	800,27	11,59
Total	6.906,54	100%

Art. 3º Fica autorizada a aprovação de parcelamento do solo, para fins de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social do Loteamento Reviver, nos termos do artigo 11 §1º da Lei Federal nº 13.465 de 11 de julho de 2017, com as seguintes diretrizes urbanísticas mínimas indicadas no Mapa 02 - Projeto Urbanístico (Anexo 02) que faz parte desta Lei:

I – 141,91m² (cento e quarenta e um vírgula noventa e um metros quadrados) para área de lotes;

II – 9,50m (nove vírgula cinquenta metros) para testada de lotes;

III – 9,00m (nove metros) para largura mínima da via pública.

Art. 4º Fica autorizada a dispensa de área destinada à Área Institucional do loteamento em virtude da situação consolidada no local, nos termos do artigo 11 §1º da Lei Federal nº 13.465 de 11 de julho de 2017.

Parágrafo único - Fica instituída e gravada como Área Verde do loteamento o Lote 12 da Quadra 55-B, com área de 800,27m² constante no Mapa 02 - Projeto Geométrico (Anexo 02) e Memorial Descritivo (Anexo 05), averbando tal condição na matrícula do imóvel.

Art. 5º Fica autorizado o recebimento da infraestrutura existente no Loteamento Reviver nas condições em que se encontra, cabendo ao Poder Público Municipal implementar a infraestrutura essencial faltante e prevista no Projeto de Regularização Fundiária Urbana, nos termos do artigo 37 da Lei Federal nº 13.465 de 11 de julho de 2017.

Art. 6º A regularização das edificações existentes sobre os lotes indicadas e cadastradas no Mapa 03 – Localização das Edificações (Anexo 03) e que faz parte desta Lei poderá ser realizada em momento posterior, conforme autoriza o artigo 30 §3º do Decreto Federal nº 9.310 de 15 de março de 2018.

Art. 7º Fazem parte integrante desta Lei: Mapa 01 – Situação da Matrícula Imobiliária (Anexo 01); Mapa 02 - Projeto Urbanístico (Anexo 02); Mapa 03 – Localização das Edificações (Anexo 03); Mapa 04 – Levantamento Planialtimétrico (Anexo 04); Memorial Descritivo (Anexo 05); Matrícula Imobiliária nº 6.575 (Anexo 06).

Art. 8º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos, 05 de agosto de 2020.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

## LEI Nº 1895 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2592689

LEI Nº 1895 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e esta sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 904.000,0 (novecentos e quatro mil reais) no orçamento do exercício de 2020 para as seguintes programações de despesas:

07.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
15.451.1009.1.014 – Pavimentação de Vias, Passeios e Praças Públicas				
Classificação	Descrição		Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas		01.0068	450.000,00
07.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
15.452.1009.2013 – Man. Das Atividades da Sec. De Transportes, Obras e Serviços Públicos				
Classificação	Descrição		Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas		01.1024	100.000,00
04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes				
27.812.1011.1.032 – Construção, Amp., Reforma e Manutenção de Unidades Desportivas do Município				
Classificação	Descrição		Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas		01.1024	150.000,00

10.00 – Fundo Municipal de Saúde				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Ações de Saúde do Município				
Classificação	Descrição		Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas		01.0063	150.000,00
449000000	Aplicações Diretas		01.0089	27.000,00
449000000	Aplicações Diretas		03.0000	27.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados os seguintes recursos:

I – Provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 01.1024 – Transferência de Convênios - Outros Estado, no valor de R\$ 100.000,00, Relativo a Emenda Estadual nº 1364;

II – Provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 01.1024 – Transferência de Convênios - Outros Estado, no valor de R\$ 150.000,00, Relativo a Emenda Estadual nº 1140;

III – Provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 01.0063 – Transferências de Convênios – Estado/Saúde, no valor de R\$ 150.000,00, Relativo a Emenda Estadual nº 704;

IV - Provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 01.0068 – Outras Transferências Constitucionais e Legais, no valor de R\$ 450.000,00, Relativo ao valor recebido da CASAN;

V - Superávit Financeiro da Fonte de Recursos 01.0089 – Superávit Financeiro Alienação de Bens destinado outros programas, no valor de 27.000,00;

VI - Superávit Financeiro da Fonte de Recursos 03.0000 – Superávit Financeiro Recursos Próprios, no valor de 27.000,00;

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

São Domingos (SC), 05 de agosto de 2020.

Eliéze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

## LEI Nº 1896 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2592690

LEI Nº 1896 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

INSTITUI O MÊS JUNHO VERMELHO, DEDICADO À REALIZAÇÃO DE CAMPANHA DE INCENTIVO À DOAÇÃO DE SANGUE, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELIEZE COMACHIO, Prefeita Municipal de São Domingos - SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Institui o mês Junho Vermelho, dedicado à realização de campanha de incentivo a doação de sangue, no âmbito do Município de São Domingos, priorizando:

I – a conscientização da população sobre a importância da doação de sangue;

II – o estímulo à realização da doação de sangue;

III – o incentivo aos órgãos da Administração Pública Municipal, empresas, entidades de classe, associações, federações e à sociedade civil organizada para se engajarem nas campanhas de incentivo.

Art. 2º O mês de junho vermelho passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 3º O mês de junho vermelho terá por objetivo conscientizar a população através de procedimentos informativos, educativos, organizativos, palestras, audiência pública e conferências, a fim de que sociedade possa conhecer melhor o assunto e debater sobre iniciativas de apoio à doação de sangue.

4º Poderá o Poder Executivo Municipal firmar parcerias com a iniciativa pública ou privada, pessoas físicas ou jurídicas, entidades religiosas e universidades, para a realização e organização do “Junho Vermelho”.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Domingos (SC), 05 de agosto de 2020.

Eliéze Comachio  
Prefeita Municipal

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### CT- JULHO

Publicação Nº 2591602

EXTRATO CONTRATUAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE DE SAO FRANCISCO DO SUL

Contrato Nº.: 03/2020  
Contratante...: SAMAE DE SAO FRANCISCO DO SUL  
Contratada....: FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UNIODONTO CATARINENSE  
Valor: R\$ 19.995,84  
Processo Administrativo: 02/2019  
Assinatura 17/07/2020  
Objeto ..... : 1º TERMO ADITIVO PARA RENOVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA ODONTOLÓGICA ATRAVÉS DE PLANO DE SAÚDE PARA OS SERVIDORES DO SAMAE E SEUS DEPENDENTES, CONFORME LEI 1042/10 E SOLICITAÇÃO CONFORME SOLICITAÇÃO DO CHEFE DE RH MURILO AMORIM. (Licitação Nº : 2/2019-PR).  
Hilton Rodrigo Schetz  
Diretor Presidente do SAMAE

### DECRETO Nº 3.414/2020

Publicação Nº 2592735

DECRETO Nº 3.414, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.  
DÁ CONTINUIDADE À ADOÇÃO PROGRESSIVA DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL.  
O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensos o atendimento ao público nos equipamentos públicos da administração direta e indireta do Município de São Francisco do Sul no período de 10 de agosto a 21 de agosto de 2020, mantendo-se o funcionamento apenas dos serviços públicos essenciais.

Art. 2º O parágrafo único do art. 7º do Decreto Municipal nº 3.394, de 14 de julho de 2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Os estabelecimentos previstos no inc. I poderão, sem atendimento presencial e portas fechadas, atender por meio de delivery até 23 horas, sendo permitido apenas a permanência de clientes que estiverem no estabelecimento antes do horário de encerramento para que possam finalizar as respectivas refeições. "

Art. 3º Ficam mantidas as demais disposições contidas no Decreto Municipal nº 3.394, de 14 de julho de 2020 e alterações.

Art. 4º Ficam mantidas as disposições contidas na Resolução nº 001, de 13 de julho de 2020, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 6 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 004/2020 – AGENTE DE OBRAS E SERVIÇO

Publicação Nº 2591503

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001  
DO PROCESSO SELETIVO 004/2020

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul considerando a necessidade de manutenção de serviços públicos essenciais convoca o(s) candidato(s) classificado(s) conforme necessidade para preenchimento de vagas do Processo Seletivo nº 004/2020, a se apresentar no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar de 05 de Agosto 2020, na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, sito a Praça Dr. Getúlio Vargas – nº 01, Centro, no horário 08h30 às 13h30, munidos da documentação conforme edital para contratação.

Sendo que, maiores informações poderão ser obtidas através do fone (47) 3471-2242.

Função: AGENTE DE OBRAS E SERVIÇO

Classificação	Nome	Inscrição	Pontuação
1º	VALDEMIR NOGUEIRA DA SILVA	17052/2020	21,0
2º	WILLIAM EMANOEL RAMOS	16989/2020	21,0

São Francisco do Sul – SC, 04 de Agosto de 2020.

Maria José Costa  
Secretária Municipal de Administração e  
Gestão de Pessoas

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO 010 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 009/2018 – GUARDA DE SEGURANÇA

Publicação N° 2591506

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 010  
DO PROCESSO SELETIVO 009/2018

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul considerando a necessidade de manutenção de serviços públicos essenciais, convoca o(s) candidato(s) classificado(s) dentro do número de vagas oferecidas no Processo Seletivo n° 009/2018, a se apresentarem no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar de 05 de Agosto 2020, na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, sito a Praça Dr. Getúlio Vargas – n° 01, Centro, no horário das 08h00 às 13:30hs, munidos da documentação para contratação, em caráter temporário. Sendo que, maiores informações poderão ser obtidas através do fone (47) 3471-2242.

Função: GUARDA DE SEGURANÇA

Classificação	Nome	Inscrição	Pontuação
17º	PAULO ROBERTO GOMES	026 - C	8,0
18º	VALDECIR VIEIRA	009	8,0
19º	LUCIANO FERREIRA	040	8,0

São Francisco do Sul, 04 de Agosto de 2020.

Maria José Costa  
Secretária Municipal de Administração e  
Gestão de Pessoas

## PORTARIA N° 16.558/2020

Publicação N° 2591871

PORTARIA n° 16.558, de 4 de agosto de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE Administração e Gestão de Pessoas de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso IX e art. 84, inciso II, toda da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Decreto Municipal n° 3.400/2020, e o requerido no Processo n° 17635/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - CORRIGIR o número de inscrição do CPF de ODAIR DE OLIVEIRA MACHADO CELESTINO, constante no art. 1º da Portaria n° 11.045, de 3 de julho de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - ENQUADRAR no cargo denominado Agente de Obras e Serviços, nível 03 por tempo de serviço, o servidor ODAIR DE OLIVEIRA MACHADO CELESTINO, matrícula funcional n° 787247.0-01, inscrito no CPF sob o n° 351.695.329-20, de acordo com a Lei Complementar Municipal n° 55, de 22 de maio de 2014, a partir de 3 de julho de 2014.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 4 de agosto de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA  
Secretário Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM n° \_\_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 16.559/2020**

Publicação Nº 2591874

PORTARIA nº 16.559, de 5 de agosto de 2020.

A Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas e a Diretora Presidente da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "a", todos da Lei Orgânica do Município; de acordo com a Lei Complementar n. 72, de 10 de julho de 2015; e de acordo com o Decreto n. 3.400/2020, conforme Requerimento nº 005/2020/IPRESF

**RESOLVEM:**

Art. 1º CONCEDER Aposentadoria Voluntária por Idade, conforme art. 40, §1º, inciso III, "b", da CF 1988, c/c art. 24 e 50 da Lei Complementar Municipal nº 72, de 10 de julho de 2015, à servidora ODAIR DE OLIVEIRA MACHADO CELESTINO, matrícula n. 7872470, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras e Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, de São Francisco do Sul, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição calculados na forma do art. 50, da Lei Complementar nº 72/2015, que serão pagos pela Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 31, inciso V, da Lei Complementar n.º 8/2003.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de agosto de 2020.

São Francisco do Sul - SC, 5 de agosto de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA  
Secretária Municipal de Administração  
e Gestão de Pessoas

BEATRIS DIRCELHA DOS SANTOS  
Diretora Presidente do IPRESF

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 16.560/2020**

Publicação Nº 2591985

PORTARIA nº 16.560, de 5 de agosto de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, com o Decreto nº 3.400/2020, e de acordo com a Resolução Conjunta nº 003, de 3 de abril de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Finanças e da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e Decreto Municipal nº 3.308/2020, e considerando a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificou como pandemia a doença causada pelo Novo Coronavírus (Covid-19), e as orientações emanadas do Ministério da Saúde; considerando a necessidade de preservar a integridade física e a saúde dos servidores públicos municipais, bem como da população francisquense; considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus responsável pelo surto de 2019; e considerando o disposto no art. 5º da Resolução Conjunta nº 003/2020,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER férias, pelo período abaixo relacionado, à proporção de 50% do pessoal que compõem a Administração Pública Municipal, conforme segue:

**I – Agentes Comunitários de Saúde:**

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
ADRIANA MICHELI DE FARIAS	Sim	2018/2019	26/06/2020-25/07/2020	30 dias
ANA LILIA NUNES SKROCH	Sim	2018/2019	03/08/2020-01/09/2020	30 dias
CINTIA FONSECA FIALHO DA COSTA	Sim	2019/2020	03/08/2020-01/09/2020	30 dias
DEISE LIMA E SILVA	Sim	2019/2020	03/08/2020-01/09/2020	30 dias
ELISA REGINA BARBOSA DO ROSARIO	Sim	2009/2010	03/08/2020-01/09/2020	30 dias
ESMAELA FERNANDES PINTO	Sim	2019/2020	03/08/2020-01/09/2020	30 dias
IARACY CABRAL DOS SANTOS	Sim	2018/2019	03/08/2020-01/09/2020	30 dias
INES PEREIRA DA CONCEIÇÃO	Sim	2019/2020	03/08/2020-01/09/2020	30 dias
IRENE STEFANOVSKI	Sim	2019/2020	03/08/2020-01/09/2020	30 dias
KARINA MARTINS CABRAL	Sim	2018/2019	03/08/2020-01/09/2020	30 dias
KATIA MARIA PAES ENGLER	Sim	2018/2019	03/08/2020-01/09/2020	30 dias
KATIUCIA OLGA FLORES	Sim	2018/2019	03/08/2020-01/09/2020	30 dias

LEATRICE RODRIGUES DOS SANTOS	Sim	2019/2020	03/08/2020-01/09/2020	30 dias
MARLENE DUTRA	Sim	2019/2020	03/08/2020-01/09/2020	30 dias
MILENE PINTO ROCHA	Sim	2019/2020	03/08/2020-01/09/2020	30 dias
RENATA LIMONI	Sim	2018/2019	03/08/2020-01/09/2020	30 dias
ROSELI ARINS MACEDO	Sim	2018/2019	03/08/2020-01/09/2020	30 dias
FABIANY CRISTINE BUERI	Sim	2019/2020	03/08/2020-01/09/2020	30 dias
IVONILDA IZABEL VIEIRA DA FONSECA	Sim	2019/2020	03/08/2020-01/09/2020	30 dias
IOMERY CABRAL	Sim	2018/2019	03/08/2020-01/09/2020	30 dias

PORTARIA nº 16.560, de 5 de agosto de 2020.

Art. 2º - Os Agentes Comunitários de Saúde que fazem jus a percepção do terço constitucional de férias, receberão em regime de programação financeira, de acordo com ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 5 de agosto de 2020.

JEFFERSON PACHECO DE MORAES  
Secretário Municipal Interino

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

## PORTARIA Nº 16.561/2020

Publicação Nº 2591989

PORTARIA nº 16.561, de 5 de agosto de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, com o Decreto nº 3.400/2020, e de acordo com a Resolução Conjunta nº 003, de 3 de abril de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Finanças e da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e Decreto Municipal nº 3.308/2020, e considerando a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificou como pandemia a doença causada pelo Novo Coronavírus (Covid-19), e as orientações emanadas do Ministério da Saúde; considerando a necessidade de preservar a integridade física e a saúde dos servidores públicos municipais, bem como da população francisquense; considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus responsável pelo surto de 2019; e considerando o disposto no art. 5º da Resolução Conjunta nº 003/2020,

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias pelo período abaixo relacionado a cada servidor, na proporção de 50% dos servidores dos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal, conforme segue:

#### I – Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
ADRIANE LOPES DA SILVA	Sim	2019/2020	03/08/2020-01/09/2020	30 dias
ALMIR ATANASIO DA SILVA	Sim	2019/2020	03/08/2020-01/09/2020	30 dias

#### II – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
NOERCIO J. CADENA NOGUEIRA	Sim	2017/2018	10/08/2020-08/09/2020	30 dias

Art. 2º - Os servidores que fazem jus a percepção do terço constitucional de férias, receberão em regime de programação financeira, de acordo com ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 5 de agosto de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA  
Secretária Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 16.562/2020**

Publicação Nº 2591993

PORTARIA nº 16.562, de 5 de agosto de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 78 da Lei Complementar nº 8/2003 e com o Decreto nº 3.400/2020, e de acordo com o Processo nº 16413/2020,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER à servidora ADRIANA MARIA CARDOSO DOS SANTOS COSTA,, matrícula nº 582123, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Executivo, Auxílio Escolar para o Curso de Pós-graduação em Educação Infantil e Anos Iniciais, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, a partir de 9 de julho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 9 de julho de 2020.

São Francisco do Sul - SC, 5 de agosto de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA  
Secretária Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 16.563/2020**

Publicação Nº 2591996

PORTARIA nº 16.563, de 5 de agosto de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, com o Decreto nº 3.012/2018, e de acordo o art. 78, da Lei Complementar nº 8/2003, e com o Processo nº 15711/2020,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CANCELAR, a pedido, os efeitos da Portaria nº 13.619, de 22 de dezembro de 2016, que concedeu Auxílio Escolar à servidora Kely Machado, matrícula nº 7992408, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Executivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 5 de agosto de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA  
Secretária Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**RESOLUÇÃO 002 DE 2020 FÓRUM - COMISSÃO**

Publicação Nº 2591610

RESOLUÇÃO CMAS nº 002, de 17 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre a Criação da Comissão Provisória para a Organização e Realização do I Fórum dos Usuários do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de São Francisco do Sul.

O Conselho Municipal da Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1758/15 e;

Considerando: o Decreto Municipal nº 2491, de 21 de setembro de 2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º APROVAR, em reunião ordinária do Conselho Municipal da Assistência Social, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2020 a Criação da Comissão Provisória para a Organização e Realização do I Fórum dos Usuários, ficando assim constituída:

- a) Alexandre Deucher - Presidente
- b) Hélio Vaz - Relator
- c) Taine de Oliveira
- d) Geraldo Luciano Nascimento

e) Paulo Cesar Pereira

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Cesar Pereira  
Presidente do CMAS  
Resolução nº 01, de 17 de fevereiro de 2020.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

## RESOLUÇÃO 003 DE 2020 REPROGRAMAÇÃO DE SALDO

Publicação Nº 2591612

RESOLUÇÃO CMAS nº 003, de 17 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre a Reprogramação Parcial de Recursos do FEAS/SC e FNAS – Exercício 2019 e dá outras providências:

O Conselho Municipal da Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Municipal nº 1758/2015 que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO: a deliberação em reunião ordinária do CMAS, do dia 17 de fevereiro de 2020, com registro na Ata nº 001/2020;

CONSIDERANDO: que a reprogramação de recursos do FEAS/SC – Exercício 2019.

CONSIDERANDO: que a reprogramação de recursos do FNAS – Exercício 2019.

CONSIDERANDO: que há saldos no FEAS/SC e FNAS a serem reprogramados posteriormente, sendo que estão sendo aprovados conforme as necessidades de seu uso visando a otimização da sua aplicação;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Reprogramação Parcial de Recursos do FEAS/SC e FNAS – Exercício 2019, conforme planilha em anexo apresentada em reunião e aprovada por este colegiado;

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Cesar Pereira  
Presidente do CMAS  
Resolução nº 01, de 17 de fevereiro de 2020.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

DESPESAS PARA O EXERCÍCIO (2020) A EXECUTAR COM SALDO DE REPROGRAMAÇÃO, PREVISTO EM CONSUMO (Mat. de Consumo e Serv. de Terc. Pes. Fis. e Jurídica)

CREDOR/OBJETO	DESTINAÇÃO	P.P./COMPRA DIRETA	ORIGEM RECURSO	Elemento de Despesa	VALOR CFE REFERENCIA. DE PREÇO DE MERCADO - 03 ORÇAMENTOS
Telhas para reparo de todo telhado do CRAS DO Rocio Grande	CRAS ROCIO GRANDE	compra direta	36.100	339030	R\$ 13.000,00
Carga de Gás de Cozinha P13	CRAS	30 UNID	36.100	339030	R\$ 2.100,00
Carga de Gás de Cozinha P13	CREAS	10 UNID	33.503	339.030	R\$ 700,00
Carga de Gás de Cozinha P13	Casa Abrigo	40 UNID	33.503	339030	R\$ 2.800,00
Botijão para Gás de Cozinha (vasilhame)	CREAS e Casa Abrigo	02 unid		449052	R\$ 400,00
Botijão para Gás de Cozinha (vasilhame)	CRAS	03 UNID		449052	R\$ 600,00
TOTAL					R\$ 19.600,00

**RESOLUÇÃO 005 DE 2020 COFINANCIAMENTO**

Publicação N° 2591634

RESOLUÇÃO nº 005, de 16 de abril de 2020.

Dispõe sobre a Aprovação do Plano de Trabalho para o Cofinanciamento pelo Fundo Estadual de Assistência Social Básica e Especial de Média Complexidade, para o exercício de 2020 e dá outras providências:

O Conselho Municipal da Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.758/15 e;

CONSIDERANDO: a deliberação em reunião ordinária do CMAS, do dia 16 de abril de 2020, com registro na Ata nº 002/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Trabalho, em anexo, para o Cofinanciamento pelo Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS/SC, dos serviços de Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade, para o ano de 2020;

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Cesar Pereira

Presidente do CMAS

Decreto nº 3.294, de 17 de fevereiro de 2020.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

**RESOLUÇÃO 006 DE 2020 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO**

Publicação N° 2591635

RESOLUÇÃO nº 006, de 16 de abril de 2020.

Dispõe sobre a Aprovação de Projeto para Aquisição de Veículo – Emenda Parlamentar e dá outras providências:

O Conselho Municipal da Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.758/15 e;

CONSIDERANDO: a deliberação em reunião ordinária do CMAS, do dia 16 de abril de 2020, com registro na Ata nº 002/2020;

CONSIDERANDO: a grande importância e necessidade do recebimento desse veículo para a Associação de Pais e Amigos Excepcionais de São Francisco do Sul/SC;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Projeto para Aquisição de Veículo através do SICONV para a Associação de Pais e Amigos Excepcionais de São Francisco do Sul/SC, conforme Declaração em anexo.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Cesar Pereira

Presidente do CMAS

Decreto nº 3.294, de 17 de fevereiro de 2020.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

**RESOLUÇÃO 007 DE 2020 COFINANCIAMENTO**

Publicação N° 2591638

RESOLUÇÃO nº 007, de 29 de maio de 2020.

Dispõe sobre a Aprovação do Plano de Trabalho para o Cofinanciamento pelo Fundo Estadual de Assistência Social Básica e Especial de Média Complexidade, referente à 2ª e 3ª parcela para o exercício de 2020 e dá outras providências:

O Conselho Municipal da Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.758/15 e;

CONSIDERANDO: a deliberação em reunião ordinária do CMAS, do dia 29 de maio de 2020, com registro na Ata nº 003/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Trabalho, em anexo, para o Cofinanciamento pelo Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS/SC, dos serviços de Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade, referente à 2ª e 3ª parcela para o ano de 2020;

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Cesar Pereira  
Presidente do CMAS  
Decreto nº 3.294, de 17 de fevereiro de 2020.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

## RESOLUÇÃO 008 DE 2020 DIRETORIA

Publicação Nº 2591640

RESOLUÇÃO CMAS nº 008, de 29 de abril de 2020.

Dispõe sobre a composição da Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de São Francisco do Sul, mandato 2019/2020.

O Conselho Municipal da Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1758/15 e;

Considerando: o Decreto Municipal nº 2491, de 21 de setembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, em reunião ordinária do Conselho Municipal da Assistência Social, realizada no dia 29 de maio de 2020 a composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social de São Francisco do Sul para o mandato 2019/2020, ficando assim constituída:

- a) Presidente: (...)
- b) Vice-Presidente: Liliana A. Filgueiras (NR)
- c) Secretário Geral: Hélio Vaz (NR)

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Cesar Pereira  
Presidente do CMAS  
Decreto nº 3.294 de 17 de fevereiro de 2020.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

## RESOLUÇÃO 009 DE 2020 RECURSO DIÁRIA

Publicação Nº 2591643

RESOLUÇÃO CMAS nº 009, de 29 de abril de 2020.

Dispõe sobre a aprovação de Recurso para urgências e emergências dos atendimentos dos equipamentos da Assistência Social de São Francisco do Sul.

O Conselho Municipal da Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1758/15 e;

Considerando: o Decreto Municipal nº 2491, de 21 de setembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, em reunião extraordinária do Conselho Municipal da Assistência Social, realizada no dia 25 de junho de 2020, o recurso no valor de R\$5.000,00, para urgências e emergências dos atendimentos nos equipamentos da Assistência Social de São Francisco do Sul.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Cesar Pereira  
Presidente do CMAS  
Decreto nº 3.294 de 17 de fevereiro de 2020.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

## RESOLUÇÃO 010 DE 2020 REPROGRAMAÇÃO DO FMAS

Publicação Nº 2591645

RESOLUÇÃO CMAS nº 010, de 25 de junho de 2020.

Dispõe sobre a Reprogramação Parcial do FMAS – Exercício de 2019 e dá outras providências:

O Conselho Municipal da Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1758/15 e;

Considerando: o Decreto Municipal nº 2491, de 21 de setembro de 2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º APROVAR, em reunião extraordinária do Conselho Municipal da Assistência Social, realizada no dia 25 de junho de 2020, a Reprogramação Parcial do FMAS, no exercício de 2019, para pagamento das gratificações das Coordenações e Técnicos da Assistência Social, em torno de R\$11.000,00 mensais.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Cesar Pereira  
Presidente do CMAS  
Decreto nº 3.294 de 17 de fevereiro de 2020.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

**RESOLUÇÃO 011 DE 2020 PLANO DE AÇÃO DO COVID**

Publicação Nº 2591646

RESOLUÇÃO CMAS nº 011, de 15 de julho de 2020.

Dispõe sobre a Aprovação do Plano de Ação – COVID 19 e dá outras providências:

O Conselho Municipal da Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1758/15 e;

Considerando: o Decreto Municipal nº 2491, de 21 de setembro de 2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º APROVAR, em reunião ordinária do Conselho Municipal da Assistência Social, realizada no dia 15 de julho de 2020, o Plano de Ação – COVID 19, sendo o valor do Aceite R\$528.000,00.

R\$105.023,02 – Para aquisição de Equipamento de Proteção Individual – EPI – que poderá ser utilizado na compra de: máscaras, aventais, tocas, óculos, luvas, álcool 70 % entre outros EPI.

R\$115.945,40 – Para aquisição de alimentos ricos em proteínas para idosos e pessoas com deficiência usuários do SUAS, sendo possível a aquisição de outros alimentos desde que não sejam somente para itens da cesta básica.

R\$307.031,58 – Para atender os serviços socioassistenciais que demandem atenção em questão a pandemia causada pelo COVID 19.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Cesar Pereira  
Presidente do CMAS  
Decreto nº 3.294 de 17 de fevereiro de 2020.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

**RESOLUÇÃO 012 DE 2020 PLANO DE AÇÃO DO COVID BE**

Publicação Nº 2591649

RESOLUÇÃO CMAS nº 012, de 15 de julho de 2020.

Dispõe sobre a Aprovação do Plano de Ação – COVID 19, exclusivo para benefícios eventuais no valor de R\$76.530,60 e dá outras providências:

O Conselho Municipal da Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1758/15 e;

Considerando: o Decreto Municipal nº 2491, de 21 de setembro de 2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º APROVAR, em reunião ordinária do Conselho Municipal da Assistência Social, realizada no dia 15 de julho de 2020, o Plano de Ação – COVID 19, exclusivo para benefícios eventuais no valor de R\$76.530,60.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Cesar Pereira  
Presidente do CMAS  
Decreto nº 3.294 de 17 de fevereiro de 2020.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

**RESOLUÇÃO 013 DE 2020 ACEITE DA 2ª PARCELA-1**

Publicação Nº 2591650

RESOLUÇÃO CMAS nº 013, de 15 de julho de 2020.

Dispõe sobre a Aprovação do aceite da 2ª parcela para aquisição de EPI – COVID 19 no valor de R\$ 52.500,00 e dá outras providências:

O Conselho Municipal da Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1758/15 e;

Considerando: o Decreto Municipal nº 2491, de 21 de setembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, em reunião ordinária do Conselho Municipal da Assistência Social, realizada no dia 15 de julho de 2020, o Aceite da 2ª parcela para aquisição de EPI – COVID 19, no valor de R\$52.500,00.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Cesar Pereira

Presidente do CMAS

Decreto nº 3.294 de 17 de fevereiro de 2020.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

**RESOLUÇÃO 014 DE 2020 PRORROGAÇÃO DO FÓRUM-1**

Publicação Nº 2591653

RESOLUÇÃO CMAS nº 014, de 15 de julho de 2020.

Dispõe sobre a Prorrogação do mandato do CMAS – gestão 2018/2020 pelo período de oito meses, devido ao COVID-19 e dá outras providências:

O Conselho Municipal da Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1758/15 e;

Considerando: o Decreto Municipal nº 2491, de 21 de setembro de 2016;

Considerando: o Decreto Estadual nº 521, de 19 de março de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, em reunião ordinária do Conselho Municipal da Assistência Social, realizada no dia 15 de julho de 2020, a prorrogação do mandato do CMAS – gestão 2018/2020 pelo período de oito meses, devido ao COVID-19.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Cesar Pereira

Presidente do CMAS

Decreto nº 3.294 de 17 de fevereiro de 2020.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

**RESOLUÇÃO 015 DE 2020 CRONOGRAMA**

Publicação Nº 2591656

RESOLUÇÃO CMAS nº 015, de 15 de julho de 2020.

Dispõe sobre a alteração da Resolução nº 027 de 18 de novembro de 2019 e dá outras providências:

O Conselho Municipal da Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1758/15 e;

Considerando: o Decreto Municipal nº 2491, de 21 de setembro de 2016;

Considerando: o Decreto Estadual nº 521, de 19 de março de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, em reunião ordinária do Conselho Municipal da Assistência Social, realizada no dia 15 de julho de 2020, o calendário de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social, sendo que anteriormente estava sendo realizadas as reuniões do CMAS na Secretaria Municipal de Assistência Social, e atualmente estão sendo realizadas através de Web Conferência, sendo disponibilizado o link de acesso ao cronograma.

Art. 2º – O cronograma de reuniões do CMAS, no momento dessa pandemia fica assim constituído:

CRONOGRAMA DE REUNIÕES ORDINÁRIAS CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
MÊS	DIA	HORÁRIO	LOCAL
Fevereiro	17	09H	Secretaria de Assistência Social
Março	16	09H	<a href="https://join.skype.com/MIEnOhS-N6EUa">https://join.skype.com/MIEnOhS-N6EUa</a>
Abril	20	09H	<a href="https://join.skype.com/MIEnOhS-N6EUa">https://join.skype.com/MIEnOhS-N6EUa</a>
Mai	18	09H	<a href="https://join.skype.com/MIEnOhS-N6EUa">https://join.skype.com/MIEnOhS-N6EUa</a>
Junho	15	09H	<a href="https://join.skype.com/MIEnOhS-N6EUa">https://join.skype.com/MIEnOhS-N6EUa</a>
Julho	20	09H	<a href="https://join.skype.com/MIEnOhS-N6EUa">https://join.skype.com/MIEnOhS-N6EUa</a>
Agosto	17	09H	<a href="https://join.skype.com/MIEnOhS-N6EUa">https://join.skype.com/MIEnOhS-N6EUa</a>
Setembro	21	09H	<a href="https://join.skype.com/MIEnOhS-N6EUa">https://join.skype.com/MIEnOhS-N6EUa</a>
Outubro	19	09H	<a href="https://join.skype.com/MIEnOhS-N6EUa">https://join.skype.com/MIEnOhS-N6EUa</a>
Novembro	16	09H	<a href="https://join.skype.com/MIEnOhS-N6EUa">https://join.skype.com/MIEnOhS-N6EUa</a>
Dezembro	14	09H	<a href="https://join.skype.com/MIEnOhS-N6EUa">https://join.skype.com/MIEnOhS-N6EUa</a>

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Cesar Pereira  
Presidente do CMAS  
Decreto nº 3.294 de 17 de fevereiro de 2020.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

## RESOLUÇÃO 04 DE 2019 PC

Publicação Nº 2591629

RESOLUÇÃO 004, de 16 de abril de 2020.

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social referente ao exercício 2019 e dá outras providências:

O Conselho Municipal da Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 1758/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, em reunião ordinária realizada no dia 16 de abril de 2020, com registro na Ata nº 002/2020, a Prestação de Contas dos Recursos financeiros alocados no FMAS, pelas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal) referente ao exercício de 2019.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Cesar Pereira  
Presidente do CMAS  
Decreto nº 3.294, de 17 de fevereiro de 2020.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

## TP 077-2020

Publicação Nº 2591453

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei 8.666/93, e suas modificações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará o procedimento licitatório abaixo:

LICITAÇÃO Nº 077-2020 – TOMADA DE PREÇOS – Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de Reforma do Trapiche junto à Praça Gorresen, rua Marechal Floriano

Peixoto, Centro Histórico, no município de São Francisco do Sul, conforme especificações descritas no Projeto Executivo e Memorial Descritivo, conforme Anexo VIII

DATA/HORÁRIO DE ENTREGA: 24/08/2020 às 08:30 hs.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 24/08/2020 às 09:00 hs .

O Edital completo e maiores informações poderão ser obtidas diariamente, de segunda a sexta-feira, na Secretaria Municipal de Administração, Setor de Licitações, à Praça Dr. Getúlio Vargas, 01, Centro, São Francisco do Sul, no horário das 08:00 às 14:00hs ou no site [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)

São Francisco do Sul, 04 de agosto de 2020.

Maria José da Costa

Secretária Municipal de Administração

# São João Batista

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL N° 3.985/2020

Publicação N° 2592278

Lei Municipal 3.985, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

Autoriza o Poder Executivo Municipal receber, com encargos, parte de imóvel urbano situado no bairro Tajuba I, como forma de desapropriação amigável.

O Prefeito do Município de São João Batista faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a desapropriação amigável de parte de um imóvel urbano, situado à Rua Leonel Boratti, bairro Tajuba I, em São João Batista – SC, de propriedade de GENTIL MAFESSOLI e sua esposa EROTIDES INÁCIA MAFESSOLI, com área de 2.853,60 m2, encravada em uma área maior registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São João Batista sob a matrícula nº 4.221.

Art. 2º A forma de indenização da área desapropriada descrita no art. 1º desta lei, se dará através do recebimento pelo Município, de referido bem como antecipação de área institucional, do loteamento a ser implantando na área maior que engloba digitado patrimônio, por GENTIL MAFESSOLI e sua esposa EROTIDES INÁCIA MAFESSOLI.

Art. 3º Fica ainda autorizado o Município de São João Batista – SC em arcar com os encargos e outras despesas que na eventualidade existirem para a concretização da referida desapropriação e para transferência da área delimitada no art. 1º desta lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal 3.982/2020. São João Batista - SC, 05 de agosto de 2020.

Daniel Netto Cândido  
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/FMAS/2020**

Publicação Nº 2591460

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/8

**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA****Processo Nº.: 8/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 6/2020****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 5/2020**

No dia 5 do mês de Agosto do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.588.933/0001-68, com sede administrativa localizada na RUA TIBURCIO TAURINO BOZZANO, 210, bairro JARDIM SÃO PAULO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 6/2020, Processo Licitatório nº. 8/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
17093	BMI PROSPER EIRELI	1
12380	BRIQJARAGUA COM PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA	2
17210	HERA MEDICAL REPRESENTAÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS L	8
13061	MAYCON WILL EIRELI	7, 9
17211	NACIONAL SAFETY EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI	3
11673	RP COMERCIAL LTDA ME	6

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BMI PROSPER EIRELI	14.012.375/0001-86		
BRIQJARAGUA COM PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA	02.706.629/0001-87		
HERA MEDICAL REPRESENTAÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇO	28.655.764/0001-34		
MAYCON WILL EIRELI	18.712.730/0001-80		
NACIONAL SAFETY EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI	24.402.903/0001-67		
RP COMERCIAL LTDA ME	20.604.417/0001-70		

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11673 - RP COMERCIAL LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	MASCARA N95 OU PFF 2. DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRA.	UN	KSN	1.500,000	3,7000	5.550,00

Fornecedor: 12380 - BRIQJARAGUA COM PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ALCOOL LIQUIDO 70%-GALÃO C/ 5LITROS-PARA LIMPEZA DE DESINFECÇÃO, VIDROS, OBJETOS E AMBIENTES C/ 99% DE EFICÁCIA, LIMPA E DESINFETA DE FORMA RÁPIDA E DIRETA.COM REGISTRO NA ANVISA.	GL	QUIMIDROL	20,000	24,0000	480,00

## ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/8

## FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA

Processo Nº.: 8/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 6/2020

**Fornecedor: 13061 - MAYCON WILL EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	MASCARA TRIPLA DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM 3 CAMADAS, SENDO DUAS EXTERNAS EM NÃO TECIDOS ATÓXICAS, HIPOALEGENICO, INODORO, COM TRATAMENTO REPELENTE AOS REAGENTES LÍQUIDOS, CLIP NASAL DE FÁCIL ADAPTAÇÃO AO CONTO DO ROSTO, COM ELÁSTICOS CONFORTÁVEIS QUE SE AJUSTEM PERFEITAMENTE ATRÁS DAS AURÍCULAS, EMBALAGEM COM 50 UND. DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS	CX	Nobre / Goerd	30,000	26,0000	780,00
9	TOUCA SANFONADA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO BRANCA, CAIXA COM 100 UND.	CX	Nobre / Goerd	15,000	18,0000	270,00

**Fornecedor: 17093 - BMI PROSPER EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ALCOOL GEL ANTISÉPTICO 70%-GALÃO C/5 LITROS- IDEAL PARA HIGIENE DE MÃOS E BRAÇOS. EFICÁCIA CONTRA AS BACTÉRIAS COMPROVADO POR TESTE LABORATORIAL.DERMATOLOGICAMENTE TESTADO.COM REGISTRO NA ANVISA.	GL	SAUBA	30,000	44,9000	1.347,00

**Fornecedor: 17210 - HERA MEDICAL REPRESENTAÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS L**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	PROTETOR FACIAL INCOLOR, 25X25, PROTEÇÃO TOTAL PARA A FACE DO USUÁRIO PARA AJUDAR A PREVENÇÃO DO CONTÁGIO DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS PELA SALIVA E FLUIDOS NASAIS.	UN	ACP	150,000	6,9900	1.048,50

**Fornecedor: 17211 - NACIONAL SAFETY EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	AVENTAL MANGA LONGA, COM ELÁSTICO AJUSTÁVEL, TNT, GRAMATURA 40, POLIPROPILENO, CIRCUNFERENCIA 1,40MT, COMPRIMENTO 1M, POSSUI CINTO.	UN	ARCLAN - RD	100,000	7,9600	796,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 3/8

**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA****Processo Nº.: 8/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 6/2020**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 4/8

**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA****Processo Nº.: 8/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 6/2020****CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 5/8

**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA****Processo Nº.: 8/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 6/2020****CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA**

Página: 6/8  
Processo Nº.: 8/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 6/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA**Página: 7/8  
Processo Nº.: 8/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 6/2020

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 5 de Agosto de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

**Empresas Participantes:**

BM I PROSPER EIRELI CNPJ: 14.012.375/0001-86 \_\_\_\_\_

BRIOJARAGUA COM PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA CNPJ: 02.706.629/0001-87 \_\_\_\_\_

HERA MEDICAL REPRESENTAÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS CNPJ: 28.655.764/0001-34 \_\_\_\_\_

MAYCON WILL EIRELI CNPJ: 18.712.730/0001-80 \_\_\_\_\_

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 8/8

**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA****Processo N°.: 8/2020****PREGÃO ELETRÔNICO N°. 6/2020**

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 5 de Agosto de 2020.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Responsável**

**Empresas Participantes:**

NACIONAL SAFETY EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI CNPJ: 24.402.903/0001-67 \_\_\_\_\_

RP COMERCIAL LTDA ME CNPJ: 20.604.417/0001-70 \_\_\_\_\_

**RESULTADO PRELIMINAR - EDITAL Nº 005/2020 – CHAMADA PÚBLICA - CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A ÁREA DA SAÚDE EM CARÁTER EMERGENCIAL E TEMPORÁRIO PARA O ANO DE 2020**

Publicação Nº 2592635



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
CNPJ 82.925.652/0001-00  
(48) 3265-0195 – rh@sjbatista.sc.gov.br

**EDITAL Nº 005/2020 – CHAMADA PÚBLICA**  
**CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A ÁREA DA SAÚDE EM**  
**CARÁTER EMERGENCIAL E TEMPORÁRIO PARA O ANO DE 2020**

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2020 – Chamada Pública;

CONSIDERANDO o cronograma a ser seguido;

**APRESENTA-SE a publicação do resultado e da ordem preliminar de classificação:**

**Cargo: Médico (40 horas)**

Não houve inscrições

**Cargo: Médico (20 horas)**

Não houve inscrições

**Cargo: Condutor de Ambulância (40 horas)**

Classificação	Nome Completo	Pontuação
1º	ELTON MAYKON FARIA	3,65
2º	JOSÉ EDSON DA SILVA	1,65
3º	EVANDRO ALUIZIO CUCCO	0,60

São João Batista, 05 de agosto de 2020.

**LUIZ HENRIQUE LAURITZEN**

Secretário Municipal de Administração

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA Nº 20/2020

Publicação Nº 2591780

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA Nº 20/2020

PARTE: Fundo Municipal de Saúde

ORIGEM: Pregão Presencial 02/2020

OBJETO: "contratação de prestador de serviço que disponibiliza serviços médicos e hospitalares em obstetrícia (sobre aviso) durante 24 horas nos dias úteis, pontos facultativos, feriados, sábados, domingos junto a unidade hospitalar para atender todas as gestantes do município durante o período de gestação (intercorrências) pré-parto, parto e puerpério."

São João do Oeste –05 de agosto de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

### EXTRADO DO PROCESSO LICITATORIO Nº 51/2020 E CONTRATO Nº 43/2020

Publicação Nº 2591448

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2020 E DO CONTRATO 43/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Superbid Webservices LTDA

ORIGEM: Tomada de preços nº 03/2020

OBJETO: "Contratação de empresa para fornecer recursos de tecnologia da informação visando à promoção e divulgação de leilão público eletrônico e presencial por meio de plataforma de transação via web, para venda de bens do município de São João do Oeste - SC."

VALOR: R\$ 10% do valor arrematado

PRAZO:05.08.2020 até 31.07.2021

São João do Oeste –05 de agosto de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

### PORTARIA 088/2020

Publicação Nº 2591690

#### ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 088 DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

ADMITIR ATRAVÉS DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, SERVIDORA PARA FUNÇÃO ACT DE ENFERMEIRA – ESF E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado do processo seletivo para emprego público nº 001/2019,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Admitir a Sra. MARIELE BECKENKAMP KASPARY, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 5.175.408, inscrita no CPF sob nº 072.345.809-05, para a função ACT de Enfermeira - ESF, pelo regime de 40 horas semanais, conforme a Lei Municipal Nº 1.140/08 de 25 de novembro de 2008, a partir de 04 de agosto de 2020 pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único. A designação de que trata o caput deste artigo é temporária e, em decorrência de afastamento por motivo de doença da titular do cargo e perdurará enquanto a mesma não retornar às suas atividades normais.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 03 de agosto de 2020.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

**PORTARIA 091/2020**

Publicação N° 2591698

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA N° 091 DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a condução de veículos de propriedade do município, pela servidora a seguir identificada:

NOME	CARGO
Mariele Beckenkamp Kaspary	Enfermeira - PSF

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 04 de agosto de 2020.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

# São João do Sul

## PREFEITURA

### ADITIVO 27\_2020\_PREF

Publicação N° 2591674

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO

EXTRATO DE ADITIVO Nº 27/2020/PREF

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2020/PREF

OBJETO: Fica, nos termos do disposto no art. 65, inciso I, alínea "b", §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93, alterando-se os quantitativos/valores dos itens 1.1.1, 1.2.3, 1.1.2, 1.2.1, 1.2.2, 1.2.3, 1.2.4 e 1.2.5 da planilha orçamentária que instrui o Contrato Administrativo nº 37/2020, importando num acréscimo de R\$ 25.777,66 (vinte e cinco mil, setecentos e setenta e sete reais e sessenta e sei centavos), conforme solicitação em anexo, acompanhada de nova planilha orçamentária de composição dos valores contratuais.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: MANENTI EMPREITEIRA E TERRAPLANAGEM EIRELI

VALOR: R\$ 25.777,66.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e respectivas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09.01 – 1.026 – 4.4.90.51.98.00.0027 (131).

São João do Sul/SC, 05 de agosto de 2020.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

### PROCESSO 36-2020

Publicação N° 2591806

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL - AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2020-SRP - Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade registrar preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(is) fornecimento, por empresa especializada, de materiais elétricos para manutenção da iluminação pública municipal de São João do Sul/SC, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Tipo de julgamento: menor valor por LOTE. Base Legal: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 151, de 12 de novembro de 2013, Lei complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 003, de 05 de fevereiro de 2020, Lei Federal nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8666 de 21 de junho de 1993 e legislações pertinentes ao objeto do presente certame, bem como, todas as respectivas alterações das legislações mencionadas. Os envelopes deverão ser entregues até as 09h00min do dia 21 do mês de agosto de 2020, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 24 do mês de agosto de 2020. Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de São João do Sul/SC, sito à Av. Nereu Ramos, 50, Centro, São João do Sul/SC. No Horário das 08h00 às 12h00min de segunda a sexta, e-mail: [licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br) ou pelo Tel. (48) 3539-0113. São João do Sul-SC, 05 de agosto de 2019. Moacir Francisco Teixeira - Prefeito Municipal.

# São Joaquim

## PREFEITURA

### PORTARIA N° 414/2020

Publicação N° 2592447

PORTARIAN° 414/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a C.I. N° 167/2020, de 05/08/2020 emitida pela Secretária Municipal de Assistência Social, fica TRANSFERIDA a servidora DILMA DE FATIMA NUNES DE JESUS ANTUNES, Matrícula N° 8368, ocupante do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, com 40 horas semanais, designada na Secretaria Municipal de Planejamento, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 03 de agosto de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 05 de agosto de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal

### PRAZO PARA RECURSO PROCESSO 79/2020

Publicação N° 2592356

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE ABERTURA DE PRAZO PARA RECURSO

Processo Licitatório 79/2020

Pregão N° 21/2020

Objeto: Aquisição de Móveis Hospitalares, de escritório e eletrodoméstico - SUS através do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Joaquim e demais secretarias.

A Prefeitura Municipal de São Joaquim, por intermédio de sua Comissão de Licitações comunica que abre-se prazo para recurso referente ao processo supra citado no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar desta publicação.

São Joaquim SC, 05 de agosto de 2020

Comissão de Licitação

# São José

## PREFEITURA

### ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2020

Publicação Nº 2591604

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2020 – Processo nº 226/2020 – Proc. Adm. 3462/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE ACADÊMIA AO AR LIVRE, INCLUINDO FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ-SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 06 de agosto de 2020 às 13h00min até o dia 18 de agosto de 2020, às 09h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 18 de agosto de 2020, INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h01min do dia 18 de agosto de 2020. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Fone: (48) 33810002.

### ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2020

Publicação Nº 2592153

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2020 – Processo nº 239/2020 – Proc. Adm. 3765/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA DIGITAL PARA MONITORAMENTO DE AMBIENTES URBANOS, FORMADO POR DISPOSITIVOS DE VÍDEO CHAMADA DE EMERGÊNCIA E CÂMERAS DE MONITORAMENTO, POPULARMENTE CONHECIDO COMO TOTEM, PARA A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 06 de agosto de 2020 às 18h00min até o dia 19 de agosto de 2020, às 14h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14h30min do dia 19 de agosto de 2020, INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h31min do dia 19 de agosto de 2020. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Fone: (48) 33810002.

### ACÓRDÃO Nº 023/2020

Publicação Nº 2592261

#### 1 - RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário interposto pela empresa Zapelini Prestadora de Serviços Ltda que busca o cancelamento dos débitos referentes à taxa de vigilância sanitária.

No requerimento inicial, alegou a contribuinte em fl. 03 que já houve a baixa do alvará sanitário pela prefeitura e que o local apenas existe para ponto de contato, onde a empresa realiza limpeza em apartamentos e casas.

Em documento de fl. 04 consta uma Certidão de nº 466/2019, emitida em 18/11/2019 pela Sra. Diretora Geral de Vigilância Sanitária Marly Previatti, com o título de Baixa de Funcionamento, certificando o encerramento da atividade da Pessoa Jurídica Zapelini Prestadora de Serviços Ltda naquele órgão.

Parecer emitido pelo Setor de Cadastro Econômico em 02/12/2019 (fl. 06) informa que o cadastro da empresa junto à prefeitura consta como endereço fixo e que não existe solicitação para a alteração do endereço de fixo para apenas contato e correspondência.

Decisão de primeira instância, acostada à fl. 07, negou o pedido em função de que consta no cadastro da empresa endereço fixo e que não há solicitação com alteração do endereço para somente contato.

Inconformada, a interessada apresentou recurso voluntário à fl. 09, cujo recebimento pela presidência deste Conselho consta na fl. 11.

Foi apresentado pela requerente, à fl. 04, documento fornecido pela Diretoria de Vigilância Sanitária do município, atestando o encerramento da atividade do estabelecimento junto àquele órgão, datado de 18/11/2019. Como é de desconhecimento da Secretaria da Receita a emissão desse documento pela Vigilância Sanitária - tanto que o parecer do Cadastro Econômico foi posterior (em 02/12/2019) e não considerou a referida Certidão -, esta relatora solicitou a manifestação da Secretaria de Vigilância Sanitária.

Em cumprimento às informações requeridas, a Vigilância Sanitária do município declarou que a Certidão 466/2019 atesta apenas o encerramento da atividade do contribuinte perante o órgão da Vigilância Sanitária. Comunicou, ainda, que no sistema

utilizado atualmente, em operação desde o ano de 2017, não existe pedido do requerente para Alvará Sanitário.

É o relatório.

#### 2 - VOTO

##### 2.1 - Da Admissibilidade

Considero que o recurso voluntário atende aos critérios de interesse, legitimidade e tempestividade, já que, quanto a esta, não consta nos autos data da ciência da decisão de primeira instância, tampouco data do recurso para este Eg. Conselho. Dessa forma, entendo pelo seu conhecimento.

## 2.2 - Do Mérito

No momento da solicitação de Alvará Sanitário para a posterior concessão do Alvará de Funcionamento da empresa, estava em vigência o Decreto 33023/2001 regulamentando o pagamento da Taxa de Vigilância Sanitária. Em seu art. 1º estabelecia que:

O pagamento da taxa de vigilância sanitária no Município de São José será efetuado levando-se em conta a ocorrência do fato gerador, observadas as seguintes condições e prazos:

I - quando do início da atividade do estabelecimento sujeito à incidência de taxa: na data do pedido da licença;

II - em razão da alteração de endereço, atividade, razão social e responsabilidade técnica: na data da comunicação da alteração;

III - na renovação da licença para exercícios subsequentes ao início da atividade: até o dia 10 de abril do ano de competência.

Naquele momento, o estabelecimento foi classificado como sujeito à incidência da taxa de vigilância sanitária.

De acordo com o §2º, do art. 1º, do Decreto 33023/2001,

os lançamentos da taxa em razão de fatos geradores decorrentes da renovação da licença sanitária dos estabelecimentos localizados no município serão feitos pela Secretaria da Receita, até 10 de abril de cada ano, a vista da competente liberação do órgão de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.

Dessa forma, foram realizados os lançamentos de renovação da referida taxa nos anos subsequentes, sem que houvesse contestação por parte do contribuinte.

Em junho de 2017, entrou em vigor o Decreto 8639/2017, que dispõe sobre o licenciamento sanitário de estabelecimentos de assistência à saúde, de interesse da saúde e de apoio diagnóstico e terapêutico, alterando e revogando alguns artigos do Decreto 33023/2001.

Art. 1º - Para fins do disposto neste Decreto considera-se:

§ 1º Alvará Sanitário: documento administrativo expedido pelo órgão municipal de Vigilância Sanitária, que atesta o desenvolvimento de atividades de assistência à saúde, de interesse da saúde e de apoio diagnóstico e terapêutico sob o enfoque sanitário, ou seja, que possui condições técnicas, operacionais e estruturais;

I - O Alvará Sanitário é válido por doze meses, contados da data da sua emissão, devendo ser renovado por períodos iguais e sucessivos;

[...]

VI - Somente será concedido o Alvará Sanitário quando comprovada a existência de estrutura física, específica e independente, para o desenvolvimento das atividades a que se propõe;

[...]

Art. 2º - Fica revogado o parágrafo único do art. 2º do Decreto 33.023/2011 e o caput do artigo passa a vigorar com a seguinte redação:

"A Taxa de Alvará Sanitário, após o primeiro lançamento, será automática em cada exercício, cuja data será definida pela Secretaria Municipal da Receita."

O art. 3º do mesmo Decreto institui a Classificação de Risco Sanitário de Graus I a IV a ser aplicada nas atividades e serviços de assistência à saúde, de interesse da saúde e de apoio diagnóstico e terapêutico, desenvolvidas nos estabelecimentos do Município de São José.

Já o art. 4º estabelece que toda pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, para desenvolver atividade(s) de assistência à saúde, de interesse da saúde e de apoio diagnóstico e terapêutico, classificada(s) como de Risco Sanitário Grau I, II, III ou IV, deverá possuir Alvará Sanitário.

Conforme manifestação do setor de Cadastro Econômico em fl. 06, não houve solicitação, por parte do requerente, de alteração no cadastro para Endereço apenas para Contato e Correspondência. Por conseguinte, conforme art. 2º do Decreto 8639/2017, a renovação do alvará sanitário foi sendo realizada anualmente.

Entendo que o ente municipal, nesse caso, não tem como conhecer de antemão que a empresa não se enquadra nos novos requisitos para que seja exigida a taxa de vigilância sanitária, a menos que seja informado da alteração ou do novo enquadramento.

Incontestáveis são, desta forma, os lançamentos das Taxas de Vigilância Sanitária dos exercícios de 2015 a 2019, como demonstrado em relatório de débitos à fl. 10.

Em contrapartida, tem-se o documento fornecido pela Diretoria de Vigilância Sanitária atestando o encerramento da atividade do estabelecimento junto àquele órgão, com data de 18/11/2019. Resta confirmada também, pela Vigilância Sanitária, a ausência de pedido de Alvará Sanitário realizado pelo requerente após a Certidão de fl. 04, o que torna nulo o lançamento da taxa realizado no ano de 2020.

## 2.3 - Da Conclusão

Diante do exposto, voto por conhecer do recurso voluntário e, no mérito, por negar-lhe provimento PARCIAL (referente aos lançamentos de 2015 a 2019), mantendo-se inalterada a decisão de primeira instância quanto à cobrança da Taxa de Vigilância Sanitária dos anos de 2015 a 2019. Quanto à cobrança da Taxa de Vigilância Sanitária para o ano de 2020, voto pelo seu cancelamento.

A Secretaria da Receita deve ser notificada para promover as alterações cadastrais necessárias à não cobrança da Taxa de Vigilância Sanitária para os exercícios posteriores a 2020, com fundamento na Certidão de fl. 04.

São José, 28 de julho de 2020.

CRISTINA ZART DE SOUZA  
Conselheira Relatora

DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO Nº 023/2020

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 19577/2019.

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 416ª Sessão, decidiu, voto por conhecer do recurso voluntário e, no mérito, por negar-lhe provimento PARCIAL (referente aos lançamentos de 2015 a 2019), mantendo-se inalterada a decisão de primeira instância quanto à cobrança da Taxa de Vigilância Sanitária dos anos de 2015 a 2019. Quanto à cobrança da Taxa de Vigilância Sanitária para o ano de 2020, voto pelo seu cancelamento..

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Júnior Spies, sem voto, e dele participaram, além da Conselheira Relatora Sra. Cristina Zart de Souza, os Conselheiros Sr. Mário Antônio Vieira, Sr. Valdeci Sagaz e o Sr. Rodrigo Koerich da Silva.

Estiveram presentes à sessão de julgamento e fizeram uso da palavra o Sr. Rodrigo João Machado, na qualidade de representante da Fazenda.

São José, 28 de julho de 2020.

JUNIOR SPIES

Presidente

CRISTINA ZART DE SOUZA Conselheira Relatora	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária-Geral
RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador Municipal Representante da Fazenda Pública	

## ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº001/2020

Publicação Nº 2592214

### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 884/2020

PROCESSO DE COMPRAS Nº 072/2020

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020/SME

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: DEMOLIÇÃO, REMOÇÃO, E LIMPEZA DO TERRENO, INCLUINDO A AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA EDIFICAÇÃO DO CEI ANTONIO JOAQUIM SOUZA (LISBOA)”, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pela empresa abaixo, participante do processo em epígrafe, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação.

#### EMPRESA PARTICIPANTE

· DJP CONSTRUÇÕES LTDA

#### 1 - MANIFESTAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente atendidas pela empresa DJP CONSTRUÇÕES LTDA. A análise da qualificação técnica foi analisada pela Secretaria Municipal de Educação que HABILITOU TECNICAMENTE a participante a executar o objeto em epígrafe.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) RESOLVE:

#### HABILITAR A EMPRESA

· DJP CONSTRUÇÕES LTDA

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data prazo para eventual recurso.

São José, 05 de agosto de 2020.

Júnior Palharini Garcia Presidente da CPL	Paulo Dutra Membro da CPL			
Humberto Alcino da Silva Membro da CPL	Iriberto Antônio M. Junior Membro da CPL			

**DECRETO Nº 13601/2020**

Publicação Nº 2592692

DECRETO nº 13601/2020

SUSPENDE ATOS DE NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 9.093/1995 e na Lei Estadual nº 12.906/2004, e

DECRETA:

Art. 1º Fica suspensa, por tempo indeterminado, a nomeação e posse dos candidatos aprovados em concursos públicos no Município de São José.

Parágrafo único. Excetua-se à regra do caput as nomeações e posses dos profissionais da área da saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de agosto de 2020.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**PORTARIA N. 016/2020DGC/SMA**

Publicação Nº 2592528

PORTARIA Nº 016/2020/DGC/SMA

CREDENCIA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA REALIZAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, Sr.ª Vera Suely de Andrade, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Credenciar a instituição financeira COOPERATIVA CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTOS ALIANÇA RS/SC - SICREDI – CNPJ sob o n.º 87.795.639/0019-18, objetivando a disponibilização de empréstimos consignados em folha de pagamento, conforme exigências descritas no Edital de Chamamento Público 001/2019.

Parágrafo único. A presente portaria possui validade de 12 (doze) meses, devendo ser objeto de nova comprovação nos termos exigidos pelo edital.

São José (SC), 05 de agosto de 2020.

Vera Suely de Andrade  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA N. 017/2020/DGC/SMA**

Publicação Nº 2592531

PORTARIA Nº 017/2020/DGC/SMA

CREDENCIA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA REALIZAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, Sr.ª Vera Suely de Andrade, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Credenciar a instituição financeira ITAÚ UNIBANCO S.A. – CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04, objetivando a disponibilização de empréstimos consignados em folha de pagamento, conforme exigências descritas no Edital de Chamamento Público 001/2019.

Parágrafo único. A presente portaria possui validade de 12 (doze) meses, devendo ser objeto de nova comprovação nos termos exigidos pelo edital.

São José (SC), 05 de agosto de 2020.

Vera Suely de Andrade  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA SA 0241/2020**

Publicação Nº 2592165

PORTARIA- SA – Nº 0241/2020

· Republicada por erro material

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de Licença Prêmio ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s) lotado (s) na Secretaria de Saúde;

Mat	Nome	Cargo	Periodo Aquisitivo	Duração	Início	Término
153753	Ivana Rosa	Aux. Enfermagem	2009/2014	30 dias	03/08/2020	01/09/2020
348902	Guilherme A. de Albuquerque	Farmacêutico	2013/2018	30 dias	03/08/2020	01/09/2020
232963	Andrea Flora Pau-sewang	ACE	2012/2017	30 dias	03/08/2020	01/09/2020
18660	Josiani Azevedo	Atendente Saúde Pública	2000/2005	90 dias	17/08/2020	14/11/2020
18660	Josiani Azevedo	Atendente Saúde Pública	2005/2010	90 dias	16/11/2020	13/02/2021
18660	Josiani Azevedo	Atendente Saúde Pública	2010/2015	90 dias	15/02/2021	15/05/2021

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03 de Agosto de 2020.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de Julho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA SMA/PMSJ Nº13/2020**

Publicação Nº 2592081

PORTARIA SMA/PMSJ nº 013, de 13 de Julho de 2020.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, RECEITA, DA CASA CIVIL, SEGURANÇA, CONTROLE INTERNO, PROCURADORIA, COMUNICAÇÃO SOCIAL, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, SAÚDE, PLANEJAMENTO E URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVEM:

Art. 1º – Designar os Servidores abaixo descritos para efetuar a fiscalização da Ata de Registro de Preços n.º 136/2020, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 174/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993:

Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito	Fiscal: Tiago Gorges	Matrícula n.º 23191-6
	Suplente: Ederson dos Santos Borges	Matrícula n.º 15698-1
Secretaria Executiva de Controle Interno e Transparência	Fiscal: Gustavo Duarte do Valle Pereira	Matrícula n.º 23120
	Suplente: Marília Gomes Formento	Matrícula n.º 32637
Procuradoria Geral	Fiscal: Sandro José da Silva	Matrícula n.º 17001-1
	Suplente: Rafael Ferreira Juchem	Matrícula n.º 35284
Secretaria da Casa Civil	Fiscal: Maria Solange Huntemann	Matrícula n.º 33101
	Suplente: Junior Spies	Matrícula n.º 426767
Secretaria de Assistência Social	Fiscal: Íria Locks	Matrícula n.º 33197-0
	Suplente: Renaldo Osvaldo da Silva	Matrícula n.º 428271-0
Secretaria de Administração	Fiscal: Camila Furlan Parucker	Matrícula n.º 4300459
	Suplente: João Batista Estevão	Matrícula n.º 428212-4
Secretaria Executiva de Comunicação Social	Fiscal: Marilene de Oliveira	Matrícula n.º 859-1
	Suplente: Rosa de Lima Hillesheim Reginaldo	Matrícula n.º 430016-5

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação	Fiscal: Josi Ramos	Matrícula nº 15407-5
	Suplente: Marcos Cesar Brinhosa	Matrícula nº 23146-0
Secretaria de Educação	Fiscal: João Machado Neto	Matrícula nº 4279980
	Suplente: Eni Cristina Ventura	Matrícula nº 13864
Secretaria de Infraestrutura	Fiscal: Luiz José Ferreira	Matrícula nº 4282337-0
	Suplente: Valdenir Vitor de Souza	Matrícula nº 1227
Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos	Fiscal: Tatiana Heinzen Serafin Haviaras	Matrícula nº 428355-4
	Suplente: Maria Eduarda da Silveira	Matrícula nº 428239-6
Secretaria de Receita	Fiscal: Charles Augusto Tapia	Matrícula nº 17417
	Suplente: Nahin Koerich	Matrícula nº 163627
Secretaria de Saúde	Fiscal: Willian Westphal	Matrícula nº 43-11140
	Suplente: Jailton Ademar Martins	Matrícula nº 42-79956
Secretaria de Serviços Públicos -SUSP	Fiscal: Pedro Inácio da Silva	Matrícula nº 426191-7
	Suplente: Rafael Araújo	Matrícula nº 426462-2

PARÁGRAFO ÚNICO. Os servidores relacionados deverão desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias.

Art. 2º – Na ausência do servidor designado ficará automaticamente designado o Servidor suplente, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de junho de 2020.

Andréa Irany Pacheco Secretária de Segurança e Defesa Social	Gustavo Duarte Do Valle Perreira Secretário Executivo de Controle interno e transparência
João Paulo Mosená Secretário Municipal de Receita	Rodrigo João Machado Procurador Geral do Município
Lédio Coelho Secretário da Casa Civil	Rosiméri Bartuchski Secretária de Assistência Social
Vera Suely de Andrade Secretária de Administração	Fabiano Marques Secretário Exec. De Comunicação Social
Waldemar Bornhausen Neto Secretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação	Lilian Sandin Boeing Secretária de Educação
Milton Bley Junior Secretário de Infraestrutura	Luiz Fernando Aquino Secretário de Plan. e Assuntos Estratégicos
Sinara Regina Simioni Secretária de Saúde	Michael Pedro Rosaneli Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos

**PORTARIA SMI/PMSJ Nº 025/2020**

Publicação Nº 2592643

PORTARIA SMI/PMSJ nº 025, de 21 de julho de 2020.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVEM:

Art. 1º – Designar o Servidor Sr. Jailson Hames, matrícula n.º 33.154-6, para efetuar a fiscalização do Contrato n.º 059/2020, decorrente da Tomada de preços n.º 005/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias.

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o Servidor Sr. Diego Vicente, matrícula.º 39697-4, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Milton Bley Junior

Secretário Municipal de Infraestrutura

**PORTARIA SMI/PMSJ Nº 026/2020**

Publicação Nº 2592649

PORTARIA SMI/PMSJ nº 026, de 17 de julho de 2020.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVEM:

Art. 1º – Designar o Servidor Sr. Valdenir Vitor de Souza, matrícula n.º 1227-0, para efetuar a fiscalização do Ata de Registro de Preços n.º 186 e 187/2020, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 011/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;

- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias.

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o Servidor Sr. Jailson Hames, matrícula.º 33154-6 , pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Milton Bley Junior

Secretário Municipal de Infraestrutura

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.90/2020

Publicação Nº 2592525

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº90/2020  
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove o Processo Licitatório nº90/2020, Edital de Pregão Nº90/2020, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E EMBALAGENS PLÁSTICAS, PARA MONTAGEM DOS KIT DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E UTILIZAÇÃO NA MERENDA ESCOLAR. O recebimento, abertura e julgamento fica marcado para às 09:00 horas do dia 18/08/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), maiores informações pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, no horário de expediente, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### ATA DO EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 015/2020

Publicação Nº 2592078

ATA DO EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 015/2020

Município de São Lourenço do Oeste

Comissão Permanente de Licitações

Ata do Edital da Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 015/2020

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE PARA ANÁLISE DO EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 015/2020, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE (04) QUATRO RESIDÊNCIAS UNIFAMILIARES - PROJETO PADRÃO, COM ÁREA DE 40,83M<sup>2</sup> CADA, A SEREM EDIFICADAS NO LOTEAMENTO VIDA NOVA, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROJETOS EM ANEXO.

Às 08h15min do dia 05 de agosto de 2020, na sede do Município de São Lourenço do Oeste, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº 501/2020 para julgamento da documentação apresentada no Processo Licitatório nº 104/2020, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 015/2020.

A Comissão Permanente de Julgamento de Licitações designada pela Portaria nº 501/2020 inicia a sessão fazendo a abertura dos envelopes de documentação das empresas CONSTRUTORA R.S.R. LTDA., BULGARELLI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. ME, PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA., T.F. DOS SANTOS PROJETOS E OBRAS ME, QUALITA ENGENHARIA LTDA. e VISOLI CONSTRUTORA LTDA., verificando que nenhuma das empresas apresentou representante em sessão. Da análise da documentação apresentada pelas proponentes, constatou-se que a empresa T.F. DOS SANTOS PROJETOS E OBRAS ME apresentou balanço patrimonial e demonstrações contábeis do exercício financeiro de 2018, descumprindo a exigência constante no item 7.3.2 do Edital. A empresa CONSTRUTORA R.S.R. LTDA. apresentou prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Estadual com validade expirada. No entanto, no que se refere à regularidade federal, considerando que a Portaria Conjunta nº 555/2020 (DOU 24/03/2020) e/ou Portaria Conjunta nº 1.178/2020 (DOU 14/07/2020), que prorrogou a validade do documento até a data de 24 de agosto deste ano, a Comissão entende que cumpre com a exigência. Todavia, o mesmo não se aplica para a regularidade estadual, que resta expirada, sendo que a Comissão deixa de conceder os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, para fins de suspender a habilitação até o momento da declaração do vencedor, previstos no item 6.6 do Edital, tendo em vista que a licitante não atinge o quantitativo referente à execução de alvenaria e cobertura, vez que para o primeiro apresenta 188,73 m<sup>2</sup> e para o segundo 65,14 m<sup>2</sup>, em descumprimento ao item 4.4.4 do Edital. Deste modo, ficam inabilitadas as licitantes T.F. DOS SANTOS PROJETOS E OBRAS ME e CONSTRUTORA R.S.R. LTDA. e habilitadas as empresas BULGARELLI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. ME, PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA., QUALITA ENGENHARIA LTDA. e VISOLI CONSTRUTORA LTDA por cumprirem com os requisitos exigidos no Edital. Considerando que os representantes legais das proponentes não estão presentes em sessão e não apresentaram termo de renúncia ao prazo recursal, a Comissão decide conceder o prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação das empresas participantes, com fundamento no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, sendo oportunamente agendada nova sessão para a abertura dos envelopes de proposta. Sem mais haver constar todos subscrevem esta ata.

ANI CAROLINI PEREIRA

Presidente da Comissão de Licitações

LENIR FÁTIMA CRUZETTA

Secretária

MÁRCIO ALVES RODRIGUES

Auxiliar Direto

### DECRETO Nº 6.766, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2592150

DECRETO Nº 6.766, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

Determina a suspensão de vigência de contratos de convênios celebrados entre o Município de São Lourenço do Oeste e o Estado de Santa Catarina, em decorrência da pandemia da doença denominada COVID-19, transmitida pelo CORONAVÍRUS (Sars-Cov-2), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a declaração de PANDEMIA pela OMS - Organização Mundial de Saúde da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus

(Sars-Cov-2);

CONSIDERANDO que o Município está suportando vultosos gastos que estão se fazendo necessários na instauração e manutenção de medidas de enfrentamento das emergências de saúde pública, necessitando priorizar investimentos voltados ao combate da Pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade jurídica de suspender os contratos de convênio estabelecidos entre o Município de São Lourenço do Oeste e o Estado de Santa Catarina, onde o Município oferece custeio de despesas e/ou repasses de valores;

CONSIDERANDO a necessidade de redução de gastos a fim de controlar o orçamento público municipal;

CONSIDERANDO que a PANDEMIA declarada pela OMS - Organização Mundial de Saúde da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), é caso de força maior, portanto excludente de responsabilidade contratual, com fulcro no art. 393, do Código Civil;

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os convênios celebrados entre o Município de São Lourenço do Oeste e o Estado de Santa Catarina, onde o Município faz repasse mensal e/ ou custeio de despesas, desonerando o Município do pagamento dos valores acordados nas minutas de convênios.

Parágrafo único. Os convênios de que trata o caput deste artigo são:

I - Convênio PMSC 37369/2017: cujo objeto consiste no custeio de despesas provenientes do cerimonial de formatura dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino, abrangidos pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD;

II - Convênio PMSC 63430/2019: cujo objeto consiste na aquisição de veículos e equipamentos, bem como a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município, através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar;

III - recursos aprovados pela Lei nº 1.579, de 02 de maio de 2006, alterada pela Lei 2.423, de 11 de outubro de 2020, que autoriza o Município a firmar convênio com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com interveniência da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, visando o repasse de recursos financeiros no importe de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, que serão destinados ao auxílio na manutenção das atividades gerais da Polícia Civil no âmbito do município de São Lourenço do Oeste.

Art. 2º Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os eventuais convênios, não elencados neste Decreto, que porventura tenham sido firmados pelo Município de São Lourenço do Oeste e o Estado de Santa Catarina, e que destes instrumentos resultem repasses de valores ao Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 859, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2591446

PORTARIA Nº 859, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e com base no inciso V do Art. 55, e ao inciso II, letra "a", do Art. 75, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR a partir de 06 de agosto de 2020, a Senhora LUCIANE BIAZUSSI DEBONA, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Proteção Social, Nível AGA-1, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 154, de 09 de setembro de 2013.

Parágrafo único: Pelo exercício da função a servidora receberá Adicional de Responsabilidade nível 3 (AR-3).

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 05 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2020.

**PORTARIA Nº 860, DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591786

PORTARIA Nº 860, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, VII e IX da Lei Orgânica do Município, considerando o disposto nos artigos 4º e 6º da Lei nº 2.105, de 13 de agosto de 2013 e no Decreto nº 5.698, de 20 de julho de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar as servidoras públicas municipais: Manoela Cristina Galeazzi, ocupante do cargo de Gerente de Apoio Operacional, matrícula nº 1833/11 e Sandra Maria Ferrari, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 3000/04, como responsáveis pelo adiantamento de recursos para posterior prestação de contas, para custear pequenas despesas com materiais de consumo (combustível) do SAMU, despesas com serviços de terceiros, do Fundo Municipal de Saúde, no período de 60 (sessenta) dias a contar da data do depósito.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 710, de 28 de maio de 2019, bem como as demais disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 861, DE 06 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592877

PORTARIA Nº 861, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por até 30 (trinta) dias úteis, o prazo de encerramento do Processo Administrativo para apuração de eventual infração ou irregularidade na execução do transporte remunerado privado individual de passageiros, com uso de aplicativos de transporte, instaurado com a publicação da Portaria nº 637, de 29 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### ATA Nº03/2020 ATA Nº03 DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ATUAR NA SELEÇÃO DE CANDIDATOS AS VAGAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2020 NOMEADOS PELO DECRETO 66/2020 - ABERTURA DOS DOCUMENTOS

Publicação Nº 2591666

ATA Nº03 DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ATUAR NA  
SELEÇÃO DE CANDIDATOS AS VAGAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2020  
NOMEADOS PELO DECRETO 66/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL E TEMPORÁRIA para os cargos de, MOTORISTA DE VEICULOS LEVE.

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de 2020, com início às 08h00min horas, na sala de reuniões anexa à Prefeitura Municipal, cito na Rua São Luiz, nº 210, reuniram-se os membros do Processo Seletivo Simplificado 01/2020, de São Miguel da Boa Vista/SC, sendo os servidores Ivani Teresinha Meinerz, Daiane C. Teixeira e Lucimar Maximino Pedrotti a Comissão Especial, nomeados pelo Decreto 66/2020, para abertura dos envelopes dos candidatos inscritos conforme Edital com o objetivo de verificar a Documentação apresentada para concorrer a vaga de Motorista de Veículos Leve no Edital nº 01/2020. Aberto documentação de Cirlene Maria Spier a qual faltou Curso que autorize conduzir veículos de transporte de emergência; na seq-ência aberto envelope de Dinei Luiz Nath a qual faltou comprovante de quitação eleitoral e Curso que autorize conduzir veículos de transporte de emergência; Loimir Jacson Hoss faltou documento que comprove a quitação eleitoral e o Curso que autorize conduzir veículos de transporte de emergência; Samuel Mochbacher faltou documentação que comprove Curso que autorize conduzir veículos de transporte de emergência; Lairton Nilson Strey faltou CPF e Curso que autorize conduzir veículos de transporte de emergência; Lione Tadeu Nath faltou comprovante de quitação eleitoral e o Curso que autorize conduzir veículos de transporte de emergência. Chamado apoio do Assessor jurídico para verificar a questão da exigência do Curso que autorize conduzir veículos de transporte de emergência e o mesmo falou para suspender a sessão publica por alguns minutos para a tomada de decisão. Comissão tenta entrar em contato com Detran SC, para verificar sobre a exigência do curso, porem sem êxito. Desta forma resolve dar por encerrado o processo seletivo, pois nenhum candidato apresentou a documentação mínima necessária exigida pelo Edital, encerrando o processo Seletivo Simplificado 01/2020. Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, da qual todos os membros assinam a presente ata. São Miguel Da Boa Vista, 05 de agosto de 2020.

#### COMISSÃO:

IVANI TERESINHA MEINERZ ..... MEMBRO  
DAIANE CRISTINA TEIXEIRA ..... MEMBRO  
LUCIMAR MAXIMINO PEDROTTI ..... MEMBRO

### EDITAL 05/2020 FMS - PREGÃO PRESENCIAL - AQUISIÇÃO DE VEICULO AUTOMOTOR NOVO 0KM, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 7 LUGARES, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

Publicação Nº 2591626

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2020 FMS  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo PREGÃO PRESENCIAL, com fundamento na Lei 8.666/93, para - Aquisição de VEICULO AUTOMOTOR NOVO 0KM, com capacidade mínima de 7 lugares, para manutenção das atividades da Unidade Básica de Saúde do Município de São Miguel da Boa Vista/SC, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:00 horas do dia 19/08/2020. OS LICITANTES FICAM OBRIGADOS A FAZER USO DE MÁSCARA DE PROTEÇÃO DURANTE TODA A LICITAÇÃO, INCLUSIVE NO CREDENCIAMENTO. Maiores informações, bem como cópia do edital na integra encontram-se disponíveis no site do município, bem como poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 05 de agosto de 2020. VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE PROCESSO LICITATORIO 24-2020 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MAQUINAS DA MUNICIPALIDADE**

Publicação Nº 2591771

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 24/2020  
Modalidade: Pregão Presencial – REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foram considerados vencedor para o objeto CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MAQUINAS DA MUNICIPALIDADE, a empresa A.R PNEUS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.243.567/0001-63, para os itens 3,8,12,15, no valor total de R\$ 30.916,00, a empresa INDUSTRIA E COMERCIO MUT PNEUS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 58.619.644/0001-42 para o item 9, no valor total de R\$ 14.400,00, a empresa JUNGBLUTH E JUNGBLUTH LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 02.570.797/0001-98, para o item 6, no valor total de R\$ 21.200,00, a empresa R.M PNEUS E RECAPAGENS LTDA ME inscrita no CNPJ sob o número 04.223.949/0001-01 para os itens 1,16, no valor total de R\$ 22.300,00, a empresa RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.230.888/0001-86, para os itens 5,7,10,11,14,17, no valor total de R\$ 42.675,00, a empresa VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 24.018.340/0001-08 para os itens 2,4,13, no valor total de R\$ 30.790,00. São Miguel da Boa Vista/SC, em 05 de agosto de 2020.

VILMAR SCHMAEDECKE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE RESULTADO PROCESSO SIMPLIFICADO Nº 01/2020 MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Publicação Nº 2591692

EXTRATO DE RESULTADO PROCESSO SIMPLIFICADO Nº 01/2020  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo, para contratação emergencial e temporária para suprir as vagas dos funcionários titulares, para os cargos de MOTORISTA DE VEICULOS LEVE, não foram habilitados candidatos à vaga, pois nenhum candidato apresentou a documentação mínima necessária exigida pelo Edital, encerrando o processo Seletivo Simplificado 01/2020. São Miguel da Boa Vista/SC, em 05 de agosto de 2020.

VILMAR SCHMAEDECKE  
Prefeito Municipal

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 9.360/2020

Publicação Nº 2592146

DECRETO Nº 9.360/2020

APROVA O DESDOBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 15, MATRICULADO NO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC, SOB Nº 24.035, SITUADO NA RUA ILDO BERTAMONI, LOTEAMENTO SERGIO VICCARI, BAIRRO PROGRESSO, PERÍMETRO URBANO DESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE LORITA FRANCISCO DA SILVA, JUSSARA DA SILVA SIQUEIRA E CARLOS JUNIOR FRANCISCO DA SILVA SIQUEIRA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e com base no artigo 3º, inciso III e artigo 82, § 2º da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), e,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob nº 1717/2019, no qual os proprietários solicitam o desdobramento do imóvel matriculado no Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste-SC sob nº 24.035.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento do Lote Urbano nº 15, com área total de 716,47m², matriculado no Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste-SC sob nº 24.035, situado na Rua Ildo Bertamoni, Loteamento Sergio Vaccari, bairro Progresso, perímetro urbano deste Município, de propriedade de Lorita Francisco da Silva, Jussara da Silva Siqueira e Carlos Junior Francisco da Silva Siqueira, passando de ora em diante a ter as seguintes áreas e confrontações:

#### I - Desdobramento:

a) Lote Urbano nº 15-A, da subdivisão do Lote Urbano nº 15, com área de 333,93m², confrontando-se: ao Norte: com o Lote Urbano nº 15-B, medindo 12,00 metros por linha seca; ao Leste: com Parte do Lote Urbano nº 16 em 28,08 metros, por linha seca; ao Sul: com a Rua Ildo Bertamoni, medindo 12,01 metros; ao Oeste: com Parte do Lote Urbano nº 15-B, medindo 27,576 metros, por linha seca.

b) Lote Urbano nº 15-B, da subdivisão do Lote Urbano nº 15, com área de 382,54m², sendo 300,00m² edificável e 82,54m² não edificável, confrontando-se: ao Norte: com Parte do Lote Urbano nº 13 e com Parte do Lote Urbano nº 21, medindo 15 metros, por linha seca; ao Leste: com Parte do Lote Urbano nº 16, com o Lote Urbano nº 20 e com Parte do Lote Urbano nº 21, medindo 20,00 metros por linha seca; ao Sul: com Parte do Lote Urbano nº 15-A, medindo 12,00 metros, por linha seca; novamente ao Leste: com o Lote Urbano nº 15-A, medindo 27,576 metros, por linha seca; novamente ao Sul: com a Rua Ildo Bertamoni, medindo 3,00 metros, por linha seca; ao Oeste: com o Lote Urbano nº 14, medindo 47,45 metros, por linha seca.

Art. 2º Fica a cargo dos proprietários a execução de eventuais obras e registro no Cartório de Registro de Imóveis, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 03 de agosto de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

CHARLES DALL ORSOLETTA

Secretário Municipal de Planejamento

Douglas Arcari

Advogado Assessor

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

**DECRETO Nº 9.361/2020**

Publicação Nº 2592247

**DECRETO Nº 9.361/2020**

ESTABELECE MEDIDAS PREVENTIVAS E RESTRITIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe confere o Art. 72, VII, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, e,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 9.260, de 16 de março de 2020, o qual "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19) e dá outras providências";

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630 de 01 de junho de 2020, que altera o Decreto nº 562 de 17 de abril de 2020 e declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à COVID-19, o qual estabelece medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de flexibilizar ou restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19 e que a Comissão Intergestores Regional – CIR homologará as decisões tomadas pelo conjunto de municípios de seu território após a avaliação, orientação e organização técnica para subsidiar a tomada de ação de enfrentamento à COVID-19 e posteriormente informará ao Centro de Operações de Emergência em Saúde – COES as medidas adotadas na sua região de saúde;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 348 de 22 de maio de 2020 que proíbe a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza;

CONSIDERANDO as últimas recomendações exaradas pela COES – Central de Operações de Emergência em Saúde para a região oeste do Estado de Santa Catarina e da CIR – Comissão Inter Gestores Regional da Região de Saúde do Extremo-Oeste de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação para a efetiva eficácia das medidas adotadas com vistas ao isolamento social e a aglomeração de pessoas, a fim de prevenir e evitar a transmissão de COVID-19 em nosso município;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica local e decisão conjunta dos municípios que integram a AMEOSC tomada em reunião realizada no dia 30 de julho de 2020;

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de São Miguel do Oeste;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam suspensas, até deliberação em contrário, em todo território do Município de São Miguel do Oeste:

- a) as aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino municipal relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente, conforme prevê o Decreto nº 9.266/2020, alterado pelo Decreto 9.312/2020;
- b) o calendário de eventos esportivos amadores organizados pelo Município, bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada, a prática de esportes coletivos, inclusive futebol, carterados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em clubes sociais, bares, lanchonetes e demais estabelecimentos sediados na cidade e no interior deste município, em consonância com a Portaria Municipal nº 0120/2020;
- c) a realização de eventos culturais como shows, espetáculos, festas, teatro, cinema e similares que acarretem reunião de público em espaços públicos ou privados, em consonância com a Portaria Municipal nº 0120/2020;

d) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivos, como parques, praças, áreas de lazer e afins.

Art. 2º É obrigatório o uso de máscara de tecido de proteção individual, de confecção manual, artesanal ou industrial, com cobertura da boca e nariz, para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em veículos utilizados para fretamento de pessoas, de acordo com a Portaria Municipal nº 060/2020.

Parágrafo único. Os estabelecimentos que, por suas características de prestação de serviços, necessitem de uso de EPI's específicos, não poderão substituí-los pelas máscaras de tecido.

Art. 3º As atividades desempenhadas por bares, restaurantes, lanchonetes, conveniências com locais destinados à permanência de pessoas e estabelecimentos congêneres deverão observar as disposições constantes e vigentes nas Portarias da Secretaria de Estado da Saúde, nos decretos municipais vigentes e ainda:

- a) Horário diário de funcionamento compreendido entre as 6h00 até as 22h00;
- b) Priorização do atendimento mediante reserva e agendamento de horário, tele entrega ou retirada no estabelecimento;
- c) Proibição de utilização de espaços de playground existentes no interior dos estabelecimentos;
- d) Proibição da prática de qualquer espécie de jogos no interior dos estabelecimentos;
- e) Intensificação das medidas de higienização de superfícies e áreas circulantes, bem como, disponibilização de álcool gel 70% para os usuários nas entradas e saídas do estabelecimento e em cada mesa ou balcão, além de distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre os clientes;
- f) Priorização da ventilação natural dos ambientes.

Art. 4º Fica suspensa, até deliberação em contrário, em qualquer horário e ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, a realização de eventos, confraternizações, festas e atividades de qualquer natureza que importem em aglomeração de pessoas.

§ 1º O descumprimento da medida prevista no caput deste artigo acarretará a aplicação das infrações sanitárias e penalidades previstas na legislação sanitária vigente, além de multa no valor de R\$ 265,97 (duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e sete centavos), que corresponde a 10% da Unidade Fiscal Municipal, para o responsável e para cada participante do evento.

§ 2º Em caso de reincidência do ato, por parte de pessoas físicas, o valor da multa será cobrado em dobro.

§ 3º Em caso de reincidência do ato, por parte de pessoa jurídica, o valor da multa será cobrado em dobro, sem prejuízo da interdição do estabelecimento pelo prazo de 05 (cinco) dias.

§ 4º Sem prejuízo da aplicação das multas previstas acima, poderá haver a responsabilização criminal a ser apurada pela esfera competente.

§ 5º Não se aplica a proibição constante do caput deste artigo para a realização das atividades que se encontram liberadas e reguladas pelas normas sanitárias vigentes.

§ 6º Fica proibida também a realização de festas e confraternizações em residências particulares com pessoas que não as residentes no local, com o intuito de evitar aglomerações e manter o isolamento social.

Art. 5º As pessoas diagnosticadas infectadas com o coronavírus (Covid-19) devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde.

§ 1º O descumprimento da medida prevista no caput deste artigo acarretará a aplicação das infrações sanitárias e penalidades previstas na legislação sanitária vigente, além de multa no valor de R\$ 265,97 (duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e sete centavos), que corresponde a 10% da Unidade Fiscal Municipal.

§ 2º Em caso de reincidência do ato, o valor da multa será aplicado em dobro.

§ 3º Sem prejuízo das sanções previstas acima, poderá haver a responsabilização criminal, como incurso nas penas do artigo 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa, a ser apurada na esfera competente.

Art. 6º De acordo com o Decreto Municipal nº 9.359/2020, caberá à Vigilância Sanitária Municipal, de forma compartilhada com a Vigilância Sanitária Regional, Defesa Civil Municipal e demais órgãos de saúde do município, como a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar, multar ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19 previstas neste Decreto e em outros diplomas legais vigentes.

Art. 7º As multas consolidadas, caso não pagas, serão inscritas em dívida ativa.

Art. 8º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e da Região de Saúde.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em, 05 de agosto de 2020.

WILSON TREVISAN  
Prefeito Municipal

GENI MARIA PADILHA GIRELLI  
Secretária Municipal de Saúde

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Douglas Arcari  
Advogado Assessor

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

## **PORTARIA Nº 0135/2020**

Publicação Nº 2592139

PORTARIA Nº 0135/2020

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, que delega ao Secretário Municipal da Administração as atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, ainda, a Lei Complementar Municipal n. 009/2012 e a Lei Municipal n. 6.616/2012, e, CONSIDERANDO que todos os candidatos do Processo Seletivo nº 001/2019 para o cargo de Técnico em Enfermagem já foram chamados; CONSIDERANDO a necessidade de manter reserva técnica para a substituição de excepcional interesse público para o cargo de Técnico em Enfermagem;

CONSIDERANDO que em função do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo Coronavírus (COVID-19), não é possível realizar Processo Seletivo de Provas e Títulos.

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar e fiscalizar os atos do certame seletivo, para contratação de técnico em enfermagem, composta pelos seguintes servidores:

I – Marialice Brassiani, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, com matrícula funcional nº 22002001;

II – Inês Carla Persch Theobald, ocupante do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, com matrícula funcional nº 21926204;

III – Silvia Viviane Borges, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Atenção Básica, com matrícula funcional nº 21477906.

Parágrafo único. A presidência da Comissão caberá a servidora Marialice Brassiani.

Art. 2º Compete à Comissão ora constituída:

I – elaborar e divulgar o edital de lançamento do Processo Seletivo Simplificado;

II – fixar o cronograma com as datas de cada etapa do Processo;

III- receber e avaliar os requerimentos de inscrição preliminar e definitiva dos candidatos;

IV - verificar quanto a publicidade dos atos;

V - acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital;

VI- emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Secretário de Administração para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital;

VII – julgar os recursos interpostos nos casos de indeferimento de inscrição preliminar e dos candidatos não aprovados ou não classificados na prova objetiva seletiva.

VIII- homologar ou modificar, em virtude de recurso, o resultado da prova objetiva seletiva, determinando a publicação no Diário Oficial, a lista dos candidatos classificados.

IX - demais atos que se fizer necessários para fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Os integrantes da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais durante os horários de trabalho dedicados ao exercício das funções ora designadas.

Art. 5º Os servidores efetivos membros da Comissão ora designada, desde que não ocupantes de função gratificada, farão jus à gratificação contida no Art. 88 da Lei Complementar nº 009/2012, combinada com o Anexo IV da Lei Complementar nº 025/2013, regulamentada pelo

Decreto nº 8.178/2014.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 0132 de 30 de julho de 2020.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em, 04 de agosto de 2020.

WILSON TREVISAN  
Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Douglas Arcari  
Advogado Assessor

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios e no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica.

## PORTARIA Nº 0136/2020

Publicação Nº 2592573

PORTARIA Nº 0136/2020

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE REAJUSTE DE TARIFAS DE SERVIÇOS DE TÁXI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990,e,

CONSIDERANDO o artigo 22 da Lei Municipal nº 1.591/83;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob nº 01347/2019, no qual é solicitado o reajuste das tarifas do serviço de táxi.

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão para Avaliação de Reajuste de Tarifas de Serviços de Táxi, no âmbito do município de São Miguel do Oeste- SC, composta pelos seguintes servidores públicos municipais, abaixo elencados:

- I. Loreci Cristina Muller Caldato, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Posturas, com matrícula funcional nº 21848501;
- II. Marla Daridsa Berger, ocupante do cargo de Diretora de Trânsito, com matrícula funcional nº 220034801;
- III. Alcione Wiebbelling, ocupante do cargo de Técnica Administrativo, com matrícula funcional nº 21946601;

Parágrafo único. A presidência da Comissão caberá à servidora Marla Daridsa Berger.

Art. 2º A Comissão ora designada trabalhará sem ônus ao Erário Público Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC,  
Em, 05 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Douglas Arcari  
Advogado Assessor

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

**PORTARIA Nº 0137/2020**

Publicação Nº 2592567

PORTARIA Nº 0137/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MERCADO IMOBILIÁRIO PARA FINS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Municipal nº 7.084/2014 e Lei Municipal nº 7.099/2015, e,

CONSIDERANDO requerimento do Departamento de Patrimônio, protocolado sob nº 11074/2020, o qual solicita avaliação do imóvel matriculado no CRISMO sob nº 19.451;

CONSIDERANDO o memorando interno nº 0020/2020 da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, o qual solicita nomeação de perito avaliador representante do mercado imobiliário.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear como perito avaliador representante do Mercado Imobiliário, para compor a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, a empresa STRAPASSON IMÓVEIS LTDA ME, CRECI/SC nº 3529-5, para aferição do valor do imóvel:

I – Parte do Lote Rural nº 29, com área de 44.811m² (sendo 9.025,00m² de área de reserva legal) com construções, localizado na Linha Bela Vista das Flores, 1º distrito do município de São Miguel do Oeste, matriculado no CRISMO sob nº 19.451, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste.

Parágrafo único. Ao final dos trabalhos a empresa ora nomeada deverá emitir laudo técnico da avaliação.

Art. 2º O trabalho desempenhado pela empresa ora nomeada será remunerado mediante pagamento do valor de R\$ 415,92 (quatrocentos e quinze reais e noventa e dois centavos).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 05 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Douglas Arcari

Advogado Assessor

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

**PROCESSO Nº 138/2020 PREFEITURA**

Publicação Nº 2592555

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/2020

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item.

OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de profissional para execução de trabalhos no barracão da Secretaria de Cultura do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I, termo de referência do edital.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 10 de agosto de 2020 até às 08h15min do dia 20 de agosto de 2020.

Abertura da sessão pública: Às 8h30min do dia 20 de agosto de 2020.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006, e o edital consta na íntegra no site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br).

São Miguel do Oeste/SC, 05 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**RESOLUÇÃO N. 011/ 2020- CMAS/SMO/SC**

Publicação Nº 2592158

RESOLUÇÃO N. 011/2020- /CMAS/SMO/SC

APROVA PLANO DE AÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DESTINADOS AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NESTE MOMENTO DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA COVID-19.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de São Miguel do Oeste, SC, no uso das competências e atribuições que lhes são conferidas pelas Lei Federal n. 8.742/1993 (LOAS) e Lei Municipal n. 6.917/2014, e;

Considerando a obrigação do Conselho Municipal de Assistência Social deliberar acerca do Plano de ação para utilização de recursos destinados aos benefícios eventuais, regulamentados pela Lei nº 6948/2014, neste momento de enfrentamento a Pandemia Covid-19. Onde o município de São Miguel do Oeste será contemplado com R\$38.265,30 repassados pelo Governo Federal por meio da Lei 173/2020.

Resolve:

Art. 1º do Plano de ação para utilização de recursos destinados aos benefícios eventuais, regulamentados pela Lei nº 6948/2014, neste momento de enfrentamento a Pandemia Covid-19.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Oeste, 21/07/2020.

JULIO ANTONIO BAGETTI

Presidente do CMAS - SMOeste

**RESULTADO PROVISÓRIO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2020 SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**

Publicação Nº 2591803

Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste

Resultado Provisório Processo Seletivo Simplificado 004/2020

Seleção de Estagiários

Ensino Médio

Colocação	Candidato	Data de Nascimento	Série	Média das Notas
1º	Tainá Rodrigues Bertan	12/12/2003	2º ano	8,74
2º	Eduarda Maria Lize Dai Prai	13/03/2004	2º ano	8,74
3º	Maria Luiza de Castro Evangelista	30/01/2004	2º ano	8,73
4º	Luisa Ellen Folmer	16/08/2002	3º ano	8,57
5º	Érick Berticelli Taffarel	15/01/2003	3º ano	8,46
6º	Emanuelle Becker Haag	20/07/2002	3º ano	8,33
7º	Emily Giulia Santin	25/06/2002	3º ano	8,28
8º	Maria Eduarda Moreira	18/12/2002	3º ano	8,26
9º	Maria Aline Andrin	20/10/2002	3º ano	8,23
10º	Wilian Carlos Dickel	11/07/2001	3º ano	8,15
11º	Ketlyn Vitória Muller Scherette	20/10/2002	3º ano	8,13
12º	Guilherme Casales Giongo Rodrigues	05/02/2003	3º ano	8,11
13º	Leticia Rita Juvenardi Rodrigues	06/02/2004	2º ano	8,07
14º	Ana Júlia de Carvalho Klein	24/05/2004	2º ano	8,05
15º	Ketlin Eduarda Gazzola	13/05/2003	2º ano	8,00
16º	Jakeline da Cunha Backes	30/12/2002	3º ano	7,97
17º	Ronald Moraes de Campos	28/04/2003	3º ano	7,92
18º	Jáder de Bairos de Lima	25/12/2002	2º ano	7,90
19º	Gabriel Muller da Silveira	21/05/2003	2º ano	7,90
20º	Guilherme Viera Hantt	31/03/2004	2º ano	7,87
21º	Cristiane Thiele	10/07/2003	2º ano	7,85
22º	Amanda Klein do Santos	18/07/2002	3º ano	7,82
23º	João Vitor Schuch de Oliveira	22/05/2004	2º ano	7,80
24º	Vitória Sarzi Villani	02/12/2002	3º ano	7,71
25º	Fabiana Alfieri Benedetti	03/05/2003	3º ano	7,60
26º	Kamilli Eduarda Roier	10/03/2004	2º ano	7,57
27º	Eduarda Gossler	10/06/2003	2º ano	7,39
28º	Marco Vinícius Perin Rodrigues	23/04/2003	3º ano	7,34
29º	Anderson Carlos Dalla Costa	21/03/2002	3º ano	7,26
30º	Maria Elisete Teles dos Santos	28/03/2003	3º ano	7,25
31º	Evelyn Lermen Mayer	21/01/2002	3º ano	7,23

32°	Adryan Lucas Zamboni	18/12/2003	2° ano	7,04
33°	Gabriel Felipe Zilkoski	09/05/2003	2° ano	7,02
34°	Caroline Pinheiro	06/05/2002	3° ano	6,95
35°	Vitor Antônio Faliguski	27/07/2003	2° ano	6,92
36°	Matheus Schuch Luzia	13/06/2002	3° ano	6,75
37°	Gabriel Expedito Hadck de Lima	Desclassificado nos termos do item 4.1.2 da 2° Retificação do Edital 004/2020		
38°	Luana da Silva Marconi	Desclassificado nos termos do item 4.1.2 da 2° Retificação do Edital 004/2020		

**Curso: Administração**

Colocação	Candidato	Data de Nascimento	Fase/ Período	Média das Notas
1°	Raquel Ody Peiter	21/11/1985	8°	9,43
2°	Andressa Serigheli Groth	30/10/1997	2°	8,34
3°	Cristiane Regina Groeff	Inscrição indeferida nos termos do item 6.5 do Edital 004/2020		

**Curso: Arquitetura e Urbanismo**

Colocação	Candidato	Data de Nascimento	Fase/ Período	Média das Notas
1°	Bianca Letícia Ortolan da Silva	24/05/1999	8°	8,11

**Curso: Ciência da Computação**

Colocação	Candidato	Data de Nascimento	Fase/ Período	Média das Notas
1°	Marco Túlio Martins Ornellas	30/04/1997	6°	6,48

**Curso: Ciências Contábeis**

Colocação	Candidato	Data de Nascimento	Fase/ Período	Média das Notas
1°	Aline Fantinel Simonetti	22/05/2002	2°	8,80
2°	Júnior Preis	17/03/2001	4°	8,66
3°	Rosane Bornagui	24/10/2001	2°	8,40

**Curso: Direito**

Colocação	Candidato	Data de Nascimento	Fase/ Período	Média das Notas
1°	Karine Fantin Bolsoni	08/05/1999	6°	9,93
2°	Thaísa Ana Bacin	11/11/2000	4°	9,61
3°	Odirlei Renan Werner	28/02/1994	8°	9,56
4°	Vítor Facchineto Arcaro	29/08/2001	2°	9,51
5°	Eduarda Enderle	28/08/1999	8°	9,36
6°	Gabriel Martini	27/06/2002	2°	9,36
7°	Lucas Lamb Koelln	16/01/1997	8°	9,27
8°	Laura Barp Da Silva	16/02/2000	4°	9,21
9°	Marina Luiza Giongo	04/03/2000	4°	9,20
10°	Júlia Cristina Taffarel Gralha Dos Santos	18/02/2000	6°	8,95
11°	Kamila Pereira Ciceri	18/10/2000	4°	8,90
12°	Tífany Berticelli Taffarel	08/10/1999	7°	8,75
13°	Eduarda Companhoni	28/11/1998	8°	8,46
14°	Luana Tainá Fiametti	24/02/2001	4°	8,32
15°	Fabiana Meneguzzo Beneduzi	27/08/1997	10°	8,17
16°	Suelen Caroline Petrovski	23/12/1997	4°	7,97
17°	Vinícius Bilibio Pinto	04/12/1999	4°	7,92
18°	Deise Eduarda Rodrigues Da Silva	25/04/1998	9°	7,28
19°	Taísa Karen Berte	05/03/2001	3°	6,40
20°	Ericky Maurício Sirtoli	07/08/1999	8°	6,21

**Curso: Educação Física**

Colocação	Candidato	Data de Nascimento	Fase/ Período	Média das Notas
1°	Ana Cristina Klein Feltz	04/08/1983	3°	10
2°	Cristian Lucas da Silva Raffel	01/03/1995	6°	8,55
3°	Vanessa Carniel	Desclassificado nos termos do item 7.3 do Edital 004/2020		

**Curso: Enfermagem**

Colocação	Candidato	Data de Nascimento	Fase/ Período	Média das Notas
1°	Gabriela Bertochi	09/10/1999	8°	9,68
2°	Ana Carolina Reolon Cardona	26/05/1999	3°	9,48
3°	Diovanna Sala Da Silva	13/05/1999	8°	9,41
4°	Martha Luísa Back	30/03/2001	4°	9,32

5º	Francine Luísa Giehl	05/05/2000	4º	9,25
6º	Elyn Eduarda Kemmer	29/10/2000	4º	9,16
7º	Bruna Luísa Staudt	10/12/2000	3º	8,66
8º	Leonardo Poletti	20/04/1999	6º	8,58
9º	Mikael Eduardo Wrege	14/05/1997	8º	8,46
10º	Rutielly Caroline Manzke	29/10/1999	8º	8,28
11º	Stefhani Zancanaro Scandolara	12/02/1999	8º	8,09
12º	Raquel Thomaz Aguiar	18/09/2001	2º	7,78
13º	Juliana Minosso Schena	06/11/1999	6º	7,71
14º	Talita Leão	09/05/1999	4º	7,58
15º	Franciele Weber	01/09/1999	3º	7,31
16º	Fabiana Aparecida Schommer	07/10/1996	8º	7,07
17º	Maria Eduarda Ribeiro Vieira	Desclassificado nos termos do item 4.1.1 da 2ª Retificação do Edital 004/2020		

## Curso: Engenharia Civil

Colocação	Candidato	Data de Nascimento	Fase/ Período	Média das Notas
1º	Kalinca De Luca	20/11/1999	8º	9,84
2º	Maykou Douglas Wehrmann Watthier	06/04/1999	8º	9,82
3º	Carlos Roberto Borgamann	13/09/1980	8º	9,57
4º	Naíse Michele Klein	01/06/1998	10º	8,90
5º	Marcus Vinícius Kummer Mallmann	21/11/1997	6º	7,27
6º	Patrick Áilison Leite Paliano	11/11/1993	9º	6,58
7º	Matheus Faqui Dresch	Inscrição indeferida nos termos do item 6.5 do Edital 004/2020		

## Curso: Farmácia

Colocação	Candidato	Data de Nascimento	Fase/ Período	Média das Notas
1º	Vitória Bonamigo	13/02/2001	6º	9,48
2º	Andreia Redecker	28/07/1998	8º	9,30
3º	Adriele Teresa Bourscheidt de Costa	10/01/2001	2º	9,30
4º	Shara Sakira Becker Kessler	24/11/2000	4º	8,95
5º	Cibele Mueller	08/07/1995	8º	8,57
6º	Maristela de Bona	09/01/1993	2º	8,54
7º	Deise Bonamigo	21/04/1999	8º	8,46
8º	Samarah Stohr dos Santos	21/06/1998	8º	8,04
9º	Juliana de Oliveira	28/06/1993	2º	8,00
10º	Thaís Alexia Sirtoli	19/11/1995	6º	7,32

## Curso: Pedagogia

Colocação	Candidato	Data de Nascimento	Fase/ Período	Média das Notas
1º	Kevin Mateus Ledur	29/04/2002	2º	10
2º	Luana Turani	21/08/1999	10º	9,95
3º	Daniele Suzana Gaspar Coimbra	07/10/1998	4º	9,91
4º	Simone Zancanaro	03/12/1980	3º	9,70
5º	Daniele Mittmann Zanin	18/09/1993	18º	9,55
6º	Daysilane Freire Costa Silva	21/10/1988	5º	9,48
7º	Lúcia Alves Da Silva	03/09/1981	4º	9,48
8º	Sandra Iane Franco	07/10/1977	15º	9,10
9º	Ketlyn Maiara Martins Camargo	01/07/1997	8º	8,20
10º	Gabriela Morigi	11/04/2001	2º	7,75
11º	Daiana Pazzobon Zanin	15/12/1994	8º	7,45
12º	Vanise Solange Galarça Griep	01/08/1975	4º	7,14
13º	Jarielly Guedes Dorneles	Desclassificado nos termos do item 7.3 do Edital 004/2020		
14º	Vandressa Thaísa Gruber	Desclassificado nos termos do item 4.1.1 do Edital 004/2020		
15º	Vanice Terezinha Paludo Scain	Inscrição indeferida nos termos do item 6.5 do Edital 004/2020		

## Curso: Serviço Social

Não houve inscritos

São Miguel do Oeste, 06 de agosto de 2020.

CAROLINE APARECIDA ALVES  
Presidente da Comissão

INES CARLA PERSCH THEOBALD  
Membro da Comissão

MARIALICE BRASSIANI  
Membro da Comissão



# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 25.2020

Publicação N° 2592436

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 25.2020- MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor Preço

Objeto do Pregão: Contratação de empresa especializada para os serviços de editoração e impressão de livros sobre os aspectos históricos do Município de São Pedro de Alcântara, conforme termo de referência anexo a este Edital.

DATA DE ABERTURA: 18/08/2020 às 09h, com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: Sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br)

MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h.

São Pedro de Alcântara, 05 de Agosto de 2020.

Ernei José Stahelin – Prefeito Municipal

# Saudades

## PREFEITURA

### PORTARIA N. 220, 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2591811

PORTARIA N. 220, 01 DE JULHO DE 2020.

“DECLARA ESTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em consonância com o disposto nos artigos 20 e 21 da Lei Complementar n. 05, de 25 de outubro de 2002;

CONSIDERANDO o resultado das avaliações lavradas pela Comissão responsável para avaliar o desempenho do servidora para o cargo no qual fora nomeada, bem como o decurso de três anos de efetivo exercício;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar estável no serviço público municipal, a partir de 01 de Julho de 2020, as servidoras públicas abaixo identificadas:

SELMA SOFIA ULSENHEIMER	Agente Comunitária de Saúde
ISOLDI WEIZENMANN	Auxiliar de Enfermagem

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Julho de 2020.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

ROGÉRIO ANTÔNIO SEHNEM  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

### PORTARIA N. 221, 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2591815

PORTARIA N. 221, 01 DE JULHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei Orgânica Municipal lhe confere;

CONSIDERANDO que o servidor aposentou-se junto ao RGPS;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria é uma das causas de vacância do cargo público;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado das funções do cargo de Odontólogo, o servidor GILBERTO ANGELO DA ROSA, a partir de 01 de Julho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, estando às verbas rescisórias a disposição do servidor na Tesouraria Municipal.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Julho de 2020.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

RÓGERIO ANTÔNIO SEHNEM  
Secretário Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA N. 222, 01 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591817

PORTARIA N. 222, 01 DE JULHO DE 2020.

“CONCEDE ADICIONAL DE ESCOLARIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, combinado com a Lei Complementar n. 05/2002 e suas alterações;

CONSIDERANDO o requerimento instruídos com cópia do certificado de conclusão da Graduação;

RESOLVE:

Art. 1º. Concede o adicional de escolaridade a JONES MOHR, ocupante do cargo de TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, correspondente a 10% sobre o vencimento inicial em razão da conclusão da Graduação, pago em verba própria, a partir de Julho de 2020.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Julho de 2020.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

ROGÉRIO ANTÔNIO SEHNEM  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

**PORTARIA N. 223, 01 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591818

PORTARIA N. 223, 01 DE JULHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL EM VIRTUDE DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei lhe confere e, na forma da alínea 'a', do inciso II, do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n. 06/2012 e suas alterações, combinado com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e,

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público aberto pelo Edital 012/2019, cujo resultado final foi homologado pelo Decreto 13/2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, em virtude de aprovação em concurso público, CLEITON VOLMIR SCHNEIDER para exercer as funções do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com vencimento e carga horária prevista pelo Edital de Concurso Público n. 012/2019, com lotação na Secretaria de Infraestrutura, a partir do dia 14 de Julho de 2020.

Art. 2º. O nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias contados da sua nomeação para entrar em exercício.

Art. 3º. O nomeado será regido pelo regime jurídico estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei Complementar n. 05, de 25 de Outubro de 2002.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Julho de 2020.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

ROGÉRIO ANTÔNIO SEHNEM  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

O nomeado entrou em exercício em  
\_\_\_\_\_de Julho de 2020

### **PORTARIA N. 224, 01 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591819

PORTARIA N. 224, 01 DE JULHO DE 2020.

“CONCEDE ADICIONAL DE ESCOLARIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, combinado com a Lei Complementar n. 05/2002 e suas alterações;

CONSIDERANDO o requerimento instruídos com cópia do certificado de conclusão do Ensino Médio;

RESOLVE:

Art. 1º. Concede o adicional de escolaridade a CLEITON VOLMIR SCHNEIDER, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, correspondente a 5% sobre o vencimento inicial em razão da conclusão do Ensino Médio, pago em verba própria, a partir de Julho de 2020.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Julho de 2020.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

ROGÉRIO ANTÔNIO SEHNEM  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

### **PORTARIA N. 225, 17 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591820

PORTARIA N. 225, 17 DE JULHO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso X, do art. 93 da Lei Complementar n. 006, de 25 de outubro de 2002, alterada pela Lei Complementar n. 026, de 19 de Maio de 2009,

CONSIDERANDO a apresentação do Atestado médico, em que atesta o repouso por 180 (cento e oitenta) dias por motivo de parto,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade, a partir de 16 d Julh de 2020, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a servidora FERNANDA WEBER, ocupante do cargo de Enfermeira.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 17 de Julho de 2020.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

ROGÉRIO ANTÔNIO SEHNEM  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

### **PORTARIA N. 226, 20 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591821

PORTARIA N. 226, 20 DE JULHO DE 2020.

“ADMITE ENFEREIRA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinado com as disposições da Lei Complementar n. 07/2002 e Lei Complementar 46/2012;

CONSIDERANDO a homologação do resultado da Chamada Pública – Edital n. 04/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica admitida para atender necessidade temporária, conforme segue:

NOME: ELISANGELA BEATRIZ LINKE

FUNÇÃO: Enfermeira

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

LOTAÇÃO: Posto de Saúde do Distrito de Juvêncio.

VENCIMENTO: Anexo da Lei Complementar n. 46/2012.

PERÍODO: 20.07.2020 a 31.12.2020.

Art. 2º. O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 20 de Julho de 2020.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

ROGÉRIO ANTÔNIO SEHNEM  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

### **PORTARIA N. 227, 20 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591822

PORTARIA N. 227, 20 DE JULHO DE 2020.

“CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Complementar n. 47, de 19 de dezembro de 2012, que institui o adicional de insalubridade pela prestação de serviços em locais insalubres;

CONSIDERANDO a apresentação dos laudos de PPRA – Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais e da LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais, referente ao ano de 2019;

RESOLVE

Art. 1º. Concede Adicional de Insalubridade aos servidores público abaixo identificado, em grau médio, no importe de 20% (vinte por cento), incidentes sobre o valor correspondente ao Menor Vencimento do Município, a partir do mês de Julho de 2020:

I – Secretaria de Infraestrutura

SERVIDOR	CARGO
CLEITON VOLMIR SCHNEIDER	Operador de Máquinas

II – Secretaria de Saúde Pública

SERVIDOR	CARGO
ELISANGELA BEATRIZ LINKE	Enfermeira

Art. 2º. O Adicional de Insalubridade será concedido ao funcionário ou servidor somente enquanto perdurar o exercício em unidades ou atividades insalubres, conforme dispõe o art. 5º da Lei Complementar n. 47/2012.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.  
Saudades, SC, 20 de Julho de 2020.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

ROGÉRIO ANTÔNIO SEHNEM  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

## **PORTARIA N. 228, 20 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2591823

PORTARIA N. 228, 20 DE JULHO DE 2020.

“CONCEDE ADICIONAL DE ESCOLARIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, combinado com a Lei Complementar n. 05/2002 e suas alterações;

CONSIDERANDO o requerimento instruídos com cópia do certificado de conclusão da Pós Graduação;

RESOLVE:

Art. 1º. Concede o adicional de escolaridade a ELISANGELA BEATRIZ LINKE, ocupante do cargo de ENFERMEIRA, correspondente a 15% sobre o vencimento inicial em razão da conclusão da Pós Graduação, pago em verba própria, a partir de Julho de 2020.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4. ° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 20 de Julho de 2020.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

ROGÉRIO ANTÔNIO SEHNEM  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

## **PORTARIA N. 229, 03 DE AGOSTO O DE 2020**

Publicação Nº 2591824

PORTARIA N. 229, 03 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei Orgânica Municipal lhe confere;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado solicitando a exoneração;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado das funções do cargo de ENFERMEIRA, a servidora ELISANGELA BEATRIZ LINKE, a partir de 05 de Agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, estando às verbas rescisórias a disposição do servidor na Tesouraria Municipal.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 03 de Agosto de 2020.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

RÓGERIO ANTÔNIO SEHNEM  
Secretário Municipal da Fazenda e Administração

## **PORTARIA N. 230, 03 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591826

PORTARIA N. 230, 03 DE AGOSTO DE 2020.

“PRORROGA LICENÇA A SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado especialmente com o artigo 88, da Lei Complementar n. 07, de 25 de outubro de 2002;

CONSIDERANDO o requerimento com pedido de licença para tratar de assuntos particulares, protocolado sob n. 171/2019, em 27 de maio de 2020;

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar a licença sem remuneração pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 01 de Julho de 2020, a servidora MARIANA ULSE-NHEIMER MALLMANN, ocupante do cargo de Dentista, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º. A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço público, devidamente justificados.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Saudades, SC, em 03 de Agosto de 2020.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

ROGÉRIO ANTÔNIO SEHNEM  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

# Schroeder

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.231/2020, DE 5 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2592370

DECRETO Nº 5.231/2020, DE 5 DE AGOSTO DE 2020

REGULAMENTA O FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E SUSPENDE ATIVIDADES EM FACE DO ENFRENTAMENTO À COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art. 1º Ficam suspensas até o dia 12 de agosto de 2020, podendo este prazo ser revisto a qualquer tempo, conforme estabelecido no artigo 7º, deste Decreto, as seguintes atividades:

I - transporte coletivo público de passageiros;

II - missas, cultos e outras atividades religiosas que envolvam agrupamento de pessoas de segunda-feira à sexta-feira, permitido aos finais de semana, com capacidade máxima de 50% (cinquenta por cento), respeitando as regras de distanciamento social, e permitidos em qualquer crença os atendimentos individuais mediante horário agendado todos os dias

III - casas de eventos, casas noturnas e parques temáticos;

IV - shows, espetáculos, festas e eventos que acarretem reunião de público;

V - esportivas de recreação;

VI - apresentações musicais, culturais, esportivas e similares em estabelecimentos comerciais, em serviço de alimentação e bar, em clubes sociais e esportivos, e similares;

VII - práticas esportivas de contato ou que envolvam contato, práticas esportivas patrocinadas pela administração municipal, excetuando-se os esportes profissionais que seguirão regramento específico do Governo Estadual.

Art.2º Os restaurantes, bares, lanchonetes, pubs, confeitarias e estabelecimentos congêneres (inclusive os localizados em supermercados e galerias) terão horário reduzido de funcionamento para atendimento presencial de segunda-feira a domingo, das 6h às 18h, respeitando as regras de distanciamento social e o limite de pessoas por mesa, conforme Portaria SES nº 257, de 21 de abril de 2020.

§1º As lanchonetes, pizzarias e sorveterias poderão abrir, para atendimento presencial, de segunda-feira a domingo das 6h às 22hs, mediante reservas, respeitando a capacidade máxima de 50% (cinquenta por cento), bem como as regras de distanciamento social;

§2º Estabelecimentos de alimentos que realizam comércio do tipo delivery (tele-entrega) poderão realizar entregas aos clientes (retirada no balcão ou delivery) das 6h às 24h;

§3º Lojas de conveniência anexas a postos de combustíveis, das 24h até às 6h, poderão disponibilizar somente o autoatendimento, sem consumo no local;

§4º Nos estabelecimentos descritos no caput deste artigo, fica proibida a apresentação de música ao vivo, esporte ou entretenimento, bem como a transmissão de lives por telão ou outro dispositivo, inclusive a execução de qualquer tipo de música que dificulte a conversa e o consequente distanciamento entre clientes e funcionários nesses estabelecimentos;

§5º Os estabelecimentos citados no caput devem disponibilizar dispenser de álcool gel (70 %) em cada mesa disposta e em balcões destes a cada 2 metros;

§6º Fica vedado a restaurantes, pizzarias lanchonetes e afins, reservas superiores a 50% de sua capacidade;

§7º Fica permitido o funcionamento para consumo no local de comércios de assados (casas de carne), padarias e confeitarias (inclusive os localizados em supermercados e galerias) aos domingos, entre 7h e 16h, após este horário, é permitido somente retirada no balcão ou delivery;

§8º Fica proibido o consumo de bebida alcoólica nos comércios de assados (casas de carne) aos domingos.

Art.3º Fica limitada a entrada de 50% (cinquenta por cento) da lotação máxima em supermercados, verdureiras, lojas de departamento e

congêneres no Município de Schroeder.

§1º A lotação máxima referida no caput deste artigo é aquela constante no documento expedido pelo Corpo de Bombeiros, Militar ou Voluntário, para o funcionamento dos estabelecimentos em questão;

§2º Como medida de aferir a limitação referida no caput deste artigo, os estabelecimentos ali referidos deverão colocar à disposição o número exato de carrinhos e/ou cestinhas utilizados pelos seus clientes para as compras;

§3º Os estabelecimentos referidos no caput deste artigo deverão cumprir todas as medidas de higienização e atendimentos necessários recomendados pelas autoridades sanitárias e epidemiológicas, inclusive a sanitização do ambiente interno e externo, adotando, no mínimo, as seguintes providências:

I - disponibilização de álcool gel 70% (setenta por cento) para uso dos funcionários e público em geral, logo na sua entrada, no interior e na saída da loja;

II - recomendação a seus clientes que se submetam à aferição instantânea de temperatura corporal logo no ingresso deste à loja, para estabelecimentos com capacidade máxima superior a 50 (cinquenta) pessoas, calculado na forma indicada no §1º deste artigo;

III - estabelecimento de protocolo para limpeza frequente e desinfecção de superfícies, equipamentos, materiais e objetos compartilhados pelas pessoas, principalmente nas trocas de turnos;

IV - fixação, na entrada da loja, da capacidade máxima do estabelecimento, assim como a restrição a 50% (cinquenta por cento) dessa capacidade, inclusive da área de estacionamento;

V - orientação dos clientes para que mantenham distanciamento mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) durante todo o período em que estiverem no estabelecimento, além do uso obrigatório da máscara;

VI - manutenção da ventilação natural dos ambientes, preferencialmente com a finalidade de promover a renovação do ar;

VII - disponibilização, nos sanitários de clientes e de funcionários, de kit de higiene para as mãos, contendo sabonete líquido, álcool em gel 70% (setenta por cento) e toalha de papel não reciclável;

VIII - utilização, se necessário, do uso de senhas ou outro sistema eficaz, a fim de evitar aglomeração nos estabelecimentos e entorno, especialmente em filas para acesso e para pagamento;

IX - instalação de barreiras de proteção nos caixas;

X - utilização de todos os meios de comunicações internas para alertar, de forma constante, seus clientes sobre as medidas de segurança preconizadas pelo Ministério da Saúde.

§4º Os estabelecimentos comerciais referidos no caput deste artigo deverão manter nas suas entradas pessoal treinado para orientação e abordagem dos clientes, buscando o respeito a todas as normas de segurança.

Art.4º Fica proibida aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo.

Parágrafo único. Estão autorizadas as reuniões com finalidade de trabalho, com adoção das medidas indicadas no artigo 2º, da Portaria SES nº 235, de 8 de abril de 2020, limitadas a 10 (dez) pessoas.

Art.5º Na publicidade das promoções, os estabelecimentos deverão fazer a orientação sobre as medidas de segurança específicas para o local, além de tratar das questões de distanciamento social.

Parágrafo único. Recomenda-se que, nas ações de marketing e intervenções diretas nos estabelecimentos, tais como pedágio, blitz de rádios, entre outras, não seja permitida a aglomeração de pessoas.

Art.6º A fiscalização dos estabelecimentos referidos neste Decreto bem como a devida orientação ficará a cargo das equipes de Vigilância Sanitária, de Fiscalização de Posturas e das equipes de Segurança Pública, podendo, esses últimos, agir na condição de autoridade de saúde em todo o Município, cabendo-lhes a fiscalização das regras de combate à COVID-19.

Art.7º As disposições previstas neste Decreto poderão ser revogadas a qualquer tempo diante da evolução da pandemia e seu impacto na rede de atenção à saúde.

§1º A Secretaria Municipal de Saúde fará acompanhamento das semanas epidemiológicas e apresentará decisão ao menos quinzenalmente sobre a evolução da pandemia, para indicar se houve: melhora (possibilidade de liberação e atividades), manutenção (mantêm-se as atividades suspensas) ou piora (necessidade de suspensão de outras atividades) nas condições do Município e região.

§2º Nas avaliações serão levados em consideração, ao menos, os seguintes indicadores: número de atendimentos de casos suspeitos, número de casos confirmados, número de óbitos, taxa de internação, taxa de ocupação de UTI e taxa de transmissibilidade.

Art.8º O descumprimento do regramento disposto neste Decreto configura infração sanitária grave, nos termos da Lei Complementar

Municipal.

Parágrafo único. O julgamento dos processos administrativos abertos na Vigilância Sanitária, relacionados ao descumprimento dos regulamentos de combate à COVID-19, terão tramitação prioritária aos demais procedimentos, salvo fundamentado interesse público.

Art.9º O presente Decreto não revoga outras legislações vigentes que regem as atividades autorizadas.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor a partir de 6 agosto de 2020, condicionada a sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 5 de agosto de 2020.

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal

Publicado por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA  
Procurador Municipal

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 57/2020-PMS

Publicação Nº 2591662

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2020

Número do Registro de Preços: 48/2020 Data do Registro: 05/08/2020 Válido até: 05/08/2021

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de cortinas e persianas com instalação para suprir a necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Assistência Social e Conselho Tutelar do Município de Schroeder/SC, ao longo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Aquisição de Persiana em P.V.C na cor bege, vertical, abertura central, inclui todo o material e mão de obra necessária para a instalação da persiana.	M²	M GIROLDO DECORA LTDA (14459)		0	60,0000	1
2			RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA (12668)		0	69,8900	2
3			PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP (10673)		0	72,9000	3
2	Aquisição de Persiana rolô em tecido blackout, cor branca ou bege, bloqueiam a passagem de luz por , meio de um revestimento especial, acionamento por corrente, sistema simples e prático, que permite acionar o produto para abrir ou fechar por meio de uma corrente.	M²	M GIROLDO DECORA LTDA (14459)		0	137,0000	1
2			RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA (12668)		0	138,0000	2
3			PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP (10673)		0	149,0000	3
3	Manutenção de persiana em P.V.C e persiana rolô, inclui todo o material e mão de obra necessária para manutenção da persiana.	M²	RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA (12668)		0	63,0000	1
2			PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP (10673)		0	65,0000	2
3			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (12924)	JLM	0	75,0000	3
4	Aquisição de persiana P.V.C na cor branca, vertical, inclui todo o material e mão de obra necessária para instalação da persiana.	M²	M GIROLDO DECORA LTDA (14459)		0	66,0000	1
2			RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA (12668)		0	67,0000	2
3			PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP (10673)		0	70,0000	3

Página: 2/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2020**

**Número do Registro de Preços: 48/2020      Data do Registro: 05/08/2020      Válido até: 05/08/2021**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de cortinas e persianas com instalação para suprir a necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Assistência Social e Conselho Tutelar do Município de Schroeder/SC, ao longo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Aquisição de cortina black out com vara e suporte, abertura central, cor branca ou cinza, que bloqueiam a passagem de luz, por meio de um revestimento especil. Tamanho 11,70 m de comprimento por 1,75 de largura	UN	G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (12924)	FGS	0	848,0000	1
			M GIROLDO DECORA LTDA (14459)		0	1.239,0000	2
6	Aquisição de cortina black out com vara e suporte, abertura central, cor branca ou cinza, que bloqueiam a passagem de luz, por meio de um revestimento especil. Tamanho 2,10m de comprimento por 1,40 de largura	UN	M GIROLDO DECORA LTDA (14459)		0	177,0000	1
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (12924)	FGS	0	178,0000	2
7	Aquisição de cortina black out com vara e suporte, abertura central, cor branca ou cinza, que bloqueiam a passagem de luz, por meio de um revestimento especil. Tamanho 6,85m de comprimento por 1,78 de largura	UN	G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (12924)	FGS	0	587,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2020

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 48/2020		Data do Registro: 05/08/2020		Válido até: 05/08/2021			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de cortinas e persianas com instalação para suprir a necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Assistência Social e Conselho Tutelar do Município de Schroeder/SC, ao longo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			M GIROLDO DECORA LTDA (14459)		0	700,2500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2020

Número do Registro de Preços: 48/2020		Data do Registro: 05/08/2020		Válido até: 05/08/2021			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de cortinas e persianas com instalação para suprir a necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Assistência Social e Conselho Tutelar do Município de Schroeder/SC, ao longo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2020  
PROCESSO Nº 127/2020

- (10673) - PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP
- (12668) - RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA
- (12924) - G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP
- (14459) - M GIROLDO DECORA LTDA

Schroeder, 5 de Agosto de 2020.

# Seara

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 74/2020

Publicação Nº 2592105

#### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 74/2020

Convoca aprovado para admissão imediata, em caráter temporário, nos termos do Edital de Chamamento Público nº. 68/2020.

O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos incisos X e XIII do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, combinadas com as disposições do item 7 – Do Preenchimento Das Vagas, do Edital nº 68/2020,

#### CONVOCA:

Art. 1º Fica convocado para admissão, em caráter temporário, considerando-se para tal o período de 3 (três) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento do interessado, respeitada a ordem de classificação, o candidato a seguir, aprovado no Edital de Chamamento Público para Processo Seletivo Público nº. 68/2020, para a vaga de trabalho a seguir mencionada:

I - Cargo: MÉDICO – 40 HORAS

Número de vagas: 01 vaga

Classificação: 3º lugar – Matheus Toldo Kazerski

Art. 2º O convocado por este Edital, deverá comparecer até o dia 10 de agosto de 2020, no Departamento de Recursos Humanos, na Avenida Anita Garibaldi, nº 371, Seara/SC, nesta Cidade, para dar ciência no Termo de Convocação e retirar a relação de documentos necessários para a sua nomeação ao cargo, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Art. 3º Sob pena de exclusão do Edital de Chamamento Público nº 68/2020, o candidato convocado, que tenha realizado inscrição por e-mail na forma prevista subitem 1.2.1 do Edital nº 68, de 20 de julho de 2020, deverão apresentar os documentos originais no Departamento de Recursos Humanos, situado na Avenida Anita Garibaldi, 371, nesta cidade e Município de Seara/SC, no prazo previsto no art. 2º deste edital, para o fim de autenticação dos documentos encaminhados.

Art. 4º O não comparecimento do candidato para ciência do Termo de Convocação previsto no art. 2º, dentro do prazo estabelecido, será entendido como renúncia tácita.

Parágrafo único. O candidato convocado, impossibilitado de comparecer no prazo previsto no artigo 2º do presente Edital e início de atividades previsto no mesmo artigo, poderá requerer diretamente ao Secretário Municipal da Saúde a prorrogação do prazo, podendo ser deferido ou indeferido o requerimento mediante interesse público.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 05 de agosto de 2020.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 05 de agosto de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 75/2020

Publicação Nº 2592108

#### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 75/2020

Convoca aprovado para admissão imediata, em caráter temporário, nos termos do Edital de Processo Seletivo nº. 69/2019.

O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos incisos X e XIII do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, inciso I do art. 9º e art. 11 da lei complementar nº. 18/2003, combinadas com as disposições do item 13 – Do Preenchimento Das Vagas, do Edital nº 69/2019,

#### CONVOCA:

Art. 1º Fica convocada para admissão, em caráter temporário, considerando-se para tal o período de 3 (três) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento do interessado, respeitada a ordem de classificação, a candidata a seguir, aprovada no Processo Seletivo Público nº. 69/2019, para a vaga de trabalho a seguir mencionada:

I - Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Número de vagas: 01 vaga

Classificação: 1º lugar – Cleonice Keding

Art. 2º A convocada por este Edital, deverá comparecer até o dia 10 de agosto de 2020, no Departamento de Recursos Humanos, na Avenida Anita Garibaldi, nº 371, Seara/SC, nesta Cidade, para dar ciência no Termo de Convocação e retirar a relação de documentos necessários para a sua nomeação ao cargo, no horário das 08h00min às 11h30min horas e das 13h00min às 17h30min horas.

Art. 3º O não comparecimento da candidata para ciência do Termo de Convocação previsto no artigo anterior, dentro do prazo estabelecido, será entendido como renúncia tácita.

Parágrafo único. A candidata convocada, impossibilitada de comparecer no prazo previsto no artigo 2º do presente Edital e início de

atividades previsto no mesmo artigo, poderá requerer diretamente a Secretária Municipal da Administração a prorrogação do prazo até a data de início de suas atividades, podendo ser deferido ou indeferido o requerimento mediante interesse público.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 05 de agosto de 2020.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 05 de agosto de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

## PROCESSO LICITATÓRIO 134/2020

Publicação N° 2592013

Processo Licitatório nº 134/2020 – Inexigibilidade de Licitação nº 014/2020.

Objeto: Credenciamento para fornecimento de cascalho.

Justificativa: O Município de Seara lançou Edital de Chamamento Público nº 001/2017, objetivando o credenciamento para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, a ser utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública. Atendendo às exigências do referido Edital de Chamamento Público, a Sra. Dirlei Fassbinder Käfer comprovou capacidade para tal fornecimento, ficando a mesma habilitada.

Fundamento Legal - Lei nº 8.666/93, art. 25, caput.

Seara, SC, 05 de agosto de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

## PROCESSO LICITATÓRIO 135/2020

Publicação N° 2592476

Processo Licitatório nº 135/2020.

Edital de Pregão Presencial nº. 070/2020.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livro respectivo, impreterivelmente até às 13h30min do dia 18/08/2020, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à contratação de empresa especializada para prestação de serviço mensal (mão de obra) de ajardinamento e manutenção e limpeza de meios fios e calçadas dos bairros do Município de Seara – SC. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 05 de agosto de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO Nº 123/2020**

Publicação Nº 2591493

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA</b>  CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	<b>PREGÃO ELETRÔNICO</b> <b>Nr.: 2/2020 - PE</b>  Processo Administrativo: 93/2020 Processo de Licitação: 123/2020 Data do Processo: 17/07/2020
Folha: 1/1	

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Pregoeiro(a) Municipal, Sr(a) CLAI SNEI ANDRE VANI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, após analisado o resultado do Pregão acima especificado, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 123/2020  
b ) Licitação Nr.: 2/2020-PE  
c ) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO  
d ) Data da Adjudicação: 30/07/2020 Sequência: 0  
e ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, POR MEIO DE RECURSOS PRÓPRIOS E RECURSOS VINCULADOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO MAPA Nº 892344/2019, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

		(em Reais R\$)			
f ) Fornecedores e Itens Adjudicados:	Unid.	Qtde	Desclo (%)	Preço Unitário	Total do Item
<b><u>BRASIL IMPLEMENTOS AGRICOLAS - EIRELI (13420)</u></b>					
1 DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E ADUBO SECO DE NO MÍNIMO 6 (SEIS) TONELADAS TOCADO POR CORREIAS E CAIXA DE ENGENHAGENS PARA TOCAR A ESTEIRA, RODADO TANDEM COM PNEUS NOVOS 14 LONAS - Marca: IAC/DAS 6000	UN	2,00	0,0000	16.750,00	33.500,00
2 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO LÍQUIDO 4.000 LITROS A VÁCUO RODADO TANDEM ARO 16 COM PNEUS NOVOS 10 LONAS - Marca: IAC/DAL 4000	UN	2,00	0,0000	17.500,00	35.000,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>68.500,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>68.500,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.114.4.4.90.00.00.00.00 (126); 1.114.4.4.90.00.00.00.00 (276)

Seara, 30 de Julho de 2020.

Luiz Dalago Júnior - Pregoeiro

Claisnei André Vani - Pregoeiro

Tais Cristina Dreon - Pregoeira

**TERMO HOMOL AJDUDIC PL Nº 134/2020**

Publicação Nº 2592016

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA</b>  CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	<b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 14/2020 - IL</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 134/2020 Data do Processo: 05/08/2020
Folha: 1/1	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, EDEMILSON CANALE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 134/2020  
b ) Licitação Nr.: 14/2020-IL  
c ) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação  
d ) Data Homologação: 05/08/2020  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação CREDENCIAMENTO PARA FORNECIMENTO DE CASCALHO.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:					(em Reais R\$)	
	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item	
<b><u>LEI FASSBINDER KÄFER (13431)</u></b>						
1 FORNECIMENTO DE CASCALHO, DO TIPO MACADAME, A SER UTILIZADO NA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E EM OBRAS REALIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	M3	1,00	0,0000	2,00	2,00	
2 FORNECIMENTO DE CASCALHO, DE MACADAME, A SER UTILIZADO NA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E EM OBRAS REALIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS DE METRAGEM CÚBICA, SEM PAGAMENTO MENSAL DA QUANTIDADE RETIRADA	M3	1,00	0,0000	2,00	2,00	
Total do Fornecedor:					4,00	
Total Geral:					4,00	

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.251.3.3.90.00.00.00.00.00 (159) Saldo: 675.787,53

-----  
EDEMILSON CANALE  
PREFEITO MUNICIPAL

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 171/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2592380

DECRETO Nº 171/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1.137/2019 de 13/12/2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.137/2019 de 13/12/2019:

Entidade 2: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Natureza da Despesa: 3.3.93.00 – Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos.

Fonte: 00.01.0059 – Transferências do SUS

Dotação: 26 ..... R\$ 200.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior são provenientes do provável excesso de arrecadação verificado no Exercício 2020 no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), proveniente das Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/UNIÃO.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 03 de agosto de 2020.

DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CERIZOLLI  
Secretário de Administração

# Siderópolis

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMAS 01 2020

Publicação Nº 2591792

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020  
(Referente Pregão Presencial nº. 02/2020)

O MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, através do Fundo Municipal de Assistência Social, com sede na Rua Presidente Dutra, 01 – bairro Centro, Siderópolis/SC., inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 01.780.429/0001-01, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pelo Sr. HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, e a(s) empresa(s) METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, estabelecida na Estrada Boa Esperança, nº 1918, Rio do Sul - SC, CEP 89160-000 inscrita no CNPJ/MF, sob n.º 83.157.032/0001-22, ora denominada CONTRATADA, representada pelo Sr. Jefferson Mendes, CPF nº 987.128.109-91; NICOLAU SATURNINO VIEIRA CNPJ/MF n.º 34.413.040/0001-87, estabelecida na Rua Pedro Hoffmann, 215, Bairro Rio Vermelho, em Orleans/SC, representado neste ato por Artedanio Silva Vieira, CPF nº 715.671.949-15, doravante denominados DETENTOR(A) DA ATA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 08/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para empresa especializada no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual para o enfrentamento ao combate à COVID-19.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes no anexo.

1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, serviços de entrega, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

3.1. O DETENTOR DA ATA, quando solicitado pelo município, deverá atender as seguintes exigências:

a) Os produtos deste edital serão requisitados parceladamente, conforme necessidade do Fundo Municipal de Saúde, durante o ano de 2020, e deverão ser entregues num prazo de carência máximo de 05 (cinco) dias úteis ou em situações emergenciais num prazo menor a ser acordado entre as partes, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da licitante, na Prefeitura Municipal de Siderópolis, ou em local diverso a ser designado entre as partes, em perfeito estado de conservação, com as respectivas garantias de validade, data de validade superior a 01 (um) ano, em horário a ser estabelecido, através do Departamento de Compras;

b) Os materiais com data de validade inferior a 01 (um) ano, quando da entrega serão devolvidos.

c) Caso não seja entregue os materiais no prazo previsto, a empresa licitante será multada nas condições previstas neste Edital.

d) A DETENTORA DA ATA deverá observar estritamente as regras referente à entrega dos materiais, não sendo permitido alegar problemas na entrega em relação a fato de terceiro (distribuidor, fornecedor, fabricante, transportadora) alheios a relação contratual, aplicando-se, para tanto, a multa prevista no item neste Edital no caso de atraso no fornecimento.

e) A DETENTORA DA ATA ficará isenta de responsabilização somente nos casos de caso fortuito e força maior, devidamente comprovados, previstos na Lei 8.666/93.

f). O prazo constará expressamente nas requisições e/ou ordens de fornecimento que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital e anexos.

g) considerar-se-á como início de contagem de tempo para efeito de fornecimento dos materiais, a data de recebimento das requisições e/ou ordens de fornecimento.

h) O prazo de entrega estabelecido nas requisições e/ou ordens de fornecimento é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", previsto em lei, comunicado pela DETENTORA DA ATA, por escrito, ao ORGAO GERENCIADOR, antes do vencimento do prazo.

i). aceito e oficializado por escrito, pelo ORGAO GERENCIADOR, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

j) Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente do Município de Siderópolis, com base nas exigências previstas no Edital e anexos, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste Termo Contratual.

k) Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pelo DETENTOR DA ATA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias, contados da atestação da nota fiscal/fatura, por meio de transferência eletrônica a crédito do contratado, na agência e estabelecimento bancário a serem especificadas pela licitante contratada na nota fiscal/fatura, observando a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93, ou ainda, em casos excepcionais por emissão de cheque.

a) A atestação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente autorizado para o recebimento dos produtos, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

- b) a empresa fornecedora contratada deverá mencionar obrigatoriamente na nota fiscal/fatura os seguintes elementos
- no campo "informações complementares", o número da Autorização de Fornecimento e número do Processo de Licitação;
  - dados bancários: Banco, Agência e nº Conta-Corrente.
  - marca dos produtos cotados de acordo com a proposta.

c) O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Siderópolis-SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

2. Os pagamentos somente serão liberados mediante a apresentação nas datas de liquidação, obrigatoriamente, dos certificados de regularidade perante a Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal, devidamente atualizados, assim como, a Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) – Lei 12.440/2011), sob pena do órgão competente do CONTRATANTE aplicar as penalidades previstas em lei.

3. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo o CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

4. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

#### CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

##### 1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à DETENTORA DA ATA no prazo estabelecido, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à DETENTORA DA ATA da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;

2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1-A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do contrato ou instrumento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato/documento equivalente e das demais cominações legais.

2 – suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

3 – multas pecuniárias, nas seguintes proporções:

3.1 – de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

3.2 – moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceite, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

3.3 – de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste;

4 – A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

5 – Nos termos do parágrafo 3º do art. 86 e do parágrafo 1º do art. 87 da Lei 8.666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica;

6 – Além das multas, à detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

6.1 – advertência;

6.2 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

6.3 – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

8. A aplicação das sanções previstas não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados ao Município de Siderópolis.

9. Os valores das multas aplicadas, previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo município.

#### CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;
2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.
3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.
4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.
5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido

#### CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.
- 1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.
- 1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio instrumento de contrato, ou de emissão de nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### CLAUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1 As despesas correrão por conta das dotações específicas do orçamento de 2020:

Recursos da Atenção Básica SUS/União

Recursos do SUS/Estado

Recursos Ordinários.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata de Registro de Preços, processo nº o Edital de Pregão Presencial nº 05/2020, seus anexos e a proposta/lance da Detentora desta ata.
2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Siderópolis/SC., com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.
2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprir fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

HELIO ROBERTO CESA Prefeito Municipal ORGÃO GERENCIADOR	ARTEDANIO SILVA VIEIRA Nicolau Saturnino Vieira DETENTOR
JEFFERSON MENDES Metromed Comércio De Material Médico Hospitalar Ltda DENTENTOR	

Siderópolis/SC, 30 de julho de 2020.

ANEXO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS 08 2020**

Publicação Nº 2591791

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2020  
(Referente Pregão Presencial nº. 12/2020)

O MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Presidente Dutra, 01 – bairro Centro, Siderópolis/SC., inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 11.270.545/0001-34, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pelo Sr. HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, e a(s) empresa(s) MAYCON WILL EIRELI, estabelecida na Rua Alvorada, nº 180, Flor de Nápolis, São José/SC, CEP 88106-460, inscrita no CNPJ/MF, sob n.º 18.712.730/0001-80, ora denominada CONTRATADA, representada pelo Sr. Luiz Fernando de Oliveira, CPF nº 910.438.169-68, doravante denominados DETENTORA(S) DA ATA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 12/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Registro de Preços para o fornecimento parcelado de Máscaras cirúrgicas camada tripla, destinados às ações de combate à COVID-19 no Município de Siderópolis/SC.

**CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes no anexo.

1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, serviços de entrega, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

**CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA**

3.1. O DETENTOR DA ATA, quando solicitado pelo município, deverá atender as seguintes exigências:

a) Os produtos deste edital serão requisitados parceladamente, conforme necessidade do Fundo Municipal de Saúde, durante o ano de 2020, e deverão ser entregues num prazo de carência máximo de 05 (cinco) dias úteis ou em situações emergenciais num prazo menor a ser acordado entre as partes, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da licitante, na Prefeitura Municipal de Siderópolis, ou em local diverso a ser designado entre as partes, em perfeito estado de conservação, com as respectivas garantias de validade, data de validade superior a 01 (um) ano, em horário a ser estabelecido, através do Departamento de Compras;

b) Os materiais com data de validade inferior a 01 (um) ano, quando da entrega serão devolvidos.

c) Caso não seja entregue os materiais no prazo previsto, a empresa licitante será multada nas condições previstas neste Edital.

d) A DETENTORA DA ATA deverá observar estritamente as regras referente à entrega dos materiais, não sendo permitido alegar problemas na entrega em relação a fato de terceiro (distribuidor, fornecedor, fabricante, transportadora) alheios a relação contratual, aplicando-se, para tanto, a multa prevista no item neste Edital no caso de atraso no fornecimento.

e) A DETENTORA DA ATA ficará isenta de responsabilização somente nos casos de caso fortuito e força maior, devidamente comprovados, previstos na Lei 8.666/93.

f). O prazo constará expressamente nas requisições e/ou ordens de fornecimento que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital e anexos.

g) considerar-se-á como início de contagem de tempo para efeito de fornecimento dos materiais, a data de recebimento das requisições e/ou ordens de fornecimento.

h) O prazo de entrega estabelecido nas requisições e/ou ordens de fornecimento é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de “força maior”, previsto em lei, comunicado pela DETENTORA DA ATA, por escrito, ao ORGAO GERENCIADOR, antes do vencimento do prazo.

i). aceito e oficializado por escrito, pelo ORGAO GERENCIADOR, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

j) Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente do Município de Siderópolis, com base nas exigências previstas no Edital e anexos, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste Termo Contratual.

k) Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pelo DETENTOR DA ATA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS**

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

**CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias, contados da atestação da nota fiscal/fatura, por meio de transferência eletrônica a crédito do contratado, na agência e estabelecimento bancário a serem especificadas pela licitante contratada na nota fiscal/fatura, observando a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93, ou ainda, em casos excepcionais por emissão de cheque.

a) A atestação da Nota Fiscal se dará mediante o “CERTIFICADO” pelo responsável do órgão competente autorizado para o recebimento dos produtos, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

b) a empresa fornecedora contratada deverá mencionar obrigatoriamente na nota fiscal/fatura os seguintes elementos

- no campo “informações complementares”, o número da Autorização de Fornecimento e número do Processo de Licitação;

- dados bancários: Banco, Agência e nº Conta-Corrente.

- marca dos produtos cotados de acordo com a proposta.

c) O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Siderópolis-SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

2. Os pagamentos somente serão liberados mediante a apresentação nas datas de liquidação, obrigatoriamente, dos certificados de regularidade perante a Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS) e Certidão Negativa de

Débito Municipal, devidamente atualizados, assim como, a Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) – Lei 12.440/2011), sob pena do órgão competente do CONTRATANTE aplicar as penalidades previstas em lei.

3. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo o CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

4. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

#### CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

##### 1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à DETENTORA DA ATA no prazo estabelecido, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à DETENTORA DA ATA da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;

2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1-A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do contrato ou instrumento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato/documento equivalente e das demais cominações legais.

2 – suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

3 – multas pecuniárias, nas seguintes proporções:

3.1 – de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

3.2 – moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

3.3 – de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste;

4 – A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

5 – Nos termos do parágrafo 3º do art. 86 e do parágrafo 1º do art. 87 da Lei 8.666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica;

6 – Além das multas, à detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

6.1 – advertência;

6.2 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

6.3 – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

8. A aplicação das sanções previstas não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados ao Município de Siderópolis.

9. Os valores das multas aplicadas, previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo município.

#### CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido

#### CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio instrumento de contrato, ou de emissão de nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### CLAUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas correrão por conta das dotações específicas do orçamento de 2020:

Recursos da Atenção Básica SUS/União

Recursos do SUS/Estado

Recursos Ordinários.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata de Registro de Preços, processo nº o Edital de Pregão Presencial nº 05/2020, seus anexos e a proposta/lance da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Siderópolis/SC., com renuncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer duvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Siderópolis/SC, 29 de julho de 2020.

<p>HELIO ROBERTO CESA Prefeito Municipal ORGÃO GERENCIADOR</p>	<p>LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA Maycon Will Eireli DETENTOR</p>
--	--

ANEXO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMS 07 2020

Publicação Nº 2591789

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2020

(Referente Pregão Presencial nº. 14/2020)

O MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, com sede na Rua Presidente Dutra, 01 – bairro Centro, Siderópolis/SC., inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 82.929.407/0001-62, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pelo Sr. HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, e a(s) empresa(s): PAXIMIX ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.547.252/0001-14, com sede na Estrada Feral rio Ferreira, s/n, Treviso/SC, representada neste ato pelo Sr. VILMAR STANGHERLIN; ANGELINA VOLPATO BAGIO, inscrita no CNPJ nº 27.382.228/0001-40, com sede na Rua Jose Dalsasso, Barro Vermelho, Orleans/SC, neste ato representado neste ato por EDSON BAGIO; AFM ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, inscrito no CNPJ nº 00.196.198/0001-20, com sede na Estrada Linha Ferreira Ponte, s/n, pavilhão, Cocal do Sul/SC, neste ato representado por ADENIR ANTONIO MENEGON, doravante designados DETENTORES DA ATA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº.014/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as clausulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Registro de Preços para fornecimento parcelado de tubos de concreto, com recursos provenientes do FINISA.

#### CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados são os constantes no anexo deste ata.

1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, serviços de entrega, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Entregar os produtos de forma parcelada, conforme solicitação do ÓRGÃO GERENCIADOR, e deverão ser entregues em até 24 (vinte

e quatro ) horas, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA CONTRATADA, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de validade de consumo.

2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e anexos e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.

3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

5. A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a data e a hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

6- Na entrega os produtos serão rigorosamente conferidos pela equipe técnica da Secretaria do Sistema de Infraestrutura, Planejamento e Mobilidade Urbana, de acordo com os termos do Termo de referência, que faz parte integrante deste instrumento.

7. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente do Município de Siderópolis, com base nas exigências previstas no Edital, seus anexos e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

#### CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias, contados da atestação da nota fiscal/fatura, por Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito bancário em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário a serem especificadas pela licitante contratada na nota fiscal/fatura, observando a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

a) A atestação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente autorizado para o recebimento dos produtos, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

b) a empresa fornecedora contratada deverá destacar na nota fiscal/fatura, além do número e a data de assinatura do contrato, os dados bancários: Banco, Agência e nº Conta-Corrente.

c) O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Siderópolis-SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

2. Os pagamentos somente serão liberados mediante a apresentação nas datas de liquidação, obrigatoriamente, dos certificados de regularidade perante a Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal, devidamente atualizados, assim como, a Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) – Lei 12.440/2011), sob pena do órgão competente do CONTRATANTE aplicar as penalidades previstas em lei.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo o CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

#### CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à DETENTORA DA ATA no prazo estabelecido, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à DETENTORA DA ATA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;

2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1-A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do contrato ou instrumento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato/documento equivalente e das demais cominações legais.

2 – suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

3 – multas pecuniárias, nas seguintes proporções:

3.1 – de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

3.2 – moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

3.3 – de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que

caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste;

4 – A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

5 – Nos termos do parágrafo 3º do art. 86 e do parágrafo 1º do art. 87 da Lei 8.666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica;

6 – Além das multas, à detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

6.1 – advertência;

6.2 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

6.3 – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

8. A aplicação das sanções previstas não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados ao Município de Siderópolis.

9. Os valores das multas aplicadas, previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo município.

#### CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio instrumento de contrato, ou de emissão de nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### CLAUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: “105”.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata de Registro de Preços, processo nº 14/2020, o Edital de Pregão Presencial nº 09/2020, seus anexos e a proposta/lance da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Siderópolis/SC., com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 01 (uma) via de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Siderópolis/SC, 06 de junho de 2020.

HELIO ROBERTO CESA	VILMAR STANGHERLIN	ADENIR MENEGON	EDSON BAGIO
PREFEITO MUNICIPAL	PAXIMIX ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	AFM ARTEFATOS DE CIMENTO	ANGELINA VOLPATO BAGIO
ORGAO GERENCIADOR	DETENTOR	DETENTOR	DETENTOR

#### ANEXO I – PREÇOS REGISTRADOS

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 1/2020**

Publicação Nº 2591667

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 1/2020**

O Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições de cadastramento curricular para possível contratação de pessoal, por prazo determinado, em caráter temporário para atuar nos Estabelecimentos de Saúde, necessários à Secretaria Municipal de Saúde de Siderópolis, pelo período compreendido entre 5 de agosto de 2020 até dia 14 de agosto de 2020, fundamentado no princípio da continuidade do serviço público e necessidade de cada Estabelecimento de Saúde, em decorrência da COVID-19, com fundamento no art. 37, IX, da Constituição Federal e Lei Municipal nº 2387, de 4 de agosto de 2020.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O chamamento público simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado pela comissão designada pela Secretaria Municipal de Administração, sendo a mesma responsável pela conferência e análise da documentação dos candidatos para a classificação no certame.

1.2. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e aceitação irrestrita das instruções e das condições do chamamento público, tais como se encontram estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.3. O Edital e suas alterações serão publicados no Diário Oficial do Município no link <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> e no site da Prefeitura Municipal de Siderópolis no link <https://www.sideropolis.sc.gov.br/>.

1.4. A classificação dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios e consistirá no somatório de pontos de curso de qualificação, de contagem de títulos e da experiência comprovada na área específica da função a ser exercida.

1.5. De acordo com a Lei Municipal nº 2387/2020, o chamamento público destina-se a possível contratação temporária.

1.6. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem crescente de classificação.

1.7. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I - Pelo término do prazo contratual;

II - Por conveniência motivada da administração pública contratante;

III - Por iniciativa do contratado; e

IV - Pelo cometimento de infração contratual ou legal por parte do contratado, apurada em processo administrativo regular.

**2. DOS CARGOS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL EXIGIDA, ATRIBUIÇÕES E REMUNERAÇÃO.**

2.1. São requisitos básicos para o ingresso no serviço público:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado;

b) ter no mínimo 18 (dezoito) anos de idade;

c) estar quite com as obrigações eleitorais e militares;

d) não registrar sentença penal condenatória transitada em julgado;

e) estar em gozo dos direitos políticos;

f) possuir diploma/certificado de escolaridade exigido para a função a ser exercida;

g) estar devidamente registrado nos órgãos de classe da função pretendida.

2.2. Na tabela abaixo está descrito a função, carga horária, a escolaridade exigida e vencimento:

Função Ensino Superior Completo	Vagas	CH	Valor Integral	Habilitação
Enfermeiro(s)	5 (cinco)	40h	R\$ 3.543,38	Portador de Diploma de Nível Superior em Enfermagem, com registro no órgão competente.
Médico(s)	3 (três)	40h	R\$ 12.852,09	Portador de Diploma de Nível Superior em Medicina, com registro no órgão competente.
Motorista	1 (um)	40h	R\$ 1.879,00	Habilitação categoria B
Técnico(s) de Enfermagem	10 (dez)	40h	R\$ 1.767,00	Portador de Diploma de Nível técnico em Enfermagem com registro no órgão competente.

2.3. As atribuições da função estão relacionadas no anexo I deste edital.

**3. DA INSCRIÇÃO**

3.1. As inscrições ocorrerão no período de 5 de agosto de 2020 até dia 14 de agosto de 2020, devendo o interessado acessar o <https://www.sideropolis.sc.gov.br/> e preencher os dados solicitados. Não será cobrada taxa de inscrição.

3.2. Na inscrição deve constar, obrigatoriamente, telefone, endereço e e-mail atualizados, que serão utilizados para os contatos posteriores com os interessados.

3.3. Em nenhum caso será aceita inscrição por via que não seja o envio por meio do endereço eletrônico citado acima.

3.4. Após a análise da inscrição e das informações fornecidas pelo interessado será realizada análise e classificação, sendo que a entrega da documentação comprobatória ocorrerá no momento do chamamento e é responsabilidade do candidato apresentar toda documentação na qual declarou ser portador.

3.5. O candidato poderá se inscrever, apenas, para uma função pretendida.

**4. DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO**

4.1. No ato da inscrição online, o candidato deverá informar dados que comprovem sua capacitação para vaga pretendida e ao ser chamado deverá fornecer os seguintes documentos:

4.1.1. Fotocópia e original da Carteira de Identidade e CPF ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH);

4.1.2. Fotocópia e original do diploma ou certificado de Conclusão do Curso para o cargo pretendido;

4.1.3. Certificados de conclusão de cursos de qualificação, com carga horária mínima de 20 horas para cada certificado (sendo limitado o quantitativo de até 5 (cinco) cursos, informados no momento da inscrição;

4.1.4. Comprovante de experiência no cargo pretendido, conforme as determinações do item 2.2 do presente edital;

4.1.5. Fotocópia e original de certificado de conclusão de curso pós-graduação, mestrado e/ou doutorado;

4.1.6. Fotocópia e original de Certidão de Nascimento de filhos para fins de desempates.

**5. DO CHAMAMENTO PÚBLICO**

5.1 A classificação dar-se-á mediante somatório de pontos de curso de qualificação, da experiência informada e da contagem de títulos.

**6. DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO**

6.1. Para critério de pontuação de curso de qualificação deverá ser apresentado somente certificado com carga horária mínima de 20 horas, dos últimos quatro anos a contar da data de publicação do presente edital e com as seguintes especificações para o cargo:

6.2. Os cursos de qualificação serão aceitos desde que sejam na área da função pretendida.

6.3. Não serão aceitos certificados de disciplinas de cursos de graduação, especialização, mestrado e/ou doutorado ou disciplinas isoladas concluídas ou não.

6.4. A pontuação de cursos de qualificação para todas as funções pretendidas consiste na somatória das cargas horárias das informações disponibilizadas no ato da inscrição e quando do chamamento deverá ser apresentado, segue na tabela abaixo, com limite de até 5 (cinco) cursos na função pretendida:

Quantidade de Horas de curso de Qualificação somando as cargas horárias dos certificados apresentados	Pontuação
20 horas até 40 horas	0,6 (zero vírgula seis)
41 até 100 horas	1,2 (um vírgula dois)
101 até 140 horas	1,8 (um vírgula oito)
141 até 200 horas	2,6 (dois vírgula seis)
201 até 260 horas	4,2 (quatro vírgula dois)
Acima de 260 horas	4,8 (quatro vírgula dois)

**7. DO COMPROVANTE DE EXPERIÊNCIA**

7.1. Para fins de comprovação da experiência na função, serão aceitos somente cópia de registro em Carteira de Trabalho, desde que acompanhada da respectiva carteira, ou Certidões Originais de Tempo de Serviço prestado a Administração Direta, Autarquia e Fundações Públicas, onde deverá constar o período e cargo exercido, CNPJ do órgão, assinatura e matrícula do Gerente do RH do órgão, timbre do órgão, de acordo com as especificações do item 7.1.1. do presente edital.

7.1.1. Só serão aceitas as certidões originais de tempo de serviço prestado administração direta, autarquia e fundações públicas emitidas por órgãos oficiais de Gerência de Gestão de Pessoas ou Gerência de Recursos Humanos ou órgão equivalente.

7.2. Somente será aceito o comprovante de experiência se o título da função for equivalente à função pretendida.

7.3. Serão aceitas experiências como estágios remunerados, desde que seja com atuação na função pretendida.

7.4. A pontuação para experiência comprovada para todos os cargos segue na tabela abaixo:

Experiência Comprovada	Pontuação
De 1 dia até 29 dias	0,3 (zero vírgula três)
De 1 mês até 20 meses	0,5 (zero vírgula cinco)
De 21 meses até 30 meses	1,5 (um vírgula cinco)
De 31 meses até 40 meses	2,0 (dois vírgula zero)
De 41 meses até 50 meses	3,1 (três vírgula um)
De 51 meses até 65 meses	4,3 (quatro vírgula três)
De 66 meses até 90 meses	5,5 (cinco vírgula cinco)
De 91 meses até 115 meses	7,0 (sete vírgula zero)
Acima de 115 meses	9,0 (nove vírgula zero)

**8. PROVA DE TÍTULOS**

8.1. O candidato, após chamamento, deverá apresentar Certificado de Curso de Especialização em nível de Pós-Graduação com registro próprio na Instituição que o ofereceu, sendo que mesma deve ser credenciada pelo MEC.

8.2. A pontuação de títulos será aplicada somente para os cargos de nível Superior que segue na tabela abaixo:

Títulos	Pontuação
Especialização (um ou mais certificados)	Somente 3,5 (três vírgula cinco)
Mestrado (um ou mais certificados)	Somente 4,5 (quatro vírgula cinco)
Doutorado (um ou mais certificados)	Somente 6,0 (seis vírgula zero)

8.3. Ainda que o candidato apresente mais de um certificado para Especialização, Mestrado ou Doutorado, o valor será o fixado na tabela 8.2, não sendo majorado o seu valor pela maior quantidade de certificados apresentados.

**9. DA CLASSIFICAÇÃO**

9.1. A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos, cursos de qualificação e da experiência informados no ato da inscrição e comprovada quando do chamamento;

9.2. Os candidatos serão classificados obedecendo à ordem decrescente de pontuação;

9.3. Para efeito de classificação entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate respectivamente:

9.4. Maior idade;

9.5. Maior número de filhos menores de 14 (quatorze) anos;

9.6. Maior pontuação na prova de títulos;

9.7. Maior pontuação de experiência comprovada;

9.8. O resultado será publicado a partir do dia 17 de agosto de 2020 no site da Prefeitura Municipal de Siderópolis.

#### 10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. A contratação iniciará a contar do primeiro dia de entrada em exercício e está condicionada a análise dos documentos constantes no item 4 do edital e seguintes documentos, seguindo o estabelecido no item 2:

a) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;

b) RG e CPF;

c) 1 (uma) foto 3x4 (recente);

d) Cópia dos dados cadastrais da carteira de trabalho;

e) Carteira Profissional;

f) Comprovante de residência atualizado;

g) Certificado de reservista ou comprovação de regularidade com o Serviço Militar, para candidatos do sexo masculino;

h) Título de Eleitor;

i) Quitação Eleitoral comprovada por meio de certidão emitida pela Justiça Eleitoral, site: <http://www.tse.jus.br>;

j) Comprovação de escolaridade exigido para o cargo;

k) Comprovante do PIS / PASEP;

l) Certidão de casamento e certidão de nascimento dos filhos, quando houver;

m) Certidões Negativas de Antecedentes Criminais expedidas nos últimos 30 dias, pelo Poder Judiciário Estadual (<http://www.tjsc.jus.br>) e federal (<http://www2.trf4.jus.br>);

10.2 Fica proibida a contratação de candidato temporário quando:

a) Forem condenados, em decisão transitada em julgado, ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso, do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes de:

I - contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, e patrimônio público;

II - contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;

III - contra o meio ambiente e a saúde pública;

IV - eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

V - de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;

VI - de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores;

VII - de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;

VIII - de redução à condição análoga à de escravidão;

IX - contra a vida e à dignidade sexual, e;

X - praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

10.3 A contratação será formalizada pelo período de até 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado uma única vez.

10.4 A inscrição online para análise no presente chamamento público gera mera expectativa de direito, competindo à Administração, dentro do seu poder discricionário e atendendo aos seus interesses e limite prudencial de gastos, contratar de acordo com a necessidade, respeitando-se rigorosamente a análise curricular.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 O presente edital terá validade de 1 (um) ano;

11.2 Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral de Previdência Social;

11.3 Os casos omissos deste Edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Saúde;

11.4 Fica eleito o Foro de Criciúma para dirimir questões oriundas do presente processo seletivo;

11.5 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Siderópolis, 5 de agosto de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito de Siderópolis

#### ANEXO I – ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Cargo	Atribuição
-------	------------

Enfermeiro	Atividades de alta complexidade, de nível superior, envolvendo atendimento de enfermagem aos pacientes; de acordo com o exercício profissional, bem como executar a supervisão e coordenação da equipe da área de enfermagem, avaliando a qualidade técnica do serviço prestado; programar e supervisionar as atividades de enfermagem, controlando boletins de produtividade e o número de exames e consultas realizados; desenvolver serviços de enfermagem, tais como administração de medicamentos, realização de curativos, controle da pressão venosa, monitorização e aplicação de respiradores artificiais, prestação de cuidados de conforto, movimentação ativa e passiva e de higiene pessoal, entre outros; executar cuidados e serviços de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas; atuar nos serviços burocráticos de enfermagem, elaborando escalas de serviço, planos de trabalho e atribuições diárias; preencher prontuários de pacientes, bem como todos os registros relativos a sua atividade; participar do planejamento, realização e avaliação dos programas de Saúde Pública, elaborando normas técnicas e administrativas; realizar estudos e previsão de recursos necessários ao funcionamento dos serviços de enfermagem; participar de reuniões de caráter administrativo e de reuniões de caráter técnico de enfermagem, visando o aperfeiçoamento dos serviços prestados; programar e executar o treinamento sistemático em serviço do pessoal de enfermagem; desenvolver programas de prevenção e controle de doenças em geral e programas especiais para mulheres, crianças e adolescentes; realizar atenção a saúde aos indivíduos e famílias cadastradas nas equipes e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; realizar consulta de enfermagem, procedimentos, atividades em grupo e conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão, solicitar exames complementares, prescrever medicações conforme protocolo e encaminhar, quando necessário, usuários a outros serviços; realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS em conjunto com os outros membros da equipe; contribuir, participar, e realizar atividades de educação permanente da equipe de enfermagem e outros membros da equipe; e participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS; atuar como assistente técnico em processos judiciais ou administrativos de interesse do Município, emitir laudos e pareceres quando solicitados pelas Secretarias.
Médico	Atividades de nível superior, de grande complexidade, de natureza especializada, para realizar atenção a saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade; realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos ou procedimentos médicos como lavagens de ouvidos entre outros que devam ser realizados na própria UBS, em visitas domiciliares e nas instituições de longa permanência; atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações, instituições de longa permanência, etc); realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário; indicar, de forma compartilhada com outros pontos de atenção, a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário; contribuir, realizar e participar das atividades de Educação Permanente de todos os membros da equipe; e participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS; atuar como assistente técnico em processos judiciais ou administrativos de interesse do Município, emitir laudos e pareceres quando solicitados pelas Secretarias.
Motorista	Dirigir os veículos da Secretaria da Saúde dentro do código nacional de trânsito para transportar medicamentos para os postos de saúde, médicos e enfermeiros em visitas nas residências, pacientes dentro e fora do município.
Técnico em Enfermagem	Atividades de nível médio envolvendo a execução de serviços de enfermagem relativos a observação, cuidado e aplicação de tratamento bem como a participação de programas voltados para a saúde pública; planejar, organizar, coordenar e avaliar serviços de enfermagem em Unidades Sanitárias, Ambulatórios, seções próprias e outras atividades inerentes aos cargos e/ou funções; participar das atividades de atenção realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc); realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; realizar ações de educação em saúde a população adstrita, conforme planejamento da equipe; participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS; e contribuir, participar e realizar atividades de educação permanente; atuar como assistente técnico em processos judiciais ou administrativos de interesse do Município, emitir laudos e pareceres quando solicitados pelas Secretarias.

**EXTRATO DE CONTRATO FMS 07 2020**

Publicação Nº 2591783

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 3-41/2018 - Contrato Nº: 41/2018

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS Contratada...: DANIEL RICARDO NEISA

Valor ..... 73.700,00 (setenta e três mil e setecentos reais)

Vigência. : Início: 02/07/2020 Término: 02/07/2021

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2018 Recursos ..... : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (8) Objeto. Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços médicos de urgência e emergência, como forma de atender as demandas dos pacientes no Pronto Atendimento 24 (vinte e quatro) horas do Município de Siderópolis, conforme cláusulas e condições previstas no Edital de Chamamento nº 22/2018. Siderópolis, 5 de Agosto de 2020

Contrato Nº.: 32/2020

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS Contratada...: BRAZIL 3 BUSINESS PARTICIPACOES LTDA.

Valor ..... 114.000,00 (cento e quatorze mil reais)

Vigência. : Início: 13/07/2020 Término: 31/12/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2020 Recursos. : Dotação:

Objeto. Aquisição de 01 (um) aparelho de ultrassom destinado a

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Siderópolis, conforme convênio nº 2020TR000259, entre o Estado de Santa Catarina, por

intermediária da Secretaria de Estado da Saúde, com intervenção da Casa Cívica do Município de Siderópolis.  
Siderópolis, 5 de Agosto de 2020

## EXTRATO DE CONTRATO FMS 07 2020

Publicação Nº 2591855

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 33/2020  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS Contratada...: ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.  
Valor ..... 42.760,00 (quarenta e dois mil setecentos e sessenta reais)  
Vigência. : Início: 17/07/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2020 Recursos ..... : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00(20)  
Objeto. Contratação de empresa especializada em Serviços de  
Desinfecção de Ambientes, destinados às ações de combate à COVID-19 no Município de Siderópolis/SC  
Siderópolis, 5 de Agosto de 2020

## EXTRATO DE CONTRATO PMS 07 2020

Publicação Nº 2591779

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 54/2020  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: LS LAJES SILVA LTDA ME  
Valor ..... 14.500,00 (quatorze mil quinhentos reais)  
Vigência. : Início: 30/07/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2020 Recursos ..... : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (116)  
Objeto. Fornecimento de tubos de concreto.

Contrato Nº.: 45/2020  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: MECANICA SANGALETTI LTDA.  
Valor ..... 133.953,25 (cento e trinta e três mil novecentos e cinqenta e três reais e vinte e cinco centavos)  
Vigência. : Início: 01/07/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 26/2020 Recursos ..... : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00 (48),  
2.015.3.3.90.00.00.00.00 (116)  
Objeto. Contratação de empresa especializada em serviços de  
manutenção mecânica com fornecimento de peças, nos veículos automotores pertencentes à frota oficial do Município, durante o exercício  
de 2020.

Contrato Nº.: 46/2020  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS Valor ..... 84.364,40 (oitenta e quatro mil trezentos e sessenta e  
quatro reais e quarenta centavos)  
Vigência. : Início: 01/07/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 27/2020 Recursos ..... : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (116)  
Objeto. Fornecimento parcelado de peças para eventuais  
REFORMAS nos maquinários e equipamentos da frota municipal.

Contrato Nº.: 47/2020  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: AUTO ELÉTRICA BOEING  
Valor ..... 65.323,33 (sessenta e cinco mil trezentos e vinte e três  
reais e trinta e três centavos)  
Vigência. : Início: 01/07/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 29/2020 Recursos ..... : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00 (48),  
2.009.3.3.90.00.00.00.00 (49), 2.009.3.3.90.00.00.00.00 (51),  
2.015.3.3.90.00.00.00.00 (116)  
Objeto. Fornecimento parcelado de peças elétricas automotivas

para manutenção nos veículos da frota Municipal, durante o exercício de 2020.

Aditivo Nº ..... : 6-05/2017 - Contrato Nº: 05/2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A Valor. 0,00 (zero)

Vigência. : Início: 02/07/2020 Término: 31/12/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017 Recursos. : Dotação:

Objeto. Conforme informações contidas nos autos, a empresa  
INFOWAY COMERCIO DE INFORMATICA E TELECOMUNICAÇÕES

S/A, veio a sofrer incorporação, razão pela qual adquiriu nova razão social, passando-se a chamar UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A,  
CNPJ nº 02.255.187/0001-08, no qual, por meio da referida incorporação, sucede a empresa INFOWAY em direitos e obrigações.

Contrato Nº.: 48/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: SIDEROPOLIS TINTAS LTDA - ME

Valor ..... 49.902,00 (quarenta e nove mil novecentos e dois reais)

Vigência. : Início: 01/07/2020 Término: 31/12/2020

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 28/2020 Recursos ..... : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (116)

Objeto. Contratação de empresa especializada para fornecimento  
de tintas, solventes e materiais de pintura para manutenção dos serviços do Município de Siderópolis.

Contrato Nº.: 49/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: FORAUTO VEICULOS E PECAS LTDA.

Valor ..... 166.500,00 (cento e sessenta e seis mil e quinhentos reais)

Vigência. : Início: 06/07/2020 Término: 31/12/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2020 Recursos. : Dotação:

Objeto. Aquisição de um veículo do gênero pickup 4x4, conforme  
especificações contidas no Termo de Referência, para o 2º/2º/1º/4º BBM de Siderópolis/SC.

Contrato Nº.: 50/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: PRESTADORA DE SERVICOS LUYDY LTDA

Valor ..... 79.490,00 (setenta e nove mil quatrocentos e noventa reais)

Vigência. : Início: 06/07/2020 Término: 31/12/2020

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 30/2020 Recursos ..... : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (116)

Objeto. Contratação de empresa especializada em serviços de  
recomposição de pavimento com lajotas para eventuais reparos em ruas e avenidas do município, de acordo com as especificações do Edital  
e anexos.

Contrato Nº.: 52/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: GPS PNEUS E SERVICOS EIRELI - ME

Valor ..... 93.578,00 (noventa e três mil quinhentos e setenta e oito  
reais)

Vigência. : Início: 13/07/2020 Término: 31/12/2020

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 31/2020 Recursos ..... : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (116)

Objeto. Fornecimento parcelado de pneus, camaras, protetores de  
aro para manutenção dos veículos pertencentes à frota da Secretaria de Obras do município durante o exercício de 2020.

Contrato Nº.: 51/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: EA COMUNICACAO LTDA Valor ..... 60.000,00 (sessenta mil reais)

Vigência. : Início: 09/07/2020 Término: 31/12/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2020 Recursos ..... : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (9)

Objeto. Contratação de empresas jornalísticas para prestação de  
serviços de publicações legais e de atos oficiais do município que devam produzir efeitos externos, para publicação em jornal de circulação  
diária no Município e no Estado de Santa Catarina.

Aditivo Nº ..... : 2-40/2018 - Contrato Nº: 40/2018 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: EDIO SAVARIS

Valor ..... 16.800,00 (dezesesseis mil oitocentos reais)

Vigência. : Início: 14/07/2020 Término: 01/06/2021

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2018 Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (93)

Objeto ..... : Locação imóvel, matrícula nº 8.381, com área de  
aproximadamente 150 m², localizada na Avenida 19 de Dezembro, Centro, Siderópolis, cuja finalidade é a instalação da Secretaria de Agri-  
cultura.

Aditivo Nº ..... : 4-73/2017 - Contrato Nº: 73/2017 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA  
Valor ..... 219.249,52 (duzentos e dezenove mil duzentos e quarenta e nove reais e cinq-enta e dois centavos) Vigência. : Início: 28/07/2020 Término: 28/07/2021  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2017 Recursos ..... : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9)  
Objeto. Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, conforme especificações técnicas contidas no Edital.

Contrato Nº.: 53/2020  
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE RESIDUOS SOLIDOS URBAN  
Valor ..... 865.591,00 (oitocentos e sessenta e cinco mil quinhentos e noventa e um reais)  
Vigência. : Início: 22/07/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2020 Recursos. : Dotação:  
Objeto. Fornecimento de massa asfáltica, emulsão de imprimação, pintura de ligação, com serviço de aplicação e rolagem da massa asfáltica através do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul Cisures, com recursos provenientes do FINISA.

Aditivo Nº ..... : 1-85/2018 - Contrato Nº: 85/2018 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: JR CONSTRUcoes E TERRAPLENAGEM LTDA EPP  
Valor. 0,00 (zero)  
Vigência. : Início: 20/07/2020 Término: 22/01/2021  
Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2018 Recursos. : Dotação:  
Objeto. Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação e drenagem em 37 Ruas do Município de Siderópolis/SC, de acordo com o programa Pró-Transporte/Avançar Cidades Ministério das Cidades, conforme contrato de financiamento entre o BRDE e o Município de Siderópolis/SC.

Aditivo Nº ..... : 1-62/2019 - Contrato Nº: 62/2019 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: LUCIO JUAREZ ZUCHINALLI  
Valor ..... 17.210,85 (dezesete mil duzentos e dez reais e oitenta e cinco centavos)  
Vigência. : Início: 27/07/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação ..... : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 35/2019 Recursos ..... : Dotação: 1.006.4.4.90.00.00.00.00 (107)  
Objeto. Contratação de empresa especializada para construção de uma pista de skate com recursos provenientes do FINISA.

Aditivo Nº ..... : 2-48/2019 - Contrato Nº: 48/2019 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA  
Valor. 0,00 (zero)  
Vigência. : Início: 31/07/2020 Término: 27/11/2020  
Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2019 Recursos. : Dotação:  
Objeto. Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica e drenagem da Rua Paulino Cizeski, localizada no Bairro São Pedro no município de Siderópolis/SC, conforme Convênio 817/2019, entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento e o Município de Siderópolis.

Aditivo Nº ..... : 2-47/2019 - Contrato Nº: 47/2019 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA  
Valor. 0,00 (zero)  
Vigência. : Início: 31/07/2020 Término: 28/09/2020  
Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2019 Recursos. : Dotação:  
Objeto. Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica e drenagem da Rodovia 159, iniciando no Km 12 ao Km 15,2, localizada no Bairro São Pedro/Jordão Alto no município de Siderópolis/SC, conforme Convênio 815/2019, entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento e o Município de Siderópolis.

Aditivo Nº ..... : 3-48/2019 - Contrato Nº: 48/2019 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA  
Valor ..... 92.902,44 (noventa e dois mil novecentos e dois reais e quarenta e quatro centavos)  
Vigência. : Início: 05/08/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2019 Recursos ..... : Dotação: 1.005.4.4.90.00.00.00.00 (104)  
Objeto. Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica e drenagem da Rua Paulino Cizeski, localizada no Bairro São Pedro no município de Siderópolis/SC, conforme Convênio 817/2019, entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento e o Município de Siderópolis.  
Siderópolis, 5 de Agosto de 2020

# Tangará

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº 451, DE 04 DE AGOSTO DE 2020. RECONHECE A APROVACAO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO COM A CONSEQUENTE ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS**

Publicação Nº 2592529

PORTARIA Nº 451, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

RECONHECE A APROVACAO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO COM A CONSEQUENTE ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c Art. 30, parágrafo 3º, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012, e Lei Complementar nº 092, de 04 de abril de 2017;

Considerando, o decorrido período de Estágio Probatório, estabelecido pelo Art. 25, da Lei Complementar nº 057/2012;

Considerando, o resultado das avaliações expedidas pela Comissão nomeada através da Portaria nº 457/2019, que obtiveram satisfação nos requisitos necessários para o cargo ao qual foi nomeada a Servidora em questão, no atendimento ao Art. 26, da Lei Complementar nº 057/2012;

#### RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer, nos termos do Art. 32, da Lei Complementar nº 057/2012, a estabilidade no Serviço Público, a partir de 01 de agosto de 2020, da Servidora DIANA SIQUEIRA RISSI FERREIRA, ocupante do cargo efetivo de ZELADOR DE SERVIÇOS INTERNOS – NIVEL 03 – CLASSE A, em razão de sua aprovação nas avaliações de desempenho, e pelo decurso do prazo legal entre a posse até a presente data.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 01/08/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 04 DE AGOSTO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº 452, DE 04 DE AGOSTO DE 2020. RECONHECE A APROVACAO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO COM A CONSEQUENTE ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS**

Publicação Nº 2592532

PORTARIA Nº 452, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

RECONHECE A APROVACAO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO COM A CONSEQUENTE ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c Art. 30, parágrafo 3º, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012, e Lei Complementar nº 092, de 04 de abril de 2017;

Considerando, o decorrido período de Estágio Probatório, estabelecido pelo Art. 25, da Lei Complementar nº 057/2012;

Considerando, o resultado das avaliações expedidas pela Comissão nomeada através da Portaria nº 457/2019, que obtiveram satisfação nos requisitos necessários para o cargo ao qual foi nomeada a Servidora em questão, no atendimento ao Art. 26, da Lei Complementar nº 057/2012;

#### RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer, nos termos do Art. 32, da Lei Complementar nº 057/2012, a estabilidade no Serviço Público, a partir de 01 de agosto de 2020, da Servidora ELEANA DAL CORTIVO FREITAS FELICETTI, ocupante do cargo efetivo de MONITOR SOCIAL – NIVEL 08 – CLASSE A, em razão de sua aprovação nas avaliações de desempenho, e pelo decurso do prazo legal entre a posse até a presente data.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 01/08/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 04 DE AGOSTO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 449, DE 03 DE AGOSTO DE 2020. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Publicação Nº 2592524

PORTARIA Nº 449, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para aquisição de editoração de todo material necessário para informações e ações do Covid-19 para a Secretária Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação no Município de Tangará/SC, no valor de R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais), da empresa FSCHULER COMUNICAÇÃO ESTRATEGICA LTDA, CNPJ nº 31.384.855/0001-97, conforme determina o inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 03 DE AGOSTO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 450, DE 04 DE AGOSTO DE 2020. EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2592527

PORTARIA Nº 450, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012, e Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, que a Servidora requereu exoneração do cargo por motivos particulares;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a Servidora ADRIANA KAFER DA SILVA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÍVEL 03 - CLASSE A, a partir de 03 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 03/08/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 04 DE AGOSTO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 453, DE 04 DE AGOSTO DE 2020. CONCEDE O PRÊMIO ASSIDUIDADE, NOS TERMOS DO ART. 40, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 060, DE 02 DE JANEIRO DE 2012, À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2592534

PORTARIA Nº 453, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE O PRÊMIO ASSIDUIDADE, NOS TERMOS DO ART. 40, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 060, DE 02 DE JANEIRO DE 2012, À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c o Art. 40, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder, Prêmio Assiduidade, de que trata o Art. 40, da Lei Complementar nº 060/2012, à Servidora ZEILA TERESINHA DA SILVA ALBIERO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I – NÍVEL PEB I – CLASSE H, a partir de 01 de agosto de 2020.

Art. 2º O referido Prêmio Assiduidade, trata-se da atuação da Servidora no cargo de Professor, no ano de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 01/08/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 04 DE AGOSTO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

## PR 052/2020

Publicação Nº 2592205

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

### Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 099/2020 Pregão Presencial n. 052/2020

Objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DEFENSAS METÁLICAS MALEÁVEIS. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 09h00min do dia 18/08/2020. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 05 de Agosto de 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
Prefeito Municipal

## SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0530.489-24, QUE ENTRE SI FAZEM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O(A) MUNICÍPIO DE TANGARÁ

Publicação Nº 2591570

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº 0530.489-24, QUE ENTRE SI FAZEM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O(A) MUNICÍPIO DE TANGARÁ, NA FORMA ABAIXO.

I – AGENTE FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº.759, de 12.08.69, alterado pelo Decreto-Lei nº.1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituído pelo Decreto nº.66.303, de 06.03.70, regendo-se pelo estatuto vigente, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, em Brasília-DF, inscrita sob CNPJ/MF nº. 00.360.305/0001-04, neste ato representada Gerente Geral da Agência Videira, Senhor Marco Fernando de Oliveira Farias, CPF nº 688.520.379-34, RG nº 1333529 expedido pelo órgão emissor SSP/SC, brasileiro, doravante designada simplesmente CAIXA.

II – TOMADOR - MUNICÍPIO DE TANGARÁ/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 82.827.999/0001-01, representado pelo Senhor Prefeito Municipal, em exercício, Nadir Baú da Silva, CPF nº. 448.199.359-68, RG nº 857179 expedido pelo órgão emissor SSP/SC, brasileiro, representado neste ato pelo abaixo assinado, doravante designado TOMADOR.

CAIXA e TOMADOR, isoladamente, também podem ser designados PARTE e, quando considerados em conjunto PARTES.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente instrumento tem por objetivo alterar a Cláusula Décima Primeira, item 11.6.4 e 11.6.4.1, do Contrato de Financiamento nº 0530.489-24, de 29 de julho de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

10.5.6 Emissão e prestação de contas de recursos desembolsados sob a forma de adiantamento ao TOMADOR, cujo mandato do chefe do poder executivo seja objeto do pleito eleitoral, deverá ser realizada até três meses antes do pleito eleitoral, de acordo com o calendário divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral, e ter seu aceite pela CAIXA até 30 dias, independentemente da data em que ocorreu o desembolso dos recursos na CONTA VINCULADA.

10.5.6.1 Após a data limite para a prestação de contas, definida na forma do item anterior, novos desembolsos deverão ser realizadas pari passu à realização da despesa, devendo ser apresentada previamente pelo TOMADOR listagem contendo as despesas a serem pagas com os respectivos dados bancários das contas destino juntamente com as notas fiscais/boletim de faturamento, observadas as rubricas orçamentárias constantes no ANEXO I deste CONTRATO.

CLÁUSULA SEGUNDA - A vigência deste contrato é até 20/01/2030.

CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam ratificadas os demais termos, cláusulas e condições do contrato ora aditado, ficando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

CLÁUSULA QUARTA - Obriga-se o TOMADOR a comprovar à CAIXA, no prazo máximo de 90 (noventa)

dias,contadosdatadeassinaturadopresenteinstrumentodealteração contratual, a averbação deste ADITIVO à margem dos registros do contrato especificado na CLÁUSULA PRIMEIRA, sob pena de se tornar sem efeito o presenteADITIVO.

Eporestaremassimjustasecontratadas,aspartesassinamopresenteem04viasdeigual teor, na presença das testemunhas abaixo subscritas.

Videira 30 deJunho de2020Local/Data

CAIXAECONÔMICA FEDERAL MUNICÍPIO DETANGARA  
AGENTEFINANCEIRO TOMADOR

Nome: MARCO FERNANDO DE OLIVEIRA FARIAS

Nome: NADIR BAÚ DA SILVA

CPF:688.520.379-34

CPF:448.199.359-68

TESTEMUNHAS

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 017-2020

Publicação Nº 2591457

Estado de Santa Catarina  
Município de Tigrinhos

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 017/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 027/2020  
LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP

Modalidade/Nº: Pregão Eletrônico nº. 017/2020-SRP – Tipo: Menor Preço – Objeto: Aquisição de Equipamentos Diversos para Manutenção das Atividades e Estruturação da Rede de Atendimento junto à Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Tigrinhos/SC - Data/Horário: 20 de Agosto de 2020 às 09h00min (Nove horas – horário de Brasília) horário de abertura das propostas, e, às 09h35min (Nove horas e trinta e cinco minutos – horário de Brasília) horário de início da disputa – O edital encontra-se disponível no site <http://www.bnc.org.br>, <http://www.tigrinhos.sc.gov.br>, na sede da Prefeitura Municipal de Tigrinhos, situada na Av. Felipe Baczinski, nº. 479, centro, Tigrinhos/SC, das 07h30min às 11h30min (turno matutino) e das 13h00min às 17h00min (turno vespertino), e, mediante solicitação enviada ao e-mail: [comprastg@mhnet.com.br](mailto:comprastg@mhnet.com.br). Tigrinhos/SC, em 06 de agosto de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 247/2020

Publicação Nº 2592800

PORTARIA Nº. 247/2020, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal, pela Lei Complementar nº 035/2015 de 03 de Novembro de 2015 e Decreto Municipal 144/2020;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença-Prêmio a Servidora Pública Municipal, Sra. LAINE TEREZINHA BOTTEGA MANFRIN, portadora do CPF nº. 827.780.949-20, efetiva, Assistente de Administração, 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, matrícula nº. 383/02, referente ao período aquisitivo vencido em 05 de Abril de 2020, por 30 (trinta) dias, a partir de 06 de Agosto de 2020 à 04 de Setembro de 2020, retornando em 05 de Setembro de 2020, de acordo com o Art. 104 da Lei Complementar 035/2015.

“Art. 104 Após cada 05 (cinco) anos de exercício público prestado exclusivamente como servidor efetivo municipal, conceder-se-á licença a título de prêmio, com remuneração, pelo período de 60 (sessenta) dias, devendo ser gozada na sua totalidade”.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE AGOSTO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em seis de agosto de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

# Tijucas

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 002/CMI/2020

Publicação Nº 2592248

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS  
Secretaria Municipal de Ação Social – Conselho Municipal do Idoso

#### AVISO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 002/CMI/2020

O município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, o Edital de chamamento Público 002/CMI/2020, para Credenciamento referente a Seleção de projetos a serem autorizados a realizar captação de recursos integral ou parcial, para posterior celebração de TERMO DE COLABORAÇÃO (inexigibilidade, ou Dispensa) para o ano de 2020, por meio do Conselho Municipal do Idoso, conforme Decreto 1383/2018, que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com suas respectivas alterações no Município de Tijucas/SC.

Data e local para Apresentação da Documentação e Proposta: A partir desta publicação, De Segunda a Sexta feira, Das 8h00min às 12h00min, no período ABERTO até completar 30 dias antes do prazo previsto para o encerramento do contrato de credenciamento, podendo ser prorrogado por interesse da Administração Pública, respeitando o limite constitucional de 5 (cinco) anos, e observada ainda a disponibilidade orçamentária e financeira, os critérios de interesse público e os princípios gerais da Administração Pública., no seguinte local: Sede do CMI – Conselho Municipal do Idoso, localizado nesta cidade de Tijucas, na Rua José Joaquim Santana, nº 36 bairro Universitário. (CREAS).

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br), ou por e-mail: [cmittijucas@gmail.com](mailto:cmittijucas@gmail.com)

Tijucas, 03 de agosto de 2020

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

BIANCA BIBIANI MACHADO – SECRETÁRIA MUNICIPAL DA AÇÃO SOCIAL

LETICIA LAMAS PINHEIRO – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

### EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 023/FMS/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/FMS/2020 DA TOMADA DE PREÇO Nº 001/FMS/2020

Publicação Nº 2591497

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 023/FMS/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/FMS/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº 001/FMS/2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REFORMA E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE ORLANDO BARRETO, NO BAIRRO CENTRO, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC. RECURSO DE EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL - NÚMERO DA TRANSFERÊNCIA/CONVÊNIO: 2020TR 000452, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTIPULADAS.

EMPRESA VENCEDORA: CLARAIZA LTDA ME.

VALOR: R\$ 219.894,87 (DUZENTOS E DEZENOVE MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS).

TIJUCAS/SC, 05 DE AGOSTO DE 2020.

### EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 093/PMT/2020

Publicação Nº 2591480

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 093/PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/PMT/20 – TOMADA DE PREÇO Nº 009/PMT/20  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, TERRAPLANAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA ALAMEDA TIMBÉ, COM 1.492,941 METROS, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, CONFORME, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, QUADRO DE COMPOSIÇÕES, BDI, PROJETOS E ART (CREA) NECESSÁRIA, PARA A SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, de acordo com as condições estipuladas neste Edital, nos seus anexos e no contrato, cujos termos, igualmente, o

integram.

EMPRESA VENCEDORA: FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI

Valor: R\$. R\$ 925.867,68 (Novecentos e vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos)

TIJUCAS/SC, 05 DE AGOSTO DE 2020.

### **EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/FMS/2020 DA TOMADA DE PREÇO Nº 001/FMS/2020**

Publicação Nº 2591492

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/FMS/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº 001/FMS/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REFORMA E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE ORLANDO BARRETO, NO BAIRRO CENTRO, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC. RECURSO DE EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL - NÚMERO DA TRANSFERÊNCIA/CONVÊNIO: 2020TR 000452, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTIPULADAS.

EMPRESA VENCEDORA: CLARAIZA LTDA ME.

VALOR: R\$ 219.894,87 (DUZENTOS E DEZENOVE MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS).

TIJUCAS/SC, 05 DE AGOSTO DE 2020.

### **EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/PMT/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 009/PMT/2020**

Publicação Nº 2591477

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/PMT/20 – TOMADA DE PREÇO Nº 009/PMT/20  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, TERRAPLANAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA ALAMEDA TIMBÉ, COM 1.492,941 METROS, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, CONFORME, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, QUADRO DE COMPOSIÇÕES, BDI, PROJETOS E ART (CREA) NECESSÁRIA, PARA A SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, de acordo com as condições estipuladas neste Edital, nos seus anexos e no contrato, cujos termos, igualmente, o integram.

EMPRESA VENCEDORA: FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI

Valor: R\$. R\$ 925.867,68 (Novecentos e vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos)

TIJUCAS/SC, 05 DE AGOSTO DE 2020.

### **LEI ORDINÁRIA Nº 2789-2020**

Publicação Nº 2591620

LEI Nº 2789, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza receber em devolução imóvel que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em devolução o imóvel urbano doado através da Lei Municipal nº 1830, de 19 de março de 2004, para Associação Comunitária Santa Terezinha, Associação Privada com reconhecimento de utilidade pública por meio da Lei Municipal nº 1015, de 28 de abril de 1993, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.618.027/0001-44, que tinha sede na Rua Bahia, s/nº, Bairro universitário, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, formado pela área remanescente da matrícula 29.445, do Registro de Imóveis da Comarca de Tijucas, contendo uma área de 3.875,92 m² (três mil oitocentos e setenta e cinco metros e noventa e dois decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Bahia, distante 50,00 (cinquenta) metros da esquina com a Rua Taxista Maicon Rosa, Bairro

Universitário, nesta Cidade, fazendo atualmente as seguintes medidas e confrontações:

I – frente ao Leste para Rua Bahia, numa extensão de 108,00 (cento e oito) metros;

II – fundo ao Oeste que fazem com lotes do loteamento Santa Terezinha, atualmente de propriedade de Lidia Zigler, Carlos Alberto Zimmermann, Ângela Maria Peixer, Hilda Soares, Claudete Nunes Pereira, Emilton Davi, Erotides da Silva Mafra e Marcinéia da Silva Vailati, numa extensão de 118,18 (cento e dezoito vírgula dezoito) metros;

III – lateral direita ao Sul que confronta com o Lote D, de propriedade de Alessandra Martinenghi Batistoti, numa extensão de 32,46 (trinta e dois vírgula quarenta e seis) metros;

IV – lateral esquerda ao Norte, que faz para Rua Mato Grosso, numa extensão de 39,00 (trinta e nove) metros.

Art. 2º Fica igualmente o Município de Tijucas autorizado a incorporar em seu patrimônio a construção de alvenaria edificada no imóvel descrito no artigo anterior, com área de 163,32 m² (cento e sessenta e três metros e trinta e dois décimos quadrados).

Art. 3º A devolução da doação será anotado nos registros do patrimônio do Município na forma da lei, diante da não efetivação da transferência por escritura pública e respectivo registro no Cartório de Imóveis na ocasião da doação.

Art. 4º As despesas decorrentes da devolução da doação, que porventura venham a existir, serão arcadas pelo Município de Tijucas.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 06 de agosto de 2020.

Elói Mariano Rocha  
Prefeito do Município

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/PMT/2020 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 060/PMT/2020**

Publicação Nº 2591456

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/PMT/2020  
PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇO Nº 060/PMT/2020

Objeto: Aquisição de CPUS para a Secretaria Municipal de Educação, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item;

Data de Abertura: 19 de agosto de 2020, as 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 79/2020**

Publicação Nº 2591910

PORTARIA N.º 79/2020/CMT, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a data da sessão ordinária da Câmara de Vereadores de Tijucas.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei, com fulcro no artigo 46 e 47, inciso XXI, do Regimento Interno,

CONSIDERANDO o Decreto nº 515, de 17 de março de 2020, e as posteriores alterações, que declarou "situação de emergência em todo o território catarinense";

CONSIDERANDO a Portaria nº 60/2020/CMT, de 16 de junho de 2020, que estabelece novas regras e procedimentos a serem adotados de forma temporária no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Tijucas;

CONSIDERANDO a Portaria nº 78/2020/CMT, de 04 de agosto de 2020, que altera o artigo 6º, da Portaria 60/2020.

RESOLVE:

Art.1º Ficam convocados os senhores vereadores para realização de sessão ordinária remota no dia 06/08/2020 (quinta-feira), no horário regimental (20h).

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 06 de agosto de 2020.

VILSON NATÁLIO SILVINO  
PRESIDENTE

**Timbó****PREFEITURA****ATA JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO CONCORRÊNCIA Nº 32.2020 PMT**

Publicação Nº 2592445

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO  
CONCORRÊNCIA Nº. 32/2020 – PMT  
HABILITADAS: INFRASUL INFRA. EMPREEDIMENTOS LTDA.  
PACOPEDEIRA PAV. E COM. DE PEDRAS LTDA.  
TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA.  
RAMOS TERRAPLENAGEM EIRELI  
ENGEPLAN TERRAP. SAN. E URBANISMO LTDA.  
SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

Às oito horas e trinta minutos, do quinto dia, do mês de agosto de dois mil e vinte (05/08/2020), no setor de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1782, de 18 de dezembro de 2019, alterada pelas Portarias de nº. 1880 – 10/02/20 e de nº. 2053 – 29/05/2020, para Julgamento, Classificação e Declaração de Vencedora, da Proposta de Preço das empresas habilitadas no processo licitatório Concorrência nº. 32/2020 – PMT.

Considerando o parecer técnico do Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Timbó, aliado à documentação apensada aos autos, a Comissão Permanente de Licitações classifica as propostas de preço das empresas habilitadas, conforme tabela abaixo:

	EMPRESA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)
1º	TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA.	2.371.164,51
2º	PACOPEDEIRA PAV. COM. PEDRAS LTDA.	2.476.120,60
3º	ENGEPLAN TER. SAN. URB. LTDA.	2.507.190,51
4º	RAMOS TERRAPLENAGEM EIRELI	2.584.096,09
5º	INFRASUL INFRA. EMPREEND. LTDA.	2.660.807,92
6º	SETEP CONSTRUÇÕES S.A.	2.728.981,77

Ato contínuo, a Comissão Permanente de Licitações declara vencedora a empresa TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA., no valor total geral global de R\$ 2.371.164,51 (dois milhões, trezentos e setenta e um mil, cento e sessenta e quatro reais e cinq-enta e um centavos), sendo este, o menor valor apresentado entre as propostas classificadas.

Ficam as empresas interessadas intimadas do inteiro teor desta ata para apresentação de recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Nada mais a tratar, encerra-se a sessão e lavra-se a presente ata, que segue assinada pela Comissão Permanente de Licitações.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

THOMAZ H CAMPREGHER Presidente	TAINARA H FISTAROL Membro	LOURDES MOSER Membro
-----------------------------------	------------------------------	-------------------------

**ATA JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO CONCORRÊNCIA Nº 38.2020 PMT**

Publicação Nº 2592446

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO  
CONCORRÊNCIA Nº. 38/2020 – PMT  
HABILITADAS: INFRASUL INFRA. EMPREEDIMENTOS LTDA.  
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.  
PACOPEDEIRA PAV. E COM. DE PEDRAS LTDA.  
TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA.  
ENGEPLAN TERRAP. SAN. E URB. LTDA.  
SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

Às dez horas, do quinto dia, do mês de agosto de dois mil e vinte (05/08/2020), no setor de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1782, de 18 de dezembro de 2019, alterada pelas Portarias de nº. 1880 – 10/02/20 e de nº. 2053 – 29/05/2020, para Julgamento, Classificação e Declaração de Vencedora, da Proposta de Preço das empresas habilitadas no processo licitatório Concorrência nº. 38/2020 – PMT.

Considerando o parecer técnico do Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Timbó, aliado à documentação apensada aos autos, a Comissão Permanente de Licitações classifica as propostas de preço das empresas habilitadas, conforme tabela abaixo:

	EMPRESA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)
1º	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	3.407.349,37
2º	TERRABASE TERRAP. LTDA.	3.451.150,45
3º	ENGEPLAN TER. SAN. URB. LTDA.	3.587.351,23
4º	PACOPEDRA PAV. COM. PEDRAS LTDA.	3.624.521,82
5º	INFRASUL INFRA. EMP. LTDA.	3.923.763,16
6º	SETEP CONSTRUÇÕES S.A.	4.142.677,80

Ato contínuo, a Comissão Permanente de Licitações declara vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., no valor total geral global de R\$ 3.407.349,37 (três milhões, quatrocentos e sete mil, trezentos e quarenta e nove reais e trinta e sete centavos), sendo este, o menor valor apresentado entre as propostas classificadas.

Ficam os interessados cientes do inteiro teor desta ata de Julgamento da Proposta de Preço, para, querendo, apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Nada mais a tratar, encerra-se a sessão e lavra-se a presente ata, que segue assinada pela Comissão Permanente de Licitações.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

THOMAZ H CAMPREGHER Presidente	TAINARA H FISTAROL Membro	LOURDES MOSER Membro
-----------------------------------	------------------------------	-------------------------

## **CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 217 DE 04 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2592164

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 217  
DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

A Secretária de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 465, de 24 de julho de 2015, certificam que:

Está APROVADO o desmembramento denominado "ROBERTO SEIDEL", situado no lado ímpar da rua Araponguinhas, distando pelo lado esquerdo do imóvel, em 832,90 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Bicuiba, nesta Cidade de Timbó e Comarca, contendo a área de 17.630,24m² (Dezessete mil, seiscentos e trinta metros e vinte e quatro décimos quadrados), processo D-020/2020 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente ROBERTO SEIDEL, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 13.125, datado de 27 de julho de 2020 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional, Rafael Constante, Técnico em Agrimensura, CFT-BR 25032912-0, onde constam projetos, memoriais, anotações de responsabilidade técnica e laudos, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 29.016, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.09.067.3105.001 constituído de 04 (quatro) lotes e mais área remanescente.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto n.º 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 04 de agosto de 2020.

BRUNA DE ANDRADE

Secretária de Planejamento, Trânsito,  
Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços.  
Município de Timbó.

Vivian Luciane Maas Barbosa  
Arquiteta e Urbanista  
CAU A41829-3

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 103.2020 PMT**

Publicação Nº 2592448

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2020 PMT  
CONCORRÊNCIA Nº 25/2020 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, FUNERÁRIA BUTZKE LTDA ME, CNPJ nº 03.326.937/0001-40, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 12/08/2020.  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 05 de agosto de 2020.  
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES  
Central de Licitações

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO E SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 140.2019 FUMTUR**

Publicação Nº 2592450

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO E SEGUNDO TERMO  
ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 140/2019  
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2019 FUMTUR

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, CNPJ nº. 14.770.128/0001-49, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 13/08/2020.  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 05 de agosto de 2020.  
PRISCILA MACEDO  
Central de Licitações

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 39.2019 FMMA**

Publicação Nº 2592453

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 39/2019

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa LUIS ANTONIO DOS SANTOS DE FREITAS E CIA LTDA, CNPJ nº. 29.380.547/0001-41, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 13/08/2020.  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 05 de agosto de 2020.  
PRISCILA MACEDO  
Central de Licitações

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 72.2020 FUMTUR**

Publicação Nº 2592457

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 72/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2020 FUMTUR

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE, CNPJ nº. 29.061.418/0001-90, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 13/08/2020.  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 05 de agosto de 2020.  
PRISCILA MACEDO  
Central de Licitações

### **CONVOCAÇÃO ASSINATURA TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 35.2020 PMT**

Publicação N° 2592467

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERCEIRO TERMO ADITIVO  
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 35/2020  
PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2020 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa PRIORI SERVIÇOS E SOLUÇÕES, CONTABILIDADE EIRELI CNPJ nº. 11.385.969/0001-44, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 13/08/2020.  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 05 de agosto de 2020.  
PRISCILA MACEDO  
Central de Licitações

### **DECISÃO - SEGUNDA SUSPENSÃO DE PRAZO CONTRATO 140.2019 FUMTUR - SOVRANA**

Publicação N° 2592478

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 03/2019 FUMTUR - CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 140/2019 FUMTUR

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA) DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO RESTAURANTE DO JARDIM BOTÂNICO, LOCALIZADO NA RUA ARISTILIANO RAMOS, N.º 2387, BAIRRO CAPITAIS, TIMBÓ/SC

O Município de Timbó/SC, CNPJ 83.102.764/0001-15, através da Secretaria de Planejamento, Transito, Meio Ambiente, Industria, Comercio e Serviços, por intermédio da Comissão De Acompanhamento e Fiscalização de Obra SUSPENDE OS PRAZOS PERTINENTES À EXECUÇÃO DO OBJETO, em virtude dos "efeitos diretos e indiretos da pandemia de Covid-19, bem como a alteração do escopo de projetos e prazos para definições, negociações e aprovações de aditivos contratuais, houve a necessidade de suspender o prazo de execução da obra", por 60 dias, a contar de 21/05/2020.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRA

### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 53.2020 FUMREPOM**

Publicação N° 2592481

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO  
FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO E MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE TIMBÓ

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 53/2020  
AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar de Timbó.  
OBJETO: Inclusão do CNPJ 24.364.735/0001-62, correspondente ao Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar de Timbó..  
DATA DA ASSINATURA: 30/07/2020

MUNICÍPIO  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI.

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 27 2019 FMDE**

Publicação N° 2582909

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2019 - FMDE

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Educação.

OBJETO: Aquisição de colchonetes para os Núcleos de Educação Infantil – NEIS, pertencentes à rede de ensino municipal.

EMPRESA FORNECEDORA: VITTAFLX INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E COLCHOES LTDA – EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 57.900,00 (cinquenta e sete mil novecentos reais).

VALIDADE DA ATA: 04/11/2020

Timbó, 05/11/2019

ALFROH POSTAI

Secretário Municipal de Educação

# Três Barras

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.903 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2592731

DECRETO Nº 4.903 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DISCIPLINA NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À PROPAGAÇÃO DO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito do Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Constituição Federal, no artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, além do disposto no Decreto Estadual nº 719, de 13 de julho de 2020 e Portaria SES n. 464 de 03.07.2020;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo SARS-CoV-2/COVID-19;

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Estado de Santa Catarina, conforme Decreto nº 525, de 2020;

CONSIDERANDO a matriz de risco epidemiológico-sanitário da SES que em 31 de julho de 2020 alterou a classificação da Região do Planalto Norte Catarinense de risco grave para gravíssimo;

CONSIDERANDO que a Comissão de Intergestores Regional – CIR é organização de instância colegiada, não paritária, de natureza permanente, cujas decisões são tomadas por consenso, em conformidade com as disposições estabelecidas pelo Pacto pela Saúde (Portaria GM/MS 399 de 22 de Fevereiro de 2006) e que reunida recomendou a adoção de novas medidas mais restritivas;

CONSIDERANDO que Comissão Intergestores Regional – CIR constitui-se em espaço de planejamento, pactuação e cogestão solidária entre os gestores municipais no âmbito desta regional, vinculada à Secretaria Estadual de Saúde para efeitos administrativos e operacionais, devendo observar as diretrizes da CIB;

DECRETA

#### DA SUSPENSÃO DE ATIVIDADES

Art. 1º. Ficam suspensas, até o dia 18 de agosto de 2020, as seguintes atividades:

I- O calendário de eventos esportivos organizados pela Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE), bem como os eventos, competições esportivas e atividades coletivas da iniciativa pública e privada, tais como: futebol, vôlei, bocha, sinuca, baralho, padel, bocha, sinuca, handebol, jiu-jitsu, boxe, basquete e outras;

II - Aulas de cursos técnicos e ensino superior presenciais, incluindo estágios curriculares e aulas em laboratórios ficam suspensas conforme determinado pela Secretaria de Estado da Educação, Conselho Estadual de Educação e Secretaria de Estado da Saúde;

III – Cinemas, teatros, casas noturnas, museus, bem como a realização de eventos, shows, espetáculos que impliquem em reunião de público;

IV – Reuniões presenciais, devendo ser adotados meios alternativos como videoconferência.

Art. 2º. Ficam proibidas:

I - A realização de festas particulares em residências;

II – A concentração e permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo como parques e praças.

#### DA ADOÇÃO DE MEDIDAS SANITÁRIAS PREVENTIVAS NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS QUE ESPECIFICA

Art. 3º O funcionamento dos estabelecimentos abaixo elencados, até o dia 18 de agosto de 2020, fica condicionado a observância dos seguintes procedimentos:

I – Quanto a lanchonetes, padarias, confeitarias, food-trucks ambulantes, bares, pub's, conveniências (em postos de gasolina ou não), tabacarias, similares:

a) Horário de funcionamento até às 22h, permitindo-se a permanência até as 22h 30min das pessoas que adentraram no estabelecimento e após, somente para atendimentos delivery e/ou entrega no balcão, desde que, observadas as seguintes diretrizes sanitárias:

- a.1) Após as 22h proibição ao consumo de bebidas alcoólicas no local;
- a.2) Proibição de acesso de crianças menores de 12 anos e, recomendando-se que pessoas acima de 60 anos e portadores de comorbidades não frequentem tais locais;
- a.3) Deve ser garantido o distanciamento de 1,5 metros (um metro e meio) entre os clientes;
- a.4) Uso obrigatório da máscara, podendo retirá-la durante o consumo de alimentos e bebidas;
- a.5) Os locais disponíveis para assento deverão estar sinalizados de forma adequada para fácil identificação por parte dos clientes;
- a.6) Vedação a apresentação de música ao vivo;
- a.7) Vedação a jogos eletrônicos, sinuca e jogos de mesa (carta, tabuleiros, etc.);
- a.8) Disponibilização de álcool 70% na entrada de acesso, mesas, balcões, áreas de manipulação, e demais pontos estratégicos;
- a.9) É obrigatório o cumprimento das medidas de higiene e proteção por todos os clientes e funcionários durante a permanência no estabelecimento;
- a.10) Vedação a permanência e o consumo de bebidas/alimentos em frente aos estabelecimentos (calçadas e vias públicas);
- a.11) Vedação as filas de espera, ainda que fora do estabelecimento, sendo recomendado a realização de reservas.

Parágrafo único. Competem aos proprietários e colaboradores dos estabelecimentos as orientações e cumprimento das medidas de higiene e proteção.

#### II – Quanto aos restaurantes e pizzarias:

- a) Funcionamento, a la carte e buffet, até às 22h, sendo permitida a permanência até as 22h 30m para finalizar o atendimento, e, após restrito apenas para retirada no balcão ou tele entrega;
- b) Vedação, após as 22 horas o consumo bebidas alcoólicas no local;
- c) Afastamento mínimo de distância de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada cliente;
- d) Uso obrigatório da máscara, podendo retirar esta durante o consumo de alimentos e bebidas;
- e) Os locais disponíveis para assento deverão estar sinalizados de forma adequada para fácil identificação por parte dos clientes;
- f) Vedação a apresentação de músicas ao vivo;
- g) Disponibilizar álcool 70% na entrada de acesso, mesas, balcões, áreas de manipulação, e demais pontos estratégicos;
- h) Cumprimento das medidas de higiene e proteção por todos os clientes e funcionários durante toda a permanência no estabelecimento;
- i) Vedação para permanência e consumo de bebidas ou alimentos em frente aos estabelecimentos (calçadas, vias públicas);
- j) Vedação de filas de espera em frente aos estabelecimentos, sendo recomendado a realização de reservas;

Parágrafo único. Compete aos proprietários e colaboradores dos estabelecimentos as orientações e cumprimento das medidas de higiene e proteção.

#### III – Quanto aos salões de beleza e estética, devem ser observadas as Portarias SES nº. 223, de 5 de abril de 2020 e Instrução normativa nº 004/DIVS/2013 e ainda:

- a) Atendimento apenas mediante hora marcada, com intervalo suficiente para desinfecção dos locais e materiais utilizados, entre um atendimento e outro;
- b) Permanência no estabelecimento apenas dos funcionários e clientes em atendimento, sendo vedada espera;
- c) Distância mínima entre o cliente e o balcão, de modo a manter o distanciamento mínimo dos profissionais da recepção;
- d) Obrigatório o uso de máscaras dentro do estabelecimento, exceto para a realização de procedimentos na face ou corte de cabelo;
- e) Uso de EPI's por funcionários e colaboradores;
- f) Recomenda-se que os profissionais cujo trabalho demanda proximidade e contato físico com o cliente ou com outros trabalhadores façam uso de viseiras de proteção (faceshields) e luvas, sempre que possível;
- g) Higienizar e desinfetar equipamentos, utensílios e acessórios (pentes, escovas, dentre outros) a cada atendimento ao cliente, bem como qualquer outra superfície de contato, como cadeiras e lavatórios;
- h) A higienização de cada estação de trabalho sempre que houver troca de colaborador em sua utilização;
- i) Vedação do compartilhamento de toalhas ou capas de corte entre clientes;
- j) Os materiais que não puderem ser de utilização única tais como: escovas, tesouras, pentes, limas e blocos polidores de unhas, etc., deve-se proceder à sua lavagem ou desinfecção com álcool 70% ou similar após cada utilização;
- k) Diariamente, no início do expediente, deve-se proceder o acompanhamento da sintomatologia dos trabalhadores;
- l) Diariamente, na entrada dos clientes ao estabelecimento, verificar a temperatura corporal com uso de termômetro infravermelho.

#### IV – Quanto as academias de ginástica, musculação, crossfit, funcionais, estúdios, danças, escolas de natação, padel, tênis, práticas integrativas, pilates e afins, autoriza-se o funcionamento mediante observância das seguintes Diretrizes Sanitárias:

- a) Redução e limitação a no máximo 30% da capacidade instalada, para os estabelecimentos relacionados a prática de exercícios físicos;
- b) Os espaços que atuam com padel, tênis, crossfit, funcionais, danças e pilates fica limitado o número de 4 participantes a cada 60min, respeitando o distanciamento e as medidas de segurança;
- c) Os estabelecimentos devem limitar e ordenar o seu público, bem como organizar as atividades;
- d) Disponibilização no acesso do estabelecimento de dispensador com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes para higienização das mãos.
- e) Controle de acesso deve ser mantido, vedado o uso de digitais.
- f) Registro e anotação em controle próprio do horário de entrada e saída de cada cliente.
- g) Exigência do uso de máscaras descartáveis, ou de tecido em acordo com as normas técnicas por todos os funcionários e alunos durante a permanência no estabelecimento.
- h) Distanciamento mínimo de um metro e meio entre as pessoas;
- i) Todas pessoas devem manter os cabelos presos no local.
- j) Obrigatoriedade do uso de toalha de utilização pessoal durante toda a prática de atividade física;

- k) Os bebedouros devem estar fechados, sendo de responsabilidade de cada praticante levar seu recipiente com água, que não deve ser compartilhado;
- l) Desinfecção e limpeza geral de todos os ambientes pelo menos uma vez por período (matutino, vespertino e noturno);
- m) Intervalo de tempo de, no mínimo, quinze minutos entre a saída de um grupo e a entrada de outro, de forma a evitar o cruzamento entre os usuários e a permitir a limpeza do piso do estabelecimento;
- n) Todos os ambientes devem permanecer limpos com o máximo de ventilação natural possível e, para os estabelecimentos que possuam exclusivamente ar condicionado, deve haver a limpeza dos filtros diariamente;
- o) Guarda volumes para bolsas e mochilas não poderão ser utilizados, sendo permitida apenas a utilização de porta chaves que deve ser higienizado após cada uso;
- p) Manutenção de cartazes com as regras de funcionamento autorizadas e as restrições sanitárias adotadas, em local visível;
- q) Vedação à utilização de celulares durante a prática de atividade física;
- r) Vedação de acesso dos clientes do grupo de risco e/ou com qualquer sintoma de gripe e resfriado;
- s) Realização de atividades de forma individualizada, sem aglomerações ou conversas paralelas;
- t) Disponibilização álcool 70% em pontos estratégicos para higienização das mãos;
- u) Alunos e funcionários devem realizar a higienização de mãos com álcool 70% na entrada e na saída do estabelecimento e sempre que utilizar os equipamentos e durante a realização das atividades;
- v) Higienização dos equipamentos após cada uso, com álcool 70% ou outras substâncias degermantes, em conformidade com as orientações dos fabricantes dos equipamentos, tanto para o tipo de degermante quanto para os pontos possíveis de higienização. O estabelecimento deve recomendar que os usuários evitem utilizar luvas;
- w) Esteiras, bicicletas ergométricas e similares devem ser utilizadas de forma intercalada (uma em funcionamento e uma sem uso) ou com pelo menos um metro e meio de distância entre elas;
- x) Equipamentos e aparelhos de uso comum que não sejam possíveis de serem higienizados devem ser evitados, neste momento;
- y) Vedação ao uso dos vestiários para banhos e trocas de vestimentas no local, devendo os banheiros estar providos de material desinfetante, seguindo as orientações de higiene;

Parágrafo único. Compete aos proprietários e colaboradores do estabelecimento o fornecimento de álcool 70% ou outras substâncias degermantes bem como a orientação dos usuários quanto à sua utilização, devendo recomendar seja evitada a utilização de luvas.

V- Quanto aos estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios (mercados, mercearias e supermercados, açougues, verdureiros e afins), além das medidas sanitárias vigentes, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) Recomenda-se a limitação do acesso: entrada de forma individual, não sendo permitido mais de uma pessoa por família ou grupo de pessoas ser restrito a apenas 1 (uma);
- b) Redução da capacidade de entrada de pessoas em no mínimo 50% do limite permitido;
- c) Controle de acesso por meio da distribuição de senhas individuais, obedecendo a capacidade de 50%, sendo higienizadas com álcool 70% a cada uso;
- d) Obrigatoriedade do controle de temperatura de clientes e funcionários por meio de termômetro infravermelho na entrada do estabelecimento, caso sejam encontradas alterações fica proibido sua entrada e o estabelecimento deve encaminhar para unidade COVID -19;
- e) Higienização com álcool 70% ou substâncias sanitizantes de efeitos similar, nas superfícies, máquinas de cartão, canetas, carrinhos, cestas, bancadas, a cada uso;
- f) Separar e identificar carrinhos e cestas higienizadas das não higienizadas;
- g) Obrigatório o cumprimento das medidas de higiene e proteção por todos os clientes durante toda a permanência no estabelecimento;
- h) Identificação dos espaços para distanciamento nas filas e locais de atendimento;

Parágrafo único. É de responsabilidade dos proprietários e colaboradores dos estabelecimentos as orientações e cumprimento das medidas de higiene e proteção;

VI – Quanto as atividades de entregas delivery, devem ser observadas as seguintes diretrizes sanitárias:

- a) O entregador deverá lavar bem as mãos com água e sabão líquido antes de sair para realizar as entregas;
- b) O entregador deverá usar máscara de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão;
- c) O entregador deverá evitar tocar a máscara, bem como seguir as recomendações de etiqueta da tosse;
- d) As áreas de convivência dos entregadores devem ser mantidas ventiladas, tais como refeitórios e locais de descanso;
- e) Deve-se evitar tocar em superfícies ou objetos de áreas comuns dos condomínios residenciais;
- f) O entregador deverá higienizar as mãos com álcool 70% entre as entregas;
- g) Os produtos da entrega não devem ser acondicionados no chão em momento algum;
- h) O entregador deverá solicitar ao cliente para que insira o cartão na máquina, evitando manuseá-lo;
- i) Entregador e cliente devem manter distância mínima de 1,5 metro entre si;
- j) As máquinas de cartão devem ser higienizadas com álcool 70% gel após cada entrega;
- k) As máquinas de cartão poderão estar cobertas com filme plástico;
- l) Ao retornar ao serviço, o entregador deve repetir a lavagem das mãos com água e sabão líquido;
- m) Ao realizar pagamento em dinheiro, lavar imediatamente as mãos com água e sabão líquido;
- n) O pacote da mercadoria deve ser descartado e as mãos imediatamente higienizadas;
- o) Embalagens descartáveis ou a superfície dos produtos industrializados deverão ser higienizadas com água e sabão líquido ou álcool 70%;
- p) Alimentos não deverão ser conservados nas embalagens de entrega;
- q) Deve-se higienizar as superfícies que tiveram contato com as embalagens ou as mercadorias entregues;

VII – Quanto às demais atividades do comércio, devem ser observadas as seguintes Diretrizes Sanitárias:

- a) Uso de máscaras é obrigatório para clientes e trabalhadores em todas as áreas;
- b) Uso de álcool gel para limpeza das mãos é obrigatório aos clientes ao entrar e sair do estabelecimento;
- c) Distanciamento de 1,5 metro entre as pessoas nos estabelecimentos;
- d) Centros comerciais deverão disponibilizar dispensadores com álcool 70% para limpeza das mãos nas áreas de uso comum, próximos aos

pontos de acesso e de saída destes locais, nos corredores, nos acessos e saídas de escadas ou elevadores, nos estacionamentos internos e externos e nas entradas dos estabelecimentos, internamente a estes;

- e) Os centros comerciais deverão manter um funcionário em tempo integral para orientar os clientes sobre a limpeza das mãos e sobre o uso obrigatório de máscara;
- f) Máquinas para pagamento com cartão devem ser higienizadas após cada uso, com álcool 70% ou preparações antissépticas, conforme orientações de compatibilidade de produtos fornecida pelo fabricante, sendo facultado envolver estas máquinas em plástico filme, que deverá ser substituído pelo menos uma vez ao dia, mantendo a sistemática de higienização a cada uso;
- g) O trabalhador que apresentar sintomas de contaminação pelo Coronavírus, deve buscar orientações médicas, bem como ser afastado do trabalho, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, ou conforme determinação médica, sendo que as autoridades sanitárias devem ser imediatamente informadas da situação;
- h) nos estabelecimentos de comércio de vestuário, acessórios, bijuterias, calçados e produtos de beleza e cosméticos: não é permitida a prova de vestimentas em geral, acessórios, bijuterias, os provedores devem estar fechados;

VIII – Quanto as indústrias, o funcionamento fica condicionado ao cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:

- a) Adotar medidas internas, especialmente às relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho;
- b) Utilizar de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, limitando a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de lotação de cada veículo, obedecendo todas as medidas sanitárias;
- c) Uso de máscara por todas as pessoas durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento, inclusive prestadores de serviço, entregadores e outros;
- d) Manter afastamento mínimo de um metro e meio de raio entre as pessoas;
- e) Disponibilizar álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar em pontos estratégicos para higienização das mãos;
- f) Quando utilizar ponto digital, higienizar após cada uso com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, respeitando as características do equipamento quanto à escolha do produto;
- g) Programar a utilização dos vestiários a fim de evitar aglomeração, mantendo o distanciamento de um metro e meio de raio entre as pessoas;
- h) Intensificar a lavagem dos uniformes;
- i) Recomendar que os trabalhadores não retornem às suas casas diariamente com as roupas de trabalho quando estes utilizarem uniforme;
- j) Intensificar a higienização de utensílios e equipamentos com álcool 70%, preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar nos utensílios, equipamentos, maçanetas, mesas, corrimãos, interruptores, lavatórios, sanitários, elevadores, armários nos vestiários entre outros, respeitando a característica do material quanto à escolha do produto;
- k) Os equipamentos de uso coletivo devem ser higienizados com álcool 70%, preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar respeitando a característica do material quanto à escolha do produto;
- l) Proibida a utilização de bebedouros;
- m) limitação do uso de refeitório, condicionado ao afastamento mínimo de um metro e meio de raio entre as pessoas;
- n) Quando o estabelecimento possuir exclusivamente ventilação por ar condicionado, os filtros devem ser higienizados diariamente;
- o) Adotar medidas internas relacionadas à saúde do trabalhador, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho, verificar a temperatura corporal utilizando termômetro infravermelho e se alterada encaminhar para o serviço de saúde na unidade especializada para atendimento a COVID 19;

IX - quanto a realização de cultos religiosos, recomenda-se a observância e cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:

- a) A lotação máxima autorizada será de 30% (trinta por cento) da capacidade do local;
- b) Todos os fiéis e colaboradores deverão usar máscaras de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão durante todo o período em que estiverem no interior do templo religioso ou da igreja, independentemente de estarem em contato direto com o público;
- c) Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;
- d) Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar;
- e) Deverá ser disponibilizado álcool 70% para uso das pessoas que vierem a ser atendidas, disponibilizando através de dispensadores localizados na porta de acesso, na secretaria, nos locais aonde possam ser realizadas as gravações para transmissão de missas ou cultos religiosos e recepção;
- f) Durante o período em que estiverem abertos, os atendimentos individuais deverão ser realizados através de horário agendado;
- g) Ficam as igrejas e os templos religiosos autorizados a realizar a gravação e transmissão de missas ou cultos no interior dos templos religiosos ou igrejas, sendo mantida a distância mínima de um metro e meio entre as pessoas. Durante a gravação e/ou transmissão, deverá ser interrompido o atendimento individual, de forma a não promover o ingresso de pessoas no templo ou igreja durante este período;
- h) Fica restrita a participação de no máximo 5 (cinco) pessoas para a gravação e/ou transmissão de cultos religiosos ou missas online, quando estes não estiverem sendo realizados de forma conjunta com a celebração;
- i) O funcionamento dos estabelecimentos citados está condicionado à priorização do afastamento, sem prejuízo, de colaboradores pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos, gestantes e imunodeprimidos;
- j) Priorizar o trabalho remoto para os setores administrativos;
- n) Adotar medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho;
- o) atendimento aos integrantes dos grupos de risco como idosos, hipertensos, diabéticos e gestantes deverá ser realizado exclusivamente de forma online ou telefone de forma a evitar a exposição destas pessoas a fim de reduzir o risco de transmissão da COVID-19;
- p) Manter todas as áreas ventiladas, incluindo, caso exista, os locais de alimentação;
- q) intensificação das orientações para a higienização das mãos, principalmente antes e depois do atendimento de cada fiel, após uso do banheiro, após entrar em contato com superfícies de uso comum como balcões, corrimão, instrumentos musicais;
- r) Realizar procedimentos que garantam a higienização contínua da igreja ou do templo religioso, intensificando a limpeza das áreas com

desinfetantes próprios para a finalidade e realizar frequente desinfecção com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, teclado, mouse, materiais de escritório, balcões, corrimãos, interruptores, elevadores, banheiros, lavatórios, pisos, entre outros;

s) Disponibilizar e exigir o uso das máscaras para os colaboradores para a realização das atividades;

t) Se algum dos colaboradores apresentar sintomas de contaminação pela COVID19, deverão buscar orientações médicas bem como serem afastados do trabalho e do atendimento ao público, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, ou conforme determinação médica, sendo que as autoridades de saúde devem ser imediatamente informadas desta situação;

u) O responsável pelo templo deve orientar aos frequentadores que não poderão participar dos cultos, missas e liturgias, caso apresentem sintomas de resfriados/gripe;

v) As diretrizes sanitárias deverão ser expostas em locais visíveis;

x) O horário para realização dos cultos, missas será permitido às 8h às 11h das 13h30min às 17h e das 19h às 21h;

y) Os cultos, missas em espaços abertos, seguirão as mesmas recomendações de proteção já estabelecidas neste documento;

z) obrigatoriedade do controle de temperatura de clientes e funcionários por meio de termômetro infravermelho na entrada do estabelecimento, encontrando alterações ficando proibido sua entrada e encaminhar para unidade especializada para a COVID -19.

X – quanto ao transporte coletivo urbano de passageiros

a) Fica proibido o ingresso no território municipal de veículos de transporte interestadual de passageiros, público ou privado, bem como de veículos de fretamento para transporte de pessoas, excetuados os casos expressamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde e/ou por Decreto do Governo do Estado de Santa Catarina.

XI - Quanto aos órgãos públicos:

a) observância das Diretrizes sanitárias estaduais, municipais e estabelecidas pelos seus órgãos de forma rígida garantindo a segurança dos servidores e da população usuária dos serviços.

#### DAS ATIVIDADES FÚNEBRES

Art. 4º Os velórios realizados no âmbito do Município de Três Barras/SC terão duração máxima de até 04 (quatro) horas, nos casos não suspeitos de COVID-19, devendo ser realizado no período das 07h00 às 18h00, limitada a entrada e celebrações de despedida a 10 (dez) pessoas por vez, obrigatoriamente mediante o uso de máscara.

Parágrafo único. No caso do corpo ser liberado após as 18h00, este permanecerá aos cuidados da funerária até o horário permitido para realização do velório.

Art. 5º. Fica proibida a realização de velórios nos casos confirmados de COVID-19.

Art. 6º. Em ambos os casos deverão ser observadas as normas da Vigilância Sanitária Estadual, previstas na Nota Técnica Conjunta n. 025/2020 – DIVS.

#### DA RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO

Art. 7º. A fiscalização do presente Decreto será promovida pelo Poder Público Municipal, através de seus servidores especialmente designados para tal finalidade, promotores de saúde, servidores da vigilância sanitária, entre outros, podendo ainda, valer-se do auxílio da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar.

#### DAS PENALIZAÇÕES

Art. 8º. A atuação da Fiscalização Municipal se pautará na seguinte conduta diante dos estabelecimentos que não cumprirem com as disposições de posturas e sanitárias de combate à propagação do novo coronavírus previstas nos atos normativos municipais e estaduais:

I – Advertência por escrito;

II – Multa de R\$ 500,00, caso não atendidas as orientações;

III – Multa de R\$ 5.000,00, em caso de reincidência;

IV – Interdição do local pelo prazo de 10 (dez) dias, em caso de nova reincidência da conduta;

V – Cassação da licença de funcionamento.

Parágrafo único. Em caso de aplicação de penalidade a Fiscalização Municipal expedirá relatório circunstanciado, procedendo seu encaminhamento à Promotoria de Justiça para verificação da hipótese de incidência do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

Art.9º. Todo cidadão tem o dever de cumprir e fiscalizar as restrições e condições do presente Decreto, conscientizando-se da necessidade da higienização necessária, do distanciamento social, da utilização das máscaras de proteção, além de outras medidas que forem necessárias para a contenção/erradicação do novo coronavírus, podendo fazer denúncia diretamente à ouvidoria por meio do endereço eletrônico ouvidoria@tresbarras.sc.gov.br ou pelo telefone 47 36231332 (vigilância sanitária).

Art. 10. É obrigatório o uso de máscaras pelos cidadãos em todos os ambientes públicos ou privados. Caso haja descumprimento do uso de máscara, será aplicada multa de R\$ 50,00 e em caso de reincidência de R\$ 100,00.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Fica recomendado o isolamento domiciliar a toda pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos visando restringir a

circulação e evitar a disseminação do vírus SARS-CoV-2 entre a população idosa considerando que são os mais vulneráveis. Excetua-se a circulação para desempenho das atividades laborativas, comparecimento a atendimento de saúde e aquisição de produtos alimentícios e de saúde.

Art. 12. Os pacientes confirmados ou com suspeita de COVID 19, com sintomas respiratórios e pessoas que residam no mesmo endereço, ainda que estejam assintomáticos, devem permanecer em isolamento domiciliar pelo período máximo de 14 (catorze) dias para contenção da transmissibilidade do COVID-19.

Parágrafo único. O isolamento constitui medida não-farmacológica e eventual desrespeito sujeitará o infrator a incidência das disposições do artigo 268 do código penal brasileiro.

Art. 13. Permanecem vigentes todas as demais determinações já expedidas no âmbito do Município de Três Barras/SC e pelo Estado de Santa Catarina, desde que não conflitantes com a presente determinação.

Art. 14. As medidas estabelecidas neste Decreto podem ser revistas a qualquer tempo, observadas as razões e justificativas apresentadas pelas Autoridades Sanitárias.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo publicado na Secretaria de Administração e Planejamento e Diário Oficial dos Municípios.

Três Barras, 05 de agosto de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI  
PREFEITO MUNICIPAL

ANDERSON STOCLOSKI  
ADVOGADO MUNICIPAL

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2020 – PMTB

Publicação Nº 2592175

EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2020 – PMTB.

Procedimento Licitatório nº 67/2020

Modalidade "Pregão Presencial nº 43/2020"

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRES BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras - SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratado: AUTOSHOW SC VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 72.297.468/0001-09, estabelecida na cidade de CANOINHAS-SC, na Rodovia SC 477, nº 40, Bairro Campo da Água Verde, CEP. 89.460-000, telefone (47) 3621-6400 neste ato representado por Sr, Fernando Damaso da Silveira Cardoso, doravante denominada CONTRATADA.

Base Legal: Este Instrumento Contratual encontra-se amparo legal no Decreto Municipal nº 2.851/2005, Lei nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993, alterada pela Lei 8.883/1994, bem como as condições dispostas no Processo Licitatório nº 67/2019, Pregão Presencial nº 59/2019.

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de 01 (um) veículo automotor que passará a integrar a frota veicular da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Item>	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	01 (UM)	UN	VEICULO AUTOMOTOR NOVO, TIPO CAMIONE-TE, ZERO KM, ANO / MODELO 2020 OU ACIMA, COM PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS, COR LISA BRANCA, 04 (QUATRO) PORTAS, CAPACIDADE PARA 04 PASSAGEIROS MAIS O MOTORISTA, MOTOR COM POTENCIA MAXIMA MINIMA DE 160 CV COM ALIMENTAÇÃO FLEX (BICOMBUSTIVEL – ALCOOL / GASOLINA), TRAÇÃO 4 X 4, CAMBIO MANUAL COM NO MINIMO 05 VELOCIDADES A FRENTE E UMA A RE OU AUTOMATICO COM NO MINIMO 06 VELOCIDADES A FRENTE E UMA A RE, CONTROLE DE TRAÇÃO, CONTROLE ELETRONICO DE ESTABILIDADE, AIR BAG DUPLO DIANTEIRO, FREIOS ABS COM EBD, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRAULICA OU ELETRICA, CAPACIDADE MAXIMA DE CARGA DA CAÇAMBA MINIMO DE 800 KG (OITOCENTOS QUILOS) - VOLUME MÍNIMO 950 LITROS), RODAS LIGA LEVE TAMANHO MINIMO 16'.	158.500,0	158.500,00

Vigência: O contrato entra em vigência a partir da data de sua assinatura com validade mínima de 01 (um) ano (até o término da garantia).  
Valor: O CONTRATADO fará a entrega do veículo, pelo valor total R\$ 158.500,00 (cento e cinquenta e oito mil e quinhentos reais).  
Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS.  
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI  
PREFEITO MUNICIPAL  
Três Barras - SC, 05 de agosto de 2020.

## PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 75/2020

Publicação Nº 2592060

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".  
REABERTURA DE PRAZO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.  
Procedimento Licitatório nº. 75/2020 - Edital Pregão nº. 47/2020.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, efetuou alterações no termo de referência do objeto da licitação, cito a aquisição de um veículo tipo ambulância, nova, zero km, ano 2020 ou acima, motor diesel, teto alto original de fábrica, com ar condicionado na cabine e no salão do paciente, com os equipamentos destinados a UTI móvel conforme especificações contidas no edital.

Diante das alterações efetuadas, reabre-se o prazo para apresentação / recebimento de proposta, passando a receber até as 09 h e 00 min. do dia 19 de agosto de 2020, Recursos Financeiros: Convenio com o Estado de SC nº. 2020TR000419 no valor de R\$ 290.000,00 e saldo com recursos próprios do município.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 19 de agosto de 2020.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 05 de agosto de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL  
NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

## PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 78/2020

Publicação Nº 2592243

"REABERTURA DE PRAZO"  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.  
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 78/2020.  
EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 19/2020.

A Prefeitura Municipal de Três Barras – SC torna público que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, EFETUOU ALTERAÇÕES no edital epigrafado, alterando as cláusulas 11.4.5.1 e da cláusula 11.4.4 a cláusula 11.4.5.1 do edital. Desta forma reabre-se o prazo para apresentação / recebimento de proposta, passando a receber até as 09 h e 00 min. do dia 24 de agosto de 2020, para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA "CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UMA PRAÇA PÚBLICA", NO ENTRONCAMENTO DA SC 303 (RODOVIA OTAVIO TABALIPA) COM A AVENIDA RIGESA, BAIRRO KM 2, NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS-SC, com área total de 3.236,23 m², com fornecimento de todo material e mão de obra, em conformidade com a Pasta Técnica e disposições contidas no edital.

Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 24 de agosto de 2020.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – telefone 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 30 de julho de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL  
ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURIDICO

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 79/2020**

Publicação Nº 2592245

**"REABERTURA DE PRAZO"**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 79/2020.

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 20/2020.

O Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Três Barras – SC torna público que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, EFETUOU ALTERAÇÕES no edital epigrafado, alterando as cláusulas 11.4.3.2 E 11.4.4 do Edital. Desta forma, reabre-se o prazo apresentação / recebimento de proposta, passando a receber até as 09 h e 00 do dia 25 de agosto de 2020, a Documentação e Propostas para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA EXECUÇÃO DE "REVITALIZAÇÃO DA ÁREA EXTERNA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL", ANEXO AO HOSPITAL FELIX DA COSTA GOMES, COM ÁREA TOTAL DE 314,68 M², LOCALIZADA NA RUA JOÃO MANOEL SARDÁ, Nº. 439, KM 2, NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS-SC, com fornecimento de todo material e mão de obra, em conformidade com a Pasta Técnica e disposições contidas no edital.

Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 25 de agosto de 2020.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – telefone 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 30 de julho de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURIDICO

# Treviso

## PREFEITURA

### CONTRATO 35/2020

Publicação Nº 2591845

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ

EXTRATO DE CONTRATO 35/2020

OBJETO: O presente contrato tem como objeto a contratação da empresa CNET PROVEDOR DE INTERNET LTDA., CNPJ nº 086.276.66/0001-86, para prover serviços de internet à Secretaria de Viação, Obras e Serviços, bem como instalação de todos os equipamentos necessários para o perfeito funcionamento do serviço, exceto a aquisição de roteador, que é de responsabilidade do contratante.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ

CONTRATADO: CNET PROVEDOR DE INTERNET LTDA.

VALOR: R\$ 1.199,40 (hum mil cento e novena e nove reais e quarenta centavos).

DOTAÇÃO: código reduzido nº 103.

CONTRATO: 35/2020

Treviso(SC), 23 de julho de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 02/2020

Publicação Nº 2591898

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 02/2020

OBJETO: Registro de Preço para futuras aquisições de materiais para reparos e ampliação da rede de água do SAMAE nos próximos 12 meses.

CONTRATANTE: SISTEMA AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TREVISÓ - SAMAE

CONTRATADO: HIDROLUX - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS IDRÁULICOS EIRELI ME

VALOR: R\$ 4.734,90 (quatro mil setecentos e trinta e quatro reais e noventa centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 02/2020

Treviso(SC), 09 de julho de 2020.

Anderson José Pagani

Diretor - SAMAE Treviso

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 03/2020

Publicação Nº 2591899

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 03/2020

OBJETO: Registro de Preço para futuras aquisições de materiais para reparos e ampliação da rede de água do SAMAE nos próximos 12 meses.

CONTRATANTE: SISTEMA AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TREVISÓ - SAMAE

CONTRATADO: NAVODAP – COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI

VALOR: R\$ 365,00 (trezentos e sessenta e cinco reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 03/2020

Treviso(SC), 09 de julho de 2020.

Anderson José Pagani

Diretor - SAMAE Treviso

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 33/2020

Publicação Nº 2591848

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 33/2020

OBJETO: Registro de preço para futuras aquisições de tintas e materiais para pintura, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços de Treviso nos próximos 12 meses.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ  
DETENTORA DA ATA: VALDECIR MANLIO MARIANI ME  
VALOR: R\$ 32.728,60 (trinta e dois mil e setecentos e vinte e oito reais e sessenta centavos).  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 33/2020  
Treviso(SC), 29 de julho de 2020.  
JAIMIR COMIN  
Prefeito Municipal

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 34/2020**

Publicação Nº 2591856

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 34/2020  
OBJETO: Registro de preço para futuras aquisições de tintas e materiais para pintura, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços de Treviso nos próximos 12 meses.  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ  
DETENTORA DA ATA: SSM COMÉRCIO DE TINTAS LTDA  
VALOR: R\$ 20.590,00 (vinte mil e quinhentos e noventa reais).  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 34/2020  
Treviso(SC), 29 de julho de 2020.  
JAIMIR COMIN  
Prefeito Municipal

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 35/2020**

Publicação Nº 2591857

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 35/2020  
OBJETO: Registro de preço para futuras aquisições de tintas e materiais para pintura, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços de Treviso nos próximos 12 meses.  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ  
DETENTORA DA ATA: MARCOS FERNANDES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.  
VALOR: R\$ 606,75 (seiscentos e seis reais e setenta e cinco centavos).  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 35/2020  
Treviso(SC), 29 de julho de 2020.  
JAIMIR COMIN  
Prefeito Municipal

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 01/2020**

Publicação Nº 2591896

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 01/2020  
OBJETO: Registro de Preço para futuras aquisições de materiais para reparos e ampliação da rede de água do SAMAE nos próximos 12 meses.  
CONTRATANTE: SISTEMA AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÀGUA E ESGOTO DE TREVISÓ - SAMAE  
CONTRATADO: VALDECIR MANLIO MARIANI ME  
VALOR: R\$ 47.523,00 (quarenta e sete mil quinhentos e vinte e três reais).  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 01/2020  
Treviso(SC), 09 de julho de 2020.  
Anderson José Pagani  
Diretor - SAMAE Treviso

**EXTRATO CONTRATO 39/2020**

Publicação Nº 2591836

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ  
EXTRATO DE CONTRATO 39/2020  
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de produtos da agricultura familiar destinados a alimentação escolar para a

educação infantil e ensino fundamental no ano de 2020, no Município de Treviso/SC, conforme Lei 11.947/2009 de 16/06/2009 e Resolução FNDE nº. 38/2009 de 16/07/2009 e habilitação dos fornecedores, para o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, itens remanescentes do processo 09/2020.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO

CONTRATADO: EDER LUIZ BROL

VALOR: R\$ 18.155,25 (dezoito mil e cento e cinquenta e cinco reais e vinte e cinco centavos).

DOTAÇÃO: Código reduzido nº 22.

CONTRATO: 39/2020

Treviso(SC), 24 de julho de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito Municipal

## EXTRATO CONTRATO 40/2020

Publicação N° 2591839

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO

EXTRATO DE CONTRATO 40/2020

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de produtos da agricultura familiar destinados a alimentação escolar para a educação infantil e ensino fundamental no ano de 2020, no Município de Treviso/SC, conforme Lei 11.947/2009 de 16/06/2009 e Resolução FNDE nº. 38/2009 de 16/07/2009 e habilitação dos fornecedores, para o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, itens remanescentes do processo 09/2020.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO

CONTRATADO: VALTAIR AGENOR DA SILVA

VALOR: R\$ 4.230,00 (quatro mil e duzentos e trinta reais).

DOTAÇÃO: Código reduzido nº 22.

CONTRATO: 40/2020

Treviso(SC), 24 de julho de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito Municipal

## EXTRATO CONTRATO 41/2020

Publicação N° 2591841

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO

EXTRATO DE CONTRATO 41/2020

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de produtos da agricultura familiar destinados a alimentação escolar para a educação infantil e ensino fundamental no ano de 2020, no Município de Treviso/SC, conforme Lei 11.947/2009 de 16/06/2009 e Resolução FNDE nº. 38/2009 de 16/07/2009 e habilitação dos fornecedores, para o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, itens remanescentes do processo 09/2020.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO

CONTRATADO: LUCIANO JUNIOR FORGIARINI

VALOR: R\$ 7.760,00 (sete mil e setecentos e sessenta reais).

DOTAÇÃO: Código reduzido nº 22.

CONTRATO: 41/2020

Treviso(SC), 24 de julho de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito Municipal

## PORTARIA N° 400/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2591742

PORTARIA N° 400/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR GETÚLIO HOFFMANN MIRANDA COMO FISCAL DO CONTRATO N° 26/2020, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMREC (CIM-AMREC).

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Getúlio Hoffmann Miranda, Secretário Municipal de Administração e Finanças, matrícula 3019, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 26/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Treviso e o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da AMREC (CIM-AMREC), cujo objeto é o rateio das despesas necessárias à manutenção do Consórcio para o exercício de 2020, inclusive as pré-operacionais, bem como aqueles referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao município.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido

contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 05 de agosto de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 06 de agosto de 2020.

## **PORTARIA Nº 401/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591747

PORTARIA Nº 401/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA HEMELISE BENEDET PIZZOLOTO PEROVANO COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 27/2020, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA ARI AZAMBUJA DE OLIVEIRA.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Hemelise Benedit Pizzoloto Perovano, Agente Administrativo lotada na Secretaria de Cultura Esporte e Turismo, matrícula 780, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 27/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a empresa Ari Azambuja de Oliveira, cujo objeto é a prestação de serviço de elaboração do Plano Municipal de Turismo.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 05 de agosto de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 06 de agosto de 2020.

## **PORTARIA Nº 402/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591753

PORTARIA Nº 402/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR GETÚLIO HOFFMANN MIRANDA COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 28/2020, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMREC (CIM-AMREC).

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Getúlio Hoffmann Miranda, Secretário Municipal de Administração e Finanças, matrícula 3019, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 28/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Treviso e o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da AMREC (CIM-AMREC), cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a elaboração do seu Plano de Mobilidade Urbana, visando atender a Política Nacional de Mobilidade Urbana – PNMU, instituída pela Lei n. 12.587/2012.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 05 de agosto de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 06 de agosto de 2020.

## **PORTARIA Nº 403/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591756

PORTARIA Nº 403/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR GETÚLIO HOFFMANN MIRANDA COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 29/2020, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA ANGELO BRESSAN.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Getúlio Hoffmann Miranda, Secretário Municipal de Administração e Finanças, matrícula 3019, para desempenhar

a função de Fiscal do Contrato nº 29/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a empresa Angelo Bressan, cujo objeto é a prestação de serviços de assistência técnica, com a locação e manutenção das repetidoras de sinal de televisão, abrangendo os canais (04 SBT), canal (07 NSC TV) e canal (29 RTV CRICIÚMA), e em conformidade com a resolução n.º 242 da ANATEL pelo n.º 08130-02-0352, compreendendo a manutenção, limpeza e reposição de componentes de retransmissor.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 05 de agosto de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 06 de agosto de 2020.

## **PORTARIA N° 404/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação N° 2591758

PORTARIA N° 404/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR LINDOMAR BONOMI COMO FISCAL DO CONTRATO N° 30/2020, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA F. AGUIAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

JAÍMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Lindomar Bonomi, Assessor Estratégico lotado na Secretaria de Viação, Obras e Serviços, matrícula 2951, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 30/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a empresa F. Aguiar Construções e Serviços Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços com trator esteira, ano de fabricação não podendo ser inferior a 2010, de grande porte, peso operacional mínimo de 19 toneladas, com escarificador de no mínimo 3 dentes, lâmina com tamanho mínimo de 4,00 m x 1,00m, potência mínima de 150hp.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 05 de agosto de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 06 de agosto de 2020.

## **PORTARIA N° 405/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação N° 2591759

PORTARIA N° 405/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR LINDOMAR BONOMI COMO FISCAL DO CONTRATO N° 31/2020, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA F. AGUIAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

JAÍMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Lindomar Bonomi, Assessor Estratégico lotado na Secretaria de Viação, Obras e Serviços, matrícula 2951, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 31/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a empresa F. Aguiar Construções e Serviços Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços com Escavadeira Hidráulica (potência mínima de 170 HP, peso operacional de no mínimo 23.000 Kg, capacidade da caçamba (concha) de no mínimo 1,5 m³ e ano mínimo de fabricação 2010).

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 05 de agosto de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 06 de agosto de 2020.

**PORTARIA Nº 406/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591760

PORTARIA Nº 406/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR LINDOMAR BONOMI COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 32/2020, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA VIA NORTE TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Lindomar Bonomi, Assessor Estratégico lotado na Secretaria de Viação, Obras e Serviços, matrícula 2951, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 32/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Trevisó e a empresa Via Norte Transportes e Terraplanagem Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços com caminhão basculante, traçado, com potência mínima de 200 CV e capacidade da caçamba mínima de 12m³.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 05 de agosto de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 06 de agosto de 2020.

**PORTARIA Nº 407/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591761

PORTARIA Nº 407/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR GETÚLIO HOFFMANN MIRANDA COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 33/2020, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA UNICASUL – CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Getúlio Hoffmann Miranda, Secretário Municipal de Administração e Finanças, matrícula 3019, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 33/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Trevisó e a empresa Unicasul – Consultores Associados S/S Ltda. cujo objeto é prestação de serviços de Assessoria e análise das DIMES apresentadas por empresas de atividades diversas sediadas no município de Trevisó/SC; Apresentação de impugnações de valor adicionado em primeira e segunda instância administrativa, objetivando implementar o movimento econômico; Acompanhamento da publicação do índice de definitivo retorno do ICMS, anos base 2019, exercício 2020, junto à Secretaria de Estado da Fazenda – SEF; Assessoramento ao setor de fiscalização e arrecadação tributária, interagindo junto aos agentes públicos na parte prática e teórica; Revisar os documentos padrões de utilização nas informações e solicitações; Organizar e coordenar trabalhos na identificação de contribuintes omissos com o ISS e taxa de licença, no sentido de garantir o efetivo valor ao município de Trevisó/SC.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 05 de agosto de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 06 de agosto de 2020.

**PORTARIA Nº 408/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2591764

PORTARIA Nº 408/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR LAURI CESCONETTO COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 34/2020, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E O SR. OSVALDO JOÃO SANTIAGO.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Lauri Cesconetto, Secretário Municipal de Agricultura, matrícula 2602, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 34/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Trevisó e o Sr. Osvaldo João Santiago, cujo objeto é a prestação de serviços de inseminação artificial em bovinos no Município de Trevisó/SC, de acordo com a demanda da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à

regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 05 de agosto de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 06 de agosto de 2020.

## **PORTARIA N° 409/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação N° 2591766

PORTARIA N° 409/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR LINDOMAR BONOMI COMO FISCAL DO CONTRATO N° 35/2020, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA CNET PROVEDOR DE INTERNET LTDA.

JAÍMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto n° 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Lindomar Bonomi, Assessor Estratégico lotado na Secretaria de Viação, Obras e Serviços, matrícula 2951, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato n° 35/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Trevisó e a empresa Cnet Provedor de Internet Ltda., cujo objeto é prover serviços de internet à Secretaria de Viação, Obras e Serviços, bem como instalação de todos os equipamentos necessários para o perfeito funcionamento do serviço, exceto a aquisição de roteador, que é de responsabilidade do contratante.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei n° 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 05 de agosto de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 06 de agosto de 2020.

## **PORTARIA N° 399/2020, DE 04 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação N° 2591736

PORTARIA N° 399/2020, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS MAIS ABONO PECUNIÁRIO A EMPREGADA JUCELMA APARECIDA PAGANI.

JAÍMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias pelo prazo de 20 (vinte) dias, a contar de 10 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo de 12 de agosto de 2019 a 11 de agosto de 2020, a empregada JUCELMA APARECIDA PAGANI, ocupante do emprego de SECRETÁRIA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Trevisó/SC, 04 de agosto de 2020.

JAÍMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de agosto de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA Secretário de Administração e Finanças.

**TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA REGISTRO DE PREÇO 14/2020**

Publicação Nº 2591641

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2020, FIRMADA ENTRE O O MUNICIPIO DE TREVISO E A EMPRESA DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELLI. CONTRATANTE: MUNICIPIO DE TREVISO, cadastrado no CNPJ sob nº 01.614.019/0001-90, com sede na Av. Prof. José F. Abatti, 258, Município de Treviso – SC, CEP 88862-000, neste ato representado pelo Prefeito Sr. JAIMIR COMIN, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua, Estrada Geral, s/nº, Bairro Santo Antônio, Treviso-SC, inscrito no C.P.F, sob nº 513.694.869-87. CONTRATADA: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELLI, CNPJ Nº 26.723.181/0001-78, com sede na Rua José Gall, nº 1.115, Galpão 09, Bairro Carvalho, Itajai/SC, CEP nº 88307-102, neste ato representado por Rafael Dias da Silva, portador do CPF nº 336.093.568-39. O CONTRATANTE estabelece o presente TERMO DE CANCELAMENTO, referente à Ata de Registro de Preço nº 14/2020, cujo objeto é FUTURAS AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TREVISO NOS PRÓXIMOS 12 MESES, regulado pelos preceitos do direito público, especialmente pela Lei 8.666/93 e Decreto nº 7.892/2013, mediante as cláusulas e condições seguintes: CLAUSULA PRIMEIRA- DO CANCELAMENTO: Pelo presente termo fica cancelada a Ata de Registro de Preço nº 14/2020, que tem por objeto FUTURAS AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TREVISO NOS PRÓXIMOS 12 MESES, com efeitos a partir desta data. CLAUSULA SEGUNDA- DA MOTIVAÇÃO: a motivação para o cancelamento da Ata de Registro de Preço 14/2020 dá-se pela solicitação por parte da Detentora da Ata alegando motivos supervenientes ocasionados pela pandemia (COVID-19), conforme destacado pela Secretaria Municipal de Educação de Treviso e fundamentado pela Assessoria Jurídica Municipal, nos termos da Lei 8.666/93. CLAUSULA TERCEIRA- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O cancelamento da Ata ora efetivada encontra fundamento nos artigos 18, 19 e 20 do Decreto nº 7.892/2013. PARÁGRAFO ÚNICO: Em virtude da pandemia coronavírus e verificada a ausência de infrações que causem danos ou prejuízo a Administração, considerando as alegações feitas pela empresa DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELLI e conforme Parecer Jurídico emitido pela assessoria deste município, não serão aplicadas as penalidades previstas nos artigos Artigos 86, 87 da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preço nº 14/2020. CLAUSULA QUARTA- DA PUBLICAÇÃO: O presente termo de cancelamento da Ata será publicado no Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios e Mural Público.

Treviso, 05 de agosto de 2020.

JAIMIR COMIN DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELLI

Prefeito municipal Detentora da ata

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 027/2020 - FMS

Publicação Nº 2592281

Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada: RODA BRASIL COMERCIO DE PEÇAS PARA VEICULOS LTDA  
Contrato Nº 27/2020  
Valor: 22.052,00  
Início: 21/07/2020  
Término: 20/07/2021  
Licitação: 18/2020  
Objeto da Contratação: FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO PARCELADO, FUTURO E EVENTUAL DE PNEUS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL.  
Trombudo Central, 05 de Agosto de 2020

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 077/20 - PMTC

Publicação Nº 2592260

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada: RODA BRASIL COMERCIO DE PEÇAS PARA VEICULOS LTDA  
Contrato Nº 77/2020  
Valor: 45.656,00  
Início: 21/07/2020  
Término: 21/07/2021  
Licitação: 18/2020  
Objeto da Contratação: FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO PARCELADO, FUTURO E EVENTUAL DE PNEUS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL.  
Trombudo Central, 05 de Agosto de 2020

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 078/20 - PMTC

Publicação Nº 2592262

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI  
Contrato Nº 78/2020  
Valor: 24.640,00  
Início: 21/07/2020  
Término: 20/07/2021  
Licitação: 18/2020  
Objeto da Contratação: FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO PARCELADO, FUTURO E EVENTUAL DE PNEUS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL.  
Trombudo Central, 05 de Agosto de 2020

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 079/20 - PMTC

Publicação Nº 2592264

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada: COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA  
Contrato Nº 79/2020  
Valor: 29.120,00  
Início: 21/07/2020

Término: 20/07/2021  
Licitação: 18/2020  
Objeto da Contratação: FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO PARCELADO, FUTURO E EVENTUAL DE PNEUS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL.  
Trombudo Central, 05 de Agosto de 2020

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 080/20 - PMTC**

Publicação N° 2592266

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada: BELLENZIER PNEUS LTDA  
Contrato N° 80/2020  
Valor: 134.780,00  
Início: 21/07/2020  
Término: 20/07/2021  
Licitação: 18/2020  
Objeto da Contratação: FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO PARCELADO, FUTURO E EVENTUAL DE PNEUS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL.  
Trombudo Central, 05 de Agosto de 2020

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 081/20 - PMTC**

Publicação N° 2592267

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada: IRMAOS FLACH LTDA  
Contrato N° 81/2020  
Valor: 4.464,00  
Início: 21/07/2020  
Término: 20/07/2021  
Licitação: 18/2020  
Objeto da Contratação: FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO PARCELADO, FUTURO E EVENTUAL DE PNEUS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL.  
Trombudo Central, 05 de Agosto de 2020

**CONTRATO 074/2020 - PMTC**

Publicação N° 2592253

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada: LIDER SUL ENGENHARIA OBRAS E SERVICOS LTDA  
Contrato N° 74/2020  
Valor: 119.504,17  
Início: 07/07/2020  
Término: 31/12/2020  
Licitação: 21/2020  
Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA MARTA KRUGER, CENTRO, TROMBUDO CENTRAL/SC, TOTALIZANDO A EXTENSÃO DE 83,67M, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PROJETOS E ART, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL  
Trombudo Central, 05 de Agosto de 2020

**CONTRATO 076/2020 - PMTC**

Publicação Nº 2592256

Contratante :PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E  
CONSULTORIA LTDA  
Contrato Nº 76/2020  
Valor: 2.625,00  
Início: 25/07/2020  
Término: 31/12/2020  
Dispensa de Licitação: 2/2020  
Objeto da Contratação: Licença de uso de software para gestão da  
educação municipal e serviços correlatos.  
Trombudo Central, 05 de Agosto de 2020

**DECRETO 072/20**

Publicação Nº 2592076

DECRETO 072/20 DE 23 DE JULHO DE 2020.

ALTERA A ALÍNEA "d", E CRIA ALÍNEA "e", NO ÍTEM I, DO ART. 1º DO DECRETO 071/20 DE 10 DE JULHO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À PANDEMIA CAUSADA PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), EM ACRÉSCIMO ÀS EM VIGOR, E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VII, do Art. 52 da Lei Orgânica do município.

CONSIDERANDO a SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA no Município de Trombudo Central, e os preceitos legais instituídos pelos Atos Oficiais na esfera Federal, Estadual e Municipal para distanciamento social nas medidas de enfrentamento ao coronavírus (COVID-19).

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 17.940 de 08 de maio de 2020, que reconhece a atividade religiosa como essencial para a população de Santa Catarina em situações de calamidade pública, de emergência ou de epidemia, bem como que desde o início da pandemia causada pelo COVID-19 houve acréscimo significativo nos atendimentos nos Centros de atenção psicossocial, fazendo-se necessários maiores cuidados em relação à saúde mental da população do Município, inclusive possibilitando a atuação das entidades religiosas;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica alterada a alínea "d", e cria alínea "e", no item I, do Art. 1º do Decreto 071/20, que passa a vigor com a seguinte redação:

"Art.1º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública e complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus ficam no âmbito do Município de Trombudo Central:

I – PROIBIDOS a partir de 10 de julho de 2020 até 10 de agosto de 2020:

- a) Mantido;
- b) Mantido;
- c) Mantido;
- d) Realização ou prática de eventos culturais, esportivos e recreativos de qualquer natureza "amadora ou profissional";
- e) Conforme Lei Estadual nº 17.940 de 08 de maio de 2020, está liberada a realização de missas, cultos e demais atividades de manifestação religiosa nos dias 08 e 09 de agosto de 2020, devendo-se observar as diretrizes previstas na Portaria SES Nº 254 de 20 de abril de 2020, do Estado de Santa Catarina, notadamente observadas as determinações abaixo descritas:

I – A lotação máxima autorizada será de 50% (cinquenta por cento) da capacidade do templo ou igreja;

II – Conforme deliberação, o tempo de duração de missas, cultos e demais atividades de manifestação religiosa presencial, deverá ser limitada de no máximo em 00:h45m

III – Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;

IV – Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% (setenta por cento) ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

V – Deverá haver medição de temperatura facial na entrada dos templos religiosos, com a utilização do aparelho Termômetro Infravermelho.

Art. 2º Permanecem inalteradas e em vigor as demais disposições contidas no Decreto 071/20 de 10 de julho de 2020.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de julho de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto Foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

ALESIO JUNG  
Secretário da Saúde

### **TERMO ADITIVO 025/2020- FMS**

Publicação N° 2592269

Aditivo N° 025/2020  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada: CLEITON DE SOUZA - ME  
Contrato N° 66/2019  
Sequencial do Aditivo: 2  
Licitação: 48/2019  
Início: 13/07/2020  
Término: 12/11/2020  
Objeto da Contratação: 2º TERMO ADITIVO AO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Trombudo Central, 05 de Agosto de 2020

### **TERMO ADITIVO 026/2020 - FMS**

Publicação N° 2592271

Aditivo N° 026/2020  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO ITAJAI (CIS-AMAVI).  
Contrato N° 18/2020  
Sequencial do Aditivo: 1  
Contrato de Programa CIS- AMAVI: 1/2020  
Início: 22/06/2020  
Término: 31/12/2020  
Valor: 166.752,00  
Objeto da Contratação: 1º TERMO ADITIVO NA CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA RATEIO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DE PESSOAL DO CIS-AMAVI PARA EXECUÇÃO DAS FINALIDADES PREVISTAS NO CONTRATO DE PROGRAMA CIS-AMAVI N° 01/2020, FORMALIZADO NO MUNICÍPIO COM O CONTRATO FMS N° 001/2020. Trombudo Central, 05 de Agosto de 2020

### **TERMO ADITIVO 075/2020 - PMTC**

Publicação N° 2592254

Aditivo N° 075/2020  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada: CLEITON DE SOUZA - ME  
Contrato N° 40/2020  
Sequencial do Aditivo: 2  
Licitação: 11/2020  
Início: 24/06/2020  
Término: 31/12/2020  
Objeto da Contratação: 2º TERMO ADITIVO NA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Trombudo Central, 05 de Agosto de 2020

# Tunápolis

## PREFEITURA

### PROCESSO DE COMPRA Nº.: 199/2020. PREGÃO PRESENCIAL Nº: 96/2020

Publicação Nº 2591655

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS  
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111  
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS  
PROCESSO DE COMPRA Nº.: 199/2020.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 96/2020  
FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO LOTE.  
DATA 04/08/2020

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por LOTE, sob regime de entrega imediata, conforme Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis – SC, CEP 89.898-000, até as 8h45min do dia 18 de Agosto de 2020 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a aquisição de PEÇAS E DEMAIS COMPONENTES ORIGINAIS PARA O CONCERTO DO CAMINHÃO FORD 2622, E AQUISIÇÃO DE CARGA NITROGÊNIO, CILINDRO DE NITROGÊNIO A SER USADO NO ROMPEDOR DE ROCHA MSB SAGA 180, CAMINHÃO FORD 2622 e ROMPEDOR DE ROCHA MSB SAGA 180, PERTENCENTES AO DMER, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Para o concerto do CAMINHÃO FORD 2622, somente serão aceitos peças originais, sendo sumariamente desclassificado a proposta que não apresentar as marcas das receptivas PEÇAS ORIGINAIS.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 8h45min do dia 18 de Agosto de 2020, e será conduzida pela Pregoeira ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

### PROCESSO DE COMPRA Nº.: 200/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 97/2020 DATA EMISSÃO: 04/08/2020

Publicação Nº 2591719

MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS  
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111  
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/Departamento de Compras  
Processo de Compra Nº.: 200/2020  
Pregão Presencial nº: 97/2020  
Data Emissão: 04/08/2020  
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por item

- O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis – SC, CEP 89.898-000, até as 14h30min do dia 18 de Agosto de 2020 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A presente Licitação tem por objeto a aquisição de MOTOSSERA A GASOLINA, GERADOR DE ENERGIA MONOFÁSICO, PARAFUSADEIRA COM MANDRIL, E LÂMINA PARA CORTADOR GRAMA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS QUE SERÃO DESTINADOS PARA O SETOR DO URBANISMO de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até 14h30min do dia 18 de Agosto de 2020 .

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 50/2020 CHAMAMENTO PÚBLICO PARA  
07/2020**

**CREDENCIAMENTO**

**Nº.**

Publicação Nº 2592305

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 50/2020  
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO  
Nº. 07/2020

Pelo presente instrumento o Fundo Municipal da Saúde, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, torna público, para conhecimento dos interessados que a partir do dia 10 de Agosto de 2020, estão abertas as inscrições para CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FONOAUDIÓLOGOS, com obediência à Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e Pré-Julgado nº 1.994 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, com as respectivas alterações posteriores para atendimento aos pacientes, visando a realização de Consultas procedimentos complementares no próprio Município, a serem executados conforme características de cada serviço e escala a ser estabelecida pela Equipe Técnica da Secretaria Municipal da Saúde, com expressa autorização da mesma, caso haja interesse público. Maiores informações encontram-se à disposição dos interessados no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h15min às 17h15min, no Centro Administrativo Municipal, na Rua João Castilho, nº. 111, centro, na cidade de Tunápolis.

O presente credenciamento tem por objeto a contratação de empresas, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS COM FONO-AUDIÓLOGOS, nos estabelecimentos próprios do município aos pacientes devidamente encaminhados pelo FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE. Os documentos da habilitação poderão ser remetidos via postal, com Aviso de Recebimento (AR), ou ainda entregues diretamente na Prefeitura Municipal Tunápolis – SC., na Rua João Castilho, 111, no setor de compras e licitação, no horário das 07:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:15 hrs às 17:15 hrs, de segunda a sexta-feira, a partir do dia 10 de Agosto de 2020.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

CARLOS ADOLFO BAUMGRATZ  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

**Turvo****PREFEITURA****PORTARIA 181/2020**

Publicação Nº 2592793

**PORTARIA Nº 181/20, de 31 de Julho de 2020.****PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA SOCORRISTA E TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU, NOMEADOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO.****O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO**, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.819/2007, de 31 de Janeiro de 2007, e suas alterações,**RESOLVE**

**Art. 1º** - Prorrogar até 31 de Julho de 2021 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 002/2019 - SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 179/20 de 28.07.2020, exercendo a função pública de Motorista Socorrista - SAMU, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

<b>MATRICULA</b>	<b>NOME</b>	<b>CPF</b>
3226	Anderson Felisberto	023.554.019-68
4688	Luis Felipe Costa	066.617.609-40
4690	Samuel Duminelli Pereira	075.480.789-43
4691	Aires Medeiros Godin	636.374.569-15
4692	Emerson Ricardo Freitas da Silva	824.144.679-91

**Art. 2º** - Prorrogar até 31 de Julho de 2021 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 002/2019 - SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 179/20 de 28.07.2020, exercendo a função pública de Técnico de Enfermagem - SAMU, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

<b>MATRICULA</b>	<b>NOME</b>	<b>CPF</b>
3990	Rejane Cruz da Silva	657.533.480-68
4671	Zenir Felisberto Pereira Strelow	601.352.479-34
4672	Juliana Martins Teixeira	050.235.399-62
4694	Laise Mafioletti Mezari	066.474.079-01
4922	Murilo de Oliveira Jorge	097.679.889-12

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 31 de julho de 2020.

**TIAGO ZILLI**  
**Prefeito Municipal**

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toretí – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 182/2020**

Publicação Nº 2592794

**PORTARIA Nº 182/20, de 31 de Julho de 2020.****PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESFs.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO**, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Prorrogar até 31 de Julho de 2021 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 002/2019 - SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 179/20 de 28.07.2020, exercendo a função pública de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

<b>MATRICULA</b>	<b>NOME</b>	<b>CPF</b>
3965	Beatriz Visentin	035.066.329-73
3459	Clarissa Raldi	063.927.539-74
2143	Dalva Meister Possamai	999.523.789-04
2122	Elisangela Pereira Ferreira	024.621.579-80
2508	Maria A. Da Silva Comicioli	712.035.599-68
3443	Maria de Lourdes Taveri	282.119.498-65
3981	Michele Laurindo Biz	078.010.369-64
3966	Patricia da Fonseca Dandolini	086.591.319-67
2937	Regina Prates Trichês	907.121.619-53
4361	Rosa Maria Patricio Tonetto	862.673.539-15
4359	Rosane Darabas	042.150.139-17
3964	Susana Moro de C. Felisberto	991.146.409-10
2137	Vanessa Fornaza Silvestri	075.234.879-55
4374	Catia Andrade da Silva	003.342.660-09
4711	Geise Bel Mariane C. Bolico	106.251.639-74
4712	Tamara Borges Morgerot	106.259.199-20
4713	Diana Caetano	055.008.139-94
4714	Monica Niero Cravo	029.995.789-62
4715	Vanessa F. Caetano Ribeiro	039.964.439-35
4716	Ana Maria R. G. Macarini	047.560.579-93
4719	Marisa Polli Borges	102.033.699-47
4720	Mirian Machado B. Antunes	076.053.959-65
4721	Vanderleia Camargo	000.147.419-70
4722	Vivian Maria L. Clavel	083.170.071-89
4723	Luana Nagel Américo	033.095.639-60
4717	Katrine Mota Manenti	114.939.759-43
4734	Ana Paula Antonin	056.757.989-19

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 31 de julho de 2020.

**TIAGO ZILLI**  
**Prefeito Municipal**

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 183/2020**

Publicação Nº 2592796

**PORTARIA Nº 183/20, de 31 de Julho de 2020.**

**PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO**, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações,

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Prorrogar até 31 de Julho de 2021 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 002/2019 - SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 179/20 de 28.07.2020, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

<b>MATRICULA</b>	<b>NOME</b>	<b>CPF</b>
4698	Tatiane Santos Rita	007.349.889-07
4699	Milene Macedo Antônio	093.532.949-83
4700	Maria Aparecida Monteiro Tomaz	069.871.349-44
4709	Renata Ferreira	079.786.259-58
4931	Monalisa Gonçalves da Trindade	061.606.749-60

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 31 de julho de 2020.

**TIAGO ZILLI**  
**Prefeito Municipal**

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 184/2020**

Publicação Nº 2592798

**PORTARIA Nº 184/20, de 31 de Julho de 2020.****PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO E MÉDICO - ESF, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESFs.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO**, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Prorrogar até 31 de Julho de 2021 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 002/2019 - SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 179/20 de 28.07.2020, exercendo a função pública de Enfermeiro - ESF, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

<b>MATRICULA</b>	<b>NOME</b>	<b>CPF</b>
3481	Andresa Pavei	039.538.089-82
4659	Dihessica dos Santos Bozello	083.218.639-22
4660	Yasmim Ribeiro Miranda	103.625.579-42
4661	Tamara Cândido Mezari Milanez	089.332.389-64

**Art. 2º** - Prorrogar até 31 de Julho de 2021 a contratação do servidor a baixo relacionado, nomeado através de Processo Seletivo nº 002/2019 - SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 179/20 de 28.07.2020, exercendo a função pública de Médico - ESF, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

<b>MATRICULA</b>	<b>NOME</b>	<b>CPF</b>
4667	Jessica Klein Simionato	089.516.829-43

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 31 de julho de 2020.

**TIAGO ZILLI**  
**Prefeito Municipal**

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 185/2020**

Publicação Nº 2592801

**PORTARIA Nº 185/20, de 31 de Julho de 2020.****PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE ODONTÓLOGO E ODONTÓLOGO – ESF, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ESF.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO**, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações e Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Prorrogar até 31 de Julho de 2021 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 002/2019 - SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 179/20 de 28.07.2020, exercendo a função pública de Odontólogo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

<b>MATRICULA</b>	<b>NOME</b>	<b>CPF</b>
4703	Maria Cristina Marcon Schmidt	089.529.129-00
4704	Michelle da Silva Scarsanella	035.245.309-58
4920	Luiz Carlos Campos Junior	040.238.109-24

**Art. 2º** - Prorrogar até 31 de Julho de 2021 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 002/2019 - SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 179/20 de 28.07.2020, exercendo a função pública de Odontólogo - ESF, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

<b>MATRICULA</b>	<b>NOME</b>	<b>CPF</b>
4706	André Milioli Martins	084.334.899-25
4707	Marlon Peruchi	069.030.009-33

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 31 de julho de 2020.

**TIAGO ZILLI**  
**Prefeito Municipal**

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti - Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 186/2020**

Publicação Nº 2592803

**PORTARIA Nº 186/20, de 31 de Julho de 2020.**

**PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ESF, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESFs.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO**, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Prorrogar até 31 de Julho de 2021 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 002/2019 - SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 179/20 de 28.07.2020, exercendo a função pública de Técnico de Enfermagem - ESF, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

<b>MATRICULA</b>	<b>NOME</b>	<b>CPF</b>
3969	Ivonete Marques	580.610.379-04
3985	Ana Carolina dos Santos Pokomaier	069.235.339-96
3986	Marcia Dandolini Casteller	020.312.259-36
4695	Greice Kelly Guilherme Alves	056.134.069-28
4696	Debora dos Santos Lopes	065.622.669-20
4697	Jussara Casteller Rocha	037.653.999-22

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 31 de julho de 2020.

**TIAGO ZILLI**  
**Prefeito Municipal**

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 187/2020**

Publicação Nº 2592805

**PORTARIA Nº 187/20, de 31 de Julho de 2020.****PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE FISIOTERAPEUTA E ENFERMEIRO, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO**, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações,

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Prorrogar até 31 de Julho de 2021 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 002/2019 - SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 179/20 de 28.07.2020, exercendo a função pública de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

<b>MATRICULA</b>	<b>NOME</b>	<b>CPF</b>
4686	Larissa de Souza	094.983.969-81
4687	Victoria Gomes e Silva Engelke	035.569.150-73
4665	Kayna Lummertz Leandro	090.148.169-60
4678	Laura Rodrigues Alves	099.300.969-73
4735	Kelen Gava Duminelli	047.938.889-09

**Art. 2º** - Prorrogar até 31 de Julho de 2021 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 002/2019 - SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 179/20 de 28.07.2020, exercendo a função pública de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

<b>MATRICULA</b>	<b>NOME</b>	<b>CPF</b>
4656	Drieli Silva Mota	090.548.499-16
4657	Monique Custódio Mota	052.960.819-78
3977	Juanita Panatto Daros	052.916.229-62
4668	Fernanda Ferro Dal Pont	043.699.899-81

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 31 de julho de 2020.

**TIAGO ZILLI**  
**Prefeito Municipal**

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 188/2020**

Publicação N° 2592807

**PORTARIA N° 188/20, de 31 de Julho de 2020.****PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MÉDICO, MOTORISTA I E NUTRICIONISTA, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO**, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei n° 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar n° 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações e Lei Complementar n° 10/11, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações e ,

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Prorrogar até 31 de Julho de 2021 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo n° 002/2019 - SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria n° 179/20 de 28.07.2020, exercendo a função pública de Médico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

<b>MATRICULA</b>	<b>NOME</b>	<b>CPF</b>
4409	Barbara Pereira Titoni	089.879.159-64
3466	Rafael Rovaris	927.765.909-20

**Art. 2º** - Prorrogar até 31 de Julho de 2021 a contratação do servidor a baixo relacionado, nomeados através de Processo Seletivo n° 002/2019 - SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria n° 179/20 de 28.07.2020, exercendo a função pública de Motorista I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

<b>MATRICULA</b>	<b>NOME</b>	<b>CPF</b>
4655	Clodoaldo Padilha dos Santos	575.522.230-49

**Art. 3º** - Prorrogar até 31 de Julho de 2021 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo n° 002/2019 - SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria n° 179/20 de 28.07.2020, exercendo a função pública de Nutricionista, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

<b>MATRICULA</b>	<b>NOME</b>	<b>CPF</b>
4681	Anelise da Silva Valvassori	050.414.049-33
4682	Sabrina Lais Mendes	036.420.760-41

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 31 de julho de 2020.

**TIAGO ZILLI**  
**Prefeito Municipal**

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 189/2020**

Publicação Nº 2592809

**PORTARIA Nº 189/20, de 31 de Julho de 2020.****PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM E FARMACÊUTICO, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO**, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações,

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Prorrogar até 31 de Julho de 2021 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 002/2019 - SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 179/20 de 28.07.2020, exercendo a função pública de Técnico de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

<b>MATRICULA</b>	<b>NOME</b>	<b>CPF</b>
3968	Elisangela Fagundes Policarpo	029.872.849-42
3970	Joselir Luiz dos Santos	625.656.729-34
4376	Daiane Monteiro Paschoal	068.301.119-78
3030	Giane Pereira Ferreira	035.507.089-80
4379	Erica Toretta da Silva	102.322.319-82
3404	Andréia Pereira	044.500.379-01
2975	Edesia Pereira	020.113.499-31
4670	Adrieli Re Warmling	113.803.859-89

**Art. 2º** - Prorrogar até 31 de Julho de 2021 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 002/2019 - SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 179/20 de 28.07.2020, exercendo a função pública de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

<b>MATRICULA</b>	<b>NOME</b>	<b>CPF</b>
2861	Taise Lazzarin Daros	070.516.479-97
3967	Adaiane Daros	999.518.609-82

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 31 de julho de 2020.

**TIAGO ZILLI**  
**Prefeito Municipal**

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 190/2020**

Publicação Nº 2592812

**PORTARIA Nº 190/20, de 31 de Julho de 2020.****PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE PSICÓLOGO NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO**, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações,

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Prorrogar até 31 de Julho de 2021 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 002/2019 - SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 179/20 de 28.07.2020, exercendo a função pública de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

<b>MATRICULA</b>	<b>NOME</b>	<b>CPF</b>
4663	Ronilto Arthur Gonçalves Lopes	040.221.641-58
4664	Edimarta Steckert Paladini	910.587.169-72
4683	Gloria Vieira	066.863.529-00
4684	Bruna Gomes Scarpati	092.446.969-24

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 31 de julho de 2020.

**TIAGO ZILLI**  
**Prefeito Municipal**

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças.

# União do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO N. 42/2020 - TP N. 08/2020

Publicação Nº 2591710

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 42/2020
Edital: TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA Nº.: 08/2020.
Tipo: Menor Preço/global
Objeto: EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE REFEITÓRIO JUNTO A ESCOLA MUNICIPAL ANGELO SOLETTI, COM ÁREA DE 88,00 M², SITO NA AV. TIRADENTES- 265, CENTRO, UNIÃO DO OESTE - SC. COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO, MEMORIAIS DESCRITIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO E PLANILHA QUANTITATIVA E ORÇAMENTÁRIA CONTIDAS NO EDITAL.
Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 28 de agosto de 2020.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 28 de agosto de 2020.
Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:00 às 13:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: <a href="http://www.uniaodooeste.sc.gov.br">www.uniaodooeste.sc.gov.br</a> , ou através do e-mail: <a href="mailto:compras@uniaodooeste.sc.gov.br">compras@uniaodooeste.sc.gov.br</a>
União do Oeste - SC, 05 de agosto de 2020.
CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL N. 39/2020 - TP N. 07-2020

Publicação Nº 2591714

#### Aviso de RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA através do Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, torna público a todos os interessados, que RETIFICA o edital abaixo citado.

Processo administrativo nº: 39/2020

Edital: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº: 07/2020

Tipo: Menor preço global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO ELÉTRICO DE INSTALAÇÃO DE UMA SUBESTAÇÃO ABRIGADA PARA MEDIÇÃO, PROTEÇÃO E TRANSFORMAÇÃO EM MÉDIA TENSÃO (MT) SITO LOTE COLONIAL 273 - LINHA GRUTA, INTERIOR - MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE-SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO, MEMORIAIS DESCRITIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PLANILHA QUANTITATIVA E ORÇAMENTÁRIA CONTIDAS NO EDITAL.

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da administração pública municipal atrelados ao interesse público. Bem como visando garantir maior segurança e eficiência na execução do objeto ora licitado.

RETIFICA-SE o edital n.39/2020, Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº: 07/2020, cientifica-se os interessados para que tenham ciência no site: [www.uniaodooeste.sc.gov.br](http://www.uniaodooeste.sc.gov.br)

União do Oeste 05 de agosto de 2020.

Celso Matiello  
Prefeito Municipal

# Urubici

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2586/2020

Publicação Nº 2592194

DECRETO Nº 2586/2020

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2129/2019, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0701 – Secretaria da Assistência Social  
2020 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO CONSELHO TUTELAR  
3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicação Direta decorrente de Op. entre órgão ..... R\$ 3.000,00

0801 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto  
2040 – FUNCIONAMENTO E MANUT. BIBLIOTECA PUBLICA  
3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 900,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 3.900,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação, sendo:

0701 – Secretaria da Assistência Social  
2020 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO CONSELHO TUTELAR  
4490.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.000,00

0801 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto  
2040 – FUNCIONAMENTO E MANUT. BIBLIOTECA PUBLICA  
4490.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 900,00

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ..... R\$ 3.900,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 27 de Julho de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2587/2020

Publicação Nº 2592197

DECRETO Nº 2587/2020

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2144/2020, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0501 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente  
2112 – MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO PARQUE DE EXPOSIÇÕES  
4490.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

4490.00.00.00.00.00.0123 – Aplicações Diretas ..... R\$ 500.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 540.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso dos Recursos 0080 e 0123, sendo:

TOTAL PROVÁVEL EXCESSO RECURSO 0080 ..... R\$ 40.000,00

TOTAL PROVÁVEL EXCESSO RECURSO 0123 ..... R\$ 500.000,00

TOTAL .....R\$ 540.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 30 de Julho de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2588/2020**

Publicação Nº 2592198



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

**DECRETO Nº 2588/2020**

**APROVA OS MODELOS DE DOCUMENTOS A SEREM UTILIZADOS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO EXERCÍCIO DA FISCALIZAÇÃO E NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANITÁRIOS.**

**Antônio Zilli**, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, resolve,

**DECRETAR:**

Art. 1º Aprovar, na forma dos anexos deste Decreto, os modelos de autos, de termos e de notificações que devem ser utilizados pela Vigilância Sanitária no exercício da fiscalização e nos processos administrativos sanitários.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 31 de julho de 2020.

**Antônio Zilli**  
**Prefeito Municipal**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

<b>VIGILÂNCIA SANITÁRIA</b>	
<b>PROCESSO Nº</b>	
<b><u>AUTO DE INTIMAÇÃO (NÃO UTILIZAÇÃO DE MÁSCARA) Nº</u></b>	
<b>AUTUADO</b>	
<b>NOME/RAZÃO SOCIAL:</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>RAMO DE ATIVIDADE:</b>	<b>CNPJ OU CPF:</b>
<b>Nº ALVARÁ SANITÁRIO:</b>	
<p>Ao(s) ____ dias do mês de _____ do ano de ___, às __ h e __ min, no exercício da fiscalização sanitária, no local _____,</p> <p>constatei a seguinte irregularidade: CIDADÃ(O) FLAGRADO(A) SEM O USO DE MÁSCARA tendo havido infração, respectivamente, ao seguinte dispositivo legal: art. 1º do Decreto Municipal nº 2.551/2020<sup>1</sup>.</p> <p>A infração está tipificada no Artigo 107, inciso XXXI<sup>2</sup>, da Lei Municipal nº 1.506/2010 (Código Sanitário), que prevê as seguintes penalidades: advertência, multa entre outras.</p> <p>Por estas razões, lavrei o presente Auto de Intimação Sanitária em 3 (três) vias, ficando o autuado notificado de que deve tomar a seguinte providência de forma <b><u>IMEDIATA</u></b>: colocação de máscara.</p>	

<sup>1</sup>Art. 1º Torna-se obrigatório o uso de máscaras para a circulação de pessoas em todo o território do Município de Urubici/SC.

<sup>2</sup>XXXI - descumpra atos emanados das autoridades de saúde visando à aplicação da legislação pertinente e à defesa da saúde.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

**Caso não seja regularizada sua situação perante a legislação sanitária o autuado poderá ser:**

- a) punido com multa, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis conforme estabelece o art. 109, § 1º do Código Sanitário;**
- b) lavrado Termo Circunstanciado de Ocorrência – TCO pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina em virtude da ocorrência dos crimes previstos nos artigos 268<sup>3</sup> e 330<sup>4</sup> do Código Penal.**

### CIÊNCIA

<p>_____, ____ de ____ ____ de ____.</p> <p style="text-align: center;"><b>SERVIDOR AUTUANTE</b></p> <p><b>Nome:</b> _____.</p> <p><b>Identidade</b> <b>Funcional:</b> _____.</p>	<p style="text-align: center;"><b>RECEBI A 1.ª VIA DESTE AUTO EM</b></p> <p style="text-align: center;">____/____/____.</p> <hr/> <p style="text-align: center;"><b>AUTUADO</b></p> <p><b>Nome:</b> _____.</p> <p><b>RG/CPF:</b> _____.</p>
---	---

### QUANDO O AUTUADO SE RECUSAR A ASSINAR OU FOR ANALFABETO:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
**TESTEMUNHA**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
**TESTEMUNHA**

<sup>3</sup>Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa.

<sup>4</sup>Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

<b>VIGILÂNCIA SANITÁRIA</b>	
<b>PROCESSO Nº</b>	
<b><u>AUTO DE INTIMAÇÃO (PADRÃO) Nº</u></b>	
<b>AUTUADO</b>	
<b>NOME/RAZÃO SOCIAL:</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>RAMO DE ATIVIDADE:</b>	<b>CNPJ OU CPF:</b>
<b>Nº ALVARÁ SANITÁRIO:</b>	
Ao(s) ____ dias do mês de _____ do ano de __, às __ h e __ min, no exercício da fiscalização sanitária, no local _____, constatei a(s) _____ seguinte(s) irregularidade(s): _____ _____ _____ _____	
tendo havido infração, respectivamente, ao(s) seguinte(s) dispositivo(s) legal(is): _____ _____ _____ _____	
_____. A(s) infração(ões) está(ão) tipificada(s) no Artigo 107, inciso (s) _____, da Lei Municipal nº 1506/2010, que prevê as seguintes penalidades: _____ _____	



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

\_\_\_\_\_. Por estas razões, lavrei o presente Auto de Intimação Sanitária em 3 (três) vias, ficando o autuado notificado de que (1) deve tomar as devidas providências no prazo de 05 (cinco) dias a fim de regularizar sua situação perante a legislação sanitária e que (2) em caso de não regularização poderá ser:

- a) punido com multa, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis conforme estabelece o art. 109, § 1º do Código Sanitário;
- b) lavrado Termo Circunstanciado de Ocorrência – TCO pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina em virtude da ocorrência dos crimes previstos nos artigos 268<sup>5</sup> e 330<sup>6</sup> do Código Penal.

### CIÊNCIA

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_  
de \_\_\_\_.

#### SERVIDOR AUTUANTE

Nome:

\_\_\_\_\_.

Identidade

Funcional:

\_\_\_\_\_.

#### RECEBI A 1.ª VIA DESTE AUTO EM

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

#### AUTUADO

Nome:

\_\_\_\_\_.

RG/CPF:

\_\_\_\_\_.

### QUANDO O AUTUADO SE RECUSAR A ASSINAR OU FOR ANALFABETO:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

<sup>5</sup>Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa.

<sup>6</sup>Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

<b>VIGILÂNCIA SANITÁRIA</b>	
<b>PROCESSO N°</b>	
<b><u>AUTO DE INTIMAÇÃO (INTERDIÇÃO) N°</u></b>	
<b>AUTUADO</b>	
<b>NOME/RAZÃO SOCIAL:</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>RAMO DE ATIVIDADE:</b>	<b>CNPJ OU CPF:</b>
<b>N° ALVARÁ SANITÁRIO:</b>	
Ao(s) ____ dias do mês de ____ do ano de __, às __ h e __ min, no exercício da fiscalização sanitária, no local _____, constatei a(s) _____ seguinte(s) irregularidade(s): _____ _____ _____ _____	
tendo havido infração, respectivamente, ao(s) seguinte(s) dispositivo(s) legal(is): _____ _____ _____ _____. A(s) infração(ções) está(ão) tipificada(s) no Artigo 107, inciso (s) _____, da Lei Municipal nº 1506/2010, que prevê as seguintes penalidades: _____ _____	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

\_\_\_\_\_. Por estas razões, lavrei o presente Auto de Intimação Sanitária em 3 (três) vias, ficando o autuado notificado de que o seu estabelecimento está INTERDITADO em caráter ( ) cautelar; ( ) por tempo indeterminado; ( ) definitiva haja vista o risco à saúde da população (art. 113).

CIÊNCIA

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_  
\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

SERVIDOR AUTUANTE

Nome:

\_\_\_\_\_.

Identidade

Funcional:

\_\_\_\_\_.

RECEBI A 1.ª VIA DESTE AUTO EM

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

AUTUADO

Nome:

\_\_\_\_\_.

RG/CPF:

\_\_\_\_\_.

QUANDO O AUTUADO SE RECUSAR A ASSINAR OU FOR ANALFABETO:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

<b>VIGILÂNCIA SANITÁRIA</b>
<b>PROCESSO N°</b>
<b><u>TERMO DE COLETA DE AMOSTRAS N°</u></b>
<b>CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA</b>
<b>PRODUTO:</b>
<b>FABRICANTE/PRODUTOR/EMBALADOR/IMPORTADOR:</b>
<b>CPF OU CNPJ:</b>
<b>MARCA:</b>
<b>ENDEREÇO:</b>
<b>N° REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE:</b>
<b>LOTE:</b>
<b>DATA DA COLETA:</b>
<b>HORA DA COLETA:</b>
<b>TOTAL DE UNIDADES AMOSTRAIS:</b>
<b>PESO/VOLUME UNITÁRIO:</b>
<b>DATA DE FABRICAÇÃO:</b>
<b>DATA DE VALIDADE:</b>
<b>LACRE PROVA:</b>
<b>LACRE CONTRAPROVA:</b>
<b>LACRE TESTEMUNHO:</b>
<b>COLETA ACOMPANHADA DE INTERDIÇÃO CAUTELAR ( ) SIM ( ) NÃO</b>
<b>OBSERVAÇÕES:</b>
<b>DETENTOR DO PRODUTO AMOSTRADO</b>
<b>NOME/RAZÃO SOCIAL:</b>
<b>ENDEREÇO:</b>



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

<b>CPF/CPNJ:</b>	
<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>	
<b>CPF:</b>	
<b>MUNICÍPIO:</b>	
<b>MODALIDADE DA ANALISE</b>	<b>ANALISES SOLICITADAS</b>
<input type="checkbox"/> FISCAL	<input type="checkbox"/> FISICO QUIMICA
<input type="checkbox"/> CONTROLE	<input type="checkbox"/> MICROBIOLÓGICA
<input type="checkbox"/> ORIENTAÇÃO	<input type="checkbox"/> MICROSCÓPICA
<input type="checkbox"/> OUTRAS:	<input type="checkbox"/> QUIMICA
	<input type="checkbox"/> ROTULAGEM
	<input type="checkbox"/> SENSORIAL
	<input type="checkbox"/> TOXICOLÓGICA
	<input type="checkbox"/> OUTRAS:
<div><div>_____</div><div><b>FISCAL SANITÁRIO</b></div><div>Nome: _____.</div><div>Identidade</div><div>Funcional:</div></div>	<div><div>_____</div><div><b>DETENTOR DO PRODUTO</b></div><div>Nome: _____.</div><div>CPF/RG:</div></div>
<b>QUANDO O AUTUADO SE RECUSAR A ASSINAR OU FOR ANALFABETO:</b>	
<div>_____</div> <div><b>TESTEMUNHA</b></div>	<div>_____</div> <div><b>TESTEMUNHA</b></div>
<b>RECEBI A(S) AMOSTRA(S) DESCRITA(S) ACOMPANHADA(S) DESTE TERMO</b> <b>DE COLETA DE AMOSTRAS, ÀS _____, NA DATA DE ____.</b> _____	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

**NOME, ASSINATURA E MATRÍCULA DO RESPONSÁVEL PELA RECEPÇÃO.**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

<b>VIGILÂNCIA SANITÁRIA</b>	
<b>PROCESSO Nº</b>	
<b><u>AUTO DE INFRAÇÃO Nº</u></b>	
<b>AUTUADO</b>	
<b>NOME/RAZÃO SOCIAL:</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>RAMO DE ATIVIDADE:</b>	<b>CNPJ OU CPF:</b>
<b>Nº ALVARÁ SANITÁRIO:</b>	
Ao(s) ____ dias do mês de _____ do ano de __, às ____ h e ____ min, no exercício da fiscalização sanitária, no local _____, constatei a(s) _____ seguinte(s) irregularidade(s): _____ _____ _____ _____	
tendo havido infração, respectivamente, ao(s) seguinte(s) dispositivo(s) legal(is): _____ _____ _____ _____. A(s) infração(ões) está(ão) tipificada(s) no Artigo 107, inciso (s) _____, da Lei Municipal nº 1506/2010, que prevê as seguintes penalidades: _____ _____ _____	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

\_\_\_\_\_. Por estas razões, lavrei o presente Auto de Intimação Sanitária em 3 (três) vias, ficando o autuado notificado de que responderá pelo fato em processo administrativo sanitário e que, de acordo com o art. 132 da Lei Municipal nº 1506/2010 (Código Sanitário), terá o prazo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento deste, para, querendo, apresentar defesa e/ou impugnação a este Auto perante a VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL pelo e-mail (**identificar o e-mail**), em arquivo PDF, assinado pelo representante legal, ou impressa no(a) (**endereço completo do local em que deve ser entregue a defesa e/ou impugnação**).

CIÊNCIA

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_  
\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

SERVIDOR AUTUANTE

Nome:

\_\_\_\_\_.

Identidade

Funcional:

\_\_\_\_\_.

RECEBI A 1.ª VIA DESTE AUTO EM

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

AUTUADO

Nome:

\_\_\_\_\_.

RG/CPF:

\_\_\_\_\_.

QUANDO O AUTUADO SE RECUSAR A ASSINAR OU FOR ANALFABETO:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

<b>VIGILÂNCIA SANITÁRIA</b>
<b>PROCESSO N°</b>
<b><u>AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE N°</u></b>
<b>PENALIDADE(S) IMPOSTA(S)</b>
<p>( ) advertência;</p> <p>( ) multa: R\$ <b>XX,XX</b> (o valor sofre reajuste automático até o dia do pagamento);</p> <p><b><u>Obs. 1:</u></b> Prazo para pagamento: 30 dias 30 (trinta) dias a contar da notificação, sob pena de cobrança judicial;</p> <p><b><u>Obs. 2:</u></b> Se o pagamento for efetuado no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data da notificação com desistência tácita do recurso, gozará da redução de vinte por cento do valor da multa;</p> <p><b><u>Obs. 3:</u></b> O recolhimento da multa deverá ser feito exclusivamente em documento de arrecadação "taxas da Vigilância Sanitária" retirado no setor tributário municipal;</p> <p><b><u>Obs. 4:</u></b> O não pagamento da multa, após esgotados os recursos e o prazo legal, impedirá a expedição ou renovação de alvará de qualquer natureza, pela coordenação de Vigilância Sanitária;</p> <p>( ) apreensão do produto, utensílio, equipamento, máquina, ferramenta ou recipiente;</p> <p>( ) inutilização do produto, utensílio, equipamento ou recipiente;</p> <p>( ) interdição do produto, utensílio, equipamento, máquina, ferramenta ou recipiente, ambientes, condições e processos de trabalho;</p>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI**

- ☐ suspensão de venda e/ou de fabricação de produto;
- ☐ interdição parcial ou total do estabelecimento, seção ou veículo, ambientes, condições e processos de trabalho, máquinas, equipamentos e ferramentas;
- ☐ proibição de propaganda;
- ☐ encaminhamento de processo para o órgão competente, sugerindo o cancelamento de autorização de funcionamento e/ou autorização especial de funcionamento;
- ☐ cancelamento do alvará sanitário do estabelecimento.

Pela presente fica notificado(a) \_\_\_\_\_,  
CPF/CNPJ \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_,  
CEP \_\_\_\_\_, no Município de \_\_\_\_\_,  
da imposição da(s) penalidade(s) acima assinalada(s),  
em razão do julgamento de procedência do Auto de Infração Sanitária  
n.º \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, onde foi constatado a(s)  
seguinte(s) irregularidade(s):

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

tendo havido infração, respectivamente, ao(s) seguinte(s) dispositivo(s)  
legal(is): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

\_\_\_\_\_. A(s) infração(ões) está(ão) tipificada(s) no Artigo 107, inciso (s) \_\_\_\_\_, da Lei Municipal nº 1506/2010, que prevê as seguintes penalidades:

De acordo com o art. 142 da Lei Municipal nº 15067/2010, terá um prazo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento desta para, querendo, apresentar recurso perante a \_\_\_\_\_ (identificar o órgão emissor do auto de infração) pelo e-mail \_\_\_\_\_ (identificar o e-mail), em arquivo PDF, assinado pelo representante legal, ou impresso no(a) \_\_\_\_\_ (endereço completo do local em que deve ser entregue o recurso).

CIÊNCIA

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

SERVIDOR AUTUANTE

Nome:

\_\_\_\_\_.

Identidade

Funcional:

\_\_\_\_\_.

RECEBI A 1.ª VIA DESTE AUTO EM

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

AUTUADO

Nome:

\_\_\_\_\_.

RG/CPF:

\_\_\_\_\_.

QUANDO O AUTUADO SE RECUSAR A ASSINAR OU FOR ANALFABETO:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

**TESTEMUNHA**

**TESTEMUNHA**

**DECRETO Nº 2589/2020**

Publicação Nº 2592200

DECRETO Nº 2589/2020  
DISPÕE SOBRE EXTINÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica extinto a partir de 27 de julho de 2020, o Centro de Educação Infantil abaixo discriminado:

· Centro de Educação Infantil "São Francisco".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 2585/2020.

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 31 de Julho de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2590/2020**

Publicação Nº 2592202

DECRETO Nº 2590/2020  
DISPÕE SOBRE A APOSENTADORIA COMPULSÓRIA POR IDADE, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS, NOS TERMOS DO INCISO II DO § 1º DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

ANTÔNIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici/SC, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo art. 50, IV da Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 152, de 3 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO o disposto na Emenda Constitucional nº 88, de 7 de maio de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade os servidores titulares de cargos efetivos do Município de Urubici.

Parágrafo único. Os servidores que já atingiram a idade acima mencionada e que permaneceram trabalhando no serviço público municipal após ter se aposentado, serão desligados do quadro de servidores de forma imediata.

Art. 2º - A aposentadoria será declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Urubici/SC, em 31 de julho de 2020.

Antônio Zilli  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2591/2020**

Publicação Nº 2592203

DECRETO Nº 2591/2020

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2129/2019, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0701 – Secretaria da Assistência Social  
2018 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.000,00

2019 – ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL MUNICÍPIO  
3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 7.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 9.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0080 ..... R\$ 9.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 31 de Julho de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2592/2020

Publicação Nº 2592204

### DECRETO Nº 2592/2020

DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici/SC, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo art. 50, IV da Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO, a edição da Portaria SES-464 de 03 de julho de 2020, que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate a COVID19 e da Portaria SES-465 de 06 de julho de 2020, que autoriza os eventos públicos na modalidade drive in (cinema, shows, apresentações teatrais e musicais) no Estado de Santa Catarina, bem como com as recomendações sanitárias e epidemiológicas do COES, a fim de conter a contaminação e a propagação do Coronavírus, em complementação a ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (Covid-19), e outras providências;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica determinado até 09 de agosto de 2020, os seguintes horários de funcionamento dos estabelecimentos a seguir descritos, no âmbito do Município:

I – Mercados, supermercados, mercearias/conjugados, açougues, verdureiras:

- a) De segunda-feira a sábado – das 08 horas às 18 horas;
- b) Domingo – fechado.

§ 2º Os estabelecimentos mencionados no inciso I deverão organizar o controle das filas, fluxo de pessoas, higienização das superfícies devendo-se evitar o ingresso de crianças até 12 anos.

§ 1º Conjugados que possuem padarias e/ou confeitarias também terão que respeitar os horários estabelecido no inciso I.

§ 3º Os supermercados deverão ainda atender somente 15 (quinze) pessoas por vez que deverão respeitar o distanciamento entre as pessoas de 1,5 metro.

§ 4º Minimercados, mercearias, açougues e verdureiras deverão atender somente 4 (quatro) pessoas por vez que deverão respeitar o distanciamento entre as pessoas de 1,5 metro.

II – Pub's e bares deverão funcionar com cinquenta por cento (50%) da capacidade:

- a) De segunda-feira a sábado – das 08 horas às 18 horas;
- b) Domingo – fechado.

Parágrafo único. Os estabelecimentos mencionados no inciso II deverão organizar o controle das filas, fluxo de pessoas, higienização das superfícies devendo-se evitar o ingresso de crianças até 12 anos.

III – Padarias e Confeitarias:

- a) Poderão exercer suas atividades respeitando o horário limite até às 20 horas.

§ 1º Os estabelecimentos mencionados no inciso III deverão organizar o controle das filas, fluxo de pessoas, uso de luvas plásticas descartáveis, higienização das superfícies devendo-se evitar o ingresso de crianças até 12 anos.

§ 2º Padarias e Confeitarias deverão atender somente 3 (três) pessoas por vez que deverão respeitar o distanciamento entre as pessoas de 1,5 metro;

IV – Comércio em geral:

- a) De segunda-feira a sexta-feira – das 08 horas às 18 horas;
- b) Sábado – das 08 horas às 12 horas;
- c) Domingo – fechado;

§ 1º Os estabelecimentos mencionados no inciso IV deverão organizar o controle das filas, fluxo de pessoas, higienização das superfícies.  
§ 2º O comércio em geral deverá ainda atender somente 3 (três) pessoas por vez respeitando o distanciamento entre as pessoas de 1,5 metro;

§ 2º Não se incluem nos horários fixados no inciso IV o comércio de medicamentos e de produtos hospitalares.

§ 3º Excetuam-se do disposto na alínea 'b' do inciso IV os salões de beleza, barbearias e congêneres que será permitido atendimento ao público até às 20 horas.

§ 4º Excetuam-se do disposto no inciso IV as borracharias que poderão exercer suas atividades respeitando o horário limite até às 19:00 horas.

V – Postos de combustíveis e lojas de conveniências:

- a) De segunda-feira a domingo – das 06 horas às 21 horas.

§ 1º As lojas de conveniências deverão atender somente 3 (três) pessoas por vez e respeitar o distanciamento entre as pessoas de 1,5 metro;

VI – Academias de ginástica, musculação, estúdios, pilates, danças e congêneres respeitando a taxa de ocupação de 30% e distanciamento de 1,5 metro entre as pessoas e equipamentos:

- a) De segunda-feira a sexta-feira – das 07 horas às 20 horas;
- b) Sábado – das 07 horas às 12 horas;
- c) Domingo – fechado.

VII – Restaurantes, pizzarias e lanchonetes:

- a) De segunda-feira a domingo – respeitando-se o horário limite até às 22 horas.

§ 1º Poderão permitir o acesso de público somente até às 21 horas, podendo permanecer no estabelecimento até no máximo às 22 horas, com distanciamento de 1,5 metro entre grupos de clientes;

§ 2º Somente permitir a entrada de pessoas em até 50% da capacidade ocupação de público.

§ 3º Recomenda-se aferição de temperatura no caso das atividades mencionadas no inciso VII.

§ 4º Recomenda-se utilização de controle de entrada onde o cliente seja conduzido a mesa visando manter o distanciamento de 1,5 metro entre grupos de clientes bem como a utilização de luvas plásticas descartáveis.

VIII – Prestadores de Serviços com atendimento direto ao público, excetuando-se as atividades da saúde:

- a) De segunda-feira a sexta-feira – das 08 horas às 18 horas;
- b) Sábado – das 08 horas às 12 horas;
- c) Domingo – sem atendimento direto ao público.

Parágrafo único. Excetuam-se do horário previsto no inciso VII, as atividades de entrega em domicílio (delivery) e drive thru.

IX – Visitação aos pontos turísticos com e/ou sem atendimento direto ao público:

- a) De segunda-feira a sábado – das 08 horas às 18 horas;
- b) Domingo – fechado.

§ 1º Somente permitir a entrada de pessoas em até 50% da capacidade ocupação de público.

§ 2º Recomenda-se aferição de temperatura no caso das atividades mencionadas no inciso IX;

§ 3º Sempre que a temperatura for aferida acima de 37,7 graus celsius recomenda-se que o estabelecimento oriente o usuário a se dirigir ao atendimento no Centro de Triagem.

§ 4º Os responsáveis pelas atividades mencionadas no inciso IX deverão organizar o controle das vagas de estacionamento, das filas, fluxo de pessoas e higienização das superfícies;

§ 5º Nos horários definidos neste decreto, para término de atendimento, o estabelecimento obrigatoriamente deverá fechar as portas de entrada, não permitindo mais o acesso de pessoas.

§ 6º Todos os estabelecimentos mencionados nos incisos deste artigo deverão providenciar placa ou cartaz a ser afixado em lugar de fácil visualização pelos clientes indicando a capacidade máxima de pessoas no interior do estabelecimento de acordo com os limites estabelecidos por este Decreto bem como informar que o estabelecimento disponibiliza álcool 70% para utilização pelos clientes.

Art. 2º Os estabelecimentos comerciais deverão observar rigorosamente as regras contidas nas normativas em vigor editadas pelo Estado de Santa Catarina e autoridades sanitárias, em especial:

I – O uso obrigatório de máscara;

II – Disponibilizar solução alcohólica 70%, para utilização, quando da entrada e saída do(s) usuário(s);

III – Outras orientações expedidas pelas autoridades sanitárias.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto neste artigo, poderá sujeitar ao proprietário do estabelecimento a aplicação das infrações sanitárias e penalidades previstas na legislação sanitária vigente, sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

Art. 3º Os bancos e instituições financeiras recomenda-se permitir a entrada de pessoas em até 40% da capacidade de público e aferição de temperatura.

Art. 4º Recomenda-se que o acesso aos estabelecimentos referidos no artigo 3º seja realizado por apenas 01 pessoa por família devendo-se evitar o ingresso de crianças até 12 anos.

Art. 5º Ficam suspensas até 09 de agosto de 2020 no âmbito do Município:

I – Eventos esportivos organizados pela Fundação Municipal de Esportes, assim como os eventos e as competições esportivas da iniciativa privada, de acordo com o previsto no Decreto Estadual 719/2020;

II – As atividades em casas noturnas bem como a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público, de acordo com o previsto no Decreto Estadual 719/2020;

III – As cirurgias eletivas no Hospital São José de Urubici;

IV – Os agendamentos de consultas nas Unidades Básicas de Saúde.

Parágrafo único. Os atendimentos das Unidades Básicas de Saúde serão por demanda espontânea das pessoas que buscarem o serviço, através da análise de classificação de risco.

Art. 6º Amplia o prazo de aceitação pelo Município, de prescrições para medicamento de uso contínuo, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, de 06 meses para 12 meses.

Art. 7º Permanecem suspensas no Município, por tempo indeterminado as aulas nos Centros de Educação Infantil Municipais (CEIMs) e Escolas Municipais de Educação Básica.

Art. 8º As igrejas, templos religiosos e afins são autorizados a permanecerem abertos durante o período de enfrentamento da pandemia causada pela COVID-19 seguindo, além das demais regras sanitárias vigentes, as orientações:

I – Lotação máxima de até 30% da capacidade do templo ou igreja;

II – Proibido o acesso de pessoas com mais de 60 anos;

III – Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;

IV – Assegurar que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

Art. 9º Fica suspensos até 09 de agosto de 2020 o ingresso no território do Município de Urubici veículos de transporte turístico de passageiros privado e veículos de fretamento de transporte de pessoas, excetuado o fretamento para transporte de trabalhadores.

Art. 10 Pousadas, hostels, albergues, pousadas alternativas e casas de temporada poderão operar somente com 40 % da capacidade de ocupação.

§ 1º Poderão voltar a funcionar os estabelecimentos mencionados no caput do artigo desde que possuam Alvará de Funcionamento válido que será amplamente fiscalizado pelo Setor de Tributos municipal.

§ 2º Recomenda-se aferição de temperatura no caso das atividades mencionadas neste artigo.

§ 3º Sempre que a temperatura for aferida acima de 37,7 graus celsius recomenda-se que o estabelecimento oriente o usuário a se dirigir ao atendimento no Centro de Triagem.

Art. 11 É obrigatório:

I – O distanciamento de 1,5 metro entre as pessoas em qualquer ambiente;

II – O uso de máscara de proteção pela população em todo o território do Município de Urubici.

Parágrafo único. Observadas as regras vigentes de obrigatoriedade de uso de solução alcohólica 70% quando da entrada e saída de estabelecimentos, transporte público, taxi e/ou aplicativo, é recomendável sempre que possível a higienização das mãos, em especial quando houver necessidade de contato com outras pessoas, de deslocamento em vias públicas, ou de outra medida que interrompa, provisoriamente, o

isolamento social;

Art. 12 A utilização de máscaras de proteção não importará em prejuízo à observância das demais recomendações profiláticas e de isolamento social expedidas pelas autoridades públicas.

Art. 13 Fica proibido, por tempo indeterminado, a realização e/ou permanência em aglomerações de pessoas, nos espaços públicos, tais como praças, parques e assemelhados, sendo aceitáveis, apenas, as movimentações de natureza transitória.

Art. 14 Os pacientes da rede pública e/ou privada que eventualmente descumprirem as medidas de isolamento impostas pela central de monitoramento da Secretaria Municipal de Saúde estarão sujeitos as penalidades previstas na legislação sanitária vigente, sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

Art. 15 É obrigatória a notificação à autoridade sanitária local, pelos médicos e/ou responsáveis por estabelecimentos públicos e particulares de saúde no exercício da profissão, a ocorrência de fato comprovado ou presumível de Coronavírus (COVID-19), conforme previsão contida no artigo 8º da Lei Federal nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no caput constitui infração sanitária e sujeitará ao infrator às penalidades previstas na legislação sanitária vigente, sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

Art. 16 Ficam estabelecidas, em todo o território do Município, as seguintes medidas de restrição a serem observadas pelas organizações públicas e privadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 em ambientes de trabalho:

I – Distanciamento social:

- a) a organização deve adotar medidas para aumentar o distanciamento e evitar o contato pessoal entre trabalhadores e entre esses e o público externo;
- b) deve ser mantida distância mínima de 1,5 metro entre os trabalhadores e entre os trabalhadores e o público;
- c) a organização deve priorizar agendamentos de horários de atendimento para evitar aglomerações e para distribuir o fluxo de pessoas;
- d) a organização deve priorizar medidas para distribuir a força de trabalho ao longo do dia, evitando concentrações nos ambientes de trabalho;
- e) a organização deve promover teletrabalho ou trabalho remoto, sempre que possível;
- f) devem ser evitadas reuniões presenciais e, quando indispensáveis, manter o distanciamento de 1,5 metro entre os trabalhadores.

II – Trabalhadores idosos ou do grupo de risco:

- a) devem receber atenção especial, priorizando-se sua permanência na residência em teletrabalho ou trabalho remoto ou, ainda, em atividade ou local que reduza o contato com outros trabalhadores e o público, quando possível;
- b) não sendo possível a permanência na residência ou trabalho remoto, deve ser priorizado trabalho em local arejado e higienizado ao fim de cada turno de trabalho.

Art. 17 As instituições de longa permanência para idosos e congêneres devem proibir as visitas externas, além de adotar os protocolos de higiene dos profissionais e ambientes e o isolamento dos sintomáticos respiratórios.

Art. 18 Recomenda-se que os velórios sejam restritos aos familiares.

Art. 19 Ficarão sujeitos as sanções previstas na legislação municipal (código de posturas), o responsável pelo imóvel residencial onde for constatada aglomeração de pessoas, vedadas por este Decreto.

Art. 20 O descumprimento do disposto neste Decreto poderá ensejar a penalidade prevista no art. 268 do Código Penal (infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa), passível de detenção e multa.

Parágrafo único. Sem prejuízo do contido no caput, os estabelecimentos que não cumprirem com as condições de posturas e sanitárias deste Decreto, serão interditados por um período de 01 (um) dia sendo que cada reincidência o período de interdição será dobrado sucessivamente.

Art. 21 Caberá as autoridades de saúde, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, a qual terá autonomia para interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos/serviços estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 21 Este decreto não revoga outras normas sanitárias vigentes que se apliquem ao combate a pandemia de COVID-19.

Art. 23 Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Urubici/SC, em 04 de agosto de 2020.

Antônio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 306/2020**

Publicação Nº 2592179

PORTARIA Nº 306/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a Senhora Camila Seemann, do cargo de Professor Auxiliar de Ensino Fundamental I, nomeada através da Portaria nº 517/2019, de 05/08/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 29 de Julho de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 307/2020**

Publicação Nº 2592181

PORTARIA Nº 307/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder ao Servidor José Enio de Oliveira, exercendo o cargo de Motorista, Licença Prêmio por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 30/07/2020, referente ao período aquisitivo 2012/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 30 de Julho de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 308/2020**

Publicação Nº 2592183

PORTARIA Nº 308/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a Senhora Gabriela Oscar de Souza, do cargo de Auxiliar de Creche, a partir de 02/08/2020, nomeada através da Portaria nº 735/2019, de 20/12/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 03 de Agosto de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 309/2020**

Publicação Nº 2592185

PORTARIA Nº 309/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Processo Seletivo nº 01/2020/STO.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário o Senhor Rodrigo Gabriel de Souza, para exercer o Cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03/08/2020 à 03/02/2021, nos termos do anexo I, grupo III – Transportes, Obras e Serviços Auxiliares -TSA, para exercer as funções inerentes tudo de acordo com a Lei nº 770/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 03 de Agosto de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 310/2020**

Publicação Nº 2592188

PORTARIA Nº 310/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 006/2020/SMS,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir o Senhor Gilberto Éder de Oliveira, para exercer o Cargo de Médico, no período de 03/08/2020 à 03/02/2021, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer as funções inerentes e com os vencimentos relativos ao cargo de acordo com a Lei Complementar nº 053/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 03 de Agosto de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 311/2020**

Publicação Nº 2592190

PORTARIA Nº 311/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Concurso Público nº 01/2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a Senhora Paôla Brocardo, para exercer o Cargo de Procurador Municipal, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer as funções inerentes tudo de acordo com a Lei nº 770/2002 e suas alterações e vencimentos conforme o cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 03 de Agosto de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 312/2020**

Publicação Nº 2592192

PORTARIA Nº 312/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 006/2020/SMS,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir a Senhora Lara Cunha de França, para exercer o Cargo de Médico da Saúde da Família, no período de 03/08/2020 à 03/02/2021, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer as funções inerentes e com os vencimentos relativos ao cargo de acordo com a Lei Complementar nº 053/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 03 de Agosto de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 313/2020**

Publicação Nº 2592193

PORTARIA Nº 313/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, tendo em vista o resultado do Processo Seletivo nº 001/2019/SMAS,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar a Portaria nº 035/2020, que admitiu em Caráter Temporário a Senhora Marina Nunes de Oliveira, para exercer o Cargo de Monitor na Casa Lar, no período de 04/08/2020 à 31/01/2021, com carga horária de 40 horas semanais, Grupo Ocupacional II – Atividades da Administração em Geral – AAG, para exercer as funções inerentes e com os vencimentos relativos ao cargo, tudo de acordo com a Lei nº 770/2002 e suas alterações, em virtude de crianças menores abrigadas naquela casa.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Agosto de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

# Vargeão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2020

Publicação Nº 2592485

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: KNAPP E CIA LTDA

CNPJ: 76.376.375/0001-12

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES, para futura contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de Perfuração e Detonação de estimados 1.000 metros lineares de rochas na área urbana e rural do município de Vargeão, SC, conforme a necessidade, incluindo fornecimento de explosivos e outros materiais e acessórios necessários para a execução dos mesmos. Os serviços deverão ser executados conforme solicitação nos locais determinados no Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 72.500,00 (setenta e dois mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA DA ATA: A partir de 05 de Agosto de 2020 até 04 de Agosto de 2021.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações.

Vargeão, SC, 05 de Agosto de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 17.494/20

Publicação Nº 2591505

DECRETO Nº 17.494/20, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Nomeia Membros para comporem Comissão de Implantação da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados no âmbito Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o contido na Ata nº 01, acerca da formação da Comissão da LGPD;

#### DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, como integrantes da Comissão de Implantação da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, os seguintes membros:

I – Representantes da Procuradoria Jurídica:

- a) Titular: Luciane Maria dos Santos Gemo;  
Suplente: Arthur Panceri.

II – Representantes da Secretaria Municipal de Administração

- a) Titular: Karolina Borsatti;  
Suplente: Aline Zago Reolon.

- b) Titular: Josiane Pereira dos Santos;  
Suplente: Camila Ortigara.

- c) Titular: José Carlos Oliveira Pereira;  
Suplente: Luan Simon

- d) Titular: Gabriela Perazzoli;  
Suplente: Maynara Guill.

III – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- a) Titular: Ana Paula de Carli Bertaioli;  
Suplente: Hernandez Vedovatto.

IV – Representantes do Departamento de Ação Social

- a) Titular: Vivian Briniak Moreira;  
Suplente: Rosemari Pinto da Silva Neto.

V – Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda:

- a) Titular: Wolmar Erdmann;  
Suplente: Edvans Pasqual.

VI – Representantes da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

- a) Titular: David Cordeiro Schmidt;  
Suplente: Lauana Cenci.

VII – Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente

- a) Titular: Lais dos Santos Gusi;  
Suplente: Ricardo Gaedke.

VIII – Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos:

- a) Titular: Miguel Alberto Viecegli;  
Suplente: Maurício dos Santos Ozório.

IX – Representantes da Fundação Municipal de Esportes

- a) Titular: Edson Massoco;  
Suplente: Ederson Leobet.

X – Representante da Secretaria Municipal de Gestão Pública

- a) Titular: Dionisio Plinio Bonaldo.

XI – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social

a) Titular: Patrícia Rambo;  
Suplente: Thatiany da Silva

XII – Representantes do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, Videira Saneamento – VISAN:

a) Titular: Leonardo Antunes Menegotto;  
b) Suplente: Gabriel Gregolon.

Art. 2º Os membros da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias em que forem necessárias reuniões, estudos, e demais atos relacionados a implantação da legislação, o que ocorrerá de forma gradativa até 15 de agosto de 2021.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 31 de julho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## DECRETO Nº 17.495/2020

Publicação Nº 2591502

DECRETO Nº 17.495/2020, DE 4 DE AGOSTO DE 2020.

Abre Crédito Adicional para Suplementação da Dotação que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº Lei nº 3.759/19 de 13 de dezembro de 2019.  
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Videira Saneamento - VISAN, crédito adicional no valor de R\$ 582.000,00 (quinhentos e oitenta e dois mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

22 – Videira Saneamento - VISAN	
01 – Videira Saneamento - VISAN	
2.080 – Abastecimento Público de Água	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0304 – Aplicação Direta	R\$ 582.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 582.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 4 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0133/2020**

Publicação Nº 2592030

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 133/2020  
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. JOSIANE DOS SANTOS	PSICÓLOGO

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 23 de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0134/2020**

Publicação Nº 2592033

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 134/2020  
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. ANA PAULA VARELA STURMER	PSICÓLOGO

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;

- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 24 de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0135/2020

Publicação N° 2592039

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 135/2020  
PROCESSO SELETIVO N° 001/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. CLEIVANIA PELIM	ENFERMEIRO

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 27 de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0136/2020

Publicação N° 2592043

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 136/2020  
PROCESSO SELETIVO N° 001/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. MURILO HENRIQUE ACADROLI	PSICÓLOGO

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;

- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 27 de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0137/2020

Publicação N° 2592044

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 137/2020  
PROCESSO SELETIVO N° 001/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. JEAN CARLOS FRIEBEL FERREIRA DE SALES	AUXILIAR OPERACIONAL
2. ANA CLAUDIA SCHAITEL PITTOL	ENFERMEIRO

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 28 de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0138/2020**

Publicação N° 2592045

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 138/2020  
PROCESSO SELETIVO N° 001/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. SCHIRLEI DE OLIVEIRA	ASSISTENTE SOCIAL

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 29 de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0139/2020**

Publicação N° 2592047

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 139/2020  
PROCESSO SELETIVO N° 001/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. KERLI APARECIDA GRANEMANN DALPONTE	ASSISTENTE SOCIAL

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;

- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 29 de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0140/2020

Publicação Nº 2592049

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 140/2020

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. PATRÍCIA MALACARNE DE SOUZA	ASSISTENTE SOCIAL

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 03 de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0141/2020

Publicação Nº 2592053

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 141/2020

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 002/2020:

CONVOCADOS	CARGO
1. SELVA APARECIDA RODRIGUES DE LIMA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
2. ADRIANA APARECIDA GOMES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3. FERNANDA CAMPAGNIN BATISTA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
4. ADEILZA PEREIRA DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 03 de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0142/2020

Publicação Nº 2592054

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 142/2020  
PROCESSO SELETIVO Nº 002/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 002/2020:

CONVOCADOS	CARGO
1. JOSIENE FRANCISCA DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
2. RAFAELA BUENO DE OLIVEIRA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3. SUELEN DE ALMEIDA DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 04 de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

**RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA TP 08/2020 - PMV**

Publicação Nº 2592252

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

**RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2020 - PMV**

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES NA E.M.E.B. GABRIEL BOGONI, LOCALIZADA NA RUA ANITA GARIBALDI, BAIRRO CARELLI, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO (CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA - CONVÊNIO Nº 2019TR001441), restando vencedora a empresa Construtora e Engenharia JR Eireli por apresentar o valor de R\$ 558.006,35 (quinhentos e cinquenta e oito mil, seis reais e trinta e cinco centavos). Outrossim, ficam os interessados notificados para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato. Informamos que a ata de abertura e julgamento das propostas encontra-se disponível no site do Município de Videira ([www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br)).

Videira, 05 de agosto de 2020.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**CÂMARA MUNICIPAL****EMENDA A LEI ORGÂNICA 31**

Publicação Nº 2592127

**ESTADO DE SANTA CATARINA****CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA****EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 031/2020****DÁ NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVOS DA  
LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE  
VIDEIRA – SC, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS**

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Videira, nos termos do artigo 31, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Videira, promulga a seguinte Emenda ao texto legal:

**Art. 1º** Acrescenta-se o inciso terceiro ao artigo 158 da Lei Orgânica do Município de Videira, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 158** O Município deverá dinamizar o ensino supletivo através de:

**I**

**II**

**III** - Aos adultos e idosos serão oferecidos programas especiais de alfabetização e de atualização do letramento.

**Art. 2º** Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Videira, 05 de agosto de 2020.

**CARLOS DEMENEK****Presidente**

**VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020 - VISAN**

Publicação Nº 2592087

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – VISAN

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020 – VISAN

REGISTRO DE PREÇOS

O Diretor Geral da VISAN torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 22/2020 - VISAN. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA COM PEDIDOS PARCELADOS, DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM POÇOS SUBTERRÂNEOS, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. Recebimento das propostas: do dia 06/08/2020 a partir das 08h00min até o dia 25/08/2020 às 13h59min. Abertura das propostas e início da sessão de disputa de lances: dia 25/08/2020 às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 05 de agosto de 2020.

LEONARDO ANTUNES MENEGOTTO

Diretor Geral Interino VISAN

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 075/2020

Publicação Nº 2592109

DECRETO Nº 075, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

CONSTITUI COMISSÃO INTERSETORIAL ESCOLAR RESPONSÁVEL PELA FASE DE RETORNO ÀS ATIVIDADES DE APRENDIZAGENS PRESENCIAIS PREVISTAS NO PLANO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EM FACE DA SUSPENSÃO DAS AULAS PRESENCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica do Município de Vitor Meireles;

CONSIDERANDO os Decretos Estaduais nº 509 e 515, de 17 de março de 2020, e os Decretos Municipais nº 029, 034, 044 e 062, referente às medidas adotadas para contenção da proliferação da Pandemia do COVID-19/Coronavírus, no atendimento das crianças, adolescentes, jovens e adultos da Rede Municipal de Educação de Vitor Meireles;

CONSIDERANDO a situação atual vivenciada, os desafios e os mecanismos de solução desenvolvidos para trazer durante a Pandemia, a Educação, para dentro da realidade de isolamento social das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos atendidos pela Rede Municipal de Educação de Vitor Meireles;

CONSIDERANDO a retomada gradual dos trabalhos presenciais dos profissionais da Rede Municipal de Educação de Vitor Meireles, organizada de forma diferenciada, promovendo um diálogo com os demais setores, com redução de riscos e traumas voltados para o sentido biopsicossocial do servidor;

Resolve:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Intersectorial responsável pela Fase de Retorno às Atividades de Aprendizagens Presenciais previstas no Plano da Secretaria Municipal de Educação, em face da suspensão das aulas presenciais, com representantes dos seguintes Órgãos:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social: Marcelo André Agostini;

II - Secretaria Municipal de Saúde: Teilor Petersen e Mateus Carlos;

III - Secretaria Municipal de Administração: Patricia Bloemer Meneghelli;

IV - Secretaria Municipal de Educação: Alini Neili Masote e Edenir Branger França;

V - Câmara Municipal de Vitor Meireles: Maico Montibeller;

VI - Conselho Municipal de Educação de Vitor Meireles: Rosane Vieira;

VII - Conselho Tutelar de Vitor Meireles: Ariane Roberta Cunha Tose;

VIII - Representante de Pais/Responsáveis de Alunos da Rede Municipal: Emerson Schotten;

IX - Representante dos Professores e Diretores da Rede Municipal de Educação: Rosileni Fistarol Formentin e Elacir Eickenberg Prange;

X - Representante da Rede Estadual de Educação de Vitor Meireles: Soraia Sabel Moreira.

Art. 2º. A Comissão Intersectorial nomeada é responsável pela elaboração e monitoramento do Plano de Retorno às atividades presenciais dos alunos da Rede Municipal de Educação, em decorrência dos efeitos da Pandemia de Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Município de Vitor Meireles.

Parágrafo Único. As decisões devem ser tomadas em conjunto com os setores envolvidos e serão implementadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 05 de Agosto de 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### PORTARIA Nº 178/2020

Publicação Nº 2592429

PORTARIANº 178/2020

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Katia Regina da Cruz Almeida	01/12/2018	a	30/11/2019	06/08/2020	a	15/08/2020

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 05 DE AGOSTO DE 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TP 07-2020**

Publicação Nº 2592425

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Pág 1 / 1

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número -

Minuta - Licitação: 28 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2020 cotaCredenciamento: 0

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****Tomada de Preços  
Para Obras e Serviços de Engenharia  
7/2020  
Processo Administrativo: 28/2020**

Ao Sr(a). BENTO FRANCISCO SILVY tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 1/2020.

**Homologo**

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Tomada de Preços nº. 7/2020, o(s) participante(s):

67571 - JC CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DA RUA RIO PRESO, COM EXTENSÃO DE TRECHO A PAVIMENTAR DE 113,51 METROS TOTALIZADO 1263,93M² DE PISTA E 418,48M² DE PASSEIO.	UN		1	R\$136.504,91	R\$136.504,91
2	PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DA RUA JOSÉ FISTAROL, COM EXTENSÃO DE TRECHO A PAVIMENTAR DE 288,91 METROS TOTALIZADO 2314,57M² DE PISTA E 1153,57M² DE PASSEIO.	UN		1	R\$272.189,07	R\$272.189,07
Total do Fornecedor:					R\$408.693,98	
<b>Valor Total:</b>						<b>408.693,98</b>

Vitor Meireles, 5 de agosto de 2020

**BENTO FRANCISCO SILVY**  
Prefeito

# Witmarsum

## PREFEITURA

### 43/2020 - DISPENSA ENGENHARIA

Publicação Nº 2591566

MUNICÍPIO DE WITMARSUM-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2020

O Prefeito Municipal de Witmarsum/SC, torna público, que fará realizar Processo Licitatório modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, no dia 10/08/2020, às 08:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de Witmarsum, sito a Rua 7 de setembro, nº1520, Centro, para : CONTRATAÇÃO DE PROGRAMAS DE ENGENHARIA, PARA USO NECESSÁRIO E EXCLUSIVO DE ENGENHEIRO DO MUNICÍPIO DE WITMARSUM. Demais informações diariamente, das 08:00 às 12:00 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima, no site [www.witmarsum.sc.gov.br](http://www.witmarsum.sc.gov.br) ou pelo fone/fax (47) 3358-1304.

Witmarsum/SC, em 05 de agosto de 2020.

CESAR PANINI

Prefeito Municipal

### EXTRATO 44/2020 - SISTEMA

Publicação Nº 2591567

MUNICÍPIO DE WITMARSUM-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2020

O Prefeito Municipal de Witmarsum – SC, torna público, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 20/08/2020, às 08:15 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de Witmarsum, sito a Rua 7 de setembro, nº 1520, Centro, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, EM PLATAFORMA WEB, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS NECESSÁRIOS A SUA IMPLANTAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE WITMARSUM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE WITMARSUM, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE WITMARSUM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL. Demais informações diariamente, das 08:00 às 12:00 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima, no site [www.witmarsum.sc.gov.br](http://www.witmarsum.sc.gov.br) ou pelo fone/fax (47) 3358-1300.

Witmarsum/SC, em 05 de agosto de 2020.

CESAR PANINI

Prefeito Municipal

# Xanxerê

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 178/2020

Publicação Nº 2591947

DECRETO Nº 178/2020

ALTERA MEMBRO DA COMISSÃO PARA IMPLANTAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA - REURB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado membro da Comissão Permanente para Implantação da Regularização Fundiária Urbana - REURB, nomeada pelo Decreto nº 415/2019, de 09 de dezembro de 2019, substituindo-se o membro representante da Procuradoria-Geral do Município, Fernando Dal Zot, pelo novo membro CAROLINE ALBERTI RODRIGUES.

Art. 2º Permanecem em vigor as demais disposições contidas no Decreto nº 415/2019, de 09 de dezembro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 04 de agosto de 2020.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 179/2020

Publicação Nº 2591948

DECRETO Nº 179/2020

DISPENSA SERVIDORA DA FUNÇÃO COMISSIONADA.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a servidora JESSICA DUZ MENDES MACHADO, da Função Comissionada de Supervisão – FCS, ocupante do cargo de Supervisão da Unidade Básica de Saúde Luiz Zacaron – Bairro Aparecida, da Secretaria Municipal de Saúde, designada pelo Decreto nº 111/2020, de 05 de maio de 2020.

Parágrafo Único. A servidora dispensada da função comissionada retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 111/2020, de 05 de maio de 2020.

Xanxerê/SC, 04 de agosto de 2020.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 180/2020

Publicação Nº 2591953

DECRETO Nº 180/2020

DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO COMISSIONADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal JESSICA DUZ MENDES MACHADO, inscrita no CPF sob nº 074.987.939-46, portadora da CI sob nº 5.248.348, expedida pela SSP/SC, para exercer Supervisão do Centro Integrado em Saúde, com CNES sob nº 2411350, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, para o qual perceberá a Função Comissionada de Supervisão – FCS fixada no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 04 de agosto de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 181/2020

Publicação Nº 2591955

DECRETO Nº 181/2020

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora ocupante do cargo em comissão de Diretora de Agricultura, Sra. ALEXSANDRA DOS SANTOS, nomeada pelo Decreto nº 176/2019, de 08 de abril de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o decreto nº 176/2019, de 08 de abril de 2019.

Xanxerê/SC, 05 de agosto de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## EXTRATO 5º TERMO ADITIVO A ATA RP Nº 0151/2019

Publicação Nº 2591949

Extrato 5º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0151/2019

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: STANG & STANG LTDA.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gasolina Comum com abastecimento dos veículos das Secretarias do Município, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar de Xanxerê.

Este Termo Aditivo tem por objeto reajustar o valor unitário do item conforme relacionado em tabela abaixo:

ITEM	PRODUTO	UNI.	PREÇO ANTERIOR	PREÇO ATUAL
01	Gasolina Comum	Litro	R\$ 3,71	R\$ 3,92

Xanxerê-SC, 05 de agosto de 2020. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

## PORTARIA 640-2020

Publicação Nº 2592736

PORTARIA Nº 640/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER, licença prêmio as Servidoras Públicas Municipais nos seguintes termos:

A Sra. JURACI TEREZINHA BARFKNECHT pelo período de 20.08.2020 a 02.10.2020, totalizando 44 (quarenta e quatro) dias, referentes ao período aquisitivo de 16.02.2004 a 24.07.2006;

A Sra. SIRLEI APARECIDA DOS SANTOS CANANI, pelo período de 04.08.2020 a 02.09.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 08.06.2012 a 07.06.2015;

A Sra. VERA LUCIA DA SILVA, pelo período de 06.08.2020 a 04.09.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 09.06.2009 a 08.06.2012.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 04 de Agosto de 2020

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## PORTARIA 641-2020

Publicação N° 2592737

PORTARIA N° 641/2020

DETERMINAR HORÁRIO DE TRABALHO A SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Art. 94, parágrafo único.

RESOLVE

ESTABELECEER horário de trabalho das servidoras públicas municipais:

- Sra. MARIEDA FONTANIVE DA SILVA, nomeada para o cargo de COZINHEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, retornando ao trabalho em 07.08.2020;

- Sra. NEIVA PASQUALI, nomeada para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, retornando ao trabalho em 05.08.2020;

- NERI TEREZINHA DA SILVA MACHADO, nomeada para o cargo de COZINHEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, retornando ao trabalho em 05.08.2020.

Estabelecer o horário de trabalho das referidas servidoras de segunda-feira a sexta-feira das 07:00 às 13:00 horas.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 04 de Agosto de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## PORTARIA 642-2020

Publicação N° 2591562

PORTARIA N° 642/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, a partir de 05.08.2020 a 03.09.2020, 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal Sra. CLAUDETE TEREZINHA AZEVEDO, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 2.134.074-9 e CPF nº 794.274.219-91, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 146/08 para o cargo de ENFERMEIRO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 01.07.2019 a 30.06.2020.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC  
Em 04 de Agosto de 2020

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## PORTARIA 643-2020

Publicação N° 2591564

PORTARIA N° 643/2020  
CONCEDE FÉRIAS A EMPREGADA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto n° AJG n° 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, a partir de 13.08.2020 a 11.09.2020, 30 (trinta) dias de férias a Empregada Pública Municipal Sra. JANETE RODRIGUES, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG n° 1.787.327 e CPF n° 022.033.299-12, admitida pelo Contrato de Trabalho n° 62 de 2009, para função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- EPIDEMIOLOGICO, com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 03.11.2018 a 02.11.2019.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC  
Em 04 de Agosto de 2020

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## PORTARIA 644-2020

Publicação N° 2591957

PORTARIA N° 644/2020

ESTABELECE HORÁRIOS DE TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE PRESTAM SERVIÇOS PROFISSIONAIS NO CAPS

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei n° HW 1.775/91, Portaria N° 336, de 19 de Fevereiro de 2002, no artigo 4º, item 4.1, alínea G;

Considerando que CAPS – Centro de Atenção Psicossocial é um espaço de referência no tratamento de pessoas que sofrem de transtornos mentais;

Considerando que o horário de funcionamento do CAPS – Vida Integrada de Xanxerê, é de Segunda Feira a Sexta feira das 07:30 hs às 17:00 hs;

Considerando a Portaria N° 336, de 19 de Fevereiro de 2002, no artigo 4º, item 4.1, alínea G, estabelece que os pacientes assistidos em um turno (04 horas) receberão uma refeição diária, os assistidos em dois turnos (08 horas) receberão duas refeições diárias.

RESOLVE:

ESTABELECE horário de trabalho a partir de agosto aos servidores que atuam no CAPS, de Segunda Feira à Sexta Feira das 07h30 hs às 17:00 hs conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 04 de Agosto de 2020.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

HORÁRIOS DOS PROFISSIONAIS DO CAPS AGOSTO 2020

Profissionais	Carga Horária	SEGUNDA-FEIRA		TERÇA-FEIRA		QUARTA-FEIRA		QUINTA-FEIRA		SEXTA-FEIRA	
		Manhã	Tarde	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde
Anna Alice Debiasi (Psicóloga)	20 h semanais	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias
Camila Pasin (Assistente Social)	30 h semanais	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 11h30	13h as 17h			07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 13h30	
Daniela Zamora Romero (T.O.)	30 h semanais	11h as 17h		11h as 17h		11h as 17h		11h as 17h		11h as 17h	
Dirlei Kosserski de Saibro (Téc. de enf.)	40 h semanais	07h30 as 10h30	11h30 as 16h30	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 10h30	11h30 as 16h30	07h30 as 11h30	13h as 17h
Elisângela Bottega (Psicóloga)	40 h semanais	07h30 as 11h30	12h30 as 16h30	07h30 as 11h30	12h30 as 16h30	07h30 as 11h30	12h30 as 16h30	07h30 as 11h30	12h30 as 16h30	07h30 as 11h30	12h30 as 16h30
José Vinícius Bonneau (Ed. físico)	20 h semanais		13h as 17h		13h as 17h		13h as 17h		13h as 17h		13h as 17h
Karine Ferronato Pretto (Coord.)	40 h semanais	08h as 12h	13h as 17h	08h as 12h	13h as 17h	08h as 12h	13h as 17h	08h as 12h	13h as 17h	08h as 12h	13h as 17h
Rafael Bandeira (Motorista)	40 h semanais	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 11h30	13h as 17h
Fabio Prezzotto (Médico)	20 h semanais		13h as 17h		13h as 17h		13h as 17h		13h as 17h		13h as 17h
Adrianados Santos Telles de Lima (Serviços Gerais)	40 h semanais	Férias (substituída por profissional terceirizada)	Férias (substituída por profissional terceirizada)	Férias (substituída por profissional terceirizada)	Férias (substituída por profissional terceirizada)	Férias (substituída por profissional terceirizada)	Férias (substituída por profissional terceirizada)	Férias (substituída por profissional terceirizada)	Férias (substituída por prof. terceirizada)	Férias (substituída por profissional terceirizada)	Férias (substituída por profissional terceirizada)
Silvania Moretto (Assistente Social)	30 h semanais	07h30 as 13h30 (01/08 a 15/08)		07h30 as 13h30 (01/08 a 15/08)		07h30 as 13h30 (01/08 a 15/08)		07h30 as 13h30 (01/08 a 15/08)		07h30 as 13h30 (01/08 a 15/08)	
Adriana Tonett (enfermeira)	40 horas semanais	Hélio Ortiz / COVID	Hélio Ortiz / COVID	Hélio Ortiz / COVID	Hélio Ortiz / COVID	Hélio Ortiz / COVID	Hélio Ortiz / COVID	Hélio Ortiz / COVID	Hélio Ortiz / COVID	Hélio Ortiz / COVID	Hélio Ortiz / COVID

**PORTARIA 645-2020**

Publicação N° 2592738

PORTARIA N° 645/2020

AUTORIZAR EXCEPCIONALMENTE O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e art. 5º do Decreto Municipal nº 079 de 01/04/2020;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 079/2020 que estabelece medidas preventivas diante da infecção humana pelo COVID-19;

CONSIDERANDO o enquadramento dos servidores públicos municipais no grupo de risco do novo coronavírus;

RESOLVE

AUTORIZAR, excepcionalmente o afastamento da servidora pública municipal:

- ELISANGELA RAMOS STVEKMANN, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 195/2007, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde

Fica determinado que as horas de afastamento deverão ser computadas para posterior compensação, conforme programação da Secretaria de Origem.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 04 de Agosto de 2020

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### ORDEM DE SERVIÇO 003/2020 PMXV

Publicação N° 2591724

#### ORDEM DE SERVIÇO 003/2020

Autorizo por meio desta a empresa: TERRAMAX - CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA, a iniciar a prestação de serviço referente a Execução da Obra de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial e Sinalização viária da Estrada Geral/Área Central da Comunidade de Linha São Miguel, situada na Área Rural do Município de Xavantina – SC, de acordo com as especificações pertinentes no Processo Licitatório n° 028/2020 PMXV, Modalidade – Tomada de Preços n° 002/2020 PMXV e formalizada pelo Contrato n° 021/2020 PMXV, de 02 de Julho de 2020.

O valor total dos serviços contratados é de R\$ 267.495,54 (Duzentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e quatro centavos). A empresa deverá iniciar a prestação de serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento desta, tendo prazo de 2 (dois) meses consecutivos para a realização da prestação de serviço de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária, de acordo com o exposto no Projeto Básico, Anexo ao Processo Licitatório n° 028/2020 PMXV e Contrato de Repasse n° 892.647/2019 celebrado entre o Município de Xavantina e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Xavantina (SC), 05 de agosto de 2020.

ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal  
Contratante

Recebi, em ..... de ..... de 2020.

TERRAMAX - CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA  
Contratada

### PORTARIA N° 139/2020

Publicação N° 2592259

#### PORTARIA N. 139, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor(a) Público(a) Municipal para ocupar cargo efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no Art. 37, II da Constituição Federal, recepcionado pela Lei Orgânica Municipal (Art. 19, II) e pela Lei Complementar Municipal n° 02/2000 (Art. 9°, I) e, considerando o resultado do Concurso Público n. 001/2019;

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear SABRINA LUNKES ALVES BEZA, portador(a) da Cédula de Identidade RG n. 5.962.034, inscrito(a) no CPF sob o n° 096.480.429-85, para ocupar o cargo efetivo de Odontólogo(a) ESF do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, com jornada de 40(quarenta) horas semanais, vinculado(a) ao regime jurídico estabelecido pela Lei Complementar n° 002/2000, recebendo o vencimento de acordo com o grupo, cargo e o nível de ingresso previsto na Lei Complementar n° 020/2004 e suas alterações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, em 04 de agosto de 2020.

ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios)  
MATHEUS ALVES VIDAL  
Auditor de Controle Interno

# Zortéa

## PREFEITURA

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº0002/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2020 - PARA CONTRATAÇÃO EMERGÊNCIA DE MÉDICO PARA ATENDIMENTO NO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE POR UM PERÍODO DE 120 DIAS**

Publicação Nº 2592071

Processo Licitatório Nº 0011/2020  
Dispensa de Licitação Nº 002/2020

#### **RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA**

O Prefeito de Zortéa-SC, Sr. Alcides Mantovani, tendo em vista a justificativa apresentada pela Secretária Municipal de Saúde, bem como o parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação, fulcrada no inciso IV, do art. 24 da Lei n. 8.666/93, com Dr. Sabrina Bruger Staniszewski, no valor total de R\$ 41.211,76 (quarenta e um mil duzentos e onze reais e setenta e seis centavos) para contratação emergência de médico para atendimento no posto Municipal de Saúde por um período de 120 dias. Resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação na imprensa oficial, como condição para eficácia dos atos, em cumprimento ao disposto no art. 26 da citada Lei n. 8.666/93.

Zortéa-SC, 24 de Julho de 2020.

Alcides Mantovani  
Prefeito Municipal

# Associações

## AMMVI

### 1ª ALTERAÇÃO CONTRATO 20/2019 - FEY PROBST & BRUSTOLIN ADVOCACIA

Publicação Nº 2592732

#### PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 20/2019

Considerando que a CONTRATANTE, associação de municípios devidamente constituída e com 50 anos de atuação na defesa dos interesses dos seus municípios associados, conforme sua finalidade estatutária, necessita de efetiva e contínua prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica;

Considerando que a CONTRATADA, segundo evidencia seu contrato social e a experiência pretérita dos seus profissionais, tem a qualificação necessária para execução dos trabalhos que lhe serão exigidos;

As partes, de um lado a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 83.779.413/0001-43, com endereço na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), e-mail alexandre@ammvi.org.br, neste ato representado pelo seu Presidente, MATIAS KOHLER, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa FEY PROBST & BRUSTOLIN ADVOCACIA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 12.244.848/0001-45, com sede na Rua Emilio Blum, nº 131, bairro Centro, na cidade de Florianópolis - SC, e-mail contato@fpb.adv.br, neste ato representada por MARCOS FEY PROBST, CPF nº XXX.XXX.XX-XX, doravante designado CONTRATADO, resolvem de comum acordo, celebrar Alteração ao Contrato de Prestação de Serviços nº 20/2019, firmado em 01/07/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 01/07/2019, nos termos previstos em sua Cláusula Segunda.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1. Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato até 01/07/2021.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA

3.1. A despesa para o exercício subsequente correrão por conta do Orçamento Anual da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO:

1. As demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços nº 20/2019, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes abaixo.

Blumenau, SC, em 01 de julho de 2020.

CONTRATANTE MATIAS KOHLER PRESIDENTE DA AMMVI PREFEITO DE GUABIRUBA	CONTRATADO MARCOS FEY PROBST FEY PROBST & BRUSTOLIN ADVOCACIA
CONTRATANTE ALEXANDRE CARVALHO BRIGIDO  GESTOR DO CONTRATO	

**FECAM****CONTRATO N. 06/2020**

Publicação Nº 2591755

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS, ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E CONSÓRCIOS PÚBLICOS – FECAM

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO n. 025/2020

CONTRATO n. 06/2020

Contratação de serviços especializados de Psicologia, para a realização de Pesquisa de Clima Organizacional no âmbito administrativo da FECAM.

As partes, a saber:

**CONTRATANTE:** FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Florianópolis, SC, na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1.885, sala 1.310, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, telefone (48) 3221-8800, CNPJ n. 75.303.982/0001-90, representada neste ato pela sua Diretora Executiva interina, a Sra. Dayna Maressa Soares Pacheco Pamato, CPF 092.414.209-01; e

**CONTRATADA:** LUMINA PSICOLOGIA APLICADA LTDA ME, CNPJ 32.062.560/0001-67, com sede na cidade de Florianópolis, SC, na Rua Adolfo melo, n. 35, sala 301, Bairro Centro, CEP 88.0115-090, representada neste ato pela sua sócia-administradora, a Sra. Karime Bozza Gallotti Peixoto, CPF 811.069.390-34.

Têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PSICOLOGIA, PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO DA FECAM, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1 O objeto do presente contrato consiste na contratação de serviços especializados de Psicologia, de profissional(ais) regularmente inscrito(s) no respectivo conselho de classe, para a realização de pesquisa de clima organizacional no âmbito administrativo da FECAM, visando à identificação de eventuais indicadores de estresse, pressão no ambiente de trabalho e/ou infraestrutura e rotinas, a fim de – caso identificada a necessidade – a instituição possa delinear projeto de qualidade de vida com base na pesquisa realizada.

**CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1 Os serviços serão executados por profissional devidamente habilitado em Psicologia, em estrita observância às normas técnicas aplicáveis, e seguindo o roteiro mínimo a seguir especificado (sem prejuízo à adoção de outros procedimentos que o profissional especializado entender pertinente/necessário, desde que não implique em majoração do preço dos serviços):

2.1.1 Realização de entrevistas individuais com os empregados (máximo de 20 empregados, mínimo a depender da vontade de cada um, uma vez que os empregados não serão obrigados a passar por entrevista);

2.1.1.1 As entrevistas presenciais serão realizadas na sede da CONTRATADA ou a distância, através de dispositivo tecnológico de teleconferência, conforme a necessidade e conveniência aferidas caso a caso.

2.1.2 Elaboração e apresentação à presidência da FECAM do respectivo relatório final da Pesquisa de Clima Organizacional.

**CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

3.1 Na execução do objeto do contrato, obriga-se a CONTRATANTE a:

3.1.1 Assegurar o livre acesso da CONTRATADA a todos os locais onde se fizerem necessários a prestação dos serviços, bem como proporcionar-las as facilidades e instruções necessárias para a realização dos mesmos;

3.1.2 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços em seus aspectos quantitativos e qualitativos, bem como acompanhar o desenvolvimento do Contrato, conferir e atestar os serviços executados, podendo ainda sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos contratuais;

3.1.3 Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme estabelecido no presente Termo Contratual.

3.2 A CONTRATADA, durante vigência deste Contrato, compromete-se a:

3.2.1 Executar o serviço objeto do Contrato em estrito acordo com o Plano de Trabalho pactuado com a CONTRATANTE;

3.2.2 Prestar os serviços, seguindo os padrões e metodologias indicadas na proposta de serviços/orçamento;

3.2.3 Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

3.2.4 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, e tributários resultantes da execução do Contrato;

3.2.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

3.2.6 Entregar formalmente ao fiscal/gestor do contrato ou a alguém por ele indicado os relatórios de serviços, como requisito indispensável ao respectivo pagamento pela CONTRATANTE;

3.2.7 Responsabilizar-se integralmente pela prestação do serviço contratado de modo que os mesmos sejam realizados com esmero e perfeição, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, zelando pela boa conduta dos profissionais envolvidos na execução dos serviços.

**CLÁUSULA QUARTA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS**

4.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, em razão da prestação dos serviços objeto da presente contratação:

4.1.1 R\$ 137,58 (cento e trinta e sete reais e cinquenta e oito centavos), por cada entrevista efetivamente realizada (as entrevistas serão facultadas aos empregados);

4.1.2 R\$ 800,00 (oitocentos reais), pela elaboração e apresentação à presidência da FECAM do respectivo relatório final da Pesquisa de Clima Organizacional.

4.2 No valor total estão incluídas todas as despesas com encargos de natureza tributária qualquer;

4.3 O pagamento será efetivado em parcela única, por meio de depósito bancário, na conta corrente n. 2910-6, agência 1701, do Banco Unicred, de titularidade da CONTRATADA, até cinco dias úteis após à apresentação do respectivo relatório de serviços e correspondente nota fiscal de serviços corretamente preenchida.

4.4 Alternativamente, o pagamento poderá se dar através de boleto bancário, subsistindo, no entanto, os pré-requisitos dispostos no Item 4.3 supra.

#### CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA E RESCISÃO

5.1 A vigência da presente contratação se estenderá pelo prazo razoável necessário a realização satisfatória dos serviços, o qual, estima-se, 20 dias a partir da assinatura das partes no presente instrumento.

5.2 Constituem motivos para rescisão imediata do presente Contrato, independentemente de interpelação judicial, os seguintes fatos:

5.2.1 O não cumprimento de cláusulas contratuais;

5.2.2 O cumprimento irregular das cláusulas contratuais;

5.2.3 A paralisação das atividades contratuais sem justa causa e prévia comunicação e aceitação da outra parte;

5.2.4 O cometimento reiterado de faltas na sua execução; e

5.2.5 O pedido de recuperação judicial ou a dissolução da CONTRATADA, por quaisquer motivos.

5.3 As partes pactuam, em razão da natureza dos serviços ora contratados, que uma das partes será considerada inadimplente em relação à outra, e constituirá causa de rescisão contratual, o não cumprimento das obrigações aqui assumidas ainda que em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram caso fortuito ou força maior previstos no Código Civil Brasileiro, situação na qual subsistirá em desfavor da CONTRATANTE a obrigação de pagamentos apenas por serviços efetivamente já realizados.

#### CLÁUSULA SEXTA – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

6.1 A CONTRATADA declara, sob pena de rescisão por justa causa da presente contratação e sem prejuízo de responsabilização por demais irregularidades previstas no ordenamento jurídico pátrio, que não se enquadra nos motivos impeditivos de contratação expressos no Regulamento de Contratações da FECAM, especialmente (mas não restritivamente) no que se refere a:

Art. 16. Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela FECAM:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a FECAM, bem como os membros do Conselho Deliberativo, Executivo Fiscal da FECAM;

II - as pessoas físicas com relação de parentesco em relação àquelas expressas no inciso anterior, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, bem como cônjuge ou companheiro;

III - as pessoas jurídicas cujos poderes de administração sejam exercidos por quaisquer das pessoas físicas expressas nos incisos anteriores.

IV - as pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a FECAM decorrente de penalidade aplicada previamente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - PUBLICIDADE

7.1 Considerando o fato de a CONTRATANTE ser mantida precipuamente por recursos públicos advindos dos municípios catarinenses, fica autorizada a publicação irrestrita dos termos do presente Contrato, bem como os relatórios e resultados dos serviços executados.

#### CLÁUSULA OITAVA – FORO ELEITO

8.1 As partes elegem o Foro da cidade de Florianópolis, SC, para dirimir eventuais dúvidas decorrentes do presente Contrato que não puderem ser sanadas pela via extrajudicial, renunciando desde já a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Em razão das partes terem discutido, lido e tomado ciência de todo o conteúdo desse instrumento, entendendo e compreendendo o alcance de todas as suas cláusulas e termos, com as quais concordam sem ressalvas, estas declaram-se justas e contratadas, firmando o presente instrumento do Contrato n. 06/2020 através de dispositivo tecnológico de assinatura eletrônica a distância, em duas vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 03 de agosto de 2020.

DAYNA M. S. P. PAMATO  
FECAM

KARIME B. G. PEIXOTO  
Lumina Psicologia

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_ 2) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

# Consórcios

## AGIR

### VOTO RELATOR - PROCEDIMENTO DE OUVIDORIA Nº 062/2017 - SR. JAIME BUSARELLO E SAMAE BLUMENAU - AGIR

Publicação Nº 2592472

PARECER DO RELATOR  
PROCESSO DE OUVIDORIA 062/2017

RELATOR DO PROCESSO DE OUVIDORIA 062/2017: Sérgio Pintarelli

RECLAMANTE: Jaime João Busarello

ENDEREÇO: Rua Udo Wachholz, 93 – B. Itoupava Seca – 89030-311 – Blumenau - SC

DEMANDADOS: AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí e SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau/SC.

#### I – BREVE RELATÓRIO

Trata-se de recurso interposto pelo RECLAMANTE, Sr. Jaime João Busarello, acerca da cobrança de fatura de água de competência 08/2016. O RECLAMANTE contesta o volume apurado na referida fatura (69 m<sup>3</sup>) por ser correspondente ao consumo de 06 (seis) meses de sua unidade consumidora.

Inicialmente o RECLAMANTE entrou em contato com o SAMAE solicitando que fosse desconsiderado o volume cobrado, com a emissão de nova fatura pelo valor médio consumido na unidade.

O SAMAE, por falta de sustentação legal, INDEFERIU o pedido do RECLAMANTE, mantendo a cobrança de acordo com o consumo medido pelo hidrômetro da unidade consumidora.

O RECLAMANTE entrou em contato telefônico com a Ouvidoria da AGIR, protocolando reclamação a respeito do valor cobrado na fatura de água referente a competência 08/2016.

O Ouvidor da AGIR, Sr. Vitor Zanella Junior instaurou abertura do Procedimento de Ouvidoria 039/1702 para averiguar as reclamações recebidas e providenciar as possíveis ações corretivas do SAMAE, bem como solicitou à Diretoria Técnica que procedesse fiscalização em campo com o propósito de analisar a qualidade da prestação do serviço.

Após as devidas medições, a AGIR emitiu o Parecer Técnico nº. 113/2017 referente ao Procedimento de Ouvidoria 039/1702, apresentando os resultados de verificação da continuidade do sistema de abastecimento de água tratada, por meio do monitoramento sistemático de pressões da rede de distribuição, conforme solicitação do consumidor Jaime João Busarello, concluindo pela normalidade do sistema quanto aos parâmetros apurados.

Em 27.12.2017, baseado no Parecer Técnico nº. 113/2017, a Diretoria Jurídica do SAMAE emitiu o Parecer Jurídico 273/2017, tendo como objetivo analisar a revisão de valores referentes a competência agosto/2016, solicitada pelo Reclamante.

Para fundamentação jurídica, inicialmente o referido parecer invoca o Princípio da Legalidade, destacando que o SAMAE é membro da Administração Pública, devendo observar rigorosamente os princípios constantes do artigo 37 da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de LEGALIDADE, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...], (grifamos)

Logo, depreende-se que, em atenção ao princípio da legalidade, todo e qualquer ato a ser praticado por qualquer membro da Administração Pública, neste caso o SAMAE, deverá ter expressa previsão legal.

Tratando do pedido de recálculo da cobrança em questão, diz o Parecer Jurídico 273/2017:

“Trata-se de pedido de recálculo da competência agosto/2016, visto que segundo o Requerente, não houve qualquer vazamento em seu imóvel. Nessa linha, o Setor Comercial informou que não foi constatada nenhuma desconformidade junto ao hidrômetro, erro de leitura ou ainda indício de vazamento.

Diante disso, verifica-se o que prevê o Decreto 10.809/2015:

Art. 115 - A fatura poderá ser alvo de revisão quando o imóvel apresentar em determinado ciclo de faturamento variação do volume em relação à média faturada, nos seguintes casos:

I - Em caso de erro de leitura, o faturamento será ajustado pela estimativa de consumo apurada através de nova leitura.

II - No caso de vazamento oculto, devidamente comprovado, e, mediante o devido reparo pelo usuário, o faturamento será ajustado conforme descrito ao art. 116, deste regulamento.

III - No caso de desconformidade do hidrômetro devidamente comprovado em processo administrativo competente, o faturamento será ajustado pela média dos últimos seis meses, pela leitura apurada após a troca do aparelho medidor, pelo consumo per capita ou pela similaridade de consumo com economias semelhantes.

§ 1º Aberto o processo de revisão, nos casos dos incisos II e III deste artigo, o SAMAE adotará as seguintes providências:

I - efetuará o ajuste provisório da fatura contestada, nos termos desta seção, emitindo novo documento para o pagamento no vencimento;  
II - o usuário assina declaração de ciência que ao final do processo as diferenças apuradas serão compensadas para mais ou para menos, na fatura do ciclo posterior ao encerramento do processo.

§ 2º O SAMAE procederá aos ajustes das faturas, ouvida a CONCESSIONÁRIA, no caso de ligações atendidas pelo sistema de esgotamento sanitário. (grifamos)

A conclusão do referido Parecer Jurídico diz:

FACE AO EXPOSTO, considerando que o caso do Requerente não se enquadrou em nenhuma das hipóteses previstas no Decreto 10.809/2015, entende-se pelo INDEFERIMENTO do pedido de recálculo da competência agosto/2016, devendo ser mantida a cobrança. "

Nesta mesma data, 27.11.2017, o SAMAE Blumenau/SC, através de ofício emitido pelo seu Diretor Presidente, Alexandro Eduardo Fernandes, informa ao Requerente, Sr. Jaime João Busarello, que a solicitação de revisão de valores de consumo de água de agosto/2016, de acordo com o Parecer Jurídico 273/2017, foi INDEFERIDO.

No dia 08.12.2017, o Sr. Heinrich Luiz Pasold, Diretor Geral da AGIR, emite Termo de Abertura do Procedimento de Ouvidoria nº 062/2017 tendo como objeto o Recurso Administrativo, impetrado pelo Requerente, referente ao indeferimento do Processo Administrativo nº 039/1702 do SAMAE de Blumenau/SC, tendo por objetivo a revisão de valores da competência de agosto/2016.

Além disso envia ofício ao Diretor Presidente do SAMAE, Sr. Alexandro Eduardo Fernandes, confirmando o recebimento do Procedimento de Ouvidoria nº 062/2017, solicitando a suspensão do pagamento da fatura referente ao mês de agosto/2016 e o envio de histórico de consumo de água das Matrículas/CDC existentes na Rua Udo Wachholz, Itoupava Seca em Blumenau/SC.

O Ouvidor da AGIR, Sr. Vitor Zanella Junior, em 22.03.2019, emitiu o Parecer da Ouvidoria nº 014/2019, relatando e analisando, a luz do Princípio da Legalidade, todos os recursos apresentados pelo Requerente, bem como todos os processos e procedimentos adotados pelo SAMAE e pela AGIR, no sentido de garantir que a solicitação de revisão da competência agosto/2016 tenha sido devidamente verificada em todas as instâncias.

Abordou em separado a questão da ocorrência de vazamento oculto nos seguintes termos:

"Caso tenha ocorrido vazamento interno em 08/2016, com reparos devidamente comprovados, realizados sob responsabilidade do usuário, há de se considerar que o tempo oportuno para pleitear a revisão de valores em virtude de vazamento oculto de difícil localização já precluiu. Isto pois o art. 107, § 3º da RN nº 001/2013 da AGIR e art. 116, § 5º do Decreto Municipal 10.809/2015 concedem prazo de 30 dias após o vencimento da fatura para registro da reclamação do usuário..."

A respeito do consumo de água medido nos demais imóveis da Rua Udo Wachholz no mês 08/2016, escreveu:

"Superadas as hipóteses de erro de leitura, vazamento oculto e desconformidade do HD, supomos que o consumo elevado poderia ter ocorrido em virtude de acentuado aumento de pressão estática na rede pública de abastecimento de água. Fato este que não foi evidenciado nas aferições do período de 03/04/2017 à 10/04/2017, realizadas pela AGIR.

Assim sendo, visando identificar os motivos determinantes do elevado consumo de água medido em agosto de 2016 na residência do usuário, solicitamos à Autarquia Municipal o histórico de consumo das demais unidades usuárias localizadas na R. Udo Wachholz, Itoupava Seca, Blumenau.

Foram analisados os históricos de consumo de outras 12 (doze) ligações existentes na referida rua, sendo que não foi constatado excessivo aumento de consumo em nenhuma das unidades usuárias no mês de agosto de 2016."

Em suas considerações finais o Ouvidor da AGIR declara:

"Pelos argumentos expostos e legislação analisada, entendemos que, apesar da ocorrência de consumo excessivo à média habitual naquela unidade usuária, não há hipótese legal que permita a revisão de valores faturados na fatura ref. 08/2016, haja vista que não se configurou caso de erro de leitura, vazamento oculto ou problema no hidrômetro.

Ainda, há registros de aferições realizadas pela Autarquia Municipal e esta Agência Reguladora que também atestaram não haver problemas relativos a pressão elevada na rede de abastecimento de água.

Da mesma forma, foram analisados os consumos do mês de 08/2016 das demais residências e condomínios habitacionais existentes na R. Udo Wachholz, It. Seca, Blumenau/SC, não sendo evidenciada nenhuma elevação excessiva de consumo de água, como a que ocorreu no imóvel reclamante.

Enfim, diante de todo o exposto, o parecer é no sentido de não acolher ao pleito do requerente.

Por fim, o presente parecer tem caráter meramente opinativo, com intuito de relatar e analisar o caso concreto à luz do regramento jurídico vigente, realizando os apontamentos necessários para posterior decisão final da Direção Geral da AGIR. "

O Sr. Heinrich Luiz Pasold, Diretor Geral da AGIR, solicita manifestação e parecer da Assessoria Jurídica sobre o Parecer da Ouvidoria nº 014/2019 relativamente ao Procedimento de Ouvidoria nº 062/2017.

O Sr. Luciano Gabriel Henning, Assessor Jurídico da AGIR, em 24.05.2019, emite o Parecer Jurídico 0162/2019, relatando e analisando todos os recursos apresentados pelo Requerente, bem como todos os processos e procedimentos adotados pelo SAMAE e pela AGIR, no sentido

de garantir que a solicitação de revisão da competência agosto/2016 tenha sido devidamente verificada em todas as instâncias, sempre com base em princípios da legalidade jurídica.

Inicialmente o parecer considera os procedimentos feitos pelo SAMAE, a partir da abertura do Processo Administrativo nº 039/1702, no que se refere ao HD do usuário, dizendo:

No referido Proc. Adm., em manifestação do Setor Comercial da Autarquia (fl. 07), há informação referente ao RA (Registro de Atendimento) nº 758602, que gerou a OS (Ordem de Serviço) nº 445757, que atestaram não haver problemas no HD, bem como nenhuma irregularidade. Nesta solicitação foi gerada visita de fiscal que relatou o seguinte parecer final em campo (fl. 09):

“Conforme verificação HD bom, com leitura 297, cavalete no padrão, de fácil acesso, não há indício de vazamento, foi efetuado teste da torneira. Trata-se de uma residência com 2 pessoas. HD estava lacrado, com fonte alternativa (cisterna) e com caixa d'água. HD ok, registrando consumo normal, consumo voltou ao normal, sem indício de vazamento. Verificação acompanhada pelo Sr. Jaime”

Com relação a verificação da pressão da rede na residência do usuário, comenta:

Há ainda informações nos autos do Procedimento Administrativo em questão que o usuário demandou a AGIR, em 02/02/2017, para verificação de pressão elevada em sua residência, cuja solicitação gerou a abertura do Procedimento de Ouvidoria nº 039/2017, o qual deu azo ao Parecer Técnico nº 113/2017, com resultados de aferição realizada na residência do reclamante com aparelho medidor de pressão (datalogger) durante o período de 03/04/2017 à 10/04/2017.

Abaixo segue gráfico, que consta no Parecer Jurídico 113/2017, retratando o resultado das aferições realizadas. Nota-se que todas encontram-se dentro dos níveis indicados pelas normas técnicas.

Nas considerações finais (fl. 06) do referido Relatório Técnico, conclui-se que “as pressões registradas no período de monitoramento estão de conformidade com o estabelecido pelas Resoluções Normativas das AGI e legislação vigente”.

Com relação ao prazo para alegações de vazamento oculto, o Relator escreveu:

Em síntese o que desponta dos autos é que o usuário alegou a ocorrência de alto consumo na fatura correspondente ao mês/competência 08/2016, sendo certo que o prazo de que dispunha para pleitear revisão de valores em virtude de vazamento oculto ou de difícil localização decorreu antes mesmo deste formalizar sua primeira reclamação na AGIR aos 02/02/2017, sendo que a segunda ocorreu aos 08.12.2017, ambas, portanto, após o prazo legal para exercer o direito de postular pela revisão da fatura de água.

Atente-se que ao caso é aplicável o art. 107, § 3º da Resolução Normativa nº 001/2013 da AGIR e o art. 106, § 5º do Decreto Municipal 10.809/2015, os quais fixam o prazo de 30 dias após o vencimento da fatura para registro da reclamação do usuário, o que lamentavelmente não restou observado pelo usuário neste caso.

Sobre as possibilidades legais de revisão da fatura referente a competência 08/2016, descreveu o seguinte:

De mais a mais, e conforme está igualmente destacado no Parecer da Ouvidoria, a situação pretendida pelo usuário, não se enquadra entre as possibilidades legais de revisão do faturamento, seja em função do aumento do consumo medido, devido a vazamentos ocultos nas instalações hidráulicas internas do imóvel e mediante eliminação comprovada da irregularidade pelo usuário, nos exatos termos do que preconiza o art. 107 da Resolução Normativa da AGIR nº 001/2013, bem como nas hipóteses elencadas no incisos I, II e III do art. 115, Decreto Municipal 10.809/2015.

Por fim, há que ressaltar que visando identificar os motivos determinantes do elevado consumo de água medido em agosto de 2016 na residência do usuário, a AGIR solicitou à Autarquia Municipal o histórico de consumo das demais unidades usuárias localizadas a R. Udo Wachholz, Itoupava Seca, em Blumenau.

Foram analisados os históricos de consumo de outras 12 (doze) ligações existentes na referida rua, sendo que não foi constatado aumento excessivo de consumo em nenhuma das unidades usuárias no mês de agosto de 2016, cujos históricos constam do Procedimento de Ouvidoria nº 062/2017.

Em função de achar oportuno para o melhor entendimento do caso em pauta, o Assessor Jurídico da AGIR apresentou manifesto do TJSC emitido em situação análoga, como segue:

Considerando todos os pontos acima descritos, o Sr. Luciano Gabriel Henning, Assessor Jurídico da AGIR apresentou sua conclusão, como segue:

Por todo o exposto, conclui-se que no caso submetido à apreciação, e apesar da ocorrência de consumo excessivo à média habitual naquela unidade usuária, não há hipótese legal que permita a revisão de valores faturados na fatura ref. 08/2016, haja vista que não se configurou caso de erro de leitura, vazamento oculto ou problema no hidrômetro, razão pela qual o parecer é no sentido de conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo usuário Sr. Jaime João Busarello (CDC nº 83568).

O referido Parecer Jurídico, assim que concluído, foi encaminhando ao Diretor Geral da AGIR, Sr. Heinrich Luiz Pasold.

Após análise de todo o processo e, em especial, do Parecer Jurídico 0162/2019, em 04.07.2019, a AGIR, através de seu Diretor Geral, Sr. Heinrich Luiz Pasold, emite a Decisão nº 065/2019 referente ao Procedimento de Ouvidoria nº 062/2017 tendo como objeto o Recurso

Administrativo referente ao indeferimento do Processo Administrativo nº 039/1702, referente a revisão de valores da competência de agosto/2016.

Na referida decisão o Sr. Heinrich Luiz Pasold conclui como segue:

Diante de tudo que restou apurado e apontado, e, diante da legislação que regula o fato em si, não se vislumbra qualquer hipótese legal para que seja efetuada a revisão dos valores da fatura 08/2016. E por isso, DECIDE-SE PELO NÃO ACOLHIMENTO DA RECLAMAÇÃO, reconhecendo como correta a decisão de indeferimento prolatada pela área administrativo do SAMAE de Blumenau.

Dê-se conhecimento desta decisão às partes envolvidas, com a remessa de cópia desta, informando que no prazo de quinze (15) dias poderão interpor recurso perante o Comitê de Regulação da AGIR

A Linhares Sociedade Individual de Advocacia, através de procuração concedida pelo consumidor Sr. Jaime João Busarello, interpõe Recurso, datado em 24/07/2019, perante o Comitê de Regulação da AGIR, solicitando revisão da fatura de água de competência 08/2016.

Todos os fatos relatados anteriormente são citados e, como fato novo, são juntados 02 (dois) vídeos, feitos em 27.11 (não indica de que ano) às 12:45 h., mostrando ruído na entrada de água da caixa d'água e o hidrômetro registrando passagem de água, alegando serem estes fatos relativos a entrada de ar no sistema.

O recurso em referência entra em concordância com os procedimentos anteriores feitos pelo SAMAE e AGIR, ao afirmar a não existência de vazamento oculto, como segue:

Desta forma, por não se tratar de nenhum tipo de vazamento oculto, os referidos dispositivos legais apontados pela AGI para justificar a prescrição para o autor exercer seu direito de revisão da fatura não é cabível, devendo-se utilizar a regra geral do Código Civil, de forma que o recorrente pleiteou a revisão dentro do prazo legal.

Alega ainda o recorrente:

ATRAVÉS DOS LAUDOS E TESTES APRESENTADOS PELA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FICA EVIDENTE A NORMALIDADE DO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA HIDRÁULICO DA CASA DO RECORRENTE. E AINDA, ESTE UTILIZA UM SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA DA CHUVA, O QUE ALÉM DE CONTRIBUIR COM O MEIO AMBIENTE REDUZ O VALOR DE SUA CONTA DE ÁGUA, PORÉM, POR UM ERRO ÚNICO E EXCLUSIVO DA CONCESSIONÁRIA RESPONSÁVEL PELO FORNECIMENTO DE ÁGUA, A MEDIÇÃO DE ÁGUA DO MÊS 08/2016 FOI INCORRETA E ACARRETOU EM UM ELEVADO VALOR QUE NÃO É DEVIDO AO RECORRENTE.

O recurso finaliza com o seguinte pedido:

Ante o exposto, requer:

a) Que o presente recurso seja recebido e no mérito que seja reformada a decisão do Diretor Geral da AGIR para que seja efetuada a revisão da fatura de água de competência 08/2016;

A Ouvidoria da AGIR encaminhou ao Sr. José Carlos Spengler, Presidente do Comitê de Regulação da AGIR, o Ofício nº 482/2019 de Encaminhamento de Procedimento referente ao Recurso Administrativo à instância superior, nos autos do Procedimento de Ouvidoria 062/2017, no seguintes termos:

1. Vimos através do presente comunicar o recebimento de Recurso Administrativo interposto pelo Sr. Jaime João Busarello, em face da Decisão da Direção Geral da AGIR, proferida nos autos do Procedimento de Ouvidoria 062/2017, cujo objeto é a revisão do valor da fatura ref. 08/2016;
2. Deste modo, encaminhamos o Procedimento de Ouvidoria supra citado, para que seja sorteado o Conselheiro Relator na próxima reunião do Comitê de Regulação, sendo tomadas as medidas cabíveis;

Na reunião do Comitê de Regulação realizada em 30/09/2019 foi realizado o sorteio do relator, conforme registrado no item 5 da ata nº 064/2019, abaixo transcrito:

No item 5 - Procedimento de Ouvidoria nº 62/2017 - Recurso do usuário Jaime João Busarello (CDC nº 83568) face ao indeferimento de Processo do SAMAE Blumenau referente à revisão de valores da competência de agosto/2016, passado a palavra a Sr. Ana Claudia Hafemann, a qual fez um breve relato dos fatos ensejadores da interposição do presente recurso ao Comitê de Regulação, sendo sorteado como relator o Sr. Sérgio Pintarelli.

### III – DO MÉRITO

Coube a este Relator analisar e proferir decisão referente ao Recurso Administrativo interposto pelo Sr. Jaime João Busarello, em face da Decisão da Direção Geral da AGIR, proferida nos autos do Procedimento de Ouvidoria 062/2017, cujo objeto é a revisão do valor da fatura ref. 08/2016.

O requerente alega, desde o início do processo e no referido recurso, que por um erro único e exclusivo da concessionária responsável pelo fornecimento de água, a medição de água do mês 08/2016 foi incorreta, descartando a possibilidade de vazamento oculto e, em alguns momentos atribuindo o problema a pressão excessiva e/ou a presença de ar na rede.

Analisando todo o processo verificamos que a Autarquia Municipal através do RA (Registro de Atendimento) nº 758602, que gerou a OS

(Ordem de Serviço) nº 445757, deslocou um Fiscal, que acompanhado pelo requerente, verificou as instalações do usuário e realizou testes diversos, declarando estar todo o sistema na mais perfeita ordem.

Constatamos que o usuário demandou a AGIR, em 02/02/2017, para verificação de pressão de rede em sua residência, gerando a abertura do Procedimento de Ouvidoria nº 039/2017, sendo posteriormente emitido o Parecer Técnico nº 113/2017, com resultados de aferição realizada na residência do reclamante com aparelho medidor de pressão (datalogger) durante o período de 03/04/2017 à 10/04/2017, atestando normalidade quanto aos valores medidos.

Verificamos que foram levantados os consumos das demais unidades consumidoras das R. Udo Wachholz, Itoupava Seca, em Blumenau/SC, não sendo identificadas nenhuma distorção de consumo no período em referência.

Considerando a hipótese da presença de ar na rede, aventada pelo requerente, os demais consumidores da R. Udo Wachholz também deveriam ter apresentado variação de consumo significativa, fato que efetivamente não foi identificado.

Devemos considerar ainda que a presença de ar na rede, alegada através de vídeos juntados pelo requerente, deveria ter influenciado a fatura do mês em que estes vídeos foram feitos, o que não ficou provado documentalmente.

Considerados os pontos acima relatados, verificamos que todo o processo de análise foi feito buscando encontrar motivo justo e legal para amparar o Reclamante em seus recursos.

#### IV – DA DECISÃO

O Sr. Jaime João Busarello fez requerimento ao SAMAE Blumenau que resultou em um Processo Administrativo, sendo este INDEFERIDO por falta de sustentação legal.

Em seu recurso impetrado ante a AGIR, o requerente teve seu pleito novamente INDEFERIDO em todas as instâncias.

A fundamentação legal para a revisão de valor de fatura está descrita no Decreto 10.809/2015 em seu Artigo 115, abaixo transcrito:

Art. 115 - A fatura poderá ser alvo de revisão quando o imóvel apresentar em determinado ciclo de faturamento variação do volume em relação à média faturada, nos seguintes casos:

I - Em caso de erro de leitura, o faturamento será ajustado pela estimativa de consumo apurada através de nova leitura.

II - No caso de vazamento oculto, devidamente comprovado, e, mediante o devido reparo pelo usuário, o faturamento será ajustado conforme descrito ao art. 116, deste regulamento.

III - No caso de desconformidade do hidrômetro devidamente comprovado em processo administrativo competente, o faturamento será ajustado pela média dos últimos seis meses, pela leitura apurada após a troca do aparelho medidor, pelo consumo per capita ou pela similaridade de consumo com economias semelhantes.

§ 1º Aberto o processo de revisão, nos casos dos incisos II e III deste artigo, o SAMAE adotará as seguintes providências:

I - efetuará o ajuste provisório da fatura contestada, nos termos desta seção, emitindo novo documento para o pagamento no vencimento;

II - o usuário assina declaração de ciência que ao final do processo as diferenças apuradas serão compensadas para mais ou para menos, na fatura do ciclo posterior ao encerramento do processo.

§ 2º O SAMAE procederá aos ajustes das faturas, ouvida a CONCESSIONÁRIA, no caso de ligações atendidas pelo sistema de esgotamento sanitário.

O Requerente em todas as suas petições afirma não ter ocorrido vazamento oculto em sua unidade, fato que levou a SAMAE a fazer medições e análises diversas na unidade do requerente bem como em moradores da mesma rua deste, não sendo encontrados nenhuma desconformidade com a pressão do sistema e no hidrômetro da residência em questão.

De acordo com o acima descrito e considerando que o caso do Requerente não se enquadrou em nenhuma das hipóteses previstas no Decreto 10.809/2015, direciono meu voto pelo INDEFERIMENTO do pedido de recálculo da competência agosto/2016, devendo ser mantida a cobrança.

É como voto!

Blumenau, 28 de fevereiro de 2020

SÉRGIO PINTARELLI

Relator do Procedimento de Ouvidoria 062/2017

#### **VOTO RELATOR - PROCEDIMENTO DE OUVIDORIA Nº 091/2018 - CASAN - AGIR**

Publicação Nº 2592487

1 Procedimento Ouvidoria nº 091/2018

2 Recorrente: Companhia Catarinense de Águas e Esgoto — CASAN

3 Agente Fiscalizador: AGIR – Agência Intermunicipal de Regulação,

4 Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio

5 Vale do Itajaí

6 Voto em recurso.

7 Cuida o presente de voto submetido ao pleno do

8 Comitê de Regulação da AGIR – Agência Intermunicipal de Regulação,  
9 Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do  
10 Itajaí, em razão de recurso apresentado nos autos do Procedimento de  
11 Ouvidoria nº 091/2018.  
12 Em brevíssima síntese da motivação do recurso,  
13 mister dizer que se trata de irrisignação contra a lavratura do Auto de  
14 Infração nº 003/19, emitido pela AGIR em desfavor da recorrente, em  
15 virtude das ocorrências de constantes “desabastecimentos” de água tratada  
16 na cidade de Indaial/SC nos anos de 2017 e 2018, cuja concessão para  
17 gestão e operação do serviço é detida exclusivamente pela Companhia  
18 Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN.  
19 O referido auto de infração tem por marco inicial  
20 fática inicial o Ofício nº 144/2018 – Técnico/AGIR de 08 de maio de 2018,  
21 no qual se instou a recorrente para que trouxesse esclarecimentos sobre as  
22 reclamações de desapastecimentos. Na data de 05 de junho de 2018, a  
23 concessionária apresentou suas justificativas para os aludidos constantes  
24 desapastecimentos de água havidos em Indaial/SC nos bairros Encano do  
25 Norte e Encano Baixo; elucidado que os desapastecimentos havidos tiveram  
26 como causa determinante o rompimento de redes, as quais seriam resolvidas  
27 com as obras para implantação do futuro reservatório e adutoras, além é

28 claro de uma melhor programação do booster instalado. Asseverando  
29 naquela oportunidade a existência de estudos de projeto do novo  
30 reservatório do bairro Encano, a substituição da rede existente por rede de  
31 maior diâmetro e assentada sob passeio.

32 De acordo com o Parecer Técnico nº 133/2018  
33 elaborado pela Gerência de Controle, Regulação e Fiscalização do  
34 Saneamento Básico da AGIR – no qual constam inclusive a realização de  
35 testes certificatórios de campo – aliada as inúmeras reclamações recebidas  
36 pelo sistema de Ouvidoria da AGIR – sejam estas através de telefonemas,  
37 registros no sistema de ouvidoria, WhatsApp e outros –, apurou-se que as  
38 reclamações se estenderam em ocorrências de desapastecimento não  
39 apenas no ano de 2017, mas também, repetiram-se com certeza nos dias  
40 01 e 02/11/2018, 15 e 16/11/2018, e também nos finais de semana do mês  
41 de Novembro de 2018. Deste modo, tendo por insuficientes as justificativas  
42 apresentadas lavrou-se o Termo de Notificação nº 047/2018, de 30 de  
43 novembro de 2018, enviado à CASAN acostado do Ofício nº 710/2018 –  
44 Técnico/AGIR.

45 Respondendo ao Termo de Notificação nº 047/2018  
46 a CASAN, por intermédio do Ofício CT/COMITÊ 0204 de 13 de dezembro de  
47 2018, repisou suas considerações e justificativas quanto aos problemas de  
48 desapastecimento de água na cidade de Indaial, informando ao final a  
49 tomada de algumas medidas para sanar os problemas havidos. Após análise  
50 destas considerações através de Despacho Interlocutório o Sr. Diretor Geral  
51 da AGIR determinou instauração de Procedimento Punitivo que culminou  
52 com a lavratura do Auto de Infração nº 003/19, que aplicou a pena de  
53 ADVERTÊNCIA à concessionária. Cientificada da penalidade a concessionária

54 apresentou o recurso com pedido de reconsideração – que fora improvido –  
55 trazendo os autos para apreciação do Comitê de Regulação.

56 É o relatório, passo verificação dos  
57 argumentos recursais.

58 Em sede de PRELIMINAR a concessionária  
59 recorrente traz arguição de nulidade do auto de infração lavrado com lastro  
60 em suposto “CERCEAMENTO DE DEFESA DIANTE DO GENERICISMO DA  
61 DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO E DA ABSOLUTA AUSÊNCIA DE  
62 CONTEMPORANEIDADE DA AUTUAÇÃO” [sic].  
63 Extrai-se já do nomen iuris dado ao item da  
64 preliminar aventada que o cerceamento de defesa decorreria da ausência na  
65 autuação da indicação de relatório ou parecer técnico que detalhasse as  
66 constatações realizadas pela AGIR, trazendo incerteza sobre quais  
67 desconformidades embasam a autuação, impedindo “a adequada  
68 contextualização da defesa”.

69 Tendo sido trazida como item de preliminar – por  
70 mais que a matéria se cofunda com mérito –, justo que assim seja apreciado  
71 o pedido aventado. Assim, tratar-se-á o ponto como arguição contra a  
72 higidez do Auto de Infração nº 003/19.

73 Pois bem, dita o Protocolo de Intenções da AGIR em  
74 sua Cláusula 102 que “Pelo descumprimento das leis, dos contratos

75 celebrados pelos Municípios e das normas instituídas pela AGIR, poderá a  
76 mesma aplicar as seguintes sanções aos prestadores de serviços públicos  
77 municipais: I - advertência escrita; II - multa; e III - suspensão de obra ou  
78 atividade”; do conteúdo do dispositivo trazido verifica-se a delegação da  
79 legitimidade para a imposição da penalidade. Clausula fundamental para  
80 calçar o dispositivo seguinte do mesmo diploma:

81 CLÁUSULA 103. Todas as infrações serão apuradas em processo  
82 administrativo, resguardado o contraditório e a ampla defesa, devendo  
83 constar os elementos necessários para a identificação da natureza da  
84 infração, o tipo e a graduação das sanções.  
85 Parágrafo único. O procedimento para a apuração das irregularidades e  
86 aplicação das sanções será definido por resolução normativa do Comitê  
87 de Regulação.  
88 De pronto verifica-se que a eventual ocorrência de  
89 infrações cometidas pelas concessionárias submetidas ao controle da AGIR,  
90 “serão apuradas em processo administrativo, resguardado o contraditório e  
91 a ampla defesa, devendo constar os elementos necessários para a  
92 identificação da natureza da infração, o tipo e a graduação das sanções”. O  
93 que no caso em tela, consubstancia-se na integralidade dos próprios autos  
94 do Procedimento Ouvidoria nº 091/2018.  
95 Ressalta-se que o procedimento se encontra plena e  
96 fartamente instruído, não apenas com fundamentos fático-jurídicos  
97 carreados pela AGIR e pela recorrente, mas também técnicos, em especial  
98 do Parecer Técnico nº 133/2018 elaborado pela Gerência de Controle,  
99 Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico da AGIR; além de vasta  
100 documentação técnica trazida pela própria recorrente.  
101 Quanto a higidez do auto de infração propriamente  
102 dito, é preciso se remeter ao parágrafo único do dispositivo trazido, uma vez  
103 que o conteúdo da aplicação de penalidade – ou forma do auto de infração  
104 – deve seguir as delimitações trazidas em “resolução normativa do Comitê  
105 de Regulação”, norma que neste caso se trata da Resolução Normativa nº  
106 002/2013 — Comitê de Regulação AGIR, onde se estabelecem as  
107 “CONDIÇÕES GERAIS PARA OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DA  
108 PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE

109 ESGOTAMENTO SANITÁRIO, DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES [...]”,  
110 determinando em ser art. 12, a forma, o conteúdo e o trâmite do Auto de  
111 Infração, in verbis:  
112 Art. 12. O Auto de Infração, emitido pelo Diretor Geral, conforme  
113 modelo no Anexo II, será lavrado em 2 (duas) vias e instruído com o  
114 Termo de Notificação e a respectiva manifestação da notificada, se  
115 houver.  
116 § 1º. O Auto de Infração conterá:  
117 I - O local e a data da lavratura;  
118 II - O nome, o endereço e a qualificação da autuada;  
119 III - A descrição dos fatos ou dos atos constitutivos das infrações;  
120 IV - A indicação dos dispositivos legais, regulamentares ou contratuais  
121 infringidos e as respectivas penalidades;  
122 V - A indicação do prazo de 15 (quinze) dias para recolhimento da multa  
123 ou, se for o caso, apresentação de recurso;  
124 VI - As instruções para o recolhimento da multa; e  
125 VII - A identificação do Diretor Geral autuante e a possibilidade de  
126 interposição de recurso ao Conselho de Regulação.  
127 § 2º. Uma via do Auto de Infração será remetida ou entregue, para  
128 efeito de notificação, ao representante legal do prestador de serviços,  
129 ao seu procurador habilitado ou ao representante junto a AGIR  
130 designado pelo prestador de serviços, mediante registro postal com  
131 Aviso de Recebimento – AR ou outro documento que comprove o  
132 respectivo recebimento.  
133 Sopesando os argumentos da preliminar aventada  
134 em face dos dispositivos trazidos, em literal comparação do Auto de Infração  
135 lavrado (Auto de Infração nº 003/19), bem como, do Termo de Notificação  
136 (Termo de Notificação nº 047/2018), não vislumbro qualquer ocorrência de  
137 ausência de elemento obrigatório ou “genericidade” [sic], em qualquer dos

138 referidos documentos, porquanto ambos cumprem os ditames formais  
139 exigidos pela resolução citada, sendo incontestavelmente a legislação  
140 aplicável.

141 Quanto ao alegado cerceamento de defesa diante da  
142 ausência de contemporaneidade da autuação, é certo que o acolhimento de  
143 tal argumento importaria a nulidade da autuação – não por cerceamento de  
144 defesa da recorrente –, mas por perda do objeto da autuação, pois no  
145 momento de sua lavratura – em tese – estaria esvaziado o objeto da  
146 infração.  
147 Ocorre que, em primeira verificação, a penalização  
148 imposta decorre da prática reiterada de falhas da prestação contratada,  
149 gerando repetido “desabastecimento” do fornecimento do serviço regulado,  
150 da falta de prévia informação pública destes episódios, ao município  
151 beneficiário e aos usuários do sistema.  
152 Ambos eventos que ocorrem no passado, portanto,  
153 trata-se de conduta consumada, para qual pouco importa o momento exato  
154 de suas efetivas ocorrências, pois, uma vez que comprovadas, restariam  
155 consolidadas as violações legal tipificada. Valendo anotar, que parte das falhas  
156 apontadas são confessadas dada a confirmação das ocorrências pela  
157 concessionária recorrente ao longo da instrução do procedimento.  
158 Diante destes argumentos e fundamentos expostos,  
159 não há que se falar em cerceamento de defesa, motivo pelo que afastado a  
160 preliminar aventada.  
161 Quanto ao MÉRITO RECURSAL, prudente  
162 inicialmente reprimir a exata descrição e fundamentação jurídica conectados  
163 a penalidade de ADVERTÊNCIA imposta, tomando a liberdade de trazer cópia

164 digital dos dispositivos infringidos segundo descrito no auto de infração  
165 extraído diretamente dos autos:

166 Sendo os dispositivos infringidos os alicerces sobre  
167 os quais se erguem a legalidade da penalidade de advertência imposta e  
168 tendo o órgão regulador optado pela aplicação da pena mais branda

169 admissível às infrações descritas, incabível análise de desclassificação da  
170 penalidade, posto que a Agência Reguladora atua, neste ponto, dentro de  
171 seus limites de discricionariedade e no uso de suas atribuições legais,  
172 portanto em consonância com o princípio da legalidade.  
173 Mister, no entanto, proceder verificação dos pontos  
174 trazidos pelo recurso quanto as motivações que dão azo a pena imposta,  
175 especialmente na ocorrência de poder exercido mediante a atividade  
176 administrativa discricionária, elevando a importância da fundamentação e  
177 da motivação do ato administrativo, pois vem a revelar as causas que  
178 levaram o ente da administração a escolher uma solução e não outra  
179 inicialmente admissível.<sup>1</sup>

180 Quanto a motivação ligada ao item recursal “1.  
181 Apresentar as justificativas pelas quais não houve por parte da  
182 Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN),  
183 comunicações prévias, imediatas e eficientes para a Agência  
184 Reguladora acerca dos problemas de desabastecimento de água  
185 tratada na cidade de Indaial/SC, nos dias 01 e 02/11/18, e 15 e  
186 16/11/2018, e também nos finais de semana deste mês de  
187 Novembro, sendo que em razão destas omissões a AGIR não  
188 detinha informações exatas sobre a situação e prazo de  
189 normalização dos serviços para enfim informar aos usuários que  
190 entraram em contato com a mesma através do sistema de ouvidoria  
191 existente”, o argumento de que a AGIR não especificou as matrículas dos  
192 usuários que reportaram reclamações de desabastecimento no mês de  
193 Novembro de 2018, não merece prosperar.

1 CAETANO, Marcello. Princípios fundamentais do direito administrativo, p.123-124.

194 Mormente porque o RELATÓRIO DE RECLAMAÇÕES  
195 DE FALTA DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC – fls. 103/110, indica  
196 justamente as reclamações que chegaram a Agência Reguladora no referido  
197 período – 11/2018 –, constando do documento o endereço completo dos  
198 reclamantes, o que certamente é informação suficiente para que uma  
199 CONCESSIONÁRIA de prestação de serviço de fornecimento de água localize  
200 o usuário afetado e a localidade da cidade eventualmente com falha de  
201 abastecimento.  
202 O item de razão recursal ligado ao motivo a  
203 motivação ligada ao item recursal “2. Apresentar as justificativas pelas

204 quais a CASAN não informou a população de maneira prévia e  
205 proativa, por meio da mídia e — demais meios de comunicação  
206 existentes, sobre a situação de desabastecimento de água no  
207 município de Indaial/SC, nos dias 01 e 02/11/18, 15 e 16/11/18,  
208 e também nos finais de semana deste mês de Novembro e os prazos  
209 prováveis de restabelecimento dos serviços, inclusive porque os  
210 usuários não obtinham êxito nas tentativas de contato através do  
211 telefone disponibilizado, para enfim obterem informação e  
212 formularem reclamação acerca do desabastecimento e dos prazos  
213 para restabelecimento dos serviços; contribuindo enfim para o  
214 agravamento da situação e descontentamento dos usuários em  
215 geral”, o argumento de que a concessionária informa as “que interrupções  
216 programadas do abastecimento são sempre informadas com 48 horas de  
217 antecedência, e que eventos com duração superior a 24 horas são sempre  
218 divulgados nas rádios locais, sendo utilizados também, independentemente  
219 da duração da ocorrência, sítios eletrônicos (site da CASAN, Facebook) e  
220 avisos de falta d'água no Aplicativo CASAN/SC”, igualmente não prosperam.

221 Isto porque não vieram aos autos comprovações  
222 efetivas das arguidas medidas de comunicação prévia dos usuários. Os  
223 “prints” retirados da página da recorrente mantida na rede social Facebook  
224 – fls. 50, são datadas de datas que não correspondem com os  
225 desabastecimentos que motivam a penalização imposta.  
226 Não vieram aos autos nem mesmo um “print” de tela  
227 das referidas comunicações de desabastecimento programado no “Aplicativo  
228 CASAN/SC”. Tampouco chegaram aos autos os comprovações de que os  
229 aludidos “[...] comunicados pagos, realizados nas rádios [...]”, mencionados  
230 no Ofício CI GOPS 246/2018 – fls. 035/049, alcançaram qualquer destino,  
231 porquanto os releases à imprensa apresentados não vão além de textos  
232 impressos em papel timbrado da própria CASAN, argumento que seria  
233 facilmente alicerçado tivessem sido apresentadas comprovações dos ditos  
234 “comunicados pagos”.  
235 Nem mesmo as informações de desabastecimento  
236 constantes dos “Relatórios de Comunicado” do sistema de “Quadro de  
237 Avisos”, traz informações de desabastecimento em datas que coincidem com  
238 as datas de ocorrências de desabastecimento apuradas pela AGIR.  
239 Finalmente no que tange o item recursal “3. Que a  
240 Concessionária CASAN apresente num prazo de 15 dias um Plano  
241 de Contingência e Emergência (em caráter URGENTE), PARA QUE  
242 SEJA MANTIDO EM CONDIÇÕES DE - REGULARIDADE O SERVIÇO  
243 DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. NO MUNICÍPIO DE Indaial//SC, em  
244 especial nos meses de Dezembro de 2018 e Janeiro, Fevereiro e  
245 Março de 2019, certo porquanto é- que inconteste o aumento de  
246 consumo nestes meses em face das altas temperaturas; não se  
247 admitindo, portanto, qualquer justificativa para seu

248 descumprimento ou quiçá pedido de dilação no prazo”, ao qual  
249 respondeu a recorrente que a “CASAN já desenvolveu Plano de Emergência  
250 e Contingência para o Sistema de Abastecimento de Água de Indaial, o qual  
251 já foi inclusive encaminhado à AGIR no ano de 2018 como o Anexo 2 da CI  
252 GOPS nº 54/2018, enviada por meio do Ofício CT/COMITÊ – 0021”, é de  
253 registrar que o documento referido não veio aos autos.  
254 Apesar de imperar nos processos administrativos o  
255 princípio do informalismo procedimental, explicado na lição de José dos  
256 Santos Carvalho Filho como, “o princípio do informalismo procedimental  
257 significa que, no silêncio da lei ou de ato regulamentares, não há para o  
258 administrador a obrigação de adotar excessivo rigor na tramitação dos  
259 processos administrativos, tal como ocorre, por exemplo, nos processos  
260 judiciais2”, a recorrente deixou de apresentar nestes autos o citado Plano de  
261 Emergência e Contingência para o Sistema de Abastecimento de Água de  
262 Indaial.  
263 Deste modo, resta impossível manifestar-se sobre  
264 documento que não veio aos autos, já que somente se pode afirmar da  
265 validade de peças e de documentos quando encartados nos autos, valendo,  
266 para tanto, a máxima latina “non quod est in actis non est in mundo” ou “o  
267 que não está nos autos não se encontra no mundo”.  
268 Assim, considerando os argumentos apresentados,  
269 sumarizados pelos requerimentos trazidos, consoante os pedidos de  
270 “anulação do Auto de Infração nº 003/19 lavrado pela AGIR, com a

271 consequente não imposição de qualquer uma das penalidades disciplinadas  
272 na Resolução Normativa nº 002/2013 da AGIR [...]” e o “reconhecimento do

2 CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26ª ed. São Paulo: Atlas, p. 980.

273 cumprimento das obrigações contratuais, [...] atenta aos princípios da  
274 razoabilidade e da proporcionalidade, esta competente Agência Reguladora  
275 promova a revogação da penalidade de advertência cominado”; diante dos  
276 argumentos apresentados, voto pelo CONHECIMENTO DO RECURSO,  
277 REJEITANDO-O, mantendo o Auto de Infração nº 003/19, RATIFICANDO  
278 a decisão do Sr. Diretor Geral da AGIR, nos termos do art. 13, da Resolução  
279 Normativa nº 002/2013 da AGIR.  
280 Blumenau/SC, 15 de junho de 2020.  
281 281

282 282  
283 Christian M. Panini de Carvalho  
284 Conselheiro do Comitê de Regulação da AGIR  
285 Advogado OAB/SC 19.308

## **VOTO RELATOR - PROCEDIMENTO DE OUVIDORIA Nº 171/2019 - ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS – AGIR**

Publicação Nº 2592443

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI - AGIR

Procedimento de Ouvidoria nº 171/2019

OBJETO: Recurso Administrativo contra a Decisão 070/2019 da AGIR.

RECLAMANTE: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus – AFESBJ.

DEMANDADOS: AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí, BRK Ambiental – Blumenau S.A. e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau/SC – SAMAE.

Senhor Presidente do Comitê de Regulação, submeto a Vossa Senhoria Relatório e Voto acerca da matéria em tela, conforme art. 41, § 6º do Regimento Interno da AGIR.

### **RELATÓRIO:**

Trata-se de recurso administrativo impetrado pela reclamante contra decisão da AGIR no procedimento de ouvidoria nº 171/2019.

O caso em tela teve origem quando a SAMAE-Blumenau, após ser alertada por sua Diretoria de Operações acerca de denúncia anônima relatando possível ligação irregular de água nas instalações da reclamante (fls. 029), designou servidores para fiscalizarem o local no dia 12/06/2017, sendo por eles relatado que:

Foi constatado no cavalete de água instalado para o Colégio Bom Jesus que havia passagem de água nos dois lados do cavalete. Quando efetuamos o fechamento do registro do cavalete, que conduz a água da rede para o hidrômetro, e por consequência abastece o imóvel, a água da rede continuou a jorrar do lado oposto do cavalete (depois do hidrômetro). Como forma de verificar a origem desta água, efetuamos o fechamento da rede pública, o que ocasionou a paralização do abastecimento de água, caracterizando que há abastecimento de água sem ser medido pelo hidrômetro, ou seja, irregularmente. (Termo de Ocorrência de Irregularidade nº 814/2017, fls. 027).

Somado ao relato da constatação in loco pelos servidores da SAMAE e às fotos da irregularidade por eles tiradas (fls. 109 a 111), têm-se o relatório de consumo mensal de água da reclamante no período de maio de 2014 até junho de 2017 (fls. 078) e as medições pós troca do hidrômetro, realizada em 06/2017 (fls. 035 à 045). Este levantamento demonstra que até abril de 2015 a média de consumo era de 717 m³, após este período, entre maio e outubro de 2015, a média caiu bruscamente para 89 m³ e assim permaneceu até a troca do hidrômetro, quando a média voltou a subir para 497 m³.

Diante do exposto, a SAMAE emitiu o Termo de Ocorrência de Irregularidade nº 814/2017, no qual notificou a reclamante acerca da incidência de infração gravíssima prevista no art. 126, IV, a) do Decreto municipal Nº 10.809/15 (ligar clandestinamente qualquer tubulação à rede distribuidora de água ou à rede coletora de esgotos), gerando a emissão de uma multa (art. 129, I) e a necessidade de a revisão do faturamento com base nas diferenças entre os valores efetivamente faturados e os apurados (art. 127, III).

A reclamante, então, ingressou com recurso administrativo junto a SAMAE Blumenau, contra o Termo de Ocorrência de Irregularidade nº 814/2017, requerendo que fossem anulados os lançamentos correspondentes a revisão do faturamento, bem como da cobrança do valor de R\$ 729,75 na fatura 07/2017, referente a aplicação da multa prevista para infração gravíssima, e a realização de perícia técnica a fim de apurar a existência de irregularidade e, caso exista, os verdadeiros responsáveis (fls. 003). O presidente da SAMAE indeferiu o pedido, conforme processo administrativo 347/1707.

Assim, no dia 25/02/2019 a reclamante apresentou recurso junto à AGIR, instrumento pelo qual teve início a presente ouvidoria.

Este recurso foi julgado improcedente pelo Senhor Heinrich Luiz Pasold, Diretor Geral da AGIR, que decidiu pela legalidade da multa aplicada, bem como pela manutenção dos valores lançados pelo consumo médio da água e que refletem também nos valores pagos pelos serviços de esgotamento sanitário.

Assim, a reclamante recorreu tempestivamente ao Comitê de Regulação da AGIR no dia 24/09/19.

Em seu recurso, a reclamante, após breve resumo dos fatos, apresentou, de forma resumida, as seguintes razões (fls. 166 a 169):

1 - Os servidores da SAMAE apenas realizaram testes para comprovar o desvio de água, mas informaram não ser sua responsabilidade apurar quem realizou a suposta obra, quando foi feita e se teve aval da Reclamante;

- 2 - A Autarquia presumiu haver irregularidade ao realizar um simples teste onde alguns registros foram fechados, comparando com o consumo de água da reclamante nos últimos meses;
- 3 - Mesmo que existente a irregularidade, não se pode atribuir a responsabilidade à Reclamante sem provas, pois esta afirma não ter realizado qualquer obra no sistema de distribuição de água, sendo impossível a realização de prova negativa neste caso.
- 4 - Questiona a recusa em realização de perícia no local, invocando o art. 5, LV da Constituição Federal;
- 5 - Informa que para haver qualquer obra nas instalações do Colégio é necessário ter tanto o aval da proprietária do imóvel, Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, quanto da atual mantenedora do local, sendo que a reclamante desconhece e muito menos autorizou a realização de qualquer obra irregular envolvendo o abastecimento de água;
- 6 - Que a Autarquia informou ter substituído a rede antiga feita de ferro por uma nova rede de PVC, desta forma pode-se presumir que a redução do consumo se deu por problemas na tubulação antiga e não por fraude;
- 7 - Ressalta que a presente relação é amparada pelo Código de Defesa de Consumidor, sendo inadmissível aceitar que a fornecedora imponha o pagamento de valores tão abusivos;

Por fim, a reclamante requer o conhecimento e provimento do presente recurso administrativo, para que sejam anulados os lançamentos correspondentes a revisão do faturamento com base na média dos consumos faturados nos últimos 6 meses relativos ao período 11/2014 a 04/2015, totalizando 717 m<sup>3</sup> ao mês, bem como da cobrança do valor de R\$ 729,75 na fatura 07/2017 referente a aplicação de multa prevista para infração gravíssima e a realização de perícia técnica a fim de apurar a existência de irregularidade e, caso exista, os verdadeiros responsáveis.

#### DECISÃO

Antes da emissão do voto serão analisados os argumentos da reclamante supramencionados.

Para as argumentações 1 e 2 têm-se que a irregularidade foi constatada por servidores da SAMAE capacitados para tal função, dotados de fé pública e experiência em campo, não sendo verificado nos autos qualquer hipótese de suspeição ou qualquer outro fato contrário que desqualifique as informações relatadas e fotografadas pelos agentes da SAMAE.

Nesse sentido, traz-se decisão do TJ-DF que endossa a relevância dos relatos de agentes públicos na convicção do julgador, pois eles gozam de fé pública e presunção de veracidade.

RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA DECISÃO QUE DEIXOU DE HOMOLOGAR FALTA GRAVE. EXECUÇÃO PENAL. POSSE DE APARELHOS TELEFÔNICOS. PROVAS SUFICIENTES DE AUTORIA. DEPOIMENTOS SEGUROS DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. As declarações prestadas por agentes públicos são relevantes para a formação da convicção do julgador, pois seus atos gozam de fé pública e presunção de veracidade. Assim, a palavra do agente penitenciário que flagrou o recorrido na posse de aparelhos celulares e acessórios essenciais ao seu funcionamento mostra-se suficiente para a demonstração da autoria da falta grave. 2. Recurso de agravo conhecido e provido para, reformando a decisão recorrida, determinar a homologação da falta grave, com as consequências legais aplicáveis à espécie.

Somado à constatação dos servidores, há o relatório de consumo mensal de água da reclamante, que aponta que a irregularidade teve o seu início em maio de 2015, quando o consumo médio caiu de 717 m<sup>3</sup> para 89 m<sup>3</sup>.

Quanto ao questionamento acerca da responsabilidade de apurar quem realizou tal obra e se houve aval da reclamante, entende-se que esta questão perpassa por uma apuração interna do Colégio, pois a legislação que impõe as sanções para o caso em tela não determina que essas informações sejam necessárias para a aplicação da multa.

No argumento 3 questiona-se a possibilidade de responsabilizar a reclamante sem provas, mesmo que constatada a irregularidade. Por se tratar de uma infração administrativa, Celso Antônio Bandeira de Mello ensina que "a caracterização de inúmeras infrações administrativas prescinde de dolo ou culpa do agente (grifou-se), visto que, para configurar-se sua incursão nelas e consequente exposição às pertinentes sanções, é indispensável que haja existido, pelo menos, a possibilidade do sujeito evadir-se conscientemente à conduta censurada".

Ferreira reforça ainda que "hipóteses como excludentes da infração administrativa, exatamente por falta de voluntariedade: fato da natureza (força maior), caso fortuito, estado de necessidade, legítima defesa, doença mental, fato de terceiro, coação irresistível e erro".

Assim, não é necessário dolo ou culpa do requerente para a caracterização da infração, sendo que havia a possibilidade da reclamante "evadir-se conscientemente à conduta censurada" caso houvesse apurado e consultado a Autarquia quando o consumo de água baixou bruscamente em maio de 2015.

Quanto à perícia no local, suscitada no argumento 4, tem-se o art. 464, §1º, CPC, o qual assevera:

Art. 464. A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.

§ 1º O juiz indeferirá a perícia quando:

- I - a prova do fato não depender de conhecimento especial de técnico;
- II - for desnecessária em vista de outras provas produzidas;
- III - a verificação for impraticável.

Denota-se que a prova pericial poderá ser indeferida quando:

- a) não houver a necessidade de conhecimento especial de técnico para prova do fato: no caso servidores capacitados da Autarquia e dotados de fé pública comprovaram a irregularidade.
  - b) o fato já estiver comprovado por outros meios de prova: o relatório de consumo mensal da reclamante entre maio de 2015 até o reparo no abastecimento e as fotos do local corroboraram para a comprovação da irregularidade.
  - c) a verificação for impraticável: após a constatação da irregularidade foi trocada a tubulação que abastece o local.
- Portanto, entendendo dispensável o exame pericial no local.

No argumento 5 informa-se novamente que não houve aval tanto da mantenedora quanto da proprietária do imóvel para realização de qualquer obra. Contudo, repete-se a justificativa do argumento 1 e 2, pois a legislação que impõe as sanções para o caso em tela não determina que essas informações sejam necessárias para a aplicação da multa.

Com relação ao argumento 6, não foi verificado nos autos informação técnica que pudesse subsidiar tal presunção.

No argumento 7 a reclamante discorda da imposição da multa com valores tão altos, invocando o Código de Defesa do Consumidor. No entanto aplicação da multa e a revisão do faturamento decorre do princípio da legalidade, em que o ente público deve cumprir rigorosamente o que está previsto na lei.

Assim, a Autarquia cumpriu o que determina o Decreto municipal Nº 10.809/15, que regula os serviços prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e pela empresa concessionária de saneamento na cidade de Blumenau.

Ao final do recurso a reclamante requer a anulação das sanções impostas pela Autarquia.

Diante do exposto, VOTO pela improcedência do recurso impetrado pela reclamante e opino pela legalidade das sanções aplicadas no Termo de Ocorrência de Irregularidade nº 814/2017.

Blumenau, 17 de fevereiro de 2020.

Ciro Adriano da Silva

Conselheiro do Comitê de Regulação da AGIR

## CIGA

### AVISO DE LICITAÇÃO N.º 03/2020

Publicação Nº 2592324

AVISO DE LICITAÇÃO N.º 03/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1435/2020

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), inscrito no CNPJ sob n.º 09.427.503/0001-12, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, destinada ao recebimento de propostas para REGISTRO DE PREÇOS, com prazo máximo de 12 (doze) meses.

#### CRONOGRAMA

1. Data de início do recebimento das propostas dar-se-á exclusivamente por meio do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitacoes e Leilões – BLL, na página [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) (proposta de preço e documentação de habilitação): 07/08/2020.

2. Último dia para o recebimento das propostas (proposta de preço e documentação de habilitação): 18/08/2020, às 13:50 horas.

3. Último dia para oferecimento de impugnação administrativa do Edital: 13/08/2020.

4. Data da sessão pública do Pregão Eletrônico: 18/08/2020, às 14:00 horas.

5. Data da sessão pública da Prova de Conceito: A prova de conceito ocorrerá no quinto dia útil a contar do encerramento da Sessão Pública do Pregão às 14:00 horas, de forma virtual.

OBJETO: Formação de registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para eventual contratação de empresa especializada em outsourcing (para locação, instalação, configuração, gerenciamento remoto e suporte) dos seguintes equipamentos: microcomputadores, notebooks, monitores e servidores com fornecimento de hardware, software e suporte técnico, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, na condição de Órgãos Participantes desta licitação, e para uso do CIGA, na condição de Órgão Gerenciador e Órgão Participante desta licitação.

EDITAL COMPLETO: À disposição dos interessados na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, no horário das 9 (nove) às 11:30 (onze e trinta) e das 13:30 (treze e trinta) às 17 (dezessete) horas. Edital disponível no site [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br).

BASE LEGAL: Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente.  
Florianópolis, 05 de agosto de 2020.

MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA

Pregoeiro do CIGA

**REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2020/CIGA**

Publicação N° 2592326

Consórcio de Informática  
na Gestão Pública Municipal**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1435/2020/CIGA****REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2020/CIGA****REGISTRO DE PREÇOS****1. PREÂMBULO**

1.1 O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, comunica aos interessados que realizará **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, destinada ao recebimento de propostas para **REGISTRO DE PREÇOS**, para futura e eventual contratação de empresa para a prestação do objeto abaixo indicado ao CIGA e aos Municípios Consorciados ao CIGA, e daqui por diante designados **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, com base no disposto nas Leis n.º 10.520/2002, n.º 8.666/1993, n.º 11.107/2005, Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto n.º 6.017/2007, Resolução CIGA N.º 180/2020 e demais legislação pertinente.

1.2 Integram este edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

1.2.1 Anexo I- Termo de Referência;

1.2.2 Anexo II- Estimativa de Valor da Contratação;

1.2.3 Anexo III- Formulário de Proposta de Preços;

1.2.4 Anexo IV- Termo de Credenciamento Para Participação - Nomeação de Representante;

1.2.5 Anexo V- Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

1.2.6 Anexo VI- Declaração de Cumprimento do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

1.2.7 Anexo VII - Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

1.2.8 Anexo VIII - Declaração de conhecimento do objeto;

2/128



1.2.9 Anexo IX – Minuta da Ata de Registro de Preços;

1.2.10 Anexo X - Minuta e Anexos do Contrato (Órgão Gerenciador); e

1.2.11 Anexo XI - Minuta e Anexos do Contrato (Órgãos Participantes).

## 2. CRONOGRAMA

2.1 Data de início do recebimento das propostas dar-se-á exclusivamente por meio do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, na página [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br): **07/08/2020**.

2.2 Último dia para oferecimento de impugnação administrativa do Edital: **13/08/2020**.

2.3 Último dia para o recebimento das propostas **18/08/2020, às 13:50 horas**.

2.4. Data da sessão do Pregão Eletrônico: **18/08/2020, às 14:00 horas**

2.5 Data da sessão pública da Prova de Conceito: **A prova de conceito ocorrerá no quinto dia útil a contar do encerramento da Sessão Pública do Pregão às 14:00 horas**, de forma virtual.

## 3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1 Quaisquer questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, dirigidos ao Pregoeiro, para o endereço [licitacao@ciga.sc.gov.br](mailto:licitacao@ciga.sc.gov.br), até 02 (dois) dias úteis antes da data

3.2 Os questionamentos serão respondidos pelo Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico, e os eventuais esclarecimentos, de interesse geral, serão divulgados no sítio do CIGA – <https://ciga.sc.gov.br/licitacoes/>

3.3 Os interessados deverão consultar o sítio do CIGA – <https://ciga.sc.gov.br/licitacoes/> – para obter informações sobre esta licitação, facultado a este Consórcio Público o envio de informações por outro meio.

3.4 O início do acolhimento das propostas que trata o subitem 2.1 dar-se-á exclusivamente por meio do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, na página [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), opção “Acesso ao Sistema”, “Pregão Eletrônico”, no item “Proposta”, prosseguindo o certame de acordo com os procedimentos estabelecidos neste edital.

3.5 A entrega de documentos originais, cópias autenticadas e/ou cópias simples, que poderão ser autenticadas por colaboradores do CIGA caso estejam acompanhadas dos respectivos documentos originais, deverá ser realizada, alternativamente: por meio postal, endereçada ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio do CIGA (Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC); ou protocolada pelo interessado nesse mesmo



endereço. O oferecimento de impugnação administrativa do Edital poderá ser realizado também por meio eletrônico, para o endereço [licitacao@ciga.sc.gov.br](mailto:licitacao@ciga.sc.gov.br).

3.6 Todas as referências de tempo destacadas no edital, avisos, bem como informações de tempo durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF, sendo dessa forma registradas no sistema eletrônico.

3.7 O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante, que pagará à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao desembolso pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade, nos termos do artigo 5.º, inciso III, da Lei n.º 10.520/2002.

#### **4. DO OBJETO**

4.1 Formação de registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para eventual contratação de empresa especializada em outsourcing (para locação, instalação, configuração, gerenciamento remoto e suporte) dos seguintes equipamentos: microcomputadores, notebooks, monitores e servidores com fornecimento de hardware, software e suporte técnico, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, na condição de Órgãos Participantes desta licitação, e para uso do CIGA, na condição de Órgão Gerenciador e Órgão Participante desta licitação.

#### **5. DO PREÇO MÁXIMO**

5.1 O preço máximo do objeto está estipulado no Anexo II – Estimativa de Valor da Contratação.

#### **6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1 Poderão participar deste certame licitantes que estejam legalmente constituídos e atendam às especificações contidas neste edital.

6.2 É vedada a participação de:

6.2.1 pessoas físicas ou jurídicas suspensas ou impedidas de licitar e contratar com o CIGA ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6º, inciso XI, da Lei 8.666/93);

6.2.2 licitantes que estejam sob aplicação de sanções, conforme termos da Lei n.º 12.846/2013:

6.2.2.1 A verificação de eventual enquadramento na situação de que trata este subitem será realizada mediante consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIs, pelo link:



<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>

e junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, pelo link:

[http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

6.2.3 licitantes cuja atividade fim não for compatível com o objeto desta licitação, que será comprovada por intermédio do ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), podendo ser acrescido a esta documentação complementar que possibilite identificar a compatibilidade da atividade fim com o objeto da licitação;

6.2.4 licitantes que tenham dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam empregados públicos (empregos permanentes ou em comissão) do CIGA.

## **7. DA PARTICIPAÇÃO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

7.1 Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada (artigo 44, § 2º, da LC 123/2006).

7.2 Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior ao menor lance, situação em que será declarada vencedora da etapa de lances.

7.3 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não apresente proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do artigo 44, § 2º, da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1.o e 2.o do art. 44 da Lei Complementar n.º 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.5 A oferta da microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ser feita no prazo máximo de 5 (cinco) minutos contados da convocação pelo Pregoeiro, sob pena de preclusão (art. 45, § 3º, da LC 123/2006).

7.6 As disposições deste item somente serão aplicadas quando a proposta melhor classificada ao final da etapa de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (artigo 45, § 2º, da LC 123/2006).

7.7 Na hipótese de microempresa ou empresa de pequeno porte sagrar-se vencedora, deverá apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive para efeito



de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta última apresente alguma restrição (artigo 43, § 1º, da LC 123/2006).

7.8 Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prazo este prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa (artigo 43, § 1º, da LC 123/2006).

7.9 A documentação fiscal e trabalhista regularizada deverá ser entregue ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio no endereço citado no item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, dentro do prazo estipulado no item anterior:

7.9.1 No caso de remessa postal da documentação, deverá ser enviado o Recibo de Postagem da E.C.T ou Código de Rastreamento Postal, por e-mail, para o endereço citado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no mesmo prazo do item 7.8.

7.10 A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93 e neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, conforme estipulado neste edital.

7.11 A Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – modelo sugerido no Anexo V – deverá ser apresentada ao Pregoeiro no momento determinado no item 15.2.5.1 deste edital, sob pena de não poder gozar dos direitos previstos nos artigos 43 e 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

## **8. DA IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL**

8.1 As impugnações ao edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro, observando-se os termos do item 3.5 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a sessão do pregão:

8.1.1 Somente serão consideradas recebidas, dentro do prazo legal acima estabelecido, as impugnações que forem protocoladas ou registradas eletronicamente por uma das formas previstas no item 3.5 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

8.2 O Pregoeiro opinará, de forma fundamentada, com a oitiva da Equipe de Apoio, se assim achar necessário, pela procedência ou improcedência das impugnações, que serão decididas pela Autoridade Superior.

8.3 A decisão que determinar a modificação dos termos do edital ensejará sua republicação, reabrindo-se os prazos inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, as alterações não afetarem a formulação das propostas.

8.4 Devido à política de segurança virtual implantada no âmbito do CIGA, mensagens



enviadas de alguns provedores ao endereço eletrônico indicado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES poderão ser devolvidas ao remetente. É responsabilidade do impugnante confirmar o recebimento do e-mail pelo telefone (48) 3321-5300.

## **9. DO CREDENCIAMENTO**

9.1 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil para a formulação de proposta no sistema e participação da sessão pública.

9.2 O credenciamento dar-se-á pela nomeação por meio do instrumento de mandato (Anexo IV – Termo de Credenciamento para participação – Nomeação de Representante), com firma reconhecida, de operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, ou à própria Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras do site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

9.3 A participação do licitante no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de corretora contratada para representá-lo ou diretamente pela BLL, que deverá manifestar em campo próprio do sistema pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

9.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente dar-se-á mediante prévia definição de senha privativa;

9.5 A chave de identificação e a senha dos operadores (pessoal e intransferível) poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

9.6 O credenciamento junto ao provedor do sistema eletrônico implica responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, sob pena de aplicação das penalidades previstas em item próprio deste edital.

9.7 O uso da senha de acesso, pelo licitante, para efetuar qualquer transação diretamente ou por intermédio do seu representante, será de sua exclusiva responsabilidade, pelo que assumirá como firme e verdadeira sua proposta, assim como seus lances, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ou ao CIGA qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha do licitante, ainda que por terceiros.

## **10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS**

10.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação de senha pessoal e intransferível concedida ao licitante credenciado (operador da corretora de mercadorias ou diretamente do licitante) no Sistema de Licitação Eletrônica da BLL e envio da proposta de preços por meio do sistema eletrônico, observados a data e o



horário-limite estabelecidos no CRONOGRAMA.

10.2 O envio da proposta pelo licitante, por meio do sistema eletrônico, pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às condições estabelecidas neste edital, em especial no tocante à documentação de habilitação e às especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

10.3 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico.

10.4 O preço ofertado pelo licitante deverá ser cotado em REAL, com até duas casas decimais após a vírgula, incluindo todas as despesas concernentes ao fornecimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, transportes, seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto que se fizerem necessárias à plena e completa execução do objeto deste certame, com cotação única de preços discriminando os valores conforme o Anexo III – Formulário de Proposta de Preços, deste edital.

10.5 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias (art. 6.º da Lei n.º 10.520/2002), tendo por termo inicial a data da sessão.

10.6 Qualquer esclarecimento em relação ao acesso ao sistema operacional pode ser feito pelo telefone: Curitiba-PR (41) 3097-4600, e-mail: [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br), ou por meio de uma corretora de mercadorias associada.

10.7 Ao apresentar sua proposta é imprescindível que o licitante registre expressamente, sem se identificar, a descrição detalhada, de forma clara e completa, do objeto ofertado pelo licitante ao CIGA, sob pena de desclassificação de sua proposta.

10.8 Serão desclassificadas as propostas que contiverem qualquer elemento que possibilite a identificação do licitante.

10.9 Os licitantes **deverão informar no campo “VALOR TOTAL” o preço total do lote (somatório dos valores totais dos itens dos lotes)**, para com este participar da disputa de lances.

10.10 O licitante que se utilizar da base de cálculo do ICMS reduzida, se for o caso, deverá informar na sua Proposta de Preço a incidência do benefício fiscal, sob pena de não poder usufruí-lo.

## 11. DO ANEXO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

11.1 Imediatamente após a inserção das informações da proposta eletrônica, deverá, obrigatoriamente, ser inserido o Anexo III – Formulário da Proposta de Preço, por meio de transferência eletrônica de arquivo (*upload*) ao sistema, **sem qualquer dado que possibilite a sua identificação, pois qualquer informação que identifique o proponente (como telefone, endereço, logo da empresa, etc) implicará DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA.**



11.1.1 Qualquer documento anexado será analisado após a fase de lances, e havendo divergência entre as informações constantes é facultada a realização de diligências pelo Pregoeiro, não podendo haver, entretanto, alteração em relação à solução informada para fornecimento.

## 12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1 Recebidas as propostas apresentadas no endereço [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), e encerrado o prazo para sua apresentação, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, observados a data e o horário estabelecidos no CRONOGRAMA, ocasião em que serão divulgadas as propostas recebidas em perfeito atendimento às especificações e condições previstas neste edital.

12.2 Serão desclassificadas as propostas:

12.2.1 que não atendam às exigências formais e materiais previstas neste edital;

12.2.2 inexequíveis, ou seja, aquelas que não venham a ter demonstrada a sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto (art. 48, inc. II, da Lei n.º 8.666/93); e

12.2.3 que apresentarem, após superadas a disputa de lances e a negociação, preço superior ao máximo informado na Estimativa de Valor da Contratação – Anexo II deste Edital.

12.3 A decisão motivada de desclassificação será proferida e registrada no sistema em tempo real.

12.4 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, e somente estas participarão da fase de lances.

12.5 O critério de julgamento e de aceitabilidade dos preços da presente licitação será o de **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE.**

12.6 A etapa competitiva ocorrerá no dia e hora marcados no CRONOGRAMA e terá o tempo de duração definido a critério do Pregoeiro, durante o qual os licitantes poderão encaminhar seus lances pelo sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do recebimento do seu lance e valor, com o respectivo horário de registro no sistema.

12.6.1 O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE, ofertado na etapa de propostas.

12.7 Durante a sessão pública do pregão eletrônico, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante detentor do lance.

12.7.1 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele



que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

12.8 Esgotado o tempo inicial da fase de lances, o Pregoeiro anunciará o encerramento desta fase, momento no qual o sistema eletrônico da BLL encaminhará aviso de tempo randômico (período de até 30 minutos aleatoriamente determinado) para fechamento da etapa de lances.

12.9 Ao final do tempo randômico de que trata o subitem anterior, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

12.10 Caso não haja oferta de lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço lançada no sistema e o preço máximo do item da licitação, observando-se sempre o atendimento das especificações técnicas do objeto.

12.11 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico da BLL, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, com vistas a obter melhor proposta, observado o critério de julgamento e mantidas as condições estipuladas neste edital.

12.12 A negociação prevista no subitem anterior será utilizada também nos casos em que não houver formulação de lances.

12.13 Depois de encerrada a etapa de lances e negociada a redução de preço, se for o caso, e, ainda, após ter constatado a compatibilidade da proposta classificada em primeiro lugar com as condições e preços estabelecidos para a contratação, o Pregoeiro anunciará, em decisão motivada, a razão de sua aceitabilidade.

12.14 Constatado o atendimento das exigências edilícias pelo licitante que ofertou a melhor proposta, será este declarado vencedor da etapa competitiva.

12.14.1 O licitante classificado em primeiro lugar deverá, no momento da Sessão Pública do Pregão, quando indagado pelo Pregoeiro, definir o preço unitário e total por itens, conforme descrição apresentada no Termo de referência e na Estimativa de valor da contratação (Anexos I e II), sendo que este preço não poderá ultrapassar o preço máximo estabelecido para os itens, bem como não poderá, em hipótese alguma, ser superior ao preço apresentado na proposta inicial (Anexo III – Formulário da Proposta de Preços);

12.14.2 A proposta de preços atualizada com o último lance deverá ser enviada no prazo máximo de 90 (noventa) minutos, digitalizada para o e-mail: [licitacao@ciga.sc.gov.br](mailto:licitacao@ciga.sc.gov.br).

12.14.3 A proposta de preços original devidamente atualizada com o último lance e assinada pelo representante da empresa deverá ser encaminhada ou entregue para o Pregoeiro do Pregão Eletrônico n.º 01/2020 do CIGA, no endereço constante no subitem 3.5 do edital.

12.15 Se a melhor proposta não for aceita ou, ainda, se o licitante não atender às exigências da Prova de Conceito e habilitatórias, será retomada a sessão pública da



licitação a partir da etapa final de lances, ocasião em que o Pregoeiro examinará, segundo a ordem de classificação na etapa competitiva, os lances subsequentes, verificando a sua exequibilidade, até apurar uma oferta que atenda a todos os requisitos expressos no Edital, sendo este declarado vencedor da etapa competitiva.

12.16 Caso todas as Propostas de Preços sejam desclassificadas, o Pregoeiro poderá convocar todas as licitantes para que, no prazo de 08 (oito) dias úteis, apresentem novas propostas escoimadas das causas que motivaram a desclassificação.

12.17 Na hipótese de haver desconexão apenas com o Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico da BLL permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos já realizados.

12.18 Quando a desconexão com o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação expressa aos participantes, por meio de mensagem eletrônica no mesmo endereço eletrônico utilizado para a divulgação da licitação, ocasião em que serão anunciadas a data e a hora da reabertura da sessão.

12.19 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, sendo o único responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, ou de sua própria desconexão, inclusive no que tange às disposições do subitem anterior.

### **13 DA PROVA DE CONCEITO**

13.1 A Prova de Conceito – POC consiste na validação das informações da Proposta - Nível de Atendimento aos Requisitos da PROPONENTE classificada em primeiro lugar na etapa de lances, a partir da observação do funcionamento prático da Solução ofertada (software), demonstrado pela PROPONENTE, sem ônus ao CIGA.

13.2 O Licitante declarado vencedor da etapa de lances deverá efetuar, no quinto dia útil seguinte à realização da sessão pública de pregão eletrônico, demonstração técnica do software ofertado (sistema operacional e de gerenciamento), objeto deste certame, que deverá contemplar os requisitos previstos, no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

13.3 A demonstração técnica do software que compõe este sistema de tecnologia da informação e comunicação ofertado para gerenciamento dos equipamentos deverá apresentar plena operacionalidade, no ato da apresentação, sem a necessidade de customizações ou adequações posteriores.

13.4 Para a prova de conceito, o Licitante declarado vencedor da etapa de lances deverá enviar à sede do CIGA um equipamento do lote 1 e um equipamento do lote 2, caso seja possível a apresentação remota do Sistema de Gerenciamento. Todavia, caso haja necessidade de que o servidor de gerenciamento esteja na mesma infraestrutura de rede dos computadores gerenciados, tal servidor deverá ser enviado à sede do CIGA juntamente com um equipamento do lote 1 e um equipamento do



lote 2, devidamente configurados. Ainda, caso não haja a possibilidade de operação remota do servidor de gerenciamento, e havendo a necessidade de envio de um operador, o Licitante deve comunicar antecipadamente o CIGA para que seja providenciado um ambiente adequado, respeitando, assim, todas as medidas de segurança sanitária durante sua execução.

13.5 A proponente terá a sua disposição ponto de banda larga de internet, sendo os equipamentos necessários à demonstração de responsabilidade da proponente.

13.6 O tempo máximo de demonstração técnica será de 01 (uma) hora, prorrogáveis, a critério da Comissão Técnica avaliadora, se esta o julgar necessário.

13.7 A validação das informações constantes da Proposta dar-se-á por meio da demonstração prática da execução das atividades relacionadas no Anexo I – Termo de Referência, conforme roteiro a seguir:

13.7.1 Para a sessão pública virtual da prova de conceito, o CIGA deverá disponibilizar sala virtual, sem necessidade de senha de acesso a qualquer interessado em acompanhar a POC.

13.7.2 Embora o acesso seja livre para qualquer pessoa, esta deverá se identificar pelo *chat* no momento do acesso, informando o nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e o CNPJ e a razão social caso esteja representando alguma empresa, mantendo também a câmera de vídeo ligada durante o acesso.

13.7.3 A comissão de licitação gerenciará a abertura de áudio e a coordenação dos trabalhos e participações, sendo assegurado o registro de manifestação no *chat* da sala de reunião por escrito, que deverá ser lavrada em ata, sempre que solicitado.

13.8 Prova de Conceito para gerenciamento de Notebooks e Desktops:

13.8.1 Da Gestão dos Endpoints e Console de Gerenciamento:

13.8.1.1 Deverá ser comprovado, em um computador com Microsoft Windows® 10, que o agente (endpoint) está sendo executado (como aplicação ou serviço).

13.8.1.2 Deverá ser criada uma nova política restringindo algum acesso ao hardware da máquina em que o endpoint está instalado.

13.8.1.3 Deverá ser demonstrada a ativação e desativação remota do endpoint.

13.8.1.4 Deverá ser mostrado que o endpoint está enviando logs ao servidor.

13.8.1.5 Deverá ser demonstrada a instalação e desinstalação remota de algum software no computador onde o endpoint está instalado.



13.8.1.6 Deverá ser colocado o computador onde o endpoint está instalado em modo de stand by ou de hibernação.

13.8.1.7 Deverá ser exibida na console de gerenciamento a “presença” do computador com o endpoint ativo;

13.8.1.8 Deverá ser exibido na console de gerenciamento os logs coletados do computador onde o endpoint está operando.

#### 13.8.2 Dos Relatórios

13.8.2.1 Deverá ser criado um relatório em um formato digital com o inventário de software e hardware do computador com o endpoint instalado.

13.8.2.2 Deverá permitir a visualização de um relatório através de um endereço web.

13.8.2.3 Deverá ser possível através da interface web gerar um relatório com gráficos e com drill down.

#### 13.8.3 Do Inventário e descoberta de Endpoints em Computadores e Notebooks

13.8.3.1 Deverá ser exibida a descoberta automática de computadores locados;

13.8.3.2 Deverá ser exibida a descoberta automática de computadores por faixa de endereço IP

13.8.3.3 Deverá ser exibido o inventário básico contendo Hostname, domínio, Sistema Operacional (com versão), Idioma, Endereço MAC e IPv4.

13.8.3.4 Deverão ser exibidos no console de gerenciamento os eventos de logon e logoff e o tempo total logado da máquina demonstrada.

13.8.3.5 Deverá ser realizado um inventário de software da máquina com ou sem o agente instalado.

13.8.3.6 Deverá ser realizado e exibido um inventário de hardware contendo ao menos o tipo de processador e velocidade, fabricante do hardware, modelo do hardware, número de série e endereço MAC.

13.8.3.7 Deverá ser exibido um relatório com todos os softwares instalados, inclusive os ocultos.

13.8.3.8 Deverá ser demonstrada uma alteração no hardware ou software (instalação ou exclusão) do computador com endpoint e mostrar que a alteração foi replicada no console de gerenciamento.



#### 13.8.4 Da Gestão de Energia

13.8.4.1 Deverá ser demonstrada a alteração do perfil de energia no dispositivo com endpoint instalado.

#### 13.8.5 Do Gerenciamento de Contrato e uso de softwares

13.8.5.1 Deverá ser demonstrada a identificação de softwares instalados e licenciados.

13.8.5.2 Deverá ser excluído um software não permitido.

13.8.5.3 Deverá ser demonstrada o bloqueio de instalação de um software que esteja na lista negra (blacklist).

#### 13.8.6 Da Distribuição de Softwares

13.8.6.1 Deverá ser demonstrada a distribuição e/ou instalação remota de um software ou patch no computador com endpoint, de forma silenciosa, com acompanhamento em tempo real.

#### 13.8.7 Da Medição e Remoção de Softwares

13.8.7.1 Deverá ser visualizado a medição de utilização de um software instalado no computador com endpoint.

13.8.7.2 Deverá ser demonstrado o envio de alerta quando um software é removido do computador com endpoint.

13.8.7.3 Deverá ser demonstrado quais softwares estão em execução no computador com endpoint instalado.

#### 13.8.8 Da Medição e Remoção de Softwares

13.8.8.1 Deverá ser realizado um acesso remoto ao computador com endpoint instalado, sem consentimento do usuário, e demonstrar que logs foram gerados para esse acesso.

#### 13.8.9 Da Gestão de Performance

13.8.9.1 Deverá ser exibido a análise de performance com acompanhamento de ocupação de memória e CPU, espaço em disco e tráfego de rede.

#### 13.9 Prova de Conceito para gerenciamento de Servidores:

##### 13.9.1 Da Gestão dos Endpoints e Console de Gerenciamento:

13.9.1.1 Deverá ser comprovado, em um computador com Microsoft Windows® Server 2003 ou superior, que o agente (endpoint) está sendo



executado (como aplicação ou serviço).

13.9.1.2 Deverá ser criada uma nova política restringindo ou alterando algum acesso na máquina em que o endpoint está instalado.

13.9.1.3 Deverá ser demonstrada a ativação e desativação remota do endpoint.

13.9.1.4 Deverá ser mostrado que o endpoint está enviando logs ao servidor.

13.9.1.5 Deverá ser colocado o computador onde o endpoint está instalado em modo de stand by ou de hibernação.

13.9.1.6 Deverá ser exibida na console de gerenciamento a “presença” do computador com o endpoint ativo;

13.9.1.7 Deverá ser exibido na console de gerenciamento os logs coletados do computador onde o endpoint está operando.

#### 13.9.2 Dos Relatórios

13.9.2.1 Deverá ser criado um relatório em um formato digital com o inventário de software e hardware do computador com o endpoint instalado.

#### 13.9.3 Do Inventário e descoberta de Endpoints

13.9.3.1 Deverá ser exibida a descoberta automática de servidores locados;

13.9.3.2 Deverá ser exibida a descoberta automática de servidores por faixa de endereço IP;

13.9.3.3 Deverá ser exibido o inventário básico contendo Hostname, domínio, Sistema Operacional (com versão), Idioma, Endereço MAC e IPv4.

13.9.3.4 Deverão ser exibidos no console de gerenciamento os eventos de logon e logoff e o tempo total logado da máquina demonstrada.

13.9.3.5 Deverá ser realizado um inventário da máquina sem o agente instalado.

13.9.3.6 Deverá ser exibido um inventário de hardware contendo ao menos o tipo de processador e velocidade, fabricante do hardware, modelo do hardware, número de série e endereço MAC.

13.9.3.7 Deverá ser exibido um relatório com todos os softwares instalados, inclusive os ocultos.

13.9.3.8 Deverá ser demonstrada uma alteração no hardware ou software



(instalação ou exclusão) do servidor com endpoint e mostrar que a alteração foi replicada no console de gerenciamento.

#### 13.9.4 Do Gerenciamento de Contrato e uso de softwares

13.9.4.1 Deverá ser demonstrada a identificação de softwares instalados e licenciados.

13.9.4.2 Deverá ser excluído um software não permitido.

13.9.4.3 Deverá ser demonstrada o bloqueio de instalação de um software que esteja na lista negra (blacklist).

#### 13.9.5 Da Distribuição de Softwares

13.9.5.1 Deverá ser demonstrada a distribuição e/ou instalação remota de um software ou patch no servidor com endpoint, de forma silenciosa, com acompanhamento em tempo real.

#### 13.9.6 Da Medição e Remoção de Softwares

13.9.6.1 Deverá ser visualizado a medição de utilização de um software instalado no servidor com endpoint.

13.9.6.2 Deverá ser demonstrado o envio de alerta quando um software é removido do servidor com endpoint.

13.9.6.3 Deverá ser demonstrado quais softwares estão em execução no servidor com endpoint instalado.

#### 13.9.7 Da Medição e Remoção de Softwares

13.9.7.1 Deverá ser realizado um acesso remoto ao servidor com endpoint instalado, sem consentimento do usuário, e demonstrar que logs foram gerados para esse acesso.

#### 13.9.8 Da Gestão de Performance

13.9.8.1 Deverá ser exibido a análise de performance com acompanhamento de ocupação de memória e CPU, espaço em disco e tráfego de rede.

13.10 A PROPONENTE que não cumprir os requisitos do Termo de Referência (Anexo I do Edital) será desclassificada pela Comissão Técnica avaliadora e não terá direito a qualquer indenização.

13.11 A PROPONENTE não comparecendo em dia e hora previamente agendados para a realização da Sessão Pública da Prova de Conceito – POC, será automaticamente reprovada pela Comissão Técnica avaliadora.



13.12 Será classificado para a etapa de habilitação o Licitante que atender a todas as exigências contidas neste Edital e efetuar a demonstração técnica, apresentando as condições mínimas de funcionalidade previstas no Termo de Referência (Anexo I)

13.13 Ao final da Prova de Conceito – POC, a Comissão Técnica avaliadora do CIGA registrará em Ata o resultado e encaminhará ao Pregoeiro e à sua Equipe de Apoio.

#### **14 DA CONTINUIDADE DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO, ANÁLISE DA HABILITAÇÃO**

14.1 Ato contínuo, em data designada para a continuidade da sessão pública do Pregão Eletrônico, devidamente publicada na imprensa oficial, o Pregoeiro procederá à análise dos documentos de habilitação (de acordo com item 15 do Edital) do licitante que apresentou a melhor proposta (declarado vencedor da etapa de lances e devidamente aprovado na Prova de Conceito), para verificação do atendimento às condições fixadas no Edital.

14.2 Será inabilitado o licitante que não apresentar a documentação no prazo fixado no item 15.1 e em situação regular.

14.3 Frustrada a habilitação do licitante cuja proposta fora declarada vencedora da etapa de lances e devidamente aprovado na Prova de Conceito, será retomada a sessão pública da licitação em data definida para realização de uma nova prova de conceito, ocasião em que o Pregoeiro e Equipe de Apoio procederá à análise da demonstração técnica de cada equipamento e software ofertado (sistema operacional e de gerenciamento) e, posteriormente, examinará o cumprimento das condições de habilitação do(s) licitante(s) subsequente(s) segundo a ordem de classificação na etapa de lances, até apurar o(s) licitante(s) que atenda(m) aos requisitos de habilitação expressos no Edital, sendo este(s) declarado(s) habilitado(s) e, assim, vencedor(es) do certame para os lotes em disputa.

#### **15. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

15.1 O licitante declarado aprovado na Prova de Conceito terá o prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** para enviar digitalizado, para o e-mail [licitacao@ciga.sc.gov.br](mailto:licitacao@ciga.sc.gov.br), os documentos necessários para habilitação discriminados no subitem 15.2, remeter essa documentação para o Pregoeiro do Pregão Eletrônico n.º 01/2020 do CIGA, no endereço constante no subitem 3.5 do edital.

15.1.1 No caso de remessa postal da documentação de habilitação original ou cópia autenticada, esta deverá ser comprovada mediante o envio do Recibo de Postagem ou Código de Rastreamento Postal, da E.C.T, por e-mail, em até 3 (três) dias úteis contados da data da sessão, aos cuidados do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

15.1.2 Os envelopes de habilitação recebidos dos licitantes ficarão de posse do Pregoeiro até o adimplemento das obrigações contratuais, quando serão inutilizados.

15.1.3 Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada.



15.2 A DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO deverá conter os documentos abaixo relacionados:

15.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

15.2.1.1 Ato constitutivo do licitante:

15.2.1.1.1 Quando se tratar de EMPRESÁRIO deverá ser apresentado documento comprobatório de inscrição do mesmo no REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS (Junta Comercial) do local de sua sede.

15.2.1.1.2 Quando se tratar de SOCIEDADES CIVIS OU SIMPLES deverá ser apresentada inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

15.2.1.1.3 Quando se tratar de SOCIEDADE EMPRESÁRIA deverá ser apresentado o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, tudo devidamente registrado no REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS (Junta Comercial) do local de sua sede, e, no caso de SOCIEDADES POR AÇÕES, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores

15.2.1.3 As EMPRESAS OU SOCIEDADES ESTRANGEIRAS em funcionamento no País deverão apresentar o respectivo decreto de autorização e, quando a atividade o exigir, o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

15.2.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

15.2.2.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

15.2.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.2.2.3 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Nacional, a ser realizada mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal;

15.2.2.4 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

15.2.2.5 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

15.2.2.5.1 Para os municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, as proponentes deverão apresentar as duas certidões, isto é, Certidão sobre Tributos Imobiliários e Certidão sobre Tributos Mobiliários;

15.2.2.5.2 As empresas que não possuem imóveis cadastrados e/ou



isentas, caso se enquadrem no item 15.2.2.5.1, deverão apresentar documento(s) emitido(s) por órgão(s) da Prefeitura que comprovem as respectivas situações;

15.2.2.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

15.2.2.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, instituída pela Lei Federal n.º 12.440, de 7 de julho de 2011;

15.2.2.8 Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal – modelo sugerido no Anexo VI;

15.2.2.9 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

15.2.2.10 O Licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando o respectivo comprovante.

#### 15.2.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

15.2.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro da falência da sede da pessoa jurídica, com prazo de validade expresso.

#### 15.2.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.2.4.1 Comprovante de capacidade técnica, consistente na apresentação de, pelo menos, 1 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual conste que a licitante já forneceu serviço pertinente e compatível com o objeto desta licitação, sob pena de exclusão do certame;

15.2.4.1.1 O atestado de capacidade técnico-operacional, referido no item anterior, deverá conter os seguintes elementos:

15.2.4.1.1.1 Nome do órgão ou empresa responsável pela emissão do atestado, com o CNPJ/CGC, inscrição estadual, endereço completo, o período de execução do objeto e o número do contrato;

15.2.4.1.1.2 Manifestação acerca do conteúdo e da qualidade dos serviços prestados, atestando que os serviços foram prestados satisfatoriamente e que não consta dos arquivos da contratante nenhum registro desabonador de aspectos comerciais ou técnicos da contratada; e

15.2.4.1.1.3 Identificação do responsável pela emissão do atestado, com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais.



15.2.4.2 **Deverá** ser apresentada Declaração de conhecimento dos termos do objeto – modelo sugerido no Anexo VIII do Edital.

15.2.5 OUTROS DOCUMENTOS:

15.2.5.1 Deverão ser apresentadas juntamente com os documentos de habilitação 'Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte' e 'Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação'– modelos sugeridos nos Anexos V e VII do Edital, sob pena de desclassificação.

15.3 DA FORMA DE APRESENTAÇÃO E REGRAS DE ACEITAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

15.3.1 Todos os documentos deverão ser apresentados em originais, ou cópia de cada documento individualmente autenticada, ou, ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas pelo Pregoeiro e/ou pela Equipe de Apoio no ato da apresentação da documentação de habilitação, caso estejam acompanhadas dos respectivos documentos originais.

15.3.2 Os documentos de habilitação apresentados pelo licitante, quanto obtidos via *Internet*, serão validados pelo Pregoeiro após verificação de sua autenticidade no *sítio* da entidade que os emitiu:

15.3.2.1 Na hipótese de divergência de informações entre o documento apresentado e as constantes no *sítio* da entidade que o emitiu, prevalecerão estas em relação às aquelas.

15.3.3 Os documentos apresentados deverão estar dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação.

15.3.4 Os documentos de habilitação que não possuem prazo de validade deverão conter data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias contados da data da sessão, exceto para os documentos de qualificação jurídica, qualificação técnica, CPF e CNPJ.

15.3.5 A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

15.3.6 Deverá o licitante indicar, juntamente com os documentos comprobatórios da habilitação, endereço eletrônico para onde serão encaminhadas todas as comunicações pertinentes ao processo de licitação e à execução das obrigações dele decorrentes, expedidas pelo CIGA e a ele endereçadas.

15.3.7 O licitante se responsabilizará pelo endereço fornecido, de modo que, qualquer alteração deste endereço eletrônico deverá ser comunicada ao CIGA,



considerando-se válida toda correspondência enviada ao endereço constante dos autos.

15.3.8 Em se tratando de comunicação enviada pelo correio eletrônico, considera-se intimado o licitante no primeiro dia útil seguinte ao envio, iniciando-se a contagem do prazo no dia imediatamente posterior ao da intimação.

#### **16. DO PROCEDIMENTO PARA SANAR FALHAS ESCUSÁVEIS**

16.1 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos.

#### **17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

17.1 Declarado o vencedor do presente Edital qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, em até 30 (trinta) minutos, em campo próprio do sistema de licitações da BLL, a intenção de recorrer, a partir de quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões de recurso, por meio de formulário específico do sistema, e que será disponibilizada a todos os participantes, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos no endereço constante no subitem 3.5 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

17.2 A falta de manifestação imediata e motivada do desejo de recorrer importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação do item objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

17.3 Sempre que for interposto recurso, deverão ser juntados aos autos os documentos, porventura, apresentados pelo recorrente, registrando-se a data e a hora em que foram entregues.

17.4 Não será recebido ou conhecido recurso intempestivo, meramente protelatório, que não seja interposto pelo licitante ou por seu representante credenciado, ou quando os respectivos fundamentos não possuírem justificativa e motivação em direito admissíveis:

17.4.1 A decisão que negar seguimento ao recurso será fundamentada.

17.5 As razões e contrarrazões do inconformismo serão dirigidas ao Diretor Executivo do CIGA, autoridade competente para o respectivo julgamento.

17.5.1 O Pregoeiro lançará sua manifestação, de forma motivada, pela procedência ou não do recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e nesse mesmo prazo encaminhará o recurso ao Diretor Executivo do CIGA que, por sua vez, proferirá decisão em 5 (cinco) dias úteis.

17.6 O acolhimento do recurso somente importará na invalidação dos atos



insuscetíveis de aproveitamento.

17.7 Caso a licitante não apresente as razões do recurso no prazo legal, entender-se-á como desistência da interposição do recurso.

## **18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

18.1 Declarado o vencedor da licitação e não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, caberá ao Pregoeiro deliberar sobre a adjudicação do objeto ao vencedor do Pregão.

18.2 No caso de interposição de recurso, a adjudicação do objeto ao vencedor do Pregão será realizada pela autoridade competente.

18.3 A homologação será realizada pela autoridade competente.

## **19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

19.1 A Ata de Registro de Preços (ATA DE RP) é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para eventual e futura contratação, na qual se registra o(s) licitante(s) classificado(s) e o(s) item(ns) com o(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s).

19.2 O prazo de validade da ATA DE RP será de 12 (doze) meses, conforme Minuta da Ata de Registro de Preços – Anexo IX, ficando o seu detentor obrigado a manter o seu preço registrado por igual período.

19.3 Após a homologação do resultado deste pregão, o ÓRGÃO GERENCIADOR, respeitada a ordem de classificação, poderá convocar o(s) licitante(s) habilitado(s) para a assinatura da Ata de Registro de Preços:

19.3.1 A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da intimação para este fim, prorrogável apenas uma vez a critério do CIGA, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas;

19.3.2 Ao assinar a ATA DE RP, o licitante habilitado passará à denominação de DETENTOR DA ATA, comprometendo-se a cumprir todas as condições a serem praticadas, determinadas neste edital e na proposta apresentada.

19.4 Na hipótese do licitante convocado não se apresentar para assinar a ATA DE RP, observado o subitem 19.3, ficará sujeito, MEDIANTE PROCESSO ADMINISTRATIVO, à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado para a contratação, obtido por meio da aplicação do valor unitário do(s) item(ns) sobre a quantidade máxima estimada para os 12 (doze) meses de registro:

19.4.1 Ocorrendo a situação prevista no subitem anterior, o ÓRGÃO GERENCIADOR emitirá NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA ao licitante convocado, que deverá fazer o recolhimento do valor da multa na conta bancária indicada pelo ÓRGÃO



GERENCIADOR, no prazo definido no respectivo Processo Administrativo;

19.5. Ocorrendo a situação prevista no item 19.4, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá convocar, para habilitação, os demais licitantes classificados, segundo a ordem de classificação na etapa de lances, observado o procedimento e os prazos estabelecidos neste Edital, e, após habilitado, para assinar a ATA DE RP, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado;

19.6 No caso de inexecução do objeto, por qualquer motivo, durante a vigência da ATA DE RP, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, mediante processo administrativo, cancelar seu registro, inclusive em caso fortuito ou de força maior, e convocar os demais licitantes classificados, segundo a ordem de classificação na etapa de lances, observado o procedimento e os prazos estabelecidos neste Edital, e, após habilitado, para assinar a ATA DE RP pelo quantitativo e prazo remanescentes, e nas mesmas condições da ATA DE RP anterior.

## **20. DA CONTRATAÇÃO**

20.1 Fica estabelecido que com o DETENTOR DA ATA será celebrado contrato, que deverá ser assinado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, na Gerência Administrativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, a partir da comunicação (intimação) para este fim, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/1993.

20.2 Da presente licitação compartilhada poderão decorrer contratos administrativos a serem firmados diretamente entre o Detentor da Ata de RP (empresa vencedora deste certame) e o ÓRGÃO GERENCIADOR e os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, na forma do artigo 112, § 1º, da Lei 8.666/93, conforme Anexo X – Minuta e Anexos do Contrato.

20.3 As obrigações contratuais são as descritas nas respectivas cláusulas da minuta contratual anexa, que independentemente de transcrição fazem parte deste Edital.

20.4 Todas as condições deste Edital, assim como os compromissos assumidos pela licitante por meio de sua proposta, fazem parte do contrato independentemente de transcrição.

20.5 No caso de desistência da contratação por parte do Detentor da Ata de RP, ocorrerá o cancelamento do registro do DETENTOR DA ATA, sujeitando-se este às sanções administrativas pertinentes.

## **21. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

21.1 A execução dos serviços processar-se-á conforme previsto no Termo de Referência (Anexo I) e na Minuta e Anexos do Contrato (Anexo X).

## **22. DO PAGAMENTO**

22.1 A CONTRATADA deverá efetuar o faturamento dos serviços prestados e entregar a Nota Fiscal/Fatura, no mínimo, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data de vencimento, sob pena de ser prorrogado o prazo de pagamento por igual período,



sem qualquer custo adicional ao CONTRATANTE.

22.2 Demais condições de pagamento estão previstas na minuta do Contrato (Anexo X deste Edital).

### **23. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO**

23.1 Eventuais reajustes dos preços e reequilíbrio econômico-financeiro serão efetuados conforme previsto na Minuta do Contrato – Anexo X deste Edital.

### **24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

24.1 As despesas decorrentes das contratações, objeto do presente certame, correrão à conta de dotação específica dos orçamentos de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, referente ao exercício de 2020 e, para os exercícios seguintes, créditos próprios de igual natureza.

24.1.1 Caso haja contratação por parte do CIGA, as despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos recursos do seu orçamento, de acordo com as Atividades n.ºs 2.001 Administração e Manutenção do Consórcio e 2.002 Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de TI; Elemento de despesa n.º 3.3.90.40.01 – Locação de equipamentos e software.

24.1.2 Os demais ÓRGÃOS PARTICIPANTES quando da contratação/empenhamento especificarão a classificação orçamentária.

### **25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO**

25.1 A licitante será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 10% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

25.1.1 cometer fraude fiscal;

25.1.2 apresentar documento falso;

25.1.3 fizer declaração falsa;

25.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

25.1.5 não assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato no prazo estabelecido;

25.1.6 deixar de entregar a documentação exigida no certame;

25.1.7 não manter a proposta.

25.2 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o



contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo de multa de até 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais.

25.3 Para os fins da Subcondição 25.1.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97, todos da Lei n.º 8.666/93.

25.4 No caso de operações de reorganização empresarial, tais como: fusão, cisão e incorporação, a CONTRATADA deverá comunicar ao CIGA, a fim de que este delibere, motivadamente, acerca da possibilidade legal da manutenção da contratação, sendo essencial a comprovação do atendimento de todas as exigências de habilitação previstas no Edital que originou a contratação. A eventual impossibilidade do cumprimento das condições de habilitação e das obrigações contratuais motivará a rescisão do Contrato, sem prejuízo à aplicação das sanções indicadas anteriormente.

25.5 As demais hipóteses de rescisão e sanções administrativas estão previstas na Minuta do Contrato – Anexo X deste Edital.

## **26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

26.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por órgãos e entidades não participantes, mediante anuência do órgão gerenciador, respeitadas as disposições da Resolução CIGA 180/2020 e deste Edital

26.2 Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços;

26.3 Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelos licitantes implicará a aceitação de todas as disposições do presente edital.

26.4 Assegura-se ao ÓRGÃO GERENCIADOR o direito de:

26.4.1 Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (art. 43, parágrafo 3º, da Lei n.º 8.666/93);

26.4.2 Anular ou revogar a presente licitação, bem como não homologar total ou parcialmente o objeto licitado, desde que não atendidas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos, ou por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, com as devidas justificativas, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa;

26.4.2.1 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não



gera a obrigação de indenizar, por parte da Administração, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei n.º 8.666/93.

26.4.3 Adiar a data da sessão; e

26.4.4 Acrescer ou suprimir quantitativamente o objeto desta licitação em até 25% (vinte e cinco por cento), por decisão unilateral, conforme dispõe o art. 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93, e desde que verificada a existência de dotação orçamentária e financeira para os acréscimos que se fizerem necessários, respeitados os limites legais.

26.5 Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

26.6 O não atendimento às exigências formais, não essenciais, não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública.

26.7 As normas que disciplinam este procedimento licitatório serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança do certame.

26.8 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

26.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e computar-se-ão somente os dias úteis.

26.10 Só se iniciam e vencem prazos em dias em que houver expediente no ÓRGÃO GERENCIADOR.

26.11 Detalhes não citados referente à prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

26.12 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

26.13 Não será permitido o uso de celulares durante a sessão pública deste Pregão, salvo mediante autorização do Pregoeiro.

26.14 O resultado da presente licitação será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC.

26.15 O(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio foram nomeados por meio da Portaria n.º 10, de 31 de janeiro de 2019, do CIGA, do ÓRGÃO GERENCIADOR.



26.16 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir conflitos que não possam ser resolvidos de forma amigável.

Florianópolis, 05 de agosto de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
**Diretor Executivo do CIGA**

27/128



## ANEXO I

## TERMO DE REFERÊNCIA

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação, instalação, configuração, gerenciamento remoto e suporte de: microcomputadores, monitores, servidores e *notebooks* com fornecimento de hardware, software e suporte técnico para disponibilização dos seguintes itens:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
01	01	MICROCOMPUTADOR - MODELO 1	Unidade	2436
	02	MICROCOMPUTADOR - MODELO 2	Unidade	1044
	03	MONITOR DE VIDEO - MODELO 1	Unidade	2754
	04	MONITOR DE VIDEO - MODELO 2	Unidade	1181
	05	NOTEBOOK - MODELO 1	Unidade	783
	06	NOTEBOOK - MODELO 2	Unidade	336
02	07	SERVIDOR - MODELO 1	Unidade	55
	08	SERVIDOR - MODELO 2	Unidade	24

**2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS****2.1 MICROCOMPUTADOR - MODELO 1:****Descrição geral**

- Microcomputador com compatibilidade integral de software e hardware com o padrão IBM PC-AT, com gabinete SFF (*Small Form Factor*), também conhecido como *slim*.

**Processador**

- Processador com performance, mínima de **11.600** (onze mil e seiscentos) pontos, na **Performance Test V9 CPU Benchmark** da Passmark® software. O



- desempenho deverá ser comprovado por intermédio de resultados de *benchmark*, disponíveis em: [https://www.cpubenchmark.net/pt9\\_cpu\\_list.php](https://www.cpubenchmark.net/pt9_cpu_list.php);
- Placa de vídeo com processador gráfico, que pode estar integrado à placa mãe;
  - É obrigatório declarar, na proposta, o modelo do processador ofertado;

#### **Padronização e gabinete**

- Todos os componentes exigidos devem ser obrigatoriamente do mesmo fabricante ou OEM, e todo o conjunto deverá possuir clara identificação da marca do fabricante do microcomputador e mesmo padrão estético e ser da mesma tonalidade (cor);
- Todos os componentes de hardware deverão ser montados pelo fabricante do microcomputador, não sendo aceitas adição ou subtração de qualquer elemento do microcomputador pelo licitante;
- O gabinete, teclado e mouse devem ser obrigatoriamente do mesmo fabricante do equipamento ou fornecidos como OEM (com a marca do fabricante), e da mesma tonalidade (cor);
- O gabinete deve vir acompanhado de dispositivo de segurança integrado, para proteção de todos os componentes do equipamento (componentes internos ao gabinete, teclado e mouse). Caso o dispositivo de segurança necessite de cadeado, este deverá ser fornecido juntamente com o equipamento;
- O equipamento deverá pertencer à linha corporativa do fabricante, não sendo aceito equipamentos destinados ao uso doméstico;
- Placa mãe deverá ser do mesmo fabricante do microcomputador, ou fabricada sob sua especificação para uso exclusivo, não sendo aceito o emprego de placas de livre comercialização no mercado;
- O gabinete poderá ser tanto em posição vertical quanto horizontal, devendo ter base de sustentação, ou pés, originais do fabricante para ambas as posições;
- O gabinete deverá ser do tipo *small form* com volume máximo (altura x largura x profundidade) de 10.000 cm<sup>3</sup>;
- Deverá possuir *leds* indicativos de máquina ligada e de uso do disco rígido;
- Deverá possuir botão de *power-on*, mínimo de 2 portas USB 3.1 e conectores para microfone e headphone na parte frontal ou porta combo, não sendo aceitas adaptações ou leitores externos.

#### **Memória RAM**

- Memória RAM de ao menos 08 (oito) GB;
- Compatíveis com a tecnologia *dual channel*, padrão DDR4 2666MHz ou superior;
- Deverá ter no mínimo 02 slots;
- Deverá suportar no mínimo 32 gigabytes de memória.

#### **BIOS (Basic Input / Output System)**

- O equipamento deverá possuir BIOS (Basic Input / Output System) em *flash rom*, com senha para *power-on* e senha para acesso a BIOS e deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou ter direitos (*copyright*) sobre essa BIOS, comprovados através de atestados fornecidos pelo



- fabricante do microcomputador, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customização;
- Tipo *flash rom memory* não volátil e não editável, devendo mostrar a identificação do fabricante do microcomputador sempre que o equipamento for ligado;
  - Possibilitar gravação, em memória não volátil, do número de ativo fixo (número de patrimônio) fornecido pela contratante e número de série do equipamento ofertado, permitindo seu acesso por intermédio do software de gerenciamento exigido;
  - Deverá possibilitar a implementação de recursos de auto reconhecimento dos periféricos e dispositivos de i/o, bem como informar o tipo e frequência do processador, tipo e capacidade do disco rígido, tamanho da memória RAM e a versão da BIOS;
  - Deverá possuir senhas de *setup* para *power-on*;
  - A BIOS deve permitir habilitar/desabilitar portas seriais, UBS e placas de rede;
  - Chip de segurança TPM versão 2.0 integrado para criptografia;
  - Deverá ser entregue solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento como HDD, SSD e SSHD em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela BIOS;
  - Deverá possuir ferramenta gráfica para diagnóstico de saúde do hardware, sendo acessado através das teclas de função F1... F12, sendo necessário apresentar no mínimo:
    - Versão de BIOS;
    - Número de série do equipamento;
    - Realizar testes de vídeo, módulos de memória RAM (teste básico ou estendido), dispositivo de armazenamento (HDD ou SSD), cabos e conectores, alto falante interno, com execução de testes independente do estado/versão sistema operacional;
    - A mensagem de erro gerada por este diagnóstico deverá ser o suficiente para abertura de chamado do equipamento durante o período de vigência de garantia.

#### **Arquitetura de slots de expansão**

- Deve conter pelo menos 01 (um) *slot* livre pci-e x16 e 01 (um) *slot* livre pci-e x1 para expansão de placas após a instalação de todos os componentes exigidos.

#### **Interfaces de e/s**

- Mínimo de 06 (seis) interfaces USB, instaladas no processo de fabricação, não sendo admitido nenhum tipo de adaptador ou cabo exceto para as portas frontais. No mínimo 02 (duas) das 06 (seis) portas devem ser frontais, e no mínimo 02 (duas) USB versão 3.1;
- Interface para teclado, integrada à placa mãe, com conector USB, conforme o teclado ofertado;
- Interface para mouse, integrada à placa mãe, com conector USB, conforme o mouse ofertado;
- Uma (01) interface VGA padrão;
- Ao menos uma (01) interface digital HDMI ou DP (Display Port).

**Placa controladora de vídeo**

- Controladora de vídeo integrada a placa mãe ou ao processador, com suporte à directx12 e opengl 4.5 ou superior;
- Memória de vídeo com no mínimo 256 MB, podendo ser compartilhada com a memória principal de forma dinâmica;
- Suporte as resoluções 1920 x 1080 (FULL HD) e, também, a resolução nativa do monitor de vídeo ofertado;
- Deve suportar a utilização de no mínimo 2 monitores simultaneamente compartilhando a mesma área de trabalho (*dual monitor*).

**Placa de rede**

- Placa de rede integrada padrão gigabit ethernet;
- Operar automaticamente nas velocidades de comunicação de 10/100/1000 MBPS, bem como no modo *full-duplex*;
- Deverá suportar recursos de WOL (Wake-On-Lan) e PXE;
- Led externo de indicação de conexão;
- Mínimo de 01 (um) conector PCIe ou M.2 para placa Wifi.

**Controladoras de discos**

- Controladora de disco rígido (*Hard Drive - HD*), padrão SATA Onboard, ou superior;
- Mínimo de 01 (hum) conectores SATA integrados na placa mãe sendo, pelo menos 01 (um) em padrão SATA III (6 GBPS);
- Mínimo de 01 (um) conector M.2 ou SATA para SSD.

**Unidade de disco rígido (HD)**

- Uma unidade de disco rígido (*Hard Drive - HD*) com capacidade mínima de 500 Gigabytes, ou, SSD de 240 Gigabytes;
- Velocidade de rotação mínima de 7200 RPM e memória cache de 32 MB.

**Teclado**

- Teclado padrão brasileiro ABNT-2, com teclas não apagáveis pelo uso contínuo, com regulagem de altura;
- Deverá possuir conector padrão USB.

**Mouse**

- Mouse para microcomputador, com duas teclas e botão de rolagem com resolução de 800 DPIs;
- Mecanismo óptico;
- Deverá possuir botão de rolagem vertical;
- Deverá possuir compatibilidade total com sistema operacional Windows 10 PRO;
- Não deverá possuir alimentação própria (deve utilizar a interface de conexão);
- Deverá possuir conector padrão USB;
- Deverá ser fornecido mouse pad.

**Fonte de alimentação elétrica**

- A fonte de alimentação deverá ser capaz de operar com comutação automática entre 110V e 220V com APFC ou PFC ativo e com eficiência energética mínima de 83%. A comprovação de eficiência energética mínima de 83% deverá ser comprovada através de certificado obtido no site [plugloadsolutions \(http://www.plugloadsolutions.com/80pluspowersupplies.aspx\)](http://www.plugloadsolutions.com/80pluspowersupplies.aspx) que é a entidade referência neste quesito. O certificado deve estar em nome do fabricante do equipamento para garantir a integridade do projeto original e evitar adaptações que possam comprometer a segurança, a qualidade do conjunto e a eficiência em termos de consumo de energia.

**Sistema operacional**

- Licença do sistema operacional Windows 10 profissional 64 bits, em português do Brasil, versão OEM com licença de uso e todos os drivers de adaptadores internos necessários para seu funcionamento.

**Compatibilidade**

- Deverá ser anexado à proposta, comprovante de compatibilidade do produto ofertado com ambiente operacional Microsoft Windows 10, mediante relatório obtido no website <https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware/lpl/> ou, certificados de compatibilidade do equipamento junto à Microsoft.

**Software e drives**

- O fabricante deve disponibilizar no seu respectivo web site, download banco de dados gratuito de todos os drivers de dispositivos, BIOS, drivers, firmwares para o microcomputador ofertado na versão mais atual através do número de série do equipamento para consulta da versão do sistema operacional ofertado e garantia.

**Padronização**

- Todos os componentes do microcomputador, gabinete da CPU, teclado e mouse, devem ser do mesmo fabricante ou produzidos em regime OEM.

**Documentação do equipamento**

- Deverão ser fornecidos todos os manuais de instalação, configuração e operação, do equipamento e periféricos, escritos em português do Brasil. A documentação técnica do equipamento pode estar em português do Brasil ou na língua inglesa.

**2.2 MICROCOMPUTADOR - MODELO 2:****Descrição geral**

- Microcomputador com compatibilidade integral de software e hardware com o padrão IBM PC-AT.

**Processador**



- Processador com performance, mínima, de **15.500** pontos, na **Performance Test V9 CPU Benchmark** da Passmark® software. O desempenho deverá ser comprovado por intermédio de resultados de benchmark, disponíveis em: [https://www.cpubenchmark.net/pt9\\_cpu\\_list.php](https://www.cpubenchmark.net/pt9_cpu_list.php);
- Placa de vídeo com processador gráfico, que pode estar integrado à placa mãe;
- É obrigatório declarar, na proposta, o modelo do processador ofertado.

#### **Padronização e gabinete**

- Todos os componentes exigidos devem ser obrigatoriamente do mesmo fabricante ou OEM, e todo o conjunto deverá possuir clara identificação da marca do fabricante do microcomputador e mesmo padrão estético e ser da mesma tonalidade (cor);
- Todos os componentes de hardware deverão ser montados pelo fabricante do microcomputador, não sendo aceitas adição ou subtração de qualquer elemento do microcomputador pelo licitante;
- O gabinete, teclado e mouse devem ser obrigatoriamente do mesmo fabricante do equipamento ou OEM, e da mesma tonalidade (cor);
- O gabinete deve vir acompanhado de dispositivo de segurança integrado para impedir intrusão e para proteção de todos os componentes do equipamento (componentes internos ao gabinete, teclado e mouse). Caso o dispositivo de segurança necessite de cadeado, este deverá ser fornecido juntamente com o equipamento;
- O gabinete deve ter sistema de refrigeração com entrada de ar exclusiva na parte dianteira e com exaustão exclusiva na parte traseira que garanta temperatura adequada ao funcionamento do processador, fonte e demais componentes internos, visando a disposição dos equipamentos em ambiente de escritório sem causar desconforto aos usuários. Não serão aceitos microcomputadores cuja saída de ar da fonte fique voltada para o interior do gabinete;
- O equipamento deverá pertencer a linha corporativa do fabricante, não sendo aceito equipamentos destinados ao uso doméstico;
- O gabinete deverá ter projeto *tool-less*, ou seja, que não necessite ferramentas para abertura da tampa do gabinete, remoção de periféricos como: disco rígido, placas de expansão e unidade ótica. Exceto para dispositivos instalados em slot pcie m.2;
- A placa mãe deverá ser do mesmo fabricante do microcomputador, ou fabricada sob sua especificação para uso exclusivo, não sendo aceito o emprego de placas de livre comercialização no mercado;
- O gabinete poderá ser tanto em posição vertical quanto horizontal, devendo ter base de sustentação, ou pés, originais do fabricante para ambas as posições;
- O gabinete deverá ser do tipo *small form* com volume máximo (altura x largura x profundidade) de 10.000 cm³;
- Deverá possuir *Leds* indicativos de máquina ligada e de uso do disco rígido;
- Botão de *power-on*, mínimo de 4 portas usb e conectores para microfone e headphone na parte frontal ou porta combo, não sendo aceitas adaptações.

#### **Memória RAM**



- Memória RAM de ao menos 08 (oito) GB;
- Compatíveis com a tecnologia *dual channel*, padrão DDR4 2400 mt/s ou superior.
- No mínimo 04 *slots*;
- Deverá suportar no mínimo 64 gigabytes de memória.

#### BIOS (Basic Input / Output System)

- O equipamento deverá possuir BIOS (Basic Input / Output System) em *flash rom*, com senha para *power-on* e senha para acesso à BIOS, devendo ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou ter direitos (*copyright*) sobre essa BIOS, comprovados através de atestados fornecidos pelo fabricante do microcomputador, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customização;
- Tipo *flash rom memory* não volátil e não editável, devendo mostrar a identificação do fabricante do microcomputador sempre que o equipamento for ligado;
- Possibilitar gravação, em memória não volátil, do número de ativo fixo (número de patrimônio) fornecido pela contratante e número de série do equipamento ofertado, permitindo seu acesso por intermédio do software de gerenciamento exigido;
- Deverá possibilitar a implementação de recursos de auto reconhecimento dos periféricos e dispositivos de i/o, bem como informar o tipo e frequência do processador, tipo e capacidade do disco rígido, tamanho da memória RAM e a versão da BIOS;
- Deverá possuir senhas de *setup* para *power-on*;
- A BIOS deve permitir habilitar/desabilitar portas seriais, UBS e placas de rede;
- Permitir downgrade de versão de bios;
- BIOS deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-147 ou ISO/IEC 19678, baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade do BIOS antes de passar o controle de execução a mesma;
- Deverá possuir ferramenta gráfica para diagnóstico de saúde do hardware, sendo acessado através das teclas de função F1... F12, sendo necessário apresentar no mínimo:
  - Versão de BIOS;
  - Número de série do equipamento;
  - Realizar testes de vídeo, módulos de memória RAM (teste básico ou estendido), dispositivo de armazenamento (HDD ou SSD), cabos e conectores, alto falante interno, com execução de testes independente do estado/versão sistema operacional;
  - A mensagem de erro gerada por este diagnóstico deverá ser o suficiente para abertura de chamado do equipamento durante o período de vigência de garantia.

#### Arquitetura de slots de expansão

- Deve conter pelo menos 01 (um) *slot* livre pci-e x16 e 01 (um) *slot* livre pci-e x1 para expansão de placas após a instalação de todos os componentes exigidos.

**Interfaces de e/s**

- Mínimo de 06 (seis) interfaces USB, instaladas no processo de fabricação, não sendo admitido nenhum tipo de adaptador ou cabo exceto para as portas frontais. No mínimo 02 (duas) das 06 (seis) portas devem ser frontais, podendo ser no máximo 01 (uma) interface do tipo usb type-c, e no mínimo 03 (três) portas USB versão 3.1;
- Interface para teclado, integrada à placa mãe, com conector USB, conforme o teclado ofertado;
- Interface para mouse, integrada à placa mãe, com conector USB, conforme o mouse ofertado;
- Duas (02) interfaces digitais display port ou HDMI;

**Placa controladora de vídeo**

- Controladora de vídeo dedicada ou integrada à placa mãe, com suporte à directx12 e opengl 4.5 ou superior;
- Memória de vídeo com no mínimo 1GB, podendo ser compartilhada com a memória principal de forma dinâmica;
- Suporte mínimo as resoluções 1920 x 1080 pixels (FULL HD) e, também, à resolução nativa do monitor de vídeo ofertado;
- Deve suportar a utilização de no mínimo 2 monitores simultaneamente compartilhando a mesma área de trabalho (*dual monitor*).

**Placa de rede**

- Placa de rede integrada padrão gigabit ethernet;
- Operar automaticamente nas velocidades de comunicação de 10/100/1000 MBPS, bem como no modo *full-duplex*;
- Deverá suportar recursos de WOL (Wake-On-Lan) e PXE 2.1;
- Led externo de indicação de conexão;

**Controladoras de discos**

- Controladora de disco rígido (*Hard Drive - HD*), padrão SATA Onboard, ou superior;
- Mínimo de 04 (quatro) conectores SATA integrados na placa mãe sendo, pelo menos 01 (um) em padrão SATA III (6 GBPS).

**Unidade de disco rígido (HD)**

- Uma unidade de disco rígido (*Hard Drive - HD*) magnético com capacidade mínima de 01 (um) Terabyte; ou, SSD de 480 Gigabytes.
- Velocidade de rotação mínima de 7200 RPM e memória cache de 32 MB.

**Teclado**

- Teclado padrão brasileiro ABNT-2, com teclas não apagáveis pelo uso contínuo, com regulagem de altura;
- Deverá possuir conector padrão USB.

**Mouse**



Consórcio de Informática  
na Gestão Pública Municipal

- Mouse para microcomputador, com duas teclas e botão de rolagem com resolução de 800 DPIs;
- Mecanismo óptico;
- Deverá possuir botão de rolagem vertical;
- Deverá possuir compatibilidade total com sistema operacional Windows 10 PRO;
- Não deverá possuir alimentação própria (deve utilizar a interface de conexão USB);
- Deverá possuir conector padrão USB;
- Deverá ser fornecido mouse pad.

#### **Fonte de alimentação elétrica**

- A fonte de alimentação deverá ser capaz de operar com comutação automática entre 110V e 220V com PFC ativo e com eficiência energética mínima de 88%. A comprovação de eficiência energética mínima de 88% deverá ser comprovada através de certificado obtido no site [plugloadsolutions \(http://www.plugloadsolutions.com/80pluspowersupplies.aspx\)](http://www.plugloadsolutions.com/80pluspowersupplies.aspx) que é a entidade referência neste quesito. O certificado deve estar em nome do fabricante do equipamento para garantir a integridade do projeto original e evitar adaptações que possam comprometer a segurança, a qualidade do conjunto e a eficiência em termos de consumo de energia.

#### **Sistema operacional**

- Licença do sistema operacional Windows 10 profissional 64 bits, em português do Brasil, versão OEM com licença de uso e todos os drivers de adaptadores internos necessários para seu funcionamento.

#### **Compatibilidade**

- Deverá ser anexado à proposta, comprovante de compatibilidade do produto ofertado com ambiente operacional Microsoft Windows 10, mediante relatório obtido no website <https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware/lpl/> ou, certificados de compatibilidade do equipamento junto à Microsoft;
- Deve possuir compatibilidade total com ACPI (*Advanced Configuration and Power Management Interface*), permitindo o controle do consumo de energia do sistema, tornando possível colocar placas e periféricos nos estados de baixo consumo (*low-power*) ou sem energia (*powered-off*) sem afetar outros componentes do sistema.

#### **Software e drives**

- O fabricante deve disponibilizar no seu respectivo web site, download gratuito de todos os drivers de dispositivos, BIOS e firmwares para o microcomputador ofertado na versão mais atual sem a necessidade do número de série do equipamento para consulta da versão do sistema operacional ofertado.

#### **Padronização**



- Todos os componentes do microcomputador, gabinete da CPU, teclado e mouse, devem ser do mesmo fabricante ou produzidos em regime OEM com a marca do fabricante;

#### **Documentação do equipamento**

- Deverão ser fornecidos todos os manuais de instalação, configuração e operação, do equipamento e periféricos, escritos em português do Brasil. A documentação técnica do equipamento pode estar em português do Brasil ou na língua inglesa.

#### **2.3 MONITOR DE VIDEO - MODELO 1:**

- Tecnologia matriz ativa retro iluminado por *leds* com tratamento antirreflexo com painel IPS;
- Deve ser do mesmo fabricante do microcomputador ou em OEM;
- Deve ter o mesmo padrão estético do microcomputador fornecido;
- Possuir tela com tamanho entre 21 e 27 polegadas;
- Deve possuir controles permitindo ajustes de brilho, contraste, controle da imagem, cores, linguagem, reset para padrão de fábrica;
- Possibilidade de exibir ao menos 16 milhões de cores;
- Deve possuir manuais do monitor;
- Deve possuir brilho de imagem de pelo menos 250 cd/m<sup>2</sup> ou superior, o aumento do brilho deve aumentar a nitidez da imagem (e não permanecer opaca);
- Deve possuir relação de contraste mínimo de 1000:1;
- Deve possuir tempo de resposta mínimo de 8 ms ou inferior;
- O ajuste do brilho na intensidade necessária para a nitidez da imagem não deve causar distorção e borrões acentuados na mesma;
- Não deve apresentar distorções como contornos desalinhados (tortos), e afunilamento dos cantos;
- Deve ser bivolt (110/220 v) automático;
- Deve possuir três entradas de vídeo (conectores) sendo duas digitais e outra VGA (D-SUB).
- Deve vir acompanhado de cabo de vídeo digital (sem distorções e interferência de imagem) para conectar o monitor ao microcomputador pela entrada digital sem a necessidade de uso de adaptadores, também deve possuir cabo de tensão e softwares, necessários a operacionalização do mesmo;
- Deve possuir ajuste de altura, rotação (90°) e inclinação;
- Deve suportar pelo menos resolução nativa de 1920 x 1080 pixels a 60 Hz;
- Certificação TCO Certified Displays 8.

#### **2.4 MONITOR DE VIDEO - MODELO 2:**

- Tecnologia matriz ativa retro iluminado por *leds* com tratamento antirreflexo com painel IPS;
- Possuir tela com tamanho entre 29 e 34 polegadas *UltraWide*;



- Deve possuir controles permitindo ajustes de brilho, contraste, controle da imagem, cores, linguagem, reset para padrão de fábrica;
- Possibilidade de exibir 16 milhões de cores;
- Deve possuir manuais do monitor;
- Deve possuir brilho de imagem de 250 cd/m2 ou superior, o aumento do brilho deve aumentar a nitidez da imagem (e não permanecer opaca);
- Deve possuir um contraste de relação 1000:1;
- Deve possuir tempo de resposta de 8 ms ou inferior;
- O ajuste do brilho na intensidade necessária para a nitidez da imagem não deve causar distorção e borrões acentuados na mesma;
- Não deve apresentar distorções como contornos desalinhados (tortos), e afunilamento dos cantos;
- Deve ser bivolt (110/220 v) automático;
- Deve possuir ao menos duas entradas de vídeo digitais (HDMI / Display Port);
- Deve vir acompanhado de cabo de vídeo digital (sem distorções e interferência de imagem) para conectar o monitor ao microcomputador pela entrada digital sem a necessidade de uso de adaptadores, também deve possuir cabo de tensão e softwares, necessários a operacionalização do mesmo;
- Deve possuir ajuste de inclinação;
- Resolução mínima de 2560 x 1080 a 60 Hz.

## 2.5 SERVIDOR - MODELO 1:

### Gabinete da CPU

- Gabinete tipo *rack* padrão 19", com altura de no máximo 2u original do fabricante do equipamento;
- Novo e sem uso anterior, com trilhos, manuais e quaisquer outros componentes necessários para instalação em *rack* ofertados como padrão do produto;
- Desejavelmente, deverá possuir *display* embutido no painel frontal do gabinete para exibição de alertas de funcionamento dos componentes internos, tais como falhas de processador, memória RAM, fontes de alimentação, disco rígido e ventilador;
- Controle remoto liga/desliga do servidor, mesmo em condições de indisponibilidade do sistema operacional.

### Sistema de ventilação

- Possuir ventilação adequada para a refrigeração do sistema interno do equipamento na sua configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para operação;
- Ventiladores deverão ser redundantes.

### Fonte de alimentação

- Fontes de alimentação redundantes e *hot-pluggable* com potência suficiente para o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, ou seja, as fontes devem suportar o equipamento em sua configuração máxima suportada de processadores, memória, discos e placas;



- Faixa de tensão de entrada mínima entre 100 e 240 Vac em 60 hz com chaveamento automático de voltagem;
- Fornecer cabos de alimentação para cada fonte de alimentação de forma a possibilitar a instalação em circuitos elétricos distintos;
- Os cabos de alimentação devem ser fornecidos no padrão NBR 14136, 10a, 250v, de pelo menos 1,8 metro.

#### Processadores

- Equipado com 01 (um) processador de ao menos 8 oito núcleos (*octa-core*) ou superior, padrão x86, originalmente concebido para servidores e pontuação mínima de 13100 pontos obtidos no **Performance Test V9 CPU Benchmark** da Passmark® software. O desempenho deverá ser comprovado por intermédio de resultados de benchmark, disponíveis em: [https://www.cpubenchmark.net/pt9\\_cpu\\_list.php](https://www.cpubenchmark.net/pt9_cpu_list.php);
- Frequência de *clock* interna de no mínimo 2.1ghz, com no mínimo;
- Cache de mínimo 11 MB;
- Controladora de memória integrada com suporte à DDR4 de no mínimo 2666Mhz;
- Link de comunicação do processador com o restante do sistema de pelo menos 8 GT/s;
- Possuir tecnologia de otimização para virtualização;
- Suportar operações em 64 bits;
- O processador deverá consumir no máximo (tdp) 100 w;
- Tecnologia 14nm.

#### Chipset e slots de expansão

- O *chipset* deve ser da mesma marca do fabricante dos processadores e suportar a velocidade de comunicação com os mesmos;
- Deverá possuir no mínimo 2 (dois) *slots* compatíveis com o padrão PCI-e 3.0 (ou superior).

#### BIOS

- Possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o equipamento e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS;
- A BIOS deve possuir o número de série/serviço do equipamento e campo editável que permita inserir identificação de ativo podendo ser consultada por software de gerenciamento;
- Suporte ao recurso TPM (Trusted Platform Module)

#### Memória RAM

- Módulos de memória tipo DDR4 RDIMM (*registered dimm*) com tecnologia de correção ECC (*Error Correcting Code*) e velocidade de 2.133 Mhz;
- Possuir ao menos 64 GB de memória RAM;
- Suportar expansão de memória RAM para até, pelo menos, 640 GB;
- Suportar espelhamento de memória (*memory mirroring*).

**Portas de comunicação**

- Todos os conectores das portas de entrada/saída de sinal devem ser identificados pelos nomes ou símbolos;
- Possuir no mínimo 04 (quatro) portas USB, sendo (no mínimo) 02 (duas) delas situadas na parte frontal do gabinete, sendo ao menos 2 USBs 3.0;
- Possuir pelo menos uma porta para monitor de vídeo padrão VGA, uma localizada na parte frontal do gabinete ou na parte traseira do gabinete.

**Interfaces de rede**

- Possuir 04 interfaces de rede RJ-45 (Gigabit Ethernet) e 01 interface de rede de gerenciamento;
- As interfaces de rede devem ser padrão gigabit ethernet com tecnologia TOE (TCP/IP Offload Engine);
- Operar automaticamente nas velocidades de comunicação de 10/100/1000 MBPS, módulo *full duplex*;
- Capacidade de suportar *boot iscsi*;
- Suportar *boot* através de *pxe*;
- Suportar a tecnologia de RSS (*Receive Side Scaling*);
- Suportar virtual lans, *jumbo frames* e link *aggregation*.

**Controladora RAID**

- Controladora RAID, compatível com discos rígido padrão SAS e SATA com interface de 12 gb/s;
- Suportar RAID 0, 1, 5, 6, 10, 50 e 60;
- Cache de pelo menos 2GB;
- Suportar expansão de capacidade de forma on-line;
- Permitir detecção e recuperação automática de falhas e reconstrução, também de forma automática, dos volumes de RAID sem impacto para as aplicações e sem necessidade de reiniciar o equipamento;
- Suporte a recursos de *hot swap* para as unidades de disco rígido;
- Suportar implementação de disco global *hot-spare*;
- Suportar migração de nível de RAID;
- Suportar *self-monitoring analysis and reporting technology (smart)*.

**Armazenamento**

- Mínimo de 2 (dois) discos padrão tipo SSD, cada um com capacidade mínima de 480 GB, *hot pluggable*, de 2,5 polegadas;
- *Hot plug* e *hot swap*, que permita sua substituição sem necessidade de desligar o equipamento, garantindo a continuidade das operações sem impacto para as aplicações;
- Compatível com a controladora RAID descrita acima;
- Possuir capacidade de no mínimo 4 discos de 2,5 ou 3,5";
- Capacidade de pelo menos 64 TB.

**Controladora de vídeo**

- Tipo *on board* ou placa de vídeo;



Consórcio de Informática  
na Gestão Pública Municipal

- Barramento compatível: pci ou pci express;
- Capacidade da memória cache de vídeo ou da placa de vídeo de no mínimo de 08 MB;
- Resolução gráfica de 1280 x 1024 pixels ou superior;

#### Unidade de leitura de DVD-Rom

- Possuir 01 (uma) unidade de leitura de CD / DVD interna ao gabinete;
- Compatível com leitura de mídias: CD e DVD.

#### Gerenciamento, inventário e monitoramento

- O equipamento ofertado deverá possuir placa de gerenciamento remoto que possibilite o gerenciamento "out-of-band" através de porta RJ-45, não sendo essa nenhuma das interfaces de controladora de rede;
- A placa de gerenciamento deve ter total compatibilidade com o mesmo e integração total com software de gerenciamento a ser disponibilizado;
- Permitir acesso a console web e console CLI;
- Permitir controle remoto tipo virtual KVM mesmo quando o sistema operacional estiver inoperante;
- Suportar autenticação via LDAP ou Radius;
- Permitir desligar e reiniciar o servidor através da console de gerenciamento, mesmo em condições de indisponibilidade do sistema operacional;
- Realizar inventário de hardware, BIOS e firmware, possibilitando a geração de relatórios;
- Suportar update de BIOS e firmware;
- Emitir alertas de falha de hardware e permitir a criação de filtros de alertas isolados e notificação por e-mail.

#### Compatibilidade com sistema operacional

- O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema operacional Windows Server 2016 versões x64 e R2 x64. Esse item deverá ser comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Microsoft no link: <http://www.windowsservercatalog.com>;
- O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema operacional Red Hat Enterprise Linux 6 ou posterior. Esse item deverá ser comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Red Hat no link: <https://hardware.redhat.com/hwcert/index.cgi>;
- O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema operacional Ubuntu Server 16.04 LTS ou posterior. Esse item deverá ser comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Canonical no link: <https://certification.ubuntu.com/server>;
- O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema de virtualização VMware ESX 6.0 ou posterior. Esse item deverá ser comprovado através do Compatibility Guide da VMware no link: <http://www.vmware.com/resources/compatibility>.

#### Sistema operacional

- O servidor deverá ser oferecido sem sistema operacional.

**Drivers**

- Junto ao equipamento deverá acompanhar mídia de inicialização e configuração do equipamento contendo todos os *drivers* de dispositivos de forma a permitir a fácil instalação do equipamento;
- O fabricante do equipamento deve disponibilizar no seu respectivo web site, download gratuito de todos os *drivers* de dispositivos, BIOS e *firmwares* permitindo todas as atualizações de melhoria necessárias.

**Acessórios**

- Devem ser fornecidos junto com o servidor, todos os acessórios e cabos necessários para o pleno funcionamento do mesmo;
- Kit de trilhos e braço organizador de cabos para fixação dos equipamentos em *rack* padrão 19 polegadas, permitindo o deslizamento do equipamento a fim de facilitar a manutenção.

**Serviços de instalação**

- Serviço de instalação física em local indicado pela contratante, incluindo a devida energização para teste dos equipamentos.

**2.6 SERVIDOR - MODELO 2:****Gabinete da CPU**

- Gabinete tipo *rack* padrão 19", com altura de no máximo 2u original do fabricante do equipamento;
- Novo e sem uso anterior, com trilhos, manuais e quaisquer outros componentes necessários para instalação em *rack* ofertados como padrão do produto;
- Possuir *display* embutido no painel frontal do gabinete para exibição de alertas de funcionamento dos componentes internos, tais como falhas de processador, memória RAM, fontes de alimentação, disco rígido e ventilador;
- Possuir projeto *tool-less*, ou seja, não necessita de ferramentas para abertura do gabinete e instalação/desinstalação de placas de expansão;
- Controle remoto liga/desliga do servidor, mesmo em condições de indisponibilidade do sistema operacional.

**Sistema de ventilação**

- Possuir ventilação adequada para a refrigeração do sistema interno do equipamento na sua configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para operação;
- Ventiladores deverão ser redundantes.

**Fonte de alimentação**

- Fontes de alimentação redundantes e *hot-pluggable* com potência suficiente para o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, ou seja,



- as fontes devem suportar o equipamento em sua configuração máxima suportada de processadores, memória, discos e placas;
- Faixa de tensão de entrada entre 100 e 240 Vac em 60 hz com chaveamento automático de voltagem;
  - Fornecer cabos de alimentação para cada fonte de alimentação de forma a possibilitar a instalação em circuitos elétricos distintos;
  - Os cabos de alimentação devem ser fornecidos no padrão NBR 14136, 10a, 250v, 1,8 metro.

**Processadores**

- Equipado com ao menos 01 (um) processador de 8 oito núcleos (*octa-core*) ou superior, padrão x86, originalmente concebido para servidores;
- Frequência de *clock* interna de no mínimo 2.4 GHz;
- Cache mínimo de 11 MB;
- Controladora de memória integrada com suporte à DDR4 de no mínimo 2666Mhz;
- Link de comunicação do processador com o restante do sistema de pelo menos 8 gt/s;
- Possuir tecnologia de otimização para virtualização;
- Suportar operações em 64 bits;
- O processador deverá consumir no máximo (tdp) 180 w;
- Tecnologia mínima de 14nm.

**Chipset e slots de expansão**

- O *chipset* deve ser da mesma marca do fabricante dos processadores e suportar a velocidade de comunicação com os mesmos;
- Deverá possuir no mínimo 2 (dois) *slots* compatíveis com o padrão PCI-e 3.0.

**BIOS**

- Possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o equipamento e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS;
- A BIOS deve possuir o número de série/serviço do equipamento e campo editável que permita inserir identificação de ativo podendo ser consultada por software de gerenciamento;
- Suporte ao recurso tpm.

**Memória RAM**

- Módulos de memória tipo DDR4 RDIMM (*registered dimm*) com tecnologia de correção ECC (*Error Correcting Code*) e velocidade mínima de 2.133 Mhz;
- Possuir ao menos 128 GB de memória RAM;
- Suportar expansão de memória RAM para até 640 GB ou superior;
- Suportar espelhamento de memória (*memory mirroring*).

**Portas de comunicação**

- Todos os conectores das portas de entrada/saída de sinal devem ser identificados pelos nomes ou símbolos;



Consórcio de Informática  
na Gestão Pública Municipal

- Possuir no mínimo 04 (quatro) portas USB, sendo ao menos 02 (duas) delas situadas na parte frontal do gabinete e 02 (duas) na versão 3.0;
- Possuir 01 porta para monitor de vídeo padrão VGA, localizada na parte frontal do gabinete ou na parte traseira do gabinete;

#### Interfaces de rede

- Possuir 04 interfaces de rede RJ-45 através de controladoras integradas e 01 interface de rede de gerenciamento;
- As interfaces de rede devem ser padrão gigabit ethernet com tecnologia TOE (TCP/IP *Offload Engine*);
- Operar automaticamente nas velocidades de comunicação de 10/100/1000 mbps, modulo *full duplex*;
- Capacidade de suportar *boot iscsi*;
- Suportar *boot* através de pxe;
- Suportar a tecnologia de RSS (*Receive Side Scaling*);
- Suportar virtual lans, *jumbo frames* e link *aggregation*.

#### Controladora RAID

- Controladora RAID, compatível com discos rígido padrão SAS e SATA com interface de 12 gb/s;
- Suportar RAID 0, 1, 5, 6, 10, 50 e 60;
- Cache mínimo de 2GB;
- Suportar expansão de capacidade de forma on-line;
- Permitir detecção e recuperação automática de falhas e reconstrução, também de forma automática, dos volumes de RAID sem impacto para as aplicações e sem necessidade de reiniciar o equipamento;
- Suporte a recursos de *hot swap* para as unidades de disco rígido;
- Suportar implementação de disco global *hot-spare*;
- Suportar migração de nível de RAID;
- Suportar *self-monitoring analysis and reporting technology (smart)*.

#### Armazenamento

- 2 (dois) discos padrão tipo SSD, cada um com capacidade mínima de 480 GB, *hot pluggable*, de 2,5 polegadas;
- *Hot plug* e *hot swap*, que permita sua substituição sem necessidade de desligar o equipamento, garantindo a continuidade das operações sem impacto para as aplicações;
- Não serão aceitos discos em gabinetes externos ao servidor;
- Compatível com a controladora RAID descrita acima;
- Possuir capacidade de no mínimo 8 discos de 2,5" ou 3,5"
- Capacidade máxima de pelo menos 128TB.

#### Controladora de vídeo

- Tipo *on board* ou placa de vídeo;
- Barramento compatível: pci ou pci *express*;
- Capacidade da memória cache de vídeo ou da placa de vídeo de no mínimo de 08 MB;



- Resolução gráfica de 1280 x 1024 *pixels* ou superior.

**Unidade de leitura de DVD-Rom**

- Possuir 01 (uma) unidade de leitura de CD / DVD interna ao gabinete;
- Compatível com leitura de mídias: CD e DVD.

**Gerenciamento e inventário**

- O equipamento ofertado deverá possuir placa de gerenciamento remoto que possibilite o gerenciamento "out-of-band" através de porta RJ-45, não sendo essa nenhuma das interfaces de controladora de rede;
- A placa de gerenciamento deve ter total compatibilidade com o mesmo e integração total com software de gerenciamento a ser disponibilizado;
- Permitir acesso a console web e console CLI;
- Permitir controle remoto tipo virtual KVM mesmo quando o sistema operacional estiver inoperante;
- Suportar autenticação via LDAP ou Radius;
- Permitir desligar e reiniciar o servidor através da console de gerenciamento, mesmo em condições de indisponibilidade do sistema operacional;
- Realizar inventário de *hardware*, BIOS e *firmware*, possibilitando a geração de relatórios;
- Suportar *update* de BIOS e *firmware*;
- Emitir alertas de falha de hardware e permitir a criação de filtros de alertas isolados e notificação por e-mail.

**Compatibilidade com sistema operacional**

- O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema operacional Windows Server 2016 versões x64 e R2 x64. Esse item deverá ser comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Microsoft no link: <http://www.windowsservercatalog.com>;
- O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema operacional Red Hat Enterprise Linux 6 ou posterior. Esse item deverá ser comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Red Hat no link: <https://hardware.redhat.com/hwcert/index.cgi>;
- O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema operacional Ubuntu Server 16.04 LTS ou posterior. Esse item deverá ser comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Canonical no link: <https://certification.ubuntu.com/server>;
- O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema de virtualização VMware ESX 6.0 ou posterior. Esse item deverá ser comprovado através do Compatibility Guide da VMware no link: <http://www.vmware.com/resources/compatibility>.

**Sistema operacional**

- O servidor deverá ser oferecido sem sistema operacional.

**Drivers**



- Junto ao equipamento deverá acompanhar mídia de inicialização e configuração do equipamento contendo todos os *drivers* de dispositivos de forma a permitir a fácil instalação do equipamento;
- O fabricante do equipamento deve disponibilizar no seu respectivo web site, download gratuito de todos os *drivers* de dispositivos, BIOS e *firmwares* permitindo todas as atualizações de melhoria necessárias.

**Acessórios**

- Devem ser fornecidos junto com o servidor, todos os acessórios e cabos necessários para o pleno funcionamento do mesmo;
- Kit de trilhos e braço organizador de cabos para fixação dos equipamentos em *rack* padrão 19 polegadas, permitindo o deslizamento do equipamento a fim de facilitar a manutenção.

**Serviços de instalação**

- Serviço de instalação física em local indicado pela contratante, incluindo a devida energização para teste dos equipamentos.

**2.7 NOTEBOOK - MODELO 1:****Gabinete**

- Display policromático tipo antirreflexo com tamanho entre 14 e 16 polegadas, com resolução mínima de 1366 x 768 em 16 milhões de cores;
- Teclado embutido ao gabinete no padrão ABNT-2;
- Mouse embutido do tipo *touch pad* com 02 (dois) botões, suporte a função com cinco dedos;
- Possuir chave ou combinação de tecla (fn + tecla) para acionamento da rede sem fio e volume do som com as seguintes funções: aumentar, diminuir e mudo;
- Possuir 02 (dois) alto-falantes internos ao gabinete;
- Possuir microfone digital interno ao gabinete;
- Possuir *webcam* HD integrada;
- Peso máximo do conjunto (equipamento com bateria) de 1,90 kg;
- Possuir suporte a trava de segurança;
- Leitor de impressão digital capacitiva, sem adaptações.

**Adaptador de energia e bateria**

- Carregador/adaptador de energia da mesma marca do fabricante do equipamento, bivolt, com recarga inteligente;
- Bateria integrada com capacidade para operar o equipamento sem gerenciamento de energia ativado por um período mínimo de 4,0 horas.

**Processador**

- Processador com performance mínima de pelo menos 7.950 (sete mil e novecentos e cinquenta) pontos, na performance test 9 da passmark® software. O desempenho será comprovado por intermédio de resultados de benchmark, disponíveis em: [http://www.cpubenchmark.net/cpu\\_list.php](http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php);



- Processador gráfico integrado;
- É obrigatório declarar, na proposta, o modelo do processador ofertado.

**Memória RAM**

- Módulos de memória RAM tipo DDR4 com barramento de 2400Mhz ou superior;
- Possuir 08 GB de memória RAM instalada;
- 2 slots de memória, expansível a 16GB.

**Circuitos integrados (chipset)**

- O chipset deve ser da mesma marca/fabricante do processador do equipamento;
- Placa mãe da mesma marca do fabricante do equipamento e desenvolvida especificamente para o modelo ofertado.

**BIOS e segurança**

- BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou ter direitos *copyright* sobre essa BIOS, comprovado através de documento oficial (atestado, catálogo ou site) fornecido pelo fabricante do equipamento, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas;
- Possuir senhas de setup para *power-on*, administrador e disco rígido;
- A BIOS deve possuir gravado o código de identificação, utilizado pelo fabricante do equipamento;
- Chip de segurança TPM versão 2.0 integrado para criptografia;
- Deverá ser entregue solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento como HDD, SSD e SSHD em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela BIOS;
- Deverá possuir recurso para downgrade de bios;
- Deverá possuir ferramenta gráfica para diagnóstico de saúde do hardware, sendo acessado através das teclas de função F1... F12, sendo necessário apresentar no mínimo:
  - Versão de BIOS;
  - Número de série do equipamento;
  - Realizar testes de vídeo, módulos de memória RAM (teste básico ou estendido), dispositivo de armazenamento (HDD ou SSD), cabos e conectores, alto falante interno, com execução de testes independente do estado/versão sistema operacional;
  - A mensagem de erro gerada por este diagnóstico deverá ser o suficiente para abertura de chamado do equipamento durante o período de vigência de garantia.

**Portas de comunicação**

- As seguintes interfaces devem estar integradas ao equipamento:
  - Possuir 01 (uma) porta RJ-45 de rede ethernet;
  - Possuir ao menos 01 (uma) porta HDMI (não serão aceitas com padrão mini HDMI);
  - Possuir cartão leitor SD integrado;



Consórcio de Informática  
na Gestão Pública Municipal

- Possuir no mínimo 03 (três) portas integradas usb sendo no mínimo 02 (duas) portas usb tipo 3.1;
- Possuir interface de áudio com entrada para microfone e saída estéreo amplificada para fones de ouvido, sendo aceito conector combo.

**Interface de rede local**

- Placa de rede integrada a placa mãe padrão gigabit ethernet;
- Opera automaticamente nas velocidades de comunicação de 10/100/1000 mbps, com suporte à pxe.

**Interface de rede sem fio**

- Placa de rede wireless embutido compatível com os padrões 802.11ac;
- Bluetooth versão 4.1 embutida ou superior.

**Controladora de vídeo**

- Controladora de vídeo padrão integrada compatível com directx 12 e opengl 2.0 ou superior.

**Controladora de áudio**

- Controladora de áudio com barramento Intel;
- 2 Watts RMS por canal.

**Disco rígido**

- Possuir 01 (uma) unidade de disco rígido interno ao gabinete;
- Disco rígido padrão SATA com capacidade de armazenamento mínimo de 480 GB e velocidade mínima de rotação de 5.400 RPM, se magnético/mecânico e de 240 GB, se for de estado sólido (SSD).

**Sistema operacional e drivers**

- Licença do sistema operacional Windows 10 Professional 64 bits, em português do Brasil, versão OEM com licença de uso. Deverá estar instalado, o sistema operacional Windows 10 Professional 64 bits e todos os drivers de adaptadores internos necessário para seu funcionamento;
- Deve ser comprovado que o notebook está preparado para suportar o Windows 10 através do respectivo logo obtido no *Windows logo'd products list* para Microsoft;
- Deve ser fornecida mídia com todos os drivers, compatível com Microsoft Windows 10 pro 64 bits, sendo aceito via download do site do fabricante, necessário para o perfeito funcionamento do equipamento;
- O fabricante deve disponibilizar em seu respectivo web site, download gratuito de todos os drivers de dispositivos, BIOS e firmwares para o equipamento ofertado, sem a necessidade de inserir o número de série do equipamento para consulta da versão do sistema operacional.

**Outros**



- Os componentes do equipamento deverão ser homologados pelo fabricante. Não será aceita a adição ou subtração de qualquer componente não original de fábrica para adequação do equipamento.

## 2.8 NOTEBOOK - MODELO 2:

### Gabinete

- Display policromático tipo antirreflexo e de 250 nits com tamanho entre 14 e 17 polegadas, com resolução mínima de 1920 x 1080 em 16 milhões de cores;
- Teclado embutido ao gabinete no padrão ABNT-2, retro iluminado;
- Mouse embutido do tipo *touch pad* com 02 (dois) botões e função 5 dedos;
- Possuir chave ou combinação de tecla (fn + tecla) para acionamento da rede sem fio e volume do som com as seguintes funções: aumentar, diminuir e mudo;
- Possuir 02 (dois) alto-falantes internos ao gabinete;
- Possuir microfone digital interno ao gabinete;
- Possuir *webcam* HD integrada;
- Peso máximo do conjunto (equipamento com bateria) de 2 kg.

### Adaptador de energia e bateria

- Carregador/adaptador de energia da mesma marca do fabricante do equipamento, bivolt, com recarga inteligente e carga rápida;
- Bateria integrada com capacidade para operar o equipamento sem gerenciamento de energia ativado por um período mínimo de 7 horas.

### Processador

- Processador com performance mínima de 8.500 (oito mil e quinhentos) pontos, na performance test 9 da passmark® software. O desempenho deverá ser comprovado por intermédio de resultados de benchmark, disponíveis em: [http://www.cpubenchmark.net/cpu\\_list.php](http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php);
- Processador gráfico integrado;
- É obrigatório declarar, na proposta, o modelo do processador ofertado.

### Memória RAM

- Módulos de memória RAM tipo DDR4 com barramento de 2133 mhz ou superior;
- Possuir ao menos 08 GB de memória RAM instalada;
- Capacidade de expansão para até 32gb.

### Circuitos integrados (chipset)

- O chipset deve ser da mesma marca/fabricante do processador do equipamento;
- Placa mãe da mesma marca do fabricante do equipamento e desenvolvida especificamente para o modelo ofertado.

### BIOS e segurança

- BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou ter direitos *copyright* sobre essa BIOS, comprovado através de documento oficial (atestado,



Consórcio de Informática  
na Gestão Pública Municipal

catálogo ou site) fornecido pelo fabricante do equipamento, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas;

- Possuir senhas de *setup* para *power-on*, administrador e disco rígido;
- A BIOS deve possuir gravado o código de identificação, utilizado pelo fabricante do equipamento;
- Possibilitar gravação, em memória não volátil, do número de patrimônio fornecido pela contratante e número de série do equipamento ofertado;
- Permitir downgrade de versão de bios e replicação em escala;
- Chip de segurança TPM versão 2.0 integrado para criptografia;
- Deverá ser entregue solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento como HDD, SSD e SSHD em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela BIOS;
- BIOS deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-147 ou ISO/IEC 19678, baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade do BIOS antes de passar o controle de execução a mesma;
- Certificação militar de resistência MIL-SPEC 810G.

#### Portas de comunicação

- As seguintes interfaces devem estar integradas ao equipamento:
  - Possuir 01 (uma) porta RJ-45 de rede ethernet;
  - Possuir 01 (uma) porta HDMI;
  - Possuir cartão compatível com leitor SD integrado 4.0;
  - Possuir no mínimo 03 (três) portas integradas USB sendo no mínimo 01 (uma) energizada: e ao menos 1 USB 3.0 ou superior;
  - Possuir interface de áudio com entrada para microfone e saída estéreo amplificada para fones de ouvido, sendo aceito conector combo;

#### Interface de rede local

- Placa de rede integrada a placa mãe padrão gigabit ethernet;
- Opera automaticamente nas velocidades de comunicação de 10/100/1000 mbps, com suporte à pxe.

#### Interface de rede sem fio

- Placa de rede wireless embutido compatível com os padrões ieee 802.11ac;
- Bluetooth versão 4.1 ou superior.

#### Controladora de vídeo

- Controladora de vídeo padrão integrada compatível com directx 12 e opengl 2.0 ou superior.

#### Controladora de áudio

- Controladora de áudio com no mínimo 24 bits.

#### Disco rígido

- Possuir ao menos 01 (uma) unidade de disco solido M.2 interno ao gabinete;



- Disco solido padrão (SSD ou M.2 Sata) com capacidade de armazenamento mínimo de 240 GB.

#### **Sistema operacional e drivers**

- Licença do sistema operacional Windows 10 Professional 64 bits, em português do Brasil, versão OEM com licença de uso. Deverá estar instalado, o sistema operacional Windows 10 Professional 64 bits e todos os drivers de adaptadores internos necessário para seu funcionamento;
- Deve ser comprovado que o notebook está preparado para suportar o Windows 10 através do respectivo logo obtido no Windows logo'd products list para Microsoft;
- Deve ser fornecida mídia com todos os drivers, compatível com Microsoft Windows 10 PRO 64 bits, sendo aceito via download do site do fabricante, necessário para o perfeito funcionamento do equipamento;
- O fabricante deve disponibilizar no seu respectivo web site, download gratuito de todos os drivers de dispositivos, BIOS e firmwares para o equipamento ofertado, sem a necessidade de inserir o número de série do equipamento para consulta do sistema operacional.

### **3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

Existe uma necessidade evidente em todos os municípios consorciados do CIGA de Santa Catarina de atualização e modernização do seu entorno, oferecendo o máximo de serviços a seus contribuintes, sendo a tecnologia o carro chefe para esta inovação. A contratação do serviço previsto no presente Edital propiciará aos municípios uma definição de padrão único de tecnologias, com valores únicos para as Prefeituras e outros órgãos municipais de pequeno, médio e grande porte, possibilitando a flexibilidade de contratação de acordo com a necessidade pontual de cada localidade, e dentro da celeridade que o município necessita. A unificação da modalidade de contratação de tecnologias, via serviços e de forma unificada, pretende reduzir custos e processos significativos com eliminação de processos licitatórios pontuais em cada unidade para estas contratações.

Haverá um padrão único de SLA de atendimento de acordo com o estabelecido para todos os municípios contratantes, com gestão e monitoramento contínuos, que garanta ao município segurança, *compliance*, controle, inventário dos equipamentos e manutenções preventivas.

A contratação dos serviços, no âmbito do CIGA, faz-se necessária para a manutenção e disponibilização dos diversos sistemas do CIGA ofertados aos municípios via internet. Vale ressaltar, que a terceirização destes serviços, especialmente para os sistemas de alta demanda, é imprescindível para garantir que os sistemas estejam *on-line* em pelo menos 99,8% do tempo. Com o crescimento do consórcio, há uma necessidade clara no CIGA de possuir um ambiente seguro, funcional e altamente disponível para que possam ser entregues serviços de qualidade aos municípios.

### **4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**



4.1 A Licitante deverá apresentar catálogo ou manual dos equipamentos e softwares ofertados, a fim de comprovar o atendimento das exigências da especificação técnica. Caso o catálogo ou manual do equipamento seja omissivo para essa comprovação, deverá ser apresentada declaração do fabricante/distribuidor do equipamento ou software, em português, informando que o equipamento atende plenamente as exigências descritas no edital;

4.2 Para a execução dos serviços, será necessária a comprovação de aptidão técnica de, no mínimo, um profissional da equipe através das certificações COBIT ou ITIL;

4.3 Para o cumprimento do referido nível de serviço, a CONTRATADA deverá providenciar todos os materiais necessários, além do corpo técnico, veículos para atendimento dos chamados, planejamento para distribuição de peças, com técnicos contratados através da CLT ou credenciados técnicos terceirizados (com contrato estabelecido com a CONTRATADA), certificados, e devidamente uniformizados e com crachá de identificação, prezando a qualidade do serviço prestado e sendo a CONTRATADA responsável por estes;

4.4 A aceitação dos documentos obtidos via "internet" ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pelo Pregoeiro e equipe de apoio;

4.5 Todos os documentos deverão estar em nome da Licitante e, preferencialmente com o número do CNPJ, e endereço respectivo;

4.6 Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

4.7 Se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz;

4.8 Se a Licitante for a matriz e a fornecedora for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial simultaneamente;

4.9 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados, de tal forma, que não possam ser entendidos;

4.10 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

## **5. PROVA DE CONCEITO - POC**

5.1 A Prova de Conceito – POC consiste na validação das informações da Proposta - Nível de Atendimento aos Requisitos da PROPONENTE classificada em primeiro lugar na etapa de lances, a partir da observação do funcionamento prático da Solução ofertada (software), demonstrado pela PROPONENTE, sem ônus ao CIGA.



5.2 O Licitante declarado vencedor da etapa de lances deverá efetuar, no quinto dia útil seguinte à realização da sessão pública de pregão eletrônico, demonstração técnica do software ofertado (sistema operacional e de gerenciamento), objeto deste certame, que deverá contemplar os requisitos previstos, no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

5.3 A demonstração técnica do software que compõe este sistema de tecnologia da informação e comunicação ofertado para gerenciamento dos equipamentos deverá apresentar plena operacionalidade, no ato da apresentação, sem a necessidade de customizações ou adequações posteriores.

5.4 Para a prova de conceito, o Licitante declarado vencedor da etapa de lances deverá enviar à sede do CIGA um equipamento do lote 1 e um equipamento do lote 2, caso seja possível a apresentação remota do Sistema de Gerenciamento. Todavia, caso haja necessidade de que o servidor de gerenciamento esteja na mesma infraestrutura de rede dos computadores gerenciados, tal servidor deverá ser enviado à sede do CIGA juntamente com um equipamento do lote 1 e um equipamento do lote 2, devidamente configurados. Ainda, caso não haja a possibilidade de operação remota do servidor de gerenciamento, e havendo a necessidade de envio de um operador, o Licitante deve comunicar antecipadamente o CIGA para que seja providenciado um ambiente adequado, respeitando, assim, todas as medidas de segurança sanitária durante sua execução.

5.5 A proponente terá a sua disposição ponto de banda larga de internet, sendo os equipamentos necessários à demonstração de responsabilidade da proponente.

5.6 O tempo máximo de demonstração técnica será de 01 (uma) hora, prorrogáveis, a critério da Comissão Técnica avaliadora, se esta o julgar necessário.

5.7 A validação das informações constantes da Proposta dar-se-á por meio da demonstração prática da execução das atividades relacionadas no Anexo I – Termo de Referência, conforme roteiro a seguir:

5.7.1 Para a sessão pública virtual da prova de conceito, o CIGA deverá disponibilizar sala virtual, sem necessidade de senha de acesso a qualquer interessado em acompanhar a POC.

5.7.2 Embora o acesso seja livre para qualquer pessoa, esta deverá se identificar pelo chat no momento do acesso, informando o nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e o CNPJ e a razão social caso esteja representando alguma empresa, mantendo também a câmera de vídeo ligada durante o acesso.

5.7.3 A comissão de licitação gerenciará a abertura de áudio e a coordenação dos trabalhos e participações, sendo assegurado o registro de manifestação no chat da sala de reunião por escrito, que deverá ser lavrada em ata, sempre que solicitado.

5.8 Prova de Conceito para gerenciamento de Notebooks e Desktops:

5.8.1 Da Gestão dos Endpoints e Console de Gerenciamento:



5.8.1.1 Deverá ser comprovado, em um computador com Microsoft Windows® 10, que o agente (endpoint) está sendo executado (como aplicação ou serviço).

5.8.1.2 Deverá ser criada uma nova política restringindo algum acesso ao hardware da máquina em que o endpoint está instalado.

5.8.1.3 Deverá ser demonstrada a ativação e desativação remota do endpoint.

5.8.1.4 Deverá ser mostrado que o endpoint está enviando logs ao servidor.

5.8.1.5 Deverá ser demonstrada a instalação e desinstalação remota de algum software no computador onde o endpoint está instalado.

5.8.1.6 Deverá ser colocado o computador onde o endpoint está instalado em modo de stand by ou de hibernação.

5.8.1.7 Deverá ser exibida na console de gerenciamento a “presença” do computador com o endpoint ativo;

5.8.1.8 Deverá ser exibido na console de gerenciamento os logs coletados do computador onde o endpoint está operando.

#### 5.8.2 Dos Relatórios

5.8.2.1 Deverá ser criado um relatório em um formato digital com o inventário de software e hardware do computador com o endpoint instalado.

5.8.2.2 Deverá permitir a visualização de um relatório através de um endereço web.

5.8.2.3 Deverá ser possível através da interface web gerar um relatório com gráficos e com drill down.

#### 5.8.3 Do Inventário e descoberta de Endpoints em Computadores e Notebooks

5.8.3.1 Deverá ser exibida a descoberta automática de computadores locais;

5.8.3.2 Deverá ser exibida a descoberta automática de computadores por faixa de endereço IP

5.8.3.3 Deverá ser exibido o inventário básico contendo Hostname, domínio, Sistema Operacional (com versão), Idioma, Endereço MAC e IPv4.

5.8.3.4 Deverão ser exibidos no console de gerenciamento os eventos de logon e logoff e o tempo total logado da máquina demonstrada.

5.8.3.5 Deverá ser realizado um inventário de software da máquina com ou sem o agente instalado.



5.8.3.6 Deverá ser realizado e exibido um inventário de hardware contendo ao menos o tipo de processador e velocidade, fabricante do hardware, modelo do hardware, número de série e endereço MAC.

5.8.3.7 Deverá ser exibido um relatório com todos os softwares instalados, inclusive os ocultos.

5.8.3.8 Deverá ser demonstrada uma alteração no hardware ou software (instalação ou exclusão) do computador com endpoint e mostrar que a alteração foi replicada no console de gerenciamento.

#### 5.8.4 Da Gestão de Energia

13.8.4.1 Deverá ser demonstrada a alteração do perfil de energia no dispositivo com endpoint instalado.

#### 5.8.5 Do Gerenciamento de Contrato e uso de softwares

5.8.5.1 Deverá ser demonstrada a identificação de softwares instalados e licenciados.

5.8.5.2 Deverá ser excluído um software não permitido.

5.8.5.3 Deverá ser demonstrada o bloqueio de instalação de um software que esteja na lista negra (blacklist).

#### 5.8.6 Da Distribuição de Softwares

5.8.6.1 Deverá ser demonstrada a distribuição e/ou instalação remota de um software ou patch no computador com endpoint, de forma silenciosa, com acompanhamento em tempo real.

#### 5.8.7 Da Medição e Remoção de Softwares

5.8.7.1 Deverá ser visualizado a medição de utilização de um software instalado no computador com endpoint.

5.8.7.2 Deverá ser demonstrado o envio de alerta quando um software é removido do computador com endpoint.

5.8.7.3 Deverá ser demonstrado quais softwares estão em execução no computador com endpoint instalado.

#### 5.8.8 Da Medição e Remoção de Softwares

5.8.8.1 Deverá ser realizado um acesso remoto ao computador com endpoint instalado, sem consentimento do usuário, e demonstrar que logs foram gerados para esse acesso.

#### 5.8.9 Da Gestão de Performance



5.8.9.1 Deverá ser exibido a análise de performance com acompanhamento de ocupação de memória e CPU, espaço em disco e tráfego de rede.

5.9 Prova de Conceito para gerenciamento de Servidores:

5.9.1 Da Gestão dos Endpoints e Console de Gerenciamento:

5.9.1.1 Deverá ser comprovado, em um computador com Microsoft Windows® Server 2003 ou superior, que o agente (endpoint) está sendo executado (como aplicação ou serviço).

5.9.1.2 Deverá ser criada uma nova política restringindo ou alterando algum acesso na máquina em que o endpoint está instalado.

5.9.1.3 Deverá ser demonstrada a ativação e desativação remota do endpoint.

5.9.1.4 Deverá ser mostrado que o endpoint está enviando logs ao servidor.

5.9.1.5 Deverá ser colocado o computador onde o endpoint está instalado em modo de stand by ou de hibernação.

5.9.1.6 Deverá ser exibida na console de gerenciamento a “presença” do computador com o endpoint ativo;

5.9.1.7 Deverá ser exibido na console de gerenciamento os logs coletados do computador onde o endpoint está operando.

5.9.2 Dos Relatórios

5.9.2.1 Deverá ser criado um relatório em um formato digital com o inventário de software e hardware do computador com o endpoint instalado.

5.9.3 Do Inventário e descoberta de Endpoints

5.9.3.1 Deverá ser exibida a descoberta automática de servidores locados;

5.9.3.2 Deverá ser exibida a descoberta automática de servidores por faixa de endereço IP;

5.9.3.3 Deverá ser exibido o inventário básico contendo Hostname, domínio, Sistema Operacional (com versão), Idioma, Endereço MAC e IPv4.

5.9.3.4 Deverão ser exibidos no console de gerenciamento os eventos de logon e logoff e o tempo total logado da máquina demonstrada.

5.9.3.5 Deverá ser realizado um inventário da máquina sem o agente instalado.

5.9.3.6 Deverá ser exibido um inventário de hardware contendo ao menos o tipo de processador e velocidade, fabricante do hardware, modelo do hardware, número de série e endereço MAC.



5.9.3.7 Deverá ser exibido um relatório com todos os softwares instalados, inclusive os ocultos.

5.9.3.8 Deverá ser demonstrada uma alteração no hardware ou software (instalação ou exclusão) do servidor com endpoint e mostrar que a alteração foi replicada no console de gerenciamento.

5.9.4 Do Gerenciamento de Contrato e uso de softwares

5.9.4.1 Deverá ser demonstrada a identificação de softwares instalados e licenciados.

5.9.4.2 Deverá ser excluído um software não permitido.

5.9.4.3 Deverá ser demonstrada o bloqueio de instalação de um software que esteja na lista negra (blacklist).

5.9.5 Da Distribuição de Softwares

5.9.5.1 Deverá ser demonstrada a distribuição e/ou instalação remota de um software ou patch no servidor com endpoint, de forma silenciosa, com acompanhamento em tempo real.

5.9.6 Da Medição e Remoção de Softwares

5.9.6.1 Deverá ser visualizado a medição de utilização de um software instalado no servidor com endpoint.

5.9.6.2 Deverá ser demonstrado o envio de alerta quando um software é removido do servidor com endpoint.

5.9.6.3 Deverá ser demonstrado quais softwares estão em execução no servidor com endpoint instalado.

5.9.7 Da Medição e Remoção de Softwares

5.9.7.1 Deverá ser realizado um acesso remoto ao servidor com endpoint instalado, sem consentimento do usuário, e demonstrar que logs foram gerados para esse acesso.

5.9.8 Da Gestão de Performance

5.9.8.1 Deverá ser exibido a análise de performance com acompanhamento de ocupação de memória e CPU, espaço em disco e tráfego de rede.

5.10 A PROPONENTE que não cumprir os requisitos do Termo de Referência (Anexo I do Edital) será desclassificada pela Comissão Técnica avaliadora e não terá direito a qualquer indenização.



5.11 A PROPONENTE não comparecendo em dia e hora previamente agendados para a realização da Sessão Pública da Prova de Conceito – POC, será automaticamente reprovada pela Comissão Técnica avaliadora.

5.12 Será classificado para a etapa de habilitação o Licitante que atender a todas as exigências contidas neste Edital e efetuar a demonstração técnica, apresentando as condições mínimas de funcionalidade previstas no Termo de Referência (Anexo I)

5.13 Ao final da Prova de Conceito – POC, a Comissão Técnica avaliadora do CIGA registrará em Ata o resultado e encaminhará ao Pregoeiro e à sua Equipe de Apoio.

## **6. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO**

6.1 Deverá ser prestada assistência técnica aos equipamentos locados, sem custo adicional em relação ao preço contratado;

6.2 Todos os equipamentos locados deverão receber a adequada e devida manutenção preventiva e/ou corretiva;

6.3 A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, disponibilizar ferramenta para registro da abertura e acompanhamento dos incidentes, informando data e horário de abertura, fato gerador do incidente, informações do problema e soluções, e data e horário de conclusão. Também é obrigação da CONTRATADA, quando solicitado, apresentar as evidências e comprovantes relacionados com o incidente;

6.4 Os prazos para início do primeiro atendimento e solução são contados a partir da abertura do incidente no portal;

6.5 Os incidentes devem ser atendidos entre segunda a sexta-feira 8h às 19h para microcomputador, notebooks e para os servidores será no regime de 24 horas x 7 dias (físico ou remoto);

6.6 Os tempos máximos para atendimento e solução do problema por parte da CONTRATADA serão contados a partir da abertura do chamado técnico ou ordem de serviço, que ocorrerá após comunicação de ocorrência da CONTRATANTE através de telefone, e-mail ou pessoalmente;

6.7 Define-se como “Tempo de atendimento ao chamado” o período compreendido entre o horário de comunicação do chamado feito pela CONTRATANTE e o horário de chegada do técnico ao local do atendimento;

6.8 Define-se como “Tempo de solução do problema”, o período compreendido entre o horário de chegada do técnico ao local de atendimento e o horário do término da solução, devidamente registrados no documento de Chamado Técnico ou ordem de serviço, pelo técnico da CONTRATADA, deixando o equipamento em condições normais de operação;



6.9 Entende-se por “Solução do problema”, a identificação e adoção de medidas corretivas a serem implementadas para sanar o problema que resultou a abertura do chamado;

6.10 Caso a CONTRATADA não termine o reparo do equipamento no prazo estabelecido no presente ajuste, a CONTRATADA deverá substituí-lo dentro do prazo especificado, por outro de sua propriedade, com características iguais ou superiores, por um período máximo de 30 dias. Caso o equipamento original não possa ser reinstalado, a CONTRATADA deverá substituí-lo por um novo;

6.11 O técnico da empresa CONTRATADA fará um relatório dos procedimentos adotados durante o atendimento, fechando este registro após ter solucionado e concluído o chamado, registrando todos os dados no sistema, procedendo com o fechamento do chamado;

6.12 Entende-se por “Fechamento do chamado”, o término do trabalho realizado pela empresa CONTRATADA, solucionando definitivamente o problema relatado no chamado, descrevendo a solução adotada, com data e hora, a identificação das peças substituídas, quando ocorrerem. Porém, para os casos em que houver a necessidade de substituição por equipamento reserva, o chamado só será fechado no retorno do equipamento original ou definitiva substituição por outro novo. Não sendo considerada, portanto, que a simples substituição por equipamento reserva seja considerada motivo para fechamento do Chamado Técnico. A CONTRATANTE poderá ficar com equipamento reserva por no máximo 30 dias corridos, após esta data, deverá ser instalado um equipamento novo, sem uso anterior, mas mesmas especificações do equipamento antigo, ou superiores;

6.13 Caso o equipamento seja trocado por outro em caráter definitivo, esta informação deverá constar no histórico do chamado, bem como os dados do novo equipamento marca, modelo, número de série, etc...) deverão constar no banco de dados;

6.14 Para atendimento do Acordo de Níveis de Serviço, O Proponente Vencedor deverá respeitar os prazos descritos na tabela abaixo;

6.15 O SLA de Atendimento, quando não houver necessidade de reposição de equipamentos ou partes dos mesmos, deverá prever tempos diferentes de solução / Atendimento, observando o nível de criticidade de cada equipamento, que estão classificados em 3 níveis:

Nível	Tempo Atendimento	Tempo Solução	Equipamentos
Crítico	2 horas	8 horas	Servidores
Médio	2 horas	16 horas	Equipamentos Avançados e Softwares
Normal	4 horas	24 horas	Equipamentos Básicos e Intermediários



6.16 Para o cumprimento do referido nível de serviço, a CONTRATADA deverá providenciar todos os materiais necessários, além do corpo técnico, veículos para atendimento dos chamados, planejamento para distribuição de peças, com técnicos contratados através da CLT ou credenciados técnicos terceirizados (com contrato estabelecido com a CONTRATADA), certificados, e devidamente uniformizados e com crachá de identificação, prezando a qualidade do serviço prestado e sendo a CONTRATADA responsável por estes.

## **7. GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO DE CHAMADOS**

---

7.1 Todos os chamados deverão ser registrados e monitorados pela CONTRATANTE em *software web* informatizado, com pelo menos os serviços abaixo:

7.1.1 Possibilitar a abertura automática de assistência técnica para qualquer equipamento instalado no parque e softwares instalados no ambiente da CONTRATANTE, de forma automatizada (via software instalado no equipamento), telefônica ou e-mail;

7.1.2 Acompanhamento e controle da execução dos serviços, sendo possível visualizar o status de cada ordem de serviço;

7.1.3 Opcionalmente, chat on-line para acompanhamento de status de OS;

7.1.4 Relatório de inventário dos equipamentos instalados, com informações do equipamento e local da instalação, contatos dos responsáveis e informações relevantes ao equipamento;

7.1.5 Possibilitar exportação dos relatórios para planilhas e editor de textos; e

7.1.6 Relatório de SLA mensal disponível no canal para consulta da CONTRATANTE.

## **8. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

---

8.1 A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pela manutenção preventiva dos equipamentos objeto desta contratação, devendo ser realizada periodicamente e obedecendo às recomendações do Manual de Operação de cada equipamento, inclusive aos serviços abaixo descritos:

8.1.1. Verificar o estado geral de conservação dos equipamentos e providenciar substituição dos mesmos sempre que for necessário;

8.1.2. Providenciar revisão geral de todos os itens previstos no Manual de Operações de acordo com a recomendação do fabricante; e

8.1.3. Efetuar as revisões periódicas, observando as recomendações do fabricante.

## **9. SUPERVISÃO**

---



9.1 A CONTRATADA deverá indicar 01 (um) preposto que será o responsável por todas as ações administrativas da prestação de serviço, tais como, gerenciar os serviços dos técnicos, emitir relatórios gerenciais, responder os questionamentos da CONTRATANTE em termos de qualidade dos serviços, melhorias, observância as cláusulas do contrato, bem como tomar as devidas ações para o fiel cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

#### **10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

10.1 Além do cumprimento das suas obrigações contratuais, além das decorrentes de lei e de normas regulamentares, constituem obrigações específicas da CONTRATADA, para a Prestação de Serviços de Gerenciamento:

10.1.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

10.1.2 Arcar com todas as despesas e encargos fiscais, previdenciários, sociais, seguros obrigatórios, seguro contra roubo, furto danos materiais e pessoais, inclusive de terceiros; e

10.1.3 Manter em serviços somente profissionais capacitados, portando crachás de identificação individuais.

10.2 Prover 2 (dois) tipos de treinamento sendo:

10.2.1 Treinamento para usuários: utilização dos recursos do equipamento, prevenção de problemas, a ser realizado no local de instalação de cada equipamento;

10.2.2 Treinamento para equipe de suporte e *service desk* da CONTRATANTE, fornecendo informações e procedimentos para realização de atendimentos em primeiro nível e gestão do ambiente; e

Os custos com os instrutores serão de responsabilidade CONTRATADA.

10.3 A aplicação dos treinamentos poderá ser necessária quando ocorrer:

10.3.1 Implantação do projeto;

10.3.2 Entrega de equipamentos novos;

10.3.3 Mudança de equipamentos; e

10.3.4 Ativação de funcionalidades dos equipamentos.

#### **11. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

11.1 Indicar o responsável pela gestão do contrato, a quem competirá a fiscalização dos serviços, solicitando à CONTRATADA, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento;



11.2 Indicar os locais de prestação dos serviços;

11.3 Disponibilizar pontos de rede para os equipamentos;

11.4 Disponibilizar pontos de conexão elétrica para os equipamentos.

## **12. FISCALIZAÇÃO/CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

12.1 A fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE não exime, nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais;

12.2 A CONTRATANTE poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos programados para execução dos serviços e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas. As eventuais substituições durante o contrato deverão ser feitas no padrão equivalente ou superior ao estipulado, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE;

12.3 Mensalmente, a CONTRATANTE realizará avaliação do nível de dos serviços prestados e calculará a percentual de ocorrências atendidas no prazo, que será utilizada como base para aplicação redutor de valor em caso de não atendimento dos níveis de serviço estabelecidos;

12.4 O redutor de valor de fatura mensal será aplicado conforme tabela abaixo:

% de ocorrências dentro do prazo	Redutor de valor da fatura
Acima de 90%	Sem redução.
De 85% a 90%	Redução de 10% da fatura referente ao valor mensal do contrato.
Menor que 85%	Redução de 20% da fatura referente ao valor mensal do contrato.

## **13. DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

13.1 O prazo inicial para implantação e treinamento dos usuários nos entes contratantes dos equipamentos e *softwares* licitados será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da solicitação formalizada pelo CIGA.

## **14. DISPOSIÇÕES GERAIS**

14. 1 O contrato a ser firmado pelo CONTRATANTE será de, no mínimo, R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais, sendo a CONTRATADA obrigada a disponibilizar os serviços solicitados. Caso o contrato seja com valor inferior a R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais, fica facultada à CONTRATADA a decisão do fornecimento dos serviços.



14.2 Os equipamentos fornecidos deverão ser novos, em linha de produção, sem uso anterior, comprovado através de documentos emitidos pelo fabricante dos equipamentos ou através de nota fiscal e entregues na caixa original do fabricante;

14.3 A CONTRATADA deverá providenciar a identificação (placa/etiqueta) para cada microcomputador, monitor, servidor e Notebook;

14.4A etiqueta deverá ser a identificação da própria CONTRATADA, e não será aceito o "Número de Série", como referência de patrimônio do equipamento;

14.5 A CONTRATADA será responsável:

14.5.1 Pelo envio dos equipamentos aos contraentes;

14.5.2 Retirada dos equipamentos da caixa original do fabricante;

14.5.3 Instalação física dos equipamentos no local definido pelo órgão.

14.6 Não será responsabilidade da CONTRATADA, a configuração e suporte relacionados a Sistema Operacional e demais aplicações de software não citadas neste Termo de Referência.

## **15. DA GESTÃO DOS MICROCOMPUTADORES E NOTEBOOKS**

Com o objetivo de proporcionar uma efetiva gestão dos dispositivos, a CONTRATADA deverá entregar junto aos equipamentos, solução que permita o controle e inventário detalhado dos equipamentos e que possibilite o monitoramento das instalações fora da política definida pela CONTRATANTE, evitando a instalação de softwares indesejados, além da possibilidade de alertas de uso que ferem as políticas de software, permitindo assim, uma rápida ação de correção. Portanto, a solução deverá ter os seguintes requisitos:

### **15.1. Solução de Gestão de equipamentos de informática (endpoints)**

15.1.1 A solução deve ser do tipo cliente/servidor, onde a parte servidora mantém todas as configurações definidas pelo administrador e a parte cliente (agente) busca ou recebe essas configurações do servidor.

15.1.2 O software cliente (agente) deve ser instalado em estações de trabalho e notebooks, ambos físicos e/ou virtuais;

15.1.3 O software de gerenciamento (parte servidora) deverá ser disponibilizado em nuvem ou servidor dedicado, sem custo para a CONTRATANTE, pela CONTRATADA;

15.1.4 Permitir o gerenciamento dos agentes, incluindo inventário de software e hardware, para, no mínimo, os seguintes sistemas operacionais:

15.1.4.1 Windows 7, 32 e 64 bits;

15.1.4.2 Windows 10, 32 e 64 bits.



15.1.5 Possibilitar o estabelecimento de alvos de políticas por filtros baseados em qualquer informação disponível sobre os clientes. Exemplos: configurações de sistema operacional, hardware, componentes, softwares e versões.

15.1.6 Clientes devem ser atualizados automaticamente nos grupos de políticas conforme a inclusão ou exclusão de clientes ou da mudança de suas configurações.

15.1.7 Implementar, na própria solução, código único para clientes, garantindo consistência para a base de dados mesmo com mudanças de hostname, endereço MAC (Mac Address) da placa de rede, endereço IP ou outras informações nos clientes evitando a criação de registros duplicados.

15.1.8 Permitir forçar comunicação dos clientes a partir da console para atualizar as políticas e inventário.

15.1.9 Permitir a ativação e desativação do software cliente por meio da console de gerenciamento, sem necessidade de reinicialização do *endpoint*.

15.1.10 Permitir que a solução funcione de forma independente, ou seja, sem a necessidade de integração ou utilização de informações de sistemas externos como, por exemplo, Active Directory (AD).

15.1.11 Permitir integração da solução com o Active Directory (AD), possibilitando, no mínimo, as seguintes tarefas:

15.1.11.1 Importação de usuários, computadores, sites, unidades organizacionais e grupos do AD;

15.1.11.2 Permitir a importação diferencial, ou seja, apenas dos dados que apresentarem modificações em relação à última sincronização realizada, mantendo a alteração mais recente;

15.1.11.3 Permitir autenticação de usuários da solução e atribuir papéis na utilização do console de gerência;

15.1.11.4 Aplicação de políticas baseadas em grupos de AD;

15.1.11.5 Instalação automática do software cliente em computadores de grupos pré-definidos do AD que ainda não estejam sendo gerenciados;

15.1.12 Permitir agendamento de instalação, atualização e desinstalação do software cliente via servidor a partir da console de gerenciamento da solução, sem necessidade de reinício (boot) dos computadores/notebooks e de forma silenciosa, ou seja, sem interação com usuário;

15.1.13 Possibilidade de definição da frequência de comunicação cliente/servidor;

15.1.14 Deverá prover funcionalidade de envio de logs a servidor.

15.1.15 Deverá permitir a definição de política geral que se aplique aos usuários que não estejam conectados à rede gerenciada pela instituição, para no mínimo:

15.1.15.1 Prover capacidade de habilitar somente aplicativos homologados pela instituição, enquanto conectados à rede gerenciada;



15.1.15.2 Prover capacidade de separar a utilização dos aplicativos privados dos corporativos homologados;

15.1.16 Controles para configuração de gerenciamento de energia dos computadores, permitindo hibernar e colocar em standby computadores sem utilização pelos usuários;

## **15.2. Console de Gerenciamento**

15.2.1. Possuir administração centralizada por meio de console única de gerenciamento;

15.2.2. Permitir a exportação de dados exibidos na console;

15.2.3. Permitir acesso a todos os logs, com interface para consultas com filtros;

15.2.4. Possuir portal em língua portuguesa.

## **15.3. Relatórios**

15.3.1. Implementar relatórios, no mínimo, para as tarefas de inventário de software e hardware, gerenciamento de contratos e distribuição de software com, no mínimo, as seguintes características:

15.3.1.1. Relatórios personalizáveis de conectividade dos agentes, identificando períodos sem comunicação;

15.3.1.2. Relatórios disponíveis em formato web acessíveis por HTTP ou HTTPS;

15.3.1.3. Relatórios exportáveis para os formatos CSV e PDF;

15.3.2. Assistente de criação e edição de relatórios com as seguintes funcionalidades:

15.3.2.1. Seleção do tipo ou item de configuração alvo do relatório;

15.3.2.2. Seleção de tabelas e campos relacionados somente ao tipo de item selecionado;

15.3.2.3. Classificação ascendente ou descendente para um ou mais campos selecionados;

15.3.2.4. Filtros para qualquer campo através de operadores igual, maior que, menor que, maior ou igual, diferente e caractere curinga;

15.3.3. Visualização relatórios através de endereço web individual de forma que possa ser aproveitado para inserções em intranets e portais web;

15.3.4. Possibilidade de criar relatórios do tipo lista, tabela e gráficos;

15.3.5. Desenvolvimento de relatórios por consultas diretas ao banco de dados;

15.3.6. Possibilidade de se criar relatórios em lista, tabela dinâmica, drill-down e gráficos usando assistente gráfico sem necessidade de programação, sendo permitido uso de qualquer informação gerenciada pela solução;



15.3.7. Relatórios disponíveis sobre os tipos de itens de configuração disponíveis e assistente para criação de novos relatórios sem a necessidade de programação por códigos de consulta ao banco de dados;

15.3.8. Geração de relatórios personalizáveis de conectividade dos agentes, identificando períodos sem comunicação:

15.3.8.1. Deverá ser capaz de informar, com periodicidade configurável, quanto a informações de usabilidade de dados estruturados e não estruturados, indicando minimamente o proprietário do arquivo, o último usuário e o maior usuário deste arquivo;

15.3.8.2. Deverá ser capaz de informar, com periodicidade configurável, quanto a registros históricos e acessibilidade dos arquivos não estruturados, validando as atividades, monitorando arquivos e diretórios;

15.3.8.3. Deverá ser capaz de informar, com periodicidade configurável, quanto a arquivos não estruturados quanto ao uso suspeito, obtendo seu histórico de uso, bloqueando seu uso caso necessário, prevenindo contra futuros furos de segurança;

15.3.8.4. Deverá possuir funcionalidades de desenvolvimento de relatórios por queries diretas ao banco de dados opcionalmente caso seja desejado relatórios específicos avançados.

#### **15.4. Inventário e descoberta de Endpoints (Computadores/Notebooks)**

15.4.1. Ser capaz de descobrir automaticamente todos os equipamentos contratados que possuam um endereço IP atribuído (microcomputador e notebook);

15.4.2. Ser capaz de descobrir dispositivos por meio do protocolo SNMP (Simple Network Management Protocol);

15.4.3. Permitir a descoberta pelo método de Faixa de Endereçamento IPv4;

15.4.4. Permitir a realização de inventário e descoberta esporádica pelo administrador e automaticamente por meio de agenda flexível, permitindo definir frequência e horário, sendo possíveis pelo menos os seguintes filtros:

15.4.4.1. IP e Faixa de Endereçamento IP;

15.4.4.2. Comunidade SNMP.

15.4.5. Captura de inventário básico independente de uso de solução de inventário provisionando as seguintes informações gerais dos clientes:

15.4.5.1. Hostname e domínio;

15.4.5.2. Sistema operacional, idioma, diretório de instalação e sistema de arquivos;

15.4.5.3. Versão do sistema operacional e Service Pack;

15.4.5.4. Tipo do dispositivo (computador, móvel, dispositivo de rede, etc.);

15.4.5.5. Endereço Mac (Mac Address);



- 15.4.5.6. Configurações TCP/IP de todas as placas de rede;
- 15.4.5.7. Indicação de endereço: IP fixo ou dinâmico;
- 15.4.6. Captura de eventos de logon e logoff identificando usuário, domínio, data de logon e logoff e tempo total logado, independentemente de o computador fazer parte de domínio e de o logon ser feito em domínio ou localmente, permitindo ao administrador identificar os usuários que estavam conectados no computador em determinado horário;
- 15.4.7. Execução do inventário através de políticas definidas no console central para dispositivos com agente;
- 15.4.8. Permitir cadastrar manualmente dados de inventário de endpoints que não possuam agente instalado ou conectividade de rede;
- 15.4.9. Permitir realização de inventário incremental, apenas das mudanças ocorridas desde o último inventário completo;
- 15.4.10. Permitir definir o período do histórico de retenção de informação para as tabelas selecionadas;
- 15.4.11. Execução do inventário de forma silenciosa sem exibição de janela e sem requerer nenhuma ação para o usuário;
- 15.4.12. Execução do inventário mesmo quando o dispositivo estiver desconectado da rede, armazenando o resultado do inventário localmente e enviando para o servidor todos os inventários locais após obter conexão com servidor;
- 15.4.13. Definição de cada tipo de informação que deve ser armazenada para histórico e prazo de retenção;
- 15.4.14. Exclusão automática de dados mais antigos que o período definido para armazenamento;
- 15.4.15. Inventário de pelo menos os seguintes tipos de informação de computadores Windows:
  - 15.4.15.1. Processador, quantidade, velocidade e tipo/marca;
  - 15.4.15.2. Tipo de computador: desktop, laptop ou outra classificação do fabricante;
  - 15.4.15.3. Fabricante do hardware, modelo, número de série;
  - 15.4.15.4. Fabricante, versão e data da BIOS;
  - 15.4.15.5. Slots de memória disponíveis;
  - 15.4.15.6. Sistema operacional, pasta de instalação, Service Pack, versão, idioma, fuso horário;
  - 15.4.15.7. Patches e hotfixes do sistema operacional e softwares;
  - 15.4.15.8. Dispositivos configurados e respectivas configurações;
  - 15.4.15.9. Drivers;
  - 15.4.15.10. Endereço Mac (Mac Address);
  - 15.4.15.11. Configurações TCP/IP de todas as placas de rede incluindo virtuais;
  - 15.4.15.12. Indicação de endereço IP: fixo ou dinâmico;



- 15.4.15.13. Discos e pastas da rede mapeados;
  - 15.4.15.14. Impressoras instaladas, compartilhadas e mapeadas pela rede;
  - 15.4.15.15. Discos físicos e lógicos incluindo letras atribuídas, tamanho e propriedades;
  - 15.4.15.16. Tamanho total em disco, total livre, na lixeira, em pastas temporárias e cache;
  - 15.4.15.17. Particionamento dos discos e formato FAT ou NTFS;
  - 15.4.15.18. Discos e pastas compartilhadas e respectivo acessos;
  - 15.4.15.19. Status de compartilhamento administrativo;
  - 15.4.15.20. Membros do grupo administração local;
  - 15.4.15.21. Perfis de usuários existentes no computador;
  - 15.4.15.22. Verificar grupos locais no computador;
  - 15.4.15.23. Tarefas agendadas no sistema operacional;
  - 15.4.15.24. Histórico de conexões à porta USB a qualquer horário;
  - 15.4.15.25. Softwares registrados no Painel de Controle, incluindo ocultos;
  - 15.4.15.26. Softwares residentes no computador independentemente de estarem instalados ou presentes no Painel de Controle;
- 15.4.16. Fornecer informações sobre as mudanças que ocorrem em todas as estações de trabalho;
- 15.4.17. Manter histórico sobre quaisquer instalações e desinstalações de software, bem como sobre adições e remoções de hardware que ocorreram nas estações de trabalho;
- 15.4.18. Opções avançadas de inventário de computadores Windows:
- 15.4.18.1. Exclusão de itens do inventário de determinado grupo de endpoints ou de todos os endpoints, oferecendo maior desempenho para alvos que não precisem de determinadas informações;
  - 15.4.18.2. Adição de informações ao inventário;
  - 15.4.18.3. Contagem e cálculo do tamanho total de arquivos de determinadas extensões incluindo extensões não comuns de mercado que sejam usadas por sistemas próprios.
- 15.4.19. Envio do inventário com modificações em componentes críticos de hardware (como redução de memória e mudança de disco) na próxima inicialização do sistema após a mudança;
- 15.4.20. Lista pré-definida para correção e normalização de nomes de fabricantes e softwares conhecidos do mercado, com possibilidade de inclusões, alterações e exclusões pelo administrador;
- 15.4.21. Inclusão de regras de correção e normalização para sistemas desenvolvidos internamente considerando informações do cabeçalho (fabricante, nome do software, versão, idioma) ou a partir de nome, tamanho e data de arquivo para os casos de sistemas sem cabeçalho ou com cabeçalho incompleto



ou incorreto;

15.4.22. Agrupamentos pré-definidos de softwares em suítes e grupos (ex: Microsoft Office, browsers e antivírus) com possibilidade de inclusões, alterações e exclusões pelo administrador inclusive para sistemas desenvolvidos internamente;

15.4.23. Funcionalidade de catálogo de software descrita na metodologia ITIL, possibilitando o cadastro de:

15.4.23.1. Pacotes de software instalados;

15.4.23.2. Pacotes passíveis de distribuição pela ferramenta;

15.4.23.3. Dependência e substituição de pacotes;

15.4.23.4. Mecanismo de detecção da instalação do software;

15.4.23.5. Tarefas de instalação e remoção.

#### **15.5. Gestão de Energia**

15.5.1. Permitir configurações de perfil de energia dos equipamentos em momentos distintos do dia;

15.5.2. Demonstrar em relatórios a possibilidade de redução de consumo e realizado com as mudanças de configuração;

15.5.3. Permitir configurações distintas por departamentos.

#### **15.6. Gerenciamento de contratos e uso de softwares**

15.6.1. Demonstração via relatórios sobre ativos e contratos relacionados com devidos status;

15.6.2. Atribuição dos contratos aos respectivos computadores gerenciados;

15.6.3. Identificação de softwares instalados versus usados versus licenciados;

15.6.4. Gestão de licenças de software;

15.6.5. Medição e remoção de software não permitido;

15.6.6. Medição do uso de aplicações em computadores, sendo aplicativos compostos de vários arquivos ou executáveis simples;

15.6.7. Medição de utilização real de softwares (janela em foco, visível ou somente em execução);

15.6.8. Coleta e armazenamento de informações gerais sobre a utilização de aplicações: nome do arquivo, local, usuário, computador onde foi executado, data e hora;

15.6.9. Monitoramento de consumo de CPU e memória utilizado por aplicações definidas pelo administrador, permitindo visualizar média e pico de utilização destes recursos por aplicação ou computador;

15.6.10. Medição do tempo de uso de aplicações definidas pelo administrador, de forma que seja possível filtrar aplicações usadas somente em maior período do que o definido pelo administrador;



15.6.11. Definição de lista de softwares não autorizados (blacklist), baseada em nome de arquivo ou informações do cabeçalho do programa, permitindo que a remoção seja efetuada mesmo que o usuário modifique o nome do arquivo;

15.6.12. Normalização e correção de nomes de softwares monitorados seguindo as mesmas regras de inventário, garantindo consistência em análises consolidadas de software instalado e software usado;

15.6.13. Políticas diferenciadas de medição do uso e remoção de software para grupos de computadores, permitindo que um mesmo software seja executado em um computador, mas não em outro;

15.6.14. Envio de eventos de monitoramento e remoção de software de forma on-line ou em frequências determinadas pelo administrador, válidas para determinadas políticas ou todas, criando a facilidade do administrador habilitar política de monitoramento de software crítico com notificação on-line e política com objetivo de notificar bloqueio de software com notificação diária ou semanal.

#### **15.7. Distribuição de softwares**

15.7.1. Distribuição e instalação de softwares, automatizar procedimentos de configuração ou manutenções rotineiras;

15.7.2. Captura de informação de um computador, solicitação de preenchimento de dados e, se necessário, realização de ações baseadas nas informações coletadas ou informadas pelo usuário em tempo real no momento da instalação;

15.7.3. Possuir um ponto central de instalação, atualização e desinstalação de software;

15.7.4. Acompanhamento em tempo real do status da distribuição;

15.7.5. Suporte a computadores Windows;

15.7.6. Instalar automaticamente as aplicações ou componentes requeridos de uma aplicação principal que for instalada pela solução;

15.7.7. Distribuição de pacotes via HTTP/HTTPS por segurança e performance.

15.7.8. Distribuição de software independente do processo de inventário;

15.7.9. Estabelecimento de alvos de distribuição por filtros baseados em configurações de sistema operacional, hardware, componentes, softwares e versões, atualizados automaticamente conforme a inclusão ou exclusão de clientes ou da mudança de suas configurações;

15.7.10. Políticas de distribuição ativadas automaticamente para novos clientes inseridos nos grupos alvos definidos pelas políticas, mas somente quando estes foram configurados para atualização automática;

15.7.11. Distribuição, atualização ou remoção de um pacote no cliente sem afetar demais pacotes residentes;

15.7.12. Permitir a distribuição de pacotes em formato EXE e MSI;



Consórcio de Informática  
na Gestão Pública Municipal

- 15.7.13. Permitir a distribuição e instalação de softwares de forma silenciosa, ou seja, sem interação com o usuário;
- 15.7.14. Controle centralizado do status de distribuição do pacote;
- 15.7.15. Controle centralizado do status da instalação ou desinstalação efetiva do pacote;
- 15.7.16. Possibilidade de criar políticas de distribuição de software com definição de data de início e término da validade da política;
- 15.7.17. Usar o horário do servidor de gerenciamento;
- 15.7.18. Flexibilidade no agendamento da tarefa de distribuição com possibilidade de combinação de qualquer uma das regras a seguir isoladas ou simultaneamente:
  - 15.7.18.1. Assim que o computador se comunicar com servidor;
  - 15.7.18.2. Somente em um determinado dia e horário;
  - 15.7.18.3. Assim que possível após o horário agendado.

#### **15.8. Medição e remoção de softwares**

- 15.8.1. Medição do uso de aplicações em computadores Windows, sendo aplicativos compostos de vários arquivos ou executáveis simples;
- 15.8.2. Medição de softwares diversos, mesmo que não homologados;
- 15.8.3. Coleta e armazenamento em banco de dados de informações gerais sobre a utilização de aplicações: nome do arquivo, local, usuário, computador onde foi executado, data e hora;
- 15.8.4. Permitir medição e remoção de aplicativos específicos para os usuários que estejam conectados à rede, desconectados e remotos (vpn);
- 15.8.5. Enviar alertas ao administrador quando um aplicativo é removido;
- 15.8.6. Identificação de softwares executados mesmo que não instalados;
- 15.8.7. Monitoramento de consumo de CPU e memória utilizado por aplicações definidas pelo administrador, permitindo visualizar média e pico de utilização destes recursos por aplicação ou computador;
- 15.8.8. Medição do tempo de uso de aplicações definidas pelo administrador, de forma que seja possível filtrar aplicações usadas somente em maior período do que "x" minutos, por exemplo;
- 15.8.9. Toda medição de tempo devera mensurar o tempo em execução (sem janelas visíveis), tempo com janelas visíveis e tempo realmente em foco;
- 15.8.10. Definição de lista de softwares não autorizados, baseada em nome de arquivo ou informações do cabeçalho do programa, permitindo que o bloqueio seja efetivo mesmo que o usuário modifique o nome do arquivo;
- 15.8.11. Normalização e correção de nomes de softwares monitorados seguindo as mesmas regras de inventário, garantindo consistência em análises



consolidadas de software instalado e software usado;

15.8.12. Políticas de medição e remoção de software diferenciadas para grupos de computadores, permitindo que um mesmo software seja utilizado em um computador, mas não em outro.

#### **15.9. Acesso e controle remoto seguro**

- 15.9.1. Oferecer ferramenta de controle remoto;
- 15.9.2. Suporte a computadores e notebooks Windows;
- 15.9.3. Permitir liberação de acesso não intrusivo, somente com autorização do usuário do equipamento acessado;
- 15.9.4. Permitir liberação de acesso de forma intrusiva, mesmo sem o consentimento do usuário do equipamento acessado;
- 15.9.5. Criar log dos acessos remotos;
- 15.9.6. Permitir definir políticas de segurança de acesso através de grupos de segurança Microsoft.

#### **15.10. Gerenciamento de contrato**

- 15.10.1. Possuir módulo para gerenciar contratos com modelos pré-definidos de contratos como licenças de software e serviços com SLAs;
- 15.10.2. Oferecer relatórios e alertas sobre status de contratos, contratos vencendo nos próximos 90 dias, etc.
- 15.10.3. Contabilizar licenças de software instaladas nos computadores através do inventário e consolidar automaticamente com os contratos e licenças adquiridas;
- 15.10.4. Contabilizar licenças de softwares com regras de negócio baseadas em instalações, criação de usuários e capacidade do equipamento;
- 15.10.5. Permitir criar modelos adicionais de tipos de ativos e contratos, bem como adicionar campos dentro da ferramenta em português sem necessidade de programação;
- 15.10.6. Permitir relacionar dados de ativos e contratos com qualquer informação como, por exemplo, usuários, empresas, ano de aquisição, etc.
- 15.10.7. Concentrar em mesma console e mesma técnica todas as informações relacionadas às licenças de software: regras para inventário, medição, bloqueio, instalação, desinstalação e licenças adquiridas.

#### **15.11. Gestão de performance**

- 15.11.1. Acompanhar e armazenar no mínimo a média e pico de consumo de performance por dia dos desktops;
- 15.11.2. Permitir análise de performance acompanhamento dos atributos CPU,



Memória, Espaço em disco, E/S de disco e E/S de rede;

15.11.3. Permitir a análise de processos consumidores de CPU e memória;

15.11.4. Gerar relatórios demonstrando as situações encontradas em PDF;

15.11.5. Permitir exportação de informações para análise e tratativa externa;

15.11.6. Permitir a geração de relatórios analíticos nos formatos individual, consolidados ou sumarizados;

15.11.7. Permitir agendamento do envio automático via e-mail dos relatórios.



## 16. DA GESTÃO DOS SERVIDORES

Com o objetivo de proporcionar uma efetiva gestão dos dispositivos, a CONTRATADA deverá entregar junto aos equipamentos, solução que permita o controle e inventário dos Equipamentos e que possibilite o monitoramento das instalações fora da política definida pela CONTRATANTE, permitindo assim, uma rápida ação de correção. Portanto, a solução deverá ter os seguintes requisitos:

### 16.1 Solução de Gestão de equipamentos de informática (endpoints)

16.1.1 A solução deve ser do tipo cliente/servidor, onde a parte servidora mantém todas as configurações definidas pelo administrador e a parte cliente (agente) busca ou recebe essas configurações do servidor:

16.1.2 O software cliente (agente) deve ser instalado em servidores, ambos físicos e/ou virtuais;

16.1.3 O software de gerenciamento (parte servidora) deverá ser disponibilizado em nuvem da CONTRATADA ou em servidor cedido sem custos ao CONTRATANTE pela CONTRATADA;

16.1.4 Permitir o gerenciamento dos agentes, incluindo inventário de software e hardware, para, no mínimo, os seguintes sistemas operacionais:

16.1.4.1 Windows Server 2003 e superior, 32 e 64 bits;

16.1.5 Possibilitar o estabelecimento de alvos de políticas por filtros baseados em qualquer informação disponível sobre os clientes. Exemplos: configurações de sistema operacional, hardware, componentes, softwares e versões.

16.1.6 Clientes devem ser atualizados automaticamente nos grupos de políticas conforme a inclusão ou exclusão de clientes ou da mudança de suas configurações.

16.1.7 Implementar, na própria solução, código único para clientes, garantindo consistência para a base de dados mesmo com mudanças de hostname, endereço MAC (Mac Address) da placa de rede, endereço IP ou outras informações nos clientes evitando a criação de registros duplicados.

16.1.8 Permitir forçar comunicação dos clientes a partir da console para atualizar as políticas e inventário.

16.1.9 Permitir a ativação e desativação do software cliente por meio da console de gerenciamento, sem necessidade de reinicialização do endpoint.

16.1.10 Permitir que a solução funcione de forma independente, ou seja, sem a necessidade de integração ou utilização de informações de sistemas externos como, por exemplo, Active Directory (AD).

16.1.11 Permitir integração da solução com o Active Directory (AD), possibilitando, no mínimo, as seguintes tarefas:

16.1.11.1 Importação de usuários, computadores, sites, unidades organizacionais e grupos do AD;



- 16.1.11.2 Permitir a importação diferencial, ou seja, apenas dos dados que apresentarem modificações em relação à última sincronização realizada, mantendo a alteração mais recente;
- 16.1.11.3 Permitir autenticação de usuários da solução e atribuir papéis na utilização da console de gerência;
- 16.1.11.4 Aplicação de políticas baseadas em grupos de AD;
- 16.1.12 Flexibilidade para definição da frequência de comunicação cliente-servidor;
- 16.1.13 Deverá prover funcionalidade de envio de logs a servidor.
- 16.1.14 Controles para configuração de power management dos computadores, permitindo hibernar e colocar em standby computadores sem utilização pelos usuários;
- 16.1.15 Emitir relatórios indicando a economia de custo com energia derivada dos controles.

#### **16.2 Console de Gerenciamento**

- 16.2.1 Possuir administração centralizada por meio de console única de gerenciamento;
- 16.2.2 Permitir a exportação de dados exibidos na console;
- 16.2.3 Permitir acesso a todos os logs, com interface para consultas com filtros;

#### **16.3 Relatórios**

- 16.3.1 Implementar relatórios, no mínimo, para as tarefas de inventário de software e hardware, gerenciamento de contratos e distribuição de software com, no mínimo, as seguintes características:
- 16.3.2 Relatórios personalizáveis de conectividade dos agentes, identificando períodos sem comunicação;
- 16.3.3 Relatórios disponíveis em formato web;
- 16.3.4 Relatórios exportáveis para os formatos CSV e PDF;

#### **16.4 Assistente de criação e edição de relatórios com as seguintes funcionalidades:**

- 16.4.1 Seleção do tipo ou item de configuração alvo do relatório;
- 16.4.2 Seleção de tabelas e campos relacionados somente ao tipo de item selecionado;
- 16.4.3 Visualização relatórios através de endereço web individual de forma que possa ser aproveitado para inserções em intranets e portais web;
- 16.4.4 Possibilidade de criar relatórios do tipo lista, tabela e gráficos;
- 16.4.5 Possibilidade de se criar relatórios em lista, tabela dinâmica, drill-down



e gráficos usando assistente gráfico sem necessidade de programação, sendo permitido uso de qualquer informação gerenciada pela solução;

16.4.6 Relatórios disponíveis sobre os tipos de itens de configuração disponíveis e assistente para criação de novos relatórios sem a necessidade de programação por códigos de consulta ao banco de dados;

16.4.6.1 .

#### **16.5 Inventário e descobrimento de Endpoints**

16.5.1 Ser capaz de descobrir automaticamente todos os servidores contratados que possuam um endereço IP atribuído;

16.5.2 Ser capaz de descobrir dispositivos por meio do protocolo SNMP (Simple Network Management Protocol);

16.5.3 Permitir o descobrimento pelo método de Faixa de Endereçamento IPv4;

16.5.4 Permitir a realização de inventário e descoberta esporádica pelo administrador e automaticamente por meio de agenda flexível, permitindo definir frequência e horário, sendo possíveis pelo menos os seguintes filtros:

16.5.4.1 IP e Faixa de Endereçamento IP;

16.5.4.2 SNMP;

16.5.5 Captura de inventário básico independente de uso de solução de inventário provisionando as seguintes informações gerais dos clientes:

16.5.5.1 Hostname e domínio;

16.5.5.2 Sistema operacional, idioma, diretório de instalação e sistema de arquivos;

16.5.5.3 Versão do sistema operacional e Service Pack;

16.5.5.4 Tipo do dispositivo (computador, dispositivo de rede, etc);

16.5.5.5 Endereço Mac (Mac Address);

16.5.5.6 Configurações TCP/IP de todas as placas de rede;

16.5.5.7 Identificação de endereço IP;

16.5.6 Captura de eventos de logon e logoff identificando usuário, domínio, data de logon e logoff e tempo total logado, independentemente de o computador fazer parte de domínio e de o logon ser feito em domínio ou localmente, permitindo ao administrador identificar os usuários que estavam conectados no computador em determinado horário;

16.5.7 Execução do inventário através de políticas definidas na console central para dispositivos com agente;

16.5.8 Permitir cadastrar dados de inventário de endpoints que não possuam agente instalado ou conectividade de rede;

16.5.9 Permitir realização de inventário incremental, apenas das mudanças ocorridas desde o último inventário completo;



- 16.5.10 Realizar inventário por agente ou sem agente através de SNMP;
- 16.5.11 Permitir definir o período do histórico de retenção de informação para as tabelas selecionadas;
- 16.5.12 Execução do inventário de forma silenciosa sem exibição de janela e sem requerer nenhuma ação para o usuário;
- 16.5.13 Execução do inventário mesmo quando o dispositivo estiver desconectado da rede, armazenando o resultado do inventário localmente e enviando para o servidor todos os inventários locais após obter conexão com servidor;
- 16.5.14 Definição de cada tipo de informação que deve ser armazenada para histórico e prazo de retenção;
- 16.5.15 Inventário de pelo menos os seguintes tipos de informação de computadores Windows:
  - 16.5.15.1 Processador, quantidade, velocidade e tipo/marca;
  - 16.5.15.2 Tipo de computador: servidor ou outra classificação do fabricante;
  - 16.5.15.3 Fabricante do hardware, modelo, número de série;
  - 16.5.15.4 Código de patrimônio se estiver cadastrado na BIOS;
  - 16.5.15.5 Fabricante, versão e data da BIOS;
  - 16.5.15.6 Slots de memória disponíveis;
  - 16.5.15.7 Sistema operacional, pasta de instalação, Service Pack, versão, idioma, fuso horário;
  - 16.5.15.8 Patches e hotfixes do sistema operacional e softwares;
  - 16.5.15.9 Dispositivos configurados e respectivas configurações;
  - 16.5.15.10 Drivers;
  - 16.5.15.11 Endereço Mac (Mac Address);
  - 16.5.15.12 Configurações TCP/IP de todas as placas de rede;
  - 16.5.15.13 Indicação de endereço IP;
  - 16.5.15.14 Discos e pastas da rede mapeados;
  - 16.5.15.15 Impressoras instaladas, compartilhadas e mapeadas pela rede;
  - 16.5.15.16 Discos físicos e lógicos incluindo letras atribuídas, tamanho e propriedades;
  - 16.5.15.17 Tamanho total em disco, total livre, na lixeira, em pastas temporárias e cache;
  - 16.5.15.18 Particionamento dos discos e formato (FAT ou NTFS);
  - 16.5.15.19 Discos e pastas compartilhadas e respectivo acessos;
  - 16.5.15.20 Status de compartilhamento administrativo;



Consórcio de Informática  
na Gestão Pública Municipal

- 16.5.15.21 Membros do grupo administração local;
- 16.5.15.22 Perfis de usuários existentes no computador;
- 16.5.15.23 Verificar grupos locais no computador;
- 16.5.15.24 Tarefas agendadas no sistema operacional;
- 16.5.15.25 Histórico de conexões à porta USB a qualquer horário;
- 16.5.15.26 Softwares registrados no Painel de Controle, incluindo ocultos;
- 16.5.15.27 Softwares residentes no computador independentemente de estarem instalados ou presentes no Painel de Controle;
- 16.5.15.28 Conexões ODBC de Sistema;

16.5.16 Fornecer informações sobre as mudanças que ocorrem em todos os servidores;

16.5.17 Manter histórico sobre quaisquer instalações e desinstalações de software, bem como sobre adições e remoções de hardware que ocorreram nos servidores;

16.5.18 Opções avançadas de inventário de computadores Windows:

16.5.18.1 Adição de informações ao inventário a partir de Chaves Registry, itens da estrutura WMI e parâmetros existentes em arquivos de configuração INI;

16.5.18.2 Contagem e cálculo do tamanho total de arquivos de determinadas extensões incluindo extensões não comuns de mercado que sejam usadas por sistemas próprios.

16.5.19 Envio do inventário com modificações em componentes críticos de hardware (como redução de memória e mudança de disco) na próxima inicialização do sistema após a mudança;

16.5.20 Lista pré-definida para correção e normalização de nomes de fabricantes e softwares conhecidos do mercado, com possibilidade de inclusões, alterações e exclusões pelo administrador;

16.5.21 Inclusão de regras de correção e normalização para sistemas desenvolvidos internamente considerando informações do cabeçalho (fabricante, nome do software, versão, idioma) ou a partir de nome, tamanho e data de arquivo para os casos de sistemas sem cabeçalho ou com cabeçalho incompleto ou incorreto;

16.5.22 Funcionalidade de catálogo de software descrita na metodologia ITIL, possibilitando o cadastro de:

- 16.5.22.1 Pacotes de software instalados;
- 16.5.22.2 Pacotes passíveis de distribuição pela ferramenta;
- 16.5.22.3 Dependência e substituição de pacotes;
- 16.5.22.4 Mecanismo de detecção da instalação do software;



16.5.22.5 Tarefas de instalação e remoção.

#### **16.6 Gestão de Energia**

16.6.1 Permitir configurações de perfil de energia dos equipamentos em momentos distintos do dia;

16.6.2 Permitir configurações distintas por servidores.

#### **16.7 Gerenciamento de contratos e uso de softwares**

16.7.1 Atribuição dos contratos aos respectivos computadores gerenciados;

16.7.2 Identificação de computadores sem contratos;

16.7.3 Gestão de licenças de software;

16.7.4 Permitir cadastramento de ilimitados contratos e outros dados relacionados independente de licenças de usuário;

16.7.5 Medição e remoção de software não permitido;

16.7.6 Coleta e armazenamento de informações gerais sobre a utilização de aplicações: nome do arquivo, local, usuário, computador onde foi executado, data e hora;

16.7.7 Monitoramento de consumo de CPU e memória utilizado por aplicações definidas pelo administrador, permitindo visualizar média e pico de utilização destes recursos por aplicação ou computador;

16.7.8 Medição do tempo de uso de aplicações definidas pelo administrador, de forma que seja possível filtrar aplicações usadas somente em maior período do que o definido pelo administrador;

16.7.9 Definição de lista de softwares não autorizados (blacklist), baseada em nome de arquivo ou informações do cabeçalho do programa, permitindo que a remoção seja efetuada mesmo que o usuário modifique o nome do arquivo;

16.7.10 Normalização e correção de nomes de softwares monitorados seguindo as mesmas regras de inventário, garantindo consistência em análises consolidadas de software instalado e software usado;

16.7.11 Envio de eventos de monitoramento e remoção de software de forma on-line ou em frequências determinadas pelo administrador, válidas para determinadas políticas ou todas, criando a facilidade do administrador habilitar política de monitoramento de software crítico com notificação on-line e política com objetivo de notificar bloqueio de software com notificação diária ou semanal.

#### **16.8 Distribuição de softwares**

16.8.1 Distribuição e instalação de softwares, automatizar procedimentos de configuração ou manutenções rotineiras;

16.8.2 Suporte a computadores Windows;



- 16.8.3 Instalar automaticamente as aplicações ou componentes requeridos de uma aplicação principal que for instalada pela solução;
- 16.8.4 Distribuição de pacotes via HTTP/HTTPS por segurança e performance.
- 16.8.5 Distribuição de software independente do processo de inventário;
- 16.8.6 Estabelecimento de alvos de distribuição por filtros baseados em configurações de sistema operacional, hardware, componentes, softwares e versões, atualizados automaticamente conforme a inclusão ou exclusão de clientes ou da mudança de suas configurações;
- 16.8.7 Políticas de distribuição ativadas automaticamente para novos clientes inseridos nos grupos alvos definidos pelas políticas, mas somente quando estes foram configurados para atualização automática;
- 16.8.8 Distribuição, atualização ou remoção de um pacote no cliente sem afetar demais pacotes residentes;
- 16.8.9 Permitir a distribuição de pacotes em formato EXE e MSI;
- 16.8.10 Controle centralizado do status de distribuição do pacote;
- 16.8.11 Possibilidade de criar políticas de distribuição de software com definição de data de início e término da validade da política;
- 16.8.12 Flexibilidade no agendamento da tarefa de distribuição com possibilidade de combinação de qualquer uma das regras a seguir isoladas ou simultaneamente:
  - 16.8.12.1 Assim que o computador se comunicar com servidor;
  - 16.8.12.2 Somente em um determinado dia e horário;
  - 16.8.12.3 Assim que possível após o horário agendado.

#### **16.9 Medição e remoção de softwares**

- 16.9.1 Medição do uso de aplicações em servidores Windows, sendo aplicativos compostos de vários arquivos ou executáveis simples;
- 16.9.2 Medição de softwares diversos, mesmo que não homologados;
- 16.9.3 Coleta e armazenamento em banco de dados de informações gerais sobre a utilização de aplicações: nome do arquivo, local, usuário, computador onde foi executado, data e hora;
- 16.9.4 Enviar alertas ao administrador quando um aplicativo é removido;
- 16.9.5 Identificação de softwares executados mesmo que não instalados;
- 16.9.6 Monitoramento de consumo de CPU e memória utilizado por aplicações definidas pelo administrador, permitindo visualizar média e pico de utilização destes recursos por aplicação ou computador;
- 16.9.7 Normalização e correção de nomes de softwares monitorados seguindo as mesmas regras de inventário, garantindo consistência em análises consolidadas de software instalado e software usado;



16.9.8 Políticas de medição e remoção de software diferenciadas para grupos de servidores, permitindo que um mesmo software seja utilizado em um servidor, mas não em outro.

#### **16.10 Acesso e controle remoto seguro**

- 16.10.1 Oferecer ferramenta de controle remoto;
- 16.10.2 Suporte a servidores Windows;
- 16.10.3 Permitir liberação de acesso não intrusivo, somente com autorização do usuário do equipamento acessado;
- 16.10.4 Criar log dos acessos remotos;
- 16.10.5 Permitir definir políticas de segurança de acesso através de grupos de segurança Microsoft.

#### **16.11 Gerenciamento de contrato**

- 16.11.1 Possuir módulo para gerenciar contratos com modelos pré-definidos de contratos como licenças de software, serviços com SLAs;
- 16.11.2 Oferecer relatórios e alertas sobre status de contratos, contratos vencendo nos próximos 90 dias, etc.;
- 16.11.3 Contabilizar licenças de software instaladas nos computadores através do inventário e consolidar automaticamente com os contratos e licenças adquiridas;
- 16.11.4 Permitir relacionar dados de ativos e contratos com qualquer informação como, por exemplo, usuários, empresas, ano de aquisição, etc.;
- 16.11.5 Concentrar em mesma console e mesma técnica todas as informações relacionadas às licenças de software: regras para inventário, medição, bloqueio, instalação, desinstalação e licenças adquiridas.

#### **16.12 Gestão de performance**

- 16.12.1 Acompanhar e armazenar no mínimo a média e pico de consumo de performance por hora dos servidores;
- 16.12.2 Permitir análise de performance acompanhamento dos atributos CPU, Memória, Espaço em disco, E/S de disco e E/S de rede;
- 16.12.3 Permitir a análise de processos consumidores de CPU e memória;
- 16.12.4 Gerar relatórios demonstrando as situações encontradas em PDF;
- 16.12.5 Permitir exportação de informações para análise e tratativa externa;
- 16.12.6 Permitir acompanhar a chegada dos pacotes de performance ao menos de servidores para garantia do armazenamento correto das informações;
- 16.12.7 Permitir a geração de relatórios analíticos nos formatos individual, consolidados ou sumarizados;



16.12.8 Permitir agendamento do envio automático via e-mail dos relatórios.



Consórcio de Informática  
na Gestão Pública Municipal

## ANEXO II

### ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

#### 1. METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DA ESTIMATIVA

A Planilha de Preços informa o preço máximo para o objeto desta licitação, em conformidade com a estimativa de preços realizada a partir da pesquisa de mercado efetuada, com cotações de empresas/fornecedores distintos, para a obtenção de orçamentos de empresas especializadas no fornecimento do objeto em tela.

Formação de registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para eventual contratação de empresa especializada em outsourcing (para locação, instalação, configuração, gerenciamento remoto e suporte) dos seguintes equipamentos: microcomputadores, notebooks, monitores e servidores com fornecimento de hardware, software e suporte técnico, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, na condição de Órgão participante desta licitação e para uso do CIGA na condição de Órgão Gerenciador e Órgão Participante desta licitação, para disponibilização dos seguintes itens:

MÉDIA PARA ESTIMATIVA								
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL MENSAL ESTIMADO (R\$)	PREÇO TOTAL 12 MESES MÁXIMO ESTIMADO (R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO 48 MESES (R\$)
1	1	MICROCOMPUTADOR <b>MODELO 1</b>	Unid.	2436	R\$ 280,90	R\$ 684.272,40	R\$ 8.211.268,80	R\$ 32.845.075,20
	2	MICROCOMPUTADOR <b>MODELO 2</b>	Unid.	1044	R\$ 387,69	R\$ 404.748,36	R\$ 4.856.980,32	R\$ 19.427.921,28
	3	MONITOR DE VIDEO <b>MODELO 1</b>	Unid.	2754	R\$ 58,19	R\$ 160.255,26	R\$ 1.923.063,12	R\$ 7.692.252,48
	4	MONITOR DE VIDEO <b>MODELO 2</b>	Unid.	1181	R\$ 96,48	R\$ 113.942,88	R\$ 1.367.314,56	R\$ 5.469.258,24
	5	NOTEBOOK <b>MODELO 1</b>	Unid.	783	R\$ 262,90	R\$ 205.850,70	R\$ 2.470.208,40	R\$ 9.880.833,60
	6	NOTEBOOK <b>MODELO 2</b>	Unid.	336	R\$ 468,21	R\$ 157.318,56	R\$ 1.887.822,72	R\$ 7.551.290,88
VALOR GLOBAL ESTIMADO DO LOTE 01					R\$ 1.554,36	R\$ 1.726.388,16	R\$ 20.716.657,92	R\$ 82.866.631,68
2	1	SERVIDOR <b>MODELO 1</b>	Unid.	55	R\$ 1.200,11	R\$ 66.006,05	R\$ 792.072,60	R\$ 3.168.290,40
	2	SERVIDOR <b>MODELO 2</b>	Unid.	24	R\$ 1.453,48	R\$ 34.883,52	R\$ 418.602,24	R\$ 1.674.408,96
	VALOR GLOBAL ESTIMADO DO LOTE 02				R\$ 2.653,59	R\$ 100.889,57	R\$ 1.210.674,84	R\$ 4.842.699,36
VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO					R\$ 4.207,95	R\$ 1.827.277,73	R\$ 21.927.332,76	R\$ 87.709.331,04

#### Observações:

- Tempo mínimo estimado de uso dos Produtos de 36 meses.
- Toda a solicitação de troca de produtos por parte dos usuários deve ser referenciada por uma justificativa técnica validada pelo Gestor do Contrato/Licitante.

**ANEXO III****FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO**

A presente proposta tem como objeto a execução dos serviços abaixo discriminados, de acordo com as especificações constantes do presente Edital, com as quais concordamos e aceitamos, sem qualquer ressalva.

Formação de registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para eventual contratação de empresa especializada em outsourcing (para locação, instalação, configuração, gerenciamento remoto e suporte) dos seguintes equipamentos: microcomputadores, notebooks, monitores e servidores com fornecimento de hardware, software e suporte técnico, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, na condição de Órgão participante desta licitação e para uso do CIGA na condição de Órgão Gerenciador e Órgão Participante desta licitação, para disponibilização dos seguintes itens:



Consórcio de Informática  
na Gestão Pública Municipal

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNI D.	QUANT. ESTIMA DA	PREÇO UNITÁRI O MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL MENSAL ESTIMADO (R\$)	PREÇO TOTAL 12 MESES MÁXIMO ESTIMADO (R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO 48 MESES (R\$)
1	1	MICROCOM PUTADOR <b>MODELO 1</b>	Unid.	2436				
	2	MICROCOM PUTADOR <b>MODELO 2</b>	Unid.	1044				
	3	MONITOR DE VIDEO <b>MODELO 1</b>	Unid.	2754				
	4	MONITOR DE VIDEO <b>MODELO 2</b>	Unid.	1181				
	5	NOTEBOOK <b>MODELO 1</b>	Unid.	783				
	6	NOTEBOOK <b>MODELO 2</b>	Unid.	336				
<b>VALOR DO GLOBAL LOTE 01</b>								
2	1	SERVIDOR <b>MODELO 1</b>	Unid.	55				
	2	SERVIDOR <b>MODELO 2</b>	Unid.	24				
<b>VALOR DO GLOBAL LOTE 02</b>								

**Declarações que devem constar na proposta:**

1. No preço estão contidos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão de obra a serem empregados e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto deste Contrato e seus Anexos.
2. Devem estar incluídos no valor o software de gerenciamento, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência)
3. Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação e que atendemos a todas as condições do Edital.



\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

**ANEXO IV****TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO – NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE****TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES**

<b>Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)</b>
Nome (Razão Social):
Endereço:
Complemento:
Cidade:
CEP:
Inscrição estadual:
Telefone comercial:
Celular:
Representante legal:
Cargo:
Ramo de Atividade:

1 Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2 São responsabilidades do Licitante:

- I. tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- II. observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;



III. observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;

IV. designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo Único deste Termo, e pagar a taxa pela sua utilização;

3 O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil;

4 O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões;

**5 (cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras)** O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

- I. declarar que conhece e atende às condições de habilitação previstas no Edital;
- II. apresentar lance de preço;
- III. apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;
- IV. solicitar informações via sistema eletrônico;
- V. interpor recursos contra atos do pregoeiro;
- VI. apresentar e retirar documentos;
- VII. solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
- VIII. assinar documentos relativos às propostas;
- IX. emitir e firmar o fechamento da operação; e
- X. praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora:	
Endereço:	



CNPJ:	
-------	--

6 O presente Termo de Adesão é válido até \_\_/\_\_/\_\_, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

**Anexo Único do Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (Licitante direto)**

**Indicação de Usuário do Sistema:**

Razão Social do Licitante:	
CNPJ/CPF:	
<b>Operadores</b>	
1	Nome:
	CPF:
	Telefone:
	Fax:
2	Nome:

Consórcio de Informática  
na Gestão Pública Municipal

	CPF:
	Telefone:
	Fax:
	RESPONSÁVEL FINANCEIRO
3	Nome:
	CPF:
	Telefone:
	Fax:

O Licitante reconhece que:

- I. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- II. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- III. A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso; e o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

**ANEXO V****DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ  
n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr(a).  
\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º  
\_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF sob n.º \_\_\_\_\_, DECLARA que  
detém a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei  
Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

Optante do SIMPLES/Nacional ( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante legal)

**ANEXO VI****DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

....., inscrito no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos (art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal).

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

..... de ..... de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Diretor ou representante legal

CPF n.º: .....

**ANEXO VII****DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4.º da Lei n.º 10.520/2002 e para os fins do Pregão Eletrônico n.º 01/2020/CIGA, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante da empresa  
(nome e número da identidade)

**ANEXO VIII****DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO**

Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º 01/2020/CIGA, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, tem pleno conhecimento das instalações, locais, equipamentos, condições, circunstâncias e informações necessárias à elaboração de sua proposta de preços, não podendo alegar desconhecimento das condições que envolvem a execução do Contrato.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante da Licitante

Nome: \_\_\_\_\_  
Cédula de Identidade: \_\_\_\_\_

**ANEXO IX – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 01/2020****PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1435/2020****PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2020****VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

O **Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA**, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, representado pelo Diretor Executivo do CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, neste ato denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, e os municípios consorciados ao CIGA, pessoas jurídicas de direito público interno, neste ato representados pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, e daqui por diante designados **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** e a empresa ..... com sede na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., CEP ....., (Cidade/Estado), inscrita no CNPJ sob o n.º ....., representada neste ato por ....., doravante denominada simplesmente **PROMITENTE CONTRATADA**, nos termos das Leis n.º 8.666/93 e n.º 10.520/2002, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 01/2020** do Processo Administrativo n.º 1435/2020, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC, RESOLVEM registrar os preços para eventual contratação de empresa especializada em outsourcing (para locação, instalação, configuração, gerenciamento remoto e suporte) dos seguintes equipamentos: microcomputadores, notebooks, monitores e servidores com fornecimento de hardware, software e suporte técnico, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) da licitação supracitada, para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA e do próprio CIGA, oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas, observadas as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, tem entre si justo e contratado o que se segue:

**DO OBJETO**

**Cláusula Primeira.** Formação de registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para eventual contratação de empresa especializada em outsourcing (para locação, instalação, configuração, gerenciamento remoto e suporte) dos seguintes equipamentos: microcomputadores, notebooks, monitores e servidores com fornecimento de hardware, software e suporte técnico, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, na condição de Órgão participante desta licitação e para uso do CIGA na condição de Órgão Gerenciador e Órgão Participante desta licitação.



**Parágrafo Único.** Relação das empresas vencedoras com respectiva classificação e itens, conforme modelo abaixo:

EMPRESA(S) VENCEDORA(S)			CNPJ N°	CLASSIFICAÇÃO	
ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO	VALORES REGISTRADOS	
				UNITÁRIO	TOTAL
VALOR EXTENSO	TOTAL	POR			

#### DA VALIDADE DOS PREÇOS

**Cláusula Segunda.** A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir de sua Publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC, e enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública e satisfazendo os demais requisitos da norma, nos termos do art. 57, § 4.º, da Lei 8.666/93.

**Parágrafo Único.** Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o ÓRGÃO GERENCIADOR e os ÓRGÃOS PARTICIPANTES não serão obrigados a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### DAS PENALIDADES

**Cláusula Terceira.** As hipóteses de rescisão e as sanções administrativas estão previstas na Minuta do Contrato – Anexo X deste Edital.

**§1º** A critério do ÓRGÃO GERENCIADOR ou do ÓRGÃO PARTICIPANTE, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no fornecimento for devidamente justificado pela firma vencedora, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela autoridade competente, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**§2º** Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado da fatura ou crédito existente em favor da CONTRATADA. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada pela via administrativa ou judicialmente, se necessário.

#### DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

**Cláusula Quarta.** Durante a vigência desta Ata, os preços registrados poderão ser



revisados a fim de se manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial da proposta, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, obedecidas as disposições do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

**§1º** Constatado que o preço registrado na ATA DE RP está superior ao praticado pelo mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá convocar o DETENTOR DA ATA para, no processo da licitação, negociar a redução do preço registrado:

- a) Na hipótese de a negociação não resultar satisfatória, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá convocar os demais licitantes classificados, observado o procedimento estabelecido no Edital de Licitação, para, no processo de licitação, e segundo a ordem de classificação nas etapas de lances, negociar com estes a redução do preço registrado;
- b) Sendo exitosa a negociação para redução do preço, nova ordem de classificação deverá ser estabelecida entre os preços registrados;
- c) O licitante melhor classificado, após a negociação de preço, será convocado, observado o procedimento e o prazo estabelecido no Edital de Licitação, para habilitação e, após habilitado, para assinatura da ATA de RP, para o prazo remanescente da Ata de Registro de Preço anterior.

**§2º** Quando o DETENTOR DA ATA demonstrar, mediante pedido fundamentado e instruído com provas, que o preço de mercado é superior ao registrado e que não pode cumprir o compromisso, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá liberá-lo do compromisso sem a aplicação de penalidade. Nessa hipótese, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá negociar o preço com os demais licitantes classificados, respeitada a média do preço de mercado, obedecido ao procedimento disposto no Edital de Licitação.

#### **DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Cláusula Quinta.** Os serviços iniciais serão recebidos:

- a) provisoriamente, pelos técnicos do CONTRATANTE responsáveis por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, emitido em até 2 (dois) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto fornecido;
- b) definitivamente, pelos técnicos do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, emitido em até 15 (quinze) dias a contar do recebimento provisório e que ateste a adequação do objeto, ficando a CONTRATADA obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.



**§1.º.** O recebimento dos serviços contínuos estará sujeito à emissão mensal do Termo de Recebimento dos Serviços Contínuos, a ser emitido pelo representante do CONTRATANTE, atestando a conformidade do objeto.

**§2.º.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

**§3.º.** Será rejeitado, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Edital do Pregão Eletrônico 01/2020.

#### **DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Cláusula Sexta.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR:

Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência; e
- quando não restarem fornecedores registrados;

**§1.º** O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

**§2.º** A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Terceira, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa do ÓRGÃO PARTICIPANTE, quando:

- descumprir as condições do Edital ou da Ata de Registro de Preços;
- não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela

Administração, sem justificativa aceitável;

I- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

- sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei Federal nº



8.666, de 21 de junho de 1993, ou no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços; e
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.

**§3.º** A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deu origem ao registro de preços.

**§4.º** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

#### **DAS AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA**

**Cláusula Sétima.** A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizada pelo órgão requisitante.

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula Oitava.** Integram esta Ata, o edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2020 e as propostas das empresas classificadas em ordem crescente respectivamente, no certame supranumerado.

**§1º** Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes das Leis 10.520/2002 e 8.666/1993 e demais legislações pertinentes.

**§2º** As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro.

Florianópolis/SC, (dia) de (mês) de (ano).

Assinaturas

PELA BENEFICIÁRIA		
NOME/EMPRESA	CPF N.º	ASSINATURA
NOME:		



<b>RAZÃO SOCIAL:</b>		
----------------------	--	--

Testemunhas:

- \_\_\_\_\_ NOME/CPF
- \_\_\_\_\_ NOME/CPF

**ANEXO X****MINUTA E ANEXOS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**  
(Órgão Gerenciador)**CONTRATO ADMINISTRATIVO N. \_\_\_\_/20\_\_/CIGA**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA) E A PESSOA JURÍDICA \_\_\_\_\_, VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE \_\_\_\_\_.**

O **Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA**, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n. 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n. 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado \_\_\_\_\_, com sede à Rua \_\_\_\_\_, CNPJ n. \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, no uso de suas atribuições legais, doravante denominada CONTRATADA, com fulcro na Lei n. 8.666/93, resolvem celebrar **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**OBJETO E ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS**

**Cláusula Primeira.** O objeto do presente contrato é a formação de registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para eventual contratação de empresa especializada em outsourcing (para locação, instalação, configuração, gerenciamento remoto e suporte) dos seguintes equipamentos: microcomputadores, notebooks, monitores e servidores com fornecimento de hardware, software e suporte técnico, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante do Edital de Pregão Eletrônico n. 01/2020, para todos os fins e efeitos.

**REGIME DE EXECUÇÃO**

**Cláusula Segunda.** O objeto será executado de forma indireta e sob regime execução indireta, empreitada por preço unitário, tendo como limites a vigência e o valor do

101/128



Consórcio de Informática  
na Gestão Pública Municipal

Contrato, conforme determina o art. 6º, inciso VIII, alínea "b", e o art.10, inciso II, alínea "b", ambos da Lei n. 8.666/93.

#### VALOR DO CONTRATO

**Cláusula Terceira.** Dá-se a este Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários o valor total estimado de R\$ \_\_\_\_\_ (escrever o valor por extenso) para o objeto constante da Cláusula Primeira e o período de vigência determinado na Cláusula Nona. (delimitar o preço do objeto)

#### DETALHAMENTO DO VALOR DO CONTRATO

LOT E	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL 12 MESES (R\$)	PREÇO TOTAL 48 MESES (R\$)
01	1	MICROCOMPUTADOR <b>MODELO 1</b>	Unid.					
	2	MICROCOMPUTADOR <b>MODELO 2</b>	Unid.					
	3	MONITOR DE VIDEO <b>MODELO 1</b>	Unid.					
	4	MONITOR DE VIDEO <b>MODELO 2</b>	Unid.					
	5	NOTEBOOK <b>MODELO 1</b>	Unid.					
	6	NOTEBOOK <b>MODELO 2</b>	Unid.					
<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO DO LOTE 01</b>								
2	1	SERVIDOR <b>MODELO 1</b>	Unid.					
	2	SERVIDOR <b>MODELO 2</b>	Unid.					
<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO DO LOTE 02</b>								
<b>VALOR TOTAL GLOBAL</b>								

#### CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



**Cláusula Quarta.** O pagamento será realizado por meio do Banco Brasil, Agência \_\_\_\_\_, Florianópolis, SC.

**§1.º.** A CONTRATADA que **não possuir conta corrente no Banco Brasil** poderá receber o pagamento em outras instituições, mediante crédito em conta corrente do favorecido, ficando, contudo, **responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação.**

**§2.º.** A conta corrente indicada pela CONTRATADA deverá ser **obrigatoriamente** referente ao seu CNPJ.

**§3.º.** A CONTRATADA deverá efetuar o faturamento dos serviços prestados e entregar a Nota Fiscal/Fatura, no mínimo, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data de vencimento, sob pena de ser prorrogado o prazo de pagamento por igual período, sem qualquer custo adicional ao CONTRATANTE.

**§4.º.** As notas fiscais deverão ser apresentadas, se for o caso, em conjunto com a proposta que originou a referida cobrança, na qual deverá constar, no mínimo, a descrição da atividade, valor total do serviço, data limite para entrega do serviço e prazo de validade da proposta.

**§5.º.** A CONTRATADA entregará a Nota Fiscal/Fatura ao CONTRATANTE, acompanhada, ainda, da seguinte documentação, nos termos do art. 71 c/c o art. 55, XIII, da Lei n. 8.666/93:

- a) comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal;
- b) comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- c) comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- d) comprovante de regularidade para com a Seguridade Social (INSS);
- e) comprovante de regularidade para com o FGTS; e
- f) comprovante de regularidade para com a Justiça do Trabalho.

**§6.º.** As certidões previstas no inciso anterior só serão aceitas com prazo de validade determinado no documento ou com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias;

**§7.º.** Os tributos que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato, ou de sua execução, constituem ônus de responsabilidade da CONTRATADA, conforme definido na lei tributária. A CONTRATADA deverá destacar nas notas fiscais as deduções relativas aos impostos previstos em Lei. As retenções serão feitas no pagamento.

**§8.º.** A devolução da Nota Fiscal não aprovada pelo CONTRATANTE em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda os fornecimentos e/ou serviços.



**§9.º.** Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**§10.** Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade exigida no **§5.º** e não havendo a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da notificação emitida, será realizado o pagamento e iniciado o processo de rescisão contratual, com aplicação da multa rescisória prevista neste Contrato.

#### **SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO**

**Cláusula Quinta.** O pagamento poderá ser sustado pelo CONTRATANTE se, após ter sido dado o aceite nos serviços, for constatado que eles não foram realizados na forma estipulada neste contrato, e a CONTRATADA esteja se omitindo ou se recusando a adequá-los.

**Parágrafo único.** A CONTRATADA não pode interromper os serviços sob a alegação de não estar recebendo os pagamentos devidos. Pode ela, contudo, suspender o cumprimento de suas obrigações se os pagamentos devidos pelo CONTRATANTE atrasarem por mais de 90 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra (art. 78, inciso XV, Lei n. 8.666/93).

#### **REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**Cláusula Sexta.** O reajuste do valor pactuado no presente Contrato atenderá às normas a seguir e dependerá de proposta escrita da CONTRATADA, passando a vigorar apenas após a decisão administrativa favorável do CONTRATANTE e nos termos da respectiva decisão administrativa.

**§1.º.** Havendo prorrogação do presente Contrato, o valor do objeto, constante na Cláusula Terceira, será reajustado anualmente, após cada período de doze meses a contar da data de início de sua vigência.

**§2.º.** Cumprido o requisito do parágrafo anterior, o reajuste será efetuado de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, ou outro índice que venha a substituí-lo, aplicado a partir da data limite de apresentação da proposta, conforme determinação contida no art. 3º, §1.º, da Lei n. 10.192/01 e inciso XI do art. 40 da Lei n. 8.666/93.

**§3.º.** Em face do disposto no §1.º do art. 2º da Lei n. 10.192/01, não é admitido reajuste, sobre o valor a que se refere o parágrafo primeiro, no prazo inferior a 1 (um) ano, contado a partir da data de assinatura do Contrato.

#### **ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

**Cláusula Sétima.** Se o CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto na Cláusula Vigésima deste Contrato, e tendo a CONTRATADA, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo



os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual e no artigo 40, inciso XIV, "c", da Lei n. 8.666/1993.

#### REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

**Cláusula Oitava.** Este Contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**§1.º.** O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado à Gerência Administrativa do CIGA, situada à Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n. 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, com identificação do número DO CONTRATO, ou ainda, por e-mail: [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br).

**§2.º.** Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não comprovar o desequilíbrio sofrido.

#### PRAZOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DURAÇÃO DO CONTRATO

**Cláusula Nona.** O prazo de execução dos serviços será mensal, iniciando a partir da assinatura deste Contrato.

**Parágrafo único.** Este Contrato terá duração até o dia 31 de dezembro de 20\_\_, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 57, inc. IV, da Lei n. 8.666/93, até o limite de 48 meses, e desde que atendidos a todos os requisitos abaixo:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- c) manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;
- d) manutenção da vantagem econômica do valor do Contrato para a Administração; e
- e) concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

#### RECEBIMENTO DO OBJETO

**Cláusula Décima.** Os serviços iniciais serão recebidos: provisoriamente, pelos técnicos do CONTRATANTE responsáveis por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, emitido em até 2 (dois) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto fornecido;



c) definitivamente, pelos técnicos do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, emitido em até 15 (quinze) dias a contar do recebimento provisório e que ateste a adequação do objeto, ficando a CONTRATADA obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**§1.º.** O recebimento dos serviços contínuos estará sujeito à emissão mensal do Termo de Recebimento dos Serviços Contínuos, a ser emitido pelo representante do CONTRATANTE, atestando a conformidade do objeto.

**§2.º.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

**§3.º.** Será rejeitado, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Pregão Eletrônico XX/2020.

#### **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Cláusula Décima Primeira.** As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos recursos do orçamento do CIGA, de acordo com as Atividades n.ºs 2.001 Administração e Manutenção do Consórcio e 2.002 Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de TI; Elemento de despesa n.º 3.3.90.40.01 – Locação de equipamentos e software, para o exercício de 20\_\_, e para os exercícios seguintes, créditos próprios de igual natureza.

#### **GARANTIAS À EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**Cláusula Décima Segunda.** Não serão exigidas garantias para assegurar a plena execução do Contrato, no entanto, o CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para garantir o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

#### **DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

**Cláusula Décima Terceira.** As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste Contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**Parágrafo único.** Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

**Cláusula Décima Quarta.** A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, deve:



- a) dar integral cumprimento à sua proposta, a qual passa a integrar o Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição;
- b) apresentar-se à equipe técnica do CONTRATANTE, após a assinatura deste instrumento para, em conjunto, definirem a execução dos serviços;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE;
- d) cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis;
- e) não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- f) manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;
- g) corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade;
- h) assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- i) a CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega/cronograma definido nos termos do Edital e anexos;
- j) adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;
- k) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n. 8.666/93. A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE;
- l) disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados;
- m) a CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos;



Consórcio de Informática  
na Gestão Pública Municipal

- n) comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação;
- o) respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE;
- p) arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado;
- q) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- r) participar de reuniões de planejamento ou avaliação da prestação dos serviços nas instalações do CONTRATANTE, conforme Plano de Trabalho ou sempre que solicitado, sem quaisquer ônus financeiros adicionais ao CONTRATANTE;
- s) o não cumprimento do disposto nas alíneas anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.

**§1.º.** Impossibilitada de cumprir o(s) prazo(s) de execução dos serviços, a CONTRATADA deverá adotar os seguintes procedimentos:

- 1) protocolar o pedido de prorrogação de prazo antes da data-limite para entrega, junto à Gerência Administrativa, ou, ainda, pelo [e-mail: ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br), devendo, no mínimo, constar:
  - 1.1) identificação do objeto, número do Processo Administrativo e do Contrato;
  - 1.2) justificativa, plausível, quanto à necessidade da prorrogação;
  - 1.3) documentação comprobatória; e
  - 1.4) indicação do novo prazo a ser cumprido.
- 2) o(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto no subitem anterior, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério do CONTRATANTE o seu deferimento;
- 3) caso o CONTRATANTE conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;
- 4) caso o CONTRATANTE não conceda a prorrogação do prazo, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas pertinentes; e
- 5) serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a



expiração do prazo de entrega.

**§2.º.** A CONTRATADA declara que adota políticas ou procedimentos para impedir práticas que desrespeitem a legislação em vigor, contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e aceitos no ambiente da internet ou que comprometam a imagem do CONTRATANTE e de seus entes consorciados.

**§3.º.** São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a) a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de emprego em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste Contrato; e
- c) não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

**Cláusula Décima Quinta.** O CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, deve:

- a) prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;
- b) efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato;
- c) exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados para esse fim;
- d) comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato; e
- e) publicar o extrato do Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, órgão oficial de divulgação dos atos administrativos do CONTRATANTE, veiculado no endereço <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>.

#### **PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE**

**Cláusula Décima Sexta.** O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

- I - modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;
- II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;



III - fiscalizar a execução; e

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

#### REPRESENTANTES DAS PARTES

**Cláusula Décima Sétima.** As partes credenciarão por escrito responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do Contrato, conforme Anexos I e II deste Contrato.

**Parágrafo único.** O representante do CONTRATANTE terá poderes para solicitar, fiscalizar, receber e aceitar os fornecimentos e serviços, e especialmente para:

I - sustar os fornecimentos e serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que, a seu critério, considerar esta medida necessária à sua boa execução ou à salvaguarda dos interesses do CONTRATANTE;

II - recusar os fornecimentos realizados que não atendam às boas normas técnicas;

III - questionar todos os problemas técnicos constatados;

IV - ajustar com o representante da CONTRATADA nas hipóteses comprovadas de caso fortuito e força maior, alterações na ordem de sequência ou no prazo de realização dos fornecimentos e serviços; e

V- solicitar a substituição do representante credenciado pela CONTRATADA na hipótese de sua atuação vir a prejudicar a qualidade da execução do Contrato.

#### ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

**Cláusula Décima Oitava.** Durante a vigência deste Contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo representante do CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

**§1.º.** O exercício pelo CONTRATANTE do direito de fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui sua responsabilidade.

**§2.º.** Durante a vigência deste Contrato, a CONTRATADA deve manter preposto aceito pela Administração do CONTRATANTE, para representá-la sempre que for necessário.

#### INFORMAÇÕES PROTEGIDAS

**Cláusula Décima Nona.** A CONTRATADA e o CONTRATANTE na execução deste Contrato poderão ter que trocar informações, inclusive de produtos e materiais, que podem estar protegidas pelos direitos autorais, direito de propriedade industrial, direito à intimidade, ou protegidas por serem de domínio de uma delas, as quais não poderão ser copiadas, reproduzidas, publicadas, divulgadas ou de forma alguma colocadas à disposição, direta ou indiretamente, exceto àquelas pessoas envolvidas na execução do Contrato.



**Parágrafo único.** A responsabilidade das partes com relação à quebra de sigilo será proporcional aos efeitos do prejuízo causado.

**Cláusula Vigésima.** A CONTRATADA responsabiliza-se pelo uso das informações disponibilizadas e pela proteção de dados, bem como em definir a autorização de acesso aos diversos usuários de sua responsabilidade.

#### **ARMAZENAMENTO DE DADOS DO CONTRATANTE**

**Cláusula Vigésima Primeira.** A CONTRATADA apenas hospeda em sua infraestrutura informações relativas ao CONTRATANTE, não sendo a detentora desses dados, que serão repassados permanentemente ao CONTRATANTE após o término da vigência contratual.

**§1.º.** Considerando esse fato, qualquer pedido de informação a respeito dos dados armazenados e outros afins, deve ser precedido de autorização do CONTRATANTE, detentor dos dados, para que a CONTRATADA possa prestar a informação solicitada, salvo a hipótese em que o acesso à informação decorra de ordem judicial.

**§2.º.** Quando o pedido de informação decorrer de ordem judicial, a CONTRATADA fica autorizada a prestar a informação solicitada sem consulta prévia ao CONTRATANTE, comunicando-o na sequência.

**§3.º.** Findo o contrato, o apagamento dos dados dar-se-á independentemente de qualquer aviso ou notificação, operando-se de forma definitiva e irreversível.

**Cláusula Vigésima Segunda.** A CONTRATADA se responsabiliza pelo sigilo e confidencialidade, por si e seus empregados alocados na execução do objeto, dos documentos e/ou informações que lhe chegarem ao conhecimento por força da execução do Contrato, não podendo divulgá-los, sob qualquer pretexto, mesmo que após a vigência deste termo, salvo quanto àquelas de domínio público.

#### **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Cláusula Vigésima Terceira.** O atraso injustificado na execução do Contrato por culpa da CONTRATADA sujeitar-lhe-á ao pagamento de multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:

I - atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2% do valor atualizado do Contrato;

II - atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4% do valor atualizado do Contrato, calculada sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do CONTRATANTE;

III - no caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,2% até 10 (dez) dias de atraso e 0,4% acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

IV - os valores cobrados, a título de multa moratória, ficam limitados a 20% do valor



total do Contrato.

V - na hipótese de a aplicação de multa atingir ou ultrapassar o limite previsto acima, caracterizar-se-á a inexecução contratual, sujeitando a CONTRATADA às demais implicações legais.

**§1.º.** Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar, sem prejuízo das demais cominações legais, multas e penalidades previstas no Contrato, as seguintes sanções:

I - advertência por escrito, quando a CONTRATADA deixar de atender a determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução dos serviços ou fornecimentos;

II - multa compensatória com percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do Contrato;

III- suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o CONTRATANTE por prazo não superior a 2 (dois) anos. Esta sanção sempre será aplicada, ressalvadas outras hipóteses não arroladas neste item, quando a CONTRATADA, convocada dentro do prazo de validade da proposta: não celebrar o Contrato; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o contrato; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não mantiver a proposta; falhar ou fraudar a execução do Contrato; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6.º, inciso XI, da Lei 8.666/93) enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

**§2.º.** A multa será descontada pelo CONTRATANTE dos créditos existentes em nome da CONTRATADA e, não havendo esses, ou sendo ela maior do que o crédito, deverá ser recolhida no setor Administrativo do CONTRATANTE, dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos após a respectiva notificação. Não solvida a multa, nos termos aqui previstos, será ela cobrada judicialmente com ônus ao devedor.

**§3.º.** As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato ou no Edital decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE.

**§4.º.** Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93 e as constantes do art. 7º da Lei n. 10.520/02, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente na Imprensa Oficial do CONTRATANTE.

**§5.º.** De acordo com o artigo 88 da Lei n. 8.666/93, poderão ser aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 do referido diploma normativo à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:



1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação; ou
3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**§6.º.** Da aplicação das penas definidas no art. 87 da Lei n. 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de intimação do ato.

**§7.º.** No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93, caberá pedido de reconsideração à autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**§8.º.** Na comunicação de aplicação da penalidade de que trata o item anterior, serão informados o nome e a lotação da autoridade que aplicou a sanção, bem como daquela competente para decidir sobre o pedido de reconsideração.

**§9.º.** O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues: por meio eletrônico para o endereço [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br); por meio postal, endereçado à Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n. 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC; ou protocolada pelo interessado nesse mesmo endereço, mediante recibo, na Gerência Administrativa do CONTRATANTE, nos dias úteis, das 8h30 às 12h e das 13h às 17h30 (horário de expediente).

**§10.** As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, § 2.º, da Lei n. 8.666/93).

#### **RESCISÃO CONTRATUAL**

**Cláusula Vigésima Quarta.** A rescisão deste Contrato dar-se-á nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei n. 8.666/93.

**§1.º.** No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes deste Contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

**§2.º.** No caso de operações de reorganização empresarial, tais como: fusão, cisão e incorporação, a CONTRATADA deverá comunicar ao CIGA, a fim de que este delibere, motivadamente, acerca da possibilidade legal da manutenção da contratação, sendo essencial a comprovação do atendimento de todas as exigências de habilitação previstas no Edital que originou a contratação. A eventual impossibilidade do cumprimento das condições de habilitação e das obrigações contratuais motivará a rescisão do Contrato, sem prejuízo à aplicação das sanções indicadas anteriormente.



**§3.º.** No procedimento que visa à rescisão do Contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. Depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

#### **VINCULAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**Cláusula Vigésima Quinta.** Este Contrato vincula-se, independentemente de transcrição, ao Processo Administrativo n. 1435/2020/CIGA, Pregão Eletrônico n. 01/2020 e à proposta da CONTRATADA, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA aos preceitos de direito público e a presente legislação:

- a) Lei n. 10.520/02;
- b) Lei n. 8.666/93;
- c) Lei Federal n. 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador);
- d) Lei Federal n. 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais);
- e) Código de Defesa do Consumidor;
- f) Código Civil;
- g) Código Penal;
- h) Código de Processo Civil;
- i) Código de Processo Penal;
- j) Legislação trabalhista e previdenciária;
- k) Resolução Ciga 180/2020; e
- l) demais normas aplicáveis.

**§1.º.** No que toca à proteção de dados pessoais e *compliance*, é dever da CONTRATADA estar em conformidade com as legislações cogentes.

**§2.º.** Aplicam-se, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 combinado com o inciso XII do artigo 55, ambos da Lei n. 8.666/93.

#### **CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO**

**Cláusula Vigésima Sexta.** A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93.



Consórcio de Informática  
na Gestão Pública Municipal

#### ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

**Cláusula Vigésima Sétima.** Este Contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n. 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

#### PUBLICAÇÃO

**Cláusula Vigésima Oitava.** O extrato deste Contrato e de seus aditivos, se houver, será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC, órgão oficial de divulgação dos atos do CONTRATANTE, veiculado no endereço [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), como condição indispensável à sua eficácia, nos termos do artigo 51 do Contrato de Consórcio Público e do artigo 37 do Estatuto, ambos do CIGA, e conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

#### FORO

**Cláusula Vigésima Nona.** As partes elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste Contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

**Parágrafo único.** E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO  
Representante Legal  
**CONTRATADA**

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO  
Cargo e/ou função

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO  
Cargo e/ou função

**ANEXO I****TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DO CONTRATANTE**

**O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)** constitui \_\_\_\_\_ como representante do CONTRATANTE para fiscalizar a execução do Contrato n.º/20\_\_\_/CIGA.

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA  
**CONTRATANTE**

**ANEXO II****TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATADA**

**(Pessoa Jurídica)** constitui o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_ como seu representante no Contrato n. \_\_\_\_/20\_\_/CIGA celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

NOME COMPLETO  
Representante Legal  
**CONTRATADA**

**ANEXO XI****MINUTA E ANEXOS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

(Órgãos Participantes)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N. \_\_\_\_/20\_\_**

<b>CONTRATO</b>	<b>QUE</b>	<b>ENTRE</b>	<b>SI</b>	<b>CELEBRAM</b>	<b>A</b>
_____	_____	_____	<b>E A</b>	<b>PESSOA JURÍDICA</b>	_____
<b>VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE</b>					
_____.					

A \_\_\_\_\_, com sede à Rua \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Município/Estado, inscrito no CNPJ sob o n. \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo \_\_\_\_\_, Senhor(a) \_\_\_\_\_, no uso de suas atribuições legais e regimentais, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado \_\_\_\_\_, com sede à Rua \_\_\_\_\_, CNPJ n. \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, no uso de suas atribuições legais, doravante denominada CONTRATADA, com fulcro na Lei n. 8.666/93, resolvem celebrar **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**OBJETO E ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS**

**Cláusula Primeira.** O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada em outsourcing (para locação, instalação, configuração, gerenciamento remoto e suporte) dos seguintes equipamentos: xx microcomputadores, xx notebooks, xx monitores e xx servidores com fornecimento de hardware, software e suporte técnico, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante do Edital de Pregão Eletrônico n. 01/2020/CIGA, para todos os fins e efeitos.

**REGIME DE EXECUÇÃO**

**Cláusula Segunda.** O objeto será executado de forma indireta e sob regime execução indireta, empreitada por preço unitário, tendo como limites a vigência e o valor do Contrato, conforme determina o art. 6º, inciso VIII, alínea "b", e o art.10, inciso II, alínea "b", ambos da Lei n. 8.666/93.

118/128



Consórcio de Informática  
na Gestão Pública Municipal

#### VALOR DO CONTRATO

**Cláusula Terceira.** Dá-se a este Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários o valor total estimado de R\$ \_\_\_\_\_ (escrever o valor por extenso) para o objeto constante da Cláusula Primeira e o período de vigência determinado na Cláusula Nona. (delimitar o preço do objeto)

#### DETALHAMENTO DO VALOR DO CONTRATO

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL 12 MESES (R\$)	PREÇO TOTAL 48 MESES (R\$)
01	1	MICROCOMPUTADOR <b>MODELO 1</b>	Unid.					
	2	MICROCOMPUTADOR <b>MODELO 2</b>	Unid.					
	3	MONITOR DE VIDEO <b>MODELO 1</b>	Unid.					
	4	MONITOR DE VIDEO <b>MODELO 2</b>	Unid.					
	5	NOTEBOOK <b>MODELO 1</b>	Unid.					
	6	NOTEBOOK <b>MODELO 2</b>	Unid.					
VALOR GLOBAL ESTIMADO DO LOTE 01								
2	1	SERVIDOR <b>MODELO 1</b>	Unid.					
	2	SERVIDOR <b>MODELO 2</b>	Unid.					
VALOR GLOBAL ESTIMADO DO LOTE 02								
VALOR TOTAL GLOBAL								

#### CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**Cláusula Quarta.** O pagamento será realizado por meio do Banco \_\_\_\_\_, Agência \_\_\_\_\_, Município, SC.

**§1.º.** A CONTRATADA que **não possuir conta corrente no** \_\_\_\_\_ poderá receber o pagamento em outras instituições, mediante crédito em conta corrente do favorecido, ficando, contudo, **responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da**

**operação.**

**§2.º.** A conta corrente indicada pela CONTRATADA deverá ser **obrigatoriamente** referente ao seu CNPJ.

**§3.º.** A CONTRATADA deverá efetuar o faturamento dos serviços prestados e entregar a Nota Fiscal/Fatura, no mínimo, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data de vencimento, sob pena de ser prorrogado o prazo de pagamento por igual período, sem qualquer custo adicional ao CONTRATANTE.

**§4.º.** As notas fiscais deverão ser apresentadas, se for o caso, em conjunto com a proposta que originou a referida cobrança, na qual deverá constar, no mínimo, a descrição da atividade, valor total do serviço, data limite para entrega do serviço e prazo de validade da proposta.

**§5.º.** A CONTRATADA entregará a Nota Fiscal/Fatura ao CONTRATANTE, acompanhada, ainda, da seguinte documentação, nos termos do art. 71 c/c o art. 55, XIII, da Lei n. 8.666/93:

- a) comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal;
- b) comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- c) comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- d) comprovante de regularidade para com a Seguridade Social (INSS);
- e) comprovante de regularidade para com o FGTS; e
- f) comprovante de regularidade para com a Justiça do Trabalho.

**§6.º.** As certidões previstas no inciso anterior só serão aceitas com prazo de validade determinado no documento ou com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias;

**§7.º.** Os tributos que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato, ou de sua execução, constituem ônus de responsabilidade da CONTRATADA, conforme definido na lei tributária. A CONTRATADA deverá destacar nas notas fiscais as deduções relativas aos impostos previstos em Lei. As retenções serão feitas no pagamento.

**§8.º.** A devolução da Nota Fiscal não aprovada pelo CONTRATANTE em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda os fornecimentos e/ou serviços.

**§9.º.** Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**§10.** Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade exigida no **§5.º** e não havendo a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento



da notificação emitida, será realizado o pagamento e iniciado o processo de rescisão contratual, com aplicação da multa rescisória prevista neste Contrato.

#### **SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO**

**Cláusula Quinta.** O pagamento poderá ser sustado pelo CONTRATANTE se, após ter sido dado o aceite nos serviços, for constatado que eles não foram realizados na forma estipulada neste contrato, e a CONTRATADA esteja se omitindo ou se recusando a adequá-los.

**Parágrafo único.** A CONTRATADA não pode interromper os serviços sob a alegação de não estar recebendo os pagamentos devidos. Pode ela, contudo, suspender o cumprimento de suas obrigações se os pagamentos devidos pelo CONTRATANTE atrasarem por mais de 90 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra (art. 78, inciso XV, Lei n. 8.666/93).

#### **REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**Cláusula Sexta.** O reajuste do valor pactuado no presente Contrato atenderá às normas a seguir e dependerá de proposta escrita da CONTRATADA, passando a vigorar apenas após a decisão administrativa favorável do CONTRATANTE e nos termos da respectiva decisão administrativa.

**§1.º.** Havendo prorrogação do presente Contrato, o valor do objeto, constante na Cláusula Terceira, será reajustado anualmente, após cada período de doze meses a contar da data de início de sua vigência.

**§2.º.** Cumprido o requisito do parágrafo anterior, o reajuste será efetuado de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, ou outro índice que venha a substituí-lo, aplicado a partir da data limite de apresentação da proposta, conforme determinação contida no art. 3º, §1.º, da Lei n. 10.192/01 e inciso XI do art. 40 da Lei n. 8.666/93.

**§3.º.** Em face do disposto no §1.º do art. 2º da Lei n. 10.192/01, não é admitido reajuste, sobre o valor a que se refere o parágrafo primeiro, no prazo inferior a 1 (um) ano, contado a partir da data de assinatura do Contrato.

#### **ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

**Cláusula Sétima.** Se o CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto na Cláusula Vigésima deste Contrato, e tendo a CONTRATADA, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual e no artigo 40, inciso XIV, "c", da Lei n. 8.666/1993.

#### **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**



**Cláusula Oitava.** Este Contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**§1.º.** O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado à \_\_\_\_\_, situada à Rua \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Município/SC, com identificação do número DO CONTRATO, ou ainda, por e-mail: \_\_\_\_\_.

**§2.º.** Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não comprovar o desequilíbrio sofrido.

#### **PRAZOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DURAÇÃO DO CONTRATO**

**Cláusula Nona.** O prazo de execução dos serviços será mensal, iniciando a partir da assinatura deste Contrato.

**Parágrafo único.** Este Contrato terá duração até o dia 31 de dezembro de 20\_\_, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 57, inc. IV, da Lei n. 8.666/93, até o limite de 48 meses, e desde que atendidos a todos os requisitos abaixo:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- c) manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;
- d) manutenção da vantagem econômica do valor do Contrato para a Administração; e
- e) concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

#### **RECEBIMENTO DO OBJETO**

**Cláusula Décima.** Os serviços iniciais serão recebidos:

- a) provisoriamente, pelos técnicos do CONTRATANTE responsáveis por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, emitido em até 2 (dois) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto fornecido;
- b) definitivamente, pelos técnicos do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, emitido em até 15 (quinze) dias a contar do recebimento provisório e que ateste a adequação do objeto, ficando a CONTRATADA obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções



resultantes da execução ou de materiais empregados.

**§1.º.** O recebimento dos serviços contínuos estará sujeito à emissão mensal do Termo de Recebimento dos Serviços Contínuos, a ser emitido pelo representante do CONTRATANTE, atestando a conformidade do objeto.

**§2.º.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

**§3.º.** Será rejeitado, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Pregão Eletrônico 01/2020.

#### **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Cláusula Décima Primeira.** As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos recursos do orçamento do \_\_\_\_\_, de acordo com a Atividade n. \_\_\_\_\_, no elemento de despesa n. \_\_\_\_\_, para o exercício de 20\_\_\_\_, e para os exercícios seguintes, créditos próprios de igual natureza.

#### **GARANTIAS À EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**Cláusula Décima Segunda.** Não serão exigidas garantias para assegurar a plena execução do Contrato, no entanto, o CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para garantir o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

#### **DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

**Cláusula Décima Terceira.** As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste Contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**Parágrafo único.** Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

**Cláusula Décima Quarta.** A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, deve:

- a) dar integral cumprimento à sua proposta, a qual passa a integrar o Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição;
- b) apresentar-se à equipe técnica do CONTRATANTE, após a assinatura deste instrumento para, em conjunto, definirem a execução dos serviços;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo



CONTRATANTE;

- d) cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis;
- e) não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- f) manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;
- g) corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade;
- h) assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- i) a CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega/cronograma definido nos termos do Edital e anexos;
- j) adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;
- k) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n. 8.666/93. A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE;
- l) disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados;
- m) a CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos;
- n) comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação;
- o) respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE;



p) arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado;

q) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

r) participar de reuniões de planejamento ou avaliação da prestação dos serviços nas instalações do CONTRATANTE, conforme Plano de Trabalho ou sempre que solicitado, sem quaisquer ônus financeiros adicionais ao CONTRATANTE;

s) o não cumprimento do disposto nas alíneas anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.

**§1.º.** Impossibilitada de cumprir o(s) prazo(s) de execução dos serviços, a CONTRATADA deverá adotar os seguintes procedimentos:

6) protocolar o pedido de prorrogação de prazo antes da data-limite para entrega, junto à \_\_\_\_\_, ou, ainda, pelo [e-mail: \\_\\_\\_\\_\\_](#), devendo, no mínimo, constar:

6.1) identificação do objeto, número do Processo Administrativo e do Contrato;

6.2) justificativa, plausível, quanto à necessidade da prorrogação;

1.5) documentação comprobatória; e

1.6) indicação do novo prazo a ser cumprido.

7) o(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto no subitem anterior, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério do CONTRATANTE o seu deferimento;

8) caso o CONTRATANTE conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;

9) caso o CONTRATANTE não conceda a prorrogação do prazo, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas pertinentes; e

10) serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de entrega.

**§2.º.** A CONTRATADA declara que adota políticas ou procedimentos para impedir práticas que desrespeitem a legislação em vigor, contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e aceitos no ambiente da internet ou que comprometam a imagem do CONTRATANTE e de seus entes consorciados.



**§3.º.** São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- d) a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- e) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de emprego em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste Contrato; e
- f) não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

**Cláusula Décima Quinta.** O CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, deve:

- f) prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;
- g) efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato;
- h) exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados para esse fim;
- i) comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato; e
- j) publicar o extrato do Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, órgão oficial de divulgação dos atos administrativos do CONTRATANTE, veiculado no endereço <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>.

#### **PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE**

**Cláusula Décima Sexta.** O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

- I - modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;
- II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- III - fiscalizar a execução; e
- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

#### **REPRESENTANTES DAS PARTES**



**Cláusula Décima Sétima.** As partes credenciarão por escrito responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do Contrato, conforme Anexos I e II deste Contrato.

**Parágrafo único.** O representante do CONTRATANTE terá poderes para solicitar, fiscalizar, receber e aceitar os fornecimentos e serviços, e especialmente para:

I - sustar os fornecimentos e serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que, a seu critério, considerar esta medida necessária à sua boa execução ou à salvaguarda dos interesses do CONTRATANTE;

II - recusar os fornecimentos realizados que não atendam às boas normas técnicas;

III - questionar todos os problemas técnicos constatados;

IV - ajustar com o representante da CONTRATADA nas hipóteses comprovadas de caso fortuito e força maior, alterações na ordem de sequência ou no prazo de realização dos fornecimentos e serviços; e

V - solicitar a substituição do representante credenciado pela CONTRATADA na hipótese de sua atuação vir a prejudicar a qualidade da execução do Contrato.

#### **ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**Cláusula Décima Oitava.** Durante a vigência deste Contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo representante do CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

**§1.º.** O exercício pelo CONTRATANTE do direito de fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui sua responsabilidade.

**§2.º.** Durante a vigência deste Contrato, a CONTRATADA deve manter preposto aceito pela Administração do CONTRATANTE, para representá-la sempre que for necessário.

#### **INFORMAÇÕES PROTEGIDAS**

**Cláusula Décima Nona.** A CONTRATADA e o CONTRATANTE na execução deste Contrato poderão ter que trocar informações, inclusive de produtos e materiais, que podem estar protegidas pelos direitos autorais, direito de propriedade industrial, direito à intimidade, ou protegidas por serem de domínio de uma delas, as quais não poderão ser copiadas, reproduzidas, publicadas, divulgadas ou de forma alguma colocadas à disposição, direta ou indiretamente, exceto àquelas pessoas envolvidas na execução do Contrato.

**Parágrafo único.** A responsabilidade das partes com relação à quebra de sigilo será proporcional aos efeitos do prejuízo causado.

**Cláusula Vigésima.** A CONTRATADA responsabiliza-se pelo uso das informações disponibilizadas e pela proteção de dados, bem como em definir a autorização de



acesso aos diversos usuários de sua responsabilidade.

#### ARMAZENAMENTO DE DADOS DO CONTRATANTE

**Cláusula Vigésima Primeira.** A CONTRATADA apenas hospeda em sua infraestrutura informações relativas ao CONTRATANTE, não sendo a detentora desses dados, que serão repassados permanentemente ao CONTRATANTE após o término da vigência contratual.

**§1.º.** Considerando esse fato, qualquer pedido de informação a respeito dos dados armazenados e outros afins, deve ser precedido de autorização do CONTRATANTE, detentor dos dados, para que a CONTRATADA possa prestar a informação solicitada, salvo a hipótese em que o acesso à informação decorra de ordem judicial.

**§2.º.** Quando o pedido de informação decorrer de ordem judicial, a CONTRATADA fica autorizada a prestar a informação solicitada sem consulta prévia ao CONTRATANTE, comunicando-o na sequência.

**§3.º.** Findo o contrato, o apagamento dos dados dar-se-á independentemente de qualquer aviso ou notificação, operando-se de forma definitiva e irreversível.

**Cláusula Vigésima Segunda.** A CONTRATADA se responsabiliza pelo sigilo e confidencialidade, por si e seus empregados alocados na execução do objeto, dos documentos e/ou informações que lhe chegarem ao conhecimento por força da execução do Contrato, não podendo divulgá-los, sob qualquer pretexto, mesmo que após a vigência deste termo, salvo quanto àquelas de domínio público.

#### SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**Cláusula Vigésima Terceira.** O atraso injustificado na execução do Contrato por culpa da CONTRATADA sujeitar-lhe-á ao pagamento de multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:

I - atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2% do valor atualizado do Contrato;

II - atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4% do valor atualizado do Contrato, calculada sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do CONTRATANTE;

III - no caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,2% até 10 (dez) dias de atraso e 0,4% acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

IV - os valores cobrados, a título de multa moratória, ficam limitados a 20% do valor total do Contrato.

V - na hipótese de a aplicação de multa atingir ou ultrapassar o limite previsto acima, caracterizar-se-á a inexecução contratual, sujeitando a CONTRATADA às demais



implicações legais.

**§1.º.** Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar, sem prejuízo das demais cominações legais, multas e penalidades previstas no Contrato, as seguintes sanções:

V - advertência por escrito, quando a CONTRATADA deixar de atender a determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução dos serviços ou fornecimentos;

VI - multa compensatória com percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do Contrato;

VII - suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o CONTRATANTE por prazo não superior a 2 (dois) anos. Esta sanção sempre será aplicada, ressalvadas outras hipóteses não arroladas neste item, quando a CONTRATADA, convocada dentro do prazo de validade da proposta: não celebrar o Contrato; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o contrato; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não mantiver a proposta; falhar ou fraudar a execução do Contrato; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal;

VIII - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6.º, inciso XI, da Lei 8.666/93) enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

**§2.º.** A multa será descontada pelo CONTRATANTE dos créditos existentes em nome da CONTRATADA e, não havendo esses, ou sendo ela maior do que o crédito, deverá ser recolhida no setor Administrativo do CONTRATANTE, dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos após a respectiva notificação. Não solvida a multa, nos termos aqui previstos, será ela cobrada judicialmente com ônus ao devedor.

**§3.º.** As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato ou no Edital decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE.

**§4.º.** Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93 e as constantes do art. 7º da Lei n. 10.520/02, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente na Imprensa Oficial do CONTRATANTE.

**§5.º.** De acordo com o artigo 88 da Lei n. 8.666/93, poderão ser aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 do referido diploma normativo à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

4. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;



5. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação; ou

6. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**§6.º.** Da aplicação das penas definidas no art. 87 da Lei n. 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de intimação do ato.

**§7.º.** No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93, caberá pedido de reconsideração à autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**§8.º.** Na comunicação de aplicação da penalidade de que trata o item anterior, serão informados o nome e a lotação da autoridade que aplicou a sanção, bem como daquela competente para decidir sobre o pedido de reconsideração.

**§9.º.** O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues: por meio eletrônico para o endereço \_\_\_\_\_; por meio postal, endereçado à Rua \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Município/SC; ou protocolada pelo interessado nesse mesmo endereço, mediante recibo, na \_\_\_\_\_ do CONTRATANTE, nos dias úteis, das \_\_\_\_\_ (horário de expediente).

**§10.** As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, § 2.º, da Lei n. 8.666/93).

#### **RESCISÃO CONTRATUAL**

**Cláusula Vigésima Quarta.** A rescisão deste Contrato dar-se-á nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei n. 8.666/93.

**§1.º.** No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes deste Contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

**§2.º.** No caso de operações de reorganização empresarial, tais como: fusão, cisão e incorporação, a CONTRATADA deverá comunicar ao \_\_\_\_\_, a fim de que este delibere, motivadamente, acerca da possibilidade legal da manutenção da contratação, sendo essencial a comprovação do atendimento de todas as exigências de habilitação previstas no Edital que originou a contratação. A eventual impossibilidade do cumprimento das condições de habilitação e das obrigações contratuais motivará a rescisão do Contrato, sem prejuízo à aplicação das sanções indicadas anteriormente.

**§3.º.** No procedimento que visa à rescisão do Contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. Depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA



terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

#### **VINCULAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**Cláusula Vigésima Quinta.** Este Contrato vincula-se, independentemente de transcrição, ao Processo Administrativo n. 1435/2020/CIGA, Pregão Eletrônico n. 01/2020 e à proposta da CONTRATADA, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA aos preceitos de direito público e a presente legislação:

- a) Lei n. 10.520/02;
- b) Lei n. 8.666/93;
- c) Lei Federal n. 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador);
- d) Lei Federal n. 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais);
- e) Código de Defesa do Consumidor;
- f) Código Civil;
- g) Código Penal;
- h) Código de Processo Civil;
- i) Código de Processo Penal;
- j) Legislação trabalhista e previdenciária; e
- k) Resolução Ciga 180/2020; e
- l) demais normas aplicáveis.

**§1.º.** No que toca à proteção de dados pessoais e *compliance*, é dever da CONTRATADA estar em conformidade com as legislações cogentes.

**§2.º.** Aplicam-se, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 combinado com o inciso XII do artigo 55, ambos da Lei n. 8.666/93.

#### **CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO**

**Cláusula Vigésima Sexta.** A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93.

#### **ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**



Consórcio de Informática  
na Gestão Pública Municipal

**Cláusula Vigésima Sétima.** Este Contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n. 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

#### PUBLICAÇÃO

**Cláusula Vigésima Oitava.** O extrato deste Contrato e de seus aditivos, se houver, será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC, órgão oficial de divulgação dos atos do CONTRATANTE, veiculado no endereço [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), como condição indispensável à sua eficácia, nos termos do artigo 51 do Contrato de Consórcio Público e do artigo 37 do Estatuto, ambos do CIGA, e conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

#### FORO

**Cláusula Vigésima Nona.** As partes elegem o Foro da Comarca da \_\_\_\_\_, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste Contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

**Parágrafo único.** E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Município, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO  
Representante Legal do Município  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO  
Representante Legal  
**CONTRATADA**

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO  
Cargo e/ou função

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO  
Cargo e/ou função

**ANEXO I****TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DO CONTRATANTE**

O \_\_\_\_\_ constitui \_\_\_\_\_ como representante do CONTRATANTE para fiscalizar a execução do Contrato n.º/20\_\_.

Município, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Nome Completo  
Função  
**CONTRATANTE**

**ANEXO II****TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATADA**

**(Pessoa Jurídica)** constitui o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_ como seu representante no Contrato n. \_\_\_\_/20\_\_ celebrado com o \_\_\_\_\_.

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

NOME COMPLETO  
Representante Legal  
**CONTRATADA**

**CINCATARINA****TR20CIN14323-0017-0005-CINCATARINA-FLORISA VEICULOS LTDA-PAL00812019**

Publicação Nº 2590858

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14323

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: FLORISA VEICULOS LTDA

ATA: AT20CIN01269

PAL: 0081/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0066/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 9-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 27/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14327-0017-0005-CINCATARINA-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL92232020**

Publicação Nº 2591045

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14327

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN23582

PAL: 9223/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0019/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 64-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 27/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14342-0017-0005-CINCATARINA-PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-PAL92232020**

Publicação Nº 2591164

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14342

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

ATA: AT20CIN23881

PAL: 9223/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0019/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 65-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 27/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14348-0017-0005-CINCATARINA-HIPERMED COMÉRCIO DE ARTIGOS ORTOPÉDICOS EIRELI-PAL92232020**

Publicação Nº 2591162

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14348

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: HIPERMED COMÉRCIO DE ARTIGOS ORTOPÉDICOS EIRELI

ATA: AT20CIN24156

PAL: 9223/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0019/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 62-3; 63-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 27/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14357-0017-0005-CINCATARINA-LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-PAL92152020**

Publicação Nº 2591161

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14357

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

ATA: AT20CIN24879

PAL: 9215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 21-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14358-0017-0005-CINCATARINA-ADISUL COMERCIAL LTDA EPP-PAL10362020**

Publicação Nº 2590884

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14358

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ADISUL COMERCIAL LTDA EPP

ATA: AT20CIN11686

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 587-180

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14374-0003-0004-MUNICÍPIO DE CAÇADOR-AGASERV COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME-PAL00532019**

Publicação Nº 2590859

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14374

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: AGASERV COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME

ATA: AT20CIN01077

PAL: 0053/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0042/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 11-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14375-0017-0005-CINCATARINA-AGASERV COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME-PAL00532019**

Publicação Nº 2590860

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14375

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: AGASERV COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME

ATA: AT20CIN01080

PAL: 0053/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0042/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 11-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14376-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590861

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14376

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12578

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 713-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14392-0017-0005-CINCATARINA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590862

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14392

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10301

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 84-3600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14396-0017-0005-CINCATARINA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590863

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14396

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10476

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 434-60

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14397-0176-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590864

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14397

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10547

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 391-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14398-0017-0005-CINCATARINA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590865

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14398

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10476

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 391-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14399-0017-0005-CINCATARINA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590866

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14399

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10476

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 41-3000; 108-1500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14401-0017-0005-CINCATARINA-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590867

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14401

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN10564

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 257-2600; 270-1600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14402-0017-0005-CINCATARINA-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590868

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14402

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN10564

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 815-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14403-0017-0005-CINCATARINA-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590869

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14403

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN10739

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 673-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14404-0017-0005-CINCATARINA-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590870

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14404

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN10739

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 90-1200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14405-0171-0004-DONA EMMA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590871

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14405

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN23356

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 47-1200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14406-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590872

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14406

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 37-3000; 47-1200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14407-0171-0004-DONA EMMA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590873

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14407

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN11010

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 39-4200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14408-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590874

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14408

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 39-4200; 468-15

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14409-0176-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590875

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14409

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN11013

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 605-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14410-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590877

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14410

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 605-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14412-0130-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590878

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14412

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN11083

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 827-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14413-0176-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590881

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14413

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11443

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 531-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14414-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590882

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14414

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 531-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14415-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA  
PAL10362020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação Nº 2590883

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14415

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 115-1200; 388-150

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14416-0171-0004-DONA EMMA-ELISVANDIA MATOS DONINI ME-PAL40782020**

Publicação Nº 2590890

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14416

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: ELISVANDIA MATOS DONINI ME

ATA: AT20CIN15004

PAL: 4078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 425-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14417-0017-0005-CINCATARINA-ELISVANDIA MATOS DONINI ME-PAL40782020**

Publicação Nº 2590885

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14417

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ELISVANDIA MATOS DONINI ME

ATA: AT20CIN14942

PAL: 4078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 425-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14418-0171-0004-DONA EMMA-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590886

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14418

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN11523

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 130-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14419-0017-0005-CINCATARINA-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590887

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14419

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN11459

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 130-500; 1216-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14420-0171-0004-DONA EMMA-DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP-PAL10362020**

Publicação Nº 2590888

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14420

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP

ATA: AT20CIN11588

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 199-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14421-0017-0005-CINCATARINA-DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP-PAL10362020**

Publicação Nº 2590889

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14421

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP

ATA: AT20CIN11539

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 199-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14422-0017-0005-CINCATARINA-ADISUL COMERCIAL LTDA EPP-PAL10362020**

Publicação Nº 2590946

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14422

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ADISUL COMERCIAL LTDA EPP

ATA: AT20CIN11686

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 75-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14423-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL10362020**

Publicação Nº 2590891

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14423

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 165-1500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14424-0176-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL10362020**

Publicação Nº 2590892

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14424

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11979

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1279-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14425-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL10362020**

Publicação Nº 2590893

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14425

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 494-100; 766-200; 1163-10; 1205-50; 1279-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14427-0171-0004-DONA EMMA-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL40782020**

Publicação Nº 2590894

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14427

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: POSSATTO &amp; POSSATTO LTDA ME

ATA: AT20CIN15406

PAL: 4078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 171-12; 417-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14428-0017-0005-CINCATARINA-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL40782020**

Publicação Nº 2590895

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14428

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: POSSATTO &amp; POSSATTO LTDA ME

ATA: AT20CIN15344

PAL: 4078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 171-12; 417-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14429-0017-0005-CINCATARINA-ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -PAL10362020**

Publicação Nº 2590896

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14429

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN11997

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 219-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14430-0017-0005-CINCATARINA-AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL10362020**

Publicação Nº 2590897

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14430

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT20CIN24364

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-30000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14431-0017-0005-CINCATARINA-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE-PAL10362020**

Publicação Nº 2590898

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14431

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT20CIN12158

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 82-1500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14432-0017-0005-CINCATARINA-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE-PAL10362020**

Publicação Nº 2590899

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14432

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT20CIN12158

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 148-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14433-0017-0005-CINCATARINA-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE-PAL10362020**

Publicação Nº 2590901

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14433

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT20CIN12158

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 205-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14441-0017-0005-CINCATARINA-BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590903

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14441

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA

ATA: AT20CIN12405

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 226-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14444-0017-0005-CINCATARINA-F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL10362020**

Publicação Nº 2590905

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14444

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: F&amp;F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT20CIN12492

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 254-500; 538-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14445-0171-0004-DONA EMMA-F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL10362020**

Publicação Nº 2590907

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14445

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: F&amp;F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT20CIN12557

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 206-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14446-0017-0005-CINCATARINA-F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL10362020**

Publicação Nº 2590908

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14446

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: F&amp;F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT20CIN12492

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 206-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14447-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590909

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14447

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN16412

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 15-12000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14448-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590910

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14448

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12578

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 2-48000; 96-1500; 320-840

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14449-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590912

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14449

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12578

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 27-9600; 152-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14453-0017-0005-CINCATARINA-DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA-PAL00532019**

Publicação Nº 2590913

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14453

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA

ATA: AT19CIN23958

PAL: 0053/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0042/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 2-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14454-0017-0005-CINCATARINA-MEDITON FARMACÊUTICA LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590914

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14454

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MEDITON FARMACÊUTICA LTDA

ATA: AT20CIN12663

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 463-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14455-0017-0005-CINCATARINA-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL-PAL10362020**

Publicação Nº 2590915

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14455

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL

ATA: AT20CIN12732

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 132-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14456-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP-PAL01732020**

Publicação Nº 2590916

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14456

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP

ATA: AT20CIN23265

PAL: 0173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 105-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14457-0017-0005-CINCATARINA-I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP-PAL01732020**

Publicação Nº 2590917

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14457

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP

ATA: AT20CIN22843

PAL: 0173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 105-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14458-0017-0005-CINCATARINA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590918

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14458

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10301

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 95-10000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14466-0049-0005-MUNICÍPIO DE JOAÇABA-VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP-PAL00562019**

Publicação Nº 2590919

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14466

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FORNECEDOR: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

ATA: AT19CIN23681

PAL: 0056/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0044/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 8-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14470-0168-0004-MUNICÍPIO DE ORLEANS-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL01732020**

Publicação Nº 2590922

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14470

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ORLEANS

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

ATA: AT20CIN22354

PAL: 0173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 37-5; 117-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14471-0017-0005-CINCATARINA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL01732020**

Publicação Nº 2590923

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14471

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

ATA: AT20CIN22280

PAL: 0173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 28-4; 37-5; 39-4; 52-15; 53-20; 117-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14474-0017-0005-CINCATARINA-GIGA1.COM EIRELI-PAL01732020**

Publicação Nº 2590924

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14474

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: GIGA1.COM EIRELI

ATA: AT20CIN22371

PAL: 0173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 50-10; 62-5; 98-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14475-0001-0004-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-NUTRIMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS, MEDICAMENTOS E HOSPITALARES - EIRELI-PAL92152020**

Publicação Nº 2590925

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14475

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: NUTRIMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS, MEDICAMENTOS E HOSPITALARES - EIRELI

ATA: AT20CIN25057

PAL: 9215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 33-40

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14476-0017-0005-CINCATARINA-NUTRIMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS, MEDICAMENTOS E HOSPITALARES - EIRELI-PAL92152020**

Publicação Nº 2590926

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14476

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NUTRIMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS, MEDICAMENTOS E HOSPITALARES - EIRELI

ATA: AT20CIN25070

PAL: 9215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 33-40

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14477-0168-0004-MUNICÍPIO DE ORLEANS-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL01732020**

Publicação Nº 2590927

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14477

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ORLEANS

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN22576

PAL: 0173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 20-20; 30-10; 33-3; 44-10; 118-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14478-0017-0005-CINCATARINA-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL01732020**

Publicação Nº 2590930

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14478

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN22502

PAL: 0173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 20-20; 30-10; 33-3; 44-10; 109-10; 118-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14483-0017-0005-CINCATARINA-I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP-PAL01732020**

Publicação Nº 2590931

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14483

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP

ATA: AT20CIN22843

PAL: 0173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 102-4

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14484-0017-0005-CINCATARINA-I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP-PAL01732020**

Publicação Nº 2590932

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14484

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP

ATA: AT20CIN22843

PAL: 0173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 102-4; 105-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14485-0017-0005-CINCATARINA-PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI -PAL01732020**

Publicação Nº 2590933

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14485

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI

ATA: AT20CIN22931

PAL: 0173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 76-250

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14486-0017-0005-CINCATARINA-VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI-PAL01732020**

Publicação Nº 2590934

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14486

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

ATA: AT20CIN23013

PAL: 0173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 73-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14525-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL10362020**

Publicação Nº 2590935

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14525

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1026-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14532-0164-0005-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590936

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14532

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN11181

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 871-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14533-0111-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590938

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14533

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10986

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 695-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14534-0054-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE XAXIM-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590939

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14534

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10962

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 695-800

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14535-0007-0005-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590940

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14535

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10933

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 695-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14538-0017-0005-CINCATARINA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL01732020**

Publicação Nº 2590942

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14538

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

ATA: AT20CIN22280

PAL: 0173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 56-10; 57-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14542-0017-0005-CINCATARINA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590943

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14542

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10301

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 268-15000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14543-0054-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE XAXIM-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590983

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14543

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10321

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 268-15000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14544-0017-0005-CINCATARINA-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590947

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14544

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN10564

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 426-90

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14546-0017-0005-CINCATARINA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL10362020**

Publicação Nº 2590949

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14546

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN11285

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 144-20000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14547-0054-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE XAXIM-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL10362020**

Publicação Nº 2590950

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14547

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN11304

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 144-20000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14562-0017-0005-CINCATARINA-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL01902020**

Publicação Nº 2590951

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14562

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

ATA: AT20CIN07360

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 16-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14563-0101-0004-MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL01902020**

Publicação Nº 2590952

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14563

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

ATA: AT20CIN07391

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 16-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14569-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590953

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14569

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12578

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 2-20160

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14570-0008-0004-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590954

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14570

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12570

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 2-20160

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14572-0017-0005-CINCATARINA-RAÇA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA-EPP-PAL01732020**

Publicação Nº 2590956

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14572

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: RAÇA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA-EPP

ATA: AT20CIN22436

PAL: 0173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 75-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14576-0017-0005-CINCATARINA-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL01732020**

Publicação Nº 2590958

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14576

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN22502

PAL: 0173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 27-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14578-0017-0005-CINCATARINA-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL01902020**

Publicação N° 2590959

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14578

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

ATA: AT20CIN07480

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 4-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14579-0183-0004-MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL01902020**

Publicação N° 2590961

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14579

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

ATA: AT20CIN15879

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 4-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14580-0017-0005-CINCATARINA-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL01902020**

Publicação N° 2590962

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14580

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

ATA: AT20CIN07480

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 6-1; 7-1; 9-1; 10-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14581-0183-0004-MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL01902020**

Publicação Nº 2590963

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14581

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

ATA: AT20CIN13079

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 6-1; 7-1; 9-1; 10-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14586-0058-0004-MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA EPP-PAL00352019**

Publicação Nº 2590964

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14586

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA EPP

ATA: AT20CIN07346

PAL: 0035/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0027/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 78-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14587-0017-0005-CINCATARINA-LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA EPP-PAL00352019**

Publicação Nº 2590965

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14587

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA EPP

ATA: AT19CIN20984

PAL: 0035/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0027/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 78-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14591-0108-0004-MUNICÍPIO DE JABORÁ-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL00552019**

Publicação Nº 2590967

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14591

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JABORÁ

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

ATA: AT20CIN08848

PAL: 0055/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0043/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 15-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14592-0017-0005-CINCATARINA-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL00552019**

Publicação Nº 2590968

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14592

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

ATA: AT20CIN08812

PAL: 0055/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0043/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 15-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14593-0017-0005-CINCATARINA-LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI EPP-PAL00412019**

Publicação Nº 2590969

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14593

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI EPP

ATA: AT19CIN19940

PAL: 0041/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0032/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 33-30; 37-6

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14594-0058-0004-MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-JL MARTINS INFORMATICA ME -PAL00352019**

Publicação Nº 2590972

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14594

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: JL MARTINS INFORMATICA ME

ATA: AT20CIN07345

PAL: 0035/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0027/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 25-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14595-0003-0005-MUNICÍPIO DE CAÇADOR-JL MARTINS INFORMATICA ME -PAL00352019**

Publicação Nº 2590973

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14595

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: JL MARTINS INFORMATICA ME

ATA: AT19CIN21087

PAL: 0035/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0027/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 31-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14596-0017-0005-CINCATARINA-JL MARTINS INFORMATICA ME -PAL00352019**

Publicação Nº 2590974

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14596

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: JL MARTINS INFORMATICA ME

ATA: AT19CIN21095

PAL: 0035/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0027/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 22-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14597-0053-0005-MUNICÍPIO DE XAXIM-JL MARTINS INFORMATICA ME -PAL00352019**

Publicação Nº 2590975

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14597

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

FORNECEDOR: JL MARTINS INFORMATICA ME

ATA: AT19CIN21107

PAL: 0035/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0027/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 25-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14598-0006-0004-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590976

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14598

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12568

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 9-15000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14599-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2590978

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14599

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12578

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 9-15000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14603-0017-0005-CINCATARINA-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL01732020**

Publicação Nº 2590979

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14603

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN22502

PAL: 0173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 27-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14605-0017-0005-CINCATARINA-VIPH IT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI-PAL45402020**

Publicação Nº 2590980

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14605

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: VIPH IT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI

ATA: AT20CIN21895

PAL: 4540/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0016/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 65-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14606-0017-0005-CINCATARINA-LAN TECNOLOGIA EM REDES EIRELI-PAL45402020**

Publicação Nº 2590981

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14606

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: LAN TECNOLOGIA EM REDES EIRELI

ATA: AT20CIN21970

PAL: 4540/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0016/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 11-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14607-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591029

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14607

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 981-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14608-0119-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2590984

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14608

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN24342

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 174-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14609-0017-0005-CINCATARINA-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2590985

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14609

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN11459

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 174-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14612-0095-0004-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL0001902020**

Publicação Nº 2590986

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14612

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

ATA: AT20CIN10246

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 16-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14613-0017-0005-CINCATARINA-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL0001902020**

Publicação Nº 2590987

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14613

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

ATA: AT20CIN07360

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 16-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14614-0095-0004-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-PAL0000722019**

Publicação Nº 2590988

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14614

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

ATA: AT19CIN25596

PAL: 000072/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0058/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14615-0007-0005-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-PAL0000722019**

Publicação Nº 2590989

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14615

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

ATA: AT19CIN25556

PAL: 000072/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0058/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14616-0095-0004-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-PAL0000722019**

Publicação Nº 2590990

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14616

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

ATA: AT19CIN25596

PAL: 000072/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0058/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14617-0020-0005-MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-PAL0000722019**

Publicação Nº 2590991

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14617

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

ATA: AT19CIN25568

PAL: 000072/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0058/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14618-0095-0005-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2590992

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14618

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11408

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 583-880

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14619-0054-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE XAXIM-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2590993

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14619

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN15906

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 583-880

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14620-0095-0004-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-D&F COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI-PAL0000552019**

Publicação Nº 2590994

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14620

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: D&amp;F COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI

ATA: AT20CIN14304

PAL: 000055/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0043/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 17-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14621-0017-0005-CINCATARINA-D&F COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI-PAL0000552019**

Publicação Nº 2590996

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14621

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: D&amp;F COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI

ATA: AT19CIN24474

PAL: 000055/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0043/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 17-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14622-0001-0005-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0000412019**

Publicação Nº 2590998

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14622

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT19CIN19791

PAL: 000041/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0032/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 23-150

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14623-0116-0004-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0000412019**

Publicação Nº 2590999

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14623

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN10181

PAL: 000041/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0032/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 23-150

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14628-0049-0005-MUNICÍPIO DE JOAÇABA-VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP -PAL0000562019**

Publicação Nº 2591000

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14628

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FORNECEDOR: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

ATA: AT19CIN23681

PAL: 000056/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0044/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 19-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14629-0108-0004-MUNICÍPIO DE JABORÁ-VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP -PAL0000562019**

Publicação Nº 2591001

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14629

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JABORÁ

FORNECEDOR: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

ATA: AT19CIN23701

PAL: 000056/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0044/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 19-40

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14630-0001-0005-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP -PAL0000562019**

Publicação Nº 2591002

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14630

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

ATA: AT19CIN23655

PAL: 000056/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0044/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 19-15

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14631-0020-0005-MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP -PAL0000562019**

Publicação Nº 2591003

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14631

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

FORNECEDOR: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

ATA: AT19CIN23668

PAL: 000056/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0044/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 19-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14632-0117-0005-MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS-VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP -PAL0000562019**

Publicação Nº 2591004

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14632

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

ATA: AT19CIN23704

PAL: 000056/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0044/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 19-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14636-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA -PAL0040002020**

Publicação Nº 2591005

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14636

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN18754

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 13-12

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14639-0017-0005-CINCATARINA-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591006

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14639

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT20CIN12158

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 980-24

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14640-0017-0005-CINCATARINA-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL0000562019**

Publicação Nº 2591007

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14640

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

ATA: AT19CIN23605

PAL: 000056/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0044/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 5-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14644-0017-0005-CINCATARINA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0001732020**

Publicação Nº 2591008

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14644

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

ATA: AT20CIN22280

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 99-150

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14645-0017-0005-CINCATARINA-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0040002020**

Publicação Nº 2591009

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14645

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

ATA: AT20CIN19790

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 38-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14646-0134-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0040002020**

Publicação Nº 2591010

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14646

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

ATA: AT20CIN19853

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 38-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14647-0017-0005-CINCATARINA-DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA-PAL0000532019**

Publicação Nº 2591011

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14647

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA

ATA: AT19CIN23958

PAL: 000053/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0042/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 2-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14650-0040-0004-MUNICÍPIO DE IBICARÉ-LFL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA-PAL0001902020**

Publicação Nº 2591012

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14650

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: LFL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA

ATA: AT20CIN07611

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 11-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14651-0017-0005-CINCATARINA-LFL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA-PAL0001902020**

Publicação Nº 2591014

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14651

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: LFL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA

ATA: AT20CIN07606

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 11-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14652-0017-0005-CINCATARINA-FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-PAL0092152020**

Publicação Nº 2591015

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14652

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

ATA: AT20CIN24808

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 13-50; 27-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14653-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591016

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14653

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1332-25

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14654-0017-0005-CINCATARINA-LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-PAL0092152020**

Publicação Nº 2591017

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14654

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

ATA: AT20CIN24879

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 21-400; 22-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14655-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0092152020**

Publicação Nº 2591018

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14655

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN24947

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 39-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14656-0017-0005-CINCATARINA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0001732020**

Publicação Nº 2591019

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14656

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

ATA: AT20CIN22280

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 28-20; 68-30; 84-10; 87-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14657-0017-0005-CINCATARINA-GIGA1.COM EIRELI-PAL0001732020**

Publicação Nº 2591020

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14657

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: GIGA1.COM EIRELI

ATA: AT20CIN22371

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 50-50; 98-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14658-0017-0005-CINCATARINA-NUTRIMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS, MEDICAMENTOS E HOSPITALARES - EIRELI-PAL0092152020**

Publicação Nº 2591021

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14658

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NUTRIMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS, MEDICAMENTOS E HOSPITALARES - EIRELI

ATA: AT20CIN25070

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 7-25

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14659-0017-0005-CINCATARINA-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2591022

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14659

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN22502

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 30-50; 104-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14660-0017-0005-CINCATARINA-VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI-PAL0001732020**

Publicação Nº 2591023

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14660

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

ATA: AT20CIN23013

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 47-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14661-0017-0005-CINCATARINA-DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI-PAL0092152020**

Publicação Nº 2591024

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14661

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI

ATA: AT20CIN25151

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 28-200; 29-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14662-0017-0005-CINCATARINA-VUELO PHARMA LTDA-PAL0092152020**

Publicação Nº 2591025

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14662

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: VUELO PHARMA LTDA

ATA: AT20CIN25213

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 42-25

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14663-0017-0005-CINCATARINA-LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-PAL0092152020**

Publicação Nº 2591026

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14663

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

ATA: AT20CIN24879

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 21-10; 22-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14664-0017-0005-CINCATARINA-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591028

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14664

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN10564

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 223-360

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14665-0017-0005-CINCATARINA-FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-PAL0092152020**

Publicação Nº 2591113

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14665

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

ATA: AT20CIN24808

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 12-30; 27-60; 35-2; 43-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14666-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA  
PAL0010362020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação Nº 2591031

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14666

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 310-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14667-0130-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-PROMEFARMA  
REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0092152020**

Publicação Nº 2591034

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14667

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN24989

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 39-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14668-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA  
PAL0092152020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação Nº 2591035

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14668

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN24947

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 39-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14669-0001-0005-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-NUTRIPORT COMERCIAL LTDA-PAL0000412019**

Publicação Nº 2591036

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14669

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

ATA: AT19CIN19841

PAL: 000041/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0032/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 27-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14670-0017-0005-CINCATARINA-MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE SA-PAL0000702019**

Publicação Nº 2591037

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14670

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE SA

ATA: AT19CIN25154

PAL: 000070/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0056/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14671-0017-0005-CINCATARINA-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL0025392020**

Publicação Nº 2591038

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14671

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

ATA: AT20CIN17656

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 31-12

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14672-0017-0005-CINCATARINA-AFB PRIME INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI-PAL0045402020**

Publicação Nº 2591039

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14672

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: AFB PRIME INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI

ATA: AT20CIN21783

PAL: 004540/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0016/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 79-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14673-0049-0005-MUNICÍPIO DE JOAÇABA-VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP -PAL0000562019**

Publicação Nº 2591040

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14673

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FORNECEDOR: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

ATA: AT19CIN23681

PAL: 000056/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0044/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 8-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14674-0030-0004-MUNICÍPIO DE IRANI-VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP -PAL0000562019**

Publicação N° 2591041

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14674

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

ATA: AT20CIN00623

PAL: 000056/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0044/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 8-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14675-0017-0005-CINCATARINA-SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR EPP-PAL0040002020**

Publicação N° 2591042

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14675

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR EPP

ATA: AT20CIN19580

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 54-150

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14676-0130-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0092152020**

Publicação N° 2591043

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14676

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

ATA: AT20CIN25046

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 6-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14677-0017-0005-CINCATARINA-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0092152020**

Publicação Nº 2591044

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14677

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

ATA: AT20CIN25033

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 6-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14678-0017-0005-CINCATARINA-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0000552019**

Publicação Nº 2591068

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14678

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

ATA: AT19CIN24354

PAL: 000055/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0043/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 18-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14680-0017-0005-CINCATARINA-D&F COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI-PAL0000552019**

Publicação Nº 2591046

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14680

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: D&amp;F COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI

ATA: AT19CIN24474

PAL: 000055/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0043/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 17-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14681-0041-0004-MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP-PAL0001732020**

Publicação Nº 2591047

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14681

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

FORNECEDOR: I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP

ATA: AT20CIN22853

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 105-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14682-0017-0005-CINCATARINA-I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP-PAL0001732020**

Publicação Nº 2591048

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14682

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP

ATA: AT20CIN22843

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 105-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14683-0017-0005-CINCATARINA-PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI -PAL0001732020**

Publicação Nº 2591049

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14683

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI

ATA: AT20CIN22931

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 36-60

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14684-0017-0005-CINCATARINA-AMAZING METALÚRGICA EIRELI-PAL0045402020**

Publicação Nº 2591050

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14684

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: AMAZING METALÚRGICA EIRELI

ATA: AT20CIN21910

PAL: 004540/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0016/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 30-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14685-0017-0005-CINCATARINA-LAN TECNOLOGIA EM REDES EIRELI-PAL0045402020**

Publicação Nº 2591052

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14685

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: LAN TECNOLOGIA EM REDES EIRELI

ATA: AT20CIN21970

PAL: 004540/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0016/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 11-1; 49-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14686-0017-0005-CINCATARINA-LUCIANO PILATTI-PAL0045402020**

Publicação Nº 2591053

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14686

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

ATA: AT20CIN22024

PAL: 004540/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0016/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 47-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14687-0017-0005-CINCATARINA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591054

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14687

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10476

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 252-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14688-0091-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591055

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14688

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10511

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 252-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14689-0017-0005-CINCATARINA-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0025392020**

Publicação Nº 2591056

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14689

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

ATA: AT20CIN17511

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 23-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14690-0159-0004-ITUPORANGA-VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP -PAL0000562019**

Publicação Nº 2591059

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14690

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

ATA: AT20CIN09553

PAL: 000056/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0044/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 8-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14691-0049-0005-MUNICÍPIO DE JOAÇABA-VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP -PAL0000562019**

Publicação Nº 2591060

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14691

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FORNECEDOR: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

ATA: AT19CIN23681

PAL: 000056/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0044/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 8-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14692-0017-0005-CINCATARINA-SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR EPP-PAL0040002020**

Publicação Nº 2591061

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14692

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR EPP

ATA: AT20CIN19580

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 54-15

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14693-0017-0005-CINCATARINA-R.S VAREJO EIRELI-PAL0025392020**

Publicação Nº 2591063

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14693

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: R.S VAREJO EIRELI

ATA: AT20CIN17837

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 28-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14694-0168-0004-MUNICÍPIO DE ORLEANS-R.S VAREJO EIRELI-PAL0025392020**

Publicação Nº 2591065

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14694

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ORLEANS

FORNECEDOR: R.S VAREJO EIRELI

ATA: AT20CIN17913

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 28-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14695-0017-0005-CINCATARINA-CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS EIRELI-PAL0040002020**

Publicação Nº 2591066

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14695

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

ATA: AT20CIN19907

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 470-4; 474-4

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14696-0017-0005-CINCATARINA-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0000552019**

Publicação Nº 2591067

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14696

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

ATA: AT19CIN24354

PAL: 000055/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0043/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 33-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14697-0017-0005-CINCATARINA-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0000552019**

Publicação Nº 2591163

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14697

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

ATA: AT19CIN24354

PAL: 000055/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0043/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14698-0017-0005-CINCATARINA-IMPACTA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI-PAL0040002020**

Publicação Nº 2591069

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14698

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: IMPACTA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI

ATA: AT20CIN20309

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 114-36

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14699-0017-0005-CINCATARINA-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL0025392020**

Publicação Nº 2591070

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14699

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

ATA: AT20CIN17656

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 35-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14700-0123-0004-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL0025392020**

Publicação Nº 2591071

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14700

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

ATA: AT20CIN20643

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 31-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14701-0017-0005-CINCATARINA-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL0025392020**

Publicação Nº 2591072

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14701

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

ATA: AT20CIN17656

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 31-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14702-0003-0005-MUNICÍPIO DE CAÇADOR-VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP -PAL0000562019**

Publicação Nº 2591073

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14702

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

ATA: AT19CIN23657

PAL: 000056/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0044/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 8-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14703-0009-0004-MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-JL MARTINS INFORMATICA ME -PAL0000352019**

Publicação Nº 2591075

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14703

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: JL MARTINS INFORMATICA ME

ATA: AT19CIN21090

PAL: 000035/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0027/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 26-4

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14704-0017-0005-CINCATARINA-JL MARTINS INFORMATICA ME -PAL0000352019**

Publicação Nº 2591077

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14704

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: JL MARTINS INFORMATICA ME

ATA: AT19CIN21095

PAL: 000035/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0027/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 2-10; 26-4

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14705-0123-0004-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0001732020**

Publicação Nº 2591079

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14705

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

ATA: AT20CIN22334

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 57-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14706-0017-0005-CINCATARINA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0001732020**

Publicação Nº 2591080

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14706

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

ATA: AT20CIN22280

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 57-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14707-0017-0005-CINCATARINA-R.S VAREJO EIRELI-PAL0045402020**

Publicação Nº 2591081

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14707

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: R.S VAREJO EIRELI

ATA: AT20CIN21842

PAL: 004540/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0016/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 66-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14708-0017-0005-CINCATARINA-R.S VAREJO EIRELI-PAL0045402020**

Publicação Nº 2591082

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14708

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: R.S VAREJO EIRELI

ATA: AT20CIN21842

PAL: 004540/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0016/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 66-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14709-0017-0005-CINCATARINA-EUROLINE COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0000562019**

Publicação Nº 2591083

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14709

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: EUROLINE COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

ATA: AT19CIN23817

PAL: 000056/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0044/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 13-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14710-0017-0005-CINCATARINA-MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2591084

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14710

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

ATA: AT20CIN21347

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 96-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14711-0111-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591085

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14711

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN24517

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 98-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14712-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591086

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14712

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 384-525

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14713-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591088

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14713

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN24477

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 98-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14714-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591089

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14714

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 295-240

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14715-0111-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591090

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14715

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

ATA: AT20CIN12363

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 107-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14716-0017-0005-CINCATARINA-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591092

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14716

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

ATA: AT20CIN12319

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 107-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14717-0168-0004-MUNICÍPIO DE ORLEANS-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0001732020**

Publicação Nº 2591093

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14717

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ORLEANS

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

ATA: AT20CIN25562

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 28-4; 39-5; 52-15; 53-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14718-0017-0005-CINCATARINA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0001732020**

Publicação Nº 2591094

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14718

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

ATA: AT20CIN22280

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 28-4; 39-5; 52-15; 53-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14719-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591095

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14719

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12578

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 247-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14720-0168-0004-MUNICÍPIO DE ORLEANS-GIGA1.COM EIRELI-PAL0001732020**

Publicação Nº 2591096

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14720

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ORLEANS

FORNECEDOR: GIGA1.COM EIRELI

ATA: AT20CIN25559

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 50-10; 62-5; 98-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14721-0017-0005-CINCATARINA-GIGA1.COM EIRELI-PAL0001732020**

Publicação Nº 2591097

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14721

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: GIGA1.COM EIRELI

ATA: AT20CIN22371

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 50-10; 62-5; 98-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14722-0001-0005-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-EUROLINE COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0000562019**

Publicação Nº 2591099

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14722

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: EUROLINE COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

ATA: AT19CIN23807

PAL: 000056/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0044/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 4-11

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14723-0123-0004-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-EUOLINE COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0000562019**

Publicação Nº 2591100

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14723

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: EUOLINE COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

ATA: AT19CIN26752

PAL: 000056/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0044/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 4-18

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14724-0017-0005-CINCATARINA-EUOLINE COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0000562019**

Publicação Nº 2591102

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14724

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: EUOLINE COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

ATA: AT19CIN23817

PAL: 000056/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0044/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 4-7

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14726-0168-0004-MUNICÍPIO DE ORLEANS-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2591103

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14726

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ORLEANS

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN25561

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 109-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14727-0017-0005-CINCATARINA-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2591104

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14727

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN22502

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 109-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14729-0168-0004-MUNICÍPIO DE ORLEANS-I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP-PAL0001732020**

Publicação Nº 2591105

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14729

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ORLEANS

FORNECEDOR: I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP

ATA: AT20CIN25560

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 102-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14730-0017-0005-CINCATARINA-I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP-PAL0001732020**

Publicação Nº 2591106

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14730

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP

ATA: AT20CIN22843

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 102-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14731-0168-0004-MUNICÍPIO DE ORLEANS-VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI-PAL0001732020**

Publicação Nº 2591107

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14731

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ORLEANS

FORNECEDOR: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

ATA: AT20CIN25563

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 73-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14732-0017-0005-CINCATARINA-VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI-PAL0001732020**

Publicação Nº 2591108

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14732

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

ATA: AT20CIN23013

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 73-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14733-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591109

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14733

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 536-96

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14734-0017-0005-CINCATARINA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591110

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14734

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10476

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 76-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14735-0061-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591112

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14735

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

ATA: AT20CIN10676

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 949-105

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14736-0017-0005-CINCATARINA-COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591148

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14736

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

ATA: AT20CIN10652

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 949-105

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14737-0017-0005-CINCATARINA-PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020**

Publicação Nº 2591114

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14737

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN18665

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 68-8000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14738-0079-0004-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020**

Publicação Nº 2591116

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14738

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN18695

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 65-5000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14739-0017-0005-CINCATARINA-PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020**

Publicação Nº 2591118

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14739

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN18665

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 65-5000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14740-0061-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0000412019**

Publicação Nº 2591119

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14740

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN14308

PAL: 000041/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0032/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 25-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14741-0091-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0000412019**

Publicação Nº 2591120

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14741

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN15984

PAL: 000041/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0032/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 25-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14742-0061-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591121

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14742

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10966

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 965-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14743-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591122

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14743

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 965-300; 988-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14744-0030-0005-MUNICÍPIO DE IRANI-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591123

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14744

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11378

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1202-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14745-0017-0005-CINCATARINA-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591124

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14745

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN11459

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 186-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14746-0017-0005-CINCATARINA-PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591125

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14746

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN11606

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 297-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14747-0014-0004-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591127

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14747

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN11770

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 772-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14748-0017-0005-CINCATARINA-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591129

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14748

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN11772

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 772-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14749-0014-0004-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591130

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14749

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN13979

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 641-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14750-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591132

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14750

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 370-288; 641-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14751-0017-0005-CINCATARINA-LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA EPP-PAL0000352019**

Publicação Nº 2591133

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14751

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA EPP

ATA: AT19CIN20984

PAL: 000035/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0027/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 127-6; 128-6; 129-6; 130-6

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14752-0017-0005-CINCATARINA-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2591134

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14752

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

ATA: AT20CIN20693

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 100-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14753-0017-0005-CINCATARINA-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2591135

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14753

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

ATA: AT20CIN20693

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 132-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14754-0162-0004-MAREMA-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2591136

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14754

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

ATA: AT20CIN20791

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 10-4

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14755-0017-0005-CINCATARINA-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2591137

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14755

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

ATA: AT20CIN20693

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 10-4

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14756-0061-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591139

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14756

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: F&amp;F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT20CIN13986

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 277-1020

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14757-0017-0005-CINCATARINA-F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2591140

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14757

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: F&amp;F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT20CIN12492

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 277-1020

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14758-0017-0005-CINCATARINA-DE MARCO LTDA-PAL0049302020**

Publicação Nº 2591143

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14758

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: DE MARCO LTDA

ATA: AT20CIN18244

PAL: 004930/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 2-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14759-0079-0004-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0040002020**

Publicação Nº 2591144

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14759

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

ATA: AT20CIN19824

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 567-24

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14760-0017-0005-CINCATARINA-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0040002020**

Publicação Nº 2591145

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14760

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

ATA: AT20CIN19790

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 567-24

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14762-0162-0004-MAREMA-COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2591146

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14762

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA

ATA: AT20CIN21156

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 115-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14763-0017-0005-CINCATARINA-COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2591160

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14763

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA

ATA: AT20CIN21111

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 115-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14764-0130-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0000832019**

Publicação Nº 2591150

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14764

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI &amp; CIA LTDA

ATA: AT20CIN03530

PAL: 000083/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0068/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 254-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14765-0162-0004-MAREMA-MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2591151

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14765

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA

FORNECEDOR: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

ATA: AT20CIN21445

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 76-4

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14766-0017-0005-CINCATARINA-MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2591153

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14766

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

ATA: AT20CIN21347

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 76-4

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14767-0162-0004-MAREMA-MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2591154

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14767

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA

FORNECEDOR: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

ATA: AT20CIN21445

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 104-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14768-0017-0005-CINCATARINA-MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2591156

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14768

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

ATA: AT20CIN21347

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 104-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14769-0162-0004-MAREMA-PITAKE DO SUL COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2591157

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14769

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA

FORNECEDOR: PITAKE DO SUL COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA

ATA: AT20CIN21525

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 160-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14770-0017-0005-CINCATARINA-PITAKE DO SUL COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2591159

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14770

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PITAKE DO SUL COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA

ATA: AT20CIN21473

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 160-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 31/07/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 4 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## Publicação Nº 2592115

## Publicação Nº 2591451

AMAUC e análise das Tabelas de Serviços e Valores dos Editais acima mencionados:

I – Flávio Joel Zolet – Secretário de Saúde de Seara e Coordenador da Câmara Técnica e de Apoio do CIS/AMAUC;

II – Geovani Bedin - Secretário de Saúde de Concórdia;

III – Saraonice Sarturi Provenci – Diretora Administrativa do CIS AMAUC;

IV – Ivanete Terezinha Pereira Grendene – Secretária Administrativa e Financeira da Amauc;

V - Odair José Felipe - Técnico da Secretaria de Saúde de Seara;

VI – Valdir Zanella – Secretário de Saúde de Ipumirim;

VII – Daniella Maria Tofolo da Costa Silva – Secretária de Saúde de Ipira;

VIII- Dilce Salete Zenaro – Secretária de Saúde de Irani.

Art. 2º A Comissão deverá analisar a documentação apresentada pelos interessados de acordo com o que dispõem os Editais de Chamamento Público, a Lei nº 8.666/93 e demais legislação pertinente à matéria.

Parágrafo único. Julgada regular a documentação, a Comissão providenciará a elaboração e assinatura do Termo de Credenciamento e Contrato de Prestação de Serviços.

Art. 3º A Comissão terá amplos poderes para resolver os casos omissos aos Editais.

Art. 4º A Comissão tem poderes para propor alterações nas Tabelas de Valores e Serviços dos Editais, para posterior análise e votação em reunião da Câmara Técnica e de Apoio, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 1º de agosto/2018.

Art. 5º Fica revogada a Resolução nº 02 de 18 de março de 2020.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 04 de agosto de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Presidente

Publicada no Mural do CIS Amauc, no site  
e no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Saraonice Sarturi Provenci

Diretora Administrativa do CIS Amauc

---

## CISAMREC

---

### PORTARIA 011.CISAMREC.2020 - REVOGA PORTARIA Nº. 010.CISAMREC.2020

Publicação Nº 2592289

PORTARIA Nº. 011/CISAMREC/2020

Revoga portaria nº. 010/CISAMREC/2020 sobre a designação da comissão técnica para análise dos itens licitados/vencidos do Pregão Eletrônico 001/CISAMREC/2020 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC – CISAMREC de Kits de Teste Rápido (Covid-19, gravidez), Equipamentos de Proteção Individual-EPI, produtos e insumos para saúde.

ROQUE SALVAN, DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC – CISAMREC, no uso e gozo de suas atribuições legais estabelecidas pelo estatuto social do CISAMREC, pelo presente,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar a Portaria nº. 010/CISAMREC/2020 que designa a comissão técnica para análise dos itens licitados/vencidos do Pregão Eletrônico 001/CISAMREC/2020 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC – CISAMREC.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Criciúma (SC), 05 de agosto de 2020

ROQUE SALVAN

Diretor Executivo CISAMREC

Autoridade Competente

**PORTARIA 012.CISAMREC.2020 - DESIGNA COMISSÃO TÉCNICA PARA ANÁLISE DOS ITENS DO PREGÃO ELETRÔNICO 001.CISAMREC.2020**

Publicação Nº 2592293

PORTARIA Nº. 012/CISAMREC/2020

Designa comissão técnica para análise dos itens licitados/vencidos do Pregão Eletrônico 001/CISAMREC/2020 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC – CISAMREC de Kits de Teste Rápido (Covid-19, gravidez), Equipamentos de Proteção Individual-EPI, produtos e insumos para saúde, para atendimento à Rede Municipal de Saúde dos municípios consorciados.

ROQUE SALVAN, DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC – CISAMREC, no uso e gozo de suas atribuições legais estabelecidas pelo estatuto social do CISAMREC, pelo presente,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar comissão técnica para análise dos itens licitados/vencidos do Pregão Eletrônico 001/CISAMREC/2020 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC – CISAMREC, exceto em especial o item (31 – Teste Rápido), onde este, será analisado pelo laboratório municipal de Criciúma. Desta forma, seguem os profissionais designados para a comissão de análise dos demais itens:

1. Maria da Graça Ronsoni - Farmacêutica do CISAMREC (Coord. comissão técnica)
2. Andreiza Ronchi Monteiro de Oliveira - Funcionária do CISAMREC
3. Aline Bonetti - Farmacêutica do Município de Criciúma
4. Glória Maria Sander Ferreira - Funcionária do CISAMREC
5. Maria Teresinha de Aguiar Costa Scaini – Secretária Adjunta de Saúde do Município de Forquilha (Enfermeira)
6. Patrícia Mendonça da Silva – Funcionária do CISAMREC

Art. 2º. As análises serão realizadas no dia 07 de agosto de 2020, às 8h na sede do CISAMREC, sito a Avenida Santos Dumont, 1980 – Salas 03 e 04, São Luiz, CEP: 88.803-200, Criciúma (SC).

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Criciúma (SC), 05 de agosto de 2020

ROQUE SALVAN  
Diretor Executivo CISAMREC  
Autoridade Competente

**CISNORDESTE****TERMO DE CONTRATO Nº 41/2019**

Publicação Nº 2592211

**TERMO DE CONTRATO Nº 41/2019**

Termo de Contrato que entre si celebram – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, nesta cidade de Joinville/SC, inscrito no CNPJ nº. 03.222.337/0001-31 doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Julio César Ronconi, e ARQ-CEN – ARQUIVO CENTRAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 04.978.404/0001-05, com sede na Rua Landman, nº 144, Bairro Costa e Silva, nesta cidade de Joinville/SC, neste ato representada pelo Sr. Mauro César Daquino Silveira, portador do RG nº 99.998 – SSP/SC e inscrito no CPF nº 268.077.267-91, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, para contratação de empresa para a prestação de serviços gestão e arquivamento de documentos oficiais do CISNORDESTE/SC, na forma do Processo Administrativo nº 05/2019, por Dispensa de Licitação, a ser regido pela Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis à espécie.

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, na sede do CISNORDESTE, presente o Sr. Julio César Ronconi, Presidente, inscrito no CPF sob nº 004.431.189-30, compareceu o Sr. Mauro César Daquino Silveira, representante legal da CONTRATADA, para firmar o presente contrato, pelo qual se obriga a executar os serviços constantes de seu objeto, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Objeto do Contrato**

0.1 Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de gestão e arquivamento de documentos oficiais do CISNORDESTE, compreendendo:

- a) Armazenamento de aproximadamente 1.087 caixas, com material (embalagem, lacre, fitas e etiquetas adesivas)
- b) Organização de documentos em caixas
- c) Manuseio de Caixa Saída/Entrada.
- d) Manuseio de Documentos.
- e) Transportes de Caixa e Documentos
- f) Digitalização de documentos (quando necessário)
- g) Inserção de documento na pasta

**CLÁUSULA SEGUNDA: Do Regime de Execução**

- 1.1 A execução do presente objeto se dará dentro da vigência do Contrato, sob o regime de prestação de serviços técnicos, por prego unitário, de acordo com as especificações descritas na CLÁUSULA PRIMEIRA e na CLÁUSULA TERCEIRA;
- 1.2 Os trabalhos serão realizados sob total responsabilidade da CONTRATADA, na sua sede, garantindo-se a segurança dos documentos armazenados e o sigilo das informações neles contidas;
- 1.3 Caso na vigência do Contrato seja necessária a realização de serviços aqui não contemplados, estes serão inclusos mediante acordo entre as partes, formalizando-se o ajuste por meio de termo aditivo;
- 1.4 Durante a prestação dos serviços, a CONTRATADA prestará toda a orientação necessária à melhor consecução do objeto deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA: Do Preço, Condições de Pagamento e Reajuste**

3.1 Pela prestação dos serviços indicados na CLÁUSULA PRIMEIRA, a CONTRATADA será remunerada nos seguintes valores:

a) Armazenamento e organização de aproximadamente 1.087 caixas – R\$ 0,55 / caixa / mês;

b) Fornecimento de materiais:

- i. Caixa Grande – R\$ 20,18 / unidade
- ii. Caixa Média - R\$ 16,83 / unidade
- iii. Caixa Pequena – R\$ 8,41 / unidade
- iv. Caixa Box – R\$ 3,08 / unidade
- c) Manuseio de Caixa Saída/Entrada – R\$ 0,63/unidade
- d) Manuseio de Documentos/Inserção de documento na pasta. – R\$ 0,33 / documento
- e) Transportes de Caixa e Documentos – R\$ 13,03 / coleta-entrega
- f) Digitalização de documentos – R\$ 0,27 / face de folha A4
- g) Organização – R\$ 30,04/hora

3.2 O valor indicado no item 3.1, alínea a será faturado mensalmente, conforme a quantidade de caixas efetivamente mantidas em arquivo durante o mês;

3.3 Está incluso nos valores indicados nos item 3.1, alínea b, itens i a iv os custos de identificação das caixas, bem como lacres e adesivos necessários;

3.4 Sempre que necessária a prestação dos serviços indicados nos itens 3.1, alíneas b a g, deverá haver solicitação formal do CONTRATANTE, cuja cópia deverá ser enviada juntamente com a Nota Fiscal Correspondente;

3.5 Encontram-se, inclusos no valor ajustado no item 3.1, todas as despesas indispensáveis à prestação do serviço, tais como: mão-de-obra, tributos e contribuições de qualquer natureza que incidam sobre a prestação de serviços ora contratada;

3.6 O pagamento será realizado por meio de boleto bancário emitido pela CONTRATADA, com vencimento no dia 10 (dez) do mês subsequente ao do serviço prestado, ou dia útil seguinte, caso este seja não útil.

3.7 O boleto será encaminhado juntamente com o documento fiscal respectivo, e documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, conforme art. 29 da Lei nº 8.666/93, até o dia 05 (cinco) de cada mês, ou dia útil seguinte, caso este seja não útil.

3.8 Enquanto os documentos mencionados no item 3.7 não forem enviados ao CONTRATANTE ou, ainda, não demonstrada a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, qualquer pagamento restará inviabilizado, até que se regularize a situação.

3.9 Os valores previstos no item 3.1 serão mantido pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do presente ajuste, sendo atualizado anualmente pelo IGPM a partir de então.

**CLÁUSULA QUARTA: Da Vigência Contratual**

4.1 O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir do início da sua vigência, qual seja, de 01/01/2020 a 31/12/2020, podendo ser prorrogado, a critério do CISNORDESTE/SC, em conformidade com o art. 57 da Lei nº 8.666/93;

**CLÁUSULA QUINTA: Da Dotação Orçamentária**

5.1 As despesas provenientes do objeto deste contrato correrão pela seguinte dotação orçamentária – Manutenção das Atividades do Consórcio – 01.001.0004.0122.0001.0001.339000000000000000.01000102. Subelemento: 3999 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

**CLÁUSULA SEXTA: Das Responsabilidades do CONTRATANTE**

6.1 Compete ao CONTRATANTE:

- I. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Contrato;
- II. Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita execução do contrato e a preservação do interesse público;
- III. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- IV. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na CLÁUSULA TERCEIRA;
- V. Fiscalizar a prestação dos serviços contratados.

**CLÁUSULA SÉTIMA: Das Responsabilidades da CONTRATADA**

7.1 Compete à CONTRATADA:

- I. Prestar com diligência, profissionalismo e segurança os serviços objeto deste Contrato, responsabilizando-se única, integral e exclusivamente pelas consequências e implicações dele decorrentes;
- II. Responsabilizar-se pela idoneidade e comportamento de seus colaboradores/prepostos, bem como pelos direitos trabalhistas deste, respondendo por qualquer prejuízo que venha a ser causado por estes em razão da execução do presente Contrato;
- III. Facilitar a fiscalização do presente Contrato, fornecendo os esclarecimentos e documentos solicitados pela CONTRATANTE, sem criar-lhe qualquer tipo de embaraço;
- IV. Manter, durante todo o período da vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para prestação do objeto, enviando documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme art. 29 da Lei nº 8.666/93, juntamente com a Nota

Fiscal emitida pela prestação dos serviços;

V. Cumprir seus deveres de sigilo e de ética profissional, fazendo as recomendações oportunas e desenvolvendo todos os demais atos e funções necessárias ou convenientes ao bom cumprimento das atribuições contratadas;

VI. Orientar ao CONTRATANTE e seus empregados acerca das práticas legais e mais eficientes relacionadas ao objeto contratado;

VII. Responsabilizar-se pela segurança e sigilo dos documentos arquivados, bem como pela organização do local do arquivo, de forma a possibilitar a rápida localização dos documentos, quando requisitado pelo CONTRATANTE;

VIII. Apresentar o documento fiscal e boleto para pagamento com, pelo menos, 10 (dez) dias de antecedência à data de pagamento, sempre acompanhado de documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme art. 29 e incisos da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA: Das Penalidades

8.1 Ressalvados os motivos de forma maior, devidamente comprovados, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa de:

a) 20% (vinte por cento) pelo descumprimento do Contrato, do valor global anual;

III. suspensão temporária de direito à participação em licitação e impedimento de contratar com o CISNORDESTE/SC por prazo de até 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.2 Antes da aplicação de qualquer penalidade, a CONTRATADA será notificada extrajudicialmente, através de carta com aviso de Recebimento, enviada ao endereço que consta no seu cartão do CNPJ, ou por email com confirmação de recebimento/leitura, devendo apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias.

8.3 Para cálculo das multas previstas no inciso II do item 8.1, será considerado como valor global do contrato o equivalente a 12 vezes o valor do faturamento no mês anterior ao do fato que ensejar a imposição de penalidade;

8.3 A escolha dentre as penalidades possíveis será realizada considerando a razoabilidade, proporcionalidade entre a conduta e os resultados negativos advindos e, ainda, a reincidência da CONTRATADA.

8.4 Se o descumprimento do Contrato gerar consequências gravosas ao CONTRATANTE, poderá este rescindi-lo de imediato, aplicando as penalidades pertinentes, sem prejuízo do direito de regresso.

#### CLÁUSULA NONA: Da Rescisão

9.1 A rescisão do presente poderá ser:

I. determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

II. amigável, por acordo entre as partes, formalizada por escrito, desde que haja conveniência para a Administração;

III. judicial, nos termos da legislação;

IV. em decorrência da prática de infração contratual, considerando-se os mesmos critérios definidos no item 8.3 e, ainda, facultando à CONTRATADA a apresentação de defesa administrativa, nos termos do item 8.2;

9.2 Constituem motivos para rescisão do presente, aqueles previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

9.3 No caso do inciso I do item 9.1, aplicar-se-á o art. 80 da Lei nº 8.666/93;

9.4 Resguardam-se os direitos do CONTRATANTE, no caso de rescisão administrativa, nos termos do inciso IX do art. 55 da Lei nº 8.666/93.

9.5 Poderá dar-se a rescisão/resilição, ainda, por interesse de qualquer das partes, sem a incidência de quaisquer ônus, após 30 (trinta) dias de realizada a notificação inequívoca à parte contrária, pela parte interessada, da intenção de rescindir/resilir o contrato.

9.6 No caso da rescisão prevista no item 9.5, a rescisão deverá ser formalizada por escrito e não poderá prejudicar procedimentos em andamento, os quais, se interrompidos, possam gerar prejuízos ao CONTRATANTE, permanecendo a vigência do Contrato, no que couber, até a conclusão dos referidos procedimentos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: Disposições Gerais

10.1 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência do objeto contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2 O presente Contrato não gera, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício entre as partes.

10.3 A prestação do serviço não poderá ser subcontrada, seja total ou parcialmente.

10.4 Durante a vigência contratual, a CONTRATADA se obriga a manter a qualificação exigida para a prestação do serviço, bem como sua regularidade fiscal, observando-se o disposto no item 3.8 e 7.1, VIII do presente instrumento.

10.5 Aplica-se ao presente contrato as disposições da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da legislação civil, penal, tributária, trabalhista e consumerista.

10.6 Designa-se como fiscal do contrato a Assistente Administrativa do CISNORDESTE/SC, Sra. Roslaine de Oliveira.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Do Foro

11.1 Para dirimir questões decorrentes deste Contrato, elege-se o Foro da Comarca de Joinville, com renúncia expressa a qualquer outro. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Joinville, 20 de dezembro de 2019.

Julio César Ronconi Prefeito Municipal de Rio Negrinho Presidente do CISNORDESTE/SC CONTRATANTE		Mauro César Daquino Silveira ARQ-CEN – Arquivo Central LTDA CONTRATADA
Roslaine de Oliveira FISCAL DO CONTRATO		

Testemunhas:

Ana Maria Groff  
CPF 345.290.129-72

Jansen Nome:  
CPF:

**ERRATA ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO N. 004/2020**

Publicação Nº 2591772



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**  
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC  
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31  
[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

**EDITAL Nº 004/2020 – CISNORDESTE/SC  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020-CISNORDESTE/SC  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020-CISNORDESTE/SC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2020**

**ERRATA EM ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO  
004/2020 – CISNORDESTE/SC**

Errata das Atas de Registro de Preços, firmadas com Fornecedores do Pregão Eletrônico 004/2020 do CISNORDESTE/SC, para a futura e eventual aquisição de EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID19, para os Municípios Consorciados do CISNORDESTE/SC.

1º - Assim, onde se lê:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, de medicamentos, para uso do Órgão Participante (...) durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços: 01 de Julho de 2020 a 31 de Dezembro de 2020, conforme Tabela da Cláusula Décima Quarta.

Leia-se:

1.1 A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, de **EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID19**, para uso do Órgão Participante: (...) durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços: 01 de Julho de 2020 a 31 de Dezembro de 2020, conforme Tabela da Cláusula Décima Quarta.  
Joinville (SC), 20 de fevereiro de 2017.

2º - A presente errata complementa todas as Ata de Registro de Preços supracitadas, firmadas entre os Fornecedores, CISNORDESTE/SC e Municípios Consorciados, decorrentes do Pregão Eletrônico 04/2020, ratificando-se todas as cláusulas que não foram modificadas.

Joinville/SC, 29 de julho de 2020.

**Deisi Adriane Schaefer Hilgenstieler  
Pregoeira**

**Equipe de Apoio**

**Alessandro Pereira Ramos**

**Guilherme Krieger**

**CITMAR****PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2020**

Publicação Nº 2592427

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2020, QUE ENTRE SI FAZEM CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR – CITMAR E ALLERETOUR VIAGENS E TURISMO LTDA ME.

Pelo presente instrumento, comparecem partes, justas e contratadas, a saber, de um lado, na qualidade de contratante, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR – CITMAR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 09.267.291/0001-53, com sede na Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº. 1655, sala 02, Bairro São Vicente, no Município de Itajaí – SC, CEP 88.309-421, neste ato representada pela sua Diretora Executiva, Sra. Vivian Mengarda Floriani, brasileira, solteira, turismóloga, inscrita no CPF sob nº 899.260.569-20, portador da carteira de identidade, nº 2.282.473 SSP-SC, residente e domiciliada à Rua 3150, nº 82 – Residencial Otília Medeiros, Apto 504, bairro Centro, no município de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.330-000, neste ato simplesmente denominado CONTRATANTE; e, de outro lado, a empresa ALLERETOUR VIAGENS E TURISMO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.436.055/0001-50, com sede na Avenida Cerro Azul, nº 748, sobreloja, Zona 02, no município de Maringá, Estado do Paraná, CEP. 87010-000, neste ato representada pelo Ssenhor Cláudio Baqueti Moreira, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PR sob nº 35.856, portador da cédula de identidade nº 6.859.085-0 – SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 025.538.279-03, com escritório profissional na Avenida Tiradentes, nº 84, sala 02, Bairro Zona 01, no município de Maringá/PR, CEP. 87013-260, neste ato simplesmente denominada CONTRATADA, assinam o presente Termo Aditivo nos termos que segue:

CONSIDERANDO ter havido interesse recíproco entre os contratantes e com fundamento do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, as PARTES resolvem firmar de comum acordo, o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2020, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

**C LÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto, a alteração da Cláusula Quinta do originário Contrato nº 09/2020, que passam a ter a seguinte redação.

**C LÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES****CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência que trata a Cláusula Quinta, item 5.1 do originário Contrato nº 09/2020, fica prorrogado por 04 (quatro) meses, iniciando seus efeitos em 15/08/2020 e encerrando em 15/12/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E, pôr estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, nos termos da lei. Itajaí/SC, 22 de julho de 2020.

Consórcio Intermunicipal de Turismo  
Costa Verde e Mar - CITMAR  
CONTRATANTE

Alleretour Viagens e Turismo Ltda ME  
CONTRATADA

**Testemunhas:**

Jean Carlos Coelho  
CPF. 039.610.939-03

Iassana Cesco Rebelo  
CPF. 060.131.549-96

**TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL IL Nº 07/2020**

Publicação Nº 2592419

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2020, CELEBRADO ENTRE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR – CITMAR E A EMPRESA, BALNEÁRIO CAMBORIÚ COM VIDA CONVENTION & VISITORS BUREAU.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR – CITMAR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 09.267.291/0001-53, com sede na Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº. 1655, sala 02, Bairro São Vicente, no Município de Itajaí – SC, CEP 88.309-421, neste ato representada por sua Diretora Executiva, Sra. Vivian Mengarda Floriani, brasileira, solteira, turismóloga, inscrita no CPF sob nº 899.260.569-20, portador da carteira de identidade, nº 2.282.473 SSP-SC, residente e domiciliada à Rua 3150, nº 82 – Residencial Otília Medeiros, Apto 504, bairro Centro, no município de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.330-000, doravante denominado CONTRATANTE; e, de outro lado, a empresa BALNEÁRIO CAMBORIÚ COM VIDA CONVENTION & VISITORS BUREAU, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob número 04.994.164/0001-32 com sede na Rua 3160, nº 533, 2º Andar, Bairro Centro, no Município de Balneário Camboriú/SC, CEP: 88.330-284, neste ato representada por sua Presidente Sra. Margot Rosenbrock Liborio, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade nº 2292601 SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 832.714.659-91, residente e domiciliada na Rua 981, nº 378, ap. 101, Bairro Centro, no Município de Balneário Camboriú/SC, CEP. 88330-750, doravante denominada CONTRATADA, devidamente autorizado nos autos do Processo Administrativo nº 01/2020, assinam o presente Termo de Rescisão Amigável nos termos que segue:

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo Coronavírus (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Coronavírus (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo COVID-19;

CONSIDERANDO a edição da Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto Estadual nº 562 de 17 de abril de 2020 e Decreto Estadual nº 587 de 30 de abril de 2020, que dispõe sobre decretação de calamidade pública em todo estado catarinense e medidas de prevenção e enfrentamento do Coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº TC 0086/2020, de 17 de março de 2020, que também estabelece medidas temporárias de prevenção contra o contágio pelo Novo Coronavírus, a serem adotadas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC);

CONSIDERANDO que em função disso, as atividades desempenhadas pela CONTRATADA foram suspensas pelo período de quarentena decretado pelo Governo Estadual de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que se tornou inviável o cumprimento da obrigação pela empresa CONTRATADA, inexistindo previsão para a retomada dos eventos no ano de 2020 justamente em função da pandemia;

CONSIDERANDO que não se trata de inexecução culposa de qualquer das PARTES – contratante e contratada, mas de circunstância que transcende a vontade das partes.

CONSIDERANDO que a pandemia pode ser enquadrada como caso fortuito ou força maior, o presente contrato pode ser rescindido nos termos do art. 78, inciso XVII, da Lei nº 8.666/93; e

CONSIDERANDO ainda ter havido interesse recíproco entre os contratantes em rescindir o Contrato de Inexigibilidade de Licitação nº 07/2020, nos termos do artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, as PARTES resolvem firmar de comum acordo o TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente termo tem por objeto a rescisão amigável do Contrato de Inexigibilidade nº 07/2020, a contar de presente data, cujo objeto é a "Participação do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR, formado pelos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha e Porto Belo nos eventos do Projeto Visite BC e Região da Costa Verde & Mar", celebrado em 26 de fevereiro de 2020.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUITAÇÃO RECÍPROCA**

Deste ato, as PARTES dão plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para nada mais reclamarem ou cobrarem a qualquer título, em juízo ou fora dele, com relação a qualquer direito vinculado ao contrato ora extinto.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

Este Termo será publicado do Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Parágrafo Único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

As PARTES concordam que, a partir desta data não mais haverá qualquer obrigação entre elas e assentam não haver mais qualquer obrigação de ordem financeira.

**CLÁUSULA QUINTA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Itajaí – SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Termo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustados, assinam o presente Termo de Rescisão Amigável, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Itajaí/SC, 06 de julho de 2020.

Consórcio Intermunicipal de Turismo  
Costa Verde e Mar – CITMAR  
CONTRATANTE

Balneário Camboriú com Vida Convention  
& Visitors Bureau  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Iassana Cesco Rebelo  
CPF: 060.131.549-96

Nome: Jean Carlos Coelho  
CPF: 039.610.939-03

## CVC

## 1 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 2592413



## CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

Pág 1 / 40

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
- Minuta - Licitação: 3 códigoCliente: 16703 anoMinuta: 2020 cotaCredenciamento: 0

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão  
Para Aquisição de Bens  
3/2020  
Processo Administrativo: 3/2020

Tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Resolução nº 2/2020.

## Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 3/2020, o(s) participante(s):

1341 - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
9	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	COMP	brasterapica	756.000	R\$0,033	R\$24.948,00
10	ACIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG TAMPONADO	COMP	EMS / SOMALGIN CARDIO	72.000	R\$0,36	R\$25.920,00
11	ACIDO ACETILSALICÍLICO 200 MG TAMPONADO	COMP	EMS / SOMALGIN CARDIO	7.000	R\$0,40	R\$2.800,00
13	ACIDO ACETILSALICÍLICO 325 MG TAMPONADO	COMP	EMS / ACIDO ACETILSALICI 200 MG TAMP	4.500	R\$0,60	R\$2.700,00
45	AMIODARONA 50MG/ML AMPOLAS COM 3 ML	AMPOLA	HIPOLABOR / GENERICO	850	R\$1,68	R\$1.428,00
47	AMITRIPTILINA 25 MG	COMP	EMS/ GENERICO	533.000	R\$0,0999	R\$53.246,70
48	AMITRIPTILINA 75 MG	COMP	EMS/ GENERICO	71.000	R\$0,21	R\$14.910,00
62	ANLIDIPINO, BESILATO 5 MG	COMP	GEOLAB / BESILAPIN	416.000	R\$0,029	R\$12.064,00
77	AZATIOPRINA 50 MG	COMP	GERMED / IMUSSUPREX	1.500	R\$0,95	R\$1.425,00
87	BENZILPENICILINA, BENZATINA 600000 UI AMPOLAS	AMPOLA	TEUTO / BEPEBEN	950	R\$9,50	R\$9.025,00
112	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA DE 2 ML	AMPOLA	HIPOLABOR / GENERICO	1.500	R\$1,15	R\$1.725,00
126	CAPTAPRIL 25 MG	COMP	GEOLAB / CAPOX	450.500	R\$0,029	R\$13.064,50
151	CEFALEXINA 500MG BLISTER COM 8 CAPS	COMP	TEUTO / GENERICO	130.500	R\$0,43	R\$56.115,00
153	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G ENDOVENOSA, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	AMPOLA	EUROFARMA GENERICO	1.600	R\$15,00	R\$24.000,00
185	CLONAZEPAM 0,5 MG	COMP	GEOLAB	13.600	R\$0,062	R\$843,20
208	CLORTALIDONA 25 MG	COMP	EMS	97.000	R\$0,14	R\$13.580,00
229	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2,5 ML	AMPOLA	TEUTO	3.600	R\$2,80	R\$10.080,00
232	DEXAMETAZONA 0,1MG/ML ELIXIR FRSC 100 ML	FRASCO	FARMACE	2.500	R\$1,90	R\$4.750,00
271	DOMPERIDONA 10 MG	COMP	EMS	83.000	R\$0,08	R\$6.640,00
272	DOPAMINA,CLORIDRATO 5MG/ML AMPOLAS DE AMPOLAS DE 10 ML	AMPOLA	TEUTO	350	R\$3,00	R\$1.050,00
285	ENALAPRIL, MALEATO, 20 MG	COMP	Medquímica	346.000	R\$0,045	R\$15.570,00
299	ESOMEPRAZOL MAGNESIO TRIIDRATADO 40MG CP	COMP	EMS	22.000	R\$1,20	R\$26.400,00
300	ESPIRONOLACTONA 25 MG	COMP	ASPEN	227.500	R\$0,14	R\$31.850,00
302	ESPIRONOLACTONA 50 MG	COMP	HIPOLABOR	31.000	R\$0,35	R\$10.850,00
332	FENITOINA 100 MG	COMP	TEUTO	51.000	R\$0,136	R\$6.936,00
357	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	AMPOLA	FARMACE	1.900	R\$0,49	R\$931,00
364	GENTAMICINA 40MG/ML AMPOLAS DE 2 ML	AMPOLA	HYPOFARMA	400	R\$0,813	R\$325,20
367	GLICAZIDA 30 MG	COMP	EMS	57.000	R\$0,175	R\$9.975,00
368	GLICAZIDA 30 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMP	EMS	12.000	R\$0,175	R\$2.100,00


**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 2 / 40

Compras e Contratos

**Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número

- Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

1341 - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
385	HIDROCORTISONA 500 MG, SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	AMPOLA	TEUTO	1.800	R\$5,35	R\$9.630,00
392	IBUPROFENO 300 MG	COMP	VITAMEDIC	135.000	R\$0,12	R\$16.200,00
416	LANSOPRAZOL 30 MG	COMP	PRATI	1.000	R\$0,24	R\$240,00
421	LEVODOPA ASSOCIADA A CARBIDOPA 250/25 MG	COMP	TEUTO	31.000	R\$0,59	R\$18.290,00
443	LIDOCAINA SPRAY 10 % FRASCO DE 50 ML	FRASCO	HIPOLABOR	105	R\$40,00	R\$4.200,00
469	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MCG SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA DE 1 ML	AMPOLA	EMS / ACETOFLUX	1.730	R\$14,80	R\$25.604,00
474	METFORMINA CLORIDRATO 500 MG	COMP	VITAMEDIC / GLICOMET	303.000	R\$0,08	R\$24.240,00
490	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	AMPOLA	HALEX ISTAR / NOPROSIL	5.020	R\$0,44	R\$2.208,80
500	MICONAZOL 20 MG/G CREME DERMATOLOGICO 28 G	BISNAGA	HIPOLABOR / GENERICO	2.000	R\$1,69	R\$3.380,00
502	MIRTAZAPINA 30 MG	COMP	PRATI/ GENERICO	67.000	R\$0,65	R\$43.550,00
512	NALOXONA 0,4MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	AMPOLA	HIPOLABOR / GENERICO	220	R\$9,00	R\$1.980,00
531	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4 ML	AMPOLA	HYPOFARMA	300	R\$14,00	R\$4.200,00
534	NORETISTERONA 50MG/ML + VALERATO DE ESTRADIOL 5MG/ML AMPOLA 1 ML COM UMA SERINGA PRÉ- CARREGADA + AGULHA	AMPOLA	MABRA / NOREGYNA	1.530	R\$14,00	R\$21.420,00
537	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 50 MG	CAPSULA	CELLERA	12.500	R\$0,3799	R\$4.748,75
540	OLEO MINERAL 100 ML	FRASCO	AMARAL	4.260	R\$1,89	R\$8.051,40
549	OMEPRAZOL 40MG + AMP DILUENTE INJETAVEL IV 10 ML	AMPOLA	BLAU	950	R\$32,00	R\$30.400,00
602	QUETIAPINA (HEMIFUMARATO) 100MG COMPRIMIDO	COMP	EMS	26.300	R\$0,43	R\$11.309,00
618	RISPERIDONA 2 MG	COMP	PRATI	80.000	R\$0,14	R\$11.200,00
638	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG	COMP	GEOLAB	638.000	R\$0,1234	R\$78.729,20
664	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETROPINA 40 MG + 80MG /ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	FRASCO	TEUTO	2.780	R\$3,41	R\$9.479,80
674	TENOXICAM PÓ 20MG INJETAVEL IM/IV	AMPOLA	EUROFARMA GENERICO	300	R\$7,50	R\$2.250,00
684	TIAMINA 300 MG	COMP	HIPOLABOR	19.000	R\$0,24	R\$4.560,00
706	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	AMPOLA	TEUTO	2.500	R\$0,732	R\$1.830,00
714	TROMETANOL DE CETOROLACO 10 MG	COMP	EMS	13.500	R\$2,70	R\$36.450,00
715	VALPROATO DE SÓDIO 50 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	FRASCO	HIPOLABOR	1.050	R\$3,75	R\$3.937,50
748	TENOXICAM PÓ 40MG INJETAVEL IM/IV	AMPOLA	UNIAO QUIMICA / TEFLAN	200	R\$10,00	R\$2.000,00
749	VERAPAMIL, CLORIDRATO 80 MG	COMP	SANVAL	43.000	R\$0,21	R\$9.030,00
787	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 200 MG	COMP	EMS	500	R\$0,77	R\$385,00
808	BIMATOPROSTA 0,01% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL, FRASCO COM 3ML	FRAS	GEOLAB / GENERICO	132	R\$10,00	R\$1.320,00
838	COMPLEXO B INJETÁVEL	AMPOLA	GLOBO	4.000	R\$0,87	R\$3.480,00
841	ENOXAPARINA 40MG/0,4ML	AMPOLA	mylan	300	R\$18,50	R\$5.550,00
842	LATANOPROSTA 50 + TIMOLOL 5MG/ML	FRASCO	GERMED	20	R\$26,10	R\$522,00
863	LATANOPROSTA + TIMOLOL COLÍRIO, FRASCO 2,5ML	UNIDADE	GERMED	80	R\$25,64	R\$2.051,20
867	GENFIBROZILA 900MG	CP	EMS	2.100	R\$1,19	R\$2.499,00
882	GABAPENTINA 400 MG	CP	PRATI	6.500	R\$0,43	R\$2.795,00
903	ESOMEPRAZOL MAGNÉSIO TRIIDRATADO 20MG REVESTIDO DE LIBERAÇÃO RETARDADA	CP	EMS	9.000	R\$0,65	R\$5.850,00
943	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	CP	CELLERA	56.000	R\$0,17	R\$9.520,00
952	TROMETAMOL CETAROLACO 10 MG	CP	EMS	1.000	R\$2,75	R\$2.750,00


**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 3 / 40

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número

- Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

1341 - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
971	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETAVEL 10 ML	AMP	FARMACE	6.500	R\$0,30	R\$1.950,00
977	GENFIBROZILA 600 MG	COMP	EMS	1.500	R\$1,00	R\$1.500,00
				Total do Fornecedor:		R\$814.542,25
1651 - LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
35	AMANTADINA 100 MG	COMP	EUROFARMA	36.100	R\$0,452	R\$16.317,20
168	CILOSTAZOL 100 MG	COMP	EUROFARMA	68.500	R\$0,32	R\$21.920,00
219	CUMARINA ASSOCIADA A TROXERRUTINA 15 MG + 90 MG	COMP	TAKEDA	44.400	R\$1,2417	R\$55.131,48
224	DESVENLAFAXINA, SAL SUCCINATO, 50 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMP	EUROFARMA	35.500	R\$1,00	R\$35.500,00
253	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	AMPOLA	TAKEDA	2.300	R\$2,4693	R\$5.679,39
255	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50 MG + 10 MG	COMP	TAKEDA	18.000	R\$0,4863	R\$8.753,40
273	DOXAZOSINA MESILATO 2 MG	COMP	EUROFARMA	260.500	R\$0,09	R\$23.445,00
283	EBASTINA 10 MG	COMP	EUROFARMA	1.000	R\$3,85	R\$3.850,00
292	ESCITALOPRAM 20 MG	COMP	EUROFARMA	53.000	R\$0,376	R\$19.928,00
371	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 500 MG + 400 MG	CAPSULA	EUROFARMA	22.000	R\$1,04	R\$22.880,00
565	PAROXETINA CLORIDRATO 20 MG	COMP	EUROFARMA	306.000	R\$0,20	R\$61.200,00
566	PAROXETINA, CLORIDRATO 10 MG	COMP	EUROFARMA	15.000	R\$1,80	R\$27.000,00
580	POLICRESULENO 50 MG + CLORIDRATO DE CINCHOCAINA 10 MG POMADA RETAL COM 30 G	BISNAGA	TAKEDA	230	R\$43,89	R\$10.094,70
612	RETINOL ACETATO ASSOCIADO COM COLECALCIFEROL 50.000 UI + 10.000 UI/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 10 ML	FRASCO	TAKEDA	750	R\$3,60	R\$2.700,00
619	RISPERIDONA 3 MG	COMP	EUROFARMA	10.000	R\$0,18	R\$1.800,00
624	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG/ 5ML EV CAIXA COM 5 AMPOLAS DE 5 ML	CAIXA	TAKEDA	260	R\$42,93	R\$11.161,80
702	TOPIRAMATO 25 MG	COMP	EUROFARMA	36.000	R\$0,143	R\$5.148,00
769	DONEPEZILA 10MG	COMP	EUROFARMA	11.500	R\$0,42	R\$4.830,00
776	VENLAFAXINA 37,5 MG	COMP	EUROFARMA	11.000	R\$0,42	R\$4.620,00
778	MESALAZINA 800MG	COMP	TAKEDA	3.500	R\$0,76	R\$2.660,00
909	GESTODENO 0,075MG+ETINILESTRADIOL 0,020MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	CP	EUROFARMA	17.904	R\$0,32	R\$5.729,28
970	POLICRESULENO 50 MG/G +CLORIDRATO DE CINCHOCAINA 10 MG/G 30 G COM 10 APLICADORES	TUBO	TAKEDA	310	R\$43,89	R\$13.605,90
				Total do Fornecedor:		R\$363.954,15
1660 - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
75	ATORVASTATINA CÁLCICA 10 MG	COMP	NOVAQUIMIC,	69.000	R\$0,222	R\$15.318,00
329	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA À BRONFENIRAMINA, 2,5 MG + 2 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	FRASCO	ELOFAR	900	R\$7,03	R\$6.327,00
340	FERRO QUELATO 150 MG + ACIDO FOLICO 0,25 MG + CIANCOBALAMINA 7,5 MCG SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	FRASCO	ELOFAR	150	R\$19,82	R\$2.973,00
341	FERRO QUELATO 300 MG + ACIDO FOLICO 5 MG + CIANCOBALAMINA 15 MCG	COMP	ELOFAR	2.100	R\$0,61	R\$1.281,00
370	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 1,5 G + 1,2 G SACHE 4,13 G	SACHE	ZODIAC	69.000	R\$4,07	R\$280.830,00
439	LEVOTIROXINA SÓDICA 88 MCG	COMP	MERCK	13.500	R\$0,222	R\$2.997,00
442	LEVOTIROXINA SODICA DE 200 MCG	COMP	MERCK	2.000	R\$0,495	R\$990,00
692	TINIDAZOL 500 MG	COMP	GERMED	1.500	R\$1,50	R\$2.250,00
761	LEVOTIROXINA SÓDICA 112MCG	COMP	MERCK	3.500	R\$0,28	R\$980,00
784	SULFATO DE GLICOSAMINA 1,5G + SULFATO SÓDICO DE CONDROITINA 1,2G	SACHE	ZODIAC	6.500	R\$4,00	R\$26.000,00



# **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 4 / 40

## **Compras e Contratos**

### **Termo Homologação - Termo de Homologação**

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

1660 - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
866	ATORVASTATINA 20MG	CP	NOVAQUIMIC	52.500	R\$0,30	R\$15.750,00
899	DESVENLAFAXINA 100MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS LIBERAÇÃO CONTROLADA	CP	EUROFARMA	11.500	R\$1,19	R\$13.685,00
974	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 400 MCG / ML SUSPENSÃO ESTÉRIL PARA NEBULIZAÇÃO USO ADULTO/PEDIÁTRICO FLACONETES COM 2 ML	AMPOLA	CHIESI	1.100	R\$4,90	R\$5.390,00
Total do Fornecedor:						R\$374.771,00

1678 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
28	ALOPURINOL 100 MG	COMP	GENERIC	51.500	R\$0,088	R\$4.532,00
43	AMIODARONA 100 MG	COMP	AMIRON	25.400	R\$0,39	R\$9.906,00
58	AMPICILINA SUSPENSÃO 50 MG/ML, FRASCO 150 ML	FRASCO	GENERIC	850	R\$12,45	R\$10.582,50
69	ANLODIPINO, BESILATO ASSOCIADO A BENAZEPRILA CLORIDRATO 2,5MG+10MG	COMP	PRESS PLUS	11.000	R\$1,38	R\$15.180,00
70	ATENOLOL 100 MG	COMP	GENERIC	43.000	R\$0,078	R\$3.354,00
74	ATENOLOL+CLORTALIDONA 50/12,5 MG	COMP	GENERIC	23.000	R\$0,149	R\$3.427,00
97	BISACODIL 5 MG	COMP	PLESONAX	24.000	R\$0,11	R\$2.640,00
118	CALAMINA LOÇÃO FRASCO COM 100 ML	FRASCO	DERMDRYL	250	R\$5,75	R\$1.437,50
119	CALCIO + VITAMINA D TABLETES CAIXA COM 60 TABLETES	CAIXA	INELATTE	30	R\$67,90	R\$2.037,00
142	CARBOXIMETILCELULOSE 5MG/ML SOLUÇÃO OFTALMICA 10 ML	FRASCO	ACU FRESH	450	R\$12,00	R\$5.400,00
154	CEFTRIAXONA SODICA 500 MG INTRAMUSCULAR + DILUENTE	AMPOLA	GENERIC	1.500	R\$6,90	R\$10.350,00
161	CETOPROFENO 150 MG	COMP	GENERIC	11.000	R\$1,02	R\$11.220,00
170	CILOSTAZOL 50 MG	COMP	GENERIC	22.000	R\$0,167	R\$3.674,00
174	CIPROEPTADINA 4MG + CLORIDRATO DE TIAMINA 0,6MG + RIBOFLAVINA 0,75MG + CLORIDRATO DE PIRODOXINA 0,67MG + NICOTINAMIDA 6,67MG + ÁCIDO ASCÓRBICO 21,67MG LIQ FRSC 240 ML	FRASCO	APVITIN	1.200	R\$11,00	R\$13.200,00
200	CLORETO DE SÓDIO, ASSOCIADO AO CLORETO DE BENZALCÔNIO E NAFAZOLINA, 9 MG +0,1 MG + 0,5 MG/ML, SOLUÇÃO NASAL ADULTO FRASCO 30 ML	FRASCO	SORINAN	400	R\$2,595	R\$1.038,00
222	DELTAMETRINA SHAMPOO 2% FRASCO DE 100 ML	FRASCO	DELTAPIL	1.400	R\$4,75	R\$6.650,00
239	DICLOFENACO COLESTIRAMINA 70 MG	COMP	GENERIC	1.500	R\$0,325	R\$487,50
249	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG	COMP	CORDIL	15.000	R\$0,327	R\$4.905,00
259	DIPIRONA SODICA + CAFEINA ANIDRA + CITRATO DE ORFENADRINA 300 + 50 + 35 MG	COMP	DORICIN	33.000	R\$0,14	R\$4.620,00
278	DROSPERIDONA + ETINILESTRADIOL 3 MG + 0,03 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	CAPSULA	GENERIC	300	R\$0,62	R\$186,00
287	ENALAPRIL, MELEATO ASSOCIADO COM HIDROCLOROTIAZIDA 20MG + 12,5 MG	COMP	GENERIC	10.000	R\$0,342	R\$3.420,00
301	ESPIRONOLACTONA 100 MG	COMP	GENERIC	12.500	R\$0,36	R\$4.500,00
303	ESPIRONOLACTONA 50 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	COMP	ALDAZIDA	2.000	R\$1,378	R\$2.756,00
304	ESTRADIOL 1 MG	COMP	PRIMOGENA	7.320	R\$1,18	R\$8.637,60
305	ESTRADIOL 1 MG GEL BISNAGA DE 50 G + APLICADOR	BISNAGA	OESTROGEL	100	R\$57,38	R\$5.738,00
307	ESTRADIOL ASSOCIADO A NORESTISTERONA, ACETATO 2 MG + 1 MG CARTELA COM 28 CP	CARTELA	SUPREMA	110	R\$26,55	R\$2.920,50
314	ESTROGENIOS CONJUGADOS NATURAIS 0,3 MG	COMP	PREMARIN	100	R\$0,974	R\$97,40
325	EZETIMIBA 10 MG	COMP	GENERIC	5.000	R\$0,42	R\$2.100,00
326	EZETIMIBA ASSOCIADO A SINASTATINA 10 MG + 20 MG	COMP	GENERIC	5.000	R\$1,285	R\$6.425,00
388	HIDROXIDO DE ALUMINIO + HIDROXIDO DE MAGNESIO 200 MG + 200 MG COMPRIMIDO MASTIGAVEL	COMP	GASTROGEL	2.500	R\$0,261	R\$652,50
391	IBANDRONATO DE SODIO MONOHIDRATADO, EQUIVALENTE AO ACIDO IBANDROMICO 150 MG	COMP	GENERIC	20	R\$33,00	R\$660,00


**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 5 / 40

**Compras e Contratos**
**Termo Homologação - Termo de Homologação**

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

1678 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
417	LEVANLODIPINO, BESILATO 2,5 MG	COMP	NOVANLO	6.000	R\$1,17	R\$7.020,00
430	LEVONOGESTREL ASSOCIADO COM ETINILESTRADIOL 0,05 + 0,03 MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	CARTELA	NEOVLAR	500	R\$7,02	R\$3.510,00
449	LISINA, CLONIXINATO 125 MG + CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 5 MG	COMP	BENZIFLEX LIS	5.000	R\$1,00	R\$5.000,00
450	LISINOPRIL 10 MG	COMP	GENERIC	34.100	R\$0,265	R\$9.036,50
451	LISINOPRIL 20 MG	COMP	GENERIC	2.600	R\$0,43	R\$1.118,00
467	MEBENDAZOL 100 MG	COMP	BELMIRAX	6.400	R\$0,265	R\$1.696,00
471	MELOXICAM 7,5 MG	COMP	GENERIC	11.000	R\$0,20	R\$2.200,00
476	METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG AÇÃO PROLONGADA	COMP	GLIFLAGE XR	45.000	R\$0,186	R\$8.370,00
489	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10 ML	FRASCO	VOMISTOP	3.900	R\$1,935	R\$7.546,50
497	METRONIDAZOL 250 MG FRACIONÁVEL	COMP	GENERIC	42.500	R\$0,17	R\$7.225,00
533	NORETISTERONA 1 MG + ESTRADIOL 2 MG CARTELA COM 28 COMP	CARTELA	SUPREMA	100	R\$26,50	R\$2.650,00
550	ONDANSETRONA 8MG CP	COMP	NAUSEDRON	18.700	R\$1,44	R\$26.928,00
555	OXIBUTINA, CLORIDRATO 5 MG	COMP	NOURIN	49.000	R\$0,698	R\$34.202,00
556	OXIMETAZOLINA 0,5MG/ML (CLORIDRATO) SOLUÇÃO NASAL 10 ML	FRASCO	GENERIC	170	R\$5,46	R\$928,20
570	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG	COMP	PERMANGAN	5.100	R\$0,39	R\$1.989,00
581	POLIETILENOGLICOL ASSOCIADO A PROPILENOGLICOL HIDROXIPROPIL SOLUÇÃO OFTÁLMICA LUBRIFICANTE, FRASCO 10 ML	FRASCO	OFTANE	60	R\$39,56	R\$2.373,60
590	PREDNISONA 20 MG FRACIONÁVEL	COMP	CRISPRED	97.500	R\$0,29	R\$28.275,00
591	PREDNISONA 5 MG FRACIONÁVEL	COMP	GENERIC	57.000	R\$0,084	R\$4.788,00
595	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG FRACIONÁVEL	COMP	PAMERGAN	23.900	R\$0,097	R\$2.318,30
598	PROPRATILNITRATO 10 MG	COMP	SUSTRATE	85.000	R\$0,408	R\$34.680,00
621	ROSUVASTATINA CALCICA 10 MG	COMP	GENERIC	123.000	R\$0,25	R\$30.750,00
623	ROSUVASTATINA CALCICA DE 20 MG	COMP	NOVAQUIMIC	20.000	R\$0,54	R\$10.800,00
639	SIDELNAFILA, CITRATO 50 MG	COMP	GENERIC	3.000	R\$0,30	R\$900,00
646	SOLUÇÃO HIDRATANTE OFTÁLMICA 10 ML	FRASCO	ACU FRESH	500	R\$10,35	R\$5.175,00
658	SOTALOL CLORIDRATO 120 MG	COMP	GENERIC	9.100	R\$0,724	R\$6.588,40
662	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 400 MG + 80 MG	COMP	GENERIC	32.000	R\$0,098	R\$3.136,00
663	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 800 MG + 160 MG	COMP	GENERIC	13.000	R\$0,266	R\$3.458,00
686	TIBOLONA 2,5 MG	COMP	GENERIC	23.980	R\$0,498	R\$11.942,04
687	TICLOPIDINA 250 MG	COMP	GENERIC	1.300	R\$0,45	R\$585,00
688	TIMOLOL, MALEATO 0,25 % FRASCO COM 5 ML	FRASCO	GENERIC	150	R\$4,50	R\$675,00
699	TOBRAMICINA 0,3% OFTÁLMICO FRASCO DE 5 ML	FRASCO	GENERIC	600	R\$8,75	R\$5.250,00
712	TRIANCINOLONA, ACETONIDO 1MG/G BISN DE 10 G	BISNAGA	GENERIC	420	R\$2,75	R\$1.155,00
730	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLODIPINO 320MG+12,5MG	COMP	BRASART	3.000	R\$1,975	R\$5.925,00
757	CONDRES COLÁGENO 40MG	COMP	COLAGENO	300	R\$1,404	R\$421,20
768	PALMITATO DE RETINOL(VITAMINA A) 3.000 U.I + COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 800 U.I- SOLUÇÃO ORAL - 10ML	FRASCO	VITADESAN	1.600	R\$2,45	R\$3.920,00
771	LACTASE (0,000FCC)	COMP	LACLIZE	300	R\$0,89	R\$267,00
772	LANZOPRAZOL 15 MG	COMP	GENERIC	300	R\$0,50	R\$150,00
775	VALSARTANA 320 MG	COMP	VARTAZ	10.600	R\$1,07	R\$11.342,00
791	FOSFATO DISSÓDICO DE CITIDINA, TRIFOSFATO TRISSÓDICO DE URIDINA, ACETATO DE HIDROXOCOBALAMINA 2,5 / 1,5 / 1,0 MG	COMP	ETNA	4.000	R\$1,53	R\$6.120,00
804	CETOROLACO TROMETAMOL 0,4%, SOLUÇÃO OFTÁLMOLÓGICA	FRAS	GENERIC	50	R\$26,95	R\$1.347,50
814	ACICLOVIR 400MG	COMP	GENERIC	13.000	R\$0,898	R\$11.674,00
815	ANLODIPINO + BENAZEPRIL 05/20 MG	COMP	PRESS PLUS	3.000	R\$1,99	R\$5.970,00


**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 6 / 40

Compras e Contratos

**Termo Homologação - Termo de Homologação**

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

1678 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
827	PROTETOR SOLAR SUNMAX FPS 30, SENSITIVE 160GR ÉTICO	FRAS	SUNMAX	10	R\$85,95	R\$859,50
828	CETAPHIL ADVANCED LOÇÃO HIDRATANTE GALDERMA 473G, ÉTICO	FRAS	CETOPHIL	10	R\$87,95	R\$879,50
830	NODÉ DS + SHAMPOO 125 ML, ÉTICO	FRAS	NODE	10	R\$55,90	R\$559,00
844	PRAVASTATINA 40MG	COMP	GENERIC	300	R\$3,50	R\$1.050,00
858	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA + SULFATO DE SALBUTAMOL 250MCG, SPRAY COM 15ML	FRASCO	CLENIL COMP	10	R\$42,10	R\$421,00
878	NITRENDIPINO 20MG.	CP	GENERIC	1.300	R\$0,84	R\$1.092,00
886	ATENOLOL 25MG+CLORTALIDONA 12,5MG	CP	ABLOK PLUS	3.600	R\$0,456	R\$1.641,60
891	CLORIDRATO DE HIDROXIZINA 2MG/ML 120ML USO ADULTO E PEDIÁTRICO	FR	GENERIC	220	R\$4,00	R\$880,00
904	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA ÍNDIA 500MG COMPOSTA	CP	CASTANHA DA INDIA	43.000	R\$0,59	R\$25.370,00
905	EZETIMIBA 10MG+SINVASTATINA 10MG	CP	GENERIC	3.500	R\$1,544	R\$5.404,00
914	L-CARNITINA 500MG	CP	L-CARNITINA	1.200	R\$1,28	R\$1.536,00
915	LANSOPRAZOL 30MG+CLARITROMICINA 500MG +AMOXICILINA 500MG (7 BLISTERS C/ 8 CP+28 CP LANSOPRAZOL)	CX	GENERIC	210	R\$44,50	R\$9.345,00
918	MALEATO DE ENALAPRIL 10MG +HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	CP	VASOPRIL	1.500	R\$1,318	R\$1.977,00
934	SUCCINATO DE SUMATRIPTANA 100MG	CP	GENERIC	1.100	R\$10,85	R\$11.935,00
951	BROMETO DE PINAVÉRIO 100 MG	CP	GENERIC	6.100	R\$0,435	R\$2.653,50
961	CLORIDRATO DE NARATRITANO 2,5 MG	CP	GENERIC	5.300	R\$1,80	R\$9.540,00
1000	DIPROPIANATO DE BETAMETASONA + ACIDO SALICÍLICO POMADA 30GR	UNIDADE	DERMOSALIC	30	R\$12,70	R\$381,00
					Total do Fornecedor:	R\$547.662,84

1686 - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
5	ACECLOFENACO 100 MG	COMP	VITAMEDIC	25.500	R\$0,30	R\$7.650,00
36	AMBROXOL, CLORIDRATO 15MG/5ML FRASCO DE 120 ML	FRASCO	FARMACE	2.200	R\$1,60	R\$3.520,00
37	AMBROXOL, CLORIDRATO 30MG/5ML FRASCO DE 120 ML	FRASCO	FARMACE	2.100	R\$1,48	R\$3.108,00
49	AMOXICILINA 100MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 150 ML	FRASCO	CIMED	2.000	R\$9,80	R\$19.600,00
51	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 150 ML	FRASCO	CIMED	2.750	R\$4,55	R\$12.512,50
52	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 60 ML	FRASCO	CIMED	2.950	R\$2,40	R\$7.080,00
88	BENZOATO DE BENZILA 25% EMULSÃO TÓPICA C 80 ML	FRASCO	IFAL	800	R\$4,00	R\$3.200,00
93	BETAMETASONA 5 MG DIPROPIONATO + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG AMP 1 ML + SERINGA	AMPOLA	EUROFARMA	14.600	R\$3,10	R\$45.260,00
108	BROMAZEPAM 3 MG	COMP	BRAINFARMA	146.000	R\$0,08	R\$11.680,00
127	CAPTAPRIL 50 MG	COMP	GLOBO	285.000	R\$0,10	R\$28.500,00
137	CARBONATO DE CALCIO 500 MG + COLECALCIFEROL 600 UI	COMP	VITAMED	1.000	R\$0,50	R\$500,00
138	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 200 UI	COMP	VITAMED	101.000	R\$0,085	R\$8.585,00
139	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 400 UI	COMP	BIONATUS	330.000	R\$0,078	R\$25.740,00
242	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG	COMP	BELFAR	155.000	R\$0,055	R\$8.525,00
254	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 25 MG + 5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	FRASCO	BRAINFARMA	3.000	R\$3,20	R\$9.600,00
320	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 80 MG	CAPSULA	CIMED	66.000	R\$0,19	R\$12.540,00
322	EXTRATO DE PLANTAS, ISOFLAVONA DE SOJA 150 MG	COMP	PHARMASCIE	12.800	R\$0,28	R\$3.584,00
346	FLUNARIZINA DICLODRATO 10 MG	COMP	VITAMEDIC	67.500	R\$0,075	R\$5.062,50
358	FUROSEMIDA 40 MG	COMP	GEOLAB	422.000	R\$0,069	R\$29.118,00

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 7 / 40

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número

- Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

1686 - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
382	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	COMP	CIMED	681.500	R\$0,014	R\$9.541,00
386	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 10 MG/G CREME BISNAGA COM 30 G	BISNAGA	UNIAO QUIMICA	1.010	R\$7,00	R\$7.070,00
387	HIDROXIDO ALUMINIO 62MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRSC 100 ML	FRASCO	IFAL	2.760	R\$2,15	R\$5.934,00
395	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	COMP	CRISTÃ LIA	96.000	R\$0,29	R\$27.840,00



# **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 8 / 40

Compras e Contratos

## **Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número

- Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

1686 - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
454	LOPERAMIDA 2MG CP	COMP	GLOBO	12.500	R\$0,05	R\$625,00
510	MULTIVITAMINAS, VITS: B2, B6, B12, C, NICOTINAMIDA E FRUTOSE SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	AMPOLA	CRISTÃ LIA	2.100	R\$5,00	R\$10.500,00
523	NIMODIPINO 30 MG	COMP	VITAMEDIC	39.900	R\$0,21	R\$8.379,00
527	NISTATINA, ASSOCIADA A OXIDO DE ZINCO 100.000UI + 200 MG/G BISN 60G	BISNAGA	CIMED	8.870	R\$5,60	R\$49.672,00
547	OMEPRAZOL 20 MG	CAPSULA	CIMED	712.000	R\$0,072	R\$51.264,00
548	OMEPRAZOL 40 MG	CAPSULA	BRAINFARMA	25.000	R\$0,23	R\$5.750,00
558	PANTOPRAZOL 40 MG	COMP	CIMED	110.000	R\$0,115	R\$12.650,00
561	PARACETAMOL 750 MG	COMP	CIMED	385.000	R\$0,115	R\$44.275,00
571	PERMETRINA 10MG/ML SHAMPOO FRASCO 60 ML	FRASCO	IFAL	1.320	R\$2,00	R\$2.640,00
572	PERMETRINA LOÇÃO 50 MG/ML FRASCO 100 ML	FRASCO	IFAL	1.770	R\$3,00	R\$5.310,00
573	PERMITRINA 1% LOÇÃO TOPICO FRASCO DE 100 ML	FRASCO	IFAL	620	R\$2,50	R\$1.550,00
611	RETINOL 5000 UI + COLECALCIFEROL 900 UI + OXIDO DE ZINCO 150 UI + OLEO DE FIGADO DE BACALHAU 86 UI BISNAGA DE 45 G	BISNAGA	CIMED	100	R\$5,00	R\$500,00
627	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5 G + GLICOSE 20 G + CITRATO DE SÓDIO 2,9 G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5 G PARA 1000 ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO DA OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9 GRAMAS C/ SABOR	UNIDADE	GLOBO	13.600	R\$0,55	R\$7.480,00
641	SIMETICONA 75 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO DE 15 ML	FRASCO	PHARMASCIE	4.650	R\$1,45	R\$6.742,50
742	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, PP, 20MG	COMP	VITAMED	47.500	R\$0,036	R\$1.710,00
766	OMEPRAZOL 20 MG EMBALADO EM BLISTER	COMP	CIMED	190.000	R\$0,068	R\$12.920,00
					Total do Fornecedor:	R\$517.717,50

1694 - INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
4	ACEBROFILINA 5MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO COM 120 ML	FRASCO	CIMED	3.600	R\$2,6298	R\$9.467,28
8	ACICLOVIR 50MG/G CREME BISNAGA 10 GR	BISNAGA	CIMED	2.100	R\$1,89	R\$3.969,00
19	ACIDO GAMA AMINOBUTIRICO 250 MG	COMP	zydus nikkho	300	R\$0,7885	R\$236,55
22	AGOMELATINA 25 MG	COMP	SERVIER	1.800	R\$4,7844	R\$8.611,92
24	ALBENDAZOL 400 MG COMP MASTIGAVEL	COMP	PRATIDONAD	26.300	R\$0,325	R\$8.547,50
80	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 900 MG	FRASCO	PRATIDONAD	1.600	R\$10,45	R\$16.720,00
91	BETAISTINA, DICLORIDRATO 24 MG	COMP	PRATIDONAD	57.000	R\$0,2398	R\$13.668,60
110	BROMOPRIDA 10 MG	COMP	PRATIDONAD	27.000	R\$0,1596	R\$4.309,20
134	CARBOCISTEINA 20 MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO 100 ML	FRASCO	PRATIDONAD	2.700	R\$2,797	R\$7.551,90
156	CETOCONAZOL 2% SHAMPOO FRASCO 100 ML	FRASCO	NATIVITA	1.250	R\$4,8499	R\$6.062,375
158	CETOCONAZOL 200 MG	COMP	PRATIDONAD	13.500	R\$0,1999	R\$2.698,65
166	CICLOBENZAPRINA CLORIDARATO 10 MG	COMP	CIMED	222.000	R\$0,1368	R\$30.369,60
167	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 5 MG	COMP	CIMED	101.500	R\$0,108	R\$10.962,00
171	CIMETIDINA 200 MG	COMP	PRATIDONAD	20.000	R\$0,1439	R\$2.878,00
240	DICLOFENACO POTASSICO 50 MG	COMP	CIMED	34.000	R\$0,0812	R\$2.760,80
284	ENALAPRIL, MALEATO, 10 MG	COMP	1Farma/Cimed	291.500	R\$0,0289	R\$8.424,35
286	ENALAPRIL, MALEATO, 5 MG	COMP	1Farma/Cimed	139.000	R\$0,045	R\$6.255,00
291	ESCITALOPRAM 10 MG	COMP	GEOLAB	115.200	R\$0,1989	R\$22.913,28
360	GABAPENTINA 300 MG	CAPSULA	PRATIDONAD	54.000	R\$0,3783	R\$20.428,20
374	GLIMEPIRIDA 2 MG	COMP	CIMED	51.600	R\$0,0687	R\$3.544,92
375	GLIMEPIRIDA 4 MG	COMP	CIMED	20.600	R\$0,1197	R\$2.465,82
376	HALOPERIDOL 1 MG	COMP	CRISTÃ LIA	13.000	R\$0,1274	R\$1.656,20
378	HALOPERIDOL 5 MG	COMP	CRISTÃ LIA	54.500	R\$0,1993	R\$10.861,85
405	ISOSSORBIDA 20MG, SAL MONONITRATO	COMP	zydus nikkho	36.000	R\$0,1178	R\$4.240,80
406	ISOSSORBIDA 40MG, SAL MONONITRATO	COMP	zydus nikkho	5.100	R\$0,2565	R\$1.308,15



# **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 9 / 40

Compras e Contratos

## **Termo Homologação - Termo de Homologação**

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

1694 - INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
412	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE FRSC 120 ML	FRASCO	NUTRIEX	3.280	R\$5,225	R\$17.138,00
427	LEVOMEPRAMAZINA 25 MG	COMP	CRISTÃ LIA	18.200	R\$0,3599	R\$6.550,18
444	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% ASSOCIADA A EPINEFRINA INJETÁVEL FRASCO 20 ML	FRASCO	HYPOFARMA	200	R\$2,5999	R\$519,98
455	LORATADINA 1 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	FRASCO	CIMED	3.950	R\$2,12	R\$8.374,00
456	LORATADINA 10 MG	COMP	CIMED	56.500	R\$0,0731	R\$4.130,15
459	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG	COMP	PRATIDONAD	270.000	R\$0,2777	R\$74.979,00
460	LOSARTANA POTÁSSICA 25 MG	COMP	BIOLAB	45.000	R\$0,7505	R\$33.772,50
472	MEMANTINA 10 MG GENERICO/ETICO	COMP	BIOLAB	34.000	R\$0,3199	R\$10.876,60
503	MONTELUCASTE SODICO 10 MG	COMP	zydus nikkho	6.200	R\$0,4973	R\$3.083,26
521	NIMESULIDA 100 MG	COMP	CIMED	328.000	R\$0,0475	R\$15.580,00
522	NIMESULIDA 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 15 ML	FRASCO	CIMED	2.600	R\$1,3699	R\$3.561,74
539	OLANZAPINA 10 MG	COMP	PRATIDONAD	4.800	R\$0,441	R\$2.116,80
560	PARACETAMOL 500 MG	COMP	PRATIDONAD	274.500	R\$0,1229	R\$33.736,05
569	PERINDOPRIL 4 MG + INDAPAMIDA 1,25 MG	COMP	SERVIER	500	R\$2,39	R\$1.195,00
587	PREDNISOLONA 1 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	FRASCO	PRATIDONAD	500	R\$6,8799	R\$3.439,95
597	PROPAFENONA, CLORIDRATO, 300 MG	COMP	PRATIDONAD	17.000	R\$0,4399	R\$7.478,30
617	RISPERIDONA 1 MG/ML SOLU ORAL COM PIPETA DOSADORA 30 ML	FRASCO	PRATIDONAD	1.450	R\$11,4975	R\$16.671,375
709	TRAVOPROSTA 0,04MG/ML OFTALMICO FRASCO DE 2,5 ML	FRASCO	GEOLAB	335	R\$17,9999	R\$6.029,9665
713	TRIMETAZIDINA 35 MG	COMP	SERVIER	3.000	R\$1,4437	R\$4.331,10
759	DEXCLORFENIRAMINA+ BETAMETASONA 0,4MG +0,05MG/ML 120ML	FRASCO	CIMED	600	R\$3,2659	R\$1.959,54
865	ARIPIPIRAZOL 15MG	CP	zydus nikkho	900	R\$1,0346	R\$931,14
923	OLANZAPINA 2,5MG	CP	PRATIDONAD	2.800	R\$0,4999	R\$1.399,72
947	BIMATOPROSTA 0,03% 3ML- SOLUÇÃO OFTALMICA	FR	GEOLAB	62	R\$17,0799	R\$1.058,9538
960	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250 MG	CP	zydus nikkho	3.300	R\$1,0796	R\$3.562,68
					Total do Fornecedor: R\$473.387,9303	

1724 - PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
44	AMIODARONA 200 MG	COMP	GEOLAB	97.900	R\$0,5899	R\$57.751,21
79	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 600 MG	FRASCO	HYPERA/ BRAINFARMA	5.350	R\$4,898	R\$26.204,30
105	BRIMONIDINA, TARTARATO 2 MG/ML COLÍRO FRASCO 5 ML	FRASCO	UNIAO QUIMICA	665	R\$4,6999	R\$3.125,4335
128	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML	FRASCO	UNIAO QUIMICA	1.100	R\$9,6499	R\$10.614,89
136	CARBONATO DE CALCIO 500 MG	COMP	VITAMED	86.000	R\$0,0419	R\$3.603,40
152	CEFALEXINA MONOIDRATADA 250MG/5ML FRASCO COM 100 ML	FRASCO	UNIAO QUIMICA	1.900	R\$11,3799	R\$21.621,81
160	CETOPROFENO 100 MG, PÓ LIOFILO PARA INJETÁVEL ENDOVENOSO	AMPOLA	UNIAO QUIMICA	2.500	R\$2,9899	R\$7.474,75
163	CETOPROFENO 50 MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	AMPOLA	UNIAO QUIMICA	5.600	R\$1,30	R\$7.280,00
169	CINARIZINA 25 MG	COMP	HYPERA/ BRAINFARMA	24.000	R\$0,0908	R\$2.179,20
176	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO A HIDROCORTISONA 2MG + 10 MG/ML SUSPENSÃO OTOLÓGICA FRASCO DE 5 ML	FRASCO	FARMOQUIMI	150	R\$27,86	R\$4.179,00
181	CLINDAMICINA 300 MG	COMP	UNIAO QUIMICA	7.000	R\$0,9995	R\$6.996,50
231	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% CREME BISNAGA 10 GRAMAS	BISNAGA	GREEN PHARMA	8.200	R\$1,0797	R\$8.853,54
256	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG	COMP	HYPERA/ BRAINFARMA	253.000	R\$0,3621	R\$91.611,30
293	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG	COMP	UNIAO QUIMICA	44.100	R\$0,4177	R\$18.420,57

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 10 / 40

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número

- Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

1724 - PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
297	ESCOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 6,67 MG + 333 MG/ SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	FRASCO	NATULAB	6.400	R\$6,38	R\$40.832,00
315	ETILEFRINA 10MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	AMPOLA	UNIAO QUIMICA	200	R\$1,17	R\$234,00



# **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 11 / 40

Compras e Contratos

## **Termo Homologação - Termo de Homologação**

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

1724 - PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
317	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA INDIA 100 MG AESCULUS HIPPOCASTANUM L.	COMP	NATULAB	66.000	R\$0,1749	R\$11.543,40
321	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG) EXTRATO FLUIDO FRASCO 100 ML	FRASCO	NATULAB	1.600	R\$2,0399	R\$3.263,84
356	FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO 0,06G/ML + FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO 0,16G/ML FRASCO DE 130 ML ( FLEET ENEMA)	FRASCO	NATULAB	200	R\$4,6874	R\$937,48
377	HALOPERIDOL 2 MG/ML FRASCO DE 20 ML	FRASCO	UNIAO QUIMICA	800	R\$2,6899	R\$2.151,92
379	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML	AMPOLA	UNIAO QUIMICA	900	R\$1,0699	R\$962,91
380	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML	AMPOLA	UNIAO QUIMICA	1.330	R\$7,2799	R\$9.682,267
389	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO+HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 60+40 MG/ML SUSP. 100 ML	FRASCO	NATULAB	3.900	R\$2,0899	R\$8.150,61
393	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 30 ML	FRASCO	NATULAB	7.300	R\$0,9999	R\$7.299,27
431	LEVONORGESTREL 0,10MG + ETINILESTRADIOL 0,02MG CARTELAS COM 21 COMPRIMIDO	CARTELA	BIOLAB	550	R\$15,1499	R\$8.332,445
434	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	COMP	MERCK	122.000	R\$0,0979	R\$11.943,80
435	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG	COMP	MERCK	30.000	R\$0,2099	R\$6.297,00
436	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	COMP	MERCK	157.000	R\$0,0968	R\$15.197,60
437	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	COMP	MERCK	152.000	R\$0,09	R\$13.680,00
448	LISINA, CLONIXINATO 125 MG	COMP	FARMOQUIMI	2.000	R\$1,24	R\$2.480,00
468	MEBENDAZOL 20MG/ML FRASCO COM 30 ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	NATULAB	2.700	R\$1,1499	R\$3.104,73
475	METFORMINA CLORIDRATO 850 MG	COMP	MERCK	375.000	R\$0,0949	R\$35.587,50
509	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z SOLUÇÃO ORAL FRASCO 120 ML	FRASCO	NATULAB	1.150	R\$4,7499	R\$5.462,385
515	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 10 GRAMAS	BISNAGA	BELFAR	9.900	R\$1,9399	R\$19.205,01
517	NIFEDIPINO 10 MG	COMP	HYPERA/ BRAINFARMA	39.500	R\$0,0989	R\$3.906,55
526	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL BISNAGA 40 GRAMAS	TUBO	GREEN PHARMA	4.300	R\$3,3399	R\$14.361,57
559	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15 ML	FRASCO	NATULAB	10.900	R\$0,8199	R\$8.936,91
582	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA E HIDROCORTISONA, 10.000UI + 5MG +10MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA FR 10 ML	FRASCO	FARMOQUIMI	470	R\$9,69	R\$4.554,30
628	SALBUTAMOL 0,4 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	FRASCO	NATULAB	2.000	R\$1,1499	R\$2.299,80
659	SOTALOL CLORIDRATO 160 MG	COMP	MERCK	20.500	R\$0,4839	R\$9.919,95
661	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME, POTE 400 GR	UNIDADE	SILVESTRE	50	R\$29,9999	R\$1.499,995
666	SULFATO FERROSO 125MG/ML SOLUÇÃO ORAL GTS FRSC 30 ML	FRASCO	NATULAB	1.600	R\$0,8899	R\$1.423,84
667	SULFATO FERROSO 25 MG/ML DE FERRO II, SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 30 ML	FRASCO	NATULAB	2.100	R\$0,8899	R\$1.868,79
685	TIBOLONA 1,25 MG	COMP	FARMOQUIMI	2.100	R\$1,00	R\$2.100,00
689	TIMOLOL, MALEATO 0,5% OFTAMICO FRASCO DE 5 ML	FRASCO	UNIAO QUIMICA	1.530	R\$2,8254	R\$4.322,862
690	TIMOLOL, MALEATO 5% FRASCO COM 5 ML	FRASCO	UNIAO QUIMICA	100	R\$2,7322	R\$273,22
695	TIORIDAZINA 25 MG	COMP	VALEANT	1.500	R\$0,5368	R\$805,20
696	TIORIDAZINA 50MG COMP	COMP	VALEANT	14.300	R\$0,5461	R\$7.809,23
731	VARFARINA SÓDICA 5 MG	CAPSULA	FARMOQUIMI	64.000	R\$0,1199	R\$7.673,60
767	ÓXIDO DE ZINCO 100MG/G+ VITAMINA A 1.000 U.I/ G + VITAMINA D 400 U.I/G- 45GR (POMADA PARA ASSADURA)	BISNAGA	NATIVITA	1.300	R\$2,50	R\$3.250,00
794	QUELATO DE FERRO + ÁCIDO FÓLICO + VITAMINA B12	COMP	ELOFAR	6.000	R\$0,65	R\$3.900,00

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 12 / 40

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número

- Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

1724 - PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
813	COLECALCIFEROL D3 7.000UI	CÁPS	HYPERA/ BRAINFARMA	7.400	R\$1,00	R\$7.400,00
852	FLEBON (PINUS PINASTER)	COMP	FARMOQUIMI	1.500	R\$1,5198	R\$2.279,70
854	MELLERIL 200MG (TIORIDAZINA)	COMP	VALEANT	1.800	R\$2,88	R\$5.184,00
876	COMPLEXO B	CP	NATULAB	64.000	R\$0,0406	R\$2.598,40
895	COLECALCIFEROL 50.000 UI	CP	HYPERA/ BRAINFARMA	3.900	R\$6,8291	R\$26.633,49
940	LATANOPROSTA 0,05% COLÍRIO 2,5ML	FR	BAUSCH +LOMB	120	R\$14,10	R\$1.692,00



# **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 13 / 40

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número

- Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

1724 - PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
955	DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML	FRASCO	NATULAB	3.900	R\$1,1788	R\$4.597,32
962	CLORETO DE SÓDIO 9MG/ML SPRAY NASAL 50 ML - USO ADULTO E INFANTIL	FRASCO	NATULAB	1.500	R\$3,25	R\$4.875,00
963	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG/5 ML 100 ML	FRASCO	NATULAB	3.000	R\$1,175	R\$3.525,00
964	SULFATO FERROSO 25MG/ML 100 ML	FRASCO	NATULAB	150	R\$1,415	R\$212,25
969	VARFARINA 2,5 MG	CP	FARMOQUIMI	3.000	R\$0,30	R\$900,00
1007	CLORIDRATO DE NALTREXONA 50 MG	CP	UNIAO QUIMICA	2.000	R\$3,27	R\$6.540,00
1013	DEXPANTENOL GEL OFTÁLMICO BISNAGA 10G	BISNAGA	BAUSCH + LOMB	50	R\$33,13	R\$1.656,50
					Total do Fornecedor: R\$623.263,5475	

1740 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
14	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 500 MG	COMP	IMEC	3.000	R\$0,07	R\$210,00
23	AGUA BIDESTILADA PARA INJEÇÃO DE 5 ML	AMPOLA	SAMTEC	6.900	R\$0,3058	R\$2.110,02
76	ATROPINA, SULFATO 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	AMPOLA	HYPOFARMA	900	R\$0,84	R\$756,00
78	AZITROMICINA 500 MG	COMP	PRATIDONAD	65.600	R\$1,69	R\$110.864,00
85	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	FR + AMP	TEUTO	3.950	R\$8,50	R\$33.575,00
90	BENZOILMETRONIDAZOL, ASSOCIADO À NISTATINA E CLORETO DE BENZALCÔNIO, 62,5 MG + 25.000 UI + 1,25 MG/G, CREME VAGINAL, COM APLICADOR (S) BISNAGA 40 GRAMAS	BISNAGA	PRATIDONAD	600	R\$12,9038	R\$7.742,28
94	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4 % APOLA DE 10 ML	AMPOLA	SAMTEC	200.250	R\$0,62	R\$124.155,00
104	BRIMONIDINA, TARTARATO 1,5 MG/ML COLÍRO FRASCO 5 ML	FRASCO	GEOLAB	65	R\$27,18	R\$1.766,70
109	BROMAZEPAM 6 MG	COMP	TEUTO	45.000	R\$0,11	R\$4.950,00
129	CARBAMAZEPINA 200 MG	COMP	TEUTO	226.000	R\$0,16	R\$36.160,00
135	CARBOCISTEÍNA 50 MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO 100 ML	FRASCO	PRATIDONAD	3.950	R\$2,60	R\$10.270,00
149	CEFALEXINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO 60 ML	FRASCO	TEUTO	2.700	R\$6,85	R\$18.495,00
172	CIMETIDINA 300 MG/2ML AMPOLAS DE 2 ML	AMPOLA	TEUTO	4.260	R\$2,825	R\$12.034,50
193	CLORETO DE POTASSIO 10 % SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	AMPOLA	SAMTEC	900	R\$0,33	R\$297,00
194	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	AMPOLA	SAMTEC	450	R\$0,4981	R\$224,145
197	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SPRAY NASAL FRASCO 30 ML	FRASCO	NATULAB	3.100	R\$0,8375	R\$2.596,25
199	CLORETO DE SÓDIO 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	AMPOLA	SAMTEC	500	R\$0,41	R\$205,00
202	CLORPRAMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS FRASCO COM 20 ML	FRASCO	CRISTÁ LIA	550	R\$6,63	R\$3.646,50
212	CLOZAPINA 100 MG	COMP	CRISTÁ LIA	3.000	R\$2,3453	R\$7.035,90
228	DEXAMETASONA 4 MG	COMP	TEUTO	8.500	R\$0,16	R\$1.360,00
238	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	AMPOLA	TEUTO	1.600	R\$0,62	R\$992,00
262	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	FRASCO	FARMACE	8.400	R\$1,20	R\$10.080,00
265	DIU - DISPOSITIVO INTRA UTERINO	UNIDADE	INJEFLEX	10	R\$148,0769	R\$1.480,769
276	DROPROPIZINA 1,5 MG/ML XAROPE, FRASCO 120 ML	FRASCO	ELOFAR	2.200	R\$7,83	R\$17.226,00
277	DROPROPIZINA 3 MG/ML XAROPE FRASCO 120 ML	FRASCO	ELOFAR	2.200	R\$4,92	R\$10.824,00
294	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	AMPOLA	FARMACE	1.650	R\$1,22	R\$2.013,00
296	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	AMPOLA	HYPOFARMA	5.900	R\$3,0769	R\$18.153,71
308	ESTRADIOL ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ACETATO 1MG + 0,5 MG CARTELA COM 28 CP	CARTELA	BIOLAB	760	R\$21,7852	R\$16.556,752
333	FENITOINA 50MG/ML AMPOLA COM 5 ML	AMPOLA	TEUTO	520	R\$2,10	R\$1.092,00

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 14 / 40

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número

- Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

1740 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
334	FENOBARBITAL 100 MG	COMP	TEUTO	104.000	R\$0,08	R\$8.320,00
335	FENOBARBITAL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA DE 2 ML	AMPOLA	CRISTÃ LIA	650	R\$2,51	R\$1.631,50
336	FENOBARBITAL 40 MG/ML FRASCO COM 20 ML	FRASCO	CRISTÃ LIA	955	R\$3,6254	R\$3.462,257
351	FLUTAMIDA 250 MG	COMP	BLAU	3.000	R\$4,0655	R\$12.196,50
352	FLUTICASONA FUROATO 27,5 MCG/DOSE, SPRAY NASAL FRASCO 120 DOSES	UNIDADE	GSK	250	R\$40,16	R\$10.040,00



# **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 15 / 40

Compras e Contratos

## **Termo Homologação - Termo de Homologação**

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 códigoCliente: 16703 anoMinuta: 2020 cotaCredenciamento: 0

1740 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
372	GLICOSE 25% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	AMPOLA	SAMTEC	400	R\$0,4981	R\$199,24
373	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	AMPOLA	SAMTEC	2.550	R\$0,5365	R\$1.368,075
384	HIDROCORTISONA 100 MG SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	AMPOLA	TEUTO	700	R\$2,6509	R\$1.855,63
411	IVERMECTINA 6 MG	COMP	Vitapan-Vitamedic	19.700	R\$2,6407	R\$52.021,79
413	LAMOTRIGINA 100 MG	COMP	UNICHEM	34.300	R\$0,2355	R\$8.077,65
414	LAMOTRIGINA 25 MG	COMP	UNICHEM	6.900	R\$0,1234	R\$851,46
415	LAMOTRIGINA 50 MG	COMP	UNICHEM	15.000	R\$0,1709	R\$2.563,50
428	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	FRASCO	CRISTÁ LIA	460	R\$10,7148	R\$4.928,808
432	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 0,150 + 0,03 MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	CARTELA	BIOLAB	19.350	R\$1,6418	R\$31.768,83
466	MANITOL 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, FRASCO 500 ML	FRASCO	FRESENIUS	300	R\$12,1154	R\$3.634,62
496	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL COM 10 APLICADORES BISNAGA 55 G	BISNAGA	PRATIDONAD	2.300	R\$5,37	R\$12.351,00
563	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CODEÍNA 500 MG + 30 MG	COMP	GEOLAB	168.000	R\$0,2999	R\$50.383,20
567	PENTOXIFILINA 400 MG	COMP	UNIAO QUIMICA	10.000	R\$0,7979	R\$7.979,00
577	PIROXICAM 20 MG	COMP	NeoQuimica-Brainfarma	31.000	R\$0,1234	R\$3.825,40
583	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA, FLUOCINOLONA E LIDOCAÍNA, 11.000UI + 3,85MG + 0,275MG + 20MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRASCO 5 ML	FRASCO	ELOFAR	900	R\$2,1087	R\$1.897,83
601	PROTETOR SOLAR FPS 30 FRASCO COM 120 ML	FRASCO	NUTRIEX	450	R\$9,4727	R\$4.262,715
616	RISPERIDONA 1 MG	COMP	PRATIDONAD	64.000	R\$0,1295	R\$8.288,00
625	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG/ 5ML EV/IM	AMPOLA	BLAU	50	R\$15,5769	R\$778,845
630	SALBUTAMOL 2 MG	COMP	GSK	3.000	R\$0,19	R\$570,00
649	SOLUÇÃO ISOTONICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 125 ML SISTEMA FECHADO	FRASCO	FRESENIUS	6.700	R\$3,1821	R\$21.320,07
665	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% FRASCO DE 10 ML	AMPOLA	SAMTEC	320	R\$0,7673	R\$245,536
677	TERBUTALINA 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	AMPOLA	GREEN PHARMA	420	R\$1,2444	R\$522,648
678	TESTE RAPIDO DE GRAVIDEZ	UNIDADE	Grupo Labor Import	1.030	R\$0,8899	R\$916,597
693	TINIDAZOL, ASSOCIADO A MICONAZOL 3% + 2% CREME VAGINAL DE 45G + APLICADOR	BISNAGA	NeoQuimica-Brainfarma	600	R\$11,3893	R\$6.833,58
698	TIZANIDINA 2 MG	COMP	UNICHEM	4.500	R\$0,42	R\$1.890,00
701	TOCOFEROL 400 MG (VITAMINA E)	CAPSULA	NATULAB	5.300	R\$0,245	R\$1.298,50
705	TRAMADOL 50 MG	COMP	TEUTO	95.000	R\$0,1269	R\$12.055,50
737	VITAMINA C, ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	FRASCO	HYPOFARMA	200	R\$0,8454	R\$169,08
738	VITAMINA C, ÁCIDO ASCÓRBICO 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30 ML	FRASCO	NATULAB	300	R\$1,9615	R\$588,45
739	VITAMINA D, COLECALCIFEROL 3.300 UI/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS, FRASCO 10 ML	FRASCO	Mantecorp-Farmasa	200	R\$55,3414	R\$11.068,28
740	VITAMINAS DO COMPEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG	AMPOLA	HYPOFARMA	12.700	R\$0,9404	R\$11.943,08
760	FUFURATO DE FLUTICASONA +TRIF DE VILANTEROL 100/25 MCG X 14 DOSES	FRASCO	GSK	5	R\$115,20	R\$576,00
781	ARIPRAZOL 10MG	COMP	PRATIDONAD	2.500	R\$0,5499	R\$1.374,75
790	ACETATO DE RACEALFATOCOFEROL 400 MG	COMP	NATULAB	1.500	R\$0,245	R\$367,50
818	VITAMINA D3 200UI/GOTAS COM 20ML	FRAS	ARTE NATIVA	460	R\$7,5707	R\$3.482,522
874	RELVAR 200/25 1 FR	UNIDADE	GSK	3	R\$153,3993	R\$460,1979
883	BICARBONATO DE SÓDIO PÓ	PCT	MAQUIRA	200	R\$22,1154	R\$4.423,08

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 16 / 40

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número

- Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

1740 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
884	ACETATO DE CIPROTERONA 2MG +ETINILESTRADIOL 0,035MG CARTELA C/ 21 CP	CARTELA	MELCON	1.030	R\$5,5854	R\$5.752,962
888	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG +PARACETAMOL 500MG	CP	GEOLAB	9.500	R\$0,8454	R\$8.031,30
907	FUROATO DE FLUTICASONA 100MCG+TRIF DE VILANTEROL 25MCG 30 DOSES	FR	GSK	70	R\$115,20	R\$8.064,00
917	MANITOL 200MG/ML 20% SOL.INJ. SISTEMA FECHADO 250ML	FR	FRESENIUS	700	R\$4,1649	R\$2.915,43



# **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 17 / 40

## **Compras e Contratos**

### **Termo Homologação - Termo de Homologação**

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

1740 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
930	PASTA D'ÁGUA, TALCO+GLICERINA+ÓXIDO DE ZINCO+ÁGUA DE CAL 25%+25%+25% 100G	FR	VICPHARMA	100	R\$8,7115	R\$871,15
931	PROTETOR SOLAR FPS 50 120ML	FR	COSMODERM	210	R\$13,7165	R\$2.880,465
959	NAPROXENO SÓDICO 500 MG	COMP	UNIAO QUIMICA	1.000	R\$0,6827	R\$682,70
976	ESPAÇADOR COM MÁSCARA PARA MEDICAMENTO EM AEROSOL USO INFANTIL	UNIDADE	Agaplastic	84	R\$41,2066	R\$3.461,3544
984	SORO FISIOLÓGICO 0,9 % COM GOTEJADOR 500 ML USO TÓPICO	UNIDADE	FARMAX-AMARAL	100	R\$2,5033	R\$250,33
988	MULTIVITAMINAS, VITS: A, B1,B2,B6, B12, vit C, vit D, vit E, ASSOCIADAS AO ÁCIDO FÓLICO, NICOTINAMIDA, FUMARATO FERROSO, OXIDO DE ZINCO, COMPONENTES POR CÁPSULA % DE IDR(*) PARA GESTANTES.  CÁPSULAS GELATINOSA	CAPSULA	VITAMED	20.300	R\$0,5712	R\$11.595,36
					Total do Fornecedor: R\$814.167,7983	

1783 - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
647	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100 ML SISTEMA FECHADO	FRASCO	EQUIPLEX	10.500	R\$1,80	R\$18.900,00
657	SOLUÇÃO RINGER COM LACTATO 500 ML	FRASCO	EQUIPLEX	3.000	R\$2,85	R\$8.550,00
					Total do Fornecedor: R\$27.450,00	

1791 - DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
16	ÁCIDO BÓRICO, SOLUÇÃO A 2% FR 100 ML	FRASCO	CATARINENSE	30.100	R\$4,00	R\$120.400,00
66	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + LOSARTANA POTASSICA 50 MG	COMP	EMS	10.000	R\$1,38	R\$13.800,00
206	CLORPROPAMIDA 250 MG	COMP	WYETH	8.000	R\$0,494	R\$3.952,00
541	OLMESARTANA MEDOXOMILA, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 20 MG + 12,5 MG	COMP	EUROFARMA	4.360	R\$0,78	R\$3.400,80
542	OLMESARTANA, MEDOXOMINA 40 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	COMP	EUROFARMA	6.000	R\$0,89	R\$5.340,00
543	OLOPATADINA, CLORIDRATO 0,2% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL FRASCO DE 5 ML	FRASCO	MUNDIPHARM	50	R\$52,85	R\$2.642,50
576	PIOGLITASONA, CLORIDRATO 30 MG	COMP	NOVAQUIMICA	11.500	R\$1,41	R\$16.215,00
606	RAMIPRIL 5 MG	COMP	LIBBS	28.000	R\$1,63	R\$45.640,00
824	NEURAL / LAMOTRIGINA 100MG, ÉTICO	COMP	CRISTÁLIA	1.500	R\$1,559	R\$2.338,50
869	MIRTAZAPINA 15MG	CP	EMS	26.000	R\$1,81	R\$47.060,00
897	DESGESTREL 150MCG+ETINILESTRADIOL 30MCG C/ 21 CP	CARTELA	EUROFARMA	230	R\$7,89	R\$1.814,70
928	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG+HCTZ 12,5MG	CP	EUROFARMA	6.000	R\$1,065	R\$6.390,00
936	TELMISARTANA 80MG	CP	EMS	4.000	R\$4,52	R\$18.080,00
953	SERVIÇO DE MANIPULAÇÃO DO MEDICAMENTO RENALVIT FRASCO COM 60 CÁPSULAS	CAIXA	NUTROVIT	4.080	R\$55,20	R\$225.216,00
1009	MIRABREGONA 30 MG	CP	astelas	500	R\$7,42	R\$3.710,00
					Total do Fornecedor: R\$515.999,50	

1830 - A G KIENEN & CIA LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
31	ALPRAZOLAM 0,5 MG	COMP	E.M.S.	50.000	R\$0,074	R\$3.700,00
40	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 5MG + 50MG	COMP	E.M.S.	18.500	R\$0,30	R\$5.550,00
82	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250 MCG/DOSE SPRAY ORAL FR 200 DOSES	FRASCO	GLENMARK	200	R\$19,50	R\$3.900,00
100	BISOPROLOL, FUMARATO 10 MG	COMP	E.M.S.	13.000	R\$0,231	R\$3.003,00
107	BRINZOLAMIDA, ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO, 10 MG + 5 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	FRASCO	NOVARTIS	177	R\$65,54	R\$11.600,58
117	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	COMP	E.M.S.	127.500	R\$0,43	R\$54.825,00
159	CETOPROFENO 100 MG	COMP	MEDLEY	39.000	R\$0,769	R\$29.991,00
162	CETOPROFENO 50 MG	COMP	E.M.S.	4.000	R\$0,216	R\$864,00

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 18 / 40

Compras e Contratos

**Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

1830 - A G KIENEN & CIA LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
164	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETAVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	CAIXA	ARESE	872	R\$10,57	R\$9.217,04
203	CLORPROMAZINA 100 MG	COMP	UNIAO QUIMICA	50.500	R\$0,2449	R\$12.367,45
205	CLORPROMAZINA 25MG/5ML AMPOLAS DE 5 ML	AMPOLA	HYPOFARMA	600	R\$0,9799	R\$587,94
241	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	AMPOLA	HYPOFARMA	5.600	R\$0,649	R\$3.634,40
251	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIROXIDINA 50/50MG/ML AMPOLAS DE 1 ML IM	AMPOLA	UNIAO QUIMICA	1.500	R\$1,53	R\$2.295,00
257	DIOVAN 160 MG	COMP	ACHE	3.000	R\$1,12	R\$3.360,00
261	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML	AMPOLA	SANTISA	6.900	R\$0,589	R\$4.064,10
279	DULOXETINA 30 MG	COMP	NOVAQUIMICA	87.000	R\$1,014	R\$88.218,00
312	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	DRAGEAS	WYETH	25.880	R\$1,449	R\$37.500,12
330	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM BRONFENIRAMINA, 5MG + 4MG	COMP	ACHE	2.500	R\$1,39	R\$3.475,00


**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 19 / 40

Compras e Contratos

**Termo Homologação - Termo de Homologação**

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 códigoCliente: 16703 anoMinuta: 2020 cotaCredenciamento: 0

1830 - A G KIENEN & CIA LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
344	FITOMENADIONA 10MG/1ML SOL. INJETAVEL IM.	AMPOLA	HIPOLABOR	520	R\$1,18	R\$613,60
397	IMIPRAMINA, CLORIDRATO 10 MG	COMP	ASPEN	3.500	R\$0,52	R\$1.820,00
399	INSULINA ASPARE 100 UI/ML	FRASCO	NOVO NORDISK	40	R\$108,76	R\$4.350,40
426	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	COMP	HIPOLABOR	23.500	R\$0,7199	R\$16.917,65
433	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRÁGEA A + DRÁGEA B + DRÁGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRÁGEAS	CARTELA	BAYER	8.200	R\$6,929	R\$56.817,80
445	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	BISNAGA	PHARLAB	2.100	R\$2,5567	R\$5.369,07
446	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	FRASCO	HYPOFARMA	1.950	R\$2,799	R\$5.458,05
482	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 850 MG + 50 MG	COMP	NOVARTIS	10.000	R\$2,55	R\$25.500,00
494	METOPROLOL, TARTARATO 100 MG	COMP	BIOSINTETICA	19.200	R\$0,3199	R\$6.142,08
514	NEBIVOLOL, SAL CLORIDRATO 5 MG	COMP	HYPERMARC	32.000	R\$0,6588	R\$21.081,60
544	OLOPATADINA, CLORIDRATO 1MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	FRASCO	NOVARTIS	50	R\$45,88	R\$2.294,00
568	PERICIAZINA 4 % SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO COM 20 ML	FRASCO	SANOFI	70	R\$16,20	R\$1.134,00
574	PETIDINA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL IM/IV/SC AMP 2 ML	AMPOLA	UNIAO QUIMICA	300	R\$2,1343	R\$640,29
626	SACCHAROMYCES BOULARDII 17 LIOFILIZADO 200 MG PÓ SACHE 1G	UNIDADE	EMS SIGMA	7.300	R\$1,7564	R\$12.821,72
694	TIORIDAZINA, CLORIDRATO 100 MG	COMP	UNIAO QUIMICA	11.400	R\$0,7565	R\$8.624,10
765	LEVETIRACETAM 500MG	COMP	ACHE	3.700	R\$2,08	R\$7.696,00
782	ZOPICLONE 7,5MG	COMP	SANOFI	3.500	R\$2,35	R\$8.225,00
799	REFIS DE INSULINA DE 3ML, 25% DE INSULINA LISPRO + 75% DE INSULINA LISPRO PROTAMINA, SUSPENSÃO INJETÁVEL 100 UI/ML, EMBALAGEM COM 05 REFIS	UNIDADE	ELI LILLY	50	R\$300,00	R\$15.000,00
811	CLORIDRATO DE OLOPATADINA 2MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, GOTAS, 2,5ML	FRAS	NOVARTIS	30	R\$48,00	R\$1.440,00
833	REFIS DE INSULINA LISPRO 100UI/ML HUMALOG KWIKPEN, INJETÁVEL, ÉTICO	UNI	ELI LILLY	100	R\$38,90	R\$3.890,00
868	LEVOTIROXINA 38MCG	CP	ACHE	2.000	R\$0,2652	R\$530,40
871	ANLODIPINO 2,5 MG	CP	BIOLAB	15.000	R\$0,6288	R\$9.432,00
924	OLANZAPINA 5MG	CP	E.M.S.	14.600	R\$0,30	R\$4.380,00
932	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 LIOFILIZADO 200MG C/ 6 CÁPSULAS	CX	EMS SIGMA	260	R\$7,00	R\$1.820,00
					Total do Fornecedor:	R\$500.150,39
1953 - FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
944	SAF GEL - GEL CICATRIZANTE 85 G	BISNAGA	CONVATEC	80	R\$45,50	R\$3.640,00
					Total do Fornecedor:	R\$3.640,00
2046 - M. U. BACKES E CIA LTDA ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
478	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 1000 MG + 50 MG (ÉTICO)	COMP	MSD	36.100	R\$3,19	R\$115.159,00
635	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG/125MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	FRASCO	GSK	250	R\$100,19	R\$25.047,50
763	RIVAROXABANA 15 MG	COMP	BAYER	17.000	R\$7,34	R\$124.780,00
					Total do Fornecedor:	R\$264.986,50
2054 - PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
121	CANDESARTANA CILIXETILA + HIDROCLOROTIAZIDA 16/12,5MG COMPRIMIDO	COMP	ASTRAZENECDO BRASIL LTDA	5.800	R\$1,60	R\$9.280,00


**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 20 / 40

Compras e Contratos

**Termo Homologação - Termo de Homologação**

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

2054 - PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
122	CANDESARTANA, CILEXETIL 16 MG	COMP	ASTRAZENECD DO BRASIL LTDA	2.500	R\$1,49	R\$3.725,00
123	CANDESARTANA, CILEXETILA + HIDROCLOROTIAZIDA 8MG/12,5MG	COMP	ASTRAZENECD DO BRASIL LTDA	500	R\$1,70	R\$850,00
124	CANDESARTANA, CILEXETILA ASSOCIADO COM HIDROCLOROTIAZIDA 16MG + 12,5 MG	COMP	ASTRAZENECD DO BRASIL LTDA	500	R\$1,60	R\$800,00
182	CLOBAZAM 10 MG	COMP	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	13.640	R\$0,51	R\$6.956,40
188	CLONIDINA 0,100 MG	COMP	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	18.000	R\$0,19	R\$3.420,00
190	CLONIDINA 0,150 MG	COMP	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	4.200	R\$0,23	R\$966,00
191	CLONIDINA 0,200 MG	COMP	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	6.800	R\$0,29	R\$1.972,00
250	DILTIAZEM, CLORIDRATO SR 120 MG	COMP	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	300	R\$2,12	R\$636,00
339	FENOTEROL BROMIDRATO ASSOCIADO A IPRATRÓPIO BROMETO 0,1 MG + 0,04 MG/DOSE, AEROSOL ORAL FRASCO 15 ML	FRASCO	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	100	R\$12,88	R\$1.288,00
355	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 400 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	FRASCO	ASTRAZENECD DO BRASIL LTDA	590	R\$44,34	R\$26.160,60
400	INSULINA GARDINA 100 UI/ML REFIL	FRASCO	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	250	R\$36,00	R\$9.000,00
447	LINAGLIPTINA 5 MG	COMP	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	6.360	R\$6,07	R\$38.605,20


**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 21 / 40

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número

- Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

2054 - PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
491	METOPROLOL, SUCCINATO, 100 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMP	ASTRAZENEC DO BRASIL LTDA	29.000	R\$0,85	R\$24.650,00
492	METOPROLOL, SUCCINATO, 25 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMP	ASTRAZENEC DO BRASIL LTDA	58.000	R\$0,26	R\$15.080,00
493	METOPROLOL, SUCCINATO, 50 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMP	ASTRAZENEC DO BRASIL LTDA	83.000	R\$0,65	R\$53.950,00
745	LINAGLIPTINA/CLORIDRATO DE METFORMINA 2,5MG/850MG	COMP	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	3.000	R\$2,99	R\$8.970,00
747	SAXAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 2,5MG/1000MG	COMP	ASTRAZENEC DO BRASIL LTDA	1.000	R\$2,30	R\$2.300,00
758	DAPAGLIFLOZINA 10MG	COMP	ASTRAZENEC DO BRASIL LTDA	6.500	R\$4,10	R\$26.650,00
797	ETEXILATO DE DABIGATRANA 110MG	COMP	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	5.500	R\$3,71	R\$20.405,00
800	CLORIDRATO DE DILTIAZEN 90MG SR	COMP	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	3.000	R\$1,63	R\$4.890,00
802	SAXAGLIPTINA 5,0MG	COMP	ASTRAZENEC DO BRASIL LTDA	500	R\$3,00	R\$1.500,00
807	OMEPPRAZOL MAGNÉSIO 20 MG (LOSEC MUPS)	COMP	ASTRAZENEC DO BRASIL LTDA	1.500	R\$7,66	R\$11.490,00
823	GARDENAL / FENOBARBITAL 100MG, ÉTICO	COMP	SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA	11.500	R\$0,27	R\$3.105,00
832	CANETA/APLICADOR INSULINA GLARGINA 100UI/ML LANTUS SOLOSTAR SANOFI-AVENTIS, INJETÁVEL, ÉTICO	UNI	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	100	R\$59,06	R\$5.906,00
834	INSULINA APIDRA SOLOSTAR 100UI/ML, 3ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, ÉTICO	UNI	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	100	R\$20,68	R\$2.068,00
839	DABIGATRANA 150MG	COMP	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	7.300	R\$3,71	R\$27.083,00
855	XIGDUO XR 10/1000MG (DAPAGLIFLOZINA/CLORIDRATO DE METFORMINA)	COMP	ASTRAZENEC DO BRASIL LTDA	6.500	R\$3,90	R\$25.350,00
856	PRADAXA 110MG (ETEXILATO DE DABIGATRANA)	COMP	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	2.300	R\$3,71	R\$8.533,00
873	ONGLYSA 5 MG C/ 30 CP	CX	ASTRAZENEC DO BRASIL LTDA	3	R\$74,91	R\$224,73
				Total do Fornecedor: R\$345.813,93		
2062 - MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
3	ACEBROFILINA 10MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO DE 120 ML	FRASCO	CIMED	4.550	R\$4,59	R\$20.884,50
186	CLONAZEPAM 2 MG	COMP	GEOLAB	150.500	R\$0,0499	R\$7.509,95
				Total do Fornecedor: R\$28.394,45		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 22 / 40

Compras e Contratos

**Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
- Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

2194 - AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
111	BROMOPRIDA 4 MG/ML FRASCO 20 ML	FRASCO	HIPOLABOR	1.700	R\$1,07	R\$1.819,00
157	CETOCONAZOL 20 MG/G TUBO COM 30 GRAMAS	BISNAGA	HIPOLABOR	3.000	R\$3,99	R\$11.970,00
499	MICONAZOL 2% CREME VAGINAL BISNAGA 80 G	BISNAGA	HIPOLABOR	2.550	R\$5,45	R\$13.897,50
546	OMEPRAZOL 10 MG	CAPSULA	EMS S/A.	4.000	R\$0,33	R\$1.320,00
562	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CAFEINA 500 MG + 65 MG	COMP	EMS S/A.	3.000	R\$0,42	R\$1.260,00
697	TIOTRÓPIO BROMETO, 2,5 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO COM INALADOR FRASCO 4 ML 60 DOSES	FRASCO	BOEHRINGER	49	R\$235,00	R\$11.515,00
708	TRAMADOL, CLORIDRATO 325MG + PARACETAMOL 37,5 MG	COMP	ACHE	1.500	R\$1,50	R\$2.250,00
762	TARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG	COMP	TEUTO	80.000	R\$0,326	R\$26.080,00
892	CLORIDRATO DE METFORMINA 1G XR	CP	EMS S/A.	30.600	R\$0,89	R\$27.234,00
912	HEMITARTARATO ZOLPIDEM 10MG	CP	LAB. TEUTO	83.000	R\$0,313	R\$25.979,00
					Total do Fornecedor:	R\$123.324,50
2216 - ILG COMERCIAL LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	ACARBOSE 50 MG	COMP	EMS	4.000	R\$0,8199	R\$3.279,60
6	ACETAZOLAMIDA 250 MG	COMP	UQM	5.000	R\$0,524	R\$2.620,00
12	ACIDO ACETILSALICILICO 300 MG TAMPONADO	COMP	BAYER	3.000	R\$1,499	R\$4.497,00
15	ACIDO ACETILSALICILICO 81 MG TAMPONADO	COMP	EMS	15.000	R\$0,3299	R\$4.948,50
20	ACIDO IBANDRONICO 150 MG	COMP	BIOLAB	100	R\$36,0161	R\$3.601,61
26	ALCAFTADINA 0,25 % FRASCO DE 3 ML	FRASCO	ALLERGAN	100	R\$44,9789	R\$4.497,89
30	ALPRAZOLAM 0,25 MG	COMP	GERMED	10.000	R\$0,089	R\$890,00
32	ALPRAZOLAM 1 MG	COMP	GERMED	43.500	R\$0,08	R\$3.480,00
34	ALPRAZOLAM 2 MG	COMP	EMS	5.000	R\$0,129	R\$645,00
38	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM CLORTALIDONA, 5 MG + 25 MG	COMP	BIOLAB	18.000	R\$0,874	R\$15.732,00
39	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLORITIAZIDA, 2,5MG + 25MG	COMP	EMS	17.500	R\$0,1889	R\$3.305,75
46	AMITRIPTILINA 10 MG	COMP	SUPERA	14.000	R\$0,358	R\$5.012,00



# **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 23 / 40

## **Compras e Contratos**

### **Termo Homologação - Termo de Homologação**

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 códigoCliente: 16703 anoMinuta: 2020 cotaCredenciamento: 0

2216 - ILG COMERCIAL LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
61	ANLODIPINO, BESILATO 10 MG + RAMIPRIL 10 MG	COMP	LIBBS	10.000	R\$1,547	R\$15.470,00
64	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + ATENOLOL 50 MG	COMP	ACHE	10.000	R\$1,579	R\$15.790,00
65	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + RAMIPRIL 10 MG	COMP	LIBBS	10.000	R\$1,547	R\$15.470,00
68	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + RAMIPRIL 5 MG	COMP	LIBBS	10.000	R\$1,547	R\$15.470,00
73	ATENOLOL+CLORTALIDONA 100/25 MG	COMP	GERMED	14.000	R\$0,1977	R\$2.767,80
89	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FR 100 ML	FRASCO	EMS	560	R\$4,943	R\$2.768,08
92	BETAISTINA, DICLORIDRATO 16 MG	COMP	EUROFARMA	39.300	R\$0,199	R\$7.820,70
95	BIMATOPROSTA 0,03 % + MALEATO DE TIMOLOL 0,5 % FRASCO DE 5 ML OFTÁLMICO	FRASCO	ALLERGAN	60	R\$153,999	R\$9.239,94
98	BISOPROLOL , FUMARATO 5 MG	COMP	EMS	44.000	R\$0,299	R\$13.156,00
99	BISOPROLOL FUMARATO 2,5 MG	COMP	EMS	52.000	R\$0,25	R\$13.000,00
101	BISOPROLOL, FUMARATO 1,25 MG	COMP	EMS	15.000	R\$0,6299	R\$9.448,50
102	BISOPROLOL, FUMARATO 5 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG	COMP	MERCK	4.000	R\$2,899	R\$11.596,00
103	BRIMONIDINA 1 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	FRASCO	UQM	165	R\$21,099	R\$3.481,335
106	BRINZOLAMIDA 10 MG/ML SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	FRASCO	NOVARTIS	77	R\$59,5483	R\$4.585,2191
113	BUDESONIDA 400 MCG PO PARA INALAÇÃO COM 60 CAP	FRASCO	NOVARTIS	175	R\$53,90	R\$9.432,50
116	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 50 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	FRASCO	ACHE	1.500	R\$21,9999	R\$32.999,85
130	CARBAMAZEPINA 400 MG	COMP	GERMED	98.500	R\$0,393	R\$38.710,50
131	CARBAMAZEPINA CR 200 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMP	NOVARTIS	13.000	R\$0,9199	R\$11.958,70
133	CARBIDOPA 50 MG + ENTACAPONA 200MG + LEVODOPA 12,5 MG CP	COMP	NOVARTIS	1.000	R\$5,8199	R\$5.819,90
141	CARBONATO DE LITIO CR 450 MG	COMP	SUPERA	47.400	R\$1,407	R\$66.691,80
143	CARMELOSE SODICA 5MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA - FRASCO COM 15 ML	FRASCO	UQM	850	R\$22,4488	R\$19.081,48
146	CARVEDILOL 3,125 MG,	COMP	EMS	80.000	R\$0,088	R\$7.040,00
147	CARVEDILOL 6,25 MG CARTELA	COMP	EMS	183.000	R\$0,0799	R\$14.621,70
148	CEFACLOR 500 MG	COMP	EMS	1.000	R\$6,049	R\$6.049,00
150	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G INTRAMUSCULAR, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	AMPOLA	EUROFARMA	2.700	R\$8,8819	R\$23.981,13
155	CELECOXIBE 200 MG	COMP	EUROFARMA	42.500	R\$0,9219	R\$39.180,75
177	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO COM DEXAMETASONA 3,5MG + 1 MG/G POMADA OFTÁLMICA BISNAGA COM 3,5 G	FRASCO	UQM	195	R\$22,099	R\$4.309,305
183	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG	COMP	GERMED	27.000	R\$0,5627	R\$15.192,90
195	CLORETO DE POTÁSSIO 600 MG	COMP	GSK	11.000	R\$0,5731	R\$6.304,10
207	CLORTALIDONA 12,5 MG	COMP	EMS	12.000	R\$0,1058	R\$1.269,60
209	CLORTALIDONA 50 MG	COMP	EMS	16.000	R\$0,2699	R\$4.318,40
218	CROMOGLICATO SÓDIO 20 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	FRASCO	ALLERGAN	200	R\$9,5159	R\$1.903,18
226	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG COLÍRIO FRASCO COM 5 ML	FRASCO	UQM	830	R\$12,2399	R\$10.159,117
227	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG POMADA OFTÁLMICA DE 3,5G	BISNAGA	UQM	1.100	R\$20,0399	R\$22.043,89
230	DEXAMETASONA ASSOCIADA A DIPIRONA SÓDICA E HIDROXICOBALAMINA, AMPOLA 1: 1,5 MG + 500 MG/ML, AMPOLA 2: 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	CAIXA	EUROFARMA	100	R\$36,4199	R\$3.641,99
235	DIACEREINA 50 MG	COMP	TRB	8.600	R\$3,3897	R\$29.151,42
243	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG + CODEÍNA 50 MG	COMP	NOVARTIS	13.000	R\$3,6899	R\$47.968,70
264	DIPIRONA, SODICA 500 MG + PROMETASINA 5 MG + ADIFENINA 10 MG	COMP	LEGRAND	6.600	R\$0,5119	R\$3.378,54
266	DIVALPROATO DE SÓDIO 125 MG	COMP	ABBOTT	6.100	R\$0,9699	R\$5.916,39

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 24 / 40

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número

- Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

2216 - ILG COMERCIAL LTDA							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
270	DOMPERIDONA 1 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML	FRASCO	MEDLEY	150	R\$9,2399	R\$1.385,985	
280	DULOXETINA 60 MG	COMP	EMS	97.000	R\$1,9189	R\$186.133,30	



# **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 25 / 40

Compras e Contratos

## **Termo Homologação - Termo de Homologação**

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 códigoCliente: 16703 anoMinuta: 2020 cotaCredenciamento: 0

2216 - ILG COMERCIAL LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
281	DUTASTERIDA 0,5 MG	COMP	ACHE	2.500	R\$2,1999	R\$5.499,75
290	ESCINA10MG/G + SALICILATO DE DIETILAMÔNIO 50G/MG GEL 30 GR (REPARIL)	BISNAGA	mylan	70	R\$16,9999	R\$1.189,993
306	ESTRADIOL ASSOCIADO A DROSPIRENOMA 1 MG + 2 MG CARTELA COM 28 CP	CARTELA	BAYER	590	R\$82,8597	R\$48.887,223
310	ESTRIOL 1 MG	COMP	SUPERA	1.300	R\$0,6739	R\$876,07
327	FELODIPINO + SUCCINATO DE METOPROLOL 5/50MG COMPRIMIDO	COMP	ASTRAZENECA	1.000	R\$1,9274	R\$1.927,40
331	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO A BRONFENIRAMINA 1 MG + 0,4 MG/ ML FRASCO DE 120 ML	FRASCO	ACHE	900	R\$13,9679	R\$12.571,11
348	FLUOXETINA 10 MG	COMP	EMS	10.000	R\$0,26	R\$2.600,00
353	FLUTICASONA, PROPIONATO 50MCG/DOSE AEROSOL NASAL SPRAY COM 120 DOSES	FRASCO	LIBBS	470	R\$48,9999	R\$23.029,953
369	GLICOSAMINA 1,5 G PÓ ORAL SACHÊ 3,95 G	SACHE	EMS	4.200	R\$1,5999	R\$6.719,58
404	ISOSSORBIDA 10 MG SAL DINITRATO SUBLINGUAL	COMP	SIGMA	6.090	R\$0,2649	R\$1.613,241
407	ISOSSORBIDA 5 MG, SAL DINITRATO SUBLINGUAL	COMP	SIGMA	3.700	R\$0,2799	R\$1.035,63
409	ISSOSORBIDA, MONONITRATO 50 MG	COMP	BALDACCI	6.000	R\$1,7999	R\$10.799,40
420	LEVODOPA ASSOCIADA A BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG	CAPSULA	ACHE	57.000	R\$1,8999	R\$108.294,30
422	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA BD	CAPSULA	ACHE	88.000	R\$0,8599	R\$75.671,20
423	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA COM LIBERAÇÃO PROLONGADA HBS	CAPSULA	FARMOQUIMI	50.000	R\$1,7497	R\$87.485,00
424	LEVODROPROPIZINA 6MG/ML (60MG/ML) XRP ADULTO 120ML	FRASCO	ACHE	130	R\$26,4999	R\$3.444,987
438	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	COMP	MERCK	81.000	R\$0,1992	R\$16.135,20
440	LEVOTIROXINA SODICA DE 150 MCG	COMP	MERCK	19.200	R\$0,2178	R\$4.181,76
441	LEVOTIROXINA SODICA DE 175 MCG	COMP	MERCK	5.900	R\$0,3109	R\$1.834,31
452	LISINAPRIL 5 MG	COMP	EMS	2.000	R\$0,37	R\$740,00
458	LORAZEPAM 2 MG	COMP	EMS	14.000	R\$0,0898	R\$1.257,20
462	LOSARTANA POTÁSSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 100 MG + 25 MG	COMP	GERMED	49.000	R\$0,2689	R\$13.176,10
479	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 850 MG + 50 MG	COMP	SUPERA	10.500	R\$3,2299	R\$33.913,95
485	METILFENIDATO CLORIDRATO 10 MG	COMP	EMS	26.000	R\$0,399	R\$10.374,00
495	METOTREXATO 2,5 MG	COMP	BLAU	6.000	R\$0,8189	R\$4.913,40
513	NAPROXENO SÓDICO 550 MG	COMP	NEOQUIMICA	500	R\$1,099	R\$549,50
516	NEPAFENACO 0,1% FRASCO DE 5 ML	FRASCO	ALCON	30	R\$58,9599	R\$1.768,797
532	NORETISTERONA 0,35 MG , BLISTER CALENDÁRIO COM 35 UNIDADES	CARTELA	BIOLAB	2.535	R\$4,5999	R\$11.660,7465
553	OXCARBAMAZEPINA 60 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML PEDIATRICO	FRASCO	UQM	200	R\$21,089	R\$4.217,80
557	PANTOPRAZOL 20 MG	COMP	GERMED	28.000	R\$0,087	R\$2.436,00
579	PITAVASTATINA CÁLCICA 2 MG	COMP	EUROFARMA	5.000	R\$1,429	R\$7.145,00
585	PRAMIPEXOL 0,25MG	COMP	EMS	300	R\$0,54	R\$162,00
586	PRAMIPEXOL 1 MG	COMP	EMS	300	R\$1,499	R\$449,70
589	PREDNISOLONA, ACETATO 1 % SUSPENÇÃO OFTALMICA FRASCO DE 5 ML	FRASCO	UQM	300	R\$19,2739	R\$5.782,17
592	PREGABALINA 150 MG	COMP	MERCK	48.500	R\$1,5198	R\$73.710,30
593	PREGABALINA 75 MG	COMP	MERCK	140.000	R\$0,8715	R\$122.010,00
603	RAMIPRIL + ANLODIPINO 5/10MG	COMP	LIBBS	1.000	R\$1,5459	R\$1.545,90
604	RAMIPRIL + ANLODIPINO 5/5 MG	COMP	LIBBS	1.000	R\$1,5499	R\$1.549,90
605	RAMIPRIL 2,5 MG	COMP	MEDLEY	9.000	R\$1,00	R\$9.000,00
607	RAMIPRIL 5 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5MG COMPRIMIDO	COMP	LIBBS	8.000	R\$1,5249	R\$12.199,20
615	RISEDRONATO SODICO 35 MG	COMP	NOVAQUIMICA	500	R\$5,6999	R\$2.849,95


**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 26 / 40

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número

- Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

2216 - ILG COMERCIAL LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
622	ROSUVASTATINA CALCICA 5 MG	COMP	EMS	11.500	R\$0,3298	R\$3.792,70
670	SULPIRIDA 50 MG	COMP	sanofi medley	19.300	R\$0,5499	R\$10.613,07
673	TELMISARTANA ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA 40MG + 12,5 MG	COMP	EMS	1.000	R\$2,2499	R\$2.249,90
700	TOBRAMICINA 3MG + DEXAMETASONA 1MG COLÍRIO FRASCO 5ML	FRASCO	UQM	150	R\$22,7499	R\$3.412,485
707	TRAMADOL, CLORIDRATO 100MG/ML GOTAS FRASCO DE 10 ML	FRASCO	GERMED	1.300	R\$16,8199	R\$21.865,87
711	TRAZODONA 150 MG RETARD	COMP	NOVARTIS	27.000	R\$3,3922	R\$91.589,40
720	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 12,5 MG	COMP	EMS	8.500	R\$1,97	R\$16.745,00
721	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 25 MG	COMP	DIVCON	4.200	R\$2,00	R\$8.400,00
722	VALSARTANA +HIDROCLOROTIAZIDA +ANLODIPINO 160+ 25+ 5 MG	COMP	ACHE	6.500	R\$4,1799	R\$27.169,35
725	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 160 MG + 12,5 MG	COMP	ACHE	8.700	R\$1,3439	R\$11.691,93
726	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 160 MG + 25 MG	COMP	ACHE	1.500	R\$1,3439	R\$2.015,85
727	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 80 MG + 12,5 MG	COMP	ACHE	2.500	R\$1,3439	R\$3.359,75
729	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLODIPINO 320MG+10MG	COMP	EMS	1.500	R\$2,76	R\$4.140,00
735	VERAPAMIL, CLORIDRATO 120 MG	COMP	ACHE	6.000	R\$0,7979	R\$4.787,40
746	PREDNISOLONA 5 MG	COMP	EUROFARMA	5.000	R\$0,2341	R\$1.170,50
750	ZOLPIDEM, HEMITARTARATO 6,25 MG	COMP	MEDLEY	10.000	R\$1,52	R\$15.200,00
751	SUCRALFATO 2G/10ML CX C/ 20 FLACONETES	CAIXA	EMS	30	R\$73,0992	R\$2.192,976
752	ACIDO TIOCTICO 600MG HR	COMP	MERCK	6.300	R\$3,7899	R\$23.876,37
753	APIXABANA 5MG	COMP	WYETH	7.200	R\$4,00	R\$28.800,00
754	CIPROFLOXACINO 0,3% GOTAS 5ML	FRASCO	GERMED	100	R\$7,2999	R\$729,99
755	CLORIDRATO DE IVABRADINA 5MG	COMP	SERVIER	300	R\$2,00	R\$600,00
764	LEVETIRACETAM 250MG	COMP	EUROFARMA	1.500	R\$0,9989	R\$1.498,35
770	GLIMEPIRIDA 2MG + METFORMINA 1000MG	COMP	ACHE	1.500	R\$1,1379	R\$1.706,85
777	EMPAGLIFLOZINA 25MG	COMP	BOEHRINGER	34.400	R\$6,0297	R\$207.421,68
779	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADO A SITAGLIPTINA FOSFATO XR 1000MG + 50MG (ÉTICO)	COMP	MERCK	5.500	R\$3,1299	R\$17.214,45
780	APIXABANA 2,5MG	COMP	WYETH	3.900	R\$4,00	R\$15.600,00
785	FENOBARBITAL 40MG/ML FRASCO COM 20ML ÉTICO (GARDENAL)	FRASCO	MEDLEY	650	R\$7,4899	R\$4.868,435
786	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25 MG	COMP	EMS	45.500	R\$0,1413	R\$6.429,15
788	CLORIDRATO DE DONEPEZILA+CLORIDRATO DE MEMANTINA 10+20MG	COMP	ACHE	300	R\$5,00	R\$1.500,00
792	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 100 MCG + FUMARATO DE FORMOTEROL 6MCG PÓ PARA INALAÇÃO, 120 DOSES	FRAS	CHIESI	22	R\$112,4799	R\$2.474,5578
793	FOSFATO DE SITAGLIPTINA 100MG	COMP	SUPERA	5.100	R\$6,9399	R\$35.393,49
795	TELMISARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 80/12,5MG	COMP	EMS	1.000	R\$1,9499	R\$1.949,90
796	BESILATO DE ANLODIPINO + LOSARTANA POTÁSSICA 50/2,5 MG	COMP	ACHE	1.000	R\$1,4499	R\$1.449,90
798	CORDIA VERBENACEA CREME, BISNAGA COM 60G	BISN	ACHE	30	R\$56,9999	R\$1.709,997
801	BACOPA MONNIERI 225MG	COMP	sanofi medley	300	R\$1,4569	R\$437,07
803	CEFACLOR 250MG/ 5ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML	FRAS	EMS	30	R\$70,00	R\$2.100,00
805	OMEPRAMIX (AMOXICILINA + CLARITROMICINA + OMEPRAZOL 20 + 500 + 500MG), COM 07 BLISTERS	CX	ACHE	5	R\$136,9999	R\$684,9995
816	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 300MG XL	COMP	LIBBS	1.000	R\$2,9699	R\$2.969,90
820	FUMARATO DE FORMOTEROL 12MCG, COM 30 CÁPSULAS + INALADOR	FRAS	ACHE	35	R\$40,6718	R\$1.423,513
821	VITALUX PLUS / OMEGA 3, COM 30 COMPRIMIDOS, ÉTICO	COMP	ALCON	7.500	R\$4,0399	R\$30.299,25


**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 27 / 40

**Compras e Contratos**
**Termo Homologação - Termo de Homologação**

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

2216 - ILG COMERCIAL LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
831	SABONETE GLICERINA GRANADO TRADICIONAL 90G, ÉTICO	UNI	GRANADO	50	R\$5,00	R\$250,00
848	ZOPICLONA 7,5	COMP	MEDLEY	1.300	R\$2,2599	R\$2.937,87
850	LAMOTRIGINA 25MG (COMPRIMIDOS DISPERSÍVEIS)	COMP	GSK	5.000	R\$1,4999	R\$7.499,50
857	TARTARATO DE TOLTERODINA 4MG	COMP	PFIZER	1.100	R\$12,9699	R\$14.266,89
859	SUCCINATO DE SOLIFENACINA 6MG + TANSULOSINA 0,4 MG	COMP	ASTELLAS	6.000	R\$4,8449	R\$29.069,40
861	PRAMIPREXOL 1,5 ER	COMP	EUROFARMA	600	R\$3,9799	R\$2.387,94
864	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,02MG DOSE +BROMIDRATO FENOTEROL 0,05MG	UNIDADE	BOEHRINGER	470	R\$13,2296	R\$6.217,912
872	ZUCLOPENTIXOL 200MG/ML	AMP	LUNDBECK	30	R\$64,7399	R\$1.942,197
875	GAMALINE 900 MG CP	CP	HERBARIUM	600	R\$3,4999	R\$2.099,94
877	ETORICOXIBE 90MG	CP	GRUNHENTAL	600	R\$6,8999	R\$4.139,94
880	JANUVIA 50 MG	CP	MERCK	4.100	R\$3,5299	R\$14.472,59
881	ARPADOL 400 MG	CP	APSEN	600	R\$2,1099	R\$1.265,94
885	ALOGLIPTINA 25MG+PIOGLITASONA 30MG	CP	TAKEDA	1.600	R\$4,18	R\$6.688,00
889	CETOCONAZOL 20MG/G+DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 0,5MG/G CREME 30G	BISNAGA	EMS	800	R\$5,6552	R\$4.524,16
890	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINA 3,5MG/ML +DEXAMETASONA 1MG/ML SOL.OFT.5ML	FR	LEGRAND	300	R\$12,4999	R\$3.749,97
894	CLORIDRATO DE OXOMEMAZINA 2MG/5ML +IODETO DE POTÁSSIO 100MG/5ML+BENZOATO DE SÓDIO 20MG/5ML+GUAIFENESINA 30MG/5ML 120ML XAROPE ADULTO E PEDIÁTRICO SEM AÇÚCAR	FR	LEGRAND	410	R\$12,4499	R\$5.104,459
898	DESOGESTREL 25MCG+ETINILESTRADIOL 40MCG (CP AZUL) E DESOGESTREL 125MCG +ETINILESTRADIOL 30MCG (CP BRANCO) C/ 22 CP	CARTELA	SUPERA	80	R\$36,1599	R\$2.892,792
902	DOBESILATO DE CÁLCIO 500MG	CP	APSEN	6.200	R\$1,8699	R\$11.593,38
906	FOSFATO DE CODEÍNA 30MG	CP	CRISTÃ LIA	9.000	R\$1,0298	R\$9.268,20
908	FUROATO DE MOMETASONA 400MCG PÓ INALANTE C/ INALADOR	CX	HYPERMARC/	50	R\$69,8398	R\$3.491,99
910	GESTODENO 0,075MG+ETINILESTRADIOL 0,030MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	CP	ACHE	15.804	R\$0,8099	R\$12.799,6596
911	HEMIFUMARATO DE QUETIANA 50MG XR	CP	EUROFARMA	8.600	R\$2,7899	R\$23.993,14
922	NITRATO DE TIAMINA 100MG+CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 100MG+CIANOCOBALAMINA 5.000MCG	CP	PROCTER	4.300	R\$1,7899	R\$7.696,57
933	SITAGLIPTINA 100MG+METFORMINA 1000MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	CP	MERCK	2.700	R\$6,8749	R\$18.562,23
935	TELMISARTANA 40MG	CP	EMS	3.500	R\$1,828	R\$6.398,00
937	TRAZODONA 50MG	CP	EMS	55.500	R\$0,42	R\$23.310,00
939	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG LIBERAÇÃO ENTÉRICA	CP	sanofi medley	16.000	R\$0,4929	R\$7.886,40
941	TOPIRAMATO 100MG	CP	EMS	13.500	R\$0,303	R\$4.090,50
946	FELDENE SL - PIROXICAM 20 MG (ÉTICO)	CP	WYETH	1.000	R\$5,413	R\$5.413,00
948	BART H - IRBESARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 300/12,5MG (ÉTICO)	CP	MOMENTA	600	R\$2,7587	R\$1.655,22
957	MOMETASONA 400 MCG CP	COMP	HYPERMARC/	900	R\$2,3279	R\$2.095,11
958	SUMATRIPTANA 50 MG	COMP	BIOLAB	600	R\$5,4999	R\$3.299,94
967	VALSARTANA + HCTZ 160/25 MG	CP	ACHE	3.000	R\$1,3439	R\$4.031,70
968	VALSARTANA + HCTZ 80/12,5 MG	CP	ACHE	3.000	R\$1,3439	R\$4.031,70
972	NITAZOXANIDA 20 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL 45 ML	FRASCO	EUROFARMA	370	R\$11,4999	R\$4.254,963
975	PURAVIT MULTI (SUPLEMENTO VITAMINICO E MINERAL) 120 ML	FRASCO	MYRALIS	300	R\$41,8499	R\$12.554,97
981	VITERGAN ZINCO PL	COMP	MARJAN	1.800	R\$2,337	R\$4.206,60
982	Dietilestilbestrol 1mg	CP	APSEN	3.300	R\$0,7699	R\$2.540,67
986	PIVASTATINA CÁLCICA 2 mg	CP	EUROFARMA	600	R\$1,4499	R\$869,94

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 28 / 40

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número

- Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

2216 - ILG COMERCIAL LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
987	MACROGOL, MACROGOL 3350, BICARBONATO DE SÓDIO, CLORETOS DE SÓDIO E POTÁSSIO, 13,125 G + 177,5 MG + 46,6 MG + 350,7 MG, PÓ PARA PREPARAÇÃO EXTEMPORÂNEA SACHÊ 14G	SACHE	MOMENTA	2.300	R\$1,6289	R\$3.746,47



# **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 29 / 40

Compras e Contratos

## **Termo Homologação - Termo de Homologação**

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

2216 - ILG COMERCIAL LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
989	PRAMIPEXOL 1,5MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMP	EUROFARMA	1.500	R\$3,9399	R\$5.909,85
991	CANDESARTAN 8MG	CP	LIBBS	2.000	R\$1,7189	R\$3.437,80
993	FUMARATO DE FORMOTEROL DI-HIDRATADO 12MCG + BUDESONIDA 400 MCG CÁPSULAS DE INALAÇÃO ÚNICA REFIL	CAPSULA	ACHE	18.015	R\$1,3899	R\$25.039,0485
997	ESTRADIOL GEL 0,5 MG EM EMBALAGEM COM 28 SACHÊS DE 0,5 G DOSE ÚNICA.	SACHE	SCHERING	600	R\$1,1159	R\$669,54
999	ESZOPICLONA 2MG	CP	EUROFARMA	500	R\$2,72	R\$1.360,00
1001	DICLORIDRATO DE PRAMIPEXOL 0,750 MG	COMP	EUROFARMA	500	R\$2,00	R\$1.000,00
1002	ASPARTATO DE ORNITINA 0,6GR, GRANULADO DE 3GR	SACHE	BIOLAB	500	R\$8,85	R\$4.425,00
1003	ESCITALOPRAM 15 MG	CP	EMS	500	R\$0,3999	R\$199,95
1004	SELEGILINA 5 MG	CP	CHIESI	500	R\$1,5571	R\$778,55
1008	VORTIOXETINA 10 MG	CP	LUNDBECK	1.000	R\$6,95	R\$6.950,00
1014	EDOXABANA 60 MG (LIXIANA )	CP	DAIICHI	1.000	R\$7,1249	R\$7.124,90
1015	NITAZOXANIDA 500 MG	COMP	ALTHAIA	3.000	R\$4,3999	R\$13.199,70
1016	CETOPROFENO 20MG/ML, GOTAS, COM 20ML	FRAS	TEUTO	500	R\$3,00	R\$1.500,00
					Total do Fornecedor: R\$2.526.852,996	

2259 - MEDILAR IMP. DISTR. PROD. MEDICO HOSPITALARES S/A						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
25	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 10 ML	FRASCO	GEOLAB	6.650	R\$0,86	R\$5.719,00
53	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO 80 MG + 11,5 MG PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 75 ML	FRASCO	SANDOZ	1.750	R\$11,00	R\$19.250,00
54	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 50 MG + 12,5 MG/ML SUSPENSÃO FRASCO 100 ML	FRASCO	SANDOZ	4.900	R\$11,50	R\$56.350,00
60	ANLODIPINO, BESILATO 10 MG	COMP	GEOLAB	61.000	R\$0,0646	R\$3.940,60
173	CINARIZINA 75 MG	COMP	RANBAXY	24.000	R\$0,1038	R\$2.491,20
179	CITALOPRAM 20 MG	COMP	RANBAXY	371.000	R\$0,13	R\$48.230,00
180	CLARITROMICINA 500 MG	COMP	ABBOTT	10.500	R\$2,35	R\$24.675,00
196	CLORETO DE SÓDIO 0,9% ESTÉRIL, NÃO INJETÁVEL, FRASCO DE 100 ML	FRASCO	FARMARIN	1.500	R\$2,10	R\$3.150,00
215	COLAGENASE 0,6U/G SEM CLORANFENICOL 30G POMADA	BISNAGA	ABBOTT	300	R\$14,00	R\$4.200,00
216	COLCHICINA 0,5 MG	COMP	APSEN	8.300	R\$0,34	R\$2.822,00
217	COLCHICINA 1 MG	COMP	APSEN	4.500	R\$1,72	R\$7.740,00
234	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 2 MG COMPRIMIDO	COMP	GEOLAB	79.000	R\$0,0579	R\$4.574,10
236	DIAZEPAM 10 MG	COMP	NEOQUIMICA	151.500	R\$0,07	R\$10.605,00
237	DIAZEPAM 5 MG	COMP	NEOQUIMICA	27.000	R\$0,06	R\$1.620,00
260	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	COMP	GREEN PHARMA	270.000	R\$0,1315	R\$35.505,00
269	DIVALPROATO DE SÓDIO ER 500 MG	COMP	ABBOTT	15.500	R\$1,08	R\$16.740,00
274	DOXAZOSINA MESILATO 4 MG	COMP	SANDOZ	112.000	R\$0,22	R\$24.640,00
318	EXTRATO DE PLANTAS, GARRA-DO-DIABO 400 MG (HARPAGOPHYTOM PROCUMBENS)	COMP	APSEN	3.100	R\$1,8613	R\$5.770,03
337	FENOFIBRATO 200 MG	COMP	ABBOTT	10.000	R\$0,65	R\$6.500,00
345	FLUCONAZOL 150 MG	CAPSULA	Medquimica	23.200	R\$0,315	R\$7.308,00
398	INDAPAMIDA SR 1,5 MG	COMP	GEOLAB	8.500	R\$0,15	R\$1.275,00
518	NIFEDIPINO 20 MG	COMP	GEOLAB	45.600	R\$0,055	R\$2.508,00
519	NIFEDIPINO 20 MG RETARD	COMP	Medquimica	9.000	R\$0,1219	R\$1.097,10
536	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 25 MG	CAPSULA	RANBAXY	31.600	R\$0,257	R\$8.121,20
538	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 75 MG	CAPSULA	RANBAXY	2.500	R\$0,75	R\$1.875,00
552	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	COMP	RANBAXY	26.600	R\$0,67	R\$17.822,00
554	OXCARBAMAZEPINA 600 MG	COMP	RANBAXY	22.500	R\$1,30	R\$29.250,00
594	PRIMIDONA 100 MG	COMP	APSEN	5.800	R\$0,3332	R\$1.932,56


**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 30 / 40

Compras e Contratos

**Termo Homologação - Termo de Homologação**

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

2259 - MEDILAR IMP. DISTR. PROD. MEDICO HOSPITALARES S/A						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
599	PROPILOTIURACIL 100 MG	COMP	BIOLAB	5.400	R\$0,5873	R\$3.171,42
642	SINVASTATINA 10 MG	COMP	SANDOZ	18.000	R\$0,059	R\$1.062,00
643	SINVASTATINA 20 MG	COMP	SANDOZ	430.000	R\$0,0549	R\$23.607,00
644	SINVASTATINA 40 MG	COMP	SANDOZ	310.000	R\$0,1199	R\$37.169,00
660	SULFADIAZINA DE PRATA 1% BISNAGA 50 GRAMAS	BISNAGA	NATIVITA	3.050	R\$4,50	R\$13.725,00
668	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II	COMP	VITAMED	139.500	R\$0,0332	R\$4.631,40
675	TEOFILINA 100 MG	COMP	ABBOTT	5.000	R\$0,4493	R\$2.246,50
676	TEOFILINA 200 MG	COMP	ABBOTT	4.600	R\$0,712	R\$3.275,20
682	TIAMAZOL 10 MG	COMP	BIOLAB	15.500	R\$0,4002	R\$6.203,10
683	TIAMAZOL 5 MG	COMP	BIOLAB	11.500	R\$0,2019	R\$2.321,85
710	TRAZODONA 100 MG	COMP	APSEN	9.500	R\$0,80	R\$7.600,00
716	VALPROATO DE SÓDIO/ACIDO VALPROICO 250 MG	COMP	ABBOTT	54.000	R\$0,18	R\$9.720,00
718	VALPROATO DE SÓDIO/ACIDO VALPROICO 500 MG	COMP	ABBOTT	59.000	R\$0,47	R\$27.730,00
719	VALPROATO DE SÓDIO/ACIDO VALPROICO CR 500 MG	COMP	ABBOTT	26.000	R\$0,50	R\$13.000,00
773	RABEPRAZOL SÓDICO 20MG	COMP	SANDOZ	800	R\$3,75	R\$3.000,00
812	STRYPHODENDRON ADSTRINGENS ( MART ) COVILLE EXTRATO SECO 50%, 60MG/G, FRASCO DE 50G (FITOSTAR)	FRAS	APSEN	5	R\$132,4208	R\$662,104
819	CITRATO DE POTÁSSIO 10MEQ 1080MG, FRASCO COM 60 COMPRIMIDOS REVESTIDOS RETAL	COMP	APSEN	1.600	R\$0,811	R\$1.297,60
825	DEPAKOTE / DIVALPROATO DE SÓDIO 500MG, ÉTICO	COMP	ABBOTT	5.000	R\$2,5343	R\$12.671,50
847	TRIEXIFENIDIL 5MG	COMP	APSEN	5.300	R\$0,2213	R\$1.172,89
851	PREBICTAL 50MG (PREGABALINA)	COMP	APSEN	8.000	R\$1,55	R\$12.400,00
860	DIVALPROATO DE SÓDIO ER 250MG	COMP	ABBOTT	6.500	R\$0,60	R\$3.900,00
862	TANSULOSINA 0,4MG, COMP	COMP	GEOLAB	300	R\$0,95	R\$285,00
900	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 8MG	CP	APSEN	9.000	R\$0,2498	R\$2.248,20
966	ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG CPS	CP	ABBOTT	16.000	R\$0,18	R\$2.880,00
996	DIDROGESTERONA 10 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMP	ABBOTT	600	R\$1,6092	R\$965,52
					Total do Fornecedor:	R\$552.656,074

2291 - METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
198	CLORETO DE SÓDIO 10% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	AMPOLA	Equiplex/ EQUIPLEX INDÚSTRIA FARMACÉUTICA	300	R\$0,30	R\$90,00
1010	REPELENTE CORPORAL EM SPRAY DE LONGA DURAÇÃO 200 ML	FRASCO	Nutriex/ NUTRIEX INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS	400	R\$9,00	R\$3.600,00
					Total do Fornecedor:	R\$3.690,00

2321 - BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
17	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	COMP	HIPOLABOR	136.500	R\$0,0344	R\$4.695,60
50	AMOXICILINA 500 MG	COMP	PRATIDONAD	144.000	R\$0,189	R\$27.216,00
247	DIGOXINA 0,25 MG	COMP	PHARLAB	91.000	R\$0,0739	R\$6.724,90
288	EPINEFRINA 1MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	AMPOLA	HIPOLABOR	700	R\$1,66	R\$1.162,00
295	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 10MG + 250 MG COMPRIMIDOS	COMP	PHARLAB	126.000	R\$0,35	R\$44.100,00
311	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 50 GRAMAS	BISNAGA	SANVAL	850	R\$15,50	R\$13.175,00
402	IPRATROPIO BROMETO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO FR 20 ML	FRASCO	HIPOLABOR	3.050	R\$0,79	R\$2.409,50
461	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	COMP	PRATIDONAD	632.000	R\$0,0849	R\$53.656,80
470	MELOXICAM 15 MG	COMP	PHARLAB	161.000	R\$0,087	R\$14.007,00
483	METILDOPA 250 MG	COMP	SANVAL	52.000	R\$0,3699	R\$19.234,80

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 31 / 40

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número

- Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

2321 - BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
488	METOCLOPRAMIDA 10 MG	COMP	BELFAR	66.000	R\$0,0949	R\$6.263,40
588	PREDNISOLONA SOL ORAL 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	FRASCO	HIPOLABOR	6.250	R\$7,47	R\$46.687,50
620	RIVAROXABANA 20 MG	COMP	BAYER	26.400	R\$6,94	R\$183.216,00



# **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 32 / 40

Compras e Contratos

## **Termo Homologação - Termo de Homologação**

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

2321 - BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
637	SECNIDAZOL 1000 MG	COMP	PHARLAB	10.700	R\$0,61	R\$6.527,00
648	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 1000 ML SISTEMA FECHADO	FRASCO	FRESENIUS	5.100	R\$4,35	R\$22.185,00
650	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250 ML SISTEMA FECHADO	FRASCO	FRESENIUS	11.500	R\$2,00	R\$23.000,00
651	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	FRASCO	FRESENIUS	11.150	R\$2,45	R\$27.317,50
652	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250ML SISTEMA FECHADO	FRASCO	FRESENIUS	5.000	R\$2,60	R\$13.000,00
653	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	FRASCO	FRESENIUS	5.000	R\$2,85	R\$14.250,00
654	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% 1000 ML SISTEMA FECHADO	FRASCO	FRESENIUS	1.000	R\$4,60	R\$4.600,00
655	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% 250 ML SISTEMA FECHADO	FRASCO	FRESENIUS	1.000	R\$2,25	R\$2.250,00
656	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% 500 ML SISTEMA FECHADO	FRASCO	FRESENIUS	1.000	R\$2,80	R\$2.800,00
680	TETRACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA A FENILEFRINA, 1% + 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 10 ML	FRASCO	ALLERGAN	200	R\$8,00	R\$1.600,00
774	RIVAROXABANA 10MG	COMP	BAYER	11.000	R\$6,90	R\$75.900,00
Total do Fornecedor:					R\$615.978,00	

2356 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
96	BIPERIDENO 2 MG	COMP	CRISTÃ LIA	70.500	R\$0,188	R\$13.254,00
204	CLOPRIMAZINA 25 MG	COMP	CRISTÃ LIA	31.500	R\$0,204	R\$6.426,00
213	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA 30G	BISNAGA	CRISTÃ LIA	1.150	R\$13,98	R\$16.077,00
275	DOXICICLINA 100 MG	COMP	PHARLAB	8.400	R\$0,25	R\$2.100,00
383	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	COMP	PHARLAB	232.000	R\$0,057	R\$13.224,00
453	LOÇÃO OLEOSA A BASE DE A. G. E. ( ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS) FRASCO 100 ML	FRASCO	AGE HOSPITALAR	1.050	R\$1,89	R\$1.984,50
508	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z	COMP	BIONATUS	53.500	R\$0,06	R\$3.210,00
596	PROMETAZINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	AMPOLA	SANVAL/ HIPOLABO	7.000	R\$1,725	R\$12.075,00
613	RETINOL ASSOCIADO COM AMINOACIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL, 10.000 UI + 25 MG + 5 MG + 5 MG/G, POMADA OFTÁLMICA BISNAGA 3,5 G	BISNAGA	CRISTALIA/ LATIN	320	R\$9,95	R\$3.184,00
704	TRAMADOL 100 MG	COMP	CRISTÃ LIA	16.500	R\$3,45	R\$56.925,00
743	ACIDO VALPROICO 250MG/5ML FRASCO 100 ML	FRASCO	HIPOLABO	1.150	R\$3,66	R\$4.209,00
809	TRAMADOL 100MG RETARD	COMP	CRISTÃ LIA	8.000	R\$3,45	R\$27.600,00
817	ÓLEO DE GIRASSOL PARA FINS MEDICINAIS FRASCO COM 100ML	FRAS	AGE HOSPITALAR	250	R\$1,8212	R\$455,30
916	LIDOCAÍNA 2% 20MG/ML C/VASO CONSTRITOR SOLUÇÃO INJ.	FR	HYPOFARMA	825	R\$2,6962	R\$2.224,365
Total do Fornecedor:					R\$162.948,165	

2496 - F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
33	ALPRAZOLAM 1 MG XR COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	PFIZER	10.200	R\$2,74	R\$27.948,00
165	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM PIRIDOXINA E TIAMINA, 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS.	CAIXA	MERCK	660	R\$3,40	R\$2.244,00
187	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	FRASCO	HIPOLABO	8.500	R\$1,695	R\$14.407,50
220	DEFLAZACORTE 6 MG	COMP	EMS	1.000	R\$1,2125	R\$1.212,50
245	DICLOFENACO, SAL RESINATO, 15 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	FRASCO	CIMED	3.050	R\$2,35	R\$7.167,50

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 33 / 40

Compras e Contratos

**Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
- Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

2496 - F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
252	DIMENIDRINATO 100 MG BLISTER FRACIONAVEL	COMP	TAKEDA	19.000	R\$1,50	R\$28.500,00
343	FINASTERIDA 5 MG	COMP	NOVAQUIMIC	120.000	R\$0,37	R\$44.400,00
350	FLUOXETINA 20 MG/ML FRASCO COM 20 ML GOTAS	FRASCO	GERMED	1.050	R\$37,565	R\$39.443,25
354	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 200 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	FRASCO	ACHE	25	R\$80,00	R\$2.000,00
401	INSULINA LISPRO 100 UI	FRASCO	ELI LILLY	120	R\$125,30	R\$15.036,00
403	IPRATROPIO, BROMETO + SULFATO DE SALBUTAMOL 20/120MCG/DOSE	FRASCO	CHIESI	100	R\$50,00	R\$5.000,00
425	LEVOFLOXACINO 500 MG BLISTER FRACIONAVEL	COMP	CIMED	31.000	R\$0,70	R\$21.700,00
480	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 1000 MG + 50 MG	COMP	NOVARTIS	10.000	R\$2,50	R\$25.000,00
481	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 500 MG + 50 MG	COMP	NOVARTIS	3.000	R\$2,50	R\$7.500,00
484	METILDOPA 500 MG	COMP	EMS	70.000	R\$0,84	R\$58.800,00
529	NITROFURANTOÍNA 100 MG FRACIONAVEL	CAPSULA	TEUTO	40.000	R\$0,25	R\$10.000,00


**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 34 / 40

Compras e Contratos

**Termo Homologação - Termo de Homologação**

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

2496 - F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
564	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM DICLOFENACO, CARISOPRODOL E CAFEÍNA, 300MG +50MG + 125MG+ 30MG	COMP	GEOLAB	122.000	R\$0,12	R\$14.640,00
578	PIROXICAM 20MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	AMPOLA	WYETH	200	R\$18,00	R\$3.600,00
736	VIDAGLIPTINA 50 MG	COMP	NOVARTIS	4.000	R\$2,60	R\$10.400,00
829	FISIOGEL LOÇÃO HIPOALERGÊNICO HIDRATANTE DE PELE COM 240ML, ÉTICO	FRAS	MEGALABS	160	R\$100,00	R\$16.000,00
901	DIPIRONA 500MG+CLOR PROMETAZINA 5MG +CLOR ADIFENINA 10MG 20ML	FR	LEGRAND	230	R\$6,00	R\$1.380,00
913	IBUPROFENO 100MG/ML 20ML	FR	GERMED	5.400	R\$2,066	R\$11.156,40
945	DEXTROVITASE 2 MG DE 5 FOSFATO SÓDICO DE RIBOFLAVINA+10MG DE CLORIDRATO DE PIRIDOXINA+500 MG DE ÁCIDO ASCÓRBICO+5MG DE PANTOTENATO DE SÓDIO E 1 G DE GLICOSE - AMPOLA 10 ML	AMP	CRISTÃ LIA	700	R\$8,15	R\$5.705,00
1005	BUPROPIONA XL 150 MG	CP	EMS	500	R\$2,00	R\$1.000,00
Total do Fornecedor:						R\$374.240,15

2593 - FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
29	ALOPURINOL 300 MG	COMP	PRATIDONAD	50.000	R\$0,2019	R\$10.095,00
57	AMPICILINA 500 MG	CAPSULA	PRATIDONAD	20.500	R\$0,3689	R\$7.562,45
524	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 30 ML	FRASCO	PRATIDONAD	450	R\$2,9996	R\$1.349,82
525	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	FRASCO	PRATIDONAD	3.400	R\$3,899	R\$13.256,60
920	MIRTAZAPINA 45MG	CP	PRATIDONAD	6.500	R\$0,9997	R\$6.498,05
Total do Fornecedor:						R\$38.761,92

6351 - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
42	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLAS DE 10 ML	AMPOLA	FARMACE	1.050	R\$1,2879	R\$1.352,295
201	CLORETO DE SÓDIO, ASSOCIADO COM CLORETO DE BENZALCÔNIO, 0,9% + 0,01%, SOLUÇÃO NASAL PEDIÁTRICO FRASCO 30 ML	FRASCO	FARMACE	250	R\$0,8799	R\$219,975
221	DELTAMETRINA 20 MG FRASCO COM 100 ML LOÇÃO	FRASCO	IFAL	1.350	R\$3,77	R\$5.089,50
246	DIGOXINA 0,05 MG/ML ELIXIR FRASCO 60 ML	FRASCO	PRATI	50	R\$10,4299	R\$521,495
324	EXTRATO SECO DE MELILOTUS OFFICINALIS ..... 26,7MG	COMP	ARESE	100	R\$2,00	R\$200,00
464	LUTEINA 3,0 MG + ZEAXANTINA 0,25 MG + VITAMINA C, E, SELENIO E ZINCO	COMP	LEGRAND	14.000	R\$2,3499	R\$32.898,60
511	NAFAZOLINA, CLORIDRATO DE 0,5MG SOLUÇÃO NASAL 30ML	FRASCO	Medquímica	50	R\$2,6399	R\$131,995
896	COLECALCIFEROL 5.600 UI/ML (1GOTA = 200UI VIT D) SOL. ORAL 20ML	FR	ARTE NATIVA	930	R\$7,18	R\$6.677,40
965	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 60 MG/ML 100 ML	FRASCO	HIPOLABOR	600	R\$1,94	R\$1.164,00
995	FERRIPOLIMALTOS 50 MG/ ML FRASCO COM 30 ML (COM SABOR)	FRASCO	ARTE NATIVA	400	R\$9,77	R\$3.908,00
Total do Fornecedor:						R\$52.163,26

6378 - STOCK MED PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
120	CÁLCIO CITRATO MALATO 250 MG + VITAMINA D3 2,5 MCG	COMP	brasterapica	15.000	R\$1,09	R\$16.350,00
Total do Fornecedor:						R\$16.350,00

6394 - RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
7	ACICLOVIR 200 MG FRACIONÁVEL	COMP	SANDOZ	51.000	R\$0,239	R\$12.189,00
21	ACIDO MEFENÂMICO 500 MG	COMP	medlley	3.300	R\$0,235	R\$775,50
71	ATENOLOL 25 MG	COMP	SANDOZ	230.000	R\$0,027	R\$6.210,00
72	ATENOLOL 50 MG	COMP	SANDOZ	279.000	R\$0,058	R\$16.182,00

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 35 / 40

Compras e Contratos

**Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

6394 - RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
114	BUDESONIDA AEROSOL NASAL , 64 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	FRASCO	EMS	110	R\$15,00	R\$1.650,00
115	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 32 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	FRASCO	EMS	1.250	R\$7,54	R\$9.425,00
144	CARVEDILOL 12,5 MG	COMP	nova quimica marcas	154.000	R\$0,1275	R\$19.635,00
145	CARVEDILOL 25 MG	COMP	nova quimica marcas	160.000	R\$0,165	R\$26.400,00
175	CIPROFIBRATO 100 MG	COMP	NEOQUIMICA	112.000	R\$0,275	R\$30.800,00
184	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 75 MG	COMP	SANDOZ	7.500	R\$0,959	R\$7.192,50
192	CLOPIDOGREL 75 MG	COMP	nova quimica marcas	95.000	R\$0,275	R\$26.125,00
223	DESOGESTREL 75 MCG CART COM 28 COMPR	CARTELA	NOVAQUIMICA	24.850	R\$0,35	R\$8.697,50
248	DILTIAZEM CLORIDRATO, 30 MG	COMP	EMS	14.000	R\$0,245	R\$3.430,00
298	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 10MG/ML FRASCO COM 20 ML GTS	FRASCO	HIPOLABOR	1.550	R\$7,20	R\$11.160,00
361	GABAPENTINA 600 MG	CAPSULA	EMS	5.000	R\$1,59	R\$7.950,00
394	IBUPROFENO 600 MG	COMP	multilab marcas	220.000	R\$0,162	R\$35.640,00
418	LEVOCETIRIZINA, SAL DIPROPIONATO, 5 MG	COMP	NEOQUIMICA	3.000	R\$1,47	R\$4.410,00



# **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 36 / 40

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número

- Minuta - Licitação: 3 códigoCliente: 16703 anoMinuta: 2020 cotaCredenciamento: 0

6394 - RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
463	LOSARTANA POTÁSSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG + 12,5 MG	COMP	SANDOZ	44.000	R\$0,165	R\$7.260,00	
465	MANIDIPINO, DICLORIDRATO 10 MG	COMP	PHARLAB	3.360	R\$3,00	R\$10.080,00	
498	METRONIDAZOL 400 MG FRACIONAVEL	COMP	multilab marcas	21.500	R\$0,35	R\$7.525,00	
640	SIMETICONA 40 MG	COMP	multilab marcas	40.000	R\$0,082	R\$3.280,00	
723	VALSARTANA 160 MG	COMP	EMS	75.000	R\$1,00	R\$75.000,00	
724	VALSARTANA 80 MG	COMP	EMS	15.000	R\$0,85	R\$12.750,00	
728	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLODIPINO 160MG+5MG	COMP	SANDOZ	2.500	R\$1,20	R\$3.000,00	
789	HIDROXICLOROQUINA 400MG	COMP	EMS	17.400	R\$2,00	R\$34.800,00	
870	ORLISTATE 120MG	COMP	EMS	3.100	R\$1,39	R\$4.309,00	
994	ÁCIDO ASCORBICO+ ZINCO 1G+ 10 MG COMPRIMIDOS EFERVESCENTES	CAPSULA	maxinutri	2.000	R\$0,80	R\$1.600,00	
Total do Fornecedor:						R\$387.475,50	

6416 - VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
214	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA 50G	BISNAGA	Kollagenase C/cloranf/ Cristalia	650	R\$80,00	R\$52.000,00	
342	FIBRINOLISINA + DESOXIRRIBONUCLEASE E CLORAFENICOL 1U+666U+1% COM 30G	BISNAGA	Fibrinase/ Cristalia	300	R\$52,99	R\$15.897,00	
501	MIDAZOLAM 1 MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	AMPOLA	Dormire / Cristalia	500	R\$5,09	R\$2.545,00	
504	MORFINA 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	AMPOLA	Dimorf/ Cristalia	550	R\$10,00	R\$5.500,00	
505	MORFINA 10 MG	COMP	Dimorf/ Cristalia	1.500	R\$0,98	R\$1.470,00	
507	MORFINA 30 MG	COMP	Dimorf/ Cristalia	1.200	R\$1,96	R\$2.352,00	
826	ENOXAPARINA SÓDICA 60MG/0,6 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, COM DUAS SERINGAS	CX	Heparinox/ Cristalia	203	R\$38,99	R\$7.914,97	
Total do Fornecedor:						R\$87.678,97	

6440 - ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
41	AMINOFILINA 100 MG	COMP	HIPOLABOR	39.300	R\$0,067	R\$2.633,10	
56	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 875 MG + 125 MG	COMP	GERMED	47.000	R\$1,179	R\$55.413,00	
81	BACLOFENO 10 MG	COMP	TEUTO	37.500	R\$0,194	R\$7.275,00	
233	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA À BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	FRASCO	CIMED	5.750	R\$3,1999	R\$18.399,425	
244	DICLOFENACO, SAL DIETILAMONIO, 11,6 MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTÁSSICO, GEL BISNAGA 60 G	TUBO	CIMED	5.550	R\$3,0677	R\$17.025,735	
319	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 120 MG	CAPSULA	PRATI	14.000	R\$0,5499	R\$7.698,60	
347	FLUOCINOLONA 0,275MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 11.000UI/ML + SULFATO DE NEOMICINA 3,85MG/ML + CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRASCO 5ML GTS	FRASCO	ELOFAR	1.950	R\$2,55	R\$4.972,50	
362	GEL LUBRIFICANTE ÍNTIMO SACHE 5G	SACHE	rilex	8.000	R\$0,4996	R\$3.996,80	
390	HIDROXIZINA, DICLORIDRATO 25 MG	COMP	LEGRAND	3.000	R\$0,381	R\$1.143,00	
429	LEVONOGESTREL 0,75 MCG	COMP	CIMED	200	R\$1,00	R\$200,00	
506	MORFINA 10 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	AMPOLA	HIPOLABOR	500	R\$3,00	R\$1.500,00	
672	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,2% + MALEATO DE TIMOLOL 0,5% COLÍRIO FRASCO DE 5 ML	FRASCO	HYPERMARC/	150	R\$70,00	R\$10.500,00	
681	TETRACICLINA 500 MG	COMP	Medquímica	5.000	R\$0,2868	R\$1.434,00	
929	PARACETAMOL 400MG+MALEATO DE CLORFENIRAMINA 4MG+CLORIDRATO DE FENILEFRINA 4MG	CP	PHARMACIEN	3.500	R\$0,202	R\$707,00	

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 37 / 40

Compras e Contratos

**Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

6440 - ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA						
						Total do Fornecedor: R\$132.898,16
6467 - WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
86	BENZILPENICILINA BENZATINA 400000 UI PÓ PARA SUSPENÇÃO INJ	AMPOLA	penkaron/blau	200	R\$10,00	R\$2.000,00
140	CARBONATO DE LITIO 300 MG	COMP	generico/biolab	170.000	R\$0,3698	R\$62.866,00
258	DIPIRONA + CAFEINA + MUCATO DE ISOMETEPTNO 300 MG + 30 MG + 30 MG	COMP	SEDAMED/CIMED	96.000	R\$0,22	R\$21.120,00
267	DIVALPROATO DE SÓDIO 250 MG	COMP	GENERICO/ZYDUS	23.000	R\$0,45	R\$10.350,00
268	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG	COMP	GENERICO/ZYDUS	27.900	R\$0,65	R\$18.135,00
309	ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ENANTATO 5 MG + 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	AMPOLA	noregyna/mabra	2.380	R\$14,00	R\$33.320,00
323	EXTRATO DE PLANTAS, VALERIANA OFFICINALIS 50 MG	COMP	valyanne/geolab	100.100	R\$0,17	R\$17.017,00
349	FLUOXETINA 20 MG	CAPSULA	GENERICO/VITAMEDIC	513.000	R\$0,059	R\$30.267,00
366	GLIBENCLAMIDA 5 MG	COMP	GLICONIL/MEDQUIMICA	235.000	R\$0,02	R\$4.700,00
410	ITRACONAZOL 100 MG	CAPSULA	TRAXONOL/GEOLAB	8.500	R\$0,7199	R\$6.119,15



# **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 38 / 40

Compras e Contratos

## **Termo Homologação - Termo de Homologação**

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 códigoCliente: 16703 anoMinuta: 2020 cotaCredenciamento: 0

6467 - WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
535	NORFLOXACINO 400 MG	COMP	generico/globo	25.700	R\$0,35	R\$8.995,00
551	ONDANSETRONA, CLORIDRATO 4 MG	COMP	generico/blau	15.500	R\$1,238	R\$19.189,00
703	TOPIRAMATO 50 MG	COMP	GENERICO/EMS	106.000	R\$0,1599	R\$16.949,40
741	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, FRASCO 100ML	FRASCO	complexo b medquimica	1.200	R\$2,55	R\$3.060,00
853	TANSULOSINA 0,4MG	COMP	generico/geolab	10.500	R\$0,9363	R\$9.831,15
					Total do Fornecedor:	R\$263.918,70
6483 - AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
942	DEPAKENE 500 MG (ETICO)	CP	ABBOTT	13.000	R\$0,50	R\$6.500,00
					Total do Fornecedor:	R\$6.500,00
6513 - DIMASTER COMÉRCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
178	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO, 500 MG	COMP	PRATI	90.000	R\$0,199	R\$17.910,00
477	METFORMINA, CLORIDRATO 750 MG AÇÃO PROLONGADA	COMP	PRATI	15.000	R\$0,394	R\$5.910,00
600	PROPRANOLOL, CLORIDRATO, 40 MG	COMP	OSORIO DE MORAES	125.000	R\$0,033	R\$4.125,00
669	SULFATO FERROSO 5MG/ML XAROPE FRASCO DE 60 ML	FRASCO	NATULAB	700	R\$2,34	R\$1.638,00
					Total do Fornecedor:	R\$29.583,00
6521 - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	BORATO DE 8-HIDROXIQUINOLINA + TRIETANOLAMINA - SOLUÇÃO OTOLÓGICA (CERUMIN®)	FRASCO	NOVARTIS	1.900	R\$10,23	R\$19.437,00
55	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 500+125 MG	COMP	GLAXOSMITH	61.000	R\$0,873	R\$53.253,00
59	ANLÓDIPINO BESILATO, ASSOCIADO À BENAZEPRILA CLORIDRATO, 5 MG + 10 MG	COMP	BIOLAB	2.000	R\$2,00	R\$4.000,00
132	CARBAMAZEPINA CR 400 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMP	NOVARTIS	7.000	R\$1,94	R\$13.580,00
282	DUTASTERIDA 0,5 MG + TANSULOSINA 0,4 MG	COMP	GLAXOSMITH	28.000	R\$2,78	R\$77.840,00
381	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 50 MG	COMP	NOVARTIS	13.000	R\$0,34	R\$4.420,00
486	METILFENIDATO, CLORIDRATO 10 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	CAPSULA	NOVARTIS	2.500	R\$2,586	R\$6.465,00
487	METILFENIDATO, CLORIDRATO 20 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	CAPSULA	NOVARTIS	2.000	R\$6,893	R\$13.786,00
629	SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE AEROSOL ORAL FRASCO COM 200 DOSES	FRASCO	GLAXOSMITH	4.200	R\$7,47	R\$31.374,00
631	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 100 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	FRASCO	GLAXOSMITH	130	R\$82,479	R\$10.722,27
632	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 250 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	FRASCO	GLAXOSMITH	900	R\$98,2585	R\$88.432,65
633	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 500 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	FRASCO	GLAXOSMITH	740	R\$159,657	R\$118.146,18
634	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25 MCG + 250 MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	FRASCO	GLAXOSMITH	600	R\$159,657	R\$95.794,20
636	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG/50MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	FRASCO	GLAXOSMITH	50	R\$82,479	R\$4.123,95
717	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VAPROICO 300 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	TORRENT	8.600	R\$0,90	R\$7.740,00
732	VENLAFAXINA 150 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMP	TORRENT	137.000	R\$0,9879	R\$135.342,30
733	VENLAFAXINA 75 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMP	TORRENT	148.200	R\$0,546	R\$80.917,20


**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 39 / 40

Compras e Contratos

**Termo Homologação - Termo de Homologação**

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número  
 - Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

6521 - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
744	INDACATEROL, MALEATO 300MCG PO CX C/ 30 CAPSULAS + INALADOR	CAIXA	NOVARTIS	10	R\$95,94	R\$959,40
806	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20MG	COMP	SANKYO	4.500	R\$1,30	R\$5.850,00
810	PIRIDOSTIGMINA 60MG	COMP	CELLERA	500	R\$0,33	R\$165,00
822	ONBRIZE / MALEATO DE INDACATEROL 300MCG COM 30 CÁPSULAS + INALADOR, ÉTICO	CX	NOVARTIS	12	R\$94,98	R\$1.139,76
843	LEVODOPA 150+ CARBIDOPA 37,5 ENTACAPONA 200MG	COMP	NOVARTIS	1.900	R\$6,414	R\$12.186,60
845	TORVAL CR 300	COMP	TORRENT	8.900	R\$0,90	R\$8.010,00
846	TORVAL CR 500	COMP	TORRENT	18.900	R\$1,50	R\$28.350,00
849	LAMOTRIGINA 50MG (COMPRIMIDOS DISPERSÍVEIS)	COMP	GLAXOSMITH	5.000	R\$2,00	R\$10.000,00
925	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20MG+ANLODIPINO 5MG	CP	SANKYO	3.000	R\$1,50	R\$4.500,00
926	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG+ANLODIPINO 10MG	CP	SANKYO	2.500	R\$1,70	R\$4.250,00
927	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG+ANLODIPINO 5MG	CP	SANKYO	2.000	R\$1,70	R\$3.400,00
949	TRILEPTAL- OXCARBAZEPINA 300 MG (ÉTICO)	CP	NOVARTIS	5.000	R\$2,00	R\$10.000,00
950	EXELON PATCH 10 - HEMITARTARATO DE RIVASTIGMINA - ADESIVO	UNIDADE	NOVARTIS	50	R\$13,36	R\$668,00
956	BECLOMETASONA 50 MG FRASCO	FRASCO	GLAXOSMITH	50	R\$17,00	R\$850,00

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 40 / 40

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número

- Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 16703 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

6521 - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
978	Brometo de umeclidínio	UNIDADE	GLAXOSMITH	40	R\$129,41	R\$5.176,40
990	GLICOPIRONIO 50MG C/30 CAPSULAS INALADORAS	CAIXA	NOVARTIS	1.250	R\$159,00	R\$198.750,00
992	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75 MG CÁPSULAS DURAS DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	CAPSULA	TORRENT	26.500	R\$0,537	R\$14.230,50
998	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150 MG CÁPSULAS DURAS DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	CAPSULA	TORRENT	20.000	R\$1,20	R\$24.000,00
1006	INDACATEROL 150MG C/30 CAPSULAS INALADORAS	CAIXA	NOVARTIS	150	R\$95,00	R\$14.250,00
					Total do Fornecedor: R\$1.112.109,41	

Coronel Freitas, 4 de agosto de 2020.

**10 - ATA N 31 ALTERMED**

Publicação Nº 2592391



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Estrada BOA ESPERANÇA S/N FUNDO CANOAS CEP 89.160-001 - Rio do Sul/SC CEP: 89.160-001, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. MAICON CORDOVA PEREIRA, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 14



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
76	200	AMPOLA	ATROPINA, SULFATO 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	HYPOFARMA	0,84
78	10000	COMP	AZITROMICINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	1,69
85	1000	FR + AMP	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	TEUTO	8,5
94	200000	AMPOLA	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4 % APOLA DE 10 ML	SAMTEC	0,62
109	10000	COMP	BROMAZEPAM 6 MG	TEUTO	0,11
129	30000	COMP	CARBAMAZEPINA 200 MG	TEUTO	0,16
135	200	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 50 MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO 100 ML	PRATIDONADUZZI	2,6
172	2000	AMPOLA	CIMETIDINA 300 MG/2ML AMPOLAS DE 2 ML	TEUTO	2,825
193	200	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 10 % SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	SAMTEC	0,33
194	100	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	SAMTEC	0,4981
197	200	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SPRAY NASAL FRASCO 30 ML	NATULAB	0,8375
199	100	AMPOLA	CLORETO DE SÓDIO 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	SAMTEC	0,41
202	100	FRASCO	CLORPRAMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS FRASCO COM 20 ML	CRISTÃ LIA	6,63
238	1000	AMPOLA	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	TEUTO	0,62
262	400	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	FARMACE	1,2
294	500	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	FARMACE	1,22
296	1000	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	HYPOFARMA	3,0769
333	300	AMPOLA	FENITOINA 50MG/ML AMPOLA COM 5 ML	TEUTO	2,1
334	20000	COMP	FENOBARBITAL 100 MG	TEUTO	0,08
335	300	AMPOLA	FENOBARBITAL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA DE 2 ML	CRISTÃ LIA	2,51
336	5	FRASCO	FENOBARBITAL 40 MG/ML FRASCO COM 20 ML	CRISTÃ LIA	3,6254
372	200	AMPOLA	GLICOSE 25% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	SAMTEC	0,4981
373	500	AMPOLA	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	SAMTEC	0,5365
411	5000	COMP	IVERMECTINA 6 MG	Vitapan-Vitamedic	2,6407



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
496	100	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL COM 10 APLICADORES BISNAGA 55 G	PRATIDONADUZZI	5,37
563	20000	COMP	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CODEÍNA 500 MG + 30 MG	GEOLAB	0,2999
567	5000	COMP	PENTOXIFILINA 400 MG	UNIAO QUIMICA	0,7979
583	300	FRASCO	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA, FLUCINOLONA E LIDOCAÍNA, 11.000UI + 3,85MG + 0,275MG + 20MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRASCO 5 ML	ELOFAR	2,1087
616	10000	COMP	RISPERIDONA 1 MG	PRATIDONADUZZI	0,1295
665	200	AMPOLA	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% FRASCO DE 10 ML	SAMTEC	0,7673
677	200	AMPOLA	TERBUTALINA 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	GREEN PHARMA	1,2444
705	10000	COMP	TRAMADOL 50 MG	TEUTO	0,1269
740	1000	AMPOLA	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG	HYPOFARMA	0,9404
818	300	FRAS	VITAMINA D3 200UI/GOTAS COM 20ML	ARTE NATIVA	7,5707

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
78	10000	COMP	AZITROMICINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	1,69
85	50	FR + AMP	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	TEUTO	8,5
129	10000	COMP	CARBAMAZEPINA 200 MG	TEUTO	0,16
135	1000	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 50 MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO 100 ML	PRATIDONADUZZI	2,6
172	300	AMPOLA	CIMETIDINA 300 MG/2ML AMPOLAS DE 2 ML	TEUTO	2,825
262	500	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	FARMACE	1,2
296	500	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	HYPOFARMA	3,0769
334	5000	COMP	FENOBARBITAL 100 MG	TEUTO	0,08
373	1000	AMPOLA	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	SAMTEC	0,5365
384	100	AMPOLA	HIDROCORTISONA 100 MG SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	TEUTO	2,6509
411	1000	COMP	IVERMECTINA 6 MG	Vitapan-Vitamedic	2,6407
428	30	FRASCO	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	CRISTÁ LIA	10,7148
432	250	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 0,150 + 0,03 MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	BIOLAB	1,6418
496	300	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL COM 10 APLICADORES BISNAGA 55 G	PRATIDONADUZZI	5,37
577	3000	COMP	PIROXICAM 20 MG	NeoQuímica-Brainfarma	0,1234
616	5000	COMP	RISPERIDONA 1 MG	PRATIDONADUZZI	0,1295
649	200	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 125 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	3,1821
698	1500	COMP	TIZANIDINA 2 MG	UNICHEM	0,42
705	2000	COMP	TRAMADOL 50 MG	TEUTO	0,1269
781	500	COMP	ARIPIRAZOL 10MG	PRATIDONADUZZI	0,5499
818	10	FRAS	VITAMINA D3 200UI/GOTAS COM 20ML	ARTE NATIVA	7,5707
888	500	CP	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG +PARACETAMOL 500MG	GEOLAB	0,8454
931	10	FR	PROTETOR SOLAR FPS 50 120ML	COSMODERMA	13,7165

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
78	6000	COMP	AZITROMICINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	1,69



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
85	1000	FR + AMP	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	TEUTO	8,5
94	50	AMPOLA	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4 % APOLA DE 10 ML	SAMTEC	0,62
109	5000	COMP	BROMAZEPAM 6 MG	TEUTO	0,11
129	15000	COMP	CARBAMAZEPINA 200 MG	TEUTO	0,16
149	600	FRASCO	CEFALEXINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO 60 ML	TEUTO	6,85
172	960	AMPOLA	CIMETIDINA 300 MG/2ML AMPOLAS DE 2 ML	TEUTO	2,825
193	200	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 10 % SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	SAMTEC	0,33
194	50	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	SAMTEC	0,4981
197	100	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SPRAY NASAL FRASCO 30 ML	NATULAB	0,8375
202	50	FRASCO	CLORPRAMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS FRASCO COM 20 ML	CRISTÃ LIA	6,63
238	100	AMPOLA	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	TEUTO	0,62
262	500	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	FARMACE	1,2
294	200	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	FARMACE	1,22
296	2000	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	HYPOFARMA	3,0769
333	20	AMPOLA	FENITOINA 50MG/ML AMPOLA COM 5 ML	TEUTO	2,1
334	8000	COMP	FENOBARBITAL 100 MG	TEUTO	0,08
335	50	AMPOLA	FENOBARBITAL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA DE 2 ML	CRISTÃ LIA	2,51
336	100	FRASCO	FENOBARBITAL 40 MG/ML FRASCO COM 20 ML	CRISTÃ LIA	3,6254
373	400	AMPOLA	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	SAMTEC	0,5365
384	200	AMPOLA	HIDROCORTISONA 100 MG SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	TEUTO	2,6509
411	1000	COMP	IVERMECTINA 6 MG	Vitapan-Vitamedic	2,6407
413	4000	COMP	LAMOTRIGINA 100 MG	UNICHEM	0,2355
428	50	FRASCO	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	CRISTÃ LIA	10,7148
432	10000	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 0,150 + 0,03 MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	BIOLAB	1,6418
496	400	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL COM 10 APLICADORES BISNAGA 55 G	PRATIDONADUZZI	5,37
563	10000	COMP	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CODEÍNA 500 MG + 30 MG	GEOLAB	0,2999
567	2000	COMP	PENTOXIFILINA 400 MG	UNIAO QUIMICA	0,7979
577	7000	COMP	PIROXICAM 20 MG	NeoQuimica-Brainfarma	0,1234
583	100	FRASCO	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA, FLUOCINOLONA E LIDOCAÍNA, 11.000UI + 3,85MG + 0,275MG + 20MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRASCO 5 ML	ELOFAR	2,1087
601	100	FRASCO	PROTETOR SOLAR FPS 30 FRASCO COM 120 ML	NUTRIEX	9,4727
616	10000	COMP	RISPERIDONA 1 MG	PRATIDONADUZZI	0,1295
649	1500	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTONICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 125 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	3,1821
678	500	UN	TESTE RAPIDO DE GRAVIDEZ	Grupo Labor Import	0,8899
705	2000	COMP	TRAMADOL 50 MG	TEUTO	0,1269
737	100	FRASCO	VITAMINA C, ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	HYPOFARMA	0,8454
740	10000	AMPOLA	VITAMINAS DO COMPEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG	HYPOFARMA	0,9404



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
818	50	FRAS	VITAMINA D3 200UI/GOTAS COM 20ML	ARTE NATIVA	7,5707
931	100	FR	PROTETOR SOLAR FPS 50 120ML	COSMODERMA	13,7165
976	50	UN	ESPAÇADOR COM MÁSCARA PARA MEDICAMENTO EM AEROSOL USO INFANTIL	Agaplastic	41,2066

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
678	500	UN	TESTE RAPIDO DE GRAVIDEZ	Grupo Labor Import	0,8899
976	24	UN	ESPAÇADOR COM MÁSCARA PARA MEDICAMENTO EM AEROSOL USO INFANTIL	Agaplastic	41,2066
23	600	AMPOLA	AGUA BIDEUTILADA PARA INJEÇÃO DE 5 ML	SAMTEC	0,3058
276	500	FRASCO	DROPROPIZINA 1,5 MG/ML XAROPE, FRASCO 120 ML	ELOFAR	7,83
277	500	FRASCO	DROPROPIZINA 3 MG/ML XAROPE FRASCO 120 ML	ELOFAR	4,92
413	3000	COMP	LAMOTRIGINA 100 MG	UNICHEM	0,2355
705	15000	COMP	TRAMADOL 50 MG	TEUTO	0,1269
197	400	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SPRAY NASAL FRASCO 30 ML	NATULAB	0,8375
781	1500	COMP	ARIPIPAZOL 10MG	PRATIDONADUZZI	0,5499
76	200	AMPOLA	ATROPINA, SULFATO 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	HYPOFARMA	0,84
78	6000	COMP	AZITROMICINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	1,69
85	200	FR + AMP	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	TEUTO	8,5
129	15000	COMP	CARBAMAZEPINA 200 MG	TEUTO	0,16
135	500	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 50 MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO 100 ML	PRATIDONADUZZI	2,6
193	200	AMPOLA	CLORETO DE POTASSIO 10 % SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	SAMTEC	0,33
199	200	AMPOLA	CLORETO DE SÓDIO 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	SAMTEC	0,41
202	50	FRASCO	CLORPRAMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS FRASCO COM 20 ML	CRISTÃ LIA	6,63
228	3000	COMP	DEXAMETASONA 4 MG	TEUTO	0,16
238	200	AMPOLA	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	TEUTO	0,62
262	1000	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	FARMACE	1,2
294	200	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	FARMACE	1,22
296	300	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	HYPOFARMA	3,0769
308	200	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ACETATO 1MG + 0,5 MG CARTELA COM 28 CP	BIOLAB	21,7852
334	10000	COMP	FENOBARBITAL 100 MG	TEUTO	0,08
336	250	FRASCO	FENOBARBITAL 40 MG/ML FRASCO COM 20 ML	CRISTÃ LIA	3,6254
373	200	AMPOLA	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	SAMTEC	0,5365
384	100	AMPOLA	HIDROCORTISONA 100 MG SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	TEUTO	2,6509
411	300	COMP	IVERMECTINA 6 MG	Vitapan-Vitamedic	2,6407
428	30	FRASCO	LEVOMEPRIMAZINA 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	CRISTÃ LIA	10,7148
432	1500	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 0,150 + 0,03 MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	BIOLAB	1,6418
496	300	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL COM 10 APLICADORES BISNAGA 55 G	PRATIDONADUZZI	5,37
563	30000	COMP	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CODEÍNA 500 MG + 30 MG	GEOLAB	0,2999
601	50	FRASCO	PROTETOR SOLAR FPS 30 FRASCO COM 120 ML	NUTRIEX	9,4727
616	10000	COMP	RISPERIDONA 1 MG	PRATIDONADUZZI	0,1295



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
693	100	BISNAGA	TINIDAZOL, ASSOCIADO A MICONAZOL 3% + 2% CREME VAGINAL DE 45G + APLICADOR	NeoQuimica-Brainfarma	11,3893
884	1000	CARTELA	ACETATO DE CIPROTERONA 2MG+ETINILESTRADIOL 0,035MG CARTELA C/ 21 CP	MELCON	5,5854
888	6000	CP	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG +PARACETAMOL 500MG	GEOLAB	0,8454
907	50	FR	FUROATO DE FLUTICASONA 100MCG+TRIF DE VILANTEROL 25MCG 30 DOSES	GSK	115,2
917	500	FR	MANITOL 200MG/ML 20% SOL.INJ. SISTEMA FECHADO 250ML	FRESENIUS	4,1649
930	50	FR	PASTA D'ÁGUA, TALCO+GLICERINA+ÓXIDO DE ZINCO +ÁGUA DE CAL 25%+25%+25% 100G	VICPHARMA	8,7115
149	300	FRASCO	CEFALEXINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO 60 ML	TEUTO	6,85

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
23	1000	AMPOLA	ÁGUA BIDESTILADA PARA INJEÇÃO DE 5 ML	SAMTEC	0,3058
78	8000	COMP	AZITROMICINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	1,69
85	500	FR + AMP	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	TEUTO	8,5
90	300	BISNAGA	BENZOILMETRONIDAZOL, ASSOCIADO À NISTATINA E CLORETO DE BENZALCÔNIO, 62,5 MG + 25.000 UI + 1,25 MG/G, CREME VAGINAL, COM APLICADOR (S) BISNAGA 40 GRAMAS	PRATIDONADUZZI	12,9038
104	15	FRASCO	BRIMONIDINA, TARTARATO 1,5 MG/ML COLÍRO FRASCO 5 ML	GEOLAB	27,18
129	80000	COMP	CARBAMAZEPINA 200 MG	TEUTO	0,16
135	500	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 50 MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO 100 ML	PRATIDONADUZZI	2,6
149	1000	FRASCO	CEFALEXINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO 60 ML	TEUTO	6,85
197	1000	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SPRAY NASAL FRASCO 30 ML	NATULAB	0,8375
202	50	FRASCO	CLORPRAMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS FRASCO COM 20 ML	CRISTÃ LIA	6,63
262	1500	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	FARMACE	1,2
276	700	FRASCO	DROPROPIZINA 1,5 MG/ML XAROPE, FRASCO 120 ML	ELOFAR	7,83
277	700	FRASCO	DROPROPIZINA 3 MG/ML XAROPE FRASCO 120 ML	ELOFAR	4,92
296	200	AMPOLA	ESCOPOLOMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	HYPOFARMA	3,0769
294	200	AMPOLA	ESCOPOLOMINA BUTILBROMETO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	FARMACE	1,22
308	450	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ACETATO 1MG + 0,5 MG CARTELA COM 28 CP	BIOLAB	21,7852
334	27000	COMP	FENOBARBITAL 100 MG	TEUTO	0,08
336	200	FRASCO	FENOBARBITAL 40 MG/ML FRASCO COM 20 ML	CRISTÃ LIA	3,6254
411	10000	COMP	IVERMECTINA 6 MG	Vitapan-Vitamedic	2,6407
413	8000	COMP	LAMOTRIGINA 100 MG	UNICHEM	0,2355
415	8000	COMP	LAMOTRIGINA 50 MG	UNICHEM	0,1709
432	5000	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 0,150 + 0,03 MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	BIOLAB	1,6418
496	500	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL COM 10 APLICADORES BISNAGA 55 G	PRATIDONADUZZI	5,37
563	50000	COMP	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CODEÍNA 500 MG + 30 MG	GEOLAB	0,2999
577	15000	COMP	PIROXICAM 20 MG	NeoQuimica-Brainfarma	0,1234



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
616	15000	COMP	RISPERIDONA 1 MG	PRATIDONADUZZI	0,1295
693	400	BISNAGA	TINIDAZOL, ASSOCIADO A MICONAZOL 3% + 2% CREME VAGINAL DE 45G + APLICADOR	NeoQuímica-Brainfarma	11,3893
701	5000	CAPSULA	TOCOFEROL 400 MG (VITAMINA E)	NATULAB	0,245
705	50000	COMP	TRAMADOL 50 MG	TEUTO	0,1269
740	300	AMPOLA	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG	HYPOFARMA	0,9404
428	100	FRASCO	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	CRISTÁ LIA	10,7148
739	100	FRASCO	VITAMINA D, COLECALCIFEROL 3.300 UI/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS, FRASCO 10 ML	Mantecorp-Farmasa	55,3414

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
78	1000	COMP	AZITROMICINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	1,69
85	100	FR + AMP	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	TEUTO	8,5
129	8000	COMP	CARBAMAZEPINA 200 MG	TEUTO	0,16
135	100	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 50 MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO 100 ML	PRATIDONADUZZI	2,6
197	50	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SPRAY NASAL FRASCO 30 ML	NATULAB	0,8375
262	100	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	FARMACE	1,2
334	2000	COMP	FENOBARBITAL 100 MG	TEUTO	0,08
411	1000	COMP	IVERMECTINA 6 MG	Vitapan-Vitamedic	2,6407
413	1000	COMP	LAMOTRIGINA 100 MG	UNICHEM	0,2355
415	1000	COMP	LAMOTRIGINA 50 MG	UNICHEM	0,1709
432	300	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 0,150 + 0,03 MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	BIOLAB	1,6418
466	200	FRASCO	MANITOL 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, FRASCO 500 ML	FRESENIUS	12,1154
496	100	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL COM 10 APLICADORES BISNAGA 55 G	PRATIDONADUZZI	5,37
563	8000	COMP	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CODEÍNA 500 MG + 30 MG	GEOLAB	0,2999
577	5000	COMP	PIROXICAM 20 MG	NeoQuímica-Brainfarma	0,1234
883	50	PCT	BICARBONATO DE SÓDIO PÓ	MAQUIRA	22,1154
988	20000	CAPSULA	MULTIVITAMINAS, VITS: A, B1,B2,B6, B12, vit C, vit D, vit E, ASSOCIADAS AO ÁCIDO FÓLICO, NICOTINAMIDA, FUMARATO FERROSO, ÓXIDO DE ZINCO, COMPONENTES POR CÁPSULA % DE IDR(*) PARA GESTANTES.  CÁPSULAS GELATINOSA	VITAMED	0,5712
76	100	AMPOLA	ATROPINA, SULFATO 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	HYPOFARMA	0,84

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
23	300	AMPOLA	AGUA BIDEISTILADA PARA INJEÇÃO DE 5 ML	SAMTEC	0,3058
78	4000	COMP	AZITROMICINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	1,69
85	100	FR + AMP	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	TEUTO	8,5
129	6000	COMP	CARBAMAZEPINA 200 MG	TEUTO	0,16
135	150	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 50 MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO 100 ML	PRATIDONADUZZI	2,6
149	200	FRASCO	CEFALEXINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO 60 ML	TEUTO	6,85
172	500	AMPOLA	CIMETIDINA 300 MG/2ML AMPOLAS DE 2 ML	TEUTO	2,825



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
197	350	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SPRAY NASAL FRASCO 30 ML	NATULAB	0,8375
228	500	COMP	DEXAMETASONA 4 MG	TEUTO	0,16
238	100	AMPOLA	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	TEUTO	0,62
262	1200	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	FARMACE	1,2
294	50	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	FARMACE	1,22
296	400	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	HYPOFARMA	3,0769
308	60	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ACETATO 1MG + 0,5 MG CARTELA COM 28 CP	BIOLAB	21,7852
334	9000	COMP	FENOBARBITAL 100 MG	TEUTO	0,08
336	100	FRASCO	FENOBARBITAL 40 MG/ML FRASCO COM 20 ML	CRISTÃ LIA	3,6254
352	150	UN	FLUTICASONA FUROATO 27,5 MCG/DOSE, SPRAY NASAL FRASCO 120 DOSES	GSK	40,16
373	150	AMPOLA	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	SAMTEC	0,5365
411	400	COMP	IVERMECTINA 6 MG	Vitapan-Vitamedic	2,6407
413	300	COMP	LAMOTRIGINA 100 MG	UNICHEM	0,2355
414	900	COMP	LAMOTRIGINA 25 MG	UNICHEM	0,1234
415	3000	COMP	LAMOTRIGINA 50 MG	UNICHEM	0,1709
428	50	FRASCO	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	CRISTÃ LIA	10,7148
432	300	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 0,150 + 0,03 MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	BIOLAB	1,6418
496	100	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL COM 10 APLICADORES BISNAGA 55 G	PRATIDONADUZZI	5,37
563	20000	COMP	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CODEÍNA 500 MG + 30 MG	GEOLAB	0,2999
616	4000	COMP	RISPERIDONA 1 MG	PRATIDONADUZZI	0,1295
705	6000	COMP	TRAMADOL 50 MG	TEUTO	0,1269
740	400	AMPOLA	VITAMINAS DO COMPEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG	HYPOFARMA	0,9404
883	50	PCT	BICARBONATO DE SÓDIO PÓ	MAQUIRA	22,1154

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
14	3000	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 500 MG	IMEC	0,07
23	5000	AMPOLA	ÁGUA BIDEUTILADA PARA INJEÇÃO DE 5 ML	SAMTEC	0,3058
76	300	AMPOLA	ATROPINA, SULFATO 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	HYPOFARMA	0,84
78	20000	COMP	AZITROMICINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	1,69
85	1000	FR + AMP	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	TEUTO	8,5
90	300	BISNAGA	BENZOILMETRONIDAZOL, ASSOCIADO À NISTATINA E CLORETO DE BENZALCÔNIO, 62,5 MG + 25.000 UI + 1,25 MG/G, CREME VAGINAL, COM APLICADOR (S) BISNAGA 40 GRAMAS	PRATIDONADUZZI	12,9038
94	200	AMPOLA	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4 % APOLA DE 10 ML	SAMTEC	0,62
104	50	FRASCO	BRIMONIDINA, TARTARATO 1,5 MG/ML COLÍRO FRASCO 5 ML	GEOLAB	27,18
109	30000	COMP	BROMAZEPAM 6 MG	TEUTO	0,11
129	60000	COMP	CARBAMAZEPINA 200 MG	TEUTO	0,16
135	1500	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 50 MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO 100 ML	PRATIDONADUZZI	2,6
149	500	FRASCO	CEFALEXINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO 60 ML	TEUTO	6,85
172	200	AMPOLA	CIMETIDINA 300 MG/2ML AMPOLAS DE 2 ML	TEUTO	2,825



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
193	300	AMPOLA	CLORETO DE POTASSIO 10 % SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	SAMTEC	0,33
194	300	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	SAMTEC	0,4981
197	1000	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SPRAY NASAL FRASCO 30 ML	NATULAB	0,8375
199	200	AMPOLA	CLORETO DE SÓDIO 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	SAMTEC	0,41
202	300	FRASCO	CLORPRAMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS FRASCO COM 20 ML	CRISTÃ LIA	6,63
212	3000	COMP	CLOZAPINA 100 MG	CRISTÃ LIA	2,3453
228	5000	COMP	DEXAMETASONA 4 MG	TEUTO	0,16
238	200	AMPOLA	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	TEUTO	0,62
262	3000	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	FARMACE	1,2
265	10	UN	DIU - DISPOSITIVO INTRA UTERINO	INJEFLEX	148,0769
276	1000	FRASCO	DROPROPIZINA 1,5 MG/ML XAROPE, FRASCO 120 ML	ELOFAR	7,83
277	1000	FRASCO	DROPROPIZINA 3 MG/ML XAROPE FRASCO 120 ML	ELOFAR	4,92
294	500	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	FARMACE	1,22
296	1500	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	HYPOFARMA	3,0769
308	50	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO COM NORETISTERONA, ACETATO 1MG + 0,5 MG CARTELA COM 28 CP	BIOLAB	21,7852
333	200	AMPOLA	FENITOINA 50MG/ML AMPOLA COM 5 ML	TEUTO	2,1
334	20000	COMP	FENOBARBITAL 100 MG	TEUTO	0,08
335	300	AMPOLA	FENOBARBITAL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA DE 2 ML	CRISTÃ LIA	2,51
336	300	FRASCO	FENOBARBITAL 40 MG/ML FRASCO COM 20 ML	CRISTÃ LIA	3,6254
351	3000	COMP	FLUTAMIDA 250 MG	BLAU	4,0655
352	100	UN	FLUTICASONA FURATO 27,5 MCG/DOSE, SPRAY NASAL FRASCO 120 DOSES	GSK	40,16
372	200	AMPOLA	GLICOSE 25% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	SAMTEC	0,4981
373	300	AMPOLA	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	SAMTEC	0,5365
384	300	AMPOLA	HIDROCORTISONA 100 MG SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	TEUTO	2,6509
411	1000	COMP	IVERMECTINA 6 MG	Vitapan-Vitamedic	2,6407
413	15000	COMP	LAMOTRIGINA 100 MG	UNICHEM	0,2355
414	3000	COMP	LAMOTRIGINA 25 MG	UNICHEM	0,1234
415	3000	COMP	LAMOTRIGINA 50 MG	UNICHEM	0,1709
428	200	FRASCO	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	CRISTÃ LIA	10,7148
432	2000	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 0,150 + 0,03 MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	BIOLAB	1,6418
466	100	FRASCO	MANITOL 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, FRASCO 500 ML	FRESENIUS	12,1154
496	500	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL COM 10 APLICADORES BISNAGA 55 G	PRATIDONADUZZI	5,37
563	30000	COMP	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CODEÍNA 500 MG + 30 MG	GEOLAB	0,2999
567	3000	COMP	PENTOXIFILINA 400 MG	UNIAO QUIMICA	0,7979
577	1000	COMP	PIROXICAM 20 MG	NeoQuimica-Brainfarma	0,1234
583	500	FRASCO	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA, FLUOCINOLONA E LIDOCAÍNA, 11.000UI + 3,85MG + 0,275MG + 20MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRASCO 5 ML	ELOFAR	2,1087
601	300	FRASCO	PROTETOR SOLAR FPS 30 FRASCO COM 120 ML	NUTRIEX	9,4727



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
616	10000	COMP	RISPERIDONA 1 MG	PRATIDONADUZZI	0,1295
625	50	AMPOLA	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG/ 5ML EV/ IM	BLAU	15,5769
630	3000	COMP	SALBUTAMOL 2 MG	GSK	0,19
649	5000	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTONICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 125 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	3,1821
665	100	AMPOLA	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% FRASCO DE 10 ML	SAMTEC	0,7673
677	200	AMPOLA	TERBUTALINA 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	GREEN PHARMA	1,2444
678	30	UN	TESTE RAPIDO DE GRAVIDEZ	Grupo Labor Import	0,8899
693	100	BISNAGA	TINIDAZOL, ASSOCIADO A MICONAZOL 3% + 2% CREME VAGINAL DE 45G + APLICADOR	NeoQuímica-Brainfarma	11,3893
698	3000	COMP	TIZANIDINA 2 MG	UNICHEM	0,42
701	300	CAPSULA	TOCOFEROL 400 MG (VITAMINA E)	NATULAB	0,245
705	10000	COMP	TRAMADOL 50 MG	TEUTO	0,1269
737	100	FRASCO	VITAMINA C, ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	HYPOFARMA	0,8454
738	100	FRASCO	VITAMINA C, ÁCIDO ASCÓRBICO 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30 ML	NATULAB	1,9615
739	100	FRASCO	VITAMINA D, COLECALCIFEROL 3.300 UI/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS, FRASCO 10 ML	Mantecorp-Farmasa	55,3414
740	1000	AMPOLA	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG	HYPOFARMA	0,9404
760	5	FRASCO	FUFURATO DE FLUTICASONA +TRIF DE VILANTEROL 100/25 MCG X 14 DOSES	GSK	115,2
781	500	COMP	ARIPIRAZOL 10MG	PRATIDONADUZZI	0,5499
790	1500	COMP	ACETATO DE RACEALFATOCOFEROL 400 MG	NATULAB	0,245
818	100	FRAS	VITAMINA D3 200UI/GOTAS COM 20ML	ARTE NATIVA	7,5707
874	3	UN	RELVAR 200/25 1 FR	GSK	153,3993
883	100	PCT	BICARBONATO DE SÓDIO PÓ	MAQUIRA	22,1154
884	30	CARTELA	ACETATO DE CIPROTERONA 2MG+ETINILESTRADIOL 0,035MG CARTELA C/ 21 CP	MELCON	5,5854
888	3000	CP	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG +PARACETAMOL 500MG	GEOLAB	0,8454
907	20	FR	FUROATO DE FLUTICASONA 100MCG+TRIF DE VILANTEROL 25MCG 30 DOSES	GSK	115,2
917	200	FR	MANITOL 200MG/ML 20% SOL.INJ. SISTEMA FECHADO 250ML	FRESENIUS	4,1649
930	50	FR	PASTA D'ÁGUA, TALCO+GLICERINA+ÓXIDO DE ZINCO +ÁGUA DE CAL 25%+25%+25% 100G	VICPHARMA	8,7115
931	100	FR	PROTETOR SOLAR FPS 50 120ML	COSMODERMA	13,7165
959	1000	COMP	NAPROXENO SÓDICO 500 MG	UNIAO QUIMICA	0,6827
976	10	UN	ESPAÇADOR COM MÁSCARA PARA MEDICAMENTO EM AEROSOL USO INFANTIL	Agaplastic	41,2066
984	100	UN	SORO FISIOLÓGICO 0,9 % COM GOTEJADOR 500 ML USO TÓPICO	FARMAX-AMARAL	2,5033
988	300	CAPSULA	MULTIVITAMINAS, VITS: A, B1,B2,B6, B12, vit C, vit D, vit E, ASSOCIADAS AO ÁCIDO FÓLICO, NICOTINAMIDA, FUMARATO FERROSO, ÓXIDO DE ZINCO, COMPONENTES POR CÁPSULA % DE IDR(*) PARA GESTANTES.  CÁPSULAS GELATINOSA	VITAMED	0,5712

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
78	600	COMP	AZITROMICINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	1,69
129	2000	COMP	CARBAMAZEPINA 200 MG	TEUTO	0,16
149	100	FRASCO	CEFALEXINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO 60 ML	TEUTO	6,85



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
262	200	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	FARMACE	1,2
334	3000	COMP	FENOBARBITAL 100 MG	TEUTO	0,08
413	3000	COMP	LAMOTRIGINA 100 MG	UNICHEM	0,2355
414	3000	COMP	LAMOTRIGINA 25 MG	UNICHEM	0,1234

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
76	100	AMPOLA	ATROPINA, SULFATO 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	HYPOFARMA	0,84
172	300	AMPOLA	CIMETIDINA 300 MG/2ML AMPOLAS DE 2 ML	TEUTO	2,825
665	20	AMPOLA	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% FRASCO DE 10 ML	SAMTEC	0,7673
677	20	AMPOLA	TERBUTALINA 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	GREEN PHARMA	1,2444
738	200	FRASCO	VITAMINA C, ÁCIDO ASCÓRBICO 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30 ML	NATULAB	1,9615

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
 DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
 Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**  
 Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**  
 Órgão Participante



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**

Órgão Participante

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**11 - ATA N 32 PROSAUDE**

Publicação Nº 2592390



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua URUGUAI S/N MARIA GORETTI CEP 89.800-001 - Chapecó/SC CEP: 89.800-001, inscrita no CNPJ sob o nº 85.247.385/0001-49, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. CRISTIANO ALTAIR MONTTANA GIORDANI, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços – SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

1 / 5



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

- 3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.
- 3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.
- 3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.
- 3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.
- 3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.
- 3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

- 4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
- 4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.
- 4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.
- 4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

- 5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
  - b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
  - c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
  - d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
  - e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
  - f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
  - g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.
- 8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:
- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
  - b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
  - c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
647	300	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100 ML SISTEMA FECHADO	EQUIPLEX	1,8

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
647	200	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100 ML SISTEMA FECHADO	EQUIPLEX	1,8

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
647	10000	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100 ML SISTEMA FECHADO	EQUIPLEX	1,8
657	3000	FRASCO	SOLUÇÃO RINGER COM LACTATO 500 ML	EQUIPLEX	2,85

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na clausula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
 DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
 Órgão Gerenciador



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**

Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**

Órgão Participante

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**12 - ATA N 33 DALMED**

Publicação Nº 2592387



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: A G KIENEN & CIA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida BRASIL S/N CENTRO CEP 85.500-001 - Pato Branco/PR CEP: 85.500-001, inscrita no CNPJ sob o nº 82.225.947/0001-65, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. ADEMIR GERALDO KIENEN, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 10



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
203	10000	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,2449
205	300	AMPOLA	CLORPROMAZINA 25MG/5ML AMPOLAS DE 5 ML	HYPOFARMA	0,9799
241	1000	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	HYPOFARMA	0,649
251	500	AMPOLA	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIROXIDINA 50/50MG/ML AMPOLAS DE 1 ML IM	UNIAO QUIMICA	1,53
261	1000	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	SANTISA	0,589
312	10000	DRAGEAS	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	WYETH	1,449
344	300	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG/1ML SOL. INJETÁVEL IM.	HIPOLABOR	1,18
426	500	COMP	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	HIPOLABOR	0,7199
445	300	BISNAGA	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	PHARLAB	2,5567
446	1000	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	HYPOFARMA	2,799
494	10000	COMP	METOPROLOL, TARTARATO 100 MG	BIOSINTETICA	0,3199
765	1000	COMP	LEVETIRACETAM 500MG	ACHE	2,08

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
31	5000	COMP	ALPRAZOLAM 0,5 MG	E.M.S.	0,074
40	2000	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 5MG + 50MG	E.M.S.	0,3
117	10000	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	E.M.S.	0,43
164	12	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETÁVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	ARESE	10,57
203	1500	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,2449
241	100	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	HYPOFARMA	0,649
261	200	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	SANTISA	0,589
279	7000	COMP	DULOXETINA 30 MG	NOVAQUIMICA	1,014



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
426	1000	COMP	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	HIPOLABOR	0,7199
433	150	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRÁGEA B + DRÁGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRÁGEAS	BAYER	6,929
445	100	BISNAGA	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	PHARLAB	2,5567
446	100	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	HYPOFARMA	2,799
482	2000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 850 MG + 50 MG	NOVARTIS	2,55
514	10000	COMP	NEBIVOLOL, SAL CLORIDRATO 5 MG	HYPERMARCAS	0,6588
694	2000	COMP	TIORIDAZINA, CLORIDRATO 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,7565
782	3000	COMP	ZOPICLONE 7,5MG	SANOFI	2,35
871	10000	CP	ANLÓDIPINO 2,5 MG	BIOLAB	0,6288

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
82	100	FRASCO	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250 MCG/DOSE SPRAY ORAL FR 200 DOSES	GLENMARK	19,5
107	50	FRASCO	BRINZOLAMIDA, ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO, 10 MG + 5 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	NOVARTIS	65,54
117	10000	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	E.M.S.	0,43
159	4000	COMP	CETOPROFENO 100 MG	MEDLEY	0,769
162	3000	COMP	CETOPROFENO 50 MG	E.M.S.	0,216
164	30	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETÁVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	ARESE	10,57
203	5000	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,2449
241	1500	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	HYPOFARMA	0,649
251	200	AMPOLA	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIROXIDINA 50/50MG/ML AMPOLAS DE 1 ML IM	UNIAO QUIMICA	1,53
261	3000	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	SANTISA	0,589
279	8000	COMP	DULOXETINA 30 MG	NOVAQUIMICA	1,014
312	280	DRAGEAS	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	WYETH	1,449
397	500	COMP	IMIPRAMINA, CLORIDRATO 10 MG	ASPEN	0,52
426	2000	COMP	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	HIPOLABOR	0,7199
433	1200	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRÁGEA B + DRÁGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRÁGEAS	BAYER	6,929
445	1000	BISNAGA	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	PHARLAB	2,5567
446	200	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	HYPOFARMA	2,799
494	3000	COMP	METOPROLOL, TARTARATO 100 MG	BIOSINTETICA	0,3199
514	5000	COMP	NEBIVOLOL, SAL CLORIDRATO 5 MG	HYPERMARCAS	0,6588
765	1200	COMP	LEVETIRACETAM 500MG	ACHE	2,08
924	600	CP	OLANZAPINA 5MG	E.M.S.	0,3

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
205	100	AMPOLA	CLORPROMAZINA 25MG/5ML AMPOLAS DE 5 ML	HYPOFARMA	0,9799



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
40	1500	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 5MG + 50MG	E.M.S.	0,3
31	7000	COMP	ALPRAZOLAM 0,5 MG	E.M.S.	0,074
279	25000	COMP	DULOXETINA 30 MG	NOVAQUIMICA	1,014
482	5000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 850 MG + 50 MG	NOVARTIS	2,55
107	50	FRASCO	BRINZOLAMIDA, ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO, 10 MG + 5 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	NOVARTIS	65,54
117	20000	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	E.M.S.	0,43
164	300	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETAVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	ARESE	10,57
203	2000	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,2449
241	500	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	HYPOFARMA	0,649
251	300	AMPOLA	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIROXIDINA 50/50MG/ML AMPOLAS DE 1 ML IM	UNIAO QUIMICA	1,53
261	400	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML	SANTISA	0,589
312	2100	DRAGEAS	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	WYETH	1,449
426	1000	COMP	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	HIPOLABOR	0,7199
433	500	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRÁGEA B + DRÁGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRÁGEAS	BAYER	6,929
445	200	BISNAGA	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	PHARLAB	2,5567
446	50	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	HYPOFARMA	2,799
514	5000	COMP	NEBIVOLOL, SAL CLORIDRATO 5 MG	HYPERMARCAS	0,6588
626	2000	UN	SACCHAROMYCES BOULARDII 17 LIOFILIZADO 200 MG PÓ SACHE 1G	EMS SIGMA	1,7564
694	2000	COMP	TIORIDAZINA, CLORIDRATO 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,7565
924	1000	CP	OLANZAPINA 5MG	E.M.S.	0,3
932	250	CX	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 LIOFILISADO 200MG C/ 6 CÁPSULAS	EMS SIGMA	7

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
31	15000	COMP	ALPRAZOLAM 0,5 MG	E.M.S.	0,074
40	2000	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 5MG + 50MG	E.M.S.	0,3
107	15	FRASCO	BRINZOLAMIDA, ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO, 10 MG + 5 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	NOVARTIS	65,54
117	50000	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	E.M.S.	0,43
203	10000	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,2449
241	1000	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	HYPOFARMA	0,649
261	200	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML	SANTISA	0,589
279	15000	COMP	DULOXETINA 30 MG	NOVAQUIMICA	1,014
312	10000	DRAGEAS	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	WYETH	1,449
399	20	FRASCO	INSULINA ASPARE 100 UIML	NOVO NORDISK	108,76
426	4000	COMP	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	HIPOLABOR	0,7199



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
433	5000	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRÁGEA B + DRÁGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRÁGEAS	BAYER	6,929
445	100	BISNAGA	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	PHARLAB	2,5567
446	50	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	HYPOFARMA	2,799
514	3000	COMP	NEBIVOLOL, SAL CLORIDRATO 5 MG	HYPERMARCAS	0,6588
694	5000	COMP	TIORIDAZINA, CLORIDRATO 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,7565

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
40	3000	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 5MG + 50MG	E.M.S.	0,3
100	3000	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 10 MG	E.M.S.	0,231
117	3000	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	E.M.S.	0,43
159	5000	COMP	CETOPROFENO 100 MG	MEDLEY	0,769
164	100	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETÁVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	ARESE	10,57
203	1000	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,2449
241	200	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	HYPOFARMA	0,649
261	100	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	SANTISA	0,589
312	1000	DRAGEAS	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	WYETH	1,449
433	800	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRÁGEA B + DRÁGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRÁGEAS	BAYER	6,929
445	100	BISNAGA	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	PHARLAB	2,5567
446	150	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	HYPOFARMA	2,799
568	50	FRASCO	PERICIAZINA 4 % SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO COM 20 ML	SANOFI	16,2
574	100	AMPOLA	PETIDINA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/IV/SC AMP 2 ML	UNIAO QUIMICA	2,1343
626	5000	UN	SACCHAROMYCES BOULARDII 17 LIOFILIZADO 200 MG PÓ SACHE 1G	EMS SIGMA	1,7564
924	2000	CP	OLANZAPINA 5MG	E.M.S.	0,3

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
279	9000	COMP	DULOXETINA 30 MG	NOVAQUIMICA	1,014
31	1000	COMP	ALPRAZOLAM 0,5 MG	E.M.S.	0,074
107	12	FRASCO	BRINZOLAMIDA, ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO, 10 MG + 5 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	NOVARTIS	65,54
117	9000	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	E.M.S.	0,43
164	400	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETÁVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	ARESE	10,57
203	1000	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,2449



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
241	300	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	HYPOFARMA	0,649
261	1000	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	SANTISA	0,589
312	1500	DRAGEAS	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	WYETH	1,449
330	2000	COMP	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM BRONFENIRAMINA, 5MG + 4MG	ACHE	1,39
426	2000	COMP	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	HIPOLABOR	0,7199
433	450	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRAGEA B + DRAGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRAGEAS	BAYER	6,929
446	100	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	HYPOFARMA	2,799
494	1200	COMP	METOPROLOL, TARTARATO 100 MG	BIOSINTETICA	0,3199
514	6000	COMP	NEBIVOLOL, SAL CLORIDRATO 5 MG	HYPERMARCAS	0,6588
694	900	COMP	TIORIDAZINA, CLORIDRATO 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,7565
868	1000	CP	LEVOTIROXINA 38MCG	ACHE	0,2652

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
31	20000	COMP	ALPRAZOLAM 0,5 MG	E.M.S.	0,074
40	10000	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 5MG + 50MG	E.M.S.	0,3
82	100	FRASCO	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250 MCG/DOSE SPRAY ORAL FR 200 DOSES	GLENMARK	19,5
100	10000	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 10 MG	E.M.S.	0,231
107	50	FRASCO	BRINZOLAMIDA, ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO, 10 MG + 5 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	NOVARTIS	65,54
117	20000	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	E.M.S.	0,43
159	30000	COMP	CETOPROFENO 100 MG	MEDLEY	0,769
162	1000	COMP	CETOPROFENO 50 MG	E.M.S.	0,216
164	30	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETÁVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	ARESE	10,57
203	20000	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,2449
205	200	AMPOLA	CLORPROMAZINA 25MG/5ML AMPOLAS DE 5 ML	HYPOFARMA	0,9799
241	1000	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	HYPOFARMA	0,649
251	500	AMPOLA	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIROXIDINA 50/50MG/ML AMPOLAS DE 1 ML IM	UNIAO QUIMICA	1,53
257	3000	COMP	DIOVAN 160 MG	ACHE	1,12
261	1000	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	SANTISA	0,589
279	20000	COMP	DULOXETINA 30 MG	NOVAQUIMICA	1,014
312	1000	DRAGEAS	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	WYETH	1,449
330	500	COMP	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM BRONFENIRAMINA, 5MG + 4MG	ACHE	1,39
344	200	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG/1ML SOL. INJETÁVEL IM.	HIPOLABOR	1,18
397	3000	COMP	IMIPRAMINA, CLORIDRATO 10 MG	ASPEN	0,52
399	20	FRASCO	INSULINA ASPARE 100 UIML	NOVO NORDISK	108,76
426	10000	COMP	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	HIPOLABOR	0,7199
433	100	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRAGEA B + DRAGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRAGEAS	BAYER	6,929



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
445	300	BISNAGA	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	PHARLAB	2,5567
446	300	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	HYPOFARMA	2,799
482	3000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 850 MG + 50 MG	NOVARTIS	2,55
494	5000	COMP	METOPROLOL, TARTARATO 100 MG	BIOSINTETICA	0,3199
514	3000	COMP	NEBIVOLOL, SAL CLORIDRATO 5 MG	HYPERMARCAS	0,6588
544	50	FRASCO	OLOPATADINA, CLORIDRATO 1MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	NOVARTIS	45,88
568	20	FRASCO	PERICIAZINA 4 % SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO COM 20 ML	SANOFI	16,2
574	200	AMPOLA	PETIDINA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL IM/IV/SC AMP 2 ML	UNIAO QUIMICA	2,1343
626	300	UN	SACCHAROMYCES BOULARDII 17 LIOFILIZADO 200 MG PÓ SACHE 1G	EMS SIGMA	1,7564
694	1500	COMP	TIORIDAZINA , CLORIDRATO 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,7565
765	1500	COMP	LEVETIRACETAM 500MG	ACHE	2,08
782	500	COMP	ZOPICLONE 7,5MG	SANOFI	2,35
799	50	UN	REFIS DE INSULINA DE 3ML, 25% DE INSULINA LISPRO + 75% DE INSULINA LISPRO PROTAMINA, SUSPENSÃO INJETÁVEL 100 UI/ML , EMBALAGEM COM 05 REFIS	ELI LILLY	300
811	30	FRAS	CLORIDRATO DE OLOPATADINA 2MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, GOTAS, 2,5ML	NOVARTIS	48
833	100	UNI	REFIS DE INSULINA LISPRO 100UI/ML HUMALOG KWIKPEN, INJETÁVEL, ÉTICO	ELI LILLY	38,9
868	1000	CP	LEVOTIROXINA 38MCG	ACHE	0,2652
871	5000	CP	ANLÓDIPINO 2,5 MG	BIOLAB	0,6288
924	1000	CP	OLANZAPINA 5MG	E.M.S.	0,3
932	10	CX	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 LIOFILISADO 200MG C/ 6 CÁPSULAS	EMS SIGMA	7

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
31	2000	COMP	ALPRAZOLAM 0,5 MG	E.M.S.	0,074
117	2500	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	E.M.S.	0,43
279	3000	COMP	DULOXETINA 30 MG	NOVAQUIMICA	1,014
426	3000	COMP	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	HIPOLABOR	0,7199
924	10000	CP	OLANZAPINA 5MG	E.M.S.	0,3

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
117	3000	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	E.M.S.	0,43
344	20	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG/1ML SOL. INJETAVEL IM.	HIPOLABOR	1,18

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**  
Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**  
Órgão Participante

A G KIENEN & CIA LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**13 - ATA N 34 AG KIENEN**

Publicação Nº 2592386



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: A G KIENEN & CIA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida BRASIL S/N CENTRO CEP 85.500-001 - Pato Branco/PR CEP: 85.500-001, inscrita no CNPJ sob o nº 82.225.947/0001-65, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. ADEMIR GERALDO KIENEN, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 10



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
203	10000	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,2449
205	300	AMPOLA	CLORPROMAZINA 25MG/5ML AMPOLAS DE 5 ML	HYPOFARMA	0,9799
241	1000	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	HYPOFARMA	0,649
251	500	AMPOLA	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIROXIDINA 50/50MG/ML AMPOLAS DE 1 ML IM	UNIAO QUIMICA	1,53
261	1000	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML	SANTISA	0,589
312	10000	DRAGEAS	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	WYETH	1,449
344	300	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG/1ML SOL. INJETAVEL IM.	HIPOLABOR	1,18
426	500	COMP	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	HIPOLABOR	0,7199
445	300	BISNAGA	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	PHARLAB	2,5567
446	1000	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	HYPOFARMA	2,799
494	10000	COMP	METOPROLOL, TARTARATO 100 MG	BIOSINTETICA	0,3199
765	1000	COMP	LEVETIRACETAM 500MG	ACHE	2,08

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
31	5000	COMP	ALPRAZOLAM 0,5 MG	E.M.S.	0,074
40	2000	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 5MG + 50MG	E.M.S.	0,3
117	10000	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	E.M.S.	0,43
164	12	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETAVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	ARESE	10,57
203	1500	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,2449
241	100	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	HYPOFARMA	0,649
261	200	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML	SANTISA	0,589
279	7000	COMP	DULOXETINA 30 MG	NOVAQUIMICA	1,014



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
426	1000	COMP	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	HIPOLABOR	0,7199
433	150	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRÁGEA B + DRÁGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRÁGEAS	BAYER	6,929
445	100	BISNAGA	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	PHARLAB	2,5567
446	100	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	HYPOFARMA	2,799
482	2000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 850 MG + 50 MG	NOVARTIS	2,55
514	10000	COMP	NEBIVOLOL, SAL CLORIDRATO 5 MG	HYPERMARCAS	0,6588
694	2000	COMP	TIORIDAZINA, CLORIDRATO 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,7565
782	3000	COMP	ZOPICLONE 7,5MG	SANOFI	2,35
871	10000	CP	ANLÓDIPINO 2,5 MG	BIOLAB	0,6288

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
82	100	FRASCO	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250 MCG/DOSE SPRAY ORAL FR 200 DOSES	GLENMARK	19,5
107	50	FRASCO	BRINZOLAMIDA, ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO, 10 MG + 5 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	NOVARTIS	65,54
117	10000	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	E.M.S.	0,43
159	4000	COMP	CETOPROFENO 100 MG	MEDLEY	0,769
162	3000	COMP	CETOPROFENO 50 MG	E.M.S.	0,216
164	30	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETÁVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	ARESE	10,57
203	5000	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,2449
241	1500	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	HYPOFARMA	0,649
251	200	AMPOLA	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIROXIDINA 50/50MG/ML AMPOLAS DE 1 ML IM	UNIAO QUIMICA	1,53
261	3000	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	SANTISA	0,589
279	8000	COMP	DULOXETINA 30 MG	NOVAQUIMICA	1,014
312	280	DRAGEAS	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	WYETH	1,449
397	500	COMP	IMIPRAMINA, CLORIDRATO 10 MG	ASPEN	0,52
426	2000	COMP	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	HIPOLABOR	0,7199
433	1200	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRÁGEA B + DRÁGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRÁGEAS	BAYER	6,929
445	1000	BISNAGA	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	PHARLAB	2,5567
446	200	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	HYPOFARMA	2,799
494	3000	COMP	METOPROLOL, TARTARATO 100 MG	BIOSINTETICA	0,3199
514	5000	COMP	NEBIVOLOL, SAL CLORIDRATO 5 MG	HYPERMARCAS	0,6588
765	1200	COMP	LEVETIRACETAM 500MG	ACHE	2,08
924	600	CP	OLANZAPINA 5MG	E.M.S.	0,3

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
205	100	AMPOLA	CLORPROMAZINA 25MG/5ML AMPOLAS DE 5 ML	HYPOFARMA	0,9799



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
40	1500	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 5MG + 50MG	E.M.S.	0,3
31	7000	COMP	ALPRAZOLAM 0,5 MG	E.M.S.	0,074
279	25000	COMP	DULOXETINA 30 MG	NOVAQUIMICA	1,014
482	5000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 850 MG + 50 MG	NOVARTIS	2,55
107	50	FRASCO	BRINZOLAMIDA, ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO, 10 MG + 5 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	NOVARTIS	65,54
117	20000	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	E.M.S.	0,43
164	300	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETAVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	ARESE	10,57
203	2000	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,2449
241	500	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	HYPOFARMA	0,649
251	300	AMPOLA	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIROXIDINA 50/50MG/ML AMPOLAS DE 1 ML IM	UNIAO QUIMICA	1,53
261	400	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML	SANTISA	0,589
312	2100	DRAGEAS	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	WYETH	1,449
426	1000	COMP	LEVOMEPRIMAZINA 100 MG	HIPOLABOR	0,7199
433	500	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRÁGEA B + DRÁGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRÁGEAS	BAYER	6,929
445	200	BISNAGA	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	PHARLAB	2,5567
446	50	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	HYPOFARMA	2,799
514	5000	COMP	NEBIVOLOL, SAL CLORIDRATO 5 MG	HYPERMARCAS	0,6588
626	2000	UN	SACCHAROMYCES BOULARDII 17 LIOFILIZADO 200 MG PÓ SACHE 1G	EMS SIGMA	1,7564
694	2000	COMP	TIORIDAZINA, CLORIDRATO 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,7565
924	1000	CP	OLANZAPINA 5MG	E.M.S.	0,3
932	250	CX	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 LIOFILISADO 200MG C/ 6 CÁPSULAS	EMS SIGMA	7

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
31	15000	COMP	ALPRAZOLAM 0,5 MG	E.M.S.	0,074
40	2000	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 5MG + 50MG	E.M.S.	0,3
107	15	FRASCO	BRINZOLAMIDA, ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO, 10 MG + 5 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	NOVARTIS	65,54
117	50000	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	E.M.S.	0,43
203	10000	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,2449
241	1000	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	HYPOFARMA	0,649
261	200	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML	SANTISA	0,589
279	15000	COMP	DULOXETINA 30 MG	NOVAQUIMICA	1,014
312	10000	DRAGEAS	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	WYETH	1,449
399	20	FRASCO	INSULINA ASPARE 100 UIML	NOVO NORDISK	108,76
426	4000	COMP	LEVOMEPRIMAZINA 100 MG	HIPOLABOR	0,7199



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
433	5000	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRÁGEA B + DRÁGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRÁGEAS	BAYER	6,929
445	100	BISNAGA	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	PHARLAB	2,5567
446	50	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	HYPOFARMA	2,799
514	3000	COMP	NEBIVOLOL, SAL CLORIDRATO 5 MG	HYPERMARCAS	0,6588
694	5000	COMP	TIORIDAZINA, CLORIDRATO 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,7565

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
40	3000	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 5MG + 50MG	E.M.S.	0,3
100	3000	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 10 MG	E.M.S.	0,231
117	3000	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	E.M.S.	0,43
159	5000	COMP	CETOPROFENO 100 MG	MEDLEY	0,769
164	100	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETÁVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	ARESE	10,57
203	1000	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,2449
241	200	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	HYPOFARMA	0,649
261	100	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	SANTISA	0,589
312	1000	DRAGEAS	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	WYETH	1,449
433	800	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRÁGEA B + DRÁGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRÁGEAS	BAYER	6,929
445	100	BISNAGA	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	PHARLAB	2,5567
446	150	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	HYPOFARMA	2,799
568	50	FRASCO	PERICIAZINA 4 % SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO COM 20 ML	SANOFI	16,2
574	100	AMPOLA	PETIDINA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/IV/SC AMP 2 ML	UNIAO QUIMICA	2,1343
626	5000	UN	SACCHAROMYCES BOULARDII 17 LIOFILIZADO 200 MG PÓ SACHE 1G	EMS SIGMA	1,7564
924	2000	CP	OLANZAPINA 5MG	E.M.S.	0,3

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
279	9000	COMP	DULOXETINA 30 MG	NOVAQUIMICA	1,014
31	1000	COMP	ALPRAZOLAM 0,5 MG	E.M.S.	0,074
107	12	FRASCO	BRINZOLAMIDA, ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO, 10 MG + 5 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	NOVARTIS	65,54
117	9000	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	E.M.S.	0,43
164	400	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETÁVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	ARESE	10,57
203	1000	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,2449



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
241	300	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	HYPOFARMA	0,649
261	1000	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	SANTISA	0,589
312	1500	DRAGEAS	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	WYETH	1,449
330	2000	COMP	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM BRONFENIRAMINA, 5MG + 4MG	ACHE	1,39
426	2000	COMP	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	HIPOLABOR	0,7199
433	450	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRAGEA B + DRAGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRAGEAS	BAYER	6,929
446	100	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	HYPOFARMA	2,799
494	1200	COMP	METOPROLOL, TARTARATO 100 MG	BIOSINTETICA	0,3199
514	6000	COMP	NEBIVOLOL, SAL CLORIDRATO 5 MG	HYPERMARCAS	0,6588
694	900	COMP	TIORIDAZINA, CLORIDRATO 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,7565
868	1000	CP	LEVOTIROXINA 38MCG	ACHE	0,2652

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
31	20000	COMP	ALPRAZOLAM 0,5 MG	E.M.S.	0,074
40	10000	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 5MG + 50MG	E.M.S.	0,3
82	100	FRASCO	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250 MCG/DOSE SPRAY ORAL FR 200 DOSES	GLENMARK	19,5
100	10000	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 10 MG	E.M.S.	0,231
107	50	FRASCO	BRINZOLAMIDA, ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO, 10 MG + 5 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	NOVARTIS	65,54
117	20000	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	E.M.S.	0,43
159	30000	COMP	CETOPROFENO 100 MG	MEDLEY	0,769
162	1000	COMP	CETOPROFENO 50 MG	E.M.S.	0,216
164	30	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETÁVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	ARESE	10,57
203	20000	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,2449
205	200	AMPOLA	CLORPROMAZINA 25MG/5ML AMPOLAS DE 5 ML	HYPOFARMA	0,9799
241	1000	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	HYPOFARMA	0,649
251	500	AMPOLA	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIROXIDINA 50/50MG/ML AMPOLAS DE 1 ML IM	UNIAO QUIMICA	1,53
257	3000	COMP	DIOVAN 160 MG	ACHE	1,12
261	1000	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	SANTISA	0,589
279	20000	COMP	DULOXETINA 30 MG	NOVAQUIMICA	1,014
312	1000	DRAGEAS	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	WYETH	1,449
330	500	COMP	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM BRONFENIRAMINA, 5MG + 4MG	ACHE	1,39
344	200	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG/1ML SOL. INJETÁVEL IM.	HIPOLABOR	1,18
397	3000	COMP	IMIPRAMINA, CLORIDRATO 10 MG	ASPEN	0,52
399	20	FRASCO	INSULINA ASPARE 100 UIML	NOVO NORDISK	108,76
426	10000	COMP	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	HIPOLABOR	0,7199
433	100	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRAGEA B + DRAGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRAGEAS	BAYER	6,929



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
445	300	BISNAGA	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	PHARLAB	2,5567
446	300	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	HYPOFARMA	2,799
482	3000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 850 MG + 50 MG	NOVARTIS	2,55
494	5000	COMP	METOPROLOL, TARTARATO 100 MG	BIOSINTETICA	0,3199
514	3000	COMP	NEBIVOLOL, SAL CLORIDRATO 5 MG	HYPERMARCAS	0,6588
544	50	FRASCO	OLOPATADINA, CLORIDRATO 1MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	NOVARTIS	45,88
568	20	FRASCO	PERICIAZINA 4 % SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO COM 20 ML	SANOFI	16,2
574	200	AMPOLA	PETIDINA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL IM/IV/SC AMP 2 ML	UNIAO QUIMICA	2,1343
626	300	UN	SACCHAROMYCES BOULARDII 17 LIOFILIZADO 200 MG PÓ SACHE 1G	EMS SIGMA	1,7564
694	1500	COMP	TIORIDAZINA , CLORIDRATO 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,7565
765	1500	COMP	LEVETIRACETAM 500MG	ACHE	2,08
782	500	COMP	ZOPICLONE 7,5MG	SANOFI	2,35
799	50	UN	REFIS DE INSULINA DE 3ML, 25% DE INSULINA LISPRO + 75% DE INSULINA LISPRO PROTAMINA, SUSPENSÃO INJETÁVEL 100 UI/ML , EMBALAGEM COM 05 REFIS	ELI LILLY	300
811	30	FRAS	CLORIDRATO DE OLOPATADINA 2MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, GOTAS, 2,5ML	NOVARTIS	48
833	100	UNI	REFIS DE INSULINA LISPRO 100UI/ML HUMALOG KWIKPEN, INJETÁVEL, ÉTICO	ELI LILLY	38,9
868	1000	CP	LEVOTIROXINA 38MCG	ACHE	0,2652
871	5000	CP	ANLÓDIPINO 2,5 MG	BIOLAB	0,6288
924	1000	CP	OLANZAPINA 5MG	E.M.S.	0,3
932	10	CX	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 LIOFILISADO 200MG C/ 6 CÁPSULAS	EMS SIGMA	7

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
31	2000	COMP	ALPRAZOLAM 0,5 MG	E.M.S.	0,074
117	2500	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	E.M.S.	0,43
279	3000	COMP	DULOXETINA 30 MG	NOVAQUIMICA	1,014
426	3000	COMP	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	HIPOLABOR	0,7199
924	10000	CP	OLANZAPINA 5MG	E.M.S.	0,3

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
117	3000	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	E.M.S.	0,43
344	20	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG/1ML SOL. INJETAVEL IM.	HIPOLABOR	1,18

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**  
Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**  
Órgão Participante

A G KIENEN & CIA LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**14 - ATA N 35 FUFA**

Publicação Nº 2592384



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua JOAQUIM NABUCO S/N CAPOEIRAS CEP 88.000-001 - Florianópolis/SC CEP: 88.000-001, inscrita no CNPJ sob o nº 07.164.711/0001-40, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. JULIANO FURTIN, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 5



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
944	30	BISNAGA	SAF GEL - GEL CICATRIZANTE 85 G	CONVATEC	45,5

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
944	50	BISNAGA	SAF GEL - GEL CICATRIZANTE 85 G	CONVATEC	45,5

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
 DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
 Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
 Órgão Participante



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**

Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**

Órgão Participante

FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

## 15 - ATA N 36 M.U

Publicação Nº 2592382



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: M. U. BACKES E CIA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida BELO HORIZONTE 114 S/N CENTRO CEP 85.933-000 - Ouro Verde do Oeste/PR CEP: 85.933-000, inscrita no CNPJ sob o nº 08.328.835/0001-87, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. MAICON ULIANS BACKES, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 6



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
478	500	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 1000 MG + 50 MG (ÉTICO)	MSD	3,19
763	500	COMP	RIVAROXABANA 15 MG	BAYER	7,34

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
478	600	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 1000 MG + 50 MG (ÉTICO)	MSD	3,19
635	100	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG/125MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	GSK	100,19

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
478	30000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 1000 MG + 50 MG (ÉTICO)	MSD	3,19
763	8000	COMP	RIVAROXABANA 15 MG	BAYER	7,34

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
478	2000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 1000 MG + 50 MG (ÉTICO)	MSD	3,19
635	100	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG/125MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	GSK	100,19
763	3000	COMP	RIVAROXABANA 15 MG	BAYER	7,34

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
763	4000	COMP	RIVAROXABANA 15 MG	BAYER	7,34



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
478	3000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 1000 MG + 50 MG (ÉTICO)	MSD	3,19
635	50	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG/125MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	GSK	100,19
763	1500	COMP	RIVAROXABANA 15 MG	BAYER	7,34

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**  
Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**  
Órgão Participante

M. U. BACKES E CIA LTDA ME  
Fornecedor



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

Testemunha

Testemunha

**16 - ATA N 37 PROHOSP**

Publicação Nº 2592379



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua JOSÉ FERREIRA BARROS Nº 89 FANNY CEP 80.000-001 - Curitiba/PR CEP: 80.000-001, inscrita no CNPJ sob o nº 04.355.394/0001-51, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. AFRANIO ANTUNES ARAUJO, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 9



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
188	10000	COMP	CLONIDINA 0,100 MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	0,19
823	10000	COMP	GARDENAL / FENOBARBITAL 100MG, ÉTICO	SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA	0,27

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
491	2000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 100 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	0,85
492	3000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 25 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	0,26
493	5000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 50 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	0,65
797	500	COMP	ETEXILATO DE DABIGATRANA 110MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	3,71
839	500	COMP	DABIGATRANA 150MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	3,71
856	500	COMP	PRADAXA 110MG (ETEXILATO DE DABIGATRANA)	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	3,71

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
182	1200	COMP	CLOBAZAM 10 MG	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	0,51
188	3000	COMP	CLONIDINA 0,100 MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	0,19
191	1800	COMP	CLONIDINA 0,200 MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	0,29



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
355	50	FRASCO	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 400 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	44,34
491	2000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 100 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	0,85
492	6000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 25 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	0,26
493	10000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 50 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	0,65

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
121	5000	COMP	CANDESARTANA CILIXETILA + HIDROCLOROTIAZIDA 16/12,5MG COMPRIMIDO	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	1,6
355	300	FRASCO	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 400 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	44,34
797	2000	COMP	ETEXILATO DE DABIGATRANA 110MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	3,71
447	4000	COMP	LINAGLIPTINA 5 MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	6,07
491	5000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 100 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	0,85
492	10000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 25 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	0,26
493	12000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 50 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	0,65
745	2000	COMP	LINAGLIPTINA/CLORIDRATO DE METFORMINA 2,5MG/850MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	2,99
758	4000	COMP	DAPAGLIFLOZINA 10MG	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	4,1
839	2500	COMP	DABIGATRANA 150MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	3,71
855	3000	COMP	XIGDUO XR 10/1000MG (DAPAGLIFLOZINA/CLORIDRATO DE METFORMINA)	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	3,9

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
182	8000	COMP	CLOBAZAM 10 MG	SANOFI MEDLEY FARMACÉUTICA LTDA.	0,51
355	15	FRASCO	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 400 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	44,34
447	1000	COMP	LINAGLIPTINA 5 MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	6,07
491	10000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 100 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	0,85
492	20000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 25 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	0,26
493	20000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 50 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	0,65
758	1000	COMP	DAPAGLIFLOZINA 10MG	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	4,1
797	1500	COMP	ETEXILATO DE DABIGATRANA 110MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	3,71



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
800	2000	COMP	CLORIDRATO DE DILTIAZEN 90MG SR	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	1,63
839	1000	COMP	DABIGATRANA 150MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	3,71
855	2000	COMP	XIGDUO XR 10/1000MG (DAPAGLIFLOZINA/ CLORIDRATO DE METFORMINA)	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	3,9
400	100	FRASCO	INSULINA GARDINA 100 UI/ML REFIL	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	36
355	15	FRASCO	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 400 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	44,34

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
188	2000	COMP	CLONIDINA 0,100 MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	0,19
190	2000	COMP	CLONIDINA 0,150 MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	0,23
191	2000	COMP	CLONIDINA 0,200 MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	0,29
493	8000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 50 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	0,65

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
122	2000	COMP	CANDESARTANA, CILEXETIL 16 MG	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	1,49
182	720	COMP	CLOBAZAM 10 MG	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	0,51
190	600	COMP	CLONIDINA 0,150 MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	0,23
447	360	COMP	LINAGLIPTINA 5 MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	6,07
492	4000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 25 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	0,26
493	8000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 50 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	0,65
839	1800	COMP	DABIGATRANA 150MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	3,71
121	300	COMP	CANDESARTANA CILIXETILA + HIDROCLOROTIAZIDA 16/12,5MG COMPRIMIDO	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	1,6
855	500	COMP	XIGDUO XR 10/1000MG (DAPAGLIFLOZINA/ CLORIDRATO DE METFORMINA)	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	3,9
856	300	COMP	PRADAXA 110MG (ETEXILATO DE DABIGATRANA)	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	3,71

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
121	500	COMP	CANDESARTANA CILIXETILA + HIDROCLOROTIAZIDA 16/12,5MG COMPRIMIDO	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	1,6



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
122	500	COMP	CANDESARTANA, CILEXETIL 16 MG	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	1,49
123	500	COMP	CANDESARTANA, CILEXETILA + HIDROCLOROTIAZIDA 8MG/12,5MG	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	1,7
124	500	COMP	CANDESARTANA, CILEXETILA ASSOCIADO COM HIDROCLOROTIAZIDA 16MG + 12,5 MG	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	1,6
182	3000	COMP	CLOBAZAM 10 MG	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	0,51
188	3000	COMP	CLONIDINA 0,100 MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	0,19
190	1000	COMP	CLONIDINA 0,150 MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	0,23
191	3000	COMP	CLONIDINA 0,200 MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	0,29
250	300	COMP	DILTIAZEM, CLORIDRATO SR 120 MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	2,12
339	100	FRASCO	FENOTEROL BROMIDRATO ASSOCIADO A IPRATRÓPIO BROMETO 0,1 MG + 0,04 MG/DOSE, AEROSOL ORAL FRASCO 15 ML	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	12,88
355	10	FRASCO	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 400 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	44,34
400	150	FRASCO	INSULINA GARDINA 100 UI/ML REFIL	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	36
447	1000	COMP	LINAGLIPTINA 5 MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	6,07
491	10000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 100 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	0,85
492	15000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 25 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	0,26
493	20000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 50 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	0,65
745	1000	COMP	LINAGLIPTINA/CLORIDRATO DE METFORMINA 2,5MG/850MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	2,99
747	1000	COMP	SAXAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 2,5MG/1000MG	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	2,3
758	1500	COMP	DAPAGLIFLOZINA 10MG	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	4,1
797	1500	COMP	ETEXILATO DE DABIGATRANA 110MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	3,71
800	1000	COMP	CLORIDRATO DE DILTIAZEN 90MG SR	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	1,63
802	500	COMP	SAXAGLIPTINA 5,0MG	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	3
807	1500	COMP	OMEPPRAZOL MAGNÉSIO 20 MG (LOSEC MUPS)	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	7,66
823	1500	COMP	GARDENAL / FENOBARBITAL 100MG, ÉTICO	SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA	0,27
832	100	UNI	CANETA/APLICADOR INSULINA GLARGINA 100UI/ML LANTUS SOLOSTAR SANOFI-AVENTIS, INJETÁVEL, ÉTICO	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	59,06
834	100	UNI	INSULINA APIDRA SOLOSTAR 100UI/ML, 3ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, ÉTICO	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	20,68



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
839	1500	COMP	DABIGATRANA 150MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	3,71
855	1000	COMP	XIGDUO XR 10/1000MG (DAPAGLIFLOZINA/ CLORIDRATO DE METFORMINA)	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	3,9
856	1500	COMP	PRADAXA 110MG (ETEXILATO DE DABIGATRANA)	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	3,71
873	3	CX	ONGLYSA 5 MG C/ 30 CP	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	74,91

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
355	200	FRASCO	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 400 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	44,34

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
182	720	COMP	CLOBAZAM 10 MG	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	0,51
190	600	COMP	CLONIDINA 0,150 MG	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E	0,23

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
 DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
 Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
 Órgão Participante



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**

Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**

Órgão Participante

PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**17 - ATA N 38 MEDICAMENTOS AZ**

Publicação Nº 2592377



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua OCTAVIANO TEIXEIRA DOS SANTOS Nº 1132 CENTRO CEP 85.600-001 - Francisco Beltrão/PR CEP: 85.600-001, inscrita no CNPJ sob o nº 09.676.256/0001-98, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. SIRLEI FATIMA FOLADOR, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 6



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	1000	FRASCO	ACEBROFILINA 10MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO DE 120 ML	CIMED	4,59
186	30000	COMP	CLONAZEPAM 2 MG	GEOLAB	0,0499

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	400	FRASCO	ACEBROFILINA 10MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO DE 120 ML	CIMED	4,59
186	10000	COMP	CLONAZEPAM 2 MG	GEOLAB	0,0499

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	400	FRASCO	ACEBROFILINA 10MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO DE 120 ML	CIMED	4,59
186	15000	COMP	CLONAZEPAM 2 MG	GEOLAB	0,0499

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	800	FRASCO	ACEBROFILINA 10MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO DE 120 ML	CIMED	4,59
186	50000	COMP	CLONAZEPAM 2 MG	GEOLAB	0,0499

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	100	FRASCO	ACEBROFILINA 10MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO DE 120 ML	CIMED	4,59
186	2000	COMP	CLONAZEPAM 2 MG	GEOLAB	0,0499

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	250	FRASCO	ACEBROFILINA 10MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO DE 120 ML	CIMED	4,59
186	12000	COMP	CLONAZEPAM 2 MG	GEOLAB	0,0499

4 / 6



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	1500	FRASCO	ACEBROFILINA 10MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO DE 120 ML	CIMED	4,59
186	30000	COMP	CLONAZEPAM 2 MG	GEOLAB	0,0499

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	100	FRASCO	ACEBROFILINA 10MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO DE 120 ML	CIMED	4,59
186	1500	COMP	CLONAZEPAM 2 MG	GEOLAB	0,0499

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
 DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
 Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**  
 Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**  
 Órgão Participante



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**  
Órgão Participante

MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**18 - ATA N 39 AGIL**

Publicação Nº 2592376



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida PREFEITO GUIOMAR DE JESUS LOPES Nº 418 CRISTO REI CEP 85.600-001 - Francisco Beltrão/PR CEP: 85.600-001, inscrita no CNPJ sob o nº 20.590.555/0001-48, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. ANDERSON RIBEIRO LAZZARI, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

1 / 6



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

- 3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.
- 3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.
- 3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.
- 3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.
- 3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.
- 3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

- 4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
- 4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.
- 4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.
- 4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

- 5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
  - b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
  - c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
  - d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
  - e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
  - f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
  - g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.
- 8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:
- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
  - b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
  - c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
111	200	FRASCO	BROMOPRIDA 4 MG/ML FRASCO 20 ML	HIPOLABOR	1,07
157	800	BISNAGA	CETOCONAZOL 20 MG/G TUBO COM 30 GRAMAS	HIPOLABOR	3,99
499	500	BISNAGA	MICONAZOL 2% CREME VAGINAL BISNAGA 80 G	HIPOLABOR	5,45
912	20000	CP	HEMITARTARATO ZOLPIDEM 10MG	LAB. TEUTO	0,313

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
157	200	BISNAGA	CETOCONAZOL 20 MG/G TUBO COM 30 GRAMAS	HIPOLABOR	3,99
697	20	FRASCO	TIOTRÓPIO BROMETO, 2,5 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO COM INALADOR FRASCO 4 ML 60 DOSES	BOEHRINGER	235
762	10000	COMP	TARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG	TEUTO	0,326

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
111	300	FRASCO	BROMOPRIDA 4 MG/ML FRASCO 20 ML	HIPOLABOR	1,07
157	200	BISNAGA	CETOCONAZOL 20 MG/G TUBO COM 30 GRAMAS	HIPOLABOR	3,99
499	500	BISNAGA	MICONAZOL 2% CREME VAGINAL BISNAGA 80 G	HIPOLABOR	5,45
762	5000	COMP	TARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG	TEUTO	0,326
912	5000	CP	HEMITARTARATO ZOLPIDEM 10MG	LAB. TEUTO	0,313

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
157	300	BISNAGA	CETOCONAZOL 20 MG/G TUBO COM 30 GRAMAS	HIPOLABOR	3,99
111	200	FRASCO	BROMOPRIDA 4 MG/ML FRASCO 20 ML	HIPOLABOR	1,07
892	30000	CP	CLORIDRATO DE METFORMINA 1G XR	EMS S/A.	0,89
912	30000	CP	HEMITARTARATO ZOLPIDEM 10MG	LAB. TEUTO	0,313
499	200	BISNAGA	MICONAZOL 2% CREME VAGINAL BISNAGA 80 G	HIPOLABOR	5,45



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
111	400	FRASCO	BROMOPRIDA 4 MG/ML FRASCO 20 ML	HIPOLABOR	1,07
499	500	BISNAGA	MICONAZOL 2% CREME VAGINAL BISNAGA 80 G	HIPOLABOR	5,45
697	12	FRASCO	TIOTRÓPIO BROMETO, 2,5 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO COM INALADOR FRASCO 4 ML 60 DOSES	BOEHRINGER	235
762	50000	COMP	TARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG	TEUTO	0,326

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
111	100	FRASCO	BROMOPRIDA 4 MG/ML FRASCO 20 ML	HIPOLABOR	1,07
157	100	BISNAGA	CETOCONAZOL 20 MG/G TUBO COM 30 GRAMAS	HIPOLABOR	3,99
499	100	BISNAGA	MICONAZOL 2% CREME VAGINAL BISNAGA 80 G	HIPOLABOR	5,45
912	5000	CP	HEMITARTARATO ZOLPIDEM 10MG	LAB. TEUTO	0,313

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
157	400	BISNAGA	CETOCONAZOL 20 MG/G TUBO COM 30 GRAMAS	HIPOLABOR	3,99
499	250	BISNAGA	MICONAZOL 2% CREME VAGINAL BISNAGA 80 G	HIPOLABOR	5,45
697	12	FRASCO	TIOTRÓPIO BROMETO, 2,5 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO COM INALADOR FRASCO 4 ML 60 DOSES	BOEHRINGER	235
912	20000	CP	HEMITARTARATO ZOLPIDEM 10MG	LAB. TEUTO	0,313

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
111	500	FRASCO	BROMOPRIDA 4 MG/ML FRASCO 20 ML	HIPOLABOR	1,07
157	1000	BISNAGA	CETOCONAZOL 20 MG/G TUBO COM 30 GRAMAS	HIPOLABOR	3,99
499	500	BISNAGA	MICONAZOL 2% CREME VAGINAL BISNAGA 80 G	HIPOLABOR	5,45
546	3000	CAPSULA	OMEPRAZOL 10 MG	EMS S/A.	0,33
562	3000	COMP	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CAFEINA 500 MG + 65 MG	EMS S/A.	0,42
697	5	FRASCO	TIOTRÓPIO BROMETO, 2,5 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO COM INALADOR FRASCO 4 ML 60 DOSES	BOEHRINGER	235
708	1500	COMP	TRAMADOL, CLORIDRATO 325MG + PARACETAMOL 37,5 MG	ACHE	1,5
762	15000	COMP	TARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG	TEUTO	0,326
892	600	CP	CLORIDRATO DE METFORMINA 1G XR	EMS S/A.	0,89
912	3000	CP	HEMITARTARATO ZOLPIDEM 10MG	LAB. TEUTO	0,313

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
546	1000	CAPSULA	OMEPRAZOL 10 MG	EMS S/A.	0,33

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na clausula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**  
Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**  
Órgão Participante

AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

## 19 - ATA N 40 ILG

Publicação Nº 2592375



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

## PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC

## REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2020

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: ILG COMERCIAL LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua ITACOLMI Nº 377 CENTRO CEP 85.500-001 - Pato Branco/PR CEP: 85.500-001, inscrita no CNPJ sob o nº 20.657.155/0001-02, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. ADOLFO FREDERICO GRAMS, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
38	5000	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM CLORTALIDONA, 5 MG + 25 MG	BIOLAB	0,874
39	5000	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLORITIAZIDA, 2,5MG + 25MG	EMS	0,1889
92	5000	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 16 MG	EUROFARMA	0,199
130	20000	COMP	CARBAMAZEPINA 400 MG	GERMED	0,393
141	20000	COMP	CARBONATO DE LÍTIO CR 450 MG	SUPERA	1,407
146	20000	COMP	CARVEDILOL 3,125 MG,	EMS	0,088
147	40000	COMP	CARVEDILOL 6,25 MG CARTELA	EMS	0,0799
150	1000	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G INTRAMUSCULAR, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	EUROFARMA	8,8819
183	10000	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG	GERMED	0,5627
195	5000	COMP	CLORETO DE POTÁSSIO 600 MG	GSK	0,5731
226	200	FRASCO	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG COLÍRIO FRASCO COM 5 ML	UQM	12,2399
353	200	FRASCO	FLUTICASONA, PROPIONATO 50MCG/DOSE AEROSOL NASAL SPRAY COM 120 DOSES	LIBBS	48,9999
407	100	COMP	ISOSSORBIDA 5 MG, SAL DINITRATO SUBLINGUAL	SIGMA	0,2799
422	10000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA BD	ACHE	0,8599
438	30000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	MERCK	0,1992
485	5000	COMP	METILFENIDATO CLORIDRATO 10 MG	EMS	0,399
593	5000	COMP	PREGABALINA 75 MG	MERCK	0,8715
785	200	FRASCO	FENOBARBITAL 40MG/ML FRASCO COM 20ML ÉTICO (GARDENAL)	MEDLEY	7,4899
786	5000	COMP	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25 MG	EMS	0,1413
972	200	FRASCO	NITAZOXANIDA 20 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL 45 ML	EUROFARMA	11,4999

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
2	1000	COMP	ACARBOSE 50 MG	EMS	0,8199
34	2000	COMP	ALPRAZOLAM 2 MG	EMS	0,129
73	1000	COMP	ATENOLOL+CLORTALIDONA 100/25 MG	GERMED	0,1977



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
89	50	FRASCO	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FR 100 ML	EMS	4,943
98	3000	COMP	BISOPROLOL , FUMARATO 5 MG	EMS	0,299
99	5000	COMP	BISOPROLOL FUMARATO 2,5 MG	EMS	0,25
130	5000	COMP	CARBAMAZEPINA 400 MG	GERMED	0,393
141	2000	COMP	CARBONATO DE LÍTIU CR 450 MG	SUPERA	1,407
143	100	FRASCO	CARMELOSE SÓDICA 5MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA - FRASCO COM 15 ML	UQM	22,4488
146	3000	COMP	CARVEDILOL 3,125 MG,	EMS	0,088
147	10000	COMP	CARVEDILOL 6,25 MG CARTELA	EMS	0,0799
195	3000	COMP	CLORETO DE POTÁSSIO 600 MG	GSK	0,5731
209	3000	COMP	CLORTALIDONA 50 MG	EMS	0,2699
280	10000	COMP	DULOXETINA 60 MG	EMS	1,9189
290	20	BISNAGA	ESCINA 10MG/G + SALICILATO DE DIETILAMÔNIO 50G/ MG GEL 30 GR (REPARIL)	mylan	16,9999
422	5000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA BD	ACHE	0,8599
438	2000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	MERCK	0,1992
440	3000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA DE 150 MCG	MERCK	0,2178
452	1000	COMP	LISINAPRIL 5 MG	EMS	0,37
458	3000	COMP	LORAZEPAM 2 MG	EMS	0,0898
462	15000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 100 MG + 25 MG	GERMED	0,2689
479	500	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 850 MG + 50 MG	SUPERA	3,2299
495	5000	COMP	METOTREXATO 2,5 MG	BLAU	0,8189
557	5000	COMP	PANTOPRAZOL 20 MG	GERMED	0,087
593	10000	COMP	PREGABALINA 75 MG	MERCK	0,8715
605	1000	COMP	RAMIPRIL 2,5 MG	MEDLEY	1
711	1000	COMP	TRAZODONA 150 MG RETARD	NOVARTIS	3,3922
721	500	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 25 MG	DIVCON	2
725	2000	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 160 MG + 12,5 MG	ACHE	1,3439
735	2000	COMP	VERAPAMIL, CLORIDRATO 120 MG	ACHE	0,7979
752	1000	COMP	ÁCIDO TIOCTICO 600MG HR	MERCK	3,7899
753	500	COMP	APIXABANA 5MG	WYETH	4
786	5000	COMP	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25 MG	EMS	0,1413
793	2000	COMP	FOSFATO DE SITAGLIPTINA 100MG	SUPERA	6,9399
880	2000	CP	JANUVIA 50 MG	MERCK	3,5299
910	2100	CP	GESTODENO 0,075MG+ETINILESTRADIOL 0,030MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	ACHE	0,8099
933	500	CP	SITAGLIPTINA 100MG+METFORMINA 1000MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	MERCK	6,8749
937	5000	CP	TRAZODONA 50MG	EMS	0,42
939	10000	CP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG LIBERAÇÃO ENTÉRICA	sanofi medley	0,4929
989	1500	COMP	PRAMIPEXOL 1,5MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	EUROFARMA	3,9399
999	500	CP	ESZOPICLONA 2MG	EUROFARMA	2,72
1001	500	COMP	DICLORIDRATO DE PRAMIPEXOL 0,750 MG	EUROFARMA	2
1002	500	SACHE	ASPARTATO DE ORNITINA 0,6GR, GRANULADO DE 3GR	BIOLAB	8,85
1003	500	CP	ESCITALOPRAM 15 MG	EMS	0,3999
1004	500	CP	SELEGILINA 5 MG	CHIESI	1,5571



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
73	3000	COMP	ATENOLOL+CLORTALIDONA 100/25 MG	GERMED	0,1977
89	50	FRASCO	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSAO ORAL FR 100 ML	EMS	4,943
98	6000	COMP	BISOPROLOL , FUMARATO 5 MG	EMS	0,299
99	9000	COMP	BISOPROLOL FUMARATO 2,5 MG	EMS	0,25
141	3000	COMP	CARBONATO DE LITIO CR 450 MG	SUPERA	1,407
143	100	FRASCO	CARMELOSE SODICA 5MG/ML SOLUÇÃO OFTALMICA - FRASCO COM 15 ML	UQM	22,4488
146	5000	COMP	CARVEDILOL 3,125 MG,	EMS	0,088
147	10000	COMP	CARVEDILOL 6,25 MG CARTELA	EMS	0,0799
150	600	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G INTRAMUSCULAR, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	EUROFARMA	8,8819
155	3000	COMP	CELECOXIBE 200 MG	EUROFARMA	0,9219
177	20	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO COM DEXAMETASONA 3,5MG + 1 MG/G POMADA OFTALMICA BISNAGA COM 3,5 G	UQM	22,099
183	1000	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG	GERMED	0,5627
227	600	BISNAGA	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG POMADA OFTALMICA DE 3,5G	UQM	20,0399
235	2000	COMP	DIACEREINA 50 MG	TRB	3,3897
243	3000	COMP	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG + CODEÍNA 50 MG	NOVARTIS	3,6899
270	50	FRASCO	DOMPERIDONA 1 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML	MEDLEY	9,2399
280	8000	COMP	DULOXETINA 60 MG	EMS	1,9189
306	560	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO A DROSPIRENOMA 1 MG + 2 MG CARTELA COM 28 CP	BAYER	82,8597
369	1200	SACHE	GLICOSAMINA 1,5 G PÓ ORAL SACHÊ 3,95 G	EMS	1,5999
404	90	COMP	ISOSSORBIDA 10 MG SAL DINITRATO SUBLINGUAL	SIGMA	0,2649
420	10000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADA A BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG	ACHE	1,8999
438	3000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	MERCK	0,1992
440	3000	COMP	LEVOTIROXINA SODICA DE 150 MCG	MERCK	0,2178
462	4000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 100 MG + 25 MG	GERMED	0,2689
485	3000	COMP	METILFENIDATO CLORIDRATO 10 MG	EMS	0,399
532	400	CARTELA	NORETISTERONA 0,35 MG , BLISTER CALENDÁRIO COM 35 UNIDADES	BIOLAB	4,5999
593	7000	COMP	PREGABALINA 75 MG	MERCK	0,8715
605	3000	COMP	RAMIPRIL 2,5 MG	MEDLEY	1
607	3000	COMP	RAMIPRIL 5 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5MG COMPRIMIDO	LIBBS	1,5249
711	3000	COMP	TRAZODONA 150 MG RETARD	NOVARTIS	3,3922
721	1200	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 25 MG	DIVCON	2
722	4000	COMP	VALSARTANA +HIDROCLOROTIAZIDA+ANLIDIPINO 160+ 25+ 5 MG	ACHE	4,1799
725	1200	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 160 MG + 12,5 MG	ACHE	1,3439
753	900	COMP	APIXABANA 5MG	WYETH	4
777	900	COMP	EMPAGLIFLOZINA 25MG	BOEHRINGER	6,0297
780	900	COMP	APIXABANA 2,5MG	WYETH	4
785	50	FRASCO	FENOBARBITAL 40MG/ML FRASCO COM 20ML ÉTICO (GARDENAL)	MEDLEY	7,4899
786	7000	COMP	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25 MG	EMS	0,1413
821	900	COMP	VITALUX PLUS / OMEGA 3, COM 30 COMPRIMIDOS, ÉTICO	ALCON	4,0399
890	100	FR	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINA 3,5MG/ML +DEXAMETASONA 1MG/ML SOL.OFT.5ML	LEGRAND	12,4999



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
902	1200	CP	DOBESILATO DE CÁLCIO 500MG	APSEN	1,8699
906	3000	CP	FOSFATO DE CODEÍNA 30MG	CRISTÃ LIA	1,0298
933	600	CP	SITAGLIPTINA 100MG+METFORMINA 1000MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	MERCK	6,8749
937	4000	CP	TRAZODONA 50MG	EMS	0,42
975	50	FRASCO	PURAVIT MULTI (SUPLEMENTO VITAMINICO E MINERAL) 120 ML	MYRALIS	41,8499

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
32	6000	COMP	ALPRAZOLAM 1 MG	GERMED	0,08
92	3000	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 16 MG	EUROFARMA	0,199
95	50	FRASCO	BIMATOPROSTA 0,03 % + MALEATO DE TIMOLOL 0,5 % FRASCO DE 5 ML OFTÁLMICO	ALLERGAN	153,999
98	5000	COMP	BISOPROLOL , FUMARATO 5 MG	EMS	0,299
101	5000	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 1,25 MG	EMS	0,6299
177	60	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO COM DEXAMETASONA 3,5MG + 1 MG/G POMADA OFTÁLMICA BISNAGA COM 3,5 G	UQM	22,099
266	2500	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 125 MG	ABBOTT	0,9699
420	3000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADA A BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG	ACHE	1,8999
422	15000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA BD	ACHE	0,8599
423	15000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA COM LIBERAÇÃO PROLONGADA HBS	FARMOQUIMICA	1,7497
458	2000	COMP	LORAZEPAM 2 MG	EMS	0,0898
462	20000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 100 MG + 25 MG	GERMED	0,2689
700	100	FRASCO	TOBRAMICINA 3MG + DEXAMETASONA 1MG COLÍRIO FRASCO 5ML	UQM	22,7499
707	200	FRASCO	TRAMADOL, CLORIDRATO 100MG/ML GOTAS FRASCO DE 10 ML	GERMED	16,8199
777	15000	COMP	EMPAGLIFLOZINA 25MG	BOEHRINGER	6,0297
786	6000	COMP	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25 MG	EMS	0,1413
898	50	CARTELA	DESOGESTREL 25MCG+ETINILESTRADIOL 40MCG (CP AZUL) E DESOGESTREL 125MCG+ETINILESTRADIOL 30MCG (CP BRANCO) C/ 22 CP	SUPERA	36,1599
902	2000	CP	DOBESILATO DE CÁLCIO 500MG	APSEN	1,8699
906	5000	CP	FOSFATO DE CODEÍNA 30MG	CRISTÃ LIA	1,0298
38	3000	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM CLORTALIDONA, 5 MG + 25 MG	BIOLAB	0,874
39	2500	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 2,5MG + 25MG	EMS	0,1889
46	4000	COMP	AMITRIPTILINA 10 MG	SUPERA	0,358
89	100	FRASCO	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FR 100 ML	EMS	4,943
103	70	FRASCO	BRIMONIDINA 1 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	UQM	21,099
106	12	FRASCO	BRINZOLAMIDA 10 MG/ML SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	NOVARTIS	59,5483
116	150	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 50 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	ACHE	21,9999
130	3500	COMP	CARBAMAZEPINA 400 MG	GERMED	0,393
131	3000	COMP	CARBAMAZEPINA CR 200 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	NOVARTIS	0,9199
141	10000	COMP	CARBONATO DE LÍTIO CR 450 MG	SUPERA	1,407
143	350	FRASCO	CARMELOSE SÓDICA 5MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA - FRASCO COM 15 ML	UQM	22,4488

7 / 18



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
146	3000	COMP	CARVEDILOL 3,125 MG,	EMS	0,088
147	12000	COMP	CARVEDILOL 6,25 MG CARTELA	EMS	0,0799
150	500	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G INTRAMUSCULAR, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	EUROFARMA	8,8819
155	12000	COMP	CELECOXIBE 200 MG	EUROFARMA	0,9219
353	70	FRASCO	FLUTICASONA, PROPIONATO 50MCG/DOSE AEROSSOL NASAL SPRAY COM 120 DOSES	LIBBS	48,9999
711	10000	COMP	TRAZODONA 150 MG RETARD	NOVARTIS	3,3922
720	5000	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 12,5 MG	EMS	1,97
725	4000	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 160 MG + 12,5 MG	ACHE	1,3439
183	6000	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG	GERMED	0,5627
209	3000	COMP	CLORTALIDONA 50 MG	EMS	0,2699
235	3500	COMP	DIACEREINA 50 MG	TRB	3,3897
820	30	FRAS	FUMARATO DE FORMOTEROL 12MCG, COM 30 CÁPSULAS + INALADOR	ACHE	40,6718
821	3000	COMP	VITALUX PLUS / OMEGA 3, COM 30 COMPRIMIDOS, ÉTICO	ALCON	4,0399
264	6000	COMP	DIPIRONA, SODICA 500 MG + PROMETASINA 5 MG + ADIFENINA 10 MG	LEGRAND	0,5119
280	15000	COMP	DULOXETINA 60 MG	EMS	1,9189
281	1500	COMP	DUTASTERIDA 0,5 MG	ACHE	2,1999
592	3500	COMP	PREGABALINA 150 MG	MERCK	1,5198
593	20000	COMP	PREGABALINA 75 MG	MERCK	0,8715
407	600	COMP	ISOSSORBIDA 5 MG, SAL DINITRATO SUBLINGUAL	SIGMA	0,2799
438	15000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	MERCK	0,1992
440	4000	COMP	LEVOTIROXINA SODICA DE 150 MCG	MERCK	0,2178
752	5000	COMP	ACIDO TIOCTICO 600MG HR	MERCK	3,7899
967	2000	CP	VALSARTANA + HCTZ 160/25 MG	ACHE	1,3439
479	7000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 850 MG + 50 MG	SUPERA	3,2299
485	5000	COMP	METILFENIDATO CLORIDRATO 10 MG	EMS	0,399
557	20000	COMP	PANTOPRAZOL 20 MG	GERMED	0,087
579	3000	COMP	PITAVASTATINA CÁLCICA 2 MG	EUROFARMA	1,429
605	2000	COMP	RAMIPRIL 2,5 MG	MEDLEY	1
607	3500	COMP	RAMIPRIL 5 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5MG COMPRIMIDO	LIBBS	1,5249
670	6000	COMP	SULPIRIDA 50 MG	sanofi medley	0,5499
968	2000	CP	VALSARTANA + HCTZ 80/12,5 MG	ACHE	1,3439
972	60	FRASCO	NITAZOXANIDA 20 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL 45 ML	EUROFARMA	11,4999
975	200	FRASCO	PURAVIT MULTI (SUPLEMENTO VITAMINICO E MINERAL) 120 ML	MYRALIS	41,8499
753	2500	COMP	APIXABANA 5MG	WYETH	4
885	1000	CP	ALOGLIPTINA 25MG+PIOGLITASONA 30MG	TAKEDA	4,18
889	300	BISNAGA	CETOCONAZOL 20MG/G+DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 0,5MG/G CREME 30G	EMS	5,6552
890	100	FR	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINA 3,5MG/ML +DEXAMETASONA 1MG/ML SOL.OFT.5ML	LEGRAND	12,4999
894	400	FR	CLORIDRATO DE OXOMEMAZINA 2MG/5ML+IODETO DE POTÁSSIO 100MG/5ML+BENZOATO DE SÓDIO 20MG/5ML+GUAIFENESINA 30MG/5ML 120ML XAROPE ADULTO E PEDIÁTRICO SEM AÇÚCAR	LEGRAND	12,4499
910	12600	CP	GESTODENO 0,075MG+ETINILESTRADIOL 0,030MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	ACHE	0,8099
911	8000	CP	HEMIFUMARATO DE QUETIANA 50MG XR	EUROFARMA	2,7899
922	4000	CP	NITRATO DE TIAMINA 100MG+CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 100MG+CIANOCOBALAMINA 5.000MCG	PROCTER	1,7899



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
933	600	CP	SITAGLIPTINA 100MG+METFORMINA 1000MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	MERCK	6,8749
935	2500	CP	TELMISARTANA 40MG	EMS	1,828
937	15000	CP	TRAZODONA 50MG	EMS	0,42
939	5000	CP	ÁCIDO ACETILSALICILICO 100MG LIBERAÇÃO ENTÉRICA	sanofi medley	0,4929
941	6000	CP	TOPIRAMATO 100MG	EMS	0,303
99	6000	COMP	BISOPROLOL FUMARATO 2,5 MG	EMS	0,25
991	1000	CP	CANDESARTAN 8MG	LIBBS	1,7189
908	30	CX	FUROATO DE MOMETASONA 400MCG PÓ INALANTE C/ INALADOR	HYPERMARCAS	69,8398
859	3500	COMP	SUCCINATO DE SOLIFENACINA 6MG + TANSULOSINA 0,4 MG	ASTELLAS	4,8449
864	50	UN	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,02MG DOSE +BROMIDRATO FENOTEROL 0,05MG	BOEHRINGER	13,2296
993	18000	CAPSULA	FUMARATO DE FORMOTEROL DI-HIDRATADO 12MCG + BUDESONIDA 400 MCG CÁPSULAS DE INALAÇÃO ÚNICA REFIL	ACHE	1,3899
997	600	SACHE	ESTRADIOL GEL 0,5 MG EM EMBALAGEM COM 28 SACHÊS DE 0,5 G DOSE ÚNICA.	SCHERING	1,1159

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
15	5000	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 81 MG TAMPONADO	EMS	0,3299
32	15000	COMP	ALPRAZOLAM 1 MG	GERMED	0,08
89	200	FRASCO	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSAO ORAL FR 100 ML	EMS	4,943
98	6000	COMP	BISOPROLOL , FUMARATO 5 MG	EMS	0,299
99	6000	COMP	BISOPROLOL FUMARATO 2,5 MG	EMS	0,25
102	1000	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 5 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG	MERCK	2,899
103	15	FRASCO	BRIMONIDINA 1 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	UQM	21,099
106	15	FRASCO	BRINZOLAMIDA 10 MG/ML SUSPENÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	NOVARTIS	59,5483
130	50000	COMP	CARBAMAZEPINA 400 MG	GERMED	0,393
141	8000	COMP	CARBONATO DE LITIO CR 450 MG	SUPERA	1,407
143	100	FRASCO	CARMELOSE SODICA 5MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA - FRASCO COM 15 ML	UQM	22,4488
146	20000	COMP	CARVEDILOL 3,125 MG,	EMS	0,088
147	50000	COMP	CARVEDILOL 6,25 MG CARTELA	EMS	0,0799
183	5000	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG	GERMED	0,5627
226	100	FRASCO	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG COLÍRIO FRASCO COM 5 ML	UQM	12,2399
235	1500	COMP	DIACEREINA 50 MG	TRB	3,3897
280	30000	COMP	DULOXETINA 60 MG	EMS	1,9189
310	1000	COMP	ESTRIOL 1 MG	SUPERA	0,6739
331	800	FRASCO	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO A BRONFENIRAMINA 1 MG + 0,4 MG/ ML FRASCO DE 120 ML	ACHE	13,9679
409	3000	COMP	ISSOSORBIDA, MONONITRATO 50 MG	BALDACCI	1,7999
420	20000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADA A BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG	ACHE	1,8999
422	25000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA BD	ACHE	0,8599
423	15000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA COM LIBERAÇÃO PROLONGADA HBS	FARMOQUIMICA	1,7497



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
485	8000	COMP	METILFENIDATO CLORIDRATO 10 MG	EMS	0,399
495	500	COMP	METOTREXATO 2,5 MG	BLAU	0,8189
532	2000	CARTELA	NORETISTERONA 0,35 MG , BLISTER CALENDÁRIO COM 35 UNIDADES	BIOLAB	4,5999
553	100	FRASCO	OXCARBAMAZEPINA 60 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML PEDIATRICO	UQM	21,089
592	30000	COMP	PREGABALINA 150 MG	MERCK	1,5198
593	50000	COMP	PREGABALINA 75 MG	MERCK	0,8715
622	10000	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA 5 MG	EMS	0,3298
670	10000	COMP	SULPIRIDA 50 MG	sanofi medley	0,5499
707	500	FRASCO	TRAMADOL, CLORIDRATO 100MG/ML GOTAS FRASCO DE 10 ML	GERMED	16,8199
711	10000	COMP	TRAZODONA 150 MG RETARD	NOVARTIS	3,3922
720	2000	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 12,5 MG	EMS	1,97
721	1000	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 25 MG	DIVCON	2
727	1000	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 80 MG + 12,5 MG	ACHE	1,3439
753	1800	COMP	APIXABANA 5MG	WYETH	4
777	3000	COMP	EMPAGLIFLOZINA 25MG	BOEHRINGER	6,0297
780	1500	COMP	APIXABANA 2,5MG	WYETH	4
786	15000	COMP	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25 MG	EMS	0,1413
792	12	FRAS	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 100 MCG + FUMARATO DE FORMOTEROL 6MCG PÓ PARA INALAÇÃO, 120 DOSES	CHIESI	112,4799
793	1500	COMP	FOSFATO DE SITAGLIPTINA 100MG	SUPERA	6,9399
857	500	COMP	TARTARATO DE TOLTERODINA 4MG	PFIZER	12,9699
880	600	CP	JANUVIA 50 MG	MERCK	3,5299
902	2000	CP	DOBESILATO DE CÁLCIO 500MG	APSEN	1,8699
937	25000	CP	TRAZODONA 50MG	EMS	0,42
981	1500	COMP	VITERGAN ZINCO PL	MARJAN	2,337
982	3000	CP	Dietilestilbestrol 1mg	APSEN	0,7699
353	100	FRASCO	FLUTICASONA, PROPIONATO 50MCG/DOSE AEROSOL NASAL SPRAY COM 120 DOSES	LIBBS	48,9999
116	200	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 50 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	ACHE	21,9999
113	15	FRASCO	BUDESONIDA 400 MCG PO PARA INALAÇÃO COM 60 CAP	NOVARTIS	53,9
177	15	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO COM DEXAMETASONA 3,5MG + 1 MG/G POMADA OFTALMICA BISNAGA COM 3,5 G	UQM	22,099
722	1000	COMP	VALSARTANA +HIDROCLOROTIAZIDA+ANLODIPINO 160+ 25+ 5 MG	ACHE	4,1799
993	15	CAPSULA	FUMARATO DE FORMOTEROL DI-HIDRATADO 12MCG + BUDESONIDA 400 MCG CÁPSULAS DE INALAÇÃO ÚNICA REFIL	ACHE	1,3899
1016	500	FRAS	CETOPROFENO 20MG/ML, GOTAS, COM 20ML	TEUTO	3

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
89	60	FRASCO	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSAO ORAL FR 100 ML	EMS	4,943
92	1000	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 16 MG	EUROFARMA	0,199
99	3000	COMP	BISOPROLOL FUMARATO 2,5 MG	EMS	0,25
146	4000	COMP	CARVEDILOL 3,125 MG,	EMS	0,088
147	20000	COMP	CARVEDILOL 6,25 MG CARTELA	EMS	0,0799
183	1000	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG	GERMED	0,5627



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
226	30	FRASCO	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG COLÍRIO FRASCO COM 5 ML	UQM	12,2399
280	2000	COMP	DULOXETINA 60 MG	EMS	1,9189
404	1000	COMP	ISOSSORBIDA 10 MG SAL DINITRATO SUBLINGUAL	SIGMA	0,2649
424	100	FRASCO	LEVODROPROPIZINA 6MG/ML (60MG/ML) XRP ADULTO 120ML	ACHE	26,4999
532	35	CARTELA	NORETISTERONA 0,35 MG , BLISTER CALENDÁRIO COM 35 UNIDADES	BIOLAB	4,5999
579	500	COMP	PITAVASTATINA CÁLCICA 2 MG	EUROFARMA	1,429
593	15000	COMP	PREGABALINA 75 MG	MERCK	0,8715
777	15000	COMP	EMPAGLIFLOZINA 25MG	BOEHRINGER	6,0297
779	1000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADO A SITAGLIPTINA FOSFATO XR 1000MG + 50MG (ÉTICO)	MERCK	3,1299
785	100	FRASCO	FENOBARBITAL 40MG/ML FRASCO COM 20ML ÉTICO (GARDENAL)	MEDLEY	7,4899
972	100	FRASCO	NITAZOXANIDA 20 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL 45 ML	EUROFARMA	11,4999
987	2000	SACHE	MACROGOL, MACROGOL 3350, BICARBONATO DE SÓDIO, CLORETOS DE SÓDIO E POTÁSSIO, 13,125 G + 177,5 MG + 46,6 MG + 350,7 MG, PÓ PARA PREPARAÇÃO EXTEMPORÂNEA SACHÊ 14G	MOMENTA	1,6289
859	1000	COMP	SUCCINATO DE SOLIFENACINA 6MG + TANSULOSINA 0,4 MG	ASTELLAS	4,8449
941	3000	CP	TOPIRAMATO 100MG	EMS	0,303
786	1000	COMP	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25 MG	EMS	0,1413
1008	1000	CP	VORTIOXETINA 10 MG	LUNDBECK	6,95
1014	1000	CP	EDOXABANA 60 MG (LIXIANA )	DAIICHI	7,1249
1015	3000	COMP	NITAZOXANIDA 500 MG	ALTHAIA	4,3999

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
32	9000	COMP	ALPRAZOLAM 1 MG	GERMED	0,08
92	300	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 16 MG	EUROFARMA	0,199
98	4000	COMP	BISOPROLOL , FUMARATO 5 MG	EMS	0,299
99	3000	COMP	BISOPROLOL FUMARATO 2,5 MG	EMS	0,25
103	30	FRASCO	BRIMONIDINA 1 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	UQM	21,099
116	150	FRASCO	BUDESONIDA AEROSSOL NASAL, 50 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	ACHE	21,9999
130	8000	COMP	CARBAMAZEPINA 400 MG	GERMED	0,393
141	2500	COMP	CARBONATO DE LÍTIO CR 450 MG	SUPERA	1,407
143	100	FRASCO	CARMELOSE SÓDICA 5MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA - FRASCO COM 15 ML	UQM	22,4488
146	3000	COMP	CARVEDILOL 3,125 MG,	EMS	0,088
147	9000	COMP	CARVEDILOL 6,25 MG CARTELA	EMS	0,0799
150	100	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G INTRAMUSCULAR, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	EUROFARMA	8,8819
155	5000	COMP	CELECOXIBE 200 MG	EUROFARMA	0,9219
207	2000	COMP	CLORTALIDONA 12,5 MG	EMS	0,1058
235	600	COMP	DIACEREINA 50 MG	TRB	3,3897
266	600	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 125 MG	ABBOTT	0,9699
280	9000	COMP	DULOXETINA 60 MG	EMS	1,9189
420	4000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADA A BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG	ACHE	1,8999
422	7000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA BD	ACHE	0,8599



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
438	8000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	MERCK	0,1992
440	1200	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA DE 150 MCG	MERCK	0,2178
441	900	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA DE 175 MCG	MERCK	0,3109
458	4000	COMP	LORAZEPAM 2 MG	EMS	0,0898
485	2000	COMP	METILFENIDATO CLORIDRATO 10 MG	EMS	0,399
592	2000	COMP	PREGABALINA 150 MG	MERCK	1,5198
593	15000	COMP	PREGABALINA 75 MG	MERCK	0,8715
670	3000	COMP	SULPIRIDA 50 MG	sanofi medley	0,5499
711	1500	COMP	TRAZODONA 150 MG RETARD	NOVARTIS	3,3922
735	2500	COMP	VERAPAMIL, CLORIDRATO 120 MG	ACHE	0,7979
779	3000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADO A SITAGLIPTINA FOSFATO XR 1000MG + 50MG (ÉTICO)	MERCK	3,1299
786	6000	COMP	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25 MG	EMS	0,1413
821	3000	COMP	VITALUX PLUS / OMEGA 3, COM 30 COMPRIMIDOS, ÉTICO	ALCON	4,0399
848	1000	COMP	ZOPICLONA 7,5	MEDLEY	2,2599
864	120	UN	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,02MG DOSE +BROMIDRATO FENOTEROL 0,05MG	BOEHRINGER	13,2296
872	20	AMP	ZUCLOPENTIXOL 200MG/ML	LUNDBECK	64,7399
910	504	CP	GESTODENO 0,075MG+ETINILESTRADIOL 0,030MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	ACHE	0,8099
937	3500	CP	TRAZODONA 50MG	EMS	0,42
941	1500	CP	TOPIRAMATO 100MG	EMS	0,303
957	300	COMP	MOMETASONA 400 MCG CP	HYPERMARCAS	2,3279
793	600	COMP	FOSFATO DE SITAGLIPTINA 100MG	SUPERA	6,9399

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
2	3000	COMP	ACARBOSE 50 MG	EMS	0,8199
6	5000	COMP	ACETAZOLAMIDA 250 MG	UQM	0,524
12	3000	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 300 MG TAMPONADO	BAYER	1,499
15	10000	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 81 MG TAMPONADO	EMS	0,3299
20	100	COMP	ACIDO IBANDRONICO 150 MG	BIOLAB	36,0161
26	100	FRASCO	ALCAFTADINA 0,25 % FRASCO DE 3 ML	ALLERGAN	44,9789
30	10000	COMP	ALPRAZOLAM 0,25 MG	GERMED	0,089
32	10000	COMP	ALPRAZOLAM 1 MG	GERMED	0,08
34	3000	COMP	ALPRAZOLAM 2 MG	EMS	0,129
38	10000	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM CLORTALIDONA, 5 MG + 25 MG	BIOLAB	0,874
39	10000	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLORTIAZIDA, 2,5MG + 25MG	EMS	0,1889
46	10000	COMP	AMITRIPTILINA 10 MG	SUPERA	0,358
61	10000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 10 MG + RAMIPRIL 10 MG	LIBBS	1,547
64	10000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + ATENOLOL 50 MG	ACHE	1,579
65	10000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + RAMIPRIL 10 MG	LIBBS	1,547
68	10000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + RAMIPRIL 5 MG	LIBBS	1,547
73	10000	COMP	ATENOLOL+CLORTALIDONA 100/25 MG	GERMED	0,1977
89	100	FRASCO	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FR 100 ML	EMS	4,943
92	30000	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 16 MG	EUROFARMA	0,199
95	10	FRASCO	BIMATOPROSTA 0,03 % + MALEATO DE TIMOLOL 0,5 % FRASCO DE 5 ML OFTÁLMICO	ALLERGAN	153,999
98	20000	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 5 MG	EMS	0,299
99	20000	COMP	BISOPROLOL FUMARATO 2,5 MG	EMS	0,25
101	10000	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 1,25 MG	EMS	0,6299



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
102	3000	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 5 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG	MERCK	2,899
103	50	FRASCO	BRIMONIDINA 1 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	UQM	21,099
106	50	FRASCO	BRINZOLAMIDA 10 MG/ML SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	NOVARTIS	59,5483
113	10	FRASCO	BUDESONIDA 400 MCG PO PARA INALAÇÃO COM 60 CAP	NOVARTIS	53,9
116	1000	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 50 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	ACHE	21,9999
130	10000	COMP	CARBAMAZEPINA 400 MG	GERMED	0,393
131	10000	COMP	CARBAMAZEPINA CR 200 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	NOVARTIS	0,9199
133	1000	COMP	CARBIDOPA 50 MG + ENTACAPONA 200MG + LEVODOPA 12,5 MG CP	NOVARTIS	5,8199
141	1000	COMP	CARBONATO DE LÍTIO CR 450 MG	SUPERA	1,407
143	100	FRASCO	CARMELOSE SÓDICA 5MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA - FRASCO COM 15 ML	UQM	22,4488
146	20000	COMP	CARVEDILOL 3,125 MG,	EMS	0,088
147	30000	COMP	CARVEDILOL 6,25 MG CARTELA	EMS	0,0799
148	1000	COMP	CEFACLOL 500 MG	EMS	6,049
150	500	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G INTRAMUSCULAR, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	EUROFARMA	8,8819
155	20000	COMP	CELECOXIBE 200 MG	EUROFARMA	0,9219
177	100	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO COM DEXAMETASONA 3,5MG + 1 MG/G POMADA OFTÁLMICA BISNAGA COM 3,5 G	UQM	22,099
183	3000	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG	GERMED	0,5627
195	3000	COMP	CLORETO DE POTÁSSIO 600 MG	GSK	0,5731
207	10000	COMP	CLORTALIDONA 12,5 MG	EMS	0,1058
209	10000	COMP	CLORTALIDONA 50 MG	EMS	0,2699
218	100	FRASCO	CROMOGLICATO SÓDIO 20 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	ALLERGAN	9,5159
226	500	FRASCO	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG COLÍRIO FRASCO COM 5 ML	UQM	12,2399
227	500	BISNAGA	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG POMADA OFTÁLMICA DE 3,5G	UQM	20,0399
230	100	CAIXA	DEXAMETASONA ASSOCIADA A DAPIRONA SÓDICA E HIDROXICOBALAMINA, AMPOLA 1: 1,5 MG + 500 MG/ML, AMPOLA 2: 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	EUROFARMA	36,4199
235	1000	COMP	DIACEREINA 50 MG	TRB	3,3897
243	10000	COMP	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG + CODEÍNA 50 MG	NOVARTIS	3,6899
264	600	COMP	DIPIRONA, SÓDICA 500 MG + PROMETASINA 5 MG + ADIFENINA 10 MG	LEGRAND	0,5119
266	3000	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 125 MG	ABBOTT	0,9699
270	100	FRASCO	DOMPERIDONA 1 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML	MEDLEY	9,2399
280	20000	COMP	DULOXETINA 60 MG	EMS	1,9189
281	1000	COMP	DUTASTERIDA 0,5 MG	ACHE	2,1999
290	50	BISNAGA	ESCINA 10MG/G + SALICILATO DE DIETILAMÔNIO 50G/MG GEL 30 GR (REPARIL)	mylan	16,9999
306	30	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO A DROSPIRENOMA 1 MG + 2 MG CARTELA COM 28 CP	BAYER	82,8597
310	300	COMP	ESTRIOL 1 MG	SUPERA	0,6739
327	1000	COMP	FELODIPINO + SUCCINATO DE METOPROLOL 5/50MG COMPRIMIDO	ASTRAZENECA	1,9274



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
331	100	FRASCO	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO A BRONFENIRAMINA 1 MG + 0,4 MG/ ML FRASCO DE 120 ML	ACHE	13,9679
348	10000	COMP	FLUOXETINA 10 MG	EMS	0,26
353	100	FRASCO	FLUTICASONA, PROPIONATO 50MCG/DOSE AEROSOL NASAL SPRAY COM 120 DOSES	LIBBS	48,9999
369	3000	SACHE	GLICOSAMINA 1,5 G PÓ ORAL SACHÊ 3,95 G	EMS	1,5999
404	5000	COMP	ISOSSORBIDA 10 MG SAL DINITRATO SUBLINGUAL	SIGMA	0,2649
407	3000	COMP	ISOSSORBIDA 5 MG, SAL DINITRATO SUBLINGUAL	SIGMA	0,2799
409	3000	COMP	ISSOSORBIDA, MONONITRATO 50 MG	BALDACCI	1,7999
420	20000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADA A BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG	ACHE	1,8999
422	20000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA BD	ACHE	0,8599
423	20000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA COM LIBERAÇÃO PROLONGADA HBS	FARMOQUIMICA	1,7497
424	30	FRASCO	LEVODROPROPIZINA 6MG/ML (60MG/ML) XRP ADULTO 120ML	ACHE	26,4999
438	20000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	MERCK	0,1992
440	5000	COMP	LEVOTIROXINA SODICA DE 150 MCG	MERCK	0,2178
441	5000	COMP	LEVOTIROXINA SODICA DE 175 MCG	MERCK	0,3109
452	1000	COMP	LISINOPRIL 5 MG	EMS	0,37
458	3000	COMP	LORAZEPAM 2 MG	EMS	0,0898
462	10000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 100 MG + 25 MG	GERMED	0,2689
479	3000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 850 MG + 50 MG	SUPERA	3,2299
485	3000	COMP	METILFENIDATO CLORIDRATO 10 MG	EMS	0,399
495	500	COMP	METOTREXATO 2,5 MG	BLAU	0,8189
513	500	COMP	NAPROXENO SÓDICO 550 MG	NEOQUIMICA	1,099
516	30	FRASCO	NEPAFENACO 0,1% FRASCO DE 5 ML	ALCON	58,9599
532	100	CARTELA	NORETISTERONA 0,35 MG , BLISTER CALENDÁRIO COM 35 UNIDADES	BIOLAB	4,5999
553	100	FRASCO	OXCARBAMAZEPINA 60 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML PEDIATRICO	UQM	21,089
557	3000	COMP	PANTOPRAZOL 20 MG	GERMED	0,087
579	1500	COMP	PITAVASTATINA CÁLCICA 2 MG	EUROFARMA	1,429
585	300	COMP	PRAMIPEXOL 0,25MG	EMS	0,54
586	300	COMP	PRAMIPEXOL 1 MG	EMS	1,499
589	300	FRASCO	PREDNISOLONA, ACETATO 1 % SUSPENÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	UQM	19,2739
592	10000	COMP	PREGABALINA 150 MG	MERCK	1,5198
593	15000	COMP	PREGABALINA 75 MG	MERCK	0,8715
603	1000	COMP	RAMIPRIL + ANLODIPINO 5/10MG	LIBBS	1,5459
604	1000	COMP	RAMIPRIL + ANLODIPINO 5/5 MG	LIBBS	1,5499
605	3000	COMP	RAMIPRIL 2,5 MG	MEDLEY	1
607	1500	COMP	RAMIPRIL 5 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5MG COMPRIMIDO	LIBBS	1,5249
615	500	COMP	RISEDRONATO SODICO 35 MG	NOVAQUIMICA	5,6999
622	1500	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA 5 MG	EMS	0,3298
670	300	COMP	SULPIRIDA 50 MG	sanofi medley	0,5499
673	1000	COMP	TELMISARTANA ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA 40MG + 12,5 MG	EMS	2,2499
700	50	FRASCO	TOBRAMICINA 3MG + DEXAMETASONA 1MG COLÍRIO FRASCO 5ML	UQM	22,7499
707	300	FRASCO	TRAMADOL, CLORIDRATO 100MG/ML GOTAS FRASCO DE 10 ML	GERMED	16,8199
711	1500	COMP	TRAZODONA 150 MG RETARD	NOVARTIS	3,3922



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
720	1500	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 12,5 MG	EMS	1,97
721	1500	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 25 MG	DIVCON	2
722	1500	COMP	VALSARTANA +HIDROCLOROTIAZIDA+ANLÓDIPINO 160+ 25+ 5 MG	ACHE	4,1799
725	1500	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 160 MG + 12,5 MG	ACHE	1,3439
726	1500	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 160 MG + 25 MG	ACHE	1,3439
727	1500	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 80 MG + 12,5 MG	ACHE	1,3439
729	1500	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLÓDIPINO 320MG +10MG	EMS	2,76
735	1500	COMP	VERAPAMIL, CLORIDRATO 120 MG	ACHE	0,7979
746	5000	COMP	PREDNISOLONA 5 MG	EUROFARMA	0,2341
750	10000	COMP	ZOLPIDEM, HEMITARTARATO 6,25 MG	MEDLEY	1,52
751	30	CAIXA	SUCRALFATO 2G/10ML CX C/ 20 FLACONETES	EMS	73,0992
752	300	COMP	ACIDO TIOCTICO 600MG HR	MERCK	3,7899
753	1500	COMP	APIXABANA 5MG	WYETH	4
754	100	FRASCO	CIPROFLOXACINO 0,3% GOTAS 5ML	GERMED	7,2999
755	300	COMP	CLORIDRATO DE IVABRADINA 5MG	SERVIER	2
764	1500	COMP	LEVETIRACETAM 250MG	EUROFARMA	0,9989
770	1500	COMP	GLIMEPIRIDA 2MG + METFORMINA 1000MG	ACHE	1,1379
777	500	COMP	EMPAGLIFLOZINA 25MG	BOEHRINGER	6,0297
779	1500	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADO A SITAGLIPTINA FOSFATO XR 1000MG + 50MG (ÉTICO)	MERCK	3,1299
780	1500	COMP	APIXABANA 2,5MG	WYETH	4
785	300	FRASCO	FENOBARBITAL 40MG/ML FRASCO COM 20ML ÉTICO (GARDENAL)	MEDLEY	7,4899
786	500	COMP	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25 MG	EMS	0,1413
788	300	COMP	CLORIDRATO DE DONEPEZILA+CLORIDRATO DE MEMANTINA 10+20MG	ACHE	5
792	10	FRAS	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 100 MCG + FUMARATO DE FORMOTEROL 6MCG PÓ PARA INALAÇÃO, 120 DOSES	CHIESI	112,4799
793	1000	COMP	FOSFATO DE SITAGLIPTINA 100MG	SUPERA	6,9399
795	1000	COMP	TELMISARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 80/12,5MG	EMS	1,9499
796	1000	COMP	BESILATO DE ANLÓDIPINO + LOSARTANA POTÁSSICA 50/2,5 MG	ACHE	1,4499
798	30	BISN	CORDIA VERBENACEA CREME, BISNAGA COM 60G	ACHE	56,9999
801	300	COMP	BACOPA MONNIERI 225MG	sanofi medley	1,4569
803	30	FRAS	CEFACLOR 250MG/ 5ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML	EMS	70
805	5	CX	OMEPRAMIX (AMOXICILINA + CLARITROMICINA + OMEPRAZOL 20 + 500 + 500MG), COM 07 BLISTERS	ACHE	136,9999
816	1000	COMP	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 300MG XL	LIBBS	2,9699
820	5	FRAS	FUMARATO DE FORMOTEROL 12MCG, COM 30 CÁPSULAS + INALADOR	ACHE	40,6718
821	600	COMP	VITALUX PLUS / OMEGA 3, COM 30 COMPRIMIDOS, ÉTICO	ALCON	4,0399
831	50	UNI	SABONETE GLICERINA GRANADO TRADICIONAL 90G, ÉTICO	GRANADO	5
848	300	COMP	ZOPICLONA 7,5	MEDLEY	2,2599
850	5000	COMP	LAMOTRIGINA 25MG (COMPRIMIDOS DISPERSÍVEIS)	GSK	1,4999
857	600	COMP	TARTARATO DE TOLTERODINA 4MG	PFIZER	12,9699
859	1500	COMP	SUCCINATO DE SOLIFENACINA 6MG + TANSULOSINA 0,4 MG	ASTELLAS	4,8449
861	600	COMP	PRAMIPREXOL 1,5 ER	EUROFARMA	3,9799



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
864	300	UN	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,02MG DOSE +BROMIDRATO FENOTEROL 0,05MG	BOEHRINGER	13,2296
872	10	AMP	ZUCLOPENTIXOL 200MG/ML	LUNDBECK	64,7399
875	600	CP	GAMALINE 900 MG CP	HERBARIUM	3,4999
877	600	CP	ETORICOXIBE 90MG	GRUNHENTAL	6,8999
880	1500	CP	JANUVIA 50 MG	MERCK	3,5299
881	600	CP	ARPADOL 400 MG	APSEN	2,1099
885	600	CP	ALOGLIPTINA 25MG+PIOGLITASONA 30MG	TAKEDA	4,18
889	500	BISNAGA	CETOCONAZOL 20MG/G+DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 0,5MG/G CREME 30G	EMS	5,6552
890	100	FR	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINA 3,5MG/ML +DEXAMETASONA 1MG/ML SOL.OFT.5ML	LEGRAND	12,4999
894	10	FR	CLORIDRATO DE OXOMEMAZINA 2MG/5ML+IODETO DE POTÁSSIO 100MG/5ML+BENZOATO DE SÓDIO 20MG/5ML+GUAIFENESINA 30MG/5ML 120ML XAROPE ADULTO E PEDIÁTRICO SEM AÇÚCAR	LEGRAND	12,4499
898	30	CARTELA	DESOGESTREL 25MCG+ETINILESTRADIOL 40MCG (CP AZUL) E DESOGESTREL 125MCG+ETINILESTRADIOL 30MCG (CP BRANCO) C/ 22 CP	SUPERA	36,1599
902	1000	CP	DOBESILATO DE CÁLCIO 500MG	APSEN	1,8699
906	1000	CP	FOSFATO DE CODEÍNA 30MG	CRISTÃ LIA	1,0298
908	20	CX	FUROATO DE MOMETASONA 400MCG PÓ INALANTE C/ INALADOR	HYPERMARCAS	69,8398
910	600	CP	GESTODENO 0,075MG+ETINILESTRADIOL 0,030MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	ACHE	0,8099
911	600	CP	HEMIFUMARATO DE QUETIANA 50MG XR	EUROFARMA	2,7899
922	300	CP	NITRATO DE TIAMINA 100MG+CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 100MG+CIANOCOBALAMINA 5.000MCG	PROCTER	1,7899
933	1000	CP	SITAGLIPTINA 100MG+METFORMINA 1000MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	MERCK	6,8749
935	1000	CP	TELMISARTANA 40MG	EMS	1,828
937	3000	CP	TRAZODONA 50MG	EMS	0,42
939	1000	CP	ÁCIDO ACETILSALICILICO 100MG LIBERAÇÃO ENTÉRICA	sanofi medley	0,4929
941	3000	CP	TOPIRAMATO 100MG	EMS	0,303
946	1000	CP	FELDENE SL - PIROXICAM 20 MG (ÉTICO)	WYETH	5,413
948	600	CP	BART H - IRBESARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 300/12,5MG (ÉTICO)	MOMENTA	2,7587
957	600	COMP	MOMETASONA 400 MCG CP	HYPERMARCAS	2,3279
958	600	COMP	SUMATRIPTANA 50 MG	BIOLAB	5,4999
967	1000	CP	VALSARTANA + HCTZ 160/25 MG	ACHE	1,3439
968	1000	CP	VALSARTANA + HCTZ 80/12,5 MG	ACHE	1,3439
972	10	FRASCO	NITAZOXANIDA 20 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL 45 ML	EUROFARMA	11,4999
975	50	FRASCO	PURAVIT MULTI (SUPLEMENTO VITAMINICO E MINERAL) 120 ML	MYRALIS	41,8499
981	300	COMP	VITERGAN ZINCO PL	MARJAN	2,337
982	300	CP	Dietilestilbestrol 1mg	APSEN	0,7699
986	600	CP	PIVASTATINA CÁLCICA 2 mg	EUROFARMA	1,4499
987	300	SACHE	MACROGOL, MACROGOL 3350, BICARBONATO DE SÓDIO, CLORETOS DE SÓDIO E POTÁSSIO, 13,125 G + 177,5 MG + 46,6 MG + 350,7 MG, PÓ PARA PREPARAÇÃO EXTEMPORÂNEA SACHÊ 14G	MOMENTA	1,6289
991	1000	CP	CANDESARTAN 8MG	LIBBS	1,7189



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
32	2000	COMP	ALPRAZOLAM 1 MG	GERMED	0,08
113	150	FRASCO	BUDESONIDA 400 MCG PO PARA INALAÇÃO COM 60 CAP	NOVARTIS	53,9
130	2000	COMP	CARBAMAZEPINA 400 MG	GERMED	0,393
146	2000	COMP	CARVEDILOL 3,125 MG,	EMS	0,088
147	2000	COMP	CARVEDILOL 6,25 MG CARTELA	EMS	0,0799
155	2500	COMP	CELECOXIBE 200 MG	EUROFARMA	0,9219
183	1000	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG	GERMED	0,5627
280	3000	COMP	DULOXETINA 60 MG	EMS	1,9189
422	3000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA BD	ACHE	0,8599
438	3000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	MERCK	0,1992
440	3000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA DE 150 MCG	MERCK	0,2178
592	3000	COMP	PREGABALINA 150 MG	MERCK	1,5198
593	3000	COMP	PREGABALINA 75 MG	MERCK	0,8715
707	300	FRASCO	TRAMADOL, CLORIDRATO 100MG/ML GOTAS FRASCO DE 10 ML	GERMED	16,8199

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
32	1500	COMP	ALPRAZOLAM 1 MG	GERMED	0,08
141	900	COMP	CARBONATO DE LÍTIO CR 450 MG	SUPERA	1,407
218	100	FRASCO	CROMOGLICATO SÓDIO 20 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	ALLERGAN	9,5159
422	3000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA BD	ACHE	0,8599
458	2000	COMP	LORAZEPAM 2 MG	EMS	0,0898

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
 DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
 Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
 Órgão Participante



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**

Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**

Órgão Participante

ILG COMERCIAL LTDA

Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**2 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

Publicação Nº 2592411

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 1 / 3

Compras e Contratos

Termo Adjudicação Pregão - Termo de Adjudicação Pregão

Código Cliente: 16703 Ano Minuta: 2020 Nro Minuta: 3 Cliente - Minuta - Licitação: 16703 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número - Minuta - Licitação: 3

**Termo de Adjudicação**

Processo nº: 3/2020

Licitação nº: 3/2020

Modalidade: 6 - Pregão

Objeto: **MEDICAMENTOS**

Ultrapassada a fase de habilitação deste prego, e considerando o fato de que o representante legal presente à sessão pública não manifestou interesse em recorrer do resultado deste prego, **adjudico** o seu objeto à(s) seguinte(s) licitante(s):

Vencedores	
Nome	Itens
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	9, 10, 11, 13, 45, 47, 48, 62, 77, 87, 112, 126, 151, 153, 185, 208, 229, 232, 271, 272, 285, 299, 300, 302, 332, 357, 364, 367, 368, 385, 392, 416, 421, 443, 469, 474, 490, 500, 502, 512, 531, 534, 537, 540, 549, 602, 618, 638, 664, 674, 684, 706, 714, 715, 748, 749, 787, 808, 838, 841, 842, 863, 867, 882, 903, 943, 952, 971, 977
R\$814.542,25 (oitocentos e quatorze mil, quinhentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos)	
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	35, 168, 219, 224, 253, 255, 273, 283, 292, 371, 565, 566, 580, 612, 619, 624, 702, 769, 776, 778, 909, 970
R\$363.954,15 (trezentos e sessenta e três mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e quinze centavos)	
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	75, 329, 340, 341, 370, 439, 442, 692, 761, 784, 866, 899, 974
R\$374.771,00 (trezentos e setenta e quatro mil e setecentos e setenta e um reais)	
S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)	28, 43, 58, 69, 70, 74, 97, 118, 119, 142, 154, 161, 170, 174, 200, 222, 239, 249, 259, 278, 287, 301, 303, 304, 305, 307, 314, 325, 326, 388, 391, 417, 430, 449, 450, 451, 467, 471, 476, 489, 497, 533, 550, 555, 556, 570, 581, 590, 591, 595, 598, 621, 623, 639, 646, 658, 662, 663, 686, 687, 688, 699, 712, 730, 757, 768, 771, 772, 775, 791, 804, 814, 815, 827, 828, 830, 844, 858, 878, 886, 891, 904, 905, 914, 915, 918, 934, 951, 961, 1000
R\$547.662,84 (quinhentos e quarenta e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos)	
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	5, 36, 37, 49, 51, 52, 88, 93, 108, 127, 137, 138, 139, 242, 254, 320, 322, 346, 358, 382, 386, 387, 395, 454, 510, 523, 527, 547, 548, 558, 561, 571, 572, 573, 611, 627, 641, 742, 766
R\$517.717,50 (quinhentos e dezessete mil, setecentos e dezessete reais e cinquenta centavos)	
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	4, 8, 19, 22, 24, 80, 91, 110, 134, 156, 158, 166, 167, 171, 240, 284, 286, 291, 360, 374, 375, 376, 378, 405, 406, 412, 427, 444, 455, 456, 459, 460, 472, 503, 521, 522, 539, 560, 569, 587, 597, 617, 709, 713, 759, 865, 923, 947, 960
R\$473.387,93 (quatrocentos e setenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e noventa e três centavos)	
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	44, 79, 105, 128, 136, 152, 160, 163, 169, 176, 181, 231, 256, 293, 297, 315, 317, 321, 356, 377, 379, 380, 389, 393, 431, 434, 435, 436, 437, 448, 468, 475, 509, 515, 517, 526, 559, 582, 628, 659, 661, 666, 667, 685, 689, 690, 695, 696, 731, 767, 794, 813, 852, 854, 876, 895, 940, 955, 962, 963, 964, 969, 1007, 1013
R\$623.263,55 (seiscentos e vinte e três mil, duzentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos)	
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	14, 23, 76, 78, 85, 90, 94, 104, 109, 129, 135, 149, 172, 193, 194, 197, 199, 202, 212, 228, 238, 262, 265, 276, 277, 294, 296, 308, 333, 334, 335, 336, 351, 352, 372, 373, 384, 411, 413, 414, 415, 428, 432, 466, 496, 563, 567, 577, 583, 601, 616, 625, 630, 649, 665, 677, 678, 693, 698, 701, 705, 737, 738, 739, 740, 760, 781, 790, 818, 874, 883, 884, 888, 907, 917, 930, 931, 959, 976, 984, 988
R\$814.167,80 (oitocentos e quatorze mil, cento e sessenta e sete reais e oitenta centavos)	
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	647, 657
R\$27.450,00 (vinte e sete mil e quatrocentos e cinquenta reais)	
DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	16, 66, 206, 541, 542, 543, 576, 606, 824, 869, 897, 928, 936, 953, 1009
R\$515.999,50 (quinhentos e quinze mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos)	
A G KIENEN & CIA LTDA	31, 40, 82, 100, 107, 117, 159, 162, 164, 203, 205, 241, 251, 257, 261, 279, 312, 330, 344, 397, 399, 426, 433, 445, 446, 482, 494, 514, 544, 568, 574, 626, 694, 765, 782, 799, 811, 833, 868, 871, 924, 932
R\$500.150,39 (quinhentos mil, cento e cinquenta reais e trinta e nove centavos)	
FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA	944



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**  
 Compras e Contratos  
**Termo Adjudicação Pregão - Termo de Adjudicação Pregão**  
 Código Cliente: 16703 Ano Minuta: 2020 Nro Minuta: 3 Cliente - Minuta - Licitação: 16703 Ano -  
 Minuta - Licitação: 2020 Número - Minuta - Licitação: 3

Pág 2 / 3

Vencedores	
Nome	Itens
R\$3.640,00 (três mil e seiscentos e quarenta reais)	
M. U. BACKES E CIA LTDA ME	478, 635, 763
R\$264.986,50 (duzentos e sessenta e quatro mil, novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos)	
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	121, 122, 123, 124, 182, 188, 190, 191, 250, 339, 355, 400, 447, 491, 492, 493, 745, 747, 758, 797, 800, 802, 807, 823, 832, 834, 839, 855, 856, 873
R\$345.813,93 (trezentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e treze reais e noventa e três centavos)	
MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI	3, 186
R\$28.394,45 (vinte e oito mil, trezentos e noventa e quatro reais e quarenta e cinco centavos)	
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	111, 157, 499, 546, 562, 697, 708, 762, 892, 912
R\$123.324,50 (cento e vinte e três mil, trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos)	
ILG COMERCIAL LTDA	2, 6, 12, 15, 20, 26, 30, 32, 34, 38, 39, 46, 61, 64, 65, 68, 73, 89, 92, 95, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 113, 116, 130, 131, 133, 141, 143, 146, 147, 148, 150, 155, 177, 183, 195, 207, 209, 218, 226, 227, 230, 235, 243, 264, 266, 270, 280, 281, 290, 306, 310, 327, 331, 348, 353, 369, 404, 407, 409, 420, 422, 423, 424, 438, 440, 441, 452, 458, 462, 479, 485, 495, 513, 516, 532, 553, 557, 579, 585, 586, 589, 592, 593, 603, 604, 605, 607, 615, 622, 670, 673, 700, 707, 711, 720, 721, 722, 725, 726, 727, 729, 735, 746, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 764, 770, 777, 779, 780, 785, 786, 788, 792, 793, 795, 796, 798, 801, 803, 805, 816, 820, 821, 831, 848, 850, 857, 859, 861, 864, 872, 875, 877, 880, 881, 885, 889, 890, 894, 898, 902, 906, 908, 910, 911, 922, 933, 935, 937, 939, 941, 946, 948, 957, 958, 967, 968, 972, 975, 981, 982, 986, 987, 989, 991, 993, 997, 999, 1001, 1002, 1003, 1004, 1008, 1014, 1015, 1016
R\$2.526.853,00 (dois milhões, quinhentos e vinte e seis mil e oitocentos e cinquenta e três reais)	
MEDILAR IMP. DISTR. PROD. MEDICO HOSPITALARES S/A	25, 53, 54, 60, 173, 179, 180, 196, 215, 216, 217, 234, 236, 237, 260, 269, 274, 318, 337, 345, 398, 518, 519, 536, 538, 552, 554, 594, 599, 642, 643, 644, 660, 668, 675, 676, 682, 683, 710, 716, 718, 719, 773, 812, 819, 825, 847, 851, 860, 862, 900, 966, 996
R\$552.656,07 (quinhentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e sete centavos)	
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	198, 1010
R\$3.690,00 (três mil e seiscentos e noventa reais)	
BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP	17, 50, 247, 288, 295, 311, 402, 461, 470, 483, 488, 588, 620, 637, 648, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 680, 774
R\$615.978,00 (seiscentos e quinze mil e novecentos e setenta e oito reais)	
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	96, 204, 213, 275, 383, 453, 508, 596, 613, 704, 743, 809, 817, 916
R\$162.948,17 (cento e sessenta e dois mil, novecentos e quarenta e oito reais e dezessete centavos)	
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	33, 165, 187, 220, 245, 252, 343, 350, 354, 401, 403, 425, 480, 481, 484, 529, 564, 578, 736, 829, 901, 913, 945, 1005
R\$374.240,15 (trezentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta reais e quinze centavos)	
FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	29, 57, 524, 525, 920
R\$38.761,92 (trinta e oito mil, setecentos e sessenta e um reais e noventa e dois centavos)	
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI ME	42, 201, 221, 246, 324, 464, 511, 896, 965, 995
R\$52.163,26 (cinquenta e dois mil, cento e sessenta e três reais e vinte e seis centavos)	
STOCK MED PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA	120
R\$16.350,00 (dezesseis mil e trezentos e cinquenta reais)	
RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	7, 21, 71, 72, 114, 115, 144, 145, 175, 184, 192, 223, 248, 298, 361, 394, 418, 463, 465, 498, 640, 723, 724, 728, 789, 870, 994
R\$387.475,50 (trezentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos)	
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	214, 342, 501, 504, 505, 507, 826
R\$87.678,97 (oitenta e sete mil, seiscentos e setenta e oito reais e noventa e sete centavos)	
ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	41, 56, 81, 233, 244, 319, 347, 362, 390, 429, 506, 672, 681, 929
R\$132.898,16 (cento e trinta e dois mil, oitocentos e noventa e oito reais e dezesseis centavos)	
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	86, 140, 258, 267, 268, 309, 323, 349, 366, 410, 535, 551, 703, 741, 853
R\$263.918,70 (duzentos e sessenta e três mil, novecentos e dezoito reais e setenta centavos)	
AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	942
R\$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)	
DIMASTER COMÉRCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	178, 477, 600, 669
R\$29.583,00 (vinte e nove mil e quinhentos e oitenta e três reais)	

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**

Pág 3 / 3

Compras e Contratos

Termo Adjudicação Pregão - Termo de Adjudicação Pregão

Código Cliente: 16703 Ano Minuta: 2020 Nro Minuta: 3 Cliente - Minuta - Licitação: 16703 Ano -  
Minuta - Licitação: 2020 Número - Minuta - Licitação: 3

Vencedores	
Nome	Itens
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL	1, 55, 59, 132, 282, 381, 486, 487, 629, 631, 632, 633, 634, 636, 717, 732, 733, 744, 806, 810, 822, 843, 845, 846, 849, 925, 926, 927, 949, 950, 956, 978, 990, 992, 998, 1006
R\$1.112.109,41 (um milhão, cento e doze mil, cento e nove reais e quarenta e um centavos)	

Destarte, com fulcro no art. 38, inc. VII, da Lei nº. 8.666/93, submetemos os presentes autos, nele incluídos estas informações à apreciação da Autoridade Competente para que decida a respeito da homologação deste procedimento licitatório.

É o parecer, s.m.j.

Coronel Freitas, SC, 4 de agosto de 2020.

FLÁVIA ROLIM DE MOURA  
Pregoeiro  
Resolução nº 2/2020

**20 - ATA N 41 MEDILAR**

Publicação Nº 2592374



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: MEDILAR IMP. DISTR. PROD. MEDICO HOSPITALARES S/A pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua NORBERTO OTTO WILD Nº 420 IMIGRANTE CEP 96.880-000 - Vera Cruz/RS CEP: 96.880-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.752.236/0001-23, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. CESAR AUGUSTO GOMES NEUMANN, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 11



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
25	1000	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 10 ML	GEOLAB	0,86
54	1000	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 50 MG + 12,5 MG/ML SUSPENSÃO FRASCO 100 ML	SANDOZ	11,5
60	10000	COMP	ANLÓDIPINO, BESILATO 10 MG	GEOLAB	0,0646
179	30000	COMP	CITALOPRAM 20 MG	RANBAXY	0,13
180	5000	COMP	CLARITROMICINA 500 MG	ABBOTT	2,35
196	200	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% ESTÉRIL, NÃO INJETÁVEL, FRASCO DE 100 ML	FARMARIN	2,1
234	3000	COMP	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 2 MG COMPRIMIDO	GEOLAB	0,0579
236	30000	COMP	DIAZEPAM 10 MG	NEOQUIMICA	0,07
260	30000	COMP	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	GREEN PHARMA	0,1315
274	20000	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 4 MG	SANDOZ	0,22
345	1000	CAPSULA	FLUCONAZOL 150 MG	Medquímica	0,315
518	10000	COMP	NIFEDIPINO 20 MG	GEOLAB	0,055
536	2000	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 25 MG	RANBAXY	0,257
643	10000	COMP	SINVASTATINA 20 MG	SANDOZ	0,0549
644	10000	COMP	SINVASTATINA 40 MG	SANDOZ	0,1199
660	500	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 1% BISNAGA 50 GRAMAS	NATIVITA	4,5
668	20000	COMP	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II	VITAMED	0,0332
716	10000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VALPROÍCO 250 MG	ABBOTT	0,18
718	10000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VALPROÍCO 500 MG	ABBOTT	0,47

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
25	500	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 10 ML	GEOLAB	0,86
60	5000	COMP	ANLÓDIPINO, BESILATO 10 MG	GEOLAB	0,0646
173	15000	COMP	CINARIZINA 75 MG	RANBAXY	0,1038
179	20000	COMP	CITALOPRAM 20 MG	RANBAXY	0,13
216	1000	COMP	COLCHICINA 0,5 MG	APSEN	0,34
236	20000	COMP	DIAZEPAM 10 MG	NEOQUIMICA	0,07
269	1000	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO ER 500 MG	ABBOTT	1,08



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
274	5000	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 4 MG	SANDOZ	0,22
345	1000	CAPSULA	FLUCONAZOL 150 MG	Medquímica	0,315
518	3000	COMP	NIFEDIPINO 20 MG	GEOLAB	0,055
536	3000	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 25 MG	RANBAXY	0,257
552	5000	COMP	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	RANBAXY	0,67
554	3000	COMP	OXCARBAMAZEPINA 600 MG	RANBAXY	1,3
594	500	COMP	PRIMIDONA 100 MG	APSEN	0,3332
660	50	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 1% BISNAGA 50 GRAMAS	NATIVITA	4,5
668	2000	COMP	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II	VITAMED	0,0332
676	1000	COMP	TEOFILINA 200 MG	ABBOTT	0,712
682	1000	COMP	TIAMAZOL 10 MG	BIOLAB	0,4002
683	2000	COMP	TIAMAZOL 5 MG	BIOLAB	0,2019
773	500	COMP	RABEPRAZOL SÓDICO 20MG	SANDOZ	3,75
847	2000	COMP	TRIEXIFENIDIL 5MG	APSEN	0,2213
860	1500	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO ER 250MG	ABBOTT	0,6

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
25	500	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 10 ML	GEOLAB	0,86
53	50	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO 80 MG + 11,5 MG PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 75 ML	SANDOZ	11
54	100	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 50 MG + 12,5 MG/ML SUSPENSÃO FRASCO 100 ML	SANDOZ	11,5
60	6000	COMP	ANLÓDIPINO, BESILATO 10 MG	GEOLAB	0,0646
173	2000	COMP	CINARIZINA 75 MG	RANBAXY	0,1038
179	20000	COMP	CITALOPRAM 20 MG	RANBAXY	0,13
180	1000	COMP	CLARITROMICINA 500 MG	ABBOTT	2,35
216	1800	COMP	COLCHICINA 0,5 MG	APSEN	0,34
234	10000	COMP	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 2 MG COMPRIMIDO	GEOLAB	0,0579
236	1500	COMP	DIAZEPAM 10 MG	NEOQUIMICA	0,07
260	25000	COMP	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	GREEN PHARMA	0,1315
269	2000	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO ER 500 MG	ABBOTT	1,08
345	2000	CAPSULA	FLUCONAZOL 150 MG	Medquímica	0,315
518	8000	COMP	NIFEDIPINO 20 MG	GEOLAB	0,055
536	8000	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 25 MG	RANBAXY	0,257
552	3000	COMP	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	RANBAXY	0,67
594	5000	COMP	PRIMIDONA 100 MG	APSEN	0,3332
643	60000	COMP	SINVASTATINA 20 MG	SANDOZ	0,0549
644	60000	COMP	SINVASTATINA 40 MG	SANDOZ	0,1199
660	100	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 1% BISNAGA 50 GRAMAS	NATIVITA	4,5
668	2500	COMP	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II	VITAMED	0,0332
716	3000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VALPROÍCO 250 MG	ABBOTT	0,18
718	3000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VALPROÍCO 500 MG	ABBOTT	0,47
719	10000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VALPROÍCO CR 500 MG	ABBOTT	0,5
966	3000	CP	ÁCIDO VALPROÍCO 250 MG CPS	ABBOTT	0,18

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
25	1000	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 10 ML	GEOLAB	0,86
173	3000	COMP	CINARIZINA 75 MG	RANBAXY	0,1038



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
345	2000	CAPSULA	FLUCONAZOL 150 MG	Medquímica	0,315
269	2500	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO ER 500 MG	ABBOTT	1,08
274	25000	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 4 MG	SANDOZ	0,22
318	3000	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, GARRA-DO-DIABO 400 MG (HARPAGOPHYTOM PROCUMBENS)	APSEN	1,8613
642	3000	COMP	SINVASTATINA 10 MG	SANDOZ	0,059
643	100000	COMP	SINVASTATINA 20 MG	SANDOZ	0,0549
644	60000	COMP	SINVASTATINA 40 MG	SANDOZ	0,1199
900	3000	CP	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 8MG	APSEN	0,2498
53	600	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO 80 MG + 11,5 MG PÓ PARA SUSPENÇÃO ORAL FRASCO COM 75 ML	SANDOZ	11
54	500	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 50 MG + 12,5 MG/ML SUSPENÇÃO FRASCO 100 ML	SANDOZ	11,5
60	10000	COMP	ANLÓDIPINO, BESILATO 10 MG	GEOLAB	0,0646
179	80000	COMP	CITALOPRAM 20 MG	RANBAXY	0,13
719	3000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VAPROICO CR 500 MG	ABBOTT	0,5
552	5000	COMP	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	RANBAXY	0,67
217	3000	COMP	COLCHICINA 1 MG	APSEN	1,72
234	5000	COMP	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 2 MG COMPRIMIDO	GEOLAB	0,0579
236	5000	COMP	DIAZEPAM 10 MG	NEOQUIMICA	0,07
518	4000	COMP	NIFEDIPINO 20 MG	GEOLAB	0,055
536	6000	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 25 MG	RANBAXY	0,257
819	1000	COMP	CITRATO DE POTÁSSIO 10MEQ 1080MG, FRASCO COM 60 COMPRIMIDOS REVESTIDOS RETAL	APSEN	0,811
260	25000	COMP	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	GREEN PHARMA	0,1315
599	2000	COMP	PROPILTIOURACIL 100 MG	BIOLAB	0,5873
398	3000	COMP	INDAPAMIDA SR 1,5 MG	GEOLAB	0,15
966	8000	CP	ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG CPS	ABBOTT	0,18
554	5000	COMP	OXCARBAMAZEPINA 600 MG	RANBAXY	1,3
660	200	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 1% BISNAGA 50 GRAMAS	NATIVITA	4,5
668	30000	COMP	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II	VITAMED	0,0332
675	2000	COMP	TEOFILINA 100 MG	ABBOTT	0,4493
682	5000	COMP	TIAMAZOL 10 MG	BIOLAB	0,4002
683	3000	COMP	TIAMAZOL 5 MG	BIOLAB	0,2019
996	600	COMP	DIDROGESTERONA 10 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	ABBOTT	1,6092

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
25	2000	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENÇÃO ORAL FRASCO 10 ML	GEOLAB	0,86
53	1000	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO 80 MG + 11,5 MG PÓ PARA SUSPENÇÃO ORAL FRASCO COM 75 ML	SANDOZ	11
54	1500	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 50 MG + 12,5 MG/ML SUSPENÇÃO FRASCO 100 ML	SANDOZ	11,5
179	120000	COMP	CITALOPRAM 20 MG	RANBAXY	0,13
180	2000	COMP	CLARITROMICINA 500 MG	ABBOTT	2,35
234	15000	COMP	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 2 MG COMPRIMIDO	GEOLAB	0,0579
236	30000	COMP	DIAZEPAM 10 MG	NEOQUIMICA	0,07
237	15000	COMP	DIAZEPAM 5 MG	NEOQUIMICA	0,06
260	70000	COMP	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	GREEN PHARMA	0,1315
274	30000	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 4 MG	SANDOZ	0,22
337	3000	COMP	FENOFIBRATO 200 MG	ABBOTT	0,65



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
345	5000	CAPSULA	FLUCONAZOL 150 MG	Medquimica	0,315
398	2000	COMP	INDAPAMIDA SR 1,5 MG	GEOLAB	0,15
518	10000	COMP	NIFEDIPINO 20 MG	GEOLAB	0,055
536	5000	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 25 MG	RANBAXY	0,257
552	10000	COMP	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	RANBAXY	0,67
554	10000	COMP	OXCARBAMAZEPINA 600 MG	RANBAXY	1,3
599	2500	COMP	PROPILOTIURACIL 100 MG	BIOLAB	0,5873
643	150000	COMP	SINVASTATINA 20 MG	SANDOZ	0,0549
644	120000	COMP	SINVASTATINA 40 MG	SANDOZ	0,1199
660	1000	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 1% BISNAGA 50 GRAMAS	NATIVITA	4,5
668	25000	COMP	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II	VITAMED	0,0332
682	5000	COMP	TIAMAZOL 10 MG	BIOLAB	0,4002
710	8000	COMP	TRAZODONA 100 MG	APSEN	0,8
716	30000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VALPROICO 250 MG	ABBOTT	0,18
718	30000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VALPROICO 500 MG	ABBOTT	0,47
851	5000	COMP	PREBICTAL 50MG (PREGABALINA)	APSEN	1,55
216	1000	COMP	COLCHICINA 0,5 MG	APSEN	0,34
900	5000	CP	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 8MG	APSEN	0,2498

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
25	200	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 10 ML	GEOLAB	0,86
54	100	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 50 MG + 12,5 MG/ML SUSPENSÃO FRASCO 100 ML	SANDOZ	11,5
60	1000	COMP	ANLÓDIPINO, BESILATO 10 MG	GEOLAB	0,0646
179	3000	COMP	CITALOPRAM 20 MG	RANBAXY	0,13
180	1000	COMP	CLARITROMICINA 500 MG	ABBOTT	2,35
216	3000	COMP	COLCHICINA 0,5 MG	APSEN	0,34
234	1000	COMP	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 2 MG COMPRIMIDO	GEOLAB	0,0579
236	3000	COMP	DIAZEPAM 10 MG	NEOQUIMICA	0,07
260	10000	COMP	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	GREEN PHARMA	0,1315
337	6000	COMP	FENOFIBRATO 200 MG	ABBOTT	0,65
345	1000	CAPSULA	FLUCONAZOL 150 MG	Medquimica	0,315
519	6000	COMP	NIFEDIPINO 20 MG RETARD	Medquimica	0,1219
536	600	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 25 MG	RANBAXY	0,257
552	600	COMP	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	RANBAXY	0,67
599	600	COMP	PROPILOTIURACIL 100 MG	BIOLAB	0,5873
660	100	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 1% BISNAGA 50 GRAMAS	NATIVITA	4,5
668	10000	COMP	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II	VITAMED	0,0332
683	2000	COMP	TIAMAZOL 5 MG	BIOLAB	0,2019
719	8000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VALPROICO CR 500 MG	ABBOTT	0,5

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
274	9000	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 4 MG	SANDOZ	0,22
25	400	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 10 ML	GEOLAB	0,86
54	200	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 50 MG + 12,5 MG/ML SUSPENSÃO FRASCO 100 ML	SANDOZ	11,5
60	4000	COMP	ANLÓDIPINO, BESILATO 10 MG	GEOLAB	0,0646
173	2000	COMP	CINARIZINA 75 MG	RANBAXY	0,1038



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
179	15000	COMP	CITALOPRAM 20 MG	RANBAXY	0,13
180	1000	COMP	CLARITROMICINA 500 MG	ABBOTT	2,35
196	300	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% ESTÉRIL, NÃO INJETÁVEL, FRASCO DE 100 ML	FARMARIN	2,1
234	4000	COMP	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 2 MG COMPRIMIDO	GEOLAB	0,0579
236	9000	COMP	DIAZEPAM 10 MG	NEOQUIMICA	0,07
237	2000	COMP	DIAZEPAM 5 MG	NEOQUIMICA	0,06
260	25000	COMP	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	GREEN PHARMA	0,1315
345	1200	CAPSULA	FLUCONAZOL 150 MG	Medquímica	0,315
398	2500	COMP	INDAPAMIDA SR 1,5 MG	GEOLAB	0,15
518	600	COMP	NIFEDIPINO 20 MG	GEOLAB	0,055
536	1000	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 25 MG	RANBAXY	0,257
538	1000	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 75 MG	RANBAXY	0,75
554	1500	COMP	OXCARBAMAZEPINA 600 MG	RANBAXY	1,3
660	100	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 1% BISNAGA 50 GRAMAS	NATIVITA	4,5
668	12000	COMP	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II	VITAMED	0,0332
676	600	COMP	TEOFILINA 200 MG	ABBOTT	0,712
682	1500	COMP	TIAMAZOL 10 MG	BIOLAB	0,4002
683	1500	COMP	TIAMAZOL 5 MG	BIOLAB	0,2019
716	5000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ACIDO VALPROICO 250 MG	ABBOTT	0,18
718	10000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ACIDO VALPROICO 500 MG	ABBOTT	0,47
719	2000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ACIDO VALPROICO CR 500 MG	ABBOTT	0,5
847	3000	COMP	TRIXIFENIDIL 5MG	APSEN	0,2213

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
25	1000	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 10 ML	GEOLAB	0,86
53	100	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO 80 MG + 11,5 MG PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 75 ML	SANDOZ	11
54	1500	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 50 MG + 12,5 MG/ML SUSPENSÃO FRASCO 100 ML	SANDOZ	11,5
60	20000	COMP	ANLÓDIPINO, BESILATO 10 MG	GEOLAB	0,0646
173	2000	COMP	CINARIZINA 75 MG	RANBAXY	0,1038
179	80000	COMP	CITALOPRAM 20 MG	RANBAXY	0,13
180	500	COMP	CLARITROMICINA 500 MG	ABBOTT	2,35
196	1000	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% ESTÉRIL, NÃO INJETÁVEL, FRASCO DE 100 ML	FARMARIN	2,1
215	300	BISNAGA	COLAGENASE 0,6U/G SEM CLORANFENICOL 30G POMADA	ABBOTT	14
216	1500	COMP	COLCHICINA 0,5 MG	APSEN	0,34
217	1500	COMP	COLCHICINA 1 MG	APSEN	1,72
234	40000	COMP	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 2 MG COMPRIMIDO	GEOLAB	0,0579
236	50000	COMP	DIAZEPAM 10 MG	NEOQUIMICA	0,07
237	10000	COMP	DIAZEPAM 5 MG	NEOQUIMICA	0,06
260	70000	COMP	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	GREEN PHARMA	0,1315
269	10000	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO ER 500 MG	ABBOTT	1,08
274	20000	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 4 MG	SANDOZ	0,22
318	100	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, GARRA-DO-DIABO 400 MG (HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS)	APSEN	1,8613
337	1000	COMP	FENOFIBRATO 200 MG	ABBOTT	0,65
345	10000	CAPSULA	FLUCONAZOL 150 MG	Medquímica	0,315
398	1000	COMP	INDAPAMIDA SR 1,5 MG	GEOLAB	0,15
518	10000	COMP	NIFEDIPINO 20 MG	GEOLAB	0,055



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
519	3000	COMP	NIFEDIPINO 20 MG RETARD	Medquímica	0,1219
536	3000	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 25 MG	RANBAXY	0,257
538	1500	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 75 MG	RANBAXY	0,75
552	3000	COMP	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	RANBAXY	0,67
554	3000	COMP	OXCARBAMAZEPINA 600 MG	RANBAXY	1,3
594	300	COMP	PRIMIDONA 100 MG	APSEN	0,3332
599	300	COMP	PROLTIOURACIL 100 MG	BIOLAB	0,5873
642	15000	COMP	SINVASTATINA 10 MG	SANDOZ	0,059
643	100000	COMP	SINVASTATINA 20 MG	SANDOZ	0,0549
644	50000	COMP	SINVASTATINA 40 MG	SANDOZ	0,1199
660	1000	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 1% BISNAGA 50 GRAMAS	NATIVITA	4,5
668	35000	COMP	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II	VITAMED	0,0332
675	3000	COMP	TEOFILINA 100 MG	ABBOTT	0,4493
676	3000	COMP	TEOFILINA 200 MG	ABBOTT	0,712
682	3000	COMP	TIAMAZOL 10 MG	BIOLAB	0,4002
683	1500	COMP	TIAMAZOL 5 MG	BIOLAB	0,2019
710	1500	COMP	TRAZODONA 100 MG	APSEN	0,8
716	3000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VALPROICO 250 MG	ABBOTT	0,18
718	3000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VALPROICO 500 MG	ABBOTT	0,47
719	3000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VALPROICO CR 500 MG	ABBOTT	0,5
773	300	COMP	RABEPRAZOL SÓDICO 20MG	SANDOZ	3,75
812	5	FRAS	STRYPHODENDRON ADSTRINGENS ( MART ) COVILLE, EXTRATO SECO 50%, 60MG/G, FRASCO DE 50G (FITOSTAR)	APSEN	132,4208
819	600	COMP	CITRATO DE POTÁSSIO 10MEQ 1080MG, FRASCO COM 60 COMPRIMIDOS REVESTIDOS RETAL	APSEN	0,811
825	5000	COMP	DEPAKOTE / DIVALPROATO DE SÓDIO 500MG, ÉTICO	ABBOTT	2,5343
847	300	COMP	TRIXIFENIDIL 5MG	APSEN	0,2213
851	3000	COMP	PREBICTAL 50MG (PREGABALINA)	APSEN	1,55
860	5000	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO ER 250MG	ABBOTT	0,6
862	300	COMP	TANSULOSINA 0,4MG, COMP	GEOLAB	0,95
900	1000	CP	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 8MG	APSEN	0,2498
966	5000	CP	ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG CPS	ABBOTT	0,18

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
25	50	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 10 ML	GEOLAB	0,86
60	5000	COMP	ANLÓDIPINO, BESILATO 10 MG	GEOLAB	0,0646
179	3000	COMP	CITALOPRAM 20 MG	RANBAXY	0,13
234	1000	COMP	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 2 MG COMPRIMIDO	GEOLAB	0,0579
236	3000	COMP	DIAZEPAM 10 MG	NEOQUIMICA	0,07
260	15000	COMP	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	GREEN PHARMA	0,1315
274	3000	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 4 MG	SANDOZ	0,22
643	10000	COMP	SINVASTATINA 20 MG	SANDOZ	0,0549
644	10000	COMP	SINVASTATINA 40 MG	SANDOZ	0,1199
668	3000	COMP	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II	VITAMED	0,0332
716	3000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VALPROICO 250 MG	ABBOTT	0,18
718	3000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VALPROICO 500 MG	ABBOTT	0,47

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
536	3000	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 25 MG	RANBAXY	0,257
683	1500	COMP	TIAMAZOL 5 MG	BIOLAB	0,2019



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
 DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
 Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**  
 Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**  
 Órgão Participante

MEDILAR IMP. DISTR. PROD. MEDICO HOSPITALARES S/A  
 Fornecedor

Testemunha



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

Testemunha

**21 - ATA N 42 METROMED**

Publicação Nº 2592371



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Estrada BOA ESPERANÇA Nº 1918 FUNDO CANOAS CEP 89.160-001 - Rio do Sul/SC CEP: 89.160-001, inscrita no CNPJ sob o nº 83.157.032/0001-22, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. HELENA MARIA WOITEXEN, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 5



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
198	100	AMPOLA	CLORETO DE SÓDIO 10% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	Equiplex/EQUIPLEX INDÚSTRIA FARMACÊUTICA	0,3

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1010	400	FRASCO	REPELENTE CORPORAL EM SPRAY DE LONGA DURAÇÃO 200 ML	Nutriex/NUTRIEX INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS	9

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
198	200	AMPOLA	CLORETO DE SÓDIO 10% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	Equiplex/EQUIPLEX INDÚSTRIA FARMACÊUTICA	0,3

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
Órgão Gerenciador



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**

Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**

Órgão Participante

METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**22 - ATA N 43 BASCEL**

Publicação Nº 2592366



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Praça 180 S/N AGUA BRANCA CEP 85.600-001 - Francisco Beltrão/PR CEP: 85.600-001, inscrita no CNPJ sob o nº 21.515.353/0001-02, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. LEONARDO CELLA BASEGGIO, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	40000	COMP	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	HIPOLABOR	0,0344
50	30000	COMP	AMOXICILINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,189
247	10000	COMP	DIGOXINA 0,25 MG	PHARLAB	0,0739
288	200	AMPOLA	EPINEFRINA 1MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	HIPOLABOR	1,66
295	20000	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 10MG + 250 MG COMPRIMIDOS	PHARLAB	0,35
311	200	BISNAGA	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 50 GRAMAS	SANVAL	15,5
402	200	FRASCO	IPRATROPIO BROMETO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO FR 20 ML	HIPOLABOR	0,79
461	20000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	PRATIDONADUZZI	0,0849
470	20000	COMP	MELOXICAM 15 MG	PHARLAB	0,087
483	5000	COMP	METILDOPA 250 MG	SANVAL	0,3699
488	20000	COMP	METOCLOPRAMIDA 10 MG	BELFAR	0,0949
588	300	FRASCO	PREDNISOLONA SOL ORAL 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	HIPOLABOR	7,47
637	3000	COMP	SECNIDAZOL 1000 MG	PHARLAB	0,61
680	10	FRASCO	TETRACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA A FENILEFRINA, 1% + 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 10 ML	ALLERGAN	8

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	5000	COMP	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	HIPOLABOR	0,0344
50	5000	COMP	AMOXICILINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,189
247	10000	COMP	DIGOXINA 0,25 MG	PHARLAB	0,0739
295	5000	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 10MG + 250 MG COMPRIMIDOS	PHARLAB	0,35
470	3000	COMP	MELOXICAM 15 MG	PHARLAB	0,087
483	1000	COMP	METILDOPA 250 MG	SANVAL	0,3699
488	1000	COMP	METOCLOPRAMIDA 10 MG	BELFAR	0,0949
588	500	FRASCO	PREDNISOLONA SOL ORAL 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	HIPOLABOR	7,47
620	500	COMP	RIVAROXABANA 20 MG	BAYER	6,94
637	2000	COMP	SECNIDAZOL 1000 MG	PHARLAB	0,61

4 / 9



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
650	500	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	2
651	50	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	2,45
680	10	FRASCO	TETRACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA A FENILEFRINA, 1% + 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 10 ML	ALLERGAN	8
774	500	COMP	RIVAROXABANA 10MG	BAYER	6,9

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	15000	COMP	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	HIPOLABOR	0,0344
50	20000	COMP	AMOXICILINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,189
247	5000	COMP	DIGOXINA 0,25 MG	PHARLAB	0,0739
288	100	AMPOLA	EPINEFRINA 1MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	HIPOLABOR	1,66
295	20000	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 10MG + 250 MG COMPRIMIDOS	PHARLAB	0,35
402	500	FRASCO	IPRATROPIO BROMETO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO FR 20 ML	HIPOLABOR	0,79
461	50000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	PRATIDONADUZZI	0,0849
470	10000	COMP	MELOXICAM 15 MG	PHARLAB	0,087
483	6000	COMP	METILDOPA 250 MG	SANVAL	0,3699
488	5000	COMP	METOCLOPRAMIDA 10 MG	BELFAR	0,0949
588	1000	FRASCO	PREDNISOLONA SOL ORAL 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	HIPOLABOR	7,47
620	900	COMP	RIVAROXABANA 20 MG	BAYER	6,94
637	1000	COMP	SECNIDAZOL 1000 MG	PHARLAB	0,61
650	100	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	2
680	50	FRASCO	TETRACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA A FENILEFRINA, 1% + 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 10 ML	ALLERGAN	8

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	12000	COMP	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	HIPOLABOR	0,0344
247	10000	COMP	DIGOXINA 0,25 MG	PHARLAB	0,0739
461	180000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	PRATIDONADUZZI	0,0849
483	10000	COMP	METILDOPA 250 MG	SANVAL	0,3699
637	1000	COMP	SECNIDAZOL 1000 MG	PHARLAB	0,61
774	2000	COMP	RIVAROXABANA 10MG	BAYER	6,9
50	12000	COMP	AMOXICILINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,189
288	200	AMPOLA	EPINEFRINA 1MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	HIPOLABOR	1,66
295	12000	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 10MG + 250 MG COMPRIMIDOS	PHARLAB	0,35
588	500	FRASCO	PREDNISOLONA SOL ORAL 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	HIPOLABOR	7,47
311	200	BISNAGA	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 50 GRAMAS	SANVAL	15,5
402	400	FRASCO	IPRATROPIO BROMETO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO FR 20 ML	HIPOLABOR	0,79
470	25000	COMP	MELOXICAM 15 MG	PHARLAB	0,087
488	7000	COMP	METOCLOPRAMIDA 10 MG	BELFAR	0,0949
620	10000	COMP	RIVAROXABANA 20 MG	BAYER	6,94
680	20	FRASCO	TETRACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA A FENILEFRINA, 1% + 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 10 ML	ALLERGAN	8



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

## MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
------	------	-------	-----------	--------------	-------------------

## MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	20000	COMP	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	HIPOLABOR	0,0344
50	18000	COMP	AMOXICILINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,189
247	20000	COMP	DIGOXINA 0,25 MG	PHARLAB	0,0739
295	25000	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 10MG + 250 MG COMPRIMIDOS	PHARLAB	0,35
311	300	BISNAGA	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 50 GRAMAS	SANVAL	15,5
402	1000	FRASCO	IPRATROPIO BROMETO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO FR 20 ML	HIPOLABOR	0,79
461	350000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	PRATIDONADUZZI	0,0849
470	50000	COMP	MELOXICAM 15 MG	PHARLAB	0,087
483	20000	COMP	METILDOPA 250 MG	SANVAL	0,3699
488	10000	COMP	METOCLOPRAMIDA 10 MG	BELFAR	0,0949
588	3000	FRASCO	PREDNISOLONA SOL ORAL 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	HIPOLABOR	7,47
620	5000	COMP	RIVAROXABANA 20 MG	BAYER	6,94
637	2000	COMP	SECNIDAZOL 1000 MG	PHARLAB	0,61
680	10	FRASCO	TETRACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA A FENILEFRINA, 1% + 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 10 ML	ALLERGAN	8
774	3000	COMP	RIVAROXABANA 10MG	BAYER	6,9

## MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	5000	COMP	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	HIPOLABOR	0,0344
50	6000	COMP	AMOXICILINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,189
247	3000	COMP	DIGOXINA 0,25 MG	PHARLAB	0,0739
295	3000	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 10MG + 250 MG COMPRIMIDOS	PHARLAB	0,35
311	50	BISNAGA	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 50 GRAMAS	SANVAL	15,5
402	200	FRASCO	IPRATROPIO BROMETO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO FR 20 ML	HIPOLABOR	0,79
461	2000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	PRATIDONADUZZI	0,0849
470	5000	COMP	MELOXICAM 15 MG	PHARLAB	0,087
488	1000	COMP	METOCLOPRAMIDA 10 MG	BELFAR	0,0949
588	200	FRASCO	PREDNISOLONA SOL ORAL 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	HIPOLABOR	7,47
620	3000	COMP	RIVAROXABANA 20 MG	BAYER	6,94
650	400	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	2
651	400	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	2,45
774	2000	COMP	RIVAROXABANA 10MG	BAYER	6,9

## MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	8000	COMP	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	HIPOLABOR	0,0344
50	10000	COMP	AMOXICILINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,189
247	3000	COMP	DIGOXINA 0,25 MG	PHARLAB	0,0739
295	20000	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 10MG + 250 MG COMPRIMIDOS	PHARLAB	0,35
402	150	FRASCO	IPRATROPIO BROMETO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO FR 20 ML	HIPOLABOR	0,79

6 / 9



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
470	15000	COMP	MELOXICAM 15 MG	PHARLAB	0,087
488	9000	COMP	METOCLOPRAMIDA 10 MG	BELFAR	0,0949
588	150	FRASCO	PREDNISOLONA SOL ORAL 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	HIPOLABOR	7,47
620	1000	COMP	RIVAROXABANA 20 MG	BAYER	6,94
637	200	COMP	SECNIDAZOL 1000 MG	PHARLAB	0,61
648	100	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 1000 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	4,35
650	500	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	2
651	700	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	2,45

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	30000	COMP	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	HIPOLABOR	0,0344
50	40000	COMP	AMOXICILINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,189
247	30000	COMP	DIGOXINA 0,25 MG	PHARLAB	0,0739
288	200	AMPOLA	EPINEFRINA 1MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	HIPOLABOR	1,66
295	20000	COMP	ESCOPLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 10MG + 250 MG COMPRIMIDOS	PHARLAB	0,35
311	100	BISNAGA	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 50 GRAMAS	SANVAL	15,5
402	500	FRASCO	IPRATROPIO BROMETO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO FR 20 ML	HIPOLABOR	0,79
470	30000	COMP	MELOXICAM 15 MG	PHARLAB	0,087
483	10000	COMP	METILDOPA 250 MG	SANVAL	0,3699
488	10000	COMP	METOCLOPRAMIDA 10 MG	BELFAR	0,0949
461	30000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	PRATIDONADUZZI	0,0849
588	600	FRASCO	PREDNISOLONA SOL ORAL 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	HIPOLABOR	7,47
620	3000	COMP	RIVAROXABANA 20 MG	BAYER	6,94
637	1500	COMP	SECNIDAZOL 1000 MG	PHARLAB	0,61
648	5000	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 1000 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	4,35
650	10000	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	2
651	10000	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	2,45
652	5000	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	2,6
653	5000	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	2,85
654	1000	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTONICA DE GLICOSE 5% 1000 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	4,6
655	1000	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% 250 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	2,25
656	1000	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% 500 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	2,8
680	100	FRASCO	TETRACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA A FENILEFRINA, 1% + 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 10 ML	ALLERGAN	8
774	1500	COMP	RIVAROXABANA 10MG	BAYER	6,9

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	1500	COMP	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	HIPOLABOR	0,0344
50	3000	COMP	AMOXICILINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,189



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
295	1000	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 10MG + 250 MG COMPRIMIDOS	PHARLAB	0,35
402	100	FRASCO	IPRATROPIO BROMETO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO FR 20 ML	HIPOLABOR	0,79
470	3000	COMP	MELOXICAM 15 MG	PHARLAB	0,087
488	3000	COMP	METOCLOPRAMIDA 10 MG	BELFAR	0,0949
620	3000	COMP	RIVAROXABANA 20 MG	BAYER	6,94
774	2000	COMP	RIVAROXABANA 10MG	BAYER	6,9

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
 DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
 Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**  
 Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**  
 Órgão Participante

BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**23 - ATA N 44 RIOCLARENSE**

Publicação Nº 2592364



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.889-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Praça EMILIO MARCONATO Nº 1000 JAGUARIUNA PARK INDUSTRIAL CEP 13.820-000 - Jaguariúna/SP CEP: 13.820-000, inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0004-91, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. ANA LÚCIA BARBOSA PROCHNOW, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 7



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
96	5000	COMP	BIPERIDENO 2 MG	CRISTÃ LIA	0,188
204	10000	COMP	CLORPROMAZINA 25 MG	CRISTÃ LIA	0,204
596	500	AMPOLA	PROMETAZINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	SANVAL/HIPOLABO	1,725
613	40	BISNAGA	RETINOL ASSOCIADO COM AMINOACIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL, 10.000 UI + 25 MG + 5 MG + 5 MG/G, POMADA OFTÁLMICA BISNAGA 3,5 G	CRISTALIA/LATIN	9,95
743	300	FRASCO	ACIDO VALPROICO 250MG/5ML FRASCO 100 ML	HIPOLABOR	3,66
817	100	FRAS	ÓLEO DE GIRASSOL PARA FINS MEDICINAIS FRASCO COM 100ML	AGE HOSPITALAR	1,8212
916	500	FR	LIDOCAÍNA 2% 20MG/ML C/VASO CONSTRICTOR SOLUÇÃO INJ.	HYPOFARMA	2,6962

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
96	3000	COMP	BIPERIDENO 2 MG	CRISTÃ LIA	0,188
383	20000	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	PHARLAB	0,057
508	500	COMP	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z	BIONATUS	0,06
596	1000	AMPOLA	PROMETAZINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	SANVAL/HIPOLABO	1,725
704	500	COMP	TRAMADOL 100 MG	CRISTÃ LIA	3,45
817	50	FRAS	ÓLEO DE GIRASSOL PARA FINS MEDICINAIS FRASCO COM 100ML	AGE HOSPITALAR	1,8212

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
96	10000	COMP	BIPERIDENO 2 MG	CRISTÃ LIA	0,188
204	2000	COMP	CLORPROMAZINA 25 MG	CRISTÃ LIA	0,204
275	600	COMP	DOXICICLINA 100 MG	PHARLAB	0,25
383	2000	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	PHARLAB	0,057
453	50	FRASCO	LOÇÃO OLEOSA A BASE DE A. G. E. ( ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS) FRASCO 100 ML	AGE HOSPITALAR	1,89
508	6000	COMP	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z	BIONATUS	0,06

4 / 7



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

## MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
596	5000	AMPOLA	PROMETAZINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	SANVAL/HIPOLABO	1,725
743	50	FRASCO	ACIDO VALPROICO 250MG/5ML FRASCO 100 ML	HIPOLABOR	3,66

## MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
96	8000	COMP	BIPERIDENO 2 MG	CRISTÃ LIA	0,188
275	3000	COMP	DOXICICLINA 100 MG	PHARLAB	0,25
204	1500	COMP	CLORPROMAZINA 25 MG	CRISTÃ LIA	0,204
213	100	BISNAGA	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA 30G	CRISTÃ LIA	13,98
596	200	AMPOLA	PROMETAZINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	SANVAL/HIPOLABO	1,725
383	5000	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	PHARLAB	0,057
916	25	FR	LIDOCAÍNA 2% 20MG/ML C/VASO CONSTRICTOR SOLUÇÃO INJ.	HYPOFARMA	2,6962
508	7000	COMP	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z	BIONATUS	0,06
613	50	BISNAGA	RETINOL ASSOCIADO COM AMINOACIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL, 10.000 UI + 25 MG + 5 MG + 5 MG/G, POMADA OFTÁLMICA BISNAGA 3,5 G	CRISTALIA/LATIN	9,95
743	100	FRASCO	ACIDO VALPROICO 250MG/5ML FRASCO 100 ML	HIPOLABOR	3,66

## MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
96	15000	COMP	BIPERIDENO 2 MG	CRISTÃ LIA	0,188
204	7000	COMP	CLORPROMAZINA 25 MG	CRISTÃ LIA	0,204
213	500	BISNAGA	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA 30G	CRISTÃ LIA	13,98
275	3000	COMP	DOXICICLINA 100 MG	PHARLAB	0,25
383	100000	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	PHARLAB	0,057
508	30000	COMP	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z	BIONATUS	0,06
613	30	BISNAGA	RETINOL ASSOCIADO COM AMINOACIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL, 10.000 UI + 25 MG + 5 MG + 5 MG/G, POMADA OFTÁLMICA BISNAGA 3,5 G	CRISTALIA/LATIN	9,95
704	10000	COMP	TRAMADOL 100 MG	CRISTÃ LIA	3,45

## MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
96	3000	COMP	BIPERIDENO 2 MG	CRISTÃ LIA	0,188
275	1000	COMP	DOXICICLINA 100 MG	PHARLAB	0,25
383	5000	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	PHARLAB	0,057
613	50	BISNAGA	RETINOL ASSOCIADO COM AMINOACIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL, 10.000 UI + 25 MG + 5 MG + 5 MG/G, POMADA OFTÁLMICA BISNAGA 3,5 G	CRISTALIA/LATIN	9,95
743	100	FRASCO	ACIDO VALPROICO 250MG/5ML FRASCO 100 ML	HIPOLABOR	3,66
809	5000	COMP	TRAMADOL 100MG RETARD	CRISTÃ LIA	3,45

## MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
275	500	COMP	DOXICICLINA 100 MG	PHARLAB	0,25
96	5000	COMP	BIPERIDENO 2 MG	CRISTÃ LIA	0,188
204	1000	COMP	CLORPROMAZINA 25 MG	CRISTÃ LIA	0,204
213	50	BISNAGA	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA 30G	CRISTÃ LIA	13,98

5 / 7



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
453	500	FRASCO	LOÇÃO OLEOSA A BASE DE A. G. E. ( ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS) FRASCO 100 ML	AGE HOSPITALAR	1,89
596	100	AMPOLA	PROMETAZINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	SANVAL/HIPOLABO	1,725

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
96	20000	COMP	BIPERIDENO 2 MG	CRISTÃ LIA	0,188
204	10000	COMP	CLORPROMAZINA 25 MG	CRISTÃ LIA	0,204
213	500	BISNAGA	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA 30G	CRISTÃ LIA	13,98
275	300	COMP	DOXICICLINA 100 MG	PHARLAB	0,25
383	100000	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	PHARLAB	0,057
453	500	FRASCO	LOÇÃO OLEOSA A BASE DE A. G. E. ( ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS) FRASCO 100 ML	AGE HOSPITALAR	1,89
508	10000	COMP	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z	BIONATUS	0,06
596	200	AMPOLA	PROMETAZINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	SANVAL/HIPOLABO	1,725
613	100	BISNAGA	RETINOL ASSOCIADO COM AMINOACIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL, 10.000 UI + 25 MG + 5 MG + 5 MG/G, POMADA OFTÁLMICA BISNAGA 3,5 G	CRISTALIA/LATIN	9,95
704	3000	COMP	TRAMADOL 100 MG	CRISTÃ LIA	3,45
743	500	FRASCO	ACIDO VALPROICO 250MG/5ML FRASCO 100 ML	HIPOLABOR	3,66
809	3000	COMP	TRAMADOL 100MG RETARD	CRISTÃ LIA	3,45
817	100	FRAS	ÓLEO DE GIRASSOL PARA FINS MEDICINAIS FRASCO COM 100ML	AGE HOSPITALAR	1,8212
916	300	FR	LIDOCAÍNA 2% 20MG/ML C/VASO CONSTRICTOR SOLUÇÃO INJ.	HYPOFARMA	2,6962

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
96	1500	COMP	BIPERIDENO 2 MG	CRISTÃ LIA	0,188
704	3000	COMP	TRAMADOL 100 MG	CRISTÃ LIA	3,45
743	100	FRASCO	ACIDO VALPROICO 250MG/5ML FRASCO 100 ML	HIPOLABOR	3,66

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
613	50	BISNAGA	RETINOL ASSOCIADO COM AMINOACIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL, 10.000 UI + 25 MG + 5 MG + 5 MG/G, POMADA OFTÁLMICA BISNAGA 3,5 G	CRISTALIA/LATIN	9,95

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na clausula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**  
Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**  
Órgão Participante

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

7 / 7

## 24 - ATA N 45 F&amp;F

Publicação Nº 2592363



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua GENUINO PIACENTINI Nº 59 SANTA TEREZINHA CEP 85.506-220 - Pato Branco/PR CEP: 85.506-220, inscrita no CNPJ sob o nº 28.093.678/0001-85, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. FABIO EMANUEL REBONATTO, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 8



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
187	1000	FRASCO	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	HIPOLABOR	1,695
245	200	FRASCO	DICLOFENACO, SAL RESINATO, 15 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	CIMED	2,35
252	3000	COMP	DIMENIDRINATO 100 MG BLISTER FRACIONAVEL	TAKEDA	1,5
343	30000	COMP	FINASTERIDA 5 MG	NOVAQUIMICA	0,37
484	5000	COMP	METILDOPA 500 MG	EMS	0,84
529	8000	CAPSULA	NITROFURANTOÍNA 100 MG FRACIONAVEL	TEUTO	0,25
913	500	FR	IBUPROFENO 100MG/ML 20ML	GERMED	2,066

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
187	500	FRASCO	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	HIPOLABOR	1,695
245	200	FRASCO	DICLOFENACO, SAL RESINATO, 15 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	CIMED	2,35
343	7000	COMP	FINASTERIDA 5 MG	NOVAQUIMICA	0,37
350	50	FRASCO	FLUOXETINA 20 MG/ML FRASCO COM 20 ML GOTAS	GERMED	37,565
484	2000	COMP	METILDOPA 500 MG	EMS	0,84
529	5000	CAPSULA	NITROFURANTOÍNA 100 MG FRACIONAVEL	TEUTO	0,25
913	200	FR	IBUPROFENO 100MG/ML 20ML	GERMED	2,066
1005	500	CP	BUPROPIONA XL 150 MG	EMS	2

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
165	30	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM PIRIDOXINA E TIAMINA, 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS.	MERCK	3,4
187	800	FRASCO	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	HIPOLABOR	1,695
245	600	FRASCO	DICLOFENACO, SAL RESINATO, 15 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	CIMED	2,35
252	2000	COMP	DIMENIDRINATO 100 MG BLISTER FRACIONAVEL	TAKEDA	1,5
343	10000	COMP	FINASTERIDA 5 MG	NOVAQUIMICA	0,37



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
350	150	FRASCO	FLUOXETINA 20 MG/ML FRASCO COM 20 ML GOTAS	GERMED	37,565
425	4000	COMP	LEVOFLOXACINO 500 MG BLISTER FRACIONAVEL	CIMED	0,7
484	5000	COMP	METILDOPA 500 MG	EMS	0,84
529	5000	CAPSULA	NITROFURANTOÍNA 100 MG FRACIONAVEL	TEUTO	0,25
564	5000	COMP	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM DICLOFENACO, CARISOPRODOL E CAFEÍNA, 300MG +50MG + 125MG+ 30MG	GEOLAB	0,12
913	800	FR	IBUPROFENO 100MG/ML 20ML	GERMED	2,066

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
343	15000	COMP	FINASTERIDA 5 MG	NOVAQUIMICA	0,37
350	50	FRASCO	FLUOXETINA 20 MG/ML FRASCO COM 20 ML GOTAS	GERMED	37,565
529	7000	CAPSULA	NITROFURANTOÍNA 100 MG FRACIONAVEL	TEUTO	0,25
484	10000	COMP	METILDOPA 500 MG	EMS	0,84
564	12000	COMP	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM DICLOFENACO, CARISOPRODOL E CAFEÍNA, 300MG +50MG + 125MG+ 30MG	GEOLAB	0,12
901	200	FR	DIPIRONA 500MG+CLOR PROMETAZINA 5MG+CLOR ADIFENINA 10MG 20ML	LEGRAND	6
165	300	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM PIRIDOXINA E TIAMINA, 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS.	MERCK	3,4
187	1000	FRASCO	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	HIPOLABOR	1,695
245	400	FRASCO	DICLOFENACO, SAL RESINATO, 15 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	CIMED	2,35
252	3000	COMP	DIMENIDRINATO 100 MG BLISTER FRACIONAVEL	TAKEDA	1,5
425	3000	COMP	LEVOFLOXACINO 500 MG BLISTER FRACIONAVEL	CIMED	0,7
480	5000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 1000 MG + 50 MG	NOVARTIS	2,5
736	3000	COMP	VIDAGLIPTINA 50 MG	NOVARTIS	2,6
913	1000	FR	IBUPROFENO 100MG/ML 20ML	GERMED	2,066

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
165	200	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM PIRIDOXINA E TIAMINA, 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS.	MERCK	3,4
187	3000	FRASCO	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	HIPOLABOR	1,695
245	500	FRASCO	DICLOFENACO, SAL RESINATO, 15 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	CIMED	2,35
343	20000	COMP	FINASTERIDA 5 MG	NOVAQUIMICA	0,37
350	500	FRASCO	FLUOXETINA 20 MG/ML FRASCO COM 20 ML GOTAS	GERMED	37,565
354	15	FRASCO	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 200 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	ACHE	80
401	20	FRASCO	INSULINA LISPRO 100 UI	ELI LILLY	125,3
425	5000	COMP	LEVOFLOXACINO 500 MG BLISTER FRACIONAVEL	CIMED	0,7
484	30000	COMP	METILDOPA 500 MG	EMS	0,84
529	8000	CAPSULA	NITROFURANTOÍNA 100 MG FRACIONAVEL	TEUTO	0,25
913	1500	FR	IBUPROFENO 100MG/ML 20ML	GERMED	2,066
829	150	FRAS	FISIOGEL LOÇÃO HIPOALERGÊNICO HIDRATANTE DE PELE COM 240ML, ÉTICO	MEGALABS	100
480	2000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 1000 MG + 50 MG	NOVARTIS	2,5



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
945	200	AMP	DEXTROVITASE 2 MG DE 5 FOSFATO SÓDICO DE RIBOFLAVINA+10MG DE CLORIDRATO DE PIRIDOXINA +500 MG DE ÁCIDO ASCÓRBICO+5MG DE PANTOTENATO DE SÓDIO E 1 G DE GLICOSE - AMPOLA 10 ML	CRISTÁ LIA	8,15

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
187	200	FRASCO	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	HIPOLABOR	1,695
245	50	FRASCO	DICLOFENACO, SAL RESINATO, 15 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	CIMED	2,35
343	6000	COMP	FINASTERIDA 5 MG	NOVAQUIMICA	0,37
425	2000	COMP	LEVOFLOXACINO 500 MG BLISTER FRACIONAVEL	CIMED	0,7
484	5000	COMP	METILDOPA 500 MG	EMS	0,84
529	1000	CAPSULA	NITROFURANTOÍNA 100 MG FRACIONAVEL	TEUTO	0,25
564	5000	COMP	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM DICLOFENACO, CARISOPRODOL E CAFEÍNA, 300MG +50MG + 125MG+ 30MG	GEOLAB	0,12
578	100	AMPOLA	PIROXICAM 20MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	WYETH	18
913	300	FR	IBUPROFENO 100MG/ML 20ML	GERMED	2,066

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
165	100	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM PIRIDOXINA E TIAMINA, 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS.	MERCK	3,4
187	400	FRASCO	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	HIPOLABOR	1,695
245	600	FRASCO	DICLOFENACO, SAL RESINATO, 15 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	CIMED	2,35
343	9000	COMP	FINASTERIDA 5 MG	NOVAQUIMICA	0,37
425	2000	COMP	LEVOFLOXACINO 500 MG BLISTER FRACIONAVEL	CIMED	0,7
484	2000	COMP	METILDOPA 500 MG	EMS	0,84
529	3000	CAPSULA	NITROFURANTOÍNA 100 MG FRACIONAVEL	TEUTO	0,25
564	30000	COMP	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM DICLOFENACO, CARISOPRODOL E CAFEÍNA, 300MG +50MG + 125MG+ 30MG	GEOLAB	0,12
913	900	FR	IBUPROFENO 100MG/ML 20ML	GERMED	2,066
33	200	COMP	ALPRAZOLAM 1 MG XR COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	PFIZER	2,74

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
33	10000	COMP	ALPRAZOLAM 1 MG XR COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	PFIZER	2,74
165	30	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM PIRIDOXINA E TIAMINA, 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS.	MERCK	3,4
187	1500	FRASCO	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	HIPOLABOR	1,695
220	1000	COMP	DEFLAZACORTE 6 MG	EMS	1,2125
245	500	FRASCO	DICLOFENACO, SAL RESINATO, 15 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	CIMED	2,35
252	10000	COMP	DIMENIDRINATO 100 MG BLISTER FRACIONAVEL	TAKEDA	1,5
343	20000	COMP	FINASTERIDA 5 MG	NOVAQUIMICA	0,37
350	300	FRASCO	FLUOXETINA 20 MG/ML FRASCO COM 20 ML GOTAS	GERMED	37,565



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
354	10	FRASCO	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 200 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	ACHE	80
401	100	FRASCO	INSULINA LISPRO 100 UI	ELI LILLY	125,3
403	100	FRASCO	IPRATROPIO, BROMETO + SULFATO DE SALBUTAMOL 20/120MCG/DOSE	CHIESI	50
425	15000	COMP	LEVOFLOXACINO 500 MG BLISTER FRACIONAVEL	CIMED	0,7
480	3000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 1000 MG + 50 MG	NOVARTIS	2,5
481	3000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 500 MG + 50 MG	NOVARTIS	2,5
484	10000	COMP	METILDOPA 500 MG	EMS	0,84
529	3000	CAPSULA	NITROFURANTOÍNA 100 MG FRACIONAVEL	TEUTO	0,25
564	60000	COMP	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM DICLOFENACO, CARISOPRODOL E CAFEÍNA, 300MG +50MG + 125MG+ 30MG	GEOLAB	0,12
578	100	AMPOLA	PIROXICAM 20MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	WYETH	18
736	1000	COMP	VIDAGLIPTINA 50 MG	NOVARTIS	2,6
829	10	FRAS	FISIOGEL LOÇÃO HIPOALERGÊNICO HIDRATANTE DE PELE COM 240ML, ÉTICO	MEGALABS	100
901	30	FR	DIPIRONA 500MG+CLOR PROMETAZINA 5MG+CLOR ADIFENINA 10MG 20ML	LEGRAND	6
913	200	FR	IBUPROFENO 100MG/ML 20ML	GERMED	2,066
945	500	AMP	DEXTROVITASE 2 MG DE 5 FOSFATO SÓDICO DE RIBOFLAVINA+10MG DE CLORIDRATO DE PIRIDOXINA +500 MG DE ÁCIDO ASCÓRBICO+5MG DE PANTOTENATO DE SÓDIO E 1 G DE GLICOSE - AMPOLA 10 ML	CRISTÃ LIA	8,15

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
187	100	FRASCO	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	HIPOLABOR	1,695
343	3000	COMP	FINASTERIDA 5 MG	NOVAQUIMICA	0,37
484	1000	COMP	METILDOPA 500 MG	EMS	0,84
564	10000	COMP	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM DICLOFENACO, CARISOPRODOL E CAFEÍNA, 300MG +50MG + 125MG+ 30MG	GEOLAB	0,12

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
252	1000	COMP	DIMENIDRINATO 100 MG BLISTER FRACIONAVEL	TAKEDA	1,5

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**  
Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**  
Órgão Participante

F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**25 - ATA N 46 FLYMED**

Publicação Nº 2592362



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua MACHADO DE ASSIS Nº 1237 BELA VISTA CEP 99.704-066 - Erechim/RS CEP: 99.704-066, inscrita no CNPJ sob o nº 25.034.906/0001-58, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. RICARDO ALEXANDRO SALOMONI, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 6



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
29	6000	COMP	ALOPURINOL 300 MG	PRATIDONADUZZI	0,2019
57	1000	CAPSULA	AMPICILINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,3689
525	200	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	PRATIDONADUZZI	3,899
920	2000	CP	MIRTAZAPINA 45MG	PRATIDONADUZZI	0,9997

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
29	2000	COMP	ALOPURINOL 300 MG	PRATIDONADUZZI	0,2019
57	5000	CAPSULA	AMPICILINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,3689
525	100	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	PRATIDONADUZZI	3,899

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
29	3000	COMP	ALOPURINOL 300 MG	PRATIDONADUZZI	0,2019
57	1000	CAPSULA	AMPICILINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,3689
525	300	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	PRATIDONADUZZI	3,899

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
29	8000	COMP	ALOPURINOL 300 MG	PRATIDONADUZZI	0,2019
525	200	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	PRATIDONADUZZI	3,899
920	3000	CP	MIRTAZAPINA 45MG	PRATIDONADUZZI	0,9997

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
29	7000	COMP	ALOPURINOL 300 MG	PRATIDONADUZZI	0,2019
57	1500	CAPSULA	AMPICILINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,3689
525	2000	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	PRATIDONADUZZI	3,899



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
------	------	-------	-----------	--------------	-------------------

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
29	2000	COMP	ALOPURINOL 300 MG	PRATIDONADUZZI	0,2019
57	1000	CAPSULA	AMPICILINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,3689
525	100	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	PRATIDONADUZZI	3,899

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
29	500	COMP	ALOPURINOL 300 MG	PRATIDONADUZZI	0,2019
524	150	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 30 ML	PRATIDONADUZZI	2,9996

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
29	20000	COMP	ALOPURINOL 300 MG	PRATIDONADUZZI	0,2019
57	10000	CAPSULA	AMPICILINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,3689
524	300	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 30 ML	PRATIDONADUZZI	2,9996
525	500	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	PRATIDONADUZZI	3,899
920	1500	CP	MIRTAZAPINA 45MG	PRATIDONADUZZI	0,9997

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
29	1500	COMP	ALOPURINOL 300 MG	PRATIDONADUZZI	0,2019

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
57	1000	CAPSULA	AMPICILINA 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,3689

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
 DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
 Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
 Órgão Participante



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**

Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**

Órgão Participante

FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**26 - ATA N 47 DIST. BACKES**

Publicação Nº 2592358



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI ME pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua PERU Nº 254 CENTRO CEP 85.933-000 - Ouro Verde do Oeste/PR CEP: 85.933-000, inscrita no CNPJ sob o nº 25.279.552/0001-01, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. MAICON ULIANS BACKES, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se às partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 6



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
42	200	AMPOLA	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLAS DE 10 ML	FARMACE	1,2879
995	100	FRASCO	FERRIPOLIMALTOS 50 MG/ ML FRASCO COM 30 ML (COM SABOR)	ARTE NATIVA	9,77

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
464	1000	COMP	LUTEINA 3,0 MG + ZEAXANTINA 0,25 MG + VITAMINA C, E, SELENIO E ZINCO	LEGRAND	2,3499

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
42	50	AMPOLA	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLAS DE 10 ML	FARMACE	1,2879
464	3000	COMP	LUTEINA 3,0 MG + ZEAXANTINA 0,25 MG + VITAMINA C, E, SELENIO E ZINCO	LEGRAND	2,3499

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
464	3000	COMP	LUTEINA 3,0 MG + ZEAXANTINA 0,25 MG + VITAMINA C, E, SELENIO E ZINCO	LEGRAND	2,3499
965	300	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 60 MG/ML 100 ML	HIPOLABOR	1,94
896	800	FR	COLECALCIFEROL 5.600 UI/ML (1GOTA = 200UI VIT D) SOL.ORAL 20ML	ARTE NATIVA	7,18
42	200	AMPOLA	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLAS DE 10 ML	FARMACE	1,2879
221	150	FRASCO	DELTAMETRINA 20 MG FRASCO COM 100 ML LOÇÃO	IFAL	3,77
995	300	FRASCO	FERRIPOLIMALTOS 50 MG/ ML FRASCO COM 30 ML (COM SABOR)	ARTE NATIVA	9,77

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
42	200	AMPOLA	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLAS DE 10 ML	FARMACE	1,2879
221	1000	FRASCO	DELTAMETRINA 20 MG FRASCO COM 100 ML LOÇÃO	IFAL	3,77
201	150	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO, ASSOCIADO COM CLORETO DE BENZALCÔNIO, 0,9% + 0,01%, SOLUÇÃO NASAL PEDIÁTRICO FRASCO 30 ML	FARMACE	0,8799

4 / 6



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
42	100	AMPOLA	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLAS DE 10 ML	FARMACE	1,2879
896	100	FR	COLECALCIFEROL 5.600 UI/ML (1GOTA = 200UI VIT D) SOL.ORAL 20ML	ARTE NATIVA	7,18

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
221	100	FRASCO	DELTAMETRINA 20 MG FRASCO COM 100 ML LOÇÃO	IFAL	3,77
464	6000	COMP	LUTEINA 3,0 MG + ZEAXANTINA 0,25 MG + VITAMINA C, E, SELENIO E ZINCO	LEGRAND	2,3499

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
42	300	AMPOLA	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLAS DE 10 ML	FARMACE	1,2879
201	100	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO, ASSOCIADO COM CLORETO DE BENZALCÔNIO, 0,9% + 0,01%, SOLUÇÃO NASAL PEDIÁTRICO FRASCO 30 ML	FARMACE	0,8799
221	100	FRASCO	DELTAMETRINA 20 MG FRASCO COM 100 ML LOÇÃO	IFAL	3,77
246	50	FRASCO	DIGOXINA 0,05 MG/ML ELIXIR FRASCO 60 ML	PRATI	10,4299
324	100	COMP	EXTRATO SECO DE MELILOTUS OFFICINALIS ..... 26,7MG	ARESE	2
464	1000	COMP	LUTEINA 3,0 MG + ZEAXANTINA 0,25 MG + VITAMINA C, E, SELENIO E ZINCO	LEGRAND	2,3499
511	50	FRASCO	NAFAZOLINA, CLORIDRATO DE 0,5MG SOLUÇÃO NASAL 30ML	Medquimica	2,6399
896	30	FR	COLECALCIFEROL 5.600 UI/ML (1GOTA = 200UI VIT D) SOL.ORAL 20ML	ARTE NATIVA	7,18
965	300	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 60 MG/ML 100 ML	HIPOLABOR	1,94

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
 DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
 Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
 Órgão Participante



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**

Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**

Órgão Participante

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI ME  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**27 - ATA N 48 STOCK MED**

Publicação Nº 2592357



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: STOCK MED PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida PAUL HARRIS Nº 100 CENTRO CEP 96.810-408 - Santa Cruz do Sul/RS CEP: 96.810-408, inscrita no CNPJ sob o nº 06.106.005/0001-80, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. MILTON JUNIOR MAINARDI, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 5



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
120	12000	COMP	CÁLCIO CITRATO MALATO 250 MG + VITAMINA D3 2,5 MCG	brasterapica	1,09

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
120	3000	COMP	CÁLCIO CITRATO MALATO 250 MG + VITAMINA D3 2,5 MCG	brasterapica	1,09

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na clausula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
 DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
 Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
 Órgão Participante



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**

Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**

Órgão Participante

STOCK MED PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**28 - ATA N 49 RG2S**

Publicação Nº 2592355



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua MINAS GERAIS S/N ALVORADA CEP 85.601-060 - Francisco Beltrão/PR CEP: 85.601-060, inscrita no CNPJ sob o nº 31.905.076/0001-90, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. NARCISO JOSÉ RONSANI, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 8



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
7	6000	COMP	ACICLOVIR 200 MG FRACIONÁVEL	SANDOZ	0,239
71	20000	COMP	ATENOLOL 25 MG	SANDOZ	0,027
72	20000	COMP	ATENOLOL 50 MG	SANDOZ	0,058
144	20000	COMP	CARVEDILOL 12,5 MG	nova química marcas	0,1275
145	30000	COMP	CARVEDILOL 25 MG	nova química marcas	0,165
192	10000	COMP	CLOPIDOGREL 75 MG	nova química marcas	0,275
223	20000	CARTELA	DESOGESTREL 75 MCG CART COM 28 COMPR	NOVAQUIMICA	0,35
248	6000	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 30 MG	EMS	0,245
298	100	FRASCO	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 10MG/ML FRASCO COM 20 ML GTS	HIPOLABOR	7,2
394	40000	COMP	IBUPROFENO 600 MG	multilab marcas	0,162
498	5000	COMP	METRONIDAZOL 400 MG FRACIONÁVEL	multilab marcas	0,35
640	5000	COMP	SIMETICONA 40 MG	multilab marcas	0,082
723	30000	COMP	VALSARTANA 160 MG	EMS	1
789	5000	COMP	HIDROXICLOROQUINA 400MG	EMS	2

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
72	10000	COMP	ATENOLOL 50 MG	SANDOZ	0,058
144	8000	COMP	CARVEDILOL 12,5 MG	nova química marcas	0,1275
145	10000	COMP	CARVEDILOL 25 MG	nova química marcas	0,165
184	1000	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 75 MG	SANDOZ	0,959
192	5000	COMP	CLOPIDOGREL 75 MG	nova química marcas	0,275
223	150	CARTELA	DESOGESTREL 75 MCG CART COM 28 COMPR	NOVAQUIMICA	0,35
248	3000	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 30 MG	EMS	0,245
394	2000	COMP	IBUPROFENO 600 MG	multilab marcas	0,162
498	3000	COMP	METRONIDAZOL 400 MG FRACIONÁVEL	multilab marcas	0,35
723	7000	COMP	VALSARTANA 160 MG	EMS	1
789	1000	COMP	HIDROXICLOROQUINA 400MG	EMS	2



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
7	4000	COMP	ACICLOVIR 200 MG FRACIONÁVEL	SANDOZ	0,239
72	25000	COMP	ATENOLOL 50 MG	SANDOZ	0,058
114	100	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL , 64 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	EMS	15
144	15000	COMP	CARVEDILOL 12,5 MG	nova quimica marcas	0,1275
145	15000	COMP	CARVEDILOL 25 MG	nova quimica marcas	0,165
175	10000	COMP	CIPROFIBRATO 100 MG	NEOQUIMICA	0,275
184	1500	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 75 MG	SANDOZ	0,959
192	10000	COMP	CLOPIDOGREL 75 MG	nova quimica marcas	0,275
361	2000	CAPSULA	GABAPENTINA 600 MG	EMS	1,59
394	30000	COMP	IBUPROFENO 600 MG	multilab marcas	0,162
463	4000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG + 12,5 MG	SANDOZ	0,165
498	2000	COMP	METRONIDAZOL 400 MG FRACIONÁVEL	multilab marcas	0,35
789	900	COMP	HIDROXICLOROQUINA 400MG	EMS	2
870	600	COMP	ORLISTATE 120MG	EMS	1,39

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
21	2000	COMP	ACIDO MEFENÂMICO 500 MG	medley	0,235
175	30000	COMP	CIPROFIBRATO 100 MG	NEOQUIMICA	0,275
418	1500	COMP	LEVOCETIRIZINA, SAL DIPROPIONATO, 5 MG	NEOQUIMICA	1,47
463	30000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG + 12,5 MG	SANDOZ	0,165
465	1000	COMP	MANIDIPINO, DICLORIDRATO 10 MG	PHARLAB	3
640	5000	COMP	SIMETICONA 40 MG	multilab marcas	0,082
789	3000	COMP	HIDROXICLOROQUINA 400MG	EMS	2
7	5000	COMP	ACICLOVIR 200 MG FRACIONÁVEL	SANDOZ	0,239
71	30000	COMP	ATENOLOL 25 MG	SANDOZ	0,027
72	30000	COMP	ATENOLOL 50 MG	SANDOZ	0,058
115	200	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 32 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	EMS	7,54
144	10000	COMP	CARVEDILOL 12,5 MG	nova quimica marcas	0,1275
145	15000	COMP	CARVEDILOL 25 MG	nova quimica marcas	0,165
723	5000	COMP	VALSARTANA 160 MG	EMS	1
724	3000	COMP	VALSARTANA 80 MG	EMS	0,85
192	8000	COMP	CLOPIDOGREL 75 MG	nova quimica marcas	0,275
223	1500	CARTELA	DESOGESTREL 75 MCG CART COM 28 COMPR	NOVAQUIMICA	0,35
248	2000	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 30 MG	EMS	0,245
298	200	FRASCO	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 10MG/ML FRASCO COM 20 ML GTS	HIPOLABOR	7,2
394	10000	COMP	IBUPROFENO 600 MG	multilab marcas	0,162
994	2000	CAPSULA	ÁCIDO ASCORBICO+ ZINCO 1G+ 10 MG COMPRIMIDOS EFERVESCENTES	maxinutri	0,8
498	2000	COMP	METRONIDAZOL 400 MG FRACIONÁVEL	multilab marcas	0,35

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
7	10000	COMP	ACICLOVIR 200 MG FRACIONÁVEL	SANDOZ	0,239
71	80000	COMP	ATENOLOL 25 MG	SANDOZ	0,027
72	80000	COMP	ATENOLOL 50 MG	SANDOZ	0,058
115	300	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 32 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	EMS	7,54
144	50000	COMP	CARVEDILOL 12,5 MG	nova quimica marcas	0,1275
145	50000	COMP	CARVEDILOL 25 MG	nova quimica marcas	0,165



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
175	30000	COMP	CIPROFIBRATO 100 MG	NEOQUIMICA	0,275
192	20000	COMP	CLOPIDOGREL 75 MG	nova quimica marcas	0,275
223	3000	CARTELA	DESOGESTREL 75 MCG CART COM 28 COMPR	NOVAQUIMICA	0,35
298	200	FRASCO	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 10MG/ML FRASCO COM 20 ML GTS	HIPOLABOR	7,2
394	50000	COMP	IBUPROFENO 600 MG	multilab marcas	0,162
498	5000	COMP	METRONIDAZOL 400 MG FRACIONAVEL	multilab marcas	0,35
640	8000	COMP	SIMETICONA 40 MG	multilab marcas	0,082
723	1000	COMP	VALSARTANA 160 MG	EMS	1
724	1000	COMP	VALSARTANA 80 MG	EMS	0,85
728	1000	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLIDIPINO 160MG +5MG	SANDOZ	1,2
789	6000	COMP	HIDROXICLOROQUINA 400MG	EMS	2

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
7	1000	COMP	ACICLOVIR 200 MG FRACIONÁVEL	SANDOZ	0,239
21	1000	COMP	ACIDO MEFENÂMICO 500 MG	medlley	0,235
72	8000	COMP	ATENOLOL 50 MG	SANDOZ	0,058
115	100	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 32 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	EMS	7,54
144	10000	COMP	CARVEDILOL 12,5 MG	nova quimica marcas	0,1275
145	3000	COMP	CARVEDILOL 25 MG	nova quimica marcas	0,165
192	4000	COMP	CLOPIDOGREL 75 MG	nova quimica marcas	0,275
298	50	FRASCO	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 10MG/ML FRASCO COM 20 ML GTS	HIPOLABOR	7,2
394	6000	COMP	IBUPROFENO 600 MG	multilab marcas	0,162
640	2000	COMP	SIMETICONA 40 MG	multilab marcas	0,082
723	8000	COMP	VALSARTANA 160 MG	EMS	1

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
7	5000	COMP	ACICLOVIR 200 MG FRACIONÁVEL	SANDOZ	0,239
72	6000	COMP	ATENOLOL 50 MG	SANDOZ	0,058
115	150	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 32 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	EMS	7,54
144	9000	COMP	CARVEDILOL 12,5 MG	nova quimica marcas	0,1275
145	5000	COMP	CARVEDILOL 25 MG	nova quimica marcas	0,165
175	9000	COMP	CIPROFIBRATO 100 MG	NEOQUIMICA	0,275
184	1000	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 75 MG	SANDOZ	0,959
192	5000	COMP	CLOPIDOGREL 75 MG	nova quimica marcas	0,275
223	100	CARTELA	DESOGESTREL 75 MCG CART COM 28 COMPR	NOVAQUIMICA	0,35
394	9000	COMP	IBUPROFENO 600 MG	multilab marcas	0,162
465	1000	COMP	MANIDIPINO, DICLORIDRATO 10 MG	PHARLAB	3
498	1500	COMP	METRONIDAZOL 400 MG FRACIONAVEL	multilab marcas	0,35
723	6000	COMP	VALSARTANA 160 MG	EMS	1
724	1000	COMP	VALSARTANA 80 MG	EMS	0,85
870	1000	COMP	ORLISTATE 120MG	EMS	1,39

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
7	20000	COMP	ACICLOVIR 200 MG FRACIONÁVEL	SANDOZ	0,239
21	300	COMP	ACIDO MEFENÂMICO 500 MG	medlley	0,235
72	100000	COMP	ATENOLOL 50 MG	SANDOZ	0,058



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
114	10	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL , 64 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	EMS	15
115	500	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 32 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	EMS	7,54
144	30000	COMP	CARVEDILOL 12,5 MG	nova quimica marcas	0,1275
145	30000	COMP	CARVEDILOL 25 MG	nova quimica marcas	0,165
175	30000	COMP	CIPROFIBRATO 100 MG	NEOQUIMICA	0,275
184	3000	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 75 MG	SANDOZ	0,959
192	30000	COMP	CLOPIDOGREL 75 MG	nova quimica marcas	0,275
223	100	CARTELA	DESOGESTREL 75 MCG CART COM 28 COMPR	NOVAQUIMICA	0,35
248	3000	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 30 MG	EMS	0,245
298	1000	FRASCO	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 10MG/ML FRASCO COM 20 ML GTS	HIPOLABOR	7,2
361	3000	CAPSULA	GABAPENTINA 600 MG	EMS	1,59
394	70000	COMP	IBUPROFENO 600 MG	multilab marcas	0,162
418	1500	COMP	LEVOCETIRIZINA, SAL DIPROPIONATO, 5 MG	NEOQUIMICA	1,47
463	10000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG + 12,5 MG	SANDOZ	0,165
465	1000	COMP	MANIDIPINO, DICLORIDRATO 10 MG	PHARLAB	3
498	3000	COMP	METRONIDAZOL 400 MG FRACIONAVEL	multilab marcas	0,35
640	20000	COMP	SIMETICONA 40 MG	multilab marcas	0,082
723	15000	COMP	VALSARTANA 160 MG	EMS	1
724	10000	COMP	VALSARTANA 80 MG	EMS	0,85
728	1500	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLIDIPINO 160MG +5MG	SANDOZ	1,2
789	1500	COMP	HIDROXICLOROQUINA 400MG	EMS	2
870	1500	COMP	ORLISTATE 120MG	EMS	1,39
71	100000	COMP	ATENOLOL 25 MG	SANDOZ	0,027

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
144	2000	COMP	CARVEDILOL 12,5 MG	nova quimica marcas	0,1275
145	2000	COMP	CARVEDILOL 25 MG	nova quimica marcas	0,165
175	3000	COMP	CIPROFIBRATO 100 MG	NEOQUIMICA	0,275
184	1000	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 75 MG	SANDOZ	0,959
192	3000	COMP	CLOPIDOGREL 75 MG	nova quimica marcas	0,275
394	3000	COMP	IBUPROFENO 600 MG	multilab marcas	0,162
723	3000	COMP	VALSARTANA 160 MG	EMS	1

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
465	360	COMP	MANIDIPINO, DICLORIDRATO 10 MG	PHARLAB	3

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**  
Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**  
Órgão Participante

RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**29 - ATA N 50 VISA0**

Publicação Nº 2592352



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida BRINO Nº 221 SANTA MARIA GORETTI CEP 91.030-280 - Porto Alegre/RS CEP: 91.030-280, inscrita no CNPJ sob o nº 21.783.698/0001-39, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. LUIS FERNANDO DOS SANTOS MELLO, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 6



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
501	100	AMPOLA	MIDAZOLAM 1 MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	Dormire /Cristalia	5,09
504	300	AMPOLA	MORFINA 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	Dimorf/Cristalia	10

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
214	50	BISNAGA	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA 50G	Kollagenase C/cloranf/Cristalia	80

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
214	100	BISNAGA	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA 50G	Kollagenase C/cloranf/Cristalia	80
342	50	BISNAGA	FIBRINOLISINA + DESOXIRRIBONUCLEASE E CLORAFENICOL 1U+666U+1% COM 30G	Fibrinase/Cristalia	52,99
504	50	AMPOLA	MORFINA 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	Dimorf/Cristalia	10
826	200	CX	ENOXAPARINA SÓDICA 60MG/0,6 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, COM DUAS SERINGAS	Heparinox/Cristalia	38,99

MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
342	150	BISNAGA	FIBRINOLISINA + DESOXIRRIBONUCLEASE E CLORAFENICOL 1U+666U+1% COM 30G	Fibrinase/Cristalia	52,99
505	1000	COMP	MORFINA 10 MG	Dimorf/Cristalia	0,98
507	1000	COMP	MORFINA 30 MG	Dimorf/Cristalia	1,96
501	200	AMPOLA	MIDAZOLAM 1 MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	Dormire /Cristalia	5,09

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
214	500	BISNAGA	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA 50G	Kollagenase C/cloranf/Cristalia	80
342	100	BISNAGA	FIBRINOLISINA + DESOXIRRIBONUCLEASE E CLORAFENICOL 1U+666U+1% COM 30G	Fibrinase/Cristalia	52,99
501	200	AMPOLA	MIDAZOLAM 1 MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	Dormire /Cristalia	5,09



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
504	200	AMPOLA	MORFINA 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	Dimorf/Cristalia	10
505	500	COMP	MORFINA 10 MG	Dimorf/Cristalia	0,98
507	200	COMP	MORFINA 30 MG	Dimorf/Cristalia	1,96
826	3	CX	ENOXAPARINA SÓDICA 60MG/0,6 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, COM DUAS SERINGAS	Heparinox/Cristalia	38,99

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na clausula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**  
Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**  
Órgão Participante

VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Fornecedor



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

Testemunha

Testemunha

**3 - ATA N 24 SOMA**

Publicação Nº 2592408



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida ARY MIGUEL DA SILVEIRA Nº 391 JARDIM ELDORADO CEP 88.130-001 - Palhoça/SC CEP: 88.130-001, inscrita no CNPJ sob o nº 05.531.725/0001-20, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. GILSON LUIS DAL MAS, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 13



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
9	100000	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	brasterapica	0,033
45	200	AMPOLA	AMIODARONA 50MG/ML AMPOLAS COM 3 ML	HIPOLABOR / GENÉRICO	1,68
47	60000	COMP	AMITRIPTILINA 25 MG	EMS/GENÉRICO	0,0999
62	60000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG	GEOLAB / BESILAPIN	0,029
112	1000	AMPOLA	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA DE 2 ML	HIPOLABOR / GENÉRICO	1,15
126	20000	COMP	CAPTOPRIL 25 MG	GEOLAB / CAPOX	0,029
151	30000	COMP	CEFALEXINA 500MG BLISTER COM 8 CAPS	TEUTO / GENÉRICO	0,43
153	1000	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G ENDOVENOSA, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	EUROFARMA / GENÉRICO	15
208	10000	COMP	CLORTALIDONA 25 MG	EMS	0,14
229	500	AMPOLA	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2,5 ML	TEUTO	2,8
271	10000	COMP	DOMPERIDONA 10 MG	EMS	0,08
272	100	AMPOLA	DOPAMINA, CLORIDRATO 5MG/ML AMPOLAS DE AMPOLAS DE 10 ML	TEUTO	3
285	30000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 20 MG	Medquímica	0,045
300	40000	COMP	ESPIRONOLACTONA 25 MG	ASPEN	0,14
332	10000	COMP	FENITOINA 100 MG	TEUTO	0,136
357	600	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	FARMACE	0,49
364	100	AMPOLA	GENTAMICINA 40MG/ML AMPOLAS DE 2 ML	HYPOFARMA	0,813
385	500	AMPOLA	HIDROCORTISONA 500 MG, SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	TEUTO	5,35
474	10000	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 500 MG	VITAMEDIC / GLICOMET	0,08
490	2000	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	HALEX ISTAR / NOPROSIL	0,44
500	500	BISNAGA	MICONAZOL 20 MG/G CREME DERMATOLÓGICO 28 G	HIPOLABOR / GENÉRICO	1,69
502	5000	COMP	MIRTAZAPINA 30 MG	PRATI/GENÉRICO	0,65
512	100	AMPOLA	NALOXONA 0,4MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	HIPOLABOR / GENÉRICO	9
531	100	AMPOLA	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4 ML	HYPOFARMA	14



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
540	1000	FRASCO	OLEO MINERAL 100 ML	AMARAL	1,89
549	400	AMPOLA	OMEPRAZOL 40MG + AMP DILUENTE INJETAVEL IV 10 ML	BLAU	32
618	10000	COMP	RISPERIDONA 2 MG	PRATI	0,14
638	60000	COMP	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG	GEOLAB	0,1234
706	1000	AMPOLA	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	TEUTO	0,732
749	5000	COMP	VERAPAMIL, CLORIDRATO 80 MG	SANVAL	0,21
838	500	AMPOLA	COMPLEXO B INJETÁVEL	GLOBO	0,87
943	5000	CP	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	CELLERA	0,17
971	200	AMP	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETAVEL 10 ML	FARMACE	0,3

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
9	20000	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	brasterapica	0,033
47	25000	COMP	AMITRIPTILINA 25 MG	EMS/GENÉRICO	0,0999
62	10000	COMP	ANLÓDIPINO, BESILATO 5 MG	GEOLAB / BESILAPIN	0,029
112	100	AMPOLA	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA DE 2 ML	HIPOLABOR / GENEÉRICO	1,15
151	7000	COMP	CEFALEXINA 500MG BLISTER COM 8 CAPS	TEUTO / GENEÉRICO	0,43
208	2000	COMP	CLORTALIDONA 25 MG	EMS	0,14
271	1000	COMP	DOMPERIDONA 10 MG	EMS	0,08
285	6000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 20 MG	Medquímica	0,045
300	10000	COMP	ESPIRONOLACTONA 25 MG	ASPEN	0,14
302	500	COMP	ESPIRONOLACTONA 50 MG	HIPOLABOR	0,35
332	5000	COMP	FENITOINA 100 MG	TEUTO	0,136
368	5000	COMP	GLICAZIDA 30 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	EMS	0,175
385	200	AMPOLA	HIDROCORTISONA 500 MG, SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	TEUTO	5,35
443	5	FRASCO	LIDOCAINA SPRAY 10 % FRASCO DE 50 ML	HIPOLABOR	40
469	50	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MCG SOLUÇÃO INJETÁVEL APOLA DE 1 ML	EMS / ACETOFLUX	14,8
490	300	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	HALEX ISTAR / NOPROSIL	0,44
502	3000	COMP	MIRTAZAPINA 30 MG	PRATI/GENÉRICO	0,65
540	100	FRASCO	OLEO MINERAL 100 ML	AMARAL	1,89
602	2000	COMP	QUETIAPINA (HEMIFUMARATO) 100MG COMPRIMIDO	EMS	0,43
618	5000	COMP	RISPERIDONA 2 MG	PRATI	0,14
638	15000	COMP	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG	GEOLAB	0,1234
664	100	FRASCO	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETROPINA 40 MG + 80MG /ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	TEUTO	3,41
684	5000	COMP	TIAMINA 300 MG	HIPOLABOR	0,24
838	200	AMPOLA	COMPLEXO B INJETÁVEL	GLOBO	0,87
882	5000	CP	GABAPENTINA 400 MG	PRATI	0,43
943	500	CP	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	CELLERA	0,17

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
9	70000	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	brasterapica	0,033
45	50	AMPOLA	AMIODARONA 50MG/ML AMPOLAS COM 3 ML	HIPOLABOR / GENEÉRICO	1,68
47	60000	COMP	AMITRIPTILINA 25 MG	EMS/GENÉRICO	0,0999
62	20000	COMP	ANLÓDIPINO, BESILATO 5 MG	GEOLAB / BESILAPIN	0,029
87	150	AMPOLA	BENZILPENICILINA, BENZATINA 600000 UI AMPOLAS	TEUTO / BEPEBEN	9,5
126	50000	COMP	CAPTÓPRIL 25 MG	GEOLAB / CAPOX	0,029



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
151	20000	COMP	CEFALEXINA 500MG BLISTER COM 8 CAPS	TEUTO / GENERICO	0,43
208	5000	COMP	CLORTALIDONA 25 MG	EMS	0,14
229	2000	AMPOLA	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2,5 ML	TEUTO	2,8
232	500	FRASCO	DEXAMETAZONA 0,1MG/ML ELIXIR FRSC 100 ML	FARMACE	1,9
271	2000	COMP	DOMPERIDONA 10 MG	EMS	0,08
272	50	AMPOLA	DOPAMINA, CLORIDRATO 5MG/ML AMPOLAS DE AMPOLAS DE 10 ML	TEUTO	3
285	20000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 20 MG	Medquimica	0,045
300	2500	COMP	ESPIRONOLACTONA 25 MG	ASPEN	0,14
332	1000	COMP	FENITOINA 100 MG	TEUTO	0,136
357	400	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	FARMACE	0,49
385	400	AMPOLA	HIDROCORTISONA 500 MG, SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	TEUTO	5,35
392	5000	COMP	IBUPROFENO 300 MG	VITAMEDIC	0,12
421	5000	COMP	LEVODOPA ASSOCIADA A CARBIDOPA 250/25 MG	TEUTO	0,59
469	500	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MCG SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA DE 1 ML	EMS / ACETOFLUX	14,8
474	8000	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 500 MG	VITAMEDIC / GLICOMET	0,08
490	720	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	HALEX ISTAR / NOPROSIL	0,44
500	300	BISNAGA	MICONAZOL 20 MG/G CREME DERMATOLOGICO 28 G	HIPOLABOR / GENERICO	1,69
502	5000	COMP	MIRTAZAPINA 30 MG	PRATI/GENERICO	0,65
534	800	AMPOLA	NORESTISTERONA 50MG/ML + VALERATO DE ESTRADIOL 5MG/ML AMPOLA 1 ML COM UMA SERINGA PRÉ- CARREGADA + AGULHA	MABRA / NOREGYNA	14
537	6000	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 50 MG	CELLERA	0,3799
540	600	FRASCO	OLEO MINERAL 100 ML	AMARAL	1,89
549	200	AMPOLA	OMEPRAZOL 40MG + AMP DILUENTE INJETAVEL IV 10 ML	BLAU	32
602	2000	COMP	QUETIAPINA (HEMIFUMARATO) 100MG COMPRIMIDO	EMS	0,43
618	10000	COMP	RISPERIDONA 2 MG	PRATI	0,14
638	60000	COMP	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG	GEOLAB	0,1234
664	600	FRASCO	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETROPINA 40 MG + 80MG /ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	TEUTO	3,41
684	1000	COMP	TIAMINA 300 MG	HIPOLABOR	0,24
706	200	AMPOLA	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	TEUTO	0,732
715	50	FRASCO	VALPROATO DE SÓDIO 50 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	HIPOLABOR	3,75
749	5000	COMP	VERAPAMIL, CLORIDRATO 80 MG	SANVAL	0,21
838	2000	AMPOLA	COMPLEXO B INJETÁVEL	GLOBO	0,87
841	100	AMPOLA	ENOXAPARINA 40MG/0,4ML	mylan	18,5
943	4000	CP	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	CELLERA	0,17

MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
9	100000	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	brasterapica	0,033
10	4000	COMP	ACIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG TAMPONADO	EMS / SOMALGIN CARDIO	0,36
11	2000	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 200 MG TAMPONADO	EMS / SOMALGIN CARDIO	0,4
13	1500	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 325 MG TAMPONADO	EMS / ACIDO ACETILSALICILICO 200 MG TAMP	0,6



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
229	600	AMPOLA	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2,5 ML	TEUTO	2,8
271	10000	COMP	DOMPERIDONA 10 MG	EMS	0,08
638	80000	COMP	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG	GEOLAB	0,1234
706	300	AMPOLA	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	TEUTO	0,732
903	8000	CP	ESOMEPRAZOL MAGNÉSIO TRIIDRATADO 20MG REVESTIDO DE LIBERAÇÃO RETARDADA	EMS	0,65
47	35000	COMP	AMITRIPTILINA 25 MG	EMS/GENÉRICO	0,0999
48	5000	COMP	AMITRIPTILINA 75 MG	EMS/GENÉRICO	0,21
62	40000	COMP	ANLÓDIPINO, BESILATO 5 MG	GEOLAB / BESILAPIN	0,029
112	200	AMPOLA	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA DE 2 ML	HIPOLABOR / GENÉRICO	1,15
126	80000	COMP	CAPTÓPRIL 25 MG	GEOLAB / CAPOX	0,029
151	12000	COMP	CEFALEXINA 500MG BLISTER COM 8 CAPS	TEUTO / GENÉRICO	0,43
357	200	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	FARMACE	0,49
367	20000	COMP	GLICAZIDA 30 MG	EMS	0,175
185	3000	COMP	CLONAZEPAM 0,5 MG	GEOLAB	0,062
208	12000	COMP	CLORTALIDONA 25 MG	EMS	0,14
537	2500	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 50 MG	CELLERA	0,3799
540	300	FRASCO	OLEO MINERAL 100 ML	AMARAL	1,89
808	20	FRAS	BIMATOPROSTA 0,01% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL, FRASCO COM 3ML	GEOLAB / GENÉRICO	10
285	60000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 20 MG	Medquímica	0,045
300	30000	COMP	ESPIRONOLACTONA 25 MG	ASPEN	0,14
302	1500	COMP	ESPIRONOLACTONA 50 MG	HIPOLABOR	0,35
332	4000	COMP	FENITOINA 100 MG	TEUTO	0,136
385	100	AMPOLA	HIDROCORTISONA 500 MG, SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	TEUTO	5,35
392	30000	COMP	IBUPROFENO 300 MG	VITAMEDIC	0,12
863	30	UN	LATANOPROSTA + TIMOLOL COLÍRIO, FRASCO 2,5ML	GERMED	25,64
469	200	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MCG SOLUÇÃO INJETÁVEL APOLA DE 1 ML	EMS / ACETOFLUX	14,8
474	35000	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 500 MG	VITAMEDIC / GLICOMET	0,08
490	400	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	HALEX ISTAR / NOPROSIL	0,44
500	200	BISNAGA	MICONAZOL 20 MG/G CREME DERMATOLÓGICO 28 G	HIPOLABOR / GENÉRICO	1,69
502	10000	COMP	MIRTAZAPINA 30 MG	PRATI/GENÉRICO	0,65
602	7000	COMP	QUETIAPINA (HEMIFUMARATO) 100MG COMPRIMIDO	EMS	0,43
618	8000	COMP	RISPERIDONA 2 MG	PRATI	0,14
664	150	FRASCO	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETROPINA 40 MG + 80MG /ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	TEUTO	3,41
838	300	AMPOLA	COMPLEXO B INJETÁVEL	GLOBO	0,87
943	10000	CP	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	CELLERA	0,17
299	10000	COMP	ESOMEPRAZOL MAGNÉSIO TRIIDRATADO 40MG CP	EMS	1,2
971	6000	AMP	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	FARMACE	0,3

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
9	300000	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	brasterapica	0,033
10	10000	COMP	ACIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG TAMPONADO	EMS / SOMALGIN CARDIO	0,36
47	150000	COMP	AMITRIPTILINA 25 MG	EMS/GENÉRICO	0,0999
48	55000	COMP	AMITRIPTILINA 75 MG	EMS/GENÉRICO	0,21



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
62	80000	COMP	ANLÓDIPINO, BESILATO 5 MG	GEOLAB / BESILAPIN	0,029
77	1000	COMP	AZATIOPRINA 50 MG	GERMED / IMUSSUPREX	0,95
87	200	AMPOLA	BENZILPENICILINA, BENZATINA 600000 UI AMPOLAS	TEUTO / BEPEBEN	9,5
126	200000	COMP	CAPTÓPRIL 25 MG	GEOLAB / CAPOX	0,029
151	20000	COMP	CEFALEXINA 500MG BLISTER COM 8 CAPS	TEUTO / GENERICO	0,43
208	30000	COMP	CLORTALIDONA 25 MG	EMS	0,14
232	500	FRASCO	DEXAMETAZONA 0,1MG/ML ELIXIR FRSC 100 ML	FARMACE	1,9
271	30000	COMP	DOMPERIDONA 10 MG	EMS	0,08
285	150000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 20 MG	Medquimica	0,045
300	60000	COMP	ESPIRONOLACTONA 25 MG	ASPEN	0,14
302	15000	COMP	ESPIRONOLACTONA 50 MG	HIPOLABOR	0,35
332	14000	COMP	FENITOINA 100 MG	TEUTO	0,136
357	200	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	FARMACE	0,49
367	12000	COMP	GLICAZIDA 30 MG	EMS	0,175
385	200	AMPOLA	HIDROCORTISONA 500 MG, SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	TEUTO	5,35
392	50000	COMP	IBUPROFENO 300 MG	VITAMEDIC	0,12
421	5000	COMP	LEVODOPA ASSOCIADA A CARBIDOPA 250/25 MG	TEUTO	0,59
469	400	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MCG SOLUÇÃO INJETÁVEL APOLA DE 1 ML	EMS / ACETOFLUX	14,8
474	200000	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 500 MG	VITAMEDIC / GLICOMET	0,08
490	200	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	HALEX ISTAR / NOPROSIL	0,44
500	500	BISNAGA	MICONAZOL 20 MG/G CREME DERMATOLOGICO 28 G	HIPOLABOR / GENERICO	1,69
502	30000	COMP	MIRTAZAPINA 30 MG	PRATI/GENERICO	0,65
534	600	AMPOLA	NORETISTERONA 50MG/ML + VALERATO DE ESTRADIOL 5MG/ML AMPOLA 1 ML COM UMA SERINGA PRÉ- CARREGADA + AGULHA	MABRA / NOREGYNA	14
540	1000	FRASCO	OLEO MINERAL 100 ML	AMARAL	1,89
602	10000	COMP	QUETIAPINA (HEMIFUMARATO) 100MG COMPRIMIDO	EMS	0,43
618	15000	COMP	RISPERIDONA 2 MG	PRATI	0,14
638	250000	COMP	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG	GEOLAB	0,1234
664	1500	FRASCO	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETROPINA 40 MG + 80MG /ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	TEUTO	3,41
714	12000	COMP	TROMETANOL DE CETOROLACO 10 MG	EMS	2,7
715	500	FRASCO	VALPROATO DE SÓDIO 50 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	HIPOLABOR	3,75
749	20000	COMP	VERAPAMIL, CLORIDRATO 80 MG	SANVAL	0,21
943	20000	CP	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	CELLERA	0,17

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
10	12000	COMP	ACIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG TAMPONADO	EMS / SOMALGIN CARDIO	0,36
45	100	AMPOLA	AMIODARONA 50MG/ML AMPOLAS COM 3 ML	HIPOLABOR / GENERICO	1,68
47	20000	COMP	AMITRIPTILINA 25 MG	EMS/GENERICO	0,0999
62	25000	COMP	ANLÓDIPINO, BESILATO 5 MG	GEOLAB / BESILAPIN	0,029
87	100	AMPOLA	BENZILPENICILINA, BENZATINA 600000 UI AMPOLAS	TEUTO / BEPEBEN	9,5
151	4000	COMP	CEFALEXINA 500MG BLISTER COM 8 CAPS	TEUTO / GENERICO	0,43
208	4000	COMP	CLORTALIDONA 25 MG	EMS	0,14
285	15000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 20 MG	Medquimica	0,045
300	10000	COMP	ESPIRONOLACTONA 25 MG	ASPEN	0,14



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
332	2000	COMP	FENITOINA 100 MG	TEUTO	0,136
421	1000	COMP	LEVODOPA ASSOCIADA A CARBIDOPA 250/25 MG	TEUTO	0,59
469	50	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MCG SOLUÇÃO INJETÁVEL APOLA DE 1 ML	EMS / ACETOFLUX	14,8
490	200	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	HALEX ISTAR / NOPROSIL	0,44
502	1000	COMP	MIRTAZAPINA 30 MG	PRATI/GENÉRICO	0,65
531	100	AMPOLA	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4 ML	HYPOFARMA	14
540	60	FRASCO	OLEO MINERAL 100 ML	AMARAL	1,89
549	100	AMPOLA	OMEPRAZOL 40MG + AMP DILUENTE INJETAVEL IV 10 ML	BLAU	32
602	1000	COMP	QUETIAPINA (HEMIFUMARATO) 100MG COMPRIMIDO	EMS	0,43
618	4000	COMP	RISPERIDONA 2 MG	PRATI	0,14
638	35000	COMP	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG	GEOLAB	0,1234
664	100	FRASCO	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETROPINA 40 MG + 80MG /ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	TEUTO	3,41
684	3000	COMP	TIAMINA 300 MG	HIPOLABOR	0,24
706	100	AMPOLA	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	TEUTO	0,732
943	5000	CP	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	CELLERA	0,17
9	20000	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	brasterapica	0,033

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
271	10000	COMP	DOMPERIDONA 10 MG	EMS	0,08
9	16000	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	brasterapica	0,033
10	16000	COMP	ACIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG TAMPONADO	EMS / SOMALGIN CARDIO	0,36
47	30000	COMP	AMITRIPTILINA 25 MG	EMS/GENÉRICO	0,0999
48	1000	COMP	AMITRIPTILINA 75 MG	EMS/GENÉRICO	0,21
62	25000	COMP	ANLÓDIPINO, BESILATO 5 MG	GEOLAB / BESILAPIN	0,029
126	500	COMP	CAPTÓPRIL 25 MG	GEOLAB / CAPOX	0,029
151	6000	COMP	CEFALEXINA 500MG BLISTER COM 8 CAPS	TEUTO / GENÉRICO	0,43
153	100	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G ENDOVENOSA, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	EUROFARMA / GENÉRICO	15
185	600	COMP	CLONAZEPAM 0,5 MG	GEOLAB	0,062
208	4000	COMP	CLORTALIDONA 25 MG	EMS	0,14
285	5000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 20 MG	Medquímica	0,045
300	12000	COMP	ESPIRONOLACTONA 25 MG	ASPEN	0,14
302	1000	COMP	ESPIRONOLACTONA 50 MG	HIPOLABOR	0,35
332	5000	COMP	FENITOINA 100 MG	TEUTO	0,136
367	5000	COMP	GLICAZIDA 30 MG	EMS	0,175
368	6000	COMP	GLICAZIDA 30 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	EMS	0,175
385	100	AMPOLA	HIDROCORTISONA 500 MG, SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	TEUTO	5,35
469	30	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MCG SOLUÇÃO INJETÁVEL APOLA DE 1 ML	EMS / ACETOFLUX	14,8
490	700	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	HALEX ISTAR / NOPROSIL	0,44
502	1000	COMP	MIRTAZAPINA 30 MG	PRATI/GENÉRICO	0,65
534	30	AMPOLA	NORETISTERONA 50MG/ML + VALERATO DE ESTRADIOL 5MG/ML AMPOLA 1 ML COM UMA SERINGA PRÉ- CARREGADA + AGULHA	MABRA / NOREGYNA	14
537	1000	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 50 MG	CELLERA	0,3799
540	200	FRASCO	OLEO MINERAL 100 ML	AMARAL	1,89
602	4000	COMP	QUETIAPINA (HEMIFUMARATO) 100MG COMPRIMIDO	EMS	0,43



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
618	5000	COMP	RISPERIDONA 2 MG	PRATI	0,14
638	35000	COMP	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG	GEOLAB	0,1234
664	30	FRASCO	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETROPINA 40 MG + 80MG /ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	TEUTO	3,41
706	400	AMPOLA	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	TEUTO	0,732
715	100	FRASCO	VALPROATO DE SÓDIO 50 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	HIPOLABOR	3,75
749	3000	COMP	VERAPAMIL, CLORIDRATO 80 MG	SANVAL	0,21
808	12	FRAS	BIMATOPROSTA 0,01% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL, FRASCO COM 3ML	GEOLAB / GENERICO	10
867	600	CP	GENFIBROZILA 900MG	EMS	1,19
943	1500	CP	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	CELLERA	0,17

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
9	120000	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	brasterapica	0,033
10	30000	COMP	ACIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG TAMPONADO	EMS / SOMALGIN CARDIO	0,36
11	5000	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 200 MG TAMPONADO	EMS / SOMALGIN CARDIO	0,4
13	3000	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 325 MG TAMPONADO	EMS / ACIDO ACETILSALICILICO 200 MG TAMP	0,6
45	500	AMPOLA	AMIODARONA 50MG/ML AMPOLAS COM 3 ML	HIPOLABOR / GENERICO	1,68
47	150000	COMP	AMITRIPTILINA 25 MG	EMS/GENERICO	0,0999
48	10000	COMP	AMITRIPTILINA 75 MG	EMS/GENERICO	0,21
62	150000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG	GEOLAB / BESILAPIN	0,029
77	500	COMP	AZATIOPRINA 50 MG	GERMED / IMUSSUPREX	0,95
87	500	AMPOLA	BENZILPENICILINA, BENZATINA 600000 UI AMPOLAS	TEUTO / BEPEBEN	9,5
112	200	AMPOLA	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA DE 2 ML	HIPOLABOR / GENERICO	1,15
126	100000	COMP	CAPTOPRIL 25 MG	GEOLAB / CAPOX	0,029
151	30000	COMP	CEFALEXINA 500MG BLISTER COM 8 CAPS	TEUTO / GENERICO	0,43
153	500	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G ENDOVENOSA, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	EUROFARMA / GENERICO	15
185	10000	COMP	CLONAZEPAM 0,5 MG	GEOLAB	0,062
208	30000	COMP	CLORTALIDONA 25 MG	EMS	0,14
229	500	AMPOLA	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2,5 ML	TEUTO	2,8
232	1500	FRASCO	DEXAMETAZONA 0,1MG/ML ELIXIR FRSC 100 ML	FARMACE	1,9
271	20000	COMP	DOMPERIDONA 10 MG	EMS	0,08
272	200	AMPOLA	DOPAMINA, CLORIDRATO 5MG/ML AMPOLAS DE AMPOLAS DE 10 ML	TEUTO	3
285	60000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 20 MG	Medquimica	0,045
299	2000	COMP	ESOMEPRAZOL MAGNESIO TRIIDRATADO 40MG CP	EMS	1,2
300	60000	COMP	ESPIRONOLACTONA 25 MG	ASPEN	0,14
302	10000	COMP	ESPIRONOLACTONA 50 MG	HIPOLABOR	0,35
332	10000	COMP	FENITOINA 100 MG	TEUTO	0,136
357	500	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	FARMACE	0,49
364	300	AMPOLA	GENTAMICINA 40MG/ML AMPOLAS DE 2 ML	HYPOFARMA	0,813
367	20000	COMP	GLICAZIDA 30 MG	EMS	0,175
368	1000	COMP	GLICAZIDA 30 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	EMS	0,175
385	300	AMPOLA	HIDROCORTISONA 500 MG, SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	TEUTO	5,35



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
392	50000	COMP	IBUPROFENO 300 MG	VITAMEDIC	0,12
416	1000	COMP	LANSOPRAZOL 30 MG	PRATI	0,24
421	20000	COMP	LEVODOPA ASSOCIADA A CARBIDOPA 250/25 MG	TEUTO	0,59
443	100	FRASCO	LIDOCAINA SPRAY 10 % FRASCO DE 50 ML	HIPOLABOR	40
469	500	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MCG SOLUÇÃO INJETÁVEL APOLA DE 1 ML	EMS / ACETOFLUX	14,8
490	500	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	HALEX ISTAR / NOPROSIL	0,44
500	500	BISNAGA	MICONAZOL 20 MG/G CREME DERMATOLOGICO 28 G	HIPOLABOR / GENERICO	1,69
502	10000	COMP	MIRTAZAPINA 30 MG	PRATI/GENERICO	0,65
512	100	AMPOLA	NALOXONA 0,4MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	HIPOLABOR / GENERICO	9
531	100	AMPOLA	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4 ML	HYPOFARMA	14
534	100	AMPOLA	NORESTISTERONA 50MG/ML + VALERATO DE ESTRADIOL 5MG/ML AMPOLA 1 ML COM UMA SERINGA PRÉ- CARREGADA + AGULHA	MABRA / NOREGYNA	14
537	3000	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 50 MG	CELLERA	0,3799
540	1000	FRASCO	OLEO MINERAL 100 ML	AMARAL	1,89
549	200	AMPOLA	OMEPRAZOL 40MG + AMP DILUENTE INJETAVEL IV 10 ML	BLAU	32
602	300	COMP	QUETIAPINA (HEMIFUMARATO) 100MG COMPRIMIDO	EMS	0,43
618	20000	COMP	RISPERIDONA 2 MG	PRATI	0,14
638	100000	COMP	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG	GEOLAB	0,1234
664	300	FRASCO	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETROPINA 40 MG + 80MG /ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	TEUTO	3,41
674	300	AMPOLA	TENOXICAM PÓ 20MG INJETAVEL IM/IV	EUROFARMA / GENERICO	7,5
684	10000	COMP	TIAMINA 300 MG	HIPOLABOR	0,24
706	500	AMPOLA	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	TEUTO	0,732
714	1500	COMP	TROMETANOL DE CETOROLACO 10 MG	EMS	2,7
715	300	FRASCO	VALPROATO DE SÓDIO 50 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	HIPOLABOR	3,75
748	200	AMPOLA	TENOXICAM PÓ 40MG INJETAVEL IM/IV	UNIAO QUIMICA / TEFLAN	10
749	10000	COMP	VERAPAMIL, CLORIDRATO 80 MG	SANVAL	0,21
787	500	COMP	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 200 MG	EMS	0,77
808	100	FRAS	BIMATOPROSTA 0,01% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL, FRASCO COM 3ML	GEOLAB / GENERICO	10
838	1000	AMPOLA	COMPLEXO B INJETÁVEL	GLOBO	0,87
841	200	AMPOLA	ENOXAPARINA 40MG/0,4ML	mylan	18,5
842	20	FRASCO	LATANOPROSTA 50 + TIMOLOL 5MG/ML	GERMED	26,1
863	50	UN	LATANOPROSTA + TIMOLOL COLÍRIO, FRASCO 2,5ML	GERMED	25,64
867	1500	CP	GENFIBROZILA 900MG	EMS	1,19
882	1500	CP	GABAPENTINA 400 MG	PRATI	0,43
903	1000	CP	ESOMEPRAZOL MAGNÉSIO TRIIDRATADO 20MG REVESTIDO DE LIBERAÇÃO RETARDADA	EMS	0,65
943	10000	CP	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	CELLERA	0,17
952	1000	CP	TROMETAMOL CETAROLACO 10 MG	EMS	2,75
971	300	AMP	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETAVEL 10 ML	FARMACE	0,3
977	1500	COMP	GENFIBROZILA 600 MG	EMS	1
474	50000	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 500 MG	VITAMEDIC / GLICOMET	0,08



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
9	10000	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	brasterapica	0,033
47	3000	COMP	AMITRIPTILINA 25 MG	EMS/GENÉRICO	0,0999
62	6000	COMP	ANLÓDIPINO, BESILATO 5 MG	GEOLAB / BESILAPIN	0,029
151	1500	COMP	CEFALEXINA 500MG BLISTER COM 8 CAPS	TEUTO / GENÉRICO	0,43
299	10000	COMP	ESOMEPRAZOL MAGNÉSIO TRIIDRATADO 40MG CP	EMS	1,2
300	3000	COMP	ESPIRONOLACTONA 25 MG	ASPEN	0,14
302	3000	COMP	ESPIRONOLACTONA 50 MG	HIPOLABOR	0,35
502	2000	COMP	MIRTAZAPINA 30 MG	PRATI/GENÉRICO	0,65
618	3000	COMP	RISPERIDONA 2 MG	PRATI	0,14
638	3000	COMP	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG	GEOLAB	0,1234
715	100	FRASCO	VALPROATO DE SÓDIO 50 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	HIPOLABOR	3,75

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
512	20	AMPOLA	NALOXONA 0,4MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	HIPOLABOR / GENÉRICO	9
549	50	AMPOLA	OMEPRAZOL 40MG + AMP DILUENTE INJETÁVEL IV 10 ML	BLAU	32

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
 DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
 Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
 Órgão Participante



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**

Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**

Órgão Participante

SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**30 - ATA N 51 ABC**

Publicação Nº 2592350



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua MARECHAL DEODORO Nº 177 CRISTO REI CEP 85.507-520 - Pato Branco/PR CEP: 85.507-520, inscrita no CNPJ sob o nº 12.014.370/0001-67, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. DALCI DAMBROS, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 7



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
56	20000	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 875 MG + 125 MG	GERMED	1,179
233	1000	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA À BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	CIMED	3,1999
244	500	TUBO	DICLOFENACO, SAL DIETILAMONIO, 11,6 MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTÁSSICO, GEL BISNAGA 60 G	CIMED	3,0677
347	200	FRASCO	FLUOCINOLONA 0,275MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 11,000UI/ML + SULFATO DE NEOMICINA 3,85MG/ML + CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRS 5ML GTS	ELOFAR	2,55
506	100	AMPOLA	MORFINA 10 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	HIPOLABOR	3
41	1000	COMP	AMINOFILINA 100 MG	HIPOLABOR	0,067

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
41	3000	COMP	AMINOFILINA 100 MG	HIPOLABOR	0,067
81	5000	COMP	BACLOFENO 10 MG	TEUTO	0,194
233	50	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA À BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	CIMED	3,1999
244	100	TUBO	DICLOFENACO, SAL DIETILAMONIO, 11,6 MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTÁSSICO, GEL BISNAGA 60 G	CIMED	3,0677
319	5000	CAPSULA	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 120 MG	PRATI	0,5499
347	100	FRASCO	FLUOCINOLONA 0,275MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 11,000UI/ML + SULFATO DE NEOMICINA 3,85MG/ML + CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRS 5ML GTS	ELOFAR	2,55

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
41	3000	COMP	AMINOFILINA 100 MG	HIPOLABOR	0,067
233	400	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA À BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	CIMED	3,1999



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
244	500	TUBO	DICLOFENACO, SAL DIETILAMONIO, 11,6 MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTÁSSICO, GEL BISNAGA 60 G	CIMED	3,0677
319	6000	CAPSULA	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 120 MG	PRATI	0,5499
347	100	FRASCO	FLUOCINOLONA 0,275MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 11,000UI/ML + SULFATO DE NEOMICINA 3,85MG/ML + CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRS 5ML GTS	ELOFAR	2,55
672	100	FRASCO	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,2% + MALEATO DE TIMOLOL 0,5% COLÍRIO FRASCO DE 5 ML	HYPERMARCAS	70
681	2000	COMP	TETRACICLINA 500 MG	Medquímica	0,2868

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
41	1000	COMP	AMINOFILINA 100 MG	HIPOLABOR	0,067
56	10000	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 875 MG + 125 MG	GERMED	1,179
81	3500	COMP	BACLOFENO 10 MG	TEUTO	0,194
233	1000	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA À BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	CIMED	3,1999
244	1000	TUBO	DICLOFENACO, SAL DIETILAMONIO, 11,6 MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTÁSSICO, GEL BISNAGA 60 G	CIMED	3,0677
506	200	AMPOLA	MORFINA 10 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	HIPOLABOR	3
929	2000	CP	PARACETAMOL 400MG+MALEATO DE CLORFENIRAMINA 4MG+CLORIDRATO DE FENILEFRINA 4MG	PHARMACIENSE	0,202

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
41	5000	COMP	AMINOFILINA 100 MG	HIPOLABOR	0,067
56	14000	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 875 MG + 125 MG	GERMED	1,179
81	1000	COMP	BACLOFENO 10 MG	TEUTO	0,194
233	1300	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA À BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	CIMED	3,1999
347	400	FRASCO	FLUOCINOLONA 0,275MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 11,000UI/ML + SULFATO DE NEOMICINA 3,85MG/ML + CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRS 5ML GTS	ELOFAR	2,55
362	3000	SACHE	GEL LUBRIFICANTE ÍNTIMO SACHE 5G	rilex	0,4996
429	100	COMP	LEVONOGESTREL 0,75 MCG	CIMED	1

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
41	6000	COMP	AMINOFILINA 100 MG	HIPOLABOR	0,067
56	2000	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 875 MG + 125 MG	GERMED	1,179
233	100	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA À BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	CIMED	3,1999
244	300	TUBO	DICLOFENACO, SAL DIETILAMONIO, 11,6 MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTÁSSICO, GEL BISNAGA 60 G	CIMED	3,0677
347	50	FRASCO	FLUOCINOLONA 0,275MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 11,000UI/ML + SULFATO DE NEOMICINA 3,85MG/ML + CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRS 5ML GTS	ELOFAR	2,55



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
81	8000	COMP	BACLOFENO 10 MG	TEUTO	0,194
233	900	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA À BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	CIMED	3,1999
347	100	FRASCO	FLUOCINOLONA 0,275MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 11,000UI/ML + SULFATO DE NEOMICINA 3,85MG/ML + CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRS 5ML GTS	ELOFAR	2,55
672	30	FRASCO	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,2% + MALEATO DE TIMOLOL 0,5% COLÍRIO FRASCO DE 5 ML	HYPERMARCAS	70
41	300	COMP	AMINOFILINA 100 MG	HIPOLABOR	0,067

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
41	20000	COMP	AMINOFILINA 100 MG	HIPOLABOR	0,067
56	1000	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 875 MG + 125 MG	GERMED	1,179
81	20000	COMP	BACLOFENO 10 MG	TEUTO	0,194
233	1000	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA À BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	CIMED	3,1999
244	3000	TUBO	DICLOFENACO, SAL DIETILAMONIO, 11,6 MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTÁSSICO, GEL BISNAGA 60 G	CIMED	3,0677
319	3000	CAPSULA	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 120 MG	PRATI	0,5499
362	5000	SACHE	GEL LUBRIFICANTE ÍNTIMO SACHE 5G	rilex	0,4996
390	3000	COMP	HIDROXIZINA, DICLORIDRATO 25 MG	LEGRAND	0,381
429	100	COMP	LEVONOGESTREL 0,75 MCG	CIMED	1
506	200	AMPOLA	MORFINA 10 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	HIPOLABOR	3
672	20	FRASCO	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,2% + MALEATO DE TIMOLOL 0,5% COLÍRIO FRASCO DE 5 ML	HYPERMARCAS	70
681	3000	COMP	TETRACICLINA 500 MG	Medquímica	0,2868
929	1500	CP	PARACETAMOL 400MG+MALEATO DE CLORFENIRAMINA 4MG+CLORIDRATO DE FENILEFRINA 4MG	PHARMACIENSE	0,202
347	1000	FRASCO	FLUOCINOLONA 0,275MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 11,000UI/ML + SULFATO DE NEOMICINA 3,85MG/ML + CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRS 5ML GTS	ELOFAR	2,55

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
244	150	TUBO	DICLOFENACO, SAL DIETILAMONIO, 11,6 MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTÁSSICO, GEL BISNAGA 60 G	CIMED	3,0677

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e

6 / 7



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**  
Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**  
Órgão Participante

ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

7 / 7

**31 - ATA N 52 WERBRAN**

Publicação Nº 2592347



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida NATALINO FAUSTO Nº 591 PADRE ULRICO CEP 85.604-443 - Francisco Beltrão/PR CEP: 85.604-443, inscrita no CNPJ sob o nº 04.372.020/0001-44, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. NANCY TEREZINHA WERLANG BRANDALIZE, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

1 / 8



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

- 3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.
- 3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.
- 3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.
- 3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.
- 3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.
- 3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

- 4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
- 4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.
- 4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.
- 4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

- 5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
  - b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
  - c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
  - d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
  - e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
  - f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
  - g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.
- 8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:
- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
  - b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
  - c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
140	30000	COMP	CARBONATO DE LITIO 300 MG	generico/biolab	0,3698
323	30000	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, VALERIANA OFFICINALIS 50 MG	valyanne/geolab	0,17
349	60000	CAPSULA	FLUOXETINA 20 MG	GENERICO/VITAMEDIC	0,059
366	10000	COMP	GLIBENCLAMIDA 5 MG	GLICONIL/MEDQUIMICA	0,02
410	1000	CAPSULA	ITRACONAZOL 100 MG	TRAXONOL/GEOLAB	0,7199
535	6000	COMP	NORFLOXACINO 400 MG	generico/globo	0,35
703	10000	COMP	TOPIRAMATO 50 MG	GENERICO/EMS	0,1599
741	1000	FRASCO	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, FRASCO 100ML	complexo b medquimica	2,55
853	1000	COMP	TANSULOSINA 0,4MG	generico/geolab	0,9363

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
140	5000	COMP	CARBONATO DE LITIO 300 MG	generico/biolab	0,3698
267	1000	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 250 MG	GENERICO/ZYDUS	0,45
309	50	AMPOLA	ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ENANTATO 5 MG + 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	noregyna/mabra	14
349	30000	CAPSULA	FLUOXETINA 20 MG	GENERICO/VITAMEDIC	0,059
535	2000	COMP	NORFLOXACINO 400 MG	generico/globo	0,35
703	3000	COMP	TOPIRAMATO 50 MG	GENERICO/EMS	0,1599
853	1000	COMP	TANSULOSINA 0,4MG	generico/geolab	0,9363

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
140	10000	COMP	CARBONATO DE LITIO 300 MG	generico/biolab	0,3698
268	900	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG	GENERICO/ZYDUS	0,65
309	1000	AMPOLA	ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ENANTATO 5 MG + 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	noregyna/mabra	14



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
323	10000	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, VALERIANA OFFICINALIS 50 MG	valyanne/geolab	0,17
349	60000	CAPSULA	FLUOXETINA 20 MG	GENERICO/VITAMEDIC	0,059
366	15000	COMP	GLIBENCLAMIDA 5 MG	GLICONIL/MEDQUIMICA	0,02
410	2000	CAPSULA	ITRACONAZOL 100 MG	TRAXONOL/GEOLAB	0,7199
535	2000	COMP	NORFLOXACINO 400 MG	generico/globo	0,35
703	8000	COMP	TOPIRAMATO 50 MG	GENERICO/EMS	0,1599
741	100	FRASCO	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, FRASCO 100ML	complexo b medquimica	2,55

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
349	50000	CAPSULA	FLUOXETINA 20 MG	GENERICO/VITAMEDIC	0,059
267	2000	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 250 MG	GENERICO/ZYDUS	0,45
268	5000	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG	GENERICO/ZYDUS	0,65
323	50000	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, VALERIANA OFFICINALIS 50 MG	valyanne/geolab	0,17
703	12000	COMP	TOPIRAMATO 50 MG	GENERICO/EMS	0,1599
140	15000	COMP	CARBONATO DE LÍTIO 300 MG	generico/biolab	0,3698
366	30000	COMP	GLIBENCLAMIDA 5 MG	GLICONIL/MEDQUIMICA	0,02
535	3000	COMP	NORFLOXACINO 400 MG	generico/globo	0,35
551	6000	COMP	ONDANSETRONA, CLORIDRATO 4 MG	generico/blau	1,238
309	200	AMPOLA	ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ENANTATO 5 MG + 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	noregyna/mabra	14
410	1500	CAPSULA	ITRACONAZOL 100 MG	TRAXONOL/GEOLAB	0,7199
853	5000	COMP	TANSULOSINA 0,4MG	generico/geolab	0,9363

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
140	50000	COMP	CARBONATO DE LÍTIO 300 MG	generico/biolab	0,3698
309	1000	AMPOLA	ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ENANTATO 5 MG + 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	noregyna/mabra	14
349	150000	CAPSULA	FLUOXETINA 20 MG	GENERICO/VITAMEDIC	0,059
366	150000	COMP	GLIBENCLAMIDA 5 MG	GLICONIL/MEDQUIMICA	0,02
535	8000	COMP	NORFLOXACINO 400 MG	generico/globo	0,35
551	5000	COMP	ONDANSETRONA, CLORIDRATO 4 MG	generico/blau	1,238
703	50000	COMP	TOPIRAMATO 50 MG	GENERICO/EMS	0,1599

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
140	8000	COMP	CARBONATO DE LÍTIO 300 MG	generico/biolab	0,3698
258	1000	COMP	DIPIRONA + CAFEINA + MUCATO DE ISOMETEPTNO 300 MG + 30 MG + 30 MG	SEDAMED/CIMED	0,22
323	10000	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, VALERIANA OFFICINALIS 50 MG	valyanne/geolab	0,17
349	25000	CAPSULA	FLUOXETINA 20 MG	GENERICO/VITAMEDIC	0,059
410	1000	CAPSULA	ITRACONAZOL 100 MG	TRAXONOL/GEOLAB	0,7199
535	1000	COMP	NORFLOXACINO 400 MG	generico/globo	0,35



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

## MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
551	4000	COMP	ONDANSETRONA, CLORIDRATO 4 MG	generico/blau	1,238

## MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
140	9000	COMP	CARBONATO DE LITIO 300 MG	generico/biolab	0,3698
258	15000	COMP	DIPIRONA + CAFEINA + MUCATO DE ISOMETEPTNO 300 MG + 30 MG + 30 MG	SEDAMED/CIMED	0,22
268	2000	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG	GENERICO/ZYDUS	0,65
309	30	AMPOLA	ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ENANTATO 5 MG + 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	noregyna/mabra	14
349	35000	CAPSULA	FLUOXETINA 20 MG	GENERICO/VITAMEDIC	0,059
535	700	COMP	NORFLOXACINO 400 MG	generico/globo	0,35
703	5000	COMP	TOPIRAMATO 50 MG	GENERICO/EMS	0,1599
853	2000	COMP	TANSULOSINA 0,4MG	generico/geolab	0,9363

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
86	200	AMPOLA	BENZILPENICILINA BENZATINA 400000 UI PÓ PARA SUSPENÇÃO INJ	penkaron/blau	10
140	40000	COMP	CARBONATO DE LITIO 300 MG	generico/biolab	0,3698
258	80000	COMP	DIPIRONA + CAFEINA + MUCATO DE ISOMETEPTNO 300 MG + 30 MG + 30 MG	SEDAMED/CIMED	0,22
267	20000	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 250 MG	GENERICO/ZYDUS	0,45
268	20000	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG	GENERICO/ZYDUS	0,65
309	100	AMPOLA	ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ENANTATO 5 MG + 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	noregyna/mabra	14
323	100	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, VALERIANA OFFICINALIS 50 MG	valyanne/geolab	0,17
349	100000	CAPSULA	FLUOXETINA 20 MG	GENERICO/VITAMEDIC	0,059
410	3000	CAPSULA	ITRACONAZOL 100 MG	TRAXONOL/GEOLAB	0,7199
535	3000	COMP	NORFLOXACINO 400 MG	generico/globo	0,35
551	500	COMP	ONDANSETRONA, CLORIDRATO 4 MG	generico/blau	1,238
703	15000	COMP	TOPIRAMATO 50 MG	GENERICO/EMS	0,1599
741	100	FRASCO	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, FRASCO 100ML	complexo b medquimica	2,55
853	1500	COMP	TANSULOSINA 0,4MG	generico/geolab	0,9363
366	30000	COMP	GLIBENCLAMIDA 5 MG	GLICONIL/MEDQUIMICA	0,02

## MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
140	1500	COMP	CARBONATO DE LITIO 300 MG	generico/biolab	0,3698
349	3000	CAPSULA	FLUOXETINA 20 MG	GENERICO/VITAMEDIC	0,059
703	3000	COMP	TOPIRAMATO 50 MG	GENERICO/EMS	0,1599

## MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
140	1500	COMP	CARBONATO DE LITIO 300 MG	generico/biolab	0,3698

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**  
Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**  
Órgão Participante

WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**32 - ATA N 53 AGLON**

Publicação Nº 2592345



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida VISCONDE DE NOVA GRANADA S/N VILA GROSSKLAUSS CEP 13.617-400 - Leme/SP CEP: 13.617-400, inscrita no CNPJ sob o nº 65.817.900/0001-71, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. EROS CARRARO, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 5



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
942	900	CP	DEPAKENE 500 MG (ETICO)	ABBOTT	0,5

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
942	2100	CP	DEPAKENE 500 MG (ETICO)	ABBOTT	0,5

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
942	10000	CP	DEPAKENE 500 MG (ETICO)	ABBOTT	0,5

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
 DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
 Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
 Órgão Participante



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**

Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**

Órgão Participante

AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**33 - ATA N 54 DIMASTER**

Publicação Nº 2592343



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: DIMASTER COMÉRCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua null S/N null CEP null - null/null CEP: , inscrita no CNPJ sob o nº 02.520.829/0003-02, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. , doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 6



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
178	20000	COMP	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO, 500 MG	PRATI	0,199
600	10000	COMP	PROPRANOLOL, CLORIDRATO, 40 MG	OSORIO DE MORAES	0,033

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
178	10000	COMP	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO, 500 MG	PRATI	0,199

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
178	15000	COMP	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO, 500 MG	PRATI	0,199

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
178	10000	COMP	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO, 500 MG	PRATI	0,199
600	35000	COMP	PROPRANOLOL, CLORIDRATO, 40 MG	OSORIO DE MORAES	0,033
477	5000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO 750 MG AÇÃO PROLONGADA	PRATI	0,394

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
178	8000	COMP	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO, 500 MG	PRATI	0,199
600	60000	COMP	PROPRANOLOL, CLORIDRATO, 40 MG	OSORIO DE MORAES	0,033
669	500	FRASCO	SULFATO FERROSO 5MG/ML XAROPE FRASCO DE 60 ML	NATULAB	2,34

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
178	1000	COMP	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO, 500 MG	PRATI	0,199



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
178	5000	COMP	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO, 500 MG	PRATI	0,199

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
178	20000	COMP	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO, 500 MG	PRATI	0,199
477	10000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO 750 MG AÇÃO PROLONGADA	PRATI	0,394
669	200	FRASCO	SULFATO FERROSO 5MG/ML XAROPE FRASCO DE 60 ML	NATULAB	2,34
600	20000	COMP	PROPRANOLOL, CLORIDRATO, 40 MG	OSORIO DE MORAES	0,033

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
178	1000	COMP	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO, 500 MG	PRATI	0,199

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
 DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
 Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**  
 Órgão Participante



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**

Órgão Participante

DIMASTER COMÉRCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**34 - ATA N 55 CIAMED**

Publicação Nº 2592341



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL pessoa jurídica de direito privado, situada na rua null S/N null CEP null - null/null CEP: , inscrita no CNPJ sob o nº 05.782.733/0003-00, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. RENATA CASAGRANDE GALIOTTO, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 9



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	400	FRASCO	BORATO DE 8-HIDROXIQUINOLINA + TRIETANOLAMINA - SOLUÇÃO OTOLÓGICA (CERUMIN <sup>®</sup> )	NOVARTIS	10,23
55	20000	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 500+125 MG	GLAXOSMITHKLINE	0,873
732	20000	COMP	VENLAFAXINA 150 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	TORRENT	0,9879
733	20000	COMP	VENLAFAXINA 75 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	TORRENT	0,546
990	200	CAIXA	GLICOPIRONIO 50MG C/30 CAPSULAS INALADORAS	NOVARTIS	159

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
59	1000	COMP	ANLÓDIPINO BESILATO, ASSOCIADO À BENAZEPRILA CLORIDRATO, 5 MG + 10 MG	BIOLAB	2
381	5000	COMP	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 50 MG	NOVARTIS	0,34
632	100	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 250 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	98,2585
633	30	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 500 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	159,657
717	1500	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VAPROÍCO 300 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	TORRENT	0,9
732	10000	COMP	VENLAFAXINA 150 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	TORRENT	0,9879
806	500	COMP	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20MG	SANKYO	1,3
843	1000	COMP	LEVODOPA 150+ CARBIDOPA 37,5 ENTACAPONA 200MG	NOVARTIS	6,414
845	5000	COMP	TORVAL CR 300	TORRENT	0,9
846	10000	COMP	TORVAL CR 500	TORRENT	1,5
925	500	CP	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20MG+ANLÓDIPINO 5MG	SANKYO	1,5
990	150	CAIXA	GLICOPIRONIO 50MG C/30 CAPSULAS INALADORAS	NOVARTIS	159
1006	150	CAIXA	INDACATEROL 150MG C/30 CAPSULAS INALADORAS	NOVARTIS	95



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	200	FRASCO	BORATO DE 8-HIDROXIQUINOLINA + TRIETANOLAMINA - SOLUÇÃO OTOLÓGICA (CERUMIN <sup>®</sup> )	NOVARTIS	10,23
55	10000	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 500+125 MG	GLAXOSMITHKLINE	0,873
282	4000	COMP	DUTASTERIDA 0,5 MG + TANSULOSINA 0,4 MG	GLAXOSMITHKLINE	2,78
629	400	FRASCO	SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE AEROSOL ORAL FRASCO COM 200 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	7,47
632	120	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 250 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	98,2585
633	60	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 500 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	159,657
717	600	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VAPROICO 300 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	TORRENT	0,9
732	8000	COMP	VENLAFAXINA 150 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	TORRENT	0,9879
733	1200	COMP	VENLAFAXINA 75 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	TORRENT	0,546
846	5000	COMP	TORVAL CR 500	TORRENT	1,5

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	300	FRASCO	BORATO DE 8-HIDROXIQUINOLINA + TRIETANOLAMINA - SOLUÇÃO OTOLÓGICA (CERUMIN <sup>®</sup> )	NOVARTIS	10,23
55	5000	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 500+125 MG	GLAXOSMITHKLINE	0,873
717	3500	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VAPROICO 300 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	TORRENT	0,9
806	3000	COMP	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20MG	SANKYO	1,3
282	6000	COMP	DUTASTERIDA 0,5 MG + TANSULOSINA 0,4 MG	GLAXOSMITHKLINE	2,78
990	100	CAIXA	GLICOPIRONIO 50MG C/30 CAPSULAS INALADORAS	NOVARTIS	159
998	20000	CAPSULA	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150 MG CÁPSULAS DURAS DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	TORRENT	1,2
992	25000	CAPSULA	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75 MG CÁPSULAS DURAS DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	TORRENT	0,537
486	1500	CAPSULA	METILFENIDATO, CLORIDRATO 10 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	NOVARTIS	2,586
487	1500	CAPSULA	METILFENIDATO, CLORIDRATO 20 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	NOVARTIS	6,893
629	300	FRASCO	SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE AEROSOL ORAL FRASCO COM 200 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	7,47
631	30	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 100 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	82,479
632	100	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 250 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	98,2585
633	100	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 500 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	159,657
732	20000	COMP	VENLAFAXINA 150 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	TORRENT	0,9879
733	25000	COMP	VENLAFAXINA 75 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	TORRENT	0,546
925	1500	CP	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20MG+ANLÓDIPINO 5MG	SANKYO	1,5
926	1500	CP	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG+ANLÓDIPINO 10MG	SANKYO	1,7
927	1000	CP	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG+ANLÓDIPINO 5MG	SANKYO	1,7



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	500	FRASCO	BORATO DE 8-HIDROXIQUINOLINA + TRIETANOLAMINA - SOLUÇÃO OTOLÓGICA (CERUMIN <sup>®</sup> )	NOVARTIS	10,23
55	15000	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 500+125 MG	GLAXOSMITHKLINE	0,873
282	8000	COMP	DUTASTERIDA 0,5 MG + TANSULOSINA 0,4 MG	GLAXOSMITHKLINE	2,78
381	5000	COMP	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 50 MG	NOVARTIS	0,34
629	3000	FRASCO	SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE AEROSOL ORAL FRASCO COM 200 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	7,47
632	180	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 250 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	98,2585
633	100	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 500 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	159,657
634	100	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25 MCG + 250 MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	159,657
732	50000	COMP	VENLAFAXINA 150 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	TORRENT	0,9879
733	50000	COMP	VENLAFAXINA 75 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	TORRENT	0,546
978	30	UN	Brometo de umeclidínio	GLAXOSMITHKLINE	129,41
990	800	CAIXA	GLICOPIRONIO 50MG C/30 CAPSULAS INALADORAS	NOVARTIS	159

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
55	3000	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 500+125 MG	GLAXOSMITHKLINE	0,873
132	2000	COMP	CARBAMAZEPINA CR 400 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	NOVARTIS	1,94
732	5000	COMP	VENLAFAXINA 150 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	TORRENT	0,9879
733	20000	COMP	VENLAFAXINA 75 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	TORRENT	0,546

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
55	7000	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 500+125 MG	GLAXOSMITHKLINE	0,873
632	100	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 250 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	98,2585
633	100	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 500 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	159,657
732	6000	COMP	VENLAFAXINA 150 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	TORRENT	0,9879
733	9000	COMP	VENLAFAXINA 75 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	TORRENT	0,546
843	600	COMP	LEVODOPA 150+ CARBIDOPA 37,5 ENTACAPONA 200MG	NOVARTIS	6,414
845	900	COMP	TORVAL CR 300	TORRENT	0,9
846	900	COMP	TORVAL CR 500	TORRENT	1,5

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	500	FRASCO	BORATO DE 8-HIDROXIQUINOLINA + TRIETANOLAMINA - SOLUÇÃO OTOLÓGICA (CERUMIN <sup>®</sup> )	NOVARTIS	10,23
55	1000	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 500+125 MG	GLAXOSMITHKLINE	0,873
59	1000	COMP	ANLÓDIPINO BESILATO, ASSOCIADO À BENAZEPRILA CLORIDRATO, 5 MG + 10 MG	BIOLAB	2



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
132	5000	COMP	CARBAMAZEPINA CR 400 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	NOVARTIS	1,94
282	10000	COMP	DUTASTERIDA 0,5 MG + TANSULOSINA 0,4 MG	GLAXOSMITHKLINE	2,78
381	3000	COMP	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 50 MG	NOVARTIS	0,34
486	1000	CAPSULA	METILFENIDATO, CLORIDRATO 10 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	NOVARTIS	2,586
487	500	CAPSULA	METILFENIDATO, CLORIDRATO 20 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	NOVARTIS	6,893
629	500	FRASCO	SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE AEROSOL ORAL FRASCO COM 200 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	7,47
631	100	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 100 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	82,479
632	300	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 250 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	98,2585
633	300	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 500 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	159,657
634	500	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25 MCG + 250 MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	159,657
636	50	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG/50MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	82,479
717	3000	COMP	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VAPROICO 300 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	TORRENT	0,9
732	15000	COMP	VENLAFAXINA 150 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	TORRENT	0,9879
733	20000	COMP	VENLAFAXINA 75 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	TORRENT	0,546
744	10	CAIXA	INDACATEROL, MALEATO 300MCG PO CX C/ 30 CAPSULAS + INALADOR	NOVARTIS	95,94
806	1000	COMP	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20MG	SANKYO	1,3
810	500	COMP	PIRIDOSTIGMINA 60MG	CELLERA	0,33
822	12	CX	ONBRIZE / MALEATO DE INDACATEROL 300MCG COM 30 CÁPSULAS + INALADOR, ÉTICO	NOVARTIS	94,98
843	300	COMP	LEVODOPA 150+ CARBIDOPA 37,5 ENTACAPONA 200MG	NOVARTIS	6,414
845	3000	COMP	TORVAL CR 300	TORRENT	0,9
846	3000	COMP	TORVAL CR 500	TORRENT	1,5
849	5000	COMP	LAMOTRIGINA 50MG (COMPRIMIDOS DISPERSÍVEIS)	GLAXOSMITHKLINE	2
925	1000	CP	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20MG+ANLÓDIPINO 5MG	SANKYO	1,5
926	1000	CP	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG+ANLÓDIPINO 10MG	SANKYO	1,7
927	1000	CP	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG+ANLÓDIPINO 5MG	SANKYO	1,7
949	5000	CP	TRILEPTAL- OXCARBAZEPINA 300 MG (ÉTICO)	NOVARTIS	2
950	50	UN	EXELON PATCH 10 - HEMITARTARATO DE RIVASTIGMINA - ADESIVO	NOVARTIS	13,36
956	50	FRASCO	BECLOMETASONA 50 MG FRASCO	GLAXOSMITHKLINE	17
978	10	UN	Brometo de umeclidínio	GLAXOSMITHKLINE	129,41
992	1500	CAPSULA	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75 MG CÁPSULAS DURAS DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	TORRENT	0,537

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
633	50	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 500 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	159,657
732	3000	COMP	VENLAFAXINA 150 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	TORRENT	0,9879
733	3000	COMP	VENLAFAXINA 75 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	TORRENT	0,546



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**  
Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**  
Órgão Participante

CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**4 - ATA N 25 LICIMED**

Publicação Nº 2592406



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida SAO PAULO S/N SAO GERALDO CEP 90.000-001 - Porto Alegre/RS CEP: 90.000-001, inscrita no CNPJ sob o nº 04.071.245/0001-60, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. SAMUEL DA SILVA GOMES, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

1 / 8



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

- 3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.
- 3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.
- 3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.
- 3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.
- 3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.
- 3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

- 4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
- 4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.
- 4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.
- 4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

- 5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
  - b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
  - c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
  - d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
  - e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
  - f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
  - g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.
- 8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:
- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
  - b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
  - c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
168	30000	COMP	CILOSTAZOL 100 MG	EUROFARMA	0,32
253	1000	AMPOLA	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	TAKEDA	2,4693
273	70000	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 2 MG	EUROFARMA	0,09
371	2000	CAPSULA	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 500 MG + 400 MG	EUROFARMA	1,04
565	20000	COMP	PAROXETINA CLORIDRATO 20 MG	EUROFARMA	0,2
612	300	FRASCO	RETINOL ACETATO ASSOCIADO COM COLECALCIFEROL 50.000 UI + 10.000 UI/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 10 ML	TAKEDA	3,6
702	10000	COMP	TOPIRAMATO 25 MG	EUROFARMA	0,143

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
35	5000	COMP	AMANTADINA 100 MG	EUROFARMA	0,452
168	8000	COMP	CILOSTAZOL 100 MG	EUROFARMA	0,32
219	1000	COMP	CUMARINA ASSOCIADA A TROXERRUTINA 15 MG + 90 MG	TAKEDA	1,2417
224	15000	COMP	DESVENLAFAXINA, SAL SUCCINATO, 50 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	EUROFARMA	1
273	15000	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 2 MG	EUROFARMA	0,09
292	15000	COMP	ESCITALOPRAM 20 MG	EUROFARMA	0,376
565	25000	COMP	PAROXETINA CLORIDRATO 20 MG	EUROFARMA	0,2
702	10000	COMP	TOPIRAMATO 25 MG	EUROFARMA	0,143
769	1000	COMP	DONEPEZILA 10MG	EUROFARMA	0,42
776	2000	COMP	VENLAFAXINA 37,5 MG	EUROFARMA	0,42
778	1000	COMP	MESALAZINA 800MG	TAKEDA	0,76

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
35	3000	COMP	AMANTADINA 100 MG	EUROFARMA	0,452
168	4000	COMP	CILOSTAZOL 100 MG	EUROFARMA	0,32



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
219	4000	COMP	CUMARINA ASSOCIADA A TROXERRUTINA 15 MG + 90 MG	TAKEDA	1,2417
253	500	AMPOLA	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	TAKEDA	2,4693
255	2000	COMP	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50 MG + 10 MG	TAKEDA	0,4863
273	2500	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 2 MG	EUROFARMA	0,09
292	8000	COMP	ESCITALOPRAM 20 MG	EUROFARMA	0,376
371	3000	CAPSULA	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 500 MG + 400 MG	EUROFARMA	1,04
565	20000	COMP	PAROXETINA CLORIDRATO 20 MG	EUROFARMA	0,2
566	5000	COMP	PAROXETINA, CLORIDRATO 10 MG	EUROFARMA	1,8
624	50	CAIXA	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG/ 5ML EV CAIXA COM 5 AMPOLAS DE 5 ML	TAKEDA	42,93
702	2000	COMP	TOPIRAMATO 25 MG	EUROFARMA	0,143

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
35	4000	COMP	AMANTADINA 100 MG	EUROFARMA	0,452
273	25000	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 2 MG	EUROFARMA	0,09
565	30000	COMP	PAROXETINA CLORIDRATO 20 MG	EUROFARMA	0,2
219	3500	COMP	CUMARINA ASSOCIADA A TROXERRUTINA 15 MG + 90 MG	TAKEDA	1,2417
224	2500	COMP	DESVENLAFAXINA, SAL SUCCINATO, 50 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	EUROFARMA	1
255	3000	COMP	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50 MG + 10 MG	TAKEDA	0,4863
371	8000	CAPSULA	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 500 MG + 400 MG	EUROFARMA	1,04
970	300	TUBO	POLICRESULENO 50 MG/G + CLORIDRATO DE CINCHOCAINA 10 MG/G 30 G COM 10 APLICADORES	TAKEDA	43,89
909	16800	CP	GESTODENO 0,075MG+ETINILESTRADIOL 0,020MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	EUROFARMA	0,32
168	5000	COMP	CILOSTAZOL 100 MG	EUROFARMA	0,32

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
35	2500	COMP	AMANTADINA 100 MG	EUROFARMA	0,452
224	15000	COMP	DESVENLAFAXINA, SAL SUCCINATO, 50 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	EUROFARMA	1
255	10000	COMP	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50 MG + 10 MG	TAKEDA	0,4863
253	200	AMPOLA	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	TAKEDA	2,4693
273	50000	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 2 MG	EUROFARMA	0,09
371	3000	CAPSULA	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 500 MG + 400 MG	EUROFARMA	1,04
565	120000	COMP	PAROXETINA CLORIDRATO 20 MG	EUROFARMA	0,2
619	5000	COMP	RISPERIDONA 3 MG	EUROFARMA	0,18
769	10000	COMP	DONEPEZILA 10MG	EUROFARMA	0,42
778	1000	COMP	MESALAZINA 800MG	TAKEDA	0,76
624	150	CAIXA	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG/ 5ML EV CAIXA COM 5 AMPOLAS DE 5 ML	TAKEDA	42,93



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
35	1000	COMP	AMANTADINA 100 MG	EUROFARMA	0,452
219	20000	COMP	CUMARINA ASSOCIADA A TROXERRUTINA 15 MG + 90 MG	TAKEDA	1,2417
255	2000	COMP	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50 MG + 10 MG	TAKEDA	0,4863
273	20000	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 2 MG	EUROFARMA	0,09
292	4000	COMP	ESCITALOPRAM 20 MG	EUROFARMA	0,376
565	8000	COMP	PAROXETINA CLORIDRATO 20 MG	EUROFARMA	0,2
580	100	BISNAGA	POLICRESULENO 50 MG + CLORIDRATO DE CINCHOCAINA 10 MG POMADA RETAL COM 30 G	TAKEDA	43,89

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
273	15000	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 2 MG	EUROFARMA	0,09
35	600	COMP	AMANTADINA 100 MG	EUROFARMA	0,452
168	1500	COMP	CILOSTAZOL 100 MG	EUROFARMA	0,32
219	900	COMP	CUMARINA ASSOCIADA A TROXERRUTINA 15 MG + 90 MG	TAKEDA	1,2417
253	100	AMPOLA	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	TAKEDA	2,4693
292	3000	COMP	ESCITALOPRAM 20 MG	EUROFARMA	0,376
565	20000	COMP	PAROXETINA CLORIDRATO 20 MG	EUROFARMA	0,2
612	300	FRASCO	RETINOL ACETATO ASSOCIADO COM COLECALCIFEROL 50.000 UI + 10.000 UI/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 10 ML	TAKEDA	3,6
702	4000	COMP	TOPIRAMATO 25 MG	EUROFARMA	0,143
776	4000	COMP	VENLAFAXINA 37,5 MG	EUROFARMA	0,42
778	1000	COMP	MESALAZINA 800MG	TAKEDA	0,76
909	504	CP	GESTODENO 0,075MG+ETINILESTRADIOL 0,020MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	EUROFARMA	0,32

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
35	20000	COMP	AMANTADINA 100 MG	EUROFARMA	0,452
168	20000	COMP	CILOSTAZOL 100 MG	EUROFARMA	0,32
219	10000	COMP	CUMARINA ASSOCIADA A TROXERRUTINA 15 MG + 90 MG	TAKEDA	1,2417
224	3000	COMP	DESVENLAFAXINA, SAL SUCCINATO, 50 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	EUROFARMA	1
253	500	AMPOLA	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	TAKEDA	2,4693
255	1000	COMP	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50 MG + 10 MG	TAKEDA	0,4863
273	60000	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 2 MG	EUROFARMA	0,09
283	1000	COMP	EBASTINA 10 MG	EUROFARMA	3,85
292	20000	COMP	ESCITALOPRAM 20 MG	EUROFARMA	0,376
371	3000	CAPSULA	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 500 MG + 400 MG	EUROFARMA	1,04
565	60000	COMP	PAROXETINA CLORIDRATO 20 MG	EUROFARMA	0,2
566	10000	COMP	PAROXETINA, CLORIDRATO 10 MG	EUROFARMA	1,8
580	30	BISNAGA	POLICRESULENO 50 MG + CLORIDRATO DE CINCHOCAINA 10 MG POMADA RETAL COM 30 G	TAKEDA	43,89
612	100	FRASCO	RETINOL ACETATO ASSOCIADO COM COLECALCIFEROL 50.000 UI + 10.000 UI/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 10 ML	TAKEDA	3,6
619	5000	COMP	RISPERIDONA 3 MG	EUROFARMA	0,18



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
624	50	CAIXA	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG/ 5ML EV CAIXA COM 5 AMPOLAS DE 5 ML	TAKEDA	42,93
702	10000	COMP	TOPIRAMATO 25 MG	EUROFARMA	0,143
769	500	COMP	DONEPEZILA 10MG	EUROFARMA	0,42
776	5000	COMP	VENLAFAXINA 37,5 MG	EUROFARMA	0,42
778	500	COMP	MESALAZINA 800MG	TAKEDA	0,76
909	600	CP	GESTODENO 0,075MG+ETINILESTRADIOL 0,020MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	EUROFARMA	0,32
970	10	TUBO	POLICRESULENO 50 MG/G +CLORIDRATO DE CINCHOCAINA 10 MG/G 30 G COM 10 APLICADORES	TAKEDA	43,89

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
219	5000	COMP	CUMARINA ASSOCIADA A TROXERRUTINA 15 MG + 90 MG	TAKEDA	1,2417
273	3000	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 2 MG	EUROFARMA	0,09
292	3000	COMP	ESCITALOPRAM 20 MG	EUROFARMA	0,376
371	3000	CAPSULA	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDRITINA, EM SAIS SULFATOS, 500 MG + 400 MG	EUROFARMA	1,04
565	3000	COMP	PAROXETINA CLORIDRATO 20 MG	EUROFARMA	0,2

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
580	100	BISNAGA	POLICRESULENO 50 MG + CLORIDRATO DE CINCHOCAINA 10 MG POMADA RETAL COM 30 G	TAKEDA	43,89
612	50	FRASCO	RETINOL ACETATO ASSOCIADO COM COLECALCIFEROL 50.000 UI + 10.000 UI/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 10 ML	TAKEDA	3,6
624	10	CAIXA	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG/ 5ML EV CAIXA COM 5 AMPOLAS DE 5 ML	TAKEDA	42,93

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
Órgão Participante



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**

Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**

Órgão Participante

LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**5 - ATA N 26 DIMEVA**

Publicação Nº 2592404



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua ARGENTINA S/N JARDIM DAS AMERICAS CEP 85.500-001 - Pato Branco/PR CEP: 85.500-001, inscrita no CNPJ sob o nº 76.386.283/0001-13, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. MAURICIO MACIAG, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 7



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
75	5000	COMP	ATORVASTATINA CÁLCICA 10 MG	NOVAQUIMICA	0,222
370	2000	SACHE	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 1,5 G + 1,2 G SACHE 4,13 G	ZODIAC	4,07
866	3000	CP	ATORVASTATINA 20MG	NOVAQUIMICA	0,3

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
75	4000	COMP	ATORVASTATINA CÁLCICA 10 MG	NOVAQUIMICA	0,222
370	6000	SACHE	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 1,5 G + 1,2 G SACHE 4,13 G	ZODIAC	4,07
784	5000	SACHE	SULFATO DE GLICOSAMINA 1,5G + SULFATO SÓDICO DE CONDROITINA 1,2G	ZODIAC	4
866	6000	CP	ATORVASTATINA 20MG	NOVAQUIMICA	0,3

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
899	2500	CP	DESVENLAFAXINA 100MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS LIBERAÇÃO CONTROLADA	EUROFARMA	1,19
75	10000	COMP	ATORVASTATINA CÁLCICA 10 MG	NOVAQUIMICA	0,222
329	200	FRASCO	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA À BRONFENIRAMINA, 2,5 MG + 2 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	ELOFAR	7,03
370	30000	SACHE	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 1,5 G + 1,2 G SACHE 4,13 G	ZODIAC	4,07
439	2000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 88 MCG	MERCK	0,222
866	30000	CP	ATORVASTATINA 20MG	NOVAQUIMICA	0,3
974	1000	AMPOLA	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 400 MCG /ML SUSPENSÃO ESTÉRIL PARA NEBULIZAÇÃO USO ADULTO/PEDIÁTRICO FLACONETES COM 2 ML	CHIESI	4,9
761	1000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 112MCG	MERCK	0,28

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
75	10000	COMP	ATORVASTATINA CÁLCICA 10 MG	NOVAQUIMICA	0,222



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
329	500	FRASCO	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA À BRONFENIRAMINA, 2,5 MG + 2 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	ELOFAR	7,03
370	8000	SACHE	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 1,5 G + 1,2 G SACHE 4,13 G	ZODIAC	4,07
866	12000	CP	ATORVASTATINA 20MG	NOVAQUIMICA	0,3
899	8000	CP	DESVENLAFAXINA 100MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS LIBERAÇÃO CONTROLADA	EUROFARMA	1,19

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
340	100	FRASCO	FERRO QUELATO 150 MG + ACIDO FOLICO 0,25 MG + CIANCOBALAMINA 7,5 MCG SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	ELOFAR	19,82
341	2000	COMP	FERRO QUELATO 300 MG + ACIDO FOLICO 5 MG + CIANCOBALAMINA 15 MCG	ELOFAR	0,61
370	6000	SACHE	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 1,5 G + 1,2 G SACHE 4,13 G	ZODIAC	4,07

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
370	9000	SACHE	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 1,5 G + 1,2 G SACHE 4,13 G	ZODIAC	4,07
439	1500	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 88 MCG	MERCK	0,222
761	1000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 112MCG	MERCK	0,28

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
75	30000	COMP	ATORVASTATINA CÁLCICA 10 MG	NOVAQUIMICA	0,222
329	200	FRASCO	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA À BRONFENIRAMINA, 2,5 MG + 2 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	ELOFAR	7,03
340	50	FRASCO	FERRO QUELATO 150 MG + ACIDO FOLICO 0,25 MG + CIANCOBALAMINA 7,5 MCG SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	ELOFAR	19,82
341	100	COMP	FERRO QUELATO 300 MG + ACIDO FOLICO 5 MG + CIANCOBALAMINA 15 MCG	ELOFAR	0,61
370	5000	SACHE	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 1,5 G + 1,2 G SACHE 4,13 G	ZODIAC	4,07
439	10000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 88 MCG	MERCK	0,222
442	2000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA DE 200 MCG	MERCK	0,495
692	1500	COMP	TINIDAZOL 500 MG	GERMED	1,5
761	1500	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 112MCG	MERCK	0,28
784	1500	SACHE	SULFATO DE GLICOSAMINA 1,5G + SULFATO SÓDICO DE CONDROITINA 1,2G	ZODIAC	4
866	1500	CP	ATORVASTATINA 20MG	NOVAQUIMICA	0,3
899	1000	CP	DESVENLAFAXINA 100MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS LIBERAÇÃO CONTROLADA	EUROFARMA	1,19
974	100	AMPOLA	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 400 MCG /ML SUSPENSÃO ESTÉRIL PARA NEBULIZAÇÃO USO ADULTO/PEDIÁTRICO FLACONETES COM 2 ML	CHIESI	4,9

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
75	10000	COMP	ATORVASTATINA CÁLCICA 10 MG	NOVAQUIMICA	0,222
370	3000	SACHE	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 1,5 G + 1,2 G SACHE 4,13 G	ZODIAC	4,07



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**  
Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**  
Órgão Participante

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**6 - ATA N 27 S&R**

Publicação Nº 2592402



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ) pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua REGENTE DIOGO A. FEIJO S/N São Cristóvão CEP 89.800-001 - Chapecó/SC CEP: 89.800-001, inscrita no CNPJ sob o nº 04.889.315/0001-92, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. SERGIO JACIR PORTELA, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 12



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
28	1000	COMP	ALOPURINOL 100 MG	GENÉRICO	0,088
70	20000	COMP	ATENOLOL 100 MG	GENÉRICO	0,078
154	300	AMPOLA	CEFTRIAXONA SODICA 500 MG INTRAMUSCULAR + DILUENTE	GENÉRICO	6,9
249	3000	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG	CORDIL	0,327
450	30000	COMP	LISINAPRIL 10 MG	GENÉRICO	0,265
489	400	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10 ML	VOMISTOP	1,935
497	5000	COMP	METRONIDAZOL 250 MG FRACIONÁVEL	GENÉRICO	0,17
550	10000	COMP	ONDANSETRONA 8MG CP	NAUSEDRON	1,44
555	5000	COMP	OXIBUTINA, CLORIDRATO 5 MG	NOURIN	0,698
590	25000	COMP	PREDNISONA 20 MG FRACIONÁVEL	CRISPREP	0,29
591	10000	COMP	PREDNISONA 5 MG FRACIONÁVEL	GENÉRICO	0,084
595	5000	COMP	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG FRACIONÁVEL	PAMERGAN	0,097
598	10000	COMP	PROPATILNITRATO 10 MG	SUSTRATE	0,408
662	1000	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 400 MG + 80 MG	GENÉRICO	0,098
814	5000	COMP	ACICLOVIR 400MG	GENÉRICO	0,898
904	30000	CP	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA ÍNDIA 500MG COMPOSTA	CASTANHA DA INDIA	0,59
663	1000	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 800 MG + 160 MG	GENÉRICO	0,266

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
28	5000	COMP	ALOPURINOL 100 MG	GENÉRICO	0,088
43	2000	COMP	AMIODARONA 100 MG	AMIORON	0,39
58	100	FRASCO	AMPICILINA SUSPENSÃO 50 MG/ML, FRASCO 150 ML	GENÉRICO	12,45
70	3000	COMP	ATENOLOL 100 MG	GENÉRICO	0,078
74	5000	COMP	ATENOLOL+CLORTALIDONA 50/12,5 MG	GENÉRICO	0,149
222	100	FRASCO	DELTAMETRINA SHAMPOO 2% FRASCO DE 100 ML	DELTAPIL	4,75
239	500	COMP	DICLOFENACO COLESTIRAMINA 70 MG	GENÉRICO	0,325
249	1000	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG	CORDIL	0,327



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
287	3000	COMP	ENALAPRIL, MELEATO ASSOCIADO COM HIDROCLOROTIAZIDA 20MG + 12,5 MG	GENERIC	0,342
301	1000	COMP	ESPIRONOLACTONA 100 MG	GENERIC	0,36
325	500	COMP	EZETIMIBA 10 MG	GENERIC	0,42
450	2000	COMP	LISINOPRIL 10 MG	GENERIC	0,265
451	1000	COMP	LISINOPRIL 20 MG	GENERIC	0,43
489	500	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10 ML	VOMISTOP	1,935
497	2000	COMP	METRONIDAZOL 250 MG FRACIONÁVEL	GENERIC	0,17
550	200	COMP	ONDANSETRONA 8MG CP	NAUSEDRON	1,44
555	6000	COMP	OXIBUTINA, CLORIDRATO 5 MG	NOURIN	0,698
570	500	COMP	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG	PERMANGANATO	0,39
581	30	FRASCO	POLIETILENOGLICOL ASSOCIADO A PROPILENOGLICOL HIDROXIPROPIL SOLUÇÃO OFTÁLMICA LUBRIFICANTE, FRASCO 10 ML	OFTANE	39,56
590	1500	COMP	PREDNISONA 20 MG FRACIONÁVEL	CRISPRED	0,29
591	1500	COMP	PREDNISONA 5 MG FRACIONÁVEL	GENERIC	0,084
595	2000	COMP	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG FRACIONÁVEL	PAMERGAN	0,097
598	10000	COMP	PROPATILNITRATO 10 MG	SUSTRATE	0,408
621	10000	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA 10 MG	GENERIC	0,25
623	5000	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA DE 20 MG	NOVAQUIMICA	0,54
658	2000	COMP	SOTALOL CLORIDRATO 120 MG	GENERIC	0,724
663	1000	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 800 MG + 160 MG	GENERIC	0,266
686	1000	COMP	TIBOLONA 2,5 MG	GENERIC	0,498
775	1000	COMP	VALSARTANA 320 MG	VARTAZ	1,07
878	1000	CP	NITRENDIPINO 20MG.	GENERIC	0,84
951	2000	CP	BROMETO DE PINAVÉRIO 100 MG	GENERIC	0,435
1000	20	UN	DIPROPIANATO DE BETAMETASONA + ACIDO SALICÍLICO POMADA 30GR	DERMOSALIC	12,7
325	500	COMP	EZETIMIBA 10 MG	GENERIC	0,42

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
28	3000	COMP	ALOPURINOL 100 MG	GENERIC	0,088
43	3000	COMP	AMIODARONA 100 MG	AMIORON	0,39
58	50	FRASCO	AMPICILINA SUSPENSÃO 50 MG/ML, FRASCO 150 ML	GENERIC	12,45
74	4000	COMP	ATENOLOL+CLORTALIDONA 50/12,5 MG	GENERIC	0,149
97	1000	COMP	BISACODIL 5 MG	PLESONAX	0,11
154	300	AMPOLA	CEFTRIAXONA SODICA 500 MG INTRAMUSCULAR + DILUENTE	GENERIC	6,9
170	6000	COMP	CILOSTAZOL 50 MG	GENERIC	0,167
174	100	FRASCO	CIPROEPTADINA 4MG + CLORIDRATO DE TIAMINA 0,6MG + RIBOFLAVINA 0,75MG + CLORIDRATO DE PIRODOXINA 0,67MG + NICOTINAMIDA 6,67MG + ÁCIDO ASCÓRBICO 21,67MG LIQ FRSC 240 ML	APVITIN	11
222	100	FRASCO	DELTAMETRINA SHAMPOO 2% FRASCO DE 100 ML	DELTAPIL	4,75
259	30000	COMP	DIPIRONA SODICA + CAFEINA ANIDRA + CITRATO DE ORFENADRINA 300 + 50 + 35 MG	DORICIN	0,14
304	420	COMP	ESTRADIOL 1 MG	PRIMOGENA	1,18
305	50	BISNAGA	ESTRADIOL 1 MG GEL BISNAGA DE 50 G + APLICADOR	OESTROGEL	57,38
489	600	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10 ML	VOMISTOP	1,935
497	5000	COMP	METRONIDAZOL 250 MG FRACIONÁVEL	GENERIC	0,17
555	2000	COMP	OXIBUTINA, CLORIDRATO 5 MG	NOURIN	0,698
590	10000	COMP	PREDNISONA 20 MG FRACIONÁVEL	CRISPRED	0,29
591	5000	COMP	PREDNISONA 5 MG FRACIONÁVEL	GENERIC	0,084

5 / 12



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
595	300	COMP	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG FRACIONAVEL	PAMERGAN	0,097
598	15000	COMP	PROPATILNITRATO 10 MG	SUSTRATE	0,408
621	10000	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA 10 MG	GENERICO	0,25
623	2000	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA DE 20 MG	NOVAQUIMICA	0,54
662	5000	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 400 MG + 80 MG	GENERICO	0,098
663	1000	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 800 MG + 160 MG	GENERICO	0,266
699	50	FRASCO	TOBRAMICINA 0,3% OFTALMICO FRASCO DE 5 ML	GENERICO	8,75
891	50	FR	CLORIDRATO DE HIDROXIZINA 2MG/ML 120ML USO ADULTO E PEDIÁTRICO	GENERICO	4
915	50	CX	LANSOPRAZOL 30MG+CLARITROMICINA 500MG +AMOXICILINA 500MG (7 BLISTERS C/ 8 CP+28 CP LANSOPRAZOL)	GENERICO	44,5

MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
43	4000	COMP	AMIODARONA 100 MG	AMIORON	0,39
28	12000	COMP	ALOPURINOL 100 MG	GENERICO	0,088
97	2000	COMP	BISACODIL 5 MG	PLESONAX	0,11
325	3000	COMP	EZETIMIBA 10 MG	GENERICO	0,42
326	4000	COMP	EZETIMIBA ASSOCIADO A SINASTATINA 10 MG + 20 MG	GENERICO	1,285
417	4000	COMP	LEVANLÓDIPINO, BESILATO 2,5 MG	NOVANLO	1,17
467	1000	COMP	MEBENDAZOL 100 MG	BELMIRAX	0,265
570	600	COMP	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG	PERMANGANATO	0,39
699	150	FRASCO	TOBRAMICINA 0,3% OFTALMICO FRASCO DE 5 ML	GENERICO	8,75
961	5000	CP	CLORIDRATO DE NARATRITANO 2,5 MG	GENERICO	1,8
775	4000	COMP	VALSARTANA 320 MG	VARTAZ	1,07
791	3000	COMP	FOSFATO DISSÓDICO DE CITIDINA, TRIFOSFATO TRISSÓDICO DE URIDINA, ACETATO DE HIDROXOCOBALAMINA 2,5 / 1,5 / 1,0 MG	ETNA	1,53
904	12000	CP	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA ÍNDIA 500MG COMPOSTA	CASTANHA DA ÍNDIA	0,59
905	2000	CP	EZETIMIBA 10MG+SINASTATINA 10MG	GENERICO	1,544
70	3000	COMP	ATENOLOL 100 MG	GENERICO	0,078
74	4000	COMP	ATENOLOL+CLORTALIDONA 50/12,5 MG	GENERICO	0,149
154	300	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 500 MG INTRAMUSCULAR + DILUENTE	GENERICO	6,9
712	120	BISNAGA	TRIANCINOLONA, ACETONIDO 1MG/G BISN DE 10 G	GENERICO	2,75
200	300	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO, ASSOCIADO AO CLORETO DE BENZALCÔNIO E NAFAZOLINA, 9 MG +0,1 MG + 0,5 MG/ ML, SOLUÇÃO NASAL ADULTO FRASCO 30 ML	SORINAN	2,595
249	3000	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG	CORDIL	0,327
287	4000	COMP	ENALAPRIL, MELEATO ASSOCIADO COM HIDROCLOROTIAZIDA 20MG + 12,5 MG	GENERICO	0,342
301	1500	COMP	ESPIRONOLACTONA 100 MG	GENERICO	0,36
304	2800	COMP	ESTRADIOL 1 MG	PRIMOGENA	1,18
307	60	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO A NORESTISTERONA, ACETATO 2 MG + 1 MG CARTELA COM 28 CP	SUPREMA	26,55
590	10000	COMP	PREDNISONA 20 MG FRACIONÁVEL	CRISPRED	0,29
591	10000	COMP	PREDNISONA 5 MG FRACIONAVEL	GENERICO	0,084
595	3000	COMP	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG FRACIONAVEL	PAMERGAN	0,097
471	10000	COMP	MELOXICAM 7,5 MG	GENERICO	0,2
476	25000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG AÇÃO PROLONGADA	GLIFLAGE XR	0,186
598	10000	COMP	PROPATILNITRATO 10 MG	SUSTRATE	0,408



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
489	300	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10 ML	VOMISTOP	1,935
497	5000	COMP	METRONIDAZOL 250 MG FRACIONÁVEL	GENÉRICO	0,17
555	8000	COMP	OXIBUTINA, CLORIDRATO 5 MG	NOURIN	0,698
621	80000	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA 10 MG	GENÉRICO	0,25
658	1200	COMP	SOTALOL CLORIDRATO 120 MG	GENÉRICO	0,724
662	5000	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 400 MG + 80 MG	GENÉRICO	0,098
686	1680	COMP	TIBOLONA 2,5 MG	GENÉRICO	0,498
687	1000	COMP	TICLOPIDINA 250 MG	GENÉRICO	0,45
768	400	FRASCO	PALMITATO DE RETINOL(VITAMINA A) 3.000 U.I + COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 800 U.I- SOLUÇÃO ORAL - 10ML	VITADESAN	2,45
886	600	CP	ATENOLOL 25MG+CLORTALIDONA 12,5MG	ABLOK PLUS	0,456
891	150	FR	CLORIDRATO DE HIDROXIZINA 2MG/ML 120ML USO ADULTO E PEDIÁTRICO	GENÉRICO	4
914	600	CP	L-CARNITINA 500MG	L-CARNITINA	1,28
915	150	CX	LANSOPRAZOL 30MG+CLARITROMICINA 500MG +AMOXICILINA 500MG (7 BLISTERS C/ 8 CP+28 CP LANSOPRAZOL)	GENÉRICO	44,5
951	1000	CP	BROMETO DE PINAVÉRIO 100 MG	GENÉRICO	0,435
934	800	CP	SUCCINATO DE SUMATRIPTANA 100MG	GENÉRICO	10,85

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
28	7000	COMP	ALOPURINOL 100 MG	GENÉRICO	0,088
58	200	FRASCO	AMPICILINA SUSPENSÃO 50 MG/ML, FRASCO 150 ML	GENÉRICO	12,45
69	1000	COMP	ANLÓDIPINO, BESILATO ASSOCIADO A BENAZEPRILA CLORIDRATO 2,5MG+10MG	PRESS PLUS	1,38
70	5000	COMP	ATENOLOL 100 MG	GENÉRICO	0,078
97	1000	COMP	BISACODIL 5 MG	PLESONAX	0,11
154	300	AMPOLA	CEFTRIAXONA SODICA 500 MG INTRAMUSCULAR + DILUENTE	GENÉRICO	6,9
161	8000	COMP	CETOPROFENO 150 MG	GENÉRICO	1,02
170	3000	COMP	CILOSTAZOL 50 MG	GENÉRICO	0,167
174	1000	FRASCO	CIPROEPTADINA 4MG + CLORIDRATO DE TIAMINA 0,6MG + RIBOFLAVINA 0,75MG + CLORIDRATO DE PIRODOXINA 0,67MG + NICOTINAMIDA 6,67MG + ÁCIDO ASCÓRBICO 21,67MG LIQ FRSC 240 ML	APVITIN	11
222	1000	FRASCO	DELTAMETRINA SHAMPOO 2% FRASCO DE 100 ML	DELTAPIL	4,75
249	2000	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG	CORDIL	0,327
304	3000	COMP	ESTRADIOL 1 MG	PRIMOGENA	1,18
467	2000	COMP	MEBENDAZOL 100 MG	BELMIRAX	0,265
489	1000	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10 ML	VOMISTOP	1,935
497	9000	COMP	METRONIDAZOL 250 MG FRACIONÁVEL	GENÉRICO	0,17
550	5000	COMP	ONDANSETRONA 8MG CP	NAUSEDON	1,44
555	5000	COMP	OXIBUTINA, CLORIDRATO 5 MG	NOURIN	0,698
570	1000	COMP	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG	PERMANGANATO	0,39
590	15000	COMP	PREDNISONA 20 MG FRACIONÁVEL	CRISPRED	0,29
591	15000	COMP	PREDNISONA 5 MG FRACIONÁVEL	GENÉRICO	0,084
595	8000	COMP	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG FRACIONÁVEL	PAMERGAN	0,097
598	15000	COMP	PROPATILNITRATO 10 MG	SUSTRATE	0,408
621	20000	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA 10 MG	GENÉRICO	0,25
623	10000	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA DE 20 MG	NOVAQUIMICA	0,54
662	10000	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 400 MG + 80 MG	GENÉRICO	0,098



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
686	15000	COMP	TIBOLONA 2,5 MG	GENÉRICO	0,498
699	200	FRASCO	TOBRAMICINA 0,3% OFTÁLMICO FRASCO DE 5 ML	GENÉRICO	8,75
712	100	BISNAGA	TRIANCINOLONA, ACETONIDO 1MG/G BISN DE 10 G	GENÉRICO	2,75
768	1000	FRASCO	PALMITATO DE RETINOL(VITAMINA A) 3.000 U.I + COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 800 U.I- SOLUÇÃO ORAL - 10ML	VITADESAN	2,45
775	1000	COMP	VALSARTANA 320 MG	VARTAZ	1,07
815	1500	COMP	ANLÓDIPINO + BENAZEPRIL 05/20 MG	PRESS PLUS	1,99
417	1000	COMP	LEVANLÓDIPINO, BESILATO 2,5 MG	NOVANLO	1,17

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
28	2000	COMP	ALÓPURINOL 100 MG	GENÉRICO	0,088
70	1000	COMP	ATENOLOL 100 MG	GENÉRICO	0,078
118	100	FRASCO	CALAMINA LOÇÃO FRASCO COM 100 ML	DERMDRYL	5,75
170	3000	COMP	CILOSTAZOL 50 MG	GENÉRICO	0,167
388	2000	COMP	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO + HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 200 MG + 200 MG COMPRIMIDO MASTIGÁVEL	GASTROGEL	0,261
467	100	COMP	MEBENDAZOL 100 MG	BELMIRAX	0,265
489	100	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10 ML	VOMISTOP	1,935
497	5000	COMP	METRONIDAZOL 250 MG FRACIONÁVEL	GENÉRICO	0,17
550	3000	COMP	ONDANSETRONA 8MG CP	NAUSEDRON	1,44
555	3000	COMP	OXIBUTINA, CLORIDRATO 5 MG	NOURIN	0,698
556	20	FRASCO	OXIMETAZOLINA 0,5MG/ML (CLORIDRATO) SOLUÇÃO NASAL 10 ML	GENÉRICO	5,46
590	5000	COMP	PREDNISONA 20 MG FRACIONÁVEL	CRISPRED	0,29
591	5000	COMP	PREDNISONA 5 MG FRACIONÁVEL	GENÉRICO	0,084
595	600	COMP	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG FRACIONÁVEL	PAMERGAN	0,097
598	4000	COMP	PROPATILNITRATO 10 MG	SUSTRATE	0,408
663	5000	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 800 MG + 160 MG	GENÉRICO	0,266
688	50	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,25 % FRASCO COM 5 ML	GENÉRICO	4,5
699	100	FRASCO	TOBRAMICINA 0,3% OFTÁLMICO FRASCO DE 5 ML	GENÉRICO	8,75
712	100	BISNAGA	TRIANCINOLONA, ACETONIDO 1MG/G BISN DE 10 G	GENÉRICO	2,75
951	1000	CP	BROMETO DE PINAVÉRIO 100 MG	GENÉRICO	0,435

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
28	1500	COMP	ALÓPURINOL 100 MG	GENÉRICO	0,088
70	1000	COMP	ATENOLOL 100 MG	GENÉRICO	0,078
142	400	FRASCO	CARBOXIMETILCELULOSE 5MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML	ACU FRESH	12
222	100	FRASCO	DELTAMETRINA SHAMPOO 2% FRASCO DE 100 ML	DELTAPIL	4,75
249	3000	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG	CORDIL	0,327
304	800	COMP	ESTRADIOL 1 MG	PRIMOGENA	1,18
450	600	COMP	LISINOPRIL 10 MG	GENÉRICO	0,265
451	600	COMP	LISINOPRIL 20 MG	GENÉRICO	0,43
489	300	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10 ML	VOMISTOP	1,935
497	1500	COMP	METRONIDAZOL 250 MG FRACIONÁVEL	GENÉRICO	0,17
555	5000	COMP	OXIBUTINA, CLORIDRATO 5 MG	NOURIN	0,698
556	100	FRASCO	OXIMETAZOLINA 0,5MG/ML (CLORIDRATO) SOLUÇÃO NASAL 10 ML	GENÉRICO	5,46
590	4000	COMP	PREDNISONA 20 MG FRACIONÁVEL	CRISPRED	0,29



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
591	3500	COMP	PREDNISONA 5 MG FRACIONAVEL	GENERICICO	0,084
598	4000	COMP	PROPATILNITRATO 10 MG	SUSTRATE	0,408
658	900	COMP	SOTALOL CLORIDRATO 120 MG	GENERICICO	0,724
662	1000	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 400 MG + 80 MG	GENERICICO	0,098
663	2000	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 800 MG + 160 MG	GENERICICO	0,266
686	3000	COMP	TIBOLONA 2,5 MG	GENERICICO	0,498
699	50	FRASCO	TOBRAMICINA 0,3% OFTALMICO FRASCO DE 5 ML	GENERICICO	8,75
775	600	COMP	VALSARTANA 320 MG	VARTAZ	1,07
951	1500	CP	BROMETO DE PINAVÉRIO 100 MG	GENERICICO	0,435
43	500	COMP	AMIODARONA 100 MG	AMIORON	0,39
768	100	FRASCO	PALMITATO DE RETINOL(VITAMINA A) 3.000 U.I + COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 800 U.I- SOLUÇÃO ORAL - 10ML	VITADESAN	2,45

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
28	20000	COMP	ALOPURINOL 100 MG	GENERICICO	0,088
43	15000	COMP	AMIODARONA 100 MG	AMIORON	0,39
58	500	FRASCO	AMPICILINA SUSPENSÃO 50 MG/ML, FRASCO 150 ML	GENERICICO	12,45
69	10000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO ASSOCIADO A BENAZEPRILA CLORIDRATO 2,5MG+10MG	PRESS PLUS	1,38
70	10000	COMP	ATENOLOL 100 MG	GENERICICO	0,078
74	10000	COMP	ATENOLOL+CLORTALIDONA 50/12,5 MG	GENERICICO	0,149
97	20000	COMP	BISACODIL 5 MG	PLESONAX	0,11
118	100	FRASCO	CALAMINA LOÇÃO FRASCO COM 100 ML	DERMDRYL	5,75
119	30	CAIXA	CALCIO + VITAMINA D TABLETES CAIXA COM 60 TABLETES	INELATTE	67,9
142	50	FRASCO	CARBOXIMETILCELULOSE 5MG/ML SOLUÇÃO OFTALMICA 10 ML	ACU FRESH	12
154	300	AMPOLA	CEFTRIAXONA SODICA 500 MG INTRAMUSCULAR + DILUENTE	GENERICICO	6,9
161	3000	COMP	CETOPROFENO 150 MG	GENERICICO	1,02
170	10000	COMP	CILOSTAZOL 50 MG	GENERICICO	0,167
174	100	FRASCO	CIPROEPTADINA 4MG + CLORIDRATO DE TIAMINA 0,6MG + RIBOFLAVINA 0,75MG + CLORIDRATO DE PIRODOXINA 0,67MG + NICOTINAMIDA 6,67MG + ÁCIDO ASCÓRBICO 21,67MG LIQ FRSC 240 ML	APVITIN	11
200	100	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO, ASSOCIADO AO CLORETO DE BENZALCÔNIO E NAFAZOLINA, 9 MG +0,1 MG + 0,5 MG/ML, SOLUÇÃO NASAL ADULTO FRASCO 30 ML	SORINAN	2,595
222	100	FRASCO	DELTAMETRINA SHAMPOO 2% FRASCO DE 100 ML	DELTAPIL	4,75
239	1000	COMP	DICLOFENACO COLESTIRAMINA 70 MG	GENERICICO	0,325
249	3000	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG	CORDIL	0,327
259	3000	COMP	DIPIRONA SODICA + CAFEINA ANIDRA + CITRATO DE ORFENADRINA 300 + 50 + 35 MG	DORICIN	0,14
278	300	CAPSULA	DROSPERIDONA + ETINILESTRADIOL 3 MG + 0,03 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	GENERICICO	0,62
287	3000	COMP	ENALAPRIL, MELEATO ASSOCIADO COM HIDROCLOROTIAZIDA 20MG + 12,5 MG	GENERICICO	0,342
301	10000	COMP	ESPIRONOLACTONA 100 MG	GENERICICO	0,36
303	2000	COMP	ESPIRONOLACTONA 50 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	ALDAZIDA	1,378
304	300	COMP	ESTRADIOL 1 MG	PRIMOGENA	1,18
305	50	BISNAGA	ESTRADIOL 1 MG GEL BISNAGA DE 50 G + APLICADOR	OESTROGEL	57,38
307	50	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO A NORESTISTERONA, ACETATO 2 MG + 1 MG CARTELA COM 28 CP	SUPREMA	26,55



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
314	100	COMP	ESTROGENIOS CONJUGADOS NATURAIS 0,3 MG	PREMARIN	0,974
325	1000	COMP	EZETIMIBA 10 MG	GENERICICO	0,42
326	1000	COMP	EZETIMIBA ASSOCIADO A SINVASTATINA 10 MG + 20 MG	GENERICICO	1,285
388	500	COMP	HIDROXIDO DE ALUMINIO + HIDROXIDO DE MAGNESIO 200 MG + 200 MG COMPRIMIDO MASTIGAVEL	GASTROGEL	0,261
391	20	COMP	IBANDRONATO DE SODIO MONOHIDRATADO, EQUIVALENTE AO ACIDO IBANDROMICO 150 MG	GENERICICO	33
417	1000	COMP	LEVANLODIPINO, BESILATO 2,5 MG	NOVANLO	1,17
430	500	CARTELA	LEVONOGESTREL ASSOCIADO COM ETINILESTRADIOL 0,05 + 0,03 MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	NEOVLAR	7,02
449	5000	COMP	LISINA, CLONIXINATO 125 MG + CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 5 MG	BENZIFLEX LIS	1
450	1500	COMP	LISINOPRIL 10 MG	GENERICICO	0,265
451	1000	COMP	LISINOPRIL 20 MG	GENERICICO	0,43
467	3000	COMP	MEBENDAZOL 100 MG	BELMIRAX	0,265
471	1000	COMP	MELOXICAM 7,5 MG	GENERICICO	0,2
476	20000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG AÇÃO PROLONGADA	GLIFLAGE XR	0,186
489	700	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10 ML	VOMISTOP	1,935
497	10000	COMP	METRONIDAZOL 250 MG FRACIONÁVEL	GENERICICO	0,17
533	100	CARTELA	NORETISTERONA 1 MG + ESTRADIOL 2 MG CARTELA COM 28 COMP	SUPREMA	26,5
550	500	COMP	ONDANSETRONA 8MG CP	NAUSEDRON	1,44
555	15000	COMP	OXIBUTINA, CLORIDRATO 5 MG	NOURIN	0,698
556	50	FRASCO	OXIMETAZOLINA 0,5MG/ML (CLORIDRATO) SOLUÇÃO NASAL 10 ML	GENERICICO	5,46
570	3000	COMP	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG	PERMANGANATO	0,39
581	30	FRASCO	POLIETILENOGLICOL ASSOCIADO A PROPILENOGLICOL HIDROXIPROPIL SOLUÇÃO OFTÁLMICA LUBRIFICANTE, FRASCO 10 ML	OFTANE	39,56
590	25000	COMP	PREDNISONA 20 MG FRACIONÁVEL	CRISPRED	0,29
591	5000	COMP	PREDNISONA 5 MG FRACIONÁVEL	GENERICICO	0,084
595	5000	COMP	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG FRACIONÁVEL	PAMERGAN	0,097
598	15000	COMP	PROPATILNITRATO 10 MG	SUSTRATE	0,408
621	3000	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA 10 MG	GENERICICO	0,25
623	3000	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA DE 20 MG	NOVAQUIMICA	0,54
639	3000	COMP	SIDELNAFILA, CITRATO 50 MG	GENERICICO	0,3
646	500	FRASCO	SOLUÇÃO HIDRATANTE OFTÁLMICA 10 ML	ACU FRESH	10,35
658	5000	COMP	SOTALOL CLORIDRATO 120 MG	GENERICICO	0,724
662	10000	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 400 MG + 80 MG	GENERICICO	0,098
663	3000	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 800 MG + 160 MG	GENERICICO	0,266
686	300	COMP	TIBOLONA 2,5 MG	GENERICICO	0,498
687	300	COMP	TICLOPIDINA 250 MG	GENERICICO	0,45
688	100	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,25 % FRASCO COM 5 ML	GENERICICO	4,5
699	50	FRASCO	TOBRAMICINA 0,3% OFTÁLMICO FRASCO DE 5 ML	GENERICICO	8,75
712	100	BISNAGA	TRIANCINOLONA, ACETONIDO 1MG/G BISN DE 10 G	GENERICICO	2,75
730	3000	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLODIPINO 320MG +12,5MG	BRASART	1,975
757	300	COMP	CONDRES COLÁGENO 40MG	COLAGENO	1,404
768	100	FRASCO	PALMITATO DE RETINOL(VITAMINA A) 3.000 U.I + COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 800 U.I- SOLUÇÃO ORAL - 10ML	VITADESAN	2,45
771	300	COMP	LACTASE (0,000FCC)	LACLIZE	0,89



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
772	300	COMP	LANZOPRAZOL 15 MG	GENÉRICO	0,5
775	3000	COMP	VALSARTANA 320 MG	VARTAZ	1,07
791	1000	COMP	FOSFATO DISSÓDICO DE CITIDINA, TRIFOSFATO TRISSÓDICO DE URIDINNA, ACETATO DE HIDROXOCOBALAMINA 2,5 / 1,5 / 1,0 MG	ETNA	1,53
804	50	FRAS	CETOROLACO TROMETAMOL 0,4%, SOLUÇÃO OFTALMOLÓGICA	GENÉRICO	26,95
814	8000	COMP	ACICLOVIR 400MG	GENÉRICO	0,898
815	1500	COMP	ANLODIPINO + BENAZEPRIL 05/20 MG	PRESS PLUS	1,99
827	10	FRAS	PROTETOR SOLAR SUNMAX FPS 30, SENSITIVE 160GR ÉTICO	SUNMAX	85,95
828	10	FRAS	CETAPHIL ADVANCED LOÇÃO HIDRATANTE GALDERMA 473G, ÉTICO	CETOPHIL	87,95
830	10	FRAS	NODÉ DS + SHAMPOO 125 ML, ÉTICO	NODE	55,9
844	300	COMP	PRAVASTATINA 40MG	GENÉRICO	3,5
858	10	FRASCO	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA + SULFATO DE SALBUTAMOL 250MCG, SPRAY COM 15ML	CLENIL COMP	42,1
878	300	CP	NITRENDIPINO 20MG.	GENÉRICO	0,84
886	3000	CP	ATENOLOL 25MG+CLORTALIDONA 12,5MG	ABLOK PLUS	0,456
891	20	FR	CLORIDRATO DE HIDROXIZINA 2MG/ML 120ML USO ADULTO E PEDIÁTRICO	GENÉRICO	4
904	1000	CP	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA ÍNDIA 500MG COMPOSTA	CASTANHA DA INDIA	0,59
905	1500	CP	EZETIMIBA 10MG+SINVASTATINA 10MG	GENÉRICO	1,544
914	600	CP	L-CARNITINA 500MG	L-CARNITINA	1,28
915	10	CX	LANSOPRAZOL 30MG+CLARITROMICINA 500MG +AMOXICILINA 500MG (7 BLISTERS C/ 8 CP+28 CP LANSOPRAZOL)	GENÉRICO	44,5
918	1500	CP	MALEATO DE ENALAPRIL 10MG+HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	VASOPRIL	1,318
934	300	CP	SUCCINATO DE SUMATRIPTANA 100MG	GENÉRICO	10,85
951	600	CP	BROMETO DE PINAVÉRIO 100 MG	GENÉRICO	0,435
961	300	CP	CLORIDRATO DE NARATRITANO 2,5 MG	GENÉRICO	1,8
1000	10	UN	DIPROPIANATO DE BETAMETASONA + ACIDO SALICÍLICO POMADA 30GR	DERMOSALIC	12,7

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
43	900	COMP	AMIODARONA 100 MG	AMIORON	0,39
590	2000	COMP	PREDNISONA 20 MG FRACIONÁVEL	CRISPRED	0,29
591	2000	COMP	PREDNISONA 5 MG FRACIONÁVEL	GENÉRICO	0,084
598	2000	COMP	PROPATILNITRATO 10 MG	SUSTRATE	0,408
686	3000	COMP	TIBOLONA 2,5 MG	GENÉRICO	0,498
775	1000	COMP	VALSARTANA 320 MG	VARTAZ	1,07

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
118	50	FRASCO	CALAMINA LOÇÃO FRASCO COM 100 ML	DERMDRYL	5,75
467	300	COMP	MEBENDAZOL 100 MG	BELMIRAX	0,265

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na clausula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**  
Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**  
Órgão Participante

S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**7 - ATA N 28 CENTERMEDI**

Publicação Nº 2592400



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rodovia BR 480 S/N CENTRO CEP 99.740-000 - Barão de Cotegipe/RS CEP: 99.740-000, inscrita no CNPJ sob o nº 03.652.030/0001-70, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. EDIVAR SZYMANSKI, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 11



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
36	200	FRASCO	AMBROXOL, CLORIDRATO 15MG/5ML FRASCO DE 120 ML	FARMACE	1,6
49	1000	FRASCO	AMOXICILINA 100MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 150 ML	CIMED	9,8
93	2000	AMPOLA	BETAMETASONA 5 MG DIPROPIONATO + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG AMP 1 ML + SERINGA	EUROFARMA	3,1
108	10000	COMP	BROMAZEPAM 3 MG	BRAINFARMA	0,08
127	20000	COMP	CAPTOPRIL 50 MG	GLOBO	0,1
138	100000	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 200 UI	VITAMED	0,085
254	400	FRASCO	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 25 MG + 5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	BRAINFARMA	3,2
346	10000	COMP	FLUNARIZINA DICLORIDRATO 10 MG	VITAMEDIC	0,075
358	50000	COMP	FUROSEMIDA 40 MG	GEOLAB	0,069
382	30000	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	CIMED	0,014
395	5000	COMP	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	CRISTÃ LIA	0,29
510	500	AMPOLA	MULTIVITAMINAS, VITS: B2, B6, B12, C, NICOTINAMIDA E FRUTOSE SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	CRISTÃ LIA	5
523	10000	COMP	NIMODIPINO 30 MG	VITAMEDIC	0,21
547	100000	CAPSULA	OMEPRAZOL 20 MG	CIMED	0,072
561	40000	COMP	PARACETAMOL 750 MG	CIMED	0,115
572	1000	FRASCO	PERMETRINA LOÇÃO 50 MG/ML FRASCO 100 ML	IFAL	3
627	5000	UN	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5 G + GLICOSE 20 G + CITRATO DE SÓDIO 2,9 G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5 G PARA 1000 ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO DA OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9 GRAMAS C/ SABOR	GLOBO	0,55
641	1000	FRASCO	SIMETICONA 75 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO DE 15 ML	PHARMASCIENCE	1,45
742	10000	COMP	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, PP, 20MG	VITAMED	0,036
766	50000	COMP	OMEPRAZOL 20 MG EMBALADO EM BLISTER	CIMED	0,068



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
51	100	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 150 ML	CIMED	4,55
93	500	AMPOLA	BETAMETASONA 5 MG DIPROPIONATO + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG AMP 1 ML + SERINGA	EUROFARMA	3,1
127	15000	COMP	CAPTOPRIL 50 MG	GLOBO	0,1
139	5000	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 400 UI	BIONATUS	0,078
242	30000	COMP	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG	BELFAR	0,055
346	1000	COMP	FLUNARIZINA DICLORIDRATO 10 MG	VITAMEDIC	0,075
358	15000	COMP	FUROSEMIDA 40 MG	GEOLAB	0,069
386	10	BISNAGA	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 10 MG/G CREME BISNAGA COM 30 G	UNIAO QUIMICA	7
395	5000	COMP	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	CRISTÃ LIA	0,29
523	1000	COMP	NIMODIPINO 30 MG	VITAMEDIC	0,21
527	50	BISNAGA	NISTATINA, ASSOCIADA A OXIDO DE ZINCO 100.000UI + 200 MG/G BISN 60G	CIMED	5,6
547	30000	CAPSULA	OMEPRAZOL 20 MG	CIMED	0,072
548	15000	CAPSULA	OMEPRAZOL 40 MG	BRAINFARMA	0,23
558	10000	COMP	PANTOPRAZOL 40 MG	CIMED	0,115
561	25000	COMP	PARACETAMOL 750 MG	CIMED	0,115
627	1000	UN	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5 G + GLICOSE 20 G + CITRATO DE SÓDIO 2,9 G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5 G PARA 1000 ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO DA OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9 GRAMAS C/ SABOR	GLOBO	0,55

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
36	500	FRASCO	AMBROXOL, CLORIDRATO 15MG/5ML FRASCO DE 120 ML	FARMACE	1,6
37	600	FRASCO	AMBROXOL, CLORIDRATO 30MG/5ML FRASCO DE 120 ML	FARMACE	1,48
51	300	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 150 ML	CIMED	4,55
52	800	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 60 ML	CIMED	2,4
88	100	FRASCO	BENZOATO DE BENZILA 25% EMULSÃO TÓPICA C 80 ML	IFAL	4
93	300	AMPOLA	BETAMETASONA 5 MG DIPROPIONATO + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG AMP 1 ML + SERINGA	EUROFARMA	3,1
108	3000	COMP	BROMAZEPAM 3 MG	BRAINFARMA	0,08
127	20000	COMP	CAPTOPRIL 50 MG	GLOBO	0,1
139	20000	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 400 UI	BIONATUS	0,078
242	6000	COMP	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG	BELFAR	0,055
254	500	FRASCO	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 25 MG + 5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	BRAINFARMA	3,2
320	4000	CAPSULA	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 80 MG	CIMED	0,19
322	1500	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, ISOFLAVONA DE SOJA 150 MG	PHARMASCIENCE	0,28
358	50000	COMP	FUROSEMIDA 40 MG	GEOLAB	0,069
382	1000	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	CIMED	0,014
395	5000	COMP	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	CRISTÃ LIA	0,29
523	2000	COMP	NIMODIPINO 30 MG	VITAMEDIC	0,21
547	70000	CAPSULA	OMEPRAZOL 20 MG	CIMED	0,072
561	50000	COMP	PARACETAMOL 750 MG	CIMED	0,115



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
571	500	FRASCO	PERMETRINA 10MG/ML SHAMPOO FRASCO 60 ML	IFAL	2
572	100	FRASCO	PERMETRINA LOÇÃO 50 MG/ML FRASCO 100 ML	IFAL	3
627	1000	UN	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5 G + GLICOSE 20 G + CITRATO DE SÓDIO 2,9 G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5 G PARA 1000 ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO DA OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9 GRAMAS C/ SABOR	GLOBO	0,55
641	300	FRASCO	SIMETICONA 75 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO DE 15 ML	PHARMASCIENCE	1,45

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
93	1000	AMPOLA	BETAMETASONA 5 MG DIPROPIONATO + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG AMP 1 ML + SERINGA	EUROFARMA	3,1
346	7000	COMP	FLUNARIZINA DICLORIDRATO 10 MG	VITAMEDIC	0,075
523	5000	COMP	NIMODIPINO 30 MG	VITAMEDIC	0,21
527	400	BISNAGA	NISTATINA, ASSOCIADA A OXIDO DE ZINCO 100.000UI + 200 MG/G BISN 60G	CIMED	5,6
320	6000	CAPSULA	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 80 MG	CIMED	0,19
322	5000	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, ISOFLAVONA DE SOJA 150 MG	PHARMASCIENCE	0,28
572	100	FRASCO	PERMETRINA LOÇÃO 50 MG/ML FRASCO 100 ML	IFAL	3
641	500	FRASCO	SIMETICONA 75 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO DE 15 ML	PHARMASCIENCE	1,45
5	5000	COMP	ACECLOFENACO 100 MG	VITAMEDIC	0,3
51	500	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 150 ML	CIMED	4,55
52	600	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 60 ML	CIMED	2,4
108	5000	COMP	BROMAZEPAM 3 MG	BRAINFARMA	0,08
127	20000	COMP	CAPTOPRIL 50 MG	GLOBO	0,1
139	80000	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 400 UI	BIONATUS	0,078
358	30000	COMP	FUROSEMIDA 40 MG	GEOLAB	0,069
547	150000	CAPSULA	OMEPRAZOL 20 MG	CIMED	0,072
242	10000	COMP	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG	BELFAR	0,055
254	300	FRASCO	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 25 MG + 5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	BRAINFARMA	3,2
382	200000	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	CIMED	0,014
395	5000	COMP	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	CRISTÃ LIA	0,29
510	200	AMPOLA	MULTIVITAMINAS, VITS: B2, B6, B12, C, NICOTINAMIDA E FRUTOSE SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	CRISTÃ LIA	5
558	30000	COMP	PANTOPRAZOL 40 MG	CIMED	0,115
561	40000	COMP	PARACETAMOL 750 MG	CIMED	0,115
627	1500	UN	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5 G + GLICOSE 20 G + CITRATO DE SÓDIO 2,9 G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5 G PARA 1000 ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO DA OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9 GRAMAS C/ SABOR	GLOBO	0,55
454	4000	COMP	LOPERAMIDA 2MG CP	GLOBO	0,05

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
51	600	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 150 ML	CIMED	4,55
88	100	FRASCO	BENZOATO DE BENZILA 25% EMULSÃO TÓPICA C 80 ML	IFAL	4



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
93	2000	AMPOLA	BETAMETASONA 5 MG DIPROPIONATO + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG AMP 1 ML + SERINGA	EUROFARMA	3,1
108	40000	COMP	BROMAZEPAM 3 MG	BRAINFARMA	0,08
127	80000	COMP	CAPTOPRIL 50 MG	GLOBO	0,1
139	120000	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 400 UI	BIONATUS	0,078
242	20000	COMP	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG	BELFAR	0,055
254	1000	FRASCO	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 25 MG + 5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	BRAINFARMA	3,2
320	20000	CAPSULA	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 80 MG	CIMED	0,19
346	15000	COMP	FLUNARIZINA DICLORIDRATO 10 MG	VITAMEDIC	0,075
358	150000	COMP	FUROSEMIDA 40 MG	GEOLAB	0,069
382	350000	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	CIMED	0,014
386	500	BISNAGA	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 10 MG/G CREME BISNAGA COM 30 G	UNIAO QUIMICA	7
387	700	FRASCO	HIDROXIDO ALUMINIO 62MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRSC 100 ML	IFAL	2,15
395	50000	COMP	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	CRISTÃ LIA	0,29
454	1500	COMP	LOPERAMIDA 2MG CP	GLOBO	0,05
510	200	AMPOLA	MULTIVITAMINAS, VITS: B2, B6, B12, C, NICOTINAMIDA E FRUTOSE SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	CRISTÃ LIA	5
523	2000	COMP	NIMODIPINO 30 MG	VITAMEDIC	0,21
527	8000	BISNAGA	NISTATINA, ASSOCIADA A OXIDO DE ZINCO 100.000UI + 200 MG/G BISN 60G	CIMED	5,6
547	150000	CAPSULA	OMEPRAZOL 20 MG	CIMED	0,072
558	30000	COMP	PANTOPRAZOL 40 MG	CIMED	0,115
561	100000	COMP	PARACETAMOL 750 MG	CIMED	0,115
571	800	FRASCO	PERMETRINA 10MG/ML SHAMPOO FRASCO 60 ML	IFAL	2
572	500	FRASCO	PERMETRINA LOÇÃO 50 MG/ML FRASCO 100 ML	IFAL	3
573	500	FRASCO	PERMITRINA 1% LOÇÃO TOPICO FRASCO DE 100 ML	IFAL	2,5
627	2000	UN	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5 G + GLICOSE 20 G + CITRATO DE SÓDIO 2,9 G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5 G PARA 1000 ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO DA OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9 GRAMAS C/ SABOR	GLOBO	0,55
641	1500	FRASCO	SIMETICONA 75 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO DE 15 ML	PHARMASCIENCE	1,45
742	15000	COMP	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, PP, 20MG	VITAMED	0,036

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
52	200	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 60 ML	CIMED	2,4
108	3000	COMP	BROMAZEPAM 3 MG	BRAINFARMA	0,08
139	30000	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 400 UI	BIONATUS	0,078
320	1000	CAPSULA	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 80 MG	CIMED	0,19
346	8000	COMP	FLUNARIZINA DICLORIDRATO 10 MG	VITAMEDIC	0,075
358	20000	COMP	FUROSEMIDA 40 MG	GEOLAB	0,069
387	60	FRASCO	HIDROXIDO ALUMINIO 62MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRSC 100 ML	IFAL	2,15
395	1000	COMP	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	CRISTÃ LIA	0,29
510	200	AMPOLA	MULTIVITAMINAS, VITS: B2, B6, B12, C, NICOTINAMIDA E FRUTOSE SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	CRISTÃ LIA	5
523	4000	COMP	NIMODIPINO 30 MG	VITAMEDIC	0,21



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
527	200	BISNAGA	NISTATINA, ASSOCIADA A OXIDO DE ZINCO 100.000UI + 200 MG/G BISN 60G	CIMED	5,6
558	20000	COMP	PANTOPRAZOL 40 MG	CIMED	0,115
561	10000	COMP	PARACETAMOL 750 MG	CIMED	0,115
573	100	FRASCO	PERMITRINA 1% LOÇÃO TOPICO FRASCO DE 100 ML	IFAL	2,5
627	300	UN	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5 G + GLICOSE 20 G + CITRATO DE SÓDIO 2,9 G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5 G PARA 1000 ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO DA OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9 GRAMAS C/ SABOR	GLOBO	0,55
641	100	FRASCO	SIMETICONA 75 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO DE 15 ML	PHARMASCIENCE	1,45
742	15000	COMP	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, PP, 20MG	VITAMED	0,036
766	40000	COMP	OMEPRAZOL 20 MG EMBALADO EM BLISTER	CIMED	0,068
93	200	AMPOLA	BETAMETASONA 5 MG DIPROPIONATO + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG AMP 1 ML + SERINGA	EUROFARMA	3,1

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
51	250	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 150 ML	CIMED	4,55
52	250	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 60 ML	CIMED	2,4
88	100	FRASCO	BENZOATO DE BENZILA 25% EMULSÃO TÓPICA C 80 ML	IFAL	4
93	600	AMPOLA	BETAMETASONA 5 MG DIPROPIONATO + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG AMP 1 ML + SERINGA	EUROFARMA	3,1
108	3500	COMP	BROMAZEPAM 3 MG	BRAINFARMA	0,08
139	25000	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 400 UI	BIONATUS	0,078
242	9000	COMP	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG	BELFAR	0,055
320	15000	CAPSULA	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 80 MG	CIMED	0,19
322	6000	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, ISOFLAVONA DE SOJA 150 MG	PHARMASCIENCE	0,28
346	6000	COMP	FLUNARIZINA DICLORIDRATO 10 MG	VITAMEDIC	0,075
358	22000	COMP	FUROSEMIDA 40 MG	GEOLAB	0,069
382	500	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	CIMED	0,014
387	400	FRASCO	HIDROXIDO ALUMINIO 62MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRSC 100 ML	IFAL	2,15
395	2000	COMP	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	CRISTÃ LIA	0,29
454	2000	COMP	LOPERAMIDA 2MG CP	GLOBO	0,05
523	900	COMP	NIMODIPINO 30 MG	VITAMEDIC	0,21
527	120	BISNAGA	NISTATINA, ASSOCIADA A OXIDO DE ZINCO 100.000UI + 200 MG/G BISN 60G	CIMED	5,6
547	72000	CAPSULA	OMEPRAZOL 20 MG	CIMED	0,072
558	17000	COMP	PANTOPRAZOL 40 MG	CIMED	0,115
561	60000	COMP	PARACETAMOL 750 MG	CIMED	0,115
572	50	FRASCO	PERMETRINA LOÇÃO 50 MG/ML FRASCO 100 ML	IFAL	3
627	800	UN	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5 G + GLICOSE 20 G + CITRATO DE SÓDIO 2,9 G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5 G PARA 1000 ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO DA OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9 GRAMAS C/ SABOR	GLOBO	0,55
641	200	FRASCO	SIMETICONA 75 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO DE 15 ML	PHARMASCIENCE	1,45



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
742	6000	COMP	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, PP, 20MG	VITAMED	0,036
5	500	COMP	ACECLOFENACO 100 MG	VITAMEDIC	0,3

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
5	20000	COMP	ACECLOFENACO 100 MG	VITAMEDIC	0,3
36	1500	FRASCO	AMBROXOL, CLORIDRATO 15MG/5ML FRASCO DE 120 ML	FARMACE	1,6
37	1500	FRASCO	AMBROXOL, CLORIDRATO 30MG/5ML FRASCO DE 120 ML	FARMACE	1,48
49	1000	FRASCO	AMOXICILINA 100MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 150 ML	CIMED	9,8
51	1000	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 150 ML	CIMED	4,55
52	1000	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 60 ML	CIMED	2,4
88	500	FRASCO	BENZOATO DE BENZILA 25% EMULSÃO TÓPICA C 80 ML	IFAL	4
93	8000	AMPOLA	BETAMETASONA 5 MG DIPROPIONATO + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG AMP 1 ML + SERINGA	EUROFARMA	3,1
108	80000	COMP	BROMAZEPAM 3 MG	BRAINFARMA	0,08
127	130000	COMP	CAPTAPRIL 50 MG	GLOBO	0,1
137	1000	COMP	CARBONATO DE CALCIO 500 MG + COLECALCIFEROL 600 UI	VITAMED	0,5
138	1000	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 200 UI	VITAMED	0,085
139	40000	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 400 UI	BIONATUS	0,078
242	80000	COMP	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG	BELFAR	0,055
254	800	FRASCO	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 25 MG + 5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	BRAINFARMA	3,2
320	20000	CAPSULA	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 80 MG	CIMED	0,19
322	300	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, ISOFLAVONA DE SOJA 150 MG	PHARMASCIENCE	0,28
346	20000	COMP	FLUNARIZINA DICLORIDRATO 10 MG	VITAMEDIC	0,075
358	80000	COMP	FUROSEMIDA 40 MG	GEOLAB	0,069
382	100000	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	CIMED	0,014
386	500	BISNAGA	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 10 MG/G CREME BISNAGA COM 30 G	UNIAO QUIMICA	7
387	1500	FRASCO	HIDROXIDO ALUMINIO 62MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRSC 100 ML	IFAL	2,15
395	20000	COMP	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	CRISTÃ LIA	0,29
454	5000	COMP	LOPERAMIDA 2MG CP	GLOBO	0,05
510	1000	AMPOLA	MULTIVITAMINAS, VITS: B2, B6, B12, C, NICOTINAMIDA E FRUTOSE SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	CRISTÃ LIA	5
523	15000	COMP	NIMODIPINO 30 MG	VITAMEDIC	0,21
527	100	BISNAGA	NISTATINA, ASSOCIADA A OXIDO DE ZINCO 100.000UI + 200 MG/G BISN 60G	CIMED	5,6
547	130000	CAPSULA	OMEPRAZOL 20 MG	CIMED	0,072
548	10000	CAPSULA	OMEPRAZOL 40 MG	BRAINFARMA	0,23
558	3000	COMP	PANTOPRAZOL 40 MG	CIMED	0,115
561	50000	COMP	PARACETAMOL 750 MG	CIMED	0,115
571	20	FRASCO	PERMETRINA 10MG/ML SHAMPOO FRASCO 60 ML	IFAL	2
572	20	FRASCO	PERMETRINA LOÇÃO 50 MG/ML FRASCO 100 ML	IFAL	3
573	20	FRASCO	PERMITRINA 1% LOÇÃO TOPICO FRASCO DE 100 ML	IFAL	2,5



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
611	100	BISNAGA	RETINOL 5000 UI + COLECALCIFEROL 900 UI + OXIDO DE ZINCO 150 UI + OLEO DE FIGADO DE BACALHAU 86 UI BISNAGA DE 45 G	CIMED	5
627	2000	UN	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5 G + GLICOSE 20 G + CITRATO DE SÓDIO 2,9 G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5 G PARA 1000 ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO DA OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9 GRAMAS C/ SABOR	GLOBO	0,55
641	1000	FRASCO	SIMETICONA 75 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO DE 15 ML	PHARMASCIENCE	1,45
742	1500	COMP	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, PP, 20MG	VITAMED	0,036
766	100000	COMP	OMEPRAZOL 20 MG EMBALADO EM BLISTER	CIMED	0,068

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
52	100	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 60 ML	CIMED	2,4
108	1500	COMP	BROMAZEPAM 3 MG	BRAINFARMA	0,08
139	10000	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 400 UI	BIONATUS	0,078
358	5000	COMP	FUROSEMIDA 40 MG	GEOLAB	0,069
387	100	FRASCO	HIDROXIDO ALUMINIO 62MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRSC 100 ML	IFAL	2,15
395	3000	COMP	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	CRISTÃ LIA	0,29
547	10000	CAPSULA	OMEPRAZOL 20 MG	CIMED	0,072
561	10000	COMP	PARACETAMOL 750 MG	CIMED	0,115
641	50	FRASCO	SIMETICONA 75 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO DE 15 ML	PHARMASCIENCE	1,45

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
346	500	COMP	FLUNARIZINA DICLORIDRATO 10 MG	VITAMEDIC	0,075

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na clausula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
 DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
 Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
 Órgão Participante



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**

Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**

Órgão Participante

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**8 - ATA N 29 INOVAMED**

Publicação Nº 2592399



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua SIDNEY GUERRA S/N LINHO CEP 99.700-001 - Erechim/RS CEP: 99.700-001, inscrita no CNPJ sob o nº 12.889.035/0001-02, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. JHONATAN BONI, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

1 / 11



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	1000	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO COM 120 ML	CIMED	2,6298
8	200	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG/G CREME BISNAGA 10 GR	CIMED	1,89
24	5000	COMP	ALBENDAZOL 400 MG COMP MASTIGAVEL	PRATIDONADUZZI	0,325
80	1000	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 900 MG	PRATIDONADUZZI	10,45
156	800	FRASCO	CETOCONAZOL 2% SHAMPOO FRASCO 100 ML	NATIVITA	4,8499
158	3000	COMP	CETOCONAZOL 200 MG	PRATIDONADUZZI	0,1999
166	30000	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDARATO 10 MG	CIMED	0,1368
240	20000	COMP	DICLOFENACO POTASSICO 50 MG	CIMED	0,0812
284	20000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 10 MG	1Farma/Cimed	0,0289
286	30000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 5 MG	1Farma/Cimed	0,045
360	20000	CAPSULA	GABAPENTINA 300 MG	PRATIDONADUZZI	0,3783
378	10000	COMP	HALOPERIDOL 5 MG	CRISTÃ LIA	0,1993
405	5000	COMP	ISOSSORBIDA 20MG, SAL MONONITRATO	zydus nikkho	0,1178
427	1000	COMP	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	CRISTÃ LIA	0,3599
455	200	FRASCO	LORATADINA 1 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	CIMED	2,12
456	5000	COMP	LORATADINA 10 MG	CIMED	0,0731
459	30000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG	PRATIDONADUZZI	0,2777
521	20000	COMP	NIMESULIDA 100 MG	CIMED	0,0475
560	20000	COMP	PARACETAMOL 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,1229
617	500	FRASCO	RISPERIDONA 1 MG/ML SOLU ORAL COM PIPETA DOSADORA 30 ML	PRATIDONADUZZI	11,4975
960	1000	CP	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250 MG	zydus nikkho	1,0796

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
24	1000	COMP	ALBENDAZOL 400 MG COMP MASTIGAVEL	PRATIDONADUZZI	0,325
80	100	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 900 MG	PRATIDONADUZZI	10,45
91	1000	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 24 MG	PRATIDONADUZZI	0,2398
134	500	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 20 MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO 100 ML	PRATIDONADUZZI	2,797
156	50	FRASCO	CETOCONAZOL 2% SHAMPOO FRASCO 100 ML	NATIVITA	4,8499

4 / 11



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
158	1000	COMP	CETOCONAZOL 200 MG	PRATIDONADUZZI	0,1999
166	5000	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDARATO 10 MG	CIMED	0,1368
167	5000	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 5 MG	CIMED	0,108
286	5000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 5 MG	1Farma/Cimed	0,045
291	10000	COMP	ESCITALOPRAM 10 MG	GEOLAB	0,1989
374	2000	COMP	GLIMEPIRIDA 2 MG	CIMED	0,0687
375	5000	COMP	GLIMEPIRIDA 4 MG	CIMED	0,1197
378	3000	COMP	HALOPERIDOL 5 MG	CRISTÃ LIA	0,1993
405	5000	COMP	ISOSSORBIDA 20MG, SAL MONONITRATO	zydus nikkho	0,1178
412	50	FRASCO	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE FRSC 120 ML	NUTRIEX	5,225
459	10000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG	PRATIDONADUZZI	0,2777
472	5000	COMP	MEMANTINA 10 MG GENERICO/ETICO	BIOLAB	0,3199
521	35000	COMP	NIMESULIDA 100 MG	CIMED	0,0475
560	50000	COMP	PARACETAMOL 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,1229
617	50	FRASCO	RISPERIDONA 1 MG/ML SOLU ORAL COM PIPETA DOSADORA 30 ML	PRATIDONADUZZI	11,4975

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	300	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO COM 120 ML	CIMED	2,6298
24	2000	COMP	ALBENDAZOL 400 MG COMP MASTIGAVEL	PRATIDONADUZZI	0,325
80	100	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 900 MG	PRATIDONADUZZI	10,45
156	300	FRASCO	CETOCONAZOL 2% SHAMPOO FRASCO 100 ML	NATIVITA	4,8499
158	1500	COMP	CETOCONAZOL 200 MG	PRATIDONADUZZI	0,1999
166	5000	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDARATO 10 MG	CIMED	0,1368
167	10000	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 5 MG	CIMED	0,108
171	5000	COMP	CIMETIDINA 200 MG	PRATIDONADUZZI	0,1439
284	1500	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 10 MG	1Farma/Cimed	0,0289
286	15000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 5 MG	1Farma/Cimed	0,045
291	1200	COMP	ESCITALOPRAM 10 MG	GEOLAB	0,1989
360	2000	CAPSULA	GABAPENTINA 300 MG	PRATIDONADUZZI	0,3783
374	600	COMP	GLIMEPIRIDA 2 MG	CIMED	0,0687
375	600	COMP	GLIMEPIRIDA 4 MG	CIMED	0,1197
376	3000	COMP	HALOPERIDOL 1 MG	CRISTÃ LIA	0,1274
378	8000	COMP	HALOPERIDOL 5 MG	CRISTÃ LIA	0,1993
405	3000	COMP	ISOSSORBIDA 20MG, SAL MONONITRATO	zydus nikkho	0,1178
406	1500	COMP	ISOSSORBIDA 40MG, SAL MONONITRATO	zydus nikkho	0,2565
412	700	FRASCO	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE FRSC 120 ML	NUTRIEX	5,225
427	2000	COMP	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	CRISTÃ LIA	0,3599
455	600	FRASCO	LORATADINA 1 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	CIMED	2,12
456	10000	COMP	LORATADINA 10 MG	CIMED	0,0731
521	50000	COMP	NIMESULIDA 100 MG	CIMED	0,0475
522	600	FRASCO	NIMESULIDA 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 15 ML	CIMED	1,3699
539	1200	COMP	OLANZAPINA 10 MG	PRATIDONADUZZI	0,441
560	1500	COMP	PARACETAMOL 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,1229
597	1000	COMP	PROPAFENONA, CLORIDRATO, 300 MG	PRATIDONADUZZI	0,4399
617	100	FRASCO	RISPERIDONA 1 MG/ML SOLU ORAL COM PIPETA DOSADORA 30 ML	PRATIDONADUZZI	11,4975
759	300	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA+ BETAMETASONA 0,4MG +0,05MG/ML 120ML	CIMED	3,2659



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
960	2000	CP	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250 MG	zydus nikkho	1,0796
24	1000	COMP	ALBENDAZOL 400 MG COMP MASTIGAVEL	PRATIDONADUZZI	0,325
91	5000	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 24 MG	PRATIDONADUZZI	0,2398
158	1500	COMP	CETOCONAZOL 200 MG	PRATIDONADUZZI	0,1999
522	400	FRASCO	NIMESULIDA 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 15 ML	CIMED	1,3699
412	500	FRASCO	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE FRSC 120 ML	NUTRIEX	5,225
455	400	FRASCO	LORATADINA 1 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	CIMED	2,12
456	10000	COMP	LORATADINA 10 MG	CIMED	0,0731
459	25000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG	PRATIDONADUZZI	0,2777
460	12000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 25 MG	BIOLAB	0,7505
923	2500	CP	OLANZAPINA 2,5MG	PRATIDONADUZZI	0,4999
4	300	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO COM 120 ML	CIMED	2,6298
8	200	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG/G CREME BISNAGA 10 GR	CIMED	1,89
110	2000	COMP	BROMOPRIDA 10 MG	PRATIDONADUZZI	0,1596
134	500	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 20 MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO 100 ML	PRATIDONADUZZI	2,797
166	25000	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDARATO 10 MG	CIMED	0,1368
167	20000	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 5 MG	CIMED	0,108
360	3000	CAPSULA	GABAPENTINA 300 MG	PRATIDONADUZZI	0,3783
709	40	FRASCO	TRAVOPROSTA 0,04MG/ML OFTALMICO FRASCO DE 2,5 ML	GEOLAB	17,9999
521	40000	COMP	NIMESULIDA 100 MG	CIMED	0,0475
240	10000	COMP	DICLOFENACO POTASSICO 50 MG	CIMED	0,0812
284	80000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 10 MG	1Farma/Cimed	0,0289
286	15000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 5 MG	1Farma/Cimed	0,045
291	20000	COMP	ESCITALOPRAM 10 MG	GEOLAB	0,1989
597	3000	COMP	PROPAFENONA, CLORIDRATO, 300 MG	PRATIDONADUZZI	0,4399
374	25000	COMP	GLIMEPIRIDA 2 MG	CIMED	0,0687
405	1000	COMP	ISOSSORBIDA 20MG, SAL MONONITRATO	zydus nikkho	0,1178
427	1000	COMP	LEVOMEPRMAZINA 25 MG	CRISTÃ LIA	0,3599
472	5000	COMP	MEMANTINA 10 MG GENERICO/ETICO	BIOLAB	0,3199
378	4000	COMP	HALOPERIDOL 5 MG	CRISTÃ LIA	0,1993
503	3000	COMP	MONTELUCASTE SODICO 10 MG	zydus nikkho	0,4973
560	35000	COMP	PARACETAMOL 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,1229
617	200	FRASCO	RISPERIDONA 1 MG/ML SOLU ORAL COM PIPETA DOSADORA 30 ML	PRATIDONADUZZI	11,4975

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	800	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO COM 120 ML	CIMED	2,6298
8	500	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG/G CREME BISNAGA 10 GR	CIMED	1,89
24	6000	COMP	ALBENDAZOL 400 MG COMP MASTIGAVEL	PRATIDONADUZZI	0,325
91	2000	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 24 MG	PRATIDONADUZZI	0,2398
134	500	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 20 MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO 100 ML	PRATIDONADUZZI	2,797
158	3000	COMP	CETOCONAZOL 200 MG	PRATIDONADUZZI	0,1999
166	50000	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDARATO 10 MG	CIMED	0,1368
167	50000	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 5 MG	CIMED	0,108
284	170000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 10 MG	1Farma/Cimed	0,0289
286	60000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 5 MG	1Farma/Cimed	0,045
291	50000	COMP	ESCITALOPRAM 10 MG	GEOLAB	0,1989
360	15000	CAPSULA	GABAPENTINA 300 MG	PRATIDONADUZZI	0,3783



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
374	8000	COMP	GLIMEPIRIDA 2 MG	CIMED	0,0687
375	3000	COMP	GLIMEPIRIDA 4 MG	CIMED	0,1197
376	7000	COMP	HALOPERIDOL 1 MG	CRISTÃ LIA	0,1274
378	8000	COMP	HALOPERIDOL 5 MG	CRISTÃ LIA	0,1993
405	7000	COMP	ISOSSORBIDA 20MG, SAL MONONITRATO	zydus nikkho	0,1178
412	1500	FRASCO	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE FRSC 120 ML	NUTRIEX	5,225
455	1000	FRASCO	LORATADINA 1 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	CIMED	2,12
456	15000	COMP	LORATADINA 10 MG	CIMED	0,0731
459	200000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG	PRATIDONADUZZI	0,2777
472	8000	COMP	MEMANTINA 10 MG GENERICO/ETICO	BIOLAB	0,3199
521	80000	COMP	NIMESULIDA 100 MG	CIMED	0,0475
522	500	FRASCO	NIMESULIDA 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 15 ML	CIMED	1,3699
560	100000	COMP	PARACETAMOL 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,1229
617	300	FRASCO	RISPERIDONA 1 MG/ML SOLU ORAL COM PIPETA DOSADORA 30 ML	PRATIDONADUZZI	11,4975
709	120	FRASCO	TRAVOPROSTA 0,04MG/ML OFTALMICO FRASCO DE 2,5 ML	GEOLAB	17,9999
713	1500	COMP	TRIMETAZIDINA 35 MG	SERVIER	1,4437
539	1000	COMP	OLANZAPINA 10 MG	PRATIDONADUZZI	0,441

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
24	500	COMP	ALBENDAZOL 400 MG COMP MASTIGAVEL	PRATIDONADUZZI	0,325
80	100	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 900 MG	PRATIDONADUZZI	10,45
91	4000	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 24 MG	PRATIDONADUZZI	0,2398
110	5000	COMP	BROMOPRIDA 10 MG	PRATIDONADUZZI	0,1596
134	100	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 20 MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO 100 ML	PRATIDONADUZZI	2,797
166	5000	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 10 MG	CIMED	0,1368
167	5000	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 5 MG	CIMED	0,108
240	1000	COMP	DICLOFENACO POTASSICO 50 MG	CIMED	0,0812
291	8000	COMP	ESCITALOPRAM 10 MG	GEOLAB	0,1989
374	6000	COMP	GLIMEPIRIDA 2 MG	CIMED	0,0687
378	2000	COMP	HALOPERIDOL 5 MG	CRISTÃ LIA	0,1993
412	200	FRASCO	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE FRSC 120 ML	NUTRIEX	5,225
427	600	COMP	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	CRISTÃ LIA	0,3599
444	100	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% ASSOCIADA A EPINEFRINA INJETÁVEL FRASCO 20 ML	HYPOFARMA	2,5999
455	100	FRASCO	LORATADINA 1 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	CIMED	2,12
456	2000	COMP	LORATADINA 10 MG	CIMED	0,0731
503	2000	COMP	MONTELUCASTE SODICO 10 MG	zydus nikkho	0,4973
521	10000	COMP	NIMESULIDA 100 MG	CIMED	0,0475
522	100	FRASCO	NIMESULIDA 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 15 ML	CIMED	1,3699
560	10000	COMP	PARACETAMOL 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,1229

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	100	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO COM 120 ML	CIMED	2,6298
8	200	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG/G CREME BISNAGA 10 GR	CIMED	1,89
22	600	COMP	AGOMELATINA 25 MG	SERVIER	4,7844
24	500	COMP	ALBENDAZOL 400 MG COMP MASTIGAVEL	PRATIDONADUZZI	0,325



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
91	15000	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 24 MG	PRATIDONADUZZI	0,2398
134	100	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 20 MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO 100 ML	PRATIDONADUZZI	2,797
158	500	COMP	CETOCONAZOL 200 MG	PRATIDONADUZZI	0,1999
166	17000	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 10 MG	CIMED	0,1368
167	1500	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 5 MG	CIMED	0,108
286	4000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 5 MG	1Farma/Cimed	0,045
291	6000	COMP	ESCITALOPRAM 10 MG	GEOLAB	0,1989
360	4000	CAPSULA	GABAPENTINA 300 MG	PRATIDONADUZZI	0,3783
374	3000	COMP	GLIMEPIRIDA 2 MG	CIMED	0,0687
378	2500	COMP	HALOPERIDOL 5 MG	CRISTÃ LIA	0,1993
405	3000	COMP	ISOSSORBIDA 20MG, SAL MONONITRATO	zydus nikkho	0,1178
406	600	COMP	ISOSSORBIDA 40MG, SAL MONONITRATO	zydus nikkho	0,2565
412	300	FRASCO	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE FRSC 120 ML	NUTRIEX	5,225
427	600	COMP	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	CRISTÃ LIA	0,3599
455	150	FRASCO	LORATADINA 1 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	CIMED	2,12
456	4500	COMP	LORATADINA 10 MG	CIMED	0,0731
472	3000	COMP	MEMANTINA 10 MG GENERICO/ETICO	BIOLAB	0,3199
503	900	COMP	MONTELUCASTE SODICO 10 MG	zydus nikkho	0,4973
521	30000	COMP	NIMESULIDA 100 MG	CIMED	0,0475
560	8000	COMP	PARACETAMOL 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,1229
597	3000	COMP	PROPAFENONA, CLORIDRATO, 300 MG	PRATIDONADUZZI	0,4399
709	25	FRASCO	TRAVOPROSTA 0,04MG/ML OFTALMICO FRASCO DE 2,5 ML	GEOLAB	17,9999
865	300	CP	ARIPIRAZOL 15MG	zydus nikkho	1,0346
947	12	FR	BIMATOPROSTA 0,03% 3ML- SOLUÇÃO OFTALMICA	GEOLAB	17,0799

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	1000	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO COM 120 ML	CIMED	2,6298
8	1000	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG/G CREME BISNAGA 10 GR	CIMED	1,89
19	300	COMP	ACIDO GAMA AMINOBTIRICO 250 MG	zydus nikkho	0,7885
22	300	COMP	AGOMELATINA 25 MG	SERVIER	4,7844
24	10000	COMP	ALBENDAZOL 400 MG COMP MASTIGAVEL	PRATIDONADUZZI	0,325
80	300	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 900 MG	PRATIDONADUZZI	10,45
91	30000	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 24 MG	PRATIDONADUZZI	0,2398
110	20000	COMP	BROMOPRIDA 10 MG	PRATIDONADUZZI	0,1596
134	1000	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 20 MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO 100 ML	PRATIDONADUZZI	2,797
156	100	FRASCO	CETOCONAZOL 2% SHAMPOO FRASCO 100 ML	NATIVITA	4,8499
158	3000	COMP	CETOCONAZOL 200 MG	PRATIDONADUZZI	0,1999
166	80000	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 10 MG	CIMED	0,1368
167	10000	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 5 MG	CIMED	0,108
171	10000	COMP	CIMETIDINA 200 MG	PRATIDONADUZZI	0,1439
240	3000	COMP	DICLOFENACO POTASSICO 50 MG	CIMED	0,0812
284	20000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 10 MG	1Farma/Cimed	0,0289
286	10000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 5 MG	1Farma/Cimed	0,045
291	20000	COMP	ESCITALOPRAM 10 MG	GEOLAB	0,1989
360	10000	CAPSULA	GABAPENTINA 300 MG	PRATIDONADUZZI	0,3783
374	5000	COMP	GLIMEPIRIDA 2 MG	CIMED	0,0687
375	10000	COMP	GLIMEPIRIDA 4 MG	CIMED	0,1197
376	3000	COMP	HALOPERIDOL 1 MG	CRISTÃ LIA	0,1274



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
378	15000	COMP	HALOPERIDOL 5 MG	CRISTÃ LIA	0,1993
405	10000	COMP	ISOSSORBIDA 20MG, SAL MONONITRATO	zydus nikkho	0,1178
406	3000	COMP	ISOSSORBIDA 40MG, SAL MONONITRATO	zydus nikkho	0,2565
412	30	FRASCO	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE FRSC 120 ML	NUTRIEX	5,225
427	10000	COMP	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	CRISTÃ LIA	0,3599
444	100	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% ASSOCIADA A EPINEFRINA INJETÁVEL FRASCO 20 ML	HYPOFARMA	2,5999
455	1500	FRASCO	LORATADINA 1 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	CIMED	2,12
456	10000	COMP	LORATADINA 10 MG	CIMED	0,0731
459	5000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG	PRATIDONADUZZI	0,2777
460	30000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 25 MG	BIOLAB	0,7505
472	10000	COMP	MEMANTINA 10 MG GENERICO/ETICO	BIOLAB	0,3199
503	300	COMP	MONTELUCASTE SODICO 10 MG	zydus nikkho	0,4973
521	60000	COMP	NIMESULIDA 100 MG	CIMED	0,0475
522	1000	FRASCO	NIMESULIDA 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 15 ML	CIMED	1,3699
539	600	COMP	OLANZAPINA 10 MG	PRATIDONADUZZI	0,441
560	50000	COMP	PARACETAMOL 500 MG	PRATIDONADUZZI	0,1229
569	500	COMP	PERINDOPRIL 4 MG + INDAPAMIDA 1,25 MG	SERVIER	2,39
587	500	FRASCO	PREDNISOLONA 1 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	PRATIDONADUZZI	6,8799
597	10000	COMP	PROPAFENONA, CLORIDRATO, 300 MG	PRATIDONADUZZI	0,4399
617	300	FRASCO	RISPERIDONA 1 MG/ML SOLU ORAL COM PIPETA DOSADORA 30 ML	PRATIDONADUZZI	11,4975
709	100	FRASCO	TRAVOPROSTA 0,04MG/ML OFTALMICO FRASCO DE 2,5 ML	GEOLAB	17,9999
713	1500	COMP	TRIMETAZIDINA 35 MG	SERVIER	1,4437
759	300	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA+ BETAMETASONA 0,4MG +0,05MG/ML 120ML	CIMED	3,2659
865	600	CP	ARIPIRAZOL 15MG	zydus nikkho	1,0346
923	300	CP	OLANZAPINA 2,5MG	PRATIDONADUZZI	0,4999
947	50	FR	BIMATOPROSTA 0,03% 3ML- SOLUÇÃO OFTALMICA	GEOLAB	17,0799
960	300	CP	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250 MG	zydus nikkho	1,0796

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	100	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO COM 120 ML	CIMED	2,6298
22	900	COMP	AGOMELATINA 25 MG	SERVIER	4,7844
24	300	COMP	ALBENDAZOL 400 MG COMP MASTIGAVEL	PRATIDONADUZZI	0,325
166	5000	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDARATO 10 MG	CIMED	0,1368
374	2000	COMP	GLIMEPIRIDA 2 MG	CIMED	0,0687
375	2000	COMP	GLIMEPIRIDA 4 MG	CIMED	0,1197
378	2000	COMP	HALOPERIDOL 5 MG	CRISTÃ LIA	0,1993
405	2000	COMP	ISOSSORBIDA 20MG, SAL MONONITRATO	zydus nikkho	0,1178
427	3000	COMP	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	CRISTÃ LIA	0,3599
460	3000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 25 MG	BIOLAB	0,7505
472	3000	COMP	MEMANTINA 10 MG GENERICO/ETICO	BIOLAB	0,3199
521	3000	COMP	NIMESULIDA 100 MG	CIMED	0,0475
539	2000	COMP	OLANZAPINA 10 MG	PRATIDONADUZZI	0,441
709	50	FRASCO	TRAVOPROSTA 0,04MG/ML OFTALMICO FRASCO DE 2,5 ML	GEOLAB	17,9999



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
171	5000	COMP	CIMETIDINA 200 MG	PRATIDONADUZZI	0,1439

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**  
Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**  
Órgão Participante

INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA  
Fornecedor

Testemunha



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

Testemunha

**9 - ATA N 30 PROMEFARMA**

Publicação Nº 2592394



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 3/2020 - CVC****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CVC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020 - CVC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu(ua) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A), Sr(a). FLÁVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua INDIO CONDÁ, S/N Bairro CENTRO - Caxambu do Sul - SC CEP: 89.880-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GLAUBER BURTET.

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAÇABA, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 13.886.006/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro CENTRO - Serra Alta - SC CEP: 89.871-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI.

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua PROFESSOR LEONIDAS FERREIRA DA COSTA S/N PAROLIN CEP 80.000-001 - Curitiba/PR CEP: 80.000-001, inscrita no CNPJ sob o nº 81.706.251/0001-98, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. SIRLEI TEREZINHA ZAMBRIM, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

1 / 14



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

- 3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.
- 3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.
- 3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.
- 3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.
- 3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.
- 3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

- 4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
- 4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.
- 4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.
- 4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

- 5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
  - b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
  - c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
  - d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
  - e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
  - f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
  - g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções: a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.
- 8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:
- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
  - b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
  - c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 3/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05/08/2020 à 31/07/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
44	10000	COMP	AMIODARONA 200 MG	GEOLAB	0,5899
105	500	FRASCO	BRIMONIDINA, TARTARATO 2 MG/ML COLÍRO FRASCO 5 ML	UNIAO QUIMICA	4,6999
128	200	FRASCO	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML	UNIAO QUIMICA	9,6499
136	20000	COMP	CARBONATO DE CALCIO 500 MG	VITAMED	0,0419
152	300	FRASCO	CEFALEXINA MONOIDRATADA 250MG/5ML FRASCO COM 100 ML	UNIAO QUIMICA	11,3799
160	1000	AMPOLA	CETOPROFENO 100 MG, PÓ LIOFILO PARA INJETÁVEL ENDOVENOSO	UNIAO QUIMICA	2,9899
163	2000	AMPOLA	CETOPROFENO 50 MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	UNIAO QUIMICA	1,3
169	20000	COMP	CINARIZINA 25 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	0,0908
181	5000	COMP	CLINDAMICINA 300 MG	UNIAO QUIMICA	0,9995
231	1000	BISNAGA	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% CREME BISNAGA 10 GRAMAS	GREEN PHARMA	1,0797
256	50000	COMP	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	0,3621
293	1000	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG	UNIAO QUIMICA	0,4177
297	300	FRASCO	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 6,67 MG + 333 MG/ SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	NATULAB	6,38
315	100	AMPOLA	ETILEFRINA 10MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	UNIAO QUIMICA	1,17
317	40000	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA INDIA 100 MG AESCULUS HIPPOCASTANUM L.	NATULAB	0,1749
321	500	FRASCO	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG) EXTRATO FLUIDO FRASCO 100 ML	NATULAB	2,0399
379	300	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML	UNIAO QUIMICA	1,0699
380	300	AMPOLA	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML	UNIAO QUIMICA	7,2799
389	1000	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO+HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 60+40 MG/ML SUSP. 100 ML	NATULAB	2,0899
434	30000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	MERCK	0,0979
436	30000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	MERCK	0,0968
437	30000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	MERCK	0,09



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
468	200	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML FRASCO COM 30 ML SUSPENSÃO ORAL	NATULAB	1,1499
475	10000	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 850 MG	MERCK	0,0949
515	1000	BISNAGA	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 10 GRAMAS	BELFAR	1,9399
517	20000	COMP	NIFEDIPINO 10 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	0,0989
526	1000	TUBO	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL BISNAGA 40 GRAMAS	GREEN PHARMA	3,3399
559	1000	FRASCO	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15 ML	NATULAB	0,8199
628	200	FRASCO	SALBUTAMOL 0,4 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	NATULAB	1,1499
666	300	FRASCO	SULFATO FERROSO 125MG/ML SOLUÇÃO ORAL GTS FRSC 30 ML	NATULAB	0,8899
689	300	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,5% OFTAMICO FRASCO DE 5 ML	UNIAO QUIMICA	2,8254
731	10000	CAPSULA	VARFARINA SÓDICA 5 MG	FARMOQUIMICA	0,1199
813	1000	CÁPS	COLECALCIFEROL D3 7.000UI	HYPERA/ BRAINFARMA	1
876	10000	CP	COMPLEXO B	NATULAB	0,0406
955	800	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML	NATULAB	1,1788
962	300	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 9MG/ML SPRAY NASAL 50 ML - USO ADULTO E INFANTIL	NATULAB	3,25

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
44	5000	COMP	AMIODARONA 200 MG	GEOLAB	0,5899
128	50	FRASCO	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML	UNIAO QUIMICA	9,6499
152	100	FRASCO	CEFALEXINA MONOIDRATADA 250MG/5ML FRASCO COM 100 ML	UNIAO QUIMICA	11,3799
256	1000	COMP	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	0,3621
293	1000	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG	UNIAO QUIMICA	0,4177
297	700	FRASCO	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 6,67 MG + 333 MG/ SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	NATULAB	6,38
377	50	FRASCO	HALOPERIDOL 2 MG/ML FRASCO DE 20 ML	UNIAO QUIMICA	2,6899
380	100	AMPOLA	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML	UNIAO QUIMICA	7,2799
389	500	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO+HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 60+40 MG/ML SUSP. 100 ML	NATULAB	2,0899
431	150	CARTELA	LEVONORGESTREL 0,10MG + ETINILESTRADIOL 0,02MG CARTELAS COM 21 COMPRIMIDO	BIOLAB	15,1499
434	2000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	MERCK	0,0979
435	3000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG	MERCK	0,2099
436	3000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	MERCK	0,0968
437	2000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	MERCK	0,09
515	1000	BISNAGA	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 10 GRAMAS	BELFAR	1,9399
515	1000	BISNAGA	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 10 GRAMAS	BELFAR	1,9399
517	2000	COMP	NIFEDIPINO 10 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	0,0989
526	500	TUBO	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL BISNAGA 40 GRAMAS	GREEN PHARMA	3,3399
559	1500	FRASCO	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15 ML	NATULAB	0,8199
628	100	FRASCO	SALBUTAMOL 0,4 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	NATULAB	1,1499
659	1000	COMP	SOTALOL CLORIDRATO 160 MG	MERCK	0,4839



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
685	1500	COMP	TIBOLONA 1,25 MG	FARMOQUIMICA	1
696	1000	COMP	TIORIDAZINA 50MG COMP	VALEANT	0,5461
731	5000	CAPSULA	VARFARINA SÓDICA 5 MG	FARMOQUIMICA	0,1199
794	5000	COMP	QUELATO DE FERRO + ÁCIDO FÓLICO + VITAMINA B12	ELOFAR	0,65
813	200	CÁPS	COLECALCIFEROL D3 7.000UI	HYPERA/ BRAINFARMA	1
895	500	CP	COLECALCIFEROL 50.000 UI	HYPERA/ BRAINFARMA	6,8291
940	50	FR	LATANOPROSTA 0,05% COLÍRIO 2,5ML	BAUSCH+LOMB	14,1
962	600	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 9MG/ML SPRAY NASAL 50 ML - USO ADULTO E INFANTIL	NATULAB	3,25
963	500	FRASCO	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG/5 ML 100 ML	NATULAB	1,175

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
44	3000	COMP	AMIODARONA 200 MG	GEOLAB	0,5899
79	400	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 600 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	4,898
128	50	FRASCO	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML	UNIAO QUIMICA	9,6499
136	6000	COMP	CARBONATO DE CALCIO 500 MG	VITAMED	0,0419
160	300	AMPOLA	CETOPROFENO 100 MG, PÓ LIOFILO PARA INJETÁVEL ENDOVENOSO	UNIAO QUIMICA	2,9899
163	2000	AMPOLA	CETOPROFENO 50 MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	UNIAO QUIMICA	1,3
169	1000	COMP	CINARIZINA 25 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	0,0908
181	1500	COMP	CLINDAMICINA 300 MG	UNIAO QUIMICA	0,9995
231	1000	BISNAGA	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% CREME BISNAGA 10 GRAMAS	GREEN PHARMA	1,0797
256	6000	COMP	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	0,3621
293	1500	COMP	ESCOPLAMINA BUTILBROMETO 10 MG	UNIAO QUIMICA	0,4177
297	600	FRASCO	ESCOPLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 6,67 MG + 333 MG/ SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	NATULAB	6,38
317	15000	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA INDIA 100 MG AESCULUS HIPPOCASTANUM L.	NATULAB	0,1749
321	100	FRASCO	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG) EXTRATO FLUIDO FRASCO 100 ML	NATULAB	2,0399
377	100	FRASCO	HALOPERIDOL 2 MG/ML FRASCO DE 20 ML	UNIAO QUIMICA	2,6899
379	100	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML	UNIAO QUIMICA	1,0699
380	200	AMPOLA	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML	UNIAO QUIMICA	7,2799
389	800	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO+HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 60+40 MG/ML SUSP. 100 ML	NATULAB	2,0899
393	1200	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 30 ML	NATULAB	0,9999
431	300	CARTELA	LEVONORGESTREL 0,10MG + ETINILESTRADIOL 0,02MG CARTELAS COM 21 COMPRIMIDO	BIOLAB	15,1499
434	6000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	MERCK	0,0979
435	3000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG	MERCK	0,2099
436	6000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	MERCK	0,0968
437	8000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	MERCK	0,09
468	200	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML FRASCO COM 30 ML SUSPENSÃO ORAL	NATULAB	1,1499
475	15000	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 850 MG	MERCK	0,0949
509	150	FRASCO	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z SOLUÇÃO ORAL FRASCO 120 ML	NATULAB	4,7499



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
515	1000	BISNAGA	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 10 GRAMAS	BELFAR	1,9399
526	400	TUBO	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL BISNAGA 40 GRAMAS	GREEN PHARMA	3,3399
559	1200	FRASCO	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15 ML	NATULAB	0,8199
628	200	FRASCO	SALBUTAMOL 0,4 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	NATULAB	1,1499
659	1500	COMP	SOTALOL CLORIDRATO 160 MG	MERCK	0,4839
666	200	FRASCO	SULFATO FERROSO 125MG/ML SOLUÇÃO ORAL GTS FRSC 30 ML	NATULAB	0,8899
689	200	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,5% OFTAMICO FRASCO DE 5 ML	UNIAO QUIMICA	2,8254
696	3000	COMP	TIORIDAZINA 50MG COMP	VALEANT	0,5461
731	6000	CAPSULA	VARFARINA SÓDICA 5 MG	FARMOQUIMICA	0,1199
962	100	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 9MG/ML SPRAY NASAL 50 ML - USO ADULTO E INFANTIL	NATULAB	3,25
963	600	FRASCO	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG/5 ML 100 ML	NATULAB	1,175

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
379	100	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML	UNIAO QUIMICA	1,0699
176	80	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO A HIDROCORTISONA 2MG + 10 MG/ML SUSPENSÃO OTOLÓGICA FRASCO DE 5 ML	FARMOQUIMICA	27,86
526	150	TUBO	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL BISNAGA 40 GRAMAS	GREEN PHARMA	3,3399
813	5000	CÁPS	COLECALCIFEROL D3 7.000UI	HYPERA/ BRAINFARMA	1
44	10000	COMP	AMIODARONA 200 MG	GEOLAB	0,5899
79	1000	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 600 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	4,898
128	100	FRASCO	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML	UNIAO QUIMICA	9,6499
152	300	FRASCO	CEFALEXINA MONOIDRATADA 250MG/5ML FRASCO COM 100 ML	UNIAO QUIMICA	11,3799
160	200	AMPOLA	CETOPROFENO 100 MG, PÓ LIOFILO PARA INJETÁVEL ENDOVENOSO	UNIAO QUIMICA	2,9899
163	500	AMPOLA	CETOPROFENO 50 MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	UNIAO QUIMICA	1,3
356	100	FRASCO	FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO 0,06G/ML + FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO 0,16G/ML FRASCO DE 130 ML (FLEET ENEMA)	NATULAB	4,6874
231	800	BISNAGA	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% CREME BISNAGA 10 GRAMAS	GREEN PHARMA	1,0797
517	3000	COMP	NIFEDIPINO 10 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	0,0989
963	300	FRASCO	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG/5 ML 100 ML	NATULAB	1,175
964	100	FRASCO	SULFATO FERROSO 25MG/ML 100 ML	NATULAB	1,415
256	50000	COMP	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	0,3621
293	2000	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG	UNIAO QUIMICA	0,4177
297	400	FRASCO	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 6,67 MG + 333 MG/ SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	NATULAB	6,38
380	300	AMPOLA	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML	UNIAO QUIMICA	7,2799
389	400	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO+HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 60+40 MG/ML SUSP. 100 ML	NATULAB	2,0899
393	300	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 30 ML	NATULAB	0,9999
434	12000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	MERCK	0,0979
435	3500	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG	MERCK	0,2099



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
436	20000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	MERCK	0,0968
437	20000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	MERCK	0,09
468	300	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML FRASCO COM 30 ML SUSPENSÃO ORAL	NATULAB	1,1499
475	100000	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 850 MG	MERCK	0,0949
509	200	FRASCO	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z SOLUÇÃO ORAL FRASCO 120 ML	NATULAB	4,7499
515	1000	BISNAGA	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 10 GRAMAS	BELFAR	1,9399
559	2000	FRASCO	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15 ML	NATULAB	0,8199
582	150	FRASCO	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA E HIDROCORTISONA, 10.000UI + 5MG + 10MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA FR 10 ML	FARMOQUIMICA	9,69
628	150	FRASCO	SALBUTAMOL 0,4 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	NATULAB	1,1499
659	2000	COMP	SOTALOL CLORIDRATO 160 MG	MERCK	0,4839
689	200	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,5% OFTAMICO FRASCO DE 5 ML	UNIAO QUIMICA	2,8254
696	2500	COMP	TIORIDAZINA 50MG COMP	VALEANT	0,5461
731	6000	CAPSULA	VARFARINA SÓDICA 5 MG	FARMOQUIMICA	0,1199
969	2000	CP	VARFARINA 2,5 MG	FARMOQUIMICA	0,3
876	4000	CP	COMPLEXO B	NATULAB	0,0406
895	300	CP	COLECALCIFEROL 50.000 UI	HYPERA/ BRAINFARMA	6,8291

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
44	30000	COMP	AMIODARONA 200 MG	GEOLAB	0,5899
79	2500	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 600 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	4,898
105	15	FRASCO	BRIMONIDINA, TARTARATO 2 MG/ML COLÍRO FRASCO 5 ML	UNIAO QUIMICA	4,6999
128	100	FRASCO	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML	UNIAO QUIMICA	9,6499
136	20000	COMP	CARBONATO DE CALCIO 500 MG	VITAMED	0,0419
231	1500	BISNAGA	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% CREME BISNAGA 10 GRAMAS	GREEN PHARMA	1,0797
256	40000	COMP	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	0,3621
293	15000	COMP	ESCOPLAMINA BUTILBROMETO 10 MG	UNIAO QUIMICA	0,4177
297	1000	FRASCO	ESCOPLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 6,67 MG + 333 MG/ SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	NATULAB	6,38
377	500	FRASCO	HALOPERIDOL 2 MG/ML FRASCO DE 20 ML	UNIAO QUIMICA	2,6899
379	200	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML	UNIAO QUIMICA	1,0699
380	200	AMPOLA	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML	UNIAO QUIMICA	7,2799
389	1000	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO+HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 60+40 MG/ML SUSP. 100 ML	NATULAB	2,0899
393	600	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 30 ML	NATULAB	0,9999
434	30000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	MERCK	0,0979
435	10000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG	MERCK	0,2099
436	50000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	MERCK	0,0968
437	50000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	MERCK	0,09
468	1000	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML FRASCO COM 30 ML SUSPENSÃO ORAL	NATULAB	1,1499
475	200000	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 850 MG	MERCK	0,0949
509	500	FRASCO	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z SOLUÇÃO ORAL FRASCO 120 ML	NATULAB	4,7499



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
515	1000	BISNAGA	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 10 GRAMAS	BELFAR	1,9399
517	10000	COMP	NIFEDIPINO 10 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	0,0989
526	800	TUBO	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL BISNAGA 40 GRAMAS	GREEN PHARMA	3,3399
559	2500	FRASCO	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15 ML	NATULAB	0,8199
582	120	FRASCO	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA E HIDROCORTISONA, 10.000UI + 5MG +10MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA FR 10 ML	FARMOQUIMICA	9,69
628	800	FRASCO	SALBUTAMOL 0,4 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	NATULAB	1,1499
667	1500	FRASCO	SULFATO FERROSO 25 MG/ML DE FERRO II, SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 30 ML	NATULAB	0,8899
689	100	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,5% OFTAMICO FRASCO DE 5 ML	UNIAO QUIMICA	2,8254
696	5000	COMP	TIORIDAZINA 50MG COMP	VALEANT	0,5461
731	15000	CAPSULA	VARFARINA SÓDICA 5 MG	FARMOQUIMICA	0,1199
767	1000	BISNAGA	ÓXIDO DE ZINCO 100MG/G+ VITAMINA A 1.000 U.I/G + VITAMINA D 400 U.I/G- 45GR (POMADA PARA ASSADURA)	NATIVITA	2,5
813	200	CÁPS	COLECALCIFEROL D3 7.000UI	HYPERA/ BRAINFARMA	1
854	1500	COMP	MELLERIL 200MG (TIORIDAZINA)	VALEANT	2,88
895	100	CP	COLECALCIFEROL 50.000 UI	HYPERA/ BRAINFARMA	6,8291
955	1000	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML	NATULAB	1,1788

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
44	3000	COMP	AMIODARONA 200 MG	GEOLAB	0,5899
136	2000	COMP	CARBONATO DE CALCIO 500 MG	VITAMED	0,0419
152	100	FRASCO	CEFALEXINA MONOIDRATADA 250MG/5ML FRASCO COM 100 ML	UNIAO QUIMICA	11,3799
160	100	AMPOLA	CETOPROFENO 100 MG, PÓ LIOFILO PARA INJETÁVEL ENDOVENOSO	UNIAO QUIMICA	2,9899
176	20	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO A HIDROCORTISONA 2MG + 10 MG/ML SUSPENSÃO OTOLÓGICA FRASCO DE 5 ML	FARMOQUIMICA	27,86
231	200	BISNAGA	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% CREME BISNAGA 10 GRAMAS	GREEN PHARMA	1,0797
256	20000	COMP	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	0,3621
293	600	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG	UNIAO QUIMICA	0,4177
297	100	FRASCO	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 6,67 MG + 333 MG/ SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	NATULAB	6,38
317	1000	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA INDIA 100 MG AESCULUS HIPPOCASTANUM L.	NATULAB	0,1749
377	50	FRASCO	HALOPERIDOL 2 MG/ML FRASCO DE 20 ML	UNIAO QUIMICA	2,6899
434	10000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	MERCK	0,0979
436	10000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	MERCK	0,0968
437	10000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	MERCK	0,09
468	600	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML FRASCO COM 30 ML SUSPENSÃO ORAL	NATULAB	1,1499
515	300	BISNAGA	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 10 GRAMAS	BELFAR	1,9399
526	200	TUBO	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL BISNAGA 40 GRAMAS	GREEN PHARMA	3,3399
559	100	FRASCO	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15 ML	NATULAB	0,8199



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
659	1000	COMP	SOTALOL CLORIDRATO 160 MG	MERCK	0,4839
667	100	FRASCO	SULFATO FERROSO 25 MG/ML DE FERRO II, SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 30 ML	NATULAB	0,8899
696	1000	COMP	TIORIDAZINA 50MG COMP	VALEANT	0,5461
731	4000	CAPSULA	VARFARINA SÓDICA 5 MG	FARMOQUIMICA	0,1199
963	100	FRASCO	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG/5 ML 100 ML	NATULAB	1,175
356	50	FRASCO	FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO 0,06G/ML + FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO 0,16G/ML FRASCO DE 130 ML (FLEET ENEMA)	NATULAB	4,6874
393	200	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 30 ML	NATULAB	0,9999
1007	2000	CP	CLORIDRATO DE NALTREXONA 50 MG	UNIAO QUIMICA	3,27

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
44	6000	COMP	AMIODARONA 200 MG	GEOLAB	0,5899
79	350	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 600 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	4,898
136	5000	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 500 MG	VITAMED	0,0419
152	100	FRASCO	CEFALEXINA MONODRATADA 250MG/5ML FRASCO COM 100 ML	UNIAO QUIMICA	11,3799
160	400	AMPOLA	CETOPROFENO 100 MG, PÓ LIOFILO PARA INJETÁVEL ENDOVENOSO	UNIAO QUIMICA	2,9899
163	100	AMPOLA	CETOPROFENO 50 MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	UNIAO QUIMICA	1,3
231	600	BISNAGA	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% CREME BISNAGA 10 GRAMAS	GREEN PHARMA	1,0797
256	6000	COMP	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	0,3621
293	3000	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG	UNIAO QUIMICA	0,4177
297	300	FRASCO	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 6,67 MG + 333 MG/ SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	NATULAB	6,38
380	130	AMPOLA	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML	UNIAO QUIMICA	7,2799
434	9000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	MERCK	0,0979
435	2500	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG	MERCK	0,2099
436	5000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	MERCK	0,0968
437	9000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	MERCK	0,09
515	600	BISNAGA	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 10 GRAMAS	BELFAR	1,9399
517	1500	COMP	NIFEDIPINO 10 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	0,0989
526	250	TUBO	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL BISNAGA 40 GRAMAS	GREEN PHARMA	3,3399
559	1100	FRASCO	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15 ML	NATULAB	0,8199
628	50	FRASCO	SALBUTAMOL 0,4 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	NATULAB	1,1499
666	100	FRASCO	SULFATO FERROSO 125MG/ML SOLUÇÃO ORAL GTS FRSC 30 ML	NATULAB	0,8899
685	300	COMP	TIBOLONA 1,25 MG	FARMOQUIMICA	1
689	30	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,5% OFTÁLMICO FRASCO DE 5 ML	UNIAO QUIMICA	2,8254
696	300	COMP	TIORIDAZINA 50MG COMP	VALEANT	0,5461
731	5000	CAPSULA	VARFARINA SÓDICA 5 MG	FARMOQUIMICA	0,1199
767	200	BISNAGA	ÓXIDO DE ZINCO 100MG/G+ VITAMINA A 1.000 U.I/G + VITAMINA D 400 U.I/G- 45GR (POMADA PARA ASSADURA)	NATIVITA	2,5
940	20	FR	LATANOPROSTA 0,05% COLÍRIO 2,5ML	BAUSCH+LOMB	14,1
955	600	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML	NATULAB	1,1788
1013	50	BISNAGA	DEXPANTENOL GEL OFTÁLMICO BISNAGA 10G	BAUSCH+LOMB	33,13

10 / 14



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
44	30000	COMP	AMIODARONA 200 MG	GEOLAB	0,5899
79	1000	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 600 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	4,898
105	50	FRASCO	BRIMONIDINA, TARTARATO 2 MG/ML COLÍRO FRASCO 5 ML	UNIAO QUIMICA	4,6999
128	500	FRASCO	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML	UNIAO QUIMICA	9,6499
136	30000	COMP	CARBONATO DE CALCIO 500 MG	VITAMED	0,0419
152	1000	FRASCO	CEFALEXINA MONOIDRATADA 250MG/5ML FRASCO COM 100 ML	UNIAO QUIMICA	11,3799
160	500	AMPOLA	CETOPROFENO 100 MG, PÓ LIOFILO PARA INJETÁVEL ENDOVENOSO	UNIAO QUIMICA	2,9899
163	1000	AMPOLA	CETOPROFENO 50 MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	UNIAO QUIMICA	1,3
169	3000	COMP	CINARIZINA 25 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	0,0908
176	50	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO A HIDROCORTISONA 2MG + 10 MG/ML SUSPENSÃO OTOLÓGICA FRASCO DE 5 ML	FARMOQUIMICA	27,86
181	500	COMP	CLINDAMICINA 300 MG	UNIAO QUIMICA	0,9995
231	3000	BISNAGA	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% CREME BISNAGA 10 GRAMAS	GREEN PHARMA	1,0797
256	80000	COMP	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	0,3621
293	20000	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG	UNIAO QUIMICA	0,4177
297	3000	FRASCO	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 6,67 MG + 333 MG/ SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	NATULAB	6,38
315	100	AMPOLA	ETILEFRINA 10MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	UNIAO QUIMICA	1,17
317	10000	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA INDIA 100 MG AESCULUS HIPPOCASTANUM L.	NATULAB	0,1749
321	1000	FRASCO	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG) EXTRATO FLUIDO FRASCO 100 ML	NATULAB	2,0399
356	50	FRASCO	FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO 0,06G/ML + FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO 0,16G/ML FRASCO DE 130 ML ( FLEET ENEMA)	NATULAB	4,6874
377	100	FRASCO	HALOPERIDOL 2 MG/ML FRASCO DE 20 ML	UNIAO QUIMICA	2,6899
379	200	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML	UNIAO QUIMICA	1,0699
380	100	AMPOLA	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML	UNIAO QUIMICA	7,2799
389	100	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO+HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 60+40 MG/ML SUSP. 100 ML	NATULAB	2,0899
393	5000	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 30 ML	NATULAB	0,9999
431	100	CARTELA	LEVONORGESTREL 0,10MG + ETINILESTRADIOL 0,02MG CARTELAS COM 21 COMPRIMIDO	BIOLAB	15,1499
434	20000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	MERCK	0,0979
435	5000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG	MERCK	0,2099
436	30000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	MERCK	0,0968
437	20000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	MERCK	0,09
448	2000	COMP	LISINA, CLONIXINATO 125 MG	FARMOQUIMICA	1,24
468	300	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML FRASCO COM 30 ML SUSPENSÃO ORAL	NATULAB	1,1499
509	300	FRASCO	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z SOLUÇÃO ORAL FRASCO 120 ML	NATULAB	4,7499
515	3000	BISNAGA	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 10 GRAMAS	BELFAR	1,9399



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
517	3000	COMP	NIFEDIPINO 10 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	0,0989
526	1000	TUBO	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL BISNAGA 40 GRAMAS	GREEN PHARMA	3,3399
475	50000	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 850 MG	MERCK	0,0949
559	1500	FRASCO	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15 ML	NATULAB	0,8199
582	200	FRASCO	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA E HIDROCORTISONA, 10.000UI + 5MG +10MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA FR 10 ML	FARMOQUIMICA	9,69
628	500	FRASCO	SALBUTAMOL 0,4 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	NATULAB	1,1499
659	15000	COMP	SOTALOL CLORIDRATO 160 MG	MERCK	0,4839
661	50	UN	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME, POTE 400 GR	SILVESTRE	29,9999
666	1000	FRASCO	SULFATO FERROSO 125MG/ML SOLUÇÃO ORAL GTS FRSC 30 ML	NATULAB	0,8899
667	500	FRASCO	SULFATO FERROSO 25 MG/ML DE FERRO II, SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 30 ML	NATULAB	0,8899
685	300	COMP	TIBOLONA 1,25 MG	FARMOQUIMICA	1
689	500	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,5% OFTAMICO FRASCO DE 5 ML	UNIAO QUIMICA	2,8254
690	100	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 5% FRASCO COM 5 ML	UNIAO QUIMICA	2,7322
695	1500	COMP	TIORIDAZINA 25 MG	VALEANT	0,5368
696	1500	COMP	TIORIDAZINA 50MG COMP	VALEANT	0,5461
731	10000	CAPSULA	VARFARINA SÓDICA 5 MG	FARMOQUIMICA	0,1199
767	100	BISNAGA	ÓXIDO DE ZINCO 100MG/G+ VITAMINA A 1.000 U.I/G + VITAMINA D 400 U.I/G- 45GR (POMADA PARA ASSADURA)	NATIVITA	2,5
794	1000	COMP	QUELATO DE FERRO + ÁCIDO FÓLICO + VITAMINA B12	ELOFAR	0,65
813	1000	CÁPS	COLECALCIFEROL D3 7.000UI	HYPERA/ BRAINFARMA	1
852	1500	COMP	FLEBON (PINUS PINASTER)	FARMOQUIMICA	1,5198
854	300	COMP	MELLERIL 200MG (TIORIDAZINA)	VALEANT	2,88
876	50000	CP	COMPLEXO B	NATULAB	0,0406
895	3000	CP	COLECALCIFEROL 50.000 UI	HYPERA/ BRAINFARMA	6,8291
940	50	FR	LATANOPROSTA 0,05% COLÍRIO 2,5ML	BAUSCH+LOMB	14,1
955	1500	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML	NATULAB	1,1788
962	500	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 9MG/ML SPRAY NASAL 50 ML - USO ADULTO E INFANTIL	NATULAB	3,25
963	1500	FRASCO	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG/5 ML 100 ML	NATULAB	1,175
964	50	FRASCO	SULFATO FERROSO 25MG/ML 100 ML	NATULAB	1,415
969	1000	CP	VARFARINA 2,5 MG	FARMOQUIMICA	0,3

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
44	900	COMP	AMIODARONA 200 MG	GEOLAB	0,5899
79	100	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 600 MG	HYPERA/ BRAINFARMA	4,898
105	100	FRASCO	BRIMONIDINA, TARTARATO 2 MG/ML COLÍRIO FRASCO 5 ML	UNIAO QUIMICA	4,6999
128	100	FRASCO	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML	UNIAO QUIMICA	9,6499
136	3000	COMP	CARBONATO DE CALCIO 500 MG	VITAMED	0,0419
231	100	BISNAGA	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% CREME BISNAGA 10 GRAMAS	GREEN PHARMA	1,0797
434	3000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	MERCK	0,0979
435	3000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG	MERCK	0,2099
436	3000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	MERCK	0,0968
437	3000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	MERCK	0,09



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
 Fone: (49) 3347-0357

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
689	200	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,5% OFTAMICO FRASCO DE 5 ML	UNIAO QUIMICA	2,8254
731	3000	CAPSULA	VARFARINA SÓDICA 5 MG	FARMOQUIMICA	0,1199

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
389	100	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO+HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 60+40 MG/ML SUSP. 100 ML	NATULAB	2,0899
468	100	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML FRASCO COM 30 ML SUSPENSÃO ORAL	NATULAB	1,1499

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 04/08/2020

**FLÁVIA ROLIM DE MOURA**  
 DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)  
 Órgão Gerenciador

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**  
 Órgão Participante

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**  
 Órgão Participante

**MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**  
 Órgão Participante



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO  
CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000  
Fone: (49) 3347-0357

PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

**CONDER****NOVO FORNECEDOR - ITEM 138 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002.2020 - CONDER**

Publicação Nº 2591478

PARECER JURÍDICO Nº 174/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2020

ASSUNTO: pedido de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela empresa Medicamentos de AZ Eireli.

**1 – RELATÓRIO**

A empresa Medicamentos de AZ Eireli participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 138 – espelhos esterilizado - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Contudo, a empresa apresentou pedido de reequilíbrio em relação ao referido item sob o argumento de que em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID, da elevação do dólar e do fato de grande parte dos insumos da área da saúde serem importados de outros países, dentre os quais, alguns bastante afetados pela epidemia, o produto sofreu considerável aumento em seu preço de comercialização, juntando documentos.

Passa-se a analisar o pleito.

**2 - DO MÉRITO**

A questão afeta ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição da república, conforme depara-se no inciso XXI, do art. 37:

"Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Abstrai-se do referido dispositivo que o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais. Portanto trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição no art. 37, inciso XXI não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de revisão do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

(...)

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

No que pertine ao tema, interessante colacionar conceitos proferidos por ilustres doutrinadores. Celso Antônio Bandeira de Mello assim assevera:

"... o equilíbrio financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá."

No mesmo diapasão Hely Lopes Meirelles menciona:

"O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, ou ainda equação financeira do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha a sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento."

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

"Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos."

(...)

"Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando vier a ser rompido.

Se os encargos forem ampliados quantitativamente, a situação inicial estará modificada(...) Significa que a Administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Deve-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originariamente prevista. Ampliados os encargos, deve-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada no art. 58, § 2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete e equação econômico-financeiro.”

Destaca-se que a regra ora discutida é que a relação encargo-remuneração que deve ser mantida durante toda a execução do contrato, assegurando-se ao contratado o direito da relação inicialmente estabelecida.

O equilíbrio econômico financeiro é a relação que se estabelece entre o conjunto de encargos impostos ao particular (entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo, tecnologia, pessoal, frete, encargos fiscais, etc.) e a remuneração pelo objeto contratado, devendo ser mantido durante toda execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante, quando da apresentação de sua proposta na licitação.

Importante esclarecer que, para que exista o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio, faz-se necessário que ocorra algum fato, posterior à proposta, que venha a agravar qualquer uma das partes contratantes, nos exatos termos do art. 65 da Lei de Licitações e contratos. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a situação original na proposta estará modificada, cabendo o restabelecimento do contrato por meio de aditamento.

Portanto, asseverada está tanto pelo art. 37 da Constituição Federal, quanto pela Lei das Licitações 8.666/93, que havendo o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro fixado quando da assinatura do contrato, pela ocorrência de fatos supervenientes, imprevistos e imprevisíveis, impõe-se seu restabelecimento.

In casu é público e notória a existência de pandemia do novo coronavírus, da crise de saúde enfrentada em nível nacional e mundial, além da dificuldade de importação de vários itens relacionados à área da saúde, bem como dos aumentos provocados por esta situação.

Mormente, no afã de melhor elucidar a questão, procedeu-se a diligências junto às demais empresas que participaram do processo de licitação em comento e que cotaram o item 138 – Dental Show Comercio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Eireli e Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda – tendo a empresa Dental Show Comercio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Eireli informado que teria condições de assumir o item pelo valor registrado.

Tem-se então que empresa Dental Show Comercio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Eireli teria condições de fornecer o item pelo valor unitário de R\$ 0,9500 enquanto a empresa Medicamentos de AZ Eireli pleiteia o reequilíbrio econômico financeiro do item também para o valor de R\$ 1,09.

Nestes termos, havendo interessado habilitado em fornecer o item pelo valor abaixo do reequilíbrio pretendido pela empresa Medicamentos de AZ Eireli entendo que o reequilíbrio concedido para o item deverá ser para o valor de R\$ 0,9500 a unidade.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Diante da situação posta em tela OPINO seja deferido o reequilíbrio econômico financeiro apresentado pela empresa Medicamentos de AZ Eireli em relação ao item nº 138 – espêculos esterilizados - do Processo Licitatório nº 006/2020, Pregão Presencial nº 004/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor da unidade como sendo R\$ 0,950.

Por fim, OPINO seja a empresa Medicamentos de AZ Eireli cientificada do reequilíbrio econômico financeiro concedido para que manifeste seu interesse em fornecer o item pelo novo valor reequilibrado e, acaso esta empresa não possua interesse em continuar fornecendo o item, seja a empresa Dental Show Comercio de produtos Odontológicos e Hospitalares Eireli, 2º colocada para o item, cientificada para a entrega do produto, pelo valor registrado.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 04 de Agosto de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO

OAB/SC 21.448

Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO seja realizado o reequilíbrio econômico financeiro do item nº 138 – espêculos esterilizado - do Processo Licitatório nº 006/2020, Pregão Presencial nº 004/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor da unidade como sendo R\$ 0,950 devendo serem adotadas as providências necessárias para esta alteração.

Ademais, comunique-se a empresa Medicamentos de AZ Eireli desta decisão e para que no prazo de 02 (dois) dias informe a este consórcio seu interesse em fornecer o item 138 pelo valor reequilibrado e, no caso de não interesse desta empresa, seja então comunicada à empresa Dental Show Comercio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Eireli, 2ª colocada para o item, para que passe a efetuar a entrega do item pelo valor registrado/reequilibrado.

Destaco que o reequilíbrio econômico financeiro deferido passa a vigor a partir da presente decisão e para solicitações de fornecimento do item que forem realizadas pelos municípios desta data em diante, sendo que eventuais pedidos e Autorizações de Fornecimentos já emitidas deverão ser entregues pela empresa Medicamentos de AZ Eireli pelo valor registrado para o item.

Notifiquem-se as empresas Medicamentos de AZ Eireli e Dental Show Comercio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Eireli desta decisão.

Publique-se esta decisão para ciência dos demais interessados.

Procedam-se as alterações necessárias.

São Miguel do Oeste, 04 de agosto de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do CONDER

## **NOVO FORNECEDOR - ITEM 415 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003.2020 - CONDER**

Publicação Nº 2591459

PARECER JURÍDICO Nº 179/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2020

ASSUNTO: pedido de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda.

### **1 – RELATÓRIO**

A empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 415 – carisoprodol 125 mg + diclofenaco sódico 50 mg + paracetamol 300 mg + cafeína 30 mg comprimido - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Contudo, a empresa apresentou pedido de reequilíbrio em relação ao referido item sob o argumento de que em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID, da elevação do dólar e do fato de grande parte dos insumos da área da saúde serem importados de outros países, dentre os quais, alguns bastante afetados pela epidemia, o produto sofreu considerável aumento em seu preço de comercialização, juntando documentos.

Passa-se a analisar o pleito.

### **2 - DO MÉRITO**

A questão afeta ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição da república, conforme depara-se no inciso XXI, do art. 37:

“Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Abstrai-se do referido dispositivo que o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais. Portanto trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição no art. 37, inciso XXI não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de revisão do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

(...)

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

No que pertine ao tema, interessante colacionar conceitos proferidos por ilustres doutrinadores. Celso Antônio Bandeira de Mello assim assevera:

“... o equilíbrio financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá.”

No mesmo diapasão Hely Lopes Meirelles menciona:

“O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, ou ainda equação financeira do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha

a sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento.”

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

“Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos.”

(...)

“Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando vier a ser rompido. Se os encargos forem ampliados quantitativamente, a situação inicial estará modificada(...) Significa que a Administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Deve-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originariamente prevista. Ampliados os encargos, deve-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada no art. 58, § 2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete e equação econômico-financeiro.”

Destaca-se que a regra ora discutida é que a relação encargo-remuneração que deve ser mantida durante toda a execução do contrato, assegurando-se ao contratado o direito da relação inicialmente estabelecida.

O equilíbrio econômico financeiro é a relação que se estabelece entre o conjunto de encargos impostos ao particular (entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo, tecnologia, pessoal, frete, encargos fiscais, etc.) e a remuneração pelo objeto contratado, devendo ser mantido durante toda execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante, quando da apresentação de sua proposta na licitação.

Importante esclarecer que, para que exista o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio, faz-se necessário que ocorra algum fato, posterior à proposta, que venha a agravar qualquer uma das partes contratantes, nos exatos termos do art. 65 da Lei de Licitações e contratos. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a situação original na proposta estará modificada, cabendo o restabelecimento do contrato por meio de aditamento.

Portanto, asseverada está tanto pelo art. 37 da Constituição Federal, quanto pela Lei das Licitações 8.666/93, que havendo o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro fixado quando da assinatura do contrato, pela ocorrência de fatos supervenientes, imprevistos e imprevisíveis, impõe-se seu restabelecimento.

In casu é público e notória a existência de pandemia do novo coronavírus, da crise de saúde enfrentada em nível nacional e mundial, além da dificuldade de importação de vários itens relacionados à área da saúde, bem como dos aumentos provocados por esta situação.

Mormente, no afã de melhor elucidar a questão, procedeu-se a diligências junto às demais empresas que participaram do processo de licitação em comento e que cotaram o item 415 – Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda e ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda – tendo as empresas confirmado tanto a escassez quanto a majoração do preço de comercialização do item após a formalização da Ata de Registro de Preços, sendo que nenhuma das empresas contratadas teria condições de assumir o item pelos valores registrados.

Contudo, a empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda informou ter condições de fornecer o item pelo valor de R\$ 0,145 o comprimido do laboratório Torsilax/Brainfarma.

Tem-se então que empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda teria condições de fornecer o item do laboratório – Torsilax/Brainfarma - pelo valor de R\$ 0,145 o comprimido enquanto a empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda pleiteia o reequilíbrio econômico financeiro do item para o valor de R\$ 0,171 o comprimido.

Diante da situação posta em tela, entendo necessário e prudente a concessão de reequilíbrio econômico financeiro apenas para alcançar o menor valor proposto pelas empresas consultadas.

Nada obstante, em relação a marca oferecida pela empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda – TORSILAX/BRAINFARMA - em diligências realizadas junto ao setores farmacêuticos dos municípios consorciados constatou-se que referida marca possui padrão de qualidade similar a marca registrada pela empresa vencedora - DELTA - não havendo prejuízos em se proceder a alteração da marca.

Nestes termos, havendo interessado habilitado em fornecer o item pelo valor abaixo do reequilíbrio pretendido pela empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda entendo que o reequilíbrio concedido para o item deverá ser para o valor de R\$ 0,145 o comprimido, bem como autorizada a entrega do item da marca TORSILAX/BRAINFARMA.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Diante da situação posta em tela OPINO seja deferido o reequilíbrio econômico financeiro apresentado pela empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda em relação ao item nº 415 do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor do comprimido como sendo R\$ 0,145.

Ademais, em vista da inexistência de prejuízo da substituição da marca registrada pela empresa vencedora do item - DELTA - pela marca oferecida pela outra empresa interessado em fornecer o item – TORSILAX/BRAINFARMA - entendo ser o caso de possibilitar a alteração.

Por fim, OPINO seja a empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda cientificada do reequilíbrio econômico financeiro concedido e da possibilidade de alteração da marca registrada para a marca TORSILAX/BRAINFARMA para que manifeste seu interesse em fornecer o item pelo novo valor reequilibrado e marca substituída e, acaso esta empresa não possua interesse em continuar fornecendo o item, seja a empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda cientificada para a entrega do item, pelo valor e marca propostos.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 04 de agosto de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO  
OAB/SC 21.448

Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO seja realizado o reequilíbrio econômico financeiro do item nº 415 – carisoprodol 125 mg + diclofenaco sódico 50 mg + paracetamol 300 mg + cafeína 30 mg comprimido - do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor do comprimido como sendo R\$ 0,145 podendo ser entregue também a marca TORSILAX/BRAINFARMA ou mesmo outras que mantenham similar ou superior padrão de qualidade da marca inicialmente registrada – DELTA - devendo serem adotadas as providências necessárias para esta alteração.

Nada obstante, desde já consigno que, embora seja possibilitada a alteração de marca do item 415, o medicamento a ser fornecido aos municípios consorciados que o solicitarem DEVERÁ ATENDER RIGOROSAMENTE AO DESCRITIVO DO ITEM.

Ademais, comunique-se a empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda desta decisão e para que no prazo de 02 (dois) dias informe a este consórcio seu interesse em fornecer o item 415 pelo valor reequilibrado e com possibilidade de alteração da marca inicialmente registrada, mantido similar padrão de qualidade e, no caso de não interesse desta empresa, seja então comunicada à empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda para que passe a efetuar a entrega do item pelo valor e marca alhures mencionadas.

Destaco que o reequilíbrio econômico financeiro deferido passa a vigor a partir da presente decisão e para solicitações de fornecimento do item que forem realizadas pelos municípios desta data em diante, sendo que eventuais pedidos e Autorizações de Fornecimentos já emitidas deverão ser entregues pela empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda pelo valor registrado para o item.

Notifiquem-se as empresas Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda e Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda desta decisão.

Publique-se esta decisão para ciência dos demais interessados.

Procedam-se as alterações necessárias.

São Miguel do Oeste, 04 de agosto de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do CONDER

## **NOVO FORNECEDOR - ITEM 449 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003.2020 - CONDER**

Publicação Nº 2591476

PARECER JURÍDICO Nº 171

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2020

ASSUNTO: pedido de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda.

### **1 – RELATÓRIO**

A empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 449 – levofloxacino 500 mg comprimido revestido - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Contudo, a empresa apresentou pedido de reequilíbrio em relação ao referido item sob o argumento de que em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID, da elevação do dólar e do fato de grande parte dos insumos da área da saúde serem importados de outros países, dentre os quais, alguns bastante afetados pela epidemia, o produto sofreu considerável aumento em seu preço de comercialização, juntando documentos.

Passa-se a analisar o pleito.

### **2 - DO MÉRITO**

A questão afeta ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição da república, conforme depara-se no inciso XXI, do art. 37:

“Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Abstrai-se do referido dispositivo que o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato

administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais. Portanto trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição no art. 37, inciso XXI não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de revisão do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

(...)

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

No que pertine ao tema, interessante colacionar conceitos proferidos por ilustres doutrinadores. Celso Antônio Bandeira de Mello assim assevera:

"... o equilíbrio financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá."

No mesmo diapasão Hely Lopes Meirelles menciona:

"O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, ou ainda equação financeira do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha a sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento."

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

"Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos."

(...)

"Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando vier a ser rompido. Se os encargos forem ampliados quantitativamente, a situação inicial estará modificada(...) Significa que a Administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Deve-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originariamente prevista. Ampliados os encargos, deve-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada no art. 58, § 2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete a equação econômico-financeiro."

Destaca-se que a regra ora discutida é que a relação encargo-remuneração que deve ser mantida durante toda a execução do contrato, assegurando-se ao contratado o direito da relação inicialmente estabelecida.

O equilíbrio econômico financeiro é a relação que se estabelece entre o conjunto de encargos impostos ao particular (entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo, tecnologia, pessoal, frete, encargos fiscais, etc.) e a remuneração pelo objeto contratado, devendo ser mantido durante toda execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante, quando da apresentação de sua proposta na licitação.

Importante esclarecer que, para que exista o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio, faz-se necessário que ocorra algum fato, posterior à proposta, que venha a agravar qualquer uma das partes contratantes, nos exatos termos do art. 65 da Lei de Licitações e contratos. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a situação original na proposta estará modificada, cabendo o restabelecimento do contrato por meio de aditamento.

Portanto, asseverada está tanto pelo art. 37 da Constituição Federal, quanto pela Lei das Licitações 8.666/93, que havendo o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro fixado quando da assinatura do contrato, pela ocorrência de fatos supervenientes, imprevistos e imprevisíveis, impõe-se seu restabelecimento.

In casu é público e notória a existência de pandemia do novo coronavírus, da crise de saúde enfrentada em nível nacional e mundial, além da dificuldade de importação de vários itens relacionados à área da saúde, bem como dos aumentos provocados por esta situação.

Mormente, no afã de melhor elucidar a questão, procedeu-se a diligências junto às demais empresas que participaram do processo de licitação em comento e que cotaram o item 449 – Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda e Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda – tendo as empresas confirmado tanto a escassez quanto a majoração do preço de comercialização do item após a formalização da Ata de Registro de Preços, sendo que nenhuma das empresas contratadas teria condições de assumir o item pelos valores registrados.

Contudo, a empresa Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda informou ter condições de fornecer o item por valor com pequeno acréscimo ao registrado contido do laboratório Zydus Nikkho.

Tem-se então que empresa Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda teria condições de fornecer o item do laboratório – Zydus Nikkho - pelo valor de R\$ 0,625 o comprimido enquanto a empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda pleiteia o reequilíbrio econômico financeiro do item para o valor de R\$ 0,848 o comprimido.

Diante da situação posta em tela, entendendo necessário e prudente a concessão de reequilíbrio econômico financeiro apenas para alcançar o menor valor proposto pelas empresas consultadas.

Nada obstante, em relação a marca oferecida pela empresa Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda – ZYDUS NIKKHO - em diligências realizadas junto ao setores farmacêuticos dos municípios consorciados constatou-se que referida marca possui padrão de qualidade similar a marca registrada pela empresa vencedora - GLOBO - não havendo prejuízos em se proceder a alteração da marca.

Nestes termos, havendo interessado habilitado em fornecer o item pelo valor abaixo do reequilíbrio pretendido pela empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda entendo que o reequilíbrio concedido para o item deverá ser para o valor de R\$ 0,625 o comprimido, bem como autorizada a entrega do item da marca ZYDUS NIKKHO.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Diante da situação posta em tela OPINO seja deferido o reequilíbrio econômico financeiro apresentado pela empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda em relação ao item nº 449 – levofloxacino 500 mg comprimido revestido - do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor do comprimido como sendo R\$ 0,625.

Ademais, em vista da inexistência de prejuízo da substituição da marca registrada pela empresa vencedora do item - GLOBO - pela marca oferecida pela outra empresa interessado em fornecer o item – ZYDUS NIKKHO - entendo ser o caso de possibilitar a alteração.

Por fim, OPINO seja a empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda cientificada do reequilíbrio econômico financeiro concedido e da possibilidade de alteração da marca registrada para a marca ZYDUS NIKKHO para que manifeste seu interesse em fornecer o item pelo novo valor reequilibrado e marca substituída e, acaso esta empresa não possua interesse em continuar fornecendo o item, seja a empresa Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda cientificada para a entrega do item, pelo valor e marca propostos.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 04 de Agosto de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO  
OAB/SC 21.448  
Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO seja realizado o reequilíbrio econômico financeiro do item nº 449 – levofloxacino 500 mg comprimido revestido - do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor do comprimido como sendo R\$ 0,625 podendo ser entregue também a marca ZYDUS NIKKHO ou mesmo outras que mantenham similar ou superior padrão de qualidade da marca inicialmente registrada – GLOBO - devendo serem adotadas as providências necessárias para esta alteração.

Ademais, comunique-se a empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda desta decisão e para que no prazo de 02 (dois) dias informe a este consórcio seu interesse em fornecer o item 449 pelo valor reequilibrado e com possibilidade de alteração da marca inicialmente registrada, mantido similar padrão de qualidade e, no caso de não interesse desta empresa, seja então comunicada à empresa Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda para que passe a efetuar a entrega do item pelo valor e marca alhures mencionadas.

Destaco que o reequilíbrio econômico financeiro deferido passa a vigor a partir da presente decisão e para solicitações de fornecimento do item que forem realizadas pelos municípios desta data em diante, sendo que eventuais pedidos e Autorizações de Fornecimentos já emitidas deverão ser entregues pela empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda pelo valor registrado para o item.

Notifiquem-se as empresas Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda e Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda desta decisão.

Publique-se esta decisão para ciência dos demais interessados.

Procedam-se as alterações necessárias.

São Miguel do Oeste, 04 de agosto de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do CONDER

## REEQUILÍBRIO - ITEM 178 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003.2020 - CONDER

Publicação Nº 2591467

PARECER JURÍDICO Nº 178/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2020

ASSUNTO: pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e alteração de marca apresentado pela empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda.

### 1 – RELATÓRIO

A empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 524 – rosuvastatina cálcica 20 mg comprimido - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Posteriormente a isso, a empresa apresentou pedido de alteração da marca registrada para o item e reequilíbrio financeiro sob o argumento de que em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID, da elevação do dólar e do fato de grande parte dos insumos da área da saúde serem importados de outros países, dentre os quais, alguns bastante afetados pela epidemia, o produto sofreu considerável aumento em seu preço de comercialização, juntando documentos.

Passa-se a analisar o pleito.

## 2 - DO MÉRITO

In casu, se está diante de Sistema de Registro de Preços, definido como:

[...] sistema de compras segundo o qual a Administração convoca os interessados em lhe fornecer materiais, equipamentos e gêneros, os quais, selecionados mediante licitação, obrigam-se a entregar-lhe, quando solicitado, os bens pelo preço classificado, atualizado ou não, nas quantidades pedidas, durante o prazo de validade do registro.

O Sistema de Registro de Preços encontra-se disciplinado pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do qual se destacam os seguintes artigos:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

Art. 14. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Dos referidos dispositivos legais se infere que a assinatura da ata de registro de preço VINCULA e OBRIGA o vencedor de cada item ao FORNECIMENTO DO BEM nas condições registradas, dentre as quais marca e valor.

Contudo, em situações excepcionais, podem ser autorizadas alterações em relação aos termos registrados, como a marca e valor em decorrência de concessão de reequilíbrio financeiro econômico.

E, desde já, cabe registrar que vivenciamos uma situação totalmente atípica em virtude dos efeitos decorrentes da decretação de calamidade de saúde pública, declarada a nível mundial, com escassez de vários medicamentos e matéria prima e com aumento de preço de comercialização, de modo que pleitos como o aqui apresentados merecem uma interpretação em consonância com o atual cenário de nossa realidade.

### 2.1 Em relação ao pedido de alteração de marca

A empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda firmou com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER Ata de Registro de Preços na qual se obrigou a proceder a entrega do item 524 do laboratório Aurobindo.

Mormente, posteriormente ao compromisso assumido, a referida empresa apresentou pleito de substituição da marca registrada – AUROBINDO - pela marca NOVA QUÍMICA ao argumento de que a marca registrada não teria o produto disponível no mercado e para evitar assim o desabastecimento do item.

Mormente, em que pese à vinculação dos fornecedores aos termos da Ata de Registro de Preço, em casos específicos e excepcionais, tem-se admitido a alteração da marca licitada/contratada por outra DESDE QUE DE IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE.

Em diligências realizadas junto aos setores farmacêuticos dos municípios consorciados para se perquirir acerca de eventual prejuízo em relação à substituição da marca registrada para o item nº 524 – de AUROBINDO para NOVA QUÍMICA – constatou-se que ambos os fabricantes possuem mesmo padrão de qualidade.

Assim o sendo, entende-se que diante da situação apresentada pela empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda mostra-se possível a substituição da marca registrada eis que mantido o mesmo padrão de qualidade do medicamento.

### 2.2 Em relação ao reequilíbrio financeiro econômico

A questão afeta ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição da república, conforme depara-se no inciso XXI, do art. 37:

“Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de

licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Abstrai-se do referido dispositivo que o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais. Portanto trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição no art. 37, inciso XXI não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de revisão do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

(...)

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

No que pertine ao tema, interessante colacionar conceitos proferidos por ilustres doutrinadores. Celso Antônio Bandeira de Mello assim assevera:

“... o equilíbrio financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá.”

No mesmo diapasão Hely Lopes Meirelles menciona:

“O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, ou ainda equação financeira do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha a sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento.”

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

“Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos.”

(...)

“Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando vier a ser rompido. Se os encargos forem ampliados quantitativamente, a situação inicial estará modificada(...) Significa que a Administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Deve-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originariamente prevista. Ampliados os encargos, deve-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada no art. 58, § 2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete a equação econômico-financeiro.”

Destaca-se que a regra ora discutida é que a relação encargo-remuneração que deve ser mantida durante toda a execução do contrato, assegurando-se ao contratado o direito da relação inicialmente estabelecida.

O equilíbrio econômico financeiro é a relação que se estabelece entre o conjunto de encargos impostos ao particular (entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo, tecnologia, pessoal, frete, encargos fiscais, etc.) e a remuneração pelo objeto contratado, devendo ser mantido durante toda execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante, quando da apresentação de sua proposta na licitação.

Importante esclarecer que, para que exista o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio, faz-se necessário que ocorra algum fato, posterior à proposta, que venha a agravar qualquer uma das partes contratantes, nos exatos termos do art. 65 da Lei de Licitações e contratos.

A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a situação original na proposta estará modificada, cabendo o restabelecimento do contrato por meio de aditamento.

Portanto, asseverada está tanto pelo art. 37 da Constituição Federal, quanto pela Lei das Licitações 8.666/93, que havendo o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro fixado quando da assinatura do contrato, pela ocorrência de fatos supervenientes, imprevisos e imprevisíveis, impõe-se seu restabelecimento.

In casu é público e notória a existência de pandemia do novo coronavírus, da crise de saúde enfrentada em nível nacional e mundial, além da dificuldade de importação de vários itens relacionados à área da saúde, bem como dos aumentos provocados por esta situação.

Em relação ao item 524 a empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda apresentou documento fiscal de recente aquisição do item constatando-se que o mesmo foi comercializado por valor unitário superior ao preço inicialmente registrado.

Mormente, no afã de melhor elucidar a questão, procedeu-se a diligências junto a outras empresas que cotaram o item 524 embora com propostas desclassificadas, mas apenas para se perquirir sobre a elevação no preço de comercialização do produto, tendo sido constatado que as empresas contatadas não mais estão praticando os preços registrados, mas sim preços muito próximos ou superiores ao reequilíbrio financeiro pleiteado pela empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda.

Diante da situação posta em tela, entendo necessário e prudente a concessão de reequilíbrio econômico financeiro, eis que a elevação do preço de comercialização do produto deu-se em virtude de situação de força maior e imprevisível, alheia à vontade do vencedor do item em vista da pandemia do novo coronavírus e da decretação de calamidade de saúde pública.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Diante da situação posta em tela, OPINO no sentido de que sejam DEFERIDOS os pedidos apresentados pela empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda de alteração de marca do item 524 desde que observado que a substituição seja por marca que possua o mesmo padrão de qualidade da inicialmente registrada e aqui aponto que, conforme diligências realizadas, foi possível constar que as marcas AUROBINDO e NOVA QUÍMICA possuem padrão de qualidade similar, não vislumbrando-se prejuízo em relação a substituição da marca inicialmente registrada.

Em relação ao pedido de reequilíbrio econômico do item, considerando a existência de caso fortuito ou força maior que determinou aumento abrupto do produto no mercado OPINO seja deferido também o pedido apresentado pela empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda de reequilíbrio econômico financeiro do item nº 524 do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor do comprimido como sendo R\$ 0,71.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 04 de agosto de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO

OAB/SC 21.448

Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO seja DEFERIDO o pedido apresentado pela empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda de substituição da marca inicialmente registrada para o item 524 por outra de padrão similar, como a NOVA QUÍMICA.

Nada obstante, desde já consigno que, embora seja possibilitada a alteração de marca do item 524, o medicamento a ser fornecido aos municípios consorciados que o solicitarem DEVERÁ ATENDER RIGOROSAMENTE AO DESCRITIVO DO ITEM.

Ademais DEFIRO também o pedido de reequilíbrio econômico financeiro do item 524 do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor do comprimido como sendo R\$ 0,71 devendo serem adotadas as providências necessárias para esta alteração.

Notifique-se a empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda desta decisão.

Publique-se esta decisão para ciência os demais interessados.

Procedam-se as alterações necessárias.

São Miguel do Oeste, 04 de agosto de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI

Presidente do CONDER

**REEQUILÍBRIO - ITEM 183 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003.2020 - CONDER**

Publicação Nº 2591464

PARECER JURÍDICO Nº 180/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2020

ASSUNTO: pedido de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda.

**1 – RELATÓRIO**

A empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 183 – metoclopramida, cloridrato 4 mg/ml solução gotas frasco com 10 ml - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Posteriormente a isso, em vista da indisponibilidade do item no mercado, a empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda apresentou pedido de desclassificação/cancelamento do item o qual foi indeferido, contudo deferida a suspensão temporária de fornecimento do medicamento em vista da sua momentânea indisponibilidade de comercialização/fornecimento.

Desta feita, a empresa informa que o item se encontra disponível no mercado, contudo sofreu majoração em seu preço razão pela qual apresentou pedido de reequilíbrio em relação ao referido item sob o argumento de que em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID, da elevação do dólar e do fato de grande parte dos insumos da área da saúde serem importados de outros países, dentre os quais, alguns bastante afetados pela epidemia, o produto sofreu considerável aumento em seu preço de comercialização, juntando documentos.

Passa-se a analisar o pleito.

**2 - DO MÉRITO**

A questão afeta ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição da república, conforme depara-se no inciso XXI, do art. 37:

“Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Abstrai-se do referido dispositivo que o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais. Portanto trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição no art. 37, inciso XXI não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de revisão do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

(...)

§ 6o Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

No que pertine ao tema, interessante colacionar conceitos proferidos por ilustres doutrinadores. Celso Antônio Bandeira de Mello assim assevera:

“... o equilíbrio financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá.”

No mesmo diapasão Hely Lopes Meirelles menciona:

“O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, ou ainda equação financeira do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha a sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento.”

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

“Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos.”

(...)

“Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando vier a ser rompido. Se os encargos forem ampliados quantitativamente, a situação inicial estará modificada(...) Significa que a Administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Deve-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originariamente prevista. Ampliados os encargos, deve-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada no art. 58, § 2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete e equação econômico-financeiro.”

Destaca-se que a regra ora discutida é que a relação encargo-remuneração que deve ser mantida durante toda a execução do contrato, assegurando-se ao contratado o direito da relação inicialmente estabelecida.

O equilíbrio econômico financeiro é a relação que se estabelece entre o conjunto de encargos impostos ao particular (entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo, tecnologia, pessoal, frete, encargos fiscais, etc.) e a remuneração pelo objeto contratado, devendo ser mantido durante toda execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante, quando da apresentação de sua proposta na licitação.

Importante esclarecer que, para que exista o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio, faz-se necessário que ocorra algum fato, posterior à proposta, que venha a agravar qualquer uma das partes contratantes, nos exatos termos do art. 65 da Lei de Licitações e contratos. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a situação original na proposta estará modificada, cabendo o restabelecimento do contrato por meio de aditamento.

Portanto, asseverada está tanto pelo art. 37 da Constituição Federal, quanto pela Lei das Licitações 8.666/93, que havendo o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro fixado quando da assinatura do contrato, pela ocorrência de fatos supervenientes, imprevistos e imprevisíveis, impõe-se seu restabelecimento.

In casu é público e notória a existência de pandemia do novo coronavírus, da crise de saúde enfrentada em nível nacional e mundial, bem como dos aumentos provocados em vista do atual cenário e da escassez de alguns medicamentos.

Mormente, no afã de melhor elucidar a questão, procedeu-se a diligências junto às demais empresas que participaram do processo de licitação em relação ao item 183 – Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médicos e RG2S Distribuidora de Medicamentos Ltda - tendo sido constatado que nenhuma dessas empresas contatadas teria condições de assumir o fornecimento do produto.

Diante da situação posta em tela, entendo necessário e prudente a concessão do reequilíbrio econômico financeiro pleiteado, eis que a elevação do preço de comercialização do item deu-se em virtude de situação de força maior e imprevisível, alheia à vontade do vencedor em vista da pandemia do novo coronavírus e da decretação de calamidade de saúde pública nacional.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, COMPROVADA E JUSTIFICADA a existência de caso fortuito ou força maior que determinou aumento abrupto do produto no mercado OPINO seja deferido o pedido apresentado pela empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda de reequilíbrio econômico financeiro do item nº 183 do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor do frasco como sendo R\$ 1,158

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 04 de agosto de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO  
OAB/SC 21.448 / Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO pelo DEFERIMENTO do pedido apresentado pela empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda para que seja realizado o reequilíbrio econômico financeiro do item 183 – metoclopramida, cloridrato 4 mg/ml solução gotas frasco com 10 ml - do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor do frasco como sendo de R\$ 1,158 devendo serem adotadas as providências necessárias para esta alteração, inclusive com vistas a retomada de fornecimento do item.

Notifique-se a empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda desta decisão.

Proceda-se as alterações necessárias.

Publique-se esta decisão para ciência os demais interessados.

São Miguel do Oeste, 04 de agosto de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do CONDER

**REEQUILÍBRIO - ITEM 214 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010.2020 - CONDER**

Publicação Nº 2591474

PARECER JURÍDICO Nº 175/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2020

ASSUNTO: pedido de reequilíbrio retificação e/ou desistência apresentado pela empresa OdontoSul Ltda.

**1 – RELATÓRIO**

A empresa OdontoSul Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 214 – cartela plástica com 06 furos para radiografia periapical pacote com 100 unidades - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Contudo, posteriormente a isso a empresa manifestou-se relatando equívoco por ocasião do registro de preço alegando ter registrado o preço de R\$ 1,20 como sendo o da unidade quando o item solicitava o valor do pacote com 100 unidades, estando assim impossibilitada de fornecer o item ao valor registrado solicitando, em consequência, a desclassificação do item ou a retificação do valor registrado de R\$ 1,20 para a unidade do item e não do pacote com 100 unidades.

Passa-se a analisar o pleito.

**2 - DO MÉRITO**

In casu, se está diante de Sistema de Registro de Preços, definido como:

[...] sistema de compras segundo o qual a Administração convoca os interessados em lhe fornecer materiais, equipamentos e gêneros, os quais, selecionados mediante licitação, obrigam-se a entregar-lhe, quando solicitado, os bens pelo preço classificado, atualizado ou não, nas quantidades pedidas, durante o prazo de validade do registro.

O Sistema de Registro de Preços encontra-se disciplinado pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do qual se destacam os seguintes artigos:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

Art. 14. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Dos referidos dispositivos legais se infere que a assinatura da ata de registro de preço VINCULA e OBRIGA o vencedor de cada item ao FORNECIMENTO DO BEM NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS.

Nestes termos, tendo a empresa OdontoSul Ltda firmado com este consórcio a Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório nº 010/2020, Pregão Presencial nº 013/2020 obrigou-se a proceder à entrega do item 214 nas condições registradas.

Contudo, posteriormente ao compromisso assumido, a referida empresa apresentou pleito solicitando a desistência do item ou retificação de seu valor eis que equivocadamente teria procedido o registro considerando o valor da unidade do item e não do pacote com 100 unidades como previa o edital.

No afã de melhor elucidar a questão foram realizadas diligências via contato telefônico junto a outras empresas para se perquirir sobre o preço de comercialização do item e, pelas informações repassadas, constatou-se que, de fato, houve equívoco no momento de registro de preços eis que o valor do produto, considerando pacote com 100 unidades, é muitas vezes superior o valor registrado.

Ademais, pela análise dos documentos apresentados pela empresa OdontoSul Ltda também se infere que em recente aquisição do produto o preço de comercialização foi de R\$ 0,80 a unidade.

Diante dessas informações, resta inconteste que o registro realizado configurou evidente erro material levando-se em consideração o valor unitário da cartela plástica com 06 furos para radiografia periapical quando o solicitado era o registro do valor do pacote com 100 unidades do item e, diante desse contexto, não há como se exigir da empresa OdontoSul Ltda que proceda a entrega do item pelo valor registrado.

Nada obstante, há que se considerar ainda que a empresa OdontoSul Ltda foi a única que registrou o item e que, em tratativas empreendidas, a mesma se comprometeu a fornecer o item 214, em pacote com 100 unidades, pela quantia de R\$ 92,00 valor este que representa o preço de aquisição e carga tributária, conforme se infere pelo teor do documento fiscal de aquisição do item colacionado com o pedido

apresentado que inclusive representa valor inferior ao praticado no mercado, conforme constatado nas diligências realizadas.

Mormente, considerando a situação retratada, de forma excepcional, por critério de conveniência e necessidade de disponibilização do item, entendo ser possível alterar o valor de registro do item 214, adequando-o para a embalagem solicitada - pacote com 100 unidades – para o valor de R\$ 92,00.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, tenho que o pedido apresentado pela empresa OdontoSul Ltda deve ser julgado procedente corrigindo/alterando o valor registrado para R\$ 92,00 o pacote com 100 unidades eis que diante das diligências realizadas constatou-se que, de fato, o valor registrado encontra-se equivocado e totalmente dissociado do preço de comercialização do produto no mercado, considerando-se a embalagem solicitada.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 04 de Agosto de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO  
OAB/SC 21.448  
Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO pelo DEFERIMENTO do pedido de retificação/alteração do valor do item 214 – cartela plástica com 06 furos para radiografia periapical, pacote com 100 unidades – ante o inegável erro material quanto ao valor registrado que considerou o valor por unidade do item e não por embalagem com 100 unidades.

Notifique-se a empresa OdontoSul Ltda desta decisão e para que, a partir desta data, passe a fornecer o item 214 do Processo Licitatório nº 013/2020, Pregão Presencial nº 010/2020 pelo valor de R\$ 92,00 o pacote com 100 unidades.

Publique-se para ciência dos demais interessados.

Procedam-se as alterações necessárias.

São Miguel do Oeste, 04 de agosto de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do CONDER

## REEQUILÍBRIO - ITEM 84 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 021.2019 - CONDER

Publicação Nº 2591470

PARECER JURÍDICO Nº 176/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2019

ASSUNTO: pedido de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela empresa Rafael Kuhn Eireli ME.

### 1 – RELATÓRIO

A empresa Rafael Kuhn Eireli ME participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 84 – respirador purificador de ar tipo peça semifacial filtrante para partículas - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Contudo, a empresa apresentou pedido de reequilíbrio em relação ao referido item sob o argumento de que em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID, da elevação do dólar e do fato de grande parte dos insumos da área da saúde serem importados de outros países, dentre os quais, alguns bastante afetados pela epidemia, o produto sofreu considerável aumento em seu preço de comercialização, juntando documentos.

Passa-se a analisar o pleito.

### 2 - DO MÉRITO

A questão afeta ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição da república, conforme depara-se

no inciso XXI, do art. 37:

"Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Abstrai-se do referido dispositivo que o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais. Portanto trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição no art. 37, inciso XXI não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de revisão do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

(...)

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

No que pertine ao tema, interessante colacionar conceitos proferidos por ilustres doutrinadores. Celso Antônio Bandeira de Mello assim assevera:

"... o equilíbrio financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá."

No mesmo diapasão Hely Lopes Meirelles menciona:

"O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, ou ainda equação financeira do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha a sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento."

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

"Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos."

(...)

"Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando vier a ser rompido. Se os encargos forem ampliados quantitativamente, a situação inicial estará modificada(...) Significa que a Administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Deve-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originariamente prevista. Ampliados os encargos, deve-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada no art. 58, § 2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete e equação econômico-financeiro."

Destaca-se que a regra ora discutida é que a relação encargo-remuneração que deve ser mantida durante toda a execução do contrato, assegurando-se ao contratado o direito da relação inicialmente estabelecida.

O equilíbrio econômico financeiro é a relação que se estabelece entre o conjunto de encargos impostos ao particular (entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo, tecnologia, pessoal, frete, encargos fiscais, etc.) e a remuneração pelo objeto contratado, devendo ser mantido durante toda execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante, quando da apresentação de sua proposta na licitação.

Importante esclarecer que, para que exista o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio, faz-se necessário que ocorra algum fato, posterior à proposta, que venha a agravar qualquer uma das partes contratantes, nos exatos termos do art. 65 da Lei de Licitações e contratos. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a situação original na proposta estará modificada, cabendo o restabelecimento do contrato por meio de aditamento.

Portanto, asseverada está tanto pelo art. 37 da Constituição Federal, quanto pela Lei das Licitações 8.666/93, que havendo o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro fixado quando da assinatura do contrato, pela ocorrência de fatos supervenientes, imprevistos e imprevisíveis, impõe-se seu restabelecimento.

In casu é público e notória a existência de pandemia do novo coronavírus, da crise de saúde enfrentada em nível nacional e mundial, bem como dos aumentos provocados em vista do atual cenário e da escassez de alguns medicamentos.

Mormente, no afã de melhor elucidar a questão, procedeu-se a diligências junto às demais empresas que participaram do processo de licitação em relação ao item 84 – Fontsegur Distribuidora e Equipamentos de Segurança Ltda e Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda - tendo sido constatado tanto a escassez quanto a majoração do preço de comercialização do item após o registro de preços do certame em comento, sendo que nenhuma das empresas contatadas teria condições de assumir o fornecimento deste pelos valores outrora registrados ou mesmo por valor inferior ao reequilíbrio econômico requerido pela empresa Rafael Kuhn Eireli ME.

Diante da situação posta em tela, entendo necessário e prudente a concessão do reequilíbrio econômico financeiro pleiteado, eis que a elevação do preço de comercialização do item deu-se em virtude de situação de força maior e imprevisível, alheia à vontade do vencedor em vista da pandemia do novo coronavírus e da decretação de calamidade de saúde pública nacional.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, COMPROVADA E JUSTIFICADA a existência de caso fortuito ou força maior que determinou aumento abrupto do produto no mercado OPINO seja deferido o pedido apresentado pela empresa Rafael Kuhn Eireli ME de reequilíbrio econômico financeiro do item nº 84 do Processo Licitatório nº 020/2019, Pregão Presencial nº 020/2019 passando a constar, de ora em diante, o valor da unidade como sendo R\$ 2,70.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 04 de agosto de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO  
OAB/SC 21.448  
Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO pelo DEFERIMENTO do pedido apresentado pela empresa Rafael Kuhn Eireli ME para que seja realizado o reequilíbrio econômico financeiro do item 84 – respirador purificador de ar tipo peça semifacial filtrante para partículas - do Processo Licitatório nº 020/2019, Pregão Presencial nº 020/2019 passando a constar, de ora em diante, o valor da unidade como sendo de R\$ 2,70 devendo serem adotadas as providências necessárias para esta alteração.

Destaco que o reequilíbrio econômico financeiro deferido passa a vigor a partir da presente decisão e para solicitações de fornecimento do item que forem realizadas pelos municípios desta data em diante, sendo que eventuais pedidos e Autorizações de Fornecimentos já emitidas deverão ser entregues pela empresa Rafael Kuhn Eireli ME pelo valor registrado.

Notifique-se a empresa Rafael Kuhn Eireli ME desta decisão.

Proceda-se as alterações necessárias.

Publique-se esta decisão para ciência os demais interessados.

São Miguel do Oeste, 04 de agosto de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do CONDER

### **SUPRESSÃO DE VALOR - ITEM 01 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007.2020 - CONDER**

Publicação Nº 2591484

PARECER JURÍDICO Nº 181/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2020

ASSUNTO: pedido de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela empresa Welmed Distribuidora de Medicamentos e Produtos para Saúde Ltda.

#### 1 – RELATÓRIO

A empresa Welmed Distribuidora de Medicamentos e Produtos para Saúde Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora do item 1 - Kit pra teste: teste imunoensaio cromatográfico rápido (teste rápido – imunocromatografia) para detecção qualitativa de anticorpos IGG e IGM da COVID 19 - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a Ata de Registro de Preços nº 007/2020.

Contudo, posteriormente a isso a empresa apresentou pedido de reequilíbrio em relação ao referido item pleiteando a redução do valor registrado – R\$ 89,00 – para o valor de R\$ 69,00 embasado em alteração no preço de comercialização do produto no mercado.

Passa-se a analisar o pleito.

#### 2 - DO MÉRITO

A questão afeta ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição da república, conforme depara-se no inciso XXI, do art. 37:

"Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Abstrai-se do referido dispositivo que o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais. Portanto trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição no art. 37, inciso XXI não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de revisão do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

De acordo com o artigo 17 do Decreto nº 7.892 de 2013 não há dúvidas de que os preços registrados podem ser revistos tanto para mais, quanto para menos, ex vi:

Art. 17. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

No que pertine ao tema, interessante colacionar conceitos proferidos por ilustres doutrinadores. Celso Antônio Bandeira de Mello assim assevera:

"... o equilíbrio financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá."

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

"Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos."

Destaca-se que a regra ora discutida é que a relação encargo-remuneração que deve ser mantida durante toda a execução do contrato, assegurando-se ao contratado o direito da relação inicialmente estabelecida.

O equilíbrio econômico financeiro é a relação que se estabelece entre o conjunto de encargos impostos ao particular (entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo, tecnologia, pessoal, frete, encargos fiscais, etc.) e a remuneração pelo objeto contratado, devendo ser mantido durante toda execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante, quando da apresentação de sua proposta na licitação.

A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a situação original na proposta estará modificada.

In casu a empresa Welmed Distribuidora de Medicamentos e Produtos para Saúde Ltda solicitou a redução do valor registrado para o item referido – de R\$ 89,00 para R\$ 69,00 – em vista de que houve redução no preço de comercialização do produto.

Diante da situação posta em tela, entendo necessário e prudente a concessão do reequilíbrio econômico financeiro pleiteado, eis que a redução do preço de comercialização do item deu-se em virtude de situação de força maior e imprevisível, merecendo então ser readequado o preço outrora registrado.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, diante da existência de caso fortuito ou força maior que determinou a redução do preço de comercialização do item 1 - Kit pra teste: teste imunoensaio cromatográfico rápido (teste rápido – imunocromatografia) para detecção qualitativa de anticorpos IGG e IGM da COVID 19 - OPINO seja deferido o pedido apresentado pela empresa Welmed Distribuidora de Medicamentos e Produtos para Saúde Ltda de reequilíbrio econômico financeiro do item no Processo Licitatório nº 015/2020, Pregão Eletrônico nº 001/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor do kit como sendo R\$ 69,00.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 04 de agosto de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO

OAB/SC 21.448

Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO pelo DEFERIMENTO do pedido apresentado pela empresa Welmed Distribuidora de Medicamentos e Produtos para Saúde Ltda para que seja realizado o reequilíbrio econômico financeiro do item 1 - Kit pra teste: teste imunoensaio cromatográfico rápido (teste rápido – imunocromatografia) para detecção qualitativa de anticorpos IGG e IGM da COVID 19 - do Processo Licitatório nº 015/2020, Pregão Eletrônico nº

001/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor do item como sendo de R\$ 69,00 devendo serem adotadas as providências necessárias para esta alteração.

Notifique-se a empresa Welmed Distribuidora de Medicamentos e Produtos para Saúde Ltda desta decisão.

Proceda-se as alterações necessárias.

Publique-se esta decisão para ciência os demais interessados.

São Miguel do Oeste, 04 de agosto de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do CONDER

## **TROCA DE MARCA - ITEM 14- ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002.2020 - CONDER**

Publicação Nº 2591482

PARECER JURÍDICO Nº 173/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2020

ASSUNTO: análise de pedido de substituição de marca apresentado pela empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.

### **RELATÓRIO**

Trata-se de pedido apresentado pela empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda solicitando a alteração de marca do item 14 – álcool hospitalar 70,0% 1000 ml.

Relativamente ao item em comento constata-se que inicialmente o vencedor foi a empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda a qual apresentou pedido de desistência do item, razão pela qual o mesmo foi transferido para a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda que embora tivesse registrado o item pela marca Vic Pharma, na época, noticiou a possibilidade de entrega do item da marca Grassi, vez que a marca registrada não se encontrava disponível do mercado.

Nada obstante, desta feita a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda pugna pela alteração da marca do item alegando que agora a marca registrada – Vic Pharma – encontra-se disponível no mercado e que inclusive teria padrão de qualidade superior à marca Grassi.

No afã de melhor elucidar a questão procedeu-se a diligências realizadas junto aos setores farmacêuticos dos municípios consorciados não tendo sido apontado qualquer prejuízo advindo da substituição da marca GRASSI para VIC PHARMA, eis que ambas possuem padrão de qualidade semelhante.

### **CONCLUSÃO**

Por todo o exposto, opino pelo deferimento do pedido apresentado pela empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda no sentido de se proceder a alteração da marca do item 14 do Processo Licitatório nº 006/2020, Pregão Presencial nº 004/2020 de GRASSI para VIC PHARMA ante a similaridade de padrão de qualidade das duas marcas e ausência de prejuízo advindo dessa alteração.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste/SC, 04 de Agosto de 2020.  
ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO  
OAB/SC 21.448  
Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO pelo DEFERIMENTO do pedido de substituição de marca apresentado pela empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda relativamente ao item 14 do Processo Licitatório nº 006/2020, Pregão Presencial nº 004/2020 de GRASSI para VIC PHARMA, mantendo-se as demais obrigações constantes do processo licitatório em referência.

Intime-se a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda desta decisão.

Procedam-se as alterações necessárias.

Após, dê-se ciência aos interessados.

São Miguel do Oeste/SC, 04 de Agosto de 2020.  
GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do CONDER

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26.2020 - BRAZIL 3 BUSINESS PARTIC LTDA**

Publicação Nº 2592449

 <p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b></p> <p><b>CONDER - CONS. INTER. DES. REGIONAL</b></p> <p><b>CNPJ:</b> 23.773.012/0001-54 <b>Telefone:</b> (49) 3621-0795</p> <p><b>Endereço:</b> Rua Osvaldo Cruz, 167 - Centro</p> <p><b>CEP:</b> 89900-000 - São Miguel do Oeste / SC</p>	<p><b>Pregão eletrônico</b></p> <p><b>5/2020</b></p>
	<p><b>Número Processo:</b> 23/2020</p> <p><b>Data do Processo:</b> 23/07/2020</p>

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2020**

No dia 03/08/2020 compareceram, de um lado o O CONS INTER DES REGIONAL - CONDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 23.773.012/0001-54, representado pelo PRESIDENTE DO CONDER, o Sr. GENESIO BRESSIANI, inscrito no cpf sob o nº 707.799.379-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 23/2020 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE DO COVID19 conforme especificações e detalhamentos constante no anexo I deste edital, em conformidade com as especificações constantes no edital.

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Federal nº. 7.892/2013 (Registro de Preços), Decreto do CONDER nº 006/2018 que regulamenta o sistema de registro de preços e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE DO COVID19 nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços. A presente Ata contempla os municípios consorciados ao CONDER, informados no edital do processo licitatório que gerou esta ata de registro de preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ÍTEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**Participante: BRAZIL 3 BUSINESS PARTICIPACOES LTDA.**

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	TESTE RAPIDO COVID-19, IGM/IGG. TESTE RAPIDO EXAME), PARA SER UTILIZADO NAS AÇÕES EMERGENCIAIS DE DETECÇÃO DE COVID-19. TESTE DE IMUNOCROMATOGRAFIA RÁPIDA COVID-19 IGG/IGM, PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS IGG E IGM PRESENTES EM AMOSTRA HUMANA DE SANGUE TOTAL, SORO OU PLASMA QUE FORNECE INFORMAÇÕES SOBRE O ESTÁGIO DA INFECÇÃO PELA COVID-19, DESDE CASOS ASSINTOMÁTICOS ATÉ A FASE DE CONVALESCÊNCIA. DEVE FORNECER RESULTADO RÁPIDO, EM ATÉ 15 (QUINZE) MINUTOS. NÃO DEVE PRECISAR DE EQUIPAMENTOS EXTRAS PARA LEITURA DOS RESULTADOS. NÃO DEVE EXPOR O PROFISSIONAL DE SAÚDE À AEROSSÓIS. DEVE TER ALTA SENSIBILIDADE E ESPECIFICIDADE: SENSIBILIDADE ACIMA DE 88 % E ESPECIFICIDADE ACIMA DE 99 %. "CORRIDAS SEPARADAS PARA IGG E IGM", AUMENTANDO A SEGURANÇA DO TESTE, UM VÊS QUE ESTUDOS ATUAIS TÊM DEMOSTRADO UMA PECULIARIDADE DESTA VÍRUS QUE É QUASE COINCIDÊNCIA DOS PICOS DAS DUAS PROTEÍNAS. O KIT DEVE CONTER: DISPOSITIVO DE TESTE COVID19 IGG/IGM, DILUENTE DE ENSAIO, TUBO CAPILAR, INSTRUÇÃO	JD BIOTECH	UND	18.830,000	R\$12,0000	R\$225.960,00 (

DE USO. A EMBALAGEM DEVE CONTER O NÚMERO DO LOTE, VALIDADE, REGISTRO NA ANVISA E MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Total do Participante: R\$225.960,00

Total Geral: R\$225.960,00

2.2.2 . Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3 . A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4 . O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5 . No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6 . No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4 . Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador; b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado

vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1 . A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 . O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2 . Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3 . É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3 . Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4 . Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5 . Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6 . A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona.

#### CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

**5.1 . Compete ao Órgão Gestor :**

5.1.1 . A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2 . O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1 . O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4 . Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de ofício” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5 . Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6 . Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2 . Compete aos órgãos ou entidades usuárias :**

5.2.1 . Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2 . Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3 . Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3 . Compete ao Compromitente Detentor da Ata :**

5.3.1 . Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2 . Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3 . Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4 . Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5 . Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6 . Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7 . Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8 . Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9 . Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10 . Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1 . A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1 . Pela ADMINISTRAÇÃO, quando :

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2 . Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2 . Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntado-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3 . O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4 . A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5 . Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2 . Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3 . O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4 . Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5 . A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1 . O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2 . O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..
- 7.5.3 . Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4 . Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6 . A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7 . As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8 . A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1 . Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2 . Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9 . Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10 . Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1 . O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2 . Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3 . Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4 . Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5 . Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6 . Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7 . A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1 . É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2 . A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1 . As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1 . Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1 . pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
  - b) cancelamento do preço registrado;
  - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2 . por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento :
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
  - 11.1.3 . por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço :
    - a) advertência, por escrito, nas falta leves;
    - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
    - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
    - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.1.3.1 . A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.3.2 . Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.
- 11.1.3.3 . O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.
- 11.1.3.4 . A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.
- 11.2 . Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 11.3 . As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.
- 11.4 . As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

- 12.1 . O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

- 13.1 . Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

#### Assinatura do Presidente:

GENÉSIO BRESSIANI

PRESIDENTE DO CONDER

#### Assinatura da empresa:

( BRAZIL 3 BUSINESS PARTICIPACOES LTDA. )

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 27.2020 - GOERDT LTDA**

Publicação Nº 2592452

 <p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b></p> <p><b>CONDER - CONS. INTER. DES. REGIONAL</b></p> <p><b>CNPJ:</b> 23.773.012/0001-54 <b>Telefone:</b> (49) 3621-0795</p> <p><b>Endereço:</b> Rua Osvaldo Cruz, 167 - Centro</p> <p><b>CEP:</b> 89900-000 - São Miguel do Oeste / SC</p>	<p><b>Pregão eletrônico</b></p> <p><b>5/2020</b></p>
	<p><b>Número Processo:</b> 23/2020</p> <p><b>Data do Processo:</b> 23/07/2020</p>

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2020**

No dia 03/08/2020 compareceram, de um lado o O CONS INTER DES REGIONAL - CONDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 23.773.012/0001-54, representado pelo PRESIDENTE DO CONDER, o Sr. GENESIO BRESSIANI, inscrito no cpf sob o nº 707.799.379-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 23/2020 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE DO COVID19 conforme especificações e detalhamentos constante no anexo I deste edital, em conformidade com as especificações constantes no edital.

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº 8.666/93, bem como pelo Decreto Federal nº: 7.892/2013 (Registro de Preços), Decreto do CONDER nº 006/2018 que regulamenta o sistema de registro de preços e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE DO COVID19 nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços. A presente Ata contempla os municípios consorciados ao CONDER, informados no edital do processo licitatório que gerou esta ata de registro de preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ÍTEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**Participante: GOEDERT LTDA**

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
2	MÁSCARA FACIAL CIRÚRGICA TRIPLA CAMADA, C FILTRO BFE >95, DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, COM 3 DOBRAS E ELÁSTICO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	Nobre/Goedert	CX	9.160,000	R\$19,0000	R\$174.040,00

Total do Participante: R\$174.040,00

Total Geral: R\$174.040,00

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6 . No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de preço menor e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3 . Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4 . Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador; b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado

vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1 . A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 . O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2 . Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3 . É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3 . Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4 . Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5 . Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6 . A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

#### CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 . Compete ao Órgão Gestor :

5.1.1 . A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2 . O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1 . O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4 . Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5 . Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6 . Emitir a autorização de compra;

5.1.7 . Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2 . Compete aos órgãos ou entidades usuárias :

5.2.1 . Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2 . Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3 . Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3 . Compete ao Compromitente Detentor da Ata :

5.3.1 . Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2 . Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3 . Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4 . Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5 . Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6 . Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7 . Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8 . Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9 . Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10 . Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 . A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1 . Pela ADMINISTRAÇÃO, quando :

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2 . Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2 . Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3 . O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4 . A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5 . Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2 . Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3 . O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4 . Caso a fornecedora classificadada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5 . A(s) fornecedora(s) classificadada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1 . O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2 . O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3 . Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4 . Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6 . A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7 . As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8 . A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1 . Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9 . Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10 . Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 . O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

8.2 . Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3 . Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4 . Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5 . Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7 . A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1 . É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

9.2 . A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 . As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1 . Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 . pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2 . por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento :

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b)

rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3 . por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço :

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1 . A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666, de 1993.

11.1.3.2 . Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3 . O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4 . A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2 . Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3 . As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4 . As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1 . O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 . Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

**Assinatura do Presidente:**

GENÉSIO BRESSIANI

PRESIDENTE DO CONDER

**Assinatura da empresa:**

( GOEDERT LTDA )

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 28.2020 - FONTESEGUR DIST LTDA**

Publicação Nº 2592455

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>CONDER - CONS. INTER. DES. REGIONAL</b> <b>CNPJ:</b> 23.773.012/0001-54 <b>Telefone:</b> (49) 3621-0795 <b>Endereço:</b> Rua Osvaldo Cruz, 167 - Centro <b>CEP:</b> 89900-000 - São Miguel do Oeste / SC		<b>Pregão eletrônico</b> <b>5/2020</b> <b>Número Processo:</b> 23/2020 <b>Data do Processo:</b> 23/07/2020
---	--	---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2020**

No dia 03/08/2020 compareceram, de um lado o O CONS INTER DES REGIONAL - CONDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 23.773.012/0001-54, representado pelo PRESIDENTE DO CONDER, o Sr. GENESIO BRESSIANI, inscrito no cpf sob o nº 707.799.379-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 23/2020 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE DO COVID19 conforme especificações e detalhamentos constante no anexo I deste edital, em conformidade com as especificações constantes no edital.

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Federal nº: 7.892/2013 (Registro de Preços), Decreto do CONDER nº 006/2018 que regulamenta o sistema de registro de preços e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE DO COVID19 nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços. A presente Ata contempla os municípios consorciados ao CONDER, informados no edital do processo licitatório que gerou esta ata de registro de preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ÍTEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**Participante: FONTSEGUR DISTRIBUIDORA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA**

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
3	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR PFF-2, TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE PARA PARTÍCULAS, COM VÁLVULA DE EXALAÇÃO, COM FORMATO DOBRÁVEL, SOLDA ULTRA-SÔNICA EM TODO O SEU PERÍMETRO. O RESPIRADOR POSSUI UMA CAMADA COM CARVÃO ATIVO EM SUA CONSTITUIÇÃO. NAS LATERAIS EXTERNAS DO RESPIRADOR, SÃO FIXADAS DUAS PRESILHAS, UMA DE CADA LADO, DE MATERIAL PLÁSTICO. DEVE POSSUIR UM TIRANTE ELÁSTICO BRANCO, PERFAZENDO DUAS ALÇAS. O RESPIRADOR DEVE POSSUIR UM ATIRA DE MATERIAL METÁLICO MOLDÁVEL, FIXADA NA PARTE SUPERIOR EXTERNA DA PEÇA, PARA AJUSTE NO SEPTO NASAL, PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM VALIDADE MÍNIMA DE 365 DIAS.	KSN	UND	6.016,000	R\$3,2400	R\$19.491,84

Total do Participante: R\$19.491,84

Total Geral: R\$19.491,84

2.2.2 . Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3 . A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4 . O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5 . No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6 . No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3 . Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4 . Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador; b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado

vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1 . A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 . O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2 . Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3 . É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### CLAUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3 . Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4 . Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5 . Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6 . A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

#### CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 . Compete ao Órgão Gestor :

5.1.1 . A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2 . O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1 . O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3 . Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4 . Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5 . Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6 . Emitir a autorização de compra;

5.1.7 . Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2 . Compete aos órgãos ou entidades usuárias :

5.2.1 . Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2 . Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3 . Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3 . Compete ao Compromitente Detentor da Ata :

5.3.1 . Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2 . Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3 . Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4 . Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5 . Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6 . Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7 . Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8 . Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9 . Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10 . Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 . A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1 . Pela ADMINISTRAÇÃO, quando :

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2 . Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2 . Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3 . O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4 . A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5 . Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2 . Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2 . por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento :

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3 . por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço :

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1 . A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2 . Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3 . O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4 . A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2 . Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3 . As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4 . As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1 . O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 . Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

**Assinatura do Presidente:**

GENÉSIO BRESSIANI

PRESIDENTE DO CONDER

**Assinatura da empresa:**

( FONTSEGUR DISTRIBUIDORA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA )

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 29.2020 - BMI PROSPER EIRELI**

Publicação Nº 2592459

 <p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b></p> <p><b>CONDER - CONS. INTER. DES. REGIONAL</b></p> <p><b>CNPJ:</b> 23.773.012/0001-54 <b>Telefone:</b> (49) 3621-0795</p> <p><b>Endereço:</b> Rua Osvaldo Cruz, 167 - Centro</p> <p><b>CEP:</b> 89900-000 - São Miguel do Oeste / SC</p>	<p><b>Pregão eletrônico</b></p> <p><b>5/2020</b></p>
	<p><b>Número Processo:</b> 23/2020</p> <p><b>Data do Processo:</b> 23/07/2020</p>

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2020**

No dia 03/08/2020 compareceram, de um lado o O CONS INTER DES REGIONAL - CONDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 23.773.012/0001-54, representado pelo PRESIDENTE DO CONDER, o Sr. GENESIO BRESSIANI, inscrito no cpf sob o nº 707.799.379-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 23/2020 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE DO COVID19 conforme especificações e detalhes constantes no anexo I deste edital, em conformidade com as especificações constantes no edital.

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Federal nº: 7.892/2013 (Registro de Preços), Decreto do CONDER nº 006/2018 que regulamenta o sistema de registro de preços e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE DO COVID19 nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços. A presente Ata contempla os municípios consorciados ao CONDER, informados no edital do processo licitatório que gerou esta ata de registro de preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ÍTEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**Participante: bmi prosper eireli epp**

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
4	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR PFF-2, TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE PARA PARTÍCULAS, SEM VÁLVULA DE EXALAÇÃO, COM FORMATO DOBRÁVEL, SOLDA ULTRA-SÔNICA EM TODO O SEU PERÍMETRO. O RESPIRADOR POSSUI UMA CAMADA COM CARVÃO ATIVO EM SUA CONSTITUIÇÃO. NAS LATERAIS EXTERNAS DO RESPIRADOR, SÃO FIXADAS DUAS PRESILHAS, UMA DE CADA LADO, DE MATERIAL PLÁSTICO. DEVE POSSUIR UM TIRANTE ELÁSTICO BRANCO, PERFAZENDO DUAS ALÇAS. O RESPIRADOR DEVE POSSUIR UM ATIRA DE MATERIAL METÁLICO MOLDÁVEL, FIXADA NA PARTE SUPERIOR EXTERNA DA PEÇA. PARA AJUSTE NO SEPTO NASAL, PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM VALIDADE MÍNIMA DE 365 DIAS.	CAMPER	UND	8.355,000	R\$2,4200	R\$20.219,10
11	MÁSCARA FACIAL DESCARTÁVEL N95, COM VÁLVULA.	KSN / KSN	UND	3.575,000	R\$3,7200	R\$13.299,00
12	MÁSCARA FACIAL DESCARTÁVEL N95, SEM VÁLVULA.	CAMPER / CAMPER	UND	5.485,000	R\$2,4000	R\$13.164,00

Total do Participante: R\$46.682,10

Total Geral: R\$46.682,10

2.2.2 . Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3 . A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4 . O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5 . No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6 . No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3 . Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4 . Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador; b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado

vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1 . A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2 . Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 . O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2 . Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3 . É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2 . Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3 . Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4 . Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5 . Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6 . A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona.

#### CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 . Compete ao Órgão Gestor :

5.1.1 . A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2 . O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1 . O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4 . Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5 . Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6 . Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2 . Compete aos órgãos ou entidades usuárias :

5.2.1 . Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2 . Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3 . Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3 . Compete ao Compromitente Detentor da Ata :

5.3.1 . Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2 . Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3 . Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4 . Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5 . Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6 . Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7 . Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8 . Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9 . Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10 . Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 . A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1 . Pela ADMINISTRAÇÃO, quando :

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2 . Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2 . Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3 . O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4 . A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5 . Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2 . Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3 . O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4 . Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5 . A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4 . Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6 . A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7 . As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8 . A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1 . Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9 . Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10 . Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 . O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2 . Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3 . Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4 . Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5 . Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6 . Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7 . A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1 . É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2 . A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 . As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1 . Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 . pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

- b) cancelamento do preço registrado;  
 c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2 . por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento :
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3 . por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço :
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;  
 b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;  
 c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.  
 d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.1.3.1 . A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.3.2 . Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.
- 11.1.3.3 . O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.
- 11.1.3.4 . A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.
- 11.2 . Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 11.3 . As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.
- 11.4 . As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

- 12.1 . O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

- 13.1 . Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

#### Assinatura do Presidente:

GENÉSIO BRESSIANI

PRESIDENTE DO CONDER

#### Assinatura da empresa:

( BMI PROSPER EIRELI EPP )

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30.2020 - EDISOM L. SCHONHORST**

Publicação Nº 2592462

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b></p>  <p><b>CONDER - CONS. INTER. DES. REGIONAL</b></p> <p><b>CNPJ:</b> 23.773.012/0001-54 <b>Telefone:</b> (49) 3621-0795</p> <p><b>Endereço:</b> Rua Osvaldo Cruz, 167 - Centro</p> <p><b>CEP:</b> 89900-000 - São Miguel do Oeste / SC</p>	<p><b>Pregão eletrônico</b></p> <p><b>5/2020</b></p> <hr/> <p><b>Número Processo:</b> 23/2020</p> <p><b>Data do Processo:</b> 23/07/2020</p>
--	--

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020**

No dia 03/08/2020 compareceram, de um lado o O CONS INTER DES REGIONAL - CONDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 23.773.012/0001-54, representado pelo PRESIDENTE DO CONDER, o Sr. GENESIO BRESSIANI, inscrito no cpf sob o nº 707.799.379-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 23/2020 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE DO COVID19 conforme especificações e detalhamentos constante no anexo I deste edital, em conformidade com as especificações constantes no edital.

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Federal nº: 7.892/2013 (Registro de Preços), Decreto do CONDER nº 006/2018 que regulamenta o sistema de registro de preços e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE DO COVID19 nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços. A presente Ata contempla os municípios consorciados ao CONDER, informados no edital do processo licitatório que gerou esta ata de registro de preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ÍTEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**Participante: Edison luiz Schonhorst**

Nº	Descrição	Marca Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
7	ÁLCOOL EM GEL 70% ANTISSEPTICO, HIGIENIZADOR. EMBALAGEM DE 1 LITRO.	senselles EMB	5.835,000	R\$6,9000	R\$40.261,50
Total do Participante:					R\$40.261,50
Total Geral:					R\$40.261,50

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6 . No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4 . Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador; b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado

vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1 . A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 . O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2 . Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3 . É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3 . Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4 . Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5 . Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6 . A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

#### CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 . Compete ao Órgão Gestor :

5.1.1 . A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2 . O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1 . O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4 . Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5 . Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6 . Emitir a autorização de compra;

5.1.7 . Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2 . Compete aos órgãos ou entidades usuárias :

5.2.1 . Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2 . Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3 . Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3 . Compete ao Compromitente Detentor da Ata :

5.3.1 . Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2 . Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3 . Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4 . Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5 . Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6 . Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7 . Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8 . Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9 . Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10 . Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 . A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1 . Pela ADMINISTRAÇÃO, quando :

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2 . Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2 . Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3 . O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4 . A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5 . Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2 . Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3 . O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4 . Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5 . A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1 . O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2 . O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3 . Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4 . Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6 . A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7 . As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8 . A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1 . Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9 . Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10 . Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 . O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2 . Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3 . Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4 . Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5 . Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7 . A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1 . É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

9.2 . A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 . As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1 . Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 . pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2 . por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento :

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b)

rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3 . por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço :

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1 . A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666, de 1993.

11.1.3.2 . Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3 . O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4 . A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2 . Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3 . As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4 . As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1 . O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 . Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

**Assinatura do Presidente:**

GENÉSIO BRESSIANI

PRESIDENTE DO CONDER

**Assinatura da empresa:**

( EDISON LUIZ SCHONHORST )

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 31.2020 - ABC DISTRIB LTDA**

Publicação Nº 2592469

 <p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b></p> <p><b>CONDER - CONS. INTER. DES. REGIONAL</b></p> <p><b>CNPJ:</b> 23.773.012/0001-54 <b>Telefone:</b> (49) 3621-0795</p> <p><b>Endereço:</b> Rua Osvaldo Cruz, 167 - Centro</p> <p><b>CEP:</b> 89900-000 - São Miguel do Oeste / SC</p>	<p><b>Pregão eletrônico</b></p> <p><b>5/2020</b></p>
	<p><b>Número Processo:</b> 23/2020</p> <p><b>Data do Processo:</b> 23/07/2020</p>

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2020**

No dia 03/08/2020 compareceram, de um lado o O CONS INTER DES REGIONAL - CONDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 23.773.012/0001-54, representado pelo PRESIDENTE DO CONDER, o Sr. GENESIO BRESSIANI, inscrito no cpf sob o nº 707.799.379-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 23/2020 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE DO COVID19 conforme especificações e detalhamentos constante no anexo I deste edital, em conformidade com as especificações constantes no edital.

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Federal nº: 7.892/2013 (Registro de Preços), Decreto do CONDER nº 006/2018 que regulamenta o sistema de registro de preços e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE DO COVID19 nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços. A presente Ata contempla os municípios consorciados ao CONDER, informados no edital do processo licitatório que gerou esta ata de registro de preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ÍTEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**Participante: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
9	MÁSCARA COM DUAS CAMADAS DE TECIDO, 100% ALGODÃO, COM REGULAGEM EM ELÁSTICO NAS LATERAIS, COM HASTE NA PARTE SUPERIOR PARA FIXAÇÃO. DISPONÍVEL NAS CORES BRANCA, AZUL MARINHO E CINZA.	MALHARIA ALVORADA	UND	11.800,000	R\$1,4000	R\$16.520,00

Total do Participante: R\$16.520,00

Total Geral: R\$16.520,00

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5 . No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6 . No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4 . Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador; b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado

vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1 . A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 . O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2 . Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3 . É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3 . Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4 . Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5 . Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6 . A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

#### CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 . Compete ao Órgão Gestor :

5.1.1 . A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2 . O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1 . O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4 . Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5 . Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

- 5.1.6 . Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7 . Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2 . Compete aos órgãos ou entidades usuárias :
- 5.2.1 . Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2 . Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3 . Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3 . Compete ao Compromitente Detentor da Ata :
- 5.3.1 . Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2 . Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3 . Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4 . Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5 . Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6 . Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7 . Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8 . Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9 . Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10 . Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1 . A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1 . Pela ADMINISTRAÇÃO, quando :
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
  - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
  - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
  - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
  - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
  - f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2 . Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2 . Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3 . O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4 . A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5 . Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2 . Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3 . O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4 . Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5 . A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1 . O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento :

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b)

rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço :

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1 . A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2 . Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3 . O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4 . A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2 . Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3 . As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4 . As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1 . O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 . Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

**Assinatura do Presidente:**

GENÉSIO BRESSIANI

PRESIDENTE DO CONDER

**Assinatura da empresa:**

( ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA )

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 32.2020 - MORAIS COM. ARTIGOS SAÚDE LTDA**

Publicação Nº 2592470

 <p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b></p> <p><b>CONDER - CONS. INTER. DES. REGIONAL</b></p> <p><b>CNPJ:</b> 23.773.012/0001-54 <b>Telefone:</b> (49) 3621-0795</p> <p><b>Endereço:</b> Rua Osvaldo Cruz, 167 - Centro</p> <p><b>CEP:</b> 89900-000 - São Miguel do Oeste / SC</p>	<p><b>Pregão eletrônico</b></p> <p><b>5/2020</b></p>
	<p><b>Número Processo:</b> 23/2020</p> <p><b>Data do Processo:</b> 23/07/2020</p>

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2020**

No dia 03/08/2020 compareceram, de um lado o O CONS INTER DES REGIONAL - CONDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 23.773.012/0001-54, representado pelo PRESIDENTE DO CONDER, o Sr. GENESIO BRESSIANI, inscrito no cpf sob o nº 707.799.379-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 23/2020 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE DO COVID19 conforme especificações e detalhamentos constante no anexo I deste edital, em conformidade com as especificações constantes no edital.

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Federal nº: 7.892/2013 (Registro de Preços), Decreto do CONDER nº 006/2018 que regulamenta o sistema de registro de preços e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE DO COVID19 nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços. A presente Ata contempla os municípios consorciados ao CONDER, informados no edital do processo licitatório que gerou esta ata de registro de preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ÍTEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**Participante: Moraes Comércio de Artigos para Saúde Ltda-EPP**

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
10	KIT PARA TESTE: TESTE IMUNOCROMATOGRAFICO (IMUNOENSAIO CROMATOGRAFICO RÁPIDO) RÁPIDO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTÍGENOS DE SARS-COV-2 EM AMOSTRAS DE SWAB DA NASOFARINGE DE HUMANOS. CONTENDO: DISPOSITIVO DE TESTE, SOLUÇÃO TAMPÃO DE EXTRAÇÃO/ REAGENTE(S), SWAB ESTÉRIL, TUBO PARA EXTRAÇÃO, PIPETA/CAPILAR, INSTRUÇÕES DE USO EM PORTUGUÊS.	Eco	UND	7.160,000	R\$99,9900	R\$715.928,40

Total do Participante: R\$715.928,40

Total Geral: R\$715.928,40

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3 . A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4 . O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5 . No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6 . No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4 . Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador; b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado

vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1 . A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 . O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2 . Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3 . É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3 . Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4 . Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5 . Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6 . A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

#### CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 . Compete ao Órgão Gestor :

5.1.1 . A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2 . O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1 . O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4 . Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5 . Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6 . Emitir a autorização de compra;

5.1.7 . Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2 . Compete aos órgãos ou entidades usuárias :

5.2.1 . Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2 . Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3 . Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3 . Compete ao Compromitente Detentor da Ata :

5.3.1 . Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2 . Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3 . Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4 . Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5 . Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6 . Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7 . Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8 . Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9 . Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10 . Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 . A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1 . Pela ADMINISTRAÇÃO, quando :

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2 . Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2 . Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntado-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3 . O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4 . A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5 . Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2 . Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3 . O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4 . Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5 . A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1 . O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2 . O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3 . Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4 . Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6 . A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7 . As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8 . A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1 . Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2 . Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9 . Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10 . Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 . O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

8.2 . Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3 . Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4 . Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5 . Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6 . Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7 . A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1 . É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

9.2 . A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 . As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1 . Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 . pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2 . por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento :

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b)

rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3 . por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço :

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.1.3.1 . A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.3.2 . Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.
- 11.1.3.3 . O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.
- 11.1.3.4 . A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.
- 11.2 . Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 11.3 . As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.
- 11.4 . As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

- 12.1 . O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

- 13.1 . Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

#### **Assinatura do Presidente:**

GENÉSIO BRESSIANI

PRESIDENTE DO CONDER

#### **Assinatura da empresa:**

( MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-EPP )

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 33.2020 - AP OESTE COM LTDA**

Publicação Nº 2592474

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b></p>  <p><b>CONDER - CONS. INTER. DES. REGIONAL</b></p> <p><b>CNPJ:</b> 23.773.012/0001-54 <b>Telefone:</b> (49) 3621-0795</p> <p><b>Endereço:</b> Rua Osvaldo Cruz, 167 - Centro</p> <p><b>CEP:</b> 89900-000 - São Miguel do Oeste / SC</p>	<p><b>Pregão eletrônico</b></p> <p><b>5/2020</b></p> <hr/> <p><b>Número Processo:</b> 23/2020</p> <p><b>Data do Processo:</b> 23/07/2020</p>
--	--

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2020**

No dia 03/08/2020 compareceram, de um lado o O CONS INTER DES REGIONAL - CONDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 23.773.012/0001-54, representado pelo PRESIDENTE DO CONDER, o Sr. GENESIO BRESSIANI, inscrito no cpf sob o nº 707.799.379-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 23/2020 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE DO COVID19 conforme especificações e detalhamentos constante no anexo I deste edital, em conformidade com as especificações constantes no edital.

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitação nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Federal nº: 7.892/2013 (Registro de Preços), Decreto do CONDER nº 006/2018 que regulamenta o sistema de registro de preços e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE DO COVID19 nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços. A presente Ata contempla os municípios consorciados ao CONDER, informados no edital do processo licitatório que gerou esta ata de registro de preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ÍTEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**Participante: Ap Oeste comercio Ltda**

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
5	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO A 70%, LIQUIDO. EMBALAGEM DE 1 LITRO.	JALLES MACHADO S/A	EMB	8.830,000	R\$3,7900	R\$33.465,70
6	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO A 70%, LIQUIDO. EMBALAGEM DE 5 LITROS	SUPERVALE VERDE EMB INDU		2.185,000	R\$18,8900	R\$41.274,65
8	ÁLCOOL EM GEL 70% ANTISSÉPTICO, HIGIENIZADOR. EMBALAGEM DE 5 LITROS.	SUPERVALE VERDE EMB INDU		1.770,000	R\$26,9000	R\$47.613,00
Total do Participante:						R\$122.353,35
Total Geral:						R\$122.353,35

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3 . A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4 . O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5 . No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6 . No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3 . Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4 . Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador; b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado

vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1 . A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2 . Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 . O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2 . Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3 . É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2 . Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3 . Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4 . Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5 . Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6 . A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

#### CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 . Compete ao Órgão Gestor :

5.1.1 . A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2 . O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1 . O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4 . Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5 . Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6 . Emitir a autorização de compra;

5.1.7 . Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2 . Compete aos órgãos ou entidades usuárias :

5.2.1 . Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2 . Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3 . Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3 . Compete ao Compromitente Detentor da Ata :

5.3.1 . Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2 . Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3 . Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4 . Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5 . Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6 . Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7 . Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8 . Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9 . Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10 . Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 . A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1 . Pela ADMINISTRAÇÃO, quando :

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2 . Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2 . Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3.O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4.A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5.Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2 . Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2 . por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento :
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3 . por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço : a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.1.3.1 . A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.3.2 . Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.
- 11.1.3.3 . O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.
- 11.1.3.4 . A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.
- 11.2 . Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 11.3 . As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.
- 11.4 . As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1 . O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 . Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

**Assinatura do Presidente:**

GENÉSIO BRESSIANI

PRESIDENTE DO CONDER

**Assinatura da empresa:**

( AP OESTE COMERCIO LTDA )

**NOVO FORNECEDOR - ITEM 177 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003.2020 - CONDER**

Publicação Nº 2591461

**PARECER JURÍDICO Nº 177/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2020**

**ASSUNTO:** pedido de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela empresa **AG Kienen & Cia Ltda.**

**1 – RELATÓRIO**

A empresa AG Kienen & Cia Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de **nº 121 – fenobarbital 40 mg/ml solução oral gotas frasco 20 ml** - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Contudo, a empresa apresentou pedido de reequilíbrio em relação ao referido item sob o argumento de que em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID, da elevação do dólar e do fato de grande parte dos insumos da área da saúde serem importados de outros países, dentre os quais, alguns bastante afetados pela epidemia, o produto sofreu considerável aumento em seu preço de comercialização, juntando documentos.

Passa-se a analisar o pleito.

**2 - DO MÉRITO**

A questão afeta ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição da república, conforme depara-se no inciso XXI, do art. 37:

*“Art. 37 (...)*

www.conder.sc.gov.br •• conder@conder.sc.gov.br •• (49) 3621.0795 •• CNPJ: 23.773.012/0001-54  
CER: 89900 000 •• R. Oswaldo Cruz, 167, Centro. •• São Miguel do Oeste - SC



*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

Abstrai-se do referido dispositivo que o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais. Portanto trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição no art. 37, inciso XXI não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de revisão do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

*Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:*

*(...)*

*II - por acordo das partes:*

*(...)*

*d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*

*(...)*

*§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.*

No que pertine ao tema, interessante colacionar conceitos proferidos por ilustres doutrinadores. Celso Antônio Bandeira de Mello assim assevera:



*“... o equilíbrio financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá.”*

No mesmo diapasão Hely Lopes Meirelles menciona:

*“O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, ou ainda equação financeira do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha a sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento.”*

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

*“Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos.”*

*(...)*

*“Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando vier a ser rompido. Se os encargos forem ampliados quantitativamente, a situação inicial estará modificada(...) Significa que a Administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Deve-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originariamente prevista. Ampliados os encargos, deve-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada no art. 58, § 2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete a equação econômico-financeiro.”*

Destaca-se que a regra ora discutida é que a relação encargo-remuneração que deve ser mantida durante toda a execução do contrato, assegurando-se ao contratado o direito da relação inicialmente estabelecida.

O equilíbrio econômico financeiro é a relação que se estabelece entre o conjunto de encargos impostos ao particular (entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo, tecnologia, pessoal, frete, encargos fiscais, etc.) e a remuneração pelo objeto contratado, devendo ser mantido durante toda execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante, quando da apresentação de sua proposta na licitação.



Importante esclarecer que, para que exista o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio, faz-se necessário que ocorra algum fato, posterior à proposta, que venha a agravar qualquer uma das partes contratantes, nos exatos termos do art. 65 da Lei de Licitações e contratos.

A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a situação original na proposta estará modificada, cabendo o restabelecimento do contrato por meio de aditamento.

Portanto, asseverada está tanto pelo art. 37 da Constituição Federal, quanto pela Lei das Licitações 8.666/93, que havendo o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro fixado quando da assinatura do contrato, pela ocorrência de fatos supervenientes, imprevistos e imprevisíveis, impõe-se seu restabelecimento.

*In casu* é público e notória a existência de pandemia do novo coronavírus, da crise de saúde enfrentada em nível nacional e mundial, além da dificuldade de importação de vários itens relacionados à área da saúde, bem como dos aumentos provocados por esta situação.

Mormente, no afã de melhor elucidar a questão, procedeu-se a diligências junto às demais empresas que participaram do processo de licitação em comento e que cotaram o item 121 – Altermed Material Médico Hospitalar Ltda e Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.

Nesse sentido, a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda – 2º colocada para o item – informou que não teria condições de fornecer o item pelo valor registrado – R\$ 2,91 o frasco – em vista da majoração do preço de comercialização do item, mas que poderia o fazer pelo valor de R\$ 3,90 o frasco. Já a empresa Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda informou ter condições de fornecer o item pelo valor registrado, qual seja, R\$ 3,13, do laboratório Cristália.

Tem-se então que empresa Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda teria condições de fornecer o item do laboratório – Cristália - pelo valor de R\$ 3,13 o frasco enquanto a empresa AG Kienen & Cia Ltda pleiteia o reequilíbrio econômico financeiro do item, do laboratório União Química - para o valor de R\$ 4,65 o frasco.

Diante da situação posta em tela, entendo necessário e prudente a concessão de reequilíbrio econômico financeiro apenas para alcançar o menor valor proposto pelas empresas consultadas.

Nada obstante, em relação a marca oferecida pela empresa Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda – Cristália - em diligências realizadas junto ao setores farmacêuticos dos municípios consorciados constatou-se que referida marca possui padrão de qualidade similar a marca registrada pela empresa vencedora – União Química - não havendo prejuízos em se proceder a alteração da marca.



Nestes termos, havendo interessado habilitado em fornecer o item pelo valor abaixo do reequilíbrio pretendido pela empresa AG Kienen & Cia Ltda entendo que o reequilíbrio concedido para o item deverá ser para o valor de R\$ 3,13 o frasco, bem como autorizada a entrega do item da marca CRISTALIA.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Diante da situação posta em tela **OPINO** seja deferido o reequilíbrio econômico financeiro apresentado pela empresa AG Kienen & Cia Ltda em relação ao item nº 121 – fenobarbital 40 mg/ml solução oral gotas frasco 20 ml - do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor do frasco como sendo R\$ 3,13.

Ademais, em vista da inexistência de prejuízo da substituição da marca registrada pela empresa vencedora do item – **UNIÃO QUÍMICA** - pela marca oferecida pela outra empresa interessado em fornecer o item – **CRISTALIA** - entendo ser o caso de possibilitar a alteração.

Por fim, **OPINO** seja a empresa AG Kienen & Cia Ltda cientificada do reequilíbrio econômico financeiro concedido e da possibilidade de alteração da marca registrada para a marca **CRISTALIA** para que manifeste seu interesse em fornecer o item pelo novo valor reequilibrado e marca substituída e, acaso esta empresa não possua interesse em continuar fornecendo o item, seja a empresa Cristalia Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda cientificada para a entrega do item, pelo valor e marca propostos.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 04 de agosto de 2020.

**ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO**  
**OAB/SC 21.448**  
**Assessora Jurídica CONDER**



De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e **DECIDO** seja realizado o reequilíbrio econômico financeiro do item nº 121 – fenobasbital 40 mg/ml solução oral gotas frasco 20 ml - do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor do frasco como sendo R\$ 3,13 podendo ser entregue também a marca CRISTALIA ou mesmo outras que mantenham similar ou superior padrão de qualidade da marca inicialmente registrada – UNIÃO QUÍMICA - devendo serem adotadas as providências necessárias para esta alteração.

Ademais, comunique-se a empresa AG Kienen & Cia Ltda desta decisão e para que no prazo de 02 (dois) dias informe a este consórcio seu interesse em fornecer o item 121 pelo valor reequilibrado e com possibilidade de alteração da marca inicialmente registrada, mantido similar padrão de qualidade e, no caso de não interesse desta empresa, seja então comunicada à empresa Cristalia Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda para que passe a efetuar a entrega do item pelo valor e marca alhures mencionadas.

Destaco que o reequilíbrio econômico financeiro deferido passa a vigor a partir da presente decisão e para solicitações de fornecimento do item que forem realizadas pelos municípios desta data em diante, sendo que eventuais pedidos e Autorizações de Fornecimentos já emitidas deverão ser entregues pela empresa AG Kienen & Cia Ltda pelo valor registrado para o item.

Notifiquem-se as empresas AG Kienen & Cia Ltda e Cristalia Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda desta decisão.

Publique-se esta decisão para ciência dos demais interessados.

Procedam-se as alterações necessárias.

São Miguel do Oeste, 04 de agosto de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI



**Presidente do CONDER**

www.conder.sc.gov.br •• conder@conder.sc.gov.br •• (49) 3621 0795 •• CNPJ: 23.773.012/0001-54  
CEP: 89900 000 •• R. Oswaldo Cruz, 167, Centro. •• São Miguel do Oeste - SC

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - EDITAL - PROC LIC 023.2020 - PE 05.2020**

Publicação Nº 2592438

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Consortorio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER  
Consortorio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER  
Consortorio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER

**Pregão Eletrônico nº 05**

Após analisados todos os atos e adjudicados todos os itens referentes ao presente pregão, homologo o presente processo e autorizo a despesa, para cada empresa vencedora, conforme abaixo:

**Resultado da Homologação**

Item:	0001
Descrição:	TESTE RÁPIDO COVID-19, IGM/IGG. TESTE RÁPIDO (EXAME), PARA SER UTILIZADO NAS AÇÕES EMERGENCIAIS DE DETECÇÃO DE COVID-19. TESTE DE IMUNOCROMATOGRAFIA RÁPIDA COVID-19 IGG/IGM, PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS IGG E IGM PRESENTES EM AMOSTRA HU...(Conforme Edital)
Quantidade:	18.830
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Final:	12,0000
Valor Total:	225.960,0000
Situação:	Homologado em 03/08/2020 07:41:25 Por: GENESIO BRESSIANI
Nome da Empresa:	BRAZIL 3 BUSINESS PARTICIPACOES LTDA.
Modelo:	SARS COV
Item:	0002
Descrição:	MÁSCARA FACIAL CIRÚRGICA TRIPLA CAMADA, COM FILTRO BFE >95, DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, COM 3 DOBRAS E ELÁSTICO. CAIXA COM 50 UNIDADES.
Quantidade:	9.160
Unidade de Fornecimento:	Caixa
Valor Final:	19,0000
Valor Total:	174.040,0000
Situação:	Homologado em 03/08/2020 07:41:29 Por: GENESIO BRESSIANI
Nome da Empresa:	GOEDERT LTDA
Modelo:	Tripla Cirúrgica
Item:	0003
Descrição:	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR PFF-2, TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE PARA PARTÍCULAS, COM VÁLVULA DE EXALAÇÃO, COM FORMATO DOBRÁVEL, SOLDA ULTRA-SÔNICA EM TODO O SEU PERÍMETRO. O RESPIRADOR POSSUI UMA CAMADA COM CARVÃO ATIVO EM SUA CONST...(Conforme Edital)
Quantidade:	6.016
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Final:	3,2400
Valor Total:	19.491,8400
Situação:	Homologado em 03/08/2020 07:41:34 Por: GENESIO BRESSIANI
Nome da Empresa:	FONTSEGUR DISTRIBUIDORA
Modelo:	PFF2 C VALVULA
Item:	0004
Descrição:	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR PFF-2, TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE PARA PARTÍCULAS, SEM VÁLVULA DE EXALAÇÃO, COM FORMATO DOBRÁVEL, SOLDA ULTRA-SÔNICA EM TODO O SEU PERÍMETRO. O RESPIRADOR POSSUI UMA CAMADA COM CARVÃO ATIVO EM SUA CONST...(Conforme Edital)
Quantidade:	8.355
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Final:	2,4200
Valor Total:	20.219,1000
Situação:	Homologado em 03/08/2020 07:41:38 Por: GENESIO BRESSIANI
Nome da Empresa:	bmi prosper eireli epp
Modelo:	PFF2 SEM VÁLVULA
Item:	0005
Descrição:	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO A 70%, LIQUIDO. EMBALAGEM DE 1 LITRO.
Quantidade:	8.830
Unidade de Fornecimento:	Embalagem
Valor Final:	3,7900
Valor Total:	33.465,7000
Situação:	Homologado em 03/08/2020 07:41:42 Por: GENESIO BRESSIANI
Nome da Empresa:	Ap Oeste comercio Ltda
Modelo:	ITAJA
Item:	0006
Descrição:	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO A 70%, LIQUIDO. EMBALAGEM DE 5 LITROS
Quantidade:	2.185
Unidade de Fornecimento:	Embalagem

Valor Final: 18,8900  
 Valor Total: 41.274,6500  
 Situação: Homologado em 03/08/2020 07:41:46 Por: GENESIO BRESSIANI  
 Nome da Empresa: Ap Oeste comercio Ltda  
 Modelo: SUPER VALE

Item: 0007  
 Descrição: ÁLCOOL EM GEL 70% ANTISSEPTICO, HIGIENIZADOR. EMBALAGEM DE 1 LITRO.  
 Quantidade: 5.835  
 Unidade de Fornecimento: Embalagem  
 Valor Final: 6,9000  
 Valor Total: 40.261,5000  
 Situação: Homologado em 03/08/2020 07:41:50 Por: GENESIO BRESSIANI  
 Nome da Empresa: Edison Luiz Schonhorst  
 Modelo: Senselles

Item: 0008  
 Descrição: ÁLCOOL EM GEL 70% ANTISSEPTICO, HIGIENIZADOR. EMBALAGEM DE 5 LITROS.  
 Quantidade: 1.770  
 Unidade de Fornecimento: Embalagem  
 Valor Final: 26,9000  
 Valor Total: 47.613,0000  
 Situação: Homologado em 03/08/2020 07:41:54 Por: GENESIO BRESSIANI  
 Nome da Empresa: Ap Oeste comercio Ltda  
 Modelo: SUPER VALE

Item: 0009  
 Descrição: MÁSCARA COM DUAS CAMADAS DE TECIDO DE COM LISA 100% ALGODÃO, COM REGULAGEM EM ELÁSTICO NAS LATERAIS, COM HASTE NA PARTE SUPERIOR PARA FIXAÇÃO. DISPONÍVEL NAS CORES BRANCA, AZUL MARINHO E CINZA.  
 Quantidade: 11.800  
 Unidade de Fornecimento: Unidade  
 Valor Final: 1,4000  
 Valor Total: 16.520,0000  
 Situação: Homologado em 03/08/2020 07:41:58 Por: GENESIO BRESSIANI  
 Nome da Empresa: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
 Modelo: MASCARA DE TECIDO

Item: 0010  
 Descrição: KIT PARA TESTE: TESTE IMUNOCROMATOGRAFICO (IMUNOENSAIO CROMATOGRÁFICO RÁPIDO) RÁPIDO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTÍGENOS DE SARS-COV-2 EM AMOSTRAS DE SWAB DA NASOFARINGE DE HUMANOS. CONTENDO: DISPOSITIVO DE TESTE, SOLUÇÃO TAMPÃO DE ... (Conforme Edital)  
 Quantidade: 7.160  
 Unidade de Fornecimento: Unidade  
 Valor Final: 99,9900  
 Valor Total: 715.928,4000  
 Situação: Homologado em 03/08/2020 07:42:04 Por: GENESIO BRESSIANI  
 Nome da Empresa: Moraes Comércio de Artigos para Saúde Ltda-EPP  
 Modelo: ag

Item: 0011  
 Descrição: MÁSCARA FACIAL DESCARTÁVEL N95, COM VÁLVULA.  
 Quantidade: 3.575  
 Unidade de Fornecimento: Unidade  
 Valor Final: 3,7200  
 Valor Total: 13.299,0000  
 Situação: Homologado em 03/08/2020 07:42:11 Por: GENESIO BRESSIANI  
 Nome da Empresa: bmi prosper eireli epp  
 Modelo: PFF2 COM VÁLVULA

Item: 0012  
 Descrição: MÁSCARA FACIAL DESCARTÁVEL N95, SEM VÁLVULA.  
 Quantidade: 5.485  
 Unidade de Fornecimento: Unidade  
 Valor Final: 2,4000  
 Valor Total: 13.164,0000  
 Situação: Homologado em 03/08/2020 07:42:15 Por: GENESIO BRESSIANI  
 Nome da Empresa: bmi prosper eireli epp  
 Modelo: PFF2 SEM VÁLVULA

GENESIO BRESSIANI  
Autoridade Competente